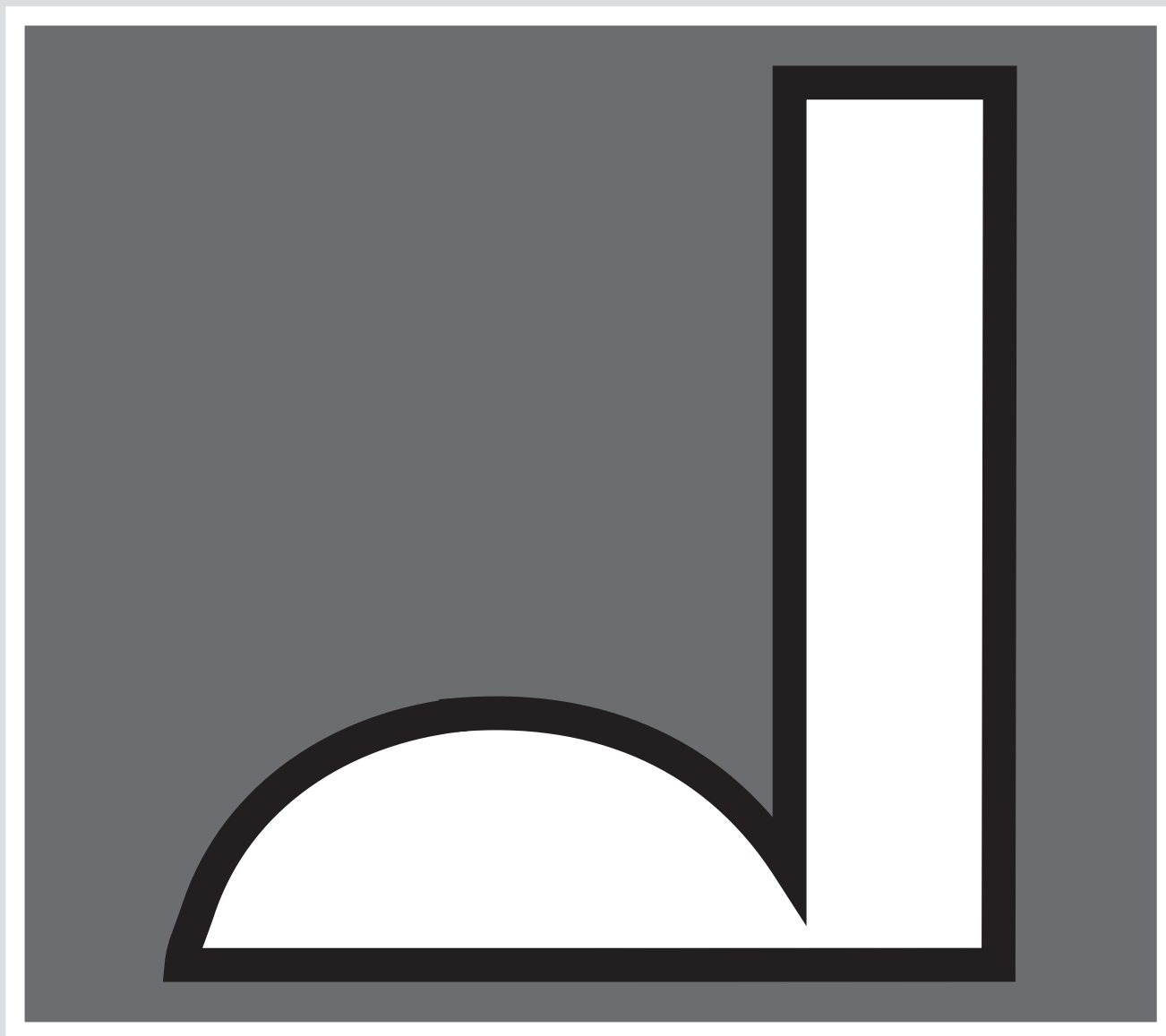




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

ANO LXII - SUP. AO Nº 155 - TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira	
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha		Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 1º a 30 de setembro de 2007)	
2 – ATAS DE COMISSÕES	
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE	
Ata da 23ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2007.....	00108
Ata da 24ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de agosto de 2007.....	00142
Ata da 25ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2007.....	00175
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007.....	00203
Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de setembro de 2007.....	00240
Ata da 28ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de setembro de 2007.....	00273
2.1.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS	
Ata da 11ª Reunião Extraordinária, da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2007.....	00292
Ata da 12ª Reunião Extraordinária, da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de agosto de 2007.....	00319
Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, e 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de agosto de 2007.....	00343
Ata da 14ª Reunião Extraordinária, da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, realizada em 10 de setembro de 2007.....	00371
2.1.2 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007.....	00398
2.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS	
Ata da 30ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de agosto de 2007.....	00422
Ata da 31ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007.....	00437
Ata da 32ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007.....	00462
Ata da 33ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a 39ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007.....	00473
Ata da 34ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2007.....	00493
Ata da 35ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007.....	00505

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007..... 00527

2.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, conjunta com a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007..... 00547

2.2.2 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007..... 00560

2.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO

Ata da 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de setembro de 2007..... 00584

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 11ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2007..... 00587

Ata da 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de setembro de 2007..... 00612

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 12ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007..... 00617

Ata da 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de setembro de 2007..... 00640

2.4 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 19ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007..... 00660

Ata da 20ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007..... 00669

2.4.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA-BIO

Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRA-BIO, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007..... 00693

2.5 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007..... 00719

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2007..... 00740

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007..... 00750

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007..... 00764

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2007

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/09/2007)

A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total	2

Medida Provisória nº 375, 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Sessão: 26.09.2007

Medida Provisória nº 376, 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.386,90 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica.

Sessão: 26.09.2007

2 – APROVADA COM ALTERAÇÃO E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total	1

Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 374, de 2007), que altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Sessão: 26.09.2007

3 – APROVADA NA ÍNTEGRA E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total	1

Medida Provisória nº 378, de 2007 (encaminhado ao Senado Federal nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007), *que dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.*

(Prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007, oferecido pela Câmara dos Deputados)

Sessão: 26.09.2007

4 – INADMITIDA:

Total	1

Medida Provisória nº 377, de 2007 (encaminhada ao Senado Federal nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, apresentado pela Câmara dos Deputados), *que acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.*

(Rejeitados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência)

Sessão: 26.09.2007

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República ...	1
De iniciativa do Senado Federal	1
Total	2

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007 (nº 7.268/2006, na Casa de origem), *de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.*

Sessão: 26.09.2007

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 7.268/2006, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Francisco Dornelles, que institui o "*Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão*", a ser comemorado no dia 11 de maio.

(Aprovadas as Emendas da Câmara)

Sessão: 26.09.2007

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	4
Total	4

Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui o dia 9 de agosto como o "*Dia Nacional da Equoterapia*".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2007

Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, que institui o "*Dia da Guarda Municipal*", a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2007

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o ano de 2008 como "*Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa*".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2007

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2007, de autoria da Senadora Ildeli Salvatti, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - *Código de Processo Penal*, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em processos de crimes de responsabilidade de funcionários públicos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 28.09.2007

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal	8
De iniciativa da Câmara dos Deputados	66
Total	74

Projeto de Resolução nº 51, de 2007, que suspende a execução das expressões legais que menciona, contidas no Convênio ICM nº 66, de 1988, e na Lei nº 6.374, de 1989 do Estado de São Paulo, que dispõem sobre o ICMS.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 17.09.2007

Projeto de Resolução nº 52, de 2007, que suspende a execução da Lei nº 751, de 16 de maio de 1984, do Município de Auriflama, do Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 17.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2007 (nº 2.514/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Descanso Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2007 (nº 2.415/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Águas Formosas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2007 (nº 2.297/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2007 (nº 2.472/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Pontal de Elói Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2007 (nº 2.517/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2007 (nº 2.421/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Nilopolitana Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2007 (nº 2.425/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Belos Montes de Seara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2007 (nº 2.443/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaipulândia, Estado do Paraná*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2007 (nº 2.452/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itopua do Oeste, Estado de Rondônia*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2007 (nº 2.453/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Comunicativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2007 (nº 2.457/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Quiguay Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2007 (nº 2.461/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Apucarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2007 (nº 2.462/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora São Francisco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2007 (nº 2.478/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gazeta - Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2007 (nº 2.479/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jocaaba, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2007 (nº 2.481/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2007 (nº 2.487/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Roque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2007 (nº 2.489/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Cultural e Integração Social de Rolante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2007 (nº 2.490/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Melody de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2007 (nº 2.491/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2007 (nº 2.495/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Comunicação Tanabiense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2007 (nº 2.496/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Jardim Aviação e Maria Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2007 (nº 2.458/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Riviera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2007 (nº 2.501/2007, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marquinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marquinho, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2007 (nº 2.011/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educativo Água Viva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2007 (nº 1.844/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2007 (nº 2.175/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2007 (nº 2.293/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sheknah FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2007 (nº 2.391/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Barcarena FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2007 (nº 2.400/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Jea Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2007 (nº 2.444/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitário Amigos do Olheiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pureza, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2007 (nº 2.504/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2007 (nº 2.433/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Integrantes e Colaboradores do Arraiá das Flores para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Graça, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2007 (nº 2.187/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itaipú FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Remanso, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2007 (nº 1.364/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Ypuarana Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Lagoa Seca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2007 (nº 1.691/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Tomé-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tomé Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2007 (nº 2.451/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos do Bairro da Matriz de Jaguaribara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribara, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2007 (nº 2.468/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Coribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coribe, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2007 (nº 2.471/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2007 (nº 2.485/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Colônia de Porto União Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2007 (nº 2.486/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Graça, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2007 (nº 2.497/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Diplomata de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2007 (nº 2.480/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sombrio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2007 (nº 2.494/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2007 (nº 2.518/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Independência Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2007 (nº 2.523/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Guimarães, Agostinho & Cia. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2007 (nº 2.212/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Vila Rica para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2007 (nº 2.275/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Safira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2007 (nº 2.308/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária "Flor do Panema" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2007 (nº 2.334/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2007 (nº 2.343/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro de Ipanema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2007 (nº 2.417/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Marechal Cândido Rondon - Radiomur para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2007 (nº 2.420/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onça média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2007 (nº 2.423/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapa, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2007 (nº 2.441/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artístico, Turística e do Meio Ambiente de Caldas Novas - GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2007 (nº 2.503/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Miriam Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2007 (nº 2.439/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à*

Associação Comunitária 13 de Junho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quebrangulo, Estado de Alagoas

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2007 (nº 2.445/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Arca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2007 (nº 2.460/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2007 (nº 2.488/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rorainópolis - Ascro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2007 (nº 628/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural "Romeu Marsico" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaboatão, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2007 (nº 745/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Costa do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2007 (nº 1.092/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cassino de Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2007 (nº 2.193/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2007 (nº 2.430/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2007 (nº 2.482/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Tururu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tururu, Estado do Ceará*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24.09.2007

Projeto de Resolução nº 55, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza o República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 501.250.000.00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD*

Sessão: 26.09.2007

Projeto de Resolução nº 46, de 2007, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 150.000.000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o*

Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade - Competitividade II.

Sessão: 26.09.2007

Projeto de Resolução nº 47, de 2007, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 16,100 000.00 (dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

Sessão: 26.09.2007

Projeto de Resolução nº 48, de 2007, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)*

Sessão: 26.09.2007

Projeto de Resolução nº 49, de 2007, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - (FONPLATA), no valor de até US\$ 10,00,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sessão: 26.09.2007

Projeto de Resolução nº 55, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *revoga o alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal. (Retira a obrigatoriedade de ser secreta a sessão destinada a apreciar perda de mandato de Senador e a suspensão de sua imunidade durante o estado de sítio)*

Sessão: 26.09.2007

V - REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS:

Total	1

Requerimento nº 207, de 2007, do Senador Alvaro Dias, *solicitando informações ao Ministro de Estado do Banco Central sobre as operações de câmbio realizadas pelos clubes brasileiros de futebol, bem como por seus parceiros ou patrocinadores, nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007*

Sessão: 26.09.2007

VI - REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA:

Total	1

Requerimento nº 815, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta de 3 (três) senadores, destinada a acompanhar a retirada de moradores não-indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.*

Sessão: 05.09.2007

VII – SESSÕES ESPECIAIS/PERÍODOS DO EXPEDIENTE:

Total	3

Requerimento nº 625, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal às 10 horas do dia 11 de setembro de 2007, destinada a comemorar os quarenta e dois anos do reconhecimento legal da profissão de Administrador no Brasil*

Sessão: 05.09.2007

Requerimento nº 985, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, *solicitando que a Sessão Especial em homenagem pela passagem dos 50 Anos da Revolta dos Posseiros, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 2 de outubro.*

(Em aditamento ao Requerimento nº 967, de 2007)

Sessão: 05.09.2007

Requerimento nº 1.103, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 22 de novembro de 2007, seja destinado a celebrar os oitenta anos da chegada no Brasil dos missionários norte-americanos de Utah.*

Sessão: 26.09.2007

VIII – REQUERIMENTO DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Total	1

Requerimento nº 955, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos patrocínios concedidos pelo Banco do Brasil no período entre 2003 e 2006.*

Sessão: 26.09.2007

IX – REQUERIMENTOS DEFERIDOS PELA MESA:

Total	5

Requerimento nº 1.065, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2003, de sua autoria, do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2002, de forma a retomar sua tramitação autônoma.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.066, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.067, de 2007, de autoria do Senador João Durval, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.079, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 330 e 343, de 2006, que tramitam em conjunto.*

Sessão: 19.09.2007

Requerimento nº 1.082, de 2007, de autoria do Senador Adelfino Andrade, *solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Resolução nºs 37 e 40, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 20.09.2007

X - OUTRO REQUERIMENTO APROVADO:

Total	1

Requerimento nº 1.102, de 2007, de iniciativa dos Líderes Partidários, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), seja reexaminado pelas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais.

Sessão: 26.09.2007

XI – MATÉRIA PREJUDICADA:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total	1

Requerimento nº 963, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 5, de 2003; 178, 200; 220 e 379, de 2004.

Sessão: 04.09.2007

XII – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal	5
Total	5

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 19690, de 16 de junho de 2003 (isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 03.09.2007

Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, que exclui as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 03.09.2007

Projeto de Resolução nº 53, de 2007, de iniciativa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que decreta a perda do mandato do Senador Renan Calheiros, nos termos do art. 55, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, inciso III, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

(Plenário, Sessão Secreta)

Sessão: 12.09.2007

Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o artigo 9º da Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Sessão: 13.09.2007

Requerimento nº 1.068, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que a Mensagem nº 74, de 2007, seja submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 18.09.2007

XIII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal	6
Total	6

Requerimento nº 918, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria operacional e financeira no INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, especialmente nos convênios com estados, prefeituras e entidades privadas sem fins lucrativos, no período de 2003 a 2006.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.035, de 2007)

Sessão: 10.09.2007

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1999, tendo como primeiro Signatário o Senador Álvaro Dias, que modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.058, de 2007)

Sessão: 17.09.2007

Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1999, tendo como primeiro Signatário o Senador Álvaro Dias, que modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Assembleia Legislativa

(Retirado pelo Requerimento nº 1.059 de 2007)

Sessão: 17.09.2007

Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 1999, tendo como primeiro Signatário o Senador Álvaro Dias, que modifica o inciso IV do art. 29 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Vereadores

(Retirado pelo Requerimento nº 1.060, de 2007)

Sessão: 17.09.2007

Projeto de Resolução nº 54, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que dá nova redação ao art. 370 do Regimento Interno do Senado Federal. (Determinando a prejudicialidade dos projetos de emenda à Constituição que venham ferir os princípios da Administração Pública).

(Retirado pelo Requerimento nº 1.063, de 2007)

Sessão: 18.09.2007

Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações -ZPE- no Município de Boa Vista- Estado de Roraima.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.064, de 2007)

Sessão: 18.09.2007

XIV - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal.....	39
Total.....	39

Requerimento nº 1.002, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Professora Aracy Carvalho Di Biasi.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.003, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Jonathan Hugo Parra Motta, corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia ocorrido dia 1º de setembro de 2007.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.004, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do fotógrafo Mário Carneiro, ocorrido no dia 2 de setembro de 2007, no Rio de Janeiro-RJ.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.005, de 2007, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de lembrança ao ensejo da passagem, no dia 8 de setembro de 2007, do 20º aniversário da morte de Marcos Freire, o destemido político pernambucano que ajudou a restaurar a Democracia no País.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.007, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornal Amazonas em Tempo, que, ao ensejo de seu aniversário de criação, inaugura, em Manaus, novo e moderno parque gráfico.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.008, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao escritor Luiz Carlos Guimarães da Costa pela edição do livro História da Literatura Brasileira, com amplo e minucioso levantamento da produção literária de Brasília ao longo de quase meio século.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.009, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Barreirinha, no Amazonas, pela realização da Festa de Nossa Senhora do Bom Socorro.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.012, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Bayard Gontijo, médico cirurgião humanitário, ocorrido em 17 de junho de 2007, em Belo Horizonte, Minas Gerais.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.014, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao DIAP (Departamento de Intersindical de Assessoria Parlamentar) em comemoração ao seu 24º aniversário.*

Sessão: 04.09.2007

Requerimento nº 1.022, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jonothas Hugo Parra Motta, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, ocorrido no dia 01 de setembro de 2007.*

Sessão: 05.09.2007

Requerimento nº 1.023, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Valério da Silva, ex-Delegado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado de Rondônia, ocorrido no dia 4 de setembro de 2007.*

Sessão: 05.09.2007

Requerimento nº 1.024, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jacob Momm Filho.*

Sessão: 05.09.2007

Requerimento nº 1.031, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Tenor Luciano Pavarotti.*

Sessão: 06.09.2007

Requerimento nº 1.033, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do tenor italiano Luciano Pavarotti, ocorrido no dia 06 de setembro de 2007, na cidade italiana de Modena, sua terra natal.*

Sessão: 06.09.2007

Requerimento nº 1.034, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de pesar aos familiares dos 101 feridos e 8 mortos no acidente envolvendo dois trens no dia 30 de agosto de 2007, em Austin, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense.*

Sessão: 06.09.2007

Requerimento nº 1.040, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de lembrança pelo transcurso do 10º aniversário de morte do jornalista Paulo Francis.*

Sessão: 11.09.2007

Requerimento nº 1.041, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Octaciano Nogueira, pela publicação do livro "Introdução à Filosofia Política", segundo volume da Coleção Edições Unilegis de Ciência Política.*

Sessão: 11.09.2007

Requerimento nº 1.044, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Ednalva Bezerra de Lima, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores - CUT, falecida no dia 16 de setembro de 2007*

Sessão: 11.09.2007

Requerimento nº 1.045, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de aplauso à Sra. Vânia Horner de Almeida, por ter sido eleita uma das dez educadoras nota dez do Brasil em 2007, premiação concedida pela Revista Nova Escola.*

Sessão: 11.09.2007

Requerimento nº 1.054, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-governador do Espírito Santo Sr. Christiano Dias Lopes Filho.*

Sessão: 13.09.2007

Requerimento nº 1.056, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Conselho Federal de Medicina e aos Conselhos Regionais pela passagem, no dia 13 de setembro de 2007, do 50º aniversário de sua criação.*

Sessão: 13.09.2007

Requerimento nº 1.071, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao judoca brasileiro João Derty pela medalha de ouro conquistada no XXV Campeonato Mundial de judô, que se encerrou no dia 16 de setembro de 2007 no Rio de Janeiro.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.073, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando homenagens de pesar à Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira e à família de José Luis Custódio - Mestre Russo - pelo seu falecimento no dia 16 de setembro de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.074, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao judoca brasileiro João Gabriel Schlitter pela medalha de bronze conquistada no XXV Campeonato Mundial de judô, que se encerrou no dia 16 de setembro de 2007 no Rio de Janeiro.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.075, de 2007, de autoria do Senador Magno Malla, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Vereador José Domingos Delpupo, falecido em acidente de automóvel.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.076, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao judoca brasileiro Tiago Camilo pela medalha de ouro conquistada no XXV Campeonato Mundial de judô, que se encerrou no dia 16 de setembro de 2007 no Rio de Janeiro.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.077, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao judoca brasileiro Luciana Corrêa, pela medalha de ouro conquistada no XXV Campeonato Mundial de judô, que se encerrou no dia 16 de setembro de 2007 no Rio de Janeiro.*

Sessão: 18.09.2007

Requerimento nº 1.080, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Pastor Caio Fábio D'araújo, ocorrido no dia 14 de setembro de 2007, em Manaus.*

Sessão: 19.09.2007

Requerimento nº 1.081, de 2007, do Senador Alvaro Dias, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Carlos Antonio de Almeida Ferreira.*

Sessão: 20.09.2007

Requerimento nº 1.084, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos, ocorrido no dia 19 de março de 2007, em Fortaleza/CE.*

Sessão: 20.09.2007

Requerimento nº 1.085, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao Estado do Rio Grande do Sul, em homenagem ao povo gaúcho que no dia 20 de setembro celebra o dia máximo do sul-riograndense: dia do gaúcho e da Revolução Farroupilha.*

Sessão: 20.09.2007

Requerimento nº 1.086, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de plena restabelecimento ao jornalista Amaury Ribeiro Júnior, baleado dia 19 de setembro de 2007, no Estorno de Brasília, quando preparava matéria para o Correio Braziliense.*

Sessão: 20.09.2007

Requerimento nº 1.090, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Júlio Domingos de Campos, pai do Senador Jayme Campos e do ex-Senador Júlio Campos, ocorrido na cidade de Várzea Grande no dia 20 de setembro de 2007.*

Sessão: 25.09.2007

Requerimento nº 1.093, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Jairo Vieira Feitosa, Prefeito do Município de Pombal, no Estado da Paraíba.*

Sessão: 26.09.2007

Requerimento nº 1.098, de 2007, de autoria dos Senadores Alvaro Dias, Eliraim Mourais e José Maranhão, *solicitando voto de aplauso ao prefeito de Nova Santa Bárbara, Júlio Bittencourt, pela implantação, naquele município paranaense, do sistema de licitação "on line", que confere absoluta transparência às relações da comunidade com a administração nas contratações de serviços e compras.*

Sessão: 26.09.2007

Requerimento nº 1.105, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do índio Avelino Nunes Macedo, ocorrido no dia 16 de setembro de 2007.*

Sessão: 26.09.2007

Requerimento nº 1.110, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando voto de aplauso ao jornal Diário do Povo pelos 20 anos de sua fundação.*

Sessão: 27.09.2007

Requerimento nº 1.114, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pela morte da Senhora Maristela Melo Valente, servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho do Amazonas.*

Sessão: 27.09.2007

Requerimento nº 1.119, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do estudante Diego Rodrigues Linhares, que morreu tragicamente atropelado no Rio de Janeiro no último dia 22 de setembro, coincidentemente uma data fixada como o Dia Mundial Sem Carro.*

Sessão: 27.09.2007

XV - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....2

Ato nº 55, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 381, de 05 de julho de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 6.334.721.758,00, para os fins que especifica.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 10.09.2007, seção 1)

Ato nº 56, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que *dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 20.09.2007, seção 1)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (03 a 28 de setembro de 2007)	
Deliberativas Ordinárias	11
Não Deliberativas	07
Deliberativa Extraordinária	01
Especiais	02
Total	21
Sessão não realizada	01

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (03 a 28 de setembro de 2007)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A X) 96

I – Medidas Provisórias aprovadas 4

1 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 2

2 – aprovada com alteração e devolvida à Câmara dos Deputados 1

3 – Aprovada a Medida Provisória na íntegra e devolvida à Câmara dos Deputados, ficando prejudicado o Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados 1

II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção 2

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 4

1 – Por decisão terminativa 4

1.1 – Proposições do Senado 4

IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 74

1 – Concessões de telecomunicações 66

2 – Operações de crédito 5

3 – Alteração do Regimento Interno 1

4 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais 2

V – Requerimento de informações sigilosas 1

VI – Requerimento de criação de comissão temporária 1

VII – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente 3

VIII – Requerimento de auditoria do Tribunal de Contas da União 1

IX – Requerimentos deferidos pela Mesa 5

X – Requerimento diverso 1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XI A XIV) 13

XI – Matéria prejudicada 1

XII – Matérias rejeitadas 5

XIII – Matérias retiradas pelos autores 6

XIV – Medida Provisória inadmitida 1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XIV) 109

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 2

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 1º DE FEVEREIRO A 28 DE SETEMBRO DE 2007

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA (1º de fevereiro a 28 de setembro de 2007)

Deliberativas Ordinárias.....	85
Não Deliberativas.....	59
Deliberativas Extraordinárias.....	12
Especiais.....	12
Total	168
Reuniões preparatórias.....	3
Reuniões.....	2
Sessões não realizadas.....	5

MATÉRIAS APROVADAS (LEIS LA-XV) 771

I – Medidas Provisórias aprovadas 50

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 17

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....23

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 8

4 – Aprovadas as Medidas Provisórias na íntegra e devolvidas à Câmara dos Deputados, ficando prejudicados os Projetos de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados.....2

II – Projetos aprovados e enviados à sanção 14

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 122

1 – Por decisão do Plenário.....11

1.1 – Do Senado Federal 9

1.2 – Da Câmara dos Deputados 2

2 – Em decisão terminativa.....111

2.1 – Proposições do Senado 111

IV – Projetos aprovados e enviados à promulgação 276

1 – Concessões de telecomunicações 254

2 – Acordo Internacional.....1

3 – Operações de crédito 8

4 – Proposta de Emenda à Constituição 1

5 – Alterações do Regimento Interno 3

6 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....6

7 – Outros 3

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	9
VI – Escolha de Autoridade	49
VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	3
VIII – Requerimento de Informações Sigilosas.....	1
IX – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária.....	4
X – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente	40
XI – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União.....	6
XII – Requerimentos de desarquivamento aprovados	46
XIII – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa.....	45
XIV – Requerimentos deferidos pela Mesa.....	65
XV – Requerimentos Diversos	41
 MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVI A XX)	 65
XVI - Matérias prejudicadas	7
XVII - Matérias rejeitadas	18
XVIII - Matérias retiradas pelos autores.....	38
XIX – Medida Provisória com tramitação encerrada.....	1
XX – Medida Provisória inadmitida	1
 TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XX).....	 836
 ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	 56
 REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS.....	 2

**B - SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

I - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 11/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2004

TERMINATIVO

Altera a redação do "caput" do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública.

Autoria: Senador ROMERO JUCA

Relator: Senador EDUARDO SUPLICY

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 35/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de discorrer sobre os critérios de Reservas Legais nos diversos estados brasileiros, o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Exma. Sra. Marina Silva, o Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Sr. Silvio Crestana, e o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Sr. Bazileu Alves Margarido Neto.

Autoria: Senador ALOÍZIO MERCADANTE e outros Senhores Senadores.

REQUERIMENTO Nº 36/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados os Ministros da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega; da Saúde, Exmo. Sr. José Gomes Temporão; da Previdência, Exmo. Sr. Luiz Marinho; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Exmo. Sr. Patrus Ananias, para, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, prestarem informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor.

Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY e outros Senhores Senadores.

REQUERIMENTO Nº 37/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, e tendo em vista a necessidade de o Senado Federal antecipar o debate sobre a prorrogação da

CPMF, cujo prazo de vigência termina no final deste ano de 2007, a realização de audiência pública para que sejam ouvidos os argumentos de representantes a favor e contra a prorrogação da Contribuição, com a presença do Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, ou representante por ele indicado; e do Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo FIESP, ou representante por ele indicado.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 38/2007-CAE, que requer, nos termos do art. 90, Inciso V e art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado convite para uma Audiência Pública ao Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, e ao Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, para debater parâmetros econômicos da CPMF e a tese da prorrogação.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO

REQUERIMENTO Nº 39/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a retirada da Urgência desta Comissão para o Projeto de Resolução nº 23, de 2007, que trata de operação de crédito do BNDES junto ao Banco Europeu de Investimento.

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ

REQUERIMENTO Nº 40/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja acrescido ao Requerimento nº 32/2007-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, o nome do Dr. Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO

REUNIÃO REALIZADA EM 18/09/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 01

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 267, DE 2005

NÃO TERMINATIVA

Solista, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador JONAS PINHEIRO

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

OBS: A Matéria já foi apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Pareceres favoráveis.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2007

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.

Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES

Relatora: Senadora KÁTIA ABREU

Parecer: Favorável ao Projeto.

OBS: Em 14/08/07, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto.

ITEM 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2006

TERMINATIVO

Dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP

Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta.

OBS: Em 10/07/07, foi concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro, que devolveu sem manifestação.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 a 05-CAE.

ITEM 04

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2000

NÃO TERMINATIVO

Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo.

Autoria: Senador OSMAR DIAS e outros Senhores Senadores

Relator: Senador GILVAM BORGES

Parecer: Favorável ao Projeto.

OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto.

Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Valdir Raupp Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão aprova o Parecer do Relator.

FORAM APROVADOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 41/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, solicitação de depoimento, em audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a campanha publicitária do Banco do Brasil “Decida pelo 3”, e que na oportunidade seja apresentada cópia do processo de contratação e do contrato com a empresa responsável pela criação e veiculação da mencionada campanha, com a presença da Sra. Jussara Silveira de Andrade Guedes, da Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, e do Sr. Gilberto C. Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulação Publicitária – CONAR. Autoria: Senadora KÁTIA ABREU

REQUERIMENTO Nº 42/2007-CAE, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, por um período de 30 dias, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos

Regulatórios – CAERMR, instituída nos termos do Requerimento nº 10/2007-CAE, em virtude de ainda não ter sido concluída a sua tarefa.

Autoria: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 25/09/2007 - ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DO EXMO. SR. HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 16/2007-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR ALOIZIO MERCADANTE.

RESULTADO: REALIZADA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS - CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 10/09/2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS COM ENFOQUE NA ÁREA DE “MINERAÇÃO”, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.

CONVIDADOS: Sr. Fernando Mendes Valverde, Diretor-Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil – ANEPAC; do Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; do Sr. Cláudio Seliar, Secretário da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; do Exmo. Sr. Waldir Silva Salvador de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG (Prefeito de Itabirito); e, ainda com a participação do Sr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 24/09/2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS COM ENFOQUE NA ÁREA DE “COMUNICAÇÃO SOCIAL”, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.

CONVIDADOS: Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaike, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações (representando a Sra. Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações); do Sr. Ara Apkarian Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; e do Sr. Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT (representando o Sr. Daniel Pimentel Slaviciro, Presidente da Abert).

RESULTADO: REALIZADA**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA
TRIBUTÁRIA – CAE****REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2007****ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA - DISCUTIR OS SUBSÍDIOS
TÉCNICOS PARA AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO.****EXPOSITOR: SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO – ASSESSOR
TÉCNICO DA SUBCOMISSÃO (ECONOMISTA DO BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES - CEDIDO
TEMPORARIAMENTE AO SENADO FEDERAL).****RESULTADO: REALIZADA****II -COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.****REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2007****“Institui o Cartão de Seguridade Social (CSS), altera dispositivos a respeito do
registro de empregados e dá outras providências”****Autor: Senador SÉRGIO ZAMBIASI****Relator “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS****Parecer: Pela oitiva preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos quanto aos
aspectos econômico e financeiro do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007, antes
que esta Comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria.****Resultado: Aprovado o Parecer. O Projeto vai à Comissão de Assuntos
Econômicos, para análise.****ITEM 02****TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2007.****“Dá nova redação ao § 3º, art. 543 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e
dá outras providências. (Veda a dispensa de empregado sindicalizado que seja
membro ou candidato de Conselho Fiscal).”****Autor: Senador PAULO PAIM****Relator: Senador JOSÉ NERY****Parecer: Favorável ao Projeto.****Resultado: Aprovado o Projeto.**

ITEM 03**REQUERIMENTO Nº 47, DE 2007-CAS**

“Nos termos dos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requerim a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios que norteiem a atuação do Senado Federal a respeito da regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde”.

Solicita-se a participação das seguintes autoridades:

representante do Conselho Nacional de Saúde;

representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil;

representante do Ministério da Fazenda;

representante do Departamento de Economia da Saúde, do Ministério da Saúde”.

Autores: Senador PAPALÉO PAES e Senadora ROSALBA CIALINI

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2009 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO)**AUDIÊNCIA PÚBLICA ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 44, DE 2007 – CAS**

Assunto: Debate sobre a situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor.

Autora do Requerimento: Senadora PATRÍCIA SABOYA

Convidados Participantes:

Dr. Fausto Pereira dos Santos - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Dra. Vanessa Alves Vieira – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Pro Teste

Dr. Pedro Pablo Chacel – Conselho Federal de Medicina – CFM (representando a Associação Médica Brasileira - AMB)

Dra. Solange Beatriz Palheiro Mendes – Federação Nacional de Saúde Suplementar - Fenasauê

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2009 – EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO)**ITEM ÚNICO
NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 131, DE 2007**

“Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.”

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Processo: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor Agnelo Santos Queiroz Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Resultado: Aprovado o nome do Senhor Agnelo Santos Queiroz Filho, com 20 votos sim, 01 contrário e nenhuma abstenção.

EXTRA-PAUTA**REQUERIMENTO Nº 50, DE 2007 – CAS**

“Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos sejam convidados os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Saúde, José Gomes Temporão, da Previdência Social, Luiz Marinho e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias para comparecer em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e Comissão de Assuntos Econômicos visando prestar informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor.”

Autores: Senadora PATRÍCIA SABOYA, Senador INACIO ARRUDA, Senador EDUARDO SUPLICY e outros.

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 26/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2004**

“Altera a Lei nº 9425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás”.

Autor: Deputado SANDES JÚNIOR

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA

Parecer: Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

OBS: Em 27/06/2007 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto, com o acatamento da emenda do Senador Maguito Vilela.

Resultado: Aprovado.

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****AVISO Nº 82, DE 2007**

“Encaminha ao Senado Federal, nos termos da Lei nº 10.748, de 2003, mídia com os registros do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego nas modalidades de Subversão Econômica e Responsabilidade Social”.

Autor: EXTERNO - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Relator “ad hoc”: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Parecer: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado.

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2007 - CAS

“Requeriu, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de ouvirmos o Sr. Francisco Danilo Bastos Forte, Presidente da Fundação Nacional de Saúde, para debater com os Senhores Senadores o PAC/Funasa, que deverá beneficiar 15 milhões de famílias em mais de mil municípios em todo o país. Serão investidos aproximadamente R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 280 milhões para atender 99% das comunidades indígenas com esgotamento sanitário e água tratada, e R\$ 180 milhões para os quilombos já legalizados. Outros R\$ 3 bilhões serão aplicados em cidades com até 50 mil habitantes e alto índice de mortalidade infantil.”

Autoras: Senadora Fátima Cleide e Senadora Iúli Salvatli

Resultado: Aprovado

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CAS**

REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA, atendendo ao Requerimento nº 64, DE 2007
CASSAÚDE

Assunto: “obter subsídios que norteiem a atuação do Senado Federal a respeito do financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em relação à Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (Tabela SUS).”

Autoria do Requerimento: Senadores PAPALÉO PAES.

Convidados: JOSÉ CARVALHO DE NORONHA - Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE – Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; FLORISVAL MEINÃO – Vice-Presidente da Associação Paulista de Medicina, representando a AMB – Associação Médica Brasileira;

RESULTADO: REALIZADA

III - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 57 DE 1996 (Ofício Nº 00102, de 18/06/1996, na origem)

TERMINATIVO

“Encaminha ao Senado Federal, cópias do acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária nº 381-4/320, do parecer do Ministério Público Estadual emitido nos mesmos autos e das Leis Estaduais nºs 7.588, de 26.05.89 e 7.802, de 21.11.89, cujos artigos 2º e 10, respectivamente, foram declarados inconstitucionais”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador JEFFERSON FÉRES.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela prejudicialidade do Ofício “S”.

Obs: Em razão do Parecer pela Prejudicialidade oferecido pelo Relator, a Presidência Declara Prejudicada a matéria.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Ofício “S”.

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 58, DE 1996 (Ofício Nº 00105, de 18/06/1996, na origem)

TERMINATIVO

“Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária nº 282-6/320 e do parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmos autos”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela prejudicialidade do Ofício “S”.

Obs: Em razão do Parecer pela Prejudicialidade oferecido pelo Relator, a Presidência Declara Prejudicada a matéria.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Ofício “S”.

ITEM 3

OFÍCIO “S” Nº 37, DE 2000 (Ofício Nº 00059, de 26/04/2000, na origem)

TERMINATIVO

“Encaminha ao Senado Federal, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 237965, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 4º da Lei nº 5.803, de 04 de setembro de 1990, do Município de Ribeirão Preto/SP”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Pelo arquivamento do Ofício “S”.

Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.

ITEM 4**OFÍCIO “S” Nº 9, DE 2006 (Ofício Nº 00064, de 25/08/2006, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 269169, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 10.424, de 24 de abril de 1990, do Estado de Pernambuco”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTE.

Parecer: Pelo arquivamento do Ofício “S”.

Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.

ITEM 5**OFÍCIO “S” Nº 63, DE 2000 (Ofício Nº 00151, de 14/12/2000, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho 1993, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 247866, que declarou a inconstitucionalidade no artigo 14 da referida Lei da expressão ‘em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais e,’”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCI.

ITEM 6**OFÍCIO “S” Nº 2, DE 2004 (Ofício Nº 00022, de 04/03/2004, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 258.980, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º e da expressão ‘...retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995.’, constante do art. 7º da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo (reajusta os vencimentos e os salários do funcionalismo municipal)”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.

Relatora “ad hoc”: Senadora SERYS SILHESSARENKO.

Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCI.

ITEM 7**OFÍCIO “S” Nº 31, DE 1998 (Ofício Nº 00066-P/MC, de 14/04/1998, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.118, de 30 de dezembro de 1985, bem como

do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 209714, através do qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 20, inciso II, da mencionada Lei estadual”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador JOSÉ MARANHÃO.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCELO CRIVELLA.

Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2006 (PL. nº 05900, de 2005, na origem)

NÃO TERMINATIVO

“Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício profissional das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, para instituir a representação federativa no Plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.”

Autoria: Deputado EDSON EZEQUIEL.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto.

Obs: - Em 11/07/2007, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação.

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004

TERMINATIVO NA CDR

“Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”.

Autoria: Senadora SERYS SLHESARENKO.

Relatoria: Senador JOSÉ MARANHÃO.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JUNIOR.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em decisão terminativa.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2007 (PL. nº 02272, de 2003, na origem)

NÃO TERMINATIVO

“Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB”.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, e enquadramento regimental, além da adequada técnica legislativa, e pela aprovação do Projeto.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR NÃO TERMINATIVO

“Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo”.

Autoria: Senador TIÃO VIANA.

Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto.

Obs: A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa e pela aprovação do Projeto.

ITEM 2

PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR SOBRE A REPRESENTAÇÃO (SF) Nº 001, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

“Requer a instauração de processo ante a suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Renan Calheiros”.

Autoria: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Obs: A matéria é submetida à apreciação desta Comissão, nos termos do inciso V, do artigo 15, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar”.

Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a Representação (SF) nº 1, de 2007.

REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2007 - ORDINÁRIA

1ª PARTE**ITEM 1****OFÍCIO “S” Nºs 44 e 45, DE 2005 (Ofícios Nºs 0093 e 0094, de 27/10/2005, na origem) TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 432722 e 433233, que declarou a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (valor da Gratificação Complementar de Vencimento não será inferior ao salário mínimo)”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ.

ITEM 2**OFÍCIO “S” Nº 6, DE 2005 (Ofício Nº 00005, de 17/02/2005, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da legislação referente aos autos do Recurso Extraordinário nº 400780, que declarou a inconstitucionalidade do art. 17 da Lei nº 1.354, de 22 de dezembro de 1979, com a redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 22 de dezembro de 1996, ambas do Município de Maringá, Estado do Paraná (Taxas decorrentes do poder de polícia)”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Relatoria “ad hoc”: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ.

ITEM 3**OFÍCIO “S” Nº 10, DE 2006 (Ofício Nº 00074, de 11/09/2006, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, dos pareceres do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 85056, que declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002 (impedimento do Juiz prolator da sentença para integrar a turma julgadora)”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ.

ITEM 4**OFÍCIO “S” Nº 31, DE 1996 (Ofício Nº 0089-P/MC, de 08/05/1996, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na ação originária número 364-4/320, do estado de Santa Catarina, e do parecer do Ministério Público emitido nos mesmos autos”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Pela prejudicialidade do Ofício “S”.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Ofício “S”.

ITEM 5**OFÍCIO “S” Nº 62, DE 1996 (Ofício Nº 113-P/MC, de 24/06/1996, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na ação originária 299-1/320, reprogratificação das Leis 7.588 de 1989 e 7.802 de 1989, ambas do estado de Santa Catarina, e do parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmos autos”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Pela prejudicialidade do Ofício “S”.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Ofício “S”.

ITEM 6**OFÍCIO “S” Nº 22, DE 1998 (Ofício Nº 0055-P/MC, de 10/03/1998, na origem)****TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, cópia da certidão de trânsito em bem assim do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, do estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º (sétimo), e seus incisos I e II da Lei 6.989, de 1966, do município de São Paulo, com a redação que lhe deu a Lei 11.152, de 30 de dezembro de 1991”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador GILVAM BORGES.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Pela prejudicialidade do Ofício “S”.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Ofício “S”.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 509, DE 2003****TERMINATIVO**

“Determina a atualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais”.

Autoria: Senador MÃO SANTA.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Obs: - Em 05/09/2007, a discussão da matéria foi encerrada e adiada a votação para a presente Reunião;

- Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda.

Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

2ª PARTE**ITEM 1**

OFÍCIO “S” Nº 52, DE 2007 (Ofício Nº 00105, de 03/09/2007, na origem)

NÃO TERMINATIVO

“Comunica a indicação do Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça”.

Autoria: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Voto em Secreto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade.

EXTRAPAUTA**ITEM 1****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006**

“Inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar”.

Autoria: Senador PAULO PAIM e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela aprovação da Proposta.

Obs: Em 19/09/2007, durante a discussão da matéria, o Relator, Senador Tasso Jereissati, reformula o voto para aprovar a PEC nº 50, de 2006.

Resultado: Aprovado o Parecer Favorável à Proposta.

ITEM 2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007**

“Altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal. (Determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)”.

Autoria: Senador ALVARO DIAS e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela aprovação da Proposta, com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer Favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ.

REUNIÃO REALIZADA EM 26/09/2007 - ORDINÁRIA

IV - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 04/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 031, DE 2007

“INSTITUI O PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL”.

AUTORIA: SENADOR TIÃO VIANA

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 040, DE 2007 - CE

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 90, INCISOS II E V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DESTINADAS A DISCUTIR OS DIREITOS AUTORAIS NAS ÁREAS DE CINEMA E MÚSICA, BEM COMO O PAPEL DESEMPENHADO PELO ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (ECAD)”.

AUTORIA: SENADORES RAIMUNDO COLOMBO, FLÁVIO ARNS E FLEXA RIBEIRO

OBS.: EM 29/08/2007, O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

ADITAMENTO Nº. 02 AO REQUERIMENTO Nº. 032, DE 2007-CE.

“REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 032, DE 2007 - CE, APROVADO NA SESSÃO DE 15 DE AGOSTO, PARA QUE SEJA INCLuíDO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA O PRESIDENTE DO COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, SENHOR VITAL SEVERIANO NETO”.

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 05/08/2007 – CONJUNTA COM A

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E
COMUNICAÇÃO SOCIAL****1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188 DE 2007, QUE “DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVOS”.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS, EDUARDO AZEREDO E DEMÓSTENES TORRES

AUTORIA DO PLS Nº 188/07: SENADORES EDUARDO AZEREDO E FLÁVIO ARNS

CONVIDADOS:

RICARDO CHANTILLY

Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART

LÚCIA KLUCK STUMPF

Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE

RICARDO DINI LEITE

Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas - FENECC

JOÃO BATISTA DE MEDEIROS

Assessor da Subcomissão Permanente do Idoso do Senado Federal e Ex Subsecretário para Assuntos do Idoso do Governo do Distrito Federal (1987-1999)

BIANCA DE FELIPES

Membro do Colegiado da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro - APTR

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007 – CONJUNTA COM A
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E
COMUNICAÇÃO SOCIAL****1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 059 DE 2005, QUE “REGULAMENTA O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 221, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE À REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA E À PRODUÇÃO INDEPENDENTE NAS EMISSORAS DE RÁDIO E TV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI E RAIMUNDO COLOMBO

AUTORIA DO PLC Nº 059/03: DEPUTADA JANDIRA FEGHALI

RELATORIA DO PLC Nº 059/03: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

CONVIDADOS

EVANDRO GUIMARÃES

Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT

FERNANDO DE SOUSA DIAS

Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão - ABPI/TV

PAULO TONET CAMARGO

Diretor-Geral da Rede Brasil Sul de Comunicações - RBS/Brasília

WOLNEY OLIVEIRA

Vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste - APCNN

RESULTADO: REALIZADA**REUNIÃO REALIZADA EM 18/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****TERMINATIVO****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2007
(TURNO SUPLEMENTAR)**

“INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE USO DE UNIFORME ESTUDANTIL PADRONIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS. ALTERA O ART. 70 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1966 E AUTORIZA A CRIAÇÃO, PELA UNIÃO, DO PROGRAMA NACIONAL DE UNIFORME ESCOLAR”.

AUTORIA DO SUBSTITUTIVO: SENADOR ROMEU TUMA

AUTORIA DO PLS 145/07: SENADOR CÍCERO LUCENA

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.1: NÃO SENDO OFERECIDAS EMENDAS AO PROJETO ATÉ O FIM DA DISCUSSÃO, A MATÉRIA SERÁ DADA COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADA PELA COMISSÃO, SEGUNDO O QUE PRECEITUA O ART. 282, COMBINADO COM O ART. 92 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

OBS.2: O PARECER AO PLS 145/07, DE AUTORIA DO SENADOR ROMEU TUMA, FAVORÁVEL AO PROJETO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, FOI APROVADO NA REUNIÃO DO DIA 10/07/07

OBS.3: EM TURNO SUPLEMENTAR O SENADOR FLÁVIO ARNS APRESENTA UMA EMENDA. AGUARDANDO PARECER DO RELATOR SOBRE A EMENDA OFERECIDA

OBS.4: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 04/09/07

RESULTADO: APROVADA A EMENDA APRESENTADA EM TURNO SUPLEMENTAR, OFERECIDA AO SUBSTITUTIVO.

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 081, DE 2005**

“ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 240 DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) QUE DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE CONSTRANGIMENTO DE MENOR OU ADOLESCENTE PRATICADO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL”.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 12/06/07

OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 025, DE 2005

"QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MUSICOTERAPEUTA".

AUTORIA: DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA

RELATORIA: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04
TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2007

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DA REGIÃO DAS MISSÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBLASI

PARECER: FAVORÁVEL, REJEITANDO A EMENDA APRESENTADA PELO SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

OBS.1: NO DIA 25/07/07, O SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES APRESENTOU UMA EMENDA AO PROJETO

OBS.2: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS. UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA A EMENDA

RESULTADO: APROVADO O PROJETO E REJEITADA A EMENDA

ITEM 05
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO

"NOS TERMOS DOS INCISOS II, IX E X DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, COMBINADOS COM O INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REQUIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA NAS COMISSÕES DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EDUCAÇÃO, A FIM DE OBTER ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS IMPLEMENTADAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA OFERECIDOS NO BRASIL, BEM COMO SOBRE OS CONTEÚDOS CURRICULARES DOS CURSOS. SOLICITA-SE A PARTICIPAÇÃO DAS SEGUINTE AUTORIDADES: 1. SR. FRANCISCO EDUARDO DE CAMPOS, SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2. SR. MILTON DE ARRUDA MARTINS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA; 3. SR. EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA; 4. SR. SIGISFREDO LUÍS BRENTIJI, PROFESSOR DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP); 5. REPRESENTANTE DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO".

AUTORIA: SENADOR PAPALÉO PAES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO Nº 042 - CE, DE 2007

“REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A REALIZAÇÃO DE DUAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA QUE SEJAM DEBATIDOS OS 10 ANOS DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA, DEVERÃO SER CONVIDADOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E REPRESENTANTES DO GOVERNO PARA SE DISCUTIR O ENSINO BÁSICO; PARA A SEGUNDA, DEVERÃO SER CONVIDADOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E REPRESENTANTES DO GOVERNO PARA SE DISCUTIR O ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.”

AUTORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 25/09/2007
CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª PARTE

ITEM 1

NÃO TERMINATIVO

ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 018 - CE, DE 2007 E Nº 001 – SCTMC, DE 2007

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 018/2007 – CE E Nº 01/2007-SCTMC, APROVADO NESTA COMISSÃO EM 11 DE ABRIL DE 2007, E NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO DIA 17 DO MESMO MÊS E ANO, COM O OBJETIVO DE REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA DEBATER A PIRATARIA NA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL, ESPECIFICAMENTE NAS ÁREAS DE CINEMA, VÍDEO E MÚSICA, REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE, ALÉM DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA, A SEGUNDA E, SE NECESSÁRIO, AS POSTERIORES, TAMBÉM SEJAM EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.”

AUTORIA: SENADORES MARISA SERRANO E FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

2ª PARTE

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: DISCUTIR O ANTE-PROJETO DE LEI REFERENTE À PIRATARIA NA INDÚSTRIA

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS E MARISA SERRANO.

CONVIDADOS:

CLAYTON WILSON JORGE

Advogado da Associação Antipirataria Cinema e Música - APCM

RICARDO PIMENTA

Presidente da Associação Brasileira de Videolocadoras - ABV

JOSÉ HENRIQUE VASI WERNER

Membro da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial –ABAPI

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS

Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES

RESULTADO: REALIZADA**REUNIÃO REALIZADA EM 26/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE OS JOGOS PAN-AMERICANOS REALIZADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E HOMENAGEAR OS ATLETAS BRASILEIROS PARTICIPANTES DO EVENTO.

AUTORIA DOS REQUERIMENTOS: SENADORES RENATO CASAGRANDE, IDELI SALVATTI E FLEXA RIBEIRO

AUTORIA DOS ADITAMENTOS: SENADORES FLÁVIO ARNS, CRISTOVAM BUARQUE E CÍCERO LUCENA

CONVIDADOS

VITAL SEVERINO NETO

Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro

CARLOS ARTHUR NUZMAN

Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB

ORLANDO SILVA

Ministro do Estado do Esporte

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2007**CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL****ITEM ÚNICO
- 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188 DE 2007, QUE “DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVOS”.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS, EDUARDO AZEREDO E DEMÓSTENES TORRES

AUTORIA DO PLS Nº 188/07: SENADORES EDUARDO AZEREDO E FLÁVIO ARNS

CONVIDADOS:

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI

LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA

Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Eventos – ABRAPRO

THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA

Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES

ODILON WAGNER

Ator e Produtor Teatral

CRISTINA SARAIVA

Coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música - GAP

RESULTADO: REALIZADA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CE

**REUNIÃO REALIZADA EM 05/08/2007
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

ITEM ÚNICO 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188 DE 2007, QUE “DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVOS”.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS, EDUARDO AZEREDO E DEMÓSTENES TORRES

AUTORIA DO PLS Nº 188/07: SENADORES EDUARDO AZEREDO E FLÁVIO ARNS

CONVIDADOS:

RICARDO CHANTILLY

Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART

LÚCIA KLUCK STUMPF

Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE

RICARDO DIFINI LEITE

Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas - FENEEC

JOÃO BATISTA DE MEDEIROS

Assessor da Subcomissão Permanente do Idoso do Senado Federal e Ex Subsecretário para Assuntos do Idoso do Governo do Distrito Federal (1987-1999)

BIANCA DE FELIPES

Membro do Colegiado da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro - APTR

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 059 DE 2003, QUE “REGULAMENTA O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 221, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE À REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA E À PRODUÇÃO INDEPENDENTE NAS EMISSORAS DE RÁDIO E TV E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI E RAIMUNDO COLOMBO

AUTORIA DO PLC Nº 059/03: DEPUTADA JANDIRA FEGHALI
RELATORIA DO PLC Nº 059/03: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
CONVIDADOS

EVANDRO GUTMARÃES

Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT
FERNANDO DE SOUSA DIAS

Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI/TV

PAULO TONET CAMARGO

Diretor-Geral da Rede Brasil Sul de Comunicações - RBS/Brasília

WOLNEY OLIVEIRA

Vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste - APCNN

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 25/09/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1ª PARTE

ITEM 1

NÃO TERMINATIVO

ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 018 - CE, DE 2007 E Nº 001 – SCTMC, DE 2007

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 018/2007 – CE E Nº 01/2007-SCTMC, APROVADO NESTA COMISSÃO EM 11 DE ABRIL DE 2007, E NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO DIA 17 DO MESMO MÊS E ANO, COM O OBJETIVO DE REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA DEBATER A PIRATARIA NA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL, ESPECIFICAMENTE NAS ÁREAS DE CINEMA, VÍDEO E MÚSICA, REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE, ALÉM DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA, A SEGUNDA E, SE NECESSÁRIO, AS POSTERIORES, TAMBÉM SEJAM EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.”

AUTORIA: SENADORES MARISA SERRANO E FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

2ª PARTE

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: DISCUTIR O ANTE-PROJETO DE LEI REFERENTE À PIRATARIA NA INDÚSTRIA

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS E MARISA SERRANO.

CONVIDADOS:

CLAYTON WILSON JORGE

Advogado da Associação Antipirataria Cinema e Música - APCM

RICARDO PIMENTA

Presidente da Associação Brasileira de Videolocadoras - ABV

JOSÉ HENRIQUE VASI WERNER

Membro da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial - ABAPI

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS

Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 17/09/2007
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ITEM ÚNICO
1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188 DE 2007, QUE “DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVOS”.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS, EDUARDO AZEREDO E DEMÓSTENES TORRES

AUTORIA DO PLS Nº 188/07: SENADORES EDUARDO AZEREDO E FLÁVIO ARNS

CONVIDADOS:

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI

LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA

Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Eventos – ABRAPE

THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA

Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES

ODILON WAGNER

Ator e Produtor Teatral

CRISTINA SARAIVA

Coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música - GAP

RESULTADO: REALIZADA

RELATÓRIO SINTÉTICO **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES **CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2007**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	00
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	08
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	08
Total de Reuniões Realizadas.....	08
Total de Proposições Apreciadas.....	08

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTO (REQ)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	03
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	03

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROJETOS LEI DA CÂMARA (PLC)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROJETOS DE RESOLUÇÃO DO SENADO (PRS)	<i>SETEMBRO</i>
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	<i>SETEMBRO</i>
PELA APROVAÇÃO	02
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES FEVEREIRO A SETEMBRO DE 2007

Reuniões Ordinárias Convocadas.....02

Reuniões Ordinárias Realizadas.....02

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....45

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....45

Total de Reuniões Realizadas..... 47

PARCERES	PLC	PLS (T)	PLS (NT)	PRS	EMENDA CD	RQS	RQS - PLEN	INS (NT)	AVISO	EMENDAS - PLEN	MSF	PETIÇÃO	SCD
PELA APROVAÇÃO	09	32	09	01	01	42	-	-	-	01	01	-	01
PELA REJEIÇÃO	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10	34	10	01	01	42	-	-	-	01	01	-	01

TOTAL GERAL: 101

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS SETEMBRO

Reuniões Ordinárias Convocadas.....00

Reuniões Ordinárias Realizadas.....00

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....04

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....04

Total de Reuniões Realizadas.....04

Total de Proposições Apreciadas.....00

V - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 11/09/2007 - ORDINÁRIA

ITEM 01

AVISO Nº 48, DE 2001

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 78, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Grupo Hospitalar Conceição S/A, administrador dos Hospitais Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Hospital Fêmina S/A, em Porto Alegre-RS, em 1994, na área de licitações e contratos (TC - 625.093/94-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator "ad hoc": Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

ITEM 02

AVISO Nº 13, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 513, de 2003 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras do Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guarimirim/SC (TC - 003.655/2003-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator "ad hoc": Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

ITEM 03

AVISO Nº 20, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.572/2007-TCU-2ª Câmara, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente aos autos do ato de aposentadoria do Sr. Tereso de Jesus Torres (TC 017.082/2003-6).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator "ad hoc": Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria com remessa de cópia ao Primeiro Secretário, com vistas à adoção das providências administrativas cabíveis e envio do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

ITEM 04**OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal informações do Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e do Senhor Marcelo Ribeiro de Oliveira, Procurador da República no Estado do Pará, sobre questão referente a legislação de licenciamento ambiental, suscitada pelo referido Diretor-Geral em audiência pública patrocinada pelas Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 12 de abril de 2007.

Autoria: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 18/09/2007 - ORDINÁRIA**ITEM 01****AVISO Nº 21, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.257/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Acórdão nº 214/2007-Plenário, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - Iterra (TC 004.486/2004-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador JONAS PINHEIRO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

ITEM 02**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro.

Autoria: Senador PEDRO SIMON

Relator: Senador SIBÁ MACHADO

Relatório Prévio: Pela admissibilidade da matéria e do plano de trabalho apresentado.

Resultado: Aprovado o Relatório Prévio

ITEM 03**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 57, DE 2001
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”.

Autoria: Câmara dos Deputados

Autor do Projeto: Senador ÁLVARO DIAS

Relator “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto

Resultado: Aprovado o Parecer.

Obs.: O projeto será apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

REUNIÃO REALIZADA EM 25/09/2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2007-CMA

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES

Resultado: Aprovado

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2005

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE

Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do texto aprovado pela CAE

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Resultado: Aprovado

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007

TERMINATIVO

Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA

Relator “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE

Parecer: Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta.

Resultado: Aprovado. A matéria irá a Turno Suplementar na próxima reunião (Art. 282 – RISF).

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2006
TERMINATIVO

Altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão "informe publicitário".

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO

Relator: Senador GARIBALDI ALVES

Parecer: Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta.

Obs1: O projeto foi aprovado em 29.05.2007 com emenda aditiva. Por se tratar de emenda substitutiva, ele será apreciado novamente.

Resultado: Aprovado. A matéria irá a Turno Suplementar na próxima reunião (Art. 282 – RISE).

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005
TERMINATIVO

Altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.

Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Parecer: Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta.

Obs.: Este projeto foi relatado pelo Senador NEZINHO ALENCAR, sendo aprovado com a Emenda nº 1-CMA que suprime os artigos 2º, 3º e 4º citados na ementa. Assim, há necessidade de alterar a ementa para adequar o projeto.

Resultado: Aprovado

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2007

ITEM ÚNICO

Requerimento nº 06, de 2007 – CMAGRS

Considerando as atribuições e objetivos desta Subcomissão, bem como a necessidade de identificar as experiências e realizações que obtiveram êxito na solução de problemas relacionados ao gerenciamento do lixo, e ainda, tendo em vista as sugestões apresentadas pela GTZ (Cooperação Técnica Alemã) e o KFW (Banco de Fomento da República Federal da Alemanha), requeremos a realização de visita técnica da Subcomissão de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, às cidades da Alemanha abaixo citadas, que tiveram experiências inovadoras e bem sucedidas quanto ao tema, apresentando bons resultados:

Na cidade de Frankfurt - visita a empresa encarregada de colher o lixo doméstico, a chamada "Frankfurter Entsorgung – und Service GmbH", para receber explicações sobre todo o processo de eliminação de lixo e, particularmente, o sistema de coleta separada e reciclagem de materiais reutilizáveis, possuindo, também, um sistema moderno de separação de papel usado;

Em Offenbach - visita a empresa pública da Prefeitura, denominada Gemeinnützige Offenbacher Ausbildungs – und Beschäftigungsgesellschaft (GOAB), especializada em reciclagem, sobretudo de aparelhos elétricos e eletrônicos usados, tais como computadores e aparelhos elétricos, bem como projeto de inserção social;

Na zona de Darmstadt - visita a uma usina que utiliza o sistema de compostagem;

Em Mannheim - visita a uma usina de co-geração de energia e calor à base de lixo.

Autor: Senador CÍCERO LUCENA

Resultado: Aprovado

VI - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDIL

REUNIÃO REALIZADA EM 06/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº. 01

REQUERIMENTO Nº. 49, DE 2007 - CDH

Assunto: "Requeiro nos termos regimentais, especialmente amparados no artigo 90, inciso X e artigo 102-E inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se manifeste junto ao Governo do Estado da Bahia para que o mesmo tome as providências cabíveis visando a apuração do assassinato da líder comunitária Aurina Rodrigues Santana, 44, do seu companheiro Rodson da Silva Rodrigues, 29 e do seu filho Paulo Rodrigo Rodrigues Santana Braga, 19 anos. A família foi vítima de uma chacina na Comunidade do Calabeteão, cidade de Salvador, Estado da Bahia no último dia 14 de agosto. A principal suspeita de autoria do assassinato recai sobre policiais militares que estavam sendo investigados devido a prática de tortura contra o jovem Paulo Rodrigo e sua irmã de 13 anos ocorrida no dia 21 de maio de 2007".

Autoria: Senador JOSÉ NERY DE AZEVEDO

Resultado: **APROVADO, COM OS ENCAMINHAMENTOS DE DAR CIÊNCIA AO EXECUTIVO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, AMBOS DO ESTADO DA BAHIA, COM O ACOMPANHAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS PELA COMISSÃO. BEM COMO, ESTE REQUERIMENTO SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 8 DE 2007, PARA QUE FAÇA PARTE DO TEMA DE DISCUSSÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS JÁ AGENDADAS.**

ITEM Nº. 02

REQUERIMENTO Nº. 50, DE 2007 - CDH

Assunto: "Considerando a apresentação do Requerimento nº 06, de 2007, para criação da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, subscrito pelo excelentíssimo senhor Senador Paulo Paim e outros, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovado em princípio de março de 2007, requeiro, na qualidade de Presidente daquela Subcomissão Temporária, a retificação do nome da Subcomissão a fim de que passe a chamar Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo".

Autoria: Senador JOSÉ NERY DE AZEVEDO.

Resultado: **APROVADO**

ITEM Nº. 03

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2007 - CDH

Assunto: Nos termos do art. 93, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação a fim de discutir o projeto de Lei da Câmara nº 122, que "altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências", de autoria da

ex-Deputada Iara Bernardi.” Com a presença das seguintes autoridades: Maria Brenice Dias – Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Dalio Zippin – Advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Celso de Mello – Ministro e Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Paulo Marante – Advogado do Grupo Identidade e Edith Modesto – Presidente do Grupo de Pais de Homossexuais.

Autoria: Senadora Scrys Shessarenko

Resultado: APROVADO, COM O ENCAMINHAMENTO PARA QUE OS CONVIDADOS SEJAM INCLUÍDOS NO ROL DOS CONVIDADOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 13 DE SETEMBRO.

ITEM Nº. 04

OFÍCIO “S” Nº 08, DE 2006

(Ofício Externo nº 133 de 19/06/2006, na origem)

Ementa: “Encaminha deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006”.

Autoria: Senhor PÉRLY CIPRIANO.

Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Relatoria: “ad hoc” Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Paracer: Para conhecimento da CDH, do Ofício “S” nº 8 de 2006, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e por sua remessa ao arquivo.

Resultado: aprovado o parecer reformulado com o voto pelo encaminhamento do processado, para análise da Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito desta Comissão.

EXTRAPAUTA

ITEM Nº. 01

REQUERIMENTO Nº. 52, DE 2007 - CDH

Assunto: “Requer a realização de Audiência pública para discutir a proteção do trabalho do idoso. A luz do Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2007, que aponta para as medidas a serem adotadas com relação às dificuldades suportadas pelos idosos no mercado de trabalho, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação. Os convidados serão definidos oportunamente”.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Resultado: APROVADO.

ITEM Nº. 02

REQUERIMENTO Nº. 53, DE 2007 - CDH

Assunto: “Requer a realização de Audiência Pública com vistas a discutir a Violência contra a criança, adolescente e juventude”. “Com convidados que representem órgãos governamentais e não governamentais cujas atuações sejam atinentes ao tema”.

Autoria: Senador PAULO PAIM e outros

Resultado: APROVADO.

ITEM Nº. 03

REQUERIMENTO Nº. 54, DE 2007 - CDH

Assunto: “Requer a Realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vistas a discutir a importância das

relações do Estado brasileiro com as representações dos povos africanos, na área dos Direitos Humanos. Para tanto convida os Embaixadores dos Países Africanos no Brasil, representantes do Itamaraty, do Ministério da Justiça e da SEPIR”.

Autoria: Senador PAULO PAIM e outros

Resultado: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº. 01

SUGESTÃO Nº. 01, DE 2007

Ementa: “Altera a Lei nº 9.342, de 1997, com vistas à ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante - AFMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino sejam as Regiões Norte e Nordeste”.

Autoria: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FIEPE.

Relatoria: Senador SIBÁ MACIADO.

Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão.

Resultado: APROVADO O PARECER

ITEM Nº. 02

REQUERIMENTO Nº 55 DE 2007 - CDH

Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes aos ANISTIADOS, devendo ser convidadas às entidades representativas a serem definidos pela própria comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 03

REQUERIMENTO Nº 56 DE 2007 - CDH

Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir sobre o VOTO ABERTO no caso previsto do art. 55 da Constituição Federal e demais casos que exige votação secreta, em dia, hora e convidados a serem definidos por esta comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Resultado: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº. 01

REQUERIMENTO Nº. 57, DE 2007 - CDH

Ementa: “Realização de um ciclo de Audiências Públicas, uma a cada mês, preferencialmente na última quinta-feira do mês, com vistas a tratar das QUESTÕES ATINENTES À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA À LUZ DA LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA conforme temas relacionados e seguir e convidados a serem definidos por esta Comissão: Crianças; Emendas Orçamentárias de comissão; Proconecitos; Dia da Juventude; Movimento Sindical; Meio Ambiente; Idoso; Código

de Defesa do Consumidor (Procon/Iddec); Empresárias; Componentes do Judiciário; Pessoa com Deficiência; Mulheres; Desemprego; Movimento sem Terra; Prefeitos”.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 02

SUGESTÃO Nº. 11, DE 2007

Ementa: “Normas gerais para os plantões no sistema jurídico”.

Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG (CONDESESUL).

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão e remessa de expedientes ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça, dando-lhes ciência do teor do assunto abordado.

Resultado: APROVADO O PARECER

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2007 – EXTRAORDINÁRIA – 1ª REUNIÃO

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ementa: Nos termos do Requerimento - CDH nº 55, de 2007, aprovado em 13/09/2007, de autoria do Senador Paulo Paim, e outros, com vistas a tratar das questões atinentes aos anistiados trabalhistas demitidos durante o Governo Collor.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Mário Barbosa – Assessor Especial do MTE;

Marcelo Lavanere Machado – Representante jurídico dos anistiados;

Ulisses Borges – Representante jurídico dos anistiados;

Carlos Alberto Fernandes de Alencar – Representante do Sindsep/DF;

João Luiz Batista – Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT/DF;

Cláudio Santana – Secretário Sindical do PT/DF;

Edivaldo Pereira dos Santos – CONAB;

Luiz Gonzaga Freire Carneiro – CURD;

Roberto Faria de Mattos – ABEN;

Paulo César dos Santos – Anistiado – Representado por Wilza Maria Ferreira de Sá;

Jorge Muniz – BNOC;

Ricardo José S. N. Silva – CABEB – Representado por Augusto César; e

José Augusto – Prólogo.

RESULTADO: REALIZADA

2ª PARTE**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 58, DE 2007 – CDH**

Assunto: Requeremos, nos termos do artigo 93 do RISE, a realização de audiência pública, para tratar sobre a situação das milhares de famílias que percebem benefícios do Fundo Acrus de Seguridade Social, ameaçadas pela suspensão do pagamento após a intervenção promovida pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que determinou a liquidação dos dois planos de benefícios previdenciários que eram patrocinados pela Varig no Acrus. Com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda; Sr. Leonardo André Paixão - Secretário de Previdência Complementar; Representante da Associação de Pilotos da Varig; e Representante do Fundo Acrus de Seguridade Social.

Autores: Senador Marcelo Crivella e Senador Paulo Paim.

Resultado: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2007 – EXTRAORDINÁRIA – 2ª REUNIÃO**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do Requerimento – CDH nº 04, de 2007, aditado pelo Requerimento – CDH nº 08, de 2007, autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, aprovados em 15/02/2007 e 1º/03/2007, respectivamente, para discutir item do ciclo de debates sobre Violência Urbana, tendo como centro a Violência, Direitos Humanos e Setores Discriminados.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

- 1 - Dejival Vieira - Coordenador do Movimento Brasil Afirmativo, da Coordenação do Fórum SP da Igualdade Racial e Editor de Afropress - Agência Afroétnica de Notícias;
- 2 - Frei Antonio Leandro da Silva - Diretor Executivo da Educação e Coordenador do Fórum SP da Igualdade Racial;
- 3 - Ricardo Patah - Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e presidente nacional da UGT - União Geral dos Trabalhadores;
- 4 - Marco Antonio Zito Alvarenga - Presidente da CONAD - Comissão do Negro e Assuntos Anti-Discriminatórios da OAB; e
- 5 - Inês da Silveira representando Maria Helena - Embaixada do Samba Paulistano.
- 6 - Ivonete Carvalho - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

RESULTADO: REALIZADA

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO
ESCRAVO - CDH****REUNIÃO REALIZADA EM 26/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Discussão do Relatório de Fiscalização do Grupo Móvel junto empresa PAGRISA.

Convidado: Carlos Roberto Lupi - Ministro do Trabalho e Emprego.

RESULTADO: REALIZADA

VII - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 04/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

1ª PARTE

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2007

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO III ALÍNEA "F", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 11 DA LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999, O NOME DO SENHOR PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR ROMEL TUMA

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA VOTAR A PRESENTE INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

2ª PARTE

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 202, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE ESTABELECIMENTO DA REDE INTERNACIONAL DE CENTROS PARA ASTROFÍSICA RELATIVÍSTICA – ICRANET, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL COM SEDE EM PESCARA, ITÁLIA, E DE SEUS ESTATUTOS, ASSINADO EM 21 DE SETEMBRO DE 2005. AUTORIA: : COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL. (CD)

RELATORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

EXTRA-PAUTA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 57, DE 2007

REQUEIRO, NOS TERMOS PREVISTOS NO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA SOLICITADO AO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ESCLARECIMENTOS E PROVIDÊNCIAS QUANTO AO OCORRIDO NO ÚLTIMO DIA 2 DE AGOSTO, NO AEROPORTO INTERNACIONAL DOS GUARARAPES, NO RECIFE, ONDE JAQUES BROTCHE, SENADOR DO REINO BELGA E DETENTOR DE PASSAPORTE

DIPLOMÁTICO, PROFESSOR TITULAR DE NEUROCIRURGIA DA UNIVERSIDADE DE BRUXELAS E ATUAL PRESIDENTE DA WFNS – FEDERAÇÃO MUNDIAL DA SOCIEDADE DE NEUROCIRURGIA, SOFREU CONSTRANGIMENTO POR FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA FEDERAL.

AUTORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 62, DE 2007

REQUEIRO A PARTICIPAÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL, NO SIMPÓSIO AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI ENVOLVENDO ATIVIDADES DIVERSAS – MOSTRA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, ARTESANAIS E CULTURAIS DA REGIÃO, A OCORRER NESTE SEMESTRE DE 2007, EM REUNIÃO CONJUNTA COM A COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAINDR, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 63, DE 2007

REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE VOSSA EXCELENCIA DESIGNE MEMBRO DESTA COMISSÃO, CONCOMITANTEMENTE, MEMBRO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, PARA ACOMPANHAR, DURANTE O MÊS DE SETEMBRO PRÓXIMO VINDOURO, A OPERAÇÃO UPATAKON 3, A SER REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL NA RESERVA INDÍGENA RAPOSA – SERRA DO SOL, LOCALIZADA NO ESTADO DE RORAIMA, NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, VENEZUELA E GUIANA.

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 64, DE 2007

REQUEIRO, NOS TERMOS PREVISTOS NO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA SOLICITADO AO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA ESCLARECIMENTOS E PROVIDÊNCIAS QUANTO AO OCORRIDO NO ÚLTIMO DIA 2 DE AGOSTO, NO AEROPORTO INTERNACIONAL DOS GUARARAPES, NO RECIFE, ONDE JAQUES BROTCHE, SENADOR DO REINO BELGA E DETENTOR DE PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, PROFESSOR TITULAR DE NEUROCIRURGIA DA UNIVERSIDADE DE BRUXELAS E ATUAL PRESIDENTE DA WFNS – FEDERAÇÃO MUNDIAL DA SOCIEDADE DE NEUROCIRURGIA, SOFREU CONSTRANGIMENTO POR FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA FEDERAL.

AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 06/09/2007 - ORDINÁRIA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2001**

APROVA O TEXTO DO QUINTO PROTOCOLO AO ACORDO GERAL SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS, DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC), CONCLUÍDO EM GENEVRA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1998.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO

RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE "AD HOC"

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2001**

APROVA O TEXTO DO SEGUNDO PROTOCOLO AO ACORDO GERAL SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO

RELATOR: SENADOR ROMBU TUMA "AD HOC"

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO TRATADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME SOBRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL, ASSINADO EM PARAMARIBO, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2005.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON

RELATOR: SENADOR CÉSAR BORGES "AD HOC"

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DOS DIAS 05/07/07, 09/08/07 E 04/09/07.

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 197, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO ACORDO PARA A FACILITAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS NO MERCOSUL APROVADO PELA DECISÃO CMC 32/04.

EMANADA DA XXVII REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL, REALIZADA EM BELO HORIZONTE, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO

RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR “AD HOC”

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DO DIA 04/09/07.

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 05

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E AUXÍLIO JURÍDICO EM MATÉRIA PENAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ESPANHA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 22 DE MAIO DE 2006.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 06

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2007

APROVA O TEXTO DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ROMÊNIA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 12 DE AGOSTO DE 2003.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPLICY “AD HOC”

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 07

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2007

APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL CONTRA O DOPING NOS ESPORTES, CELEBRADA EM PARIS, EM 19 DE OUTUBRO DE 2005.

AUTORIA: : COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

RELATOR: SENADOR WELLINGTON SALGADO “AD HOC”

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 08
NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2007 - CRE

REQUER NOS TERMOS DO ART. 50, CAPUT E § 1º E ART. 58, § 2º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 397, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A CONVOCAÇÃO DO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, EXMO. SR. GUILHERME CASSEL, E SEJA CONVIDADO O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, ILMO SR. ROLF HACKBARD, PARA, EM REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, PRESTAREM ESCLARECIMENTOS PERANTE A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, SOBRE ASSENTAMENTOS DE FAMÍLIAS EM ÁREAS DA FLORESTA AMAZÔNICA.

AUTORIA: SENADORES ARTHUR VIRGÍLIO E HERÁCLITO FORTES

RESULTADO: APROVADO

EXTRA - PAUTA

ITEM 01
NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2007 - CRE

REQUEIRO, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO DA DEFESA SOBRE A VIOLAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO E INVASÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL POR AERONAVES DAS FORÇAS ARMADAS DA VENEZUELA, CONFORME MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA – ONLINE, EM 05/09/2007.

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02
NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2007 - CRE

REQUEIRO, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE A VIOLAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO E INVASÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL POR AERONAVES DAS FORÇAS ARMADAS DA VENEZUELA, CONFORME MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA – ONLINE, EM 05/09/2007.

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2007 - CRE

REQUEIRO, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O COMANDANTE MILITAR DA AMAZÔNIA, GENERAL RAIMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS A ESTA COMISSÃO SOBRE A VIOLAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO E INVASÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL POR AERONAVES DAS FORÇAS ARMADAS DA VENEZUELA, CONFORME MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA – ONLINE, EM 05/09/2007.

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 61, DE 2007 – CRE**

REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O SR. EMBAIXADOR DO PERU, HUGO DE ZEILA, PARA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA EXPLANAR, AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, SOBRE O TERREMOTO DE GRANDES PROPORÇÕES QUE ATINGIU RECENTEMENTE O PAÍS, SOBRE A EXTENSÃO DA AJUDA INTERNACIONAL ÀS VÍTIMAS, INCLUINDO A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO, BEM COMO, ACERCA DAS MEDIDAS COGITADAS PARA A RECONSTRUÇÃO DAS CIDADES E PARA A VOLTA À NORMALIDADE.

AUTORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2007**

DISPÕE SOBRE A MOBILIZAÇÃO NACIONAL E CRIA O SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SINAMOB.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR ROMEU TUMA

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 06**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2007**

APROVA O TEXTO DAS EMENDAS À CONVENÇÃO SOBRE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO MARINHA CAUSADA PELO ALIJAMENTO NO MAR DE RESÍDUOS E OUTRAS MATÉRIAS.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATOR: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 07**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2007**

APROVA O TEXTO DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUATEMALA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 20 DE AGOSTO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORA: SENADORA SERYS SILHESSARENKO

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 08
NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2007 - CRE

REQUEIRO NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O SENHOR SATYA NADAN, SECRETÁRIO-GERAL DA AUTORIDADE INTERNACIONAL DOS FUNDOS MARINHOS, PARA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, APRESENTAR E DISCUTIR AS ATIVIDADES DA AUTORIDADE, E SUA RELAÇÃO COM OS INTERESSES ECONÔMICOS E DE DEFESA DO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO.

AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09
NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2007

APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL RELATIVA À INTERVENÇÃO EM ALTO-MAR EM CASOS DE ACIDENTES COM POLUIÇÃO POR ÓLEO DE 1969 E SEU PROTOCOLO DE 1973.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR "AD HOC"

PARECER: FAVORÁVEL.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10
NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, CELEBRADO EM PRAIA, EM 29 DE JULHO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

RELATORA: SENADORA ROSALBA CIARLINI "AD HOC"

PARECER: FAVORÁVEL.

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 11
NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES REMUNERADAS POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR E TÉCNICO, CELEBRADO EM PRAIA, EM 14 DE JANEIRO DE 2005.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

RELATOR: SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES “AD HOC”

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 12

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO NO SETOR DE TURISMO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA HELENICA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2002.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE “AD HOC”

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 13

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA COMBATER O TRÁFEGO DE AERONAVES ENVOLVIDAS COM ATIVIDADES ILÍCITAS TRANSNACIONAIS, ASSINADO EM MONTEVIDÉU, EM 14 DE SETEMBRO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

RELATOR: SENADOR MÃO SANTA “AD HOC”

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 14

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 267, DE 2005

SOLICITA, NOS TERMOS DO ART. 52, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DE DAÇÃO DE IMÓVEL DO GOVERNO DA BOLÍVIA, COMO PARTE DO PAGAMENTO DOS JUROS DA DÍVIDA EXTERNA DAQUELE PAÍS.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA "AD HOC"
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 15

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 43, DE 2004

CRIA O GRUPO PARLAMENTAR "AMIZADE BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE".

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE "AD HOC"

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 16

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 624, DE 2007

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA APROVADO VOTO DE CONGRATULAÇÕES E SOLIDARIEDADE A SER ENCAMINHADO AO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES CELSO AMORIM, PELA INDICAÇÃO DO SR. ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO COMO REPRESENTANTE ÚNICO DO GOVERNO BRASILEIRO PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE ASSUNTOS TARIFÁRIOS E COMERCIAIS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS - OMA.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO GUERRA

RELATORIA: SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

RELATOR: SENADOR WELLINGTON SALGADO "AD HOC"

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO O PARECER

ITEM 17

NÃO TERMINATIVO

INDICAÇÃO Nº 01, DE 2006

SUGERE A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, E À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, BEM COMO À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, QUE PROCEDAM A ESTUDOS SOBRE A CRIAÇÃO DE UM FUNDO MUNDIAL AMBIENTAL (FMA), NA FORMA PROPOSTA NO TEXTO DA JUSTIFICAÇÃO DESTA INDICAÇÃO.

AUTORIA: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE

RELATORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO

RELATOR: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI "AD HOC"

PARECER: PELO ENCAMINHAMENTO DA MATÉRIA A COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

RESULTADO: APROVADO O PARECER

REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007 - ORDINÁRIA**ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

PARA EXPLANAR AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL SOBRE A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA FORÇA AÉREA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 39, DE 2007 - CRE, DE AUTORIA DO SENADOR HERÁCLITO FORTES, APROVADO DIA 05/07/2007.

CONVIDADO: TENENTE-BRIGADEIRO-DO-AR JUNTI SAITO, COMANDANTE DA AERONÁUTICA.

RESULTADO: REALIZADA

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 70, DE 2007 – CRE**

REQUEIRO NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM CONVIDADOS OS SENHORES FREDERICO FLEURY CURADO E LUIS CARLOS SIQUEIRA AGUIAR, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA EMBRAER, PARA EXPLANAR AOS MEMBROS DESTA COMISSÃO SOBRE O PROJETO DO AVIÃO C390. ESTE PROJETO ATENDE ÀS NECESSIDADES DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA E TAMBÉM AOS INTERESSES DAS FORÇAS AÉREAS DE OUTROS PAÍSES.

AUTORIA: SENADORES HERÁCLITO FORTES, MARCELO CRIVELLA E EDUARDO AZEREDO

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2007 - ORDINÁRIA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 127, DE 2007**

SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA DO SENHOR ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DAS FILIPINAS.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR “AD HOC”

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 129, DE 2007**

SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA DO SENHOR JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 133, DE 2007

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO PERU.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO "AD HOC"

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2007 - ORDINÁRIA

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PARA EXPLANAR AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, SOBRE O TERREMOTO DE GRANDES PROPORÇÕES QUE ATINGIU RECENTEMENTE A REPÚBLICA DO PERU, SOBRE A EXTENSÃO DA AJUDA INTERNACIONAL ÀS VITIMAS, INCLUINDO A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO, BEM COMO, ACERCA DAS MEDIDAS COGITADAS PARA A RECONSTRUÇÃO DAS CIDADES E PARA A VOLTA À NORMALIDADE, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 61, DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, APROVADO DIA 06/09/2007. CONVIDADO: EXCELENTÍSSIMO SENHOR HUGO DE ZELA, EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO PERU.

RESULTADO: REALIZADA

2ª PARTE

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 134, DE 2007

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR BRIAN MICHAEL FRASER NEELE, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE HONDURAS.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 135, DE 2007

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DA SENHORA LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA TCHECA.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

EXTRA-PAUTA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2007 - CRE

REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O SENIOR EMBAIXADOR RUBENS BARBOSA, PARA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DISCUTIR A QUESTÃO DA ADESÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA AO MERCOSUL.

AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2007 - CRE

REQUEIRO A PRORROGAÇÃO POR 15 (QUINZE) DIAS DA DESIGNAÇÃO DESSA COMISSÃO, ENCAMINHADA PELO OF. Nº 340/2007-CRE, PARA QUE EU POSSA REPRESENTAR A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL NA DENOMINADA OPERAÇÃO U-PATAKON III, DA POLÍCIA FEDERAL, BEM COMO OS DESDOBRAMENTOS DESSE PROCESSO NA RESERVA INDÍGENA RAPOSA – SERRA DO SOL, EM RORAIMA.

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO

VIII - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

Não Terminativo

Projeto de Lei da Câmara, nº 67, de 2005

"Da nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001."

Autor: Deputado Roberto Balestra

Relator: Senador Eliseu Resende

Parecer: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta.

Resultado: **Aprovado o Parecer**

ITEM 02

Não Terminativo

Mensagem do Senado Federal nº 145, de 2007

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Major-Brigadeiro-do-Ar RI Allemander Jesus Pereira Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo".

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Delcídio Amaral

Relatório: Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação

Resultado: **Aprovada a indicação com 19 (dezenove) votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma "abstenção". Total de votos = 19 (dezenove).**

ITEM 03

Não Terminativo

Mensagem do Senado Federal nº 101, de 2007

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Heraldo Consentino, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT".

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação

Resultado: **Aprovada a indicação com 19 (dezenove) votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma "abstenção". Total de votos = 19 (dezenove).**

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento, nº 051, de 2007-CI

Requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o objetivo de debater as causas que levaram ao acidente envolvendo dois trens na tarde do último dia 30 de agosto de 2007, em Austin, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, tendo como convidados:

Representante da Supervia, concessionária que administra os trens do Estado; Representante do Sindicato dos Ferroviários, Sr. Valmir Lemos; e Representante da Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Autores: Senadora Ideli Salvatti e Senador Marcelo Crivella

Resultado: **Aprovado**

ITEM 2**Requerimento, nº 052, de 2007-CI**

, requer nos termos regimentais, seja realizada nesta Comissão audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007, que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros, tendo como convidados Representantes das seguintes instituições: Secretaria de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes;

Ministério do Turismo; Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);

Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (ABRATI); Confederação Nacional do Transporte (CNT)

Autor: Senador Expedito Júnior

Resultado: Aprovado.

ITEM 3**Requerimento, nº 053 de 2007-CI**

Requer nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública perante esta Comissão, para discutir a situação dos transportes ferroviários do País: a possibilidade de investimentos, custo, segurança, rapidez e modernização, com os seguintes convidados: Nelson Jobim, Ministro da Defesa;

José Alexandre Nogueira Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

Afonso Carneiro Filho, Diretor de Política Nacional de Transportes; Luciano Coutinho, BNDES; José Francisco das Neves, Diretor-Presidente da VALPC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Roland Krueger e Axel Matschke, Engenheiros da Transrapid Internacional e FT – Dessau (Alemanha) – Fabricantes de trens maglev de alta velocidade; Alstom Transport (França) – Fabricantes do TGV – Sistema de roda-trilho de alta velocidade; e Victor Abel Grostein – Vetec Engenharia (Brasil) – Empresa especializada em estudos de trens de alta velocidade;

Autor: Senador Valdir Raupp

Resultado: Aprovado.

ITEM 4**Requerimento, nº 054 de 2007-CI**

requer nos termos do art. 90, inciso V e art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado convite para audiência pública no âmbito desta Comissão de Infra-Estrutura, Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda e Senhor Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, para debater Parâmetros Econômicos da CPMF e a tese da prorrogação.

Autor: Senador Marconi Perillo e outro

Resultado: Aprovado

IX - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 06/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista no Estado de Roraima.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Relator: Senador JOÃO TENÓRIO

Relator "AD HOC": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR

ITEM Nº 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garças, no Estado do Mato Grosso.

Autoria: Senador JAYME CAMPOS

Relator: Senador JONAS PINHEIRO

Relator "AD HOC": Senador GIM ARGELLO

Parecer: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 – CDR.

ITEM Nº 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Floriano, no Estado do Piauí.

Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR.

REQUERIMENTOS APROVADOS

Requerimento nº 16, de 2007 – CDR

Requer, nos termos do disposto no art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50 e 58, § 2º, III da Constituição Federal, que o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Miguel Jorge, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, visando apresentar os critérios do Ministério na criação das Zonas de Processamento de Exportações.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Requerimento nº 17, de 2007 – CDR

Requer, nos termos do disposto no art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, visando debater o PRODETUR, abordando a execução dos recursos consignados no orçamento do Ministério do Turismo para o corrente ano e as necessidades previstas para o ano de 2008, com os seguintes convidados: Representantes do Ministério do Turismo e do Banco do Nordeste do Brasil; e o Presidente do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007 – EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA, “com objetivo de debater o PRODETUR, abordando a execução dos recursos consignados no orçamento do Ministério do Turismo para o corrente ano e as necessidades previstas para o ano de 2008”, em atendimento ao requerimento nº. 17, de 2007 – CDR, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com a presença dos seguintes convidados: Sr. FREDERICO SILVA DA COSTA – Diretor do Departamento de Programas Regionais e Desenvolvimento do Turismo; representando o Ministério do Turismo; Sr. BISMARCK MAIA - Presidente do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados, Sr. PEDRO RAFAEL LAPA – Diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste S.A.; representando o Banco do Nordeste S.A.

RESULTADO: REALIZADA

REQUERIMENTOS APROVADOS**Requerimento nº 18 de 2007 – CDR**

Requer, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR para realização de Audiência Pública visando debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 22, de 2003, que “dispõe sobre as atividades das agências de turismo”, para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do Ministério do Turismo, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos Estados, Confederação Nacional dos Municípios, Conselho Nacional da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, além do especialista na matéria, Sr. Paulo Wiedmann.

Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Requerimento nº 19 de 2007 – CDR

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – (Subcomissão de Biocombustíveis) para discussão dos aspectos econômicos, sociais e ambientais de um projeto alternativo para a produção do biodiesel na Amazônia, a partir do óleo de dendê, com a presença dos seguintes convidados:

Dra. Maria do Rosário Lobato Rodrigues – Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Ocidental;

Dr. Ricardo de Gusmão Domelles – Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis/ Ministério de Minas e Energia (MME);

Dr. Ruy de Góes Leite de Barros – Diretor de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/ Ministério do Meio Ambiente (MMA);

Sr. Mozart Schmidt de Queiroz – Gerente-Executivo de Energias Renováveis da Petrobrás;

José Graziano da Silva – Representante regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para América Latina e Caribe);

Um representante para fazer exposição sobre o êxito do assentamento do INCRA que planta Palma, do Estado do Pará.

Autoria: Senador João Pedro, Senador Jonas Pinheiro e Senador Flexa Ribeiro.

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA, “com objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 22, de 2003, que “dispõe sobre as atividades das agências de turismo”, em atendimento ao requerimento nº. 13, de 2007 – CDR, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com a presença dos senhores:

RICARDO MOESCH, COORDENADOR-GERAL DE SERVIÇOS TURÍSTICOS DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO – MINISTÉRIO DO TURISMO;

PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY, SECRETÁRIO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA;

JOÃO PEREIRA MARTINS NETO – PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS – ABAV;

PAULO WIEDMANN – ASSESSOR JURÍDICO DA ABAV.

RESULTADO: REALIZADA

X - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA, com a finalidade de discutir a recuperação da lavoura caueueim e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com a presença do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, em cumprimento ao Requerimento nº 17, de 2007 – CRA, aprovado em 22.8.2007, de autoria do Senador César Borges.

RESULTADO: REALIZADA.

EXTRA - PAUTA

Requerimento nº 18, de 2007 – CRA

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e sobre o anúncio pela imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia Legal e no Pantanal.

AUTOR: Senador Expedito Júnior

RESULTADO: Aprovado. A audiência pública será realizada com a participação efetiva da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, tendo em vista a aprovação, em 11.7.2007, do Requerimento nº 13, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador Sibá Machado.

Requerimento nº 19, de 2007 – CRA

Requer audiência pública com a presença do Ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca - SEAP, Sr. Altemir Gregolin, com a finalidade de tratar sobre as políticas da Secretaria, bem como orçamento e planejamento 2008/2011.

AUTOR: Senador Neuto de Conto

RESULTADO: Aprovado, com adendo da Senadora Kátia Abreu e do Senador Flexa Ribeiro.

Requerimento nº 20, de 2007 – CRA

Requer seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de debater e analisar a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, tendo em vista a crescente preocupação mundial com segurança alimentar, reforçada pelo crescimento da demanda global por biocombustíveis. Para tanto, solicito o convite dos seguintes debatedores:

1. Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
2. Representante do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX;
3. Representante do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas - SIACESP;
4. Representante da Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA;
5. Representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA;
6. Representante da Federação das Indústrias de São Paulo - FIESP.

AUTOR: Senador João Tenório

RESULTADO: Aprovado.

Requerimento nº 21, de 2007 – CRA

Requer audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o Dr. Odacir Klein, Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel - UBRABIO, com o objetivo de discutir e analisar, com uma visão geral, a produção dos biocombustíveis no país.

AUTOR: Senador Neuto de Conto, com adendo do Senador João Tenório, para que seja convidado o Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto - Professor do Departamento de Economia da UFRN.

RESULTADO: Aprovado. A audiência pública será realizada com a participação efetiva da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 16, de 2007-CRA-RIO, em 13.9.2007, de autoria do Senador Neuto de Conto, com adendo do Senador João Tenório.

Requerimento nº 22, de 2007 – CRA

Requer audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural SIBRATER, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. José Silva Soares - Presidente da Associação Brasileira de extensão Rural - ASBRAER;

Sr. Admíran Sanches Percei - Secretário Nacional da Agricultura Familiar - SAF/MDA;

Sr. Argileu Martins da Silva - Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER/SAF/MDA;

Sr. Luis Cláudio Macêdo - Vice-Presidente da ASBRAER e Diretor-Geral da EMATER - RN.

AUTOR: Senador Neuto de Conto

RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

REUNIÃO REALIZADA EM 26/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA**1ª PARTE****APRECIÇÃO DE MATÉRIAS****ITEM 1****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2007 COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária.

AUTORA: Senadora Marisa Serrano

RELATOR: Senador Neuto de Conto

Relator "Ad-hoc": Senador João Ribeiro

RELATÓRIO. Pela aprovação.

RESULTADO: Aprovado o Parecer. À Comissão de Assuntos Econômicos.

EXTRA-PAUTA**ITEM 1****Requerimento nº 23, de 2007 – CRA**

Requer, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 20/2007-CRA, de autoria do senador João Tenório, seja acrescentado à lista de convidados para participar de audiência pública, nesta Comissão, com finalidade de debater e analisar a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, o nome do Sr. GEORGE WAGNER SOUSA, Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA)

AUTORA: Senadora Kátia Abreu

RESULTADO: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA – em cumprimento ao Requerimento nº 14, de 2007 - CRA, de autoria dos Senadores João Ribeiro e Expedito Júnior, com a finalidade de contribuir com debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, com a participação dos seguintes convidados:

Sr. José Roberto Rodrigues Peres – Gerente-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Sr. Luiz Carlos Balbino – Gerência, Planejamento e Negócios – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

RESULTADO: REALIZADA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS - CRA****REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007**

AUDIÊNCIA PÚBLICA, com a finalidade de discutir a produção nacional de biodiesel, em cumprimento ao Requerimento nº 9, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador João Tenório, aprovado em 11.7.2007, e ao Requerimento nº 14, de 2007

CRA-BIO, de autoria do Senador César Borges, aprovado em 29.8.2007, com a participação dos seguintes convidados: SR. JOSÉ ALCIDES MARTINS – Gerente-Executivo de Participações da Petrobrás Distribuidora; SR. UNIVALDO VEDANA – Diretor da Empresa de Consultoria Biodiesel BR; SR. RODRIGO RODRIGUES – Coordenador da Comissão Executiva Interministerial responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; SR. NIVALDO TRAMA – Presidente da ABIODIESEL (Associação das Indústrias de Biodiesel do Brasil); SR. SILLAS OLIVA FILHO – Gerente de Comércio de Alcool e Produtos Oxigenados.

RESULTADO: REALIZADA

EXTRA-PAUTA**REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007 – CRA-BIO**

Requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária conjuntamente com a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com o Dr. Odacir Klein, Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel-UBRABIO, bem como o Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com o objetivo de discutir e analisar, com visão geral, a produção dos biocombustíveis no país.

AUTOR: Senador Neuto de Conto

RESULTADO: APROVADO, COM ADENDO DO SENADOR JOÃO TENÓRIO.

XI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2007 - CCT

"REQUEIRO, NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS E REGIMENTAIS, SEJAM FORMULADOS CONVITES À SENHORA MARILENA LAZZARINI, COORDENADORA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, AO SENHOR RICARDO MORISHITA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, AO SENHOR RONALDO MOTA SARDENBERG, PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES E AO SENHOR TOPÁZIO SILVEIRA NETO, PRESIDENTE DO CONSELHO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELESSERVIÇOS, A COMPARECEREM A ESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM DATA A SER MARCADA, PARA DEBATEREM AS PROPOSTAS DE REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TELEMARKETING, EXPRESSAS NOS PLS 243/2004 E PLS 123/2007."

AUTORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 245, DE 2007

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO FLORESTA LIDA, PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE TUCURUÍ, ESTADO DO PARÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 177, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DE IPANEMA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 193, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À MIRIAM RADIODIFUSÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SERAFINA CORRÊA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 232, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RIO GRANDE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 208, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO ARCA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE NILÓPOLIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 231, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO COSTA DO SOL LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ARARUAMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 172, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO VILA RICA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MONTE BELO, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 209, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOCIEDADE DE JUIZ E FORA S.A. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 210, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RORAINÓPOLIS - ASCRO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RORAINÓPOLIS, ESTADO DE RORAIMA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBLASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 166, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 167, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À GUTMARÃES, AGOSTINHO & CIA. LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CLANORTE, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 173, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO SATIRA FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PINHÃO, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 184, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARECHIAL CÂNDIDO RONDON - RADIOMAR PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MARECHIAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 185, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 186, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA LAPEANA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LAPA, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 175, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA “FLOR DO PANEMA” PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAPÃO BONITO, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 176, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE ITANHAÉM, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 230, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL “ROMEU MARSICO” PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE JABOTICABAL, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 146, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GRAÇA, ESTADO DO CEARÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 21**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 145, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PORTO UNIÃO, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 22**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 154, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIPLOMATA DE BRUSQUE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BRUSQUE, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 158, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOMBRIO FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SOMBRIO, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 24**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 140, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO DO SUDOESTE DE MINAS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 25**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 159, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DE UBÁ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 26**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 190, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA, TURÍSTICA E DO MEIO AMBIENTE DE CALDAS NOVAS - GO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CALDAS NOVAS, ESTADO DE GOIÁS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 27**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 249, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TURURU PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TURURU, ESTADO DO CEARÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GILVAM BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 28**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 238, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES, ESTADO DE PERNAMBUCO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 29**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 207, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 13 DE JUNHO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE QUEBRANGULHO, ESTADO DE ALAGOAS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GILVAM BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 22, DE 2007 - CCT**

“NOS TERMOS DO INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT), PARA DEBATER ALTERNATIVAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DO PROGRAMA A VOZ DO BRASIL. DEVERÃO SER CONVIDADOS A EXPOR SEUS PONTOS DE VISTA AS AUTORIDADES E REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NOMINADAS A SEGUIR, SEM PREJUÍZO À EXPEDIÇÃO DE OUTROS CONVITES, A CRITÉRIO DOS MEMBROS DA CCT: 1 – FRANKLIN

MARTINS, MINISTRO DE ESTADO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; 2 – ROBERTO COSTA GUIMARÃES, SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; 3 – JOSÉ ROBERTO GARCEZ, PRESIDENTE DA RADIOBRÁS; 4 – MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBATKA, CONSULTOR JURÍDICO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; 5 – DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT); 6 –

MILTON DE LUCCA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (AMIRT); 7 – PAULO RICARDO TONET CAMARGO, DIRETOR DA REDE BRASIL SUL (RBS); 8 – WELLER DINIZ, DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO SENADO FEDERAL; 9 – WILLIAM FRANÇA, DIRETOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.”

AUTORIA: SENADORES WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA E MARCELO CRIVELLA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007 - CCT

“REQUEIRO, COM AMPARO NO ART. 93, II, DO RISF, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SE REALIZAR NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR SOBRE A ADOÇÃO DE UMA NOVA TECNOLOGIA PARA O RÁDIO DIGITAL, SEM PREJUÍZO DA EXPEDIÇÃO DE OUTROS CONVITES, A CRITÉRIO DOS MEMBROS DA COMISSÃO, SE REQUER QUE SEJAM CONVIDADOS: A) O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ABRACO; B) O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO RIO DE JANEIRO; C) O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES; D) O PRESIDENTE DA ANATEL; E) PROFESSOR LÚCIO MARTINS DA SILVA – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA DA UNB.”

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: “POSSÍVEIS TECNOLOGIAS APLICADAS COM A FINALIDADE DE DETECER AS AERONAVES EM RISCO DE ACIDENTES NOS AEROPORTOS DE PISTA CURTA”

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR MARCELO CRIVELLA

CONVIDADOS:

Ten. Cel. - Av. GERALDO CURCIO NETO

Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial

JAIQUES SHERIQUE

Vice-Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-
CONFEA

Comte. GERALDO COSTA DE MENESES

Área de Segurança de Voo da TAM

ALEXANDRE DUARTE SANTOS

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Comte. RONALDO JENKINS

Diretor Técnico do Sindicato das Empresas Aeronáuticas - SNEA

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA**3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA****ASSUNTO: "IMPLANTAÇÃO DO RÁDIO DIGITAL NO BRASIL"****AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA****CONVIDADOS:****MARCELO BECHARA**, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; **ALAN ADOLFO FISCHLER**, Chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; **ROBERTO BARBIERI**, Diretor Técnico da SEMP TOSHIBA; **JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA**, Diretor Industrial da MTA Eletrônica Industrial; **DAVID BRITTO**, Presidente da Quality Software S.A.**RESULTADO: REALIZADA****EXTRA-PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº. 24, DE 2007 – CCT**

"NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUEIRO QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2007, PARA DEBATER POLÍTICAS E PROGRAMAS RELACIONADOS À ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, POR OCASIÃO DA "SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2007". SEM PREJUÍZO À EXPEDIÇÃO DE OUTROS CONVITES, A CRITÉRIO DOS MEMBROS DA COMISSÃO, REQUEIRO SEJAM CONVIDADOS: JOE CARLO VIANA VALLE – SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL – SECIS; LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO – PRESIDENTA DO CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS E NELSON SIMÕES DA SILVA – DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA."

AUTORIA: SENADORES FLÁVIO ARNS E AUGUSTO BOTELHO**RESULTADO: APROVADO****REUNIÃO REALIZADA EM 26/09/2007 - EXTRAORDINÁRIA****2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – ASSUNTO: "POSSÍVEIS TECNOLOGIAS APLICADAS COM A FINALIDADE DE DEFEITAR AS AERONAVES EM RISCO DE ACIDENTES NOS AEROPORTOS DE PISTA CURTA "****AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR MARCELO CRIVELLA****CONVIDADOS****Maj. Av. ROBERTO FERNANDEZ ALVES**

Chefe da Sessão de Investigação do 6º Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SERIPA

Comte. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO

Diretor de Segurança de Voo do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA

MURILO CUBAS JÚNIOR

Gerente de Engenharia de Operações da GOL

LUIZ KAZUMI MIYADA

Superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

RESULTADO: REALIZADA

RELATÓRIO SINTÉTICO**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****SETEMBRO/2007****REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS****SETEMBRO/2007**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	00
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	04
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	04
Total de Reuniões Realizadas.....	04
Total de Proposições Apreciadas.....	32

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	-

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	-

PETIÇÃO (PET)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-

REQUERIMENTO (RQS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	04
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	04

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	28
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	28

TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS
E
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS
FEVEREIRO/SETEMBRO/2007

Reuniões Ordinárias Convocadas.....00
 Reuniões Ordinárias Realizadas.....00
 Reuniões Extraordinárias Convocadas.....31
 Reuniões Extraordinárias Realizadas.....31

Total de Reuniões Realizadas.....31

MATÉRIAS	AVS	DEV	LOD	INS	MSF	PCS	PET	PLC	PLS/J	PLS (NT)	DPS	ROS	ROS-PIEN
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-	-	20	-	01	-	02	-	21	-
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
PELO ANULAMENTO	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUSÊNCIA DA OJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	21	01	02	-	02	01	21	-

TOTAL GERAL: 268

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em sete de agosto de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia sete de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Marconi Perillo e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, Fernando Collor, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Gilvam Borges, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos, Mensagem nº 107/07 (nº 455, na origem), de 05 de julho de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de maio de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 072/BCB-Presi, de 31 de julho de 2007, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando as operações no período de abril a junho de 2007; Aviso nº 83/07 (nº 290, na origem), de 24 de julho de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de junho de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, informa que não consta nos registros, nos meses de abril

a junho de 2007, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e, ainda, os documentos encaminhados pelo Banco Itaú, relacionados ao Projeto de Resolução nº 36, de 2007, que “dispõe sobre o cumprimento da exigência contida na alínea ‘d’ do inciso III do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 98, de 1998”, Ofício, do Sr. Roberto Egydio Setubal, Diretor Presidente do Banco Itaú, datado de 31 de julho de 2007, encaminhando documentos; Nota Técnica, do Banco Itaú, datada de 31 de julho de 2007; Nota nº 1701 STN/COAFI/GECIN, da Secretaria do Tesouro Nacional, datada de 4 de novembro de 2003; COTA/2004/00259/DEJUR/GABIN, do Banco Central do Brasil, datada de 15 de janeiro de 2004; Parecer PGFN/CAF/nº 389/2004, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Ofício nº 3163 STN/COAFI/GECIN, da Secretaria do Tesouro Nacional, datado de 11 de junho de 2004; Andamento processual da ACO 763 (STF) e decisão do Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, indeferindo a liminar pleiteada pelo Estado do Paraná; Mensagem nº 52, do Presidente da República, datada de 31 de janeiro de 2005, nos autos da ACO 763; Andamento processual da ACO 939 (STF) e decisão do Exmo. Sr. Ministro Cezar Peluso, indeferindo a liminar pleiteada pelo Estado do Paraná; e Andamento processual da Ação Civil Pública nº 2001.70.00.000065-1, que tramita perante a Justiça Federal (TRF 4ª Região). Os Expedientes serão posteriormente encaminhados aos Membros da Comissão por meio de Ofício Circular. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de Audiência com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, que “altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da administração pública; e dá outras providências”, tendo como convidados o **Exmo. Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Exmo. Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; o Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; o Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; o Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e o Sr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON.** O Presidente convida para sentarem-se à Mesa, a fim de dar início às suas exposições, o **Sr. Rogério Santanna dos Santos,**

Secretário de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, representando o Exmo. Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB, representando o Exmo. Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; o Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; o Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e o Sr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Relator da Matéria, Marcelo Crivella, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Renato Casagrande. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e um minuto, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, no exercício da Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Reunião Ordinária.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento:

1. Mensagem nº. 107 de 05 de julho de 2007, encaminhando nos termos do inciso II, do Art. 7º da Lei 9.069 de 95, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de maio de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

2. Aviso nº. 72 do Banco Central do Brasil, encaminhando em cumprimento ao Art. 3º da Resolução do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, de caráter não reembolsável relacionando as operações do período de abril a junho de 2007.

3. Aviso nº. 83, de julho de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao Art.

41 da Resolução do Senado Federal nº. 43, relatório contendo as características das operações de crédito, analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de junho de 2007, tabela demonstrativa da dívida consolidada dos Estados no Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios. Em cumprimento ao Art. 42, da Resolução do Senado Federal nº. 43, informa que não constar nos registros dos meses de abril a junho de 2007, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal, e dos municípios. E, ainda, os documentos encaminhados pelo Banco Itaú, relacionados ao Projeto de Resolução nº. 36 de 2007, que dispõe sobre o cumprimento da exigência contida na alínea “d”, do inciso III, do Art. 2º, a resolução do Senado Federal nº. 98 de 1998.

4. Ofício do Sr. Rogério Egídio Setúbal, Diretor Presidente do Banco Itaú, datado de 31 de julho de 2007, encaminhando documentos.

5. Nota Técnica do Banco Itaú datado de 31 de junho de 2007.

6. Nota 1701, da Secretaria do Tesouro Nacional, datada de 04 de novembro de 2003.

7. Cota de 2004, 200.259 do Banco Central do Brasil, datada de 15 de janeiro de 2004.

8. Parecer da CAF e da Procuraria Geral da Fazenda Nacional.

9. Ofício 3.163, da Secretaria do Tesouro Nacional, datado de 11 de junho de 2004.

10. Andamento processual da ACO e decisão do Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, indeferindo a liminar pleiteada pelo Estado do Paraná.

11. Mensagem nº. 52 do Presidente da República, datada de 31 de janeiro de 2005, nos autos da ACO 763.

12. Andamento processual da ACO e decisão do Exmo. Sr. Ministro Cezar Peluso, indeferindo a liminar pleiteada pelo Estado do Paraná.

13. Andamento processual da Ação Civil Pública nº 2.001, 700.00065/1, que tramita perante a Justiça Federal, Tribunal Regional Federal, 4ª Região.

Os expedientes serão, posteriormente, encaminhados aos Membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Vamos à pauta dos trabalhos dessa nossa sessão de hoje, que se refere à Audiência Pública, a fim de instruir Projeto de Lei da Câmara nº 32, que altera dispositivos da Lei 8.666, de 21 de junho de 93, que regulamenta o inciso XXI, do Art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Temos seis convidados hoje palestrantes competentes que nos vão fazer exposição a respeito da matéria. São eles: O Exmo. Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Estado do Planejamento que tem no representante o Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia de Informação.

2º. Exmo. Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União, tem como representante o Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União.

3º. O Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira das Indústrias de Construção Civil.

4º. O Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, ABDIB.

5º. O Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia, CONFEA.

6º. Sr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada, SINICON.

Peço aos ilustres convidados que tomem assento à mesa. Quero lembrar os Srs. Membros da Comissão, que o Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, foi convidado para participar da presente Audiência Pública, entretanto, em virtude de viagem ao Exterior, não foi possível o seu comparecimento.

De acordo com o Art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: Os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos à fase da interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem da inscrição.

Os interpelantes dispõem de três minutos assegurados igual prazo para resposta do interpelado. Nós pediremos os expositores que sejam breves e objetivos nas suas exposições, uma vez que, de um lado temos um grande número de expositores, de palestrantes ilustres, de um outro lado há um anseio dos nossos Senadores de debaterem a matéria com a profundidade necessária é com interesse em informações específicas. Eu pediria a cada palestrante que pudessem limitar o seu tempo de trabalho, informando, dando suas informações básicas.

Nós admitiremos como provável ou possível, uma palestra, uma palavra de cada Palestrante de 10 a 15 minutos, quando passaremos à palavra ao palestrante seguinte e a interpelação pelos Srs. Senadores e Senadoras.

Com a palavra, o Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação,

representando o Ministro Paulo Bernardo, para fazer a sua exposição.

SR. ROGÉRIO SANTANA DOS SANTOS: Bom dia senhores ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Contamos com a presença do relator da matéria Senador Suplicy.

SR. ROGÉRIO SANTANA DOS SANTOS: Bom dia, Senador Eliseu Resende, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores e demais integrantes da Mesa.

É importante nesse processo lembrar, não custa lembrar, o esforço que o Ministério do Planejamento vem fazendo e, certamente, com o apoio desta Casa, sobretudo no aperfeiçoamento e melhoria deste projeto que nós consideramos fundamental para a aceleração das contratações públicas, para diminuição da burocracia, para uma maior transparência e fiscalização por parte da sociedade.

A essência desse projeto tem sido a adoção de mecanismos eletrônicos que já estão testados e consagrados no âmbito da Administração Pública, como é o caso da modalidade pregão eletrônico, hoje, representa a principal modalidade da contratação da Administração Pública Federal, pelo menos, e certamente, cada vez mais utilizada pela Administração Pública de uma maneira geral e a extensão dessas facilidades, da possibilidade de que as contratações sejam feitas por meios eletrônicos, com todas as garantias que a tecnologia nos assegura, tanto do ponto de vista da transparência, como da confiabilidade, da possibilidade de que essas transações sejam perfeitamente identificadas e, muito mais ainda, do que as transações feitas em papel.

Hoje, nós temos mecanismos que vão desde absoluto controle da hora legal, com absoluta precisão, até a identificação da fonte, a possibilidade no rastreamento e acompanhamento de todas as publicações, e todos os processos pelos meios eletrônicos. E, cada vez mais, com o desenvolvimento da Internet no mundo e crescimento da Internet no Brasil, praticamente todas as empresas, os números do Comitê Gestor da Internet no Brasil, mostram que mais de 95% das empresas brasileiras, sejam de pequeno porte, sejam de grande porte, as empresas de grande porte, 100% delas tem, hoje, acesso a Internet.

Isso assegura uma transparência, uma possibilidade de participação por parte das empresas nos processos de contratação pública, bastante elevado. Além de reduzir o custo de participação e aumentar o número de concorrentes nos processos licitatórios, que faz com que o preço em geral, baixe com uma mais ampla divulgação dessas facilidades.

Essa essência do projeto que se encontra nessa Casa, evidentemente que alguns aperfeiçoamentos e melhorias vêm sofrendo, e já sofreram em diversas Comissões pelas quais o processo foi, o projeto em si, tem sido discutido aqui e, certamente, sofrerá ainda alguns aperfeiçoamentos e poderá sofrer aperfeiçoamentos, relevantes nesse aspecto.

É preciso mencionar que esse avanço significa, nós teremos, a cada dia, mais transparência no controle das questões públicas, sobretudo nos processos de contabilização e uma maior agilidade e diminuição do custo administrativo dos processos a serem feitos. Nós sabemos das diferenças, hoje, que nós temos ao fazer um processo baseado em papel, quanto a um processo baseado em meios eletrônicos, o preço, o custo administrativo do processo, é muito menor quando ele é por meios eletrônicos.

Outra questão que eu quero mencionar, que já tem sido discutida inúmeras vezes, e que tem sido colocada aqui, como recorrentemente volta, é uma separação entre a qualidade da compra, da modalidade da compra. São muitas oportunidades, tem escutado aqui dizendo o seguinte: “Não, contratação por pregão eletrônico dá ênfase no menor preço, tende a contratar materiais da má qualidade, porque a ênfase é o preço”.

É preciso dizer que uma contratação, em que todos os itens de contratação são obrigatórios, a diferença está na boa ou na má especificação, aonde eu só vou decidir o preço, mas todos os outros itens de especificações, são bons ou são maus.

É importante dizer que a qualidade da especificação do edital é que determina a boa contratação da obra, do serviço de Engenharia, do material, que eu vou comprar, da cadeira, do computador, ou qualquer material que tiver comprando, é a qualidade da especificação, é o conhecimento de quem faz o edital do processo que ele está contratando, ou sei lá, do material que ele está contratando, e não da modalidade do edital em si.

Não se pode associar modalidade a má qualidade da contratação. E a maior parte dos nossos problemas, advém de editais malfeitos ou com especificações com problema e, muitos dos casos, em que se têm, inclusive, más especificações, elas ocorrem na fase de especificação técnica, onde, alguns itens que não são relevantes para o edital, recebem uma ênfase maior e acabam distorcendo o resultado do contratado.

Eu diria que uma modalidade, cujos itens são todos obrigatórios, elas tendem a ser mais democráticas, mais amplas e podem ser mais fiscalizadas, porque tem maior número de participantes. Essa é uma questão que eu queria mencionar aqui, porque, recorrentemente, tem aparecido no debate de que,

enfim, o problema da contratação está por optar por uma modalidade de menor preço.

Por que o que determina a boa qualidade, é a boa especificação do item, do serviço, da obra que eu estou contratando. Esta é uma questão essencial.

Como nós temos um prazo curto, eu acho que é importante o que o debate avance, eu queria encerrar por aqui, atendendo ao pedido do Senador Eliseu Resende, enfatizar os pontos relevantes do nosso processo e, enfim, colocar a disposição dos Srs. Senadores para questionamentos mais específicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado, Dr. Rogério Santana na sua colaboração em usar o tempo, no sentido de usar o tempo menor, abrindo espaço para que os Srs. Senadores possam debater a matéria em assuntos específicos do seu maior interesse.

Eliminando suas dúvidas para a aprovação final do substitutivo do Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização e Obras e Patrimônios da União, que representa o Ministro Walton Alencar Rodrigues, para sua exposição.

SR. ANDRÉ KRESCH: Exmo. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Eliseu Resende, Exmo.s Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, agradeço a essa Casa, a oportunidade de debater as alterações que estão sendo feitas na Lei 8.666 e, gostaria de pedir permissão, para abordar outros assuntos, além do pregão, pois essa é uma oportunidade importantíssima que não podemos deixar passar para suprir vários lacunas que até hoje persistem nas Leis de Licitações.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, por gentileza, eu pediria a nossa sala de controle de som, que subisse o volume, aqui, do Sr. André Kresch (soa a campainha) A nossa sala de controle de som, que subisse o volume para o André não precisar falar alto, não gritar, mas a gente poder ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A Secretaria está providenciando a elevação do som do auditório.

SR. ANDRÉ KRESCH: Eu gostaria de começar a minha exposição apresentando alguns problemas, pudessem baixar até...obrigado. Os problemas principais, problemas atuais da Lei das Licitações, são relativos à competitividade, relativos a preços, relativos a aditivos contratuais e relativos à fase da execução as obras.

Os problemas relativos à competitividade, um estudo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco mostra que, quanto menos competidores que temos em uma licitação, maior é o preço contratado. Isso

foi um estudo bem feito que mostrou que, até quando aparece entre cinco, seis, até sete competidores, numa licitação o preço tende a ser até mesmo maior do que o preço orçado pela Administração, quando o número de competidores ultrapassa a sete, oito, vai a 15, o desconto em relação ao preço orçado, costuma aumentar, ficando na casa dos 20%.

Isso mostra que a competitividade das licitações é muito importante para que não haja prejuízo ao erário. Quais seriam as soluções possíveis? Um dos principais problemas é que a Lei abre uma liberdade muito grande para o gestor definir exigência, para que as empresas possam participar na licitação.

A experiência que nós temos, de mais de dez anos fiscalizando obra no TCU, ela mostra que esse é o principal fator de superfaturamento, de direcionamento de licitação, porque não há uma boa limitação que impeça os gestores honestos de colocar exigência no edital que afastem as empresas que teriam capacidade para fazer a obra, mas não pode passar da licitação por causa daquelas exigências.

Uma das soluções seria colocar mais limites na Lei, para que não fossem colocadas tantas exigências ao livre alvedrio do gestor. Outra, seria adotar uma ferramenta chamada *Performance Bond* que os Estados Unidos utilizam, ela permite que a empresa apresente uma garantia no valor de 100%, no valor da obra e, isso, supra os atestados. Ela apresentando, ela não precisa demonstrar que já teve experiência em construir um aeroporto, em construir uma hidroelétrica, quem vai avaliar isso são as seguradoras e são os bancos, porque a essas seguradoras e bancos, elas não vão dar uma garantia de valor de 100% no valor da obra, 100 milhões, 200 milhões por uma empresa de fundo de quintal e, isso, supre aquela liberdade que o gestor, o gestor desonesto, de colocar exigência que ele sabe que a A não vai poder, a B não vai, a C não vai e, assim, diminuiu-se a competitividade e permite uma possibilidade de eventual combinação de resultado da licitação.

Outra solução seria aumentar a possibilidade de controle prévio dos editais, porque quando os Tribunais de Contas, à própria sociedade, ela controla os editais das licitações previamente, isso inibe o gestor de colocar direcionamento no edital, porque ele sabe que os Tribunais de Contas, à sociedade, ONGs, entidades, fundações, vão denunciar aquele edital. Como se faz isso? Primeiro pela publicidade da Internet, que já há emenda nesse sentido. Também pela publicidade de detalhes do contrato, hoje em dia, o aviso da licitação contém poucos detalhes, nem mesmo o valor orçado consta.

O aviso da licitação de duplicação de 30 milhões de reais, fica no meio de outros avisos de obras de valor de dez mil, cinco mil e quem está dando uma olhada ali, para ver que edital vai fiscalizar primeiro, fica perdido. Seria muito interessante que mais detalhes da obra, que vai ser licitada, estivesse naqueles avisos da licitação, para que, ninguém consegue fiscalizar todas as obras, pelo menos que se fiscalizasse as mais importantes.

E, também, a manutenção da obrigatoriedade da publicação na imprensa oficial, porque o projeto da forma que está atualmente, ele está permitindo que obras menores, aquelas feitas em municípios principalmente, possam só ter publicidade pela Internet. Está sendo dispensado do jornal de grande circulação e está sendo dispensado, pode ser, pelo Prefeito, da publicação na imprensa oficial. E, hoje em dia, ainda é muito perigoso se deixar toda a publicação de aviso da licitação apenas para a Internet.

Primeiro porque a Internet ainda não tem um acesso de toda a população e, segundo, porque ainda é possível se colocar avisos da Internet com data retroativa. Então, se a publicidade ficar só na Internet, mesmo que seja em obras pequenas, é possível que a licitação inteira ocorra sem nenhuma publicidade e, depois, seja feita a publicidade retroativamente.

Outro problema das licitações, que pode melhorar muito a competitividade, é a adoção do pregão. Eu não vou me estender muito, porque o Exmo. Sr. Rogério Santana já falou. A única coisa que eu vou deixar claro, é que não há nenhum problema em deixar o pregão também para obras, porque já foram feitas outras compras de bem de serviço, tem dado muito competitividade, tem abaixado muito o preço, tem sido muito bom para o erário e nada impede que seja feito para obras públicas, como o Exmo. Sr. Rogério Santana disse, uma coisa é modalidade da escolha, outra coisa é habilitação, outra coisa é especificação. Se a especificação do projeto for malfeita, a obra vai ser malfeita, seja como concorrência, seja como pregão. Se a exigência da habilitação for malfeita, ela será malfeita, tanto como concorrência e, tanto como pregão, e nada obsta e há uma emenda nesse sentido, que libera do pregão também para as obras públicas no que o Secretario de Fiscalização de Obras do TCU é totalmente a favor.

Outro problema que também está sendo corrigido é o impedimento que as exigências para habilitação impeçam a abertura das propostas. Isso é muito interessante, porque como as propostas de preço serão abertas, seja a empresa inabilitada ou não, e com a inversão de fases, o gestor se sentirá constrangido a colocar exigências descabidas no edital por que,

no final, o que vai acontecer se ele colocar exigência descabida, uma empresa de grande porte, que sabe que fará aquela obra, entra na licitação e vai ter a sua proposta de preço aberta e o gestor ficará constrangido de ter que explicar porquê ele colocou exigência no edital, que o vai obrigar a inabilitar aquela empresa que, notoriamente, pode fazer aquela obra e, ainda por cima, ofereceu o menor preço. É muito importante a inversão de fases, é muito importante que se possa abrir as propostas das empresas inabilitadas e que apresentaram recurso.

Outro problema competitividade é o Instituto da Pré-Qualificação. O Instituto da Pré-Qualificação tem sido muito danoso, por quê? Porque ele nada mais é do que a divisão da licitação e uma fase da habilitação, uma fase de preços. A grande coisa de a licitação ser de uma vez só, é que se entrega a proposta de habilitação e de preço de uma vez, a empresa já tem que chegar com a proposta. Com a pré-qualificação, caso qualifique, apenas quatro, cinco empresas, nada impede que elas, se forem desonestas, combinem as propostas de preço para as próximas fases e isso é muito danoso.

O que o Tribunal de Contas tem visto é que em licitações com o sistema de pré-qualificação, nenhuma empresa tem apresentado preço abaixo do orçado, o que é o indício de que elas podem estar combinando preço, já que elas sabem que só elas vão participar da fase de proposta de preço e que nenhuma outra vai entrar. Então, fica muito mais fácil, propicia o conluio.

Problemas relativos a preços, que é o famoso superfaturamento, por incrível que pareça, a desclassificação obrigatória da proposta, com preço acima de mercado, não está na lei. Um gestor ele pode aceitar preços, ele pode colocar no edital que aceitará preço até 10%, 20%, 30% acima do preço orçado, o que a nosso ver, deveria ser corrigido. Como fazer isso? Primeiro exigindo maiores critérios nos orçamentos, deve exigir justificativa dos preços, deve ser bem justificado, de forma que o orçamento da obra, realmente espelhe os preços de mercado, a média, uma média de mercado.

O orçamento espelhando uma média de preço de mercado, o edital, deveria ser obrigado a exigir que esse orçamento fosse o limite de preço, ou seja, a Administração diz: “Eu orcei, bem orçado, e a média de mercado é essa, só vou contratar por preço abaixo disso”. Isso deveria ser obrigatório, para evitar o superfaturamento.

Problemas referentes, relativos a aditivos contratuais. Uma das maiores fontes de prejuízos ao erário são os aditivos contratuais. Primeira coisa: melhoria nos projetos de obras. Os projetos, até hoje, as licita-

ções, são feitos com base em projetos maus feitos, e sendo feitos em projetos maus feitos, há muitas alterações contratuais e, nessas alterações contratuais, as empresas utilizam para aumentar indevidamente o seu lucro.

Indevidamente, isso acontece muito. Isso, eu estou falando com base nas fiscalizações que nós temos feito nos últimos dez anos, retiram serviço que estão com preço desfavoráveis a elas e acrescentam serviços, aumentam serviços que estão com preço favoráveis e, nesses aditivos, há um prejuízo ao erário. Se o projeto estiver bem feito, fidedigno e atualizado, não haverá atualização, não havendo atualização, diminui-se muito a possibilidade do prejuízo em aditivos.

Outra coisa é se exigir o projeto Executivo antes da licitação, por quê? Infelizmente a lei quando fala em projeto básico, embora ela liste tudo que um projeto básico tem, tem que ter, infelizmente a palavra “básico” leva muitas pessoas a acharem que básico é primitivo, é preliminar, quando, na verdade, não é, mas sendo projeto Executivo, elaborado durante a obra, dão margem àquelas alterações contratuais, que causa prejuízo ao erário. Uma forma de acabar com isso, seria exigir o projeto executivo antes da obra. O projeto executivo tem que estar, absolutamente, completo e atualizado, o que impediria as alterações contratuais.

Outra coisa, seria descentralizar os poderes com relação à alteração de projeto. Porque, hoje em dia, o que acontece é que a mesma empresa pode elaborar o projeto básico, elaborar o projeto executivo e, ainda, supervisionar a obra. Todo o poder de fazer um projeto e, às vezes, incluir erros nesse projeto, talvez, deliberadamente ou não, e, depois, propor a sua própria correção durante a fase de supervisão da obra e da elaboração do projeto executivo, ficando tudo na mão de uma empresa só, facilita a negociação dessas alterações contratuais.

Outras soluções seriam maior publicidade das alterações contratuais e responsabilização dos que derem causa a aditivos contratuais, isso também, há emendas nesse sentido e, isso, é muito importante para que esses aditivos contratuais, tenham o mesmo tratamento de dispensa de licitação, tem que ter justificativa, tem que ser publicado e, tem punições, para o caso de superfaturamento.

Outra é a redução das margens de manobra e alterações contratuais. Os limites da Lei de 25% não são cumpridos, porque as empresas retiram 80% do serviço, acrescentam 90% e, dizem, que a alteração foi só de 10%, o projeto é totalmente alterado, compensando-se 80%, com 90%, é dá só dez. Deveria, realmente, haver limite de forma o seguinte, só pode

acrescer 25 e só pode tirar 25 e, há uma emenda nesse sentido, que é muito favorável ao erário.

E, no caso de pregão, devem ser estipulados critérios para a elaboração de planilhas de preços unitários, porque a empresa que vencer o pregão de obra, não pode ficar livre para depois apresentar sua planilha, porque senão ela pode apresentar uma planilha e, ela, já conhecer as falhas de projeto, ela vai colocar preços baixos, no que não vai ser feito e preços altos no que vai ser aumentado.

Deve haver um critério para que, uma vez a empresa venceu o pregão, haja um critério objetivo comparando com a planilha orçada, ou algum, ou a própria dela, antes, mas que ela não tenha liberdade de apresentar uma planilha, posteriormente, à vitória no pregão.

Problemas na fase da execução das obras. Primeiro: punições mais duras para irregularidades na execução das obras, isso é muito importante com a adoção de valores significativos para multas e, também, punição para o proprietário e diretores, que também é uma alteração muito importante que veio nessas alterações da Lei 8.666. E, também, uma emenda muito importante é aquela que dá a possibilidade do Tribunal de Contas aplicar a penalidade da idoneidade. Isso é muito importante porque o Tribunal de Contas da União, por exemplo, atualmente só consegue aplicar a inidoneidade em caso de fraude comprovada a licitação é dificilmente você comprova cabalmente a fraude na licitação, você mostra indícios.

Agora, há muitas irregularidades na fase de obras, em aditivo, execução de obras e, essas irregularidades, embora gravíssimas, o Tribunal de Contas não tem o poder de declarar idoneidade. É muito importante que o Tribunal de Contas possa também, na ausência da declaração, fazer isso. Apenas temos a preocupação, quanto há necessidade da autorização judicial, que pode causar alguma dificuldade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Obrigado, ao Sr. André Kresch, pela palavra colocada aqui, como representante do Tribunal de Contas da União.

Passamos a palavra agora ao Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção, para fazer a sua exposição.

SR. PAULO SAFADY SIMÃO: Meus cumprimentos ao Senador Eliseu Resende, aos demais Senadores aqui presentes, aos companheiros de Mesa, eu quero agradecer em nome da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, mais essa oportunidade de estarmos aqui com os senhores, trazendo as nossas idéias, as nossas propostas, enfim, as nossas observações so-

bre temas tão relevantes quanto esse que, hoje, nós estamos aqui discutindo.

Para começar, eu gostaria de dizer que uma coisa que nós sempre defendemos inicialmente e, que, está um pouco fora da discussão, é que a 8.666, apesar das críticas que vem recebendo ao longo do tempo, nos parece uma Lei extremamente positiva, correta e completa. O que nós verificamos, isso ficou muito claro para nós aqui, hoje, pela exposição do Dr. Rogério e Dr. André que fizeram várias menções a isto, é que, na verdade, ela não está nunca, ou quase nunca, é utilizada na sua plenitude.

Começando pelos projetos, não é? Nunca se vê processo de licitação que já começa errado, que não tem projeto adequado, básico, para ser levada aquela licitação. Quando tudo já começa errado, há de se perceber que a tendência, há possibilidade daquele procedimento continuar errado, é muito grande. Tanto essa é uma posição que, nós defendemos e, quando nós iniciamos essa discussão, com o Ministro Paulo Bernardo, já que realmente instrumentos modernos apareceram que nós temos que trabalhar a modernidade da Lei, a nossa idéia é que fosse feita uma análise completa da Lei, para isso, até chegamos a apresentar uma série de sugestões, mas, não foi esse o entendimento do Governo, preferiu encaminhar a Câmara dos Deputados, um projeto que altera alguns pontos da Lei que, claro, temos que nós ater a isso, é nessa linha que nós gostaríamos de fazer, aqui, considerações um pouco conceituais, sobre alguns temas que nos parece mais relevantes que estão introduzidos aqui.

Sem entrar muito nos detalhes, porque eu acho que essa é uma discussão muito longa e, nós temos aqui, de acordo com a solicitação do nosso Senador Eliseu Resende, de 10 a 15 minutos para fazer a nossa palestra. Claro que o princípio inicial da vontade do Governo ao encaminhar esse projeto, ou seja, de agilizar o processo de licitação e torná-lo mais transparente, nós estamos inteiramente de acordo e, entendemos, que deveria ser esse mesmo o espírito, a presidir esse procedimento.

No, entanto, no nosso modo de entender, da forma como foi encaminhado e, pior ainda, da forma como ele tomou dentro da Câmara e do Senado, um outro perfil, porque é muito interessante isso também, o projeto que foi encaminhado pelo Governo é completamente diferente deste projeto que está, aqui, em muitas das suas alterações, claro, a Casa, o Congresso Nacional, tem essa prerrogativa de fazer alterações, mas o que eu quero dizer é que, o espírito inicial do Governo, que foi trazer um projeto para agilizar e dar mais transparência, ele foi inteiramente alterado dentro da Casa, no nosso modo de entender, de maneira um

pouco prejudicial, até a questão da segurança para o gestor público.

Eu começaria falando sobre o pregão, claro, que o instrumento são modernos, claro que existe hoje o pregão para os bens de parceira, não se questiona isso, são coisas absolutamente distintas e que não deveremos confundir com obras. Quando o projeto do Governo entrou no Congresso Nacional, ele entrou tratando de obrigação, para aquisição de bens e serviços. E entrou se discutindo também, bens e serviços, na questão de obras públicas, essa foi à proposta inicial do Governo, que na Câmara dos Deputados, depois de uma longa discussão, entendeu-se que deveríamos experimentar o pregão para as obras, mas com um limite de valor, até a carta-convite que, no caso da Câmara, se elevou o valor para 340 mil e se entendeu, que estaria a favor da segurança, testando um instrumento da modernidade como é o pregão.

Muito bem, ao chegar a Casa, o relatório que está hoje em discussão, faz uma alteração extremamente significativa desse ponto, obrigando o leilão para obras de até 51 milhões e facultando ao administrador público, fazer leilão de obras com valores superiores a isso. Nos parece uma coisa extremamente temerária, porque como foi muito bem colocado, aqui, o pregão tem um foco muito grande, exclusivamente na questão de preço e, ele, não tem tanta preocupação com a qualidade, com a igualdade dos concorrentes e, no caso de obras, é completamente diferente do bem de prateleira. É um leilão que é feito para uma obra que vai ser paga por etapas, ao longo do tempo, portanto, o bem não estará em mãos do Poder Público no momento que ele vai ser pago.

Eu chamo a atenção aqui de um ponto interessante da Lei de PPP que prevê pregão, mas que é uma coisa absolutamente diferente. Por quê? Porque o bem, o parceiro privado de uma PPP, ele somente começará a receber depois que ele executou o objeto daquela parceria, já entregou aquele objeto da parceria à Administração Pública, portanto, já está de posse do administrador público, já funcionando e, daí sim, ele vai começar a receber. Portanto, é como se fosse um bem de prateleira, fazendo uma análise, uma comparação, mais ou menos, próxima. Portanto, é diferente de fazer uma licitação de obra, quanto mais nesse valor, o que nós parece extremamente arriscado.

Portanto, nós entendemos que essa questão deveria ser mais bem analisada pelos Srs. Senadores, e na hipótese de prevalecer, que pelo menos ela se limitasse ao que foi colocado na Câmara, como um teste e, isto, poderá ser, amanhã, evoluir se for esse o entendimento desta Casa, eu acho que seria mais prudente. O Tribunal de Contas da União, realmente

se colocar favorável e, já, atendeu ao procedimento dessa ordem.

Eu quero só lembrar o seguinte, eu diria com muita segurança que não tem nenhum ou, talvez, pouquíssimos órgãos públicos nacionais com gabarito, com a organização, com a competência de um Tribunal de Contas da União, pelo fato do Tribunal de Contas da União proceder a uma licitação de pregão, com a estrutura que tem, com a inteligência que tem, poder de fiscalização que tem, na nossa opinião, não deveria ser comparado com os milhares e milhares de órgãos públicos estaduais e municipais por esse País afora, que estão absolutamente despreparados e desequipados para essa modernidade. Essa a primeira observação que a gente faz.

Se tiver que sair e que avançar nessa linha, eu acho que nós deveríamos analisar com muito cuidado, esse limite foi colocado pela Câmara dos Deputados, que me pareceria, para iniciar um processo de modernidade mais adequado.

O segundo ponto que nós gostaríamos de comentar é sobre inversão das fases licitatórias, que é um outro instrumento, nesse caso, facultativo que veio desde o projeto inicial do Executivo, na Câmara limitou a 3,4 milhões de reais, que seria o valor da tomada de preço e, aqui, no Senado, abriu-se esse limite. Portanto, inversão de fases é permitida pelo projeto, pela análise, para qualquer valor. Aqui, também, nós gostaríamos da fazer duas observações muito pertinentes.

A primeira delas é que nos parece que, ao abrir os preços previamente, nós estamos comprometendo profundamente isenção do administrador público ao analisar a documentação dos concorrentes na segunda etapa. Eu quero ver qual é o administrador público que tendo alguma empresa vencida uma concorrência por preço menor, terá total autonomia, independência de alterar este resultado na análise das documentações. Isso poderá ser extremamente perigoso, extremamente nocivo ao erário público.

E, segundo, ele compromete profundamente a questão do limite da executabilidade dos preços, no momento em que você admite uma série de concorrentes, abrindo seu preço, desqualificado para aquela obra e, isso, vai ser visto, posteriormente, e que vão influir nesta média de executabilidade dos preços, portanto, nós entendemos que também, nesse caso, não é adequado, mas, se tivermos que avançar na questão da inversão de fase também há de se colocar algum limite no primeiro momento para o teste desses instrumentos.

Interposição de recurso, o projeto que entrou na Câmara e que, hoje, está sendo analisado, de uma certa forma, ele reduz os prazos de recurso, tira o efeito sus-

pensivo dos recursos e, mais, aqui no Senado, permite que na fase administrativa, qualquer concorrente que já tenha sido negada a sua participação, ao interpor um novo recurso, possa se habilitar à abertura de preço seguinte, sem a análise desses recursos. Isso nos parece, também, extremamente perigoso, momento que nós vamos, se esse exemplo que foi dado aqui, da grande empresa que prejudicada e que tem convicção da sua possibilidade de participar, possa entrar e se habilitar numa segunda fase.

Nós temos que admitir também, a outra consideração da empresa, que não tem condições e que quer tumultuar o processo e que vai tumultuar o processo, interpondo recurso para entrar na segunda fase e atrapalhar todo o processo de licitação, portanto, estariam comprometidos, em todos esses casos que nós levantamos aqui, a questão da agilidade e a questão, principalmente, da agilidade do processo.

Nós entendemos que o prazo que interessa é o prazo da entrega da obra à sociedade, esse que é o prazo mais importante que tem que ser analisado e não essa preocupação prévia com os prazos que podem, muitas vezes, trazer problemas muito mais graves como nós temos, estamos vendo aos montes pelo Brasil afora, de obras paralisadas, de obras que não têm fim e não estão, onde são gastos recursos, que não são utilizados pela sociedade.

Uma outra questão que nos preocupa e que também foi abordado aqui, é a questão, que nunca esquecemos, se temos problemas de recursos administrativos, a via judicial sempre está aberta, portanto, não há nenhuma garantia de que o processo, o procedimento, vai ser sustado, porque qualquer indivíduo ou qualquer empresa, sempre terá a alternativa do recurso judicial quando ele se sentir prejudicado ou mesmo, até como já muitas vezes são alegados, no sentido de, eventualmente, querer prejudicar esse ou aquele no certame de licitação.

Portanto, não é a garantia de agilidade, em função disso. Há uma proibição no projeto do Senado, de que a empresa vencedora do certame execute o projeto executivo da obra, é outro ponto que nós gostaríamos de analisar com cuidado. Aqui já foi colocado, e eu gostaria de enfatizar, é fundamental para qualquer processo de licitação que o projeto básico, que muito bem colocou o Dr. André, está muito bem definido na Lei de Licitação, seja rigorosamente obedecido e, mais, e esse projeto básico venha acoplado ao orçamento do órgão, com o seu responsável assinando uma anotação de responsabilidade técnica.

É preciso que o orçamento que saía da licitação, tenha um responsável com a ART registrada no respectivo CREA, porque não é admissível que, hoje,

a gente admita a hipótese de que a gente tenha descontos de 20, 30, 40% em cima de um preço, quando nós sabemos de absoluta convicção, que isso é irre-real, que isso não existe, se isso está sendo praticado, é porque têm coisas erradas que estão acontecendo, ou o preço do órgão está errado, ou aquele desconto vai gerar recuperações na frente, como sempre estão acontecendo e, isso, foi colocado aqui.

Portanto, essa hipótese imediata de admitir e, isso está previsto no contrato, reduções de até 30% no preço, nos parece que isso tem que ser mais bem analisado. Eu acho que isso é partir de uma premissa absolutamente equivocada é tem sido a grande geradora de distorções, ao longo do tempo, nos certame de licitação.

Mas, voltando a questão do projeto executivo, admitindo que o projeto básico está correto dentro da legislação e, portanto, absolutamente em condições de ser levado à licitação, entendimento que o projeto executivo, ele é meramente de correção daquele projeto ao longo da obra. E, portanto, é de todo interesse que esse projeto seja feito pelo contratado, por quê? Porque qualquer variação que possa acontecer na obra e, eu cito um exemplo, uma obra de saneamento que encontra obstáculo pelas ruas, que tem que haver desvio, é preciso haver uma mudança naquele projeto, portanto, a própria empresa que está responsável pelo projeto, é de total interesse que ela faça esse projeto, que ele faça esse complemento, sob pena de amanhã, num eventual problema daquela obra, nós vamos acontecer, o que já aconteceu, várias vezes, no Brasil, ninguém sabe quem é o culpado, começam a ver às discussões, o culpado é o projetista, é o executante, enfim.

Aquela coisa leva um tempo enorme para ser discutido, claro, sempre em prejuízo do erário público. Nós entendemos que essa questão do projeto executivo, nestas condições, de termos exigido um projeto básico competente e correto, é extremamente importante.

A questão de pregão, basta no caso de pregão, eu estou voltando de um evento, nós participamos de uma Federação Interamericana onde estão 18 Câmaras da América, do México, Argentina e, por coincidência e, por curiosidade, eu fui saber quais são os países que praticam isso, nenhum País pratica pregão para obra, pelas mesmas razões que nós estamos colocando aqui. Tem um País que pratica, que é o Chile, que limita valores bem baixos e exige pré-qualificação, ou seja, quando os licitantes vão ao pregão eles estão em condições iguais, portanto, é menos mal que isso aconteça, hoje, não.

Da forma como está colocado, qualquer licitante pode ir a pregão, esteja ou não em condições ideais e

iguais de competição. Nós entendemos que simplesmente somos a favor do seguro, mas simplesmente jogar para a companhia de seguro toda a responsabilidade na qualificação do licitante, me parece uma fuga de responsabilidade do Estado, quando na verdade, isso poderia ser um complemento a mais de segurança para o erário público, somos inteiramente a favor do seguro-garantia, do seguro adicional, como vamos falar aqui, mas não podemos simplesmente entender esse é a forma mais correta do Estado exercer a sua missão, de qualificar os licitantes. Portanto, somos radicalmente contra essa posição.

E voltamos mais, nessa questão da redução dos 70% como prevê a Lei, nós entendemos que isso tinha que ser reduzido para 90%. Eu acho que uma variação de 10%, em cima de um orçamento correto, bem feito, com responsabilidade técnica, registrado no CREA, claro, que pode ocorrer por quê? Sempre haverá algumas diferenças, se o concorrente entender de apresentar reduções maiores, perfeitamente, que ele apresente, sim, o seguro adicional, de garantia daquelas obras e, aí sim, será uma coisa complementar que vai respaldar aquela redução a mais que ele queira dar na sua proposta, por razões que não interessa.

O indivíduo pode não querer ter lucro, não interessa aquela obra, qualquer que seja o motivo que ele tenha, ele pode querer dar valores inferiores, muito bem, que ele o faça, mas garantindo ao erário público a segurança de que aquele valor vai ser cumprido. Eu acho que nestas condições, nós estaremos agilizando o processo, defendendo o erário público, garantindo qualidade e segurança nos nossos certames de licitações. A princípio Senador é isso, eu aguardaria a eventuais colocações dos Srs. Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado ao Sr. Paulo Safady Simão, parabenizando os expositores até agora, que usaram a sua palavra no tempo estabelecido pela direção da Mesa, isso é muito útil para nós.

Com a palavra o Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura de Indústria e Base ABDIB para fazer a sua exposição.

SR. PAULO GODOY: Bom dia a todos. Bom dia Senador Eliseu Resende obrigado pelo convite, Srs. Senadores, colegas aqui de Mesa, eu estava aqui, refletindo, ouvindo as exposições que foram feitas até agora, e tentando identificar aqui, o que nós estamos buscando.

Como todos estão vendo e, ultimamente, ganhando bastante espaço da opinião pública e, aqui nessa Casa também, as deficientes que nós encontramos na infra-estrutura brasileira. E o que nós temos procurado fazer é identificar o que está ocorrendo, porque nós

não conseguimos dar ao desenvolvimento da infra-estrutura a mesma velocidade que o País tem conseguido em alguns aspectos da política macroeconômica. Quer dizer, há distanciamento brutal entre aumento de renda das pessoas, a diminuição dos custos, dos juros e ampliação de crédito para acesso em alguns serviços públicos, a exportação galopante e a busca de superávits comerciais enormes, isso tem uma velocidade e, isso, criou uma demanda brutal para o serviço de infra-estrutura. E, ao mesmo tempo, nós não conseguimos dar na oferta desses serviços à mesma velocidade. O resultado disso é o que nós estamos assistindo, que é um gargalo, podemos chamar assim, deficiência em praticamente todos os setores da infraestrutura brasileira.

Um dos pontos, tudo isso está voltado a um ambiente de negócio saudável, o que nós precisamos fazer no País para conseguir ter os recursos em tempo hábil, para poder prover o País da infra-estrutura necessária para sustentar o seu crescimento, há muito estamos alertando e, agora, estamos chegando neste limite, o sucesso de muitas atividades econômicas no País será travado e inviabilizado por deficiência da nossa infra-estrutura.

Um dos pontos do ambiente de negócios e das travas que tem levado a postergação de investimento é exatamente o sistema de contratação de obras serviços e produtos, também de responsabilidade do Poder Público de uma forma geral.

Ele tem se mostrado lento, burocrático, não transparente muitas vezes, e, eu coloco em dúvida, eu não sei se a culpa é da 8.666 por si só, mas a culpa de todo o processo institucional do País. Porque de fato, nós não estamos conseguindo ter o resultado, que deve ser o resultado a ser buscado, neste ambiente de contratação pelo Poder Público. Que é obter, no melhor preço possível, com a melhor qualidade no prazo adequado, as obras, as contratações a que se propõem as leis e as regras.

Eu não acredito que nós estamos tendo sucesso com a atual legislação e o atual sistema de funcionamento das contratações. A gente se debruça muito no processo da habilitação, aonde acaba se concentrando a maior parte dos conflitos, mas nós temos que olhar o resultado final, porque o Brasil apresenta um dos piores índices de cumprimento de contrato de obras em serviço do mundo.

A deficiência não é só no processo de habilitação, ela se acumula em todo o processo de execução, alguns ligados à própria Lei de Licitações ou aos mecanismos que estão ali, outros ligados aos processos de fiscalização dos poderes designados para tais tarefas, outros e, muitos, por falta ou por não sequência

de recursos financeiros para sustentar uma contratação até o seu final.

E os exemplos estão, para quem quiser ver, de obras que quase nunca acabam ou quando acabam, dobram, triplicam e quando nós vivemos num regime inflacionário, uma série de distorções acabaram ocorrendo no Brasil afora, você tinha obras que eram para ser executadas em um ano, dois anos, é executada em cinco e dez e o processo inflacionário deturpava tudo e as negociações de preços, de aditivos contratuais, que são limitadas pela Lei em 25% do valor do contrato, tomavam rumos completamente desorientados e prejudiciais ao País.

Eu acho que, nesse momento, esta Casa tem esse dever constitucional de refletir sobre, o que nós fizemos com a Lei de Licitação, ela já veio uma Lei toda retaliada na sua própria origem, tentando acomodar opiniões daqui e dali e faz parte do processo. E, depois disso, ela vem sendo pensada, pontualmente em alguns dos seus artigos e, nós estamos fazendo hoje a mesma coisa, nós estamos tentando corrigir algumas coisas, promover algumas modificações, para agilizar os processos, mas nós não estamos, no meu modo de ver, atacando profundamente a ligação da Lei de Licitações, com a outra legislação e outros mecanismos de interferência no processo de contratação, para dar aquilo que Brasil precisa, contratação com preço adequados, com qualidade e com responsabilidade. E nós temos um horizonte de prazo para saber onde nós queremos chegar.

O que fazer? Uma das tarefas que nós estamos desenvolvendo e eu vou deixar na mão do Senador Eliseu Resende, que não é o caso aqui, e nem temos tempo para isso, uma tabela comparativa que nós estamos fazendo com os países ou regiões do mundo, que estão aperfeiçoando seus processos de contratação, não quer dizer que nós não vamos ter o nosso próprio, é claro que o Brasil precisa ter dentro da sua realidade o seu próprio regulamento, mas não custa dar uma passeada por aquilo que os outros países estão fazendo e, temos, uma variedade de comportamento muito grande.

Como foi dito aqui pelo Sr. André, os Estados Unidos é, por exemplo, e é até difícil dos Estados Unidos não têm uma legislação federal como os senhores sabem, tem o respeito pelas legislações estaduais, mas de uma forma geral, eles encaminharam por esse mecanismo que o Sr. André colocou ali, contratação lastreada num seguro, garantia, nós vamos falar sobre isso ainda no meu tempo que resta. Outras regiões, como a comunidade econômica européia, eu vou deixar nas mãos do Senador Eliseu Resende.

Nós fizemos tabelinha comparativa de alguns desses tópicos, porque o trabalho é profundo, tem modernizado seu instituto de contratação de obras com esse viés, quer dizer, o que nós temos que fazer para garantir qualidade, afastar aventureiros e, claramente, na comunidade econômica européia, não está, pelo menos se prevê dessa forma, não está tendo espaço para aventureiro. Aquele não tem condições de cumprir, levar até o fim, não dar as garantias ao Poder Público que está contratando, não tem, não trabalha.

Tem um sistema rigoroso para fazer cumprir essas regras e nós não podemos confundir aqui, no Brasil, transparência que deve ser buscada permanentemente, com contratações malucas e que não chegam a seu final. Essa é uma responsabilidade muito grande e, perante a opinião pública, é difícil esse tipo de colocação, porque sempre estará aquela suspeita de que está se buscando, na verdade, ter uma facilidade para conduzir as contratações para determinados pontos. É o que nós vimos e, tem diversos exemplos, e estão sendo expostos permanentemente, é que com todos os seus 26 artigos da Lei, podendo ser 150, ou 200, ou 250, não se conseguiu fazer, de fato, esse tipo de contratação que pudesse dar garantia ao Poder Público.

O que nós temos que buscar, o cidadão que paga seus impostos, e vai pagar pelas obras? É que ele tenha segurança daquilo que está sendo feito pelo Poder Público, está sendo feito de uma forma correta, o preço justo, uma qualidade justa, e com mecanismo de funcionamento das instituições que não deixe ou minimize as dúvidas que pairam sobre os processos de contratação.

Aqui foi dito sobre, nós vamos também passar por isso, sobre as questões das deficiências no próprio processo, se colocou a possibilidade de fazer um projeto Executivo ou um projeto básico com cara de Executivo, na verdade, reside realmente boa parte dos problemas que ocorre duramente às execuções das obras, principalmente, as mais complexas e é preciso fazer essa diferenciação, a nossa legitimação também não cuidou de diferenciar procedimentos para compras rotineiras de compras mais complexas, que podem ser equipamento sobre encomenda, que tem complexidade técnica maior, e as grandes ou obras de Engenharia que, às vezes, não precisam ser grandes, são de complexidade maior.

Nós temos um estatuto único, talvez nós tivemos que pensar um pouco se fosse dentro do mesmo estatuto, mas com um capítulo completamente separado, que pudesse ter um tratamento diferenciado para as obras de serviço mais complexo ou fornecimentos de equipamentos mais complexos também. Falando um pouco das garantias, nós também, as contratações no

mundo inteiro ganharam outras condicionantes ou outra previsão, são os contratos em que prevêem, a nossa legislação proíbe contratar obras com financiamento.

No entanto, nós falamos em PPPs, nós falamos na modalidade da contratação, empreitada integral, os chamados, desculpem a expressão, em inglês, porque nós não temos essa expressão no Brasil, que é construir, operar e transferir para o poder concedente, quer dizer, são modalidades chamadas *bio ti(F)*, *bi ti(F)*”, onde você faz uma contratação especial que, geralmente, vem vinculada a financiamento.

Nós precisamos encontrar na nossa legislação, um mecanismo que permita esse tipo de contratação, e que permita também ao ofertante da proposta, que geralmente são projetos de longa maturação e de capital intensivos, que possam ser também, contemplados financiamentos agregados ao valor do investimento e, portanto, ser objeto de avaliação no próprio processo de licitação.

Nós achamos que devemos caminhar porque já existem nas concessões, que foi recentemente introduzida na Lei de Concessões, já existe na legislação das PPPs, a legislação de PPPs, que foram aprovadas por essa Casa a mecanismo de arbitragem. É um mecanismo que vêm ganhando força mundo afora, para evitar ou, procurar evitar, uma excessiva da chamada judicialização dos processos de construção e de contrato com a Administração Pública, que esse é um dos fatores que têm levado a essa postergação de execução de obras importantes para o País.

Para reflexão também, nós estamos colocando a questão da arbitragem e nós defendemos a evolução do conceito de seguro garantia e, eu queria, me estender um pouquinho mais, é óbvio que nós não podemos fazer isso de um momento para outro. Nós temos que ter uma perspectiva de transição de um modelo burocrático e amarrado para um modelo mais ágil, onde o seguro-garantia teria condições de dar ao contratante, a segurança necessária à contratação.

Para isso, nós estamos nos reunindo com a indústria de seguro e vamos oferecer a essa Casa e a essa Comissão, o resultado dessas reuniões que incluem a FENASEG, que é a Federação Nacional de Seguros e Instituto de Resseguros do Brasil, grandes companhias de seguradoras, no intuito de identificar quais são os modelos adequados para que nós tenhamos a apólice de seguros com qualidade, com possibilidade de serem exercidas, no caso de inadimplência, ou no caso de não cumprimento de contrato.

Nós precisaríamos mudar parte da nossa legislação para permitir que as companhias, um mecanismo chamado *step ahead*, que existe no mundo inteiro, para permitir que as companhias de seguros possam ter

acesso a contrato para depois entregar o bem pronto. No caso de inadimplência do contratado, nós temos que fazer essas pesquisas para identificar se a indústria de seguros no Brasil está preparada para absorver um grande volume de apólices, quais são os modelos de contrato e modelos de apólices que nós precisamos oferecer ao Poder Público, negócio com o Governo e com o Congresso, esses modelos, para dar esse tipo de garantia, evitando assim, que amanhã ou depois, nós tenhamos uma quantidade enorme de papeluchos sem valor espalhados pelo Brasil afora.

Depois disso, verificar os custos, quais as perspectivas para não onerar as obras, obviamente, quais as perspectivas, se aumentando o volume e, assim que funciona a indústria de seguros, você aumenta o volume, você obviamente diminui o custo para, nós, um pouco tempo ou pouco espaço de tempo, Ministro, Senador Eliseu Resende e Ministro também, nós podemos voltar aqui, vamos sugerir isso a Vossa Excelência, para poder trazer numa próxima ocasião, o Senador Eduardo Suplicy que está relatando a matéria agora, um modelo de contratação baseado no seguro garantia, com essas preocupações todas e mitigação dos riscos que essa iniciativa pode trazer.

Nós entendemos que esse seria o caminho para que nós retirássemos uma parafernália de documentação, de controle, e nós tivéssemos de uma certa forma, uma organização deste modo de contratação que pudesse permitir as empresas de todos os portes a se desenvolvem, pequenas passarem a ser médios, médios passarem para ser grandes, com esse mecanismo.

Nós temos de uma forma geral, muita identificação com as coisas que foram levantadas pela SEBIQ(F) e que, certamente serão levantadas pelo SINICOM e até as colocações do Sr. André, do Tribunal de Contas da União, e muitas das colocações que ele fez, ele próprio defendeu *performance bond*. Ele falou das especificações malfeitas, eu não concordo com algumas outras, mas no conceito geral, nós achamos que devemos encaminhar celeremente para ter um estatuto mais moderno do País.

Eu acho que aqui vai ser feita uma tentativa de resolver alguns dos entraves, mas o nosso convite para reflexão é que nós venhamos e, nós até brincamos no setor o seguinte, como os senhores falam aqui e, às vezes, no Congresso fala, parece que o Deputado Ulisses Guimarães falou uma CPI, você sabe como começa, não sabe como termina, Lei de Licitação é mais ou menos a mesma coisa, você sabe quando ela começa, quando vem uma proposta desse tamanho para alterar um item da Lei e você não sabe como termina, porque ela ganha um contorno enorme, a

introdução de diversos mecanismos, que nós vamos fazendo, que é um espaço de tempo a mais, nós vamos ter 200 artigos, vamos caminhar para 300 e nós vamos continuar com o mesmo problema.

O convite é para nós fazermos essa reflexão, nós mirarmos um pouco os que os outros países estão tendo sucesso nesse trato, no trato dessa questão e vermos se nós conseguimos dar uma contribuição para modernizar o País e modernizar essas instituições de relacionamento entre o Poder Público e a iniciativa privada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado, ao Sr. Paulo Godoy pela contribuição, informando que a tabela comparativa que apresenta, entre as contratações públicas na União Européia e no Brasil, está sendo distribuída entre os Parlamentares presentes a esta reunião, particularmente ao Senador Eduardo Suplicy.

Queremos dar a palavra agora ao Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia, para fazer sua exposição.

SR. MARCOS TÚLIO DE MELO: Muito obrigado Senador Eliseu Resende, há quem quero cumprir, demais Senadores aqui presentes, membros da Mesa, e todas as pessoas que acompanham essa Audiência Pública.

Eu queria fazer uma intervenção dentro do prazo que nós dispomos, para concordar em parte com algumas questões colocadas aqui pelo Ministério do Planejamento, pelo representante do Tribunal de Contas da União e, também, de algumas representações empresariais e discordar de outras delas.

Em primeiro lugar, eu acho que precisa ficar claro para todos nós, que nós temos uma posição, também, integralmente favorável há necessidade de uma maior transparência, de uma maior publicidade e, também, da utilização de instrumentos modernos para os nossos processos públicos específicos essa nossa Lei de Licitações. Mas, certamente temos uma discordância muito grande com relação à utilização do pregão eletrônico, para serviços especializados de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e, também, para execução de obras.

Eu quero começar fazendo a seguinte reflexão, nós temos hoje a clareza que, para um projeto de lei de licitações, o objetivo principal, não só do órgão contratante, do órgão público, mas certamente de toda a sociedade, é ter um bom empreendimento executado que atenda as suas necessidades. E, para isso, eu gostaria de resgatar quais são as fases para que nós possamos ter um empreendimento com a garantia de segurança, qualidade, durabilidade e menor impacto

ambiental porque nós temos perdido ao longo dos últimos 20, 25 anos, a cultura técnica do planejamento e a cultura técnica de projetos nesse País.

O primeiro passo para que qualquer bom empreendimento, é os estudos técnicos preliminares, adequados, que levam a análise da viabilidade, viabilidade técnica, viabilidade ambiental, viabilidade econômica, social e etc. Depois disso, nós temos a fase de desenvolvimento do projeto básico, depois do projeto básico, a fase de execução do projeto executivo. Após, a licitação e a execução da obra ou serviço, temos também a fase da ocupação e do uso adequado do empreendimento e, depois, a necessidade de um programa permanente de manutenção, para poder garantir a vida útil daquele empreendimento.

O que acontece hoje no nosso País em relação às obras e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Dos prazos, nós, hoje, não temos mais a cultura do planejamento como existe nos países mais avançados, essa fase do planejamento que envolve, desde os estudos técnicos preliminares, até a execução do projeto executivo, em qualquer País mais organizado, é a fase mais longa. Nós demandamos, dependendo do porte do empreendimento, de um a cinco anos nessa fase de planejamento e elaboração de projeto técnico. E, depois, temos uma fase mais curta para execução propriamente dita do empreendimento.

O Brasil inverteu nos últimos anos esse processo e várias declarações, inclusive de gestores públicos, inclusive do primeiro mandatário, às vezes, nos preocupa com essa falta da visão técnica, necessária para a execução de um bom empreendimento. A fase de execução é relativamente curta, a fase da análise, do planejamento e do projeto, é, relativamente, longa e, aqui no País, nós consideramos que nós podemos executar uma obra, um empreendimento, até sem projeto. E, muitas vezes, o Executivo que tem como função básica executar um programa de obras de empreendimento, comprometido com a sociedade, ultrapassa a segurança técnica e busca a execução do empreendimento, sem a necessidade do prazo técnico para elaboração do planejamento e do projeto.

E, logicamente, é preciso entender que essa fase de projeto básico, executivo, consome hoje da ordem de 3% a 5% do valor do investimento que se faz. E é a fase onde se define concretamente a qualidade e a perspectiva da sua execução. No prazo, na qualidade, e no recurso disponível previsto. O que acontece quando nós temos uma boa fase de planejamento? Aditivos em cima de aditivos, obras inacabadas e, nós podemos trazer vários exemplos, o mais recente é as obras do PAN, no Rio de Janeiro, nós não tivemos uma fase de planejamento, uma fase de projetos adequados e depois

nos surpreendemos quando o custo, fica, cinco, seis, dez vezes mais caro do que o previsto inicialmente e ele têm origem, a origem é a falta de planejamento e a falta do projeto básico e do projeto executivo.

E os custos? A relação inversa quanto mais tempo nós gastamos na fase de planejamento e execução do projeto, menor é o tempo de execução e menor é o custo do empreendimento, porque ele está plenamente caracterizado em todas as suas fases executivas. Quando nós não temos a fase do planejamento, a fase de execução e o custo se elevam, tremendamente e, muitas vezes, com resultado concreto de uma obra inacabada. Essa reflexão nós gostaríamos de trazer.

Eu queria inclusive chamar uma atenção de vocês, em relação ao que está na própria Lei 8.666, em relação ao projeto básico e projeto executivo, que muitas vezes nós confundimos. E na Lei, no Art. 6º, define como projeto básico, eu faço questão de frisar, conjunto de elementos necessários e suficientes, com o mínimo de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, projeto básico caracteriza a obra ou serviço e, logo depois, projeto executivo, o conjunto dos elementos necessários suficientes a execução completa da obra.

Eu vou concordar com o representante do Tribunal de Contas, o André quando ele diz da necessidade de nós resgatarmos a cultura do projeto, não só projeto básico, mas da exigência do projeto executivo também, para contratação e licitação da obra, porque somente lá estarão definidos todos os parâmetros técnicos necessários à execução do empreendimento, no prazo definido e dentro do orçamento, também definido.

Nós temos uma manifestação aqui, Senador Eduardo Suplicy inteiramente favorável à vedação da contratação do serviço técnico especializado na modalidade pregão, enumerados no Art. 13 da Lei 8.666, o projeto que o senhor recebe, já está com essa vedação, nós concordamos com a manutenção dessa vedação. Entretanto, nos posicionamos contrários a Emenda 35, do Senador Heráclito Fortes, aprovada na CCJ, que inclui no texto: *“Não serão admitidos critérios de valorização, torne as propostas de preço menos relevantes que as propostas técnicas”*, que é o inciso II, § 2º do Art. 46 da Lei 8.666, nós somos pela manutenção do texto da Lei, por que isso? Porque não é possível, inclusive, descaracterizar a importância de análises técnicas no julgamento de um processo como esse.

E como essa fase do projeto, ela significa de 3º a 5% do investimento que será feito, não é o momento de se buscar qualquer tipo de economia na elaboração do projeto técnico, seja ele o projeto básico, seja ele o projeto executivo. Porque a repercussão para o custo total do empreendimento, pode ser extremamente

danosa, nós estamos economizando nessa fase, para poder criar uma situação de aditamento permanente ou um custo extremamente elevado ou até a não conclusão do empreendimento ao final.

Próximo, por favor. Eu acho que nós perdemos nos últimos 20, 25 anos nesse País, a cultura técnica de equipes de planejamento do diversos órgãos do Estado Brasileiro, seja a nível federal, seja a nível estadual e seja a nível também e, principalmente, municipal. Perdemos cultura técnica e as manifestações, muitas vezes que se faz, iniciar um empreendimento sem ter um projeto é inclusive um resultado dessa perda social da cultura técnica no País. E perdemos também as equipes de controle de fiscalização.

E nós vamos entender por que a Lei 8.666, apesar de ter instrumentos adequados inclusive a penalização, não tem os instrumentos técnicos de estados necessários ao controle e fiscalização efetiva desses empreendimentos. E nós perdemos muito também, ao longo desses anos, a discussão sobre a responsabilidade ética, seja ela empresarial, seja ela profissional, seja ela política e nós temos que resgatar esse papel que temos. E logicamente a competência institucional executiva, executa, a principal preocupação é executar, mas o Legislativo tem a responsabilidade de confiar os instrumentos permanentes ao planejamento desse nosso, País inclusive da sua Lei.

Os desafios atuais nossos, resgatar a visão, estabelecer planejamento de longo, médio e curto prazo, reconstituir estoques de projetos, de empreendimento estratégicos, que já tivemos no passado e perdemos completamente, por isso, que o gestor público do Executivo fica tentando ultrapassar, inclusive, economizar num prazo que, muitas vezes, vai ter graves consequências ao final.

Montar um sistema nacional de composição técnica, com balizamento de preços regionalizados. Quem é que no nos diz que um preço é adequado ou não? Que ele tem superfaturamento ou que ele é inexequível? Diga-me qual é o instrumento público que existe nesse País, hoje, para poder permitir essa análise? Logicamente nós temos balizamentos técnicos possíveis e constituições de preços que, obrigatoriamente, tem que ser regionalizados, porque há uma variação de preços muito grande nas diversas regiões do País, montar um sistema eficaz da pré-qualificação da empresa de prestação de serviços e, André, eu vou discordar de você, está certo?

No nosso País estamos discutindo, hoje, com um salto de avanço quando nós discutimos a questão da pré-qualificação da instituição de ensino de Educação, através dos sistemas que o MEC vem montando. Porque na área de obras e empreendimento e execução,

nós não temos que ter essa pré-qualificação definida claramente? E com rigor inclusive que a legislação atual, permite, só não é efetivado, como disse o Paulo Simão, no seu aspecto inclusive por parte do Poder Público, reestruturar os órgãos e equipes de controle e fiscalização técnica no nível federal, no nível estadual e, principalmente, no Municipal.

O PAC, é um Programa de Aceleração do Crescimento, articula empreendimento, cria um clima positivo na economia, mas estamos extremamente preocupados e, Dr. Rogério, com a questão que está colocada, porque nós levamos a discussão pontual da Lei de Licitações para poder viabilizar o aceleração do prazo da licitação para o PAC. O PAC tem problema muito maior do que o prazo da licitação do empreendimento, com utilização do pregão eletrônico, que é a ausência de projetos técnicos, sejam básicos ou Executivos para os empreendimentos.

Projeto para captar o empreendimento, garantir a locação do recurso é uma coisa, projeto técnico Executivo para executar o empreendimento é outra coisa completamente diferente. Nós queremos fazer uma reflexão rápida, agora, sobre pregão, a Lei 8.666/93 estimulou o planejamento, é positiva sobre esse aspecto, tem problemas, precisa ser modernizada, caracterizou em separado a licitação para obras e serviços na seção três e, de serviços técnicos profissionais especializados, na seção quatro.

Ela cria diferenciação entre aquisição de obras e serviços técnicos da aquisição de bens e produtos, pegamos a Lei 10.520, que criou o pregão eletrônico, permitiu contratar por pregão eletrônico bens e serviço comuns, o decreto 3.555 de 2000 e regulamentou a Lei 10.520, proibiu a utilização de pregão para a contratação de serviço e obras de Engenharia, o Decreto 5.450 admitiu a contratação de serviço de Engenharia considerado comum por meio de pregão e, a CONFEA, emitiu uma nota técnica em março de 2007, esclarecendo, inclusive, que na área de Engenharia Arquitetura e Agronomia não há serviço comum, pela complexidade técnica que nós temos no processo da elaboração do projeto e da execução, o empreendimento não é a mesma situação.

A menos que nós pudéssemos ter que pagar um empreendimento, apenas após a sua conclusão. Não é um produto, não é um sapato, não é uma roupa que eu vou lá e escolho a qualidade e compro e tomo a decisão, inclusive de comprar uma péssima qualidade pelo preço que eu estou disposto a pagar, não é o caso de uma obra ou serviço de Engenharia como nós desejamos.

Eu, gostaria, inclusive, depois Senador, de entregar aqui essa nota técnica para que seja distribuí-

da também aos Senadores. Nós queremos aqui, por sinal, fazer a manifestação do CONFEA da vedar a possibilidade da licitação da modalidade pregão para a contratação de quaisquer obras de serviços técnicos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a cultura técnica não só no nosso País, mas, também, nos outros países aqui já citados pelo Dr. Paulo Simão, indicam com clareza não dá para você fazer a mesmo tipo de processo de licitação em relação à compra de produtos que você pode definir e esclarecer claramente a qualidade.

Apoiar a subemenda proposta na CCJ, Emenda 16, no sentido que não seja dispensada documentação referente à qualificação técnica prevista no Art. 30, da Lei 8666/93, nos casos em que a administração pública exige do contratado garantia de 100% pelo valor orçado pela Administração.

Não se pode confundir qualificação técnica com econômica financeira, que a CCJ do Senado definiu isso muito bem e com muita clareza, apoiar a Emenda nº 86 da Comissão de Ciência e Tecnologia para exigir que no Art. 6º, da Lei 8.666 e, quero aqui frisar, a Lei 6.496 que criou ART faz esse ano, 30 anos e é um instrumento poderosíssimo para o Poder Público, para a sociedade, para descaracterizar a responsabilidade técnica do profissional em relação a esse caso.

Somos também inteiramente favoráveis a incluir no inciso II, do § 2º, do Art. 7º a exigência de anotação da responsabilidade técnica para o processo de elaboração do orçamento e, Dr. André, vamos concordar com o senhor e com os outros que aqui colocam, nós precisamos ter uma responsabilização mais clara de quem é o responsável pelo orçamento que se elabora e não é para o órgão contratante, também na licitação, na apresentação da proposta, de preço, nós queremos que o profissional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia caracterizem com clareza a responsabilidade pelo processo que ele, inclusive, se responsabiliza tecnicamente pelo orçamento.

Senador Eliseu Resende isso que nós gostaríamos de colocar nesse primeiro momento e nos colocamos à disposição aqui dos Senadores para o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado, Sr. Carlos Túlio de Melo, Presidente do CONFEA pela brilhante exposição, passamos à palavra ao último expositor, Dr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato da Indústria de Construção Pesada, SINICON, para fazer a sua exposição.

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: Boa tarde, ilustríssimo Sr. Senador Eliseu Resende é um prazer enorme estar aqui, eu queria cumprimentá-lo em nome do SINICON, Sindicato Nacional da Indús-

tria da Construção Pesada e da CNI, estou designado pelo Presidente Armando Monteiro para representar a CNI, nesse ato. Cumprimentar ao Senador Relator Eduardo Suplicy e os demais Senadores presentes, aos colegas de Mesa das federações, Dr. Rogério Santana e Dr. André Kresch. Por ser o último a falar, faz com que a gente, vendo tudo que está acontecendo, passe o panorama e mude alguma coisa do que estava planejado.

Eu acho que ficou óbvio aqui, que todo mundo, que todos querem agilização, que o processo seja agilizado e seja transparente. Não há ninguém nesse País, ninguém de bom senso, que não queira esses dois fatos. Isso é o óbvio. Mas, por outro lado, também para isso, é importante considerando as características do Brasil, a extensão desse País, o nível de diferentes desenvolvimentos, das diversas entidades, que ao se falar em mídia eletrônica, ela não é tão extensamente difundida como se pensa por todo o País, ela é limitada nas regiões mais desenvolvidas, existem prefeituras menores e existem outros órgãos, em que o papel da imprensa é fundamental e da imprensa oficial, em todos os seus níveis, o que eu concordo em absoluto gênero e grau com o Dr. André quando diz que é muito importante que a imprensa oficial, continue sendo um dos órgãos de vinculação de todos esses editais, se nós considerarmos o nosso País o que ele é.

Com relação eu, depois, vou abordar, mas eu gostaria de fazer esse preâmbulo, com relação ao processo de inversão de fases, eu acho que, até pode funcionar em alguns países, não no Brasil. Infelizmente, as nossas autoridades não estão preparadas para gerir um instrumento como inversão de fase que se está se colocando. Eu duvido que alguém, depois de aberto o preço, desclassifique o menor preço se aquela proposta não for qualificada tecnicamente, ou não for comprovada a idoneidade do licitante. Acho extremamente, eu acho um procedimento absolutamente correto, em País de nível de desenvolvimento alto.

Aqui, eu não vejo como um administrador, ter a coragem de desclassificar um preço, depois ele sendo menor, depois de verificar que a documentação técnica apresenta um erro ou apresenta um defeito ou à proposta técnica não está coerente. Eu acho isso, a gente tem que pensar muito. E acho também, que se fala muito em menor preço, quando na realidade o que tem que se buscar é o melhor e não o menor preço. O menor preço, muitas vezes, é o que inviabiliza a obra. O melhor preço é aquele que permite executar o objeto que está sendo licitado nas condições, na qualidade, o prazo, no preço que garanta a autoridade, garanta a Administração que aquele empreendimento vai ser terminado.

A gente está o tempo todo falando em licitação de menor preço, em alguns órgãos já se fala em melhor preço. Eu acho que essa colocação é extremamente importante de ser analisada. Agora, eu também acho, antes de entrar no que eu escrevi, que o Brasil, repetindo aqui o que disse, por que tudo que eu vou dizer já foi dito pelo Paulo, pelos Paulos, pelo nosso Marcos, muito pelo André e pelo Rogério também. Agora eu acho que têm alguns pontos aqui, o Paulo disse uma coisa muito interessante, o Brasil apresenta um dos piores índices de cumprimento de contratos no mundo no setor, no setor público. Hoje, o maior índice de desenvolvimento de obras no Brasil é o setor privado.

No setor privado, na área de energia, Petrobrás, na área de papel e celulose, na área da mineração e siderurgia, é um canteiro de obras em ebulição, nós nunca tivemos nos últimos anos um volume de obras tão grandes como temos hoje nesses setores de iniciativa privada e, todas essas obras, são executadas com editais de concorrência, com concorrências normais, com pré-qualificação antes, com proposta feita no papel e, todas elas, com preços competitivos, e entregues nos prazos, as obras concluídas nos prazos, porque será que se na iniciativa privada, hoje, os maiores investimentos do Brasil são feitos dessa forma e a autoridade pública não consegue?

Porque tem que mudar todo um processo, para atender um problema só se está provado que nas outras áreas ela funciona e nós temos o exemplo dentro da Casa, dentro do Governo que funciona brilhantemente que é a Petrobrás. Porque esses dois Brasis são tão diferentes e necessitam de leis diferentes para funcionar, foi baseado nisso, nesse pensamento, que eu listei aqui os pontos que eu entendo que são, porque, eu trabalho numa empresa de construção, sou Presidente de Câmara, mas trabalho numa empresa de construção e lido o dia-a-dia dos dois lados. O que eu vou dizer aqui é que a iniciativa privada executa e que está na Lei do Governo.

Não precisa mudar nada para fazer o que está aqui. Primeiro eu concordo em gênero, número e grau, o que foi dito por vários, o pregão ele é uma ferramenta extremamente útil para os bens e serviços, não de Engenharia, mas serviço de uso corrente. Você tem serviço de transporte, serviço de limpeza, uma série de serviço que podem ser, porque os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos do edital, por meios de especificação que existem no mercado, cuja fabricação ou produção, não exige a realização de estudos, projetos, ou fiscalização por parte da Administração, cuja entrega, o pagamento, é feito numa única etapa e se eles, a licitação, pode ser feita através dos meio simplificados.

Já os bens sobre encomendas, serviço de Engenharia e obras públicas são imprescindíveis que a Administração, ao convocar a licitação, faça de modo a garantir que o objeto licitado venha a ser entregue pelo preço acertado no prazo e qualidade determinados e nós vamos com aqueles elementos que são que a iniciativa privada usa, que a Petrobrás usa, que o Governo pode usar, porque estão na Lei, projetos básicos de qualidades, todos falaram nisso, nós estamos de pleno acordo, da qualidade que contenha todas as informações exigidas pela 8.666 de 1992 de modo a garantir que não exista dúvida sobre o escopo do projeto a ser executado.

O que não pode ser feito, um projeto indefinido, o projeto tem que ser firme, definidas as quantidades, definindo-se o objetivo, e não precisa ser o projeto detalhado, porque o projeto detalhado, esse sim, deve estar no escopo da empresa que vai executar a obra, porque depende dos equipamentos, da metodologia que ela vai executar ou que vai fabricar aquele bem, nós não estamos falando de obra, bem sobre encomenda, também se enquadra na mesma Filosofia, quer dizer, você depende exclusivamente, você depende do tipo de equipamento, do tipo de ferramenta, do tipo de indústria, que vai produzir aquilo.

Esse detalhamento, detalhamento não é concepção do projeto, a concepção do projeto, a definição do projeto, vendo o projeto básico, o detalhamento sim, deve fazer parte da licitação.

Agora, é importante também, que a gente, ninguém falou e que eu acho que é extremamente importante, quando se fala em obras paradas, que temos quase 400 obras paradas, é que a haja garantia de recurso no Plano Plurianual de investimento, que assegure a inclusão nas propostas orçamentárias do Poder Executivo, nos orçamentos futuros, dotações necessárias às conclusões dos bens sobre encomenda, serviço de Engenharia, obras públicas ou investimento.

Se nós formos verificar, a maior quantidade de problemas que existem, as obras foram paradas por quê? Por falta de pagamento. E o TCU, com toda razão, ele vêm em determinadas condições e diz: "Porquê que está refazendo aquele pavimento?" Porque a obra ficou parada. "O pavimento foi deteriorado, por quê?" Porque a obra ficou parada, porque não teve dinheiro. Esse é um ponto que nós estamos vendo, só um lado da moeda, como arrumar a licitação, nós temos que arrumar todo o processo, toda a cadeia, como disse o Paulo, do início da obra até o seu final, nós temos que ter a garantia de que haja recursos nos anos, no ano que for licitado e, e nos anos subsequentes, para que aquela obra tenha princípio, meio e fim. Há ne-

cessidade que o orçamento da União seja impositivo não autorizativo.

Isto é, que as dotações e objetos neles constantes, não sejam contingenciados e, sim, assegurados para garantir pagamentos que sejam decorrentes dos contratos. Necessidade de adotar, obrigatoriamente e, desculpe Dr. André, o procedimento de pré-qualificação para licitações na modalidade do pregão. Para bens sobre encomendas, serviço de Engenharia e obras públicas, cujos valores globais sejam inferior a dez vezes o previsto no Art. 123. Nós até, se quiser fazer pregão faça, mas que haja uma pré-qualificação para que não ocorra posteriormente, aquilo da empresa sem qualidade, ter o menor preço, ter que ser admitido, tem que ser aberto.

A concorrência tem que ser entre iguais para aquele objeto, tem que ser nivelado o nível das empresas que estão concorrendo, para a execução daquele objeto. Eu não posso fazer com que empresas, que não estejam qualificadas, apresentam propostas que depois não serão qualificadas. Necessidade da aferição, da capacidade técnica operacional, comprovada através das experiências, sentir as licitantes compatíveis com a relevância técnica e logística e financeira do objeto.

Eu tenho que saber se eu estou entregando aquele projeto, aquele bem que vai ser construído, a uma empresa que tem capacidade de cumprir o que ela está ofertando ali, tem que ser analisado isso. E, eu concordo com todos aqui na Mesa, que há necessidade da garantia, de ambos, do contratante e do contratado, de que as obrigações assumidas naquele contrato serão respeitadas pela Administração, através de instrumentos acima mencionados, garantindo o pagamento, garantindo a fiscalização, garante isso e pelo contratado, pelo fornecimento de um seguro-garantia, mas seguro que comprometa realmente a garantia e não seguro de 1%, 2% porque esse não compromete nada, em que a seguradora seja obrigada a dar aquela garantia e, no caso da inadimplência, ela assuma os compromissos para terminar aquela obra, proteja o bem público, dessa forma, porque o bem não é do Governo, o bem é do público que está pagando através dos impostos e ele tem que ser garantido de que vai ser concluído.

Nós não podemos deixar de considerar esse estudo todo que está sendo feito, à modalidade da concorrência tradicional, é essa que a iniciativa privada vem fazendo, é essa que está dando certo na iniciativa privada. Como a forma mais segura que a Administração tem para licitar e contratar bens sobre encomendas, serviço de Engenharia e Obras Públicas, isso se o Governo achar por bem, ele pode até estipular um

patamar acima do qual pode fazer o seguro-garantia, pode fazer a modalidade da concorrência da forma tradicional pode ser dez vezes o artigo, conforme está previsto no Art. 23, ou pode ser o outro que essa Casa também possa definir, mas que haja essa válvula, que haja essa garantia de que pode haver licitação.

O edital também deve admitir que o consórcio, que construa uma sociedade de propostas específicas com o intuito de executar o objeto da licitação, devendo a empresa indicada, permanecer como controladora até o recebimento final do bem. E, inclusive, é um mecanismo de arbitragem, para a solução dos conflitos entre as partes, que são mecanismos modernos que consta de todos os contratos com iniciativa privada que tem abreviado, enormemente, as questões entre as partes.

Eu gostaria, antes de concluir, aproveitar a ensejo para pedir aqui também que fosse estudada a possibilidade da inclusão na Lei, Deputados e Senadores, de que num determinado aspecto que o TCU, que vem fazendo um brilhante trabalho, que vêm ajudando imensamente esse País a crescer na transparência de seus contratos, que se examine a possibilidade, porque quando a equação econômica e financeira do contrato é esboçada, a licitação define toda as regras, o preço corresponde às obrigações que estão ali instituídas.

A Constituição prevê no inciso 21 do Art. 37, que a obrigatoriedade de serem mantidas condições efetivas da proposta, ou seja, às condições de pagamento deverão ser respeitadas, de acordo com as condições reais de concretas contidas na proposta. O princípio de equilíbrio econômico do contrato vem sendo quebrado em decisão resistente do TCU, as quais tem postos cautelarmente aos contratados, medidas gravosas, importando na retenção de percentuais sobre valores já pagos e ainda devidos pela Administração com base em indícios de sobre peso ou irregularidades...dos contratos.

Essas decisões importam no rompimento unilateral das condições efetivas da proposta, gerando insegurança jurídica extremamente danosa à ordem pública. É temerário que, com base em indícios, fatos indeterminados, indefinidos e imprecisos da prática de sobre peso e regularidade advindo de avaliações preliminares superficial pela Secretaria do TCU, sejam impostas empresas, medidas em sede de cautelar tão onerosas e prejudiciais, inclusive, às execuções das obras contratadas, assim, nós sugerimos que seja proposto um artigo que estabeleceria o Tribunal de Contas da União somente poderá determinar medidas de retenção do percentual do contrato sobre valores a serem pagos, a partir da confirmação da prática de

sobre preço ou irregularidades com julgamento do mérito do processo e nunca por indícios.

A existência de indício de prática de sobre preço de irregularidades em contratado, não pode ensejar a retenção de cautelar pelo TCU e percentual dos pagamentos devidos aos valores já pagos. Nós entendemos que a colocação da qualquer coisa dentro dessa linha seria mais um fator de instabilidade da manutenção das regras de iniciais do contrato.

Era isso que eu tinha que colocar Sr. Presidente e agradecer muito a oportunidade da estar aqui presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado, ao Sr. Luiz Fernando Santos Reis, pela contribuição que traz a essa reunião do Senado.

Vamos passar aos debates, lembrando aos Senadores que os interpelantes dispõem de três minutos, assegurados igual prazo para a resposta do interpelado. Gostaríamos que o Senador ou interpelante indicasse a quem dirige a sua pergunta, para que nós possamos encontrar objetividade no andamento dos trabalhos.

Com a palavra, inicialmente, com a participação especial, o Senador Eduardo Suplicy relator da matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, primeiro eu quero cumprimentar V.Ex^a, ao Presidente Senador Aloizio Mercadante, pela iniciativa de estar realizando esta Audiência Pública. Ainda no início de julho, eu participei, parte do tempo, quando os senhores aqui presentes estiveram no gabinete da liderança do Governo e, inclusive, com a participação de inúmeros representantes das entidades que aqui estão presentes, e ali por algumas horas, estiveram todos colocando as suas colaborações e tudo.

Eu gostaria, inclusive, aproveitar a oportunidade de estar agradecendo aquelas que comigo estão estudando esta matéria, dentre os quais os Assessores, do próprio Ministério do Planejamento, à Adriana Mendes de Oliveira de Castro, da Assessoria do Senado; Renato Monteiro de Rezende, da Assessoria do Senado, mas de meu gabinete, dos gabinetes da liderança e também o Romário Jucá, da liderança, do ex-líder do Governo Senador Aloizio Mercadante; Michel Freitas; bem como do Carlos Frauzino, meu Assessor econômico, da minha Chefe de Gabinete, e do Luis de Oliveira Cardoso, a quem agradeço muito.

Quero também dizer que eu era Senador em 1993, e me lembro muito bem do empenho tão grande, pioneiro, extraordinário, do relator, Pedro Simon, da Lei 8.666 que constituiu um avanço muito significativo, passados 15 anos, é mais do que natural que venha-

mos a aperfeiçoar e, conforme todos aqui, salientaram, inclusive a luz dos meios modernos de informática, da Internet, do pregão e não existiam, não estavam disponibilizados quando aquela Lei foi colocada.

Gostaria de dizer, inclusive, aos meus colegas aqui, presentes, Cícero Lucena, Senador Marcelo Crivella e Senador Eliseu Resende, que eis aqui uma outra oportunidade de um notável aprendizado para cada um de nós Senadores, o Senado Federal o Congresso Nacional, muitas vezes, para mim se apresenta como se fosse uma universidade, onde nós aqui somos levados a aprender os temas, alguns temas novos, para nós outros de maior complexidade em alguns momentos, tendo que nos dedicar em profundidade para fazer um trabalho responsável, como exemplo, é o que estamos hoje aqui vivendo.

Sr. Presidente eu poderei, se V.Ex^a. considerar adequado, fazer todas as perguntas, há algumas para todos, outras para alguns, eu vou especificar os nomes, mas de vez para que todas as repostas sejam feitas. E com o método semelhante ao que foi adotado na parte inicial. Tenho duas perguntas primeiro para todos os participantes. Em audiência realizada em 17 de julho passado, na CPI do Apagão Aéreo, do Senado, técnicos do Tribunal de Contas da União apontaram como um calcanhar de Aquiles, dos contratos administrativos, as brechas na legislação que permite atribuir, ao executor das obras, a elaboração do correspondente projeto executivo.

O Art. 9º da Lei 8.666 de 93, prevê a possibilidade do autor do projeto executivo exercer funções de fiscalização é supervisão das obras a serviço da Administração, por outro lado, o mesmo artigo permite que a Administração deixe a cargo do contratado, elaborar o projeto executivo. Quais os principais riscos resultantes da atribuição ao executor da obra, do encargo de elaborar o projeto executivo, a separação das duas atividades não seria mais consentâneas com os princípios da moralidade e da eficiência, eu queria dizer que alguns dos temas que eu vou tratar, já foram de alguma forma tratados, mas eu estou especificando melhor, para que tenhamos um melhor esclarecimento possível.

Segundo as duas principais justificativas para a adoção do processo licitatório pela Administração, consistem na observância do princípio da isonomia e na redução dos custos das contratações realizadas pelo Poder Público. Há ampla publicidade conferida aos editais da licitação, tem por finalidade possibilitar a ampliação dos universos dos licitantes, aumentando a chance de celebração de contratos mais vantajosa para a administração, nesse contexto, considerando os custos e o alcance das formas de publicidade dos

editais da licitação, qual o meio de divulgação tem se revelado mais eficaz e menos oneroso e qual deles acarreta maiores custos para a Administração, de obtenção de informações, por parte dos interessados em participar do certame? Para o Dr. Rogério.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Eu gostaria de obter o esclarecimento do Senador Eduardo Suplicy, se essas suas colocações feitas inicialmente são aquelas que se referem...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Para todos, ou os que preferirem, porque como eu farei para diversos na hora que cada um disser, poderá responder a essas duas questões que para todos, agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – V. Ex^a., apresenta o elenco de todas as interpelações.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Exato. Talvez facilite a ordem dos trabalhos. Para o Dr. Rogério Santana dos Santos, que representa o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, que característica do pregão explica a redução dos custos e a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração quando comparada essa modalidade a outras previstas em Lei? E que vantagem do pregão eletrônico apresenta em relação ao presencial e que mecanismos garante a confiabilidade dos certames eletrônicos? É possível adaptar tais mecanismos de tecnologia da informação as outras modalidades da licitação?

Para os Presidentes da CONFEA e da ABDIB, Dr. Marcos Túlio de Melo, e para o Dr. Paulo Godoy, o julgamento de licitações do tipo melhor técnica e técnico e preço, possui uma carga de subjetividade elevada em face da determinação do vencedor depender da análise das propostas técnicas. No tipo técnico e preço essa subjetividade é atenuada em virtude de parte da pontuação das propostas referir-se ao preço, um parâmetro eminentemente objetivo, entretanto, o Art. 46 da Lei 8.666 de 93 não contém quaisquer regras impeditivas de que os editais da licitação prevejam, na atribuição da pontuação final, peso mais elevado para a proposta técnica em detrimento da proposta de preço, assim, é possível estabelecer uma licitação do tipo técnica e preço que 90% da pontuação se refira à proposta técnica e apenas 10% à proposta de preço, elevando-se sobre maneira a subjetividade do julgamento, tendo em vista, que o tipo de licitação melhor técnica, já se destina à situação, em que o elemento preponderante a ser analisado é a proposta técnica do licitante, a observância dos princípios da isonomia, da moralidade, e do julgamento objetivo, não se impõe, que se estabeleça em Lei, para as licitações do tipo técnica e preço, limite-se ao peso das propostas técnicas da determinação da pontuação final dos licitantes?

Para o Dr. André Kresch, que representa o Presidente do Tribunal de Contas da União, quais as principais ocorrências de irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas, em aditivos contratuais celebrados pela Administração Pública, considerando que com o advento do pregão, novo certame para as compras ou serviço adicionais pode ser concluído em poucos dias, em lugar de se celebrar em aditivos contratuais, não é exagerados limites previstos em Lei de até 50% para acréscimos nos valores contratuais? Como assinala o doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra “Pregão Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico”, é possível conceber casos da viabilidade do uso dessa modalidade da licitação para se contratarem obras de serviço de Engenharia de menor complexidade.

O Tribunal de Conta da União já decidiu, em algumas oportunidades, que serviço de Engenharia comuns podem ser objetos de pregão, acórdão 817 de 2005, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União. Tendo em vista as vantagens para a Administração Pública decorrente da adoção do pregão nas compras de serviços comuns, o senhor, o que pensa o respeito do uso dessa modalidade, no caso de obras e serviços de Engenharia, o que foi, justamente, também uma das questões que o Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, CONFEA, Marcos Túlio de Melo, se referiu, assim, como também o Sr. Luiz Fernando Santos Reis.

Sr. Presidente, eu teria ainda mais três perguntas, mas eu vou fazer o seguinte, só irei fazê-las depois que os demais colegas tiveram perguntado, se ainda houver tempo, para não prejudicar a oportunidade aos demais colegas, mas quero muito dizer de quão importante está sendo para nós esta Audiência Pública, uma publicidade muito significativa para que, inclusive, eu próprio, como relator, possa obter informações de quem tenha vivência, do processo de licitações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – O Senador Eduardo Suplicy apresenta as suas colocações, as suas interpelações da seguinte forma, duas perguntas a serem respondidas em geral por cada um dos participantes da mesa, uma pergunta feita ao Dr. Rogério Santana dos Santos, uma pergunta feita ao Dr. André Kresch e uma pergunta extensiva aos Srs. Luiz Fernando, Marcos Túlio, Paulo Godoy e Paulo Simão. Eu daria a palavra, na sequência das exposições de cada um dos expositores, para que eles possam responder ao mesmo tempo as perguntas específicas que percebem e, também, aquelas considerações gerais feitas pelo Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pois não, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente eu queria sugerir, devido ao avançado da hora, e o número de Senadores, que os demais Senadores que tivessem algo a perguntar que já o fizesse e os senhores, nós ganharíamos tempo se eles respondessem a todos de uma vez se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Se o Senador...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu não tenho nenhuma objeção, Sr. Presidente e gostaria de dizer que para facilitar, as respostas às minhas perguntas, eu distribuirei para todos da Mesa, há sequência de perguntas, eu não especifiquei ao Dr. Paulo Simão, inclusive, considero muito importante que possa responder as perguntas gerais que formulei, por consideração a cada um dos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Agradeço a contribuição do Senador Eduardo Suplicy em favor da flexibilização e ordenamento dos nossos trabalhos de debates, agradeço a sugestão do Senador Lucena e vamos acatar as colocações dos Senadores inscritos, nessa lista de debates.

Tem a palavra inicialmente o Senador Osmar Dias, não está presente. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, senhores, ilustres convidados, eu não vou citar a todos, mas por favor, recebam os meus cumprimentos e a gratidão por terem vindo aqui com tamanha experiência falar sobre esse grande projeto. Senhores Senadores e senhores telespectadores da TV Senado, que nos assistem agora, ao vivo, especialmente eu quero cumprimentar o meu colega Dr. Marcos Túlio de Melo a quem tenho a honra de também, ser seu colega, nessa luta, pela nossa profissão e pelos nossos Conselhos.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma breve, uma breve consideração, lembrança aqui do nosso País, em termos que afetou, profundamente, nossas obras públicas. Na década de 70, as crises do petróleo, o Brasil que financiava seu desenvolvimento com capital estrangeiro e com recrudescimento da guerra fria e o aumento dos juros internacionais, viu-se numa situação complicada, porque se emitiu muito dinheiro para que as empresas, naquela época, as empresas eram todas estatais, continuassem produzindo, mas os recursos dessa produção não eram reaplicados em nossas empresas, em nossas indústrias de base.

Eram usados para pagamento da dívida externa. Empresas sem investimento, começaram a apresentar

péssimos serviços, na década de 90, a nação optou pela privatização. E a partir daí, a capacidade do Estado de planejar suas obras, a sua memória técnica ficou profundamente comprometida. Nessa ocasião, eu recém-formado, embora tenha feito muitas obras, como responsável técnico e, participado de inúmeros projetos, nunca participei de obra pública, mas acompanhava, paralelamente, porque participava de órgãos de classe, dava aula em uma universidade, portanto, tinha contato com outros que participavam de obras públicas.

E verificamos que aquilo que o Marcos Túlio falou, quer dizer, é realmente se tornou uma coisa clássica no nosso País. Perdemos a capacidade de prever os problemas, antes que eles acontecessem. Quem já participou de uma obra, sabe o que valor, seja de um engenheiro, de um mestre de obras, de quem for, é de prever o problema antes que ele ocorra. E isso no Brasil nós perdemos.

Quero dar apenas um exemplo, a Companhia Brasileira de Projetos Industriais, a COBRAP, que trabalhava junto com a fábrica de estrutura metálicas, a AFEN, tinha uma experiência extraordinária em estruturas metálicas e nós perdemos as duas. Os nossos técnicos que eram autores de normas para a ABNT, que davam aulas em simpósios, que escreviam belos livros e apostilas, nós perdemos tudo isso.

Também, depois de termos privatizado nossas empresas, nós não podíamos emitir papel. Há uma proibição legal para que o Banco Central emita papel, por parte do tesouro, passamos a emitir títulos da dívida pública, hoje chega a mais de um trilhão de reais. Os juros altíssimos e começamos a ter problema também de pagamento.

Talvez, esse seja Senador Eduardo Suplicy, o ponto principal e crucial, a raiz de todos os problemas que enfrentamos no cotidiano das nossas obras: fluxo de caixa. As obras privadas, embora de menor complexidade, e a aqui cito até as obras da Igreja Universal da qual tenho a honra de ser membro, da Igreja Universal, que constrói milhões de metros quadrados por ano no Brasil, em templos, ela usa padronização, ela tem uma obra já padronizada, uma obra industrializada, mas que começa e termina sempre no prazo. E aqueles pequenos obstáculos que não são previstos no projeto técnico, que são previstos no projeto executivo, normalmente realizados pelo próprio executor da obra, são coisas que não se viu na sondagem do terreno, fundações antigas que estavam enterradas, ou coisas desse tipo. Problemas com as concessionárias, têm mudar uma fundação de lugar e, coisas assim, são rapidamente vencidos esses obstáculos de tal manei-

ra que as obras não perdem o seu cronograma, mas porque há também o desembolso de caixa.

E Senador Eduardo Suplicy, eu quero me valer aqui, e eu vou terminar Sr. Presidente, para não ser muito longo, do projeto que eu apresentei e gostaria muito que V. Ex^a. ajudasse-me a aperfeiçoá-lo, elaborar melhor, e aqui é a minha pergunta, aos senhores participantes, que eu chamei de um “Fundo de Estabilização Orçamentário”. O que é isso? Nós sabemos que o Governo, muitas vezes, tem que contingenciar as suas despesas, há também, foi citado pelos palestrantes, há necessidade de um orçamento impositivo, mas isso é uma coisa que o Governo resiste quebrando lança.

Porém, um fundo de estabilidade orçamentária, eu acho que resolveria os nossos problemas, porque naquele mês em o que Governo arrecadar menos que a sua despesa e, isso obriga a contingenciar, normalmente são os primeiros meses do ano, o Governo poderia abrir mão disso, fazendo com que como o que outros países fazem, Senador Valter e Senador Flexa, que é recorrer ao mercado. Como é um fundo contábil e ele termina com o encontro de contas, porque quando o Governo tiver superávit na sua receita, ele paga, ele liquida os títulos, é um fundo contábil, nós não teríamos reflexos inflacionários.

Eu sei que alguém dirá: “Mas recorrer ao mercado nesse momento de juros altos, sempre é caro”. Mas, muito mais caro, são os problemas que nós teremos, parando, paralisando obras, sobretudo, em regime de PAC. Grandes investimentos públicos de infra-estrutura, para alavancar o crescimento econômico do nosso País. Eu gostaria de submeter à apreciação da todos os debatedores esse fundo de estabilização, nós estamos proibidos legalmente de emitir moeda pelo tesouro, para pagamento das dívidas, mas poderíamos captar num fundo contábil em que nós fizéssemos encontro de contas no momento em o que Governo tivesse superávit nas suas contas, nas arrecadações mensais, evitando, qual é a função fundamental desse momento: Evitar o contingenciamento, evitar em outras palavras, mobilização, desmobilização, mobilização e desmobilização de obras, um grande canteiro, de uma estrada, de uma hidroelétrica, de uma grande ponte, ou de uma eclusa, essas obras, tantas que estão previstas aqui, quando há uma desmobilização dessa obra, para depois fazermos uma mobilização, os custos são altíssimos e, aquilo tudo que construímos, como disse o Dr. Luís Fernando Santos Reis, usando, por exemplo, o caso do pavimento, e perdemos. Não é? E temos que reconstruir.

Eram essas Sr. Presidente, que agradecendo a generosidade do tempo que me concedeu, considera-

ções que eu submeteria à análise dos nossos ilustres palestrantes. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, aos expositores darão as respostas devidas as suas interpelações. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Muito obrigado Presidente, senhores palestrantes, demais companheiros aqui do Senado. Eu me som, ao Senador Marcelo Crivella, bem como ao Senador Eduardo Suplicy que antecederam da importância desse debate.

Acho que aqui é fruto do que essa Casa deve proceder. Essa matéria estava para ser votada em Plenário e, exatamente, pelo argumento de que esse assunto precisava ser debatido, houve um consenso e nós iniciamos esse debate e esses esclarecimentos que eu considero muito importante. Procurarei ser objetivo, até porque os expositores tiveram posições claras, acho que aqui nós tivemos a oportunidade de vivenciar essa experiência vivida por cada um dos senhores nos seus setores.

Tivemos a abertura com o Dr. Rogério Santana, do Ministério do Planejamento, onde ele argumentou de uma forma bastante rápida e objetiva que essa Medida Provisória tinha como meta maior, agilizar o que o Governo tem anunciado como Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. E seriam necessárias algumas mudanças do procedimento licitatório, para que viessem colaborar com esses objetivos.

Citou a questão de agilizar, da transparência e da preocupação com os custos e, conseqüentemente, as metas a serem atingidas. Eu acho que o Dr. Marcos Túlio foi muito feliz onde, entre outras colocações, que ele fez de que o nosso problema maior é o problema do planejamento, do que precisa ser feito. E esse planejamento passa pela qualidade, passa pelo objetivo a ser atingido, passa pela devida equação econômica e financeira daquilo que nós queremos executar e, conseqüentemente, passa pela responsabilidade de fazer e fazer bem feito, principalmente no serviço público. Porque na iniciativa privada, isso é julgado pela eficiência ou não da empresa e o resultado ela é quem vai arcar com isso.

Dentro dessa visão e Dr. Marcos Túlio, o senhor como engenheiro, eu engrosso no sentido, vamos dizer, sou solidário ao que o senhor disse no sentido da perda de qualidade de planejamento, também há um instante que nós tivemos dificuldades das obras que, hoje, para o Brasil crescer, nós vamos ter que treinar muito os nossos engenheiros e qualificar uma categoria que é e foi exemplo internacional, em termos de execução, principalmente, das grandes obras, eu

acho que isso é um alerta muito importante para o setor público, para o setor privado nessa questão da qualificação dos nossos técnicos.

E dentro dessa qualificação, eu me preocupo muito com a dispensa colocada pelo Dr. André, do Tribunal de Contas, da eliminação do instituto de pré-qualificação ou da inversão na questão da qualificação. Porque todos os demais, colocaram de uma forma clara, a defesa dessa pré-qualificação. O Dr. Marcos Túlio chegou a citar a questão do que está ocorrendo com as nossas universidades e eu fico muito à vontade em dizer isso, porque o Dr. Paulo da CBIC, também fez relação ao Dr. André, a questão de que a experiência vivida pelo Tribunal de Contas, que foi exitosa na história do pregão eletrônica, está sendo exitosa, você não pode achar que aquilo que é feito pelo Tribunal de Contas com toda a cautela, com toda a experiência, com a pré-qualificação dos concursados, com a qualificação diária dos seus profissionais de todos os membros da Casa, isso ocorra em todos os cinco mil municípios, em todos os Estados do Brasil e, em todas, as repartições públicas.

Alguém colocou isso aqui com muita propriedade e eu acho que nós devemos ter essa atenção, essa Casa Senador Eduardo Suplicy e demais companheiros, nós estamos legislando não para o Senado, nós estamos legislando para a realidade brasileira. E como, tal, devemos ter a preocupação da nossa realidade, com isso, não queira dizer que nós não possamos ousar, fazer propostas de avanços, verificar experiências exitosas como a do Tribunal de Contas, como a de outros países, para que a gente possa adaptar a nossa realidade e avançarmos nesse sentido.

Eu acho que isso é fundamental, nós termos em vista, nesse momento que estamos discutindo essa legislação. Até porque, foi colocado aqui com muita propriedade pelo Dr. André e depois acompanhado pelo que eu senti por unanimidade de todos, a questão de seguro da obra. Eu acho que essa é uma pré-qualificação muito importante. Essa sim, vai garantir e, Dr. Paulo, como o senhor propôs o debate sobre esse assunto específico, não necessariamente, nesse momento, para redução dos custos das apólices, para ver qual é o papel de seguradora, se além da execução, da conclusão da obra, também da qualidade da obra, porque nada é mais caro, muitas vezes, é muito mais cara a qualidade da obra do que mesmo alguma variação de preço que exista na obra, a qualidade, muitas vezes, está embutida, vamos dizer assim, num resultado final e tem um custo muito maior, do que uma variação de preço ao ser contratada.

Eu acho que esse é um tema de muita propriedade para ser debatido, o Senador Eduardo Suplicy esteve

comigo numa visita, após aquele acidente e outros membros, Senador Flexa Ribeiro também, como relator naquela oportunidade, naquele acidente em São Paulo do Metrô. E uma das preocupações que os Senadores tiveram ao perguntar as empresas, ao contratante, as empresas, é se a obra tinha seguro e quem iria arcar com o eventual prejuízo, se seria o Poder Público ou a seguradora, e nós tivemos a informação, que no caso a obra tinha a cobertura do seguro para fazer frente à execução, com a qualidade, bem como os prazos a serem concluídos.

Eu acho que essa questão do seguro é um tema que nós devemos avançar e, sem dúvida nenhuma, eu estou passando, eu acredito que ninguém vai precisar acrescentar nada, mas eu gostaria também de falar, de que foi um item aqui, que para mim foi fundamental, a questão do pregão eletrônico, ela é uma experiência nova. Parabéns, a gente tem quase que unanimidade, porque o que nós precisamos aprimorar e é fácil de fazer isso, é a entrega com a especificação que o edital, assim, permitiu e, assim, estabeleceu. É uma verificação do produto que está sendo entregue.

Mas, eu tenho uma preocupação, uma questão técnica, e na questão da obra do pregão, pode ser, pode até parecer mais transparente, mas transparência se consegue de outra forma, inclusive, com a preocupação e Dr. André colocou, não só a Internet, a informática. Eu acho que você pode corrigir o edital fazendo a pré-verificação do edital, estabelecendo órgãos que possam emitir e verificar se algum vício no edital, eu acho que isso é correto, essa sugestão, mas o pregão eletrônico generalizado é uma preocupação muito grande.

Até porque, o senhor mesmo colocou isso, porque temos que ver para que as pessoas não coloquem no pregão eletrônico, principalmente, nos itens de contratação de preço unitário, aquilo que ele venha mais tarde ser possível de manipular e, conseqüentemente, encarecer a obra e fazer um desvio da intenção correta é que todos nós desejamos. Eu teria a preocupação, Senador presidente, de dizer que eu acho que cautela não faz mal a ninguém.

Eu acho que nós devíamos estabelecer um limite, hoje, a Câmara sugeriu 300 e poucos mil reais, nós deveríamos estabelecer esse limite, essa Casa estaria a disposição, depois, para rever esse limite, se as experiências fossem exitosas, que é muito mais fácil se corrigir o problema, em pequenas obras, do que depois, vir corrigir em valores bem maiores. Eu acho que é uma experiência vivida pelo Brasil, devíamos estabelecer um limite de preferência esse limite com cautela, para que a gente possa, Senador Eduardo Suplicy, ter uma experiência de um ano, dois anos, adaptação dos ór-

gãos, dos níveis, das três esferas, federais, estaduais e Município e, a partir daí, sim, resolver valor e liberar, se for o caso, agora, a cautela, eu acho que nós devemos ter, bem como a preocupação da pré-qualificação que eu já falei e volto a pedir, à posição do Tribunal de Contas no sentido do porquê não, a pré-qualificação. Eu acho que é fundamental.

Se existe a pré-qualificação, como eu disse, para você entrar num concurso, embora depois você tenha qualificação e, porque não em licitação para que todos possam concorrer de forma igualitária e, aí sim, verificar o preço. Porque na sociedade que nós vivemos, no amadurecimento democrático que nós convivemos, no aprendizado do fortalecimento das instituições, nós temos que ter muito cuidado em afirmações. Porque sem dúvida nenhuma, para o Tribunal de Contas é fácil tomar a decisão, aquela que ele acha mais certo, porque ele foi pré-qualificado e foi treinado para isso, mas em muitas prefeituras do nosso País, nós vamos ter Presidente de Comissões que não vão ter autoridade, até porque, a oposição, assim, não deixa e trabalha para fazer denúncia, muitas vezes, falsas, no sentido de dar aquela que ele achava que era a melhor empresa para ganhar, porque a oposição vai se encarregar de dizer que houve falcaturia nessa decisão.

Eu acho que a pré-qualificação é uma exigência mínima, necessária, que todos nós devemos adotar e, mais uma vez, parabenizar a todos que aqui estiveram presentes, porque trouxeram a experiência vivida na ótica de cada um. Permita-me, para concluir, dizer ao Dr. Luiz Fernando que, infelizmente, eu não posso assinar sobre o procedimento da Petrobrás que aqui o senhor afirmou embaixo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Obrigado Senador Cícero Lucena, pela sua contribuição.

Daremos a palavra agora do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores, ilustres convidados. Eu quero primeiro pedir desculpas por não ter assistido a todas as palestras, porque tive que ir a uma outra Comissão, que funciona, concomitantemente com essa, aliás, não só uma, tem mais duas funcionando no mesmo horário.

E eu tinha um compromisso lá e tive que ir até lá para voltar, eu não assisti o Dr. Marcos Túlio, do CONFEA, o Luiz Fernando, SINICOM e parte do Paulo Godoy, da ABDIB.

Mas eu quero aqui, Presidente, Senador Eliseu Resende, dizer que o nosso nobre Senador Eduardo Suplicy, tem uma tarefa da maior importância como relator deste projeto. Eu acho que da forma como ele

estava já sendo encaminhado pelo Governo, de forma açodada, sem levar ao profundamente das discussões, nós poderíamos fazer uma emenda pior do que o soneto, que já não encanta a sociedade brasileira.

Eu acho que nós devemos ter, Senador Eduardo Suplicy, o aprofundamento da discussão, nós devemos tomar as informações como estamos fazendo dos setores que tem interesse direto com o processo, mas a parte mais interessada do assunto, que discutimos hoje, é a sociedade brasileira. É por ela que nós devemos, aqui, pautar as nossas opiniões e as nossas decisões.

Eu acho que isso, a Lei 8.666 ela precisa, sim, de ter correções e correções que precisam ser discutidas, para seu aperfeiçoamento. No meu entender, Senador Cícero Lucena, o Dr. André Kresch, representando aqui o TCU, ele listou, pela experiência que ele tem de ter passado pela ponte e não ter antes, tido a oportunidade de examinar a ponte pela qual ele iria passar, de listar algumas idéias que poderiam melhorar a competitividade, melhorar a transparência das licitações públicas.

Ao meu ver, ao meu juízo, e quero que os nossos ilustres convidados possam também expor a sua opinião a respeito do que eu vou dizer, eu acho que três pontos são fundamentais. Um é o edital, o edital é o início de tudo, onde se começa ou se forma a transparência ou se direciona o processo. É por aí que nós temos que ter o máximo cuidado.

O edital ele pode e deve ser indutor da competitividade para dar ao setor público a possibilidade de ter o maior número de empresas participantes, para que ele possa ter e a CBIC defende, a democratização dos processos licitatórios e, não ao contrário do que ocorre, de que há uma indução nessa edital, para que haja uma restrição das empresas participantes, criando dificuldades, às vezes, que não tem nada a ver com aquilo que vai ser executado. Exigência que são completamente distorcidas da realidade.

A empresa de Engenharia que tem capacidade para fazer um determinado volume de concreto, vai ter capacidade para fazer um volume muito maior, quando você através desse volume, restringe a participação da competitividade.

O projeto executivo, esse para mim também é um outro ponto fundamental, não tem como licitar, eu não diria nem com o projeto básico, eu diria como rascunho, às vezes, você licita com rascunho, como é que você pode fazer uma licitação, que o próprio órgão não sabe nem o que ele quer receber como produto final. Isso dá margem para que ao longo do processo de execução, a própria empresa, talvez e com a absoluta certeza, sem nenhuma má fé, mas ela vai ter

que se defender, daquilo que não estava previsto no rascunho ou no chamado projeto básico, daquilo que ela vai ser obrigada a executar, para entregar o contrato que foi firmado.

E, evidentemente, o projeto básico, as especificações bastante claras, bastante definidas, que não deixem margem às alterações no encaminhamento do processo. E a terceira fase, que se nós conseguíssemos, no meu entendimento resolver, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a., como relator, tem uma responsabilidade muito grande, a questão do fluxo financeiro.

Não há como você querer o Governo ou a sociedade, exigir preço, se em contrapartida, a empresa, o empresário não tenha a segurança de que ao fazer aquele serviço, ele irá reter o recebimento do serviço executado. O que se vê são obras que demandam tempo, além daquilo que estava necessariamente era preciso tecnicamente, nós temos do Estado de Pará exemplo e, no Brasil todo, exemplo que são absurdos, tem a eclusa do Tucuruí que está lá há vinte anos para ser concluída e nunca se consegue fazer, porque a cada orçamento que é feito, quando vai se executar aquele orçamento não é mais o mesmo, porque a empresa que lá está, tem custos de manutenção de canteiro, tem custo de segurança, tem custos, outros que passa para a sociedade esse ressarcimento, esses custos e a obra nunca termina.

É como se nós tivéssemos sempre correndo atrás da cenoura na vara do jumento e não conseguíssemos chegar no processo concluído. A obra que custaria tantos milhões de reais, ela deixa de ter valor e, ao deixar de ter valor, ela fica sujeita a não ter condições de ser fiscalizada. Porque você passa a ter o julgamento.

Eu reputo Senador Eduardo Suplicy, que como uma definição necessária para as alterações, que são propostas três pontos básicos, na questão do edital, o Dr. André sugere um controle prévio dos editais, ou seja, ao invés de se verificar o edital a posteriori, que ele seja aprovado, antes, do processo licitatório. Eu não se isso traria, eu não sei como a CBIC, ou o SINICON, ou a ABDIB, o CONFEA, e o Governo, vêm em essa possibilidade, quer dizer, você ter uma aprovação prévia.

Com relação à pré-qualificação eu discordo do Senador Cícero Lucena, não sei, talvez, não no conteúdo, mas na forma. Eu entendo que a pré-qualificação, que faz a escolha das empresas antes da proposta comercial, ela deve ser suprimida. Ela deve ser suprimida Senador Cícero Lucena, porque aí sim, ela também é um processo que limita a participação das empresas, licitações com pré-qualificação têm duas empresas somente se pré-qualificando, não estamos falando da

proposta comercial, para depois de pré-qualificada, ser apresentada a proposta comercial.

Acho que isso não dá segurança ao Governo na questão da transparência do processo licitatório. A inversão de fases licitatórias, eu tenho minha dúvida com relação a isso. Eu comungo com a maioria dos palestrantes, mas que não é a questão de pré-qualificação, quer dizer, é uma questão da qualificar no processo licitatório. Mas, tendo sido entregue as propostas comerciais também.

Se nós corrigirmos, não fazer inversão, se nós conseguimos corrigir o erro de origem do edital, o erro de origem dos projetos e, garantir, Senador Eduardo Suplicy, garantir o pagamento com o Governo, talvez, aqui foi falado Senador Marcelo Crivella falou da possibilidade do Governo em função de tomar empréstimo para poder pagar. Mas, poderíamos, as empresas poderia ir ao sistema financeiro, emitir duplicata contra o Poder Público e, fazer, com que os custos desses encargos fossem assumidos pelo Poder Público, ou seja, ela se ressarcir, é uma idéia, ela teria o pagamento garantido, porque ela poderia fazer uso, como faz num contrato contra empresas privadas, você usa a área comercial, faz o desconto e o Governo vai quitar o banco adiante no momento ideal que ele tenha recurso.

O ideal seria, só licita quando tiver os recursos alocados para que possam ser empenhados na sua totalidade, e esse é o ideal dos ideais, que a gente tenha o que no nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães lutou até o seu último momento, que é o orçamento impositivo, para evitar essa peça de fantasia que é o orçamento que o Congresso, que é a parte mais nobre do Congresso Nacional, que é tratar da questão orçamentária no Estado e que, depois, ele é totalmente desrespeitado pelo Executivo, em todos os níveis. Não é só no federal, não, no estadual e nos municipais.

Eu acho que nós temos que buscar corrigir as causas, para a gente poder resolver os efeitos. E as causas estão na origem do processo. Eu acho que nós temos que ter realmente esses cuidados, com relação ao pregão. Acho que devemos fazer uma experiência, como disse o Senador Cícero Lucena, como propõe a CBIC, faça uma experiência inicial para que a gente possa, algumas empresas, e eu cito aqui a Companhia Vale do Rio Doce, já usa pregão em obras públicas hoje, já faz pregão nas suas contas, é uma empresa privada, e ela tem a liberdade da fazer, de tomar o processo que quiser, mas ela usa isso, eu acho que como experiência à gente poderia iniciar um limite dos 300 propostos pela Câmara, 340 ou 350 mil reais e, face à eficácia do processo, a gente estender.

Porque se nós fizermos pregão sem ter esses pontos, principalmente projetos básicos, o projeto executivo definido, nós vamos correr o risco maior, do que no processo hoje utilizado.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer, parabenizando a todos os nossos palestrantes e pedindo ao Senador Eduardo Suplicy, que ele não faça o seu relatório pressionado pelo Governo. Acho que o Governo, ele está querendo buscar agora, lamentavelmente, tomar posição em função de momentos espasmódicos, ou seja, ele precisa mostrar ações com relação ao PAC e ele busca em função disso, atropelar o processo, para que ele possa avançar. Acho que o resultado, Deus queira que eu esteja enganado, que não seja correto, mas o resultado pode ser pior lá, depois de tomada essas providências pelo Governo.

Senador Eduardo Suplicy precisa fazer o seu relatório, fazendo, ouvindo essa audiência, se for preciso fazer outra Audiência Pública, mas que a gente possa votar de forma tranqüila, para que se atinja o objetivo que se quer, o benefício da sociedade. Que é para isso que nós estamos aqui, representante os Estados Brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado Senador Flexa Ribeiro. Na ausência do Jayme Campos, passamos a palavra para o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, senhores convidados dessa audiência, Srs. Senadores. Eu vou muito rápido, porque eu estou com fome e acredito que, também deve ser o sentimento e a sensação da maioria que está aqui presente.

Mas só pedir desculpas Sr. Presidente eu não pude acompanhar a audiência de forma como gostaria, pelo interesse que eu tenho no assunto, porque estava presidindo a CPI do Apagão Aéreo e, agora consegui dar uma saída da lá para vir aqui, para poder me desculpar com os nossos convidados, com o Presidente, por eu não estar participando, mas está Audiência Pública recoloca as coisas no lugar. Eu acho que um tema como esse, não dá para passar pelo Senado, em rito sumário, sem o debate.

O debate é fundamental e necessário até para que a gente pudesse propiciar ao Senador Eduardo Suplicy, como relator, a possibilidade de apresentar para nós, aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, um relatório mais aprofundado em termos de debate. Eu só queria colocar duas questões.

A primeira eu sou muito simpático ao pregão eletrônico. Mas, eu, por natureza, sou cauteloso, eu acho que nós podemos avançar até um determinado ponto. Até um valor de obras de contratação, para que a gente possa fazer as experiências necessárias, às

adequações, estabelecemos a implantação de uma cultura necessária. Eu sou simpático ao pregão, mas podemos fazer a implementação de forma escalonada, dentro de um planejamento onde, daqui a pouco, nós teríamos todas as obras de Engenharia por esse sistema.

Há um outro ponto que eu queria comentar, conversando com o Senador Cícero Lucena, é a inversão de fases, a inversão de fases, ela tende a simplificar o processo, mas, ela tende a colocar suspeição sobre quem participa do processo. Apesar da simpatia também, e até de compreensão é de que a ela simplifica as avaliações de empresas que não tinham necessidades de serem avaliadas no processo, agiliza, mas ela pode criar algumas suspeições sob as pessoas, os Membros da Comissão, que está patrocinando a licitação, organizando a licitação, nós estamos aqui, refletindo sobre isso. Apesar de compreender a simplificação, achamos que ela pode ser perigosa em termos de usos políticos.

Eu queria fazer esses dois registros e dizer que nós teremos condições aqui, ainda na votação de fazermos um debate, mas a participação de vocês foi uma participação importante para que nós pudéssemos ir nos aprofundado e aperfeiçoando a nossa visão sobre a matéria. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – As respostas aos interpeladores. Nós pedimos aos expositores, que reservem o tempo de, no máximo, três minutos para abordar cada pergunta específicas, para ganharmos em objetividade. Com a palavra para suas explicações o Dr. Rogério Santana.

SR. ROGÉRIO SANTANA DOS SANTOS: Obrigado Senador Eliseu Resende. Eu quero começar com a pergunta específica do Senador Eduardo Suplicy, sobre o porquê o pregão eletrônico reduz custos e quais as vantagens do pregão eletrônico sobre o pregão presencial e se há possível a sua adaptação para outras modalidades, a pergunta que ele dirigiu especificamente a mim, em particular.

A grande observação do pregão eletrônico, depois de muitos anos de prática e da sua difusão, é que a redução do custo se deve a duas razões principais, a redução do custo de participação por parte das empresas, o pregão eletrônico, ao contrário do que se dizia, não restringiu a participação dos micros e pequenas empresas em processo, mas, sim, estimulou e aumentou, diziam que se o critério do julgamento fosse preço, isso acabaria favorecendo aqueles que tem mais escala pequena, ele não daria para a pequena empresa, ele mostrou essa barreira de participação dos micros e pequenas empresas, mas a barreira da burocracia e da dificuldade de acesso as informações,

eliminava mais a participação dos micros e pequenas empresas.

O pregão eletrônico aumenta a participação, como aumenta o número de participantes o preço cai, e nós temos todo ano, uma redução de preço, historicamente, começou na ordem de 30% e, na medida em que a pregão se massifica, já está na ordem dos 14%, 10%, e tende a estabilizar-se na medida em que se torna uma ferramenta conhecida.

Hoje é a nossa modalidade mais ágil, todo o processo está pronto em 17 dias e, em 13 está julgado. É a modalidade mais ágil que nós temos, mais ágil inclusive que o convite, que é uma modalidade onde micros e pequenas empresas participavam bastante.

O pregão eletrônico, também abaixa o custo da Administração Pública, vejamos o caso onde ocorre um processo licitatório, muito participantes, imaginemos uma contratação em que nós tenhamos 60 participantes cujo julgamento se fosse, fosse feito baseado em menor preço. Não um critério de julgamento de menor preço, numa modalidade tradicional da Lei 8.666, no mínimo, nós vamos abrir 120 envelopes, julgar 120 processos, quando no pregão eletrônico, nós vamos julgar um e dois e com todo o trabalho burocrático auxiliados pelo sistema de informações que mantêm tudo isso na Internet completamente aberto ao processo.

É uma vantagem muito grande. E também é uma vantagem sobre o sigilo, já que o pregoeiro não conhece o licitante que está participando, já que ele recebe um número aleatório, e nem o licitante sabe quem é o pregoeiro, que naquele momento está julgando e, com isso, há uma preservação do sigilo até que seja declarado o vencedor e, esse processo, fica armazenado no sistema de informação. Um bom sistema de informação de pregão eletrônico com alguns critérios, pode perfeitamente assegurar uma qualidade muito boa de que não haja vazamento de informação antes do processo.

Onde eu acho que possa ser aplicado esse critério? Em todos os julgamentos cujo critério for menor preço, toda a modalidade licitatório cujo critério foi menor preço é perfeitamente aplicável o pregão eletrônico, como nós fazemos hoje, não há nenhuma dificuldade para isso, inclusive há alguns bens de Engenharia que possam ser padronizados com uma boa especificação, inclusive, com especificações amplamente discutidas, vamos dar um exemplo, eu sou engenheiro também, eu sou engenheiro mecânico, por exemplo, manutenção de aparelhos de ar condicionados de parede, é um processo de Engenharia e envolve conhecimento de Engenharia, mas perfeitamente conhecido e padronizado, manutenção de elevadores, e uma série de outras manutenções que exige um rigor de Engenharia,

mas que são perfeitamente identificáveis é uma boa especificação no processo, pode, perfeitamente, ser acompanhado.

Há várias especificações que se caracterizam por essa baixa complexidade, claro, eu não estou defendendo aqui para obras de grandes complexidades que não aplicaria esta modalidade. Quando é que aqui, também, há talvez algumas combinações que possam ser feitas que permitissem juntar os dois mundos, o Senador Cícero Lucena fez menção a pré-qualificação e o André fez menção de que a pré-qualificação, quando nós temos até quatro participantes, tende há não ter um bom resultado, já que é uma combinação de preço entre as partes.

A comunidade econômica européia, que foi citada aqui com estudo comparativo, ela fez um estudo sobre isso e demonstrou que todo o processo licitatório, onde há um número reduzido de participantes, a possibilidade da existência de cartel se dá pelos estudos da comunidade econômica européia, até sete participantes e, depois de sete participantes, o próprio cartel se torna inviável, porque os interesse entre as partes se tornam mais díspares e há disputa entre eles, e o cartel não se inviabiliza, a partir de um certo número de participantes.

Eu diria que o que faz a gente ter um acerto prévio de preço é a baixa competitividade do segmento. Não há lei que vá resolver o problema de disputa, se eu não tiver o número de ofertantes qualificados naquele segmento, é importante dizer o seguinte: Hoje, com a pré-qualificação, está colocada na Lei 8.666 acho que isso aqui é uma modificação importante que eventualmente os Srs. Senadores podem contribuir para processo.

Hoje a pré-qualificação só existe ligada a um objeto do edital, hoje, quando eu faço um edital com pré-qualificação, em verdade, eu pago ônus de fazer dois editais, um edital para selecionar os pré-qualificados e, depois, um outro edital que é a fase de preço e, hoje, praticamente a administração pública utiliza isso para alguns serviços muito específicos, como o caso da publicidade, os outros casos não são viáveis, não acaba se tornando muito aplicável à pré-qualificação, mas a pré-qualificação poderia ser estendida, na minha avaliação, para uma categoria dos objetos.

Por exemplo, se uma empresa está preparada para dar manutenção de estradas, construção de determinados níveis de escolas, um conjunto de forças para as quais se faça as exigências técnicas de Engenharia, não só também, as exigências financeiras, que são necessárias, mas também as de Engenharia.

Um processo de pré-qualificação que ficasse constantemente aberto de forma que definisse, por

exemplo, um prazo mínimo da avaliação dos pré-qualificados, de forma que eles não fossem abertos apenas uma vez, mas fossem constantemente abertos, de forma que qualquer fornecedor pudesse, a qualquer tempo que se sentir qualificado, e aplicaria também a serviço de Engenharia mais complexos, onde se tem contratados determinados profissionais, com determinadas características para isso, que também podem estar pré-qualificados e, até, um conjunto grande de empresas e pessoas físicas pré-qualificadas, para prestar serviço ou obras de Engenharia e, a decisão da contratação, poderia ser um pregão eletrônico entre os pré-qualificados, de forma que poderia ser uma decisão ágil, bastante rápida, entre um conjunto de empresas que atenderiam há estes quesitos.

Eu acho que é uma possível combinação, já respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, por onde é que pode avançar esse processo. Eu acho que é uma boa, um bom avanço e, nesses casos, inclusive, recomendar-se-ia que as especificações e a padronização, fossem amplamente discutidas antes com a sociedade, de forma que quando se abra o processo, os critérios a serem discutidos, que tenha espaço para todas as partes colocarem sua questão, nós do Governo Federal, temos utilizado muito isto, por exemplo, não em obras de Engenharia, evidentemente, porque não se aplica hoje no Governo Federal, mas, por exemplo, na contratação de microcomputadores, havia uma grande discussão por parte das indústrias, que nós não contratávamos com critérios muito bons e que os critérios técnicos não eram adequados, nós fizemos uma ampla discussão técnica envolvendo, inclusive, universidade, professores e especialistas e chegamos, hoje, numa especificação que é amplamente aceita por todos os fornecedores e que simplificou muito o processo, inclusive, melhorou a qualidade com a contratação do Governo, porque não se contrata mais mal, por algumas leituras equivocadas que se fazia isso. Eu acho que dá para avançar e essas combinações podem ser perfeitamente anexadas.

Outra questão importante que foi mencionada pelo Senador Flexa Ribeiro, que eu quero mencionar aqui, que de certa maneira a Legislação Brasileira já resolveu em uma outra Lei, a Lei 123, que é a criação, transformar a nota de empenho da Administração Pública, é um título executivo de crédito. Isso já existe na Lei 123, foi aprovado para certos valores de micro e pequenas empresas, mas isto poderia ser estendido a todas as outras obras que transformaria isso no título de crédito e que permitiria, inclusive, que a Administração possa fazer uma avaliação da sua eficiência, porque, vamos dizer assim, a taxa de juros que cada banco vai cobrar para cada administração, vai dar uma

nota sobre qual é a eficiência que a Administração tem e quanto ela paga por demorar a pagar, quanto é que custa o atraso, quando é que custa a não qualidade do processo.

A transformação de uma nota de empenho, como já fazem outros países como, por exemplo, a Itália que faz isso, transforma suas notas de comum, não só na iniciativa privada na Itália, mas também do Governo de que os contratos possam sem elementos é o que banco possa, antecipar a quem vai fornecer o serviço, os recursos, e assegurar um certo fluxo mediante, dar uma previsibilidade ao processo, sem que se crie um Fundo e o Senador Marcelo Crivella, fez menção a isso, eu acho que esse é um mecanismo que possa resolver, em parte, o que o Senador mencionava.

De fato, há muitos problemas que afetam a questão de planejamento. Inclusive, própria dificuldade que, eventualmente, nós temos de aprovação do orçamento. Nós tivemos casos em que o orçamento foi aprovado na metade do ano seguinte, o que também é um fator que dificulta qualquer planejamento, nenhum resistirá a uma dificuldade, eventualmente, aqui, nessa Casa de aprovar a Lei orçamentária. É importante que um conjunto de elementos componham essa questão de orçamento de uma maneira geral.

A principal vantagem que nós temos, uma das grandes vantagens no pregão, como esse disse, a inversão de fases, ela é a simplificação do custo administrativo, ela torna muito mais ágil, se nós tivemos os cuidados com a pré-qualificação, eu não acho que é possível estender para outras modalidades, com todas as garantias, os procedimentos. Eu encerro aqui, eu queria mencionar a respeito da pergunta do Senador Eduardo Suplicy, sobre brechas, projetos de Executivo, eu quero dizer que há um conjunto de coisa que são imprevisíveis num projeto de uma obra de engenharia qualquer.

Eu dar um exemplo simples, vamos supor que uma pequena construção de uma avenida, de uma rua, encontre um sítio arqueológico, aquilo não é previsto por ninguém, coisa prevista por ninguém, mas que pode impactar, eventualmente, obrigar a modificação do projeto.

É preciso ter uma determinada flexibilidade, o que não se pode ter, em distorções completas no processo, em o que processo é completamente modificado. Este conceito de projeto básico, tem que ter um maior rigor do ponto de vista, seja um projeto que me permita ter clareza do que exatamente eu estou construindo, mas que tenhamos uma certa flexibilidade para contornar problemas que são imprevisíveis, ou cujo custo de execução do projeto executivo, pode se tornar até em

alguns casos, muito mais alto que a própria obra, e para antecipar determinadas situações são difíceis.

É uma combinação que tem que ser feita com muito equilíbrio de permitir, para que tenha uma certa flexibilidade, mas que não se abra brechas para alterações e dificuldades.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado Dr. Rogério com a palavra o Dr. André Kresch, lembrando solicitação nossa de que despendam três minutos para cada ponto específica que pretendam responder. Com a palavra o Dr. André.

SR. ANDRÉ KRESCH: Inicialmente eu vou responder a primeira pergunta do Exmo. Senador Eduardo Suplicy, sobre um ponto que eu fui bem específico no relatório, é bem pertinente essa pergunta que fala sobre descentralização de poderes, que a Lei prevê que a empresa contratada possa fazer o projeto executivo, prevê que o autor do projeto possa supervisionar a obra, prevê que o autor do Executivo possa também fiscalizar e supervisionar a obra e, ao ver da Secretaria de Fiscalização de Obras, do Tribunal, não há realmente a pergunta final do Exmo. Senador, a separação das atividades, não seria consentânea com os princípios da moralidade e da eficiência, sim, deveriam ser separados esse poderes de elaborar projeto básico, elaborar projeto executivo, supervisionar a obra, e executar a obra.

Por quê? Eu vou dar um exemplo, muito se fala nos projetos que são malfeitos e isso resulta numa necessidade da alteração. Mas o que nós do TCU temos visto em muitas obras, é que há muitas alterações contratuais, sem que tenha havido erro de projeto. A empresa construtora, na qualidade de também empresa que está elaborando o projeto executivo, ela resolve propor alterações dos métodos executivos que é, ao nosso ver, sempre entendeu é a nossa função desconfiar e fiscalizar e, ao nosso ver, são modificações propostas para diminuir o custo e aumentar seu lucro.

Essa é a visão da Secretaria de Obras. 90% das alterações que nós temos visto em obras, não são pelo erro de projeto, quer dizer, há muito erro de projeto, mas há muita alteração que é proposta com o objetivo de diminuir o custo da empresa.

Por exemplo, na BR 101 Sul, que está sendo duplicada em Santa Catarina, as empresas simplesmente não começaram a construir as obras de artes especiais, que são as pontes e os viadutos, por quê? Alegavam que o preço do aço tinha subido muito e, isso, vai dar prejuízo. Acontece que houve uma licitação, elas propuseram alterar o método Executivo de concreto moldado *in loco*, para vigas e pré-moldados, isso não era um erro de projeto, o projeto estava bem

feito poderiam ser executados, mas as empresas, elas impuseram ao DENIT e isso atrasou em um, ou dois anos as obras da duplicação da BR 101, que só iriam começar a fazer as obras se fossem alteradas para vigas pré-moldadas que são muito mais baratas de fazer do que moldadas *in loco*.

O que acontece. Elas fazem pelo mesmo preço e alegam que não está havendo prejuízos ou dão desconto de 1%.

Nós estamos dando desconto de 1%, só o que elas não dizem, que o pré-moldado, nesse caso, pode chegar a ser 20, 30% mais barato do que o projeto original. O que nós achamos é que se a empresa faz o projeto executivo, for diferente daquela que elaborou projeto básico, for diferente daquele que construiu a obra, for diferente daquela que está supervisionando, esse tipo de proposta vai ficar mais difícil, porque se ela própria está fazendo o projeto executivo e, nesse projeto executivo, ela propõe as alterações para ter o projeto básico, o DENIT, no caso do DENIT, acaba ficando refém de aceitar as modificações. Agora, se há uma outra empresa, que não participou do projeto e está com outros olhos, a descentralização de poderes é muito importante, para evitar esse problema em aditivos.

Outra pergunta é sobre a publicidade, quais seriam os meio mais onerosos para a Administração e por parte dos interessados. Na visão da Secretaria de Fiscalização de Obras, quanto mais publicidade melhor. Nós sabemos que, por informações das auditorias, que em obras pequenas a publicidade ela se torna cara para o Município. Pelo fato da obra ser pequena, por exemplo, uma obra de 50 mil reais, todos os gastos com jornal, com essas coisas...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– André, me perdoe. Eu não queria interromper V. Ex^a., mas apenas a bem de serviço público.

SR. ANDRÉ KRESCH: À vontade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– André, se você tem uma obra orçada e, de repente, o uso do aço inviabiliza, você não acha que isso poderia ser analisado, no sentido de caminhar para um acordo de contas e transformar isso em uma obra pré-moldada. Uma obra pré-moldada vai ter a mesma quantidade de aço do que uma obra moldada *in loco*, o que pode mudar são os escoramentos, as formas e a velocidade da obra também, você não acha que parar a obra por dois anos, não é um prejuízo maior, do que a gente, tendo razão, o aço realmente subiu de preço, ou coisa, assim, tendo razão, ou sermos strictu sensu, temos que seguir, religiosamente, aquilo que foi combinado e acabamos, no fundo, prejudicando, inclusive, o País.

SR. ANDRÉ KRESCH: Exmo. Sr. Senador, é realmente isso, inclusive, o TCU não paralisou essa obra por causa disso, pelo contrário, participou de reuniões e, extra-oficialmente, deu informações que não haveria óbice, contanto que exista o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

O que acontece, não é que o preço do aço inviabilizou, poderia ter sido feito um estudo de reequilíbrio econômico e financeiro no contrato porque houve uma disparada no aço, veríamos os índices de correção da obra, seriam corrigidos como o aço e, talvez, deve subir 2 ou 3%, vai ficar mais caro, então vamos fazer com pré-moldado e tudo bem.

O que acontece, o que nós fomos ver, o aço estava com muitos descontos nas estações, 30 a 40% de desconto, o que inviabilizou, não foi somente o preço de o aço ter subido, foi às empresas terem oferecido preços muito baixos e, com o aumento do preço do aço, daí sim, inviabilizou.

Elas ofereceram 40%, isso são números reais, de desconto em relação ao aço, à forma licitada e, depois, a alteração, as empresas querem oferecer os pré-moldados com zero por cento de desconto com relação ao mercado.

Eu questiono. E o reequilíbrio econômico financeiro com relação à administração? Porque o reequilíbrio econômico financeiro é uma equação entre ônus e preço, antes nós tínhamos o ônus, que era fazer com o pré-moldado e um preço que foi dado com desconto de 40% com relação à média.

Depois as empresas querem fazer ônus, vigas pré-moldadas, desconto, zero por cento de desconto. O que nós questionamos não é a alteração, achamos que deve ser feito, só que nesse caso, inclusive na BR 101, as empresas propuseram, acabaram ouvindo as nossas sugestões, propuseram descontos de 40, 50% nas vigas pré-moldadas e a obra estão indo, resolveu-se muito, propriamente a questão, só que essa o TCU estava mais perto, e às outras milhares de obras no Brasil, acontece esse problema sem que se haja uma fiscalização.

Por isso, que nós questionamos, deve haver uma possibilidade de reequilíbrio econômico financeiro, também em favor da licitação, que para nós parece óbvio, mas não estava expresso na Lei, que se for diminuído o ônus da empresa, deve ser diminuído também o preço.

Porque o preço ele paga o ônus, se aumenta o ônus poderia ser discutido um reequilíbrio econômico financeiro. O fato do preço, o imposto dobrou, vai aumentar o preço, se o ônus diminui também, deve diminuir o preço.

O que eu queria dizer é o seguinte. O fato de o projeto executivo estar na mão da empresa que faz a obra, o fato que a empresa que elabora o projeto e, digamos, ela elabora e ela supervisiona, para ela fica muito fácil apontar os erros porque ninguém vai ser responsabilizado, porque ela não vai dizer, eu errei, ela vai dizer, é melhor fazer a obra, assim, assada, quer dizer, ela vai encobrir os próprios erros dela no projeto básico. Se a empresa que supervisiona a obra, for diferente daquela que elaborou o projeto, for diferente daquela que elaborou o projeto executivo, haverá uma tendência de uma apontar o erro da outra. Falar: “Nós estamos propondo essa alteração porque houve um erro e, quem errou, deve pagar pelo erro”.

Por isso essa descentralização de poderes, que é a nossa proposta, de poder haver responsabilização.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Adriano, eu não quero te interromper, nem ser longo demais, o projeto executivo depende dos equipamentos que a empresa tem, você não contempla a idéia de que, do contratante fazer o projeto básico e a empresa que ganhou a obra fazer o executivo, para que outro, possivelmente, fiscalize, porque o fato é que, em obras por esse Brasil imenso, alguém tem tratores, tem retroescavadeiras, alguém tem guindastes, alguém tem uma série de coisas e fica mais fácil fazer a obra de acordo com os meios que possui.

Quem vai executar a obra tem que ter, ao menos, o direito de dizer como vai fazer.

SR. ANDRÉ KRESCH: Isso é muito pertinente, até porque, projeto executivo vai exatamente como fazer, e o básico é o que fazer. É absolutamente pertinente essa observação, o problema é que há muita confusão, é aquilo que eu disse, as pessoas acham que o projeto básico é um projeto rústico, e projeto executivo é projeto detalhado, essa confusão atrapalha muito no País, nos municípios, nos Estados, se houvesse um entendimento absolutamente correto, que esse projeto básico não é rústico, que esse básico é principal, primordial, no dicionário Aurélio, está lá, definição de básico, primordial, principal, outra definição de básico, rústico, etc, mas na Lei não é essa definição, na Lei é de principal. Então, se fosse um entendimento nacional, que básico é principal e executivo é de como executar, não haveria problema, só que há essa confusão, infelizmente, essa confusão acaba fazendo com que se acha que o básico é preliminar e o executivo é o detalhado.

Poderia ser feita alguma outra alteração para melhorar esse entendimento e, daí sim, estaria perfeito. (soa a campainha) Não sei se eu teria algum tempo para falar das outras perguntas, sobre o pregão, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Três minutos, senhor.

SR. ANDRÉ KRESCH: Eu queria falar sobre o pregão, apoiar o Sr. Rogério Santana, muito se fala que o pregão poderá trazer problemas, eu não vejo esses problemas, porque a modalidade de escolha, ela é apenas uma modalidade de escolha. Da forma como é feita hoje, há uma concorrência, envelopes, planilhas de preço e uma empresa escolhida.

Todos os problemas que decorrem disso, nada têm a ver com a forma como foi escolhida a empresa. Os problemas decorrem do projeto malfeito, da necessidade de alteração, das exigências de habilitação. Tudo isso continua no pregão, continua tendo projeto que pode ser bem ou malfeito, continua havendo exigência de capacitação, que pode restringir ou não a competitividade, tudo isso continua no pregão e na inversão de fases, não há absolutamente nenhum perigo de se alterar essa forma de escolher empresa, isso na nossa visão, com todo respeito a todos os palestrantes, Srs. Senadores, mas como isso é um debate, nós estamos apresentando o nosso ponto de vista. Falou-se que um pregoeiro não vai inabilitar uma empresa que deu o menor preço, ele é obrigado a inabilitar. Da mesma forma que ele é obrigado a habilitar a empresa antes, ele é obrigado a inabilitar depois, porque a Lei 8.666 tem vários artigos que exigem que o critério seja objetivo.

Os critérios de capacitação são objetivos, se uma empresa de fundo de quintal oferecer o menor preço e, fala assim, ela tem que apresentar um atestado, um Engenheiro com experiência nisso, ela não apresentou, não pode ser contratado, o gestor que contratar, deverá ser punido, porque ele tem que inabilitar a primeira colocada, a segunda, a terceira, a quarta, a quinta, até aparecer uma que cumpriu os objetos do edital, agora, existe na Lei também um projeto atual, um dispositivo, que pune as empresas que de má fé participarem da licitação, sabendo que não podem ser habilitadas, elas seriam declaradas inidôneas, isso impede que aventureiros entrem em pregões de obras públicas, ou em processo com inversão de fases, porque eles serão punidos, seriamente, eles sabendo que não poderiam cumprir aqueles requisitos, eles participarem.

Eu gostaria de colocar isso, tanto na inversão de fases como no pregão os critérios são objetivos e, obrigatoriamente, tem que ser cumpridos. E, respondendo a pergunta específica do Exmo. Senador Eduardo Suplicy, sobre os 50% de acréscimos de valores contratuais, realmente, eu acho que são exagerados, tanto que o CONFEA deve concordar comigo, ele coloca um limite de 15% admissíveis em alterações contratuais. Quer dizer, os projetos devem ser feitos

de forma a não poder admitir uma variação acima de 15%, realmente eu acho que são exagerados esses percentuais. Era isso, infelizmente, pelo tempo, não dá para falar mais.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente só pedir desculpa. Tanto eu como o Senador Flexa, temos uma reunião da Bancada desde as 12h30 que estão nos convocando, eu peço desculpas a todos os Palestrantes, mas gostaria depois de receber as notas taquigráficas, para que a gente possa aprofundar o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador Cícero Lucena, todos nós temos também incumbências, eu particularmente tenho que participar da sabatina ao Diretor do DENIT, indicado pelo Governo, agora às 14h00, de forma que eu sou solícito aos expositores, que limitem realmente ao prazo de três minutos a sua referência a cada pergunta específica.

SR. PAULO SAFADY SIMÃO: Senador, eu vou tentar fazer em menos do que três minutos, sendo muito rápido, porque eu acho que está muito clara essa colocação.

Eu acho que dois pontos ficaram claros para nós aqui, noventa e tantos por cento dos problemas que nós temos com licitação, eles são de origem de planejamento, de falta de projeto, de má execução de projeto, aquilo que o Senador Flexa Ribeiro colocou, de editais mal preparados ou direcionados e a questão de fluxo financeiro, tudo isso leva a deformações.

Esse é um grande problema que existe nas licitações brasileiras. Ponto. Se isso tudo estivesse corrigido, não precisava mexer em nada. Dois, a questão do projeto executivo é uma questão de interpretação, isso que acabou de colocar o Dr. André, se nós tivermos a definição do projeto básico é clara, não se cumpre, não se cumpre, o projeto executivo é detalhe posterior à concorrência, não há nenhum mal que seja feito pela empresa vencedora, desde que, o projeto básico, foi feito dentro da definição do que é um projeto básico, não essa interpretação aberta que está aí. É preciso exigir que seja feito o projeto básico.

Eu não vejo nenhum problema da empresa, ao contrário, eu acho perigoso é que seja outra empresa, porque se eventualmente tiver problema, nós temos uma guerra na Justiça para ver quem é o culpado e, se tem um projeto, se tem um bom projeto básico dentro da regra e da Lei, que as mudanças serão mínimas, elas serão, ou de processo de execução ou de eventual problema, como foi colocado aqui que pode ocorrer. Eu acho que isso pode ser muito claro e bem discutido. Eu vejo hoje como foi importante Senador Eduardo Suplicy, esse debate e não sei se nós precisamos de

mais debates para definir isso. Eu não sinto que nós estamos com segurança para votar uma matéria com essa gravidade. Fala-se muito em redução do custo do processo, fala-se muito em redução de prazo, não se fala em segurança da contratação pelo administrador público, que é o mais grave aqui, que equivale a reduzir 1 ou 2% do custo do processo, se eu posso onerar em 50 a 60% a dobrar, o custo da obra, como tem acontecido por falta de projeto de condições mínimas adequadas.

Portanto, eu acho que essa discussão, ela tinha que se levada em consideração na frente. E, para finalizar, eu fiquei muito confortável com conclusão Dr. Rogério, de com a qual eu concordo integralmente, veja que quando ele defende o leilão, ele fala em manutenção de elevador, fala em manutenção de ar condicionado. Nós estamos contestando obras de 50 milhões de reais, mínimo que é obrigatório com o prazo de oito dias, Senador Eduardo Suplicy, mínimo. O senhor imagina fazer uma obra de 50 milhões de reais com oito dias para ir a leilão, que é o que a Lei permite. Isso é desastre, isso é um risco que nós estamos colocando enorme à Administração Pública.

Portanto, eu gostei muito dessa idéia, dessa sugestão, que, aliás, a SENIC fez de já que vamos evoluir, vamos evoluir com cautela, vamos evoluir de valores menores, vamos testar o processo, vamos capacitar os nossos órgãos públicos que estão completamente capacitados isso está claro aqui. Situação de reeducar todo um processo de planejamento do projeto e execução para que a gente possa ter condição de ousar, essa que eu acho, que essa reflexão ficou clara aqui.

Eu volto na origem, como eu disse no começo, o processo do executivo é esse que falou o Dr. Rogério, ninguém falou em pregão de obras, ninguém falou em obras grandes, eram bens e serviços desse tipo, remover uma divisória, fazer uma manutenção de elevador, e são serviços dessa ordem que estava na mente do Governo. E, de repente, virou um leilão de obra obrigatória de 50 bilhões, com possibilidades de ir além.

Portanto, eu acho que essas questões foram muito bem definidas aqui. Eu acho que o Dr. André coloca questões muito sérias, ele entra em particularidade de licitação, tudo isso que ele colocou é muita verdade, mas tudo causado por essa deformação de todo um processo licitatório que, infelizmente, debandou para esse lado sem grandes interferências, sem grandes problemas. Só são detectados quando a obra já está paralisada, quando a empresa já quebrou, quando o prejuízo já está estabelecido.

Portanto, eu acho que ficam essas duas claras para mim, reflexões. Todo o processo que está equivocado e o objetivo do projeto quando o Governo colocou

aqui dentro que foi completamente desvirtuado com o prejuízo para a segurança do administrador público. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Eu quero agradecer Sr. Presidente, a tabela comparativa dos procedimentos da União Européia com o Brasil que será útil para a nossa análise, que o Dr. Paulo Godoy, que apresentou também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra o Dr. Paulo Godoy, lembrando os três minutos para cada resposta.

SR. PAULO GODOY: Não preciso marcar lá Senador, que eu vou cumprir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Infelizmente o relógio não estão marcando nada.

SR. PAULO GODOY: Está correndo. Bom, pontualmente aqui com o Senador Eduardo Suplicy e a pergunta que ele fez, e a colocação que ele fez, com relação ao Art. 46, lembrando que o mecanismo de técnica e preço ele está restritivo na Lei ele só pode ser usado em casos excepcionais e, assim, tem sido feito, mas me parece razoável a colocação que o senhor fez mesmo quando nesse caráter excepcional que se tiver utilizar, estabelecer algum tipo de limite para a adoção de um critério técnico, um percentual, uma proporcionalidade com o preço acho que é razoável.

É lógico que esse percentual não pode ser tão pequeno, senão não justifica a excepcionalidade de ter o mecanismo, mas me parece razoável que se possa trilhar esse caminho e do restante juntando todas as locações dos Srs. Senadores e, agora, reforçado pelo Sr. Paulo Simão de fato nós caímos naquele problema que é o planejamento. O Senador Flexa Ribeiro colocou a posição do Senador Antonio Carlos Magalhães, do orçamento impositivo, é o caso também do PPA que já foi colocado aqui.

Os projetos fundamentais para o País precisam estar acompanhados de uma previsibilidade, verba, e se nós não colocamos todos, nós precisamos pelo menos ter uma espinha dorsal daqueles que precisam e vão, até se sobrepor, ao mandato presidencial para que nós tenhamos uma seqüência com identificação que verbas que não podem ser mexidas. Eu acho que os projetos fundamentais para o País, nós precisamos trabalhar nesse sentido. Senador Marcelo Crivella fala de um avançado de estabilização para garantir. Nós vamos entrar em contato com o gabinete dele para conhecer mais de perto esses mecanismos, que pode ser idéia ou parecida com a idéia dele de como nós podemos garantir um fluxo de recurso permanente.

Aqui já foi falado muito do projeto executivo, projeto básico, eu não vou entrar nessa questão. Eu não

vou entrar nessa questão. Vou insistir, ainda, também estou com o Senador Renato Casagrande, vamos fazer as coisas com cautela. Agora, nós estamos remendando, nós temos que ter cautela para não sairmos daqui de uma situação pior de que tivemos.

Com relação ao Ministro Flexa Ribeiro ele coloca sobre o controle prévio, que foi citado pelo TCU, os controles prévios dos editais, isso, aparentemente, mas acontece que precisa também ter responsabilidade com relação a prazos, senão nós vamos bloquear e nós precisamos definir um convite também ao Senado, definir um pouco melhor essas atribuições, o que cabe ao TCU, o que cabe ao Congresso, o que cabe ao Poder Executivo, fazer os editais me parece uma tarefa do poder Executivo.

Quer dizer, se você submete previamente ao Tribunal é salutar, mas depende em que situação os TCU ou os Tribunais de Contas, de uma forma geral, também dos Estados, qual é a atribuição dele, quer dizer, qual o grau de veto ou de imposição de uma modificação, para nós não correremos o risco de transferir ao Tribunal de Contas a tarefa de fazer editais que cabe ao Poder Executivo. Isso precisa ter uma graduação e uma identificação precisa das atribuições constitucionais e regulatórias, o que Tribunal deve ter nos casos das editais de obras e, também, de concessões que nós até já estivemos lá no Tribunal, a discutir sobre isso também.

Essa idéia de empenho que o Dr. Rogério levantou, quer dizer, os empenhos transformar em título de crédito, eu acho que num ambiente em que haja previsibilidade orçamentária. Se nós fizermos isso hoje, nós vamos desmoralizar completamente os títulos de crédito que eles vão ser negociados com deságio superior a 80% se nós não tivermos um sistema de previsão de orçamento para frente.

E, finalmente, já estourei que eu falei que não iria estourar, vamos voltar a insistir com relação ao desenvolvimento da indústria de seguros no Brasil. Nós achamos, se nós trabalharmos fortemente nisso, desenvolvermos uma boa armação para ter o seguro bem feito, com custo razoável. Muito disso que nós estamos discutindo aqui, hoje, inclusive a responsabilidade para o pagamento, porque com o seguro, o órgão e o gestor responsável que não pagar, ele vai perder as características de cobertura do seguro. Nós achamos que têm um conjunto de situações que serão resolvidas com a introdução dos mecanismos de seguro.

Nós vamos continuar insistindo do ponto de vista da ABDIB essa vai ser a nossa principal bandeira, que vai ser trabalhar e ajudar as instituições a trilhar esse caminho de aperfeiçoar o mecanismo de seguro de performance no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito bem.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Permite Sr. Presidente? Como o Senador Cícero Lucena, mencionou o episódio do trágico acidente ali havido do Metrô de São Paulo e que, justamente, foi um exemplo da necessidade do seguro. Eu perguntaria, se os senhores sabem se o procedimento todo ali havido com respeito ao seguro foi efetivamente respeitado conforme os contratos? Se tiverem a informação, eu agradeço, que já que nós estivemos lá e acompanhando, disseram que as obras estavam sob seguro e que seria garantido, mas se tudo aconteceu conforme estava no contrato.

SR. PAULO GODOY: Primeiro Senador, nós temos que diferenciar que ali, nesse caso, levantado pelo Senador Lucena, trata-se de seguro de risco de Engenharia, que é uma outra modalidade de cobertura para prever esse tipo de procedimento, quer dizer, de qualquer forma, eu não tenho uma informação a dar ao senhor, nesse momento. Que tinha seguro, tinha. O comportamento da liquidação do sinistro, eu não tenho essa informação para lhe dar, mas, de qualquer forma, isso que eu estou falando, eu acho que nós temos condições de criar um pacote de seguros, que dê garantia, tanto do ponto de vista técnico, do ponto de vista de segurança e obrigação do Poder Público também.

Um conjunto que é capaz de blindar e evitar uma série de discussão, que estão, estamos levando tudo para a Justiça, entre nós mesmos, quer dizer, entre as empresas que acabam ou se sentindo prejudicadas, está cheio de brechas ali para levar o assunto para a Justiça, paralisar o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra o Sr. Marcos Túlio.

SR. MARCOSTÚLIO DE MELO: Senador Eduardo Suplicy, objetivamente, primeira pergunta: Quais os principais riscos resultantes das atribuições ao executor da obra encarregado de elaborar o projeto executivo? Se há separação dessas duas atividades, não seria mais consentâneo com os princípios da moralidade e da eficiência? Eu julgo que sim, nós deveríamos separar esses processos.

O projeto executivo deveria ser responsabilidade da contratação do órgão contratante do empreendimento, executado o projeto básico e o projeto executivo por uma mesma empresa, porque tem inclusive a questão também do direito autoral, está certo? Do projeto, que tem que ser levado em consideração e a partir daí licitar. O desejável para qualquer País do mundo é que ter todo o projeto executivo na formatação, inclusive, como está na Lei 8.666 que projeto executivo traz os

elementos à execução do empreendimento, quando o projeto básico caracteriza o empreendimento.

É necessário que nós tenhamos com clareza para o bem da sociedade, o projeto básico executivo contratado e a licitado no seu conteúdo completo. E nós poderíamos fazer uma licitação, inclusive, com preço global fechado, nós saberíamos claramente qual é o preço final do empreendimento. Se essa questão coloca em risco? Coloca. Na verdade nós aumentamos a insegurança. Se nós verificarmos os casos de acidentes ocorridos nessa nossa história recente do País, nós vamos verificar que muitas vezes isso pode ter ocorrido. O Metrô de São Paulo é um sistema...Onde o projeto executivo foi contratado com a execução do empreendimento.

Certamente tudo que nós pudermos prever, executar antes, com a mesma empresa e não delegar ao Estado Brasileiro, não delegar a sua responsabilidade de fiscalização, que pela Constituição é indelegável, mas nós observamos os desmonte das estruturas da fiscalização técnica nesse País, quer dizer, ele tem que cumprir o papel que é dele também.

Se a questão, qual que seria o meio de divulgação revelado mais eficaz e menos oneroso? A maior publicidade possível, mas dentro das publicidades certamente a Internet tem um papel fundamental e independente, inclusive, se vai ser pregão eletrônico ou se vai ser na modalidade da Lei prevista 8.666, está certo? A publicidade é essencial para poder dar transparência e trazer inclusive a participação de mais empresas no processo.

A questão inclusive da subjetividade, no caso de julgamento por processo de melhor técnica ou técnica e preço, o Art. 46 da Lei 8.666 já define que não poder ser subjetividade. Só haverá subjetividade Senador, em algumas situações, primeiro o órgão contratante não saber o que iria contratar, já verificamos, o Senador Cícero Lucena referiu-se a isso. O órgão contratante não sabe estabelecer objetividade, porque não sabe com clareza o que se quer.

O segundo desconhecimento norma técnica a ABNT está para poder definir, objetivamente, os parâmetros técnicos. Pode ser que haja desconhecimento, inclusive, da normatização técnica brasileira ou internacional, caso contrário, está certa, a própria Lei já estabelece, inclusive, como isso impossível de ser feito. É possível definir claramente.

E a questão da estabelecer um limite para preço ou permitir um equilíbrio entre preço e técnica. Não. Porque na verdade, nessa fase, principalmente, quando nós contratamos projetos ou serviço técnicos especializados, o que é mais importante no processo é realmente a PEC que vai ser apresentada para de-

senvolvê-lo. É uma fase que representa muito pouco o valor sobre o conjunto do empreendimento e o que prevalece é, realmente, a técnica. Preciso ter clareza disso para poder evitar, inclusive, que depois você equilibrar a técnica com o preço de uma proposta, inclusive, que vai influenciar pouco sobre o processo do custo global do empreendimento, vai trazer, como diz o Dr. Paulo Simão, projetos ou soluções que vão duplicar, triplicar ou quintuplicar o valor do empreendimento. Não é momento de se fazer economia nessa fase, a questão é a análise técnica mesmo o que prepondera.

Eu queria apenas aqui o seguinte, primeiro concordar com o Senador Marcelo Crivella que é o nosso Coordenador da frente Parlamentar da Engenharia que é preciso, inclusive, dar segurança para o poder público, na contratação do pagamento. Um dos graves problemas que nós temos, inclusive, de preço está aí e de corrupção, porque se estabelecem filas, inclusive, de pagamento que as facilidades vão ser negociadas posteriormente, para poder liberar, os pagamentos devidos. É preciso assegurar de fato, um planejamento que garanta o recurso na licitação para poder pagar todas as etapas daquele empreendimento.

A outra situação e, eu quero discordar da maior parte das análises aqui feitas, quando nós aqui, praticamente, temos uma conclusão em todas as falas e manifestações, que é preciso muita cautela em utilizar o pregão eletrônico para a contratação de obras de médio ou de grande porte. Porque não nas de pequeno porte? Qual a diferenciação técnica básica disso?

É a mesma concepção que eu traria para a reflexão, quando nós estamos construindo e, certamente, os cidadãos mais pobres desse País que não tem acesso ao conhecimento de um projetista para poder fazer o projeto da sua construção ou acompanhamento técnicos, nós descaramos dessa segurança e vão gerar, o caos urbano que nós estamos vivenciando, como se o empreendimento de menor porte, não tenha que ter o rigor técnico, como qualquer empreendimento. Um projeto de uma obra popular, é tão importante na sociedade quanto é de alguém da classe média ou de alguém que é rico.

E o conteúdo técnico embutido é o mesmo que nós precisamos ter de ter a qualidade do projeto, ter a qualidade da execução. E, certamente, esse processo precisa passar por nossa reflexão como sociedade. A nossa cultura é que um empreendimento, porque ele é de baixo valor, não exige a técnica, muitas vezes, é o contrário. E eu vou discordar também do Dr. Rogério, quando dá o exemplo de algumas questões, como manutenção de aparelhos e ar condicionado ou manutenção e instalações elétricas.

O maior índice, inclusive, de incêndios que nós temos no País, se originou exatamente em situações como essas, pequenas, pelos descuro da qualidade técnica na execução e na prestação desses serviços. É primeiro refletir que se essa questão é uma questão, inclusive, de conteúdo técnico, não é, inclusive, do porte do empreendimento pura e simplesmente. Muitas vezes, o empreendimento de maior porte, tem menos complexidade do que o empreendimento de menor porte, ou de custo inferior, pela complexidade técnica embutida nele.

Eu gostaria de deixar essa reflexão e voltar a reafirmar a nossa posição, o CONFEA tem uma posição, inclusive, muito crítica nesse momento, em relação à adoção do pregão eletrônico para contratação de serviços técnicos especializados e de obras de engenharia de qualquer porte. A nossa posição é muito clara em relação a isso e, temos uma preocupação grande Senador, que isso vai acabar porque o maior volume de obras públicas nesse País, são obras de pequeno valor, executados pelas Prefeituras municipais, que não tem equipe técnica nem de planejamento e nem de fiscalização e controle. E que as obras estão importantes para aquele Município, como qualquer obra de grande porte para o País.

É primeiro ter esse conteúdo claro em relação a esse processo. A nossa preocupação é a adoção de um sistema que na nossa cultura da legislação de licitações, sempre houve uma preocupação grande em relação a serviços especializados técnicos, como também obras e na questão da utilização, inclusive, desses instrumentos (soa a campainha) pela questão colocada, exatamente, tempo de análise que você tem que ter para poder desenvolver esse processo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra o Sr. Luiz Fernando Santos Reis, respeitado o prazo.

SR. LUIZ FERNANDO SANTOS REIS: Inicialmente, eu queria voltar a um assunto que foi bastante discutido que é o problema do projeto.

Senador Eduardo Suplicy, eu tenho 45 a 50 anos de trabalho na construção, comecei como ajudante de engenheiro e cheguei a Diretor de empresa, só trabalhando em obras de construção pesada e lhe afirmo, que tentar separar projeto executivo da construção é uma temeridade. Começa com simples, pequeno problema de divisão de responsabilidade, se a obra tiver um insucesso quem é o responsável? É que fez o projeto básico, é quem fez o projeto executivo, ou é quem executou a obra?

Além do mais, determinados tipos de obras, o projeto executivo está intimamente ligado, há como

eu vou executar esse é obra, ela depende muito da solução que a pessoa vai dar. Eu vou fazer uma ponte, eu quero uma ponte em 300 metros, 20 de largura e tal. Eu vou fazer isso em pré-moldado ou fazer mais barato em concreto, assim. O projeto básico está lá, eu orcei, deu projeto básico na hora do detalhamento, eu posso ter uma solução melhor, eu posso ter uma Engenharia que me permita fazer uma obra melhor, eu posso ter um detalhamento de execução mais aperfeiçoado que me dê, eu posso, ao invés de usar uma treliça lançadeira, eu usar guindaste para colocar aquela viga. Isto é o detalhamento da execução a ação que vai me permitir.

No momento a empresa que trabalho está executando algumas obras de porte significativo, em que nós, para a iniciativa privada, em que nós estamos executando o detalhamento para poder compatibilizar o método executivo com o detalhamento. Agora, por outro lado, o gerenciamento tem que ser uma empresa independente que não pode estar ligada nem há quem fez o projeto básico, acho não, deve, e nem ao projeto executivo.

O senhor tem três entidades que é gerenciamento de fiscalização, gerenciamento de fiscalização pode ser feito pelo Governo, até se ele tiver gente capacitada, projeto básico aqui, licitado, e o projeto detalhado, essa é a minha opinião.

Complexidade das obras, eu diria ao senhor, que hoje a iniciativa privada executa obras mais complexas que o Governo, o Senador Marcelo Crivella não sabia. Com relação a problema de qualificação, pré-qualificação que foi levantado o problema, a pré-qualificação ela pode ser simultânea. Eu entrego dois envelopes, eu entrego o envelope com a qualificação da empresa é com proposta comercial. Não tem condição de pré-qualificar antes, e as empresas se acordarem. Não.

Eu entreguei aquela pré-qualificação, simultaneamente, abre antes, o envelope da capacitação empresarial para ver se aquela empresa está capacitada ou não. Se ela não tiver, não vai abrir o envelope de preço dela, se ela tiver, vai abrir o envelope de preço de todo mundo, mas os envelopes são entregues simultaneamente e, finalmente, eu queria dizer o seguinte.

Prezado André, eu vou discordar de você mais uma vez. Na BR 101 tem um trecho que vai dar problema, por quê? Porque a obra já começou e não tem o projeto, não tem o projeto, por que? Porque o Governo está licitando o projeto executivo, que foi licitado muito depois da construção. A obra está lá e está parada, porque não tem o projeto executivo.

A gente não pode pegar os exemplos isolados, está entendendo? Porque infelizmente o maior problema está na gestão. O nosso grande problema se chama

gestão, gestão de planejamento, gestão de projeto, e gestão de execução. Agora, só para terminar, eu não conheço ninguém nessa minha longa experiência que tenha sido punido nem inadimplente e nem nada, e eu gostaria muito de ver. Eu queria em nome do SINICON e da CNI agradecer a presença aqui e, pedir desculpas, por ultrapassar o prazo.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Permita-me, Presidente também agradecer a todos. Ainda ontem o Presidente Lula, no seu pronunciamento, disse que o dado concreto é que nós vamos fazer desse País um verdadeiro canteiro de obras, em se tratando de infra-estrutura e foi, relacionada às preocupações de todos.

E nós temos e, eu, particularmente, a responsabilidade de o quanto antes, aproveitando todos os ensinamentos, as experiências dos que aqui depuseram a colocar isso. E eu quero dizer Sr. Presidente, eu vou procurar fazê-lo no prazo adequado e responsável, tendo em vista a complexidade de tudo que nós foi transmitido hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A complexidade é grande na matéria V. Ex^a., está com uma responsabilidade enorme Senador Eduardo Suplicy. Nós esperamos que V. Ex^a., faça tudo da sua competência, e da sua paciência, e do equilíbrio de desprendimento, no sentido de dar melhor contribuição nessa tarefa árdua que abraçou.

Eu quero dizer que, muitas vezes, com a experiência executiva que eu tenho passado, eu dizia que, às vezes, vale a pena começar mais tarde, para acabar mais cedo, e com menor custo. Defendamos profundamente essa tese do projeto bem feito e do planejamento prévio, a qualquer anúncio de canteiro de obras que possa haver neste País.

Agradeço a presença de todos. Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 14h01.

Ata da 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de agosto de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 Da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quatorze de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante e do Senador Neuto de Conto, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko,

Ideli Salvatti, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Fernando Collor, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Gilvam Borges e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar os trabalhos o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Parecer do Prof. Dr. Luiz Edson Fachin, Professor Titular da UFPR e da PUC/PR. Professor da Unesa/RJ, acerca da operação de crédito entre a União e o Estado do Paraná autorizada pela Resolução nº 98, de 1998, do Senado Federal. O Expediente já foi encaminhado aos Membros da Comissão por meio de Ofício Circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, não terminativo, que “estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências”, de autoria do Deputado Francisco Rodrigues, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto. Em 10/07/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos Regimentais. Após as considerações finais feitas pelo Relator, Senador Sibá Machado, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 106, de 2007, não terminativa, que “propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor equivalente a até US 150.000.000.00 (cento e cinquenta milhões

de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Neuto de Conto, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 123, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Curitiba e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor de até US\$ 10,00,000.0 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais na Cidade de Curitiba”, de autoria Presidente da República, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 122, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 16,100,000.00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II, a ser executado pelo Senado Federal”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Garibaldi Alves Filho, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jayme Campos, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Romero Jucá, que solicita Vista

da Matéria. O Presidente concede Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. Em 15/05/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após as considerações finais feitas pelo Relator, Senador Renato Casagrande, e não havendo quem queira discutir, a Comissão rejeita o Projeto; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regravagem”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2005, terminativo, que “xclui as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES)”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. Em 10/07/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após as considerações finais feitas pelo Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, usam da palavra os Senadores Adelmir Santana, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto; Item 10-Ofício “S” nº 12, de 2003, não terminativo, que “submete à apreciação do Senado Federal o termo Aditivo de Re-ratificação do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ativos celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, o Estado de Rondô-

nia, o Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A – RONDONPOUP, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1654, de 15 de abril de 2003, para as ressalvas legais necessárias em sua Resolução autorizativa, conforme as Notas Técnicas nº 058 e nº 065, de 08 e 12 de fevereiro de 1999, respectivamente e a Exposição de Motivos s/nº de 03 de abril de 2003, da liquidante do Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON”, de autoria do Governador do Estado de Rondônia, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, usam da palavra os Senadores Expedito Júnior, Valdir Raupp, Osmar Dias, Jayme Campos, Romeu Tuma, João Ribeiro e Marconi Perillo. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais e a Comissão delibera no sentido de realizar uma Audiência Pública para instruir a Matéria no dia 21/08/07; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica)”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 29/05/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/06/2007, foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Flexa Ribeiro, concluindo pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Voto em Separado pelo Senador Flexa Ribeiro, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Romero Jucá, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Ideli Salvatti e Delcídio Amaral. A Comissão aprova o Requerimento nº 33/2007-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer o adiamento da Matéria até que seja realizada Audiência Pública com a presença da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Exma. Sra. Marina Silva; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que “altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator Senador Eduardo Suplicy. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciên-

cia, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão**-SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base-ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-SINICON. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Mensagem do Senado Federal nº 126, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multisetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”, inserido na Linha de Crédito Condicional concedido pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até US\$ 3,000,000,000.00 (três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América)”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Delcídio Amaral e Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 33/2007-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, o adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, bem como o convite à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos a fim de prestar esclarecimentos sobre o assunto de que trata o referido projeto (compensação financeira

aos Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Comunico aos membros que estão nesta Comissão que nós recebemos o seguinte documento: Parecer do professor Dr. Luiz Edson Fachin, professor titular da Universidade Federal do Paraná e da PUC do Paraná, professor da UNESA do Rio de Janeiro, acerca da operação de crédito entre União e o Estado do Paraná, autorizada pela Resolução nº 98 de 1998 do Senado Federal. O expediente já foi encaminhado a todos os membros da Comissão que estão sendo informados dessa matéria e constará na pauta desta Comissão futuramente.

Vamos ao Item 01, da Pauta. Projeto de Lei da Câmara de nº 115, de 2006. Não Terminativo: “Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas; cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 04 de julho de 1994; e dá outras providências”. Autoria Deputado Francisco Rodrigues. O relator é o Senador Sibá Machado. O parecer é favorável. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça com parecer favorável ao projeto. Em 10 de julho, nós tivemos vista coletiva nos termos regimentais.

A matéria está em discussão. Não tendo ninguém que queira discutir, nós vamos passar a palavra ao relator da matéria para o seu comentário final.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente e Srs. Senadores. Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a V.Ex^a. por ter me concedido a relatoria de tão importante projeto para a economia brasileira. Naquele momento eu não tive oportunidade de concluir a minha argumentação favorável a este projeto e quero agradecer a todos os Senadores que pediram vistas naquele momento, mas não apresentando nenhuma ressalva, possam entender aqui que há concordância quanto à matéria.

Eu queria ainda acrescentar para V.Ex^a. a seguinte argumentação: Estive analisando o conjunto de legislação que foi aprovado recentemente por este Congresso Nacional, a respeito deste setor tão importante para a nossa economia, foi o que eu considero um passo marcante da reforma tributária, o Super Simples, a criação das ZPEs e agora a criação da REDESIM.

Juntas nós podemos chegar ao seguinte grau de importância, Sr. Presidente, para a economia nacional: A diversificação da produção no nosso País, a interiorização dos investimentos, a distribuição de renda substituindo as compensações sociais, a formalização do trabalhador e a formalização de negócios, o aumento das receitas dos municípios e o fortalecimento e o crescimento da nossa economia.

Com base em um estudo do IBGE de 2002, 2003, o PIB brasileiro tem a formação, conforme os municípios, da seguinte forma: Dos 5.561 municípios que formam os 100% do nosso PIB, 70 municípios juntos produzem 50% do nosso PIB enquanto que dez municípios apenas, chegam a 25% do nosso PIB. Do outro lado 1.289 municípios respondem por apenas 1% do PIB brasileiro.

Então, Sr. Presidente, eu quero entender que com o Super Simples que a gente vai fazer uma unificação de tributação reduzindo, inclusive, as alíquotas. Com as ZPEs que vão, digamos assim, fomentar melhores investimentos voltados à exportação em qualquer ponto do nosso País no futuro.

Quando nós pudermos também, através da REDESIM, simplificar a criação ou encerramento de empresas em tempo muito curto, o Brasil de fato agora passa a se comparar com a Alemanha, com a Itália, com os Estados Unidos e outros países industrializados que trabalham a esta fórmula já há algum tempo. Portanto, eu quero entender que cada município brasileiro cujos Prefeitos, hoje, não sabem ou não conseguem ou não querem trabalhar arrecadação própria, ouvi agora de um analista da economia do Estado do Acre que fez uma comparação entre cada real que é transferido do Tesouro Nacional para a estes municípios e cada real que é de fato produzido por nestes municípios. Ele disse a diferença é muito grande. Um real transferido é

um real solto, é um real que não tem, no seu entorno, os arranjos do chamado “real arrecadado”. Para cada real arrecadado você tem todo um esforço local, uma logística, uma capacidade intelectual, um esforço de trabalho para que ele seja produzido. Portanto, um real arrecadado ele sempre tem um delta positivo a mais.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, eu considero que nós agora e ainda pegando os dados do SEBRAE que dizem o seguinte: O Brasil, hoje, tem cerca de seis milhões de empresas registradas, seis milhões. Destas seis milhões de empresas, 99% são de micro e pequenas empresas. As micros e pequenas empresas respondem sozinhas por 53% de todas as carteiras assinadas do Brasil. Respondem por 28% de todo o faturamento nacional. Respondem por 25% do PIB nacional. E hoje, em números absolutos, empregam 14 milhões de pessoas.

Portanto, eu acredito, Sr. Presidente, que com essas três leis, das ZPEs do Super Simples e da REDESIM, nós de fato, e de direito agora, temos condição de fazer um desenvolvimento mais equilibrado do nosso País. Nós tivemos as décadas de 50, 60 e 70 fomentando os chamados “grandes parques industriais” e ficou no imaginário popular que as grandes empresas, de fato, são responsáveis únicas pelo desenvolvimento nacional, mas conhecendo um pouco da Itália, um pouco da Alemanha e a história da economia americana, nós, agora, estamos do caminho certo, porque de fato e de direito agora, vamos colocar os nossos olhares para aqueles que de fato constroem a economia e as riquezas do nosso Brasil. Portanto, eu peço a V.Ex^a., aos demais Senadores, a aprovação deste projeto que eu acho que faltam aqui até palavras pela emoção que se tem de dar grande contribuição a um tão importante setor da economia brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Concluímos a discussão, projeto de grande interesse, queria dar as boas vindas também ao novo Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, que seja bem recebido aqui na nossa Comissão de Economia prestigiando a nossa Instituição.

E nós vamos agora encaminhar para votação esse projeto que tem um grande alcance social. É um projeto que já foi largamente discutido, foi votado na Câmara por unanimidade, é um projeto que simplifica o registro e a legalização de empresas e negócios. Desburocratiza a criação de empresas, portanto, estimula o empreendedorismo, estimula a geração de riqueza, o investimento produtivo no País.

Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O projeto agora, vai à Plenário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E solicito ao Senador Sibá Machado que peça urgência do projeto para que ele possa tramitar com mais urgência. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, agora acho que V. Ex^a. já tendo nos provocado, peço a urgência desse projeto para que ainda, neste mês de agosto, já tenhamos a sanção do Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pediu a urgência de uma forma muito lenta, mas de qualquer forma ainda regimental.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Portanto, aprovado lentamente a urgência do projeto para que ele possa ir a Plenário.

Os Senadores que concordam com o pedido de urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, V.Ex^a. tem presidido a Comissão de Assuntos Econômicos com muita clareza, objetividade e muita transparência. Hoje V. Ex^a. leu, no começo da reunião e deu ciência à Comissão, de um parecer que foi produzido pelo professor Luiz Edson Fachin, que por coincidência foi professor e orientador da minha filha, é um grande professor da Universidade Federal do Paraná e da PUC, e ele trata do assunto relacionado à questão do Banco do Estado do Paraná, Banco Itaú, tesouro da União, essa situação que nós estamos há alguns meses, tentando solucionar via Senado Federal.

V.Ex^a. sabe que o Governo do Paraná tentou durante quatro anos resolver junto ao Governo, e a Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou um parecer, aliás, uma minuta de resolução para esta Comissão, cujo autor, Senador Romero Jucá, assumiu no Plenário do Senado Federal na semana passada, comigo e com todos os Senadores, o compromisso de apresentar esse projeto de resolução para que a solução, a multa que o Estado vem sendo penalizado, possa ser cancelada.

Claro que V.Ex^a. é o árbitro na Comissão e tem que tomar todas as precauções para se colocar uma matéria a votar. E V.Ex^a. ao ler, eu não entendi bem, se já existe relator porque o último relator, Senador Valdir

Raupp, não pode relatar por razões de estar acumulando a liderança, muito trabalho, muitas outras matérias, e ele disse que precisa estudar muito essa matéria.

Eu pergunto a V.Ex^a. se já tem relator, se nós poderemos falar em votar essa matéria, pelo menos na semana que vem, em função da urgência que esse assunto tem para o Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu ainda não tenho uma manifestação formal, oficial, do relator Senador Valdir Raupp, acerca da matéria.

Se ele tiver condições de apresentar o relatório, seguramente, nós votaremos assim que a Presidência o receber. Caso ele não tenha, pela imensa responsabilidade como Líder do PMDB, condições de oferecer o parecer porque é uma matéria bastante complexa juridicamente, a Comissão, nós temos distribuído todos os pareceres que nós recebemos favoráveis e contrários à matéria, todos os Senadores estão sendo informados de toda a discussão que nós temos tido, jurídica, em torno dessa decisão que a CAE deverá oferecer futuramente, se o Senador Valdir Raupp formalizar o seu parecer ou a sua impossibilidade, evidentemente nós vamos procurar pautar o mais brevemente possível.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Presidente, eu recebi esse projeto na quinta-feira, quinta-feira à noite eu viajei para o Estado, voltei ontem, logo eu não tive condições de me debruçar sobre esse projeto, não tenho ainda possibilidade de apresentar o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Evidente é uma matéria bastante complexa, apesar da familiaridade do Senador Osmar Dias, qualquer Senador que defrontasse com pareceres contrários da Assessoria Jurídica da Casa, favoráveis de professores universitários, da Procuradoria-Geral do Paraná, favorável ao parecer, quer dizer, não é uma matéria qualquer, é bastante complexa a decisão, ela também seria uma inovação, do ponto de vista, da decisão desta Comissão, nós não temos tido, pelo menos eu não conheço nenhum precedente semelhante, por isso o relator permanece sendo o Senador Valdir Raupp e qualquer novidade e encaminhamento V.Ex^a., por favor, entre em contato com essa presidência.

Assim que eu tiver o parecer nós pautaremos a matéria nessa Comissão e o faremos da forma mais breve possível.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Obrigado Senador Osmar Dias.

Vamos agora ao Item 02 da Pauta. Mensagem do Senado Federal, nº 106, de 2007, não terminativo: “Propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD, no valor equivalente a US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II”. Autoria da Presidência da República, o relator é o Senador Neuto De Conto. Parecer é favorável nos termos do projeto que apresenta.

Com a palavra o relator.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sr.

Senador Aloizio Mercadante, Senador Presidente, e Srs. Senadores.

Com a Mensagem nº 106, de 03 de julho de 2007, o Presidente da República submete a essa Casa o pedido de autorização para contratação de operações de crédito externo entre, a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD. No valor de 150 milhões de dólares, dos Estados Unidos, americanos.

Análise: O presente empréstimo externo tem como tomador a União, portanto, a operação de crédito se sujeita aos limites e condições estabelecidas pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favoravelmente à contratação. Destacando-se, em primeiro lugar, que a formalidade prévia e contratação prescrita na Constituição Federal e na acima citada Resolução do Senado Federal e na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e nos demais dispositivos legais, foram obedecidos.

No que diz respeito ao controle da dívida pública, observa-se que os limites de endividamento da União vêm sendo observados havendo margem para a presente contratação. Segundo o referido parecer da STN a operação obteve pronunciamento favorável daquela Secretaria no sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF e credenciamento pelo Banco Central do Brasil, TA 383606.

Quanto ao mérito cabe ressaltar que com base em informações contidas no parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que os recursos da operação não serão destinados a novos investimentos, mas a compor as reservas internacionais do País e poderão ser utilizadas para saldar compromissos externos da República Federativa do Brasil. Também não são exigidos recursos de contrapartida nacional

ou recomendações da Comissão de Financiamento Externo – COFIEEX.

Embora o prazo de desembolso previsto seja 31 de dezembro de 2007, a PGFN informa que os recursos do empréstimo poderão ser desembolsados de uma só vez, porquanto as ações previstas e constantes da carta da política setorial que serve como premissa para o contrato, já foram realizadas consoante o item terceiro e segundo do citado parecer PGFN, ou seja, tratar-se de empréstimo importante para financiamento em longo prazo do Tesouro Nacional. Considerando a implementação de medidas previstas acordadas e não contrapartidas de recursos federais.

Custo efetivo da operação está estimado em 5.43% ao ano, indicando como as condições financeiras da operação encontram-se em patamares aceitáveis pela Secretaria do Tesouro Nacional, tendo em vista, o custo da captação em dólar do Tesouro Nacional no mercado internacional.

Depreende-se, portanto, que a operação de crédito atende os limites e às condições estabelecidas pelo Senado Federal apresentando condições financeiras favoráveis tanto em termos de prazo, de retorno do capital, quanto à taxa de juros e demais custos normalmente incidentes sobre tipo de empréstimo concedido pelo Banco Mundial.

Voto: Diante do exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização de empréstimo externo contido na Mensagem nº 106 de 2007, nos termos do projeto resolução.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o parecer oferecido pelo Senador Neuto De Conto, vamos colocar em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o parecer do relator. Os Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. O parecer vai à Plenária.

Vamos agora ao Item 03 da Pauta. O relator não está presente. Está adiado o parecer.

Item 04 da Pauta: “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II, a ser executado pelo Senado Federal”.

Eu vou abrir um precedente, como são projetos bastante pequenos e esse, no caso, é importante para o Senado, o Senador Efraim Morais pediu que nós

déssemos urgência à tramitação dessa matéria não estando... O relator chegou. Senador Garibaldi Alves Filho, V.Ex^a. é relator dessa matéria do Interlegis, peço que ofereça o parecer a essa Comissão. Pediria também a Secretaria que entre em contato com o Senador Gilvam Borges se ele pode comparecer ao Plenário para oferecer o seu parecer. O parecer do Senador Gilvam Borges é para a cidade de Curitiba, também são financiamentos que para a cidade...

Item 04, Mensagem nº 122. São recursos do BID para Interlegis. Senador Garibaldi Alves Filho, com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O Presidente da República submete ao exame do Senado Federal proposto para que seja autorizada à República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de 16 milhões de 100 mil dólares dos Estados Unidos da América com o Banco Interamericano de desenvolvimento – BID. Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II. Esse programa, conforme, Sr. Presidente, ofício nº 29, de 2007, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal ao Ministro da Fazenda, objetiva apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo brasileiro nos níveis Federal, Estadual e Municipal, bem como aproximar o cidadão da atividade Legislativa. O propósito é dar continuidade ao processo iniciado no Interlegis I de fortalecimento e de abrangência da rede de integração e participação Legislativa.

Na análise, Sr. Presidente, nós dizemos que a operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de 16 milhões e 100 mil dólares dos Estados Unidos da América. As operações de crédito desta natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal, e na Resolução nº 96 do Senado Federal que disciplina o processo de endividamento a União.

As exigências foram todas elas obedecidas, Sr. Presidente. Ademais quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional considerando as informações acerca das dotações previstas para o programa na Lei Orçamentária anual para 2007, serem elas suficientes para dar suporte ao programa no exercício corrente.

Sendo assim, no nosso voto, somos favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem nº 122, de 2007, nos termos do seguinte: Aí vem o Projeto de Resolução que está contido aqui no nosso relatório.

Sr. Presidente, o nosso voto e o nosso parecer são favoráveis ao Projeto de Resolução que autoriza a

República Federativa do Brasil a contratar a operação de crédito externo no valor total de 16 milhões e 100 mil dólares dos Estados Unidos da América para com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, desculpe, Srs. Senadores, senhor relator, oferecido o parecer pergunto se algum Senador gostaria de discutir a matéria.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o parecer são recursos do BID para o Programa de Modernização Legislativa Eletrônica – Interlegis. Senadores que são favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

Próximo Item da Pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência para os dois financiamentos que foram aprovados, o Item 106 que foi lido pelo Senador Neuto De Conto que foi votado anteriormente, eu queria pedir à urgência dessa Comissão, bem como a matéria do financiamento do Senador Garibaldi Alves Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadores que são favoráveis ao pedido de urgência permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 05 da Pauta. Esse projeto já veio para a Pauta da Comissão oito vezes. E nós combinamos que em duas sessões, a relatoria não estando presente, nós indicaríamos um relator *ad hoc*. É um projeto do Senador Francisco Dornelles.

Eu vou pedir que o Senador Jayme Campos possa relatar a matéria. É o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo: “Projeto altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”. Autoria Senador Francisco Dornelles a relatora era a Senadora Kátia Abreu, agora o Senador Jayme Campos, relator *ad hoc*.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, (falha do áudio) Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadoras, relatora a Senadora Kátia Abreu.

Relatório: É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, o Projeto de Lei do Senado Federal PLS nº 7, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que pretende autorizar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas relativa a filhos ou enteados ainda quando nascituro. Com esse propósito modifica-se o Inciso III do caput e o § 4º do art. 35 da Lei 9.250, de 26 de dezembro 1995, para incluir no rol de dependentes a regra de que desde nascituro, filha e filho, enteada e enteado, são considerados dependentes para fins

de dedução de que se trata o art. 4º, Inciso III, e VIII e Inciso II, Alínea “c” da mesma lei.

O autor da proposição argumenta que para o Direito Civil o nascituro tem integral proteção. A lei e a Jurisprudência resguardam seus direitos e lhes garantem até mesmo legitimidade para pleiteá-los em juízo. No campo tributário, defende que as mesmas razões jurídicas que justificam a dedução relativa a filhos e enteados, aplicam-se ao nascituro. Lembra, por fim, que são muitas despesas assumidas pela gestante, além dos prejuízos advindos da dificuldade do exercício das atividades laborais.

O PLS nº 7, de 2007, foi lido em 07 de fevereiro e remetido a essa Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Análise: No exercício da competência outorgada pelo art. 99, e 4º do Requerimento Interno no Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o mérito das matérias que disponham sobre tributos.

Quanto à constitucionalidade frisamos que o PLS nº 7, de 2007, atende as regras e os princípios previstos na Constituição Federal, tanto em seus aspectos formais quanto materiais. O imposto de renda é tributo de competência da União que pode, portanto, ser alterado por lei federal, além disso, ao reforçar a proteção jurídica dada ao nascituro, atende-se aos princípios constitucionais previstos no art. 227, caput da Constituição Federal.

No mérito: Merece elogio a iniciativa do Senador Francisco Dornelles que demonstra sensibilidade ao trazer para o Direito Tributário regras de amparo e proteção ao nascituro.

O pacto de São José da Costa Rica, celebrado em 1969 e ratificado pelo Brasil em 1992, garante a proteção à vida desde a concepção. Assim, deixou de haver razão jurídica ou técnica para que a dedução do imposto de renda, referente aos dependentes, continuasse a ser possível somente após o nascimento.

Justificação: Demonstro claramente que são várias as despesas com as quais a gestante tem que arcar mesmo antes do parto. Nem todas dedutíveis como despesas próprias. Assim, é justo que lhe seja deferido o valor fixo da dedução tal como existente para os filhos já nascidos. Vale mencionar ainda, que a proposição traz regras para evitar a dedução concomitantemente referente ao nascituro e, filho ou enteado, quando se tratar do mesmo dependente.

Ademais, preocupa-se com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, condicionando a eficácia do benefício ao atendimento pelo Poder Executivo do disposto do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Sr. Presidente, pelas razões expostas cumprimos o autor da iniciativa, votamos pela aprovação do PLS nº 7 de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o parecer Senador Jayme Campos. Com a palavra, Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que eu entendo o mérito e a intenção do Senador Francisco Dornelles, mas me preocupa a forma operacional que essa questão poderia ocorrer ao ser comprovada.

Quer dizer, como o período de gravidez é nove meses, em tese, nós vamos poder ter pessoas que declarem que estarão grávidas quando da declaração de imposto de renda do exercício anterior, sem efetivamente ter nascido a criança ou as crianças, na verdade, se forem gêmeos são duas crianças ou três crianças. Portanto, eu peço vista da matéria para discutir com a Receita Federal, para verificar que tipo de controle mínimo pode se ter em uma questão como essa, para não se ocorrer o risco de, efetivamente, se ter talvez uma forma de burlar o Fisco através da possibilidade, da alegação, de uma pseudo gravidez e que depois de ter abortado, antes da nascer a criança, efetivamente ter descontado o imposto de renda.

Então, eu quero discutir isso com a receita e peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a. está preocupado que a receita tenha que fazer teste de gravidez, DNA e também aquele exame para verificar se mais de uma criança para poder analisar a dedução.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – São um ou dois dependentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E essa coisa de DNA não tem sido muito positiva não, no ambiente institucional. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, mas eu acho que é fácil para resolver esse caso, tendo em vista, eu acho que na medida em que a pessoa vai declarar ou se está supondo aqui, eu imagino a sua colocação, de que qual vai ser a garantia da gravidez. Para tanto, para inserir dentro desse Projeto de Lei, basta arrumar um atestado médico, de qualquer um médico de Unidade Saúde, de um posto de qualquer cidade desse País aqui, eu acho que nesse caso é fácil de resolver para não ter nenhuma burlação da lei em relação à eficácia...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O relator já está propondo um

convênio da receita com os postos de saúde para fazer o teste de gravidez e DNA. De qualquer forma está concedida a vista.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A questão é complexa porque seriam mais documentos inseridos na declaração do imposto de renda e mais do que isso, quer dizer, quem dá um documento dizendo que pode haver a possibilidade de uma gravidez pode dar um documento depois dizendo que houve um aborto e efetivamente nenhum desses dois documentos pode ser verdadeiro ou não. Então, eu prefiro discutir essa questão com a receita, Sr. Presidente, e trarei no futuro uma manifestação do Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PB) – Sr. Presidente, eu quero discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está suspensa à discussão porque foi pedido vista. Fica para a próxima sessão. V.Ex^a. não ficou nervoso com o negócio do DNA não, não é? Ah, bom.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PB) – Eu acho mais do que justo o projeto do Senador Dornelles, eu quero parabenizar o Senador Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, eu acho que o Senador Romero Jucá está muito preocupado com a questão da receita e não atender o abatimento do nascituro que começam as despesas desde a geração.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Senador Flexa Ribeiro com essa intervenção voltou com o espírito da paternidade, foi dia dos pais, eu quero parabenizar todos os pais pelo domingo próximo passado que foi um momento bastante prazeroso em todas as famílias, eu tenho certeza.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para deixar claro...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com muita brevidade que nós vamos ter que voltar a discussão dessa matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Apenas para deixar claro que a preocupação não é com o abatimento do nascituro é que efetivamente se tenha um processo que se comprove o que efetivamente não dê margem à fraude. A idéia não é não abater a criança, a idéia é que a criança exista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não abater a criança, não. Pelo amor de Deus, nós vamos abater impostos da gravidez. Senão nós vamos ter aqui um problema penal.

Vamos agora ao Item 06, Projeto de Lei do Senado nº 270 de 2003, terminativo: “Altera o § 6º do art. 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003. Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda

e também os autistas”. Autoria Senador Arthur Virgílio, parecer do relator Senador Renato Casagrande.

Eu conversei, inclusive, com o Senador Arthur Virgílio porque basicamente esse projeto já está contemplado na legislação. Ele falou que se de fato verificasse isso não haveria qualquer objeção à tramitação da matéria. Foi concedida vistas nos termos regimentais, eu acho que foi solicitado na última sessão, e agora vamos concluir o processo de votação. Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito bem, Sr. Presidente, de fato esse projeto já está em pauta há bastante tempo e o pleito do Senador Arthur Virgílio é um pleito muito justo, muito correto. Quando ele pleiteou ainda não tinha esse incentivo, mas depois do projeto apresentado, o Governo apresentou um projeto que concedeu o incentivo de IPI a esse tipo de veículo para pessoas portadoras de deficiência que adquirissem os veículos.

Então, Sr. Presidente, como o objetivo, o mérito do projeto foi atendido, nosso voto é pelo arquivamento do projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pelo projeto já está contemplado na legislação que foi aprovada por esta Casa, e por sinal, foi objeto de uma discussão bastante rica aqui naquele momento, foi aperfeiçoado pela Comissão de Assuntos Econômicos, o relator pede o arquivamento da matéria.

Os senhores que são favoráveis ao arquivamento permaneçam como se encontram. Aprovado. A votação é nominal, vamos lá, então. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De acordo com o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vota, não. Senador Renato Casagrande voto conhecido, não. Senador Expedito Júnior? Pelo arquivamento. Senador Romero Jucá? Senador Valdir Raupp? Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Garibaldi Alves Filho? Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Cícero Lucena? Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romeu Tuma? Senador Marconi Perillo? Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Garibaldi Alves Filho? Com o relator, não é? Seguramente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu vou seguir a orientação do Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, minha não. Do relator. Todos os Senadores foram com o relator aqui. Senador Romeu Tuma, com o relator, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – De acordo com o que o senhor determinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com o relator. Estamos sempre juntos. Então, está rejeitado o projeto, aprovado o parecer.

Projeto de Lei nº 8. Não terminativo. O nº 7, não está aí, o autor e nem o relator. Projeto nº 8: Autoria Senador Edison Lobão. Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2005, complementar não terminativo: “Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 (Código Tributário Nacional), para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regravação”. O relator é o Senador Francisco Dornelles que não está presente. Portanto, fica para a próxima sessão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois, não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu sou relator de uma matéria que tem varado anos aqui, que diz respeito à questão do BERON e do RONDONPOUP, exatamente a questão da liquidação do banco...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Item 10...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O Item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos colocar o Item 10 em discussão.

Item 10. Ofício “S” nº 12, de 2003, não terminativo: “Submete à apreciação do Senado Federal o termo Aditivo de Re-ratificação do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ativos celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A – RONDONPOUP, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos da disposição na Medida Provisória nº 1654, de 15 de abril de 2003, para as ressalvas legais necessárias em sua Resolução autorizativa, conforme as Notas Técnicas nº 058 e nº 065, de 08 e 12 de fevereiro de 1999, respectivamente e a Exposição de Motivos s/nº de 03 de abril de 2003, da liquidante do Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON”. Autoria Governador do Estado de Rondônia, relatoria Senador Romero Jucá.

Com a palavra o relator.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Sr. Presidente, essa é uma matéria extremamente polêmica e diz respeito à intervenção do Banco Central no BERON, no Banco do Estado de Rondônia, ocorrida em 1995 e essa matéria é oriunda de uma solicitação do Governo do Estado para que fossem discutidos e apreciados aditivos assinados entre a União e o Estado e o Banco, e também alega o Governador que haveria tido prejuízos ao Estado de Rondônia na liquidação do Banco e, portanto, esses prejuízos não poderiam ser incorporados à liquidação e serem debitados ao Governo do Estado no processo de rolagem da dívida.

Eu quero registrar que entendo a situação do Estado de Rondônia e do Governador. Fui relator dessa matéria em 1995 aqui no Senado, na rolagem da dívida do Estado, e naquele momento, inclusive, no meu relatório, eu definia que fosse analisada profundamente a relação da dívida como foi criada na operação do RAET, exatamente, para que o Estado não fosse penalizado.

Pois bem, de 95 para cá, esse processo vem em andamento e todos os Parlamentares de Rondônia, aqui o Senador Valdir Raupp, o Senador Expedito Júnior, o Senador Ernandes Amorim que foi Senador, o Senador Amir Lando, todos os Senadores, a Senadora Fátima Cleide, todos eles têm ao longo do tempo, solicitado uma saída para que essa liquidação seja esclarecida.

Pois bem, nós chegamos em um momento e eu peguei para relatar essa matéria. Existem aqui dois questionamentos. O primeiro de que os contratos adi-

tivos, mesmo sem ter mudança de regulamento da liquidação, deveriam ter sido aprovados pelo Senador. Isso é alegado pelo Estado. E também de que haveria havido prejuízo, o Estado teria sido penalizado por um prejuízo causado pela liquidação do Banco Central e, portanto, uma liquidação fora do âmbito do Estado.

Para o Senado é difícil analisar uma liquidação que ocorre durante mais de 15 anos, não é? E discutir se houve ou se não houve prejuízo nessa liquidação. O que eu fiz? Eu fui me valer de uma análise, de uma investigação e de uma decisão do Tribunal de Contas da União que analisou essa questão e, portanto, está muito mais aparelhado do que a Comissão de Assuntos Econômicos para dizer efetivamente se a operação teve ou não teve prejuízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O que diz o parecer do TCU?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pois é, então, o Tribunal de Contas da União – já vou registrar aqui – em 03 de abril de 2002, voltou a se pronunciar sobre essa questão depois de várias análises, através da decisão 293/2002, essa decisão foi tomada pelo Tribunal de Contas. E no meu relatório eu transcrevo o parecer, transcrevo os questionamentos e chego a duas posições. Por que eu estou pedindo para ler o relatório? Porque eu queria que fosse lido o relatório e dado vista aos Senadores, principalmente aos Senadores de Rondônia, para que efetivamente pudesse, inclusive, ser questionado e ser discutida essa questão.

A decisão do TCU vai em duas linhas, primeiro: Que os aditivos, e não é só o aditivo que o Governador está questionando, mas dois aditivos deveriam ter sido aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Senado. Portanto, mesmo sem ter mudado as cláusulas do financiamento qualquer tipo de aditivo teria que ter tido a aprovação do Senado e eu estou, portanto no projeto, propondo a aprovação dos dois aditivos para corrigir essa situação. No que diz respeito ao Tribunal de Contas da União, na análise se houve ou se não houve prejuízos ao Estado de Rondônia, o Tribunal de Contas é taxativo em afirmar que não houve prejuízo ao Estado de Rondônia.

Então, eu gostaria de registrar essa duas posições, dar como lido o relatório e que V.Ex^a. desse vista a todos os Parlamentares, especialmente aos Parlamentares de Rondônia, registrando que eu estou à disposição para discutir essa matéria. Agora, eu não tenho elementos a mais do que o Tribunal de Contas da União para registrar se houve ou se não houve prejuízo do Estado, quer dizer, depois de uma longa análise do Tribunal de Contas e de uma auditoria do Tribunal de Contas, efetivamente, eu acho que até como órgão auxiliar do Poder Legislativo, o Tribunal

de Contas é o organismo que poderia se manifestar sobre essa questão.

Se houver alguma dúvida, eu acho até que pode haver ou uma convocação de alguém do Tribunal de Contas para discutir aqui ou audiência minha e dos Senadores de Rondônia com os técnicos do Tribunal de Contas para que a gente possa discutir essa questão, mas a posição é bastante taxativa, eu não vou ler aqui o parecer porque é longo, mas o parecer é completamente embasado pelos técnicos do Tribunal, e, portanto, essa é a posição do relatório. Propor a aprovação dos dois aditivos *a posteriori* para sanar as irregularidades previstas nessa relação e registrar que não houve prejuízos aguardando, claro, qualquer contribuição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o parecer do relator. Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, eu respeito muito o Senador Romero Jucá, é meu líder aqui na Casa e está mais do que claro que ele deve exercer mesmo esse papel de liderança do Governo. Primeiro, esse processo desde 2003 tramita nessa Casa e nunca foi possível, desde 2003, que o Governador Ivo Cassol entrou pedindo a revisão dessa dívida e infelizmente não conseguiu ir adiante esse projeto, ser votado e nem ser discutido esse projeto aqui na Comissão.

Nós tivemos o apoio de V.Ex^a., eu reconheço isso, o esforço que V.Ex^a. teve para que nós pudéssemos discutir essa matéria, inclusive, eu assumi o compromisso mesmo ser estar o relatório aqui, constando que o relatório só quem conhece ele é o relator, V.Ex^a. assumiu o compromisso que em duas e na terceira sessão V.Ex^a. colocaria em votação esse processo do BERON.

Eu discordo do Senador Romero Jucá e usando aqui a habilidade do Senador, ele está regularizando o processo, uma falha do Senado, uma falha da Comissão de Assuntos Econômicos que não, pela primeira vez, que não discutiu renegociação de dívida do Estado, e é clara a legislação que nós temos, que todas e qualquer renegociação de dívida de Município, de Estado tem que ser aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos e este não foi o caso.

Nós tivemos aqui o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho que deveríamos ter votado há muito tempo. O Senador Garibaldi Alves Filho do PMDB que, totalmente diferente do relatório do Senador Romero Jucá, reconhece, no entanto, as falhas, os erros e reconhece também não perdão da dívida, mas como é que nós vamos fazer uma revisão se nessa revisão amanhã vai constar que a dívida é da União? Vão devolver o

dinheiro para o Estado de Rondônia? Nós temos que parar a suspensão desse pagamento. Nós temos de que imediato suspender o pagamento dessa dívida até que se rediscuta de quem é essa dívida!

Presidente, o Estado de Rondônia quando houve o processo de intervenção do Banco Central, tinha uma dívida de pouco mais de 40 milhões. O Banco Central ficou com mais de três anos para fazer a liquidação do Banco e não conseguiu fazer a liquidação. Devolveu-nos o Banco do Estado de Rondônia com uma dívida de mais de 600 milhões. Nós tínhamos uma dívida de 40 milhões. O Estado já pagou um bilhão e 200 milhões e não é possível que nós ainda vamos continuar pagando por mais 25 anos essa dívida que não é nossa. Essa dívida é do Governo Federal, essa dívida é do Banco Central, é do BACEN. Nós não temos nada a ver com essa dívida, Presidente. É uma injustiça que se faz com Rondônia e eu vou ao Tribunal de Contas da União, eu vou aonde for discutir sobre essa dívida, o que eu não posso mais permitir é que se faça injustiça com um Estado pequeno que arrecada pouco, ainda tem que arrecadar para o Governo Federal, tem que arrecadar para o Banco Central.

É por isso, Senador Romero Jucá, que eu discordo do parecer de V.Ex^a. e eu já ia pedir vista mesmo, porque eu já tinha praticamente conhecimento do relatório de V.Ex^a. Combinei hoje, com o líder Senador Valdir Raupp, para que nós pudéssemos apresentar um voto em separado, para que nós pudéssemos pedir vista coletiva, para que nós pudéssemos apresentar um novo relatório, fazendo justiça ao Estado de Rondônia. Eu não permito mais, Sr. Presidente, que isso aconteça com o meu Estado. Uma dívida que não tem nada a ver com o Rondônia. Essa dívida é do Banco Central, portanto, ela é do Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Valdir Raupp com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu fui a segunda vítima desse processo. Claro que o Estado foi o maior prejudicado e eu era Governador na época e isso foi motivo de palanque para oposição até hoje. Ainda rende discurso oposicionista contra... Vítima política porque diz que o Banco quebrou na minha mão, mas não foi só o Banco do Estado de Rondônia foi mais de uma dezena de bancos estaduais que foram liquidados ou federalizados ou liquidados, privatizados no Governo passado, devido àquela reestruturação dos bancos, tanto dos bancos privados quanto dos bancos estaduais.

Realmente é verdade quando eu assumi o Estado, o Banco já estava quebrado. O Banco, que tinha entre

o Banco do Estado e a RONDONPOUP que era uma agência também estadual de poupança, girava em torno de 90 milhões de reais o patrimônio líquido negativo. Não tinha mais como sustentar. O juro no redesconto estava insuportável, o Banco a cada dia se afundava mais. Aí veio a salvação, quer dizer, pelo menos em tese, a possível salvação que era a Administração do Banco Central. E o que ocorreu? O Banco Central assume o Banco do Estado com uma dívida pequena e dentro de um ano essa dívida já tinha exponencialmente crescido chegando a um valor de 500, quase 600 milhões de reais. E quando o Banco foi liquidado, é claro que ficou um patrimônio para o Estado e até hoje o Estado tem vendido, tem se colocado à venda esse patrimônio.

Eu acho que a saída mais justa é a revisão da dívida. Se puder suspender o pagamento da dívida até que se faça a revisão justa dessa dívida para que o Estado não continue arcando com esse volume de recurso todos os meses que eu acho que injustamente, porque o Banco Central foi o responsável porque assumiu o Banco para sanear as dívidas do Banco e o que aconteceu? O Banco se afundou cada vez mais e deixou essa herança maldita para o Estado de Rondônia. Então, eu peço vista coletiva também, desse projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos encaminhar essa matéria. Nós temos duas alternativas: Ou nós fazemos um grupo de Senadores e chamamos o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Ministro Lucas Rocha Furtado para comparecer e explicar o parecer do TCU e um Diretor do Banco Central responsável pelo tema, ou nós faremos isso em Audiência Pública da Comissão.

Eu imagino que os Senadores todos queiram se inteirar no mérito sobre o que aconteceu de fato, os desdobramentos, as providências enfim, a natureza desse processo. Eu pergunto: Qual é o melhor encaminhamento? Se faremos um grupo dos Senadores interessados para acompanhar, para não prejudicarmos o andamento dos trabalhos da Comissão, e aí traremos o informe para todos os Senadores ou faremos propriamente uma Audiência Pública para que todos possam se inteirar?

Talvez uma sugestão, Senador Romero Jucá, Senador Expedito Júnior e Senador Valdir Raupp, nós poderíamos fazer essa audiência naquele horário das nove às dez, que assim todos os interessados comparecem, dá publicidade, transparência à discussão e depois nós colocaremos em pauta, a partir dessa

audiência, que ela é prévia a qualquer discussão. Nós temos que ouvir o TCU e o Banco Central a respeito da matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Expedito Júnior, com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, antes, porém, eu queria registrar a presença do Deputado Federal Ernandes Amorim que está aqui conosco, da Deputada Estadual Daniela Amorim e também do Deputado Estadual Ezequiel Neiva.

Mas senhor Presidente, eu enviei para todos os gabinetes uma nota técnica do caso do BERON. Eu acho que o relator, e esse caso já está aqui desde 2003, eu acho o que relator já aprofundou bastante, esse processo já sumiu, esse processo já reapareceu, esse processo nós reconstituímos ele aqui, ele apareceu novamente.

Eu acho que é desnecessário nós marcamos aqui uma Audiência Pública. Eu acho que é muito tempo que vai se tomar nessa questão de Audiência Pública e sendo que o relator já tem o relatório, já tem o encaminhamento do Tribunal de Contas da União, eu vou fazer uma Comissão aonde vai o Senador Expedito Júnior, o Senador Valdir Raupp, a Senadora Fátima Cleide da Bancada de Rondônia, nós vamos ao encontro do TCU, vou convidar mais Senadores desta Comissão, mas eu acho que é desnecessário...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador, Senador Expedito Júnior, eu vou explicar que...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Mais uma Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a. pode fazer qualquer encaminhamento, evidentemente, mas a Comissão em si só...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Lógico, ela é soberana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vai votar essa matéria com todas as informações técnicas competentes ao processo. Nós não podemos votar uma matéria dessa natureza, nós vamos falando de uma dívida de um bilhão de reais.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Mais do que isso Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pelo que eu entendi...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Mais do que isso...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Onde estaremos votando (ininteligível) (vozes sobrepostas).

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Onde já pagamos mais de um bilhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu estou falando a dívida em valor atual.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Nós estaremos votando que é para suspender o pagamento de uma dívida que está sendo rolada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sim, isso é um problema que gera...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – E contrato e um processo cuidadoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Desdobramento para 27 Estados da Federação. Por isso essa discussão não pode ser feita.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem.
SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Deputado eu só... Pedir, por favor, a V.Ex^a., pode acompanhar a audiência, mas vamos manter o encaminhamento dos trabalhos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu queria só que ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Expedito Júnior, só um minutinho, nós vamos discutir essa matéria como nós temos feito com todas as outras, com transparência, com profundidade, com consistência, ouvindo as instituições todas, dando o direito ao contraditório, todos os argumentos serão colocados na Ordem do Dia.

Então, nós vamos marcar uma Audiência Pública ou na próxima terça-feira ou daqui a 15 dias, das nove às dez da manhã, é um horário que não prejudica os andamentos dos trabalhos e nós poderemos ouvir diretamente o Tribunal de Contas da União e o Banco Central. Se houver alguma outra sugestão de participação nessa audiência, a Presidência acolherá.

Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Senador Aloizio Mercadante, V.Ex^a. como eu disse, tem conduzido a Comissão com absoluta transparência e essa decisão tem que ser apoiada pelo Plenário, a decisão que V.Ex^a. toma de fazer Audiência Pública.

Porque ainda hoje eu toquei no assunto aqui da questão da privatização do Banestado. Parece-me que todos os Estados têm alguma reclamação a fazer do processo de privatização, do modelo de privatiza-

ção que houve em relação aos bancos estaduais. Os bancos estaduais que foram privatizados deixaram um passivo para o Estado imenso. No caso da Paraná também são 25 anos em que o Paraná é obrigado a pagar, hoje, talvez, o valor esteja em 50 milhões de reais por mês.

Então, é claro que V.Ex^a. tem a preocupação de dar um tratamento igual a todos os Estados. E é por isso que a Audiência Pública é importante para que a gente possa também projetar essa análise feita pelo Tribunal de Contas e por outros órgãos para os nossos Estados que tiveram também os seus bancos privatizados. Então, eu quero apoiar e louvar essa posição de V.Ex^a. de tornar público e debatido mesmo esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço Senador Osmar Dias, e peço o entendimento, eu sei o quanto é sensível esse tema ao Senador Valdir Raupp, ao Senador Expedito Júnior, mas esse é um tema que trata do pacto federativo que de alguma forma a decisão que nós tomarmos em matéria dessa natureza, cria Jurisprudência para dezenas de outros casos que nós teremos que evidentemente tratar com o mesmo rigor, com a mesma exigência. Por isso vamos fazer, o mais breve possível, para não prejudicar a tramitação do processo, mas vamos discutir e ouvir uma avaliação abalizada sobre a matéria.

Senador Jayme Campos, com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, eu faço uso da palavra, aqui uma vez mais, para me solidarizar com o Estado da Rondônia, sobretudo, com o Senador Expedito Júnior.

Na verdade esses fatos aconteceram praticamente em todo o território nacional, uma política injustiça que cometeram contra os Estados da Federação. O meu Estado de Mato Grosso, o BEMAT, o antigo BEMAT, quando foi liquidado extrajudicialmente, Senador Expedito Júnior, ele tinha um paélio(F), ou seja, um patrimônio líquido de 30 milhões de reais.

O Banco Central assumiu lá, o BACEN, da liquidação extrajudicial, deixou um passivo de 300 milhões de reais. Essa dívida, hoje, gira em torno de 620 milhões, Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante. Na verdade, nós precisamos fazer uma revisão, não só no caso do BERON, mas também em outros Estados, especificamente, o meu Estado do Mato Grosso de forma que eu sou solidário. Quando o Senador Aloizio Mercadante diz aqui que isso faz parte do pacto federativo nós reconhecemos, entretanto, com toda a *vênia*, eu acho que nós precisamos rever, tendo em vista não só a questão da liquidação dos bancos es-

taduais, mas, sobretudo, a questão da rolagem das dívidas dos Estados.

Quando Governador, Presidente Senador Aloizio Mercadante, nós assinamos a primeira rolagem da dívida do nosso Estado. Estava muito claro que nós tínhamos que destacar um percentual que iria até 15% das nossas receitas correntes líquidas. No passar do tempo, tendo em vista que foi surgindo novas pendências, essa mesma que dívida que poderia chegar até 15, ela hoje toma apenas 23% das nossas receitas correntes líquidas, totalmente inviabilizado o Estado na medida em que quase nada sobra para investimentos. De forma que eu quero dizer ao Senador Expedito Júnior, ao Senador Raupp, ex-Senador e Deputado Amorim, que nós de Mato Grosso, eu particularmente Senador Jayme Campos, estou solidário com o pleito do Governo do Estado de Rondônia em relação a novos critérios que possam ser adotado na rolagem da dívida do BERON. Contem com o meu apoio aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu só queria... Não estou contra os Senadores de Rondônia, não. Acho que há algo grave, que aconteceu há alguns anos atrás. Quando se fez a CPI dos Precatórios, nós investigamos o Banco de Rondônia, onde várias falcatruas foram feitas, um repasse dos precatórios, e o mico ficando com o banco.

Isso aconteceu no seu Estado, aconteceu em vários Estados. Em Rondônia foi mais grave ainda, Senador. Por que é que foi grave? Porque um grande período de ocorrências desta gravidade estavam sob intervenção do Banco Central. Então, tem um relatório da CPI que, se V. Ex^a., para quem for relator dessa matéria, consultar, poder ter uma visão completa de todos os fatos que levaram a esse endividamento do Banco de Rondônia.

Inclusive, a responsabilidade da interventoria do Banco Central durante o período das falcatruas, que talvez tenha provocado, e teve continuidade. Eu só queria alertar para não deixar no esquecimento algo foi de responsabilidade de uma CPI desta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma.

Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. Sr. Presidente, essa questão do BERON é uma questão que vem sendo discutida há um certo tempo aqui na Casa, en-

tão eu só quero, como eu estava atendendo no meu gabinete o novo Diretor do DENIT que vai ser sabatinado, vai depender da Comissão de Infra-Estrutura nesta ou na próxima semana, mas vi pela TV o que estava ocorrendo e vi corri a esta Comissão, para que eu pudesse aqui, também emitir o meu parecer. E vi que V. Ex^a. Sugeriu uma Audiência Pública para tratar deste assunto.

Eu só queria solicitar a V. Ex^a., como Líder do PR, e sobretudo um assunto que o Senador Expedito Júnior tem defendido com tanta ênfase, ele, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Fátima Cleide, que são Senadores lá do Estado, e a bancada federal toda, e participei de uma audiência com o Presidente Lula, como Líder do nosso Partido, onde o Senador Expedito Júnior foi colocar isso ao Presidente Lula, com o restante da Bancada, a bancada federal na Câmara e no Senado, eu acho que é um assunto que precisa ter uma certa celeridade. É só esse pedido que faço a V. Ex^a.

Concordo com a questão do pedido de Audiência Pública. O Senador Expedito Júnior me disse que estaria solicitando um pedido de vista, com todo o respeito ao Senador Romero Jucá, que é o relator dessa questão, desse processo, mas que tem ainda alguma coisa pendente, que a gente precisa resolver. E nós vamos jogar, o Partido está pronto para fazer tudo que tiver, politicamente, condições de fazer para que resolver essa questão. Porque não é possível um Estado ficar perdendo tanto, tanto prejuízos como está tendo o Estado da Rondônia com essa questão do BERON.

Senador Romeu Tuma colocou muito bem, com muita propriedade o que houve e o que está acontecendo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É uma questão de Polícia, Senador João Ribeiro. É tirar o Estado do mérito da discussão e dar à Polícia apurar e fazer o ressarcimento de quem meteu a mão.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Perfeitamente, Senador Romeu Tuma.

Então, essa é a minha colocação. Se o Senador Expedito Júnior pedir vista, eu quero vista em conjunto com ele, para que a gente possa estudar direito essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – A vista...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – E se for o caso até apresentar um voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço, Senador João Ribeiro.

A vista coletiva, evidentemente está concedida. Agora, vamos aprofundar a discussão desta matéria, assim como nós temos distribuído todos os pareceres

referentes ao caso do Paraná, para que a gente tome uma decisão fundamentada e abalizada.

Vamos, então, caminhar uma Audiência Pública. Nós faremos no período das nove às dez da manhã, assim não prejudica as outras matérias da Comissão, não há nenhum tipo de prejuízo e também não protela a decisão, porque, de qualquer forma, nós vamos ter, pelo menos, o prazo de uma semana de vistas coletivas para os Senadores.

Então, na terça-feira que vem nós faremos a Audiência, das nove às dez, ou se houver algum fato muito grave, no máximo daqui há 15 dias. Mas está marcada, em princípio, para as nove da manhã da terça-feira que vem. Esta Comissão não vai passar por cima e está cumprindo totalmente o acordo que foi feito, o prazo, o processo foi recuperado, o tema veio para a pauta e nós vamos resolver democraticamente, no voto, esta matéria.

Então, terça-feira que vem nós vamos convidar o Tribunal de Contas, talvez o Tesouro Nacional e o Banco Central, para oferecerem uma análise detalhada, técnica, do que aconteceu com este tema ao longo desse período.

E vou, evidentemente, consultar o Senador Expedito Júnior e o Senador Valdir Raupp, se desejam mais algum encaminhamento para esclarecimento da Comissão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Desculpe. Senador Marconi Perillo com a palavra, por favor.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)

– Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o meu Estado também sofreu muito com a federalização e, posteriormente, privatização do Banco do Estado de Goiás. Embora não tenha acontecido comigo no Governo, mas nós sofremos muitas consequências dessa federalização e posterior privatização.

Nesse sentido, conhecendo um pouco do que aconteceu com o Banco de Rondônia, quero adiantar aqui que a minha posição será inteiramente solidária aos Senadores Senador Expedito Júnior e Senador Valdir Raupp, conseqüentemente com o Estado, Senadora Fátima Cleide, com o Estado de Rondônia.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Marconi Perillo.

Então, terça-feira às nove horas da manhã, nós trataremos deste assunto com mais profundidade.

Próximo ponto da pauta. Por solicitação do Senador Antônio Carlos Valadares, o Item 9º da pauta: “Exclui

as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES)”. Projeto de Lei do Senado nº. 388 de 2005. Terminativo. Autoria: Senador Leonel Pavan. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, parecer pela rejeição à matéria.

Já foi concedida vista coletiva. Ao que me consta, não foi oferecido um voto discordante do relator. Portanto, temos apenas o parecer do Relator para ser votado, que encaminha à rejeição.

Eu pediria a V. Ex^a., com brevidade, para representar o voto, e caminharemos à votação, que é nominal.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Farei sucintamente o relatório, Sr. Presidente.

Na verdade, conforme V. Ex^a. anunciou, o Projeto de Lei tem como objetivo excluir as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

No mérito, embora a vedação à adesão ao regime simplificado de determinados segmentos, como o dos corretores de imóveis, possa ser considerada discriminatória, não há excepcionalizar somente, ou excepcionar somente essa categoria da vedação à adesão ao sistema simplificado. Muitas outras categorias, igualmente importantes, enfrentam dificuldades, pelo menos da mesma magnitude que as vividas pelos corretores de imóveis.

Acrescenta-se a isso o fato de que o projeto perdeu sua atualidade, uma vez que a Lei nº. 9317, de 05 de dezembro de 1996, objeto da presente proposta, está sendo revogada pelo art. 89 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria só solicitar silêncio para a gente poder ouvir. O relator está fazendo um esforço de cada vez falar mais alto e está cada vez mais difícil a audição.

Com a palavra o relator, por favor.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, o novo Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a partir de julho deste ano, transforma este projeto em uma proposição sem qualquer objetividade.

Por isso eu proponho ao Plenário a rejeição da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o parecer.

Alguns Senadores gostariam de discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu acho que está bem fundamentado. Na verdade, a após a promulgação do 123, bem como do projeto 43, torna-se inviável esse tipo de proposição. Entretanto, Sr. Presidente, existe um acordo das lideranças, inclusive um acordo com o Poder Executivo, da inclusão, no futuro, de novas categorias econômicas, e poderemos, então, voltar a discutir esta matéria, na proposição maior, que certamente será feito pela Casa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria inclusive destacar, Senador Adelmir Santana, que eu acho que nós fizemos uma Lei Geral da Micro e Pequena Empresa de grande alcance econômico e social, mas que, seguramente, não nós temos que acompanhar a implementação, as dificuldades, os Governadores também têm um preocupação para verificar qual vai ser o tamanho da renúncia fiscal, se de fato ela existe e qual é o tamanho. E Prefeitos e o Governo Federal, que estimam em torno de seis bilhões de reais.

A adesão foi muito forte, foram mais de três milhões de empresas que já aderiram ao sistema e, de qualquer forma, nós precisamos, depois, voltar a discutir este tema. Eu acho que poderia ser objeto de uma dessas Audiências nossas, das nove às dez das manhã. Nós poderíamos trazer a Receita Federal para fazer uma discussão sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, qual foi o nível de adesão, porque nós temos também verificado, especialmente na área de serviços, algumas reclamações em relação à simplificação dos procedimentos. Então eu acho que é uma matéria de grande interesse dos Senadores, que nós poderíamos trazer à pauta.

Com a palavra Senador Flexa Ribeiro para discutir o tema.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senhor Presidente Senador Aloízio Mercadante, é na linha do Senador Adelmir Santana. Eu vou acompanhar o Relator Senador Antônio Carlos Valadares, mas na certeza de que o acordo que foi feito com o Governo, de que em seguida da consolidação da implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, nós possamos dar também aos outros segmentos empresariais, que não foram acatados na lei, a oportunidade de sua adesão. Como é o caso aqui dos corretores,

como é o caso do setor de Saúde, que não foram contemplados.

Então vamos fazer essa Audiência no momento em que a Receita possa nos dar informações do impacto que a lei trouxe na receita, então. Mas, em seguida, vamos voltar a tratar de setores que também devem e têm que ser contemplados no segmento das micro e pequenas empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Muito bom, Senador Flexa Ribeiro.

Nós temos que desenvolver, além da Receita Federal, Secretários de Fazenda dos Estados. Porque na última discussão, onde havia mais sensibilidades foram especialmente os Estados do Norte e Nordeste, que manifestaram grande preocupação com o impacto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Estavam aqui o Secretário de Alagoas e várias outras Secretarias, foi ela que mais se expressou em relação às inquietações, mais o Estado do Ceará, com grande preocupação, Pernambuco, Sergipe e enfim.

Nós poderíamos fazer, posteriormente, então, uma Audiência. Vamos esperar amadurecer um pouco a adesão, ver qual é o impacto, daqui a um ou dois meses, nós poderíamos fazer um seminário aqui na Comissão, e a partir desse seminário, nós retomarmos o tratamento deste tema, que tem um grande alcance social.

Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – V. Ex^a. sobrestaria a votação da matéria hoje ou colocaria em votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Acho que esta matéria, especificamente, nós temos condições de votar, e nós reabriríamos este tema, em geral, a partir do seminário que faremos com os Secretários de Fazenda e a Receita Federal. Vamos encaminhar para a gente poder ir limpando a nossa pauta e não ficar nada sem decisão.

Então só tem um voto favorável, foi feita a ponderação do Senador Flexa Ribeiro, que é a mesma do Senador Marconi Perillo e, seguramente, do Senador Adelmir Santana, que a gente volte a discutir isso futuramente em relação ao setor de serviços e à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Fica acordado que faremos uma Audiência Pública, com a Receita e Secretários de Fazenda, para avaliar o impacto, a dimensão e os problemas que surgiram e, nessas condições, então, nós vamos encaminhar o parecer do relator, que é pela rejeição da matéria, pelas razões expostas.

Os Senadores que são favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Um voto contra, está registrado. O voto é nominal.

Então, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vota com o relator. Não.

Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Garibaldi Alves Filho. Não está.

Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Conhecido. Em geral, conhecido e com o relator.

Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com o relator.

Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Com todo respeito ao relator, Sr. Presidente, por coreência, eu vou votar contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está ótimo.

Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com o relator. Bom, foi aprovado o voto do relator. Rejeitado, portanto, o projeto, com um voto contra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Osmar Dias com a palavra. Em seguida eu vou dar a palavra ao Senador Jonas Pinheiro que pediu para dar um informe sobre a negociação da Medida Provisória que trata da questão da dívida agrícola.

Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu também eu gostaria pela ordem, depois.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, é que o Item 3º da pauta...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não acabou a pauta, mas o Senador Jonas Pinheiro pediu pela ordem, o Senador Osmar Dias, depois o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – O Item 3º da pauta é uma operação de crédito da cidade de Curitiba, com recurso do FONPLATA, no valor de dez milhões de dólares. O relator é o Senador Gilvam Borges. A pergunta que eu faço é se esse relatório já está...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, não está em posse da Mesa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – ...Em posse da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – E o relator teve um problema de última hora e pediu para transferir para terça-feira que vem. Eu, evidentemente, não tendo o processado e não tendo o parecer, não pude colocar em votação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu entendo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas, de qualquer forma, em qualquer cenário, terça-feira que vem será votado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse é o Item 2?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, Item 3º.

Próximo, Senador Antônio Carlos Valadares, pela ordem.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, eu gostaria de informar à Comissão de que o Projeto de Lei de autoria do Senador Tião Vianna, referente ao Item 11, já se encontra pronto para ser votado, caso V. Ex^a. assim decida, de vez que há um parecer e também um voto em separado. O voto em separado do Senador Flexa Ribeiro.

Autoria do Senador Tião Vianna, que altera dispositivos da Lei 9648, para permitir aos Estados e Municípios que tenham nascentes de rios, que possam receber estímulos da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós vamos colocar em votação. Eu colocaria o Item 13, que também é um crédito, votar todos os créditos hoje, em seguida votaremos esse projeto. O Senador Jonas Pinheiro, então, dá o informe sobre a negociação e encerramos a nossa Reunião.

Vamos votar, então o item... Sobre o projeto de licitações públicas, que é um projeto de grande interesse desta Comissão, foi objeto de uma Audiência Pública na semana passada, e eu pego desculpas, mas estava no Parlamento do MERCOSUL, tenho tentado adiar as reuniões, mas temos sido prejudicados, particularmente eu e o Senador Eduardo Azeredo lá estávamos, nós teremos agora, hoje à tarde, no gabinete da Liderança do Governo, uma reunião com o Ministro do Planejamento para concluir a negociação desse projeto.

Então, todos os Senadores interessados nesta matéria estão convidados a participar, na sede da Liderança do Governo, com o Ministro do Planejamento, Ministro Paulo Bernardo, uma reunião para nós concluirmos a negociação em torno desse importante projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o horário da reunião, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – É às 15 horas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 15 horas?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho que é 15h30, não é? 15 horas

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas, Sr. Presidente, melhor que seria às 15 horas, porque eu acredito que, inclusive, o Ministro do Planejamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – É 15 horas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...Estará na posse, às quatro horas, do Presidente do IPEA, Professor Márcio Pochmann.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, está agendado às 14h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – 15 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 14h30, agendado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, não. É 15 horas. É 15 horas. É que a sua Assessoria é tão competente, que ela já põe meia hora antes, que é para V. Ex^a. nunca chegar atrasado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É para chegar antes para fazer alguma coisa, mas é às 15 horas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então às 15 horas. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está certo. 15 horas com o Ministro Paulo Bernardo e os Senadores interessados.

Vamos agora ao Projeto de Lei nº. 11. O projeto é terminativo, o parecer já foi lido, foi pedido vista coletiva e foi oferecido um voto contrário à Comissão pelo Senador Flexa Ribeiro.

Então eu peço a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que leia o seu voto, o comentário final do relator e depois votaremos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente Senador Aloízio Mercadante, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº. 56/2004, de autoria do Senador Tião Vianna, o qual tem por objeto incluir, entre os beneficiários da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, CFURH, os Estados e Municípios onde se localizam as nascentes

dos rios cuja vazão é a aproveitada para geração de energia hidroelétrica.

Atualmente, fazem jus a essa compensação financeira apenas os Estados e Municípios que possuem instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas pelas águas dos reservatórios.

A matéria veio ao exame dessa Comissão em caráter terminativo, após rejeição na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e distribuída ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares, o qual apresentou relatório reformulado com voto pela aprovação do projeto e de duas emendas, Nessa oportunidade foi concedida vista coletiva.

Análise: Justificamos o voto em separado, amparado no art. 132 § 6º inciso I do Regimento Interno, em razão de não concordamos com a conclusão do relatório apresentado ao PLS nº. 56 de 2004, em razão de o relator alegar que *verbis* está contido no relatório, no parecer do relator – Aspas – “*não obstante o mérito do propósito de estimular a preservação das nascentes, o projeto, de fato, esbarra em algumas limitações. Em primeiro lugar, conforme parecer aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, seria extremamente difícil determinar todas as nascentes de todos os rios cujas águas são usadas na geração hidráulica. A base oficial de hidrografia está, atualmente, em escala de um para um milhão, proporção considerada insuficientemente precisa para determinação geográfica das nascentes dos rios. Em segundo lugar*” – Diz o parecer do Senador Antônio Carlos Valadares – “*o uso do CFURH para estimular a preservação das nascentes estará, necessariamente, restrito àqueles Estados que detêm as bacias hidrográficas mais importantes do ponto de vista de hidrelétrico, a saber: Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Goiás.*” – Esqueceram aqui, o Senador esqueceu o Pará – “*A proposição em análise poderá até promover uma distribuição mais equânime dos benefícios entre os Municípios e os Estados beneficiários, mas não aproveitará aqueles Estados cujas bacias hidrográficas, embora importantes, pouco contribuem para a geração de energia elétrica, como é o caso do Amazonas. Por fim, se forem contempladas todas as nascentes cujas águas são utilizadas na geração hidroelétrica, ter-se-á, necessariamente, que abranger toda a bacia hidrográfica. Embora possa haver mais Justiça na distribuição dentro das bacias, um dos resultados será a maior pulverização dos recursos oriundos da CFURH, o que reduzirá o impacto efetivo desses recursos em cuja localidade*” – Fecho aspas.

Enfatiza que o ideal – Abro aspas – “*seria poder aumentar a alíquota da compensação, para ter mais recursos para financiar a preservação do meio ambiente*”

– fecho aspas. Entretanto, reconhece as dificuldades de uma elevação dos custos do setor hidroelétrico. Embora a finalidade da proposição, de proteção das nascentes, seja extremamente meritória, as limitações apresentadas pelo relator já demonstram as dificuldades de sua aprovação. Não nos parece, além disso, que os recursos da CFURH sejam a fonte indicada para a proteção das nascentes.

Registre-se, inicialmente, que os recursos totais da CFURH e *royalties* de Itaipu são relativamente escassos. Por exemplo, em 2004, menos de 500 milhões foram distribuídos para Estados e Municípios de todo o País. Esse valor é pouco significativo, se comparado aos quase seis bilhões de *royalties* e participações especiais arrecadadas com petróleo no mesmo ano.

Ademais, os critérios de distribuição levam a uma concentração exacerbada da CFURH em poucos Estados e Municípios, como reconhece o relator. Cerca de 70% do montante distribuído concentra-se nos Estados de Goiás (11,1%), Minas Gerais (24%), São Paulo (13,6%), Pará (10,9%) e Bahia (10,7%), e seus Municípios. Portanto, é preciso criar um mecanismo de distribuição mais justo dos recursos da compensação financeira, antes de se pensar em novos beneficiários desses recursos.

Outra razão para nosso posicionamento contrário, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é que as nascentes já têm mecanismos legais de proteção, com recursos advindos de fontes diversas. Uma dessas fontes é o orçamento do Ministério de Meio Ambiente e suas entidades. A preservação da cobertura florestal em nascentes e, conseqüentemente, das próprias nascentes, é competência primária do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados e Municípios nessa preservação.

Na condição de recursos hídricos estratégicos, as nascentes também já recebem proteção da Agência Nacional de Águas, ANA, inclusive com recursos da própria contribuição financeira de recursos hídricos, de utilização dos recursos hídricos. Dos 6,75% arrecadados em todas as bacias, a título de CFURH, 0,75% refere-se ao pagamento pelo uso de recursos hídricos e são aplicados pela ANA na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, prioritariamente da bacia hidrográfica em que foram gerados.

Do restante da CFURH, 3% são destinados ao Ministério de Meio Ambiente. Em 2004, ambas as fontes representaram mais de 123 milhões de reais. Esses recursos são direcionados a financiamento de

estudos, projetos e obras, incluídos nos Planos de Recursos Hídricos, e podem ser aplicados, a fundo perdido, em projeto e obras que beneficiam a qualidade, quantidade e regime de vazão de um corpo de água. As divergências técnicas em torno da definição do termo “nascente” – Entre aspas – poderão gerar conflitos entre Municípios, no momento de destinar eventuais recursos ou no momento da regulamentação da matéria.

A expressão utilizada no Projeto de Lei – Abro aspas – “*nascentes de rios cuja vazão seja aproveitada para geração de energia hidroelétrica*” – Fecho aspas – abrange, na prática, toda a bacia hidrográfica, pois como próprio diz o relator, pois em qualquer lugar da bacia, há nascentes de rios, sejam elas do rio principal, de seus afluentes ou de um simples córrego.

Portanto, embora compreendendo a imprescindível necessidade de se proteger as nascentes dos rios para se preservar os recursos hídricos de nosso País, tão bem percebida pelo autor da matéria, entendemos que os recursos da CFURH não são as fontes mais adequadas para fortalecer o financiamento dessa preservação.

Voto, Sr. Presidente, diante do exposto, opino pela rejeição do Projeto de Lei do Senado de nº. 56 de 2004.

Este é o voto em separado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Para discutir matéria, Senador Eduardo Azeredo, e depois Senador Romero Jucá.

Eu pediria ao Senador Neuto de Conto se V. Ex^a. Poderia presidir aqui a Comissão, porque eu tenho um... Estou sendo chamado para uma coisa de emergência, teria que sair uns 15 minutos e retornarei em seguida. Mas, de qualquer forma, está mantido o encaminhamento, nós vamos votar essa matéria em seguida. Eu pediria apenas que o Senador Neuto de Conto presidisse...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Essa é o próximo empréstimo, não é, Sr. Presidente? O Item 13?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – É o empréstimo, Item 13. Eu pediria ao Senador Neuto de Conto que assumisse aqui a Presidência.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

(troca de presidente)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me... Com toda a licença aqui do Senador Flexa Ribeiro, eu vou discordar do voto em contrário dele, considerando

que o projeto do Senador Tião Vianna é um projeto importante.

Veja que o que se coloca como negativo seria a dificuldade de definir a nascente dos rios. Fato. É fato que não é simples, mas é possível.

Nós temos o que está colocado aqui na Emenda nº. 01, da CAE, deixa a questão por ser definida, quando diz que o Poder Executivo fixará os critérios para pagamento da compensação dos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que possuem nascentes de rios cuja vazão seja aproveitada para geração de energia elétrica, bem como o prazo dentro do qual passará a ser paga a referida compensação.

Portanto, me parece que essa emenda, Senador Flexa Ribeiro, ela deixa margem para que a Poder Executivo faça, então, uma regulamentação, e nessa regulamentação, alguns dos obstáculos que estão colocados aqui, como esse da dificuldade de definir o que são as nascentes, possam invalidar o projeto.

Eu considero que nós temos também algumas regras que assegurem o repasse de recursos aos Municípios que realmente preservarem as nascentes é muito importante. Esse é o objetivo, por exemplo, dos projetos de ICMS Ecológico que existem no Brasil, o de Minas Gerais é de minha autoria, na época ainda como Governador, e o ICMS Ecológico realmente é desse jeito: O Município recebe mais recurso se tiver cumprido algumas questões ligadas à preservação. Isso também não está no projeto do Senador Tião Vianna, mas nada impede que algumas condicionantes sejam colocadas a partir da regulamentação.

Então eu acredito que tanto essa questão da contrapartida dos Municípios, quanto a questão da definição, seriam possíveis de serem resolvidas a partir da regulamentação.

Nós temos que, ainda mais este ano, com toda essa discussão sobre a questão ambiental, preservar as nascentes é fundamental. E os Municípios, hoje, não tem, tem algum recurso orçamentário, mas é pouca coisa. E o que está acontecendo é que existe uma concentração. Tem Município onde está instalada a unidade geradora, que o Município fica com o recurso excessivo, até rico, digamos assim, enquanto que outros Municípios que colaboram para a geração daquela energia, nada recebem.

Portanto, a minha discussão é favorável. Eu estou com o relator, Senador Antônio Carlos Valadares nesta matéria, discordando do meu colega Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, veja como são coisas, não é? Eu quero defender aqui o parecer do Senador Flexa Ribeiro, coisa que o Senador Eduardo Azeredo, que é do PSDB, não fez. Então, o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro restabelece a visão da Comissão de Infra-Estrutura. E, Sr. Presidente, não é hora de mexer e pulverizar esses recursos. Portanto, nós vamos acompanhar o parecer do voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, no sentido de manter da forma como está esse recurso de mananciais, para que não seja pulverizado e não se mude a equação, inclusive, de programas que estão em andamento.

Portanto, nós acompanhamos o voto do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, peço a palavra. Pela ordem, Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra Senador Antônio Carlos Valadares...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Como relator.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, não se trata de pulverização de recursos para proteger os Municípios que têm nascentes de rios que servem à produção energia elétrica. Não se trata, de forma alguma, de pulverização de recursos, mas de democratização de recursos. Nós estamos vivendo em um País democrático, onde a economia não é voltada para uns poucos, mas para a maioria do povo brasileiro, a maioria dos Estados, a maioria dos Municípios.

Há uma concentração, como se referiu o Senador Eduardo Azeredo, de recursos, para determinados Municípios, que não sabem, em determinados momento, tal o montante de dinheiro que recebem, há Municípios que não sabem nem direcionar, nem planejar aquilo que é resultado da Lei de Compensação Financeira.

Eu acho que esse projeto vem ao encontro de duas grandes motivações, dois grandes fundamentos, que tem sustentabilidade no regime democrático, da distribuição eqüitativa dos recursos nacionais. Não só dos recursos financeiros, também dos recursos hídricos, da manutenção das nascentes, da preservação do meio ambiente.

Então, primeira motivação é a preservação do meio ambiente. E como isso será garantido através de um parágrafo que nós acrescentamos, § 3º, que atribui ao Poder Executivo a prerrogativa de regulamentar a matéria e dizer quais são as diretrizes que irão deter-

minar o direcionamento de estímulos a Municípios que têm nascentes de rios.

Quer dizer: A regulamentação da matéria vai dizer se aquele Município preserva o meio ambiente, se aquela nascente é fundamental para a produção de energia elétrica.

Aquele Município está sendo prejudicado porque não tem recursos financeiros adequados para preservar, inclusive, aquilo que vai redundar em um benefício a montante muito distante, como é o caso, por exemplo, da nascente do Rio São Francisco.

O Rio São Francisco, desde quando nós entramos na escola primária, o Rio São Francisco nasce em Minas Gerais, na Serra da Canastra. Ora, são mais de 2000 quilômetros de extensão percorridos pelo Rio São Francisco desde a sua nascente. Ora, se a nascente não tiver uma preservação adequada, se aqueles Municípios que participam dessa nascente não recebem um benefício para a sua preservação, nós vamos ter, lá adiante, o privilégio da obtenção das vantagens do aproveitamento do Rio São Francisco.

Por isso, Sr. Presidente, é que, dentre outras razões, mas as fundamentais que eu apresento são essas: A da distribuição equitativa dos benefícios da utilização dos rios, a preservação do meio ambiente, como também a democratização dos recursos hídricos.

Eu acredito que, muito embora o Senador Flexa Ribeiro tenha as suas razões, que eu respeito...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador Antônio Carlos Valadares, V. Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Entretanto... Pois não.

Entretanto, eu discordo de Sua Excelência, de vez o que § 3º, quando de sua regulamentação, é que vai proporcionar a Justiça, em face dos benefícios dos estímulos a serem concedidos aos Municípios que tenham nascentes de rios.

Concedo um aparte ao nobre Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador Antônio Carlos Valadares, V. Ex^a. mostra uma preocupação que é de nós todos: Política pública tem que ter transparência e universalidade. E a universalidade é também distribuição de recursos de maneira equânime.

Eu só queria perguntar a V. Ex^a. se no seu no parecer que V. Ex^a. preparou, levou em consideração o caso das nascentes que se encontram em território estrangeiro? Caso, por exemplo, do Rio Amazonas e Rio Madeira.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Só vale para, naturalmente, a lei brasileira.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Mas está escrito...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Só pode valer...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Mas está escrito na lei...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas está na Constituição.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Mas está escrito na lei, porque quando V. Ex^a. diz...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não precisa escrever. Se a Constituição...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Tenho dúvidas, Sr. Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ...Já prevê isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Eu tenho dúvidas. Tenho dúvidas, porque seria bom que V. Ex^a. tivesse o cuidado de dizer que os recursos serão repassados para as nascentes em território nacional.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós não podemos mandar em outro País. Temos que obedecer a soberania. Temos que respeitar a soberania de cada país. Nós não podemos legislar para fora do País.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Mas a lei...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós legislamos, Senador Marcelo Crivella, com todo respeito a V. Ex^a., eu não estou em uma discussão paralela, nós só podemos legislar para o Estado Brasileiro. Envolvendo Estados, Município e a União.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas deixa dúvidas, Senador Antônio Carlos Valadares, a partir do momento em que nós destinamos recursos para as nascentes, para programas ambientais que venham preservar as nascentes, se essas nascentes estão em solo exterior.

Agora, há pouco tempo, mandamos 20 milhões de dólares para a Bolívia, para ajudar sistema cooperativo de brasileiros com bolivianos no território deles, em faixa de fronteira. Como a lei deve ter uma interpretação *stricto sensu*, acho que V. Ex^a. deveria consultar a Consultoria, para que ficasse claro o assunto.

Muito agradecido.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os rios, Presidente, ainda para esclarecer ao...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, para discutir.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ...Nobre Senador Marcelo Crivella, que é um estudioso de todos os assuntos e matérias que vêm a esta Comissão e às demais Comissões do Senado, eu gostaria de dizer a sua Excelência que, volto a repetir, nós não podemos legislar para outros países. Quando nós estamos legislando, por exemplo, tratando de uma alteração de uma lei existente, da Lei 9648, que esse foi o objetivo do Senador Tião Vianna, nós estamos falando de uma lei existente no País. Consequentemente, uma lei que não atinge outro País, o que seria inconcebível, a não ser que nós fôssemos...

Até na União Européia é preciso que haja uma Legislação nascida, oriunda do próprio Congresso, do próprio Corpo Legislativo que faz a Legislação para a União Européia. O País, isoladamente, não pode legislar, por exemplo, a França não pode legislar para a Alemanha.

Da mesma forma, nós não podemos, de forma nenhuma... Se não me engano é o art. 21 ou 22 da Constituição que diz quais aos os bens pertencentes à União. E um dos bens pertencentes à União é o rio. O rio que percorre dois ou mais Estados, como é o Rio São Francisco, é um rio nacional. É um patrimônio nacional, e não regional.

A compensação financeira, Sr. Presidente, portanto, fala em Estados, Municípios e Distrito Federal. De que País? Do Brasil. Só pode ser!

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente? Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra, pela ordem, primeiro a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu cheguei aqui agora a pouco em uma coisa extremamente difícil de eu entender em um primeiro momento: Um projeto de autoria do Senador Tião Vianna, do meu Partido, relatoria favorável do Antônio Carlos Valadares que é do Bloco de apoio do PSB, do Bloco de apoio ao Governo, e o Senador Flexa Ribeiro com um parecer contrário, e o Líder do Governo apoiando o parecer do Senador Flexa Ribeiro. Ou seja, eu me senti, literalmente, caída da mudança, Senador Neuto de Conto. Literalmente.

E pedi para me explicarem detalhamento aqui do que tratava o projeto, e quero deixar aqui registrado o seguinte: Indiscutivelmente, nós temos que proteger as nascentes dos nossos rios. Precisamos ter políticas e recursos para proteger as nascentes dos nossos rios. Agora, fazer a redistribuição nas compensações pelas barragens, pelos alagamentos, às nascentes que

poderão estar há muitos e muitos quilômetros de distância, e que não poderiam ser todas elas, acho que algumas têm impacto e quando tem impacto tem que ficar atendidas, mas eu fico imaginando, assim, uma nascente do Rio São Francisco e uma barragem três Estados depois. Então...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senadora Ideli Salvatti, apenas para dar um aparte, a contribuição, essa compensação financeira de autorização de recursos hídricos, a Constituição diz que tem que ser no Município onde tenha geração da energia elétrica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Da energia.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Portanto, é constitucional. Quer dizer: Nós estamos descumprindo, se for aprovado esse dispositivo, uma disposição constitucional. Não dá para levar para outro Município, onde não gera energia, a compensação dessa questão hídrica.

Então, além disso, ainda há essa questão constitucional, que acontece.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Romero Jucá, exatamente esse ponto é que está concentrando. Nós temos Municípios que são municípios ricos. Eu volto a insistir nisso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim, mas tem que mudar a Constituição, inclusive.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora, deixe só eu fazer uma observação, porque é o seguinte: Lá em Santa Catarina, nós estamos com algumas barragens, que a compensação ambiental não está sendo feita nos Municípios onde a barragem... Porque só pode ir o recurso para onde tem área de preservação já detalhada, definida, aprovada.

Então, nós temos situações da Barragem Anita Garibaldi, que a compensação está indo para um Município lá no Vale do Itajaí, porque lá tem uma área de preservação já estabelecida. Então, eu acho que nós temos mecanismos, porque as nascentes dos rios importantes, as nascentes dos rios que abastecem, inclusive, a nossa malha hidroviária, a nossa rede de rios que garantem o fornecimento de energia elétrica, podem ter compensação, mesmo sendo em outros Municípios e mesmo sendo distantes, desde que estejam contempladas em áreas de preservação.

Então, se as nascentes são fundamentais para garantir, e para que aquela nascentes seja preservada, talvez a gente pudesse trabalhar...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a. me concede um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois não, Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Olhe, a lei que trata do assunto, que está sendo alterada pelo Senador Tião Vianna, ela prevê, não apenas o benefício da transferência financeira ou do estímulo financeiro para os Municípios que produzem, e também para aquelas que têm suas áreas invadidas em decorrência do aproveitamento hidroelétrico.

Então, veja que a lei não fala apenas para os Municípios que produzem. Municípios que não produzem, mas cujas áreas estão sendo invadidas, merecem. Sim, mas o Senador Líder do Governo afirmou que só aqueles Municípios que produzem energia elétrica. Não. A própria lei estabelece exceção.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – No caso, no exemplo concreto que nós estamos acompanhando, todos os Municípios que são afetados pelo alagamento de barragens recebem benefícios, recebem *royalties*.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Ideli Salvatti, ainda complementando, o art. 20 da Constituição, o Senador Líder do Governo... Eu estou Vice-Líder do Governo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Que coisa louca isso aqui!

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E ele é o Líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Então está ótimo: A Senadora Ideli Salvatti é contra o projeto do Senador Tião Vianna, eu vou a favor, o Líder é contra. Está ótimo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para minha honra e satisfação. Então, o que é que diz...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E a favor do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB. Virou tudo!

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O que é que diz o § 1º do art. 20? “É assegurado, nos termos da lei”, nos termos da lei. É a lei que nós estamos alterando. “Aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da Administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo, gás natural, de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

Quer dizer, é um leque generalizado. Tanto que a lei é que determina. É assegurado nos termos da

lei. A lei está assegurando, dando o direito aos Municípios que têm nascentes de rios que vão produzir energia elétrica, a possibilidade de um estímulo. Isso será garantido, não de forma aleatória, Senadora Ideli Salvatti. Pode olhar o § 3º, que foi uma emenda que nós colocamos...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Valadares?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ...Que o Poder Executivo fixará os critérios para a distribuição. A coisa não vai ser feita assim...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só um aparte, Senador?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ...De pai para filho, não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Eduardo Azeredo, quem estava com a palavra era eu e o aparte eu concedi ao Senador Antônio Carlos Valadares...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Então também quero um aparte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Faço, com muito prazer, de conceder a V. Ex^a., mas eu queria fazer a seguinte ponderação: Dada esta divisão generalizada, aqui não tem posição clara entre... Tem dois do PSDB, cada um de um lado, do Governo tem duas posições também muito claras, inclusive eu estou com... Não, o Governo tem uma, mas eu, Senador Romero Jucá, apesar de eu não estar na tarefa da liderança do Governo, mas sou Governo...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Os tucanos não estão em cima do muro, estão em cima da barragem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Da barragem, aqui. Eu queria pedir se é possível, até porque eu vou ser sincera, eu vou ter dificuldade de dar o meu voto em uma controvérsia tão pública e notória como essa, eu queria saber, Senador Romero Jucá, e depois dar o conselheiro aparte ao Senador Eduardo Azeredo, se nós teríamos a possibilidade de postergar para a próxima semana esta votação, até para a gente poder...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senhor Presidente, eu tenho uma sugestão a fazer, que eu acho que pode dirimir mais ainda a dúvida, que é o seguinte: Nós sobrestaríamos esta votação, convidaríamos a Ministra Marina para vir falar aqui, todo mundo quer proteger nascente, todo mundo quer resolver problema do meio ambiente e quer ajudar. Só está se procurando a forma de fazer. Como o Ministério do Meio Ambiente é beneficiário de uma parte desse recurso e tem um programa de nascentes, eu iria à direção da proposta da Senadora Ideli Salvatti...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vamos aprofundar, porque...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Nós retiráramos de pauta, e nós convidaríamos a Ministra Marina para tratar desta questão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Pela ordem, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só o seguinte...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Pela ordem, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Neuto De Conto eu já estava com a palavra e já tinha anunciado que eu iria dar o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Ministra Marina, que é partidária do Senador Tião Vianna, inclusive do próprio Estado, portanto, insuspeita para falar sobre esta questão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Eu considero que esta proposta do Senador Romero Jucá é uma boa proposta.

Eu quero só lembrar o seguinte: Com o avanço tecnológico, nós temos, hoje, levantamentos aerofotogramétricos, nós temos geoprocessamentos, até no *Google Earth*, a gente consegue entrar, na Internet, qualquer um, de maneira que não é impossível se localizar as nascentes, não. Hoje é possível, sim.

Eu reconheço que é complexo, mas e daí? É complexo, vamos encarregar pessoas técnicas de definirem as nascentes.

Eu acho que o projeto é meritório, mas ele pode, sim, ser aprimorado. Eu mesmo coloquei aqui que deve ter uma contrapartida do Município, para que ele não receba o dinheiro e não utilize na preservação.

Mas essa proposta do Senador Romero Jucá me parece válida, sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu só queria encerrar entendendo que acho que o melhor que nós temos a fazer é ter todos os esclarecimentos possíveis e necessários para votarmos sem essa divisão tão explícita. Fazia muito tempo que eu não vi aqui no Senado tanta gente dividida ao mesmo tempo.

Era isso, Senador Neuto de Conto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria, se nós deveríamos continuar discutindo ou atender ao pleito do Senador Líder de Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só quer dar alguns argumentos do voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Concedo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero aqui parabenizar ao Senador Antônio Carlos Valadares pelo seu parecer, que, inclusive, embasou o voto em separado que eu fiz. Os próprios argumentos do Senador Antônio Carlos Valadares foram utilizados por mim para mostrar que ele reconhece a dificuldade que...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a. me conceda um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Já concedo. Já concedo o aparte a V. Ex^a.

Para fazer a identificação dos Municípios onde estejam as nascentes dos rios.

O que eu, no meu voto em separado faço com clareza, é dizer que esses valores que estão arrecadados por essa contribuição financeira, eles são em valores muito inexpressivos da necessidade de atender os Municípios que contenham a barragem, que sediam as barragens, e aqueles que são impactados pelo lago, que são aqueles Municípios que têm suas áreas inundadas.

Se nós formos dispersar esses valores, que já são insuficientes, nós vamos trazer a dificuldade de atender aqueles que já são impactados, e não vamos atender a preocupação do Senador Tião Vianna, correta, de proteger a nascente.

E eu digo, no meu voto em separado, que parte desses recursos, que somaram, no ano de 2004, 550 milhões, 123 milhões já são repassados para a Agência Nacional das Águas e para o Ministério de Meio Ambiente, exatamente para atender essa preocupação do Senador Tião Vianna e do Senador Antônio Carlos Valadares, que é de preservar as nascentes dos rios, para que possam ser aplicados esses recursos.

E mais ainda, nós vamos aqui, eu acho que o Senador Líder do Governo, Senador Romero Jucá colocou com propriedade, quer dizer, nós vamos abrir uma discussão de difícil resolução. Por quê? O Senador Eduardo Azeredo diz que hoje, até pela tecnologia, fica mais fácil de identificar as nascentes, e eu pergunto ao Senador Antônio Carlos Valadares: Onde brota a água, é ali que tem o reservatório que pode ser um reservatório subterrâneo e que venha a brotar no outro Município? E que rios vão contribuir para isso?

Quer dizer, nós vamos criar uma... Como ele apropriamente diz, o Senador Antônio Carlos Valadares, no seu voto, ele diz que toda a bacia hidrográfica tem que ser contemplada. Ele próprio diz isso. Quer dizer, não são só as nascentes. Tem que contemplar toda a bacia hidrográfica do País. Todos têm que ser contemplados.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a. me conceda um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Já concedo o aparte.

E, por último, a Comissão de Infra-Estrutura, que é a Comissão Técnica para tratar do assunto, ela rejeitou o projeto. Ela rejeitou o projeto.

Quer dizer: Nós estamos tratando aqui de uma Comissão de Assuntos Econômicos para distribuição de recursos. Tecnicamente, na Comissão de Infra-Estrutura, esse projeto teve o seu parecer pela rejeição.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente? Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador, eu...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero conceder um aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Presidente, eu serei breve...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Eu gostaria de falar, Sr. Presidente. Eu estou tentando aqui há muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Senador...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Delcídio Amaral, estou apartando. Um minuto. Serei breve.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Ok.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro, aquelas limitações ou algumas restrições que eu apresentei no parecer, surgiram em decorrência de uma impropriedade do projeto.

Qual seja? A de que não havia um critério para a distribuição dos recursos. Com a apresentação da emenda ao parágrafo, com o surgimento do § 3º, então, toda e qualquer restrição que eu apresentei no projeto foi, vamos dizer assim, coberta com a apresentação desse parágrafo, onde se atribui ao Poder Executivo a fazer, através de Decreto, a regulamentação da matéria e a dizer quais são os Municípios que têm nascentes que possam receber benefícios.

Quer dizer: Antes não havia isso e agora há um dispositivo que confere ao Executivo o direito de dizer: *“Olhe, aquele Município ou aquele Estados merece ou não receber o estímulo da compensação financeira”*.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Nós temos um requerimento a ser votado, para que se transfira a votação após uma reunião...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador, eu estava com a palavra ainda. Eu concedi um aparte ao...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Faça o favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...Ao Senador Antônio Carlos Valadares.

E eu não poderia deixar, eu não poderia, Presidente, deixar de ouvir o Senador Delcídio Amaral, que é, sem sombra de dúvida, o Senador que tem o maior conhecimento desta questão da geração hídrica. Então, eu concedo um aparte ao Senador Delcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Vamos ouvir então o eminente Senador do Mato Grosso, Senador Delcídio Amaral. E em seguida colocamos em votação o requerimento para não ser votada hoje esta matéria, e ouvirmos em uma reunião pública, uma Sessão pública, as autoridades que serão convocadas pelo Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, primeiro, eu, independentemente da solução salomônica do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que, na verdade, empurra essa solução para a próxima semana, eu quero adiantar, até para ser coerente com o diagnóstico, aliás a votação da Comissão de Infra-Estrutura, eu já vou adiantar o meu voto, que eu sou contra o parecer do relator.

Entendo as razões do Senador Antônio Carlos Valadares, que é um Senador valoroso, competente, eficiente, acompanho também o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, e eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar que essa proposição criaria uma confusão, quase que uma sublevação nacional dos Municípios. Porque o bolo é o mesmo. E quando se reparte esse bolo, esse bolo, hoje, já tem destinação. Essa discussão é uma discussão que já se entende, já se estende – Perdão! – há muito tempo.

Nós estamos falando aqui de CPRH, mas tem também outros tipos de contribuições, até ICMS, onde há um debate interminável entre Municípios, quando é rio de fronteira para que Estado fica, onde é que fica a casa de força, se as turbinas estão em um Estado, se metade das turbinas estão em outro. É um processo complicadíssimo. Vai trazer um transtorno tremendo.

Com todo o mérito, eu entendo as questões de caráter ambiental, de preservação, de nascentes, de uma distribuição com maior capilaridade dos recursos provenientes da CPRH. Até o mérito é louvável, de levar mais recursos para os Municípios por conta das nascentes. Mas, na prática, esse projeto é absolutamente inviável e vai causar um transtorno gigantesco, porque até o conceito de nascente não é um conceito fácil a

despeito de toda a tecnologia que o meu querido amigo Senador Eduardo Azeredo acabou de dizer aqui, de falar, e com muita propriedade, é absolutamente impossível, dependendo do aproveitamento, se mensurar, dentro da bacia, quem é que contribui ou não e como é que vai ser feita essa partição.

Por isso eu acho que essa proposta ele é fadada ao fracasso, não só sob o ponto de vista técnico, mas também sob o ponto de vista político. Eu já quero ainda até que, no meu Estado, vai criar uma confusão tremenda, principalmente naqueles Municípios que recebem recurso oriundo das barragens da CESP, como Ilha Solteira, como Jupiá, como Porto Primavera. Portanto eu já adianto o meu voto, Sr. Presidente, com todo o respeito à opinião dos demais Senadores, a favor e contra: Eu votarei não, porque nós vamos criar uma barafunda absolutamente ingerenciável com essa proposta. E foi por isso que a Comissão de Infra-Estrutura votou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Nós colocamos então...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só uma coisinha, eu quero dizer o seguinte: Basta à gente poluir as nascentes e todo mundo vai saber onde está a nascente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Nós colocamos em votação, o adiamento da sessão, após colocamos em votação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente o que nós vamos votar agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – O adiamento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para quando?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – E convite a Ministra Marina Silva para...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O requerimento já está em...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – É verbal, é verbal.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – É verbal mas nós aguardamos, que ele chegue.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, eu acho que pela ordem, Sr. Presidente. O Senador Eduardo Azeredo está fazendo uma bela sugestão, vamos pintar os rios com cores diferenciadas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Já existe no Amazonas, Rio Negro e Rio Branco.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Para ver se a gente consegue realmente discriminar o que vai para cada Município, em função de cada afluente ou de cada contribuição para a bacia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em cada Estado, senhor Presidente, os livros de Geografia apontam as nascentes dos rios. É difícil você não saber hoje, até de acordo com a tecnologia que falou o Senador Eduardo Azeredo e também as informações trazidas pelo livro de Geografia, quais são as nascentes do Brasil. Não saber.

Eu acho que esta ignorância não existe aqui no Senado Federal. Não, não pode existir. Por exemplo, eu sei onde nasce o Rio São Francisco, está lá, eu aprendi na escola, está lá nos livros de Geografia. Nasce aonde? Em Minas Gerais, na Serra da Canastra. Eu acho que, assim como o rio São Francisco, vários rios estão nos estudos da Geografia onde estão as nascentes. Eu voto favorável ao requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Colocado em votação o requerimento sobre o adiamento da sessão. Quem está de acordo permaneçam como estão.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, eu sou contra o requerimento porque é um requerimento inócuo, não vai levar a solução nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Foi aprovado por maioria.

Colocamos agora em discussão o último Item da pauta, o Item 13, que trata da mensagem 551 de 30 de julho de 2007, da Presidência da República, um empréstimo de 1 bilhão de dólares dos Estados Unidos da América.

A palavra com o relator, líder do Governo Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Sr. Presidente esse é um empréstimo para o BNDES, feito pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, de um bilhão de dólares para capital de giro para micro e pequenas empresas, dentro do programa de fortalecimento das micros e pequenas empresas.

O parecer é favorável aos empréstimos, as condições são às condições dadas pelo BID, condições favoráveis, e é muito importante capitalizar a condição de financiamento das micros e pequenas empresas, principalmente agora que nós aprovamos o Super Simples e deveremos ter, efetivamente, um crescimento da formalização do trabalho das micros e pequenas empresas.

O parecer é favorável.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Sr. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo aqui ao nosso líder do Governo, no sentido de que o BNDES que é o maior banco de desenvolvimento do mundo, pudesse ter uma Diretoria para essas pequenas e micros empresas. Não tem. Aliás Sr. Presidente, o BNDES que agora vai contra esses recursos de um bilhão de dólares, só empresta de seis milhões para cima.

O que causa problemas para pequenas e médias empresas. Como é que vai ser feito o repasse desses recursos a essas empresas? Esses recursos vão ser repassados aos bancos, os bancos privados que já tiveram um lucro extraordinário nesse primeiro semestre, quatro bilhões de reais e eles vão pagar uma taxa módica ao BNDES e, depois, não emprestar numa taxa de mercado às pequenas e micros empresas, quando esse dinheiro do BID tem juros mínimos, porque são recursos internacionais para atender desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente fica aqui esse apelo, fica aqui esse apelo aos nossos Líderes do Governo para que V. Ex^a. poderia até, já o que PMDB indica tantos diretores do Governo, o PMDB é um partido que tem uma participação tão expressiva no Governo, o PMDB poderia propor uma nova Diretoria do BNDES, uma Diretoria das pequenas e microempresas, até o Partido indicava o Diretor, o Partido podia indicar esse Diretor e faço isso Sr. Presidente para motivar os meus companheiros de PMDB, porque eu sei que eles têm uma política de ocupar cargos no Governo, mas que fizéssemos efetivamente essas medidas para que nós pudéssemos atender a pequena e microempresa.

Sr. Presidente um dos grandes feitos do saudoso Presidente do BNDES Carlos Lessa e, aqui presto uma homenagem a esse grande vulto da economia brasileira, aliás, eu não digo nem que foi, foram dois, primeiro comprou ações para que a Governo Brasileiro pudesse ter novamente o controle majoritário na Companhia Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente eu peço um pouco de silêncio para podermos falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Srs. Senadores, (soa a campainha) solicitamos silêncio para o que orador possa concluir a sua manifestação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado senhor Presidente. Então, fazendo

aqui um tributo de homenagem ao Presidente Carlos Lessa que saiu do banco. Ter comprado ações da Vale do Rio Doce para que o Brasil tivesse novamente o controle majoritário sobre essa grande empresa, que como todos vêem está indo de vento em popa, é a maior mineradora do mundo, mas também uma coisa importantíssima foi ter tirado os intermediários dos empréstimos que o BNDES fazia. A nossa PETROBRÁS, que antes captava recurso nos bancos privados e, depois do Presidente Carlos Lessa passou a assinar contrato diretamente com o BNDES, e a distância da sede da BNDES e a sede da Petrobrás é apenas atravessar a avenida Chile. A avenida Chile, Sr. Presidente.

Eu faço aqui, deixo aqui registrado o meu apelo para que o BNDES tenha uma diretoria da pequena e microempresa, para que nós possamos passar esse recurso do BIRD diretamente para o pequeno e micro empresário, sem ter que obrigá-lo a captar esses recursos do sistema bancário privado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra, primeiramente quem solicitou a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e, depois, Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senhor Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu quero hipotecar o meu apoio, a minha solidariedade à intervenção do Senador Marcelo Crivella, já é tempo do BNDES ter uma diretoria voltada para a pequena e microempresa é até a média empresa. Eu creio que isso só faria bem ao nosso País, até porque esse tipo de empresa, isso se diz muito aqui no Senado, é aquele que cria mais empregos. É quem gera o maior número de ocupações.

Eu lembraria também, o que há muito tempo se fala aqui, que é a possibilidade das regiões mais deprimidas e menos desenvolvidas serem lembradas pelo BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Porque esse “essezinho” anda meio apagado, às vezes, do BNDES, a gente tem muita dificuldade de ver esse “essezinho”. Por outro lado, o Sr. Presidente permite, ainda voltando a discussão sobre a energia e hidroelétrica e a compensação financeira, aos Estados e Municípios, cujas nascentes dos rios possibilitam essa produção de energia, porquê não pensar também em compensar os Estados que têm um potencial de energia eólica?

E também tem potencial de energia através do gás? E isso se ter um projeto Sr. Presidente, abrangente de forma a fazer Justiça aos Estados produtores de energia, seja que tipo de energia for.

Eu não estudo sobre isso, isso é apenas uma lembrança de que me ocorreu durante esse debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o eminente Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Neuto De Conto, eu quero associar-me ao Senador Marcelo Crivella e ao Senador Garibaldi Alves Filho, e seria repetitivo de fazer as ponderações com relação aos BNDES.

O Senador, líder do Governo Senador Romero Jucá, que é de uma competência ímpar do convencimento dos seus pares, nós não poderemos votar contra um empréstimo que venha atender o segmento das micros e pequenas empresas, quer dizer, o empréstimo tomado pelo BNDES de um bilhão de dólares americanos para atender o segmento das micro e pequenas empresas é apoiado por todos nós.

Agora, dizer que o BNDES vai atender a micro e pequena empresa é uma falácia, uma falácia como bem disse o Senador Marcelo Crivella, como bem disse Senador Garibaldi Alves Filho, há mais de 20 anos nós lutamos no Estado do Pará, a nível nacional, para que a BNDES atenda as médias e pequenas empresas, eu já não digo nem micro e o BNDES.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E o BNDES é totalmente adverso a isso. Ele só opera com as grandes empresas. As médias empresas são atendidas por repasse do banco do BNDES ao sistema privado. E aos bancos federais.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – V. Ex^a. permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com maior alegria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu sei que V. Ex^a. é favorável ao empréstimo, todo somos, nós queremos fortalecer a micro e pequena empresa, existe problemas no BNDES de operação ao longo dos anos que isso tem sido discutido aqui, Senador Garibaldi Alves Filho fez um apelo, o Senador Marcelo Crivella também. Eu gostaria de registrar o seguinte, nós poderíamos aprovar um convite ao Presidente novo do banco Luciano Coutinho, para vir aqui a Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Uma audiência antes de aprovar o projeto.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não. Não independente de aprovar o projeto, o projeto vai tramitar ainda, vai ter fechamento de pauta. Eu apelaria que nós votássemos o projeto, esse projeto deverá demorar ainda para ser votado no Plenário e nós convidaríamos o Luciano Coutinho, porque independente do financiamento que é um bom recurso externo para se capitalizar ao BNDES, eu acho que nós temos que discutir com o banco a política de empréstimo as micros e pequenas empresas, a forma de facilitação, quais são os planos do novo Presidente, enfim, a própria discussão do Senador Marcelo Crivella dessa Diretoria de micro e pequenas empresas eu acho que nós podemos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu tenho dúvida, Senador Romero Jucá, eu tenho dúvidas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Andar paralelamente a essas questões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu tenho dúvida se esse empréstimo deve ser tomado pelo BNDES. Porque que esse empréstimo não é tomado pela União, pelo tesouro e esses recursos seriam repassados diretamente aos bancos regionais, aqueles bancos que são os que fazem a intermediação para o BNDES, encarecendo o recurso ao tomador, por quê? Porque o BNDES tem um valor de gastos administrativos que ele recebe, repassa o risco para o tomador o que acontece?

Na Região Norte, o Senador Garibaldi Alves Filho que o S do BNDES está fraco, eu diria que o S e o N, não é só o S não, o N também está fraco. Porque está quase apagado, porque na realidade se você for verificar a aplicação do BNDES na Região Norte ou melhor no meu Estado do Pará, tirando a Vale do Rio Doce, tirando as grandes empresa que tomam diretamente os recursos, não existe nada, absolutamente nada, porque são recursos repassados para os bancos privados que fazem financiamento, que fazem todos os financiamentos, o BNDES direto não faz.

Então, se não faz...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Porque o BNDES não é um banco de varejo é um banco que trabalha em escala.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas se o BNDES não faz para a micro empresa, para que ele vai tomar o recurso? Pra que ele vai tomar? Para ganhar um spread em cima do valor para repassar para quem vai fazer?

Então vamos discutir. Eu sou a favor do empréstimo, eu quero só que a gente possa esclarecer.

cer quem que deve tomar esse empréstimo, se o BNDES que vai transferir ou se é quem realmente vai fazer o financiamento às micros e pequenas empresas, diminuindo os custos para essas micro e pequenas empresas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senador Flexa Ribeiro eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Pela ordem de inscrição, nós temos primeiro o Senador Eduardo Suplicy, em seguida o Senador Inácio Arruda e, depois, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Sr. Presidente, eu quero dizer que eu acho muito positivo e gostaria de até, se for o caso, de formalizar e assinar junto à proposta do Senador Romero Jucá, líder do Governo no sentido de estarmos convidando o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho para expor aqui toda a natureza de trabalhos que têm sido realizados, sobretudo desde quando assumiu, mas em especial a atenção que o BNDES vem dando e poderá dar maior ao microcrédito, e também a pequena e média empresa.

Eu gostaria de transmitir aos colegas da CAE, que neste mês de julho eu fui visitar em Bangladesh o Grameen Bank e o prêmio Nobel da Paz, Mohamed Yunes com quem eu tive um longo diálogo e acho que é muito importante que nós venhamos a conhecer de perto aquela experiência.

Eu não vou debruçar agora sobre isso, mas acho que se trata de algo extremamente relevante, o professor Mohamed Yunes no ano 2000, esteve no BNDES onde fez uma exposição, eu estava presente a convite da direção do BNDES e da própria primeira dama, a senhora Ruth Cardoso, que foi a pessoa que muito estimulou que no Brasil se discutisse o assunto e no próprio BNDES.

Mas eu acho que é fundamental que nós venhamos a ter essa explicação por parte do Presidente do BNDES e, portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de propor que seja formalizado o convite ao Presidente do BNDES, para vir a nossa CAE, e expor toda a política de financiamento do BNDES e, particularmente, com respeito aos financiamentos para a microempresa, pequena e média empresa.

Portanto, o Presidente Senador Aloizio Mercadante estou aqui apoiando a manifestação do Senador Romero Jucá, no sentido de que possamos ter, com respeito a este assunto que está sendo tratado, o item 13, e outro a presença do Luciano Coutinho independentemente da votação. Eu sou favorável ao projeto de resolução em exame, mas que possa ser convidado o Presidente do Luciano **Coutinho em bre-**

ve na CAE, para expor a política de financiamento do BNDES.

(troca de presidente)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, só para dar um informe.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP) – Com ênfase sobre à micro e pequenas empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu já tinha entrado em contato para fazer aquelas audiências que nós tínhamos sugerido com o BNDES e ele já demonstrou interesse e disponibilidade absoluta de vir para cá. Só não marco para terça-feira próxima, porque nós já acertamos o caso da BERON então ficaria daqui a 15 dias a presença do Banco Central o Presidente Luciano Coutinho, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Depois Senador Delcídio Amaral e Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PM-MS) – Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu recebi por escrito aqui.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – O Senador Neuto De Conto não nos permite falar aqui, nem o Senador Eduardo Azeredo e nem eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho que há perseguição aqui eu recebi por escrito a indicação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele escreveu bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está escrito corretamente.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ela já falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ela já falou?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele quer um repeteco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Depois é V. Ex^a. Senador Inácio Arruda.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Delcídio Amaral ele está repicando.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE) – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero considerar que o BNDES tem que manter acessa tanto o N quanto o S e esse é o banco que ainda garante um volume razoável de empréstimos aos empreendedores

brasileiros. Ocorre que as pequenas e microempresas brasileiras têm uma experiência singular no Brasil.

Existem dezenas de bancos populares no Brasil. Dezenas, senão já algumas centenas de iniciativas de bancos populares em todos os Estados. Com grande êxito. Não só o Banco do Povo, mas tem muitas iniciativas populares.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade do requerimento, solicitando a presença do Presidente do banco do BNDES, para que a gente possa afinar com o BNDES que esses recursos, porque tem muito intermediários no empréstimo, aqui são dezenas de intermediários, mas entre as dezenas de intermediários nós temos que inserir esses bancos populares, que hoje operam em comunidades, operam com economia solidária, retorno espetacular. São pequenas quantias é um empréstimo de cinco mil, dez mil reais, mil reais, são iniciativas de grande êxito.

Eu cito aqui o exemplo da banco Palmas, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, que é um exemplo exitoso de operação a custos baixíssimos porque aqui nós vamos operar com dezenas de intermediários de custo alto. É bom a gente examinar, eu estou completamente favorável ao empréstimo, ninguém iria se opor de forma nenhuma ao empréstimo, que vai financiar pequenas e microempresas brasileiras. Considero que a proposta do Senador Marcelo Crivella é justa, o BNDES tem que manter essa preocupação permanente com as micros e pequenas empresas, haja vista que nós acabamos de aprovar toda uma legislação para a formalizar as micros e pequenas empresas do Brasil. É mais de que oportuno que o BNDES se volte, claro o BNDES tem que se preocupar, os grandes empreendimentos brasileiros, os grandes empreendimentos são corredores de exportação que vão ligar toda a América do Sul.

Eu acho que todos estes empréstimos são justos, corretos, necessários, mas esse setor da micro e pequena empresa, desse negócio da economia solidária no Brasil, podem ter um aporte já, porque o empréstimo tem essa finalidade, vamos inserir, vamos conversar com o Presidente do BNDES para que ele garanta, o professor Luciano Coutinho essas unidades que atuam no mercado financeiro com baixíssimo custo e com segmentos mais populares do Brasil.

É na periferia da periferia de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Salvador, de Fortaleza, de Recife, de Porto Alegre, e essas grandes metrópoles brasileiras, onde esses Bancos Populares estão inseridos e tenho a opinião de que eles mereciam uma atenção especialíssima do BNDES na hora que ele tem recursos para poder alavancar essas pequenas unidades de negócios do nosso País.

Nós estamos absolutamente favoráveis, mas considero importante que a gente faça essas observações para que esse recurso possa, digamos assim, ter uma capilaridade muito acentuada integrando esses bancos que são bancos populares brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda que sempre coerente com a sua trajetória.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE) – É mais ou menos assim, é aquela iniciativa os indianos todos tomando essa iniciativa estão largando, mas nós temos a experiência e fica parecendo que a gente não tem. A gente só descobre quando vai lá fora, não existe no Brasil. Existe no Brasil e nós temos que aproveitá-las juntamente com o BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E essa é uma experiência que vem crescendo muito no País, da economia solidária, do crédito solidário, do aval solidário e, mais uma vez, o Senador Inácio Arruda valorizando a iniciativa desses pequenos empreendedores. Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Senador Aloizio Mercadante Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Primeiro é altamente pertinente essa operação de um bilhão de dólares para o BNDES. Podendo chegar a três bilhões, se eu entendi bem a proposta. É importante destacar, eu ouvi atentamente as ponderações dos demais Senadores, preocupados que essa operação poderia ser encarecida pela presença do BNDES, muito pelo contrário.

O BNDES pelo papel que tem, como um banco de fomento, pelas garantias que ele pode apresentar, pela segurança de operações financeiras envolvendo o BNDES, muito pelo contrário, ele é facilitador dessas operações, especialmente para os micros e pequenos empresários e nós que na semana passada aprovamos o Super Simples, que é uma verdadeira revolução no Brasil, não só pelo que representa a micro e pequena empresa em termos de contratação de mão-de-obra e de empresa também, no nosso País. É altamente louvável a aprovação dessa linha de financiamento pelo BNDES.

É importante, Sr. Presidente, registrar que a sugestão aqui apresentada de se trazer o Presidente do BNDES e o Dr. Luciano Coutinho é muito importante para se fazer uma discussão ampla, até para mostrar o papel do BNDES no desenvolvimento do País, e o lado S, como disse o Senador Garibaldi Alves Filho do BNDES e louvando, senhor Presidente, também o posicionamento e o N também, claro, porque não? E louvando o posicionamento do Líder do Governo Senador Romero Jucá, que hoje se transformou na ses-

são de hoje num verdadeiro diplomata, com convites, com audiências públicas, mostrando a transparência do comportamento dele e do Governo Federal, principalmente na Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a. ...

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Um verdadeiro diplomata.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a. só reafirma o currículo e toda a trajetória dele, que sempre foi marcado por esse estilo do Itamarati na tramitação dos interesses públicos dessa Nação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu só queria lembrar os últimos 12 meses, a aprovação de projetos do BNDES cresceu 49% e o desembolso efetivo 28%, que uma coisa absolutamente espetacular, que explica parte desse crescimento da indústria de 6,6% setor de caminhões 32%, automóveis 20%, eletroeletrônicos 20%, quer dizer, um crescimento forte em setores e a irrigação do crédito. O BNDES tem um papel absolutamente decisivo no fomento desse crescimento industrial que nós estamos assistindo.

Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, Presidente, eu quero.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Cresceu.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente eu quero associar-me ao Senador Delcídio Amaral aos elogios ao líder do Governo Senador Romero Jucá, até porque, primeiro porque ele é um líder laico e, segundo, porque neste Governo, as coisas que dão certo, que estão graças a Deus caminhando bem, ou elas foram gestadas ou herdadas do Governo anterior. E o nosso líder Senador Romero Jucá é uma dessas coisas que dá certo, porque vem do Governo anterior também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu hoje vou discordar do Senador Flexa Ribeiro pela segunda vez. Eu vou acompanhar o Senador Romero Jucá, sobre a questão do Romero, em absoluto, eu estou de acordo, veio do Governo. Ele veio do Governo, vou discordar do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ele só discorda que as coisas boas vieram do Governo anterior, mas com o Senador Romero Jucá ele concorda. (risos)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Aliás, o Prefeito Municipal...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu

só queria que o Senador Eduardo Azeredo, que tirou o dia do hoje para ficar exatamente contrário todas as posições, é uma posição que ele não costuma ser radical, que ele se posicione certo. O Senador Aloizio Mercadante já disse que V. Ex^a. disse que as coisas boas foram começaram por ação desse Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Esse aprimoramento diplomático, essa habilidade que o Senador Romero Jucá tem expressado aprendeu com a mineiridade do Senador Eduardo Azeredo, que nunca perdeu essa condição nessa Casa. Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Deixa-me esclarecer, eu estou de acordo com o Senador Flexa Ribeiro, quando se refere ao Senador Romero Jucá. Certo? Ontem o ex-Prefeito Luis Paulo falou na reunião do PSDB disse que as coisas boas não são novas e as coisas novas do Governo não são boas.

Eu quero dizer que eu estou discordando do Senador Flexa Ribeiro é com relação ao projeto. Esse projeto realmente tem uma taxa da captação que é, evidentemente, muito menor do que as taxas de captação de recurso dentro do Brasil. Esse recurso vai ser realmente utilizado como facilitador, o BNDES vai ser o facilitador, ele vai poder repassar dinheiro para o Banco de Desenvolvimento de Minas, mas que, por sua vez, passa às micros empresas. O prazo é um prazo muito bom, são 17 anos, tem quatro anos de carência, por coincidência o primeiro pagamento vai ser depois que o Governo terminar, mas tudo bem, isso é normal nesses financiamentos internacionais.

Mas, eu quero me posicionar favoravelmente, eu acho que não tem nada da mais, o projeto é bom e eu espero que ele seja realmente utilizado em benefício das pequenas empresas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Permite um aparte, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu

quero deixar claro, no meu pronunciamento eu disse que sou a favor do projeto, eu não sou contra o projeto, pelo contrário, eu acho que todo apoio que possa dar ao seguimento da micro e pequena empresa têm unanimidade desta Casa.

Eu não sou contra o projeto, eu estou questionando a questão só do BNDES realmente atuar no segmento da micro e pequena empresa, quer dizer, não onerar o custo final do financiamento, como bem

colocou o Senador Marcelo Crivella aqui iniciou a discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Mas isso será discutido com a presença do Presidente Luciano Coutinho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vamos fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos discutir com o Presidente do banco e vamos fazer os debates.

Concluída a discussão, eu quero agradecer o Senador Neuton De Conto pela condição dos trabalhos, vamos encaminhar a votação. Senadores que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Solicito urgência ao projeto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Os Senadores que são favoráveis à urgência solicitada pelo Senador Romero Jucá permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. Vai também com a urgência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Solicito urgência à Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Por último. A audiência, não. Só quero esclarecer que a reunião com o Presidente, com o Ministro Paulo Bernardo, é as 15 e trinta na liderança do Governo. Senador Flexa Ribeiro, 15 e 30, V. Ex^a. sempre marca com meia hora de antecedência, para V. Ex^a. são 15 horas.

Encerrados os nossos trabalhos. Até a próxima terça-feira. Obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h51.

Ata da 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2007, às 09:00 horas, na Sala De Reuniões nº 19 Da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Ideli Salvatti, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Júnior,

Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Jefferson Péres, e, ainda, da Senadora Fátima Cleide. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Gilvam Borges, Edison Lobão, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Sérgio Guerra e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar os trabalhos o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 130/07 (nº 564/GMF, na origem), de 01 de agosto de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao segundo trimestre de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O Expediente será posteriormente encaminhado aos Membros da Comissão por meio de Ofício Circular. A Presidência dá início à Primeira Parte da Reunião, Audiência Pública a fim instruir o Ofício “S” nº 12, de 2003, que “submete à apreciação do Senado Federal o Termo Aditivo de Re-Ratificação do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A – RONDONPOUP, com a Interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1654, de 15 de abril de 2003, para as ressalvas legais necessárias em sua Resolução Autorizativa, conforme as Notas Técnicas nº 058 e nº 065, de 08 e 12 de fevereiro de 1999, respectivamente e a Exposição de Motivos s/nº de 03 de abril de 2003, da liquidante do Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON”, em atendimento a deliberação da Comissão”, tendo como convidados o Exmo. Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União – TCU; o Exmo. Sr. Valdivino Crispim de Souza, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; o Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; e o Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Liquidação e Desestatização do Banco Central – Bacen. A Audiência Pública é realizada com a presença do Sr. Marcelo Bemerguy, Secretário-Geral de Controle Externo Adjunto do Tribunal de Contas da União (representando o Exmo. Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU); do Sr. Valdivino Crispim de Souza, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; do Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Procurador-Geral da Fazenda Nacio-

nal; do Sr. Leandro Giacomazzo, Coordenador-Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional (representando o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; e do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Liquidação e Desestatização do Banco Central – Bacen. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator, Senador Romero Jucá, que propõe, juntamente com o Senador Aloizio Mercadante, seja feita uma nova auditoria para atualização dos dados constantes da Matéria, e os Senadores Expedito Júnior, Jefferson Péres, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Mão Santa, Valdir Raupp, e a Senadora Fátima Cleide. A Comissão aprova o Requerimento nº 34/2007-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, seja realizada auditoria pelo Tribunal de Contas da União, nas contas das Instituições Financeiras do Estado de Rondônia que estiveram submetidas ao Regime de Administração Especial Temporária – RAET pelo Banco Central, durante o período em que vigorou tal regime, bem como no contrato de abertura de crédito e venda de ativos celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A – Rondonpoup, a ser apresentada a este Órgão Técnico no prazo de noventa dias. A Secretaria do Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Banco Central do Brasil deverão prestar assistência ao TCU no fornecimento de informações e documentos a respeito do objeto da referida Auditoria. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Segunda Parte da Reunião; Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 123, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Curitiba e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor de até US\$ 10,00,000.0 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais na Cidade de Curitiba”, de autoria Presidente da República, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente designa o Senador Romero Jucá Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Azeredo. A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que “altera dispositivos

da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão-SLTI**; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base-ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-SINICON. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Antônio Carlos Valadares e Romero Jucá. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regravação”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada a pedido do Relator, Senador Francisco Dornelles; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Autor, Senador Mozarildo Cavalcanti; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007,

terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/08/07 foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Declaro aberta a Reunião de Assuntos Econômicos Ordinária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento. Mensagem nº. 130/2007 564 GMF na origem, de 1º de agosto de 2007, encaminhado nos termos do inciso II, do art. 7º da Lei 9.069/95(F) o demonstrativo das emissões do real correspondente ao segundo trimestre de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais e a elas vinculadas. (ininteligível) será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

A primeira parte da nossa audiência, eu peço desculpas aqui pelo atraso, nós tivemos, eu e o Senador Suplicy, um atraso de duas horas no voo de São Paulo, é referente ao BERON, que nós havíamos acordado na semana passada. E os convidados, eu pediria que ingressassem aqui na nossa sala, é o Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, TCU, ele está em viagem. Eu conversei com o Presidente do Tribunal de Contas da União, e ele me informou que o seu representante seria o Dr. Marcelo Bemerguy que é Secretário-Geral

de Controle Externo, substituto do TCU. A auditoria do TCU é de seis anos atrás e o Presidente do Tribunal disse que eles estão dispostos, se a partir da audiência for necessário atualizar os dados para que a gente possa ter novas informações em relação a esse tema tão relevante que nós vamos discutir.

O segundo convidado é o Sr. Valdivino Crispim de Souza, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Terceiro, é o Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Dr. Adams, por favor.

Também queria convidar pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Dr. Leandro Giacomazzo, Coordenador-Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional. E também o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Liquidação e Desestatização do Banco Central, BACEN.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal a Presidência adotará as seguintes normas para essa Audiência Pública. Os convidados farão suas exposições e em seguida abriremos fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interfalantes depõem de três minutos para perguntar ou questionar, assegurado igual prazo para resposta dos interpelados.

Eu vou pedir que na apresentação inicial haja uma certa brevidade para que a gente possa desenvolver a bom termo a nossa Audiência Pública. Acho que alguma coisa em torno de 15 minutos seria... 10, 15 minutos, acho que seria razoável para a nossa primeira apresentação. E depois, se necessário, nós prolongaremos esse prazo a partir do interesse dos Senadores.

Então, vamos iniciar com...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria só registrar, Sr. Presidente, aqui praticamente dos 24 Deputados Estaduais, inclusive o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, nós temos aqui hoje 21 Deputados Estaduais representando o Estado de Rondônia. O Estado hoje está fechado, a Assembleia Legislativa toda está aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria saudar a todos os Deputados Estaduais do Estado de Rondônia, agradecer a presença e vamos então iniciar a nossa discussão com o Secretário-Geral do Controle Externo, substituto do Tribunal de Contas da União, fará a exposição inicial, Dr. Marcelo Bemerguy.

SR. MARCELO BERMEGUY: Bom dia Sr. Presidente, Srs. Senadores. Inicialmente agradecer a opor-

tunidade de contribuir para esse processo decisório do Senado Federal. O Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso e é sempre uma honra para nós poder prestar alguma informação que seja útil ao processo decisório de Suas Excelências.

O Tribunal de Contas da União foi instado a tratar desse tema e pronunciou-se em 2001, numa primeira auditoria feita nesse processo. E... Bom, nessa auditoria o Tribunal manifestou-se fundamentalmente em relação a duas questões consideradas relevantes. Uma foi sobre a responsabilidade, eventual responsabilidade do Banco Central sobre a deterioração das condições econômicas do BERON, e também sobre a ausência de ratificação do Senado por meio de resolução dos termos aditivos relacionados aos acordos tanto da questão do...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Dr. Marcelo, vou pedir só... Por favor, os que não são Parlamentares se pudessem dar lugar aos que são Parlamentares. E pedir que os Parlamentares fiquem a partir da terceira fileira para que os Senadores que estão adentrando possam ter assento nos seus respectivos lugares. Então eu pediria que os Deputados Estaduais ficassem a partir da terceira fileira, e os que não são Parlamentares, por favor, dêem lugar aos que são. Porque nós vamos... Nós estamos com vários Senadores chegando e precisam de seus respectivos lugares. Desculpe a intervenção. Por favor, Dr. Marcelo.

SR. MARCELO BERMEGUY: Então nos manifestamos sobre dois aspectos relacionados a essa fiscalização que fizemos. O primeiro, como eu disse, foi relacionado à eventual responsabilidade da gestão do Banco Central no regime de administração especial temporária pela deterioração das condições econômicas do Banco. E uma segunda questão subjacente foi sobre a questão da ausência de ratificação do Senado Federal por meio de resolução dos termos aditivos relacionados a esses processos de renegociação da dívida e também do próprio RAET.

Essa questão que, adicional, que nós analisamos e que pode parecer secundária para o Tribunal ela tem uma importância muito grande, porque como órgão auxiliar do Congresso Nacional nos preocupa muito interpretações que possam sugerir que sejam dispensadas as competências das casas legislativas.

Então, nós insistimos muito na questão de que a manifestação do Senado Federal em relação a esse processo era essencial e indispensável e me parece que esse é um aspecto que passa a ser sanado se acatada o projeto de resolução proposto pelo Exmº. Sr. Senador Romero Jucá.

Em relação à questão Banco Central, eu vou procurar me ater aos achados da equipe de auditoria e que foram incorporados pelo Ministro Relator, que até já está aposentado, o Ministro Lincoln Magalhães que incorporou os achados da equipe de auditoria ao seu Relatório. Vou ler aqui, são três parágrafos muito sucintos, mas que eu acho que refletem uma opinião muito contundente do que foi a convicção que o Tribunal de Contas construiu quando analisou esse caso. Diz aqui a equipe. Pode concluir que durante o período do RAET, a administração do Banco Estadual esteve sempre sob forte influência do Governo do Estado de Rondônia o qual participava ativamente da relação de relatórios enviados ao Banco Central e sempre solicitava formalmente a prorrogação do regime especial com a intenção de resguardar a instituição transformando-a em agência de fomento estadual ou privatizando. Ficou demonstrado, através dos balancetes dos relatórios técnicos apresentados que a solução para a recuperação do BERON cabia primordialmente ao Governo do Estado que deveria ainda em 1995 ter integralizado o aumento de capital da instituição financeira. Caso contrário, a solução que a época traria menores perdas ao Estado seria a integração extrajudicial do BERON. Cabia ao Banco Central do Brasil a decisão entre realizar a liquidação extrajudicial do Banco do Estado de Rondônia ou autorizar a prorrogação dos prazos do RAET, a pedido do Governador do Estado. Mesmo com a certeza de que o Banco Estadual somente se manteria em funcionamento através da busca de recursos no mercado financeiro a custos bem maiores do que os normalmente praticados, o que traria como consequência um infundável aumento de seu prejuízo.

Assim sendo, na visão desta equipe de auditoria apurou-se que não há como responsabilizar o Banco Central pelo crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia durante o regime de administração especial temporária, já que o BACEN por meio de seus atos administrativos estava agindo de forma a atender os pleitos do Governo do Estado de Rondônia para protelar a existência do BERON por mais três anos. A decisão mais oportuna recomendada por diversos pareceres técnicos elaborados no período do RAET teria sido a liquidação extrajudicial. Contudo encontrava-se politicamente inviável.

Essa é a síntese do achado. É uma auditoria bastante extensa. Mas que foi incorporada pelo Relator e o Tribunal então no acórdão que proferiu, que foi o acórdão 372/2001, remete à questão formal de que os contratos e seus... Os termos aditivos especialmente não tinham sido devidamente analisados pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal.

Então, essa é uma questão formal que pode ser sanada por meio da convalidação proposta no projeto de resolução e é em síntese a contribuição que nós temos, Senador, sem prejuízo de voltarmos aqui em decorrência de algum questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Dr. Marcelo. Passo a palavra ao Dr. Valdivino Crispim de Souza, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

SR. VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA: Sr. Presidente da Mesa, Srs. Senadores, autoridades presentes, Deputados do meu Estado. A questão da dívida do BERON ela já vem de longa data sendo discutida no Estado. Tivemos aqui há oito anos atrás nesse Senado Federal apresentando ao Presidente do Banco Central, à época Armínio Fraga, a situação de uma auditoria adjetiva do Tribunal sobre o desmando havido na gestão pré RAET e RAET. Eu fiz uma resenha porque 10 anos, quase dez anos, mas dez anos de RAET iniciado, naturalmente que muitos eventos jurídicos, econômicos e financeiros passam ao largo o volume de papel a ser analisado para re-lembrança é muito grande. Vou tentar fazer uma resenha com as escusas de alguma falta sobre falhas não relacionadas.

Os contratos. A abertura do contrato de crédito de compra e vendas de ativos celebrados entre a União e o Estado de Rondônia valor de 502 milhões, através... Foi ratificado pela Resolução 27. E na cláusula sétima, ela é bem específica a eficácia do contrato está condicionada à eficácia do contrato de refinanciamento. Neste propósito, encaminhamos na linha de entendimento do Tribunal de Contas da União. Ou seja, o contrato então firmado permanece ineficaz. Ou seja, aquela dívida adimplida pelo Estado de Rondônia não deveria ter sido adimplida. Ela não encontra legalidade. O Relator da matéria, Senador Romero Jucá é bem específico. Ele afirma que os contratos são gêmeos. E um contrato está ineficaz. Precisa ser retificado. Ou seja, a retificação precisa ser apreciada em conjunto a ratificação das cláusulas supervenientes. Nesse sentido não se discute a parte procedimental, a parte processual. É necessário e a eficácia então depende da aprovação dessa Casa. Acho que abre uma janela específica para uma discussão aventada pelo Governador do Estado de Rondônia orienta em 2003 quando ele interpela e apresenta a abertura de uma janela para se discutir o que era a parte substancial da discussão desses contratos. Ou seja, na apreciação e na ratificação a re-ratificação apreciada nessa Casa sem levar em consideração os aspectos substantivos da implicação da dívida repassada ao Estado de Rondônia sem apuração de responsabilidades, representa uma ação ruinosa para o Estado de Rondônia conforme à

época eu como técnico do Tribunal, sou de carreira, apurei em auditoria adjetiva porque foi obstado de fiscalizar o RAET. Fiscalizado por determinação judicial, por interpelação dos administradores do Banco Central. (ininteligível) Banco Central. Nós tivemos guarida. Então analisamos resultados. E na análise de resultados, enfim(F) na minha fala vou deixar bem evidente.

Senhores, agrava ainda que o contrato de refinanciamento na cláusula 19ª, § 1º, ele aduz que o saldo devedor do financiamento previsto no caput dessa mesma cláusula, se incorpora à parcela P da dívida referida no § 1º da cláusula quarta. E a cláusula quarta, a parcela P só poderia ser paga e elas são agregadas se realmente houvesse a ratificação feita pelo Senado. Então ineficiente completamente o contrato. Essa é a nossa posição. Então relativa aos procedimentos legais que deveria dar eficácia para se adimplir a dívida. Entretanto ela já foi paga, já há oito anos de pagamento e 761 milhões já foram guinados dos cofres do Estado de Rondônia indevidamente, ilegalmente.

Por sua vez, a parte adjetiva. Os aspectos adjetivos. A gestão RAET praticou operações de crédito ilegais. Foram apurados em auditoria. Ao tempo que nós tivemos uma CPI no Estado de Rondônia para se apurar as mazelas da administração pré RAET e RAET, ficou-se apurado então que nas inquirições dos responsáveis pelo Banco necessário seria uma auditoria técnica do Tribunal, Exmº. Presidente. E essa auditoria apurou e documentou todas as irresponsabilidades praticadas. Por quê? Porque créditos aprovados sem os laços legais, sem obediência às normas tudo isso documentado no processo é de auditoria do Tribunal. Ocorre que a Assembléia, para colocar auditoria do Tribunal dentro da administração RAET teve que recorrer à justiça. E obteve. Obteve então autorização para se auxiliar a CPI nas informações que ela precisava. Não era auditar as contas, era auxiliar a CPI. Terminada essa auditoria, o Tribunal de Contas resolve responsabilizar os responsáveis pela administração RAET, intercederam junto à justiça e obtiveram, mandamos. Ficou ineficaz a decisão do Tribunal. Muito bem. Verificamos operações de crédito contrária às normas por não ter aprovação do comitê, contrário às normas do Banco Central isso tudo está no processo 117/98 em processos adjacentes. Operações de créditos, descontos de títulos contrários ao interesse do sistema financeiro e infringência normas da Lei 6.404, operações de crédito, amortização e renegociação de dívida contrária às normas bancárias do próprio Banco Central. Confissão e renegociação de dívidas também feridos os princípios de idoneidade, seletividade, garantia e capacidade de pagamento. Exemplificando, esses eventos todos juntados que formam um processo de

auditoria do Tribunal, resultou uma exemplificação que vou fazer aqui. Esses eventos foram obtidos pela auditoria mencionada numa amostragem de junho de 94 a junho de 97. Amostragem dos maiores processos. Ou seja, negociações acima de dez mil reais. Resultou num prejuízo de 33 milhões. Não bastasse esse prejuízo evidenciado o próprio BACEN sancionou o BERON. Estava sob sua tutela. Mediante imposição de multa no valor de mais de três milhões de reais, em razão das operações irregulares. Isso tudo está documentado no processo. E a multa também agrava ainda mais o passivo que foi deixado pelo BERON.

Convém destacar que antes de decretar a gestão a RAET o Banco Central instaurou inquérito administrativo na RONDONPOUP, o BERON funcionava como uma grande holding, a RONDONPOUP era uma de suas partícipes do conglomerado. Então ela fez uma fiscalização na RONDONPOUP e apurou prejuízo montante de 16 milhões. Ela entrou e definiu responsabilidades. 16 milhões. E apurou. Isso hoje está numa ação patrocinada pelo Ministério Público que corre na justiça já em final já de julgamento. Já para apreciação. No âmbito do BERON, o BACEN também estourou procedimento e apurou 41 milhões de ilegalidades. Então a gestão pré RAET apurou um total aproximado aí de 70, 80 milhões de responsabilidades que estão ajuizadas. Ou seja, hoje corre na justiça em Rondônia 14 processos. Dos quais cinco estão no STJ. Subiram. Nós temos sete ações já em fase de finalização. Pergunta-se: Porque a gestão RAET não instaurou procedimentos ao término do período de sua responsabilidade? Tal procedimento foi realizado sim. Essa auditoria (ininteligível) que nós fizemos. Mas por iniciativa do Tribunal de Contas em cima de balanço, balancetes e não fiscalização substantiva, objeto do processo 117/98 a disposição. O patrimônio líquido do BERON em 31 de dezembro de 94, na gestão pré RAET era 951 mil reais tão somente dilapidado que estava. E assisti a razão do Banco Central dos prejuízos que deveriam ser levados à responsabilidade dos gestores pré RAET. Estão lá. O patrimônio liquidado negativo em 30 de junho de 98, pós-gestão RAET, 422 milhões. Multas aplicadas, 3 milhões, 268. Soma então 426 milhões de responsabilidades agregadas. Vamos deduzir dessa responsabilidade final porque são estáticos os balanços a diferença apurada pré RAET auditoria nossa então à época em grandes números avaliou 349 milhões e meio o estrago feito pela gestão que não obedeceu as normas.

A responsabilidade do BACEN, Banco Central, pelas ilegalidades praticadas pelos seus prepostos no comando do BERON se revela ao teor do ofício PRESI COD OFF 91/98 de 4 de fevereiro de 98 pelo

qual o Presidente Vanderlei Lopes Correa, Presidente, preposto do Banco Central dirige-se ao Sr. Francisco Munia Machado, chefe de departamento de processos administrativos e regimes especiais do BACEN para pedir dispensas das multas aplicadas do qual destaco os seguintes trechos, Srs. Senadores. Sr. Presidente. Vimos solicitar o estorno valorizado de tais multas considerando que em última análise elas podem ser atribuídas à própria gestão do BACEN. No período em que foi responsável pela administração do BERON. A presente solicitação a par de ser de inteira justiça visa resguardar os administradores nomeados pelo Banco Central e mesmo o próprio BACEN, quanto a futuras responsabilizações pecuniárias por parte do Tribunal de Contas do Estado, e até mesmo quanto a eventuais questionamentos (soa a campainha)... A eventuais questionamentos realizados por intermédio da imprensa. Veja-se, portanto, que ao tempo que a gestão RAET praticava operações ilícitas, e por isso era sancionada pelo próprio BACEN, procurava meios para eximir-se de futura responsabilização, manifestando já àquela época receio às ações do Tribunal de Contas.

Outra fuga tentada pelos gestores do RAET as ações do Tribunal de Contas do Estado se refere à negativa de autorizar aos técnicos a promover audiência tais de quando lá se dirigiram em apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada pela Assembléia Legislativa àquela hora eu já havia falado. Ao argumento de sigilo bancário os gestores do RAET pretendiam permanecer incólumes à ação do Tribunal de Contas. Que teve de socorrer-se de remédio heróico constitucional, Mandado de Segurança para então poder exercer o seu muro(F) de apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito. Dizia eu.

Nesse sentido, o judiciário estadual determinou que o Banco não criasse dificuldade. Na mesma época, quando responsabilizado pelo Tribunal de Contas, em razão dos achados dos laboratórios, promovidos e apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito, os gestores do RAET acorreram ao Tribunal de Justiça sob o argumento de que estavam jurisdicionados ao BACEN por força da responsabilidade objetiva que os vinculava àquela instituição responsável pelo comando da Política Monetária do País. Com efeito, a corte de justiça estadual concedeu segurança aos gestores do RAET. Reconhecendo a responsabilidade objetiva do BACEN, Banco Central, ao tempo em que (ininteligível) o acordo de contas estadual frente aos desmandos que as escancaradas se praticava no BERON.

Todavia, é importante destacar que a justiça estadual nas suas razões e fundamentos para concessão da segurança, remeteu de pronto ao BACEN a responsabilidade por eventuais práticas ilícitas que

os gestores do RAET viesse a ocasionar em prejuízo do BERON conforme as seguintes passagens. Como visto, da decisão judicial. Eventual prejuízo provocado pelos impetrantes quando do RAET, é de responsabilidade objetiva do Banco Central e a ele cabe apreciar e julgar tais atos.

Também no mesmo sentido consoante destaca da que lhe mandamos, Exm^o. Presidente, cabe ao Tribunal de Contas da União, Dr. Marcelo, o dever de fiscalizar a gestão do RAET. É importante também trazer à discussão que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em que pese os óbices enfrentados instaurou procedimento com vista à análise da situação econômico-financeira. Essa análise que há pouco aventava eu a hipótese de o prejuízo ser na análise substantiva ser levado à responsabilidade. Necessário se faz que seja apurada. Findo o qual naquele relatório técnico, Sr. Presidente, sugeríamos de outro modo, sem prejuízo das ações do Ministério Público deve o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, esse foi o resultado técnico, Sr. Presidente, da nossa auditoria feita em 98, que eu estou finalizando. De outro modo sem prejuízo das ações do Ministério Público deve o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no uso das suas atribuições constitucionais na defesa dos ativos públicos do Estado reapresentar também o caso à Assembléia Legislativa do Estado e no âmbito de sua competência adotar as seguintes medidas, responsabilizar o Banco Central do Brasil pela má gestão dos seus prepostos no Banco do Estado de Rondônia, BERON, durante o regime de administração durante especial temporária RAET constituindo-se à infringência aos artigos 151 e 154 da Lei Federal 6.404, referente à exaustão do patrimônio líquido da ordem de 345 milhões em grandes números nos termos do art. 158 da Lei 6.404/76 combinado com o art. 1.501 do Código Civil, bem como suma 341 do Supremo Tribunal Federal. E ainda o art. da 37, § 6º da Constituição Estadual, encaminhar cópia à Assembléia Legislativa do Estado e ao Ministério Público para providências de sua alçada.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, informamos que foram pagos à União o montante de 761 milhões. Atente Srs. Senadores, principalmente Sr. Exm^o. Presidente, Dr. Aloizio Mercadante, a área da engenharia financeira. Se contrato para socorrer entidades que estão em sucumbência são feitos comprar e se atualizar não se socorre nunca. Um price que é corrigido mensalmente por apropriação geométrica de IGP e juros de 0,5% não se paga é só (ininteligível). Dos 761 milhões, Srs. Senadores, pagos somente 220 milhões, isso porque acelerado no pagamento e adimplência da cláusula gráfica. Só 220 milhões. O

triplo foi pago em juros. Rondônia não agüenta uma dívida dessa.

Por isso me parece que (soa a campainha) Assiste razão, Sr. Presidente, a apreciação substantiva das responsabilidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço a intervenção do Conselheiro Valdivino Crispim de Souza que expressou a posição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e agora vamos ouvir o Diretor de Liquidação e Desestatização do Banco Central do Brasil, Dr. Antônio Gustavo Marques do Vale para expressar a visão do Banco Central sobre toda essa complexa questão.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MARQUES DO VALE: Senador Aloizio Mercadante, Srs. Senadores, Srs. Deputados por Rondônia, senhoras e senhores, meus companheiros de Mesa. Na realidade, o senhor tem razão, é uma situação extremamente complexa, principalmente nove anos depois dos fatos acontecidos. Desde a declaração do RAET sejam 12 anos. Na realidade, a situação do BERON e da RODONPOUP era uma situação realmente de liquidez por ocasião da decretação do RAET em 1995. Desde aquela oportunidade, houve mesmo uma decisão por parte do Governo do Estado de fazer com que a extinção ou a saída do BERON e da RODONPOUP do sistema financeiro se desse de uma forma organizada, de uma forma que não desse prejuízo a seus clientes naquela oportunidade, que não desse prejuízo aos seus funcionários, que já dentro de um regime de liquidação extrajudicial no âmbito da 6.024 os funcionários todos perdem os seus empregos sem muitos direitos, os clientes têm os seus bens todos bloqueados, depósitos a vista, depósitos a prazo, ou seja, toda a poupança do Estado seria bloqueada. E o Governo do Estado junto com o Governo Federal optou-se por sanear o Banco e naquela oportunidade tinha o patrimônio líquido negativo. E optou-se pela decretação do RAET que é um regime de administração especial temporária onde o Banco Central nomeia um Conselho Diretor. E ele nomeia o Conselho Diretor que é responsável civilmente pelos seus atos. O Banco Central não tem o poder legal de cancelar atos feitos pelos membros do Conselho Diretor.

Bem, a partir daí houve uma série de questões de tratativas de negociação por parte do Governo do Estado e por parte do Governo Federal no sentido de sanear o Banco e encontrar a saída que não fosse a ligação extrajudicial. E imediatamente o Estado se dispôs a contrair junto à União para sanar o Banco, mantendo o Banco em funcionamento. O Estado era o controlador do Banco e o responsável pelo saneamento do Banco e pelo patrimônio líquido negativo. Ele não se furtou a isso e buscou o financiamento da União

de modo a evitar liquidações extrajudicial. E durante todo esse período o Banco com o patrimônio líquido negativo evidentemente teve fechado todo o mercado financeiro e entrou numa crise de liquidez, e o Banco, com a concordância da União e a concordância do Estado manteve o RAET até que os empréstimos solicitados do âmbito da Medida Provisória do PROES já que existia um programa de saneamento dos Bancos estaduais onde os Estados poderiam contrair empréstimos exatamente para sanear seus Bancos. Existia disposição dos Estados em fazer esse saneamento de moto a evitar liquidação extrajudicial. Houve por parte do Estado e o Banco Central concordou, uma prorrogação do RAET nesse período. Primeiramente por um ano, depois por mais um ano e a partir daí os RAETs eram prorrogados pelo tempo necessário da tramitação legal deste empréstimo. Nós chegamos a ponto de ter um RAET prorrogado por sete dias de modo que... E nesse período todo com o conhecimento e evidentemente com a concordância de todos os participantes daquele processo o BERON para se manter teve que ir ao mercado financeiro diariamente fazer empréstimo de liquidez a custos evidentemente mais alto do que o normal. E é esta razão básica de que o patrimônio líquido do BERON cresceu durante o RAET como todos nós conhecemos na velocidade que foi.

Evidentemente não quero contrapor ao ilustre Conselheiro sobre irregularidades praticadas por membros do Conselho Diretor. Com certeza absoluta se essas irregularidades foram realmente praticadas, com toda certeza, tanto o Tribunal de Contas quanto o próprio Estado terão elementos para que essas pessoas sejam investigadas pelos órgãos de controle, inclusive o próprio Tribunal de Contas da União. O Banco Central não vai efetivamente defender atos porventura irregulares cometidos por esses diretores.

Mas, é fato que a grande parte, a maior parte do processo de deteriorização do patrimônio líquido negativo do BERON deu-se quase que exclusivamente pelos custos financeiros resultantes de uma decisão do Banco Central em conjunto com o Governo do Estado em manter o RAET até que os recursos do saneamento fossem disponibilizados, os credores fossem inteiramente pagos, os funcionários saíssem de forma organizada através de um plano de demissão voluntária sem nenhum tipo de prejuízo. Ou seja, a opção do Estado e do Governo Federal na oportunidade foi fazer, tanto o BERON e a RODONPOUP saísse do mercado de uma forma absolutamente organizada. E foi isto que aconteceu. Nós demoramos... Demorou os aspectos técnicos, jurídicos para que esse empréstimo acontecesse, inclusive o aditivo que nós hoje estamos aqui discutindo de forma que quando os contratos foram

assinados, e os recursos disponibilizados todo mundo, todos os credores pagos, todos os funcionários pagos e o Banco entrou numa liquidação ordinária conduzida por um liquidante nomeado pelo Estado, situação que se encontra até hoje.

Então, na realidade, quer dizer, só para o senhor ter uma idéia, aquele patrimônio de fevereiro de 95 de 41 milhões negativos já em dezembro de 96 era 149, e ao final de fevereiro de 98, 382. Sendo que 313 eram despesas junto ao mercado financeiro em particular o BANCO DO BRASIL, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que foram os principais supridores de recursos para garantir a sustentação do BERON em funcionamento.

Então, se os senhores... sintetizando o que realmente aconteceu efetivamente houve por parte do RAET logo depois que entrou uma readequação do balanço do BERON, já que lá existiam vários créditos ilícitos que tiveram que ser provisionados, os custos administrativos, evidentemente que foram mantidos até como forma de não prejudicar os funcionários até o pagamento dos credores e o juros da assistência financeira e dos depósitos interfinanceiros, que como eu disse, sustentaram o BERON durante todo o processo de negociação com a União Federal e com o Senado Federal de forma que os recursos pudessem ser disponibilizados, os credores pagos, os funcionários pagos e o BERON e a RODONPOUP pudessem sair de forma organizada do mercado financeiro. Em síntese é isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Liquidação e Desestatização do Banco Central do Brasil, e agora passo a palavra ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luiz Inácio Lucena Adams.

SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS: Exm^o. Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores, companheiros de Mesa. Eu vou reduzir a minha fala, o Dr. Leandro vai falar basicamente todos os aspectos dessa questão. Eu só quero fazer um registro pontual relativamente ao entendimento que nosso entender não é correto quanto à desconsideração da competência dessa Casa. A Procuradoria entendeu e entende que na confecção do aditivo ela nada mais fez e o tesouro acatou o entendimento em face da situação grave já relatada pelo Dr. Gustavo, de que a Resolução 27 do Senado, ao aprovar a abertura de crédito, sendo que ela deixou de tratar a questão de (ininteligível) uma resolução que saiu quase dois anos depois, mas ao tratar a abertura de crédito, ela no inciso III do art. 2º da resolução fixa e dispõe sobre condições de refi-

nanciamento. Essa peculiaridade da resolução é que justamente autorizou no nosso entender que imediatamente após aprovação pelo Senado Federal da Resolução 27 que foi em abril de 98, em maio... Desculpe, em fevereiro de 98, permitiu que em abril de 98 nós em face exatamente dessa situação peculiar do Banco depender desses empréstimos interbancário para manter o seu funcionamento é que autorizaria exatamente a liberação dos recursos do crédito que já havia sido autorizado pelo Senado para que o Banco continuasse as suas operações. E essa especificidade é que nos faz entender que não há na verdade uma desconsideração da competência do Senado, mas tão-somente uma consequência dessa mesma resolução. Ou seja, o Senado autoriza uma operação de crédito e no inciso dispõe sobre condições de refinanciamento que autorizaria daí que no caso específico, e aí sim por aditivo, já que no contrato original há um condicionamento a liberação do crédito a existência da resolução do refinanciamento é que se elimina essa exigência dando consequência exatamente à Resolução 27. Ou seja, nós estamos numa situação complexa, nós enfrentamos uma peculiaridade, essa peculiaridade tanto comprova que já o refinanciamento ele só vai acontecer no final de 99, e então... Na Resolução 78, então nesse contexto é que a Procuradoria entendeu que ela não só factível, mas necessário e impositivo inclusive pelo Senado que houvesse essa liberação de crédito. Feito esse pequeno registro, agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional e agora o Coordenador Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional, Dr. Leandro Giacomazzo.

SR. LEANDRO GIACOMAZZO: Senhoras e senhores, muito bom dia. Eu gostaria de deixar claro a participação da Secretaria do Tesouro Nacional num processo de Refinanciamento das dívidas dos Estados e de aporte de recursos para os financiamentos do PROES.

Em fevereiro de 98 foram firmados entre a União e o Estado de Rondônia os contratos de refinanciamento de dívidas do Estado de Rondônia, e ao mesmo tempo o contrato de abertura de crédito para saneamento do BERON. Esses contratos foram então encaminhados a essa Casa, que ao se manifestar aprovou, embora sob exame os dois contratos, aprovou apenas naquele momento o contrato de abertura de crédito. Pois bem, como a Medida Provisória que estabeleceu as condições para os empréstimos do PROES remetia esse empréstimo ao contrato de refinanciamento da Lei 9.496, o contrato de refinanciamento trazia então as condições financeiras pelas quais esses contratos,

esse empréstimo seria aportado e executado. Quando essa Casa aprovou a operação de crédito do BERON, entendeu a Secretaria do Tesouro Nacional, esse entendimento corroborado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de que para atendimento da vontade dessa Casa seria necessário então a elaboração de um termo aditivo trazendo para o contrato do PROES as condições financeiras que estavam no contrato de refinanciamento. Isso na premissa de que o Banco do Estado vinha recorrendo diariamente a empréstimos interbancários, como já foi dito aqui de altíssimo custo visando estancar essa situação. Então a União e o Estado de Rondônia sobre essa premissa celebraram o termo aditivo ao contrato do PROES trazendo para ele as condições financeiras que estavam no contrato de refinanciamento e que possibilitariam então o aporte de recursos necessários e o saneamento então desse passivo do BERON. E assim foi feito. Foi mencionado de que o empréstimo é impagável. Me permitiria discordar dessa posição. Porque a tabela price tem um prazo de 30 anos e é típico desse tipo de financiamento em que no início se pagam juros. Com o passar do tempo os juros vão diminuindo e você passa a amortizar, a pagar a principal. Em meados do tempo do contrato, 15 anos, essa situação se inverte. E se passa a pagar mais principal de forma que na última prestação a dívida é efetivamente liquidada. E no caso de Rondônia como é paga a prestação integral da tabela price isso vai se verificar.

Uma outra informação que eu acho relevante colocar para os senhores a União nesse processo ela de certa forma subsidiou aos Estados com empréstimos vinculados à correção do IGPDI mais 6% de juros. E por que eu digo isso? Porque a União ela captou recursos a Taxa Selic historicamente maior do que a taxa repassada aos Estados, o IGP-DI + 6 o que me permitiria dizer que até constatado pelo próprio TCU em 2001 já no seu Relatório que àquela época se os custos... Que os custos do BERON e do Estado, aí o conjunto da dívida, refinanciamento e PROES, se os custos daquela época fossem mantidos sem os contratos com a União, àquela época as dívidas já estariam 93 milhões acima do que estavam naquele período. E hoje o subsídio implícito considerado o subsídio inicial concedido pela União e o subsídio diferencial entre a avaliação do IGP-DI e a Taxa Selic trazido para o saldo dos contratos nos permite dizer que essa dívida está 450 milhões menor do que seria se tivesse nas condições originalmente mantidas.

Eram essas as informações que eu teria no momento para trazer ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Tesouro Nacional considera

que subsidiou em 450 milhões a operação e o Tribunal de Contas do Estado acha que teve um rombo de 350 milhões nas finanças do Estado. Tem uma pequena diferença aritmética da ordem de 700 a 800 milhões de reais para poder chegar... Nós vamos trabalhar bastante em cima dessa matéria.

Bom, feitas as apresentações, me parece que aspectos jurídicos, técnicos e financeiros absolutamente relevantes. Eu vou abrir a palavra aos Senadores, mas eu ponderaria que me parece que a melhor alternativa diante de um quadro como esse, e evidentemente nós vamos aqui discutir outras possibilidades, seria nós pedirmos em caráter acelerado, emergencial, uma nova auditoria do Tribunal de Contas da União que é um órgão Assessor desse Congresso Nacional, para que dê um parecer agora atualizado sobre a avaliação de toda essa... Esse passivo, a intervenção, os desdobramentos e o encontro de contas que nós estamos vendo aqui que é bastante diferenciado entre a visão do Banco Central e o Tesouro Nacional versus o parecer do Tribunal de Contas do Estado. Acho que talvez seja o melhor instrumento que a gente possa vir a ter para atualizar. Porque essa auditoria é sete anos atrás. Seis anos atrás. Então nós poderíamos talvez pedir uma auditoria atualizada a ser oferecida a essa Comissão em base a essa audiência, a essas avaliações que nós temos agora. Mas de qualquer forma vamos verificar as outras sugestões que a gente possa ter para poder aprofundar o diagnóstico do que aconteceu efetivamente com o BERON.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, como Relator da matéria...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a é o primeiro inscrito e tem a prerrogativa da intervenção. Peço apenas brevidade para que todos possam falar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, como Relator da matéria eu queria caminhar na mesma direção do que V.Ex^a colocou, e queria inclusive ajustar o meu parecer. Nós vimos aqui que é um assunto extremamente complexo. Aqui se trata da questão de que deveria ou não ratificar os convênios ou os aditivos que o Tribunal de Contas já se manifestou sobre essa questão e nós estamos acompanhando o Tribunal de Contas de que seria necessário fazer a ratificação independente do mérito de ter ou não validade, trata-se da questão de retificação e análise da operação da RAET, e aqui foi importante por que o que é que nós ouvimos aqui? Nós ouvimos o órgão assessor do Governo do Estado da Assembléia Legislativa que é o Tribunal de Contas do Estado. Com o tipo de posicionamento. Há um prejuízo de operação de 385 milhões. É claro que isso é um cálculo analítico, mais

(ininteligível) não está implícito a questão administrativa, mas na verdade há um posicionamento do Governo de Rondônia, da Assembléia e do Tribunal de Contas do Estado que registra um tipo de operação nefasta aos cofres do Estado. Independente inclusive do Estado ter concordado ou não com essa operação.

Do outro lado nós ouvimos o órgão que dá assessoria, o órgão assessor ao Congresso Nacional e ao Senado. E esta matéria está no Senado. Quer dizer, a Comissão de Assuntos Econômicos não tem instrumentos para vir aqui e dizer se houve um prejuízo de 385 milhões ou se houve um subsídio de 480 milhões. Nós não temos instrumental técnico para isso. Seria uma irresponsabilidade caminhar e sem análise dos números e sem uma auditoria precisa, corroborar qualquer das duas versões. Quer dizer, qualquer das duas versões em tese podem ser versões verdadeiras. Eu entendo a posição do Estado de Rondônia, a dificuldade do Estado de Rondônia e quero dizer que na dúvida eu votarei com o Estado de Rondônia. Na dúvida. Agora, essa questão precisa ficar esclarecida para que não haja dúvidas. Porque nós estamos aqui tratando inclusive da modificação de um contrato assinado de rolagem de dívida do Estado. Quer dizer, nós não estamos tratando só da ratificação dos convênios, é da retificação de um instrumento jurídico assinado que está em pagamento. E que tem uma engenharia financeira como foi dito aqui pela Secretaria do Tesouro. Começou amortizando mais juros por conta da tabela que se usou, vai terminar amortizando mais o principal. Quer dizer, há em andamento uma engenharia financeira. Então qual é a minha proposição como Relator? Eu altero o meu Relatório e recomendo que se faça em regime de urgência uma auditoria ou uma reanálise de auditoria pelo Tribunal de Contas da União com a interveniência do Tribunal de Contas do Estado e o acompanhamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no que tange a questão legal da ratificação dos contratos.

Eu acho que esse é a posição mais adequada, mais cuidadosa. Nós estamos aqui inclusive discutindo algo que pode gerar um tipo de precedente para outras ações, para outros tipos de colocação, portanto, temos que ter a responsabilidade fiscal de realmente entendendo o pleito de Rondônia e sendo solidário ao Estado de Rondônia e buscar instrumentos que possam efetivamente conduzir a Comissão a uma decisão mais acertada.

Portanto, eu ajusto o meu parecer e recomendo uma auditoria emergencial do Tribunal de Contas da União levando em conta todas essas questões e com a participação direta do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia que efetivamente representa o Estado com

o seu instrumental técnico capaz de debater e reba-ter colocações feitas pelo Tribunal de Contas. Essa é minha posição como Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Romero Jucá, que encaminha na direção de nós pedirmos uma auditoria emergencial que atualize os dados, e dê um parecer mais definitivo sobre essa matéria por parte do Tribunal de Contas da União, e passo a palavra ao Senador Expedito Júnior que teve um papel absolutamente decisivo de trazer esse tema a esta Comissão e nós estamos, portanto, cumprindo aí o que foi acordado de fazermos auditoria, aprofundarmos o diagnóstico para que a Comissão avalie essa matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de inicialmente concordar com a fala de V.Ex^a, mas também de fazer uma outra proposta. E antes de fazer essa outra proposta eu não tenho mais dúvida que foi criminosa a intervenção do Banco Central para salvar o Banco do Estado de Rondônia. Eu não tenho mais dúvida nenhuma. Eu até, eu fico às vezes um pouco preocupado e quero falar o que aconteceu com o meu Estado, sobre essa intervenção criminosa, não responsabilizando vocês, o que eu estou responsabilizando é a instituição, que na época ela foi tão danosa para Rondônia que o próprio interventor logo depois da sua intervenção, do final da intervenção ele propôs a ser o Advogado do Estado de Rondônia para defender o Estado de Rondônia contra a intervenção do RAET. E o que é pior, Sr. Presidente, nós estamos escutando tudo isso aqui, não tem ninguém responsabilizado. Por tudo isso que aconteceu. Quem foi responsabilizado foi o Tribunal de Contas do Estado que não tem validade nenhuma. Porque o próprio Banco Central entrou na justiça do Estado de Rondônia invalidando a decisão do Tribunal de Contas que foi dado pelo Tribunal de Justiça dizendo que quem tinha que falar era o Tribunal de Contas da União e também o próprio Banco Central.

Agora, na hora de dizer de quem é a responsabilidade, aí a responsabilidade é do Estado de Rondônia porque houve uma pressão do Governador do Estado de Rondônia. Que absurdo é isso? Que absurdo nós estarmos escutando isso do Tribunal de Contas da União. Como é que o Governador do Estado tem condições de exercer uma pressão de uma instituição como a do Banco Central? Que exatamente foi intervir porque o Banco estava praticamente quebrado, estava quebrando. Eu não consigo entender e não aceito esta informação trazida e discordei aqui do Líder Romero Jucá quando o Líder trouxe essa informação do Banco Central. V.Ex^a deve conhecer o Decreto-Lei 2.321. V.Ex^a deve saber também quantas vezes erradas foram

prorrogadas essas intervenção em Rondônia. Porque o Decreto-Lei é claro. A duração da administração especial fixada no ato que a decretar podendo ser prorrogada se absolutamente necessária por um período superior não mais do que o primeiro. E quantas vezes foi prorrogada essa intervenção em Rondônia? Quer dizer, descumpriram o que vocês entendem que é o regimento, que é o Decreto-Lei.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de até de fazer vários questionamentos aqui. Só que antes eu gostaria de fazer um pedido a V.Ex^a. Que se colocasse em discussão nesta Comissão, acatando a posição de V.Ex^a, mas desde que nós chegássemos ao entendimento. Vamos interromper este pagamento da dívida que hoje está dando em torpe de 10 a 12 milhões por mês aos cofres públicos do Estado de Rondônia. Vamos interromper esse pagamento, e nós temos condições de discutir isto aqui na Comissão, enquanto, eu não quero dizer que Rondônia não deve, porque Rondônia deve. Mas solidariamente, o Banco Central também deve. O Governo Federal também deve. E esta revisão que o Governo do Estado de Rondônia está pedindo é exatamente para se chegar a um denominador. De quem são as responsabilidades? Qual é a responsabilidade do Banco Central? Qual é a responsabilidade do Governo do Estado?

E eu tenho algumas perguntas, Sr. Presidente, para fazer aqui. Veja, Senador Jefferson Peres, veja o tamanho da irresponsabilidade dessa intervenção do Banco Central no Estado de Rondônia. As multas que o Banco Central entendeu que deveria ser multada essa intervenção em Rondônia, que deveria ser multada a própria Diretoria do Banco Central quem paga ela hoje é Rondônia, é o Estado de Rondônia. Pela má administração da intervenção do Banco Central. Quem está pagando é Rondônia. O Estado que arrecada pouco dinheiro, e que ainda tem que estar bancando os programas e os projetos do Governo Federal. Porque é assim, nós já pagamos mais de 700 milhões, quando houve a intervenção em Rondônia o Banco devia pouco mais de 40 milhões. V.Ex^a mesmo relatou 41 milhões. E hoje a negociação da dívida, renegociação da dívida gira pouco mais de 600 milhões.

Então, eu não consigo entender, e eu não preciso ser, Senador Romero Jucá, eu não preciso ser nenhum *expert* no assunto para ver que foi criminosa essa intervenção. Porque se houve a intervenção para liquidar o Banco, e tinha um prazo determinado, fixado pelo Decreto-Lei, descumpriram isso, e nos devolveram uma dívida de 600 milhões que Rondônia está pagando, Senador Wellington, não é justo isso com o povo de Rondônia. O que estamos pedindo é que se faça justiça. Eu não quero entrar e nem quero dar calote a

ninguém, nem quero dizer que Rondônia não mereça e que Rondônia não deva. Deve sim. Acho até que nós já pagamos o que nós devíamos. Acho até que se colocar na ponta da caneta nessa auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União, eu acho que a União vai ter que devolver dinheiro para o Estado de Rondônia. Tamanha foi a irresponsabilidade dessa intervenção.

Então, eu acho que antes de fazer as minhas perguntas, eu acho que primeiro nós precisávamos definir qual vai ser o próximo passo. Se nós entendermos aqui que dá pra buscar um acordo para que suspenda esse pagamento até que se discuta aí o sexo dos anjos. Tudo bem, acho que é uma questão que temos que discutir muito e nos aprofundar mesmo aqui. Acho, Senador, e eu respeito a posição de V.Ex^a, mas o que está acontecendo com Rondônia é um absurdo. Desde 2003 eu sei que não é culpa de V.Ex^a porque a partir da hora que V.Ex^a sentou nessa cadeira como Presidente nós negociamos e tudo que foi acordado V.Ex^a está cumprindo. Mas Rondônia não pode esperar mais, Rondônia não pode pagar mais essa dívida sem saber o montante dessa dívida quem são os responsáveis por essa dívida.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria antes de propor aqui as perguntas que eu gostaria de fazer aos nossos convidados, eu gostaria de ouvir primeiro o encaminhamento de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós vamos ouvir os outros Senadores inscritos, e a final nós encaminharemos o tema. Mas Senador Expedito, não me parece uma boa atitude a Comissão tomar uma decisão dessa gravidade, de suspender um contrato firmado entre dois entes da federação, sem sequer ter uma avaliação técnica do órgão assessor que é o Tribunal de Contas da União sobre de fato o que é que aconteceu. Porque os números apresentados aqui são absolutamente distintos. O Banco Central diz o seguinte: Houve endividamento porque o Banco não tinha crédito, tinha que tomar no mercado para poder fazer frente a pressão de todos os credores e funcionários do Banco isso levou ao endividamento. E a União diz: Nós subsidiamos em 450 milhões de reais o Estado porque se o Estado continuar se financiando nas condições de mercado ele não teria tido o benefício da intervenção do Banco Central. E o Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia disse que houve irregularidades pré RAET, que também precisam ser identificadas qual é o montante e qual é a implicação que ele estima da ordem 80 milhões de reais, e durante o RAET que levaram a situação de endividamento que ele imputa o prejuízo da ordem de 385 milhões de reais do Estado.

Então nós estamos diante de duas visões e não poderia ser diferente...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Só para atender, que contrato? Que contrato V.Ex^a se refere?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E também em relação ao contrato, o parecer do Procurador-Geral da Fazenda que tinha autorização pra fazer as operações, mesmo considerando o parecer definitivo da auditoria da conclusão do Tribunal de Contas da União que deveria ser homologado pelo Senado Federal.

Eu não quero, é a primeira vez que eu estou ouvindo esse assunto. Estou apesar fazendo uma síntese do que eu ouvi. Agora, para tomar uma decisão como essa que interfere em toda a estabilidade fiscal financeira da União e do País. Porque você imagina se cada Estado, eu tenho aqui já o caso do Paraná que vai entrar na pauta brevemente. Se cada demanda do Estado a primeira medida nossa é o seguinte, suspende o pagamento e depois nós vamos ver o que aconteceu. Não. Eu acho que se nós fizermos isso a Comissão de Assuntos Econômicos estará trilhando por um caminho altamente temerário do ponto de vista do respeito da legalidade. Mesmo que tenha ocorrido ilegalidade nesse ato nós não poderemos entrar na mesma atitude de patrocinar uma nova ilegalidade. Sem ter um embasamento técnico conclusivo que inspire o Poder Legislativo Federal a tomar uma decisão diante de um contrato firmado entre os entes federados que é um contrato jurídico entre Governo do Estado, Banco Central do Brasil, Secretaria Nacional do Tesouro Nacional, com inclusive parecer do Tribunal de Contas da União que não questiona sob esse aspecto que foi intervenção. Diz que tem que haver uma homologação do Senado.

De qualquer forma, antes de nós concluirmos o mérito, vamos ouvir os demais Senadores, a minha ponderação a V.Ex^a, ao Senador Valdir Raupp que também há muito tempo trata desse assunto e a Senadora Fátima Cleide que há muito tempo coloca esse tema na agenda é que nós possamos, dado que hoje nós temos aqui, inclusive o processado, temos a indicação de uma Relatoria, estamos fazendo a nossa primeira Audiência Pública, é que a gente peça em caráter emergencial que não vai alterar a situação financeira de quem quer que seja porque será feito num prazo bastante breve do Tribunal de Contas da União, podemos inclusive estabelecer o prazo aqui hoje publicamente uma auditoria final para que a gente possa ter a conclusão dessas informações.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – V.Ex^a me permite, por gentileza. Quanto tempo seria esse prazo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu pergunto a... Vocês têm a sugestão do prazo necessário? Eu disse, conversei com o Presidente do Tribunal de Contas da União, inclusive foi uma pena porque o Procurador-Geral do Tribunal estava em viagem e não pôde estar presente, peço até desculpas porque V.Ex^a foi informado de ontem para hoje, de ontem à noite para hoje, para estar presente a essa auditoria, e é uma auditoria de seis anos atrás, então era difícil inclusive ter todos os detalhes técnicos, mas ele me disse que estariam preparado para rapidamente apresentar. Qual é o prazo que nós podemos fixar. 30 dias.

(risos)

SR. VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA: Senador, se me permite...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Se o senhor riu, é 20.

(risos)

SR. VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA: Nós precisamos definir o escopo da... O planejamento da auditoria nós podemos negociar com a Comissão de Assuntos Econômicos, se os senhores nos permitirem, para apresentar um prazo que seja efetivamente factível.

Eu gostaria inclusive de pedir ao senhor, aos demais Senadores, Senador Romero Jucá especialmente que fez uma recomendação de que isso fosse feito com a interveniência ou com a participação direta do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pra gente definir os termos do que seria essa cooperação para que a gente não possa incorrer também em nenhuma falha procedimental que possa suscitar um questionamento das conclusões e até das recomendações que nós vamos fazer ao Plenário do Tribunal, Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A minha sugestão é que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador, um minutinho só, Senador. Eu perguntei ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado que tempo seria necessário fazer uma auditoria rigorosa e definitiva. A avaliação dele é que seriam precisos 120 dias. A sugestão do Dr. Crispim, que é isento nesta parte porque estudou isso com profundidade, sabe a complexidade, sabe o que é o tempo necessário para a conclusão. Portanto, com a isenção de quem não é Tribunal de Contas da União, mas trabalha no mesmo rigor, nós poderíamos... Vou apertar um pouco, nós damos 90 dias prorrogável a 120 dias. 90 dias para vocês entregarem uma auditoria...

SR. VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA: O senhor me coloca em dificuldade de aceitar um compromisso em nome do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Você pode ficar em dificuldade, mas como o Tribunal é órgão Assessor do Poder Legislativo nós vamos votar esse requerimento e vamos encaminhar ao Tribunal de Contas... Porque o Tribunal tem feito muita coisa que não é pedido do Legislativo. Algumas até eu tenho dúvida se seria função do Tribunal. Agora, aquilo que é função do Legislativo nós não vamos abrir mão. Vai fazer auditoria, nós podemos negociar o prazo técnico, se realmente for indispensável 120 dias, você pode até ligar para o Presidente agora e consultá-lo. Mas nós vamos sair daqui com o Requerimento aprovado ao Tribunal de Contas da União para ter um parecer definitivo e não vamos protelar isso nem empurrar com a barriga e nem fazer de conta que nós estamos apurando. Vamos apurar e marcar a data para voltar a discutir com toda transparência esse assunto. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria só deixar claro quando sugeri a interveniência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, é que efetivamente, primeiro possam se acostar todos os documentos, todos os estudos, que haja uma interface de informação, é claro que uma auditoria será feita pelo Tribunal de Contas da União, mas é muito importante que toda a documentação, toda a argumentação seja acostada pelo Tribunal de Contas do Estado e que depois, na preliminar do Relatório dos pontos levantados, posso haver como se fosse uma argumentação de defesa ou de contraditório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia exatamente para que se pudesse vir para cá com a questão toda respondida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu já perguntei ao Conselho do Tribunal, perguntei ao Banco Central, eles são totalmente prontos para oferecer toda a documentação necessária. Portanto, nós temos condições de fazer auditoria. Pela ordem Senador Jefferson Peres.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Pela ordem também, Sr. Presidente, Senador Expedito.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Como eu vou me retirar agora, tenho um compromisso, quero dizer inicialmente que V.Ex^a tem toda razão. A nova auditoria do TCU é indispensável sob pena de nós estarmos decidindo no escuro levemente, mas me permita também discordar de V.Ex^a. Não há como fixar um prazo fatal para o Tribunal de Contas da União. Eles terão tempo necessário para nos apresentar o Relatório bem substancial sobre a matéria. Decidam

o que quiser, mas eu acho que é temerário fixar um prazo fatal ao TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jefferson Peres, quando a gente define, por exemplo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito nós somos obrigados a definir um prazo. Todo trabalho do Legislativo tem prazo. A gente pode fixar um prazo de referência e evidente, se o Tribunal de Contas ao longo do trabalho chegar à conclusão, inclusive com o acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado que aquele prazo que nós definimos é absolutamente impraticável, nós podemos evidentemente rever. O que eu acho que é incorreto nós deixarmos em aberto o prazo porque parece, aos olhos, especialmente do Estado de Rondônia que está bastante sensível, e em particular o Senador Expedito, Valdir Raupp, Fátima Cleide que estão eu diria até emocionalmente a bancada que aqui está engajada nessa agenda, que isso possa ser uma matéria protelatória que novamente nós vamos ficar anos aí para poder tratar do assunto.

Então, eu estou partindo do suposto que 120 dias é um prazo sugerido pelo Tribunal de Contas do Estado, me parece um prazo bastante razoável para uma auditoria, o Presidente ontem foi muito atencioso no sentido de dar absoluta prioridade se for necessária essa investigação, o Presidente do Tribunal de Contas da União, então eu acho que nós podemos, é uma instituição bastante capaz, tem técnicos preparados, nós podemos dar um prazo de referência. Evidente, se ao longo do trabalho houver fatos que sejam... Que necessite um aprofundamento e não seja possível concluir, nós podemos prorrogar esse prazo. Mas acho que deveríamos partir de um prazo de referência ao Tribunal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Que será solicitado pelo Tribunal de Contas por escrito justificando a necessidade se for dilatar o prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Exatamente. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero parabenizar o Presidente e o Relator pela solicitação dessa auditoria. O Senador Expedito Júnior, pelos dados que tem e pelo que temos conversado a respeito dessa questão, ele está bastante seguro, como aqui foi apresentado pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia com relação ao prejuízo possível que o Estado tenha tido por ocasião da atuação do Banco Central. Se nós fixarmos esse prazo de 120 dias nós já estamos extrapolando a legislatura de 2007, nós já vamos estar em 2008. Estamos

em agosto... setembro, outubro, novembro, dezembro. Acabou o ano. Não vamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só podemos ter em fevereiro. Ou nós temos que encurtar um pouco ou então...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Por isso que a minha sugestão é que fizéssemos 90 dias podendo prorrogar se for necessário para que possamos tratar ainda ao longo desse semestre. É verdade que eu espero estar aqui o ano que vem, estarei Presidente, os Senadores todos estarão aqui e esse tema não vai sair da pauta. Mas de qualquer forma é bom a gente obedecer o ano calendário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Se há uma injustiça com o Estado de Rondônia, que a gente possa corrigi-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Poderíamos colocar três meses como referência porque aí não teríamos nenhum ônus financeiro. Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Peço brevidade para depois passar a palavra...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu não discordo com V.Ex^a. Eu concordo com os prazos, se der um ano, dois anos, três anos, da mesma maneira que se demorou desde 2003 com esse processo para ser discutido e agora que nós estamos discutindo ele, eu vou na linha diferente de V.Ex^a. V.Ex^a mostrou aqui que pode abrir um precedente para os demais Estados brasileiros. Eu não concordo com isso. Porque todos os processos de financiamento e refinanciamento de dívida teve a sua aprovação por esta Comissão. O único que não teve foi o de Rondônia. O único que não teve. Por isso que eu perguntei para V.Ex^a, de que contrato V.Ex^a está falando? Porque nós não discutimos esse contrato aqui no Senado. O Senado não discutiu a ratificação desta renegociação de dívida. Por isso que eu continuo insistindo, Sr. Presidente, acho que é possível se suspender o pagamento. Se amanhã ou depois ficar constatado que a dívida é do Estado de Rondônia, a União não vai perder. Porque vai ser descontado no FPE do Estado de Rondônia?

Então, eu pediria a V.Ex^a que nós pudéssemos, de repente se eu tiver condições de apresentar um Requerimento para que fosse a suspensão da dívida do pagamento, da dívida do BERON, aí sim nós vamos discutir se o Tribunal de Contas demorar aí mais seis

meses para chegar a ser um denominador comum, não tem problema. Nós vamos aguardar e nós vamos esperar para votar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Expedito, o que eu estou dizendo da jurisprudência e da legalidade do ato. Não há nenhum amparo legal para que essa Comissão decrete a suspensão do pagamento de um ato jurídico perfeito. Se o Estado de Rondônia julgar que o melhor caminho é suspender o pagamento, ele tem todo o direito soberano de fazê-lo. Não acho que seja, não acho um bom caminho. Não acho um bom caminho. Nós já tivemos num passado recente Estados da Federação que suspenderam pagamento da dívida com gravíssimas repercussões financeiras, inclusive nacionais e que podem especialmente no momento como esse que nós estamos atravessando de grande instabilidade financeira nos mercados, de grande inquietação, imagina se o ente federado suspende o pagamento de uma dívida. Sem sequer o amparo técnico necessário para que a gente possa ter a segurança de qual é o melhor caminho.

Então eu acho que a auditoria ela é indispensável para que essa Comissão faça sua convicção. Para quem está militando isso há dez anos é possível entender que tem uma convicção. Tanto a segurança da fala do Secretário do Tesouro Nacional ou do Banco Central, o Tribunal de Contas dos Estados. Mas os outros Senadores, tirando vocês três de Rondônia, não têm e nem tinham como ter essa convicção. É a primeira discussão de mérito que nós fizemos numa matéria tão complexa a ponto que os pareceres vão em situação absolutamente oposta. Quer dizer, o Tesouro diz que subsidiou em 450 milhões, o Estado disse que teve um prejuízo de 385 milhões e nós vamos suspender o pagamento da dívida? Não há amparo jurídico, não há amparo Legislativo, não é um bom caminho, não há precedência nessa Comissão. Entendo a inquietação de V.Ex^a, a luta da bancada, da Fátima, do Valdir, por esse tema, entendo o quanto é sensível o Estado de Rondônia, mas no máximo 120 dias. Mas eu daria como data de referência 90 dias é um prazo indispensável para que o Congresso Nacional possa estudar isso com profundidade, ter amparo legal e técnico para verificar quais são os procedimentos. Porque nós temos que tomar uma decisão qualquer que ela seja que seja absolutamente definitiva e fundamentada. Técnica, legal e juridicamente. E por isso essa auditoria, do meu ponto de vista é indispensável o papel do Tribunal de Contas. De qualquer forma, nós vamos continuar a discussão. Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, senhores convidados

que representam neste evento o Governo Federal, Srs. e Sr^{as}. Senadoras, eu vou apenas aqui acrescentar algumas coisas a mais em relação às falas que ouvi aqui dos ilustres Senadores e dos senhores convidados. Primeiro cumprimentar V.Ex^a, que pela primeira vez estou vendo aqui nesta Casa, de uma maneira geral, tentar valer a autoridade das prerrogativa que o Senado tem. Na medida em que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Senado.

Então, nada mais justo de que certamente o Tribunal de Contas atender primeiramente os pleitos de que esta Casa o faz. E V.Ex^a aqui foi muito feliz. E neste caso continua crescendo em relação à sua atuação nesta Comissão.

Mas, aqui eu já ouvi todos os oradores que me antecederam, os convidados, e muito me chamou atenção os números colocados aqui pelo Dr. Antônio, da diferença brutal que existe nos comparativo dos números aqui naturalmente demonstrados pelo Tesouro, pelo próprio Dr. Crispim e pelo Dr. Gustavo. Lamentavelmente essa prática de privatizar os Bancos, liquidar os Bancos extrajudicial quase na marra, foi uma imposição do Governo Federal, eu confesso aqui de público, como ex-Governador do Mato Grosso, eu achava naquela oportunidade que a visão daqueles que se intitulava moderno naquele momento que eram os gestores públicos desse País aqui do Governo anterior que aí está, eu achava que seria um grande negócio na verdade, Mercante, para os Estados. Mas na verdade foi uma falsa aqui construíram. Maior engodo, maior tapeação, ludibriaram, e aqui eu vou mais longe, que me permita o tema que vou usar. Estupraram os Estados, viu companheiro Senador Expedito Júnior. V.Ex^a disse aqui que foi danoso ao Estado de Rondônia, criminosa, foi muito mais do que isso. Acho que foi um crime hediondo que cometeram contra os Estados desta Federação.

Todavia, eu acho muito pertinente na medida em que certamente para fazermos o fechamento deste trabalho que vai ser feito inicialmente pelo Tribunal de Contas da União, naturalmente que eu achava ideal também Sr. Presidente, que constituísse até mesmo um grupo de Senadores aqui pra ajudar certamente a buscar soluções para esse impasse. Tendo em vista que o Governo tinha uma pendenga, citada pelo nosso querido representante (ininteligível) aqui, na ordem mais ou menos do que disse aqui trezentos e pouco a quatrocentos e pouco. Essa dívida já foi paga, imagino, Expedito, duas, quase três vezes. Isso até não é privilégio do Estado de Rondônia. É dos demais Estados que lamentavelmente realmente recebeu essas liquidações.

Só para dar um exemplo, Dr. Gustavo, quando o Banco do Estado do Mato Grosso foi liquidado extrajudicialmente, nós tínhamos um PL na ordem de 30 milhões de reais. Uma situação muito cômoda, tanto é verdade que nós tínhamos a primazia de irmos e recomprarmos a LTE(F) no mercado. Mato Grosso tinha aquela oportunidade de cerca de 14 a 18 milhões em caixa de letra(F) do Tesouro Estadual. Isso significa um privilégio. Talvez diferenciada de Rondônia, quando os senhores disseram aqui de que constantemente e permanente o Banco estava entrando no redesconto e buscando empréstimo para dar sustentabilidade naturalmente para o bom andamento daquela instituição financeira.

Todavia, eu quero aqui para exemplificar a minha fala, dizer que o Senador Expedito está de parabéns. V.Ex^a realmente renasce lá do Estado de Rondônia como se fosse uma Fênix para buscar soluções. Um Estado que tem uma pequena arrecadação, hoje está desencaixando algo em torno de 12 milhões de reais para pagamento de uma dívida que certamente qualquer cidadão que não tenha nem grandes capacidades técnicas na área de matemática e ciências exatas sabe perfeitamente que esse Estado já pagou duas vezes mais do que aquilo que inicialmente era a dívida do Estado de Rondônia. Por isso eu quero cumprimentar V.Ex^a, foi um trabalho competente, não podemos desconhecer aqui o trabalho do Senador Expedito, competente, oportuno, é óbvio e evidente que muitos dos senhores pode estar preocupado com outros Bancos, ou seja, outros Estados, melhor dizendo, podem vir com essa discussão à tona aqui e trazer, naturalmente, algum prejuízo em termos de arrecadação para o Governo Federal. Que lamentavelmente o Governo Federal, eu recorde muito bem quando fui Prefeito de Várzea Grande, Senador Mercadante, contrai um empréstimo na ordem de 1 milhão de dólares para fazermos a pavimentação asfáltica das linhas do sistema de transporte urbano para aquela empresa brasileira de transportes urbanos. Essa dívida contrai em 1983, 84. Através do GEIPOT, etc, etc. Voltei a ser Prefeito da cidade por duas vezes mais. Já teve três ou quatro Prefeitos... Essa dívida continua mais de um milhão de dólares. Ora, então eu não sei qual é a regra. Não conheço, não tem matemática em sua consciência que entende qual que é a forma de praticarem as cobranças dos Estados e dos Municípios. É mais ou menos, tem que fazer o que como se fosse o REFIS hoje, aí que o cidadão perde de vista que você paga mediante o faturamento de 1%. Aí sim 30, 60, 90, 120 anos. Nesse caso, Expedito, V.Ex^a tem a solidariedade certamente não só do Senador Jayme Campos do Mato Grosso, mas de todos os homens de bem desse País

que querem uma política fiscal, que querem uma política de cobrança justa. Caso contrário, nós que moramos nos Estados e Municípios seremos sempre penalizados pelo Governo Federal tendo em vista que lamentavelmente o que você vê hoje como é o caso especificamente de Mato Grosso, nós pagamos 23% das nossas receitas correntes líquidas para o Governo Federal. Inviabilizando, Dr. Crispim, qualquer tipo de investimento. Isso acontece, não é privilégio de Mato Grosso, de Rondônia. Quase os demais Estados da Federação lamentavelmente estão nessa situação de penúria.

De forma, Senador Mercadante, V.Ex^a tem que fazer valer a prerrogativa dessa Comissão, como brilhante Senador da República, conhecedor profundo da assunto e da matéria, sobretudo, essa área econômica que V.Ex^a navega e domina com maior tranquilidade e fazemos com que, se possível, aqui quando vejo o nosso Dr. Marcelo, nós anteciparmos. É fazer uma força tarefa, mandamos fazer o levantamento desses números para ver se possível, como bem disse o Mercadante, 75 dias de prazo é tempo bastante. E mais 30 de prorrogação. Ou seja, se Deus quiser, até fim de novembro início de dezembro estejamos com esse assunto definitivamente concreto para que possamos, com certeza, minimizar o sofrimento e as dificuldades que passa hoje, não o caixa do Estado de Rondônia, mas sim a população do Estado de Rondônia que é um Estado sofrido, constituído por brasileiros que saíram dos mais longínquos Estados da Federação e foram implantar naquela Selva Amazônica uma nova civilização moderna, acreditando no Brasil. Que nós que estamos lá no Mato Grosso, em Rondônia, nós muito que estamos ali, não foi porque nós queríamos ir por lá. Porque o Governo Federal nos induziu dizendo que iam nos dar para nós lá alguns privilégios e nos deixou hoje na rua. Nos deixou lá abandonado, tendo em vista que poucas políticas públicas hoje de boa qualidade nós temos recebido. Contudo eu tenho muita fé. Muita esperança que certamente nós temos uma nova visão o novo modelo administrativo para que possamos também contemplar o interior desse Brasil que tem contribuído sobremaneira com a grande produção, temos dado muita alegria para os grandes centros brasileiros. Entretanto nós não somos reconhecidos. Por isso é de fundamental importância aos senhores que representa neste evento o Governo Federal faça com que realmente a solicitação do Estado de Rondônia capitaneado, liderado pelo eminente Senador Expedito Júnior, Valdir Raupp, a Senadora daquele Estado, realmente seja revisto e possamos dar pelo menos o refresco para o bem-estar do povo daquele Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Jayme Campos pelas palavras. E V.Ex^a num certo momento me lembrou uma figura muito importante na cultura popular brasileira, Barão de Itararé, que chegou a dizer que mais grave que assaltar um Banco é abrir um Banco. Essa expressão de V.Ex^a na relação entre credor e devedor é uma relação bastante difícil e injusta. Senador Mão Santa, com a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Olha, V.Ex^a se iguala ao Itararé aí. V.Ex^a não está aí para caso, não. Deus bota a pessoa certa no lugar certo. Davi... Botou aí. Eu disse agora eu vou ratificar aqui. V.Ex^a é o melhor quadro do... Eu só tenha uma queixa. V.Ex^a está muito ausente, eu gostava do debate qualificado. Está mais presente agora. Mas eu quero dizer o seguinte, V.Ex^a vai aprender agora. Começou aqui. Com Jayme Campos. Eu não sou como ele. Eu fui prefeitinho, ele foi brilhante Prefeito. Eu fui Governador do Estado do Piauí duas vezes, ele foi mais. Ele é mais brilhante. O Estado. Mas eu quero lhe dizer a V.Ex^a. Olha aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Mão Santa, a minha solidariedade ao Estado do Piauí que foi... agredido de uma forma absolutamente descabida.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Pois aí eu agradeço. Com todo respeito aos senhores. Demais. Qual é o mais velho daí? Não, só... Não é mulher, ninguém perguntava. Quantos anos o senhor tem? Quantos anos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 56.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Pois eu tenho mais. Graças a Deus. Então, é o seguinte. Shakespeare disse que a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos. Está ali o Expedito Júnior. É a sabedoria. E V.Ex^a está aí. Diz na Bíblia que a verdade está no meio. É V.Ex^a. Eu conheço todo como... é muito verão. Eu tenho 64 anos. Em 72 eu já lutava de peito aberto contra a ditadura. Mas não vai ao caso. Mas você vai aprender agora, Mercadante. Você é de valor. E melhorou. Esse negócio de derrota, o Winston Churchill perdeu, (risos) Abraão Lincoln perdeu, Ruy Barbosa perdeu e Mercadante perdeu. Isso não quer dizer nada. Fernando Henrique perdeu a Prefeitura e foi para Presidente. Você pode ir para ronda, um negócio maior. Mas é o seguinte, vamos raciocinar. Olha, só dá certo... Eu ouvi dizer isso. Não vou dizer o nome. Irmão que foi Senador, Governador, chama Zé Alexandre. Duas pernas. Responsabilidade administrativa e sensibilidade política. Se não tiver a sensibilidade... E eu conheço os técnicos demais. Eu vou dizer um fato aqui. E Banco eu conheço. Pela idade mais dos senhores. O Banco do Estado do Piauí teve esse problema.

E um homem de muito valor, Economista que foi Governador e Senador eu chamei ali o Gonzaga que é do Piauí, ele disse que é brilhante aqui. E é brilhante mesmo. Ele saneou, nesse rolo que você estava lá, ele saneou e eu governei o Estado depois. Olha, Mercadante, aconselhe lá o Luiz Inácio que ele deve ouvi-lo mais. Eu quero dizer, o quanto um Banco do Estado é útil a um Governo de um Estado pequeno. Agora, esses técnicos, vamos e venhamos. São técnicos respeitados. V.Ex^a está aí, os louros, porque você é um técnico, você é um Adam Smith nosso. Economista, mas é político. Então está no meio. Mas atentai bem. Eu conheço, um quadro vale por mais de dez mil palavras. Chamado por um outro extraordinário, um dos melhores homens públicos que eu conheço na história desse País. Olha como eu sou. Não é do meu partido, não. Talvez vocês tenham muito mais privado da amizade do que eu. Malan. Ô homem sério, ô homem decente, ô homem correto. Ele era do PSDB. Foi Governador e nesse rolo de renegociar dívida. Eu vou dizer o que é um técnico. Aquele homem era um homem justo, correto, decente. Mercadante, renegociação de dívida. Você imagina, foi bom. Responsabilidade fiscal, ninguém sabia quem devia, quanto devia. Era um rolo, Mercadante. Mas eu lá olhei ligeiramente e renegociado. São Paulo, 11%. Piauí 13%. Aí olhei aquilo, você sabe o meu tempo é nosso e não é essa porcaria aqui não. É o rolo daqueles, bicho metido a dono do mundo, BID, BIRD, Banco Mundial, eles são dono. Aí você conhece o meu temperamento que já tivemos. Quando eu olhei São Paulo 11%, Piauí... Assinar aqui... aí não era Mão Santa, era mão do cão, do diabo. (risos) Se eu fosse assinar aquilo, eu digo rapaz, era bicho. Tu sabes aquelas reuniões da Fazenda. Aí eu bati, não sei o que... Aí um técnico prepotente, eu digo, “meu amigo você nunca viu um pobre”. E ele não veio, não. Esses homens de Banco, de dinheiro termina aqui office-boy do BID, do BIRD, do Banco Mundial, o negócio é... nunca viu os nossos pobres que vocês vêem que o Jaime aqui refletiu como Prefeito. O Raupp foi prefeitinho e essa aqui líder sindicalista. Olha, foi pau e pau e virou mesa... Aí o Malan olhou e eu digo: “Meu amigo, é o seguinte. Esse negócio não é só dinheiro na vida não. Eu sei que você entende mais de dinheiro e número do que eu”. Você sabe que eu digo mesmo e disse. O Malan é educado, fino... “E você argumenta o quê?” “Eu argumento o seguinte: Eu acho que a Pátria é um pai afamiliado, o Presidente da República. E o Piauí é um dos filhos”. E filho doente. Eu vou dizer, eu tive quando entrei na faculdade disse (ininteligível) pensei que não ia entrar. A minha mãe era todo dia gemada não sei o que à noite. Porque eu era o mais fraco e estou aqui.

Então, eu acho que a Presidência da República, é esse pai afamiliado. Quer dizer, como é que São Paulo vai pagar 11 e Piauí 13? Não vai. Não entra e pau foi. E ele achou, aí botou para resolver o caso Pedro Parente. Deus me ajuda que o pai dele é piauiense. Aí eu disse, eu saí do meu espírito e eu digo: Era um João do Carmo. “Tem o João do Barro lá que...” ele foi-se embora, mas não voltou atrás. Foi-se embora para o exterior. É um João do barro. Foi confusão.

Então, isso é um técnico. Falta sensibilidade política. Nós precisamos das duas pernas. E V.Exª tem as duas. E isso aí é útil. Útil por quê? Olha, eu tinha... E não fui eu que sanei o Banco do Estado. Agora, tem que ter responsabilidade. Eu coloquei como Presidente uma pessoa que eu nunca conheci. Porque Deus prepara os homens como lhe preparou para estar aí. Aí eu digo o rolo é grande. Me informei, veio um nome que eu nunca conhecia. Osias Monteiro. Morreu. Esse homem tinha sido Secretário de Estado da Fazenda do Ceará no Governo Virgílio Távora. Foi informação que o meu irmão... E era Presidente da Associação dos Bancos particulares. Levei para Diretor Presidente. Tem que botar. Nunca me deu trabalho. E depois ele foi para Presidência do SUFRAMA. Fiz o meu Governo, ele deixou um João Batista de Almeida. Agora, que é importante para um Estado pequeno... Os tolos da vida, esse tolo aí da Phillips, esse idiota, não sabe a história. O próprio nome. Ele é marcado pelo próprio nome. É só tolo o que agrediu o Piauí.

Mas queria dizer o seguinte, aí o Osias Monteiro indicou um João Batista de Fonseca, era do Banco Central. Agora, quero lhe dizer que é importante. Tinha 145 e eu criei nessas expansões, 78 novas cidades. Para pagar, não tem agência. Até para pagar os funcionários, você vê, é difícil. Ajuda, quer dizer, para pagar, para pagar, para um servidor receber, não ser assalto para entregar o dinheiro para descontar. Esses Bancos grandes que ganha aí milhões, que estão dono do mundo, eles não vão para uma cidade pequena. Quem pode ter um agente e resolver esse problema é o Banco do Estado. E mais, quero lhe dizer, nisso o Luiz Inácio está certo. Olha, eu tenho medo de rico, quando ele perde um negócio... Mas pobre... Então eu fiz um Banco do povo no Piauí. Inspirado em Prof. Juno, um dinheirinho aqui e do Banco do Nordeste, e quero lhe dar o testemunho, V.Exª pode... V.Exª é o melhor nome do PT. Não sei como é que o Luís Inácio disse que não tem nome no PT. Mas quero dizer o seguinte. Olha, o negócio é complicado. Banco do Estado ajuda muito. Eu fiz um Banco do povo. O Mário Covas foi observar também ele andou fazendo inspirado com o apoio do Banco... Quer dizer, e é difícil para um Governador do

Estado como Rondônia ser atendido num BNDES. Você sabe que é difícil. Eu fui. É trabalhadeira, é difícil.

Então, ele ter o seu Banco regional, no caso pra mim o Banco do Nordeste é muito mais importante pra mim que governei o Piauí do que o BNDES e um Banco do Estado do Piauí, o mais importante de todos no desenvolvimento, na modificação, no entendimento... Até na responsabilidade e amor à terra.

Então, eu quero que V.Exª reestude isso que é muito importante para um Estado pequeno a presença de um Banco.

Então, essas são as nossas palavras e estamos confiando na sua sensibilidade. É tempo de rever essas coisas. Não foi uma boa coisa, não. E eu vou lhe dizer a verdade. Você sabe qual foi o Governador que eu achava melhor na época? Divaldo Suruagy. Ele foi três vezes eleito, era o mais sábio Prefeito, eu me encostava ao lado dele para aprender. Sabe por que ele se afogou? Vou lhe dizer. Eu sei a malandragem disso todinho, do mundo bancário. Ele quando veio essa responsabilidade fiscal, esse ajuste, ele deixou os funcionários e ele certo que tinha muito prestígio, aí que a confusão, eu nunca me atrapalhei numa cirurgia grande e complicada porque aí a gente estuda, prepara uma equipe... Aí ele achando que era bom ou melhor que nós, “eu tenho crédito”. Foi nos Estados Unidos e conseguiu. Aí não fez o dever de casa, o Banco Central não deixou entrar. Aí ele foi no Japão, conseguiu e levou um ano. Aí não deixaram entrar. Não deixaram por quê? Porque eu consegui também da Espanha. Porque tem Governadores que têm muito crédito, honrados, Estado... Eu tinha conseguido dinheiro baixo. Na Espanha. Porque tem várias multinacionais e o Banco Central não deixa para forçar os Governadores e tirar dinheiro na Caixa Econômica e no Banco a juros extorsivos. Esta é a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Mão Santa pela intervenção. E agora vamos concluir com o Senador Valdir Raupp e Fátima Cleide, que estiveram ao longo de todo esse período também extremamente mobilizados em torno desse tema e contribuindo para que a gente possa encontrar uma solução. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, senhores convidados, Srs. Deputados Estaduais do meu Estado. Sr. Presidente, V.Exª falou que eu tenho discutido muito esse assunto. Tenho discutido ele antes de começar. Antes dele ter começado. Que eu era Governador do Estado. E eu já apanhei muito. Foram no mínimo três ou quatro campanhas que no palanque da oposição, não vou dizer adversário, dos oponentes, a primeira

frase que vinha no pronunciamento era: “O Raupp quebrou a BERON e a CERON”. Até rimava. Que a CERON é a companhia de energia elétrica. E quando assumi o Estado devia 400 milhões de reais. E eu chamei Governo Federal para assumir, federalizando e foi o caminho mais acertado. Porque hoje a CERON está saneada, está praticamente concluindo a universalização da energia elétrica no Estado, atendendo 100% da população. E o BERON e não posso dizer que eu me arrependo de ter aceitado a intervenção ou RAET do Banco Central. E nem posso dizer também que a operação foi criminosa. Eu tenho que fazer a investigação. Todo respeito ao Exedito, eu faço coro junto com ele quanto às injustiças cometidas pela administração do Banco Central. Eu acreditei naquele momento que ao Banco Central assumir o controle do Banco do Estado, ele poderia sanear o Banco e privatizar. Esse era o sonho de todos os Governadores, os que... foram mais de 17 Estados que tiveram seus Bancos liquidados ou privatizados. Acho que hoje só três ou quatro Bancos estaduais estão sobrevivendo no País. E feliz foi o Mato Grosso do Sul que não teve Banco Estadual. Acho que foi o único Estado feliz dessa Nação foi o Mato Grosso do Sul que foi criado e não implantaram o Banco Estadual. O Banco oficial lá era o Bamerindus, que depois foi vendido contra a vontade do proprietário, Senador José Eduardo Vieira.

Os números estão meio desconstruídos. Você pode ver que V.S^a do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Crispim falou um número, o Secretário do Tribunal de Contas da União Dr. Marcelo falou um outro número, o Leandro, Coordenador-Geral de Haveres Financeiro falou outro número, Dr. Luiz falou, e o Dr. Antônio Gustavo Matos acho que também foram números... Não sei se foi diferente, mas números bastante desconstruídos. E o número que tenho aqui realmente são os 502 milhões que ficou no final, mas que quando o Banco Central assumiu o Banco do Estado e a RONDOPOL que estava tudo junto, praticamente já tinha uma dívida em torno de noventa e poucos milhões de reais, houve a necessidade de pagar todos os mil e tantos servidores que tinha no Banco, em torno de 66 milhões de reais, 4 milhões de reais ficou em caixa para criar uma agência de fomento para substituir o Banco do Estado. Então aí a diferença ficaria em torno de 339 milhões de reais. Esse são os dados que eu tenho aqui, mais ou menos. Por isso que eu falo que os números estão um pouco desconstruídos. Nesses trezentos e poucos milhões, vamos falar assim, é que a União deve ajudar o Estado de Rondônia. Acho que é injusta a dívida imposta ao Estado de Rondônia. Um Estado fraco, Estado novo, ter que bancar mensalmente com essa parcela de 10, 12 milhões de reais. Acho

que seria muito importante para contratar novos professores, médicos, agentes de saúde, enfim, pagar... Pagar o que, Senadora?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – A Senadora fala da indenização de algumas pessoas que o Estado ainda deve até hoje. Mas de forma que eu tenho sido acusado, quase com frequência de ter quebrado, de ter falido o Banco do Estado de Rondônia. E vejam só. O Banco do Estado ficou sob a gestão do Governo apenas 49 dias após eu ter assumido o Governo do Estado de Rondônia. 49 dias. E ficou sob a administração do Banco Central por três anos e dois meses. Três anos e dois meses até a sua liquidação. Houve uma tentativa, é verdade, de privatização. Os diretores do Banco Rural de Minas Gerais, e creio que outros Bancos também tiveram avaliando, analisando, o Banco do Estado na época para adquirir, a comprar as ações Banco para se instalar lá no Estado. Mas não teve outra forma. O Banco Rural desinteressou-se, não teve interesse, os outros Bancos também, aí veio a liquidação. E a rede do Banco do Estado de Rondônia foi passada para o Banco do Brasil que vem atendendo satisfatoriamente toda a população do Estado de Rondônia. Inclusive ampliando agências em outras cidades onde o próprio Banco do Estado não tinha. Então, quanto ao atendimento à população isso tem ocorrido satisfatoriamente. Mas essa dívida, Sr. Presidente, ela vem causando, não só pra mim que fui Governador da época, constrangimentos, mas para o Estado de Rondônia. No governo passado, o Governo do Estado, anterior ao atual, houve uma tentativa de um acordo, de uma negociação. Inclusive até de entrar na justiça para bloquear esse pagamento. Aí o Governo desistiu diante de uma proposta. Eu não sei se essa proposta foi oficial, mas houve um empréstimo de 70 milhões de dólares para o Estado de Rondônia que já foi todo gasto, e claro que o Estado está pagando as parcelas também que foi uma espécie de uma compensação. Um Governador que era Senador, junto com o ex-Senador Ernandes Amorim, hoje Deputado Federal, que ganhou o Estado de Rondônia e fez como Governador, tinha dois Senadores aqui que o ajudaram que teve que passar nessa Casa, esse empréstimo de 70 milhões de dólares. Então houve uma espécie de compensação por um período. Não quer dizer que essa compensação o Senado da República e a União tem autorizado um empréstimo de 70 milhões de dólares com a Confederação Andina de fomento para investimentos em infra-estrutura no Estado possa ter saudado esse prejuízo que o Banco Central causou ao Estado, vamos colocar entre aspas, o prejuízo que

ainda não foi auditado, ainda não foi... Que vai ter agora essa auditoria. Mas eu acredito que se realmente no final dessa auditoria for constatado que o Estado de Rondônia foi lesado, é justo que a União, através do Tesouro Nacional do Banco Central possa ressarcir ou pelo menos cessar o pagamento dessas parcelas ao Estado de Rondônia. Eu apoio integralmente.

E quero discordar por fim do nobre Secretário do Tribunal de Contas da União quando falou que a responsabilidade era da gestão do Estado. Eu discordo porque quando que o Banco Central atende o pedido de um Governador ou de qualquer autoridade nesse País a não ser talvez, talvez nem o Presidente da República. Dizer não, não intervenha no Banco tal ou não liquide o Banco tal. Todos sabem que o Senador Eduardo Vieira era o Presidente do Bamerindus, Senador da República, tinha ajudado na campanha, financiar a campanha do Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, e o Pedro Malan não ouviu a Diretoria do Bamerindus, nem o próprio Senador Eduardo Vieira que era Presidente do Banco que foi a Londres e a revelia da Diretoria do Bamerindus vendeu porque o Banco Central pode intervir, fazer a negociação, vendeu o Bamerindus para o HSBC. Imagina que o pobre BERON do Estado de Rondônia o que o Banco Central não faria? É nesse ponto que eu quero discordar. É certo que por algum momento houve a espera na tentativa de privatizar o Banco. Mas quando não foi possível, quando o Banco Central entendeu que não seria possível, deveria ter então contra a vontade do Governador, mesmo o Governador não querendo, ter liquidado ou feito a liquidação extrajudicial do Banco do Estado de Rondônia. Então era essa, Sr. Presidente, a minha fala, e eu espero que saía realmente o entendimento que eu não quero sinceramente na próxima campanha, lá no Estado de Rondônia, daqui a três anos e pouco de novo os adversários subirem no palanque e dizerem, “O Raupp quebrou o BERON”...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Senador Raupp, concede-me um aparte?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Pois não. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Expedito, vamos respeitar a inscrição. V.Ex^a já teve... Vamos tentar concluir porque nós temos uma pauta bastante extensa. Nós temos só o primeiro item da pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu queria dizer só, que a maior oposição dele é o próprio Tribunal de Contas que durante todo o Relatório, Senador, acusa o Governo do Estado de Rondônia. Durante todo o Relatório do Tribunal de Contas da União.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu tenho em mãos aqui uma ação imposta pelo ex-Senador, que hoje é meu amigo, e eu não guardo magoa no coração, nunca guardei. O Senador Ernandes Amorim, que está aqui, é Deputado Federal hoje, impôs uma ação contra mim por crime contra o sistema financeiro. Isso em 1999. Em 2004, eu recebi aqui a sentença do Procurador-Geral de justiça da União me inocentando e dizendo que a gestão do Estado de Rondônia não teve nada a ver com a intervenção do Banco Central e com a dívida tem hoje no Estado de Rondônia. Está aqui... do Procurador-Geral da República. E nunca conversei com o Procurador, não o visitei, não fiz nenhuma ação no sentido de politicamente ter esse benefício. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp. Sei o quanto é importante esse tema para a carreira política de V.Ex^a. Agora a Senadora Fátima Cleide, que tem sido... Diria dois temas que V.Ex^a tem sido absolutamente insistente, permanente e sempre presente. Esse é a federalização, a transposição. É mais complexa a transposição dos funcionários do que a própria transposição do Rio São Francisco. Porque já foi através de Lei Ordinária, Lei complementar, V.Ex^a conseguiu aprovar uma PEC que agora precisa ser concluída a votação na Câmara, e sempre lutou com isso com muita firmeza e sempre colocou intervenção do BERON e toda essa complexidade do pacto entre a dívida do Estado e a União como também um tema fundamental do mandato de V.Ex^a durante toda a sua presença nesta Casa. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu agradeço ao Presidente Senador Aloizio Mercadante por essa retrospectiva histórica. E quero aqui cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa, e em seu nome cumprimentar todos os Deputados que estão aqui. Deputado Neudi(F), cumprimentar especialmente o Deputado Ribamar Araújo, do meu partido, quero parabenizar o Senador Expedito Júnior pela oportuna persistência com relação a esse tema, e parabenizar o Presidente dessa Comissão, Senador Aloizio Mercadante, pela celeridade que dá a este assunto nesta Comissão. V.Ex^a foi eleito Presidente desta Comissão há poucos meses. E como já foi dito aqui várias vezes, há muitos anos este tema tramita aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E eu queria, para fazer justiça aqui com o Senador Valdir Raupp, dizer, Senador, que se na época que o senhor foi Governador do Estado houvesse o apoio político em torno dessa questão, talvez o Banco do Estado de Rondônia não tivesse sido extinto. Eu estava nas ruas e quero dizer que foi uma

das que sempre falou a respeito do Senador Valdir Raupp, o que ele disse aqui. E era a minha obrigação como militante política, como militante sindical representante do povo de Rondônia organizado em sindicato. E naquela época nós éramos uma voz praticamente única. O movimento sindical, Senador Valdir Raupp, que gritava contra a intervenção da RAET no Banco do Estado de Rondônia, contra a intervenção do Banco Central, e gritávamos principalmente exigindo aquela época que principalmente a classe política do Estado que fazia empréstimos junto ao Banco Estadual de Rondônia, fizesse lá os seus pagamentos.

Na realidade, Srs. Senadores, o que aconteceu em Rondônia é que esse Estado que, eu discordo da afirmação de que é um Estado fraco, eu acredito que é um Estado forte porque é rico, porém mal administrado as suas riquezas para o seu povo, é um Estado novo que além de ser penalizado pelas más administrações, tem a penalização do Governo Federal seguidamente. Primeiro, com a intervenção do Banco Central no Estado, que aprofundou uma crise de gerenciamento que havia no Banco.

Segundo, com o tratamento desigual, e aí o Senador Aloizio Mercadante faz lembrança disso aqui, que foi dado ao Estado de Rondônia quando a União trata diferentemente os Estados de Roraima e Amapá. Então nós somos a população do Estado que é quem desembolsa para pagar, é triplamente penalizada. Seguidamente penalizada.

Então, Senadores, eu quero aqui deixar muito claro que sou favorável a este pleito do Estado. Por ter o entendimento de que esta dívida já foi paga. Não é pelo Governo do Estado, não, é pelo povo de Rondônia que produz. Apesar da má administração das riquezas, volto a repetir, este povo de Rondônia produz. E a sua produção, a riqueza que é produzida por esse povo paga uma dívida que ele não foi chamado para contrair. Que o povo, o pequeno produtor que utilizava-se do Banco do Estado de Rondônia, este com certeza pagou a sua dívida. E hoje continua pagando, porque produz para pagar.

Então, eu queria só deixar aqui muito claro e muito brevemente colocado, Senador Mercadante, a minha posição favorável à realização desta auditoria que tanto eu quanto, eu tenho certeza a maior parte do povo de Rondônia espera e vai aguardar com a maior ansiedade o resultado dela. E que ela traga pra gente os devedores do Banco do Estado de Rondônia. Que ela diga quem são os devedores, e que ela diga também ao povo de Rondônia que ele já pagou por ela. E que meu Governo possa ter a compreensão e o carinho para com o Estado que não tiveram outros governos de ver que nós não podemos continuar sendo

penalizados. Eu espero muito por essa auditoria que ela traga estes dados pra gente. Já estive inúmeras vezes no Ministério da Fazenda cobrando isso, quero saber o que é a dívida. Porque naquela época também que por 14 vezes o Banco Central teve a oportunidade de parar a sangria e não parou, naquele momento a cada empréstimo que era concedido ao Banco do Estado de Rondônia muitas vezes pelo Banco do Brasil, eram empréstimos com juros mais altos que existiam à época, porque já não havia credibilidade no Banco do Estado de Rondônia. E o Banco Central deixou continuar.

Portanto, eu quero dizer que acato a proposta de fazermos uma auditoria do TCU, fazer essa auditoria, que ela venha o mais rápido possível e que a gente tenha também, Senador Mercadante, esse compromisso que V.Ex^a tem e a seriedade com que V.Ex^a conduz nessa Comissão, nesta Comissão o prazo para darmos continuidade a esta discussão. E que a gente possa dizer ao povo de Rondônia quem são os reais devedores e que ajudaram a afundar o Banco do Estado de Rondônia. Meu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Presidente, esqueci de fazer uma pergunta para o Dr. Antônio Gustavo. Pode fazer rapidinho?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pode. O Dr. Marcelo também pediu para fazer um último comentário. Nós vamos dar a palavra aos dois, dar por encerrado e fazer o encaminhamento do tema. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Queria que o Dr. Antônio respondesse, até para que os ouvintes que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, pudessem entender essa situação dos Bancos estatais. Quantos Bancos estatais foram liquidados ou privatizados com prejuízo para os Estados. Para não dizer que só foi o BERON.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com a palavra o Dr. Antônio.

SR. ANTÔNIO GUSTAVO MARQUES DO VALE: Dentro do processo de reestruturação dos Bancos públicos que fizeram parte do programa instituído em 1996 para diminuir a presença do Estado no setor financeiro, existem hoje somente seis Bancos. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul, seis Bancos, sobre o comando dos governos estaduais. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a Nossa Caixa, o Banco do Estado do Espírito Santo, o Banco do Estado de Sergipe, o Banco do Estado do Pará e o Banco de Brasília. Existem dois Bancos que foram federalizados para efeito de privati-

zação, mas ainda não foram que é o Banco do Estado do Piauí e o Banco do Estado de Santa Catarina. Dentro do processo todo entre privatização e extinção foram cerca de 25 Bancos. Esse número não é um número real. Mas é aproximadamente, certo Senador Aloizio Mercadante? Porque eu não sei de cabeça, Senador Valdir Raupp. Mas eu tenho a impressão que respondo a pergunta de V.Ex^a.

Todos esses Bancos passaram por um processo de saneamento antes de serem extintos ou liquidados ou privatizados ou transformado em agência de fomento que eram as opções do PROES.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, agradeço e Dr. Marcelo também queria fazer um esclarecimento por parte do Tribunal de Contas da União.

SR. MARCELO BERMEGUY: Um esclarecimento rápido e que acho que é relevante. Eu gostaria que o Senador Aloizio Mercadante, os Srs. Senadores até me perdoassem se eu me fiz entender mal, mas o Tribunal de Contas da União em momento algum refutará fazer o trabalho. Ao contrário, daremos prioridade absoluta para a realização desse trabalho. Nós só... Fazer o comentário sobre o prazo ou ficar reticente em relação ao prazo, era mais uma questão de ter segurança de que vamos ter todos os elementos necessários para produzir uma convicção importante para o processo decisório dessa Comissão, porque trata-se efetivamente de um tema extremamente sensível. E o que o Tribunal fez e o que eu fiz aqui, na verdade, foi ler o Relatório de auditoria aprovado pelo Tribunal, e isso não expressa uma opinião minha pessoal, mas o entendimento que o Tribunal teve quando analisou esse tema em 2001.

Então, essa questão de quando nós respondemos ao questionamento feito pelo então Senador Ernandes Amorim, que foi o que motivou essa fiscalização em 2001, ele perguntava sobre a responsabilidade pelos danos gerados na administração RAET. Nós dissemos: Não há elementos necessários e suficientes para dizer que o Banco Central é responsável. Foi tão-somente essa a colocação que fiz. Mas daremos absoluta prioridade a esse pedido e agradeço a oportunidade do esclarecimento, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – É só para esclarecer aqui, quando o Senador Raupp falou do empréstimo do Senador Bianco, na época que era o Governador do Estado, o empréstimo foi de 28 milhões e na época não restava outra ação para o Governador Bianco porque foi uma pressão do Governo Federal. Então não houve nenhum empréstimo, Senador Rau-

pp, de 70 milhões. E outra coisa, eu gostaria de enaltecer aqui se nós estamos discutindo esta questão do BERON, hoje aqui nesta Comissão, é porque o Governador de Rondônia, o Governador Ivo Cassol teve a coragem e a determinação de entrar com pedido de revisão da dívida do Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Em relação ao encaminhamento da dívida do Estado, diria do Governador. Mas nós estamos discutindo aqui na Comissão porque os Senadores entenderam que deve discutir. E particularmente porque V.Ex^a entrou com Requerimento e eu disse que pautaria o tema, e está sendo colocado. Jamais tratei esse tema com o Governador, evidentemente estou aberto a tratar, mas foi uma decisão aqui independente do Poder Legislativo, só queria esclarecer. Entendo que V.Ex^a está mandando um recado para o Governador aqui da combatividade. Mas o tema está sendo discutido nessa Comissão porque V.Ex^a apresentou o Requerimento, eu pedi que o processo fosse encaminhado à Mesa, nós pautamos o tema aqui nessa ocasião e voltaremos a discutir.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Só simplesmente esclarecendo aqui que o Senador Raupp falou dos Governadores passados e estou só registrando, que se hoje nós estamos tendo a possibilidade de discutir isso aqui é porque o Governador entrou com pedido da revisão da dívida do Banco do Estado de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas vamos então encaminhar aqui ao tema final. Eu vou apresentar o... Estou apresentando Requerimento em nome da Presidência da Comissão e do Relator, Senador Romero Jucá, nos seguintes termos.

Nos termos regimentais requeiro seja realizada auditoria pelo Tribunal de Contas da União nas contas das instituições financeiras do Estado de Rondônia que estiveram submetidas ao Regime de Administração Especial Temporária, RAET, pelo Banco Central, durante o período em que vigorou tal regime, bem como no contrato de abertura de crédito e venda de ativo celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre União, Estado de Rondônia, Banco do Estado de Rondônia BERON e a Rondônia Crédito Imobiliária S/A, RONDONPOUP, a serem apresentados a este órgão técnico no prazo de 90 dias. A Secretaria do Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão prestar assistência ao TCU no fornecimento de informações e documentos a respeito do objeto da referida auditoria.

Pergunto se eu preciso ler de novo? A Secretaria do Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas do Estado

de Rondônia, e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão prestar assistência ao TCU no fornecimento de informações e documentos a respeito do objeto da referida auditoria.

Está claro? Eu acho que precisaria incluir aqui também o Banco Central do Brasil. Por favor. Para oferecer fornecimento de informações. Para o fornecimento de informações e documentos a respeito do objeto da referida auditoria. Está correto? Há entendimento? Há acordo? Podemos votar? Os Srs. Senadores que são favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Há que ser acrescentado o Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Acrescentado o Banco Central que eu tinha na oitiva. Estamos encaminhando, portanto, essa auditoria num prazo de 90 dias aguardaremos... Ou antes, se for possível, o Marcelo disse que se tiver toda a documentação é possível antes disso, evidentemente se houver alguma dificuldade nós voltaremos a tratar em relação à prorrogação de prazo. Mas a referência é 90 dias.

Está encerrado esse item da pauta, vamos ao segundo item que nós vamos agora tratar da pauta da ordem do dia. Agradeço a presença de todos pela contribuição inestimável a esta Comissão. (soa a campainha)

Vamos para a seqüência à nossa Ordem do Dia.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jonas Pinheiro, com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, o Senado Federal não pode ser coveiro do agronegócio brasileiro. E hoje com certeza nós estamos sacrificando a nova safra da agricultura brasileira porque não estamos conseguindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, votar a Medida Provisória que trata da negociação da fantástica dívida do agricultor brasileiro. Custamos muito, Sr. Presidente, a negociar esta dívida com o Governo Federal. Mas ela está negociada em três fases: A primeira fase, Sr. Presidente, negociamos a dívida do agricultor com os fornecedores de insumos. Essa originou uma Medida Provisória, a de número 372. Enquanto a Medida Provisória estava sendo tratada no Congresso, particularmente na Câmara Federal (soa a campainha) continuamos a negociação da dívida dos produtores com o Governo, tratando os débitos junto ao BNDES, junto aos Bancos, do investimento. Seja MODERFROTA, seja FINAME, seja MODERAGRO,

seja outro tipo de financiamento de investimento. Sr. Presidente, isso também está negociado e que favorece muito a agricultura brasileira.

Estamos agora, Sr. Presidente, tratando já do terceiro período ou terceira etapa dessa negociação, é uma dificuldade maior porque aqui nós estamos propondo dar renda para o produtor rural. Que nós estamos precisando agora é dar renda para o produtor rural. Vamos fazer aí uma engenharia para diminuir o custo de produção dos nossos produtos agrícolas.

Muito bem, Sr. Presidente. Numa ginástica que nós fizemos na nossa... No nosso Grupo de Trabalho, conseguimos estabelecer a segunda negociação que foi investimento dentro do projeto de conversão que veio da Câmara. Está negociado, Sr. Presidente. O que está faltando é nós votarmos no Plenário do Senado Federal. O Senador Líder, Romero Jucá, disse aqui agora que nós... E o Presidente acabou de... O Presidente Renan acabou de me dizer agora que vai colocar em pauta. Então nós estamos fazendo um esforço para independentemente do bloqueio que está sendo objeto hoje ao Senado, colocar mais de 40 Senadores no Plenário e vamos votar a Medida Provisória. Eu acho que os partidos de base do Governo mais os dissidentes que nós podemos ter aí do DEM e dos tucanos, nós votamos essa Medida Provisória. O que nós não podemos é prejudicar, como disse, enormemente já o processo da próxima safra. Porque hoje 80% dos produtores brasileiros eles são inadimplentes. Se eles são inadimplentes na parcela deste ano ele não tem acesso a crédito. Se ele não tem acesso a crédito, ele não vai renovar a sua lavoura. Portanto, perde o Brasil, perde os brasileiros.

Daí o apelo que eu faço nessa Comissão que é específica para esse assunto. Já tratamos isso na Comissão da agricultura, e aqui está o nosso Presidente, Senador Neuto de Conto, e a vontade nossa e estamos preparados para votar essa matéria hoje no Plenário do Senado Federal. Independentemente do bloqueio que aí está.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jonas Pinheiro, eu fiz um pronunciamento a semana passada na mesma direção, vi a presença do Senador José Agripino nessa Comissão, talvez contribua para que a gente possa chegar a um entendimento. As providências do Senado Federal em relação a aquilo que motiva a obstrução da oposição estão sendo todas tomadas. Hoje foi entregue uma auditoria da Polícia Federal, foi pedido novas investigações, Conselho de Ética está trabalhando com toda a agilidade, busca concluir seus trabalhos o mais breve possível... O Procurador-Geral da República entrou com um pedido de investigação, o Supremo Tribunal Federal

também estabeleceu. Portanto, não há nenhum impedimento a transparência e investigação que vem sendo acompanhada pelo Senado Federal. Eu entendo, portanto, que eu não vejo uma razão fundamentada para que a gente tenha uma obstrução de toda e qualquer matéria. V.Ex^a está tratando de um tema que no meu ponto de vista tem prazo. Prazo por quê? Vai chegar chuva agora em agosto, por exemplo, no meu Estado. Começo de setembro começam as chuvas, começa o período do plantio. Se nós não aprovarmos a Medida Provisória, os agricultores não podem ficar adimplentes com dívida vencida e não podem refinanciar as condições do plantio da próxima safra. Nós vamos ter uma safra esse ano em 133,4 milhões de toneladas de grãos de soja, milho, especialmente. Porque é uma safra recorde historicamente. A safra de cana em 429 milhões de toneladas também é uma safra recorde fundamental na produção de biomassa e do etanol. Se nós dermos esse instrumento à agricultura brasileira, além do que já foi refinanciado em termos de investimento e na compra de insumos, nós vamos estimular que a safra do ano que vem seja melhor ainda do que esta. Eu acho que o Senado não pode postergar esta decisão. Não pode. Não pode porque a agricultura ela tem um prazo que independe da política. Quer dizer, a safra, o plantio, os procedimentos, eles têm um cronograma que é absolutamente inadiável. Porque a safra tem quatro meses, por exemplo, para você plantar determinadas culturas, como é o caso do milho, e se nós atrasarmos o plantio você perde a safra ou perde a safrinha depois do outro período comprometendo a safra do ano que vem.

Então, em função dessa sazonalidade, dessas condições estruturantes, esse é um projeto, por exemplo, que não pode evidentemente ser postergado. Acho que deveria ter um grande entendimento nessa Casa, louvo a intervenção de V.Ex^a que sempre foi um homem absolutamente empenhado nessa bandeira, correto nos seus procedimentos e tenho certeza que essa sua intervenção vai sensibilizar a liderança da Casa, para que a gente faça o entendimento e possa votar as matérias que são urgentes. E tenho certeza que o Senador Flexa Ribeiro vai contribuir também para que a gente construa esse entendimento no âmbito do Senado Federal. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Apenas na direção registrar que estamos procurando, temos conversado com as lideranças da oposição, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, fazer um apelo para que essas matérias possam ser votadas, agregar a informação do Senador Jonas, primeiro que a Medida Provisória, o Senador Jonas melhorou muito o texto da Medida Provisória, avançou na negociação do Go-

verno, e por conta disso mesmo a Medida Provisória terá que voltar à Câmara dos Deputados. Além disso, nós acrescentamos um item extremamente importante para os micro e pequenos empresários brasileiros. Nós aprovamos o Super Simples. O prazo de opção do Super Simples terminou no dia 20 de agosto. E muitas empresas que optaram ou estão no Super Simples, elas tiveram a possibilidade de fazer o parcelamento de suas dívidas. Acontece que algumas dessas empresas, aliás, cerca de um milhão de empresas, micro e pequenas no Brasil, já tinham feito algum tipo de parcelamento e, portanto, estavam impedidas de fazer um novo reparcelamento. E nós colocamos uma Emenda, negociamos com a Receita Federal e já está incluído no Relatório do Senador Jonas Pinheiro a possibilidade do reparcelamento das dívidas todas, inclusive previdenciárias das micro e pequenas empresas até o dia 20 de outubro. Então é muito importante que a gente possa votar o Relatório completo do Senador Jonas Pinheiro, sem falar também em outras matérias.

Fica aqui o nosso apelo à oposição também, mas fica também a convocação a base do Governo para que nós estejamos no Plenário hoje para tentar votar essa matéria que é extremamente urgente e emergencial para a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Quero apenas esclarecer que na Sessão passada o Senador Jonas Pinheiro já tinha pedido para dar o informe fazendo esse apelo para que nós tivéssemos urgência na tramitação dessa matéria. E hoje eu acho que ela ganha importância porque se há necessidade de voltar à Câmara dos Deputados, era muito oportuno que isso acontecesse essa semana. Tanto no prazo de refinanciamento da adesão à Lei Geral da micro e pequena empresa, como, sobretudo, a questão da agricultura. Porque como eu disse, a safra está aí e você tem que ficar adimplente com a dívida vencida para poder refinanciar as condições do plantio da próxima safra. E setembro é um mês absolutamente decisivo à agricultura brasileira no que se refere ao plantio.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – E registrar também somente que nessa Medida Provisória também estão os dispositivos que vão propiciar a indenização aos pescadores de lagosta, e a bolsa de ajuda aos pescadores de lagosta que estão saindo da pesca predatória em rede proibida pela legislação. Portanto tem vários mecanismos de interesse extremamente importante para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento.

A Medida Provisória que se refere o Senador Jonas Pinheiro é de todo meritória. Não há na minha bancada um só voto contra. Pelo contrário. Voto a favor com entusiasmo. Até porque a ela está agregada, como acabou de mencionar o Senador Romero Jucá, uma reivindicação que é nossa, do nosso partido, que é um elenco de providências de adjutório aos pescadores de lagostas que estão passando por um momento de grande dificuldade em função de uma tomada de posição dura por parte do Governo. Dura e inflexível. O que acontece e quero deixar muito claro aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos e aos Senadores é que a decisão não é minha. A decisão é do partido, é da bancada. Uma decisão de bancada só pode ser modificada por decisão da bancada. Então a bancada pode se reunir evidentemente se assim entender, a bancada dos democratas e a bancada dos tucanos. A decisão foi conjunta dos dois partidos. Entender o mérito da MP, o apelo do Senador Jonas Pinheiro, o apelo do Senador Flexa Ribeiro, é pacífico. Eu voto tranquilamente a favor. Agora, há uma decisão política de afirmação da Casa que está incomodada com o estado de coisas que está reinando dentro do Senado, a opinião pública cobra um posicionamento que transmita à sociedade o desconforto do Senado com relação a tudo que vem acontecendo. Eu concordo com V.Ex^a que providências vêm se afunilando. Que o processo caminha para uma definição pelo voto, inclusive. Mas, é preciso que as bancadas definam se chegou ou não a hora de suspender a obstrução ou não. Se chegou ou não a hora pelo seu voto. Porque se o Governo tiver maioria para colocar e votar, nada a obstar. Agora, pela nossa posição, nós manifestamos o desconforto dos democratas e no caso dos tucanos e dos tucanos com relação ao estado de coisas que se instalou dentro do Senado. Agora, para finalizar, a decisão não é minha. A decisão é de bancada e só pela bancada que se poderá modificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador José Agripino, eu queria formalizar essa solicitação à bancada do DEM e o faremos também à bancada do PSDB. Eu acho que seria, pelo convívio e pela qualidade do debate, o relacionamento que nós temos nessa Casa, nós sempre temos tido muito equilíbrio e racionalidade em termos de grande interesse público nacional. Há uma urgência nessa Medida Provisória. A questão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e a questão dos produtores rurais em especial e mesmo a questão dos pescadores de lagosta foi um tema extremamente que V.Ex^a inclusive trouxe a essa agenda a solução está construída. Portanto, eu pediria que as bancadas avaliassem a necessidade de urgência dessas matérias e sem

prejuízo de toda a exigência em relação à investigação, a transparência, os procedimentos que preserve o Senado Federal, tanto do ponto de vista da justiça, do amplo direito de defesa, mas também da apuração rigorosa das denúncias que foram apresentadas em relação ao Senador Renan Calheiros, que nós possamos retomar as votações no dia de hoje de algumas matérias que são absolutamente inadiáveis. Feito esse apelo, tenho certeza que V.Ex^a saberá encaminhar no partido e peço ao Senador Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro que o façam também junto ao PSDB. Senador Adelmir Santana, Antônio Carlos Magalhães Júnior e o Senador Jonas Pinheiro que foi o proponente aí desta demanda.

Vamos então à nossa Ordem do Dia. Nós temos o primeiro item da pauta, diz respeito à mensagem do Senado Federal nº. 123/2007 não terminativo. Propõe o Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre o Município de Curitiba e o Município financeiro para desenvolvimento da Bacia do Prata, FONPLATA, no valor de até 10 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujo recursos se destinam ao financiamento do programa de estruturação de assentamentos habitacionais da cidade de Curitiba. Autoria Presidência da República, Relatoria Senador Gilvam Borges.

Como nós estamos duas Sessões sem o comparecimento do Senador Gilvam Borges, eu indico como Relator ad hoc o Líder do Governo, Senador Romero Jucá para que dê o seu parecer. Com a palavra o Relator.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o empréstimo é de 10 milhões de dólares para a estruturação de assentamentos habitacionais na cidade de Curitiba, atende todos os pressupostos legais e, portanto, o parecer é favorável para que nós possamos votar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Coloco em votação o parecer do Relator favorável à operação de crédito para a cidade de Curitiba no valor de 10 milhões de dólares. Empréstimos relacionados ao programa de estruturação de assentamentos habitacionais da cidade de Curitiba. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero só apenas fazer uma observação que esse está dentro do âmbito do Mercosul. E na última reunião do Mercosul nós vimos que realmente só tinham projetos do Uruguai, do Paraguai, e não tinha projeto específico para o Brasil. Eu considero importante, esse é um projeto expressivo para casas populares dentro do FONPLATA.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Quero agradecer a intervenção do Parlamentar do Mercosul, Senador Eduardo Azeredo. Outro Parlamentar do Mercosul, Senador Pedro Simon também chegou e, portanto, pode ajudar nesse esclarecimento. Assim sendo vamos à votação. Os Srs. Senadores que são favoráveis ao parecer, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu peço urgência para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pede urgência. Os Senadores que são favoráveis ao pedido de urgência permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência.

Em relação ao Item 2 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 32/2007, não terminativo. Altera os dispositivos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contrato de administração pública e dá outras providências. Quero lembrar que nós já tivemos uma Audiência Pública, foi realizada, nós estávamos, eu e o Senador Pedro Simon, Eduardo Azeredo na reunião do Parlamento do Mercosul e não pudemos acompanhar, mas pudemos ler depois as notas, no dia 7 de agosto foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística de Tecnologia de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obra do Patrimônio da União, SECOB, Dr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, CBIC, Dr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base, ABDIB, Dr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e Agronomia, CONFEA, Dr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional de Pesada, SINDICON. Quero também informar a essa Comissão que essas entidades procuraram a Presidência para trazer algumas sugestões após aquela reunião que nós fizemos... Estava o Senador Flexa Ribeiro, estava, creio o Senador Eduardo Suplicy evidentemente, Senador Romero Jucá e mais alguns Senadores estiveram presente quando nós dialogamos e construímos a base de um projeto de relatoria por acordo para o Senador Eduardo Suplicy. Eles me procuraram, eu pedi que o Senador Eduardo Suplicy estivesse presente na conversa porque não tinha acompanhado toda a Audiência Pública e evidente ele tem toda a competência da Relatoria e essas entidades formalizaram algumas demandas, 7, 8 pontos que eles acharam que precisariam ser aprimorados ao Projeto de Lei. Nós solicitamos que eles

o fizessem por inquérito. Inclusive identificando quais aspectos do Relatório deveriam ser alterados, e formalizassem a demanda à Comissão. Quero informar que em função desta... Dado que eles deram as suas contribuições, vieram à Audiência Pública, nós julgamos e discutimos vários temas, evidente, os Senadores têm total soberania para a decisão, eu solicitei ao Senador Suplicy que não desse o seu parecer como conclusivo para poder permitir que esses temas fossem discutidos, não significa necessariamente que serão acatados, quero deixar bastante claro isso, mas fossem discutido que os Senadores que estavam naquela reunião e que ajudaram a construir o Relatório. E ponderei ao Senador Suplicy que seria mais procedente ele não apresentar o Relatório conclusivo, nós informarmos os Senadores dessa Comissão na Sessão de hoje e permitimos que daqui até terça-feira a gente pudesse restabelecer ainda um âmbito de negociação para verificar se nós construímos um acordo. Evidentemente que não tiver acordo vai a voto, e não significa que a Comissão acatará a demanda das entidades. Por sinal não há também uniformidade nas demandas, mas sob alguns aspectos há uma certa convergência das principais instituições em relação a algumas mudanças que poderiam ser feitas.

Eu acho, Senador Suplicy, se houver entendimento da Comissão que nós podemos adiar por uma semana para que a gente possa discutir esses itens junto com o Senador Relator que tem a soberania da apresentação do seu Relatório nessa fase, eu proporia, portanto, que nós transferíssemos a discussão e votação impreterível da matéria na próxima Sessão. E isso significa que já foi dado vista coletiva ao substitutivo. Ao primeiro parecer. Não foi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu vou apresentar o parecer hoje ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então eu pediria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O parecer está sendo entregue nesse instante por meio eletrônico à Secretaria da Comissão e eu estou com ele pronto para ser lido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Do ponto de vista regimental talvez seja o melhor caminho dar como lido o parecer, dado vista coletiva para permitir que a gente daqui até a próxima Sessão possa sentar, conversar e buscar construir as alterações que evidentemente foi de comum acordo com os Senadores. Porque aí nós resolvemos o problema regimental e podemos na próxima Sessão votar o projeto no âmbito da Comissão para ele ser encaminhado ao Plenário. Senador Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)

– Sr. Presidente, eu tive razões de problemas estaduais, tive fora aqui um período e não pude participar dessa discussão. Mas o projeto tem em relação aos investimentos do PAC no Rio de Janeiro, problemas muito específicos que estão aqui preocupando o Estado do Rio também como o setor privado daquele Estado. Eu não tenho dúvida nenhuma que o parecer do Senador Suplicy será um parecer de alto nível, que vai simplesmente enfrentar os grandes problemas, mas como eu não conheço esse parecer, eu concordo plenamente com a proposta de V.Ex^a que esse parecer chegue aos Senadores que a gente possa examinar, eu gostaria inclusive se V.Ex^a concordasse se não houvesse objeção participar inclusive dessas discussões que está ocorrendo, e na próxima semana nós já teremos aqui um esforço muito grande para já ter uma posição consolidada sobre o que for apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não há reunião nessa Comissão que V.Ex^a não seja convidado. E se não foi convidado é porque a reunião não é importante para a Comissão. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V.Ex^a, tendo em vista a complexidade da matéria e o interesse das diversas entidades em conhecerem o teor, o conteúdo do parecer do Senador Suplicy, que S.Ex^a possa nesta Sessão fazer a leitura do seu parecer para conhecimento dos interessados, e que na próxima terça-feira, conforme determinou V.Ex^a, estejamos aqui preparados para a discussão e em profundidade do conteúdo da matéria sobre a lei de licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só queria ponderar V.Ex^a que como é um texto bastante longo e bastante complexo, eu Senador vou ter que estudar essa matéria, são muitos artigos, eu proporia dar como lido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – (pronunciamento fora do microfone) ... Suplicy, de fazer um resumo. Uma síntese. Porque inclusive é uma atribuição...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a sabe que a palavra resumo para o Senador Suplicy é uma tarefa bastante delicada. Não é da natureza dele. Detalhista. O Senador Suplicy é detalhista, bastante rigoroso e não é afeito especialmente a matéria dessa natureza a fazer um Relatório apressado. Eu ponderaria, Senador Suplicy, V.Ex^a tem a palavra final sobre essa matéria. Acho que como o Relatório V.Ex^a está entregando por es-

crito para todos os Senadores, todos poderão ler, se debruçar, estudar e nós voltaremos ao tema a semana que vem, eu ponderaria que esse talvez fosse o encaminhamento para ver se a gente consegue ainda votar alguns itens não terminativos que estão na pauta. Caso contrário, se houver de fato interesse da leitura completa do Relatório o Senador evidentemente o fará. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, pelo que eu entendi, o Senador Suplicy enviaria hoje ao gabinete dos Deputados, dos Senadores... O seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está aqui o processado. O parecer formalizado está disponível hoje para todos os Senadores da Comissão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Não seria lido nem dado como lido hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, ele pode ler o processado se V.Ex^a quiser. Eu posso...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Veja só, tem um problema aqui. Se por acaso ele der como lido, na próxima vez não teríamos condições de pedir vista. Então, eu queria sugerir...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Por isso mesmo eu queria considerar como lido a vista concedida para que a gente ao longo dessa semana faça a negociação final e vote na próxima terça-feira.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Eu tenho a impressão que é difícil. Eu preferiria a primeira sugestão de V.Ex^a. O Senador Suplicy enviasse para o gabinete dos Senadores o seu parecer e que na próxima semana simplesmente fosse dado como lido ou lido na próxima semana. Porque esse é um assunto muito complexo que eu acho que não haveria da parte de V.Ex^a nem do Senado nenhuma objeção que a gente discutisse e amadurecesse mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Um entendimento, Senador Dornelles, mas eu ponderaria o seguinte, que até a terça-feira que vem os senadores que tiverem, nós vamos marcar reunião para a negociação do projeto. Podemos marcar quarta ou quinta-feira. Essa semana. Vou pedir inclusive que o Ministro Paulo Bernardo esteja presente. V.Ex^a pretende... que dia seria melhor, Senador, para conversar com os Senadores da Comissão? Quarta ou quinta-feira?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pode ser quarta-feira. Mas eu gostaria de explicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos marcar quarta-feira, 14h30?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Está bem. Pra mim está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – 14h30 uma reunião Senadores interessados nessa matéria na liderança do Governo, sala da liderança do Senador Romero Jucá, eu vou convidar a Assessoria do Ministério do Planejamento para amanhã, 14h30, e vou convidar a presença do Ministro Paulo Bernardo ver se ele pode estar presente ou alguém que o represente. Pra gente retomar as negociações, como já o fizemos ao longo das duas semanas e uma negociação final. A partir dali, se houver entendimento houve entendimento. Os Senadores que quiserem apresentar Emendas ao projeto para serem votadas na votação final farão na próxima terça-feira. Assim nós terminaríamos a votação na próxima terça-feira.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Amanhã às 15h está marcada a reunião sobre os ZPEs também na liderança do Governo. Então sugeriria que pudesse fazer 17, 17h30 essa reunião da lei de licitações.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Já depende se houver votação em Plenário.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E V.Ex^a. vai participar da reunião da ZPEs.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E podemos talvez transferir para quinta-feira de manhã. Assim dá mais tempo dos Senadores estudarem. Quinta de manhã, 10h30 da manhã, na liderança do Governo, com a presença do Senador Supply vamos convidar o Ministro do Planejamento para nós fazermos a última discussão deste tema.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Permite sugerir, Presidente, que então seja às 11h por causa da Comissão de Relações Exteriores que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – 11h.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Está começando às 11h.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Não, mas nós pedimos ao Heráclito Fortes para, Presidente, para começar às 10h, para às 11h podermos participar dessa reunião. Eu queria falar breve palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – 11h na sala da liderança do Governo, teremos a reunião quinta-feira. Até lá os Senadores estudam a matéria. Eu também vou distribuir o e-mail que recebemos com as sugestões dessas entidades

que participaram daquela Audiência Pública, o parecer já está oficializado, quinta-feira às 11h retomamos as negociações e terça-feira que vem irá a voto. Senador Supply, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu quero agradecer as iniciativas de V.Ex^a, dos inúmeros Senadores que solicitaram que tivéssemos inúmeras reuniões com as entidades, inclusive a reunião ontem realizada em seu escritório em São Paulo, com diversas das entidades que já citadas por V.Ex^a estiveram em inúmeras reuniões aqui conosco, quero lhe transmitir que diversas das sugestões foram acatadas umas, outras consideradas, outras parcialmente consideradas, e outras inclusive tendo-se ouvido o Ministério do Planejamento, o Tribunal de Contas, avaliou-se que se deveria preservar tal como anteriormente estava estudando. Mas quero dizer que inclusive algumas sugestões, por exemplo, Senador Flexa Ribeiro fez uma sugestão na semana passada, foi considerada. V.Ex^a irá ver agora no último Relatório. Quero informar que o Relatório preliminar que estava com 28 páginas agora já está com 35. É fato que quando for feita a leitura, ela vai demandar algum tempo. E eu posso, se preferirem todos, então, conforme V.Ex^a sugere, distribuímos hoje a partir desse instante estar pronto a Secretaria da Comissão pode encaminhar este parecer para todos os gabinetes de Senadores, pode disponibilizar para a imprensa, para as entidades interessadas, que vão verificar algumas das sugestões foram todas consideradas. Algumas foram acatadas, algumas integralmente, outras parcialmente e outras avaliei que não seria o caso. Então agora está inteiramente disponibilizada. É de grande complexidade, se preferirem eu faço a exposição...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a pode fazer numa Sessão reservada depois do Senador Antônio Carlos Valadares que não abre mão da leitura das 35 páginas. Mas a Comissão agradecerá se deixasse para a próxima terça.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Ele tem uma sugestão que já disse que vou acatar uma Emenda que ele está apresentando na Sessão de hoje. Se o Senador Dornelles depois de ler, porque pode ser que algumas das suas sugestões já estejam aqui contempladas, mas senão tiverem sido poderá também já adiantar as Emendas, Senador Pedro Simon que diz que possivelmente terá sugestões, também se quiserem encaminhar eu vou examiná-las com toda atenção e carinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Supply a atitude. Fica acordado a disponibilização do Relatório

já imediata para todos os Senadores, quinta-feira 11h, na sala da liderança do Governo, reunião com todos os interessados na negociação do tema, e na próxima terça-feira nós votamos o parecer eventualmente destaques e Emendas caso elas sejam apresentadas.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – V.Ex^a pode inclusive disponibilizar para a imprensa que esse é o parecer tal como eu entreguei. Mas sujeitas a considerações que a CAE aqui está acordando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E o faremos com toda transparência. Agradeço a contribuição do Senador Suplicy, o entendimento que tivemos, esse item, portanto, está superado. Votaremos apenas mais um item na pauta que é o Item 3 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº. 9/2005, complementar, não terminativo. Altera a Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 66, Código Tributário Nacional para admitir a conservação dos livros obrigatórios, escrituração oficial e fiscal, e-mail eletrônico que não permita a regravação. Autoria, Senador Edison Lobão. Relatoria Francisco Dornelles. Parecer é pela aprovação do projeto.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, eu estou discutindo com o Senador Lobão e com a Secretaria da Receita Federal alguns aspectos desse projeto de modo que eu pediria a V.Ex^a, se fosse possível, que nós adiássemos o exame desse projeto para que pudéssemos chegar a um entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço, Senador, pelo adiantado da hora e pelo quórum do Plenário, nós vamos suspender a Sessão. O Item 4 foi solicitado pelo Senador Mozarildo que retirasse da pauta autor da matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Não sei se nós temos número para votar o Item 5, é o projeto de autoria do Senador Francisco Dornelles, eu pedi vistas e aguardei a manifestação. Como não chegou eu quero registrar aqui a homenagem ao Senador Dornelles, nós estamos liberando o processo para ser votado hoje, se houver número ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu quero também informar que o Governo do Paraná encaminhou mais um parecer sobre o tema igualmente complexo que trata da dívida do Estado. Matéria cujo Relator é o Senador Valdir Raupp.

Então, distribuirei e farei chegar a todos os Senadores a disponibilização de mais esse parecer. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar a todos os interes-

sados que desejam conhecer, inclusive as entidades, que estou colocando a partir desse instante na minha home page o parecer. E sugiro, inclusive, que a própria Comissão de Assuntos Econômicos também coloque disponibilizando pela internet para quem deseje conhecer o parecer. Mas poderá ver na minha home page do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Estará disponibilizado para todos os Assessores, entidades e especialmente Senadores o parecer do Senador Suplicy.

Assim sendo, agradeço a todos, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h54.

Ata da 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Gilvam Borges, Edison Lobão, Eliseu Resende e Cícero Lucena. A Presidência dá início à Reunião Técnica com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a fim de discorrer sobre a política de financiamento do BNDES, em conformidade a deliberação da Comissão. O Presidente comunica a visita do Membro do Parlamento Israelense, Senador Benyamin Elon, à Comissão e solicita aos Senadores Jefferson Péres, Kátia Abreu e Delcídio Amaral que o conduzam à Mesa. Após as considerações do Parlamentar Israelense e do Presidente, Senador Aloizio Mercadante, é reiniciada a Audiência, sendo registrada, ainda, a presença do Vice-Governador de Santa Catarina, Exmo. Sr. Leonel Pavan, que

passa a compor a Mesa. Concluída a exposição do Sr. Luciano Coutinho, usam da palavra os Senadores Romeu Tuma, Jefferson Péres, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Marcelo Crivella, Delcídio Amaral, Pedro Simon, Adelmir Santana, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, é declarada aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência passa à apreciação dos Itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que “altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão-SLTI**; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base-ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-SINICON. Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12 e 22 a 25, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13 e 14, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21, do Senador Francisco Dornelles; e nº 26, da Senadora Kátia Abreu. Após a leitura do novo Relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, é concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 02-Mensagens do Senado Federal nºs 104 e 105, de 2007, não terminativas, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007”, de autoria da Presidência da República, tendo como Re-

lator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regravação”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/08/07 foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2006, terminativo, que “altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para vedar a cobrança de multas ou a retenção de quaisquer valores sobre o montante depositado por subscritores de títulos de capitalização na hipótese de resgate antecipado”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta para reexame a pedido do Relator; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, terminativo, que “dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. Em 10/07/07, foi concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, terminativo, que

“dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da insenção do IPI, na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2006, não terminativo, “autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Incentivo à Conservação da Natureza, destinado a promover a conservação da natureza, mediante a concessão de incentivos fiscais”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta para reexame a pedido do Relator; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, não terminativo, “acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”, de autoria do Senador Adelmir Santana, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de lei do senado nº 500, de 2003, terminativo, “altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, “altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

1ª PARTE – REUNIÃO TÉCNICA COM A PRESENÇA DO SR. LUCIANO COUTINHO

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom dia a todos os Senadores, os demais presentes. Nós vamos ter agora nessa primeira fase da nossa Sessão aquela audiência que nós temos feito com uma certa rotina, a respeito de temas relevantes da economia brasileira, da política econômica e das políticas públicas.

Nós tivemos num passado recente a presença do Secretário da Receita Federal, tivemos o Tesouro Nacional, tivemos o Presidente do IBGE discutindo a nova metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto, tivemos uma audiência também bastante inovadora sobre a agência de regulação com a presença da Standard & Poor's, e agora tivemos uma boa notícia no meio idéias turbulência financeira internacional o reposicionamento do *rating* do Brasil pela Mudes(F), uma das empresas de risco internacional, e hoje vamos ter uma oportunidade bastante, eu diria motivadora, que é a presença do Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho, que fará uma apresentação sobre a evolução do BNDES e o papel no desenvolvimento nacional, o avanço nos programas de financiamento, nas autorizações, a distribuição do crédito do Banco, os projetos estruturantes que estão associados ao desempenho do BNDES. E o BNDES é um indicador importante especialmente em investimentos em bens de capital. Então nesse momento de retomada do crescimento econômico nesses últimos anos, em particular neste ano, uma expectativa bastante favorável para a evolução do PIB, o BNDES tem tido e seguramente terá a contribuição fundamental nesse processo.

Então para darmos início à nossa audiência, eu gostaria de solicitar ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho para compor a Mesa aqui conosco. E é um... Quero dizer, Luciano, que é uma honra muito grande para essa Comissão. O Luciano é um amigo pessoal de mais de 30 anos, e um economista renomado, deu imensas contribuições ao debate teórico, acadêmico e com uma vasta experiência profissional, sempre focado no tema do desenvolvimento econômico, da inovação tecnológica, da política industrial, e por isso tem um perfil e uma competência, uma consistência teórica e acadêmica e também uma experiência na administração pública que dará e já vem dando um impulso muito grande ao trabalho do BNDES que é um Banco absolutamente essencial ao financiamento, ao desenvolvimento do Brasil. Então nós teremos a apresentação inicial e depois os esclarecimentos todos que os Senadores e Senadoras tiverem interesse ao longo desta nossa audiência preliminar.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Sr. Presidente, quero também saudar a presença do Presidente Luciano Coutinho, que tal como V.Ex^a o conheço desde muito jovem, (risos) e sempre ouvi...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não diga Senador Suplicy, a quanto tempo. V.Ex^a vai revelar a idade e não vai ficar tão bem.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – (risos) Mas como estamos todos ainda em boa forma, nos sentindo jovens, então... Mas o que eu quero dizer é que desde nossa juventude nós temos compartilhado dos ideais de realização de justiça e no nosso caso nós três escolhemos o campo da economia para estudarmos e desde o nosso tempo de formação de mestrado, de doutoramento estivemos sempre trocando idéias e foi com muita satisfação que vi a designação do Presidente Lula quando escolheu Luciano Coutinho para presidir o BNDES.

Mas gostaria, Sr. Presidente, de informar a todos os membros da CAE que está pronto e de maneira agora definitiva o parecer que fiz a respeito do Projeto de Lei nº. 32 e que quero transmitir a V.Ex^a se trata... Quero agradecer a confiança que V.Ex^a teve em mim e designar-me para ser o Relator desta matéria a de maior complexidade. Pode ter V.Ex^a a certeza de que aqui assumi desde que me tornei Senador que justamente instituir normas gerais para licitações e contratos da administração pública dando nova redação à Lei 8.666 e, sobretudo, leva em conta o pregão, a internet como novos meios então, como esse é o primeiro item da pauta, depois de termos o debate com o Presidente Luciano Coutinho, quero avisar que estará sendo distribuído nesta reunião o parecer já de maneira definitiva que terei oportunidade de apresentá-lo depois da parte do debate com o Presidente Luciano Coutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria agradecer o Senador Suplicy. Nós vamos ter audiência bastante importante hoje porque a Lei de Licitações, nós estamos aprimorando a Lei 8.666 e eu participei da construção em 1993, e acho depois de toda essa experiência tem muita coisa a ser revista, a ser modernizada, para aumentar a concorrência, a transparência, o controle social. Então é um tema de grande interesse do país, do Poder Público, em todos os níveis da federação e também do Senado Federal.

Vamos então iniciar nossa fase preliminar nossa Reunião Ordinária com a nossa reunião técnica com

a exposição do Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO: Muito bom dia, Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, quero saudar os Senadores aqui presentes, o Senador Jefferson Perez, Senador Jayme Campos, Senadora Serys, Senador Eduardo, é um prazer estar aqui e ter a oportunidade de expor a CAE o papel, o desempenho do BNDES nesse momento.

Se os senhores me permitirem, eu farei de lá, aquele vício de professor, fica mais fácil a fazer a apresentação. Nós iremos abordar o contexto econômico, o ciclo de crescimento e de investimento que parecem curso, o desempenho recente do BNDES, ações em cursos, e passaremos rapidamente pela relação entre o BID e o BNDES, uma vez que eu gostaria de agradecer a CAE a presteza com que aprovou o novo pedido de empréstimo do BNDES ao BID, há apenas 15 dias, e falar um pouco de perspectivas do crescimento brasileiro.

Nesse momento as condições macroeconômicas brasileiras são reconhecidamente favoráveis apesar da crise internacional, apesar das tensões financeiras internacionais, graças à forte posição de reservas do País que permite uma taxa de câmbio estável, relativamente estável, o que por sua vez permite inflação um pouco volátil, previsível a longo prazo. Me parece que finalmente a estabilidade brasileira foi conquistada muito recentemente em função da robustez externa brasileira. A grande tensão dos mercados financeiros na última semana produziu uma desvalorização máxima do real de apenas 6%. E que já retornou. Portanto, mostrando que a robustez da taxa de câmbio permite impactos muito reduzidos sobre a inflação e, portanto, previsibilidade.

Além disso, a trajetória fiscal brasileira está sob controle, à relação dívida alíquota do setor público sobre o PIB está caindo. Eu quero sublinhar também que o setor privado apresenta boas condições de rentabilidade, salvo exceções em alguns poucos setores, e endividamento em geral reduzido, e uma posição de liquidez confortável para a maioria das empresas do setor privado e para o setor bancário. Ou seja, o setor privado está saudável. Nos últimos três anos, consistentemente o emprego e renda, o emprego formal e a renda vem crescendo e a confiança de que o crescimento é sustentável, é crescente. Eu diria que o fato dessa turbulência externa não afetou a confiança privada no crescimento, eu li ontem uma pesquisa com executivos financeiros, 40% acha que pode afetar um pouco a taxa de crescimento do Brasil. 60% acha que sequer vai afetar a taxa de crescimento. Executivos financeiros cerca de mil executivos financeiros reunidos

em Campos de Jordão, a Folha de São Paulo fez uma pesquisa, foi publicada ontem mostrando a relativa robustez da confiança no crescimento do País. E eu chamo atenção um pouco para a taxa de câmbio, cuja tendência neste contexto é de que o País atraia muito capital e essa atração do capital se não for devidamente contrabalançada ela pode levar a uma tendência a apreciação de câmbio que tem um impacto sobre estratégias privadas. Impactos positivos e negativos sobre estratégia privada, mas sobre os quais nós devemos estar conscientes para poder minimizar os negativos e maximizar os impactos positivos.

Este quadro aqui mostra um conjunto de investimentos mapeados pelo BNDES. São investimentos mapeados junto a empresas, clientes do Banco, é um mapeamento extremamente confiável, o que corresponde a informações dadas por empresas importantes, clientes do Banco. Essas informações mapearam um portfólio de projetos de investimentos nos próximos quatro anos, de um trilhão e cinquenta bilhões de reais, assim divididos, uma parte grande da indústria, uma parte grande da construção e uma parte grande em infra-estrutura.

Esse conjunto de investimentos mapeados representa 9%, quase metade da formação de capital fixo do País e 63% dos investimentos da indústria. E 68% dos investimento de infra-estrutura. Portanto é uma amostra, é mais do que uma amostra é um painel de informação bastante representativo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite só... Mapeados pelo BNDES significa com alguma participação do BNDES ou previsto pelo BNDES?

SR. LUCIANO COUTINHO: Não. Aqui são informações que foram tomados junto a empresas, clientes do Banco, foi feita a pergunta quais são os seus projetos de investimento para os próximos cinco anos. Essa informação foi compilada pelo BNDES...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não necessariamente com empréstimos do BNDES.

SR. LUCIANO COUTINHO: Não necessariamente com empréstimos do BNDES. Isso não é o valor do empréstimo do BNDES. Esse é o valor total do investimento programado pelas empresas nesses próximos anos.

Ora, a partir de disso foi comparado o mesmo valor, o mesmo... A mesma informação com o realizado pela empresa nos quatro anos no período 2002/2005. Que foi feito o seguinte, quanto à empresa investiu nesse período e quanto pretende investir. Quais são os planos para os próximos quatro anos. E aqui estão os resultados abertos para o setor. Então nós vemos aqui que os planos de investimento para o setor privado são planos bastante robustos. Se nós transformarmos

isso numa taxa anual de crescimento, nós vamos ver que nos setores de commodities que têm preços muito favoráveis, as taxas de crescimento da formação de capital do investimento são taxas de crescimento muito altas. Na média, 14%. Se nós olharmos petróleo e gás, aqui fundamentalmente a PETROBRAS, mas não só... olharmos a indústria de mineração, a siderurgia, o setor de celulose e papel, petroquímico, etc, nós vamos ver taxas de investimento no crescimento muito altas para os próximos quatro anos, revelando disposição do setor privado de acelerar seus investimentos.

Eu queria sublinhar dois setores importantes cujas taxas de crescimento não são tão altas. Não parecem tão altas. O automotivo, isso foi feito algum tempo atrás e o setor de fármacos. E digo aos senhores o seguinte: São exatamente dois setores em que o BNDES está presentemente empenhado junto com o Sr. Ministro Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, em acelerar os planos de investimento nesses setores. No caso automobilístico a demanda vem crescendo muito fortemente, e nos interessa que o investimento nesses setores sejam acelerados para que esse número aqui fique perto da média. Nós precisamos subir o investimento automobilístico, assim como...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Automotivo, as vendas cresceram 24% nos últimos 12 meses. Caminhões 32%. O que é que explica uma previsão de crescimento, porque na média praticamente está dobrando o volume de investimentos desses próximos quatro anos em relação aos quatro anos anteriores. Por que é que a indústria automotiva não estaria com mais agressivo? Qual é a avaliação?

SR. LUCIANO COUTINHO: Em parte a taxa de câmbio afeta planos de investimento, a importação. O que está acontecendo no automobilístico é o seguinte: A demanda está crescendo a 24%, 25%, a importação está crescendo 40%, a produção doméstica está crescendo a 8%. Então, a importação tem sido uma válvula de suprimento do mercado doméstico.

O segundo ponto é que havia uma certa capacidade ociosa, principalmente em caminhões que vem sendo ocupada com a recuperação da agricultura. E no caso do setor automóveis de passeio, a importação mais a ocupação de capacidade ociosa na Argentina usando o Mercosul. São casos... Eu não quero citar casos específicos de empresas, questão de sigilo, mas o que nos interessa, Senador, é alavancar a capacidade de investimento no País também no Mercosul, por que não, da indústria automobilística.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Essa parte da ociosidade que V.S.^a disse, ela está sendo recuperada. Pelo menos é o que a gente sente. Ainda há

um hiato no investimento. Porque a recuperação explica que depois virá o investimento correspondente ao crescimento maior do que a parte ociosa que foi do período razoavelmente grande. Não sei se eu estou...

SR. LUCIANO COUTINHO: Está correto, Senador. Queria saudar o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Obrigado. Eu que estou alegre de vê-lo aqui conosco.

SR. LUCIANO COUTINHO: Muito bom vê-lo aqui, Senador. Mas o senhor tem razão. Nós estamos num momento importante de decisão de investimento no setor automobilístico e nos interessa, acho que interessa ao País alavancar ao máximo essas...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – E o Miguel entende disso, hein.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. LUCIANO COUTINHO: (risos) Eu apenas mencionei que essas duas partes de atenção. Nós queremos aumentar. Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jefferson Perez.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu queria saber o procedimento. Os inscritos vão falar ao final da exposição ou podem interromper a qualquer tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A idéia básica é que as intervenções sejam feitas ao final. Mas pequenas perguntas de esclarecimento podem ser feitas ao longo da exposição. Mas intervenções vamos deixar para o final para ter uma visão completa da exposição.

SR. LUCIANO COUTINHO: Eu tenho uma exposição bastante longa. Não sei Senador quanto tempo o senhor nos reserva, mas eu também não quero aborrecê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos fazer a exposição toda e nós voltamos depois então para as intervenções.

SR. LUCIANO COUTINHO: Muito bem. Vamos então adiante. Por favor. Aqui um outro painel feito também com o setor público e concessionárias privadas de serviços de utilidade pública, revela também que no setor de infra-estrutura outra vez há planos de investimento bastante expressivo. Em energia elétrica, em ferrovias, em saneamento. Nós ainda precisamos completar dados sobre o setor de portos, e sobre comunicações o crescimento é praticamente muito pequeno, mas a base é muito alta. Em comunicações houve um esforço muito forte de investimento no período 2002/2005 para concluir o ciclo de universalização e agora os investimentos nesse período são investimentos fundamentalmente em telefonia móvel em banda

larga que são investimentos um pouco mais leves em termos de requisitos de capital. Mas é expressiva sustentação do investimento em telecomunicação.

Resumindo, este painel indica uma tendência de crescimento da taxa de investimento da economia brasileira. Nós estamos em ascensão. Esta curva aqui tem uma descontinuidade aqui, esses dados até aqui são dados com a metodologia velha do PIB. Esses dados daqui para frente são dados com metodologia nova. Como a metodologia nova o PIB aumentou uns 10%, isso aqui reduz um pouco. Então essas taxas se tivessem com a metodologia antiga nós já estaríamos aqui perto dos 19%. O que nós vemos aqui é uma ascensão da taxa de investimento da economia.

Qual é o principal papel que cabe ao BNDES no meu entender? O BNDES não pode faltar à economia ao País em dar um vigoroso suporte ao crescimento do investimento privado e público de tal maneira a assegurar uma curva ascensional do investimento que é a principal garantia que nós temos de que a economia poderá crescer sem pressões inflacionárias. Porque apenas é o aumento da capacidade de oferta da economia que previne a formação de gargalos, a formação de pressões sobre preços. Então essa é a nossa expectativa de crescimento, de evolução da taxa de investimento e nós entendemos que a política do BNDES deve primordialmente se focar na elevação da taxa de investimento da economia.

Algumas informações rápidas sobre a importância do BNDES. O investimento do BNDES representa 6,5% do PIB, alavanca aproximadamente 10% da formação do capital, ele representa uma contribuição ao crescimento do emprego formal, os investimentos alavancados pelo BNDES têm gerado um percentual crescente do emprego formal brasileiro, e é um motivo de orgulho do BNDES que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador sejam utilizados para melhorar a qualidade do emprego, e uma coisa importante, que o crédito oferecido pelo BNDES mostra uma notável estabilidade. Nós vemos aqui momentos de grande oscilação do crédito, felizmente uma ascensão do crédito, ontem o Presidente do Banco Central mostrou que o crédito continuou subindo um pouquinho mais, o crédito no Brasil, e o BNDES é um fator de estabilidade. Quando a economia flutua muito o BNDES sempre mantém a sua operação de crédito. Ele tem um papel estabilizador importante e nós esperamos que ele continue e que possa inclusive aumentar um pouquinho na medida em que os investimentos estejam subindo e que o BNDES é o principal financiador do investimento no País.

Aqui um balanço muito rápido do ativo e do passivo do BNDES. Nós temos aqui um valor total de 190

bilhões, no nosso ativo, um estoque de operações de crédito de praticamente 146 bilhões de reais, um estoque em carteira de ações, debêntures do setor privado, que representa uma forma de financiar o setor privado. Eu quero dizer que aqui é uma marcação a valor histórico. Se nós marcássemos isso aqui a valor de mercado essa carteira estaria em torno de sessenta e poucos bilhões. Portanto, o nosso ativo em termos de mercado é 220 bilhões de reais. Ali conservadoramente o BNDES marca a valor histórico a sua carteira, o seu ativo total chega a isso e do lado do passivo nós vemos aqui o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o PIS/PASEP como principais fontes de recursos dessas operações de crédito complementadas por recursos tomados no exterior, dentre os quais recursos do BID, a missão importante também, uma parcela do Tesouro Nacional compondo as nossas fontes totais de financiamento.

Eu queria também mostrar a qualidade da carteira de crédito do BNDES. O BNDES tem primeiro no seu consolidado uma alta concentração em empresas de *rating* de alta qualidade. Desde duplo A até o C. Superando a média do sistema financeiro nacional e superando a média, mesmo a média das instituições financeiras privadas, mostrando a excelência e a seletividade com que o BNDES gerencia os recursos do FAT com o critério. Mostrando também que a porcentagem na carteira de setores de baixíssimo *rating*, de baixa qualidade, é também inferior à média do setor financeiro nacional e inclusive do setor financeiro privado.

Se nós olharmos também taxas de inadimplência, também as taxas de inadimplência do BNDES são muito mais baixas, eu pedi para cortar aí para não ficarmos com a exposição longa demais. O BNDES tem, portanto, uma gestão.

Essa figura mostra algo muito importante, que é a evolução nos últimos anos do desembolso efetivo de recursos do BNDES. Então nós temos aqui uma ascensão muito clara do desembolso, este desembolso aqui é 12 meses, julho-julho para ficar comparada. E nós temos um desembolso chegando a 60 bilhões de reais. Mostrando aqui uma ascensão que foi devido à presença do Ministro Guido, depois do Dr. Demian Fiocca mostrando uma ascensão nos desembolsos do BNDES, esta ascensão aqui é mais recente. Agora, eu queria chamar atenção dos senhores, mais além do aumento do desembolso é a aceleração da aprovação de novos projetos. Os novos projetos aceleraram de um estoque de 54 para 74 e nós estamos em 92 bilhões de reais de novos projetos aprovados. E abriu pela primeira vez um hiato entre o valor, o estoque aprovado e o estoque é que está sendo desembolsado. O que me leva a concluir que neste momento nós temos um

estoque de 92 bilhões aprovados e um estoque de... Que esse desembolso vai subir. É inevitável que esse desembolso suba em função do estoque já aprovado. Isso é importante porque a expectativa é que o BNDES não pode se furtar a continuar apoiando firmemente o desenvolvimento do País e a formação de capital e, portanto, esse desembolso tende a subir acompanhando o volume de aprovações. E isto vai pressionar o fandin(F) do BNDES. Vai pela primeira vez nos colocar o desafio de ter que buscar recursos mais além dos recursos que nós dispomos no FAT. Isso vai nos exigir um esforço muito grande de suplementar as fontes de recursos do BNDES e muito provavelmente nós teremos que contar mais com o apoio dos Bancos multilaterais de investimento e, portanto, teremos que passar aqui no Senado outras vezes, solicitação adicional de empréstimos frente a instituições internacionais que têm taxas bastante convenientes e que nos ajudem nesse esforço de crescimento da economia brasileira.

Algumas aprovações nos últimos 12 meses. Julho a julho, o volume total aprovado em infra-estrutura de 36 bi numa variação grande, isso já revela o nosso engajamento muito decidido nas ações do PAC. O crescimento forte em serviços, em agropecuária em função da recuperação da agropecuária e da indústria, cujo estoque de aprovações é bastante importante, o crescimento de 28%.

Se nós olharmos da indústria uma abertura, nós vamos ver uma variação muito importante nas aprovações em metalurgia e siderurgia, química e petroquímica, na indústria extrativa mineral, comércios e serviços, celulose e papel. Mostrando crescimentos muito fortes na aprovação de projetos nesses setores todos. São setores... Muito bem.

Com relação ao PAC, como eu mencionei, o BNDES tem buscado viabilizar e cooperar o máximo com os Ministérios e com a Casa Civil na implementação do PAC, dada a sua importância para reduzir gargalos ao crescimento, o aumento da produtividade e assim por diante e reduzir desigualdades sociais. Nós temos no momento um total de 43 operações contratadas no PAC, 20 aprovadas e ainda não contratadas em processo de contratação, totalizando 63 operações aprovadas e contratadas. Temos ainda em análise 8 operações e 25 operações já enquadradas, portanto, próximas de serem aprovadas. Totalizando mais 33, ou seja, nós temos entre aprovadas, enquadradas e em contratação cerca de 96 operações importantes no âmbito do PAC. Representando um total de praticamente 28 bilhões de reais em carteira no BNDES.

Além disso, nós temos em perspectiva novos projetos. Mais 42 projetos que totalizaria por enquanto 138 projetos do PAC dentro do BNDES, totalizando,

somando tudo um total potencial de 58 bilhões de projetos do PAC no BNDES. Isto... Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUCIANO COUTINHO: Essas contratadas já estão e as aprovadas já estão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUCIANO COUTINHO: Já estão. Já estão naqueles 90 bilhões, já está isso aqui. Portanto isso vai crescer. Portanto, considerando as em perspectiva e as em análise vai crescer. E considerando que estes são projetos muito intensivos em capital, são projetos de grande escala, isto representa uma fonte de pressão sobre o orçamento do BNDES.

Com relação ao desenvolvimento regional que eu sei que dos senhores é uma preocupação permanente dessa Casa, o BNDES historicamente teve um papel relevante no desenvolvimento regional brasileiro, o BNDES teve um papel fundamental na formação de todos os empreendimentos industriais na Zona Franca de Manaus não há nenhuma fábrica importante lá que não tenha sido financiada pelo BNDES. Todo o complexo mineral da CVRD no norte do País, o Pólo Petroquímico de Camaçari, a indústria automobilística fora de São Paulo contou toda ela com financiamentos do BNDES e vários outros investimentos em infra-estrutura. E o BNDES desde o início dos anos 90 ele diferenciou as regiões mais atrasadas oferecendo um nível de participação mais alto no investimento, juros mais baixos e passos maiores nas regiões mais atrasadas.

E aqui nós temos os desembolsos abertos na região norte, a região centro-oeste e a região nordeste. Destes três aqui, a região centro-oeste está relativamente em linha com a sua participação no PIB nacional, a região norte também, mas me preocupa pessoalmente a região nordeste. No caso da região nordeste, ela pesa 14% do PIB brasileiro, e ela tem tido algo que varia de 8 a 12% do desembolso do BNDES. Sendo que o nordeste tem 28% da população brasileira. Então, eu tenho consciência muito clara da relevância de um esforço do BNDES no sentido de ampliar a participação do nordeste brasileiro na sua carteira de projeto. De forma que haja no mínimo uma proporcionalidade entre o peso econômico das regiões e a atuação do BNDES.

Quais são essas condições mais favoráveis? A remuneração básica do BNDES foi reduzida em um ponto percentual, nas operações mistas a remuneração básica do BNDES é de apenas meio por cento, e nessas regiões o BNDES financia até 95% do investimento contra uma média de 75% em outras regiões. Então o BNDES é mais generoso, cobra menos e tem

prazo mais altos nas regiões menos desenvolvidas do País.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Prof. Luciano, Presidente, pela ordem. Só para não passar batido. Vou fazer uma pergunta para o senhor bem objetiva. A taxa de juros aplicada, há uma diferenciação, por exemplo, atividade de agronegócio, a questão da agropecuária, a questão mineral, ou PETROBRAS existe alguma diferenciação da cobrança nas taxa de juros em relação ao tipo da operação que é feita? Ou ela é nivelada?

SR. LUCIANO COUTINHO: A taxa de juros é a TJLP, nivelada, ou cesta de moedas, dependendo da empresa aí é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tem juro fixo, não.

SR. LUCIANO COUTINHO: Em geral do grosso dos empréstimos, como a gente viu lá, é TJLP, a taxa é fixa. E aí vai remuneração básica do BNDES que para o caso das regiões menos desenvolvidas é mais baixo, e o *spread* de risco da empresa. *Spread* de risco da empresa que nós estamos buscando aperfeiçoar e reduzir um pouquinho o *spread* médio de risco das empresas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Muito obrigado.

SR. LUCIANO COUTINHO: Mas é uma taxa... Não há diferenciação na taxa básica. Porque nós temos obrigação de remunerar o FAT, e a remuneração ao FAT é dada uma taxa fixa que é a TJLP.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUCIANO COUTINHO: O *spread* de nível médio para o setor depende do *rating* da empresa. Ele varia hoje de 06 a 1.8. Nós estamos revendo isso. Provavelmente nós vamos ter *spreads* mais baixos para empresas de *rating* muito bom e um pouquinho mais alto para empresas de *rating* mais deteriorado. Nós estamos num processo de revisão técnica da curva de *spread* de risco para tornar um pouquinho mais próxima da média de mercado. O BNDES não necessariamente tem que seguir a média de mercados. Mas nós não podemos, não queremos estar muito afastados.

Agora, nos setores prioritários, nós podemos... Que são setores de inovação tecnológica, setor de desenvolvimento regional, nós podemos reduzir a nossa remuneração básica e compensar para essas regiões, o fato de que essas empresas possam ter riscos mais altos. Então uma política. Há espaço para o Banco praticar uma política de fomento às regiões e/ou as atividades que demandem papel de um Banco de fomento. De Banco de desenvolvimento. Aqui a demonstração de que, por exemplo, no norte, no nordeste, no centro-oes-

te, 40% das operações se aplicam a essas condições especiais do plano de dinamização regional.

Alguns exemplos de projetos importantes na carteira de região norte e nordeste. Eu selecionei a carteira de norte e nordeste porque são regiões onde o papel do BNDES efetivamente pode ter um impacto estruturador, um impacto de mudança grande. E nós temos verificado que efetivamente nos últimos dois, três anos e esperamos que isso continue nos próximos anos uma série de projetos novos de impacto. Um projeto importante, por exemplo, na Bahia, em Mucuri, da Suzano, aliás, esse projeto entrou em operação ontem com 40 dias ou 35 dias, se não me engano, antes do prazo, uma demonstração de eficiência do setor privado. Temos dois projetos novos de estaleiros em Suape recebendo encomendas de navios da TRANSPETRO, mostrando a reativação da indústria de construção naval, incluindo o nordeste, aliás três projetos de estaleiros. Dois projetos de estaleiro. Da Camargo e do Atlântico Sul, um projeto petroquímico, projeto de celulose, um projeto importante de mineração no Amapá, projeto importante siderúrgico no Ceará que nós temos esperança que esses projetos inclusive sejam aumentados por novos projetos privados de grande escala no Ceará, no setor siderúrgico, enfim, projetos bastante importantes em vários setores, em vários Estados do nordeste. Se olharmos a infra-estrutura, eu sublinho no nordeste um projeto extraordinário no qual o BNDES tem uma participação importante como financiador e como sócio do projeto que é o projeto da Ferrovia Transnordestina. É a ferrovia que vai ligar o interior do Piauí aos portos de Pecém e Suape, em Pernambuco, e vai permitir um desenvolvimento importante do Estado do Ceará, no Estado de Pernambuco e do Estado do Piauí e mais adiante se nós fizermos um ramal aqui para o oeste baiano poderemos carrear a produção de grãos do oeste baiano para os dois portos. E representará um impacto estruturante muito relevante para o nordeste. E temos além disso outros projetos em que estão sendo analisados, o projeto da Transnordestina já está, esses são os trechos novos em azul, esses são trechos antigos que serão recuperados, beneficiando também o Estado da Paraíba e para não deixar o nosso Rio Grande do Norte fora do mapa, o Senador... Estamos discutindo um projeto importantíssimo no Rio Grande do Norte que é o aeroporto de São Gonçalo do Amarante que seria um grande aeroporto um hub global de carga, aproveitando a posição extraordinária do Rio Grande do Norte como um ponto, primeiro por condições climáticas sempre favoráveis e como um ponto importante de transbordo de cargas e de comércio no sistema global.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUCIANO COUTINHO: Além do aproveitamento dos produtos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUCIANO COUTINHO: Ah, sim, o senhor está falando do pólo gás químico. Foi iniciado no seu... Eu lembro. Se aparecer investidor nós teremos grande interesse em continuar. Existem vários projetos importantes, podemos passar adiante.

Aqui vários exemplos de projetos importantes do PAC já aprovados no nordeste. A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio em Rondônia, norte e nordeste. Podemos passar rapidinho, por favor. Estreito, está no Tocantins, o gasoduto Coari-Manaus, importante para abastecimento de gás e eletricidade em Manaus. Usina hidrelétrica de São Salvador, o projeto Tucuruí Vila do Conde, uma linha importante de transmissão, Estaleiro Atlântico Sul, já falei. Enfim, são vários projetos importantes em consideração no norte e nordeste do País.

Não obstante esses projetos, eu queria fazer um rápido comentário aqui. É uma intenção olhar o mapa do norte e nordeste e geo... colocar de uma maneira georeferenciada onde estão todos esses projetos, onde estão todos esses novos projetos industriais. Onde estão esses projetos de infra-estrutura, nós queremos olhar exatamente as regiões aonde não existe nada. A minha preocupação não é... os pontos onde existem grandes projetos. Os pontos onde existem grandes projetos são pontos onde a força do desenvolvimento espontâneo do mercado já está respondendo adequadamente. Me preocupa regiões aonde há um vazio de projetos. Especialmente aquelas regiões aonde existam populações importantes. Para essas regiões, nós temos que olhar aonde estão os arranjos produtivos locais, quais são as atividades locais, e nós pretendemos em cooperação com os governos estaduais, de toda a região norte e nordeste, olhar os arranjos produtivos locais. Olhar os programas dos governos. Fomentar as agências de desenvolvimento dos Estados. E buscar ajudar nesses Estados o desenvolvimento da atividade local. Eu acho que este impulso, esse compromisso de auxiliar o desenvolvimento local é um projeto que eu pessoalmente estarei empenhado, eu estou criando na Presidência do BNDES uma Assessoria Especial de Desenvolvimento Regional porque é uma atividade horizontal, está presente em todas as atividades do Banco para coordenar dentro do BNDES uma ação regional muito mais afirmativa do que a realizada até

o presente. Um compromisso pessoal. Eu gostaria de ver os investimentos nas regiões menos desenvolvidas, tendo um peso maior na carteira do BNDES do que eles têm hoje. Esse é uma preocupação pessoal com esse desenvolvimento.

Eu quero falar ainda um pouquinho sobre pequenas e médias empresas, o número de operações com pequenas e médias empresas vem crescendo, nós estimamos nesse ano de 2007 alcançar pelo menos 75 mil a 80 mil operações com pequenas empresas, elas representam oito bilhões e estão crescendo aqui para dez e pouco, 10,5, 11 bilhões, operações com pequenas empresas. Eu quero sublinhar aqui a importância do cartão BNDES, são hoje o estoque de... Somando aqui mais de cem mil cartões emitidos, representam desembolsos no ano passado de 225 milhões, nesse ano provavelmente chegaremos a perto de 450 milhões de desembolsos, e esse cartão pega a microempresa. Pega a pequena e micro empresa. O cartão foi uma inovação muito importante. Nesse momento nós estamos com o cartão alcançando vários setores de pequena empresa. Mais recentemente nós aprovamos a um mês atrás que as padarias possam comprar farinha de trigo usando o cartão. Pois não... O cartão na prática é emitido para uma pequena empresa por solicitação através da rede bancária e esse cartão tem um limite até 250 mil reais como se fosse um cartão de crédito que permite a empresa com muita facilidade comprar insumos, comprar máquinas, comprar equipamentos para a sua vida. É como se fosse uma linha de crédito, uma linha de giro pré-aprovada na forma de um cartão de crédito.

Senador, o grande problema disso é que o BNDES como Banco público precisa operar com empresas que estejam com certificado, um CND negativo de dívida com o INSS e a com a Receita. Então esse é um problema terrível. Eu pessoalmente entendo que o potencial de emissão de cartão de crédito pode ser muitíssimo maior do que o estoque atual. Mas a nossa obrigação legal de ter que operar com empresas que estejam absolutamente regulares, o senhor conhece isso muito bem, que esteja em absoluta regulação com o fisco e o sistema previdenciário limita muito o cartão. Limita muito a emissão de cartões. Se fosse possível que a gente pudesse operar com dispensa de CND, nós poderíamos ampliar muitíssimo a disseminação do cartão. Mas é uma obrigação a qual acho que nós não temos como escapar. Então é uma pequena grande dificuldade. Pois não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Fala no microfone, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pois não. Qual o prazo de retorno desse dinheiro, que o senhor libera até 250 mil reais, e como também qual a garantia real. Via de regra o BNDES historicamente ele exige uma garantia real. Muitas das vezes muito mais do que o valor mesmo do financiamento. Não é isso? Então, eu imagino que tem que ter uma garantia real e tem que ter um prazo de retorno para que não só... Não compra só farinha. Também pode comprar também equipamentos. Não é isso?

SR. LUCIANO COUTINHO: Não, pode comprar equipamento. No caso quando ele compra equipamento o próprio equipamento é garantidor. Agora, em geral o cartão exige uma certa garantia ou da empresa ou garantia pessoal ou quando ele é feito via rede bancária, se a rede bancária conceder uma fiança à empresa isso resolve o problema de garantia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nesse caso o Banco (ininteligível), o repassador, BRADESCO, ITAÚ, BRASIL, ele é o garantidor?

SR. LUCIANO COUTINHO: Ele é o garantidor. O prazo são de 18 a 24 meses, para retorno e é fundamentalmente uma operação de giro ou quando compra de equipamento uma operação de financiamento de equipamento.

Aqui é uma lista, por exemplo, de clientes e fornecedores. Há muito fornecimento mecânico, aqui é equipamento, máquina. Podemos seguir adiante.

Eu quero falar um pouco rapidamente instrumentos disponíveis no BNDES para apoio a inovação tecnológica. O BNDES tem um fundo chamado FUNTEC que representa meio por cento do lucro do BNDES para financiamento não reembolsável. É pouco dinheiro, mas é importante para projetos especiais de desenvolvimento científico e tecnológico, e existem várias linhas de crédito a pesquisa, desenvolvimento e inovação na empresa, a inovação de processos produtivos ou a programas específicos de determinados setores de alta tecnologia. No que diz respeito a instrumento crédito. E no que diz respeito ao instrumento participação acionária que é muito importante e muito recentemente o BNDES vem desenvolvendo três grandes instrumentos. Para empresas nascentes em incubadoras tecnológicas foi recentemente estruturado o CRIATEC, que é um fundo de participação de empresa nascentes. Fundo de capital semente. Para micro e pequenas empresas o BNDES diretamente e/ou através de patrocínios a fundos privados estimula a participação acionária através de Fundos de Venture Capital. Para as empresas médias e grandes, além de Fundos de Venture Capital, existem Fundos de Private Equity no qual o BNDES pode capitalizar

empresas em setores importantes estratégicos para a inovação tecnológica.

Esses instrumentos... Nesse momento o estoque total em carteira de operações disso somam um bilhão e 300 milhões. Esses são projetos de inovação tecnológica. Divididos de diversas formas, eu quero sublinhar aqui o prosoft, que apóia o setor de software, o profarma inovação, em que nós estamos em entendimentos com o Sr. Ministro da Saúde para acelerar muito os investimentos em inovação no setor de farmoquímica, extremamente importante para o desenvolvimento do País, e pretendemos também acelerar muito a inovação para o ciclo da TV Digital no País.

Então, eu espero que dentro de mais um ano esse estoque aqui tenha aumentado substancialmente. Eu, como alguém que cuja biografia está ligada à questão da inovação tecnológica, (risos) tenho um apreço muito grande e estamos reforçando muito todos esses programas. Muito bem.

Sobre o relacionamento do BNDES com o BID, os senhores aprovaram aqui eu quero renovar o agradecimento o novo empréstimo com o BID. O BNDES tem desde 52, tem nesse momento seis contratos ativos com o BID, nós em 2005 firmamos o primeiro convênio de linha de crédito convencional, o BNDES é considerado pelo BID uma instituição tão confiável que ele abriu uma linha, o Presidente do BID nos visitou oferecendo mais. Nós já utilizamos, nós temos esses três empréstimos somam três bilhões, nós já utilizamos um bilhão, para cada um desse bilhão do BID nós colocamos um bilhão do BNDES. Nós já utilizamos nessa primeira linha praticamente todo o valor do empréstimo e tivemos aprovado, já utilizamos 99% do primeiro programa, aprovamos nesse primeiro programa praticamente 32 mil operações para microempresa, pequenas empresas e médias empresas.

O valor médio da microempresa, 98 mil reais, o valor da operação, para pequena 145 e para média 214. Boa parte desse desembolso em regiões mais atrasadas e grande parte para micro e pequenas empresas. Mostrando o seguinte, é uma linha importante para o apoio à micro e pequena empresa. É uma linha barata, o BID nos empresta taxas favorecidas, nós então solicitamos uma segunda tranche de um bilhão que a CAE aprovou, e essa segunda tranche nós vamos desembolsar rapidamente e muito provavelmente no ano que vem nós vamos ter que no primeiro trimestre de 2008 pedir uma terceira tranche. O BID já demonstrou total interesse em nos oferecer uma terceira tranche e nós voltaremos aos senhores para pedir autorização a essa terceira tranche desse programa.

Enfim, eu quero concluir a apresentação, pedir desculpa talvez por ter me alongado muito e dizer que

o BNDES se sente extremamente motivado nesse momento. É um momento de aceleração do crescimento do País, em que é fundamental preparar as empresas para isso, o BNDES entende e tem trabalhado junto com o Sr. Ministro do Desenvolvimento e sob a orientação do Governo na articulação de uma política industrial tecnológica de comércio exterior mais consistente, abrangendo mais setores, essa política está sendo elaborada, deverá ser comunicada em breve, o objetivo é fortalecer o ciclo de investimentos do País e contribuir para mais empregos e mais equidade social e regional.

Nesse sentido, o BNDES enfrenta uma demanda crescente por recursos e que demanda crescente à medida que a taxa de juros possa continuar caindo consistentemente essa demanda de recursos vai aumentar, é importante que o BNDES dê todo o suporte à expansão da infra-estrutura, especialmente a energia e a logística, mas também ao saneamento e ao transporte urbano. Eu quero sublinhar que nós entramos aqui fortemente no saneamento. Estamos entrando suplementando a ação da CAIXA ECONÔMICA no saneamento, queremos entrar no novo PAC para mobilidade urbana, para transporte coletivo urbano, de maneira que esta é uma missão fundamental do BNDES junto com a ampliação da capacidade produtiva da indústria e junto com o fomento vigoroso à inovação tecnológica em tecnologia da informação em farmoquímica e em saúde. São prioridades importantes.

São desafios importantes para o BNDES: Quebrar paradigmas estabelecidos. E aqui além de ser mais flexível em matéria de garantias, conversamos aqui com o Senador Jayme sobre como poderemos ser um pouco mais criativos e mais flexíveis em matéria de garantias, nós temos que aprender e estamos em processo muito intenso de fazer isso, valorar os ativos intangíveis. Isso é fundamental quando se vai apoiar uma pequena empresa intensiva em tecnologia, uma pequena empresa inovadora. Empresa que não tem patrimônio, salvo cérebro dos seus cientistas, dos seus inovadores. E é preciso saber valorar esses intangíveis. É um desafio para uma técnica financeira, nós estamos fazendo um esforço de aprendizado com que há de melhor no mundo, entendendo como vários países, como faz... como os americanos fazem, como os israelenses fazem, como se faz na Índia a valoração dos intangíveis.

Queremos também desenvolver modalidades financeiras de maior ousadia na área de grandes projetos. Especialmente o Project Finance que é uma técnica indispensável a projetos de grande porte. O projeto do Rio Madeiras, usina do Rio Madeira, são projetos que envolverão algo como 10 bilhões de dólares. As duas

usinas a grosso modo. Mais a transmissão, mais três. São projetos ao todo de 13 bilhões de dólares. São projetos que não podem ser suportados por garantias corporativas. Por garantias das empresas. Então ele tem que ser um projeto todo garantido pelo fluxo futuro de energia, a receita de energia que o projeto vai gerar. Isso é uma técnica financeira que exigirá do BNDES criatividade para com o *pull* de Bancos privados viabilizar o financiamento a essa importante obra de infra-estrutura.

Então, é um mergulho importante na infra-estrutura. Além disso, nós temos que trabalhar como sempre de uma maneira articulada e coordenada com todas as agências, com os outros Bancos Federais, com todos os Ministérios. A orientação que eu tenho recebido do Sr. Ministro Miguel Jorge é de que o BNDES seja uma instituição agregadora, uma instituição que colabora com todos os esforços de todos os Ministérios para o desenvolvimento do País.

Queria agradecer a atenção dos senhores, acho que já extrapolei um pouco aqui o tempo que o Senado havia me dado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Quero agradecer a exposição do Presidente Luciano Coutinho. Acho que foi bastante esclarecedor. Os dados estão todos disponíveis. O único problema nós estamos meio adiantado. Começamos a audiência com certo atraso e temos hoje um item na pauta absolutamente essencial que é a lei, mudança na Lei de Licitações. Nós vamos hoje dar encaminhamento definitivo a esse tema.

Nós temos sete Senadores inscritos, e eu vou pedir... Também está se inscrevendo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Por favor, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vou pedir bastante objetividade para que a gente possa de fato aproveitar ao máximo a audiência. O primeiro inscrito o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Bom dia Dr. Luciano. Prazer tê-lo aqui. V.S^a é um dos mais ilustres economistas deste País e eu acompanho muito V.S^a através de seus trabalhos na imprensa. Segundo lugar, parabéns pelos altos lucros do BNDES. No Brasil há um preconceito contra lucros, principalmente de instituições financeiras. Acho que é deita raízes dos teólogos medievais. Mas eu acho, eu me preocuparia muito se as instituições financeiras tivessem tendo prejuízo. É sinal de crise a vista, e crise muito grave. Se tem lucros é porque estão sendo bem administrados.

Mas eu vou ser objetivo como pediu o Presidente, e faço quatro perguntas, Dr. Luciano. Primeiro lugar gostaria de saber sua opinião pessoal sobre o assunto que eu vou mencionar.

Durante muito tempo, até pouco tempo atrás, o debate econômico no Brasil se travou em torno de duas correntes aparentemente antagônicas. Os chamados desenvolvimentistas e os chamados monetaristas. Aparentemente os desenvolvimentistas gostariam, dariam, privilegiariam o crescimento econômico, aparentemente, em detrimento da estabilidade monetária. E aparentemente os monetaristas privilegiariam o controle da inflação mesmo em detrimento do crescimento econômico. Parece que este hoje é um debate superado porque estabilidade monetária é condição necessária, embora não suficiente para o crescimento no mundo de hoje. Não me parece que os desenvolvimentistas queiram a irresponsabilidade fiscal. Não me parece que os monetaristas sejam contra o crescimento econômico. Mas eu gostaria de ouvir a sua opinião. Essa a primeira pergunta.

Segunda pergunta. O BNDES tem um papel importantíssimo, claro, como instrumento de desenvolvimento do País. Foi criado para isto. Muita gente não sabe que pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, recomendação dela. Mas, então ele deve obviamente remover, em primeiro lugar, procurar remover os obstáculos ao crescimento e segundo incentivar os motores do crescimento. O principal obstáculo hoje é o crescimento econômico do Brasil sem dúvida a infra-estrutura econômica precária. De transportes, de energia e principalmente de transportes. O País nem poderia crescer 7% ao ano porque estouraria logo adiante. Segundo lugar, um dos principais motores do crescimento pode ser como foi na Espanha, como foi recentemente nos Estados Unidos à construção civil, que vive um *boom* no Brasil, um começo de um *boom*. Eu pergunto: Sem prejuízo dos outros empréstimos para outras áreas, e considerando que o mercado de capitais hoje até supera o BNDES no fornecimento da indústria de transformação, lhe pergunto, Banco não deveria enfocar cada vez mais neste momento a infra-estrutura e a construção civil?

Terceiro. Desequilíbrios regionais. Eu concordo com V.S^a de que Banco foi criado também para corrigir disparidades inter-regionais. Mas eu lhe pergunto: O Banco não deveria ser mais pró-ativo e articular e coordenar para não ficar em generalidades e coisas vagas, dou um exemplo concreto e recebimento. No Estado do Amazonas está a maior jazida de sais minerais do País. Cloreto de sódio e de potássio. O Brasil é grande importador de potássio, como fertilizante. A PETROBRAS em junho fez uma licitação para explo-

ração dessas jazidas. Oito empresa compraram editais, desistiram por falta de energia elétrica. Ou seja, se tivesse um linhão de Tucuruí até Nova Olinda o leilão teria sido vitorioso, teríamos uma importante fonte de riqueza na Amazônia e para o Brasil. Eu digo, não deveria ter havido uma articulação ELETROBRAS, BNDES e PETROBRÁS nesse sentido? É um exemplo, apenas.

Finalmente, o Banco também é desenvolvimento econômico e social. Aliás, econômico e social deveria ser cortado. Desenvolvimento hoje só tem sentido se for econômico e social. Logo, o Banco Nacional de Desenvolvimento já diria tudo. E haveria economia também. (risos) Mas, econômico e social. É a última pergunta, estou encerrando.

Dr. Luciano, o Bolsa Família é hoje importante instrumento de distribuição de renda e de combate à miséria. Mas, a meu ver, falha grandemente nos seus condicionamentos. Nos seus condicionantes. O seu condicionantes é um Saci Pererê de uma perna só que é a obrigatoriedade da matrícula e da frequência das crianças. Muito bom. Acho que deveria ter mais duas pernas. Segunda perna: Capacitação profissional dos membros, terceira perna, o microcrédito, até na linha do Yunus, do Gramming de Bangladesh V.Exª não acha que o BNDES poderia contribuir muito para isso também?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós estamos com 10 Senadores inscritos, vamos fazer bloco de três. Eu sei que não é o melhor instrumento...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Onze, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Onze. Então, mais uma razão. Nós temos matérias relevantes hoje na pauta da ordem do dia. Então vamos fazer blocos de três para permitir que todos falem com tranquilidade. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, serei bem breve até porque tem vários Senadores inscritos aqui. Vou fazer apenas duas perguntas para V.Exª.

Considerando que o lucro líquido de 4.4 bilhões obtido no primeiro semestre deste ano levou o BNDES a atingir o maior patrimônio referencial de toda a sua história. Totalizando mais de 40 bilhões, enquanto a turbulência do mercado de capitais vem determinando momento de grande volatilidade(F) e incerteza para investidor. Acredita V.Exª que esta situação pode levar um aperto no ciclo de investimentos de créditos? Se isso ocorrer haveria um aumento natural na demanda

por crédito junto ao BNDES. V.Exª diria que o Banco está preparado para responder a essa possível corrida a recursos para manter o equilíbrio do financiamento do setor produtivo? Essa é uma pergunta.

Segunda. Na semana passada em Cuiabá, durante a Bienal do Agronegócio, discutiram muitos mecanismos de financiamento as ações preservacionistas. O que V.Exª acha desse debates mais especificamente? Qual a posição do BNDES em relação ao Fundo Ambiental para Desmatamento no Estado? Essas duas perguntas que eu ia fazer a V.Exª para ser bem objetivo e respeitando o pedido do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Eduardo Suplicy. Agradeço o Senador Jayme Campos pela objetividade. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, Luciano Coutinho do BNDES. Gostaria de me ater também a uma das questões tratadas pelo Senadores Jefferson Peres. Eu tive a oportunidade de visitar Bangladesh, de ter um diálogo do Prof. Muhammad Yunus que recebeu o Prêmio Nobel da Paz junto com o seu Banco e que esteve no BNDES no ano 2000. Eu estava presente quando convidado pela Srª. Ruth Cardoso, então presente lá na sede do Rio de Janeiro ele fez a exposição procurando estimular que o BNDES e o Brasil viesse também a caminhar na direção da expansão do microcrédito. E o Brasil seja no Governo anterior, seja presentemente, vem dando maior atenção, mas o que eu observo é que a experiência ali havida é realmente de empréstimos bastante modestos para pessoas que normalmente são relativamente pobres, muitas das quais até abaixo da linha oficial de pobreza, e muitas delas graças ao sistema de microcrédito modesto para adquirir sejam vacas, galinhas, equipamentos, construção de suas casas modestas que sejam, mas para melhorá-las, enfim as mais diversas finalidades essas pessoas pudessem obter empréstimos, digamos de 100, de 200, de 300 reais para pessoas que na maioria das quais mulheres que inclusive se reúnem com frequência, grupos de cinco, e daí essas cinco elegem uma que uma vez ao mês se reúne com grupos de 70 mulheres para todas dialogarem sobre as suas próprias experiências e com uma característica importante para a reflexão nossa da experiência do próprio BNDES ou do Banco Popular das instituições que trabalham com isto, que lá a participação do Governo relativamente é pequena. No Gramming Bank hoje o Governo de Bangladesh tem uma participação de apenas 6%. Hoje são mais de seis bilhões de dólares que foram emprestados para sete milhões, duzentas mil pessoas em Bangladesh e praticamente todas com um grau de patrimônio de renda

muito baixo. O seu grande mérito foi estar confiando na palavra dessas pessoas e estimulá-las a assumir a responsabilidade.

Então, Senador Jefferson Peres mencionou o Bolsa Família como instrumento muito importante, mas que deveria estar relacionado ao microcrédito. Estou de acordo nisso. V.Ex^a sabe, eu avalio que nós devemos, já é lei aprovada, caminhar na direção de um dia termos uma renda básica incondicional, direito à cidadania para todos os brasileiros e brasileiras. Mas avalio como importante sim o desenvolvimento do microcrédito.

E agradeceria se puder V.S^a nos informar a respeito, seja no BNDES, mas como tem tido um diálogo sobre como se desenvolvem as demais instituições de crédito e inclusive porque o BNDES me parece em alguns momentos teve um relacionamento com as Organizações Não-Governamentais, inclusive, por exemplo, se teve ou não gostaria de saber como está, por exemplo, com o pôr do sol de Porto Alegre que ali se iniciou uma experiência nessa direção. Ou com a Prefeitura Municipal de São Paulo, ou governos estaduais que instituíram, por exemplo, São Paulo Banco do Povo e assim por diante, se há experiências significativas sendo consideradas para expandir o microcrédito no sentido que nos recomenda o Prof. Yunus. Eu até vou lhe dar agora dois artigos que escrevi sobre o que vi ali em Bangladesh. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, próximo inscrito Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, primeiro é um prazer muito grande em revê-lo. V.S^a tem uma competência reconhecida por todos e tem uma inserção no meu Estado, o Estado do Pará, de muito tempo. Já teve oportunidade de fazer vários trabalhos, e é conhecedor com certeza absoluta em profundidade das nossas potencialidades e das nossas dificuldades para transformar essas potencialidades em melhoria de qualidade de vida da nossa população.

Eu, ao contrário do Senador Jefferson Peres, com todo respeito, Senador, eu não vou parabenizar o BNDES pelo lucro de 4.4 bilhões. Eu acredito que esta não é a função primeira do BNDES, ter lucros que se aproximam dos lucros dos Bancos privados.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Lucros são reinvestidos, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim. BNDES não é para ter prejuízo. Não estou aqui defendendo perda de recursos pelo BNDES. Mas não que se tenha lucros que sejam próximos dos Bancos pri-

vados. Aí eu perguntaria, Dr. Luciano, qual o sentido de utilizar recursos públicos com a lógica dos Bancos privados? Isso até porque pela própria exposição de V.S^a, o BNDES é um Banco que todos nós sabemos, de desenvolvimento. Então é um Banco que tem que ter uma taxa de risco mais elevada do que os Bancos privados. E o que se vê no quadro demonstrado aqui é que os empréstimos de risco do BNDES são bem inferiores aos dos Bancos privados. Ou seja, os Bancos privados eles têm... Estão dando mais oportunidade de desenvolver essas empresas de risco e que prioritariamente estão localizadas nas regiões menos desenvolvidas. Ou seja, aquelas regiões que precisam ter o apoio mais forte do BNDES que é a questão do norte e nordeste e centro-oeste.

Uma segunda pergunta, Dr. Luciano, se o BNDES não poderia estudar uma linha de financiamento, nós estamos buscando, a Ministra do Meio Ambiente fala muito em reflorestar a Floresta Amazônica. E lamentavelmente não existe linha de financiamento para espécies de longo ciclo. Então não seria uma possibilidade do BNDES criar uma linha de financiamento para reflorestamento de longo ciclo de árvores de madeira nobre que levam 30 a 40 anos para que possam produzir economicamente, e que impede o reflorestamento da Amazônia?

A outra pergunta que eu faço a V.S^a, o BNDES-PAR, quais as principais empresas que estão na sua carteira atualmente? Aí eu pergunto: Nós vamos verificar que são grandes empresas. Não seria o caso também de o BNDES-PAR aportar capital nas empresas de pequeno e médio porte? Até porque V.Ex^a mostrou aí a participação do BNDES, e eu tenho aqui o quadro do desembolso, na região norte e nordeste sudeste, sul e centro-oeste. V.S^a disse que na região norte e centro-oeste está dentro da participação do PIB, e que no nordeste está um pouco abaixo da participação do PIB o que lhe leva até a uma preocupação. Eu pensaria o contrário, e V.S^a tem esse pensamento eu tenho certeza pelas conversas que já tivemos ao longo de todas as oportunidades de nos encontrarmos de que seria exatamente o contrário. A única forma de diminuir as desigualdades regionais é inverter essa curva. Ou seja, o BNDES tem que não procurar aplicar somente o nível do PIB dessas regiões, mas muito mais que o PIB dessas regiões para que a gente possa descentralizar a indústria e valorizar economicamente e socialmente essas regiões mais deprimidas. Então, eu acho que teria que ter na sua gestão, que eu tenho certeza absoluta que será profícua à frente do BNDES, que o senhor possa ao final dela ter esse quadro, essa curva com uma inflexão para mais nessas regiões necessárias de desenvolvimento.

Uma outra questão, o BNDES nós aprovamos aqui e com a tranquilidade de que estávamos fazendo a aprovação correta, um novo financiamento de um milhão de dólares do BID para micro e pequena empresa. Naquela altura, eu fiz uma observação de que o BNDES ele não atua nesse segmento. Ele transfere esses recursos para a rede bancária. E isso onera o custo para as micro e pequena empresa. Talvez seja um dos pontos que esteja elevando também o lucro do próprio Banco porque o risco não é do BNDES, o risco é do Banco que vai intermediar a operação com a micro e pequena empresa. Então, 69% da operação do BNDES no primeiro trimestre foi de operações indiretas. Ou seja, apenas 32%, 31% é operação direta e são de grandes empresas, eu diria até de transnacionais. No caso do meu Estado do Pará, V.S^a conhece, o BNDES participou com 0,93% de seus financiamentos e se tirarmos os grandes projetos da VALE DO RIO DOCE e da ALCOA que estão nesse pacote, a representatividade dos outros empréstimos vai ser 0,000 alguma coisa desse 0,93 aplicado no Estado do Pará.

Então a pergunta é se não há necessidade do Banco fazer o investimento diretamente para até diminuir o custo das empresas. Que não chegue às micro, mas que possa fazer com as médias e pequenas empresas.

Uma outra questão que me preocupa e eu peço permissão ao meu Presidente, eu quando fui Presidente da Federação das Indústrias na década de 90, eu insisti junto ao BNDES para que tivesse um escritório regional da Amazônia. Colocamos a federação, o Banco da Amazônia à disposição do BNDES e tive a alegria de na gestão do Presidente Beni Veras nós instalarmos aquele escritório do BNDES no Banco da Amazônia. E lamentavelmente depois disso esse escritório foi extinto da região. Ou seja, facilitaria e poderia aumentar a participação na região se o BNDES tivesse um escritório que com o apoio do BASA, que o BASA naquela altura cedeu as instalações, o apoio logístico, se não pudéssemos voltar com esse escritório para que os empresários da região norte ao invés de se deslocarem para o Rio de Janeiro pudessem fazer os seus primeiros contatos e a suas primeiras tratativas em Belém, na sede do BASA. Que é aonde era esse escritório que foi extinto.

E por último, qual a avaliação de V.S^a no papel duplo do BNDES, no Programa de Privatização como administrador do processo e principal financiador do mesmo. Agradeço a generosidade do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Será sempre tratado com toda a deferência. Senador Garibaldi, o próximo inscrito. Eu

gostaria de dar a mesma deferência, mas peço mais objetividade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não posso perder essa oportunidade única de ter o Dr. Luciano aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A minha preocupação é que estamos acumulando muitas perguntas. Já são 11h e nós temos que discutir hoje Lei de Licitações. É inadiável. Então Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, nós estamos em busca da deferência do Presidente Luciano Coutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Senador Flexa Ribeiro, a paixão dele pelo Pará é tanta que ele está com o fuso horário trocado. Senador Garibaldi com a palavra. V.Ex^a vai sempre ter saudade do Pará.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Presidente Luciano Coutinho, V.Ex^a, já que a palavra usada pelo Presidente foi deferência, V.S^a numa deferência ao Rio Grande do Norte citou um grande projeto, não apenas para o Rio Grande do Norte, mas para o Brasil, que é o projeto chamado projeto do aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Porque segundo o ex-Prefeito Jaime Lerner, que tem uma autoridade técnica muito grande e que recentemente numa entrevista a ISTO É ele afirmou isso, o aeroporto é estratégico, porque ele é o ponto mais próximo dos Estados Unidos e da Europa e da África. Então, ele poderia ter uma grande função de redistribuição de cargas e de redistribuição de passageiros. Porque hoje o turista que vem para o nordeste ele passa pelo nordeste, vai parar em São Paulo, passa o dia quase todo em São Paulo para voltar para o nordeste.

Então, eu creio que V.S^a realmente teve uma deferência, mas me permita eu queria mais. Eu queria saber se as tratativas junto ao Banco, se está havendo algum avanço. Evidente que não pode estar nessa carteira aqui já de empréstimos contratados e enquadrados ou em exame. Nem isso está. Que eu sei. E sei que também com recursos do Tesouro, esse aeroporto não vai poder ser construído porque ele é um investimento superior a 500, 600 milhões de reais.

Então, eu pergunto a V.S^a: O BNDES poderia ter uma equação, uma saída para viabilizar um projeto como esse, já que nós estamos sem figurar nessa coluna aqui dos projetos estruturantes junto ao BNDES? E o outro, seria a parceria com a PETROBRÁS para a realização do chamado pólo Gás-Sal que tem várias vertentes, e uma delas é uma fábrica de barilha a princípio estatal desde o Governo Geisel. Essa fábrica começou a ser construída, era uma empresa

estatal. Depois ela foi privatizada, e aí depois de privatizada pelo Grupo Fragoso Pires, quer dizer, pelo Governo ganhou o Grupo Fragoso Pires. E esse grupo não conseguiu viabilizar. É também um empreendimento que não é voltado apenas para o Rio Grande do Norte, mas é para fazer com que o Brasil não fique dependente dessa matéria-prima tão importante que é a barrilha.

Então, a primeira pergunta seria essa, e a outra pergunta seria o destaque, claro que V.S^a deu às inovações, e eu poderia lhe dizer que em 1986, como Prefeito de Natal, nós conseguimos contratar e viabilizar uma fábrica de reciclagem de lixo. Foi evidentemente um empreendimento pioneiro. Depois disso, nós constatamos aqui no Senado através de uma Subcomissão sobre reciclagem de lixo que não há tantos projetos nesta área no BNDES que a meu ver poderia ser um grande financiador, já que o déficit do aproveitamento do lixo é alguma coisa espantosa, enquanto que em outros países fazem disso um grande negócio. Não há como ficar enterrando lixo. Inclusive contribuindo para que a saúde seja comprometida, da nossa população. Então, Sr. Presidente, Luciano Coutinho, eram essas minhas duas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Garibaldi Alves. Próximo inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Luciano Coutinho, Sr. Presidente, eu tenho uma pergunta para fazer e quero lamentar ter que sair para acompanhar Prefeito numa audiência com o Ministro da Educação, Prefeito de Macaé do meu Estado. Mas é o seguinte. Nós estamos vendo que o Brasil tem hoje um saldo na balança comercial expressivo. Há vários Senadores nessa Casa, e eu sou um deles, que não vê sentido nenhum o Brasil continuar exportando commodities com Lei Kandir. Os preços são fixados no exterior e nós não estamos recolhendo tributos sobre essas commodities. São bilhões por ano para a melhoria dos serviços públicos no nosso País. Eu queria saber do senhor, Presidente, se há alguma estratégia do BNDES para incentivar essas empresas ao invés de exportar peso, exportar valor. Linhas de crédito para ajudar essas pessoas ao invés de produzir exportar soja, exportar algum produto agregado, algum outro produto da soja que tenha maior valor agregado. Dos minérios... Enfim, do nosso alumínio... Então, era essa a pergunta que eu queria fazer ao senhor. E também uma última que vai na linha do Flexa, por que não incentivar mais os nossos Bancos populares, ou a CAIXA ECONÔMICA, de repente o BANCO DO BRASIL, para que esses empréstimos à pequena e micro empresa sejam feitas fora da rede bancária privada onde

o custo do dinheiro acaba sendo muito grande. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Crivella. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, eu vou ser bastante objetivo em função da hora. Quero louvar aqui a iniciativa dessa Comissão trazendo aqui o Presidente Luciano Coutinho que hoje comanda com muita competência o BNDES. Eu vou ser bastante econômico aqui nas minhas palavras. Primeiro, registrar o papel do BNDES especialmente na viabilização de recursos para a infra-estrutura. No meu ponto de vista, o maior desafio do Brasil daqui para frente. Sem infra-estrutura o Brasil não cresce. E o BNDES tem um papel absolutamente fundamental nesse processo.

Eu estava olhando aqui a exposição do Presidente, Luciano Coutinho, e duas afirmações muito pertinentes. O BNDES principal fonte de financiamento de ativos fixos da indústria e da infra-estrutura. Papel estabilizador em fases de contração do crédito total. Acho que essas duas frases elas sinalizam muito bem essas afirmações o que é o BNDES e a importância dele para o crescimento e o desenvolvimento do País. E eu olhando aqui, Presidente, eu achei interessante uma das telas apresentadas é uma tela relativa a desembolsos por setor. V.Ex^a falou, V.S^a falou com muito conhecimento e retratando a realidade que nós vivemos, nós estamos hoje num *boom*, principalmente na exploração mineral, eu vi aqui o avanço nessa área de metalurgia que eu acredito mineração esteja incluída, nós tivemos uma avaliação em termos de operações do BNDES de 306%. Vejo também o crescimento da petroquímica, até constam aqui várias projetadas ligados a essa área de petroquímica mostrando que é uma área fundamental para o País, é uma área que vai exigir investimentos temos um déficit ainda nessa área petroquímica, principalmente de matérias-primas e nós precisamos inverter essa lógica. E me chamou atenção nessa relação alguns percentuais são menores, mas fruto do perfil do negócio, dos players envolvidos, mas o que me chamou atenção aqui, e essa é minha primeira pergunta, os desembolsos especificamente voltados para energia elétrica. No momento em que se fala em crise 2009, 2010, 2011, sei lá eu, se compararmos com as demais indústrias, a energia elétrica teve um crescimento muito pequeno apesar de existirem projetos aqui na carteira do BNDES voltados para o setor elétrico a Usina de Estreito, Santo Antônio, São Salvador, e assim por diante. Mas muito pequeno o crescimento. O que reflete o crescimento

tão pequeno nos financiamentos do BNDES para essa área de energia?

E a segunda pergunta que eu gostaria de fazer, Presidente, é com relação à petroquímica. Eu sei, por exemplo, quando foi... Quando a RIO POLÍMEROS foi idealizada e o BNDES teve um papel fundamental na implementação desse projeto, a RIO POLÍMEROS era um esquema basicamente tripartite. A RIO POLÍMEROS contava com investimentos SUZANO e UNIPAR de um lado, PETROBRAS do outro e BNDES. Se não me engano à época eram 33%. Hoje já não sei mais. Qual vai ser o papel do BNDES nesse esforço das petroquímicas? A tendência é o BNDES funcionar como um alavancador como foi feito na RIO POLÍMEROS ou para os demais pólos o BNDES simplesmente operar como um Banco efetivamente não como um acionista. Eu tinha outras perguntas para fazer, mas para não estender demais e não prejudicar o debate eu ficaria limitado a isso, e basicamente parabenizá-lo pelo trabalho, eu não tenho dúvida nenhuma que o BNDES hoje está na mão de alguém que conhece o setor como ninguém e não tenho dúvida nenhuma vai executar um grande trabalho à frente da diretoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Próximo inscrito. Senador Pedro Simon. Agradeço ao Senador Delcídio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNDES. Eu acho muito importante, Presidente, o assunto levantado pelo Senador Jefferson Perez e também pelo Senador Suplicy. O chamado Banco Popular de Bangladesh, hoje um empreendimento vitorioso e analisado no mundo inteiro, há muito tempo Senador Suplicy e outras pessoas vêm debatendo essa matéria aqui no nosso Estado. No nosso País. E eu apresentei um projeto que vou lhe entregar cópia, institui o Fundo de Assistência Financeira aos Micro Empreendedores. Onde destinavam percentual do BNDES exatamente para isso. Para os micro empreendedores. Esse processo teve parecer favorável e algumas ratificações positivas do Senador Antônio Carlos Valadares. Está parado aqui e não tem andado. Eu acho nobre Presidente muito importante essa questão. O Governo até criou o Banco do Povo, destinando a empréstimos pessoais, etc e tal que, aliás, não terminou bem, aqui no Senado discutimos que o dinheiro que o Banco do Povo gastou mais em publicidade do que em dinheiro aplicado. Mas eu vejo que tem nos Estados, no Rio Grande do Sul, por exemplo, tem instituições destinadas a isto. E eu vejo exemplos impressionantes, por exemplo, até numa outra etapa apoio à microempresa, e depois estão agora falando muito e tentando construir a chamada reunião aglomerada de pequenas empresas. Então no Rio Grande

do Sul tem casos impressionantes. Tem uma rede de farmácia que se somaram e praticamente as farmácias do Rio Grande do Sul está na mão deles. Porque eles compravam e vendiam de tal maneira que as pequenas farmácias não tinham como, o viajante não ia mais vender para a pequena farmácia. Porque ele vendia tanto para aquela rede que o que fizeram? Reuniram as pequenas farmácias, se constituíram uma rede. Essa rede ficou maior do que a outra. E hoje eles vendem muito mais barato que as outras. Que agora os viajantes vão lá, aliás, não precisa ir lá, há uma agência de compra para todas elas, e compra muito mais do que as outras. Então vendem a um preço muito inferior. A rede quando tinha, quando era dona do comércio, vendia pelo preço que queria. Agora não.

Um outro exemplo singelo, os pequenos jornais do interior, estavam todos quebrados. Jornalzinho do município do interior, mês saía porque tinha papel, outra não podia pagar papel, essa coisa toda. Fizeram uma rede. Hoje eles compram o papel pelo preço dos grandes jornais porque compra até mais do que eles, e a publicidade eles compram a publicidade para todos os jornais e tem publicidade de montão. Hoje os pequenos jornais do Município estão vivendo a sua melhor fase. Então são uma série de coisas nesse sentido que eu vejo o interesse do BNDES, eu vejo interesse do Governo inclusive quando digo criou o Banco do povo, mas nessa parte da microempresa, agora está começando. Por exemplo, essa área agora de (ininteligível) imposto, a organização da empresa é realmente algo espetacular. Eu acho que ou criar o Banco ou o próprio BNDES, podia ter um setor independente nesse sentido. Eu até gostaria, primeiro lugar se V.Ex^a me permite, eu lhe daria cópia do meu projeto, que é mais um para ver essa questão. E segundo lugar eu pediria, se V.Ex^a me permite, que a representação do Rio Grande do Sul que faz esse trabalho, a representação de Santa Catarina, que eu sei que faz um trabalho excepcional. Se pudesse marcar uma audiência com V.Ex^a para analisar e debater e explicar com V.Ex^a para que a gente pudesse realmente mostrar a V.Ex^a como que estão funcionando hoje muito bem, mas que se tivesse à presença de V.Ex^a e do Governo Federal de uma maneira geral, acho que era uma coisa fantástica e revolucionária. Eu vejo na Itália que é uma das grandes economias do mundo, não sei quanto que é hoje, se é 60 ou quantos por cento, que é da indústria familiar. E vai muito bem, obrigado. E são pequenas... Na Itália, a força da economia da Itália é na indústria familiar. É algo que pode ser feito e muito bem feito no Rio Grande do Sul, no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente. Apenas eu não poderia deixar de salientar a presença do Dr. Luciano Coutinho

que foi realmente uma das figuras mais extraordinárias nossa, inclusive quando V.Ex^a, Sr. Presidente, também era do MDB naquela luta de resistência debatendo, decidindo, reunindo-se. Me lembro inclusive V.Ex^a redigiu um documento que achar esperança e mudança, que foi dos documentos mais bonitos que eu vi e que fiquei realmente muito emocionado. V.Ex^a como o braço direito e o entendedor do Ministro Renato (ininteligível), V.Ex^a como amigo pessoal do Dr. Ulysses que tinha um carinho fantástico por V.Ex^a. O Dr. Tancredo que tinha carinho fantástico por V.Ex^a. Eu acho que... E nesse turno dessa vida toda, dificuldades, dúvidas, interrogações, e que V.Ex^a participou, ficou sempre firme nas suas idéias, no seu pensamento. V.Ex^a que tem o respeito de todos pela sua dignidade, pela sua correção. Vou ser muito sincero, meu Presidente Mercadante. É das nomeações que eu vejo que o Presidente acertou em cheio. Que bom se ele tivesse tido o cuidado de em todas as nomeações escolher alguém desse tipo. Acho que seria como eu acho agora tem lado positivo, por exemplo, cá entre nós a substituição do chefe da Casa Civil pela que está lá agora, eu acho que foi um avanço extraordinário. Pelo menos nunca mais se viu falar que no gabinete da chefia da Casa Civil tinha o trânsito que tinha no anterior. Mas o nome de V.Ex^a é um paradigma e o que V.Ex^a está fazendo num setor que conhece extraordinariamente que é o setor financeiro V.Ex^a que era o conselheiro de nós todos. Tinha alguma dúvida, vamos perguntar para ele. Vinha V.Ex^a para nos orientar, para nos esclarecer o que devíamos fazer, o que não devíamos fazer. Eu vejo com muita emoção V.Ex^a. e vejo com alegria que com o tempo a atuação de V.Ex^a vem tendo respeito e admiração por parte de todos.

Muito obrigado pelo trabalho de V.Ex^a. É uma emoção pra mim ver daquela geração de jovens tão interessados e tão preocupados, V.Ex^a está demonstrando a grande capacidade que tem. E realmente eu vejo hoje que o documento esperança e mudança que até um pouco de sonho daquelas propostas fáceis de serem expostas, mas não tão fáceis de serem executada, foi um grande documento realmente dos melhores que eu vi até hoje nesse País. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Pedro Simon, e sobretudo expresso acho que o sentimento dessa Casa em relação às palavras de V.Ex^a quanto a trajetória, o compromisso intelectual, a competência e a dedicação do Prof. Luciano Coutinho aos grandes temas nacionais e o que isso representa para impulsionar o BNDES. Nosso penúltimo inscrito, Senador Adelmir Santana. Com a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Sou eu, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós tínhamos encerrado as inscrições e estamos abrindo uma deferência especial a V.Ex^a.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Comissão, Aloizio Mercadante, Sr. Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. Naturalmente que quem chega depois não teve o privilégio de ver a explanação do Sr. Presidente do BNDES, mas eu queria fazer uma referência à questão do cartão do BNDES. Ainda ontem numa reunião do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE, realizada no Rio Grande do Sul, o conselheiro representante do BNDES fez uma exposição sobre o cartão BNDES. O que queremos louvar. É uma forma creditícia aos pequenos empresários, as empresas que se cadastrarem, porque tem a oportunidade da inter-relação entre fornecedores e aquisidores. Mas eu reporto esta questão do BNDES levando em conta o peso desse Banco e o volume desse cartão para fazer referência a uma discussão que está na Casa no que diz respeito às taxas que são cobradas pelas bandeiras de cartão de créditos para o credenciamento das empresas. Isto é, para fazer a interlocução entre compradores e vendedores. Taxas essas que são extremamente discrepantes no que se pratica em outros países do mundo. Então o que nós queremos nesta manhã é pedir a interferência do BNDES pela importância que tem de se associar a nós na busca de uma solução dessa relação que existe hoje que é extremamente pesada, e que naturalmente está embutido na formação dos preços de todas as empresas que querem se beneficiar dessa evolução que é exatamente o dinheiro plástico. É uma evolução que todos nós temos que reconhecer, é bom para o País, é bom para as empresas, é bom para os empresários, mas não pode continuar sem ter uma legislação específica que regule essas relações. As taxas cobradas hoje, não se refiro taxas de consumo, me refiro às taxas de intercambialidade entre empresas e as bandeiras de cartão de crédito. Elas são extremamente superiores aos preços cobrados em outros países. Chegando ao cúmulo de ser 300% mais alto do que alguns países pesquisados. Fizemos estudos em vários países do mundo, esse é um assunto que vem sendo discutido no Parlamento europeu, é um assunto que está no Senado da República americano, aonde as taxas são extremamente inferiores às nossas e aqui nós continuamos sem discutir essa matéria. As vendas são consideradas como venda a vistas quando na verdade não são, são vendas de mais 30 e as taxas são extremamente altas.

O que estamos querendo aqui questionar é o BNDES. Uma vez que entra nesse intercâmbio usando as bandeiras existentes, pode nos ajudar nesse processo trabalhando junto conosco objetivando a redução dessa carga. Não é possível ainda mesmo essas operações do BNDES entre empresas e outras uma taxa ser cobrada pela bandeiras da ordem de 3,5 quando a taxa de juros, a inflação no País é hoje em torno de 4%. Não dá para se compreender a cobrança disso. É um setor que cresce, cresce muito, cresce em escala, mas esse crescimento em escala não tem significado a redução dessas taxas para o credenciamento entre as empresas e as bandeiras de cartão de crédito. Fazemos aqui um apelo à Presidência do BNDES para se incorporar nesse processo de discussão dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Kátia Abreu, pediria bastante brevidade na intervenção porque nós já passamos de muito o teto da nossa audiência preliminar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero dar as boas-vindas ao Presidente do BNDES. E apenas dois questionamentos, Sr. Presidente. Primeiro, com relação, eu vi aqui a manifestação do Senador Eduardo Suplicy e também do Jefferson Peres e Roberto Simon pelo microcrédito, pelas pequenas e médias empresas do País, e a uma ou duas semanas atrás nós aprovamos aqui um financiamento internacional para o BNDES exatamente para investir nas micros e pequenas empresas que na verdade foi um dos debates que ocasionou essa Audiência Pública, então eu gostaria que o senhor explanasse como será repassado essas micro e pequena empresa, como pretende fazer, a que juros esse... não o BNDES vai pagar, mas micro e pequenos empresários do País como será utilizado esse financiamento que aqui foi aprovado nessa Comissão.

Segundo ponto, Sr. Presidente, nós sabemos que o Brasil investe em pesquisa e desenvolvimento tecnológico apenas 0,83% do seu PIB. Os Estados Unidos, 2.60. Agora, não podemos comparar o PIB dos Estados Unidos e o PIB do Brasil. Então 2.60 é um número infinitamente imenso comparado ao Brasil. A Alemanha 2,55, a Rússia 1.29. Nos Estados Unidos tem o escritório, o senhor sabe muito mais do que eu, e nós temos lá um escritório de marcas e patentes aonde o mundo inteiro ali registra as suas patentes. O Brasil em 2005 registrou 200... entrou com pedido de registro de 287 patentes. Enquanto que a China apresentou naquele mesmo ano 1.655 pedidos de patentes, a Coréia 13.600 pedidos de patentes e os Estados Unidos 189.000 pedidos de patente nesse escritório nos Estados Unidos. E o que me preocupa é exatamente este atraso que o Brasil tem em pesqui-

sa, principalmente na área de engenharia genética e bioprospecção. Não só as dificuldades, principalmente as dificuldades burocráticas, que o Estado impõe, mas também a falta de financiamento. Nós temos a lei de inovação tecnológica, mas infelizmente não foi implementada. E nós sabemos que uma empresa hoje normalmente apenas as multinacionais conseguem desenvolver esse tipo de pesquisa, gastam apenas para um produto como foi a soja transgênica no País em torno de 6 a 10 milhões de dólares para o desenvolvimento da pesquisa de um produto. Em compensação, esse produto gerou no Brasil um bilhão e 700 milhões de reais de lucro ao setor produtivo do agronegócio, especialmente da soja. E também as nossas empresas, médias e pequenas empresas nacionais que poderiam ser viabilizadas, capital necessário para implementar essa estrutura de empresas de pesquisa no País. A minha pergunta, é o BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, se não está muito alheio e a parte dessa situação, do investimento em pesquisa, especialmente na biotecnologia e bioprospecção. Se existe algum planejamento nesse sentido para que nós não fiquemos tão atrás da história como nós estamos. Para se ter uma idéia, esses produtos que aqui foram aprovados como a soja, o milho e o algodão esses três produtos aprovados no Brasil eles significam para o mundo como se fosse um fusca. Porque lá eles já estão na Mercedes-Benz. Então nós já estamos comemorando o atraso do primeiro mundo, que para nós aqui ainda está significando uma economia muito grande e por esses atrasos nós não estamos acompanhando o primeiro mundo em termos de pesquisa e desenvolvimento. Não só pela falta de recursos, mas principalmente pela questão burocrática de Governo os impedimentos que a CTNBio tem enfrentado no dia-a-dia para o desenvolvimento desses produtos.

Então eu gostaria que V.S.^a pudesse, como Presidente do BNDES, nos dizer algo a respeito desse assunto que é da máxima importância para o desenvolvimento de um País e seus segmentos econômicos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu. Eu, apesar de estar inscrito com antecedência, eu deixei falar ao final. Só queria reforçar alguns pontos com muita objetividade. Primeiro, Presidente, acho que mais uma vez nessa Comissão fica claro a necessidade do BNDES tomar iniciativa e criar instrumentos para regionalização do crédito. Hoje, especialmente o nordeste precisa de uma atenção especial de instrumentos novos e igualmente a região norte, mas sobretudo a região nordeste em função da evolução do crédito recente, é preciso o BNDES criar realmente

uma política mais agressiva. Fico animado com a motivação de V.Ex^a, mesmo porque é um pernambucano, para olhar essa questão da regionalização para pensar o Brasil como um conjunto. Mas é indispensável que haja uma posição mais agressiva e uma reavaliação dos instrumentos do BNDES.

Segundo lugar, também queria reforçar as intervenções que foram feitas aqui em relação ao crédito para micro e pequena empresas. Nós fizemos agora a Lei Geral da Micro e Pequena empresa que é esforço fiscal relevante. É instrumento fundamental de empreendedorismo de geração de emprego, distribuição de riqueza, e o cartão do BNDES é um instrumento muito eficiente que precisa ter escopo muito mais amplo do que tem hoje. E tanto fortalecer o cartão do BNDES quanto no repasse de recurso para as instituições privadas, reduzir a taxa de administração e reduzir, portanto, o custo operacional para que de fato a gente possa atingir esse segmento. E esses recursos do BID precisam ser rigorosamente orientados nessa direção. Porque é um (ininteligível) importante que o Banco está recebendo, e que precisa fomentar e impulsionar a micro e pequena empresa.

Terceiro, eu queria reforçar a intervenção do Senador Pedro Simon e Eduardo Suplicy no que se refere à economia solidária. Instrumento como cooperativismo, o crédito solidário, o micro crédito são instrumentos fundamentais para uma sociedade tão desigual como a nossa. E que uma parte muito importante da população produz em condições muito precárias no limiar da subsistência. Para ter uma dimensão social do BNDES, esses instrumentos e essas políticas precisariam ganhar uma estatura muito maior do que tem hoje no Banco. O Banco evidentemente não pode deixar os grandes projetos estruturantes do desenvolvimento nacional. Mas ele tem que olhar com mais atenção para essa área que é muito pouco desenvolvida no Brasil, por sinal em geral em relação às políticas públicas.

Eu teria só mais dois últimos comentários. Um em relação ao câmbio. Eu entendo que a apreciação recente do câmbio no Brasil tem evidentemente componentes que são estruturais. É a melhora no balanço de pagamento. O País tem 160 bilhões de dólares em caixa de reservas cambiais e que não tinha quatro anos atrás. O País que vem sustentando superávit comerciais superior a 40 bilhões de dólares e que durante muito tempo teve déficit da balança comercial. O País tem superado transações correntes, tem a apreciação do câmbio com uma taxa de câmbio flutuante. Agora, há um componente especulativo. E esse componente especulativo, o Governo precisa pensar instrumentos de políticas econômicas, monetária e fiscal que possam amenizar. Eu não sou favorável a nenhuma me-

da brusca muito menos tratar a saída de capital no Brasil. Mas na entrada acho que há mecanismos de amenizar esse movimento especulativo que é da natureza do mercado financeiro, mas que tem eu diria, começa a trazer impactos grandes na estrutura produtiva. Não só na reversão do saldo comercial, mas, sobretudo, quando nós vemos, por exemplo, o setor como a indústria automotiva as vendas crescendo 24% nos últimos 12 meses e a indústria crescendo 8.5%, mostra que há um problema que nós estamos perdendo parte do impulso de crescimento muito positivo do País em função da taxa de câmbio.

Gostaria de ouvir o comentário de V.Ex^a sobre essa matéria. Sei que não é da sua competência direta, mas o BNDES está lá na ponta sentindo o impacto do câmbio em relação à decisão do investimento e em relação à inovação tecnológica e em relação ao crescimento do Brasil.

E por último, último comentário em relação à questão energética. Nós temos um déficit energético já projetado hoje de 1.400 megawatts para 2011. E nós temos assistido leilões, por exemplo, e é uma forma evidentemente de evitar o racionamento, e uma pressão de preço relevante no futuro. Por exemplo, o Governo acaba de contratar mais de 1.300 megawatts de energia de óleo. Que é uma energia altamente poluente e que altera um pouco a matriz energética nossa que é altamente promissora nessa questão pelo potencial hidrológico e também por um potencial disponível de biomassa de co-geração, nós temos aí em torno de 5.600 megawatts. Nós vamos moer esse ano 4 milhões e 290 milhões de toneladas de grãos... 429 milhões de toneladas de cana, desculpe, e esse potencial de biomassas dá alguma coisa em torno de 5.600 megawatts de potencial até 2012, que é exatamente a travessia do deserto. Ontem os grandes projetos estruturantes como Madeira, Belo Monte, etc, não estarão prontos. Muito menos Angra 3.

Então, o BNDES tem o papel decisivo de pensar o financiamento das caldeiras, especialmente em vez de usar 42 bares, 25 bares, nós temos caldeiras já de 97, torres de 35 metros de altura, 75 metros de diâmetro que produzem 200 megawatts de energia. Então o financiamento ligado à inovação e aumento da capacidade energética, além de outros problemas de regulação, especialmente a linha de transmissão que precisariam ser resolvidos, sobretudo o Mato Grosso do Sul e centro-oeste. Se nós resolvermos a questão da transmissão e tivermos uma posição mais agressiva, nós vamos colocar no mercado uma oferta de energia limpa, renovável, e estratégica porque vai complementar a renda desse setor do ponto de vista da produção de etanol, e eu diria, dando um exemplo

do País liderando essa mudança da matriz energética e nós temos felizmente durante talvez quem sabe 10 anos essa possibilidade. Porque mais tarde, a queima da palha vai virar etanol. E nós vamos perder essa facilidade de acesso a essa matéria-prima e esse potencial energético que está disponível nesse momento. Então essas são minhas considerações e queria parabenizá-lo pela intervenção inicial e pedir também objetividade e brevidade, sei que não dá para responder tudo com profundidade, se for necessário nós faremos uma nova Audiência Pública no futuro pela qualidade das perguntas, a abrangência e complexidade. Muito obrigado.

SR. LUCIANO COUTINHO: Eu quero agradecer aos Srs. Senadores pela... Realmente pela qualidade de todas as questões colocadas. Quero agradecer especialmente ao meu querido Senador Pedro Simon pela sua manifestação carinhosa de... sabemos que nós temos... Tivemos um período muito próximo ao Deputado Ulysses Guimarães em que convivemos muito estreitamente. Guardo muitas saudades daqueles tempos heróicos, de resistência, luta pela democratização do País. E eu lhe tenho muito respeito, muito carinho, e agradeço a sua manifestação. Quero agradecer também a todas as questões, Senador Jefferson Peres fez questões muito importantes. Sem dúvida, Senador, hoje o debate desenvolvimentista versus monetarista é um debate um pouco superado, mas talvez o debate de desenvolvimentistas que sem dúvida querem a estabilidade entender o valor da estabilidade. E o que talvez separe um dos outros é que os desenvolvimentistas defendem mais pró-ativismo da política pública, mais coordenação entre o Estado e setor privado, mais criação de instrumentos institucionalizados de cooperação, enquanto que, digamos, a corrente monetarista ou corrente clássica confia muito mais no mercado e crê que o mercado pode dar todas as respostas. E eu me alinho certamente naqueles que olhando a experiência histórica do desenvolvimento...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, pela ordem, por favor. Ou nós estamos com problema de som ou a Comissão está com muito barulho. Eu gostaria muito de ouvir o Presidente do BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – As duas coisas estão acontecendo. Eu peço silêncio, especialmente daqueles que não são Senadores, ou mesmo as Assessorias para que a gente possa ter condições de ouvir com tranquilidade.

SR. LUCIANO COUTINHO: ... Acredita que a coordenação entre Estado, setor privado, a coordenação institucional, o desenvolvimento local depende de um pró-ativismo institucional e, portanto, eu creio que o desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento hoje têm um desenho muito mais sofisticado, mais elabo-

rado do que no passado. E que exigem sem dúvida nenhuma ação pública.

V.Ex^a fez várias outras perguntas importantes, eu compartilho consigo a relevância que a construção civil está tendo e poderá ter muito mais para o desenvolvimento do País. E compartilho também a sua visão de que as regiões menos desenvolvidas requerem um pró-ativismo da política pública, das intuições e especialmente do BNDES. Eu creio que o BNDES precisa ser muito mais presente, estar mais presente nas regiões menos desenvolvidas, mais atrasadas. Eu concordo, Senador Flexa, que o mínimo que nós temos que ter é uma correspondência entre o peso no PIB e o desembolso. E eu estarei muito feliz e muito empenhado em superar isso nas regiões mais atrasadas do País. E eu espero dedicar uma energia grande a aumentar a presença. E eu pedi recentemente aos Governadores do nordeste a oportunidade de que eles me convidem para a sua próxima reunião, os Governadores fazem reuniões periódicas, que me convidem para que eu possa ter a oportunidade de sintonizar, sintonizar a atuação do Banco com o nordeste. E eu acredito também que a região norte e eu considerarei seriamente como o BNDES possa estar mais presente na região norte. A região norte hoje é atendida aqui por Brasília e que realmente dada a importância dos novos projetos na região merece essa presença.

Com relação à questão do lucro do BNDES, eu vou falar depois para o Senador Jefferson, o Senador Simon, o Senador Suplicy e o Senador Mercadante sobre o microcrédito. Mas antes eu queria fazer um esclarecimento sobre a questão do lucro do BNDES. O BNDES realmente nesse semestre exibiu um lucro de 4 bilhões e 400 milhões de reais superando o ITAÚ o BRADESCO, no semestre. Mas eu quero esclarecer o seguinte, que esse lucro não derivou de juros cobrado de suas operações. O lucro derivado de juros, grosseiramente em torno de um bilhão e duzentos, um bilhão e cem, um bilhão e duzentos. A diferença adicional de lucros veio de uma extraordinária competência na recuperação de créditos duvidosos, de créditos inadimplentes do BNDES. Quando a recuperação de crédito consegue obter de volta algo que estava provisionado como prejuízo, a reversão da provisão vira lucro. Então, isso apenas revela a eficiência do Banco em recuperar créditos e revela também a liquidação de ações residuais em carteira que não tinham mais valor estratégico enquanto participação do Banco. O Banco aproveitou o bom momento de ascensão da bolsa de valores e liquidou. Então uma parte dessas ações vem de liquidações de ações periféricas na carteira do Banco, de ganho, portanto, em operações na Bolsa de Valores, e uma parte. Mas a parte mais significativa veio de recu-

peração de crédito. Portanto, o BNDES é sim um Banco lucrativo. Mas o seu padrão de lucro não é um padrão tão alto exatamente porque o BNDES opera com *spreads* mais baixos, o BNDES tem as taxas mais baixas e opera com prazos mais longo. Agora certamente eu quero que o BNDES continue sendo uma instituição eficiente, bem gerenciada e que dê resultados para o Tesouro Nacional. Boa parte dos lucros o BNDES tem transferido uma parte expressiva dos seus lucros para o Tesouro Nacional, tem remunerado o seu acionista que é a União e isso faz parte da sua missão pública também. Mas, feito esse esclarecimento, eu quero mencionar, eu quero me concentrar um pouco aqui na questão do papel social do BNDES, do microcrédito, do crédito à pequena empresa. E compartilhar aqui com os senhores a preocupação correta, absolutamente correta de que o microcrédito deve ser uma alavanca fundamental para o desenvolvimento de baixo para cima. Dos pequenos, dos excluídos, dos que não têm condição de desenvolver os seus negócios. Além disso, concordo com o Senador Mercadante que está aqui substituído pelo Delcídio, de que o crédito cooperativo. O crédito a cooperativa, como disse o Senador Simon, é essencial. A pequena empresa precisa unir forças para comprar bem, para enfrentar as grandes redes. As cooperativas de trabalhadores, a economia solidária, várias empresas que faliram foram entregues aos trabalhadores. Essas empresas têm uma outra lógica. Nós precisamos apoiar essas empresas. O BNDES tem se empenhado muito em apoiá-lo. Mas eu quero sublinhar o seguinte. O BNDES foi criado para ser um grande Banco de Desenvolvimento. Ele tem uma única grande sede espetada lá na Avenida Chile com o Paraguai no Rio de Janeiro. Um grande prédio, cerca de dois mil funcionários. O BNDES tem três escritórios regionais. Ele não tem nenhuma agência em nenhum Município. Ele não tem capilaridade. Nem foi criado para tal. Então a dificuldade de que o BNDES opere capilarmente é evidente. E por isso o BNDES precisa se valer da rede bancária privada para chegar. E precisa se valer da rede de instituições da sociedade organizada ou de Bancos estaduais e regionais de fomento. Esta dificuldade é real e esta dificuldade tolhe em grande medida a escala da operação do BNDES em microcrédito e em pequenas operações. Portanto, qual é a resposta que nós podemos e devemos dar a este desafio? Eu creio que é uma responsabilidade, um dever do BNDES ajudar o desenvolvimento das agências estaduais de fomento. Dos Bancos estaduais e regionais de fomento. Nós temos dois magníficos exemplos. O BRDE, que opera de forma extraordinariamente competente no apoio à pequena empresa e que nós pretendemos ampliar o nosso, estreitar o nos-

so relacionamento, aumentar os limites de operação do BRDE no Estados do Sul. E temos o BANCO DO NORDESTE. O BANCO DO NORDESTE é a instituição que melhor opera o microcrédito no País. E nós temos que aprender e apoiar através do BANCO DO NORDESTE. Tanto é verdade...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –

Não esqueça o Banco da Amazônia.

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não. Eu agrego o BANCO DA AMAZÔNIA que é extremamente importante e que no caso do microcrédito deveria mimetizar mais a experiência exitosa do BANCO DO NORDESTE. Tanto que o BANCO REAL, neste momento quer competir com o BANCO DO NORDESTE em microcrédito. O que mostra que o microcrédito pode ser um negócio viável para o sistema bancário, desde que ele opere com os percentuais de *spread* e de custo adequado para esta atividade. Em resumo, eu creio que o BNDES... Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só fazer uma intervenção, se o Dr. Luciano me permite. V.S^a fez referências aos três escritórios regionais... que o BNDES possui três escritórios regionais em três regiões. Uma das minhas perguntas era que tinha o quarto escritório na Amazônia e que foi extinto. Por que discriminar duas regiões, e não ter as cinco regiões atendidas pelo BNDES?

SR. LUCIANO COUTINHO: Senador, eu havia acabado de dizer, acho que o senhor não percebeu, que eu levarei em alta consideração a sua justa demanda de que o BNDES esteja presente com escritório na região norte. Por conta dos novos, da importância dos novos projetos na região.

Retomando a questão do microcrédito, e do crédito solitário e do crédito cooperativo, eu creio que uma missão importante do BNDES é ajudar as entidades da sociedade, o BNDES tenha operado o microcrédito através de Organizações Não-Governamentais, através de cooperativas, nós estamos empenhados em aumentar e continuaremos empenhados em aumentar a nossa capacidade de fazer o microcrédito. Mas isto depende de nossa capacidade de multiplicar as instituições que possam capilarizar esta atuação.

Então, esta é uma tarefa extremamente relevante e importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vou pedir só um intervalo muito breve, que nós estamos recebendo aqui em visita à Comissão, além do nosso vice-Governador, que é uma grande honra, homenageando aqui o nosso grande Estado de Santa Catarina, Senador querido desta Casa, queria parabenizá-lo aqui pela nossa presença. E estamos também recebendo nesse momento, acho

que combinaram junto, o Estado de Santa Catarina, a Sr^a. Embaixadora de Israel, que está acompanhada de uma representação do parlamento israelense através do Parlamentar Benjamin Elon, que vem a partir de uma conferência da (ininteligível) Israel, conferência Jerusalém Internacional que foi realizado recentemente agora em junho e veio para estabelecer contatos e tratativas da relação entre Parlamento israelense e o Parlamento brasileiro.

Solicitaria Senador Jefferson Peres, Kátia Abreu, Delcídio Amaral, se poderiam, por favor, trazer o convite à delegação de Israel, a Embaixadora e o doutor... Os três estão aqui para... Vamos aqui abrir um... estaremos abrindo um precedente regimental, mas a Comissão se sente honrada pela participação da Embaixadora e considerando que é um Parlamentar israelense, como já fizemos com outras delegações que aqui estiveram, nós gostaríamos em nome da Comissão de Assuntos Econômicos dar-lhes boas-vindas, dizer com grande atenção que nós acompanhamos todo o esforço de aproximação entre esses dois... Essas duas nações, Brasil e Israel, nosso interesse, somos um País que acolhe uma comunidade israelense muito expressiva, igualmente países que tem uma participação muito intensa aqui de imigrantes que vieram ao Brasil, ajudaram a construir o País do mundo árabe, e temos o interesse especial na paz daquela região de buscar soluções de paz duradoura que eu acho que é uma expectativa de toda a comunidade internacional, e queríamos também dizer todo o empenho dessa Comissão para a aproximação entre os dois países, entre os dois parlamentos. E pediria a V.Ex^a que pudesse fazer uma breve saudação aos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, nós estamos aqui numa audiência com o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Prof. Luciano Coutinho, mas fizemos questão de fazer essa breve interrupção para poder acolher V.Ex^a e a nossa Embaixadora.

SR. BENJAMIN ELON: (pronunciamento em inglês)

INTÉRPRETE: Distintos Senadores e membros do comitê, eu aprecio extremamente o seu tempo, agradeço muito a honra, como Presidente do comitê de Ciência e Tecnologia do Parlamento Israelense, eu só posso ser testemunha para fortalecer a introdução já feita pelo Senador Aloizio Mercadante. No passado Israel estava baseado em agricultura, o trabalho em Israel. Tivemos muito sucesso em criar novas invenções. Conseguimos lutar contra a ausência de água, de recursos naturais... Atualmente na situação de Israel a agricultura representa apenas 3% da economia, e hoje em dia a alta tecnologia, tecnologia de ponta representa 30%. Nós esperamos partilhar muitas coisas

com o Brasil e fazer também muitas coisas juntos. Em outubro nós receberemos uma delegação que vem do Brasil para discutir assuntos como esse. Ele diz que não quer interromper muito e que agradece mais uma vez pelo tempo e atenção de todos. E rezar com vocês todos pela paz em Jerusalém. Acreditamos que devemos ter isso, apesar dos obstáculos que nós temos com as facções radicais do Islã, como vocês não sabem não é tão simples. Enquanto estiver nas nossas mãos desejar a paz, nós acreditamos que podemos obtê-la. Pela minha experiência, eu sei que vocês estão muito ocupados e têm muitas coisas a fazer, então mais uma vez muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria agradecer...

(palmas)

Ao Parlamentar Benjamin Elon, a nossa Embaixadora de Israel aqui no Brasil, dizer que nós temos, do ponto de vista do Senado Federal, todo interesse na aproximação bilateral, especialmente na área de Ciência e Tecnologia, onde há um reconhecimento relevante da competência, das inovações e da contribuição de Israel para o desenvolvimento do mundo da produção.

E assim sendo, agradeço a presença e espero que breve possamos aprofundar esse diálogo e que sua missão no Brasil seja plena de êxitos para que a gente possa aproximar as duas nações e os dois povos. Muito obrigado.

SR. BENJAMIN ELON: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria agora convidar o Senador Leonel Pavan, vice-Governador para compor aqui a Mesa nessa Casa prestigiando essa Comissão e assim também nós nos sentiremos honrados com a presença de V.Ex^a aqui.

Com a palavra o Presidente do BNDES Luciano Coutinho para concluir sua intervenção.

SR. LUCIANO COUTINHO: Sr. Presidente, eu vou tentar abreviar muito aqui. Eu sei do adiantado da hora e a importância da pauta da discussão da Lei 8.666.

Eu quero muito sinteticamente dizer o seguinte. Senador Flexa Ribeiro, nós vamos olhar a questão do reflorestamento de longo ciclo. O BNDES deve se engajar de forma muito mais firme na política ambiental. Nós queremos ajudar a proteger a Floresta Amazônica, nós queremos reflorestar junto com a mata nativa, com a restauração da mata nativa. Nós queremos na política ambiental olhar a questão do lixo urbano, olhar a questão de melhoria de qualidade do abastecimento de água e de saneamento, o BNDES estará muito empenhado na questão da política ambiental e pretende auxiliar junto com o setor privado a insti-

tuição dos fundos de crédito de carbono, matéria na qual o Brasil está relativamente atrasado em relação a outros países. Então esta é uma agenda extremamente relevante sobre a qual a gente precisa dedicar grande atenção.

Em relação aos investimentos em infra-estrutura foram levantados por vários Senadores, o Senador Delcídio levantou um ponto muito importante e corresponde a uma imprecisão dos nossos dados, Senador. Aquele dado de 306 milhões referente por talvez na hora que foi feita a tabela, a distribuidora, a distribuição de energia, o dado completo incluindo geração chega a dois bilhões, e não apenas aqueles 308 ali de distribuição. Então ali há um erro, na verdade, aquele número é muito maior do que está ali. No total já aprovado até agora.

Agora, além disso, há no caso da energia elétrica, a taxa de crescimento do desembolso por enquanto não é tão alta, mas da aprovação é muito alta. E se Rio Madeira for de fato licitado agora em outubro teremos um número, um crescimento enorme dado o peso do Rio Madeira no volume. Eu estou perfeitamente consciente da importância estratégica do BNDES em dar apoio à geração de energia. É fundamental. E nesse sentido tomo aqui a observação do Exm^o. Senador Aloizio Mercadante de que a questão da co-geração de energia a partir do bagaço de cana ou de outras biomassas para gerar bio-eletricidade através de caldeiras é uma resposta essencial que precisa e será dada a partir de entendimentos que o BNDES vem mantendo sob a coordenação da Ministra Dilma Rousseff com a ELETROBRAS, com o Ministério de Minas e Energia, no sentido de acelerar os empreendimentos de geração de energia a partir da biomassa. A caldeira padrão a ser financiada pelo BNDES é de pelo menos 64 bar. Há necessidade, porém, Senador, de desenvolver uma rede de estações, subestações coletoras para que a usina de álcool possa entregar energia e o BNDES pretende melhorar o volume e as condições do financiamento a esse tipo de empreendimento, incluindo a transmissão privada. Não só todo o equipamento. E nós pretendemos também financiar a indústria de caldeiraria e a indústria de equipamentos para acelerar esse programa. E eu concordo inteiramente com V.Ex^a que essa é a resposta que nos dará segurança energética para atravessar o período mais difícil. Junto com o programa de conservação de energia. É também importante retomar um programa de conservação. Esses programas estão sendo discutidos nesse momento sob a coordenação da Casa Civil.

Então, finalmente quero ainda endereçar a questão levantada pela Exm^a Senadora Kátia Abreu, sobre a microempresa eu já comentei antes sobre o micro-

crédito, mas relativo aos investimentos em Ciência e Tecnologia. Senadora, eu tive a incumbência muito jovem de organizar o Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu levei os contratos de criação do Ministério de Ciência e Tecnologia ao saudoso Presidente Tancredo, dias antes da sua internação aqui. Infelizmente eu levei esses para que o Ministério de Ciência e Tecnologia fosse criado. Então eu tenho uma noção muito clara da relevância do que o investimento em inovação tecnológica e em ciência e tecnologia seja multiplicado no País. E eu acredito que o BNDES tem o papel central nisso. O BNDES está em cooperação estreita com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a FINEP, e nós pretendemos multiplicar a escala da nossa participação acionária em empresas inovadoras e no crédito à inovação. No que diz respeito à biotecnologia e a farmoquímica, nós instituímos uma linha especial de 4,5% de juro taxa final. É das taxas mais baixas. Exatamente em função da relevância dessa... da biotecnologia e da farmoquímica para o desenvolvimento do País. Acreditamos que as tecnologias de informação, a digitalização da TV, a universalização da banda larga para as escolas, o avanço no setor de software e no setor de semicondutores é uma tarefa na qual o BNDES precisa dedicar uma imensa energia. Estaremos dedicados a isso, estamos colaborando intensamente com todas as atividades nessa questão.

Com relação ainda à questão levantada pelo Senador Adelmir relativamente ao cartão BNDES, sem dúvida nenhuma, Senador, nós queremos que o cartão chegue da maneira mais... Menos custosa ao usuário final, que é a pequena empresa. No caso do BNDES, nós já estabelecemos junto à rede bancária um teto para a cobrança dessas taxas para realizar a venda através das bandeiras e essa taxa é de 3%. O teto é de 3%. Na média, a taxa está abaixo disso. E nós estaremos contentes em reduzir a medida em que a escala de operações aumente e nós nos associamos a esse desejo de negociar obviamente uma negociação comercial com a rede bancária para que essas taxas sejam as menores possíveis.

Eu creio que... Eu toquei em todos os pontos, certamente existem algumas perguntas. Há uma questão importante do Senador Crivella sobre a exportação apenas de commodities, eu acho que assisto inteira razão ao Senador. O Brasil não pode só exportar só commodities. Tem que enobrecer os seus produtos. Além de exportar minério nós precisamos exportar produtos siderúrgicos, precisamos exportar produtos mais elaborados, é de alto interesse do BNDES financiar toda a cadeia de valor para que o Brasil melhore a qualidade da sua pauta de exportação. Então eu creio que é impossível num espaço de tempo tão curto, Sr.

Senador Mercadante, poder responder em profundidade de todas as questões absolutamente pertinentes, relevantes, levantadas aqui, mas dentro do exíguo Tribunal de Contas que está sendo possível, eu...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Presidente, V.Ex^a esqueceu de mim.

SR. LUCIANO COUTINHO: Pois não, Senador. Desculpe... Não era...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Garibaldi.

SR. LUCIANO COUTINHO: Ah, sim. Desculpe, Senador. O aeroporto São Gonçalo do Amarante não está esquecido. A Ministra Dilma me pediu atenção ao projeto, nós realizamos uma reunião com a Exm^a. Governadora, com a sua equipe, com a INFRAERO, realizamos também uma reunião técnica de trabalho com os Secretários do Rio Grande do Norte mais a INFRAERO, eu já falei do assunto com o Ministro Nelson Jobim, o Ministro Nelson Jobim... e como a INFRAERO é um parceiro essencial nessa tratativa, nós estamos aguardando... como a INFRAERO sofreu uma mudança de direção, nós estamos aguardando a recomposição da direção da INFRAERO para retomar o projeto. Agora, pela sua complexidade, esse projeto vai exigir uma consultoria internacional. Nós não temos competência no Brasil para avaliar o tráfego global de carga entre hemisférios. A posição de Natal, a posição lá é realmente privilegiada como um ponto equidistante entre a Europa, hemisfério norte, etc. Agora, nós já elaboramos um termo de referência para licitar uma consultoria internacional estabelecendo o estudo técnico para dar suporte ao projeto. Porque nós precisamos saber se esse projeto eventualmente é viável como a PPP, como uma concessão, se é possível atrair o capital privado para através do instituto de subconcessão criar um aeródromo privado, que é possível, e trazer o capital privado para viabilizá-lo. Isto depende de um estudo sofisticado, de demanda, inclusive para que possamos ordenar no tempo modularmente a expansão do aeroporto. A idéia é que seja um aeroporto de grande escala, capacitado para receber essas mega aeronaves, essas novas aeronaves de grande porte. Mas o projeto não está esquecido, o BNDES levará adiante os estudos com a celeridade que a Lei 8.666 nos permitir. Nós temos que fazer a licitação normal da consultoria.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Essa consultoria será contratada pelo BNDES?

SR. LUCIANO COUTINHO: Sim.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Que ainda há a possibilidade de termos a ZPE

também na mesma área do aeroporto dando apoio a...

SR. LUCIANO COUTINHO: Sim. Há também a necessidade de examinar porque faria sentido que o projeto da ZPE que é perto fosse redesenhado em função do impacto do projeto do aeroporto. Aí nesse caso a consultoria pode ser brasileira. A idéia é de que entender o fluxo global de cargas é uma tarefa mais complexa em que, segundo os nossos especialistas, não existe consultoria com essa especialização no País. Isso seria dado a relevância do projeto e a responsabilidade do projeto importante que a gente tenha o suporte de instituições internacionais. Nós estamos em entendimentos com o Banco Mundial, com o BID e com o Banco europeu de investimento através do qual o BNDES possa ter uma linha de cooperação para consultorias no exterior. Então, no projeto não está esquecido, e será levado adiante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Garibaldi, eu só queria...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu quero apenas agradecer ao Presidente. E a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E a todos aqui pela intervenção qualificada que V.Ex^a patrocinou. Nós estamos com mais três pedidos de inscrição, quatro. Três inclusive, Senadores chegaram posteriormente e não puderam participar da fase de debate. E estamos com um limitador bastante severo, porque a audiência era para ser de uma hora, uma hora e meia, nós estamos já a umas três horas discutindo o BNDES.

E nós temos na pauta como primeiro item de pauta a mudança na Lei de Licitações que é tema extremamente complexo, de grande interesse do País. Hoje será a única oportunidade de nós debatermos, porque teremos que votar na próxima terça-feira. Por sinal esse projeto de urgência constitucional e nós aprofundamos já há duas Sessões as negociações, precisaríamos hoje informar o Relatório do Senador Suplicy e abrimos uma discussão conclusiva sobre a matéria. Em função disso eu pediria, se os Senadores inscritos poderiam abdicar da palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Presidente, a minha intervenção é de 30 segundos. Só perguntar ao Presidente de BNDES quantos bilhões o BNDES está disposto a aportar nas usinas do Rio Madeira, tendo em vista que é um empreendimento de 20 bilhões de reais é claro que o consorcio vencedor do leilão deverá recorrer às instituições financeiras.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, eu só gostaria de... Se V.Ex^a. o permitir, só a resposta Presidente Luciano Coutinho, sobre a questão

petroquímica. O BNDES na petroquímica em função aí de todas essas operações que tem ocorrido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– O Senador Mercadante está nos olhando com cara feia, e quando ele olha com cara feia a gente fica com medo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a quando chega só abrilhanta essa Comissão. Saudado sempre com entusiasmo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Partindo do Senador Mercadante, realmente... Nordeste, V.Ex^a já falou sobre o nordeste, eu estava assistindo, mas a aplicação no nordeste caiu de 12 para 8, menos de 8. O PIB do nordeste é 14. A população é perto de 30. Eu tenho feito aqui um esforço, inclusive propus uma aplicação em cima do BNDES de aplicação mínima e que o Senador Mercadante foi contra de uma maneira muito veemente. Evidentemente que se o BNDES tem uma política de desenvolvimento e aplica abaixo do PIB e muito abaixo da participação de população, a política de desenvolvimento nacional o nordeste não está incluído.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria comentar que V.Ex^a cometeu uma injustiça. Primeiro que eu fiz ênfase a essa questão na intervenção anterior. E segundo, o projeto de V.Ex^a foi aprovado no Senado Federal foi para Câmara. Na fase inicial a forma como formatada, realmente, eu demonstrei algumas preocupações especialmente a compulsoriedade do BNDES-PAR, mas não o financiamento do BNDES. Senador Eduardo Azeredo, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, também é rápida a minha colocação. O BNDES, Presidente Luciano Coutinho, tinha uma linha de financiamento para os hospitais filantrópicos, as santa casas, não só para reequipamento, mas até mesmo para uma reestruturação da dívida das santas casas. Eu queria saber se já há uma previsão de retorno dessa linha que evidentemente era uma linha com juros menores, era 50% da TJLP, e essa questão permanece muito urgente, muito necessária para os hospitais filantrópicos.

SR. LUCIANO COUTINHO: Quero agradecer as perguntas adicionais dos Exm^{os} Senadores, e objetivamente para ajudar aqui o debate depois sobre a 8.666. Sobre petroquímica, Senador Delcídio, a posição do BNDES é muito clara. O BNDES entende que a petroquímica deve ser um negócio com maioria privado, há uma estrutura de participação da PETROBRAS num grande grupo, que é o grupo BRASKEM, e nós acre-

ditamos que essa transação recente permite a criação de um novo grupo petroquímico que incorpore os ativos recém adquiridos da SUZANO pela PETROBRAS aos ativos da UNIPAR, formando um novo grupo privado. Nós estamos já em tratativas, obviamente não posso entrar em detalhes, com o grupo UNIPAR para fortalecê-lo e apoiá-lo de tal maneira a viabilizar que esses ativos petroquímicos possam estar incorporados num grande empreendimento que tem a escala e eficiência para operar competitivamente. Então essa é a posição.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente, só... E a participação do BNDES na RIO POLÍMEROS, em função dessa re-arrumação na área petroquímica?

SR. LUCIANO COUTINHO: A participação do BNDES será aquela conveniente para viabilizar o processo. O BNDES é um investidor estratégico, ele pode permanecer, ele pode ajudar a fortalecer o setor privado. Isso dependerá de tratativas ainda em curso. Mas não é... o BNDES entende que a sua participação é fundamental para a estruturação desse empreendimento. Isso, enfim...

Com relação à questão levantada pelo Senador Valdir, Exm^o. Senador Valdir Raupp, o BNDES participará indubitavelmente da estruturação do fandin(F) para o Rio Madeira. Através de duas modalidades. De um lado o BNDES pode participar no equíte do projeto, na composição acionária do novo bloco empreendedor dependendo do consórcio vencedor. O BNDES estará à disposição, assim como alguns Fundos de Pensão nos mandaram correspondência oferecendo como eventuais participantes de um bloco de capital, e o BNDES estará pronto através da BNDES-PAR de participar do bloco empreendedor se assim for do desejo. Do outro lado, o BNDES estará preparado para ser junto com um *pull* de Bancos privados, o financiador do projeto. Grosso modo, dos 10 bilhões de dólares para o projeto. Evidentemente o BNDES não pretende financiar isso sozinho, pretende financiar isso em parceria com conjunto de Bancos privados e nós temos mantido tratativas com vários dos grandes Bancos para assegurar que esse financiamento será, estará pronto, estará disponível para viabilizar o projeto. Obviamente o nosso interesse é alavancar o máximo a participação privada para comprometer o mínimo da nossa capacidade financeira. Mas nós podemos assegurar desde já que o BNDES tem condições de assegurar este processo de financiamento, liderando o *Project Finance* junto com o setor privado.

Com relação à questão do Senador Eduardo Azeredo... Senador, o BNDES está reestudando a sua linha de apoio do fundo social, e por coincidência ontem

nós tivemos uma reunião de trabalho extremamente profícua com o Sr. Ministro da Saúde, no qual um dos temas tratados foi a questão dos hospitais filantrópicos e dos hospitais universitários. É desejo do BNDES reativar logo o seu apoio a esses hospitais, mas num padrão de gestão exemplar. Eu diria que o exemplo da Santa Casa lá em Porto Alegre, que é uma das mais bem sucedidas operações, deveria ser um paradigma. Então nós queremos juntamente com o Ministério, e eu quero levar isso à consideração do Sr. Presidente da República, nós queremos investir, sim, em apoiar os hospitais filantrópicos, mas nós queremos fazê-lo junto com uma reestruturação profunda da gestão. Nós queremos que esses hospitais sejam exemplares em matéria de gestão. Porque senão às vezes você faz um esforço muito grande de apoio e esse esforço é mal aplicado, ele não produz os resultados desejados.

Finalmente, meu... Senador Tasso Jereissati, é uma satisfação tê-lo aqui e responder sua questão. A sua questão coincide, Senador, com a minha preocupação aqui exatamente os mesmos números que V.Ex^a fez referência da participação na população no PIB e na carteira do BNDES. Eu entendo como, inclusive como nordestino, que essa não é uma situação correta e aceitável. E eu assumo perante os Srs. Senadores aqui o compromisso de empenhar ao máximo todas as minhas energias para que o BNDES, no mínimo, seja... Tenha um peso igual ao do PIB. No mínimo. O ideal é que o BNDES tenha uma participação superior na região, nas regiões menos desenvolvidas. Nós temos, é claro, a presença do BANCO DO NORDESTE que de alguma maneira compete com o BNDES, mas eu tenho certeza, Senador, que um esforço dedicado do Presidente do BNDES, pessoalmente, eu estou estruturando na Presidência do Banco uma Assessoria Especial para supervisionar a atuação regional do BNDES, com o foco especial no nordeste, eu deverei estar me reunindo com todos os Governadores do nordeste a meu pedido para sintonizar a atuação do Banco com a atuação dos governos do nordeste. Eu tenho certeza que levando adiante o projeto da transnordestina, levando adiante vários projetos estruturantes e importantes, falarmos aqui do projeto do aeroporto no Rio Grande do Norte, mas eu falo dos novos projetos, dos projetos siderúrgicos em Pecém e outros projetos relevantes em Suape. Nós teremos, além dos outros projetos importantes de infra-estrutura urbana no nordeste, nós conseguiremos subir esta participação. Mas eu quero mais que isso. Eu quero olhar os espaços no nordeste de rarefação de atividade econômica. Eu quero olhar no mapa do nordeste aonde não existem grandes projetos e perguntar a mim mesmo como Presidente do BNDES. O que é que nós pode-

mos e devemos fazer para desenvolver atividades de baixo para cima, arranjos produtivos, o que é que nós podemos fazer para que o Banco tenha efetivamente um papel indutor do envolvimento da região.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Presidente, só um minutinho. Eu conheço muito bem... há muitos anos, sei da sua preocupação e da sua... Do seu enfoque, da sua vocação para a questão de desenvolvimento regional. A minha pergunta é se não acha... que hoje V.S^a está na Presidência. Mas isso não tem acontecido, como mostra esses dados. Se não deveria ter algum instrumento institucional que obrigasse o BNDES, independente de quem tivesse na Presidência de ter essa visão regional específica.

SR. LUCIANO COUTINHO: Eu creio que a criação dentro do BNDES de uma estrutura nova permitirá que esses resultados venham a ser alcançados perenemente. Salvo que essa estrutura seja desfeita. Mas a idéia é construir dentro do Banco uma estrutura horizontal que faça a articulação da ação regional do Banco, olhando infra-estrutura, olhando os projetos industriais, agro-industriais, serviços, infra-estrutura social, de uma maneira integrada. Se esta estruturação for consolidada dentro do Banco, eu acredito que nós teremos dado um passo definitivo nessa direção. Mas eu compartilho com V.Ex^a toda a preocupação, acredito que é um dever do Senado olhar como mandatário da questão federativa, olhar como os Bancos de desenvolvimento estão distribuindo seus recursos deste ângulo, do ângulo do desenvolvimento regional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu vou encaminhar a sugestão, que a próxima vinda do Presidente Luciano Coutinho a Brasília, os Senadores interessados nós possamos fazer uma reunião mais aprofundada sobre essa questão da regionalização dos financiamentos. Esse é um tema relevante, é um sistema indispensável ao País, nós temos que pensar um projeto que estimule e diminua as assimetrias regionais e essa agenda ficará, portanto, tanto a questão da região norte, nordeste, centro-oeste, como pauta de um encontro futuro dos Senadores interessados com o Presidente do BNDES.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 30 segundos, Sr. Presidente. Quero só parabenizar o Dr. Luciano Coutinho pela exposição e pela... Tenho certeza absoluta pelo grande trabalho que fará a frente do BNDES. Só pediria a V.S^a que tivesse o mesmo entusiasmo que teve com a região nordeste do nobre Senador Tasso Jereissati com a Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Terá. Terá e ainda vai poder depois a próxima visita que fará a Belém ser recebido com entusiasmo por V.Ex^a com sorvete de cupuaçu e açaí.

E assim sendo, quero agradecer o Presidente Luciano Coutinho pela dedicação, pela qualidade da intervenção, pelos dados que ofereceu a essa Comissão, pela agenda de futuro que nós saímos daqui com essa reflexão e suspender por um minuto para nós podermos nos despedir do Presidente Luciano Coutinho e imediatamente iniciaremos a votação da lei de licitações.

SR. LUCIANO COUTINHO: Muito obrigado, Senador, foi um prazer grande e estarei de volta para outra oportunidade. Muito obrigado.

2ª PARTE – 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – (soa a campainha) Queria solicitar a todos os Senadores que retomem nossos trabalhos. Nós vamos dar início agora...

Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa e leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Pauta. Primeiro ponto da pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº. 32/2007, não terminativo. Altera dispositivos da Lei 8.666 de 21 de junho de 93 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Autoria, Presidência da República. Relatoria, Senador Eduardo Suplicy. O parecer é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que está sendo apresentado.

(soa a campainha) A matéria já foi apreciada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com pareceres favoráveis ao projeto, com Emendas.

No dia 7 de agosto, nós tivemos uma Audiência Pública com a participação de várias entidades nacionais afins ao tema. Depois, tivemos algumas reuniões com o Ministro Paulo Bernardo e com o Secretário-Executivo do Ministério João Bernardo para discutirmos o tema com os Senadores mais diretamente envolvidos com esta matéria. A nossa disposição hoje é tomar conhecimento do Relatório do Senador Suplicy, abrir a discussão para que a gente vote inadiavelmente na próxima terça-feira este tema. Portanto, com a palavra o Relator, para oferecer o seu voto, o seu substitutivo a essa Comissão.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. O projeto apresenta-se disposto em 6 artigos, dentre os quais o art. 1º que modifica 20 artigos da Lei 8.666/93 concentra maior relevância.

Entre as principais modificações ali realizadas podemos destacar o acréscimo do Pregão às modalidades de licitação previstos no art. 22 da Lei 8.666/93, bem como a obrigatoriedade de sua utilização para todas as licitações do tipo menor preço inferiores a 51 milhões de reais. A possibilidade de aplicação de sanções pelos Tribunais de Contas, as empresas que pratiquem condutas lesivas ao patrimônio público, o melhor controle sobre a elaboração de projetos básicos e executivos nas obras públicas, a diminuição das possibilidades de aditamento contratual, a possibilidade de utilização de sítio eletrônico oficial para dar publicidade à licitação de seus respectivos atos, eventualmente substituindo a empresa oficial a critério do Poder Executivo da respectiva esfera de Governo. As normas contidas do art. 1º a disponibilização do sistema de cadastramento unificado de fornecedores administrados pela União, as unidades administrativas da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios também merece destaque. O art. 2º inclui na Lei 8.666/93, o art. 15 A, que determina a instituição do cadastro nacional de registro de preços sob a responsabilidade da União a ser disponibilizadas unidades administrativas da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios. Constituirá medida útil para evitar o superfaturamento uma vez que os orçamentos realizados pelas diversas unidades da administração pública poderá basear-se nos preços médios praticados no País para os mesmos bens.

O art. 3º determina que seja publicado em até 30 dias da publicação das novas alterações o texto consolidado da Lei 8.666 no art. 4º, é criada a nova modalidade de dispensa de licitação para aquisição e contratação pelo BANCO DO BRASIL de bens e serviços necessários à execução do serviço de meio circulante quando a publicidade dos projetos memoriais e termos de referência por prejudicial à segurança da atividade.

A cláusula de vigência estabelecida no art. 5º difere do habitual e se deve ao impacto do projeto à necessidade de adaptação de diversos procedimentos em virtude do que a *vacatio legis* será de 30 dias a contar da publicação da lei podendo os Estados e o Distrito Federal por meio do Decreto do respectivo Poder Executivo adiar o início da vigência da lei para até 60 dias contados da sua publicação e os Municípios para até 120 dias. O art. 6º revoga o § 4º do art. 41 da

Lei 8.666/93 uma adaptação necessária a modificação dos efeitos dos recursos em matéria de licitações.

Passamos à análise inclusive de todas as proposições e Emendas apresentadas. Vale a pena citar o trecho do parecer na Comissão de Ciência e Tecnologia na qual funcionou como Relator o Senador Romeu Tuma. Esse projeto tem origem nas experiências de utilização do chamado Pregão Eletrônico instituído pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 que trouxe excelentes resultados especialmente no que tange a agilização nos certames de agilização que tiveram seu prazo médio reduzido em 50%, bem como no que se refere à redução dos custos das contratações diminuídos em 20%. Essa nova modalidade agora é incorporada ao texto da lei de licitações e contratos administrativos.

O Presidente da República nesse seu segundo mandato vem buscando imprimir novo dinamismo à economia do País, sobretudo, a partir de uma postura mais proativa do Estado, destinada a gerar o desenvolvimento econômico. O mecanismo adotado para isso batizado de Plano de Aceleração do Crescimento, PAC, engloba investimentos em infra-estrutura de transportes, energia e geração de empregos. É evidente por se tratar de dinheiro público, não poderia ser gasto sem o devido processo licitatório. Isso constitui o impulso que faltava apresentação no presente projeto que vinha sendo gestado no Ministério do Planejamento desde o início de 2004. A necessidade de dinamizar os processos licitatórios tem, portanto, o principal objetivo de estimular o crescimento. A discussão realizada nas Comissões anteriores foi profícua, foram aprovadas mais de 20 Emendas que melhoraram substancialmente o texto oriundo da Câmara. Tais medidas não de ser reconhecidas por nossos pares na outra Casa do Congresso Nacional que espero as aprovarão quando forem aprovadas a apreciá-las para modificações que serão implementadas pelo Senado.

Assim, acompanharemos os entendimentos fruto das deliberações das Comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia. O que julgamos ser além de um tributo aos trabalhos desenvolvidos pelos Senadores Romeu Tuma e Jarbas Vasconcelos, reconhecimento ao esmero com que se analisou o tema naquelas oportunidades. Nossa posição quanto às Emendas apresentadas é de aprovação daquela já acolhidas pelas Comissões e rejeição das demais afastando-nos dessa orientação apenas quando as alterações ao projeto por nós preconizadas a seguir forem divergentes das conclusões daquelas Comissões. Para facilitar a identificação de nosso posicionamento relativamente a cada Emenda, apresentamos manifestação pormenorizada no anexo que acompanha o

Relatório sendo conveniente ressaltar que a grande maioria delas foi acolhida com preduzir(F) que a Audiência Pública realizada pela CAE em 7 de agosto foi muito proveitosa, proporcionando-nos ambos esclarecimentos aos membros da Comissão a respeito dos pontos do projeto que ainda mereciam estudos mais aprofundado. Gostaríamos de consignar e cremos que o fazemos em nome de todos os membros da CAE nossos agradecimentos aos participantes da audiência. Drs. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. André Cresci(F), Diretor da Secretaria de Fiscalização das Obras do Tribunal de Contas da União, Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira de Indústria e Comércio, Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura da Indústria de Base, e Luis Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato da Indústria de Construção Pesada.

Concordamos com a maior parte das contribuições ofertadas pelas Comissões e passamos agora em enumerar as propostas de alterações.

Entendemos que o valor de referência fixado na CCT a partir do qual será obrigatória a publicação de aviso de licitação nos jornais de grande circulação foi muito elevado. Se por um lado é verdade que assim a administração economiza em gastos com anúncios, por outro lado há de se reconhecer que o princípio da economicidade previsto em lei não pode superar o da publicidade ao qual a Constituição atrela gestão da máquina pública. Assim, propomos que ao invés de seis o valor do convite, ajustemos o referencial para duas vezes e meio o mesmo valor, retornando, portanto, ao valor proposto pela CCJ no § 6º do art. 21 da lei. Julgamos que a necessidade de adaptar as novas disposições do projeto os sistemas estaduais e municipais de licitações eletrônica exige um período maior que o estabelecido na cláusula de vigência do art. 7º do projeto. Motivo pelo qual facultamos um prazo de 12 meses para as eventuais adequações ao sistema de chaves públicas brasileiros. O maior prazo se justifica também pela necessidade de adaptação dos diversos entes públicos ao uso do mecanismo denominado “carimbo de tempo” imprescindível para testar o cumprimento dos prazos de publicação dos atos oficiais relativos aos certames. Como se trata de instrumento essencial para garantir a correção dos processos licitatórios, havemos por bem, após análise detida do texto prever no inciso 4º do art. 21 a obrigatoriedade de uso do “carimbo de tempo” nas licitações eletrônicas. Já não faz mais sentido submeter a divulgação dos avisos de licitação ao bel-prazer dos administradores públi-

cos que não queiram ou eventualmente não possam construir sítios eletrônicos oficiais nos moldes da ICP Brasil. Propomos, pois no § 8º do art. 21 da lei tornar obrigatória a divulgação na internet ressaltando a possibilidade de que tal publicação se dê no sítio do Governo do Estado ou grupo de Municípios. Buscando aumentar a competitividade e favorecer as melhores condições para elaboração por parte dos licitantes das suas propostas técnicas e de preço, entendemos necessário aumentar de 8 dias para 15, a antecedência com a qual deverão ser publicados os avisos de editais de pregões de obras, bem como os pregões realizados no tipo técnica e preço. Esses últimos incluídos na lei por sugestão do Governo do Estado São Paulo, como veremos no item 13. Efetuamos o aumento do referido prazo para alteração no § 2º do art. 21 da lei. Pareceu-nos também que tornar o Pregão obrigatório para todas as licitações do tipo menor preço de valor inferior a 51 milhões de reais, seria exagerado. Acreditamos que tornando o pregão obrigatório até o valor de referência da tomada de preço para obras 3,4 milhões facultando-o a partir daí chegaremos a um compromisso ideal entre a administração pública e os princípios da economia e eficiência. Nesse sentido é alteração do § 9º do art. 23 da lei. Ainda nesse ponto atendendo ao pleito do Senador Dornelles, eliminamos a parte final do referido parágrafo que exigia justificativa por parte da autoridade responsável sob pena de responsabilidade quando promovesse licitação de valor acima de 3,4 milhões de reais. Do tipo menor preço por modalidade diversa do Pregão. Com isso, a autoridade administrativa não se sentirá constrangida a adotar o Pregão nesses casos deixando-se claro o caráter facultativo de seu uso nas licitações de maior porte.

Para evitar que empresas aventureiras e sem experiência no ramo de engenharia se apresentem com sucesso em pregões de obras aumentando os riscos de inexecução contratual, execução deficiente, promovemos mudança no art. 4º da Lei do Pregão para dispor que do Pregão de obras o serviço de engenharia com valor orçado superiores a 3,4 milhões de reais, somente em partícipe licitantes detentores do certificado de registro cadastral nos termos do art. 36 da Lei 8.666. Com o objetivo de eliminar discussões sobre a constitucionalidade de tal regra baseadas no argumento da redução do universo licitantes, resolvemos também abrir a possibilidade de que o objeto do certame seja adjudicado ou não cadastrado que oferecer a melhor proposta. Desde que ele comprove após o julgamento preencher todos os requisitos estabelecidos para obtenção no certificado de registro cadastral no ramo de atividade ao qual se refere o objeto do Pregão condicionando a celebração do contrato ao cadastramento

do adjudicatário. A obrigação de que licitações objetivando a celebração de contratos que envolvem recursos federais sejam também divulgadas no sítio oficial da União, deve estender-se aos casos que envolverem recursos da atividade administração direta federal. Ao lado disso, parece-nos necessário que no caso de licitações para contratos que envolvam dispêndio de recursos aos Estados ou de entes de sua administração indireta, regra similar determinando a publicação dos editais no sítio oficial do Estado seja prevista. Nesse sentido, aperfeiçoamos a redação no § 7º do art. 21 da lei. A ampliação do uso do Pregão somado a nova limitação de que a proposta técnica no certame e técnica e preço supere 50% da avaliação final, poderia prejudicar sobremaneira as licitações de informática de natureza predominantemente intelectual, motivo pelo qual julgamos prudente vincular a essa espécie de serviço às licitações do tipo técnica e preço. Ou de melhor técnica. Por alteração do § 4º do art. 45 da lei. Na redação proposta, § 6º do art. 56 da Lei 8.666/93 julgamos que o melhor será permitir que a garantir a 10% do valor do contrato possa ser aplicado à juízo da administração. Quando o valor proposto pelo licitante for inferior a 80% do valor orçado pela administração, ao contrário dos 70% atualmente propostos. Essa alteração irá tornar mais difícil que aventureiros utilizem procedimentos indevidos para pressionar a administração pública a aceitar suas condições. Pois a exigir-lhes, uma garantia adicional, evita-se a participação na licitação de licitantes mal-intencionados.

Outrossim, entendemos que a proposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia no § 7º do art. 87 da lei, para imposição das penalidades a empresas que cometam irregularidades em contratos e licitações diretamente pelo Tribunal de Contas não é a ideal. Isso porque segundo a Emenda aprovada na CCT, o Tribunal de Contas da União teria que recorrer a um Juiz de 1ª Instância para aplicar a sanção. O que no mínimo seria um desprestígio à atuação da mais alta Corte de Contas do País.

Por outro lado, submeter a autorização prévia do STF poderia sufocar ainda mais a atuação da Suprema Corte que justamente se encontra buscando formas de aliviar-se da carga de processo sob sua análise. Assim julgamos que sujeitar a aplicação da penalidade da deliberação de 2/3 da composição do Tribunal de Contas competente seria uma forma de dar segurança contra a arbitrariedade e ao mesmo tempo evitar os problemas apontados. Tendo sempre em vista a necessidade de se evitar prolongadas interrupções no curso dos processos licitatórios, no sentido de complementar a implementação de projeto de notório interesse público, mas igualmente cientes do papel fundamental do Tribunal

de Contas na fiscalização das licitações de contratos administrativos, entendemos deva ser promovida alteração no art. 45 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, para se fixar prazo máximo de vigência das medidas cautelares concedidas pela Corte, suspensiva de ato ou procedimento administrativo, prazo esse que propomos ser de 90 dias.

Com isso, ao lado de positivarmos uma prerrogativa do Tribunal que ainda não figura expressamente na sua lei orgânica, tendo sido reconhecida pelo STF como um dos poderes implícitos àquela Corte de Contas, impediremos que em virtude mora no julgamento definitivo o processo licitatório permaneçam por muitos meses ou mesmo anos pendentes de conclusão. Em detrimento do bom funcionamento da administração em última análise em prejuízo à população destinatária dos serviços públicos.

Atendendo a solicitação do Governo do Estado de São Paulo, promovemos mudanças na disciplina da modalidade de leilão. Hoje, por força dos artigos 19 e 22, § 5º da Lei Geral de Licitações, a alienação de bens imóveis por leilão, só pode ocorrer quando eles tiverem sido adquiridos pela administração mediante procedimentos judiciais ou da ação em pagamento. Os demais casos a concorrência e a modalidade obrigatória. O desiderato do Governo estatal é ampliar as possibilidades de alienação de bens e imóveis por leilão. Idéia a qual somos favoráveis. É importante ressaltar que o Governo do Estado de São Paulo tem tido crescente experiência nessa área. Acreditamos mesmo que o regramento hoje vigente para o leilão deveria não apenas ter seu âmbito de aplicação ampliado para englobar a venda de imóveis, mas também ser aperfeiçoado desdobrando-se a fase de julgamento em duas etapas realizadas numa mesma Sessão. A de oferecimento de proposta descrita em envelope fechado e de apresentação de lances sucessivos pelos licitantes que oferecerem as melhores propostas na etapa anterior. Com isso, proporcionaremos ares maiores em relação ao valor orçado pela administração. Pois o desconhecimento do teor das propostas escritas dos outros interessados, aliada à chance de ser excluído da fase de lance estimula o licitante a apresentar sua proposta inicial em valores mais altos. Nesse sentido, procedemos no texto substitutivo a revogação no § 6º do art. 17 a modificação do inciso 1º do art. 17 do § 5º do art. 22 do § 3º do 23 e ao acréscimo de parágrafos e de incisos no caput do art. 53 da lei para tornar o leilão e sua nova forma modalidade passiva de uso nas alienações de bens móveis ou imóveis.

O Governo de São Paulo solicita também seja permitido o uso de Pregão para as licitações do tipo técnica e preço. Pleito que entendemos merecer aco-

lhida. Com efeito acreditamos não haver razões para se restringir a modalidade do Pregão as licitação de tipo menor preço pois é bem possível balancear a qualificação técnica de um lado com a discussão de preço por meio de lance regressivo de outro. Assim, propomos a inclusão de § no art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 prevendo tal possibilidade. Cumpre notar que essa mudança para ser plenamente eficaz exige adaptações no § 10 do art. 23 da Lei 8.666 que teve inclusive como Relator o Senador Pedro Simon e todos nós nos lembramos quando em 93 do empenho que teve no estudo desta proposição, incluído pelo projeto para se permitir a contratação de serviços técnicos especializados pela modalidade do Pregão do tipo técnica e preço. Como fruto de entendimentos mantidos com outros integrantes da CAE, o substitutivo que apresentamos exclui claramente a possibilidade de Pregão quando tais serviços forem de natureza predominantemente intelectual. É importante fazer o registro, pois se por um lado os serviços técnicos especializados previstos no art. 13 da lei nem sempre se reversa de grande complexidade no caso concreto, por outro lado há hipótese em que pela natureza predominantemente intelectual de determinado serviço o uso do Pregão será inadequado. Exemplo dessa experiência encontra-se no patrocínio de causas judiciais ora diferentemente de grandes e controvertida questões jurídicas não se figura altamente complexa a mera execução ordinária da dívida ativa de um Município procedimento quase que cartorial. Qualquer escritório Advogado está apto a fazer tal cobrança judicial. Não vemos porque não se possa usar o Pregão nesses casos.

Outra modificação que fizemos no projeto por sugestão da ABDIB e acolhendo Emenda 03 do Senador Sérgio Guerra foi inclusão no parágrafo no art. 40 da Lei 8.666 para facultar o uso de arbitragem pela administração na solução de conflitos decorrentes da execução do contrato. Se quando da elaboração da Lei 8.666 sequer existia um regramento detalhado para a arbitragem o que veio ocorrer com a aprovação da Lei 9.307/96 a tendência hoje é que o uso do Juiz arbitral se intensifique inclusive na resolução de controvérsia em contratos administrativos em virtude das vantagens que apresenta quando comparado aos morosos e dispendiosos processos judiciais. Nessa linha, a Lei 1.179/2004 já abriu a possibilidade de adoção de arbitragem para contratos de Parcerias Público-Privadas. Merecem registro também as diversas modificações que propomos na disciplina dos projetos de engenharia. Uma das maiores causas de irregularidades na execução e aumento dos valores de contratos de obras reside na elaboração deficiente dos projetos básico e executivo com o agravante de que a lei per-

mite atribuir aos executantes da obra a elaboração do projeto executivo. Tal regra nos figura temerária, pois o executor (ininteligível) interessado no aumento dos custos da obra.

Outrossim, a própria lei fixa como forma de participação do autônomo projeto exercício de funções de fiscalização da execução da obra a serviço do Poder Público. Ora, nada mais contraditório e ofensivo ao interesse público que incumbir o contratado de fiscalizar a si mesmo como inclusive já decidiu o Supremo Tribunal Federal em questão sobre impedimentos a participação em licitações. A defesa de alterações na lei para se determinar que licitações de obras só se iniciem após a conclusão do projeto executivo encontra eco nos mais variados setores. Autoridades do Tribunal de Contas da União foram enfáticas tanto na audiência de 17 de julho passado, na CPI do Apagão Aéreo pelas declarações do Dr. Cláudio (ininteligível) Autoriam(F) da Secretaria de Fiscalização de Obras da Corte, quanto na realizada pela CAE no último dia 7 de agosto pelas palavras do Dr. André Cresci(F), da mesma Secretaria no sentido de que os problemas descritos constituem o verdadeiro calcanhar de Aquiles nas obras pública. Sendo mister para reduzir os custos dos contratos e a ocorrência de irregularidades realizar certames apenas após a conclusão do projeto do Executivo vedando-se a sua elaboração pelo próprio executor da obra. No mesmo sentido e na mesma reunião se pronunciou o Dr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do CONFEA, bem como na reunião ocorrida em 7 de agosto na CPI do Apagão Aéreo, Dr. Têlio Correia Filho, Procurador da República no Estado de Goiás. De resto a própria ABDIB encaminhado ao meu gabinete fez sugestão para que os projetos executivos sejam elaborados previamente à licitação de obras e serviços de engenharia. Indicando, pois que a proposta tenha o apoio da entidade representativa do empresariado do setor de infra-estrutura. Na doutrina pátria, colhemos incisivas advertências quanto aos riscos advindos a realização de licitação de obras antes mesmo que o projeto Executivo esteja concluído. Poderíamos citar aqui os professores Antônio Carlos Cintra do Amaral, Marçal Justen Filho, em sentido idêntico são as conclusões do Relatório do projeto serviço de engenharia do Brasil diagnóstico 2004 elaborado pelo instituto militar de engenharia e pela Academia Nacional de Engenharia. Estamos convencidos de necessidade de mudança da lei nesse ponto. Por isso propomos alterações no § 1º, inciso I do § 2º do art. 7º dos incisos IV do caput e I do art. 40, bem como a revogação do § 2º do art. 9º e do inciso V do art. 40 da Lei 8.666 para que o projeto executivo prévio não represente embaraço a que as propostas doutra em soluções tec-

nológicas mais avançadas para a execução da obra inserimos parágrafo no art. 43 proibindo a desqualificação de proposta técnica inclua tais inovações, bem como outras que contemplem os requisitos a serem observados na elaboração dos projetos executivos. E por acreditarmos que mudança de tamanha envergadura não poderia ser implementada, de forma imediata assim gerar embaraços atividade administrativa e ao planejamento já feito, optamos por estabelecer *vacatio legis* para as alterações propostas. No conjunto de substanciais alterações nas disciplinas e contratos administrativos não poderia faltar a adaptação da Lei Geral às recentes inovações promovidas pela Lei Complementar 123/2006 que em cumprimento à determinação constitucional de tratamento favorecidas a empresa de pequeno porte previu regras de licitação que beneficiam as microempresas. Nesse sentido, modificamos o inciso II do § 1º do art. 3º da Lei 8.666 para torná-lo consentâneo com as recentes disposições legislativas favorecedoras dos pequenos empreendedores que foi objeto, inclusive do interesse há pouco na audiência com o Presidente Luciano Coutinho.

Por sugestão das entidades representativas da indústria de construção civil, promovemos alteração na alínea “F” do inciso IX do art. 6º da Lei 8.666 para prever que o orçamento integrante dos projetos básicos de obra seja acompanhado das correspondentes anotações de responsabilidade técnica de quem o tenha elaborado. Com isso, torna-se desnecessária por versar sobre a mesma matéria a alínea “G” do referido inciso a qual excluimos do substitutivo. Ainda por sugestão das mesmas entidades para resguardar o interesse público e assegurar a fiel execução do contrato, alteramos a redação do § 3º do art. 56 da lei determinando que em contratações envolvendo valores acima de 34 milhões de reais caracterizadas pela alta complexidade técnica e por riscos financeiros consideráveis, a exigência de garantias de execução seja feita obrigatoriamente pela administração. E não sendo mais facultativa podendo valor de tal garantia equivaler até 10% do valor do contrato. Entendemos ainda que a disciplina dos recursos administrativos está a merecer reparos. O art. 109 da lei ao dispor que os recursos não terão efeitos suspensivos pode levar à compreensão de que inabilitado ou licitante ele estará impedido de participar dos atos processuais na fase de julgamento tais como a impugnação de proposta e recurso de outros licitantes ou mesmo a interposição de recurso contra a decisão que desclassifique a sua proposta. Cabe ressaltar que apesar da lei negar efeitos suspensivos aos recursos, o inabilitado recorrente terá examinado a sua proposta pela administração por determinação expressa do inciso III do art. 43. Destarte,

não faz sentido ao tempo em que se permite o exame da proposta de inabilitado recorrente negar-lhe participação em outros atos do processo licitatório. Por esse motivo promovemos alteração no art. 109 para deixar claro que os recursos somente terão efeito suspensivo quando se dirigirem contra a decisão que declare inabilitado o licitante ou desclassifique sua proposta e mesmo nesse caso a atribuição de efeito suspensivo não terá por consequência a paralisação do processo sendo julgados todos os recursos imediatamente antes da homologação e adjudicação após exauridas as fases de habilitação e julgamento. Na concernente aos limites de aditivos contratuais mantivemos o texto aprovado pela CCT. Visando a buscar o caminho mais equilibrado em diferentes pontos de vista. Diversos Senadores e várias manifestações de representantes do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, apontaram que os aditivos contratuais são dos principais mecanismos para favorecer a corrupção em contratos públicos. Pois licita-se um produto ou serviço sabendo que seus quantitativos serão alterados logo em seguida, o que possibilita ao licitante oferecer preços diferenciados. Por esse motivo havia diversos pleitos para eliminar por completo a possibilidade de aditivar-se um contrato já firmado. Cabe recordar ainda que os aditivos contratuais foram pensados para uma época em que licitar uma pequena quantidade adicional de uma obra compra ou serviço tomava muito tempo em Recursos Humanos. Hoje, no entanto, com o advento do pregão eletrônico e sua celeridade, tornou-se bem mais fácil licitar uma quantidade adicional de qualquer serviço, motivo pelo qual os aditivos contratuais começam a perder o sentido. No entanto, representantes dos Municípios e de empresários convenceram-nos de que vedar totalmente qualquer alteração contratual poderia acabar sendo danoso à própria administração, quando buscar-se unicamente ajustar pequenas parcelas de um contrato. Além disso, temos de reconhecer que projetos básicos quando mal feitos pela administração induzem à elaboração de proposta também mal elaboradas as quais dão ensejo a adaptações no contratos. Assim, ponderados os argumentos vimos que foi saíva a decisão tomada pela Comissão de Ciência e Tecnologia de reduzir os limites dos aditivos contratuais para 5% no caso de compras serviços em geral 10% para obras de serviço de engenharias, para essas duas categorias o valor vigente hoje é de 25% e para 25% a possibilidade de aditivar contratos de reforma de edifício e equipamentos a legislação hoje prevê 50% nesses casos. Todavia, como aperfeiçoamento na elaboração de projetos de obras dependem dentre outras coisas de uma mudança na cultura institucional dos órgãos que promove os certames, somos sensíveis à sugestão

de se estabelecer uma *vacatio legis* de dois anos para entrada em vigor dos novos limites de aditivos contratuais o que fazemos pela introdução do § 3º no art. 7º do substitutivo. Estamos acolhendo também a sugestão do Ministério do Planejamento no sentido de criar um procedimento de fixação prévia de especificações de produtos e serviços a serem fornecidos à administração. Tal procedimento será amplamente divulgado e submetido a consulta ou Audiência Pública para que as especificações sejam elaboradas na forma mais objetiva e satisfatória possível. Todos sabemos que um dos maiores problemas nos editais e na qualidade dos produtos e serviços licitados reside na deficiente especificação do projeto do edital. Ou ele está demasiadamente especificado e desfavorece a competição, pois a direciona para poucos concorrentes, ou a especificação é falha ao ponto de não serem atendidas as necessidades da administração quando da execução do contrato. De nada adianta um ótimo processo licitatório se a especificação do seu objeto não for precisa e condizente com as necessidades da administração e com o mercado. A especificação deficiente não permite a rejeição do produto, bem como impede a efetiva fiscalização dos serviços contratados se o mesmo não puder ser avaliado ou medido. A prévia análise e discussão ampla das especificações a serem adotadas nas licitações serviria para minimizar tais problemas. A alteração que promovemos no art. 15 e no art. 114 da Lei 8.666. Dirige-se exatamente à previsão desse procedimento prévio de especificação de um mínimo de características que devem possuir os produtos ou serviços a serem licitados. Estabelecidas tais características somente poderão participar das licitações futuras com este objeto aqueles concorrentes que a qualquer tempo, desde que previamente o certame comprove poder fornecer o bem ou ter condição de prestar o serviço conforme as especificações aprovadas. Dessa forma, serão respeitados os princípios de publicidade, da transparência, da isonomia e igualdade entre os concorrentes, bem como serão evitados, dirigidos(F) nas licitações ou especificações falhas nos bens ou serviços contratados pela administração.

Nessa mesma linha, por sugestão dos Senadores Aloizio Mercadante, Romero Jucá, Sérgio Guerra, César Borges, introduzimos mudanças no art. 34 da lei que cuida do registro cadastral para determinar que a União, os Estados e o Distrito Federal mantenham registros cadastrais próprios para efeito de habilitação de fornecedores nas licitações que promoverem. Quanto aos Municípios àqueles que não criarem seus registros cadastrais deverão se valer dos mantidos pela União ou pelo Estado onde estejam localizados e para garantir a legitimidade do cadastro de fornecedores, cada ente

deverá instituir uma Comissão de fiscalização e acompanhamento na qual será assegurada a participação de representantes da sociedade civil, do Tribunal de Contas respectivo e do Conselho Fiscalizador da Profissão que integre o ramo da atividade das empresas ou profissionais cadastrados. Com tais medidas, ficará sensivelmente diminuída a possibilidade de dirigismo por parte das Comissões de Licitação no sentido de habilitar ou inhabilitar licitante contrariamente à lei e ao edital. Diferentemente dos pareceres aprovados nas Comissões anteriores, o substitutivo que apresentamos acolhe a Emenda 44 do Senador Renato Casagrande, que estabelece requisitos mais severos para dispensa de licitação prevista no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 que trata da contratação de instituição brasileira incumbida estatutária ou regimentalmente da pesquisa do ensino do desenvolvimento institucional ou da recuperação social de presos. A Emenda altera o dispositivo para excluir a hipótese de dispensa na contratação de entidade dedicada ao desenvolvimento institucional expressão por demais vaga, bem como para determinar que os fins de pesquisa ensino ou recuperação social de preso estejam previstos estatutariamente. Já que a previsão é apenas regimental é facilmente alterável pelos dirigentes da entidade. Por fim, a Emenda estabelece que na execução dos serviços contratados seja utilizado um mínimo de 60% de pessoal da própria instituição impedindo, portanto, a criação de Organizações Não-Governamentais com o fim único de captar recurso público sem licitação. Terceirizando a execução do objeto do contrato a empresas pelo seu caráter nitidamente moralizador incorporamos o texto da Emenda no substitutivo.

Atendendo a solicitação de entidades representativas da indústria de construção civil, bem como dos Senadores Dornelles e César Borges, havemos por bem alterar o § 3º do art. 56 da Lei 8.666 para estabelecer um piso de 2% do valor do contrato para garantia da execução que deverá ser exigida pela administração em contratos de valor superior a 34 milhões de reais que envolva a alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis. Embora a exigência de garantias em valores elevados seja tendencialmente mais prejudicial a empresas de menor porte, podendo contribuir para a redução do universo de licitantes o vulto da contratação e os riscos de inexecução do objeto devem também ser levados em conta pela administração. Por esse motivo e para facilitar o entendimento no âmbito dessa Comissão, acolhemos a sugestão.

Por fim, a multiplicidade de Emendas aprovadas muitas das quais com Subemendas e prejudicando-se umas às outras poderia gerar uma votação tumultuada em Plenário. Assim sendo como já antecipamos ao

longo da exposição das alterações que propugnamos ao texto do projeto julgamos prudente apresentar substitutivo integral, uma versão consolidada de todas as mudanças propostas nas Comissões anteriores bem como nesta CAE, nesse substitutivo aproveitamos para efetuar pequenas melhorias redacionais e ajuste de técnica legislativa sem alterações de mérito.

Foram-nos apresentados diversas sugestões de alteração do substitutivo por parte das entidades representativas do setor de construção civil sobre as quais tecerei alguns comentários.

A mudança sugerida para o art. 23, § 9º da Lei de Licitações tem por escopo permitir o uso do Pregão de obras apenas para aquelas com valor até 300 mil reais. Ou seja, a ser acolhida a sugestão, praticamente se eliminará a possibilidade de adoção do Pregão no caso de obras. É uma situação que além de desprestigiar o trabalho das Comissões do Senado que já analisaram a matéria, retrocedem até mesmo a relação ao texto da Câmara, o substitutivo propõe que o Pregão seja obrigatório em obras até 3,4 milhões de reais e facultativo nas obras de valor superior. Não existe razão objetiva para se limitar o uso do Pregão em obras. O Tribunal de Contas conforme ouvimos aqui por seu representante é favorável à sua adoção. Já o utilizou licitações por ele promovidas. E já considerou legal o uso do Pregão por órgãos da administração pública em diversos casos. A União Européia adota modalidades semelhante ao Pregão eletrônico no caso de obras sem estabelecer limites de valores. O Pregão tem se revelado a modalidade mais vantajosa para a administração levando a substancial redução dos valores contratuais. Em sua modalidade eletrônica, ele torna ainda mais difícil a formação de cartéis, contribuindo para a concretização de uma efetiva concorrência entre os licitantes. Considero este ponto um dos mais importantes, Sr. Presidente, da proposição que ora estamos examinando: As alterações sugeridas para o art. 43 § 2º do art. 109 do art. 41 também não puderam ser acolhidas. Objetivam elas evitar a participação de licitantes que estejam com a habilitação pendente de recurso conceder efeito suspensivo aos recursos e eliminar a previsão de julgamento dos recursos após a conclusão das fases de habilitação e julgamento das propostas. Há que se ter presente, contudo, que o contraditório não é afetado pelo fato dos recursos serem julgados em uma mesma oportunidade ao fim do projeto. Os recursos já são julgados dessa forma no Pregão e não se tem notícia de que o Judiciário esteja anulando pregões apenas porque o julgamento dos recursos ocorre ao fim do processo. Aliás, a própria previsão de recursos e do seu julgamento é uma aprova de que o contraditório não foi eliminado. As medidas propostas

no substitutivo destina-se a trazer mais celeridade ao processo licitatório. A permissão de que o licitante que teve a sua habilitação impugnada participe das fases seguintes é uma garantia para a administração contra a formação de cartéis. Em muitos casos o licitante honesto que não integra o cartel é atacado de todas as formas pelos outros na tentativa de excluir do processo antes mesmo que a sua proposta de preço seja apresentada.

Com isso, reduzem-se os riscos dos integrantes do cartel de terem suas propostas de preços contestadas ou de vir a perder a licitação em virtude da apresentação de uma proposta com valores mais baixos pelo licitante não integrante do grupo. O substitutivo conta nessa parte em outras mais com o apoio do Tribunal de Contas da União, que verifica constantemente a existência de práticas típicas de cartéis nas licitações de obras. Quanto à sugestão de eliminar a possibilidade de inversão de fases, eliminando-se os parágrafos do art. 43 da lei, sob o argumento de que tal inversão contaminaria a fase de avaliação dos requisitos de habilitação do licitante, temos para nós que não resulta desse procedimento qualquer constrição à Comissão de Licitação, como dito pelo representante do Tribunal de Contas na Audiência Pública realizada dia 7 de agosto, o ato da Comissão é vinculado não havendo margem para a Comissão habilitar licitante que não preencha os requisitos objetivos fixados na lei. Se o fizer estarão seus membros sujeitos à responsabilização administrativa civil e penal, as discussões judiciais. Quanto habilitação já existem hoje sem inversão de fases e continuarão existir, caso adotada a nova regra, porque a própria Constituição Federal que confere esse direito de recorrer ao Judiciário a quaisquer pessoas que se sintam prejudicadas pela administração. Acrescenta-se que a inversão de fases é uma alternativa mais racional, economiza tempo e recurso para a administração e é saudada com uma inovação positiva pelo Tribunal de Contas da União adotada com sucesso no Pregão além de já estar prevista até mesmo para as Parcerias Público-Privadas conforme diz a Lei 1.179 de 2004 que certamente constituem a espécie contratual mais complexa e que envolvem maiores valores entre as modalidades de contratos pela administração pública. Outra sugestão do setor da construção civil refere-se à elevação para 90% do valor orçado pela administração do valor da proposta vencedora a partir da qual se exigirá do licitante uma garantia adicional de execução do contrato. O acatamento das modificações alvitadas teria como consequência diminuir o universo de licitantes em ofensa ao princípio da isonomia em prejuízo da própria administração cujas chances são de obter uma proposta mais vantajosa se veria reduzidas.

Isso ocorre porque pequenas e médias empreiteiras tem maiores dificuldades de celebrar contratos de seguro e garantia do que as grandes. Além do mais, é ingenuidade acreditar que as empresas cujo objetivo é o lucro não repassariam para as suas propostas os custos de contratação de seguros.

Assim, a exigência de garantias em valores excessivos além de levar a redução do número de concorrentes importará em elevação dos custos e contratos para a própria administração. Ademais, a garantia adicional propugnada é um dos estímulos a inovação dos métodos de construção por parte dos empreiteiros e a redução dos custos. Já que licitante algum se sentirá estimulado a oferecer maior proposta inferior em mais de 10% ao valor orçado pela administração. Tais alterações são em resumo ao contrário do que uma leitura apressada possa sugerir benéficas aos grandes empreendedores e prejudiciais à administração. As entidades representativas do setor da construção se insurgem contra a redação dada ao dispositivo que prevê o cadastramento dos licitantes no Pregão de obras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Suplicy, pela ordem só um minutinho. Eu ponderaria a V.Ex^a se não seria o caso nesse final do Relatório de fazer um resumo sobre os pontos mais relevantes para nós concluímos a leitura do Relatório dado que o adiantado da hora nós não teremos condições de discutir o parecer hoje. Ficará evidentemente para ser discutido e votado a próxima Sessão. Eu acho que V.Ex^a fizesse um resumo dos pontos mais relevantes na conclusão do Relatório eu acho que pouparia o desgaste e também o fato de os demais Senadores em função do adiantado na hora não estarem presentes. Acho que seria mais eficiente e traria a mesma eficácia. O seu parecer já foi distribuído e será distribuído a todos os membros da Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou acatar a sugestão de V.Ex^a destacando então alguns pontos principais. Um ponto refere-se à vedação, participação em certames em empresas que diretores tenham sido punidos por fraudes em licitações de contratos. E isso não poderíamos concordar com essa sugestão porque é comum vermos hoje pessoas que praticaram irregularidades foram punidas perdendo o direito de licitar ou contratar com a administração por determinado período fundarem novas empresas onde elas exercer cargo de direção. Se a pessoa, o Diretor tiver sido efetivamente responsabilizado, então ele não poderá estar participando de outra situação. Outro caso é quando uma pessoa sendo Diretor de uma empresa, se ele não foi o responsável por aquela irregularidade, se estiver trabalhando noutra empresa, aí não é o caso

de se impedir esta possibilidade. Eu vou citar brevemente as proposições de diversos Senadores como dos Senadores Antônio Carlos Valadares, para proibir editais com exigências técnicas e condições particulares que visem o direcionamento da licitação. É pertinente inserir regra nesse sentido no artigo que trata do instrumento convocatório por causa do seu conteúdo moralizador, portanto, foi incorporado. As seis Emendas seguintes do Senador Raimundo Colombo, algumas aprimoram o texto legal tornando mais compreensível e sistemático e dessa forma foram acolhidas. No que diz respeito a intenção de proibir uso de Pregão das licitações de tipo técnica e preço nas destinadas contratação de serviços técnicos profissionais especializados, bem como das que requeiram qualificação técnica dos licitantes de acordo com as últimas alterações promovidas no texto substitutivo a Emenda é acolhida em parte para se vedar o Pregão nos serviços previsto no art. 13 da lei que efetivamente se revelem de natureza intelectual. Quanto a restrição ao Pregão, licitações de técnica e preço não há razão para fazê-lo.

No que diz respeito à Emenda quatro que cria nova hipótese de dispensa de licitação para a compra de hortifrutigranjeiros, pão e outros alimentos para atender hospitais e escolas públicas pelo menor preço do dia a vista de pelo menos três orçamentos, essa hipótese pode dar (ininteligível) a direcionamento na contratação, sobretudo, em pequenos Municípios com privilégio de aquisição de determinados produtores. Se a própria Emenda faz referência à obrigatoriedade de apresentação de três orçamentos cria exigência análogas a do convite e assim o ideal é realizar a licitação nessa modalidade. Sobre a Emenda cinco que corrige a atual redação truncada do § 2º do art. 41 e unifica o prazo de decadência de direito para impugnar o edital para que seja de dois dias úteis antes da abertura dos envelopes com os documentos de habilitação, a Emenda pode ser acolhida desde que se preveja outro prazo para o caso de licitações nas quais não haja fase de habilitação.

Com respeito a Emenda seis que visa a modificar o § 5º do art. 43 para permitir que seja incluída por ocasião da diligência informação que deveria acompanhar originariamente a proposta mantendo-se a vedação de apresentação de documentos que já deveria ter sido apresentados, o texto por aperfeiçoar a lei foi incorporado, mas para evitar que a nova regra seja aplicada de forma indevida, aí é necessário esclarecer que as novas informações não podem levar a quaisquer alterações de aspectos materiais da proposta. Sobre a Emenda 7, que prevê modificação do art. 109 diminuindo para três dias o prazo de recurso em geral, aí nós nos manifestamos negativamente

entendemos que reduzir o prazo de cinco dias úteis estabelecido redundará em prejuízo ao contraditório e a ampla defesa e aí houve rejeição.

Com respeito às emendas oito a dose de autoria do Senador Valadares, que altera o art. 21 da Lei de Licitações para facultar a divulgação do resumo de editais em jornal diário de grande circulação no Estado e se houver jornal de circulação no Município ou região onde se dará a execução do contrato, a redação que propusemos no substitutivo deixa claro que a publicação do resumo do edital em jornal de grande circulação é obrigatória quando o valor estimado contrato for superior a 375 mil reais no caso de obras, serviço de engenharia ou a 200 mil reais no caso de outros serviços e compras. Nos termos em que foi redigida a Emenda da discussão tornaria facultativa independente do valor a publicação de editais em jornais de grande circulação o substitutivo por prever casos de publicação obrigatória em razão do valor atende melhor o princípio da publicidade e daí propomos a rejeição. A Emenda 9 desmembra o atual inciso II do art. 21 da lei para eliminar obrigação de que os Municípios publiquem o resumo dos editais da licitação que promoverem no Diário Oficial.

Na redação sugerida a publicação passaria a ser feita no Diário Oficial do Município ou na forma definida pela lei orgânica, na visão do Sr. Valadares, a regra atual fere a autonomia municipal. O substitutivo já contempla a solução para o caso a estabelecer no Art. 5º do art. 21 da lei que a publicação do edital poderá ser dispensa... na imprensa oficial poderá ser dispensada por Decreto do Poder Executivo. Aí não há que se cogitar de ofensa autonomia municipal, por isso rejeitamos a Emenda.

A Emenda 10 atuais a nomenclatura substituindo a referência ao Cadastro Geral de Contribuintes pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e similarmente ao que fizemos com relação à referência concordata atualizando a lei entendemos oportuna a alteração propugnada pelo Senador Valadares, portanto incorporada ao texto do substitutivo. A Emenda 11 altera o § 1º da Lei Geral de licitações para determinar que o critério de definição de uma proposta hoje utilizado para as obras de serviço de engenharias seja aplicado também nos casos de outros serviços e compras. O uso do critério fixado no § 1º nos parece salutar desde que não seja o único a guiar a Comissão de Licitação, pois a depender do caso concreto pode levar que seja considerado exequível propostas muito inferiores. É necessário alterar a lei para afastar quaisquer dúvidas sobre estar caracterizada a inexecutabilidade, tanto caso de obras como serviços e compras, sempre que não demonstrada a viabilidade da proposta pela com-

provação de que os custos e insumos são coerentes com os de mercado. Incorporamos a Emenda 11 ao texto do substitutivo com algumas poucas adaptações. A 12 visa corrigir no erro de remissão contida no § 1º do art. 109 dispositivo que trata da intimação dos atos nos quais cabem recurso administrativo após simples leitura para se perceber a flagrante incorreção na referência ali, portanto, aqui fomos... incorporamos.

O Senador Pedro Simon apresentou duas Emendas. A 13 estende a exigência de publicação de atos em jornais de grande circulação para situações de que a lei não a previu originalmente com a exigência de publicidade nos sites oficiais além da imprensa oficial publicação de atos em jornais de grande circulação, até mesmo pelos custos que acarreta perdeu muito sua razão de ser. No substitutivo que apresentamos reduzindo o limite fixado pela CCT mantivemos tal exigência(F) publicação em jornais para os editais de licitações quando custo estimado da contratação for superior a 375 mil reais no caso de obras e serviços de engenharia e 200 mil reais, no caso de compras e serviços em geral. O acatamento da Emenda em comento importaria o aumento considerável nos custos de processo licitatório por exigir mais do que a lei vigente exige em termos de publicidade e por isso fomos pela rejeição. Mas no que diz respeito à Emenda 14, que promove alteração do art. 5º do art. 40 da Lei 8.666 para admitir o uso da arbitragem na resolução de conflitos contratuais, sem eliminar possibilidade de recurso judicial, consideramos relevante a Emenda e por isso a acatamos.

Em face do que ficou evidenciado e justificado, nós somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de 32 de 2007 nos termos no substitutivo que, portanto, está distribuído a todos os Srs. Senadores, inclusive Sr. Presidente colocado no meu site para todo e qualquer... eu vou aqui inclusive porque qualquer pessoa no Brasil inteiro que esteja nos ouvindo pode acessar o meu site [HTTP://SENADO.GOV.BR/EDUARDOSUPLYCY](http://SENADO.GOV.BR/EDUARDOSUPLYCY) ou então simplesmente acesso do Senado e veja. Mas acredito que inclusive a própria Comissão de Assuntos Econômicos também pode colocar este parecer.

Quero reiterar Sr. Presidente, meu agradecimento à confiança de V.Exª para que eu pudesse examinar. Quero agradecer a toda a equipe de Assessores, inclusive do Ministério do Planejamento, os colaboradores do Tribunal de Contas, da Assessoria do Senado e da minha própria Assessoria que tanto colaboraram em equipe para exame, inclusive os Assessores de V.Exª, da liderança do Governo, pois pudemos ouvir a todas as pessoas, V.Exª foi testemunha das inúmeras reuniões que tivemos com todos os segmentos interessados

trata-se do parecer de maior complexidade que me atribuíram até hoje desde que estou no Senado e eu espero que agora ainda possivelmente outras sugestões, mas tenho a certeza de que avançamos muito no aperfeiçoamento da proposição original.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria agradecer o Senador Eduardo Suplicy e com esse parecer fica claro quanto tempo o Senado perdeu por não ter designado V.Exª para matérias complexas como essa. Quero parabenizá-lo pelo encaminhamento, nós tivemos de fato negociações relevantes com todos os setores envolvidos. É uma matéria extremamente complexa, quero, no entanto, como já tinha dito a outros Senadores manter uma porta aberta de diálogo e de discussão até a próxima terça-feira aonde nós discutiremos, votaremos e eventualmente emendaremos o projeto.

Então, eu vou considerar o parecer como lido, e vou dar vistas coletivas a todos os Senadores e Senadoras da Comissão para que possam fazer um estudo mais aprimorado. Senador Antônio Carlos Valadares, com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Exª está agindo corretamente desde quando aqui nós já recebemos algumas Emendas em cima do parecer apresentado pelo Senador Suplicy. Inclusive eu estou apresentando quatro Emendas. E mais algumas até o dia da discussão na próxima terça-feira. Então nós faremos a discussão somente ou teremos a votação também?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A idéia é fazermos a discussão e votação na próxima terça. Porque o projeto é não terminativo na Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria apenas agradecer o Senador Eduardo Suplicy, que fez um trabalho extraordinário. Nós precisamos nos debruçar um pouquinho mais, Senador, na questão do recebimento da obra e da fiscalização da obra. Nesse aspecto, eu acho que nós podemos ainda dar uma contribuição. Eu quero dar apenas um exemplo a V.Exª. Suponha, por exemplo, que essa parede aqui atrás tenha sido orçada para ser pintada com tinta acrílica. E que durante a obra o fiscal e o executor tenham resolvido fazer metade acrílica e metade PVA. Veja que situação. A economia disso é fantástica. Uma grande obra, que tem uma economia extraordinária que poderá ser dividida entre os dois com prejuízo da qualidade da obra. Então eu tenho a impressão que nesse aspecto da fiscalização e da entrega da obra nós precisamos criar salvaguardas para manter aquilo tudo que o senhor já elaborou em termos de licitação e de contratos

chegue ao final de uma maneira correta, decente, e o melhor para o Estado.

Então era só essa recomendação que eu gostaria de fazer, me proponho a ajudar e analisar isso juntos e até semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Crivella, eu queria dizer, para concluir, que considero esse parecer uma grande contribuição para estimular a concorrência, a eficiência, o melhor controle social do gasto público, a transparência nos procedimentos, e ao mesmo tempo buscar dar garantias ao Estado que as obras serão realizadas e modernizando os instrumentos licitatórios como utilização de pregões eletrônicos, utilizar os espaços da internet para divulgação dos editais, para poder dar ampla publicidade estimulando dessa forma a concorrência, a participação e a transparência.

Então eu considero que nós avançamos de forma significativa no aprimoramento da Lei 8.666, quero igualmente parabenizar os técnicos do Ministério do Planejamento na pessoa do Ministro Paulo Bernardo que se dedicou muito a essa matéria, e a sua Assessoria e demais Assessores que participaram de todo esse trabalho e da liderança do Governo, bancada do PT, que eu acho que foi uma bela contribuição. E vamos manter o diálogo. Seguramente nós teremos ainda alguns aprimoramentos nesse corpo tão complexo e tão relevante ao País. É o que tínhamos a dizer, está encerrada a Sessão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Obrigado.

Sessão encerrada às 13h31.

Ata da 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de setembro de 2007, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia onze de setembro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Mão Santa, Romero Jucá, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tas-

so Jereissati, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Euclides Mello, Sery Slhessarenko, Valdir Raupp, Pedro Simon, Gilvam Borges, Raimundo Colombo e Sérgio Guerra. A Presidência dá início à Reunião Técnica com a presença do Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, Chefe Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a fim de debater sobre o monitoramento por satélite da agricultura brasileira, em conformidade a deliberação da Comissão. Concluída a exposição do Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, usam da palavra os Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Jefferson Péres, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Kátia Abreu, Expedito Júnior e Antônio Carlos Valadares. Após a Reunião Técnica e havendo número regimental, é declarada aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Aviso nº 87/07 (nº 315, na origem), de 27 de agosto de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de julho de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O Expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Dando prosseguimento, a Presidência passa à apreciação dos Itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que “altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34 e 35, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão**

– SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON. Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/08/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12, 22 a 25 e 31 a 33, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13 e 14, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21 e 27, do Senador Francisco Dornelles; nº 26, da Senadora Kátia Abreu; nºs 28 e 29, do Senador Renato Casagrande; nº 30, do Senador Neuto de Conto; e nºs 34 e 35, do Senador Jarbas Vasconcelos. Ao iniciar a discussão da Matéria, são apresentadas, ainda, a Emenda nº 36, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, e a Emenda nº 37, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Usam da palavra os Senadores Delcídio Amaral, Osmar Dias, Antônio Carlos Valadares, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo. A Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria para a próxima Reunião; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, não terminativo, “acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”, de autoria do Senador Adelmir Santana, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2007, não terminativo, que “acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre sustação de cheque”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Em 10/09/07, foi apresentada a Emenda nº 03, de autoria do Senador Valter Pereira. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de

Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/08/07 foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, terminativo, que “dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. Em 10/07/07, foi concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, terminativo, que “dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, “altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da

Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2000, não terminativo, que “estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo”, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Gilvan Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2003, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2003, terminativo, que “altera o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no FUNGETUR”, de autoria do Senador Cesar Borges, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável nos termos do Substitutivo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2004, terminativo, que “altera a redação do “caput” do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública”, de autoria do Senador Romero Jucá, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por dezesseis votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. São aprovados, ainda, os seguintes requerimentos, Requerimento nº 35/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Con-

trole e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de discorrer sobre os critérios de Reservas Legais nos diversos estados brasileiros, o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Exma. Sra. Marina Silva, o Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Sr. Silvio Crestana, e o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Sr. Bazileu Alves Margarido Neto; Requerimento nº 36/2007-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados os Ministros da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega; da Saúde, Exmo. Sr. José Gomes Temporão; da Previdência, Exmo. Sr. Luiz Marinho; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Exmo. Sr. Patrus Ananias, para, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, prestarem informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor; Requerimento nº 37/2007-CAE, de autoria do Senador Expedito Júnior, que requer, nos termos regimentais, e tendo em vista a necessidade de o Senado Federal antecipar o debate sobre a prorrogação da CPMF, cujo prazo de vigência termina no final deste ano de 2007, a realização de audiência pública para que sejam ouvidos os argumentos de representantes a favor e contra a prorrogação da Contribuição, com a presença do Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, ou representante por ele indicado; e do Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo FIESP, ou representante por ele indicado; Requerimento nº 38/2007-CAE, de autoria do Senador Marconi Perillo, que requer, nos termos do art. 90, Inciso V e art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado convite para uma Audiência Pública ao Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, e ao Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, para debater parâmetros econômicos da CPMF e a tese da prorrogação. Os convidados para as Audiências Públicas em relação aos Requerimentos nºs 36, 37 e 38/2007-CAE serão definidos oportunamente; Requerimento nº 39/2007-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, a retirada da Urgência desta Comissão para o Projeto de Resolução nº 23, de 2007, que trata de operação de crédito do BNDES junto ao Banco Europeu de In-

vestimento; e Requerimento nº 40/2007-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, seja acrescido ao Requerimento nº 32/2007-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, o nome do Dr. Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria iniciar a nossa sessão técnica, porque nós temos uma Pauta bastante carregada ainda hoje, especialmente o tema da Lei de Licitações, que é o primeiro item da Pauta, e que nós teremos que avançar hoje, se possível, votar o Projeto, que eu acho que é um esforço que nós faremos, que era um Projeto que tinha urgência constitucional. E eu gostaria, nessa reunião técnica, de convidar o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, que é o coordenador da EMBRAPA Monitoramento por Satélite, que é uma das unidades dessa... Convidar para sentar, por favor, Evaristo. ...É uma... A EMBRAPA é uma instituição hoje consagrada com o que tem de mais avançado em pesquisa tecnológica, em avanço de produtividade, manejo, na agricultura, na pecuária e no abastecimento do país; é uma empresa pública que foi decisiva para essa evolução fantástica que o Brasil está tendo no campo do agronegócio e do apoio à agricultura familiar. Nós vamos, esse ano, ter um aumento de safra agrícola de pelo menos 12%, em torno de 131 milhões de toneladas de grãos. O Brasil também caminha para ter uma safra recorde de cana, um potencial energético, só na queima do bagaço, se houver evolução tecnológica no setor, nas caldeiras, semelhante a uma Itaipu; o país está conseguindo mudar a sua matriz energética por esse esforço na área da bioenergia, tanto do biodiesel, mas, em particular, o etanol. E a EMBRAPA Satélite nos permite ter uma visão espacial detalhada das diversas culturas que existem no Brasil, do potencial agrícola de cada uma das regiões brasileiras, da vocação que cada um desses setores tem, onde nós podemos expandir a cana, onde que realmente as condições são favoráveis para as culturas específicas. E tem vários estudos da EMBRAPA Satélite que nos parecem absolutamente relevantes para toda a discussão estratégica sobre agricultura e meio ambiente. Inclusive, em relação ao desmatamento, também é um tema acompanhado em detalhe, com argumentos bastante sólidos que, eu diria,

revertem alguns tabus que estão sendo construídos por uma interpretação, eu diria, inconsistente, porque são nossas... O nosso potencial ambiental da Amazônia e como combinar isso com formas de atividade produtiva; são 23 milhões de brasileiros que vivem nessa região. Um estudo muito importante também de como nós substituímos a cana-de-açúcar por outras culturas, qual é o impacto, em termos de emprego, de renda, de impostos, de geração de riquezas e acho que é um estudo muito importante para a gente refletir um pouco sobre essa expansão crescente da cana. E, por todo esse trabalho estratégico de uma avaliação que pode ser feita em todo o país, utilizando as imagens dos satélites, que hoje são muitas imagens que estão disponíveis e com vários instrumentos, o professor Evaristo depois poderá detalhar, eu acho que é uma audiência importante para a Comissão de Assuntos Econômicos conhecer em detalhe, eu diria, um pólo dos mais avançados em termos de tecnologia para o uso da agricultura brasileira, da pecuária e do campo do país.

Então, eu gostaria de solicitar que o professor Evaristo inicie a sua apresentação; depois, nós teremos mais Senadores presentes e, eventualmente, podemos retomar alguns dos temas apresentados. Mas, vamos iniciar porque senão nós temos, depois, uma agenda bastante pesada de votação hoje. Com a palavra, o professor Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Boa-tarde a todos. Senador Aloizio Mercadante, agradeço essa oportunidade de estar com os senhores. Como foi dito, eu dirijo, atualmente, um dos 40 centros de pesquisas da EMBRAPA, que é a EMBRAPA Monitoramento por Satélite, que fica localizado em Campinas, e esse centro se dedica a acompanhar a dinâmica da agricultura brasileira. Se alguém disser para os senhores que conhece a agricultura brasileira e sabe a situação da agricultura brasileira é porque acabou de estudar ontem à noite tarde, não é? Porque, se foi a semana passada, já está desatualizado certamente; já expandiu no lugar, mudou em outro etc. E os satélites hoje são um instrumento muito valioso que nós temos para acompanhar a agricultura. Nós trabalhamos com mais de 40 satélites diferentes; esses satélites permitem hoje. Eu não sei se é possível apagar um pouquinho aqui a luz nessa área...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho que deve.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Aqui na frente seria importante apagar. A sala está um pouco clara, mas os senhores podem ter um pouco a idéia. Hoje as imagens de satélite chegam a 60 centímetros, qualquer lugar do Brasil. Então, nós podemos acompa-

nhar, não sei se aqui é possível ver, mas são plantios de laranja, onde é que falhou aqui... Os pés de laranja, a idade desses plantios, as estufas etc. e isso pode ser feito para todas as atividades agrícolas. É muito importante na Amazônia, regiões remotas, onde está havendo toda uma transformação da agricultura, aqui em Rondônia, na região de Machadinho do Oeste e o que aparece em vermelho é toda a expansão da pecuária com os pequenos agricultores dessa região.

Nós acompanhamos, com isso, a questão da soja, não somente onde tem soja hoje no Mato Grosso, mas a tecnologia que eles estão usando; aqui se vê tudo plantado em curvas de nível, nós podemos saber se eles estão respeitando a APP ou não, aqui no caso, no Paraná, aqui na região de Caravaggio, e se vêm perfeitamente as áreas que são feitas com plantio direto.

Então, além de saber que cultura, a gente sabe a tecnologia que está sendo usada e se boas práticas estão sendo aplicadas na agricultura, o que tem sido, em geral, o caso no Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mantém apagado aqui, o que alterou aí? Isso. Mantém assim, assim está melhor.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Mas está claro ainda. Bem. Se apagasse tudo, era bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pode apagar lá atrás? Por causa da televisão. Senão não dá para passar na TV. Tem mais gente assistindo à televisão que na sala.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bem, aqui os senhores estariam vendo com mais nitidez, mas, é toda a expansão moderna do café ocorrendo em Minas Gerais, não é? Essas imagens permitem ver a infra-estrutura do agronegócio, quer dizer, as cooperativas de café e os senhores imaginam o satélite que está a 800 quilômetros de distância e a gente vê detalhes de um metro, de 60 centímetros, não é? Nós mapeamos, a EMBRAPA Monitoramento por Satélite, toda a infra-estrutura da soja no Brasil Central, então, silo por silo, das grandes empresas que trabalham com isso. E a mesma coisa está sendo feita, no caso da cana-de-açúcar, na expansão da agroenergia.

Então, esses são os instrumentos que nós dispomos. A gente diz imagem de satélite, porque não são verdadeiramente fotos. E, dependendo do satélite, é possível ver a umidade do solo, é possível ver até o que está ocorrendo abaixo da vegetação. E muitas imagens são em infravermelho; eu vou dar aqui o exemplo no Vale do São Francisco, são pivôs de irrigação; o que está vermelho, na realidade, está muito verde no campo, quer dizer, esses pivôs estão plantados, aqui, ele só plantou metade; esse pivô aqui já foi a terra arada.

Então, aqui, cada falsa cor corresponde ao uso das terras. E isso é possível analisar com essas imagens de satélite.

Aqui o Projeto do Senador Nilo Coelho, lá em Pernambuco e Bahia, não é? Na região de Petrolina, Juazeiro. Então, nós usamos isso para monitorar a expansão da irrigação e sabemos hoje como está a irrigação, e também se está tendo problemas de produção, de produtividade, de salinidade. Para infra-estrutura, é um instrumento muito precioso saber quanta água tem armazenada nos açudes, onde estão localizados esses açudes, que mudanças essa transposição do São Francisco vai trazer para essa região, em termos de recursos hídricos. Também como a cana-de-açúcar está se expandindo mesmo no semi-árido, em áreas irrigadas, como é o caso aqui desse Projeto Tourão, não é? Tem altíssima produtividade, uma das maiores do mundo, lá na Bahia. Aqui a barragem de Sobradinho e as áreas irrigadas ao lado.

Enfim, eu gostaria, então, eu, rapidamente, mostre um pouquinho esses instrumentos. Queria dar dois, três exemplos concretos de monitoramento que nós temos feito; o primeiro, a pedido da Presidência da República, que foi o monitoramento do que aconteceu com as florestas no planeta. O Brasil tem estado sob o foco do desmatamento, mas muitos países não avaliam o que ocorreu nesses países.

Então, nós fizemos um estudo sobre a dinâmica das florestas no mundo inteiro. Foi feito um modelo que mapeou e estimou quais eram as florestas que existiam há oito mil anos atrás, no mundo. Por que oito mil anos? Porque oito mil anos era praticamente o clima de hoje; há 12 mil anos, por exemplo, o clima estava mais seco. Há oito mil anos era o que nós tínhamos de floresta, e assim, para cada período importante da história, por exemplo, o ano 1000 depois do Império Romano, da expansão árabe, nós calculamos, estimamos os desmatamentos que haviam ocorrido. E assim, no momento da expansão colonial, depois, na véspera da Revolução Industrial, e fomos acompanhando isso até hoje. Eu dou aqui um resultado simples; o Brasil há oito mil anos atrás, detinha 9,8% das florestas do mundo. Como o mundo desmatou muito, o Brasil passou a deter 10, 15, 20, 25 e hoje nós detemos quase 30% das florestas do mundo. E muita gente diz para o Brasil: "Olha, vocês têm que tomar cuidado, vocês têm 30% das florestas". É verdade, mas a gente não tinha 30; a gente tinha 10. É que os outros desmataram muito. Se continuar desse jeito, daqui a pouco, nós temos 50% das florestas do mundo e, daqui a pouco, nós vamos ter 100%. Daí que nós não vamos poder nem nos mexer.

Agora, o importante é ver o que aconteceu a nível planetário. Eu dou outro resultado, que foi publicado internacionalmente—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pega continente a continente.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: É, se nós olharmos, por exemplo, a África, ela dispunha de 10% das florestas do mundo; hoje dispõe de três. Acho que o próximo gráfico é até mais esclarecedor, mais simples. Se nós considerarmos os 100% que os países tinham, e não era pouco porque, por exemplo, só a Ásia, ela tinha quase três vezes o que o Brasil tinha de floresta. Bem, dos 100% do que a África tinha, hoje ela detém 7.8. Dos 100% que a Ásia tinha, hoje ela detém 5%. A Europa tem razão de se preocupar com as florestas porque, dos 100% que a Europa tinha de floresta primária, ela tem 0.3. Quer dizer, ela desmatou 99.7 das florestas primárias. E o Brasil tem praticamente 70% das suas florestas, quer dizer, é o país que mais conservou a cobertura florestal no mundo, os campeões do desmatamento estão aqui, não é? E o mais incrível é que, no caso da África, não foram bem os africanos que desmataram isso. E, na Ásia, em parte sim, dado o crescimento da população.

Então esses números são números importantes de nós conhecermos, não é que com isso nós estamos dizendo que nós vamos desmatar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – América do Norte é basicamente o Canadá, não é?

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: América do Norte é fundamentalmente o Canadá. Então, esse é uma rápida demonstração de um tipo de monitoramento feito em escala planetária, mas que o Presidente mesmo tem utilizado, citado e outros, Ministro da Agricultura etc., para conhecer a realidade verdadeira. Agora, não é que com isso nós estamos dizendo que nós vamos desmatar, mas também cada um tem que dimensionar qual é mesmo a sua situação. Se nós imaginarmos que hoje, da África só sobrou 7% da floresta primária; na Europa, só 0,3; no Brasil, ainda tem 70, é muito diferenciada a situação do Brasil. Nós queríamos inclusive, agora, fazer uma estimativa do que foi a emissão de carbono, que causou esse desmatamento dos países europeus e da Europa, não é? Porque tem lá um passivo, não é? Tudo isso virou emissão, no passado.

Eu vou dar um exemplo aqui de... Eu vou mostrar um pouco a questão do monitoramento de queimadas. Nós fazemos, desde a época do Governo Sarney, um monitoramento diário das queimadas que ocorrem no Brasil. Esse indicador, feito por satélite, é muito interessante porque ele mostra para onde está indo a

agricultura brasileira, que é uma pergunta que frequentemente nos fazem, para onde está indo a agricultura brasileira. Aqui são as queimadas que ocorreram na estação seca do ano 2000. Essa parte escura, onde mais queimou; esse roxo queimou muito; o laranja, um pouco menos, e amarelo são poucas queimadas.

A agricultura brasileira, é fácil saber, se a gente compara com 2006, a gente vê nitidamente para onde que ela está indo. Ela não está indo na direção de Salvador, nem de Vitória, nem do Rio de Janeiro, ela está se deslocando em direção à Amazônia. Esse deslocamento pode ser observado na própria Amazônia também. Isso pode ser observado em nível dos Estados, e o interessante é que, quando a gente tem esse deslocamento das queimadas, nesses últimos seis anos, progredindo em direção ao norte do Mato Grosso, nós temos tido uma grande redução das queimadas em toda a situação aqui de Goiás, em todo o centro do Mato Grosso, ligado à expansão da soja. Quer dizer, a expansão da soja, na Amazônia, levou a uma grande redução das queimadas; eu não conheço nenhum sojeiro que ponha fogo na sua soja. Não faz parte do sistema de produção de soja fazer isso.

Aqui, nós podemos ver também coisas um pouco diferentes. No caso de São Paulo, de 2000 para 2006, aumentaram as queimadas. Isso se deve, tanto no Triângulo Mineiro, como em São Paulo, à expansão da cana-de-açúcar. Então, o movimento inverso do que nós observamos nessas regiões.

Eu queria, então, agora, dar um outro exemplo de monitoramento da questão da agroenergia, com ênfase... Nós mantemos, na EMBRAPA Monitoramento por Satélite, uma base atualizada, disponível para qualquer um, sobre como está evoluindo a agricultura brasileira, todos os produtos agrícolas, nos últimos 15 anos, sempre. Se nós olharmos a soja, em 1990, se concentrava, sobretudo, no sul do Brasil. 91/92 a gente a vê começando a aparecer aqui na Bahia, no Tocantins, vai se expandindo pelo Mato Grosso, e nós temos essa mesma evolução para a produtividade da soja, para a tecnologia etc.

Essa expansão da soja, nós fazemos vários estudos para bancos, principalmente para o BNDES. Isso é um estudo que nós fizemos para o BNDES, que mostra qual era... O que está em vermelho aqui, no oeste da Bahia, eram áreas de soja, em 1985. E tínhamos aqui uma pequena área irrigada, seis pivôs de irrigação, e, em vermelho a soja em 85, na Bahia. Vejam a situação em 2000. E nós estamos concluindo agora o mapa de 2006, que vai ficar mais vermelhinho ainda. Em termos de pivô e de tecnologia agrícola, aqui tinha seis pivôs em 85; hoje tem 560 pivôs nessa região. A região que tem um dos IDHs mais elevados da Bahia,

uma região que gera muita riqueza ligada à expansão de uma agricultura, mas que bastante tecnificada, tem respeitado muito o meio ambiente, usa plantio direto e trouxe toda uma infra-estrutura e serviço por satélite, hoje lá no Município de Luiz Eduardo Magalhães, associada a essa expansão da soja. Esses pivôs... É uma pena que a sala esteja clara, porque os senhores veriam com mais nitidez; a maioria desses pivôs é de café. Eles produzem café nesses pivôs. Não sei se dá... É que a sala está clara, mas aqui dá para ver as linhas, é café, café de altíssima qualidade, café “bebida mole”, de qualidade excelente, que são exportados para Europa. Então, não é qualquer tipo de café que está se plantando nesses pivôs irrigados nessa região.

Está chegando aqui o Senador Tuma, com quem eu tive a ocasião, também com satélites, de trabalhar, há muito tempo atrás, lá em Roraima, identificando as pistas de pouso dos garimpeiros, não foi? Naque-la ocasião.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Período do sofrimento.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Período do sofrimento. (risos).

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom, mas eliminamos as pistas da época. Esse é o monitoramento do etanol; está havendo uma grande expansão da cana-de-açúcar. Essas aqui são imagens produzidas por um satélite russo, Resource, um satélite muito interessante que nós estamos usando para acompanhar a cana-de-açúcar, é um detalhe da ordem de cinco metros, mas dá para ver veículos nas estradas, a cana, a tecnologia utilizada. E nós mantemos, então, uma base de dados de todas as usinas instaladas hoje no Brasil e, para cada usina dessas, também estamos acompanhando o que está previsto de novas usinas no Brasil. Essa aqui é uma estimativa da Dedini, que produz equipamentos e são equipamentos contratados para novas usinas. Esse sistema está sendo desenvolvido com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Então, existe uma base de dados com todas as usinas; nessas usinas, nós podemos vincular a rede de energia elétrica e ver a localização das usinas que estão já fazendo cogeração de energia. No caso do Estado de São Paulo, essa cogeração hoje já atinge 9% da energia produzida e a previsão é de se chegar em 15% de energia elétrica do Estado de São Paulo, produzidas a partir da cana-de-açúcar. O mesmo vem ocorrendo em outras regiões do Brasil.

Então, na realidade, hoje, as antigas usinas de cana já se chamam de companhia energética X, companhia energética Y, porque ela produz etanol e produz

energia elétrica. E é possível, com o satélite, estamos de novo com o problema da sala clara, mas ver as linhas de transmissão dessas usinas e há uma base de dados associada.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O senhor sabe, doutor, que essas... Desculpa interromper...

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas essa parte da energia produzida com bagaço de cana, hoje, algumas usinas que eu visitei em São Paulo, já produzem o suficiente para a produção do etanol, do açúcar e já podem vender para a cidade, que eles já estão produzindo uma quantidade maior, e eu sei que já estão investindo na parte de energia elétrica porque já está dando um lucro...

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – ...Razoável para essas companhias. Desculpe interromper.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Não, não, o senhor tem toda a razão. Em São Paulo, hoje, como eu dizia, já sete a 9% da energia elétrica do Estado vem da cana-de-açúcar. E essa energia, ela entra na rede num momento importante, que é a época seca; a colheita da cana ocorre no inverno, na seca, quando os rios estão baixos, e é a época em que nós mobilizamos o gás da Bolívia nas termoeletricas.

Então, um quilowatt gerado com cana, no mês de julho, agosto, setembro, vale muito mais do que um quilowatt gerado com a hidrelétrica, vamos dizer assim, no mês de janeiro, porque entra num período crítico. Por isso que vale até crédito de carbono, porque substitui o gás da Bolívia. Essa base de dados está operacional; usinas como essa como essa, como a São Francisco, já geram energia elétrica para uma cidade de 500 mil habitantes, não é? E isso está se expandindo pelo Brasil e vai continuar se expandindo, depende de algumas coisas ligadas à própria regulamentação e à questão das linhas mesmo, para chegar...

Agora, nesse momento em que está se expandindo a soja, se expandindo a mamona, se expandindo o dendê, se expandindo a cana-de-açúcar, a gente pode se perguntar se não tem Município que vai ter quatro andares de cultura porque, se todo mundo expandir tudo, qual é o risco que nós temos de ter conflitos entre produção de grão, produção de energia e entre as diferentes fontes de produção de energia. Nós fizemos um estudo preliminar, pelo Ministério da Agricultura, essa aqui é a área core, como se diz, é a área central, é a grande área da produção de soja hoje no Brasil.

Aqui é a localização da mamona, hoje, das principais áreas que estão se expandindo. Aqui, do dendê

e das principais áreas que estão se expandindo, e aqui da cana. Quando a gente coloca isso junto, há pouco conflito; é um país realmente de dimensões continentais, tem possibilidade de expandir quase tudo, sem que isso entre em conflito, a não ser em algumas localidades, como no caso do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, onde há conflito entre produção de grãos, laranja e cana-de-açúcar. Nós fizemos um estudo para essa região do Estado de São Paulo, com a ABAG e com a FIESP, esse estudo, com apoio da FAPESP, cobre uma área de 52 mil quilômetros quadrados, quase $\frac{1}{4}$ do Estado São Paulo e mapeamos qual era o uso das terras por satélite em 88; só chamo atenção para o amarelinho; o amarelinho era cana-de-açúcar. Em roxo, a área de produção de grãos, milho e soja, basicamente. E laranja é o laranja, está aqui em laranja.

Então, essa situação em 88. Claro que esse mapa é detalhado com 250 metros; aqui ele está resumindo quase 110 Municípios. Veja o que ocorreu em 2003: o amarelo é a cana e o roxo é a soja. Há um deslocamento da laranja para o sul, para a região de Itápolis, e a expansão enorme da cana-de-açúcar nessa região. O satélite, ele vai dar números disso, então, nós vamos ver, por exemplo, que a cana, de 10 mil quilômetros passou para 23 mil quilômetros. Então, nós estamos ver ter um crescimento aqui de 45%, que hoje ultrapassa 50% na região.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Dobrou. Agora, é interessante que, por satélite, é possível cruzar, hectare por hectare, e ver de onde essa cana-de-açúcar, esses 10 mil quilômetros que passaram para 23 mil, de onde que ela tirou área? Então, ela absorveu 1500 quilômetros de citricultura, quase 200 quilômetros de cafeicultura viraram cana, quase cinco mil hectares de pastagem viraram cana etc. Ora, nós sabemos, por dados levantados no campo, na pesquisa que fizemos, quantidade que um hectare de cana ou de laranja ou de soja consome de insumos, quanto gera de renda, quanto paga de imposto um hectare de soja, um hectare de cana, um hectare de reflorestamento, um hectare de laranja, quanto gera de emprego etc. Aplicando isso aos mapas, é possível fazer mapas de qual era a renda, por exemplo, impostos o que se pagava de imposto direto, em 88, e o que é que se paga hoje. Houve um crescimento enorme na arrecadação de impostos. O que aconteceu com a renda? Também houve um crescimento de renda, mas tem regiões em que caiu a renda, depende do Município. E houve uma pequena redução de empregos. E, assim, para todos

aqueles outros indicadores, ou seja, é possível discutir qual é o impacto socioeconômico, ambiental dessa evolução do uso das terras, Município por Município, e fazer cenários também dessa evolução. Há pouco tempo, num debate, alguém me disse, lá em Matão, que o que tinha que se plantar era arroz e feijão, ali na região, e não mais cana nem laranja. Eu falei: “O seu desejo já foi realizado. Eu faço aqui a uma simulação e substituo metade da cana e metade da citricultura pelo melhor feijão que a gente consegue produzir no Brasil e pelo melhor arroz que a gente consegue produzir”. E fiz esse cálculo. E é um desastre social, um desastre ambiental, um desastre econômico, enfim, muita coisa se afirma, às vezes, sem levar em consideração o que as coisas estão ocorrendo.

Agora, já, por exemplo, substituir laranja por cana-de-açúcar, bom, isso aí dá para se discutir as consequências em termos de emprego, de qualificação de mão-de-obra, o que vai ocorrer, a questão do café também, houve uma migração do café. Enfim, é um sistema de gestão territorial da agricultura, baseado em imagens de satélite, que se atualizam e permitem, para quem faz políticas públicas, ter elementos para saber o impacto dessas políticas públicas, enfim, do que está ocorrendo. Não sei se o senhor ia fazer uma intervenção ou não?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu fiquei curioso de saber por que razão, se fosse a plantação de feijão, de arroz, as condições socioeconômicas não seriam tão boas? Só resumidamente?

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bem, primeiro, porque são culturas que, comparadas com a cana que a citricultura, geram muito menos renda hoje, ocupam o solo num período curto de tempo, enquanto a cana ocupa o tempo todo. Elas também pagam menos impostos, por uma série de razões, empregam menos gente e, quando elas são tecnificadas, elas usam muito mais agrotóxicos, sobretudo no caso do feijão, do que usa a cana-de-açúcar, assim, muito resumidamente. Isso propondo um feijão de alta produtividade nesse local. Mas não estamos contra o plantio de feijão não; na região de Itararé, Itaberaba-SP, é um grande produtor de feijão, com três safras, que é uma região adequada até para isso.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Doutor, eu estou vendo os mapas, desculpa, a gente vai ficando... Eu sempre, já vi até o nosso Presidente se referir a isto, que é o mapa geoeconômico da atividade agrícola. Estou vendo que me parece que esse é um. Isso poderia dar um zoneamento de definição de áreas de produção, para evitar isso que o senhor disse, se vai ter quatro andares de um produto e faltar no outro. Poderá ter um—

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA:

Pode.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Uma possibilidade de zoneamento agrícola para fixar cada produto numa área que a terra favoreça, como o senhor está explicando para o Suplicy?

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Esse é um instrumento muito importante para isso. Ele realmente ajuda primeiro a dar o retrato da situação atual e, em função de políticas públicas e até de políticas privadas, para onde nós queremos ir, fazer o zoneamento, indicando as áreas mais adequadas.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Porque eu estou vendo que é um mapa geoeconômico da atividade agrícola que o senhor fez.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Geoeconômico. Isso. Mostra emprego, mostra renda, mostra impostos...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Desculpa interromper.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Não, não é só de (ininteligível). Tem toda razão. E é muito pertinente. Não é só a questão que aquela terra é boa para isso ou boa para aquilo; nós temos que considerar todo o aspecto socioeconômico.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Agora, essa evolução também chama a atenção para a questão ambiental em São Paulo, por exemplo, onde está expandindo a cana-de-açúcar, está havendo uma recuperação enorme da mata ciliar. Por quê? Outro dia, eu vi no “Estadão”, tem uma matéria lá, de duas páginas, mas a jornalista não fez esse segundo raciocínio, só fez o primeiro. “A Fazenda tal, lá de Barretos, de 12 mil hectares agora, que criava gado, agora vai plantar cana. Vão ser plantados 10 mil hectares de cana”. Aí, eu perguntei para mim: “Pôxa, e os outros dois mil? Por que não eram 12 mil de pasto e vai plantar agora 10 mil de cana? Por que não planta 12 mil de cana?” Bem, porque o maquinário da cana não vai descer barranco, não vai subir morro e não vai descer na beira do rio, aonde o gado vai. Então, daqueles 12 mil, eles só vão plantar 10. É o que está ocorrendo. E esses dois mil, que são as áreas de topografia acidentada e beira de rio, a mata vai voltar, porque ninguém vai atolar trator lá na beira do rio. Agora, o boi desce na beira do rio, o boi sobe o morro. Agora, a agricultura moderna, ela tende a preservar essas áreas de preservação perma-

nente, o que seria bom também se os usineiros também plantassem umas mudas e ajudassem a natureza a recuperar rápido essas áreas. Mas a dinâmica que a gente tem assistido em São Paulo, com essa expansão da cana, mostra por satélite uma recuperação da mata ciliar, porque não é mecanizável—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Muito bem, não só qual é a cana-de-açúcar, qual é o estágio dessa cana, a idade. Como eu mostrei inicialmente, hoje as imagens chegam a um detalhe de 60 centímetros.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu sei que, na época, quando a gente fazia uma operação contra maconha, identificava pela cor do produto, e aqui tem maconha não é outra...

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Em Pernambuco, a gente fez isso.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É que eles disfarçavam com algumas coisas, e diziam: “Não, essa cor é uma planta de—

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É uma coisa espetacular.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: É uma tecnologia que está evoluindo, que não parou.

Eu queria dar um último flash, talvez aqui na última parte, tenho ainda uns minutos, só sobre a agroenergia na Amazônia, que é um tema que está na Pauta e é um tema polêmico, não é? Evidentemente, quando a gente fala Amazônia, a gente precisa saber o que a gente está falando; uma coisa é a Amazônia legal, que é um limite geográfico, outra coisa é a Bacia Amazônica, que é outro limite geográfico. A Bacia Amazônica inclui o subúrbio de La Paz, inclui uma parte da região de Cuzco, inclui as neves dos Andes. Se chamar de Bacia Amazônica é bom, é tudo isso. Outra coisa é o bioma amazônico, que é a floresta, com vários tipos de formações vegetais, a própria floresta amazônica tem vários tipos, mas, enfim, sem entrar nesse debate, nós não podemos esquecer que é uma região extremamente diversificada, onde estão os pontos culminantes do Brasil, os lugares mais elevados do Brasil estão na Amazônia, que tem cerrado, que tem lavrado, que tem campo aberto de várzea, tem vários tipos de floresta.

Para dar uma idéia, só nesse mapa do IBGE, das florestas amazônicas, estão mapeados 25 tipos de florestas na Amazônia, não é? Então, nós temos uma realidade que não permite nenhuma generalização; falar de forma genérica sobre a Amazônia é quase que um crime. Nós temos que saber de onde nós

estamos falando, de que lugar, porque é uma região de grande diversidade. E a essa diversidade ambiental se soma toda uma diversidade sociocultural, histórica dos povos que vivem ali, dos tipos de agricultura, quer dizer, a mesma generalização não é admissível para a Amazônia. Eu vou pular isso aqui, mas nós temos algum—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Volta.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Volto? Bem...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A área auto-sustentável é possível identificar também?

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Claro. A Amazônia legal inclui esses Estados. O que a gente chama de bioma amazônico é menor que essa área, mas aqui tem floresta, tem cerrado e são definições que foram feitas por razões diferentes, não tanto de planejamento, mas para incentivos fiscais, por várias razões históricas, e que hoje chega a verdades absurdas, não é? Porque o pantanal está dentro da Amazônia, hoje, legal... Você tem conflitos muito sérios desse zoneamento. Para o senhor ter uma idéia, o Maranhão talvez é o caso mais exemplar disso. No Maranhão, o bioma amazônico vai além da Amazônia legal; é uma coisa inacreditável porque a Amazônia legal já é um negócio enorme, mas o bioma chega a ir além. Porque são fronteiras que foram feitas com determinados critérios, numa determinada época do ano, mas, se eu me instalar nesse pontinho aqui, a minha vida está complicada, porque, se eu cair para cá, a regra é uma; se eu cair para cá, a regra é outra; se eu cair para cá, a regra é outra. Para os investidores estrangeiros, em agroenergia, isso é uma confusão, assim, eles não conseguem entender como que aqui pode fazer e aqui não pode, para cá... Outro dia, um grupo coreano falou para mim: "Eu vou me instalar na fronteira aqui". Eu falei: "Olha, o senhor toma cuidado, que esse limite não está bem desenhado e amanhã eles redesenham esse limite melhor, e o senhor já entra para o lado de cá, e vai complicar sua vida—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – E aí o IBAMA vem de...

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: É muito complicada essa situação hoje, lá na região, está inibindo mesmo investimentos de longo prazo. Mas, para se ter uma idéia de como o assunto é complicado, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, os países que compõem o Tratado, contrataram, na Europa, há um ano atrás, um estudo para definir o que é a Amazônia, definir o que é a Amazônia; contrataram um centro parecido com o meu, que tem lá na Europa, para definir o que é essa Amazônia, e

tem várias definições, quer dizer, uma coisa é adotar a bacia, fica fora o Tocantins, fica fora tudo isso, fica fora boa parte do Amapá, se a gente usar a bacia, mas, se usar a floresta, também inclui a Venezuela do Chávez está quase toda dentro da Amazônia; a França defende teses, porque eles têm florestas aqui. É muito complexo. É um assunto que a gente deveria, talvez, num dado momento, olhar melhor essas definições todas que estão se sobrepondo, levando a conflito, levando a confusão e dificultando o desenvolvimento sustentável da região.

Mas, como disse o Senador Aloizio Mercadante, a Amazônia hoje tem mais de 23 milhões de habitantes, mais de 70% vive em áreas urbanas, é a menor taxa de desemprego do Brasil hoje, é o PIB regional que mais cresce, cresce acima do PIB do Brasil, tem crescido 6% ao ano em média. Esse PIB, a agropecuária tem uma representação muito grande e muita gente imagina a Amazônia sem se dar conta desses processos.

Gostaria de concluir, dando um flashzinho sobre esses três, esses quatro principais processos que estão ocorrendo hoje na Amazônia: O primeiro é a pecuária bovina. Antigamente, nós tínhamos grandes pastagens, assim, na Amazônia, ainda continuam existindo grandes pastagens, mas esse é um cenário que está desaparecendo. O cenário hoje é da expansão da pecuária nas pequenas propriedades, em volta das cidades, uma parte da poupança urbana da Amazônia, da classe média urbana, está indo para a criação de gado, sobretudo no Tocantins, Mato Grosso, no Pará etc. E também na área do extrativismo está ocorrendo... Isso aqui são áreas de pastagens que estão surgindo dentro das reservas extrativistas, criadas pelos próprios seringueiros. Na própria Reserva Chico Mendes, hoje existe uma produção de gado, hoje muito grande, em áreas que os próprios seringueiros estão abrindo para criar gado. Não quer dizer que eles vão desmatar tudo isso, mas eles estão combinando a pecuária com a atividade agrícola.

Para os senhores terem uma idéia, nos últimos 15 anos, simplificando, no resto do Brasil, o rebanho cresceu 0,7% ao ano; 0,7% no resto do Brasil. O número de cabeça de gado cresceu, nesse mesmo período, 14% em Rondônia, 12% no Acre, 8% no Mato Grosso. Quer dizer, um crescimento enorme do rebanho. Só que a área de pastagem não aumentou na Amazônia, por quê? Porque, com tecnologia, manejo, cada vez mais, nós estamos tendo mais animais por hectare. A média da Amazônia eram 0,6 bovinos por hectare, passou para 0,7, para 0,8, para 0,9, um animal por hectare, 1,1, e é provável que hoje já esteja perto de 1,2. Quer dizer, o povo da Amazônia está desenvolvendo

do sua agricultura, ou seja, a pecuária está crescendo verticalmente. Isso é muito importante porque, se ela cresce horizontalmente, leva ao desmatamento, mas, verticalmente você está intensificando. Isso vai continuar porque essa pecuária hoje fornece leite e carne para as cidades. Quem conhece, aqui tem gente que conhece muito bem, Manaus, há 15 anos atrás, o iogurte vinha de São Paulo, o queijo vinha de São Paulo. Bom, hoje tudo é produzido lá, quer dizer, você vai a Machadinho do Oeste, tem três laticínios; Machadinho do Oeste, que é o fim da linha em Rondônia.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Permita, já que todo mundo está interrompendo, eu estava inscrito, mas apenas sobre a Amazônia, o senhor tem inteira razão, não há uma Amazônia, mas várias; depende, o critério potamográfico é um; o critério topográfico é outro, e o critério fitográfico seria outro. E, realmente, adotar medidas para que sejam aplicadas a todas as regiões, sem levar em conta as sub-regiões, seria uma irracionalidade. Agora, só uma coisa eu tenho certeza. Eu tenho certeza de que as regiões de mata primária, essas realmente não devem ser derrubadas para plantio, seja do que for.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Com certeza.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Seria uma brutalidade transformar um hectare de mata primária para soja, pecuária ou cana. Não sei se o senhor concorda comigo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Não, eu concordo. Até porque não há necessidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu só queria, Evaristo, como há já vários Senadores querendo falar, eu proponho... Falta pouquinho, não é?

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Pouquinho. Estou acabando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, deixa ele concluir, e você... Nós vamos voltar ao debate. Você fica sendo o primeiro inscrito.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Daí, eu faço a minha consideração. Bem, essa tendência de intensificação da pecuária na Amazônia vai continuar porque está havendo uma grande redução nas pastagens no Centro-sul, ainda mais com a expansão da agroenergia. O crescimento da demanda de carne na Amazônia é enorme, no Brasil, no mundo, na China. Então, esse cenário é totalmente favorável; o Governo está melhorando a infra-estrutura regional com o PAC. Isso vai levar a crescimento disso, e a tendência é de ampliação disso, sobretudo, se ocorrer, como já

vem ocorrendo, um melhor controle da febre aftosa na região.

No caso da soja, hoje, a Amazônia produz soja em vários pólos, quer dizer, no caso do Pará, na região de Paragominas, Santarém e Conceição do Araguaia, no Maranhão, além de Balsas, na região de Chapadinha, e existe ainda um pouco de produção de soja no sul do Amazonas, na região de Humaitá e em Roraima. Eles já... A Amazônia responde hoje por cerca de 20% da produção de grãos do Brasil, 20% da produção de grãos no Brasil. Existe aí uma teoria de que se você fizesse a agricultura na região, viraria um deserto, o solo não produziria mais nada, mas, dependendo da localidade, que é o caso do Mato Grosso, lá em Rondônia, você tem hoje uma produtividade muito alta e isso, eu volto já no que foi comentado ali, isso não justifica, nem necessita hoje que a gente expanda a área na Amazônia, muito menos em cima de floresta tropical úmida; há como intensificar ainda mais a produção agrícola nessas regiões que estão ocupadas hoje. Então, se hoje a Lacoste se instalou para produzir camisa lá no Mato Grosso, é porque o Mato Grosso é hoje o maior produtor de algodão, fez o Brasil voltar a exportar algodão. O Brasil que, há 10 anos atrás, importava algodão. Se a Perdigão, a Sadia se instalaram nessa região, produzindo frango, porco, bom, é graças a esse desenvolvimento extraordinário que tem ocorrido nessa região.

Eu vou concluir, só comentando sobre a exploração madeireira, existem quatro situações bem diferenciadas, não vou detalhá-las agora, em exploração madeireira, pelo menos quatro coisas muito diferentes, não dá para misturar os quatro casos, mas o que vem ocorrendo na Amazônia é: Cada vez menos árvores derrubadas para atividade madeireira. E cada vez mais produção de madeira. E como é que pode, que nós estamos tendo aí uma economia de quase um milhão de árvores, e estamos produzindo mais madeira? Bom, porque o rendimento industrial pulou de 38 para 42, e o que é que são 42% de rendimento industrial? É ridículo, é ridículo. Nós poderíamos ter muito mais que isso, mas, como essa atividade é uma atividade que fica muito criticada, se é legal, se não é legal, dificilmente as pessoas investem em tecnologia, dificilmente... Os madeireiros sérios, vamos dizer assim, têm receio de investir porque não têm garantias com a atividade. Então, a gente continua com um rendimento muito baixo e, às vezes, dando privilégio, vamos dizer assim, a quem pratica a práticas predatórias e inibindo quem faz investimentos em longo prazo. Eu acho que agora essa iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, de criar essas florestas nacionais e

a exploração delas vai ajudar a evoluir de forma mais sustentável nesse caso.

Só queria dizer que essa madeira cortada na Amazônia, não vira cinza. Muita gente atribui ao Brasil uma grande emissão de gás carbônico na Amazônia, considerando que toda a área desmatada vira cinza, mas isso não é verdade, isso vira madeira. Não me consta que, quando isso chega nos Estados Unidos ou na Europa, eles queimem. Então, na realidade, a emissão é muito menor do que vem se dizendo do que ocorre na Amazônia. É um setor que gera 370 mil empregos e gera hoje essa renda.

Eu concluo aqui... Vou passar aqui uma última imagem... O Brasil, hoje, o mundo da soja está praticamente nas mãos do Brasil, a nível internacional, o senhor sabe que o mundo do café, nós somos também o principal e o maior produtor mundial; o mundo da laranja também está nas nossas mãos, e, nesse mundo da carne, hoje nós somos também o primeiro exportador mundial, e eu creio que, no caso da agro-energia, nós temos que trabalhar para conseguir isso. Quem diz que não se pode ter cana em determinado lugar, às vezes, está fazendo um equívoco tão grande como quem diz que pode. Como disse o Senador, o zoneamento pode orientar quais são os locais adequados para ter agricultura e quais são os locais que não se deve nem imaginar de ter agricultura. Agora, sem esse balizamento, a gente acaba ocupando áreas inadequadas e, às vezes, até preservando áreas que seriam importantes para gerar emprego e renda.

Ocorre muito isso, têm dois jeitos as formigas de trabalhar: um é assim, cortando cada um para si e acabando com tudo, e existem também formas convergentes. Eu creio que essa questão do desenvolvimento sustentável e da agroenergia é uma grande oportunidade de se trabalhar de forma convergente e, no que nós pudermos contribuir, lá na EMBRAPA Monitoramento por Satélite, estamos à disposição. Agradeço muito essa oportunidade que os senhores me deram de expor um pouco o nosso trabalho, realizado lá em Campinas. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria agradecer a exposição do Dr. Evaristo... Pode acender a luz, por favor. Isso demonstra a importância que essa tecnologia contemporânea de monitoramento de satélite pode ter, não só para a definição de políticas públicas, mas também para a gente conhecer com mais profundidade o que é a agricultura brasileira, o que é a ocupação do território e derrubar alguns mitos, eu diria, simplificadoros(F), que não estão baseados num conhecimento mais aprofundado e científico sobre a realidade brasileira,

mostrando que é possível ter um Projeto de desenvolvimento sustentável nesse país e que nós temos um imenso desafio de continuar aumentando a nossa produção agrícola; somos hoje o maior produtor mundial de várias culturas, álcool, açúcar, café, suco de laranja, soja, maior exportador mundial de carne, segundo produtor, terceiro em carne de suíno, segundo em aves, e toda essa responsabilidade... Somos o terceiro em milho. Toda essa responsabilidade agrícola do Brasil depende cada vez mais de pesquisa, de aumento de eficiência, de produtividade, para que a gente ocupe, de forma racional, o nosso solo.

Vamos seguir era as inscrições. Vou pedir só ao Senador Suplicy para dar prosseguimento à questão do Senador Jefferson Peres, invertendo a ordem e permitindo ao Senador ser o primeiro inscrito.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –

Em primeiro lugar, meus sinceros cumprimentos. É uma satisfação recebê-lo aqui, Dr. Evaristo, porque a EMBRAPA é, sem dúvida, um dos poucos centros de excelência do setor público brasileiro. Injustiçado, eu ouço muita gente dizer que o desenvolvimento do Centro-Oeste se deve a Brasília e ao Juscelino, mas se deve muito mais às pesquisas da EMBRAPA. Essa que é a verdade, os brasileiros que me perdoem, não fosse isso, seria muito difícil esse *rush* agropecuário nas terras do cerrado.

Mas a sua exposição nos tranquiliza um pouco porque há uma preocupação, aqui e no exterior, quanto ao avanço da bioenergia, que poderia resultar ou na ocupação de áreas florestadas ou numa monocultura, em várias regiões, com efeitos sociais muito... E socio-ambientais muito nocivos. E o senhor nos mostra primeiro o monitoramento que a EMBRAPA está fazendo no país, que vai permitir um controle. Segundo lugar, que possamos partir para um... Realmente, um zoneamento ecológico, econômico de todo o país, de forma não ao Governo proibir a atividade nesta ou naquela região, mas, pelo menos, não dar estímulo: “Aqui não é adequado à soja. O senhor não está proibido, plante às suas custas, não conte com incentivos fiscais nem créditos do Governo”. É isso, não precisa tomar medidas policiais não. De forma que...

Outro dia eu li, só para concluir e fazer uma pergunta, realmente nós só, com o aumento do semi-confinamento do gado e a utilização dessas sobras de pastagens, terras de pastagens para a cana, nós poderíamos dobrar a produção de cana do país, sem prejuízo nenhum, seja para o que for. É verdade isso mesmo?

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: É verdade. Como o senhor já tinha alertado antes, nesse momento, o Brasil não precisa desmatar nada na

Amazônia. Nós temos condição de dobrar a nossa produção agrícola. É o que vem ocorrendo, que o Senador Mercadante citou no começo, quer dizer, esse ano nós estamos com uma safra recorde, de quase 133 milhões de toneladas, e a área plantada diminuiu no Brasil; diminuiu, eu acho, que três e poucos por cento de área plantada, ou seja, é o ganho vertical. A agricultura tem que crescer verticalmente, mas, aí, eu queria dizer uma palavrinha sobre a pesquisa. Para que, na Amazônia, a gente continue crescendo verticalmente, quer dizer, aumentando a produtividade da soja, do milho, da pecuária etc., precisa ter pesquisa. Pesquisa de pecuária, pesquisa de passagem. Porque se só tiver pesquisa de sistema agro-florestal, bom, esse estoque tecnológico vai acabar e aí as coisas vão crescer de novo na linha da horizontalidade.

Então, é necessário estar investindo sempre em pesquisa, para que, em cada região, a gente garanta esse crescimento vertical da agricultura brasileira, que tem sido a regra dos últimos anos, graças à EMBRAPA, mas graças também às universidades de todo o país, aos sistemas estaduais de pesquisa, enfim, muita gente trabalhando aí, EPAMIG, Minas Gerais, tem muita gente contribuindo com essa tecnologia agrícola, mas o Brasil pode crescer muito ainda, em termos de produção, sem ter que ganhar novas áreas.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Agora, para concluir mesmo, só para lhe dizer que eu só elogio... A EMBRAPA está devendo à Amazônia o controle, realmente dos micro-ciclos olei, que até hoje não permitiu a heveicultura na Amazônia.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Isso é uma questão que tecnicamente é viável, não é? Mas, economicamente impraticável. E aí os paulistas continuam produzindo já 55% da borracha do Brasil, do Estado de São Paulo. Mas, o senhor sabe por quê? Essas culturas—

SR. SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Se o senhor vir, por exemplo, o cacau é originário da América, os maiores produtores estão na África; o café é originário da África e os maiores produtores estão no Brasil; o abacaxi é originário do Brasil e os maiores produtores estão na Ásia, no Havaí; a soja é da Ásia e as maiores produções estão aqui. Por quê? Porque quando trouxeram o café para cá, trouxeram só o grão sem as pragas. Quando levamos para lá o cacau, levaram os grãos sem as pragas. Então, quando você muda, a borracha foi para a Ásia e é um sucesso total porque só levaram os grãos, não levaram as pragas.

Então, há uma razão ecológica de as culturas exóticas... Agora há pouco, o Senador Mercadante

falou, toda essa exportação brasileira, nada é do Brasil, tudo veio para cá, a cana, a laranja, tudo de fora. Então, quando se traz a cultura, não traz as pragas, mas, às vezes, tem uma praga no lugar, que é esse caso da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente Aloizio Mercadante, professor Evaristo de Miranda, também quero cumprimentá-lo e à EMBRAPA pela extraordinária contribuição que tem dado ao desenvolvimento da agricultura e da pesquisa agropecuária no Brasil. Gostaria de, em primeiro lugar, pedir a V.Sa., como uma pessoa que conhece tão bem a agricultura e os trabalhos da EMBRAPA, se puder, nos fazer um comentário sobre o artigo que o Presidente Fidel Castro publicou este ano, quando fez observações de que se o Brasil fosse se empenhar tanto no biocombustível, no etanol, isso poderia ser prejudicial. E algumas autoridades do Governo brasileiro já responderam a isso, mas como V.Sa. é um conhecedor de profundidade com... Como membro da direção do EMBRAPA, eu agradeço, se puder, nos dar a sua reação a respeito.

Eu vou citar algumas frases do Presidente Fidel Castro para possa lembrar desse artigo que teve bastante repercussão. Ele menciona que transformar alimentos em combustíveis mais limpos, do ponto de vista ambiental, é uma tragédia, uma idéia sinistra. Sustenta que “a mudança climática deveria ser combatida com medidas simples como o uso racional de energia e não através de recursos naturais e alimentares. Isto significaria um respiro para resistir à mudança climática sem matar de fome as massas pobres do mundo. Em Cuba, país cuja economia é sustentada pela cana-de-açúcar, as terras dedicadas à produção direta de álcool podem ser muito mais úteis na produção de alimentos para o povo e à produção do meio ambiente. Dêem financiamentos para os países pobres produzirem etanol, a partir do milho ou qualquer tipo de alimento, e não sobrar uma árvore para defender a humanidade da mudança climática”, disse ele. “Por isso, independentemente das excelentes tecnologias brasileira para produzir álcool, em Cuba, o emprego de tal tecnologia para a produção direta de álcool, a partir do suco de cana de açúcar, não constitui senão o sonho ou desvario do que se iludem com essa idéia”. Aqui tem só apenas algumas frases, mas acredito que tenha até lido esse artigo e que teve muita repercussão, inclusive, o próprio Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, também teceu algumas considerações nesta direção, e agradeço se puder nos responder.

Gostaria também de informar que, em janeiro passado, eu visitei por 10 dias a República Popular da China e, na ocasião, tive a oportunidade de visitar, em Yang Ling, um centro de pesquisas agropecuárias que, a 82 quilômetros de Sichuan(F), na zona de demonstrações de indústrias de alta tecnologia agrícola de Yang Ling, que promove as mais variadas experiências de plantios, de aproveitamento industrial, de produtos agrícolas, pesquisa de plantios em zonas secas, técnicas de irrigação, controle de água e de erosão de solo. Seus diretores me informaram que já têm convênios com o instituto de pesquisa, por exemplo, do Rio Grande do Sul, mas que gostariam muito de desenvolver uma interação com a EMBRAPA, e eu vou dar aqui a... Aproveitar a sua visita para lhe dar os dados e dizer... E os nomes dos diretores que querem, porque conhecem da... Da idoneidade, da seriedade do trabalho da EMBRAPA, e querem muito aumentar o intercâmbio. Então, eu não sei se já o fizeram ou se o senhor conhece, mas eles me pediram e eu vou aproveitar a oportunidade da sua visita para lhe dar as informações a respeito.

E... Mas quero dizer que, sem ser um especialista, como o Senador Jonas Pinheiro, em agricultura e em pecuária, eu tenho a impressão, assim, pelo que posso observar, que o bom senso indica que, de fato, o Brasil proporciona oportunidades para nós desenvolvermos tanto o biocombustível, o etanol e a produção de alimentos. Agora, qual é o equilíbrio necessário, me parece que a sua observação de que não precisamos estar nos preocupando com possíveis conflitos de produção deste ou daquele produto; o Brasil é um país que vai haver lugar para todos e, obviamente, instituições como a EMBRAPA ajudando a sinalizar e a observar os sinais de mercado, também para que os agricultores possam estar cientes de onde estão as melhores oportunidades e, nesse sentido, seja no trabalho de pesquisa, mas também no trabalho de análises de mercado das necessidades, a EMBRAPA prestará um serviço muito importante, como já o tem feito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Dr. Evaristo, com a palavra. Eu vou pedir um pouco mais de brevidade para nós podermos iniciar a nossa Sessão ordinária.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Eu vou começar só falando da China. Eu agradeço muito essa sua contribuição, e transmitirei ao Dr. Sílvia Crestana, o Presidente da EMBRAPA, essa documentação; nós temos uma área de cooperação internacional; a EMBRAPA mantém um laboratório nos Estados Unidos, que explora toda essa perspectiva de cooperação, tem dois laboratórios na Europa, abriu escritório na Áfri-

ca, e a China está na Pauta, está na Ordem do Dia da EMBRAPA, tem sido realizadas missões. Então, eu tenho certeza que isso vai ser integrado no processo, que nós estamos trabalhando com a China para algum tipo de parceria em um nível mais elevado, parecido com que nós temos com os Estados Unidos e com a Europa. Então, eu agradeço.

Segundo lugar, quanto ao artigo do Presidente Fidel Castro... Bom, ele mora numa ilha e tem aquela cana-de-açúcar de Cuba como referência; uma ilha e o padrão tecnológico da cana de Cuba. Nós estamos no país continental, com áreas enormes e com um padrão tecnológico muito diferenciado. Eu não creio que isso vá ocorrer no Brasil; são poucos os locais onde pode haver conflitos desse tipo porque está ocorrendo é ganho de produtividade, tanto na produção de alimentos, como na produção de energia. No caso da cana-de-açúcar, eu não creio que ela vá ocupar áreas significativas fora da Região Sudeste; ela vai estar e vai continuar essencialmente na Região Sudeste, entre Minas Gerais, São Paulo, um pouco em Goiás, alguma coisa no Mato Grosso, mas muito pouco, quer dizer, e hoje essa mesma Amazônia já corresponde por 20% da produção de grãos.

Em outro... Por outro lado, esses sistemas são integrados. Foi dado aqui o exemplo de que a cana está gerando energia elétrica. Pois a Universidade lá, a Unesp de São Paulo, descobriu que depois que queima o bagaço, aquela cinza que sobrava não é cinza; é carvão. Você faz bloquetes daquilo e gera mais energia elétrica ainda. E a mesma coisa, esse bagaço pode ser dirigido para a produção animal, quer dizer, você pode integrar pecuária e cana. Eu não creio que a cana dificilmente, no Brasil, ela vá ocupar 4% das terras agrícolas. Dificilmente, 5%, dificilmente. 95 vão ser ainda dedicados a outras atividades. Eu acho que, assim, em síntese, eu diria isso. Agora, se quiser depois um comentário mais circunstanciado, terei prazer de lhe enviar umas cinco teses sobre esse artigo com dados numéricos.

(risos).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós vamos agora fazer os questionamentos, comentários de todos os Senadores e, aí, o Dr. Evaristo dará a resposta ao final. Senador Jonas Pinheiro, com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, Dr. Evaristo, felizmente o Brasil tem uma EMBRAPA e na EMBRAPA existe um homem o senhor. O que o senhor nos informou hoje aqui é tudo que é racional nesse país. E o que é irracional também, que

nós podemos corrigir, e nós estamos na Casa certa, na Comissão exata para fazer esta correção. Por exemplo, Dr. Evaristo, o senhor disse aqui a respeito da Amazônia legal. Em 1953, o Presidente Getúlio Vargas criou a SUDAM. Então, para atender ao interesse de Mato Grosso, ele criou, criou não, estabeleceu que, ao norte do (ininteligível), poderia pegar recursos, incentivados pela SPEVEA, naquela época. Depois transformou em SUDAM, aí, veja a loucura. Quando criou o Mato Grosso do Sul, para apoiar o Mato Grosso pobre, o Mato Grosso remanescente, infelizmente, está muito barulhenta hoje a nossa Casa.

(soa a campanha)

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Para ajudar o Mato Grosso pobre, Mato Grosso remanescente, já que a parte rica ficou para Mato Grosso do Sul, estendeu-se a todo o território Mato-Grossense a Amazônia legal, que não tem nada a ver com o bioma amazônico, nada a ver com isso. É só cerrado e pantanal. Pois bem, Dr. Evaristo, quando criou a medida, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso editou a Medida Provisória, que hoje é 2166, que mudou o Código Florestal, estabeleceu que, na Amazônia legal, a preservação no cerrado, em termos de reserva legal, é 35%. E agora nós ficamos numa situação difícil de entender o que é que é bioma cerrado porque o Mato Grosso do Sul, que tem o mesmo cerrado, cuja divisa com o Mato Grosso é uma linha imaginária praticamente, se você está na linha imaginária para o sul, a reserva é 20%...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Linha imaginária recente porque anteriormente era um Estado só.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Era um Estado só. Se você está da linha imaginária... Obrigado, Presidente... Para o sul, a reserva é 20%. Se você está com o pé da linha imaginária para o norte, a reserva é 35%. Qual a diferença desse bioma cerrado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nenhuma.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Qual a diferença do bioma cerrado de Goiás para Mato Grosso?

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Nenhuma.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Quando o que divide é o Rio Araguaia? Mas existe também essa loucura. Se isso, no Mato Grosso, ele é complicado, em Tocantins, é mais complicado ainda porque Tocantins era Estado de Goiás, Sr. Presidente, e de repente criou o Estado de Tocantins, e estabeleceu que Tocantins é amazônico, quando, na verdade, deve ser centro-oeste. E, lá, a reserva também, reserva

de 35%, quando Goiás, que originou aquele Estado, é 20%. Então, nós estamos vendo coisas malucas como essa. Ora, isso aí é uma... É uma desconsideração com a geografia do Brasil. Mato Grosso, ele é centro-oeste, o programa que eu apoio é o FCO, não é FNO, e a Superintendência que o coordena é a SUDECO. Portanto, não tem nada de ver com o norte nem com o amazônico.

Pois bem, qual é a preocupação de Mato Grosso hoje, que é o maior produtor de algodão e de qualidade extraordinária, como o senhor conhece, o maior produtor de soja, o maior produtor de pecuária? É que há uma campanha no mundo, isso é muito importante, para não produzir, para não comprar produtos produzidos na Amazônia legal. Então, nós estamos ter um Mato Grosso proibido a produzir porque, se Mato Grosso produzir tanto quanto produz hoje e jogar no mercado nacional, evidentemente, Sr. Presidente, não vai ter mercado para o produto brasileiro...

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Não tem.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – E agora nós estamos trabalhando para criar um alcoolduto, com poleoduto, de Mato Grosso para Santos. Para que se continuar como Amazônia legal? Nós vamos proibir de plantar cana no Estado de Mato Grosso.

Por isso, eu saio hoje bastante satisfeito e foi exatamente por causa dessa revolta minha que eu tenho um Projeto na Casa que retira o Mato Grosso da Amazônia legal. Sr. Presidente, eu gostaria de contar com o seu apoio porque é uma injustiça Mato Grosso estar na Amazônia legal. Como eu disse, é um confronto de inteligência de estar Mato Grosso na Amazônia legal. O meu Projeto, ele foi apresentado na Comissão de Desenvolvimento Regional, tem parecer favorável, está na Comissão de meio ambiente, vai ter parecer favorável essa semana, e isso nós faremos justiça àquele Estado, que só está para produção. Ontem ainda, Dr. Evaristo, o grupo Bertin lançou, em Diamantino, um frigorífico para três mil cabeças/dia, com uma fábrica de biodiesel e uma fábrica de couro. O grupo Friboi, lá em Sorriso, ontem lançou um frigorífico para seis mil bois/dia, seis mil cabeças/dia, também com uma fábrica de biodiesel e uma fábrica de couro. Isso tudo podemos perder por causa dessa loucura. E, como o senhor disse, para produzir no Estado do Mato Grosso, não precisa mais desmatar um hectare sequer de terra; um hectare só de terra não precisa desmatar. Deixa que o Estado produza onde já está desmatado, onde o cerrado já está usado; só isso basta para Mato Grosso continuar contribuindo com o país.

Portanto, parabênz V.Sa. e será muito importante para o nosso trabalho e aprovação da minha

Medida Provisória, que hoje tem apoio do Estado de Rondônia e já tenho o apoio também do Estado de Tocantins. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Meu Presidente, quero cumprimentar V.Exa. por essa importante reunião... Está sem som? O senhor está ouvindo? Essa importante reunião, que nos dá uma idéia exata da atividade agrícola no país inteiro. Então, a gente tem aqui o sentimento praticamente de um mapa geoeconômico, na área da agricultura e agropecuária também. Eu tive experiência pessoal com a EMBRAPA, com o Dr. Evaristo, que já fez uma referência, principalmente na localização de pistas clandestinas na área, na região de garimpo e em outros tipos de atividades clandestinas, na região amazônica principalmente, e era importante, Senador Jonas, porque davam as coordenadas corretas, a gente chegava em cima da informação que nos era dada e adiantava um planejamento sobre a localização de plantio de maconha, na região de Pernambuco, e, lá, a EMBRAPA identificava pela cor da folha, da planta, o colorido da planta identificava o produto que estava sendo plantado, saía direitinho, localizava o plantio de maconha e erradicava e com oportunidade.

Então, eu queria cumprimentar esse trabalho maravilhoso, acho que, se o Governo puder fazer um zoneamento agrícola para evitar a produção exagerada de um produto em detrimento de outro, e amanhã a gente tenha que importar alguns grãos que são importantes na nossa... Na vida cotidiana do cidadão, seria importante.

Eu perguntaria ao senhor também se há alguma ligação entre o Projeto SIVAM/SIPAM e a EMBRAPA, porque, em tese, a SIVAM/SIPAM tem a obrigação de monitorar a região amazônica, não só de apoio à aviação, mas também a atividade de exploração da região amazônica. Então, eu deixaria aqui os meus cumprimentos e a certeza de que a continuidade só trará benefício ao país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Dr. Evaristo, eu queria só uma informação adicional sobre a questão tecnológica, quais são os satélites que nós estamos usando hoje, qual é a perspectiva de modernização deles, o plano de expansão desses satélites, mais nessa linha da tecnologia. E o Senador Jefferson Peres não está aqui mais, mas eu queria só concordar parcialmente com ele, eu sei que a EMBRAPA é fundamental para essa

conquista do Centro-Oeste do Brasil, mas eu não posso concordar quando ele diz que não é Juscelino; Juscelino teve o papel fundamental com a construção de Brasília, com as estradas que foram feitas, com a viabilização do centro do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu concordo integralmente com essa “mineiridade” do processo de integração e da expansão para o Centro-Oeste brasileiro. Senadora Kátia Abreu, com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Eu gostaria de cumprimentar ao Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, agradecer a sua presença e aqui, mais uma vez, depois de centenas de vezes que venho fazendo essa declaração, dizer da importância da EMBRAPA para a agropecuária brasileira. Ai de nós, produtores rurais, se não fosse a nossa EMBRAPA, que é orgulho nacional e reconhecida internacionalmente. Uma pena que nós estamos vendo, na nossa EMBRAPA, minguar os seus quadros, o investimentos, minguar os quadros por conta das aposentadorias, que vem acontecendo ao longo do tempo, sem renovar esse quadro de pesquisadores, de cientistas, e também com relação aos recursos parcos que a nossa EMBRAPA hoje está tendo. Isso, infelizmente, um país que não respeita o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa científica, é um país fadado ao insucesso e ao retrocesso. Então, eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar a todos os pesquisadores da EMBRAPA e agradecer, em nome do agronegócio brasileiro, da agropecuária brasileira, o serviço, o trabalho que a EMBRAPA fez ao longo desses anos.

Eu gostaria, Dr. Evaristo, que o senhor pudesse aqui explicar, aos Senadores e a mim, qual é a diferença do cerrado tocantinense para o cerrado goiano, do ponto de vista técnico? O porquê essa pergunta? Porque a reserva legal de todos os cerrados do Brasil, as áreas de cerrado do Brasil, é de 20% da propriedade rural. E a área de reserva legal do cerrado no Tocantins é de 35%. Eu gostaria de ter uma explicação científica, uma especificação técnica para esse tratamento desigual para os iguais, na minha concepção. Então, o produtor rural tocantinense, ele já entra com 15% a menos de competitividade, porque são 15% de área que ele não pode produzir, em detrimento de um produtor que está em outras áreas de cerrado e que pode abrir mais 15, podendo ser mais produtivo e ter mais renda. Então, o produtor tocantinense, do cerrado do Tocantins, já entra com uma deficiência e produzindo menos 15% da sua propriedade rural.

A segunda pergunta, Dr. Evaristo, gostaria, não sei se o Senador Jonas Pinheiro fez a pergunta, mas, do ponto de vista técnico, o que realmente é a Ama-

zônia legal? Como ela é definida? Quais as vantagens que os Estados que a compõem têm e as desvantagens que poderiam ter, caso fossem retirados desse conceito da Amazônia legal, como, por exemplo, é o meu interesse de retirar o Tocantins da Amazônia legal, devido a essas dificuldades e esse tratamento diferenciado, negativo, que tem dado a esses Estados. Então, eu gostaria muito que o senhor desse esse conceito de Amazônia legal, para que nós pudéssemos aqui compreender e essa questão do cerrado.

Terceira pergunta: O que é que poderia ser feito, em termos de compensação de reserva legal, no caso, se ampliássemos a questão da mesma microbacia hidrográfica? Nós sabemos que vários Estados do país não têm mais condições de fazer a sua compensação no seu próprio Estado. E a legislação exige que essa compensação seja feita na mesma microbacia hidrográfica. Se isso poderia ser alterado e se isso teria acréscimos positivos ao país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu só gostaria de afirmar que eu não... Evidentemente, eu quero depois que o Sr. Evaristo comente, mas acho que estão sendo feitos importantes investimentos na EMBRAPA em modernização. O próprio Centro de Monitoramento por Satélite, o primeiro slide, é uma sede nova que vai ser inaugurada em outubro, das coisas mais avançadas, que estão sendo construídas com esforço muito grande do país. De qualquer forma, Senador Expedito.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Só um minutinho, eu gostaria de fazer um comentário. Eu não estou falando de equipamentos. Eu estou falando de conhecimento humano, de cientistas e pesquisadores e recursos para as pesquisas que estão praticamente paralisadas na EMBRAPA. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Acho importante também que o Dr. Evaristo depois comente essa questão. Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, na verdade, eu até gostaria de me desculpar, que eu queria ter chegado no início da intervenção do Dr. Evaristo, mas o vôo nosso, de Rondônia, um vôo que era para chegar aqui às 06h30, acabou que chegamos aqui quase 10h00 da manhã. Eu vou na mesma linha da Senadora Kátia Abreu e também na minha linha do Senador Jonas Pinheiro. Há uma preocupação muito grande hoje com o meu Estado, assim como a Senadora defende a questão de Tocantins e o Senador Jonas a mesma coisa em Mato Grosso, a questão com Rondônia. Por quê? Porque, na verdade, eu vejo que Rondônia, e, de repente, essa explicação

que V.Exa. vai poder esclarecer algumas coisas aqui hoje, poderá nos convencer o contrário. Mas eu vejo com preocupação a questão de Rondônia pertencer à região amazônica. Nós não temos nada a ver mais; Rondônia não tem nada a ver com a região amazônica; Rondônia tem a ver com o centro-oeste brasileiro; Rondônia tem a ver com a pecuária, é um dos maiores criadores de gado do Brasil, o quinto Estado no *ranking* brasileiro. E não temos nada a ver com essa questão mais da Amazônia. É lógico que nós também não fazemos a política do desmatamento, “vamos desmatar”, pelo contrário, mas, há poucos dias... Nós temos duas usinas de álcool, lá no nosso Estado, que estão sendo implantadas agora. Há poucos dias, eu fui surpreendido com uma decisão do Ministro da Agricultura de proibir o plantio da cana-de-açúcar no Estado de Rondônia, entendendo ele, buscando aí, fazendo esse zoneamento, que eu entendo que é necessário, é importante que se faça o zoneamento para o país; nós fizemos o nosso zoneamento no Estado, e o Senador Jonas Pinheiro deve ter sido um dos Senadores que mais visitou Rondônia, quando defendendo a questão da Medida Provisória 2166, que praticamente delimita, que praticamente nos dá a condição de sabermos de que maneira nós podemos investir no nosso Estado. E nós investimos caro nesse zoneamento e até hoje nós ainda não temos condições de aplicar o zoneamento porque está tramitando aqui no Senado, está tramitando aqui na Casa, infelizmente, nós não conseguimos votar o Projeto, não sei se o Projeto Miquelito é o melhor, não sei se o Projeto é original, enfim, nós não conseguimos decidir, não conseguimos votar esse Projeto da 2166.

Mas o que é mais importante, eu gostaria de ter pego a explanação de V.Exa. desde o início, mas, da mesma maneira eu gostaria que V.Exa. me desse uma explicação. O porquê e, na verdade, eu vou fazer isso ao Ministro, no dia 26, o Ministro deverá estar presente aqui na Comissão de Agricultura, para que nós possamos debater sobre essa, esse zoneamento, que eu não sou contra, sou favorável ao zoneamento, eu sou contra a maneira que ele quer fazer; quer impedir o Estado de Rondônia de fazer o plantio da cana-de-açúcar, sem discutir com a sociedade, sem discutir com o nosso Estado, sem ouvir o povo de Rondônia.

Então, a pergunta que eu deixo para V.Exa.: O porquê? Qual a razão que tudo no Estado de Rondônia é proibido? Nada se pode fazer. É porque nos pertencemos à Região Amazônica? Se for isso, eu, de imediato, já vou pegar carona nesse Projeto do Senador Jonas Pinheiro, que está tentando tirar o Mato Grosso da Amazônia legal, e eu também vou tentar

fazer o mesmo Projeto com o meu Estado e vou trazer Rondônia para o Centro-Oeste brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço, Senador Expedito Júnior. Senador Antônio Carlos Valadares, com a palavra, e encerraremos essa audiência.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Evaristo, eu sou um Parlamentar do Nordeste do Brasil, Senador eleito por Sergipe e, da mesma forma que outros Senadores se manifestaram, colocando o trabalho e a atividade da EMBRAPA entre os melhores que se praticam em qualquer Governo e, cada vez mais, avançando na pesquisa, no intuito de dar maior produtividade agrícola, maior remuneração aos produtores rurais, enfim, colocar o Brasil em pé de igualdade com outros países que tenham a agricultura como suporte da sua economia.

No que se refere ao Estado de Sergipe, entre os trabalhos efetuados pela EMBRAPA, eu posso destacar um que teve a melhor acolhida entre os produtores rurais, inclusive, na mudança do perfil da agricultura sergipana, no semi-árido, mais de perto, no semi-árido. Nós temos alguns Municípios que se dedicam à cultura da subsistência, como Poço Verde, Simão Dias, Frei Paulo, Carira e Itabaiana. Especificamente na produção do milho, ela deixou, nesta região, de ser uma cultura de subsistência para se transformar praticamente numa *commodity*. Por quê? Porque a EMBRAPA pesquisou e encontrou um tipo de milho que se adequou, deu uma produtividade maior no semi-árido. Inclusive, comparativamente ao sul do país, nesta região de Simão Dias e Poço Verde, Pinhão, no que se refere ao sul do país, ao Paraná, a produção, a produtividade se rivaliza. Talvez até a EMBRAPA conseguiu uma melhor produtividade lá nessa região do que no Paraná. Então, o destaque agora é no sentido de aproveitar industrialmente o milho e uma fábrica já está sendo projetada, com quase mil empregos diretos, para o aproveitamento do milho, contribuindo, assim, para geração de emprego e renda na região.

Então, eu queria apenas fazer uma pergunta breve: O que a EMBRAPA está fazendo, em termos de produção de milho, não só nessa região que eu estou me referindo, no Estado de Sergipe, no Nordeste do Brasil? Porque, aí, aumentaria a cadeia produtiva e, propiciando não apenas a produção do milho propriamente dito, mas também o seu aproveitamento industrial. Gostaria de saber de V.Exa. qual é o trabalho, a atenção que a EMBRAPA vem dando à produção de milho do Nordeste. Obrigado a V.Exa., Dr. Evaristo, meus parabéns pela sua apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu sou o último inscrito, eu queria ser muito breve, só queria ...

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só para a gente concluir a audiência, eu queria fazer dois comentários: O primeiro, em relação à reserva legal. A minha proposta, Senador Jonas Pinheiro, é que nós, Senador Expedito, é que nós façamos uma Audiência Pública, com a presença do Ministro da Agricultura, a Ministra do Meio Ambiente, EMBRAPA e IBAMA, e que a gente possa fazer um debate transparente sobre quais são os critérios técnico-científicos que embasam as definições que nós temos, porque claramente não nos parece, nesse momento, que algumas definições tenham amparo e uma pesquisa mais rigorosa e um critério mais objetivo. E, assim, nós poderíamos ouvir os argumentos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, ouvir os argumentos da EMBRAPA e do Ministério da Agricultura, e embase uma audiência mais ampla, mais plural, colocando o contraditório, a gente possa contribuir para que o Senado Federal, que é a Casa da Federação, possa tratar esse tema com a profundidade e com o rigor científico que precisa ser, eu diria, amparar nossas decisões.

Então, a minha sugestão é que a gente... Nós posamos fazer uma Audiência Pública para esse debate, poderíamos convidar a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura, e faríamos conjuntamente um debate, eventualmente, também na Comissão de Desenvolvimento Regional, e faríamos uma grande Audiência Pública de um debate aprofundado sobre esse tema.

Queria... Sobre a questão da agroenergia, fazer só dois comentários também, o primeiro: Não me parece consistente o argumento que a produção de energia, especialmente o etanol, decorrente da cana-de-açúcar, tenha impacto na oferta de alimentos. No caso dos Estados Unidos, que está produzindo 21 bilhões de litros de etanol, já é o maior produtor mundial, e usa basicamente o milho, é evidente que você está moendo uma parte do milho para fazer etanol e está encarecendo o custo do milho, que é um insumo fundamental para toda uma cadeia produtiva, diretamente, como decorrido do milho, ou na produção de proteína da carne. Frango é milho em pé, com pena e com bico.

Então, tem impacto, evidentemente, numa certa elevação custo. E o custo do etanol americano é 40 centavos de dólar o litro. O custo do etanol derivado da cana de açúcar é hoje 22 centavos. Com a hidrólise, onde nós vamos usar o bagaço de cana para aumentar ainda mais a capacidade de produção de energia

e, inclusive, com o carvão da queima do bagaço, que também é uma fonte nova de energia, já tem pesquisa, sobre isso, nós temos que analisar a importância estratégica que tem essa revolução tecnológica, por sinal, todas as grandes revoluções tecnológicas na história de desenvolvimento da economia capitalista, têm uma mudança exatamente no padrão energético, como foi a máquina a vapor, energia elétrica, o petróleo e, agora, essa crise do petróleo, no início do século XXI. Nós estamos diante do problema do efeito-estufa. O Brasil, esse ano, vai moer 427 milhões de toneladas de cana. As nossas usinas tinham caldeiras de 25 bars, que produziam muita pouca energia. Hoje já há usinas instaladas no Brasil com 97 bars; produzem 200 megawatts de energia, 200 megawatts. O potencial de produção de energia das usinas instaladas e em instalação, se nós fizermos uma evolução das caldeiras, é de cinco mil megawatts; é mais do que uma Itaipu, o potencial disponível, especialmente nessa frase de 2009/2011, que é a nossa travessia do deserto, quando o Madeira e os grandes Projetos, Angra III, não estarão disponíveis para garantir a oferta de energia com esse ritmo forte de crescimento da economia brasileira.

Então, a melhor solução é exatamente a questão da utilização da bioenergia dessas usinas. O BNDES, como disse aqui o Presidente Luciano Coutinho, já está vinculando financiamento a caldeiras mais produtivas, que, portanto, oferecem uma produção de energia superior às existentes, e o Governo estuda, especialmente em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Oeste de São Paulo, a idéia da subestação coletora porque o grande problema é o acesso à linha de transmissão. E, se nós fizermos também uma mudança na concessão de licenças, que eu quero lembrar aqui, uma licença de instalação de uma usina hidrelétrica, no Brasil, tem demorado 44 meses, o que é uma coisa absolutamente irresponsável. Tem 54 usinas de etanol em São Paulo, que estão, há um ano, aguardando licenciamento ambiental.

Então, se nós fizermos, acelerarmos o licenciamento ambiental, que é um problema também dos Governos estaduais, nós teremos uma oferta de energia, exatamente na fase mais crítica do país, uma energia limpa, renovável, que gera emprego, que gera divisas, que gera impostos, que gera desenvolvimento e que, ao mesmo tempo, permite aumentar ainda mais o nosso potencial agrícola.

Agora, termino dizendo o seguinte: Eu entendo as preocupações... Fidel Castro, como disse, é uma ilha que não tem recursos hídricos; a grande safra de Cuba eram 10 milhões de toneladas; mobilizaram gente do mundo inteiro para catar cana e, infelizmente, frustrou, aquela safra foi de sete milhões de toneladas;

nós estamos colhendo 427 milhões de toneladas. Não dá para comparar uma coisa com outra. O nosso padrão é outro. E é isso, inclusive, que tem melhorado a remuneração do setor. Então, o consumo de etanol, nos últimos 12 meses, cresceu 20%. Então, e o preço desabou de 1,2 reais para 59 centavos, e o consumidor, cada vez prefere mais carro flexível e consumo de etanol, que é bom para o meio ambiente, é bom para o agronegócio e é bom para o Brasil.

Então, eu gostaria que V.Exa. concluísse a intervenção, e ficaria para uma segunda discussão a questão da reserva legal; nós poderíamos fazer um seminário com Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Agricultura, IBAMA e EMBRAPA, e faríamos um seminário mais aprofundado sobre o tema.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, o senhor permitiria um segundo, não mais que um segundo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu tinha escrito aqui e esqueci... Senador Mercadante, Senador Mercadante, V.Exa. foi o autor, na reunião do último do Parlamento do Mercosul, na penúltima, à criação de uma Comissão Especial da Aftosa. Eu pediria ao Dr. Evaristo se, porque está, há uma... A Senadora conhece melhor que eu o Jonas Pinheiro, mas é uma coisa que angústia bastante. Eu estou nessa Comissão, que foi criada no Mercosul, no Parlamento, sobre a febre aftosa. Então, os países importadores de carne, quando aparece, por exemplo, na fronteira, um caso de aftosa, eles impedem todo o país de... Ou até a região por inteiro, de exportar carne. Então, eu não sei se a EMBRAPA poderia nos ajudar, quando aparecer a denúncia de um local de aftosa, poder, pelo satélite, demarcar a região onde está, para a gente lutar que aquela região esteja realmente sob a vigilância sanitária, mas o restante não. Eu não sei se isso seria possível ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, vamos, então, com a palavra... Eu quero também informar ao Senador Romeu Tuma, que eu pedi ao Cláudio Diaz, que é o coordenador da Comissão, que fizesse uma reunião com o Dr. Evaristo para ver também o Projeto de monitoramento por satélite e do controle da aftosa, que a EMBRAPA desenhou e que pode ajudar, tanto a fronteira do Paraguai e da Bolívia ali, que é onde toda a vez a aftosa entra. Então, é um monitoramento que permite uma resposta importante. Dr. Evaristo para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bem, eu queria agradecer a todas as palavras que os senhores me dirigiram aí e também em nome da EMBRAPA

todas essas menções muito honrosas, agradeço também esse profuso interesse de todos e todas essas as perguntas. É claro que aqui não será possível, talvez uma parte, nessa Audiência Pública, poderá ser tratada. Pontualmente, eu vou responder coisas que são simples de responder, primeiro para o Senador Tuma. No caso do SIVAM, Senador Tuma, nós temos um trabalho conjunto, recebemos dados do SIVAM, esse aqui é um exemplo desse trabalho feito com o SIVAM na Amazônia.

Quando se fala de desmatamento, você não pode falar de uma caixa preta, existem muitos tipos de desmatamento, razões muito diferentes levam ao desmatamento. Só nessa fronteira aqui, sul do Estado do Amazonas, existem 12 frentes de desmatamento, com natureza muito diferente. Tem umas que precisam ir a Polícia Federal mesmo lá, mas têm outras que são pequenos agricultores que estão crescendo, do ponto de vista vegetativo, tem outros que são áreas de expansão de pecuária, enfim, são razões muito diferentes, nós trabalhamos bastante com o SIVAM, inclusive com o Centro de Estudos Avançados, lá do CTA, em equipamentos ligados com o radar. Então, esse trabalho com o SIVAM existe.

E, no caso da aftosa, como o Senador Mercadante disse, nós já temos um sistema operando, que monitora a aftosa do Acre até o Mato Grosso do Sul. Esse sistema identifica as fazendas, é um sistema que está operacional, mas precisaria ser estendido ainda, falta estender esse sistema para o resto da Região Sul até o limite do Uruguai com o Rio Grande do Sul, e eu estive apresentando isso, justamente para o Deputado Carlos Diaz; creio que isso vai ser retomado aí mais adiante.

O Senador Azeredo perguntou sobre os satélites, não é? É uma pergunta muito pertinente, porque o que ocorreu com os satélites, muito resumidamente, nos últimos 10 anos, é muito parecido com que ocorreu na telefonia, o que ocorreu com a energia elétrica, quer dizer, houve uma privatização do espaço. Hoje, a maioria dos satélites são lançados por empresa privadas; o custo das imagens caiu muito; nós estamos sendo muito mais bem atendidos do que éramos no passado, tem uma disputa muito grande entre essas empresas e nós estamos usando isso bastante; hoje temos muito fornecedores e isso vai continuar nesse sentido, quer dizer, cada vez mais satélites de alta resolução lançados por empresas privadas, em parcerias. No nosso centro mesmo, a gente gostaria de prever lá um sistema de recepção para alguns satélites desses. Mesmo a cafeicultura agora de Minas Gerais está sendo objeto de todo um monitoramento e um levantamento, trabalhando com três, quatro satélites

diferentes de agricultura de precisão, trabalhando com bastante resolução, o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura tem acompanhado esse Projeto com a Cocafé, entre outras. Então, isso é o que está acontecendo, vêm mais satélites por aí, cada vez mais detalhados, cada vez mais baratos e todo mundo tem acesso hoje ao *Google Earth*, que é uma demonstração de onde a gente pode ir com as imagens de satélites. Brasileiros, nós temos, então, esse satélite, o CBERS, que foi desenvolvido em conjunto com a China, e estamos para lançar agora mais um CBERS, e há uma previsão de produção de um satélite CBERS, mais evoluído que esse e com uma maior participação tecnológica, satélite desenvolvido, do INP com a Agência Espacial Chinesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – No início da Sessão, nós temos à disposição hoje imagens de satélite, cerca de 200 satélites, até 60 centímetros de imagem disponível; 60 centímetros, que dá para você, por exemplo, produção de laranja, vou dar um exemplo concreto, que é uma discussão, nós estamos fortalecendo a EMBRAPA Satélite para fazer umas pesquisas mais avançadas. Um exemplo concreto, um dos problemas que define o preço final da laranja e do suco de laranja, o Brasil tem 82% do mercado mundial, são os furacões que atingem a Flórida. Por imagens de satélite, você pode saber: passou o furacão, se simplesmente derrubou a florada, se arrancou o pé, qual é o tamanho efetivo do estrago, para você poder avaliar qual é a atitude que você vai tomar. A mesma coisa nós podemos fazer em relação à safra de milho, à safra de soja, quer dizer, o Brasil pode começar a orientar os seus produtores, do ponto de vista da comercialização, da evolução do preço, com muito mais base científica que outros países que já evidentemente utilizam essas informações, para que a gente possa comercializar melhor a nossa safra, aumentar a rentabilidade dos produtores agrícolas e ter absoluta segurança do que é que vai acontecer com a produção mundial, em algumas culturas estratégicas no Brasil.

Então, essa é uma... Se você colocar uma antena em Rio Branco, você pode ter a imagem de—

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Boa Vista...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Em Boa Vista, você tem uma imagem permanente da cultura de laranja da Flórida, que é outro grande concorrente do Brasil em sucos de laranja. Isso são coisas que precisamos desenvolver.

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Nós já fizemos uma experiência lá em Boa Vista, durante um certo tempo, operamos uma antena lá, em cima da cai-

xa d'água da EMBRAPA, você monitora até a Geórgia, até o amendoim da Geórgia você está vendo, porque já está no hemisfério norte e não são custos elevados não, dotados de uma estrutura desse tipo.

A pergunta da Senadora Kátia Abreu, claro, uma parte vai ser discutida, certamente, nessa Audiência Pública, eu queria juntar com o que o Senador Jonas Pinheiro colocou. Eu acho que é uma decisão de sociedade brasileira. Tecnicamente, nós precisamos ter critérios e saber por que... O que nós queremos, o que é que o povo de Rondônia quer, o que é que o povo do Acre quer, o que é que o povo do... Essas coisas têm que partir da realidade. Essa usina que está operando, a usina Ouro Verde, lá no Acre, é uma usina que vai gerar 60 megawatts, é uma usina que, além de usar o bagaço de cana, está usando o cavaco que era jogado fora, que era perdido em serraria. Essa usina criou 3500 empregos; metade dos fornecedores dessa usina do Acre são assentados de reforma agrária, quer dizer, é um Projeto inclusivo. O governo do Acre tem 5% de participação; o empresários do Acre 25 e o grupo Farias 30.

Lá, a mesma coisa em Rondônia, quer dizer, já tem uma usina lá em Rolim de Moura, que faz açúcar para leite condensado. Você pode, onde tem pecuária, criar usina só para ter açúcar para leite condensado, valorizar a produção agrícola... Você sabe que um quilo de leite condensado, 500 gramas é açúcar, 500 é leite, metade do peso é açúcar.

Então, há muita integração possível entre pecuária, produção de alimentos e tem que haver um tratamento diferenciado; o histórico de ocupação das terras de Tocantins, do Maranhão, é completamente diferente do histórico de Rondônia, que também é diferente do histórico do Acre, acho que isso, certamente essa Comissão vai poder discutir esse tema. E precisamente o que a Senadora colocou é verdade, os tipos de cerrado que existem no Tocantins existem os mesmos em Goiás, existe o mesmo no Mato Grosso, não tem diferença nenhuma, em termos de cerrado, podemos achar as mesmas espécies, é tudo a mesma coisa. Agora, o critério se usou foi um outro, partindo de...

Eu queria só dizer sobre isso que o Ministro da Agricultura está muito preocupado com essa questão, ele está inclusive vendo os fundamentos jurídicos do que foi a Amazônia legal. Então, creio que vai ser oportuno, certamente, esse contato e essa conversa, porque ele também está trabalhando, preocupado de achar soluções razoáveis, para uma realidade que já existe e que não se pode voltar atrás, apagar ou tratar toda a Amazônia do mesmo jeito.

Quanto... Eu acho que esse tema da microbacia, da reserva legal também é um tema espinhoso porque

realmente tem que ser a bacia, a bacia do Prata, você compensar na bacia do Prata ou na Bacia Amazônica ou na Bacia do São Francisco, porque, em São Paulo mesmo, já fiz essa modelagem, se você quiser compensar na Bacia do Tietê, por exemplo, já não tem área para isso. Não é possível fazer esse jogo. Então, fica se propondo flexibilização na lei, sem ter verificado se isso é viável; isso não é viável, não vai funcionar, vai se dar uma falsa idéia de flexibilidade. Agora, há lugares que isso é possível etc., o próprio Estado de Minas Gerais tem trabalhado de forma bastante operacional com isso, não é?

Eu mostrei aqui imagens lá de Sergipe, não é? Eu trabalhei quatro anos no Centro da EMBRAPA de Petrolina, tive várias ocasiões de Sergipe, sobretudo na região semi-árido, Lagarto, todos os lugares que o senhor evocou já me trazem saudades, é verdade, Sergipe produz laranja, produz milho; o milho com alta produtividade. Nós temos um centro de pesquisa dos milhos que tem ensaios pelo Nordeste. Se o senhor me permitir, eu não vou me aventurar a dar uma resposta exata; eu vou pedir à chefe do Centro de Pesquisa do Milho, que fica Minas Gerais, milho e sorgo, que ela lhe mande informação circunstanciada sobre o que está sendo feito e o que pode ser feito ainda pela produção do milho, que é uma cultura tradicional do Nordeste e fundamental, tanto para a alimentação humana, muito mais que em outros locais do Brasil, onde ela entra diretamente na alimentação humana, como para a criação de animais etc. Se o senhor permitir, eu pediria a ela para ser breve, e ela vai lhe encaminhar, certamente, uma informação circunstanciada sobre isso.

Eu queria concluir aqui... Bem, sobre a febre aftosa, já mencionamos, acho que, no caso da agroenergia, é fundamental que nós tenhamos o sistema de gestão territorial da agroenergia; um sistema que pode mostrar onde estão as usinas, onde houve expansões, onde não houve, onde, eventualmente, teve um conflito ou não com a produção de alimentos. Quer dizer, o país poder responder a todas essas indagações externas e internas, muitas vezes delas sem o menor fundamento, não é? Com dados; acho que um sistema que uma parte dele deveria estar disponível na Internet. Essa é a idéia que nós estamos trabalhando na EMBRAPA, com apoio, inclusive, aqui do Senador, de criar um Sistema de Gestão Territorial da Agroenergia, nesse novo centro da EMBRAPA, que disponibilize informações, tanto para as políticas privadas, para quem quer investir no Brasil nessa área, e encontrar ali os dados, informações das oportunidades que existem, como também estudos que demonstrem, com números, com fatos, com dados científicos, que

não têm fundamento, várias colocações que tem sido feitas por pessoas que desconhecem a dimensão e o nível tecnológico da agricultura brasileira, como eu acho que foi essa ponderação do Presidente de Cuba, que realmente está num contexto completamente diferente do que vive aqui a agricultura brasileira.

Eu não vou me alongar, eu acho que nós já passamos do tempo, essa questão do licenciamento, que o Senador evocou, é importante, porque uma usina de cana leva dois anos, às vezes, para licenciar a usina, e aí, se ela decide fazer com cogeração, ela tem que recomençar tudo de novo. Só para pôr uma caldeira mais eficiente que a CALDEIRA dela e jogar na rede elétrica. Então, eu acho que essa questão tem que se ganhar agilidade, porque é difícil. Eu vou concluir aqui, dando um exemplo do Maranhão. Um investidor estrangeiro importante, um *cluster* de quase um bilhão de dólares, pensando em investir no Maranhão. Eu tenho que mostrar para ele, ele queria saber onde estão as melhores terras. Eu falo: “Mas eu não posso responder isso para o senhor. Primeiro, o senhor precisa saber se o senhor vai estar na Amazônia legal ou fora da Amazônia Legal; se o senhor vai estar no bioma ou fora, porque muda completamente o tamanho do seu Projeto”. Depois de muito discutir, de mostrar para ele todos os percalços que tem nisso, que foram evocados aqui, ele decidiu, então, ficar mais para o sul do Amazonas e me disse, agora: “Eu posso, então, me diga onde estão as melhores terras”. “Mas o senhor tem mais um segundo problema, são as áreas protegidas, porque, no Maranhão, 25% do Estado é área protegida. O senhor não pode cair dentro de uma área protegida; vamos fazer o cálculo, tirar as áreas protegidas”. Depois, ele, já meio cansado, disse: “Então, agora, tirando a reserva, tirando... O senhor pode me dizer onde estão as melhores terras?” Eu falei para ele: “Olha, ainda não, porque o senhor tem as áreas de preservação permanente, o senhor tem que calcular tudo isso”. Enfim, nós vamos progredindo, no final, já existe ocupação também. Bom, no final, ele se interessou de ir para o Tocantins, porque é tão complicada a situação. Quando ele falou para mim: “Bom, e se eu estiver com tudo certo, eu posso começar?” Eu falei: “Não, o senhor vai ter que licenciar”. “Quanto tempo eu vou levar para licenciar esse empreendimento, nesse Estado?” Falei: “Olha, com muita sorte, aditivos e muita coisa, talvez em dois anos, vai saber”. Ele falou: “Não, mas os investidores não vão esperar dois anos”. Eu falei: “Bom...”

Nós temos, mesmo, nós estamos perdendo investimento nessa área. Quer dizer, a atividade agrícola precisa ser cada vez mais intensificada na Amazônia, não é? E para, eu diria, como conclusão, se nós queremos preservar a floresta, nós temos que crescer ver-

tualmente a produção. E, para crescer verticalmente a produção, como vem crescendo a pecuária, a produção de energia, a soja, como eu mostrei com bastante detalhe aqui, o caso da soja no Mato Grosso, nós precisamos continuar fazendo pesquisa para essas culturas na Amazônia porque, se a pesquisa agropecuária se limitar a sistemas agroflorestais da Amazônia, daqui a pouco, vai acabar o estoque de pesquisa que nós temos para a soja, para pecuária, na Amazônia.

Por último, só um lembrete, a EMBRAPA fez um plano de demissão incentivada, mas ela fez concurso e ela não dá perdendo quadros; ela está renovando os quadros, é um processo que está sendo encaminhado, sem nenhuma dificuldade; quanto a isso, não precisa haver temor. Eu creio que toda a qualidade de pesquisa vai continuar sendo mantida na EMBRAPA. Muito obrigado a todos pela atenção, por esse mundo aqui de questões e aqueles que eu prometi de mandar informações mais circunstanciadas, eu mantereí. E assim que esse sistema de gestão territorial da agroenergia estiver operando e disponível, eu comunicarei ao Senador Mercadante e ele passará aos senhores a referência. Muito obrigado. Estamos à disposição também, lá em Campinas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, sobre esse requerimento, eu gostaria que esta audiência, ela fosse conjunta com a Comissão da...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Meio ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos convidar as três Comissões para fazermos uma audiência conjunta, Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Agricultura, IBAMA e EMBRAPA, para discutir a questão da reserva legal e o zoneamento agroecológico do Brasil e também essas questões de procedimentos de licença para investimentos na agroenergia.

Eu queria agradecer ao Dr. Evaristo. Vamos encerrar, vamos suspender por apenas um minuto, e iniciaremos a discussão sobre a nova Lei de Licitações, Relatoria do Senador Eduardo Suplicy. Termina, Dr. Evaristo, com a certeza de que essa Comissão também, na definição do orçamento deste ano, se empenhará em alocar recursos para investimento e modernização da EMBRAPA, que é uma instituição absolutamente indispensável e exemplar na sua competência.

Assim, está encerrada por um minuto. Agradeço a participação, e tenha certeza de que foi muito oportuna a sua competente exposição, nessa manhã. Obrigado, Dr. Evaristo, e agradeço a você e a todos os técnicos da EMBRAPA Monitoramento de Satélite, à EMBRAPA, como instituição que dá tanto orgulho e satisfação ao povo brasileiro. Muito obrigado.

(Sessão suspensa por um minuto).

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, pela ordem. Se...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos, só um minutinho, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento, para o seu conhecimento: Aviso nº. 87/2007 e 315 na origem, de 27 de agosto de 2007: “O Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao artigo 41 da Resolução do Senado Federal, nº. 43/2001, relatório contendo as características das operações de créditos analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de julho de 2007, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a Receita corrente líquida dos Municípios”. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Temos como primeiro item da Pauta o Projeto de Lei da Câmara nº. 32/2007, não terminativo, que altera os dispositivos da Lei 8.666, de 21 de junho de 93, e regulamenta o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”. Autoria é do Presidente da República e a Relatoria do Senador Eduardo Suplicy. Quero lembrar que nós já tivemos uma Audiência Pública com a participação de várias entidades importantes, tivemos algumas negociações em torno desta lei, há, no entanto, uma série... Acho que 27 Emendas ainda.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Não, 35, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – 35 Emendas que foram apresentadas, e nós vamos hoje abrir o debate com transparência em torno desse Projeto do parecer do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma, em seguida, Romero Jucá e, depois, Expedito Filho.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A Senadora Kátia Abreu solicitou, que tem um requerimento, convite, para o Diretor de Marketing do Banco do Brasil...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu sugeri a ela que encaminhasse à Comissão de Fiscalização e Controle, que é mais apropriada, porque trata de controle fiscalização da política de marketing do Banco. Não é afeito propriamente à Comissão de Assuntos Econômicos, que me parece que ela concorda com o encaminhamento e tem o meu apoio o requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ela solicitou, então, eu faço às vezes dela e V.Exa. decide aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma solicitação, tendo em vista que nós vamos discutir o item 01, é um item longo, eu gostaria de solicitar a inversão da Pauta para nós votarmos o item 13, que é um item terminativo, que não tem nenhum tipo de polêmica, é um item que estende aos Municípios, na área de segurança, as mesmas isenções que já existem para Estados, Distrito Federal e Governo Federal, para que as guardas municipais possam se equipar, eu gostaria de pedir a inversão da Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu... Se nenhum Senador se opõe à inversão de Pauta para aprovarmos com brevidade um Projeto que estimula as guardas municipais no seu processo de reequipamento, nós votaremos o item 13. Então, está feita a inversão de Pauta, vamos votar primeiro o item 13. Senador Expedito, com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Presidente, eu tenho um requerimento que eu apresentei, pedindo, convocando aqui, convidando aqui a presença dos dois... Do Ministro Guido Mantega e do Sr. Paulo Skaf para discutirmos aqui sobre a questão da CPMF. E eu gostaria de verificar a possibilidade de nós... Não sei se é inversão de Pauta, não sei se ele tem preferência, de nós discutirmos a questão desse

requerimento e, logo em seguida, adentrarmos aí na... No item 01 da Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos deixar os requerimentos ao final da Sessão e nós discutiremos. Já temos o requerimento convidando o Ministro Guido Mantega aprovado. Marcarei a audiência com a presença dele. Nós poderemos fazer um debate, convidando não só o Dr. Paulo Skaf, mas outros especialistas na área, para discutir a questão da CPMF e poderíamos construir conjuntamente com V.Exa. a montagem dessa Mesa. E também já temos prevista a presença do Presidente do Banco Central. O Ministro da Fazenda está convidado; o Presidente do Banco Central também já tem audiência marcada. Dia 25 agora, de setembro, estará presente o Presidente do Banco Central. Marcaríamos, de comum acordo com o Ministro Guido Mantega, informo a V.Exa. ainda hoje a data da audiência, e marcaríamos uma discussão específica sobre CPMF, convidando algumas personalidades. Senador Marconi Perillo, com a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, apenas para informá-lo, que também estou dando entrada a um requerimento com o mesmo teor do requerimento do Senador Expedito Júnior, convidando as mesmas autoridades, Dr. Paulo Skaf e o Ministro da Fazenda. Eu pediria que fizéssemos isso, se possível, conjuntamente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria informar que faz cerca de três semanas, eu encaminhei, com a assinatura de um número muito grande de Senadores que estavam em Plenário naquele dia, um requerimento, convidando para vir à Comissão de Assuntos Econômicos, em ação conjunta, em reunião conjunta com a ação, com a Comissão de Assuntos Sociais, os Ministros da Fazenda, da Saúde, do Desenvolvimento Social e da Previdência, para justamente debater aqui conosco a CPMF. Então, esse requerimento está submetido à atenção de V.Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos, então, discutir o tema dos requerimentos, antes de votarmos o item 01 da Pauta. O requerimento do Senador Supply tem precedência, que foi encaminhado anteriormente: “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam convocados o Ministro da Fazenda, Guido Mantega; da Saúde, José Temporão; da Previdência Social, Luiz Marinho; Desenvolvimento Social e de

Combate à Fome, Patrus Ananias, para comparecer em reunião conjunta à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais, visando prestar informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da contribuição provisória de transmissão de valores, CPMF, conforme disposto em legislação em vigor”.

Eu já disse que o Senador, no caso da nossa Comissão, o Ministro da Fazenda, já está aprovado o requerimento, que era para discutir PAC, evolução da econômica, crise, tem uma agenda bastante ampla, inclusive CPMF. Então, eu proporia que nós aprovássemos as demais autoridades e que nós, junto com o Senador Expedito e Marconi Perillo, combinássemos outra Mesa, convidando personalidades para discutir o tema da CPMF, inclusive para ter argumentos, contraditório e um debate plural e aberto. Essa audiência que o Senador Supply está propondo são cinco Ministros do Estado para discutir CPMF.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Quatro Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Quatro Ministros de Estado. Já tem dezenas de assinaturas de Senadores que já aprovaram e têm precedência.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Mas eu entendo, Presidente, que tinha que ter o contraditório...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Faremos o contraditório necessariamente, mas eu proporia que nós fizéssemos a audiência separada, primeiro que a CPMF ainda tem um tempo para chegar aqui; nós podemos fazer várias audiências, não é um debate que vai se encerrar numa única audiência e nós faríamos outra audiência com o debate e o contraditório. E vamos encaminhar, então...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Nós votaríamos agora o meu requerimento, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Votaríamos o requerimento, convidando o Dr. Paulo Skaf, aberto o convite a outras personalidades que nós gostaríamos de sugerir.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ponderar o seguinte: Eu estou apresentando também um requerimento de igual teor ao do Senador Expedito, mas eu gostaria que esta Sessão para debater a CPMF ocorresse de modo em que nós tivéssemos paridade entre os expositores que vão falar a favor e os expositores que vão falar contra a CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Tenho total concordância com Sena-

dor Marconi Perillo, e acho que nós podemos chamar alguns especialistas em finanças públicas, tipo Raul Veloso e outros que têm profundidade na argumentação, para que a gente tenha uma exposição técnica, detalhada, que embase a decisão da Comissão. Inclusive, evidentemente, o próprio Presidente da FIESP, o Paulo Skaf. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Só para me somar, Presidente, aos demais Senadores que defendem exatamente o direito ao contraditório, e, por mais esclarecedor que seja por parte dos Ministros, mas é importante que a gente veja também os representantes da sociedade, para que esse debate seja mais construtivo ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Total acordo. Então, vamos aprovar os três requerimentos e depois nós organizaremos as Mesas de comum acordo. Então, Senador... O requerimento do Senador Suplicy, Expedito Júnior e Marconi Perillo, e nós organizaremos conjuntamente a exposição das Mesas para assegurarmos o contraditório. Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovados os três requerimentos. Organizaremos, de comum acordo depois, o debate sobre CPMF.

O Senador Romero Jucá requer, “nos termos regimentais, a retirada da urgência desta Comissão para Projeto de resolução nº. 23/2007, que trata da operação de crédito do BNDES junto ao Banco Europeu de Investimentos”. Senadores, retirada da urgência para poder apresentar um outro encaminhamento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Só para esclarecer, Sr. Presidente, como venceu o prazo do de firmar esse contrato, o contrato será reprogramado, como está no Plenário com urgência, nós temos que retirar a urgência para que ele volte à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está certo. Então, os Senadores que são favoráveis ao encaminhamento do requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento: “Nos termos regimentais, que sejam convidados para uma Audiência Pública a ser realizada em conjunto com a Comissão do Meio ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a fim de discutir sobre critérios de reservas legais dos diversos Estados brasileiros, o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes; a Ministra do Estado e Meio Ambiente, Excelentíssima Sra. Marina Silva; o Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, Dr. Sílvio Crestana, e o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, Dr. Bazileu Alves Margarido Neto.

Senadores e Senadoras que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tem um requerimento também, do Senador Flexa Ribeiro, acrescentando mais um nome, Dr. Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Alimentação, para uma Audiência Pública sobre regulamentação da propaganda comercial. Senadores que são favoráveis... Aprovado.

Vamos agora ao item 13 da Pauta, como primeiro item da Pauta, em seguida, Lei de licitações. Com a palavra, o Relator Senador Eduardo Suplicy. Projeto de Lei nº. 194/2004, terminativo, “Altera a redação do “caput” do art. 12 da Lei nº. 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública. Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. O parecer é favorável.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Não estou achando esse...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Apenas para fazer o registro, Sr. Presidente, quando a legislação de IPI desse tipo de isenção foi feita, não havia o fortalecimento da política de segurança municipal, através das guardas municipais. Então, nós estamos estendendo às guardas municipais, às Prefeituras, a mesma isenção de IPI para carro, transmissores e armamento, que existe para União, para Estados e para o Distrito Federal. Esse é o Projeto.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, o PLS estabelece, em seu art. 1º, “aos produtos adquiridos pelos órgãos de segurança pública dos municípios a isenção do IPI, assegurada àqueles adquiridos pelos órgãos similares da União, Estados e Distrito Federal. Em observância aos artigos 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar 101/2000, estimará o montante da renúncia fiscal e o incluirá no montante a que se refere o § 6º do art. 165, o qual acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, decorridos 60 dias de prazo da publicação.

A isenção de que trata o PLS em análise produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao que foi implementado. Como justificativa, a redução dos orçamentos municipais, dificultando a aquisição de equipamentos de segurança pública, transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, veículos para o patrulhamento policial, armas e munições. Os Estados e o Distrito Federal e a União já possuem isenção do IPI na aquisição dos mesmos produtos, consoante art. 12º da Lei 9493/97, acarretando tratamento diferenciado entre os entes da Federação, o que contraria o princípio da isonomia tri-

butária, previsto no artigo 150. A matéria... A matéria está de acordo com o regimento interno do Senado, não merece reparos quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Há que se ressaltar que a isenção em questão obedece ao dispositivo constitucional que determina que o referido benefício tem que ser previsto em lei específica. O autor da proposta tomou cuidado em deixar clara a observância ao princípio da anterioridade tributária para a produção de efeitos do Projeto, quando aprovado.

Diante do acima exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 194/2004, de autoria do Senador Romero Jucá”.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o parecer, Senador Eduardo Suplicy, favorável ao Projeto. Os Senadores que querem discutir a matéria... Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação. A votação é nominal; o Projeto é terminativo. Senador Eduardo Suplicy voto conhecido.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Francisco Dornelles. Ausente. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Euclides Melo. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Serys Slhessarenko, Senadora. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romero Jucá. Voto conhecido. Senador Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto De Conto, Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Rezende.

SENADOR ELISEU REZENDE (DEM-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jayme Campos, Senadora Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Marconi Perillo, vota com o Relator? Com o Relator. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Todos os Senadores votaram. O Senador Romero Jucá não vota porque é autor da matéria, mas conta para voto. Pergunto se o Senador Mão Santa...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Presidente e com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Muito bem, Senador Mão Santa. Agradeço o voto de V.Exa. Assim sendo, está aprovado, por unanimidade, o Projeto. Passamos ao item 01 da Pauta, que trata das alterações... Projeto de origem do Poder Executivo, veio já aprovado da Câmara dos Deputados, que altera a Lei de Licitações. Senadores que querem discutir a matéria, por favor, se inscrevam. Delcídio, Osmar... Senador Delcídio Amaral, com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, eu não... Eu tenho outras questões também, que aproveitarei essa semana para conversar com o nosso querido Senador Eduardo Suplicy, mas eu gostaria de fazer uma pergunta específica com relação a esse Projeto. É, no que se refere a leilões de empresas de engenharia. Quer dizer, porque uma empresa de engenharia, ela tem que ser olhada de uma... Dentro de um outro contexto, um contexto mais amplo. Quando se contrata uma empresa de engenharia, nós não estamos contratando automóvel, produtos que são absolutamente... Eletrodomésticos, móveis, que têm preço cotado na praça e que, conseqüentemente, facilitam essa opção pelo... Pela menor proposta.

As empresas de engenharia, elas exigem... Existe uma componente ligada efetivamente a um *know-how* que elas possuem, à experiência que elas têm, à vivência que elas têm, nas suas respectivas áreas, como fator importantíssimo para se decidir pela escolha de uma empresa de engenharia, especialmente as empresas de Projeto. Eu quero até focar mais essa questão das empresas de Projeto, especificamente, mas preocupado com as empresas de engenharia como um todo.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de ouvir do Senador Eduardo Suplicy quais são os critérios para se adjudicar uma licitação a empresas de engenharia. Se existem duas etapas, uma primeira etapa, que vai qualificar efetivamente aquelas que têm expertise, para depois fazer o leilão. A questão dos limites estabelecidos, porque, eu confesso, não tive a oportunidade de olhar. Sei que isso trouxe uma discussão intensa aqui no Senado Federal e também na Câmara dos Deputados, e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer essa pergunta ao Relator Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu proporia, Senador Suplicy, como eu acho que várias questões vão ser apresentadas, V.Exa. falasse mais adiante, vamos seguir a lista dos inscritos, que eu acho que facilita o debate do que nós fizemos pontualmente. Eu entendo que, na intervenção do Senador Delcídio, a questão básica é a questão de inversão de fases e do limite para os pregões. São dois temas que estão na Pauta do parecer. Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, senhores Senadores...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, eu estou inscrito também.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu também gostaria da atenção do Relator Senador Suplicy, porque assim como o Senador Delcídio Amaral, eu tenho dúvidas sobre esse aumento do limite de

340 mil para três milhões e 400, porque três milhões e 400 praticamente obrigam 90% de todas as estações públicas. E é preciso perguntar se os órgãos públicos estão preparados para realizar esses pregões eletrônicos. Se eles estão equipados, se eles estão preparados tecnicamente. Então, eu faço duas questões ao Senador Suplicy: Se há a possibilidade de nós voltarmos a considerar aquilo que veio da Câmara dos Deputados, ou seja, o limite de 340 mil, que seria mais razoável e que eliminaria uma boa parte das licitações e, não sendo possível essa reconsideração do Senador Suplicy, se não seria o caso de nós exigirmos que esses limites só sejam aumentados quando os pré-requisitos, que eu vou aqui ler, sejam observados, só ocorra pregão com o Projeto Executivo, tem que ter o Projeto Executivo, senão não haveria pregão; seja obrigatória a pré-qualificação nos itens técnicos e econômicos para que o pregão se dê entre iguais; os recursos administrativos referentes à pré-qualificação sejam julgados antes da abertura dos preços. E dê seguro adicional para proposta que for inferior a 85% do preço do órgão licitante, no valor da diferença entre o preço ofertado e o preço do órgão.

Em resumo, Senador, Suplicy, o que eu pessoalmente entendo, depois de conversar com representantes da construção civil lá do meu Estado, do SINDUSCON, que me procuraram várias vezes para tratar desse assunto, é que, ao ampliar esse limite para três milhões e 400, será inviabilizar a execução desta lei. Eu acho que o bom senso recomendaria nós mantermos o limite que veio da Câmara dos Deputados, e eu faço esse apelo a V.Exa. Caso não seja possível V.Exa. acatar esse nosso apelo, que acate, então, o segundo, principalmente na questão do Projeto do Executivo; sem ele, não deveria ser considerada a possibilidade do pregão. Era isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Osmar Dias coloca também o tema da inversão de fases e, quer dizer, a pré-qualificação técnica e econômica prévia ao leilão e ao julgamento dos recursos, e coloca também as garantias, a exigência do Projeto Executivo e as garantias de vez, em de 80%, como está no Projeto, de 85%; é que eu entendo que é a sugestão do Senador Osmar Dias. Próximo inscrito, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, eu apresentei algumas Emendas a esse Projeto, que altera a Lei das Licitações, na verdade, 14 Emendas, algumas delas já aceitas pelo nobre Relator, o Senador Eduardo Suplicy. Eu gostaria de destacar, brevemente, algumas delas, dessas Emendas. A Emenda nº. 01, que proíbe o direcionamento da licitação através dos chamados editais cria-

tivos, isto é, editais feitos sob medida para favorecer certo segmento empresarial. Torna nulos tais editais e responsabiliza seus infratores. Outra Emenda determina que o critério sobre inexecutabilidade da licitação seja objetivo, valendo para todos os tipos de licitação, não apenas para obras e serviços.

Uma outra que eu destaco é que determina que a devolução dos envelopes deve ser feita tanto aos licitantes inabilitados, mas também aos licitantes que tenham seu recurso denegado pela Administração Pública. E uma outra, de nº. 25, que quando o recurso do licitante for declarado inabilitado pela administração, ele deve ser afastado do processo licitatório, impossibilitado de continuar, portanto, a participar do processo de licitação. A Emenda nº. 31, o convite atualmente é de, a modalidade de convite, de licitação, é de apenas três propostas, três empresas convidadas; nós estamos convidando que sejam convidadas seis empresas para que possam participar da licitação. E uma outra, que aperfeiçoa a Lei das Licitações, definindo índice de correção, no caso, o índice de correção que nós escolhemos é o INCCC, é o Índice Nacional de Custos da Construção Civil. E mais 1% ao mês, por quê? Porque isso evita aquelas correções contratuais, muitas delas feitas sob medida e que redundam em processos judiciais.

Uma penúltima é que trata da publicidade, da inexigibilidade da licitação. Por exemplo, shows artísticos, os senhores sabem que a realização de shows artísticos não obriga a realização de licitação, mas não é só o show. Além do show, existe... Além do show propriamente dito, quer dizer, além dos custos do cachê individual do artista, dos músicos e da banda, aos valores a serem pagos com transporte, hospedagem, infra-estrutura e logística do evento, iluminação, palco, além de outras despesas específicas; geralmente o show é contratado e a empresa engloba tudo, isto é, não especifica quando vai custar o show do artista, quanto vai custar o palanque, quanto vai custar a iluminação. Enfim, os custos complementares de passagem, de transporte, de hospedagem também não são referidos na contratação; o que é que nós estamos propondo? Uma maior transparência na contratação desses shows. E que, inclusive, tem gerado, não só no meu Estado, como em outros Estados, recursos, denúncias nos Tribunais de Contas, junto à CGU, de abusos, de desvios de recursos na contratação de... Na contratação de shows. Por isso que nós estamos tendo o cuidado de propor essa discriminação das despesas que são realizadas na contratação de shows artísticos pelos órgãos públicos, tanto do Governo Federal como dos governos estaduais e das Prefeituras Municipais.

Por último, Sr. Presidente, eu apresentei uma outra Emenda, uma outra Emenda proposta até pela (ininteligível), exigindo, dentre outras coisas, que haja um... Haja o detalhamento das propostas quando da publicação do resultado da licitação. Agradeço a V.Exa. e parabenizo a V.Exa., Sr. Presidente, pela rapidez com que está propondo esta matéria, de vez que, entre tantos assuntos nela tratados, a questão da licitação, dos pregões, tem dado maior rapidez, maior economia, 50% de economia no mínimo e, digo melhor, 20% de economia e 50% de rapidez no andamento dos processos de licitação. Obrigado a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Cícero Lucena, com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, procurarei ser bastante breve, até porque os Senadores que me antecederam já tocaram nos pontos que eu considero principais, que é a questão do pregão eletrônico, com o seu valor. E, aí, eu venho me somar àqueles que defendem ou a manutenção da Câmara, não de 300 poucos mil reais, mas no limite da carta-convite que, ao ser alterado também seria alterado o valor do pregão ou senão, a inversão que foi proposta aqui pelo Senador Álvaro Dias, com as preocupações de ser bem diferente o tratamento de uma contratação de engenharia para as demais contratações que os pregões irão permitir, além do mercado: ao se levar para três milhões e meio, nós estamos praticamente cobrindo cerca de 90% das nossas licitações. E, numa execução de uma obra, sem dúvida, principalmente dos pequenos Prefeitos, médios Prefeitos, onde se busca responsabilizá-lo, quer seja politicamente ou quer seja juridicamente, pela execução de uma obra, diferentemente do que ocorre, protegido pela legislação, em esfera federal e, muitas vezes, em esfera estadual, que a responsabilidade fica apenas pelo administrador público, nós temos a preocupação, então, que se for por manter o valor, que seja adotado esse pré-requisito proposto já pelo Senador Álvaro Dias em atendimento não só à questão dos administradores, mas também da qualidade desse serviço.

E, por fim, Presidente, nós participamos também dos debates que V.Sa. promoveu, V.Exa. promoveu, e um dos pontos, na divulgação desses editais, nós sempre discutimos que tínhamos que acompanhar a modernização, a facilidade que a internet hoje permite, mas há uma demanda por parte da associação dos administradores de órgãos públicos, da imprensa pública, no sentido de que o *site* que venha hospedar, em vez de cada Prefeitura criar o seu *site* e aquilo outro, fossem os *sites* oficiais da imprensa que já existe hoje em todos os Estados. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pergunto se mais algum Senador deseja usar a palavra? Senador Eduardo Azeredo, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador, apenas para também me manifestar, na mesma linha que o Senador Osmar colocou, eu acho que nós precisávamos ter uma alteração para que seja adequado em relação a serviços, especialmente na área de engenharia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de dizer que nós estamos analisando um dos Projetos mais importantes para a moralização das compras e contratações públicas. Recebi contribuições dos mais variados Senadores e setores da sociedade, micros, pequenos empresários, construtoras, estabelecimentos de ensino, médios e grandes empreendedores, industriais da construção. Há alguns que preferem que não haja a aprovação deste novo Projeto de Lei, ou que gostaria muito de reduzir a possibilidade de que ele possa ser aprovado porque, em verdade, ele vai reduzir a possibilidade de combinação de preços da divisão de obras e compras públicas. Com a instituição do pregão, essas práticas ficarão bem mais difíceis, fazendo com que ocorra uma sensível redução nas possibilidades de combinação entre grupos interessados em dirigir as licitações.

Cabe destacar que a aprovação do mecanismo que permite a inversão de fases em uma licitação minimizará as pressões dos concorrentes que desejam ganhar os contratos, por vezes, através de recursos, de liminares jurídicas. Sabemos que há empresas com departamentos especializados, advocatícios, que fazem uso constante de sutilezas, formalidades jurídicas, hora para atrasar ou inviabilizar as licitações. Vários sindicatos de médios, de pequenos empreiteiros, estiveram em meu gabinete e confirmaram a existência dessas ações que, muitas vezes, dificultam a situação dos pequenos e médios empresários. Este, juntamente com diretores de compra e licitações de empresas públicas e estatais, apóiam o instituto da inversão de fases, pois entendem que, além de agilizar os certames, isso também contribui para minimizar os acertos entre empresas interessadas em atrasar as licitações, dando margem a que contratações de serviços essenciais sejam feitas através de contratos emergenciais, sem licitação.

É importante registrar a experiência do Governo Federal, também da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo que, por meio de pregões, vem conseguindo contratar o serviço de profissionais,

inclusive advogados, contadores, dentre outros, com a redução de custo e aumento da qualidade dos serviços prestados.

No que diz respeito às observações do Senador Delcídio Amaral, aqui, V.Exa. poderá encontrar, no art. 109, inciso IV, § 2º, que o pregão que tenha por objeto obras ou serviços de engenharia, cujo... Na página 47. ...Cujo valor orçado pela Administração seja superior ao limite constante do artigo 23, inciso I, “b” da Lei 8666 de 93, será realizado entre interessados cadastrados, na forma da sessão terceira do capítulo primeiro da referida lei, permitida a adjudicação do objeto ao licitante não cadastrado que apresentar a melhor proposta, desde que no prazo de dois dias, a contar do julgamento, comprove preencher os requisitos estabelecidos para o registro cadastral na categoria, na especialização e no grupo de licitantes indicados no edital do certame, sem prejuízo de requisitos específicos, fixados no instrumento convocatório. § 3º: A celebração do contrato pelo licitante vencedor não cadastrado condiciona-se ao seu cadastramento, na forma da sessão III do capítulo primeiro da Lei 8666 de 93.

No que diz respeito aos temas levantados pelo Senador Antônio Carlos Valadares, perdão, primeiro pelo Senador Osmar Dias, na questão do limite, gostaria de... Que possam se reportar ao que está nos incisos V e VI das páginas 05 e 06: Tornar o pregão obrigatório para todas as licitações do tipo ‘menor preço’, de valor inferior a 51 milhões de reais ou 15 vezes o valor do convite de obras, seria exagerado; tornando o pregão obrigatório até o valor de referência da tomada de preço para obras, facultando, a partir daí, nós chegaríamos a um compromisso ideal entre a Administração Pública e os princípios da economia e eficiência. Nesse sentido, é a alteração do § 9º do artigo 23 da lei.

Nesse ponto, atendendo ao pleito do Senador Dornelles, nós eliminamos a parte final do referido parágrafo, que exigia justificativa por parte da autoridade responsável, sob pena de responsabilidade quando promovesse licitações de valor acima de 3,4 milhões de reais, do tipo menor preço, por modalidade diversa do pregão. Com isso, Senador Osmar Dias, acho que, dado o entusiasmo do Senador Mão Santa, V.Exa. não está conseguindo ouvir a minha resposta. Com isso, a autoridade administrativa não sentirá constrangida a adotar o pregão, neste caso, deixando-se claro o caráter facultativo de seu uso nas licitações de maior parte.

Para evitar que empresas aventureiras e sem experiência no ramo de engenharia se apresentem com sucesso em pregões de obras, aumentando os riscos de inexecução contratual ou execução deficiente, promovemos mudanças sugeridas pelo Senador Flexa Ribeiro, no art. 4º da Lei do Pregão, para dispor

que, do pregão de obras ou serviços de engenharia, com valor orçado superior a 3,4 milhões de reais, somente participem licitantes detentores do certificado de registro cadastral, nos termos do artigo 36 da Lei 8666 de 93. Com o objetivo de eliminar discussões sobre a constitucionalidade de tal regra, baseadas no argumento da redução do universo de licitantes, resolvemos também abrir a possibilidade de que o objeto do certame seja adjudicado ao não cadastrado que oferecer a melhor proposta, desde que ele comprove, após o julgamento, preencher todos os requisitos estabelecidos para a obtenção do certificado de registro cadastral no ramo de atividade ao qual se refere o objeto do pregão, condicionando-se à celebração do contrato ao cadastramento do adjudicatário.

No que diz respeito às Emendas do Senador Antônio Carlos Valadares, primeiro, no que diz respeito à Emenda 01, que inclui o § 5º no artigo 40 da Lei 8666 de 93, para proibir editais com exigências técnicas ou condições particulares que visem ao direcionamento da licitação, nós entendemos a sua proposição como pertinente e, portanto, inserir regra nesse sentido no artigo que trata do instrumento convocatório, em virtude do seu conteúdo moralizador. Desse modo, incorporamo-la no substitutivo, com algumas adaptações redacionais, preservando-lhe o conteúdo normativo, e determinando a punição dos responsáveis na forma da lei 8429 de 92, por ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública.

No que diz respeito às Emendas nº. 31 a 33, também do Senador Antônio Carlos Valadares, a primeira modifica o § 3º do artigo 22 da lei para aumentar de três para seis o número de licitantes convocados na modalidade de convite. Por se dirigir a aumentar a competição, entendemos meritória e digna de acolhimento a Emenda, na forma da nova redação que propomos para o substitutivo. Cabe aduzir que a eventualmente inexistência de seis fornecedores na localidade onde se realizar o convite, não causará embaraços ao certame, ante o que dispõe o § 7º do mesmo artigo. Nesse caso, cumprirá a administração apenas justificar essa circunstância no processo. De resto, convém assinalar que a alteração propugnada no § 3º reclama, seja feita outra no § 6º do artigo 22 para adaptá-lo à nova regra.

Já a Emenda 32 cria um fator de correção geral nos contratos de obra correspondente à variação do índice nacional da construção civil, mais 1% ao mês. Nesse caso, somos pela rejeição, Senador Valadares. Acreditamos que os critérios de reajuste devem ser previstos em cada contrato e não em um índice genérico. Os contratados têm a garantia constitucional de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do

contrato, mesmo que o contrato não preveja critérios de reajuste. Se a variação no preço dos insumos for impactante, o contratado pode pleitear a revisão.

Ademais, o INCC, além de ser calculado com base nos custos da construção civil, em apenas 12 municípios, refere a construções habitacionais, não servindo para maioria das obras públicas. Não bastasse isso, a Emenda prevê, além da indexação ao INCC, que os contratos tenham uma correção de 1% ao mês; significa dizer que mesmo no caso de não se verificar infração nos insumos, a aprovação da Emenda garantirá um reajuste anual dos contratos acima da taxa Selic, maior do que boa parte dos investimentos financeiros hoje existentes e, neste caso, considero que não foi possível acolher a sua Emenda.

Na Emenda 33, V.Exa. sugere alterar o art. 21 da Lei 8666 para prever que, na contratação de artista, por inexigibilidade de licitação, sejam publicados, nos meios de divulgação oficial, os custos do contrato, de forma detalhada; o que se pagou de cachê para o artista e músicos da banda, custos com hospedagem, transporte etc. A divulgação de minúcias dos contratos aumentaria os custos de publicação, sobretudo quando feita em jornais de grande circulação. A divulgação do valor total da contratação, avalio que já se revela satisfatória, como, aliás, ocorre com outros contratos. Nada impede que aos interessados sejam fornecidas informações mais pormenorizadas, mesmo porque não há justificativa para que se mantenha o sigilo, neste caso, e o direito a obter informações de órgãos públicos tem sede constitucional. E, nesse caso, não... Não acatamos, respeitosamente, a Emenda.

No que diz respeito às observações do Senador Cícero Lucena, em verdade, elas guardam semelhança com aquelas colocadas pelo Senador Delcídio Amaral e, portanto, avalio já ter respondido. Sr. Presidente, Eduardo Azeredo, está distribuído o meu relatório, já lido, mas sem antes ter, mas sem a análise pormenorizada das 35 Emendas que estão agora contidas na análise deste novo parecer distribuído a todos. Resalto que, das 35 Emendas, foram acatadas em meu relatório 16 delas...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senador Suplicy, V.Exa. pode me conceder um ligeiro aparte?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, mas só um...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Logo após o término?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou fazer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Só uma correção, que são 36 Emendas, tem mais uma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)

– Portanto, nos itens, as Emendas 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35 foram consideradas, sendo rejeitadas as demais. Se...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Tem também a Emenda 36, a última que entrou.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)

– A 36, que acabou de chegar, ainda não está na minha mão, Sr. Presidente. Então... Sr. Presidente, eu... É uma nova Emenda do Senador Antônio Carlos Valadares, já foi feita... Essa Emenda 36, Sr. Presidente, que dá aos incisos III e IV do § 1º do artigo 43 da Lei 8666, a seguinte redação, no que trata o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara. Artigo 43, inciso III: “A abertura dos envelopes e verificação da documentação relativa à habitação e detalhamento da proposta exclusivamente do primeiro classificado e quarto, inabilitado o primeiro classificado, a Administração analisará a documentação relativa à habitação e de detalhamento da proposta do segundo classificado e, assim, sucessivamente, na ordem da classificação, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no ato convocatório.

Sr. Presidente, o objetivo desta Emenda está acatado no substitutivo apresentado, ou seja, a intenção do Senador Antônio Carlos Valadares está, pelo menos parcial e principalmente, acatada no substitutivo apresentado item... No artigo 43, § 1º, inciso I, o qual o § 1º diz: “Obedecidos os princípios da eficiência, economicidade, considerando as peculiaridades do objeto do licitado, será facultado à Administração inverter as fases do processo licitatório, observado o seguinte procedimento: Justamente o inciso I diz: Abertura dos envelopes, contendo as propostas de todos os participantes, verificando sua conformidade, na forma do inciso IV do *caput*, desclassificando as propostas desconformes ou incompatíveis”.

Presidente Aloízio Mercadante, eu mencionei, já, na sua ausência, as Emendas que acatei em nº. de 16, das 36 apresentadas. Se V.Exa. avaliar como adequado, eu poderei fazer a análise detalhada de cada uma delas, mas o parecer já está distribuído a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Exa. tem como consultor aquele mesmo jurista que assessorou o Senador Álvaro Dias na votação da Reforma da Previdência. E que deu mais ou menos umas 150 páginas para ler o parecer. Eu acho que nós devíamos, em vez de ouvir o parecer formal, que está anexo e disponível a todos, entrarmos na discussão das questões verdadeiramente substantivas, para verificar se a gente consegue construir um enten-

dimento e não termos que votar todas as Emendas e os destaques que estão sendo apresentados.

Eu queria levantar alguns pontos que me parecem, para ajudar esse debate, Senador Suplicy. A primeira... Dos argumentos que eu ouvi, o primeiro argumento que eu gostaria de ponderar: O pregão eletrônico é um instrumento de modernização, de transparência, de agilidade, que aumenta a concorrência, a eficiência, e que tem dado para a União, num primeiro momento, um ganho relativo no processo de compras, em torno de 25%, depois 20%, hoje está em torno de 14%. Então, vem caindo o ganho relativo porque o próprio mercado vai se ajustando ao novo instrumento, mas se demonstrou, em todas as unidades da Federação, que utilizar o pregão como modalidade, uma redução substancial de custo.

Então, eu diria, a primeira ponderação, Senador Osmar Dias, o argumento de que o Pregão só pode ser para obras de engenharia de pequeno porte, não me parece um argumento consistente, por quê? Porque se pode para o pequeno, por que é que não pode para uma média ou uma obra de maior porte? Qual é a razão fundamental? Eu acho que a linha que V.Exa. explorou, de buscar outros critérios que dêem segurança ao pregão eletrônico para obras de maior valor me parece uma linha muito mais racional de debate do que a idéia de reduzirmos o valor para 340 reais. Parece-me muito mais razoável porque, se vale para o pequeno, tem que valer para o médio e acho que, no futuro, tem que valer para as obras em geral, a não ser as licitações de melhor técnica, que, evidentemente, nós não vamos licitar uma usina nuclear por Pregão, vai ser a melhor técnica. Essa é a primeira ponderação que eu gostaria de fazer.

A segunda ponderação, em relação às garantias adicionais. O argumento é: Se há um Projeto Executivo detalhado, não há margem para o mergulho de preços que não sejam diferente daquilo que a lei vai colocar com aditivo. E essa é uma ponderação que eu faço, Senador Suplicy. Acho que nós temos que colocar o aditivo, quando há um Projeto básico, o aditivo deveria ser o que é hoje. Quando há um Projeto Executivo, o aditivo deve ser reduzido. Então, seriam 25, 10 ou 05 ou 50 e 25, que é a regra atual. Mas nós não podemos simplesmente dizer que nós estamos reduzindo o aditivo, sem mudar a origem do Projeto. Se é um Projeto básico, o aditivo tem que ser o que é hoje; se é um Projeto Executivo detalhado, consistente, o aditivo não pode ser o que é hoje, tem que ser menor. Eu faria uma sugestão, no Projeto, para a questão das garantias. Nós adicionarmos as garantias às ações de empresas do novo mercado, por quê? São ações que têm governança, liquidez e garantia e a empresa ao

oferecer a ação, ela não está desembolsando. Quer dizer, você tem uma modalidade de seguro-garantia, você tem uma série de garantias que você poderia colocar, eu colocaria mais uma garantia, ações de empresa de governança excelência, por quê? Porque a empresa, ao colocar a carteira de ações como garantia, o Poder Público está garantido, ele executa aquela garantia, e a ação não tem e a empresa não tem nenhum prejuízo, do ponto de vista do desembolso, porque aquelas ações têm valorização em Bolsa, é um ativo que vai continuar sendo remunerado e, portanto, o argumento que nós não podemos aumentar a garantia para proteger o setor público cai por terra e nós poderíamos, em vez de 80, avançarmos para 85%, dado que o ganho hoje dos pregões está em torno de 14%; não prejudica o ganho relativo, melhora a garantia e uma garantia que não penaliza as empresas que querem estar no processo de concorrência. Então, a sugestão que eu faço aí para o debate.

A outra questão é o seguinte: Projeto Executivo, nós estabelecemos que o Projeto Executivo é obrigatório a partir de quatro anos. Eu acho que, para a União e para os Estados, quatro anos é mais do que razoável, talvez pudesse até ser um pouco menos, não acho que é viável colocar como obrigatório em quatro anos para os pequenos Municípios do Brasil. Acho que não têm condições operacionais de imaginar que um Município de cinco mil, no interior do Nordeste, 10 mil habitantes, 30 mil habitantes, possa se preparar, em quatro anos, para garantir que todos os seus, as suas contratações sejam feitas através de Projetos do Executivo. Acho que nós deveríamos, talvez, manter para a União e para os Estados ou talvez para os Municípios de maior parte, mas fazer um prazo mais longo para pequenos Municípios.

E a mesma questão vale para o pregão eletrônico, o argumento que me colocaram. Ora, vocês estão estabelecendo que o pregão eletrônico é obrigatório imediatamente; para a União não tem problema porque ela já faz; os Estados estão organizados para fazer; os médios e grandes Municípios também; para os pequenos Municípios, nós deveríamos colocar um prazo para virar obrigatório, sob pena de engessar um Prefeito no interior de um... Da região Norte, Nordeste ou mesmo de São Paulo, que não tenha a menor estrutura de adotar uma modalidade que está sendo modificada compulsoriamente num prazo exíguo de tempo, mesmo porque nós estamos falando na realização de cadastros e outras questões. Então, eu gostaria para os pequenos Municípios, o prazo de seis meses ou um prazo de um ano, mas dar um prazo um pouco maior para os pequenos Municípios e mantermos a obriga-

toriedade para a União e para os Estados, na questão do pregão eletrônico.

E eu trabalharia, e aí tem uma outra questão que, como eu não sou da área, mas nos argumentos que eu ouvi, me parece bastante relevante, que é o problema da inversão de fases. Qual é o argumento contrário, qual é o argumento do governo para a inversão de fases? É que você agiliza o processo licitatório, você vai direto para o preço, depois, você faz a habilitação de técnica e econômica. E, aí, a terceira fase, que é a parte de jurídica e fiscal; na realidade, são três fases. O argumento básico é agilizar ao processo licitatório. Qual é o argumento contrário? O argumento contrário é que você vai dar um poder à Comissão licitante muito grande para dirigismo no resultado. Porque você abre o preço, e depois vai fazer a técnica e preço, podendo impugnar com recursos, com protelação. Porque a idéia que agiliza, você vai jogar para a disputa jurídica parte do efeito suspensivo do processo licitatório. Qual é a sugestão que foi apresentada? Antecipa a técnica, a habilitação técnica e econômica, faz o pregão e faz a habilitação jurídica e fiscal, posterior ao pregão, que também eu acho que é uma variante que não está embutida na proposta do Senador Osmar Dias, mas que poderia ser construída.

Eu quero concluir da seguinte forma: Nós não temos condições de votarmos, em Plenário, esse Projeto, daqui para quarta-feira, pela própria Pauta que nós teremos no dia de amanhã, que é o problema do Conselho de Ética, o caso do Senador Renan Calheiros, que é absolutamente predominante, neste momento, na votação de Plenário. Proposta que eu faço ao Senador Suplicy, o Senador Antônio Carlos Valadares colocou essa questão de show e eventos artísticos como um do elemento de fraude hoje na contratação de serviços e que precisaria se regulamentar de uma nova forma. Parece-me também um argumento procedente, já apresentou inclusive destaque para a votação em separado. Eu proporia que nós fizéssemos um último esforço de ver se a gente consegue construir um acordo; não tendo acordo, nós estamos a voto de todas as matérias. O Senador Osmar Dias pediu destaque à sua Emenda; antes de votarmos, nós iríamos sentar e buscarmos o entendimento, uma última tentativa para o entendimento dessa matéria, me parece que é o melhor caminho, dada a complexidade. É ouvir os argumentos e verificar se é possível algum ajuste para construirmos o entendimento final. Se não houver, evidentemente, espaço para o entendimento, nós faremos a votação de todos os destaques que forem apresentados à Mesa.

E proporia, Senador Suplicy, que nós fizéssemos essa conversa ainda hoje porque, se nós deixarmos

para semana que vem e tal, acaba não se viabilizando. Terça-feira nós votaríamos todas as Emendas, se houver, e o Projeto final numa votação terminativa e colocaríamos urgência para Plenário e, assim, teríamos uma última tentativa de conversar...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – ...um pouco mais profundamente sobre o tema. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu só quero fazer uma consulta, para que fique registrada essa consulta, para depois a gente fazer essa reunião de entendimento. A consulta que eu faço é a seguinte: Eu abordei duas linhas e V.Exa. concordou com uma delas. Se não é possível manter os 340 mil, se é possível, pelo menos oferecer segurança, garantia para o aumento para três milhões e 400, entre elas, especialmente a primeira que eu citei, que é do Projeto Executivo, porque sem isso, fica muito complicado, sem o Projeto do Executivo. Então, a consulta que eu faço ao Senador Suplicy é essa, se ele aceita ou uma ou outra hipótese, e V.Exa. inclusive, apoiou uma delas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu proponho que, em vez de nós decidirmos agora, Senador Suplicy, que a gente faça uma reunião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite informar que isso já está aceito agora.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – O que é que está aceito, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A página...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, não está aceito, porque o Projeto Executivo é obrigatório a partir de quatro anos. Ele não é compulsório no pregão eletrônico, isso não está no texto. O que ele está propondo é outra coisa, o Senador Osmar, ele está dizendo que, para a contratação de obra de engenharia, o Projeto Executivo, para o pregão, seria obrigatório e prévio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No artigo 7º, Senador Osmar Dias, Presidente Aloízio Mercadante, está dito que, em verdade é obrigatório para todos. Está escrito, § 1º: “A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação pela autoridade competente dos trabalhos relativos às etapas anteriores. Item primeiro, houver Projeto básico e Executivo aprovados pela autoridade competente, disponíveis para exame dos interessados em participar do processo licitatório”.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Projeto básico ou Executivo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – “E Executivo”. “E Executivo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sim, mas existe um outro dispositivo que estabelece que o Projeto Executivo é obrigatório a partir de quatro anos. Eu estou dizendo que não é exatamente isso que está sendo dito, por isso que nós precisamos sentar e discutir com profundidade, antes de fazermos uma votação que não tenha total segurança. É verdade que há esse dispositivo, mas foi colocado o Projeto... Quatro anos como obrigatórios. Eu faço um destaque: Por exemplo, para a União, eu acho quatro anos, talvez até muito; para os Estados, principalmente os mais desenvolvidos, quatro anos talvez seja muito; para pequenos municípios, quatro anos podem ser ainda um tempo muito exíguo; imaginar 5.500 municípios, pequenos municípios, com cinco, seis, 10 mil habitantes, tem que fazer um Projeto do Executivo para qualquer obra que for fazer. Então, para os pequenos Projetos, não sei se teria que ser obrigatório o Projeto do Executivo; para Projetos de maior valor, seguramente é o melhor caminho porque diminui, como nós estamos colocando no Projeto que a empresa que faz o Projeto não pode participar da licitação, nós estamos, inclusive, moralizando, dando mais segurança, tanto a quem contrata como a quem participa do processo licitatório. E... Reduzindo o aditivo também, quando tem Projeto Executivo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu faço uma sugestão. Para Projetos que tenham valores abaixo de 340 mil, seria dispensado o Projeto Executivo. Para valores acima de 340 mil, seria exigido o Projeto do Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu estou sugerindo, Senador Suplicy, se nós poderíamos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É porque é uma exigência do CREA...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Exige o Projeto Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu sugeriria, Senador Osmar Dias, que nós sentássemos, às 14h30 ou 15h00 na liderança do Governo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Mas já tem uma reunião que o Senador Romero Jucá convocou, para discutir CPMF com Ministro... Com o Deputado Antônio Palocci.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, proporíamos, às 17 horas, na reunião da liderança do Governo, do Senador Romero Jucá, para nós discutirmos essas questões e verificarmos se há espaço ou não para algum tipo de entendimento ou nós traremos, evidentemente, terça-feira, a voto essas matérias e eventuais divergências. Vamos fazer aí uma última tentativa.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Sr. Presidente, só... Eu me disponho a fazer a Reunião, então, só apenas se, porventura, o Presidente Renan Calheiros, às 17 horas, resolver usar da palavra, então, nós adiaríamos para após.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas vamos marcar, a princípio, às 17 horas, a discussão sobre o Projeto. Aí, V.Exa. também coloca, V.Exa. é a maior produtividade em termos de Emenda nesse Projeto. 17 Emendas. Aí, seguramente parte já foi incorporada ao Projeto. V.Exa. está insistindo nessa Emenda dos shows artísticos e eventos para ter mais rigor na contratação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, me parece que o nobre Relator, ele não entendeu o objetivo, inclusive, ele falou que detalhar o valor, o valor do contrato, detalhar o valor do contrato, em resumo, isso iria custar mais... Daria um custo maior à Administração. De maneira nenhuma, de vez que o próprio Projeto que V.Exa. relatou, já prevê que a publicidade pode ser feita até na Internet, qual é o gasto que vai ter, Sr. Relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas, eu proporia...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Supply—
(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só um minutinho, Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu quero dizer que a ponderação de V.Exa. é de bom senso, eu vou acatar essa sua Emenda.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – 17 horas, então. V.Exa., seguramente, tem outra Emenda, então, vamos às 17 horas, na Liderança do Governo, nós sentaremos para concluir, se possível, o entendimento.

Agradeço a todos. Até a próxima Sessão, terça-feira que vem.

Sessão encerrada às 12h43.

Ata da 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de Setembro de 2007, Às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dis e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Euclides Mello, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Cícero Lucena e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 146/07 (nº 671, na origem), de 5 de setembro de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de julho de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O Expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência lembra aos Membros da Comissão a realização nesta data, às quinze horas, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, de uma visita oficial da Comissão para Assuntos Tributários do Parlamento Dinamarquês e do Ministro de Tributos do Reino da Dinamarca, a fim de obter informações sobre a situação econômica brasileira, sobre assuntos tributários e incentivos para o desenvolvimento. O Presidente solicita aos Senadores Antonio Carlos Júnior e Flexa Ribeiro que representem a Comissão de Assuntos Econômicos no referido evento. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos Itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que “altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da

Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35, 36 e 38, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão** – SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON. Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/08/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12, 22 a 25, 31 a 33 e 36, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13 e 14, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21 e 27, do Senador Francisco Dornelles; nº 26, da Senadora Kátia Abreu; nºs 28 e 29, do Senador Renato Casagrande; nº 30, do Senador Neuto de Conto; e nºs 34 e 35, do Senador Jarbas Vasconcelos; nº 37, do Senador Eduardo Azeredo; e nº 38, do Senador Marcelo Crivella. Em 18/09/07, é apresentada a Emenda nº 39, de autoria do Senador Francisco Dornelles. Após a leitura do novo Relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 267, de 2005, não terminativa, que “solicita, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Matéria já foi apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania

e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Pareceres favoráveis. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jonas Pinheiro e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, não terminativo, “acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”, de autoria do Senador Adelmir Santana, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, o Presidente concede Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2007, não terminativo, que “acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre sustação de cheque”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Em 10/09/07, foi apresentada a Emenda nº 03, de autoria do Senador Valter Pereira. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/08/07 foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. Após a leitura do Relatório pela Senadora Kátia Abreu, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Neuto de Conto, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Ro-

mero Jucá, que solicita Vista da Matéria. O Presidente concede Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valdir Raupp, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Romero Jucá, que solicita Vista da Matéria. O Presidente concede Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, terminativo, que “dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. Em 10/07/07, foi concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro, que devolveu sem manifestação. Após a leitura do Relatório pelo Senador Garibaldi Alves Filho, usa da palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05-CAE por vinte votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, terminativo, que “dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da insenção do IPI, na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, o Presidente concede Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, “altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2000, não terminativo, que “estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação

de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo”, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Valdir Raupp Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2003, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora, Senadora Serys Slhessarenko; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2003, terminativo, que “altera o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no FUNGETUR”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável nos termos de um Substitutivo. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator, Senador Tasso Jereissati. Em seguida, é apreciada a Matéria constante da Extrapauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 a 14 que apresenta. Em 18/09/07 são apresentadas as Emendas de nºs 15 a 21, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. Após a leitura do Relatório pela Senadora Patrícia Saboya, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. São aprovados, ainda, o Re-

querimento nº 41/2007-CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a campanha publicitária do Banco do Brasil “Decida pelo 3”, e que na oportunidade seja apresentada cópia do processo de contratação e do contrato com a empresa responsável pela criação e veiculação da mencionada campanha, com a presença da Sra. Jussara Silveira de Andrade Guedes, da Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, e do Sr. Gilberto C. Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulação Publicitária – CONAR; e o Requerimento nº 42/2007-CAE, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, por um período de 30 dias, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios – CAERMR, instituída nos termos do Requerimento nº 10/2007-CAE, em virtude de ainda não ter sido concluída a sua tarefa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Havendo número regimental número regimental declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros dessa Comissão que essa Comissão recebeu os seguintes documentos pro seu conhecimento. Mensagem nº. 146/07 nº. 671 na origem de 5 de setembro de 2007 encaminhando nos termos do inciso II do art. 7º da Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de julho de 2007, as razões nelas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

Lembro os Srs. e Sras. Senadoras que a Comissão de Assuntos Econômicos será realizada hoje, dia 18 de dezembro às 15h, junto com a Comissão de Finanças e Tributação no Plenário do anexo 2 da Câ-

mara dos Deputados uma visita oficial da Comissão para Assuntos Tributários do Parlamento Dinamarquês e do Ministro de Tributos do Reino da Dinamarca, a fim de obter informações sobre a situação econômica brasileira sobre assuntos tributários e incentivos para o desenvolvimento.

Então nós temos hoje com o Ministro das Finanças da Dinamarca. Queria solicitar que o Senador ACM Júnior e Flexa Ribeiro nos apresentassem hoje lá e vamos pedir para mais algum Senador depois assegurar a presença.

Bom, vamos inverter a pauta e vamos começar pelo Item 2 da pauta.

Mensagem do Senado Federal nº 267/2005, não terminativa. Solicita nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal a autorização para aceitação da ação de imóvel do Governo da Bolívia como parte do pagamento de juros da dívida externa daquele País. É um projeto da Presidência da República, Relator Senador Jonas Pinheiro. Quero lembrar que esse pré-acordo é anterior inclusive à eleição e posse do Presidente Evo Morales, que é uma permuta de um imóvel por pagamento de dívida. E que seria bastante importante nós acelerarmos a tramitação desta matéria. O nobre Relator Jonas Pinheiro, com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como já disse o nosso Presidente, Senador Aloizio Mercadante, é importante a rapidez para a aprovação desse projeto que ele faz parte do acordo entre o Brasil e Bolívia lavrado ainda em 2004 de negociação da dívida que a Bolívia tem com o Brasil. E nesse processo de negociação da dívida entrou a dação de um imóvel boliviano para o Governo Brasileiro com o pagamento das dívidas fundada da Bolívia com o Brasil. Como diz o Presidente, isso foi anterior ao Presidente Evo Morales.

Então, o imóvel dada ação ele tem uma área de 2.842 metros quadrados, está localizado no Edifício Multicentro na cidade de La Paz e avaliado no valor de 2 milhões, 90 mil e 695 dólares. Por isso e essa mensagem já foi apreciada na Comissão de Relações Exteriores, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania que concluiu o parecer pela concessão da autorização pleiteada. Então nós estamos aqui hoje na Comissão de Assuntos Econômicos discutindo essa matéria que para nós ela é urgente em função do Governo que hoje ocupa a Bolívia e o Brasil não pode perder este local que hoje está sediado a Embaixada brasileira em La Paz. Portanto, Srs. Senadores, eu estou optando com muita razão pela aprovação desta autorização ao Governo Federal, ao Presidente da República, ao Poder Executivo, para que conclua essa negociação que precisa da autorização do Se-

nado Federal. Portanto pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Alguém quer discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir vamos colocar em votação. Os Srs. Senadores que são favoráveis favor permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 2 da pauta.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº. 213/2007, não terminativo. Acrescenta ao § 2º do art. 39 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 para permitir a fixação de preço diferenciado da venda de bens ou da prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço a vista. Autoria, Senador Adelmir Santana. Relatoria Senador Flexa Ribeiro. É pela aprovação do projeto com a Emenda nº. 1 que apresenta. Essa matéria será depois apreciada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle com decisão terminativa. Com a palavra o Relator Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Aloizio Mercadante, Srª. Senadora, Srs. Senadores. O projeto em exame contém um único dispositivo além da cláusula de vigência na qual se acrescenta o § 2º ao art. 39 do Código de Defesa do Consumidor para prever que não considera abusiva a fixação de preço diferenciada na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço a vista. Na justificação o autor argumenta que a proibição da fixação diferenciada dos preços se dá em detrimento do próprio consumidor, em especial do consumidor mais pobre que nunca utiliza o pagamento por meio de cartão de crédito. Esclarece ainda que todos os custos da atividade econômica são repassados direta ou indiretamente ao consumidor. Na forma indireta os custos de todas as transações efetuadas por meio de cartão de créditos são indiscriminadamente repassados aos consumidores que não contam com a opção de reduzir os encargos da contratação com a utilização de outras formas de pagamentos dos produtos. Não foram apresentadas Emendas ao projeto.

Análise. O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor expediu a nota nº. 103 CGAJ/DNPC/2004 em resposta a consulta do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro. Acerca da vigência da resolução nº 34 de 5 de junho de 1989 que considera irregular todo acréscimo ao preço das mercadorias nas compras feitas com cartão de crédito. Naquela nota o órgão considerou abusiva a referida prática por violação aos incisos V e IX do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Consideramos equivocadas as conclusões a que se chegou na nota nº. 103 do DNPC. Uma vez

que a cobrança de valores diferenciados para vendas com cartão de crédito não implica exigência de vantagem manifestamente excessiva nem tampouco recusa de venda diretamente a quem se disponha mediante pronto pagamento adquirir o produto ou a contratar o serviço. O entendimento do DNPC além de extrapolar a letra da lei traz prejuízo ao mercado consumidor como um todo, embora possa trazer vantagem a alguns consumidores.

Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, o Senador Adelmir Santana, ao propor o Projeto de Lei, ele está buscando proteger os consumidores principalmente aqueles consumidores de menor poder aquisitivo que não possuem cartões de crédito e fazem as suas compras com pagamento a vista. A proibição de ter preço diferenciado para o pagamento a vista e para pagamento parcelado em cartões de crédito vem evidentemente na contramão de proteger o consumidor. Porque todos nós sabemos de que a compra parcelada ou a compra no cartão de crédito ela gera um custo adicional ao comerciante. Porque além dos juros, dos custos financeiros embutidos no parcelamento do cartão de crédito tem também a taxa de administração cobrada por esses cartões para que eles possam fazer a intermediação entre a loja e o consumidor. O que o Senador Adelmir Santana busca com esse seu projeto é fazer com que o pagamento a vista em dinheiro ou em cheque possa ter um preço abatido desse valor, o valor da intermediação dos cartões de crédito. Ou seja, o consumidor que pagar a vista sendo a vista considerada em dinheiro ou cheque, ele terá um preço menor do que aquele quando pago por cartão de crédito seja de uma única vez ou parcelado.

Desta forma o nosso voto, Sr. Presidente, é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 213/2007 com a seguinte Emenda. Dê-se ao art. 1º do PLS nº. 213/2007 a seguinte redação. Art. 1º. Acrescenta-se o seguinte § 2º ao art. 39 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. Remunerando-se o atual Parágrafo Único como § 1º. § 2º. Não se considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou nas prestações de serviços pago com cartão de crédito ou em relação... Pago com cartão de crédito em relação ao preço a vista, desde que o consumidor seja inequívoca e ostensivamente informado pelo fornecedor a esse respeito. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadores que queiram discutir a matéria... Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu entendo o alcance e a visão do Senador Adelmir Santana, a intenção do Senador com o projeto, tão bem relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, mas eu

gostaria de pedir vistas de uma semana para que eu possa manter alguns entendimentos dentro do Governo e para que a gente possa aprovar efetivamente um projeto que amanhã não tenha nenhum tipo de outra visão interna do Governo que pode levar até a um veto. Portanto, eu gostaria de ajudando o mérito do projeto a pedir vista porque nós possamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Concedida vista ao Líder do Governo Senador Romero Jucá. Item 4. O Relator pediu para adiar a matéria. O Item 4. É sobre o Item 4, Senadora Kátia?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Item 5. Projeto de Lei do Senado nº. 07/2007, terminativo. Altera a Lei 9.250 de 26 de dezembro de 1995 para incluir o nascituro know-how de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda pessoa física. Autoria, Senador Francisco Dornelles, Relatora, Senadora Kátia Abreu. Foi concedida vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais no dia 14/08. E queria ponderar que esse projeto já está na pauta há muitas Sessões. Senador Romero Jucá ainda não devolveu o processado à Mesa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu já determinei a devolução. Inclusive em homenagem ao Senador Dornelles que é o autor do projeto e a Senadora Kátia Abreu que é a Relatora nós não iremos fazer nenhum tipo de objeção ao andamento do projeto.

Portanto, eu peço a Mesa que verifique essa questão para que isso possa ser votado ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ponto está pronto para votar. Senadora Kátia Abreu, V.Exª poderia relatar o projeto, por favor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, eu gostaria antes de iniciar este Relatório, eu gostaria aqui, Sr. Presidente, democraticamente de fazer uma reclamação. Claro que eu tenho pouco tempo no Senado da República, infelizmente, apenas poucos meses, e talvez ainda não esteja familiarizada com a rotina desta Casa como V.Exª e muitos Senadores que estão aqui presentes. Eu gostaria de fazer menção a alguns fatos que ocorreram com a minha pessoa aqui na Comissão da Assuntos Econômicos e deixar registrado nesta Comissão.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, logo que V.Exª foi escolhido Presidente desta Comissão V.Exª me encontrou nos corredores desta Casa me abordando e me pedindo apoio a V.Exª nessa Comissão aos trabalhos da Comissão, coisa que eu prontamente afirmei que

poderia contar com a minha colaboração. E naquele momento V.Exª me disse o seguinte. Se você tiver algum projeto que esteja tramitando na Casa e que você tenha desejo de relatar, você fale comigo que eu tenho o prazer em atender a sua reivindicação. Naquele mesmo momento, Presidente, eu lhe respondi porque ia procurar V.Exª para pedir para ser Relatora de um Projeto de Lei de do Senador Jorge Bornhausen, e V.Exª naquele mesmo instante respondeu positivamente que eu poderia ser Relatora do projeto. Eu imediatamente, pela importância desse projeto que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte e dá outras providências. Eu divulguei na imprensa do meu Estado, divulguei em toda a minha base eleitoral que eu seria Relatora deste projeto tão importante para o País de autoria do Senador Jorge Bornhausen, repito.

Passados alguns dias, para minha surpresa, V.Exª não me designou para Relatora e designou no dia 28 de março o Senador Romero Jucá, que é um excelente Senador, competente e experiente Senador, muito mais do que eu, para relatar este projeto. Eu fiquei bastante indignada e surpresa com esse episódio e procurei V.Exª e V.Exª me respondeu o seguinte. Que não ia... Que não achava correto como Presidente da Comissão repassar projetos de autoria de um Senador do mesmo partido, repassar para um Senador ou Senadora relatar do mesmo partido. Porque tiraria o direito do contraditório. Então infelizmente não poderia atender o meu pleito. Aqui no Senado Federal, Sr. Presidente, isso pode ser chamado de recuo. Isso pode ser chamado de retorno. Isso pode ser chamado de várias coisas. Lá no meu Estado do Tocantins que eu represento isso chama falta com a palavra. Eu quero dizer a V.Exª que talvez por um engano e V.Exª não tenha visto o senhor entregou um projeto do Senador Paulo Paim do PT para a Senadora Serys Slhessarenko do PT. O senhor entregou esse projeto no dia 05/07/2007. Então eu não estou aqui entendendo como nós podemos conviver nessa Comissão com dois pesos e duas medidas. Eu sei que a prerrogativa de V.Exª escolher os Relatores desta Comissão. Eu sei que é prerrogativa de V.Exª. Mas eu quero aqui deixar registrado a minha indignação e a falta de palavra que V.Exª cometeu com a minha pessoa e, ao mesmo tempo, se contradizendo entregando o Relatório para o mesmo partido, embora eu não tenho nada contra isso. Que um Senador deseja relatar um projeto de um Senador do seu partido. Isso não significa que eu não vá relatar a favor ou contra, isso não significa que eu não vá fazer mudanças. O senhor não pode prejudicar e partir do princípio que eu desejo relatar um projeto e que eu vá concordar com ele porque o Senador é do meu partido. Isso poderá acontecer...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Kátia, só esclarecer a V.Ex^a.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu não terminei, se o senhor me permitir eu gostaria de terminar o meu raciocínio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Essa discussão poderia ter sido feita na Sessão ao final. Nós estávamos em regime de votação. Mas de qualquer forma conclua.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, ainda continuando eu quero registrar nessa Casa que os Senadores poderiam levantar aqui na CAE as Relatorias dos projetos. Repito, é prerrogativa de V.Ex^a. Mas é um absurdo que mais de 100 projetos tenham sido distribuídos para os Senadores da base em detrimento dos Senadores de oposição. Não estou reclamando em nome de ninguém, estou reclamando em meu nome próprio. V.Ex^a me destinou três projetos sendo que um deles V.Ex^a me ligou e perguntou se ia relatar a favor ou contra que precisava que fosse a favor o Relatório ou não me daria o Relatório e eu devolvi imediatamente porque eu não quero pegar uma matéria dessa circunstância. Então eu tenho Relatoria de dois projetos e está aqui. Eduardo Suplicy 13. Francisco Dornelles 9, Delcídio Amaral 10. Renato Casagrande 10, Serys Slhessarenko 16. Ideli Salvatti 15. Sibá Machado 8 e aí vai. O somatório disso... Romero Jucá 23. Eu entendo que todos eles... Por favor, olha aqui Senador. Eu compreendo que talvez V.Ex^a não tenha confiança na capacidade dos Senadores de oposição. Direito que V.Ex^a tem.

E por último aqui, a semana passada na reunião da CAE eu protocolei um Requerimento que estava sobre a Mesa e eu tive que sair em urgência daqui e solicitei ao Senador Tuma que encaminhasse o meu Requerimento para ser apreciado pelos meus colegas. Que poderia ser aprovado ou não. É um direito de voto dos Srs. Senadores. Sentei ao lado de V.Ex^a e pedi que mantivesse o Relatório na pauta porque o Senador Tuma ia encaminhar esse Requerimento. Naquele mesmo instante mais uma vez o senhor me disse o seguinte. “Esse Requerimento não cabe nesta Comissão. Eu acho que esse Requerimento deveria ser apreciado na Comissão de Fiscalização e Controle. Até posso dar apoio. Mas aqui não é o lugar”. V.Ex^a não tem o direito de discriminar ou de professorar as ações dos Senadores dessa Comissão. A Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos: Inciso III. Problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro, transferência de valores, comércio exterior interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas,

títulos e garantias dos metais, sistema de poupança, consórcios e sorteio e propaganda comercial. O meu Requerimento está convocando, convidando a Diretora de Marketing do Banco do Brasil para vir a essa Comissão e explicar a propaganda do nº. 03. Talvez pela minha falta de experiência em marketing eu não tenha compreendido a propaganda do nº. 03 e gostaria que a Diretora de Marketing e Diretora do CONAR viesse aqui esclarecer minhas as dúvidas e complementar os meus conhecimentos e explicar a propaganda do 3 do BANCO DO BRASIL. Eu saí dessa Comissão não lhe respondi absolutamente nada de tão indignada que fiquei e V.Ex^a vai confirmar isso. Saí daqui e o Senador Romeu Tuma me ligou e disse que o senhor falou que eu concordei com V.Ex^a de que esse Requerimento fosse então transferido para a Comissão de Fiscalização e Controle. Eu não concordei com V.Ex^a. Eu não concordei com V.Ex^a e não lhe autorizei e não permiti, embora V.Ex^a possa tirar ou retirar da pauta como Presidente, mas não foi Senador Tuma com a minha concordância. Senador Tuma pediu para ser votado e estão aqui as notas taquigráficas aonde V.Ex^a disse que parece que ela concorda com o encaminhamento e tem o meu apoio no Requerimento.

Então eu quero aqui deixar essas denúncias, não sei nem se chama denúncia, deixar aqui a minha indignação do que está acontecendo nesta Comissão. Eu acho que o Brasil tem a obrigação aqui de entender que às vezes os Senadores de oposição não têm oportunidade de estar trabalhando pelo País exatamente pelo impedimento imposto pelo Presidente da Comissão que é do partido do Governo. Então Sr. Presidente são essas minhas palavras, estou pronta para ler o Relatório, se V.Ex^a quiser falar alguma coisa estou pronta para ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Antes disso... Evidente que eu teria que responder a V.Ex^a com toda atenção e mérito que V.Ex^a merece dessa Comissão. V.Ex^a falou, por exemplo, Senadores da base número de Relatoria. Mas não citou Senadores da oposição. Senador Sérgio Guerra, 14 Relatorias. Senador Tasso Jereissati, 11 Relatorias. Senador Eliseu Resende 10 Relatorias. Senador Edison Lobão 9 Relatorias, Senador Jonas Pinheiro com essa de hoje 8 Relatorias, Senador Eduardo Azeredo, 10 Relatorias. Então nós temos distribuído... Senador Flexa Ribeiro 7 Relatorias. Sobre tudo para aqueles que estão mais... Senador Osmar Dias 10 Relatorias. Não tem mudado tanto a média de distribuição. Não tem mudado. Eu tenho procurado fazer quando é pepino, eu em geral prefiro que seja uma Relatoria da base do Governo. Evidente. Para poder ter o contraditório. E nós temos evitado dar Relatoria do mesmo partido.

Porque eu acho que isso não é bom. Assim como vai votar matéria do Estado, o Relator nunca é do Estado. O Relator necessariamente deve ser de outro Estado. Acho que isso agiliza o processo de votação. Você já chega com o processo de votação na Comissão muito mais maduro, nós temos tido, por sinal, um índice de produção bastante elevado.

Sobre a Audiência Pública, sobre o outro projeto, aquele projeto que é um projeto muito antigo do Senador Jorge Bornhausen, V.Exª me encontrou no corredor, mas quando eu cheguei na Comissão o Relator daquela matéria na Sessão passada já era o Senador Romero Jucá ele já era Relator da matéria. Eu para tirar o Relator, falei: “Senador Romero Jucá se dispõe a ceder?” “Não, tenho todo interesse nessa matéria”. Mesmo porque é um projeto tão abrangente que tem que ser discutido previamente na Subcomissão de Reforma Tributária. E eu me senti com dificuldade e ainda pedi tempo a V.Exª eu pedi tempo para ver se conseguiu construir uma solução e senti dificuldade de tirar Relatoria de um Senador que estava pleiteando a Relatoria de uma matéria que já era Relator.

De qualquer forma acho que isso é totalmente próprio da natureza do trabalho Parlamentar. V.Exª tem todo o direito de reclamar, de exigir. Eu inclusive indiquei algumas outras Relatorias V.Exª devolveu a matéria pra mim.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu lhe devolvi uma matéria porque V.Exª me perguntou no telefone se eu poderia relatar a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, a favor não. Se poderia relatar para próxima Sessão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Você perguntou se eu poderia aprovar o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora, pelo amor de Deus.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Se o meu Relatório poderia ser pela aprovação do projeto senão iria destinar a outro. Eu lhe devolvi porque eu não sou pautada por V.Exª nos relatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Imagina, eu não tem nem que...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Não tenho que me comprometer com V.Exª antecipadamente com relação ao Relatório sem eu ter analisado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Primeiro que é matéria de absolutamente consenso foi aprovado por unanimidade. V.Exª poderia dar o parecer para a próxima Sessão que tinha urgência de votação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Não foi assim que V.Exª falou comigo. V.Exª me perguntou

e não falou de próxima Sessão. Que o projeto estaria na próxima Sessão e se eu poderia relatar possivelmente o projeto.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Em relação a esse processo, como V.Exª saiu da reunião, primeiro, o autor do Requerimento tem que estar presente. Nº. 2, eu imaginei... A senhora falou sou contra. Quero que seja votado. Votaria. Eu entendi que havia entendimento. Sinceramente. O que eu argumentei? Nós estamos com 240 projetos para votar nessa Comissão. Temos a pauta sobrecarregada com matérias de grande interesse. Nós temos evitado Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Assim como o Senador Antônio Carlos Magalhães também não fazia na CCJ para que a gente possa votar as matérias. E temos feito aquelas audiências técnicas para esclarecer temas de grande interesse. Fizemos com o Presidente do IBGE, agência de risco. Temos evitado Audiência Pública. Mesmo sobre matéria de grande complexidade são as únicas exceções. Que foi o caso de Lei de Licitações. Era uma matéria que cabe perfeitamente na Comissão de Fiscalização e Controle que diz respeito ao controle de políticas do Governo. Não é uma discussão de política comercial do Brasil. Não é um projeto de política de comunicação. É uma matéria que tratava só isso. Mas colocaremos em votação ao final da Sessão. Se V.Exª falasse: Eu faço questão que seja votado...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Por favor, Presidente, eu agradeço muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E o Senador Romeu Tuma não falou que fazia questão que fosse votado. Se tivesse falado eu tinha colocado em votação.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Espera um pouquinho, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu entendi, conversei com a Senadora Kátia no sentido de que essa matéria poderia ser muito mais pertinente na Comissão de Fiscalização e Controle. Ele falou: Bom, se for assim...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu falei, eu disse que estava aqui pronto e podia substituir ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Se a Senadora falasse assim: Eu não quero retirar. Eu quero que seja votado. Eu colocaria em votação. O Plenário decide. Por que é que vou retirar um parecer sobre o número 3 do BANCO DO BRASIL?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Infelizmente eu não tinha o grampo da conversa do senhor com a Senadora. Eu não grampeei a conversa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só acho que eu estou ponderando que a política de comunicação de uma propaganda do BANCO DO BRASIL era mais pertinente se fizesse na Comissão de Fiscalização e Controle. Não acho ter uma discussão de política econômica, de política de comercial, de política de comunicação. Só isso. Que eu acho que não é bem afeito a essa Comissão. E fiz no sentido do entendimento que não fui compreendido mais uma vez. Mas de qualquer forma no final da Sessão nós trataremos dessa matéria.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Tá, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Próximo Item da pauta agora Item 5, V.Ex^a com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – É submetido ao exame dessa Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Francisco Dornelles que pretende autorizar a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas relativo a filhos ou enteados ainda quando nascituro. Com esse propósito modifica-se o inciso III do caput do § 4º do art. 35 da Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95 para incluir no rol de dependentes a regra de que desde nascituro filho, filha, enteado, enteada, são considerados dependentes para fim da dedução de que tratem os arts. 4º, inciso III e 8º, inciso II, alínea C da mesma Lei. O autor da proposição argumenta que para o Direito Civil o nascituro tem integral proteção à lei e a jurisprudência resguardam seus direitos e garantem até mesmo legitimidade para pleiteá-los em juízo.

No campo tributário, defende que as mesmas razões jurídicas que justificam a dedução relativa a filhos e enteados, aplicam-se ao nascituro. Lembra por fim que são muitas as despesas assumidas pela gestante. Além dos prejuízos advindos da dificuldade do exercício da atividade de atividades laborais. O PLS nº. 7/2007 foi lido em 7 de fevereiro e remetido a essa Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

No exercício da competência outorgada pelo art. 99 inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal cabe a essa Comissão de Assuntos Econômicos optar sobre o mérito das matérias que dispõe sobre tributos. Quanto à constitucionalidade frisamos que o PLS nº. 7/2007 atende as regras e aos princípios previstos na Constituição Federal tanto em seus aspectos formais quanto materiais. O Imposto de Renda é tributo de competência da União que pode, portanto, ser alterado por Lei Federal. Além disso, ao reforçar a proteção jurídica dado nascituro atende-se aos prin-

cípios constitucionais previstos no art. 227 caput da Constituição Federal.

No mérito, merece elogio à iniciativa do Senador Dornelles, que demonstra sensibilidade ao trazer para o Direito Tributário regras de amparo e proteção ao nascituro. O pacto de São José de Costa Rica celebrado em 69 e ratificado pelo Brasil em 1992 garante a proteção à vida desde a concepção. Assim deixou de haver razão jurídica ou técnica para que a dedução do Imposto de Renda referente aos dependentes continuasse a ser possível somente após o nascimento. A justificação demonstrou claramente que são várias as despesas com as quais as gestantes têm de arcar mesmo antes do parto. Nem todas dedutíveis com as despesas próprias. Assim é justo que lhe seja deferido um valor fixo de dedução tal como o existente para filhos já nascidos. Vale mencionar ainda que a proposição traz regras para evitar a dedução concomitante referente ao nascituro e filho ou enteados quando se tratar do mesmo dependente. Ademais, preocupa-se com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal condicionando a eficácia do benefício ao atendimento pelo Poder Executivo ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000. Pelas razões expostas cumprimentamos o autor da iniciativa e votamos pela aprovação do PLS nº. 07/2007.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Eu acho que nós estamos no momento muito importante com a aprovação deste projeto do Senador Dornelles. É mais do que óbvio e todos aqui a grande maioria são pais e acompanharam a gravidez de suas esposas ou de suas filhas e noras, ou de suas afilhadas, e sabem o que significa a gravidez para a mulher também em termos de despesas durante a gravidez dos nove meses. As despesas que são claras, óbvias, e que o Senador pretende, Senador Dornelles, também incluir preservando a vida, valorizando a gravidez, esse período tão importante e que a mulher possa então ter essa tranquilidade e essa dedução no seu Imposto de Renda. Parabéns Senador Dornelles e eu peço a todos os colegas pela aprovação desse projeto tão importante. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadores que queiram discutir a matéria... Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para parabenizar o Senador Francisco Dornelles como autor do projeto e a Senadora Kátia Abreu como Relatora. Esse projeto o Senador Dornelles ele vem corrigir sem sombra de dúvidas uma falha ao não ser atendido o nascituro na dedução do Imposto de Renda. Porque como bem disse a Relatora, as despesas que a família tem desde o início da gestação até o nascimento devem

e com o projeto do Senador Dornelles serão abatidas também do Imposto de Renda como se dependente fosse. Parabéns ao Senador Francisco Dornelles, parabéns Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mais alguém para discutir a matéria? Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, também quero (ininteligível) favoravelmente. Agora só lembrando que esse projeto vai fazer com que os nomes das crianças sejam dados antes porque na hora de fazer a declaração na hora de registrar a criança ainda não nasceu, mas vai precisar ter o nome. Vamos ter uma coisa de dar o nome da criança antes que ela nasça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mais alguém? Não havendo mais interesse na discussão, interesse há, não havendo escritos para a discussão, vamos à votação do projeto. Senadores e Senadoras que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram. Ah, é nominal. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Francisco Dornelles. Não vota, é autor. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romero Jucá. Senador Valdir Raupp. Senador Gilvam Borges. Não está. Senador Neuto de Conto. Senador Adelmir Santana. Senador Eliseu Resende. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Com muito prazer e com muita honra, com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora é voto conhecido, Kátia Abreu. Senador Flexa Ribeiro. Senador Osmar Dias. Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Valter Pereira. Senador Leomar Quintanilha. Senador Jonas Pinheiro. Senador Antônio Carlos Júnior. Senador Eduardo Azeredo. Aprovado por unanimidade. O projeto vai ao Plenário. Item 6.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador, estava completo aqui? O está completo? O DEM está completo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está completo. Item 6 da pauta. Concede isenção do imposto sobre IPI aos índices de segurança veicular que menciona. Autor Senador Flexa Ribeiro Relator Senador Neuto de Conto. Favorável ao projeto com a Emenda 1 que apresenta.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – É submetido a esta Comissão PLS nº. 195/2007 de Ementa em autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro. O projeto está lavrado em dois artigos. Art. 1º isenta o IPI por cinco anos e os produtos classificados nos seguintes códigos da Tabela de Incidência do IPI, TIP. Primeiro, 8708.95 bolsa inflamável de segurança com sistema de inflação airbag. Suas partes. E segundo, 9032.89.21 controlador eletrônico para sistema antiblocante de freio ABS. Art. 2º, prevê que a lei emanada do projeto entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente à sua publicação. Bem lançada justificativa do autor lembra que o sistema de freios ABS é um equipamento que evita o travamento das rodas durante a frenagem e permite ao motorista manter a dirigibilidade do veículo em situações críticas, enquanto que na Europa um item E de série indispensável no Brasil o número de veículos equipado com o sistema é de cerca de 10% do total. O airbag é um equipamento suplementar de retenção frontal para condutor e passageiros e contribui enormemente para a redução do número de mortes ou vítimas graves de acidentes no Brasil. Mais uma vez enquanto na Europa está presente em quase a total do Brasil em 2006 o airbag para motoristas estava presente em cerca de 20% dos carros com equipamento de série e 40 como opcional. O airbag duplo com 23 e 37% respectivamente. O PL nº. 115/2004 de autoria do eminente Senador Eduardo Azeredo aprovado recentemente por esta Comissão prevê o prazo de um ano para os carros saírem de fábrica equipados com airbag. Entretanto, tanto um como outro componente são de caros para os padrões de renda nacional. São de origem estrangeiras sujeitos a muitos tributos entre eles o IPI de 15% e 5% para airbag. Conclui o autor que a isenção tornaria mais acessível à aquisição desses itens de segurança veicular e contribui para uma perspectiva mais saudável para o trânsito brasileiro.

Mérito. O mérito da proposição é indiscutível. Ela contribui para tornar eficaz o direito fundamental de segurança garantido aos brasileiros e estrangeiros residentes no País pelo art. 5ª do caput da Carta Magna. O número de vítimas de acidente de trânsito no Brasil tem atingido proporções gigantescas. Todas as medidas que contribuíram para a sua regressão deve

ser acolhida e incentivadas. A utilização obrigatória do airbag proporcionando pelo PLS 15/2004 que em boa hora esta Casa aprovou poderá ser dificultada se os seus preços continuarem inaceitável na maioria dos cidadãos. O número se diga ABS cuja tributação do IPI é ainda mais gravosa. O sistema de transporte coletivo no Brasil é inadequado e deficiente tem estimulado as pessoas mesmo as de renda relativamente baixa adquirirem veículo de uso individual que se tornaram necessário até mesmo para o deslocamento diário entre a residente ao lugar de trabalho. A insegurança e o risco disso tem aumento nas mesmas proporções. Não é justo que o Governo Federal e estadual instituem aumentar a carga tributária dos automóveis de passageiros cujo patamar de 40% é um dos mais elevados do mundo. É justo que o Governo Federal sobrecarregue o preço dos veículos cobrança simultânea de três tributos incidentes sobre o consumo, pois além do IPI impõe a contribuições para o financiamento da seguridade social, COFINS e as contribuições para os programas de integração social e de formação de patrimônio do servidor público. PIS e PASEP. O contribuinte determinou que o IPI será seletivo em função da essencialidade da produção. Art. 153 (ininteligível). Ora, como vimos tantos airbag como ABS são essenciais porque garantem o direito à segurança. Concor damos, pois com a isenção proposta uma vez que a simples redução da alíquota mesmo a zero pode ser vertida pelo Poder Executivo e que o teor do primeiro art. 153 pode majorar a alíquota do IPI.

Voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 191/2007 com a Emenda a seguir. Emenda 01 da CAE. Dê-se aos incisos I e II art. 1 de PLS 191/2007 a seguinte redação. Primeiro. 8708.95 bolsa inflamável de segurança com sistema insuflação, airbag. Suas partes. Segundo, 9032.89.21 dê-se sistema antiblocante de freio ABS. Sala das Sessões. Era esse o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadores que queiram discutir a matéria. Senador Romero Jucá. E Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – sr. Presidente eu gostaria de pedir vista da matéria registrando o seguinte. Primeiro eu votei favorável e já tinha apresentado no passado um projeto obrigando a colocação de airbags nos automóveis. Sou favorável. O projeto do Senador Flexa Ribeiro ele de certa forma procura a ajudar a filosofia do projeto desonerando impostos em equipamentos de segurança dos veículos. Eu tenho duas questões que eu preciso estudar com o Governo. Primeiro qual o impacto do IPI na questão porque isso impacta diretamente Prefeituras e Estado

por conta do FPM e do FPE. (interrupção no áudio) é uma arrecadação compartilhada. E a outra qual o tipo de controle que vai se fazer e que itens serão efetivamente beneficiados porque ao longo do tempo, com a tecnologia a tendência é esses custos baixarem e efetivamente se ter um outro tipo de perfil tecnológico nos carros.

Então eu peço vista registrando o compromisso de rapidamente analisar essa questão e devolver para a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu queria apenas complementar, Senador Jucá, que na discussão do projeto do airbag eu estive com o Ministro Furlan e ele concordou com a redução do IPI, a extinção do IPI para o caso do airbag. Nós não chegamos a discutir a questão do ABS. Mas eu considero que é uma isenção pequena nos dois casos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Mas veja bem, no caso Item de segurança isso pode levar... freio ABS é item de segurança, e aí você pode ir levando uma série de... Você pode dizer amanhã que pára-brisa que não quebra é Item de segurança... Quer dizer, isso pode deixar uma margem para que efetivamente se amplie essa questão. Por isso que eu preciso ver dentro do Governo, mas eu concordo com o mérito do projeto e vou procurar ajudar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente. Pedido de vista é regimental, Senador Jucá como Líder do Governo sempre atento a essas questões, ele com certeza absoluta irá aprofundar o estudo do projeto. É importante, Senador Jucá, verificar que não há essa possibilidade de acrescentar novos itens, como V.Ex^a falou em pára-brisa, como item de segurança porque o projeto ele define os dois itens que devam ter a isenção do IPI, que é o airbag e o freio ABS. Até porque esses itens nos países desenvolvidos já são itens obrigatórios de segurança. O nobre Senador Eduardo Azeredo apresentou um projeto que foi aprovado para que seja obrigatório a inclusão de airbag inclusive nos carros populares. Esse projeto foi aprovado com prazo de cinco anos para os modelos já existentes e de um ano para os novos modelos. O que nós estamos tentando fazer aqui é, ao reduzir o custo desses itens de segurança, dar maior segurança ao usuário do veículo, e com isso diminuir perdas de vidas, mais importante que isso, Senador Jucá, e mais do que isso os custos da área de saúde no atendimento aos acidentados. Que nós vamos diminuir bastante se tivermos esses índices de segurança obrigatórios nos veículos de qualquer tipo de modelos, tanto de luxo

quanto populares, e evidentemente para baratear, para não aumentar o custo desse modelo que haja isenção do Imposto de Produtos Industrializados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pergunto se mais algum Senador deseja discutir. Está concedida a vista ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo, com as explicações que já foram aqui manifestas.

Nós temos agora o Item 7. Eu pergunto ao Senador Suplicy se já está pronto o Relatório e nós podemos votar o Item 1. Vai vir para o Pregão ou por licitação o Relatório? Pregão eletrônico?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em tempo hábil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos ao Item 7.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Esse Relatório do Item 1 que está sendo ainda concluído na sua formatação, nós vamos tomar conhecimento nesse instante. Então acho que cabe vista desse Relatório para que a gente possa discuti-lo na semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Como eu imaginava que isso aconteceria, nós colocamos vários outros itens na pauta porque só esse Item nos tomaria por toda a Sessão.

Portanto, Senador Suplicy, mesmo que venha por Pregão está sub judice o primeiro momento. Houve recurso no processo do Pregão e, portanto, precisa ver... Não vai ter inversão de fase aqui no caso, e nesse sentido está concedida a vista e fica para a próxima Sessão. Vista coletiva porque todos Senadores tem interesse na matéria de grande complexidade e interesse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Item 1?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É. Concedida vista coletiva...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de então prestar uma informação aos Senadores com respeito a sugestões que me foram encaminhadas ainda ontem relativas ao leilão por Pregão. Porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu só pediria, Senador Suplicy, nós já discutimos essa matéria duas vezes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas é uma coisa nova.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu sei, mas como todos Senadores vão ter que ler isso e vão apresentar Emenda ou não, eu proporia que a gente deixasse essa matéria para a próxima Sessão. Vai ter que discutir com profundidade. Nós não vamos resolver isso nessa Sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só quero dar a informação que tendo em vista a experiência de pessoas que têm trabalhado com leilão, e que me fizeram chegar informações sobre a relevância do leilão pela internet, por Pregão eletrônico, que eu fiz algumas alterações nos itens 20, 22 e 53 para considerar isso. E além disso estarei dialogando com os Senadores que estão apresentando Emendas, inclusive algumas no próprio dia de hoje então para a próxima semana. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só queria esclarecer, a partir da intervenção da Senadora Kátia Abreu, eu pedi para levantar todas as Relatorias e fazer um levantamento per capita da distribuição de projetos. E eu recebi também de algumas outras Comissões. Por exemplo, pedida pelo PFL na CCJ nós temos 54 projetos para o PSDB e PFL, 29 pro bloco, 17 para o PMDB e seis para o PDT. A nossa Comissão, eu vou dar distribuição per capita. A maior índice de Relatoria, Senador Osmar Dias, PDT porque é um efetivo na Comissão. PDT tem 16 Relatorias. V.Exª Senador Jefferson Peres. O segundo maior índice per capita de Relatoria é do PSDB, 14. Trabalho intenso aqui dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, (risos) apesar de que o Senador Sérgio Guerra está sobrecarregado. Ele precisaria estar mais presente e está com muita responsabilidade partidária. O terceiro índice é do bloco 12.3. O quarto é do PMDB, 8.5 e o quinto é do PFL, 7.2. Portanto, não existe uma distribuição que favoreça a base do Governo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Democrata, Presidente. Não PFL.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Desculpe, Democrata. Mas eu reconheço...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O índice do PSB é insignificante. É inexistente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, é que V.Exª está no bloco. V.Exª está no bloco e, portanto, está contemplado dentro

desse índice per capita geral do bloco. Mas de qualquer forma eu... Nós vamos buscar sempre manter um certo padrão de distribuição ao contrário do que acontece com outras Comissões da Casa que não existe essa distribuição. E aqui o PDT em primeiro lugar e o PSDB em segundo e Relatorias per capita mostra que não há nenhuma intenção nessa direção.

Feitos os esclarecimentos vamos para o Item 7º da pauta que é Projeto de Lei terminativo, nº. 500. Altera a Lei nº. 10.735 de 11 de setembro de 2003 para submeter a processo licitatório os projetos do programa de incentivo à Implantação de Projeto Social, IPS e dá outras providências. Autoria Senador César Borges e Relatoria Senador Valdir Raupp. Relator com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Constituição Federal estabelece no inciso XXI do art. 37 que ressalvados os casos especificados na legislação as obras, os serviços, as compras e as alienações serão contratados mediante processos de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. Essa regra normativa tem duas principais vertentes. Primeiro determina a observância do primeiro da isonomia na medida em que todos os que preenchem os requisitos legais podem contratar com o Poder Público, segurando a livre concorrência. Enseja ao Estado a oportunidade de obter melhores condições que o gasto público pela escolha das propostas mais vantajosas aos seus objetivos. Acho que todos as Sr^{as}. e Srs. Senadores já tiveram acesso ao Relatório. Como ele é um pouco extenso vou abreviar um pouco.

A iniciativa é meritória porque enseja o aperfeiçoamento da legislação em referência, sobretudo, no aspecto que diz respeito à utilização de recursos públicos, além de expor sobre a aplicação da Lei de Licitações aos projetos sociais em questão a proposição acerta ao estabelecer a vedação de que as instituições financeiras apliquem recurso em fundos de investimento e fundos de recebíveis de projetos nos quais tenham participação relevante. Cabe ainda acenar que a matéria circunscreve-se na competência da União que o Congresso Nacional pode sobre ela dispor e que foram observados os demais preceitos que informa o processo legislativo notadamente as regras da boa técnica legislativa.

O voto, Sr. Presidente. Por todas essas razões e fundamentos o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 500/2003 e das Emendas aditivas nº. 01 e nº. 02 a ela oferecidas. É o voto, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Valdir Raupp. Com a palavra o Líder do Governo, Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, atendendo ao Senador Flexa Ribeiro que diz que eu só peço vista para projetos relatados por ele, eu peço vista ao projeto relatado pelo meu Líder Valdir Raupp, tendo em vista que da mesma forma eu preciso fazer alguns entendimentos dentro do Governo sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu já me vi nessa situação, sei o quanto é difícil, me solidarizo com V.Ex^a, espero que aumentem a pressão porque senão a gente não consegue votar a matéria na Comissão. Nós temos ali um back central o tempo inteiro jogando a bola para o mato. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem. O Senador Romero Jucá, veio, iniciou a semana de trabalho com a intenção de pedir vista da pauta toda. Porque esse é o terceiro de cinco que foram discutidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas a Presidência vai ficar pressionando. É porque estamos dando Relatoria demais para a oposição por isso que o Líder está nervoso pedindo muitas vistas.

Próximo projeto, Item 08 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 272 terminativo. Dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com o desconto em folha de pagamentos sobre a cobrança de tarifas nessas operações. Autoria Senador Valdir Raupp, Relatoria Senador Garibaldi Alves Filho. Favorável ao projeto com as Emendas nº. 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta. Pergunto se o Senador Romero Jucá também pretende pedir vistas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a está com grande prestígio, na realidade é porque essa vista já tinha sido concedida, ele está apenas fazendo média para V.Ex^a se aproximar do Governo. Não entre nessa conversa mole. Com a palavra o Relator Senador Garibaldi.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Quem tinha pedido vista era o Flexa Ribeiro. Claro. Está aqui nos autos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas ele devolveu sem manifestação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Vem à

apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº. 272/2006 de autoria do Senador Valdir Raupp.

A proposição, Sr. Presidente, visa permitir a quitação antecipada de contrato de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento, realizadas por instituições financeiras e sociedade de arrendamento mercantil com empregados regidos pela CLT, servidores públicos e aposentados, pensionistas da União. Não foram apresentadas Emendas.

Sr. Presidente, trata-se de proposição sobre matéria financeira tendo sido distribuída a esta Comissão nos termos do art. 91, Item 1º do Regimento Interno do Senado Federal. Assim, a manifestação aqui proferida tem caráter terminativo. Inicialmente cabe ressaltar que a proposição não tem vícios de constitucionalidade, estando fundamentada no art. 48 e Item 13 da Constituição Federal que determina caber ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República dispor sobre matéria financeira também está vazada na boa técnica legislativa e atende ao disposto na Lei Complementar 95/1998.

Quanto ao mérito, entendo que o projeto nº. 272/2006 é uma medida complementar ao esforço de redução do spread bancário. Ou seja, a diferença entre a taxa de juros para as instituições financeiras pelos tomadores de empréstimo e as taxa de juros pagas pelas instituições financeiras na captação de recursos. Em setembro de 2006 o Conselho Monetário Nacional por intermédio da resolução nº 3.401, facilitou a chamada portabilidade do crédito. Isto é, a possibilidade do mutuário quitar antecipadamente uma operação de crédito com recurso de empréstimo obtido em condições mais vantajosas de outra instituição financeira. Trata-se de instrumento de estímulo à competição bancária, e, portanto, tendente a reduzir os custos da intermediação financeira. Ocorre, Sr. Presidente, que os empréstimos com desconto em folha de pagamento os créditos consignados foram criados pela Lei 10.820 de 17 de dezembro de 2003 com as alterações feitas pela Lei nº. 10.953 de 27 de setembro de 2004. E segundo entendimento do próprio Governo, não foram alcançados pela portabilidade de crédito instituída pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 3.401/2006 para que as medidas introduzidas pela Resolução possam ser aplicadas a modalidade de crédito consignado faz-se necessário a edição de instrumento legal da mesma hierarquia.

A presente proposição vem suprir essa necessidade na medida em que faz a adaptação de modo preciso e pertinente as regras gerais do Conselho Monetário Nacional sobre a portabilidade de crédito às especifi-

cidades do crédito consignado. Como contribuição ao trabalho do autor da proposição a quem louvo nessa hora pela preocupação com as operações em créditos consignado, Senador Valdir Raupp, apresentamos a Emenda nº. 01 substituindo no caput do art. 1º a expressão instituição da espécie por instituição financeira, de modo a evitar uma mais restritiva. Emenda nº. 02, retirando o § 3º do art. 1º a menção ao Banco Central do Brasil, Emenda nº. 03, suprimindo o § 4º art. 1º de modo a evitar alegação de inconstitucionalidade. Emenda nº. 04, Sr^{as}. e Srs. Senadores, alterando a redação do § 2º do art. 1º de forma a melhor explicitar a vedação do repasse de custos para os mutuários. E ainda a Emenda nº. 05 suprimindo o § 2º do § 2º e renomeando como § 1º desta propositura.

O nosso voto pelo exposto, Sr. Presidente, é favorável ao Projeto de Lei do Senado de autoria do nobre Senador Valdir Raupp, nº. 272/2006, com as alterações introduzidas pelas Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Garibaldi Alves. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o projeto é meritório, contudo há um problema aqui que precisa ser sanado. Nas operações de arrendamento mercantil financeiro, *leasing* financeiro, a quitação antecipada é proibida. Por quê? Porque a contraprestação que é o pagamento periódico mensal que é feito no *leasing* é integralmente dedutível do Imposto de Renda. Portanto, caso haja quitação antecipada a operação é desclassificada e vira financiamento comum. E como já houve benefício integral da contraprestação o *leasing* não pode ser quitado antecipado. Então há um problema aqui que precisa ser sanado. O *leasing* precisa ser excluído dessa... Não há previsibilidade na legislação do *leasing* em relação à antecipação de... Não pode ser quitado antecipadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria primeiro dizer que eu concordo integralmente com a ponderação do Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior. Eu concordo integralmente... Pediria silêncio. (soa a campainha) Eu concordo integralmente com a ponderação que ele está fazendo. Perguntaria ao Relator. Quer dizer, o *leasing*, como há dedução de Imposto de Renda, você não pode fazer integralização das parcelas como o projeto sugere. Ou o Relator retira agora em Plenário ou será concedida vistas para que o Senador possa fazer a modificação necessária.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu retiro, inclusive para não

prejudicar a tramitação da matéria inclusive a sua apreciação hoje, com relação ao leasing que eu faço a retirada nesse instante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a concorda?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A retirada desse Item.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Para os empréstimos normais, o projeto é meritório e eu estou totalmente de acordo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E ao agradeço ao Senador Antônio Carlos pela contribuição e acho que o autor da proposição também está de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, temos acordo, portanto, retirar leasing do projeto originário. Pergunto se mais algum Senador gostaria de usar da palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, estou de acordo e agradeço a contribuição tanto do Relator Garibaldi, sempre zeloso com os seus relatórios, aperfeiçoando, como com a contribuição agora do Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior para aperfeiçoar ainda mais o projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O autor Valdir Raupp, eu acho que o Senador Romero não fez essa correção para deixar ser aprovado e justificar o veto lá na frente. Essa é outra tática que ele usa recorrente. Fiquem atentos. (risos) Vamos lá à votação então. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Francisco Dornelles. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Com o lídimo Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Garibaldi, voto conhecido.

Senador Adelmir Santana. Não está. Senador Eliseu Resende. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Kátia Abreu. Senador Flexa Ribeiro. Senador Osmar Dias. Senadora Ideli. Ideli Salvatti. Ausente. Senador Sibá. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Valter Pereira. Não está. Senador Leomar Quintanilha. Senador Jonas Pinheiro. Antônio Carlos Júnior. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Algum Senador não votou?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Ideli. Com o Relator. Bom, aprovado por unanimidade projeto terminativo.

Eu quero enunciar também que a Senadora Serys Slhessarenko solicitou retirada de pauta do Item do projeto Paulo Paim. E também queria informar a Senadora Kátia Abreu que a indicação da Senadora Serys que é do mesmo partido do Senador Paim foi feita em 2005, quando eu não era Presidente da CAE. Portanto, o mesmo critério usado para indicação do Senador Romero Jucá e o mesmo critério usado para o último Item da pauta, cujo Senador Tasso Jereissati é Relator do projeto do Senador César Borges. Nós mantivemos as Relatorias da legislatura anterior. Elas foram renovadas, mas mantendo a Relatoria que já era indicada quando o projeto já tinha o Relator anterior. Senadora Serys foi indicada em 17 de maio de 2005, e não por essa Presidência. A Presidência anterior da CAE. O próximo Relator...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim, mas V.Ex^a também teria prerrogativa se quisesse e... E em não concordando com essa situação de autor e Relator do mesmo partido poderia ter sido tão duro como foi comigo e trocar a Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Kátia, eu mantive os Relatores anteriores. Estou explicando a Senadora Serys, Senador Romero Jucá, Senador Tasso Jereis-

sati, quem já era Relator do projeto eu não alterei. Eu só indiquei projetos que não tinham ainda indicação. Não tem porque desfazer o trabalho que já foi feito. Eu criei um novo critério que eu acho que tem produzido muito mais na Comissão. O que é que acontecia? Por exemplo, esse projeto recém votado agora também indicação da Legislatura anterior. Então nós temos evitado isso para poder permitir o contraditório e já vinha o projeto para Plenário com uma avaliação de dois, pelo menos de duas visões básicas entre base e Governo. Mas estou esclarecendo que o critério está sendo mantido. Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu gostaria de pedir a V.Ex^a, se fosse possível, colocar Extrapauta um projeto nº. 121 que regulamenta a Emenda 29. O parecer já está pronto e como ele ainda vai para a Comissão de Assuntos Sociais, se houvesse concordância do Plenário, eu já tenho o parecer pronto para o projeto. Eu pediria a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu coloco em aviação a proposta de colocar como Item Extraordinário na pauta a regulamentação da Emenda 29 que trata de recursos orçamentários para a área de saúde. Projeto de autoria do Senador Tião Viana, Relatora Senadora Patrícia Saboya. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado Extrapauta. Peço que seja distribuído o Relatório, será o último Item da nossa pauta.

Item 9 da pauta Projeto de Lei do Senado nº. 17/2004. Terminativo. Dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Lei 8.989 de 24 de fevereiro de 95 incluindo os deficientes audiovisuais na obtenção de isenção de IPI na aquisição de automóveis. Autoria Senador Paulo Paim, Relatoria Senador Eduardo Azeredo. Favorável ao projeto com as Emendas nº. 01 e nº. 02 que apresentam (interrupção no áudio)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, o projeto do Senador Paulo Paim visa sanar uma injustiça com os deficientes auditivos, que foram deixados de lado na Lei 10.690/2003. Por uma questão de justiça, portanto, o autor da proposta estende que se até deficientes visuais podem adquirir veículos por meio de representantes legais, pelo mesmo motivo os deficientes auditivos poderiam fazê-lo. O projeto propõe a ampliação da isenção de IPI na compra de automóveis hoje concedida aos deficientes físicos também aos deficientes auditivos.

No mérito a proposta é condizente com o princípio da isonomia que deve nortear a legislação fiscal. Ela corrige a omissão da legislação vigente que deixou os deficientes auditivos de fora da isenção do IPI na aquisição de automóveis. Entretanto, por implicar

algum grau de renúncia fiscal é necessário a apresentação de Emenda para prevenir qualquer eiva de inconstitucionalidade ou em juridicidade em especial quanto ao atendimento das prescrições do § 6º do art. 165 da Constituição Federal dos desígnios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 17, do Senador Paulo Paim, incluindo também os deficientes auditivos na obtenção de isenção de IPI na aquisição de automóveis, apenas com a Emenda que está em anexo. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Favorável o voto do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, da mesma forma eu peço vistas como pedi nas (ininteligível) passadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Romero Jucá pede vistas.

Item 10 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 58/2006 terminativo. Não estando presente o autor, nós vamos transferir para a próxima Sessão.

O Item 11 da pauta, projeto de resolução do Senado nº. 27, não terminativo, estabelece alíquota do imposto sobre operações relativas de circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo. Relatoria, Senador Osmar Dias. Autoria. E outros Senadores. Relator Senador Valdir Raupp, Relator ad hoc. Matéria já apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania com o parecer favorável ao projeto. Relator Senador Valdir Raupp com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a elevada carga tributária incidente sobre os produtos nacionais está ameaçando seriamente a continuidade das operações das empresas nacionais produtoras de farinha de trigo. Enquanto nossos moinhos não gozam de qualquer benefício fiscal nas vendas para o mercado interno, os produtos estrangeiros notadamente os de âmbito do Mercosul recebem de seus governos uma série de incentivos para a exportação. Afinal, conclui a justificação. Não se trata de privilégio para um setor, nem de patrocínio gratuito. Trata-se sim de salvar o importante segmento da economia nacional que em consequência da submissão de seus produtos, agravamento tributário superiores aos exportados pelos produtos importados. Vê-se na eminência de uma crise sem precedentes de proporções imprevisíveis. A proposição é relativamente antiga, e já passou por esta Comissão em mais de uma ocasião. Tentarei fazer um

rápido Relatório da tramitação que julgo fundamental para que se compreenda o alcance dessa proposição como pressuposto para que se possa analisar com segurança os aspectos de constitucionalidade do mérito.

Nos Estados em que a alíquota interna dos produtos componentes da cesta-básica é de 12% não há qualquer prejuízo de crédito de ICMS para o produtor de pão e de macarrão. Nesses Estados poderá haver aumento da arrecadação com a aprovação da presente proposição. Nas hipóteses em que a alíquota interestadual for reduzida de 12 para 7%. Não podemos perder de vista que a aprovação de resolução do Senado para fixação de alíquota interestadual de ICMS tem acórdão de... Tem o condão de influenciar positiva ou negativamente a arrecadação das diversas unidades da federação.

Por isso, como regra geral, mesmo considerando o permissivo constitucional apontado não é prudente o Senado Federal alterar as alíquotas interestaduais sem a oitiva do CONFAZ. Porém, no caso concreto como vimos acima já existe convênio estabelecendo a possibilidade de alíquota mínima de 7% para os produtos componentes da cesta-básica, entre os quais, o pão francês que utiliza farinha de trigo como insumo. Assim é coerente que o Senado Federal estabeleça a alíquota interestadual de ICMS da farinha de trigo também em 7%. Qualquer que seja o Estado de origem ou destino dessa mercadoria.

Do voto. A vista do exposto votamos pela constitucionalidade do PLS nº. 27/2000 e no mérito pela sua aprovação. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadores que queiram discutir a matéria... Não havendo, vamos votar. É não terminativo. Os Senadores que são favoráveis ao projeto do Senador Osmar Dias relatado pelo Senador Valdir Raupp permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 12º foi retirado da pauta e o Item 13º também, por solicitação do Relator Senador Tasso Jereissati, Senador César Borges, fica então para a próxima Sessão. Pois não, com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, o outro projeto de minha autoria foi solicitado vista pelo Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Foi.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Eu acredito que talvez o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior poderia pedir vista também para ser uma vista coletiva para ver se ele retorna dentro de uma semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A esse projeto?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Não. Foi o Item 07.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu também peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sim, mas eu não posso retornar ao que foi votado. Só pediria que o Senador...

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Não, apenas a vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só pediria que o Senador...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu trarei na próxima semana. Qualquer que seja a posição. Na próxima semana provavelmente eu não estarei aqui, mas mandarei o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Exª tem no máximo 15 dias para dar o parecer, caso contrário pautarei ad hoc o Item, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Mas eu vou me segurar na palavra do Senador Romero Jucá, que na próxima semana ele estará entregando o relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, nós temos agora os requerimentos a serem votados. Primeiro da Senadora Kátia Abreu. Eu só quero explicar à Comissão o que eu tentei explicar naquele dia e não foi possível. Nós aprovamos 40 Audiências Públicas. Tem 28 a serem realizadas. 28. O risco de aprovarmos Audiências Públicas e nós só conseguimos fazer o ano que vem. Nós não temos como realizar 28 Audiências Públicas nesse final de Legislatura.

Então, eu tenho solicitado, quando não é uma matéria de votação legislativa de grande interesse comum, a exemplo do que foi a Lei de Licitações, que nós evitemos colocar na Comissão de Assuntos Econômicos tem uma pauta extremamente sobrecarregada e tem um monte de Senador pedindo para votar os seus projetos na pauta, que a gente evite de fazer na Comissão. Mas como esse argumento não foi considerado, e essa era a intenção de realmente facilitar a realização da Audiência Pública, nós estamos, portanto, aqui propondo que seja votado. Senadora Kátia Abreu com a palavra. Eu ponderei e V.Exª não ouviu. Nós temos 28 Audiências Públicas já programadas. É muito difícil. 28. Só na Comissão. Fora as Subcomissões. 28 que já foram aprovadas. Eu tenho argumentado toda vez, e nós não vamos fazer Audiência Pública que não seja de interesse comum na Comissão na quarta-feira.

Então, nós temos que marcar outras datas para encaminhar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Porque é impraticável. 28 Audiências Públicas num prazo que nós temos daqui ao final da Legislatura, de dois meses e meio, de três meses, dois meses e meio a três meses com tantas matérias de interesse. Então eu tenho ponderado se possível encaminhar para outras Comissões. Quando não é possível nós vamos, votamos aprovando. Só estou fazendo a advertência que tem uma sequência cronológica de aprovação que está aqui, 40 Audiências Públicas foram realizadas e nós só conseguimos até agora realizar 12. E tenho feito de preferência antes da reunião da Comissão. Aprovadas. Só foram realizadas 12. Tem 28 a serem realizadas. Com a palavra a autora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, nós poderíamos tentar colocar em apreciação dos Senadores esse Requerimento em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle. Posteriormente apresentarei lá o Requerimento para lá ser aprovado que poderia ser feito na agenda da Comissão de Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Acho que é um excelente encaminhamento porque aí ela pode ser realizada sem prejuízo da intenção de V.Ex^a e não fica a sobrecarga na Presidência da Comissão de não conseguir marcar audiência por absolutamente é impraticável. E aí nós iríamos no dia da audiência que for marcada a Comissão de Fiscalização e Controle.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Colocamos em apreciação na CAE, caso seja aprovado eu encaminho em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Ex^a. leva lá, aprova lá e pronto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Encaminhado a defesa do Requerimento. Os Senadores que são favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

O último Item da pauta é a Emenda 29, Projeto de Lei Complementar. Portanto, precisa de voto nominal e nós precisamos manter o quórum. É um projeto de grande alcance social que é a regulamentação da Emenda 29 da saúde. A Relatora... Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, enquanto a Senadora Patrícia Saboya não

encaminha até o Plenário, eu gostaria só de fazer um reparo à sua Assessoria da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só um minutinho. A gente já volta. Só quero votar outro Requerimento para ser aprovado. Senador Delcídio Amaral que estava na pauta desde o início da Sessão. Requeiro no art. 76, § 1º inciso I do Regimento Interno do Senado Federal a prorrogação por período de 30 dias dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios nos termos do regimento 10/2007 da CAE em virtude não ter sido incluída ainda sua tarefa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, só para... Só faltam duas Audiências Públicas daquelas todas que foram aprovadas pela Subcomissão. E infelizmente, Sr. Presidente, nós não tivemos condição de realizar ontem a Audiência Pública sobre a ANVISA, porque eu tive inclusive problemas para sair do meu Estado porque só consegui chegar em Brasília uma e meia da manhã. E nós temos duas Audiências Públicas para depois apresentar o Relatório do Senador Garibaldi Alves para que esse Relatório venha a ser analisado e possivelmente aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, a solicitação é só com o intuito, como houve, já ocorreram dois adiamentos, a gente ter tempo para terminar as duas Audiências Públicas que faltam, uma da ANVISA e outra questão de conteúdo na área de comunicação para que depois o Senador Garibaldi Alves apresente o Relatório da Subcomissão e nós encerremos os trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o esclarecimento. Senadores que são favoráveis à prorrogação da Subcomissão permaneçam como se encontraram. Aprovado.

Eu vou retirar da pauta o índice extraordinário que a Senadora Patrícia não está presente e fica para a próxima Sessão ordinária. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu podia fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só quero lembrar também semana que vem tem audiência com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles para discutir programação monetária, política econômica que é um tema de grande interesse.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senador... me dê a palavra por favor, só um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então semana que vem nós temos Audiência Pública com o Presidente do Banco

Central para discutir Política Econômica e evolução da Política Monetária.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor reparasse com a Assessoria da Comissão que o determinado projeto a que mencionei anteriormente ele tramitou desde a sua existência no Senado Federal na CAS. Ele só vem para a CAE a pedido do Senador Marconi Perillo no dia 11/04. Então a Senadora Serys não era anteriormente Relatora deste projeto. Ele começou a tramitar inicialmente na CAE pela primeira vez no dia 11/04 a pedido do Senador Marconi Perillo e começou a tramitação na CAE no dia 05/07 quando V.Ex^a determinou Senadora Serys Silhessarenko para a Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só lhe explicar, Senadora. Eu tenho aqui impresso a informação que eu estou lhe dando.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vou checar de qualquer forma 17/05/2005 situação da matéria com a Relatoria, Presidente da Comissão...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – É o 248, Senador. 248 que eu estou mencionando. Qual é o que o senhor está falando?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está na pauta?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Não. Não está na pauta. Estou mencionando um projeto que está em tramitação que é do Paulo Paim e que o senhor deu para Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É que V.Ex^a. falou...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Não, não é o da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então está ótimo. Está explicado. Estou explicando que o projeto estava na pauta a Senadora Serys está tramitando desde 2005 foi o que imaginei.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Esse 248 V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Estão está ótimo. Está feito a advertência. Vou ser mais rigoroso ainda com essa exigência. Pode ficar tranqüila. Senador Romero Jucá com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão que é o seguinte, já que a Senadora Patrícia não está aqui para discutir queria sugerir a V.Ex^a que desse como lido o Relatório, concedesse vista coletiva, (ininteligível)

Senador Suplicy porque já ganharíamos uma semana o material já seria distribuído, é uma matéria importante que é regulamentação da Emenda 29 que trata da fixação de recursos para a saúde e seria um passo que nós daríamos adiantando o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está ótimo. Vamos reencaminhar. É um projeto de...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Apoiado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então nós consideramos lido o Relatório, vistas coletivas, e voltamos à matéria na próxima Sessão. Senador Eduardo Suplicy com a palavra. Será o primeiro Item da pauta para votação projeto de licitações na próxima semana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, na última semana nós aprovamos aqui diversos requerimentos de audiências sobre a CPMF, que acredito logo será votada na Câmara e então virá para o Senado. Portanto, será importante planejarmos aquelas audiências que será realizada semana que vem com o Presidente e Ministro Henrique Meirelles.

Eu queria sugerir, uma vez que o Requerimento aprovado nesta Comissão de convocação dos Ministros da Fazenda, Saúde, Desenvolvimento Social e Previdência Social aqui foi aprovada para ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, agradecer, Sr. Presidente, se a Secretaria desta Comissão pode encaminhar o Requerimento original para ser apreciado amanhã na Comissão de Assuntos Sociais ou na primeira reunião para que então seja aprovada a reunião conjunta que seria então presidida pela Presidência da CAE e da CAS simultaneamente, com a Senadora Patrícia também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu peço que V.Ex^a encaminhe isso à CAS para que a gente possa fazer audiência conjunta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu não posso usar o mesmo...? Eu encaminho outro, não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A Comissão...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pensei que fosse o mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está ótimo. Pode encaminhar o mesmo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só pedi emprestado da Secretaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu sei. Emprestado, sim. Mas tem que encaminhar pessoalmente.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu vou pedir ao Sr. Gonzaga emprestado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senão não seria regimental.

Agradeço a presença de todos e encerrada a nossa Sessão.

Sessão encerrada às 11h51.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Ata da 11ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 13 de agosto, de 2007, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezessete horas e trinta e sete minutos do dia treze de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência inicial do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, e em seguida do Presidente, Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Romero Jucá, Eliseu Resende e, ainda, do Deputado Rodrigo Rollemberg. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Aviação Civil, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Exmo. Sr. Maj. Brig. Ar Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa; o Sr. Milton Sérgio Zuanazzi, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; o Sr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; o Sr. José Márcio Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; o Sr. João Quirino Júnior, Presidente Regional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV / DF; e o Sr. Modesto Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos

Concessionários Aeroportuários – ABRASCA. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Srs. Maj. Brig. Ar Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa; do Sr. Milton Sérgio Zuanazzi, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Sr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; do Sr. João Quirino Júnior, Presidente Regional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV / DF; e do e do Sr. Modesto Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários – ABRASCA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eliseu Resende, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr^{as}. e Srs. Senadores, convidados, havendo número regimental declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 13 de agosto de 2007, às 17h30, na sala de Reuniões nº. 19 da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Esta Audiência Pública está destinada a debater a questão dos marcos regulatórios, tendo como tema foco o setor de Aviação Civil em atendimento à deliberação da Subcomissão. Eu quero agradecer ao Exm^o. Sr. Major Brigadeiro-do-Ar, Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa, que atendeu o nosso convite e aqui está para debater conosco. Agradecer aos Exm^{os}. Sr. Milton Sérgio Zuanazzi, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. Agradecer ao Sr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, INFRAERO. E agradecer ao Sr. João Quirino

Júnior, Presidente regional da Associação Brasileira de Agência de Viagens, ABAV, Distrito Federal.

E sou informado de que teremos ainda a presença do Sr. Modesto Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários, ABRASCA. Quero também apresentar as desculpas do Presidente do Senador Delcídio Amaral, que ainda hoje estará presente aqui à nossa Audiência Pública. Entretanto, em virtude de um compromisso já assumido no seu Estado o Senador Delcídio Amaral só poderá chegar aqui por volta das 18h30. Quero também dar ciência a todos de um fax, de um ofício recebido que convidava o Dr. José Márcio Mollo, Diretor Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, mas lamentavelmente o Presidente do sindicato não poderá comparecer devido a uma reunião emergencial convocada pelo próprio Ministério da Defesa.

Vamos dar início às exposições. E eu tenho a honra de passar a palavra ao Exm^o. Sr. Major Brigadeiro-do-Ar, Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa.

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. É um prazer muito grande nós podermos estar aqui para debater esse Marco Regulatório da Aviação Civil. Embora o Departamento de Controle do Espaço Aéreo esteja inserido nesse contexto do transporte aéreo, em praticamente todas as regiões do Brasil, já que nós temos a responsabilidade de fazer o gerenciamento do espaço aéreo. Esse sistema que nós temos hoje no Brasil ele engloba os dois setores militar e civil dentro de uma mesma organização, e é por isso que esse sistema que está totalmente integrado e temos a participação dentro do contexto de transporte aéreo com a ANAC, a Agência Nacional de Aviação Civil, e também com a INFRAERO. Tendo em vista que esses três suportes do transporte aéreo no Brasil têm que estar trabalhando em conjunto. Qualquer desbalanceamento que ocorra em qualquer uma dessas posições obviamente terá reflexo nos demais.

Hoje nós estamos passando por um momento de grandes modificações, a ANAC, a INFRAERO e o próprio DECEA estão trabalhando em conjunto com o Ministério da Defesa para fazer algumas modificações que são de extrema importância para esse sistema de controle do espaço aéreo. Não só na reestruturação da sua malha aeroviária, mas também na sua infraestrutura, e até mesmo na quantidade de aeronaves que podem ser controladas simultaneamente o que nós estamos com o crescimento bastante acentuado do tráfego aéreo em todo mundo, e o Brasil mais do que todos. As nossas expectativas de crescimento

são bastante elevadas e nós temos que estar à frente desse processo para permitir que o transporte aéreo não seja surpreendido com esse crescimento. E o País como está, uma região continental praticamente, com uma área amazônica que necessita de transporte aéreo, com o crescimento da aviação regional, com o crescimento da aviação geral, com o aumento do número de aeronaves, com a previsão de aumento de mais aeronaves no País nos próximos anos, e ainda passando por uma grande modificação mundial de um sistema que era utilizado o radar para fazer o controle das aeronaves, para um sistema em que é utilizada a informação satelital, tudo isso nos leva a trabalhar com planejamento, com previsão, com recursos, com a formação de pessoas, e com o próprio remanejamento de pessoas da área técnica e da área operacional para que possamos cumprir esse marco de fazer o sistema de transporte aéreo no Brasil, rápido, eficiente, com fluidez e principalmente com segurança.

Esta é a minha mensagem inicial. Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui para podermos debater esse sistema de transporte aéreo e mais especificamente o seu marco regulatório. E me ponho à disposição de todos os senhores para quaisquer perguntas que sejam da minha área para que nós possamos responder e solucionar quaisquer dúvidas que, porventura, os senhores ainda tenham. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Brigadeiro Ramon Borges Cardoso, e passo a palavra ao Sr. Milton Sérgio Zuanazzi, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI: Senador Garibaldi Alves Filho, companheiros de Mesa, Brigadeiro Ramon, caro João Quirino, senhoras e senhores. Eu trouxe, Senador, uma apresentação que está ali no computador, mas gostaria de preliminarmente deixar aqui o seguinte registro. Esse trabalho não é um trabalho da ANAC, e nem poderia ser já que nós somos uma agência reguladora. A agência reguladora deve colaborar com as entidades públicas, com o Legislativo, com o Senado Federal, deve proporcionar todos os acessos que as autoridades necessitem para uma boa Legislação, para uma compreensão do processo regulatório, mas não deve opinar ou defender teses no sentido de que ela é uma que aplicará essas regulações depois da prática. Qualquer atitude de uma agência no sentido de influenciar uma decisão ela poderia estar cumprindo um papel que não é a sua previsão legal, que é o de regular e fiscalizar. Mas eu não poderia jamais deixar de aceitar um convite dessa Casa, dessa Subcomissão. Então o que eu trago aqui é uma

visão que evidentemente vários técnicos da agência colaboraram comigo, mas é uma visão muito particular minha, da minha atuação como Presidente e do meu entendimento sobre o Marco Regulatório na Aviação Civil brasileira. Especialmente porque esse marco é bastante recente, um ano e meio praticamente que ele está em vigor, em prática, ele ficou muito tempo em debate dentro do Congresso, dentro do Governo da República, e evidentemente estamos vivendo um conjunto de situações em que retomar um debate sobre marco regulatório passa a ser muito significativo e importante.

De forma que eu quero restringir essa opinião que vou manifestar, a minha opinião particular no sentido de colaborar com o Senado Federal.

Eu gosto de apresentar esse trabalho, Senador, porque eu acho que ele é bastante esclarecedor do que é o sistema de Aviação Civil no mundo. Então nós procuramos dividir ele sempre em quatro partes. baseado no pilar de tecnologia de recursos humanos, o sistema é dividido na indústria Aeronáutica, o transporte aéreo, a infra-estrutura aeroportuária, e o controle do espaço aéreo. Desses quatro itens, a lei que cria a Agência Nacional de Aviação Civil, 11.182, portanto o regramento mais recente que nós temos no País, ele dá a competência para a ANAC em três desses itens. Exatamente na indústria Aeronáutica, no transporte aéreo e na infra-estrutura aeroportuária. E pelo § 6º do art. 8º que todas as competências da ANAC, ele determina que o controle do espaço aéreo fique sob a coordenação do Comando da Aeronáutica. E dentro do comando aqui pelo DECEA, cujo nosso Diretor está presente, Brigadeiro Ramon. De forma que esse é um primeiro debate que nós temos que discutir com o aspecto regulatório. Ou seja, se o sistema é um só, como é que nós podemos fiscalizar e regular somente parte do sistema? E, por outro lado, o ato de fiscalizar e regular do sistema como um todo é um ato também de gestão política ou de gestão operacional? Ou de aplicação prática? Como é que nós podemos transitar nesses ambientes onde nós possamos ter ali uma comunicação efetiva, as competências predeterminadas e a sociedade vendo o resultado do processo regulatório.

O sistema é único, como eu dizia. Portanto ele é comum a todos os atores. Nós vivemos isso. O fato da ANAC não regular o controle do tráfego aéreo não quer dizer que ela não tenha como se imiscuir, como participar de um problema que porventura ocorra no tráfego aéreo. Vide as questões dos controladores. Porque eu não posso dizer “isso não é um problema da agência”. É um problema. Porque é um problema. O sistema é um só. Independentemente de onde o

problema ocorra, se no aeroporto, se no controle do tráfego aéreo, em qualquer situação do ponto de vista da infra-estrutura aeroportuária ou aeronáutica. Então acho que é um primeiro dado muito importante para ser pensado. A gestão é múltipla e diferenciada em seus aspectos logísticos. E isso ocorre no Brasil e qualquer lugar do mundo. Cada gestão, cada ente que faz, que tem responsabilidade de gestão, tem aspectos muito particulares. A gestão do controle do tráfego aéreo ela é diferente da gestão aeroportuária. Não há menor dúvida sobre isso. Há aspectos muito particulares sobre isso. E, ao mesmo tempo, ela tem a obrigação de ser integrada. Nós estamos aí discutindo, por exemplo, o espaçamento entre assentos no sentido de dar mais confortabilidade aos usuários. Ora, isso tem a ver com a indústria Aeronáutica. Com a certificação de produtos aeronáuticos. Uma aeronave seja fabricada no Brasil, seja fabricada nos Estados Unidos, seja fabricada na França, ela tem uma certificação, ela vem com um determinado conjunto de componentes. Pré-certificados para atender uma determinada demanda. Isso também implica no resultado de atendimento ao usuário na confortabilidade ao usuário, no bom atendimento e especialmente naquilo que é a questão principal, na segurança de voo. E, portanto, na segurança dos seus usuários. Nós precisamos também oferecer elementos aos tomadores de decisão. O tomador de decisão não pode ficar em dúvida sobre a sua responsabilidade. Na aviação, eu gosto de dizer e repito isso, tudo é regulado, tudo é regrado. Tudo é escrito.

Então, os elementos, os tomadores de decisão têm que estarem absolutamente concretizados. E de acordo com as normas que nos regem. Sejam internacionais ou normas internas ao Brasil. Nós precisamos apresentar alternativas dentro de uma abordagem sistêmica. Que o seria a abordagem sistêmica? Abordagem de algo que ocorre constantemente em todo o processo, em todo o sistema. Então nós precisamos estar apresentando as alternativas constantemente. Sabedores que uma alternativa às vezes correta para uma determinada estrutura “A” daquele sistema que eu apresentei, ela pode se tornar incorreta do ponto de vista do sistema “B”. Às vezes eu posso estar querendo dar uma confortabilidade maior aos usuários em termos de pichels(F), tamanho de assento, e posso estar ferindo a um sistema de segurança dessa aeronave quando, por exemplo, a necessidade de uma evacuação. E ela necessita ser evacuada, por exemplo, em 90 segundos. Eu posso estar criando determinados tipos de situações internas que eu empeço esse tipo de trabalho. Então as alternativas têm que estar dentro da mesma abordagem. Elas não podem ser separadas. Eu não posso dizer para um determinado

setor “solucione o problema”. Quando ele vier com a solução do problema com certeza esse problema vai se refletir no outro. Não há dúvidas disso.

É importante que o Senado Federal e a sociedade brasileira entenda isso. Os sistemas estão absolutamente envolvidos entre si.

Desenvolver centralidade no processo decisório. Isso é algo que eu defendo e sempre defendi. Não estou sequer me referindo a qualquer situação crítica ou análise crítica do momento que nós estivemos ou estamos vivendo. Mas a centralidade do processo decisório ela é fundamental em todos os sentidos. Desfragmentar as políticas públicas orientando para um rumo comum com visão de longo prazo. As políticas públicas não podem ser a política da ANAC uma, da Aeronáutica outra, da INFRAERO outra, a do Governo A é uma, a do Governo B é outra. Elas precisam estar integradas, compostas. Uma coisa é lidarmos com a INFRAERO, mas não é só a INFRAERO o administrador aeroportuário no Brasil. Nós temos um conjunto de outros administradores. Sejam Estados, Municípios, e até setor privado. A lei das PPPs está vigente no Brasil. Uma hora dessa pode surgir uma PPPs. Ou mesmo um processo de operação privada. Tudo isso tem que estar dentro de uma mesma integração, de mesma abordagem e de um mesmo conteúdo político. Nós não podemos ter conteúdos distintos para tudo isso.

Aqui já tentando construir uma proposta, Senador Garibaldi. O sistema na minha opinião, com toda a humildade que eu posso apresentar, ele deve ter um planejador que é aquele que formula políticas. Ele deve ter um fomentador, aquele que promove estudos, executa ações de fomento P&D e RH. Que eu sei que o Deputado Rollemberg se dedica muito a isso. Pesquisa e Desenvolvimento e Recursos Humanos. Ele deve ter um órgão fiscalizador que regule e fiscalize os atores do sistema. Todos os atores. Ele deve ter os órgãos executores que operam as tarefas do sistema, e deve ter ainda o órgão investigador que investiga acidentes e apresenta sugestões para preveni-los. Na minha opinião há espaço para toda essa configuração de cinco itens. E se bem regrados, todos podem cumprir o seu papel a contento sem que alguém tente interferir ou agir sobre uma área que não lhe compete.

Premissas para isso, o ato de voar não pode ser submetido a princípios de regulação distintos emanados por diferentes autoridades reguladoras. Se o sistema é único, o ato de voar tem que ser emanado de uma única autoridade reguladora. Portanto, essa frase eu quero que fique aqui marcada como nossa visão: Quem planeja não deve regular. Quem regula não deve executar. Quem executa não deve fiscalizar, e quem fiscaliza não deve investigar. Acho que isso,

se nós conseguirmos estabelecer com clareza esses papéis, nós vamos sair inclusive de determinadas críticas ou determinadas situações intermediárias sobre esses papéis não estando muito claros e definidos. Ou seja, o regulador não pode ser o próprio regulado. O investigador não pode ser o próprio investigado. E o fiscalizador não pode ser o próprio fiscalizado. Eu acho que se nós conseguirmos resolver isso na sua totalidade, eu tenho convicção que a Lei 11.182 ela avançou muito nesse sentido. Nós vamos estar de acordo com que as regras de regulação no mundo inteiro estão sendo adotadas. O Brasil passa a ter uma legislação absolutamente moderna, de acordo com as regras internacionais, com todos os “experts” em aviação e todos os países que estão, digamos na ponta desse processo. Se o Senador Garibaldi me perguntasse qual é o País que adota isso na integridade, eu vou lhe responder nenhum. Ainda nenhum. Adota esse sistema na integridade. Mas a maioria dos países, especialmente aqueles do grupo 1 da OACI, estão buscando esta linha de construção do seu marco regulatório. Os grandes países estão buscando esta linha, a fim de que tenha este conteúdo. E ela é uma linha que eu particularmente prego e acho que é plenamente viável nós alcançarmos no nosso País.

Nesse sentido, nós temos hoje como planejador o CONAC é um órgão planejador. Porque ele é inclusive aquele que emite políticas para a própria agência reguladora. O Comando da Aeronáutica também tem seus planejamentos, o DECEA se planeja. E o CENIPA também tem seu planejamento na área de investigação. Eu não botei aqui a ANAC, mas de certa forma a ANAC também faz algumas atitudes de planejador, que na minha opinião não deveria. Ou pelo menos lhe procura se dar essa competência de planejar. E acho que órgão regulador não é para planejar. É para regular e fiscalizar um planejamento estabelecido dos entes políticos que comandam o sistema. Os órgãos fomentadores hoje. A ANAC é fomentadora, especialmente na área de captação, de capacitação de Recursos Humanos e fomento a pesquisa. Ela tem um papel fomentador bastante significativo. O DECEA também faz capacitação e fomenta pesquisa. Portanto, também é um órgão fomentador.

Regular e fiscalizar, hoje a ANAC fiscaliza aquelas três áreas, mas o DECEA regula e fiscaliza a área da navegação aérea. Está sob a regulação e fiscalização do DECEA. E executores nós temos a indústria Aeronáutica, as empresas aéreas na área do serviço aéreo, os exploradores da infra-estrutura aeroportuária, especialmente a INFRAERO, que é praticamente 95% do sistema, o DECEA tem o papel executor também, e nós temos ainda os prestadores de serviços,

especialmente em áreas de terminais aeroportuários, pessoas jurídicas e até pessoas físicas. E como órgão investigador nós temos o CENIPA no Comando da Aeronáutica. Então dentro daquelas cinco tarefas nós temos vários órgãos fazendo tarefas em várias dessas áreas. E me parece ser um tema relevante para o debate nós discutirmos isso. Volto a dizer, nenhum País do mundo conseguiu essa estrutura que eu considero ideal, mas que ainda não foi implementada de todo ou em parte nesses países todos. Mas, repito, a maioria dos países estão nesta linha de construção dos seus marcos regulatórios. Esse é um debate em linha de frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.S^a me permite uma intervenção? Qual é pelo menos o que está mais perto desse ideal de V.S^a?

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI: Eu considero que os europeus, os americanos através do FAA estavam caminhando numa linha. Mas o 11 de setembro produziu alguns reveses lá na gestão, digamos, do Sistema de Aviação Civil Norte-Americano. Inclusive hoje a área de, chamada (ininteligível) de Security, não está mais submetida ao FAA. Ela está lá o órgão de segurança de migração americano. Foi retirado. E já outras áreas também saíram da gestão do Sistema de Aviação Civil. Mas, no sistema europeu, no sistema europeu a própria e IASA se nós pegarmos os estudos da IASA que hoje junta todos os países europeus, que ela é razoavelmente nova, a IASA tem uma linha de condução, de construção que segue mais ou menos esta orientação que eu procurei passar aqui.

Aqui propostas, volto a dizer, do planejador. Na nossa opinião na minha opinião particular, é o CONAC, e aí ele pode criar secretarias nacionais, instrumentos que lhe dê este papel. Mas o CONAC, na nossa opinião, tem essa capacidade de fazer toda à parte de planejamento e construção de políticas. Pelo menos eu concebo as condições para isso. Nós podemos ter nos fomentador um órgão de administração indireta promovendo estudos e fomentando. Agora, isso eu não coloquei aqui se seria dentro da Aeronáutica, dentro da ANAC, dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia ou de todos nós juntos dividindo atribuições. Poderia ser. Por quê? Porque isso vai levar a uma definição, por exemplo, no controle do tráfego aéreo. Se a nossa definição do controle do tráfego aéreo é manter ela sob o Comando da Aeronáutica, evidente que a Aeronáutica que passa a ter o papel principal na formação das pessoas que vão ser os futuros controladores. Então uma definição, volto a dizer, ela imbrica na outra, ela resulta em outra definição. Então por isso que também eu não coloquei aqui o organismo tal porque se-

ria uma pretensão da minha parte. Mas coloquei aqui mais no sentido de nós pensarmos, estudarmos esse assunto. A ANAC evidentemente é o papel da agência, somente regular e fiscalizar. Nós nesse sentido, na minha opinião, deveríamos abdicar de outros papéis que não fosse esse. Mas como nós falamos em regular e fiscalizar, a gente está querendo regular e fiscalizar o sistema como um todo. A abordagem do sistema como um todo. Ter esse papel fiscalizador e regulador do sistema como um todo. E os executores são aqueles que nós já vemos hoje, a indústria Aeronáutica, as empresas aéreas concessionárias, os exploradores da infra-estrutura. Empresa de controle. Por que é que eu botei em azul? Porque está em azul o ato fomentador como eu disse. Se esse ato fomentador é um ato do DECEA, então substitui-se a palavra empresa. Controle do espaço aéreo através do Comando da Aeronáutica com organismo tem fomentador. Ou se essa não é essa decisão, por isso que eu disse que não quero entrar aqui em nenhuma decisão política.

Então eu coloquei ali separadamente por isso em azul o destaque. E os prestadores de serviços, que hoje prestam serviço. E o órgão investigador é a nossa opinião, já sei que tem algumas opiniões divergentes que o CENIPA deveria centralizar o órgão investigador. Até porque dentro daquele conceito que quem fiscaliza e regula não deve investigar e quem investiga não deve prestar o serviço e não deve fiscalizar. Então um órgão específico dentro do Ministério da Aeronáutica, se ela deixou de ser o órgão regulador e deixou de ser o órgão fiscalizador e deixou de ser o órgão de fomento, nada melhor que o investigador ser o próprio CENIPA, já que a experiência acumulada dentro da Aeronáutica para realizar isso. Eu sei que há posições, a gente vê muito espertos na imprensa a tratar desse tema e dizem que o órgão investigador deveria ser absolutamente independente, um organismo da sociedade. Mas no momento que a Aeronáutica deixou de ser o órgão regulador e fiscalizador, nada impede que ela seja o órgão investigador de acidentes. Muito pelo contrário. Até reforça essas teses que se tem no mundo fora de que o órgão investigador fosse independente para investigador. Na nossa opinião isso até reforça e talvez o Brasil já tenha esse atalho pronto não precisa estar inventando um novo caminho sobre investigação Aeronáutica.

Então, aqui entre o sistema atual e o que eu particularmente entendo que deva ser proposto. O braço executivo do CONAC. Então essa falta, quer dizer, o braço de planejamento. Tendo o braço executivo, O CONAC elabora políticas, mas elaborar políticas não é uma questão meramente teórica. Tem que colocar em prática, então você precisa do braço Executivo que faça

as responsabilidades. O braço executivo do CONAC não deve ser a ANAC. Apesar que o art. 3º da Lei 11.182 dá essa atribuição. Então nós queremos, achamos que o órgão regulador não deve ter essa atribuição política já que a agência reguladora deve ter um papel de Estado, e não papel de Governo. Essa transmissão política é de um órgão executivo responsável. Dentro da questão de órgão de fomento, desenvolvimento do setor, então nós incorporamos os institutos, IAC e CAF(F), mas a ANAC não está fora, na minha opinião, ela não deve se negar a discutir uma reestruturação na questão do fomento. Se essa for a linha a ser adotada na nova legislação brasileira. O regulador único, isso sim nós pregamos que regule todos os setores. Com autonomia real e estrutura adequada. Regule e fiscalize todos os setores. Essencialmente regular não é executar. A questão da execução, volto a dizer aqui, hoje a cargo do DECEA. Agora, se o DECEA é o órgão executor e essa será a decisão, nós temos que dar liberdade ao DECEA para contratar RH e serviços. O DECEA, como órgão executor, ele deve ter a liberdade. Não deve estar limitado por estruturas, especialmente estruturas orçamentárias. No momento que eu digo “você é o órgão executor”, mas reduz a estrutura orçamentária dele, eu não posso cobrar dele soluções se nós temos todo um ambiente tarifário que é para sustentar as ações do administrador aeroportuário, especialmente INFRAERO e do coordenador da navegação aérea ela não pode estar podada, essa estrutura não pode estar podada por nenhum instrumento orçamentário que não lhe dê a capacidade plena de fazer esse serviço.

Então por isso que eu também coloquei em azul isso. Volto a dizer, se é manter no... Não estou aqui fazendo nenhum juízo, se é manter na estrutura militar, tem os que defendem a favor, tem os que defendem contra, então vamos manter. Mas vamos dar ao DECEA todas as condições de trabalho para o DECEA. Com independência. Não pode estar limitado ao orçamento do Comando da Aeronáutica. Porque daí o Comando da Aeronáutica vai ter que cortar esse orçamento, esse orçamento vai limitar o DECEA em determinado ponto. Tem que estar livre para fazer a aplicação dos recursos que lhe é destinado. E o sistema independentemente de investigação e prevenção de acidentes, aqui eu botei falta um, mas rigorosamente não falta se a decisão nossa for de que o CENIPA deva... Decisão nossa é uma pretensão de minha parte, decisão do País, decisão desta Casa, do Governo Federal de que o CENIPA deva centralizar. Eu volto a dizer, na minha opinião particular, eu acho que é um ambiente correto estar a investigação hoje dentro da Aeronáutica já que ela não está mais regulando e fiscalizando.

Bom, aqui já me alcei, eu gostaria de parar por aqui, Senador, porque daí a gente começa a dar palpites.

Então, palpites no sentido colaborativo mesmo de fazer. Eu acho que centralizei aqui qual era o pensamento da regulação na Aviação Civil, papéis diferenciados para cada um e um sistema único sendo atuado como sistema único. Se hoje alguém me perguntar a ação dele não é única? Eu diria é. Nós estamos procurando sempre trabalhar integradamente. Não tem nenhuma ação que a gente tenha tomado que essa integração ela não se dê. Mas ela ainda do ponto de vista do regramento, ponto um, e, portanto, da legislação, do ponto de vista dos recursos humanos e financeiros, orçamentários para isso, ele ainda não funciona com essas responsabilidades divididas. E se ele não funciona com essas responsabilidades plenamente divididas e com essa liberdade de atuar do sistema, ele realmente sempre em algum momento pode deixar a desejar enquanto uma solução definitiva.

Senador Garibaldi, é a minha contribuição. Era essa. Eu fico depois a inteira disposição dessa Casa para poder melhorar aqui o que apresentei aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Sr. Milton Sérgio Zuanazzi, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, e convido a fazer a sua exposição o Sr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi, destacando que sua senhoria há apenas quatro dias assumiu a direção geral desta agência, da INFRAERO. Portanto, devemos ser pacientes com V.S^a.

SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI: Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves, Presidente desta reunião, Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados, meus parceiros do setor aéreo. Major Brigadeiro-do-Ar Ramon Cardoso, do DECEA, Milton Zuanazzi da ANAC, João Quirino Junior da ABAV e profissionais da imprensa aqui presentes, minhas senhoras, meus senhores, realmente eu tenho, como frisou o nosso Presidente, apenas quatro dias à frente da INFRAERO. E teria enorme dificuldade de fazer qualquer diagnóstico e de aportar da reunião de hoje qualquer contribuição que pudesse ser de longe meritória ao debate.

Eu frisaria apenas que no meu entender, no bojo dessa questão existe uma palavra chave que já foi repetida algumas vezes que é integração. São diversos entes que operam dentro de um mesmo campo e que necessariamente precisam atuar de forma integrada. Cada uma das agências, cada um dos partícipes tem a sua missão, sabe exatamente o que deve fazer. Parto desse pressuposto. Porque se não sabem exatamente o que devem fazer, é preciso inicialmente se definir a

cada um deles o que deve fazer. A divisão de responsabilidades ela existirá no setor por esse desenho aí apresentado e acredito que por qualquer outro desenho que se tenha. Nós teremos responsabilidades divididas. Então é preciso que haja uma clareza em torno do que é responsável cada um dos entes. Para evitar o que muitas vezes ocorre, que a população não sabe até exatamente a quem deve se dirigir. Porque as ações são divididas entre diversas entidades que atuam no mesmo campo. Eu ouvi a exposição do meu colega Zuanazzi, concordo em tese com a exposição, tenho apenas uma dúvida, acho que a multiplicidade de órgãos, de entidades e de conselhos ela pode em dado momento até ser um obstáculo a essa integração. Há que se ter um trabalho muito forte para que essa multiplicidade de órgãos envolvidos no assunto não produza até uma certa letargia ou uma certa dificuldade de articulação. E nesse setor é fundamental o trabalho integrado. O trabalho entre aquele que define rotas, caminhos, o trabalho daquele que é obrigado a prestar ou tem como objetivo prestar uma infra-estrutura portuária, e uma agência que no meu entender é um órgão de regulação e de fiscalização.

Não creio que tenha, hoje, a possibilidade de apresentar qualquer contribuição maior ao estudo, enfim, àquilo que aqui se almeja nessa Comissão. Vou ser um ouvinte atento na reunião de hoje, e vou fazer o que já disse um velho Senador dessa República, vou ficar hoje rouco de tanto ouvir. Eu naturalmente ouço muito, é do meu temperamento, até porque não costumo correr na direção errada. Então eu prefiro ouvir, maturar as coisas e em seguida partir e aí então rapidamente na direção certa.

Quero dizer que da nossa parte daremos a maior contribuição possível a essa Comissão. Não só por meu intermédio, mas por intermédio de todo um corpo funcional da INFRAERO altamente qualificado e que sem dúvida poderá prestar um enorme serviço a essa Comissão, no momento em que se busca realizar esse trabalho de marcos regulatórios. Aí, sim, essenciais, sem a definição clara e esses marcos regulatórios vão definir claramente a lição e a posição de cada um. Sem essa definição nós não teremos a possibilidade de um trabalho integrado.

Então essa Comissão tem uma missão muito importante e urgente na definição dos marcos regulatórios. Da nossa parte, toda a contribuição e toda a colaboração que nós pudermos prestar para chegarmos a bom tempo nesse nosso objetivo. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Sr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi, pela sua exposição e já pas-

so a palavra a um outro convidado, o Sr. João Quirino Júnior, Presidente Regional da Associação Brasileira de Agência de Viagens, ABAV, Distrito Federal.

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, componentes da Mesa, Major Brigadeiro Ramon Borges Cardoso, Sr. Milton Zuanazzi, Presidente da ANAC, Sr. Sérgio Gaudenzi, Presidente da INFRAERO. Srs. Parlamentares, prezados amigos da imprensa, Senador eu não vou me ater à parte técnica e operacional do que foi dito aqui de uma agência reguladora. Até porque a ABAV, Associação Brasileira de Agência de Viagens que congrega 8.000 agências, empresas no Brasil, dessas 8 mil, 93% de pequenas e microempresas numa crise incrível, e que geram aproximadamente 400 mil empregos. Tendo eu participado, Sr. Senador, Sr. Presidente, e demais membros da Mesa, de Audiências Públicas, participado e com muita honra do Conselho Consultivo da ANAC representando a ABAV nacional, o que nos deixa perplexos é que comentam-se de diversas crises nesse País, de soluções para a aviação comercial brasileira, e esquecem em nenhum momento foi comentado, nem através da imprensa nem através da mídia do principal segmento de interface com o consumidor. E que consideramos o setor mais importante na receita das empresas aéreas. Nós representamos entre 73 e 82% da receita bruta de todas as empresas aéreas que voam no Brasil. E o que nós temos em troca, Sr. Presidente? Nós temos em troca, quando nos consideramos parceiros, quando as empresas se instalavam no Brasil e precisavam do apoio para crescer, nós éramos considerados parceiros aonde nós trabalhávamos em vias de mão dupla. Hoje nós só temos uma via de mão única, incluindo, Sr. Presidente, a diminuição do comissionamento pago às agências de viagem que é a nossa remuneração. Criamos uma expectativa nós agentes de viagem, com a criação da ANAZ... ANAC, desculpe, Sr. Presidente Milton Zuanazzi, para que a agência pudesse contar com o apoio, nós agentes de viagem pudéssemos contar com o apoio institucional em favor dessa atividade econômica de suma importância para a sustentação das empresas aéreas.

Lembrando que a nossa receita representa de 73 a 82% da receita das empresas aéreas. Nós consideramos, Sr. Presidente, que a ANAC e já começou um trabalho realizado por sua Diretoria através da criação do Conselho Consultivo, de uma aproximação maior com todos os segmentos que participam dessa atividade do setor produtivo. O que precisaríamos era manter um encontro mais regular e não espaçado para que possamos trazer soluções para as preocupações que atingem ao setor aéreo nacional. Acompanhamos de perto com muita atenção, e com uma certeza plena

de que com as mudanças que foram efetivadas pelo Governo Federal, com uma crise permanente na Aviação Civil que não vem de agora depois dos últimos acidentes, com a crise séria na área de agências de viagens, nós esperamos, Sr. Presidente, poder participar mais efetivamente, poder cooperarmos, poder trazer sugestões para efetivamente salvarmos, volto a dizer, um segmento que está esquecido pelo Governo, que está esquecido pelos setores da aviação comercial de todas as instituições que dela fazem parte, nós estamos não por nossa vontade, adormecidos. É esse meu... Minhas poucas palavras, Presidente, e me coloco à disposição de todos os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Sr. João Quirino Júnior pela sua exposição e passo imediatamente à segunda etapa dos nossos trabalhos.

De acordo com o art. 94, § 2^a e 3^o do regimento, nós vamos adotar as seguintes normas. Os convidados farão suas exposições, o que já foi feito, e agora os interpelantes dispõem de três minutos e os interpelados também de três minutos. Naturalmente aqui e acolá vai uma tolerância da parte da coordenação dos trabalhos. Eu pergunto ao ilustre e nobre Senador Eliseu Resende se V.Ex^a deseja questionar um dos expositores ou a todos eles.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, senhores expositores, Srs. Senadores. Minha palavra vai ser breve, muito embora o problema seja extremamente complexo. Acho que para cuidar do setor aéreo, particularmente o setor aéreo brasileiro, nós temos que ser muito cartesianos, Presidente. Dada a complexidade da operação, dos investimentos do setor. Mas vale a pena a gente ir a substância inicial, numa colocação inicial, para definir bem o que corresponde a prestação de serviços públicos aéreos. É uma competência da União e está na Constituição. Cabe à União explorar os serviços aéreos diretamente ou indiretamente através de outorgas. A formulação política, portanto, é da Presidência da República, aqui colocados o Sr. Ministro da Defesa e extensivamente o Conselho Nacional de Aviação Civil. Não há o que questionar. Quem formula política é a Presidência da República, representada pelos instrumentos de que o Presidente da República dispõe que são o Ministério da Defesa e o Conselho Nacional de Aviação Civil. Depois nós decomporíamos a ação do setor no que diz respeito aos investimentos públicos e aos investimentos privados. E há no caso do transporte aéreo um apêndice importante e altamente relevante que é o controle do espaço aéreo. É uma questão de definir então, do ponto de vista estrutural, se a formação da política, os planos estratégicos tão

bem desenvolvidos, a frequência com que se reúne o Conselho Nacional de Aviação Civil, e as políticas que ali são formuladas. E ver se os últimos episódios que tanto afetaram a eficiência do setor, estão carentes de formulação de política de atuação. Do outro lado, nós temos que decompor o papel da agência, da ANAC, que trata da regulação do mercado, do controle e da fiscalização do transporte aéreo de passageiros e cargas, e finalmente a INFRAERO que cuida dos investimentos públicos e administra todo o sistema aeroportuário do Brasil.

Nós tínhamos de desenvolver essa questão do ponto de vista com essa simplicidade, com colocação básica, para ver o que está faltando ou se a coisa está andando bem. Primeiro a questão do planejamento estratégico e o projetamento da expansão aeroportuária. Planejamento estratégico tem de caber ao CONAC, a evolução do sistema, o planejamento de ação, a instalação de novos aeroportos, o programa de investimentos nas expansões aeroportuárias. E a decisão, se é o caso de dar outorgas no sistema de aeroportuário ou se tem de deixar esse sistema aeroportuário totalmente concentrado na gerência da INFRAERO. Fala-se em privatização. Não quero usar a palavra privatização. A operação do transporte aéreo é feito por empresas pela legislação atual controladas e reguladas pela ANAC. E os investimentos públicos são feitos pela INFRAERO que investe na expansão de todo o sistema aeroportuário do Brasil. Com recursos do orçamento da União. Formados por taxas aeroportuárias, taxas de embarque, por aluguel de... Armazenamento de cargas, aluguel de lojas, o que dá receita para a INFRAERO de mais de três bilhões, se não me engano. Perdão, se falha no meu número. Mais de dois bilhões de reais de investimento por ano.

Então a minha pergunta é a seguinte: Parece que falta investimentos de um lado e falta de descentralização administrativa do outro lado. O setor precisa de muito investimento. E a pergunta a fazer é se nós temos na área pública capacidade para investir tanto quanto o sistema aeroportuário requer. Se é o caso de partir então para a Parcerias Público-Privadas, ou se é o caso de efetivamente dar outorgas de concessão às atividades aeroportuárias do País. Porque é difícil conceber como é que um País de dimensão territorial como o nosso, uma República Federativa, tenha um órgão com sede em Brasília para cuidar de todo o planejamento e projetamento e investimento nas expansões aeroportuárias do Brasil, na definição das suas reais possibilidades e reais prioridades. Então a minha pergunta é se pensa no campo do Ministério da Defesa, na idéia de dar outorgas ao setor privado para operação e administração dos aeroportos. E a quem cabe

ser aí no caso o poder concedente que representa a União para efeito dessas outorgas. Na lei quando se lê a lei do setor essa tarefa cabe à CONAC. A CONAC não apenas dá outorga, me parece que essa outorga é uma simples autorização para a operação das linhas aéreas do Brasil, e também ela dar outorga do sistema aeroportuário. Nós temos aeroportos altamente superavitários que podem viver sozinhos, inclusive nos seus investimentos. Os aeroportos de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Recife, de Salvador, de Porto Alegre, podem viver sozinhos sem a necessidade do investimento público. Como é que poderá ser feita essa descentralização? Eu quero lembrar, e aí eu lembro dos Estados Unidos, não porque seja o País líder da América do Norte, mas porque é um País de extensão territorial aproximadamente igual do Brasil, e o sistema federativo republicano como o nosso, nos Estados Unidos o Governo central não opera um aeroporto sequer. Todos os aeroportos são transferidos para a administração regional, municipal ou privada. Convém esse modelo no Brasil, aí é pensamento muito alto, fora da questão ideológica, Sr. Presidente, mas a quantidade de investimentos que o nosso setor requer e exige hoje é extremamente elevada para que nós possamos contar com recursos orçamentários aqueles que eu descrevi correspondência contribuição dos usuários em números que em primeiro entendimento parecem elevados, mas são totalmente insuficientes para soluções dos problemas aeroportuários do Brasil.

Então a minha pergunta é a seguinte: Onde é que fica o planejamento, a formulação do planejamento e o projetamento das expansões no âmbito dessa estrutura governamental. Dentro do Ministério da Defesa e do CONAC existe realmente a rotina do planejamento estratégico de longo prazo e o projetamento para a definição das prioridades?

Segundo, é o caso de pensar na utilização também do setor privado para participar com investimentos privados nas ampliações dos sistemas aeroportuários do Brasil? Fica essa pergunta extensiva a todos os expositores, são perguntas mais profundas, mas filosóficas, mas eu entendo que são básicas para o descortinamento das soluções futuras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Senador Eli-seu Resende, ex-Ministro e grande conhecedor do assunto que nós estamos abordando, e passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, líder do PMDB no Senado Federal.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu estava para seguir a tese do nosso Presidente da INFRAERO, ficar rouco de tanto ouvir, (risos) não queria nem falar. Porque é uma área que

eu não entendo. Estamos falando aqui sobre energia elétrica, sobre transporte rodoviário poderia até falar um pouco mais. Mas não poderia me furtar de fazer algumas considerações.

Com a entrada do Ministro Jobim no Ministério da Defesa, não resta dúvida que o setor passou a ganhar credibilidade. Com todo respeito a quem saiu. Pessoa íntegra, séria, respeitada como é a figura de Waldir Pires. Da mesma forma o Brigadeiro José Carlos na INFRAERO, o Milton Zuanazzi da ANAC, pessoas de respeito. Mas o setor viveu um desencontro muito grande. Durante muito tempo. Esse que foi o problema. Muito tempo. Se a coisa tivesse sido resolvida com mais rapidez, talvez o desgaste não teria sido tão profundo como está sendo hoje. Mas eu espero que daqui para frente as coisas realmente venham a mudar.

Eu faço aqui um questionamento. No passado nós tínhamos a VASP, a TRANSBRAZIL, a VARIG, já estava entrando a TAM no mercado, hoje nós temos apenas duas companhias aéreas. De porte que é a TAM e a GOL. Nós já tivemos no passado isso dados do Ministério do Turismo, 400 cidades brasileiras atendidas com vôos regulares de companhias aéreas. Hoje acho que chegamos no máximo a 150. Com essa nova reformulação dos vôos que o Ministro Jobim está propondo, já a TAM já começou a desativar alguns vôos regionais. O meu Estado perdeu, no dia 12 agora passado, bem recente. Foi o último vôo da TAM na cidade de Ji-Paraná. Segunda cidade do Estado de Rondônia. É claro que isso pode ser preenchido com companhias menores que fazem vôos regionais. Eu andei com um projeto no ano passado, que já tinha início a crise, de abrir o mercado, acho que toda reserva de mercado num País de capital de economia aberta como o Brasil, eu acho que não é salutar. E o meu projeto visa estender para companhias estrangeiras até 80% de participação nas companhias brasileiras. Uma empresa grande de outro País poder entrar no Brasil com capital de até 80% e criar aqui uma nova companhia, moderna e bem estruturada. Eu vejo apenas a TAM e a GOL não têm estrutura suficiente para atender o País. Principalmente para chegar às 400 cidades que nós tivemos no passado com vôos regulares. Quantas cidades do Rio Grande do Sul perdeu que tinham vôos e hoje não têm mais. Cidades, o próprio interior de São Paulo, a própria TAM fazia cidades que hoje não faz mais. Quando ela era uma companhia regional e fazia cidades do interior de São Paulo que hoje ela não faz mais. Virou uma companhia grande e diminuiu principalmente nas cidades menores. Talvez está na hora de abrir esse mercado. Já que nós estamos encaminhando para melhorar a nossa estrutura aeroportuária. E olha que melhorou muito. Quem não

se recorda dos aeroportos do nordeste, do norte, e até mesmo de outras regiões do Brasil, há oito, dez anos atrás. Acho que de uns oito, dez anos para cá a nossa estrutura aeroportuária melhorou e muito. Pena que tenha acontecido todo esse desencontro do setor que aconteceu nos últimos tempos. Mas eu vejo com que pese o que ocorreu até agora com bastante otimismo quanto essa reestruturação do nosso sistema aeroportuário. Eu fui Relator do Orçamento da União, e me pediram principalmente para o controle de tráfego aéreo foi quinhentos e setenta... Se chegar esse valor no orçamento está de bom tamanho, dá para resolver todo o problema de controle de tráfego aéreo. E nós colocamos exatamente o que foi pedido, 570 milhões. Se não me falha a memória foi isso. Então não vejo que seja problema de dinheiro. Em alguns casos não chega a ser problema de dinheiro.

Então eu quero desejar todo o sucesso ao nosso Presidente da INFRAERO, que assume o comando que se assumiu há quatro dias, e que ele realmente tenha sucesso, e que tenha uma boa equipe para comandar esse setor. Assim como o Milton Zuanazzi que perdeu, que a ANAC com todo respeito, repito aqui, não é pelas pessoas, mas perdeu credibilidade. Não adianta, perdeu. Assim como o Ministério da Defesa tinha perdido, como a INFRAERO estava perdendo, a ANAC também. Hoje se você for fazer uma consulta pública, uma enquête pública, a credibilidade está muito baixa. É preciso fazer um esforço muito grande, um trabalho conjunto de todos esses setores para readquirir a credibilidade que tinha no início. Eram essas as minhas colaborações. Obrigado.

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: Sr. Presidente, eu poderia aproveitar as palavras do Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra o Sr. João Quirino.

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: Senador, para corroborar a sua explanação, não cremos que hoje tenhamos um número maior de aeronaves, de linhas regulares do que há seis, sete anos atrás. O ideal para nós, creio, ou melhor, tenho certeza para a aviação comercial brasileira é que tenhamos no mínimo quatro empresas grandes de linhas regulares. Me preocupa muito a abertura da cabotagem. Abrir para empresas internacionais operem dentro do Brasil. A minha leitura e a minha opinião, Senador, é que se dê preferência às empresas nacionais. E para tanto o senhor tocou nas empresas de aviação regionais. Nós temos uma série de empresas nesse setor trabalhando no azul prontas para crescerem. Acho que é questão de vontade política. Aberturas de linha de crédito, aberturas de rotas. Nós temos uma terceira empresa no mer-

cado que o Governo, no meu entender, deveria olhar para ela de maneira diferente. Que é a OCEANAIR, e não sei, nós não sabemos por que é que estão... Parece que colocaram uma pedra em cima de empresa. Quanto maior o número de participantes, quanto maior o número de competitividade no mercado, acho que fica um mercado mais sadio e melhor pro consumidor. Muito obrigado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Mas a minha proposta é exatamente essa para que o capital externo possa entrar nessas empresas menores em até 80% e fazer dessas empresas menores uma grande empresa também. Não é que venham companhias já estruturadas de fora, que possa ter investimento externo nas empresas brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Vamos obedecer a mesma ordem das exposições, agora com relação às perguntas. Então eu dou a palavra ao Major Brigadeiro Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa para responder às perguntas que julgar necessário.

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores. Realmente em relação ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo, não há o que falar. Elas foram mais voltadas para a área da infra-estrutura e da ANAC. O que nós podemos dizer em relação ao controle do espaço aéreo é que existe, sim, uma mudança de conceito muito grande que está em andamento e hoje as regras que estão em rigor não são mais apenas as regras nacionais. Nós temos que cumprir regras internacionais e existe um grupo de planejamento e implantação do Caribe e da América do Sul que traça toda a política para a região, obedecendo as normas que estão estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional. Então isso faz com que nós tenhamos um sistema que é chamado “sem costura” em toda a América do Sul, e isso obviamente faz parte de um planejamento mundial e que nós estaremos obedecendo todo o sistema. O controle do espaço aéreo ele não se atem apenas as regras nacionais. A existência do CONAC estabelecendo quais serão os novos caminhos será de muita importância para que a gente possa seguir exatamente o que o Estado Brasileiro deseja da sua capacidade de transporte aéreo como o senhor disse, Senador, a necessidade de outras empresas e da parte de grande número de cidades que deixou de ser atendida pelo transporte aéreo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Milton Sérgio Zuana-

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI: Senador Eliseu Resende, temos na área pública os recursos necessários para a infra-estrutura, tudo que precisamos. Se seguirmos crescendo como estamos na aviação, não. Não é suficiente. Nós temos uma ampliação de demanda significativamente grande no Brasil. Nenhum setor da economia brasileira vinha crescendo na demanda como a Aviação Civil. Nenhum. Acho que o setor que chegava mais perto não chegava à metade. Nós, de 2004 para cá passamos de dois dígitos em todos os anos. Sendo que em 2005 deu 26% de crescimento. Os recursos são insuficientes. As PPPs podem ser uma saída? Pode. A questão da privatização já é uma questão que toma outros rumos. Um rumo inclusive de Governo. Onde está o plano estratégico? Realmente o senhor detectou a falha. Ele não tem. Quando tudo estava centralizado o Comando da Aeronáutica, evidentemente que o Comando da Aeronáutica ao centralizar fazia o seu planejamento também para a Aviação Civil. Mas nós estamos com o CONAC existindo já desde o ano 2000 com essas funções. E a ANAC entrou nessa Casa, o Projeto de Lei original em 99. Foi ser aprovado no final de 2005. Nessa Casa e no Congresso Nacional. Foi ser homologado quase no final de 2005.

Então, realmente eu acho que o senhor detectou um aspecto que precisa ser preenchido. E eu não tenho dúvida, esse papel é do CONAC. É do Conselho, portanto, sob a direção do Ministério da Defesa. Eu acho que isso é absolutamente necessário.

Senador Valdir Raupp, eu tenho humildade suficiente, mas muito mais do que eu posso talvez convencer aqui nessa sala para aceitar as críticas. E jamais me nego a recebê-las, ouvi-las, tentar introduzir. Mas eu também sempre pergunto a todas as críticas, seja de onde vierem, qual é a responsabilidade que estão imputando à agência dentro da sua responsabilidade institucional. Porque às vezes vem uma crítica como se nós tivéssemos uma responsabilidade que não é nossa. Por exemplo, controle do tráfego aéreo. Número de controladores, movimento paredista, grevista. A ANAC é solidária com a Aeronáutica e foi o tempo todo. Mas não tem nenhuma responsabilidade sobre isso. Sequer fiscalizatório de dizer, olha, falta gente, falta dinheiro, falta isso, falta aquilo. Não temos esse acesso. Está aqui na lei, art. 8º, um dos parágrafos é absolutamente claro em relação a isso.

Então tivemos um problema grande que demorou a ser resolvido, que agora a gente vive uma fase de solução. Eu trouxe na CPI do Senado e da Câmara, eu fui já três vezes nas duas CPIs. São seis vindas minhas às CPIs. Eu trouxe todos os dados históricos de atrasos e cancelamentos de vôos no Brasil. Mostrei que nós temos um histórico de atrasos de 12% e

um histórico de... Perdão, atraso de 15% e histórico de cancelamentos na Casa dos 12. No 29 de setembro, data daquela primeira tragédia, realmente esses números pioraram. Passaram a ser 25% de atrasos, em média, e passaram a ser algo em torno de 15% de cancelamentos. Então eles pioraram. Mas não é... Já existia um volume de atrasos e cancelamentos no País. O que ocorreu um dia depois do dia 22 de junho de 2007, data em que a Aeronáutica retomou todo o controle do Controle do Tráfego Aéreo? Os nossos atrasos caíram para indicadores históricos menores que esses que apresentei aqui nessa Casa, nas CPIs. Chegamos a ter aí uma média de 4% de atrasos. E aí sim algo em torno de 10 a 11% de cancelamentos. Até o dia da segunda tragédia. Que não tem nada a ver com o problema do tráfego aéreo que nós estávamos vivendo antes.

Então, eu sei que em cima de duas tragédias às vezes não é as racionalidades que se sobressaem. Como disse aqui o Senador Eliseu, não é o pragmatismo, não é a visão mais do engenheiro que sobressai. Se sai mais as posições mais emotivas. Mas a agência, aí vem a acusação que nós tínhamos excesso de vôos em Congonhas. Ora, quando a agência surgiu em 20 de março de 2006, Congonhas operava com 48 movimentos por hora. Nós herdamos 48 movimentos por hora. Sendo que a aviação regular tinha determinados horários do dia que operava 45 desses 48. Nesse período, juntamente com o DECEA, nós viemos trabalhando e com a INFRAERO, nós já estávamos em 44 movimentos hora e a aviação regular só em 38. Portanto nós já vínhamos paulatinamente diminuindo. Apesar que a lei que cria a ANAC, a 11.182 diz aqui no art. 48: Fica assegurado às empresas concessionárias de serviços aéreos domésticos a exploração de quaisquer linhas aéreas mediante prévio registro na ANAC observada exclusivamente. A lei só faz uma exceção. Que a empresa não tem liberdade de malha. A capacidade operacional de cada aeroporto. Só se o aeroporto me disser: Não dá para operar lá. E nós tínhamos um aeroporto eslotado em Congonhas no ano 2000. Esses 48 movimentos/hora foram feitos lá no ano 2000. E lá está escrito pela INFRAERO, pelo DECEA, pelo Comando da Aeronáutica que o aeroporto de Congonhas era capaz de atender aquela demanda. Então veja bem, uma crítica à agência que eu não posso recebê-la sem dar essas respostas, volto a dizer, humildemente.

Ainda no art. 49 da mesma lei, Senador Eliseu Resende, Senador Valdir Raupp, mesma Lei 11.182 diz: Na prestação de serviços aéreos regulares prevalecerá o regime de liberdade tarifária. É a lei que diz isso, não é a agência. A lei deu a liberdade de concorrência, deu

a liberdade tarifária e a liberdade de organizar malhas. Por isso que a empresa sai ou chega em Ji-Paraná em qualquer cidade pela liberdade legal.

Segundo tempo, a questão que o Senador Valdir Raupp traz aqui é muito importante porque ele introduz um outro tema que de certa forma não vive o ambiente da concorrência que é a chamada aviação regional. Que tinha que estar fora desse ambiente concorrencial. E aí o Senado em 2002 iniciou uma lei que acho que é do Senador Cavalcante para a suplementação tarifária. Essa lei foi para a Câmara, lá tem o substitutivo, já está na Comissão de Constituição e Justiça para voltar para o Senado. E que eu prego abertamente a favor dela. Porque ela que vai retomar as 400 cidades. Que aí não é a concorrência que vai fazer um vôo, sei lá, para minha querida Vacaria ser viável. Meu pai me lembro uma vez que embarcou em Vacaria. Não vai porque ela não é viável. Nem concorrencialmente e nem uma linha única. É exatamente a suplementação tarifária que vai viabilizar aquele vôo. Então os grandes troncos, esse é a concorrência. Os pequenos troncos, esse o estímulo com políticas públicas. Que até 2001 existia no Brasil num Decreto de 1976 ainda do Ministério da Aeronáutica. Que aí a partir da crise das empresas derrubaram esse Decreto no Supremo sob a alegação de que um aumento de tarifa não podia vir por Decreto tinha que ser por lei. É só por isso que saiu caiu. E é por isso que também morreu a aviação regional brasileira. Porque morreu a suplementação.

Então acho que temos que retomar através de lei. Por isso que essa Casa agiu corretamente em buscar legislar suplementação.

Quanto ao aumento de capital das estrangeiras, eu não sei se 80, Senador, mas realmente 20% é muito pouco. Eu concordo com V.Ex^a. Eu tenho emitido, voltado a dizer, minha opinião pessoal. Acho que nós precisávamos dar uma capacidade de ingresso de recursos nas empresas nacionais. Toda a área de serviço regulado trabalha com capital internacional. Energia elétrica, telecomunicação, petróleo, qualquer uma delas. Menos a Aviação Civil. Agora, isso não é desnacionalizar as empresas. É um outro debate. Ingresso de capital, nós podemos ter legislação que não desnacionaliza as empresas brasileiras. Mantém elas brasileiras, administrados por brasileiros, pagando imposto no Brasil e empregando brasileiros. Nós podemos sim legislar. Eu quero concordar. Volto a dizer, não sei se o valor é 80, é 49, eu sei que tem um Projeto de Lei também aqui do Senado que fala em 49. Tem um Projeto de Lei daqui também fala de 49%. Que acho que é do Senador Paulo Octávio, se não me engano, e esse projeto do Senador Valdir Raupp.

Então, eu com isso quero dizer, nós do ambiente concorrencial, os Estados Unidos é o único País que têm cinco empresas grandes concorrendo entre si. O Brasil só teve três. Hoje tem duas. A GOL promete que a nova VARIG vem para concorrer com a GOL. Aliás compraram sob esse argumento. Se isso for verdadeiro, parece ser positivo. Uma nova política, uma nova estrutura. Mas o Brasil também não sei se tem capacidade de ter muitas empresas nas linhas troncais, de concorrência. Vejo que ainda os grandes países europeus... Agora na Europa liberaram entre elas. Então começou uma concorrência de fato entre a AIR FRANCE com a LUFTHANSA, dentro da cabotagem européia. Mas fora isso, nós no Brasil ainda temos que estudar bem essa questão da cabotagem, aí o Presidente João Quirino traz um tema relevante. Acho que com isso respondi as perguntas aqui principais, pelo menos foi as que eu consegui anotar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pergunto aos Senadores Valdir Raupp e Eliseu Resende se estão satisfeitos com as respostas. Satisfeitos, talvez não. Mas apascentados, conformados.

Eu, antes de convidar o Presidente Delcídio Amaral dessa Subcomissão que acaba de chegar, eu quero dar a palavra ao Sr. Sérgio Gaudenzi, se ele quer fazer alguma consideração a respeito das perguntas feitas pelos Senadores.

SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu farei uma breve consideração. O Senador Eliseu Resende, eu tenho também uma expectativa de que possamos ter aeroportos estaduais, regionais, e não excluo a possibilidade inclusive de termos aeroportos privados. Só tenho uma dúvida. Alguns grandes aeroportos são superavitários. E há uma gama de outros aeroportos que são claramente deficitários. Como faríamos a distribuição? Porque se os aeroportos que são superavitários interessam a áreas privadas, provavelmente aeroportos que não são superavitários não interessariam. Como nós poderíamos equilibrar os aeroportos que são superavitários com aqueles que não são, e com isso atendendo uma população de um País como o nosso, que é um País continental, e que só pode se deslocar basicamente pelo ar. Dificilmente teríamos a possibilidade de fazer o nosso País avançar sem essa ligação muito forte aeroviária. Então tenho essa dúvida. Mas não tenho nenhum preconceito quanto a aeroportos estaduais, regionais, de conjugação de Municípios e privados. Não tenho nenhum preconceito. Claro que seria uma concorrência à INFRAERO. Mas nós iríamos enfrentar a concorrência pela qualidade do serviço.

Senador Raupp, essa queda de atendimento de 400 cidades atendidas nós caímos para menos de 200, como disse o senhor, V.Ex^a afirmou, eu tenho também aí eu diria que um sinal vermelho ou pelo menos amarelo de atenção. Porque nós precisamos fazer um atendimento o mais amplo possível para que possamos nos deslocar no País.

Então, a redução de cidades atendidas é preocupante. É muito provável que se possa fazer aí uma conjugação com a aviação regional. Mas a aviação regional teria que ter um tratamento adequado para que ela pudesse se manter.

No caso da INFRAERO, nós não definimos linhas, não definimos rotas, não definimos concentração ou desconcentração dos aeroportos. A nossa tarefa é de infra-estrutura aeroportuária. A parte que nos cabe, pelo menos na definição, pode ser que haja alguma modificação nesse novo marco regulatório. Mas a parte que nos cabe é manter em condições de segurança pistas e pátios, ter equipamentos operantes, dar eficiência e conforto ao embarque e desembarque de passageiros e operar com eficiência a logística de cargas. Então essa hoje é a parte que nos cabe dentro desse conjunto. Mas evidentemente se o Congresso Nacional fizer a modificação desses marcos novos regulatórios nós iremos nos adaptar àquela função que seja destinada à INFRAERO.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Sr. Sérgio Gaudenzi. Pergunto ao Sr. João Quirino se ele ainda quer usar da palavra.

Eu convido o nosso Presidente a assumir, e peço logo a palavra. Porque eu preciso atuar como Relator. Então V.Ex^a precisa assumir.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Com a palavra o Senador, Relator da Subcomissão de Marcos Regulatórios, Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, eu pergunto por determinação da Organização da Aviação Civil Internacional, OACI, o atual sistema de controle do tráfego aéreo baseado em radares será gradualmente substituído pelo sistema CNS/ATM, baseado em satélites. Como o novo sistema dependerá da colaboração das aeronaves que deverão emitir sinais voluntariamente, ele apresenta reduzido interesse militar. Uma vez que não poderá ser empregado na vigilância do espaço aéreo. Nesse contexto deixará de haver a articulação entre as funções civis e militares que se verificam atualmente, com algumas exceções. Como a Força Aérea

vê o futuro do controle do tráfego aéreo brasileiro? Não deveria ele gradualmente passar para uma organização civil na medida em que o sistema CNS/ATM fosse implantado? Essa é a primeira pergunta.

Um tema que tem aflorado recentemente, Sr. Presidente, após o acidente de Congonhas, é o do controle das edificações na vizinhança dos aeroportos. Segundo a lei de criação da ANAC compete à ANAC, a agência, a aprovação dos planos diretores dos aeroportos. Que limitam a ocupação e uso do solo na sua vizinhança. Inúmeras edificações, entretanto, violam esses planos colocando em risco a segurança tanto de passageiros quanto de moradores. A quem compete o controle dessas edificações? Por que se permitiu que elas fossem construídas?

Bem, essas perguntas são dirigidas ao Brigadeiro e eu gostaria de perguntar ao Sr. Sérgio Zuanazzi, a lei de criação da ANAC teve origem um projeto elaborado em 2000, e foi aprovado sem alterações. Além disso, o Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986, e não sofreu qualquer atualização desde então. Até que ponto esse atraso do marco regulatório tem dificultado a atuação da ANAC? Quais são os temas mais urgentes a serem tratados em uma eventual modernização da legislação? A lei de criação da ANAC prevê que um quinto dos militares em exercício na agência retorne à Aeronáutica a cada ano. Como tem sido essa transição? A agência tem condições de substituir esses profissionais com tanta rapidez? Isso não coloca em risco algumas das funções mais críticas da regulação, como as fiscalizações de empresas e aeroportos?

Bem, agora eu tenho umas perguntas aqui para o Presidente da INFRAERO. Mas, não sei se ele está querendo responder ainda. Posso fazer? O setor aeroportuário é uma das áreas de infra-estrutura mais centralizada e estatizada da economia nacional. Praticamente todos os principais aeroportos do País são administrados pela INFRAERO que é uma empresa pública federal. Quais seriam os obstáculos? Isso aqui já foi colocado pelo Senador Eliseu Resende e pelo Senador Valdir Raupp. Mas agora chegou a vez da INFRAERO. Quais seriam os obstáculos para se abrisse o setor para a iniciativa privada, por meio de concessões ou Parcerias Público-Privadas? De tal modo a ampliar os investimentos e despolitizar a gestão dos aeroportos?

Eu pergunto ao Sr. João Quirino se há possibilidade já a essa altura de quantificar os prejuízos ao turismo. Se há assim um levantamento que permitisse avaliar isso.

Sr. Presidente, eu tenho outras perguntas aqui, mas eu acho que V.Ex^a... V.Ex^a quer perguntar? Compete à ANAC... É para o Presidente da ANAC, regular

e fiscalizar as atividades da Aviação Civil, de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. Qual era a posição dos senhores quanto ao aeroporto de Congonhas antes do acidente? Já existia um diagnóstico por parte de V.S^{as} sobre a precariedade do aeroporto e possíveis alternativas para o seu intenso fluxo ou a perspectiva era aumentar cada vez mais a capacidade do aeroporto? A ANAC está na berlinda aqui. Compete à ANAC implementar em sua esfera de atuação a Política de Aviação Civil. Afinal, existe verdadeiramente no Brasil uma Política de Aviação Civil? Isso nós já vimos que não existe. Mas, com diagnóstico problemas e consequente apontamento de soluções para o setor. Nessa crise aérea ficou patente o despreparo das empresas aéreas no trato com os passageiros. Qual a avaliação que os senhores fazem, quais as medidas que foram tomadas ou serão tomadas para melhorar? Cabe à ANAC compor o conflito de interesse prestadores de serviços aéreos e de infra-estrutura Aeronáutica e aeroportuária? Gostaria que o senhor fizesse uma avaliação de como a ANAC está desempenhando essa função de intermediadora e adotando medidas para dirimir esses conflitos.

É indispensável que existe independência de atuação em uma agência reguladora executiva. A ANAC, como ela se coloca diante dessa questão? Existe autonomia necessária inclusive financeira? É insistir numa questão que já foi abordada aqui.

Os controladores vêm reclamando de suas condições de trabalho. Há um diagnóstico sobre essa situação? A questão de segurança do nosso espaço aéreo, qual a avaliação que os senhores fazem sobre o nosso espaço aéreo? Aí seria para o nosso Brigadeiro. Sr. Presidente, era só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu gostaria de... Eu primeiro quero pedir desculpas aos convidados, e a todos aqui que participam dessa Audiência Pública, eu era para estar aqui às cinco horas, mas não consegui chegar. Mas não foi por avião atrasado. É que eu estava lá em Corumbá e a única alternativa que era possível eu só poderia pousar aqui por volta de 18h20, 18h30, e assim aconteceu. Quero pedir mil desculpas, porque aconteceu... houve um acontecimento fora da agenda e eu tive que mudar um pouco a minha programação, mas sei que a Sessão foi comandada de uma forma muito mais competente pelo meu querido Senador Garibaldi e pelo Senador Eliseu e pelos Senadores que já aqui estiveram.

Eu vou passar, como são perguntas abrangentes, então eu vou seguir a sequência de apresentação. Então passaria primeiro a palavra ao Exm^o. Sr. Major

Brigadeiro-do-Ar, Ramon Borges Cardoso para suas respostas.

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Senador Delcídio Amaral. Senador Garibaldi Alves Filho, vou falar alguma coisa técnica, mas eu preciso para responder o que o senhor falou sobre esse tal CNS/ATM.

O controle hoje é feito por meio radares e comunicação. Então é um feito que vem desde a Segunda Guerra Mundial. O que mudaram foram os equipamentos. Mas o conceito ainda é o mesmo. E na década de 1990, a própria Organização da Aviação Civil Internacional, a OACI, chegou à conclusão de que esse conceito já estava obsoleto. Porque o número de aeronaves voando, crescendo cada vez mais não seria possível que continuasse indefinidamente utilizando o mesmo sistema de radares e comunicação. E que seria necessário um sistema um pouco mais aprimorado. Ela criou uma Comissão que estudou, foi um comitê chamado de navegação aérea do futuro, e a partir desse comitê foi criado um conceito chamado CNS/ATM que na realidade são as siglas para comunicação, navegação, vigilância e gerenciamento do espaço aéreo. Sigla inglesa, obviamente. E a partir daí houve uma reunião no Brasil em que os países que fazem parte da OACI acataram essa decisão e passaram a trabalhar no desenvolvimento do novo sistema CNS/ATM que seria colocado em todo mundo utilizando as facilidades existentes com o avanço tecnológico, principalmente a parte de computadores e satélites.

Bom, 2004 houve uma reunião onde foi aprovado pelo Plenário da OACI em Montreal que esse sistema seria implantado no menor prazo possível. E imaginava-se que seria até 2012. No entanto, isso não foi possível, porque o desenvolvimento tecnológico foi muito mais lento do que a OACI imaginava. E isso está postergado. Continua em andamento, continuam sendo trabalhados todos os sistemas e os desenvolvimentos, e imagina-se que a partir de 2017 começará então a haver a descontinuidade dos radares e aí sim a aplicação do sistema baseado em satélites. Isso não quer dizer que de um dia para outro isso irá acontecer. Porque algumas novidades do CNS/ATM nós já estamos aplicando no dia de hoje. Uma delas foi a diminuição da separação entre as aeronaves, que antigamente voavam com 600 metros de separação, 600 metros vertical, e depois passou para apenas 300 metros. Mil pés. E isso permitiu também que houvesse uma maior quantidade de aeronaves ocupando o mesmo espaço aéreo. E o porquê disso? Porque os equipamentos hoje têm uma probabilidade de erro muito menor do que os anteriores. Antigamente uma aeronave ela estava dentro de um círculo provável que era o que os dados de

chão permitiam a ela. E esse círculo era muito amplo. E com isso não poderíamos manter aeronaves muito próximas umas das outras porque o erro poderia ser acumulativo. Com o aumento da capacidade de gerenciamento da posição exata, principalmente pelo sistema GPS, essa separação entre as aeronaves passou a ser de dez milhas muito inferior à separação anterior, permitindo que as aeronaves então pudesse voar mais próximas uma das outras. E isso está num crescendo. De 10 milhas está passando para quatro milhas, na área terminal isso vai chegar a 0,3 milhas. O que permitirá a substituição de todos os equipamentos de auxílio que hoje existem e apenas as aeronaves utilizarão o sistema de informação satelitais.

Os GPS é apenas uma das constelações. Nós temos a constelação chamada Glonass, que é russa, e ainda tem o Galileu que é a européia que vai ser lançado e estará operacional até 2012. E obviamente isso que o senhor falou é absolutamente correto. Para a Defesa Aérea, esse sistema não funciona. Porque ele depende da cooperação das aeronaves que têm que estar com o seu equipamento ligado para permitir que haja um gerenciamento e um controle dessas aeronaves. E haverá fatalmente uma separação do que hoje nós somos integrados, Defesa Aérea e controle do tráfego aéreo.

Então, o que o comando da Aeronáutica trabalha, é para que haja uma separação a partir de 2017 de modo que nós tenhamos um sistema de Defesa Aérea baseado em radares, subordinado ao comando da Aeronáutica. E um outro sistema de controle de tráfego aéreo que seja subordinado a agência porque ele tratará apenas com aeronaves chamadas cooperativas. Essa é a posição do comando da Aeronáutica porque haverá uma mudança de conceito. E obviamente esse conceito que nós temos hoje de integrar os sistemas para a economia de recursos não será mais válido a partir de 2017. Obviamente nós teremos que trabalhar para que isso ocorra e não haja simplesmente uma ruptura do sistema atual para outro de um dia para outro. Haverá que ser feito um planejamento para que isso aconteça.

Em relação às edificações. Existem órgãos que fazem o pedido ao comando da Aeronáutica, especificamente ao meu departamento, para verificar se uma edificação ela está dentro dos gabaritos. E uma zona de proteção de aeródromo e nós passamos essa informação a esse comando regional que informa aos órgãos que fizeram a solicitação se aquela estrutura pode ser construída ou não. Eu estou falando de estrutura porque pode ser tanto um prédio quanto uma antena. Antena de celular, antena de comunicações, tudo isso tem que ser avaliado para verificar se ela é

um obstáculo ou não à execução do voo, a segurança do voo. E essas informações são repassadas, mas quem dá autorização para a construção é a Prefeitura. Essa autorização é municipal, não é do comando da Aeronáutica. Nós apenas fornecemos um dos dados. Porque assim como nós temos a parte da estrutura em si, existem outras proteções como, por exemplo, o ruído. Dentro de uma determinada aérea de ruído próximo ao aeroporto, não podem ser construídas escolas, hospitais, alguns prédios não podem ser de apartamentos, mas poderiam ser para escritórios. Então esse trabalho é um trabalho conjunto que é feito com as organizações que nos fazem essa solicitação. É claro que acontecem os problemas, e nós temos algumas edificações que fogem a esse gabarito.

Então, nós fazemos uma zona de proteção especial, isto é, colocando dentro dessa área de proteção aqueles obstáculos que estão acima dos limites. E fazemos uma avaliação. Se esses obstáculos trazem algum problema para o tráfego aéreo. E são feitos os ajustes adequados. Ou seja, de não permitir ou derrubar aquela edificação ou modificar a altitude que as aeronaves estão voando dentro do padrão estabelecido mundialmente de segurança entre a altura que as aeronaves estão voando e a altura das edificações. E isso é feito constantemente e nós temos então essa análise apresentada e as informações são distribuídas a todos os órgãos municipais, ou periodicamente fazemos uma nova avaliação da zona de proteção do aeródromo e fazer as modificações adequadas nos próprios sistemas e procedimentos de controle.

Completando a pergunta que o senhor me fez, em questão de trabalho, nós temos uma legislação internacional que gerencia a quantidade de horas de trabalho dos controladores. Nós obedecemos a essa legislação. A qualidade de trabalho dos nossos controladores ela está no mesmo nível dos países da Europa e dos Estados Unidos. Os nossos equipamentos também. O nosso sistema de controle do espaço aéreo está adequado. Ele dispõe de equipamentos que estão no mesmo nível de desenvolvimento de países da Europa e dos Estados Unidos. No entanto, temos uma grande deficiência que é na quantidade de pessoas para executar esse trabalho. Não só de controladores, Senadores. Eu tenho também uma deficiência no número de pessoal técnico. Tanto de engenheiros quanto de técnicos de nível mais baixo para executar as manutenções e o planejamento da execução da logística desses equipamentos. Isso é uma coisa que nós estamos pedindo para crescer, mas ainda não recebemos todas as pessoas que nós precisamos para atualizar o nosso sistema de logística.

Em relação à atualização dos sistemas, estamos complementando porque a cada dia surgem novos equipamentos. Não é possível nós mantermos todo o sistema brasileiro que temos aproximadamente seis mil equipamentos no mesmo nível. Então nós temos áreas que são os CINDACTAs I, II, III, IV. Hoje nós estamos fazendo uma atualização do CINDACTA II em termos de tratamento e visualização de dados e comunicações. Ele estará pronto a partir de outubro. Em seguida nós começaremos a trabalhar com o CINDACTA III em Recife que estará pronto a partir de outubro do próximo ano. E obviamente nós começaremos em seguida a fazer a modernização do CINDACTA IV que é o que está em Manaus, porque a essa altura ele já estará com oito anos de uso, estará na época de nós fazermos essa revitalização e isso não pára. No momento que nós terminarmos o CINDACTA IV, por volta de 2010, nós já teremos que voltar a Brasília para fazer a modernização e é essa seqüência que estamos fazendo. Existe o planejamento, o que foi falado de recursos é real, nós precisamos da ordem de 600 milhões de reais por ano para manter esse planejamento. Cada vez que nós temos um corte ou um contingenciamento, nós atrasamos essa renovação. Hoje nós estamos com a renovação atrasada, isso que está acontecendo em Curitiba deveria ter ocorrido em 2005, então estamos com atraso que estamos tirando agora é a nossa expectativa é que sendo mantido o orçamento, como desse ano que não tivemos nenhum contingenciamento, e dos próximos anos, nós poderemos tirar esse atraso e fazer com que todo o sistema esteja dentro do planejamento. Alcançaremos esse planejamento no final de 2008. Mas em termos de pessoal, Senador, apenas em 2009. Antes de 2009 eu não tenho condições de formar todas as pessoas necessárias para isso porque é um mercado que eu não consigo gente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E isso não compromete o trabalho?

SR. RAMON BORGES CARDOSO: A segurança não. Mas ele compromete em termos de crescimento. O número de aeronaves que poderá voar simultaneamente talvez não possa ser aquele que nós gostaríamos. O crescimento poderá sim ficar prejudicado porque nós não podemos abdicar da segurança. E nesse caso algumas aeronaves deixarão de voar. Senão naquele dia, mas pelo menos nos horários que seriam talvez os mais adequados para ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Major Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso. Eu passo a palavra agora ao Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Dr. Milton Sérgio Zuanazzi.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI: Senador Garibaldi, assim como disse ao Senador Raupp que humildemente faria minhas defesas, vou mantê-las também de forma bastante humilde porém com minhas convicções.

E realmente nós passamos por um conjunto de problemas e eu reafirmo que se estereotipou a responsabilidade nas costas da ANAC. A agência reguladora como tantas outras ela tem responsabilidades e ela deve assumi-la na sua integridade. Mas ela não pode assumir responsabilidades que não lhe são primárias. Porque senão o País está cometendo uma injustiça com essa agência e não com as demais. Porque se nós temos essa responsabilidade em relação a esses problemas que ocorreram, especialmente na questão dos acidentes, tratamento idêntico deveríamos dar à ANTT sobre acidentes nas estradas. Tratamentos idênticos deveríamos dar à ANAC sobre acidentes nas nossas hidrovias, e ocorrem muitos. Tratamentos semelhantes nós teríamos dado à ANP quando houve aquele problema na plataforma de petróleo da PETROBRÁS. E assim vamos indo por todas as agências. Elas são fiscalizadoras...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor me permite. E nós vamos responsabilizar quem? Eu queria que o senhor entendesse que realmente, claro, nós não podemos fazer da ANAC o bode expiatório de todo esse contexto que aí está. Mas nós temos que dar a César o que é de César. E procurar ver de quem foi a responsabilidade não é o caso de CPI aqui. Mas ver o que é que existe de errado para procurar aperfeiçoar. O senhor entenda isso como uma atitude de colaboração.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI: Mas perfeitamente, Senador. Eu entendo e estou gostando muito de estar aqui. Olha... senhor não imagina o que está sendo prazeroso esse nosso debate aqui por todas as vindas que vindo aqui ao Senado. Está sendo absolutamente importante.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu garanto que o senhor está se sentindo melhor do que nas CPIs.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI: É. Com certeza. Porque na verdade essas questões elas vão começar a responder questionamentos que V.Ex^a fez aqui que foram muito significativos.

Eu vou começar pela questão da política. Existe uma política de aviação civil no País? Ela existe. Mas ela não é uma política ainda claramente estabelecida. Vou dizer o porquê. O CBAR, o senhor citou, foi a primeira pergunta que o senhor me fez, ele é fruto de uma política lá na época dos anos 80. Que era uma política de empresa de bandeira, monodesignação,

preços administrados. Em 91 nós tivemos o chamado primeiro CONAC, não era Conselho, era o Conselho Nacional de Aviação Civil. Estabeleceu uma linha liberalizante de concorrência para a aviação brasileira. Ela veio se efetivar mesmo a partir de 99, inclusive com várias Portarias emitidas no ano 2000. Entre elas, uma que eu já citei, o eslotamento de Congonhas. Ora, se o principal aeroporto do País que é aquele que exatamente administra a concorrência e que pode aumentar ou diminuir a concorrência ele foi eslotado em 2000, ele está dentro de uma política. O CONAC, aí já o Conselho, quando ele se instala... Ele se instala em 2000, mas vem fazer a primeira reunião em 2003, ele mantém esta linha política de liberdade tarifária, liberdade de concorrência, liberdade de organização de malha. Foi uma política mantida pelo CONAC. A Lei 11.182/2005 que ficou cinco anos tramitando, ela coloca em lei esses dispositivos que eu já li aqui art. 48, 49. Então, há uma nova política sendo implantada no País há muitos anos, ainda não atualizada pelo instrumento regulatório que o CBAR que é de 86 que é de uma outra política, ao contrário do que ocorreu na energia elétrica, em outros setores que teve uma lei geral que acompanhou a chegada das agências. Então, a lei que regulamenta tem uma linha política, a lei que cria a ANAC segue uma outra linha. Então eu diria que não é que não haja políticas. Eu diria que essa política não foi claramente restabelecida com o País. E se foi a intenção dela era de liberalização, e não de centralização. Então a ANAC surge sob o manto legal de: libera, coordena liberando. Tarifa liberada. Organização de malha liberada, livre concorrência. Esse é o componente. O instrumento legal de fiscalização é o CBAR. Quando a gente vai para o CBAR se socorrer ele é um instrumento lá de 86 que aspectos de regulação onde as empresas tinham obrigações absolutamente com objetivos em relação ao poder concedente, não necessitavam de uma nova legislação complementar no aspecto fiscalizatório, regulatório. Por quê? Porque você não precisava impingir multas à empresa porque ela já era obrigada a seguir determinado padrão. O senhor entende o conflito legal? Por isso que a sua pergunta é muito bem colocada e ela pega um aspecto absolutamente fundamental.

Então, às vezes a imprensa nos cobra: “Vocês não multam as empresas aéreas”. Nós multamos. Mas muito. Desde que a lei que permite a multa seja aplicada. O que eu não posso, órgão regulador, é aplicar uma multa fora da lei. O senhor imagina se o DETRAN aplica uma multa fora da lei a nós. Não pode. Eu vou na justiça e ganho essa multa. A lei de 86 multar a empresa aérea por prestação de serviço, é atraso de quatro horas. Ponto final. Atrasou duas horas, qual é a multa

que vocês vão aplicar a empresa? Nenhuma. Não tem lei que aplique multa à empresa. A lei é quatro horas. Quais são os compromissos da empresa a partir de quatro horas? Esse, esse, e esse. Quando o usuário chega e faz uma reclamação na ANAC, nosso fiscal vai lá e olha isso. Se isso realmente a empresa não correspondeu, ele vai lá e multa. E se nós pegarmos as multas que nós aplicamos em 2006 e compararmos com 2005 elas são muito superiores.

E aí, Senador, entra num terceiro aspecto, que o senhor também pegou a pergunta correta. Número de funcionários, a questão dos militares, a devolução dos militares que a Lei 12.872 determina. O Brigadeiro Ramon aqui acho que foi o mais claro impossível. Há falta de pessoal no sistema. De muitos anos. É tão grande a falta de pessoal que em 2001 a OACI, a Organização da Aviação Civil veio fazer uma inspeção, uma auditoria no Brasil. Tudo que ela detectou de ruim, quase 100% era falta de gente. Tanto é que na época desesperadamente o governo saiu a criar cargos DAS, que são cargos aqui de Comissão da Esplanada. Criou a Lei 8.745 que era uma lei que dava emprego por quatro anos. Nós temos lá acredito que uns 700 funcionários na ANAC que venceria em julho desse ano nós conseguimos negociar com o Ministério Público do Trabalho para vencer em julho do ano que vem. Foi feito um concurso que vencia. Tem lá no DECEA, tem todas as pontas do sistema. As pessoas foram concursadas, quatro anos depois têm que ir embora. Não foi um concurso definitivo. Se nós pegarmos toda a nossa área de fiscalização e aplicação de multas são quatro funcionários. Que nós herdamos. E continuamos os quatro. É claro que a 11.182 nesse aspecto ela não deixou de atender, ela prevê aqui a entrada na ANAC de 1.752 funcionários por concurso público. Está aqui na lei. Nós já ganhamos os primeiros 584. Dia 20 é exatamente terça que vem, eles estão recebendo posse. Os 500 primeiros já feitos os concursos. Mas eles têm que ser treinados em algumas áreas de fiscalização. Em outras áreas administrativas vão precisar trabalhando. Em outras áreas vão precisar de tempo. É como o controlador, leva algum tempo pra gente formar. Um inspetor de Aviação Civil, pode levar um certificador de produto aeronáutico, o colega do Senador Delcídio Amaral, ele pode levar três, quatro anos para se tornar um certificador, um máster, para assinar um documento de certificação de produto aeronáutico. Então veja que isso tudo... Nesse sentido nós estamos remetendo ao Ministério da Defesa a mudança nesse artigo que fala em cinco anos para fazermos toda a devolução. Estamos pedindo que a gente altere essa lei para dez anos para que não tenhamos perda exatamente na capacidade fiscalizatória.

Hoje a minha capacidade fiscalizatória na ANAC é aquela que o DAC e outros organismos que a gente herdou tinham. Nós perdemos 20%, é verdade. Mas como nós tivemos também um ganho de cargos comissionados, muitos desses 20% que nós perdemos em geral são militares que foram para reserva. E nós conseguimos através desses cargos comissionados mantê-los na agência. Inclusive na superintendência tem alguns. E nas áreas de gerência tem bastante. Então não tivemos uma perda em relação ao que DAC e outros órgãos tinham. Mas ela é realmente preocupante e a sua pergunta é muito correta e nos preocupa muito isso. Na questão Congonhas, Senador, eu mais ou menos fiz essa resposta. Mas eu repito. Nunca em nenhum momento a ANAC liberou um novo horário de transporte para Congonhas desde que ela existe. Se Congonhas tem um movimento grande, ele já era anterior à ANAC. Aliás, no final da década de 90 ele chegou a operar com quase 60 movimentos/hora. Aí em 2000 quando foi feito o eslotamento, aquela coordenação, ele baixou para 48. Nós já estávamos agora, antes do acidente, portanto, antes dessa deliberação do CONAC, nós já estávamos em 44 movimentos/hora. E mais, eu sou totalmente a favor de diminuir aquele aeroporto. Sempre fui. A ANAC fez um estudo em dezembro nós até entregamos aqui, não foi no Senado, foi na Câmara, uma Comissão Externa, aliás no Senado também, entregamos um trabalho que nós mostrávamos que nós tínhamos que revocar Congonhas. Agora, para isso precisávamos um novo equipamento no terminal São Paulo. E é necessário. Precisamos de um terceiro terminal Guarulhos, sim, mas precisamos de um novo equipamento olhando lá no futuro do Estado de São Paulo. Que não é que eu disse, alguém da imprensa publicou que eu disse que em 2050... Não. Precisamos pensar em 2050. Não disse que nós temos que fazer um aeroporto em 2050. Jamais disse isso. Temos que pensar no equipamento que atenda uma demanda até lá em 2050. E aí tem que ser um novo sítio aeroportuário em São Paulo com a mudança de Congonhas que nós somos totalmente a favor.

As empresas aéreas e o trato com o passageiro. O senhor me perguntou: Elas têm condições de fazer esse trato? Eu respondo: Não. Não estavam preparadas para viver em ambiente de crise. Os funcionários das empresas, dos balcões de check-in são treinados para despachar passageiros, malas e bagagens. E não para atender crise. O que fizemos? Primeiro, nós tínhamos que acertar comunicação porque eu não posso exigir de uma empresa que deu uma resposta ao usuário correta, se a comunicação parte, por exemplo, do Controle do Tráfego Aéreo, da meteorologia. Até nós unificarmos essas informações hoje já estão todas unificadas dentro

de um ambiente que o DECEA criou chamado CGNA, é o Centro de Gerenciamento Navegação Aérea. Fica lá no Rio de Janeiro. Está lá a INFRAERO, está lá a ANAC, está o DECEA. Só a partir desse momento com mais as informações que as empresas possuem nós conseguimos ter um sistema de informação unificado que nós não tínhamos, Senadores, até o mês de abril deste ano. O CGNA passou a funcionar provisoriamente em novembro do ano passado, mesmo assim um conjunto de ajustes tivemos que fazer. Em abril desse ano é que conseguimos ter o sistema uniformizado. O que fez a ANAC a partir desse momento baixou uma Portaria, deu 60 dias para que as empresas aéreas assumam a responsabilidade total pelos seus passageiros. Assim como a responsabilidade de um usuário de telefone é das empresas de telefone. A ANATEL fiscaliza se as empresas estão prestando aquela informação. E assim nas demais agências reguladoras. Quem tem que dar informação primária é a empresa, prestadora de serviço, concessionária. E também já com a INFRAERO o ambiente nós temos pontos concentrados e únicos de informação ao passageiro. O ambiente que a INFRAERO dispõe é aquela telinha, pequenininha, tem um espaço muito pequeno, atrasado, no horário, embarque imediato. Nós precisamos quando tem crises, um ambiente, de grandes telas, de informação, de pessoas, funcionários das empresas especializados em atendimento de crise e espaços aeroportuários próprio para isso. Não ali no balcão check-in que acaba contribuindo muito mais para o problema do que para a solução.

Conflitos de interesse entre as infra-estruturas aeronáutica e aeroportuária. Eu diria naquilo que a demanda concreta não há esse conflito. O que é uma demanda concreta? Por exemplo, um horário de transporte, uma empresa entrou com pedido. Quero voar de Ji-Paraná para Porto Velho, para pegar o exemplo do Senador Raupp. Ela entrou com esse pedido? Nós vamos consultar a INFRAERO, nós vamos consultar o DECEA se há infra-estrutura aeroportuária para isso. Então eu não creio que exista isso. Alguém pode dizer, quando tudo estava no Comando da Aeronáutica, inclusive a INFRAERO era mais fácil que era um organismo. Pode ser, eu não sei analisar o passado. Ainda mais o passado mais diante, eu sei analisar que no ambiente no nosso aqui isso não existe. Não há em nenhum momento que nós nos negamos a sentar para acertar isso. Eu tenho dado esse depoimento que às vezes as pessoas me diz, ah, a Aeronáutica boicota a ANAC. Eu não sinto esse boicote. Em nenhum momento. Quer dizer, do ponto de vista objetivo que as liberações de vôos, que as liberações de espaços, nós não temos tido essa dificuldade de acerto.

Na questão de comunicação com o usuário, sim. Nós demoramos muito a acertar a comunicação em momentos de crise. Eu, por exemplo, é uma crítica que eu aceito. Com a maior humildade possível. Recebo ela, mas expliquei porque é que nós não fomos tão ágeis. Porque essas dificuldades todas que nós tínhamos antes.

Por último, Senador Garibaldi, independência e autonomia das agências. Especial a questão financeira. Eu digo: As agências têm independência administrativa. A lei dá essa independência. Tanto é que quando ela toma uma decisão ninguém mais consegue reformar, nem o Presidente da República, só a justiça por uma ação judicial. Então ela tem autonomia administrativa. Agora, ela não tem realmente autonomia financeira. O nosso cobertor é curto em relação a todas as necessidades. Se fizesse uma escala de prioridades eu diria a escala é pessoal. Funcionários, de carreira. Não essas estruturas mitigadoras, faz convênios com entidades internacional, como temos aqui na Esplanada e temos na agência também. Convênio com OACI, convênio com PNUD, convênio com UNESCO. Na verdade, mitigando funcionários que nós precisamos de carreira. Inspetor, gente que faça carreira na ANAC. 20, 30 anos de serviço, sendo certificador de produto aeronáutico, inspetor da aviação civil, fiscalizador. Mas nunca assumindo a condição primária. Por que, Senador? Uma frase pré finalizar. Porque inverteria o papel do órgão regulador e fiscalizador. Como exemplo, saindo até das agências, imagina um Advogado que ganhou a carteira da OAB. A OAB fiscaliza ele se ele começar a cometer danos àquilo que ele assumiu perante a Ordem. E aí por denúncia ou até por uma fiscalização pode dizer: Este Advogado não está apto a exercer essa profissão. Vai lá e cassa o diploma desse Advogado. Agora, a OAB não pode fiscalizar todas as petições de todos os Advogados do Brasil. Se elas estão corretas, de acordo com o regramento da ordem. Nós não podemos. Se formos fiscalizar cada aeronave brasileira toda vez que ela pára no aeroporto e faz um check do tipo A, eu teria que ter na ANAC sei lá, 15 mil funcionários. É por isso que nós entregamos o chamado CHETA, ficou famoso na questão da VARIG, da nova VARIG, Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo, nós passamos às empresas de transporte aéreo a responsabilidade primária por toda a fiscalização, por toda a segurança de voo, por toda a manutenção e segurança operacional. É assim no Brasil e é assim no mundo. Nenhum órgão fiscalizador no mundo subverte essa ordem. A ordem tem que ser essa. Senão eu tenho que ter 15 mil funcionários e mais os 15 mil funcionários da GOL, da TAM e das demais empresas. Fazendo a mesma coisa.

Então, nós dizemos para as empresas concessionárias: Olha, a responsabilidade é sua. E você segue que regras? Essas regras. Que estão aonde? Exatamente no certificado de homologação. Todas, 100%, as regras da OACI, as regras da empresa que fabricou a aeronave. E, portanto, da sua certificação. Então é assim que nós temos que responder digamos racionalmente. Porque se nós sairmos disso a gente entra num campo da irracionalidade. Que agência nenhuma no Brasil e no mundo vai ter capacidade de cumprir. Não só as agências, os órgãos representativos de classe como citei OAB, mas poderia ser o CREA, poderia ser o Conselho Regional de Medicina, poderia ser qualquer um dos conselhos que têm essa capacidade secundária na boa prestação de serviço. A capacidade primária é quando a gente entregou o diploma primário. Você empresa aérea, você Advogado, você engenheiro está apto a exercer a sua função perante a sociedade com responsabilidade. E nós ficamos fiscalizando ela por demanda, por denúncias. Às vezes chega uma denúncia na ANAC. A empresa tal não está cumprindo a sua manutenção. Nós vamos lá e fiscalizamos. Fazemos auditagens. Na TAM esses ano já fizemos duas auditorias antes do acidente. Duas, este ano de 2007. E o que nós vamos lá? Vamos encontrando que as empresas estão cumprindo em geral a empresa brasileira cumpre as normas internacionais de manutenção. Se não cumprir é passível de cassação da concessão. E evidente que a agência tem que fazer quando a empresa não cumpre aspectos básicos de manual de manutenção é ir lá e cassar o seu registro, se a empresa está promovendo a possibilidade de um acidente e, portanto, de uma tragédia.

Então, Senador, eu quero mais uma vez agradecer. Mas mesmo, porque a oportunidade que os senhores estão nos dando aqui para colaborar com essa Subcomissão, mas também esclarecer um conjunto de dúvidas que eu confesso não tenho tido sucesso nesses esclarecimentos, apesar de ter procurado fazê-lo, eu tenho certeza que essa Comissão aqui estará dando uma oportunidade bastante significativa para todos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Milton Zuanazzi, e eu passo a palavra agora para o Presidente da INFRAERO, Dr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi.

SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI: Sr. Presidente, Senador Garibaldi, a pergunta diz respeito à privatização. A possibilidade de privatizar aeroportos. Eu vou repetir em parte o que eu já disse. Eu não tenho preconceito com relação a privatização. Só uma dúvida. Nós temos 67 aeroportos operados pela INFRAERO. 10 são superavitários, e 57 são deficitários.

Então como é que nós estabeleceríamos um equilíbrio para atender a toda a malha? É a única dúvida. Provavelmente os 10 se levados à privatização, teria um grande número de pessoas, de empresas disputando. Com relação aos 57, talvez alguns poucos teriam realmente quem participasse de uma licitação. E nós teríamos que continuar trabalhando nesses 57 porque teríamos que atender a toda a população do País. A única dúvida que tenho. Mas não tenho preconceito de estudar a entrada na área privada na administração de aeroportos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Sérgio Gaudenzi, Presidente da INFRAERO, e passo a palavra agora ao Dr. João Quirino Júnior, Presidente Regional da Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABAV.

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, com referência à estimativa de perda na receita nesse ano de 2007, no primeiro semestre, em comparação ao mesmo semestre de 2006, quando nós tivemos esse ano praticamente a VARIG como uma empresa inoperante no Brasil, cancelamento das suas linhas nacionais e internacionais, e com a grande promoção de tarifas que as empresas aéreas praticaram, nós tivemos uma perda na receita em torno de 25%. A partir do momento do trágico acidente com a aeronave em São Paulo, me parece que no dia 16 de julho, a ABAV nacional ela está estimando a perda em torno de 40% na receita das agências. Lembrando que 93% das agências de viagens no Brasil são de micro e pequena empresas. Agora, nós detectamos agências pequenas e médias que chegaram a 53%.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Meu caro Senador Garibaldi, Relator dessa Subcomissão, V.Ex^a gostaria de fazer alguma pergunta? Eu gostaria de fazer algumas ponderações que julgo pertinente.

Eu fui o Relator da Agência Nacional de Aviação Civil aqui no Senado. E tive a oportunidade de conversar com todos os agentes desse setor tão vital para o Brasil. Eu tive várias reuniões no DAC, Brigadeiro Ramon, estivemos juntos, o Brigadeiro Bueno ainda era o Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Saito também participou de algumas reuniões, o Brigadeiro Godinho que hoje está com o Ministro Nelson Jobim, que era o Diretor do DAC, eu conversei com a associação de pilotos, eu conversei com empresas, as empresas aéreas de vôos regulares, de vôos não regulares, eu tive a oportunidade, conversei com fabricantes de

equipamentos aeronáuticos, fabricantes de aviões, e eu tive a oportunidade de entender um pouco esse setor, eu que sou um Senador que sempre fui voltado e venho de área de infra-estrutura, é um setor complexo, um setor de alta tecnologia, e evidentemente um setor que exige uma atenção absoluta de qualquer Governo. De qualquer Governo. E eu vou... E eu faço questão de registrar aqui uma avaliação muito pessoal minha dessa crise toda que ocorreu. Mas ela tem uma lógica na minha leitura. Eu pessoalmente prefiro não culpar isoladamente ninguém. Até porque o que aconteceu é um somatório de circunstâncias, de coincidências, de mudanças que acho que aqui já foram abordadas talvez pontualmente, mas é importante registrar.

Primeiro, a questão da Agência Nacional de Aviação Civil e esse questionamento com relação às agências no Brasil. Isso é um retrocesso se nós viermos a questionar as agências. E se existe uma discussão hoje de politização de agências, a partir do momento que o Governo de plantão puder tirar um diretor de uma agência, aí sim nós vamos sentir na carne o que é que é politização. Isso é o primeiro ponto. Aqui foi falado de contingenciamento, aqui foi falado de autonomia. Nós inclusive, a primeira audiência dessa Subcomissão foi sobre agências reguladoras. Onde nós fizemos toda essa abordagem desde a autonomia financeira, autonomia administrativa, nós abordamos vacância de diretores, uma série de temas inclusive um rigor maior na qualificação dos dirigentes indicados para as agências. Isso inclusive está se transformando num Projeto de Lei. Em outros casos, em Emendas constitucionais. Exatamente com o intuito do Legislativo colaborar para que nós tenhamos uma ambiência mais compatível com que o Brasil precisa, principalmente no que se refere às agências. Mas aí o que aconteceu? Nós vínhamos com a VARIG, e eu me lembro bem disso, era por volta de 2003, por aí, 2002, a VARIG sem solução. Literalmente sangrando. Literalmente sangrando. Acompanhei inclusive esforços no sentido de com *advises* se estudar uma solução da VARIG em função das empresas existentes. Que naquela época era a VARIG, era a GOL, a VASP também já na reta final definindo, outras companhias aéreas começando a surgir no cenário brasileiro... E a realidade é que a despeito desses estudos, e que foram questionados, à época se dizia que Embaixadores foram convocados para se explicar inclusive a operação que seria feita em função dos slots nos aeroportos internacionais. E essa ação ela foi abortada por uma série de motivos aqui que não... Que eu prefiro também não... Para não me estender demais, mas a realidade foi essa. E a VARIG foi definindo pelos motivos todos sabidamente conhecidos, e aí nós começamos entrar numa situação

importante, aviação comercial ela é estratégica para qualquer País do mundo. Quando aparece uma situação dessa é fácil falar que nós vamos abrir tudo, nós vamos... Lá atrás já se discutia no Governo anterior que a abertura é que acabou levando às quebras das empresas. Eu não confirmo isso ou não. Mas os movimentos em vários países do mundo, principalmente a Europa, a Europa solidificou em vários países duas companhias, três companhias no máximo e agora esse cenário muda ou se alterna novamente em função dessa disputa de AIR FRANCE, de LUFTHANSA de BRITISH AIRWAYS e assim por diante. Mas a realidade é que nós tivemos uma lacuna no meio desse caminho. E as empresas tentando se reacomodar à essa nova realidade. Ou seja, a ausência da VARIG. E aí de um lado existiu uma empresa TAM dentro daquele perfil do Comandante Rolim, dentro daquele perfil tradicionalmente adotado pela aviação comercial brasileira. Do outro lado a GOL. Uma empresa comercial *low cost*, *low fair*, portanto, com uma filosofia, diferente inclusive em função da utilização da sua frota. E as duas e as outras também, a BRA naquela época era vôo não regular, não sei se é hoje ainda, depois veio a OCEANAIR, e outras companhias menores TRIP, companhias regionais. Mas a verdade é que elas tiveram como missão ocupar esse espaço deixado pela VARIG. Não só aqui, mas garantir também lá fora os slots que a VARIG detinha.

Então, uma situação delicada. De reacomodação do mercado. Que não é simples. Em se tratando de aviação comercial e com as dimensões brasileiras e as responsabilidades mais do que nunca.

Depois disso, veio a criação da Agência Nacional de Aviação Civil. É importante destacar, o Milton Zuanazzi disse aqui, esse projeto vem de 97... 98, se não me engano. Inclusive o primeiro Relator desse projeto era aquele Deputado gaúcho, inclusive falecido já, o Nelson Marchezan. Foi quem começou esse projeto em 97. Isso não surgiu à toa. Estou vendo algumas opiniões dizendo que não, a ANAC não há necessidade da ANAC. E com um raciocínio interessante, já que todo setor é privado, já era privado. Como se também companhias estatais como hoje acontece no setor elétrico, no setor de petróleo não façam disputas comerciais também. Ou não se enfrentem no mercado. Mas na verdade a ANAC ela foi criada em cima de uma série de motivos. A ANAC não surgiu assim da noite para o dia ou na cabeça de um Presidente. Ela surgiu em função de um disciplinamento, em função de uma constância na gestão dentro da área, ela surgiu em função de uma disputa inclusive comercial com relação a uma das maiores conquistas que o Ministério da Aeronáutica efetivamente consolidou no Brasil,

homologação de aeronaves. Poucos países no mundo homologam aeronaves como o Brasil faz. Naquela época, Brigadeiro, e eu conversei muito com a Aeronáutica, até sob a concepção da EMBRAER. A EMBRAER ela foi concebida dentro de uma visão de soberania, de uma articulação para se chegar a todos os rincões do País. E, portanto, ele era um fabricante de aeronaves pequenas. No máximo aeronaves médias. Exatamente para levar em consideração esse conceito de ocupação de acessar as cidades menores e criar as condições para que essas pessoas também usufruíssem desses benefícios da aviação. Que foram suspensos por essa medida judicial que eu ouvi quando cheguei o Zuanazzi falar e que praticamente inviabilizaram a aviação regional. A EMBRAER mudou a partir do momento que foi privatizada, ela não entrou só mais na aviação regional, ela está disputando hoje com os grandes fabricantes do mundo. Com Bombardier, com o Boeing, enfim, com Airbus talvez. Porque ela já constrói hoje jatos de dimensões médias.

Então, há todo um envolvimento comercial, sim. Porque já lá atrás, nos governos anteriores, existiu o questionamento do Governo americano, mais especificamente da FAA com relação à homologação de aeronaves. E a Aeronáutica sempre destacou isso que nós coríamos o risco de perder a homologação. E a partir do momento que nós perdêssemos a homologação, essa questão de competitividade no mercado internacional ela se alteraria substancialmente. Evidentemente, em prejuízo do Brasil.

Então essas coisas têm que ser historiadas para não achar que foi feita uma agência porque está na moda fazer agência. Muito pelo contrário. As agências são membros fundamentais em qualquer democracia. Em qualquer País. Isso vem da revolução industrial. Vamos nos remeter aos tempos da velha Inglaterra, do motor a vapor. Então nós precisamos olhar isso com muito equilíbrio. Nós tivemos uma agência numa transição. Nós já tínhamos o problema da VARIG, depois nós tivemos uma transição do DAC e temos ainda, como foi dito aqui, uma transição do DAC para a Agência Nacional de Aviação Civil. Nós infelizmente depois tivemos o acidente da GOL lá em Mato Grosso, e aí um problema que já existia que era o problema dos controladores, por essas carências que o próprio Brigadeiro Ramón aqui colocou claramente ela emergiu, porque ali existiam... Muitas pessoas morreram. Foi um luto no País. E evidentemente havia problemas depois detectados e amplamente divulgados pela imprensa, principalmente no que se refere à orientação dos dois vôos. Do vôo que vinha de lá com o vôo que saía de Brasília com destino a Manaus. E é importante registrar, Brigadeiro, eu depois olhando essas questões e

eu gostaria também até aproveitando a oportunidade, eu conversei com vários pilotos comerciais. Até fruto dessas relações que eu estabeleci quando fui Relator da ANAC. E eles próprios chegaram a me afirmar algumas dificuldades em determinadas regiões do País de comunicação, inclusive um deles chegou a um nível de detalhe curioso, que logo depois do acidente muitas pessoas, muitos passageiros pediam a ele como comandante que avisasse quando o avião estivesse passando no lugar exato onde houve a colisão. Porque as pessoas queriam fazer orações para aquelas pessoas que tinham falecido. E ele quando eles faziam essa solicitação ele testava as comunicações. Em algumas situações efetivamente ele conseguia conversar. Em outras não. E é importante destacar também ao longo dessas discussões, eu procurei ouvir também os controladores, ouvir também a Aeronáutica, e surgiu um problema, além da questão do pessoal, proficiência em inglês. Se é verdade ou não, mas eu tive inclusive a informação que quando houve o problema com o Legacy, os pilotos tiveram dificuldade de comunicação. Talvez até por causa do idioma. E mais ou menos há 45 minutos ou 60 minutos atrás vinha uma outra aeronave de uma outra companhia aérea e o piloto fez inclusive a interface com o Legacy. Até ele descer na Serra do Cachimbo. Acho que até seria uma oportunidade boa pra gente esclarecer isso. Mas a realidade é o seguinte, veio a crise dos controladores. Quer dizer, mais uma. Nós estávamos com a VARIG, uma agência em transição, a crise dos controladores e depois para completar a INFRAERO com os investimentos principalmente nos aeroportos de maior movimento que é o caso de São Paulo, que é o caso do Rio de Janeiro, enfim, aeroportos que receberam investimentos da INFRAERO. E muito aquém dos recursos necessários. Então na minha leitura, se eu não estou enganado, Senador Garibaldi, há um... São vários motivos que levaram, que nos levaram a esse quadro. Vários motivos. Os próprios programas de incentivo à utilização dos aviões, as campanhas que as companhias aéreas mais do que nunca propagandaram e conseqüentemente o fluxo cresceu. Então na minha leitura é uma somatória de problemas que nós não podemos esquecer que nós não podemos simplesmente e primariamente culpar A, B, C ou D. Eu acho que é um conjunto de problemas que ocorreram em função de circunstâncias, e evidentemente aliado a uma condição, associado a uma questão de gestão. Que talvez hoje é o maior desafio dessa área é uma articulação de toda as instituições que participam da aviação comercial brasileira, e ao mesmo tempo gestão. Acompanhamento. Cobrança. Eu acho que, pelo menos na minha leitura de um... A minha leitura pessoal de um leigo no assunto, mas eu

acredito que isso tudo que aconteceu é uma somatória de problemas que depois se juntaram e levaram o País a essa situação. Infelizmente. E não uma coisa atual desse Governo, é uma coisa... Era uma coisa que já vinha se arrastando como foi dito aqui, e muitas coisas foram estabelecidas lá atrás. Nós temos que ter serenidade para discutir essas coisas para realmente encontrar uma solução definitiva.

Então, eu gostaria, primeiro ouvir um pouco dos oradores se talvez é isso mesmo ou então uma coisa localizada, ou só é uma questão de gestão, de uma melhor articulação das áreas, mas áreas caminham bem. Enfim, eu acho que é mais uma... Queria ouvir um pouco das pessoas que estão diretamente envolvidas com essa questão, opinião com relação a tudo isso que infelizmente nós vivenciamos nos últimos anos. Segundo, aí é uma pergunta específica, Brigadeiro, com relação a aeronavegação e se há realmente essas dificuldades, principalmente de contato em algumas regiões do País e qual a relação disso com o Projeto SIVAM. Se foi implementado no seu conjunto, se não... Eu ouvi o senhor falar sobre problemas de manutenção.

Então, um pouco saber dessa questão e a questão dos controladores, se nós caminhamos efetivamente para ter controladores civis, nós vamos continuar no modelo híbrido ou se isso vai ficar por conta desse avanço tecnológico por satélite, se essa separação vai ser feita em função da implementação dessas tecnologias que vão separar a aviação comercial brasileira da questão de segurança do espaço aéreo. Esse é a primeira pergunta que eu queria fazer.

A segunda questão, Milton, é com relação ao CONAC. Eu me lembro bem numa reunião lá no DAC, no Rio de Janeiro, eu notava do Brigadeiro Bueno e dos demais Brigadeiros, do Brigadeiro Godinho a necessidade de uma reatualização de reuniões do CONAC para reatualizar os marcos regulatórios fruto dessa nova realidade. Quer dizer, qual é o cronograma, o que é que se espera, e o que é que o Senado, uma vez que nós estamos fazendo uma série de sugestões por área de infra-estrutura, o que é que nós podemos colaborar para ajudá-los nesse grande esforço para aprimorar a legislação? Acho que é importante, Milton, até para que a gente tenha essa orientação e depois tenha os subsídios. Porque a consultoria do Senado aqui, nós Senadores, vamos em função desse contato conversar com os senhores exatamente para que vocês nos dêem esses subsídios para apresentar aquelas propostas que necessariamente passam pelo legislativo.

A outra questão que eu gostaria de perguntar, aí num caráter mais geral, quais são os reflexos de tudo isso que aconteceu na imagem do Brasil, principal-

mente no que tange a aviação comercial brasileira? O que é que isso representa? Nós vimos o Dr. João Quirino falando sobre... Primeiro, a redução com a saída da VARIG. De 30%. Quer dizer, o setor já trabalhava um setor com perfil de micro e pequena empresa já trabalhava com 70% do que trabalhava antes. Depois aparentemente teve um impacto de 50%. Quer dizer, números acachapantes.

Então, uma primeira consequência é essa. Para o turismo internacional, para os homens de negócios, para homologação de aeronaves, o que isso vai representar, o que é que isso vai... Como é que nós vamos sentir isso? Ou não houve nenhuma mácula na imagem do Brasil mesmo em função de todas essas dificuldades? Quer dizer, quais são as consequências? E é importante destacar, eu pelo menos acompanhei os principais jornais, sites americanos, europeus, eles deram ampla divulgação durante dias e mais dias sobre o acidente, sobre essa questão aérea brasileira. Será que isso aí rapidamente foi absorvido ou será absorvido e quais as ações que nós deveríamos implementar para efetivamente tirar essa imagem, do meu ponto de vista, depreciativa que o Brasil passou a assumir em função de tudo isso que aconteceu? Eu queria então abrir essas perguntas, eu vou chamar em função da sequência aqui que foi de apresentação dos oradores, e também peço que se cada orador quiser fazer algum comentário adicional sobre o que foi falado aqui, alguma observação que julgar importante, nós poderíamos, como eu sou o último a perguntar, nós poderíamos... Os oradores podem também fazê-lo, até pra gente já fazer nessa última... Até para que a gente nessa última rodada encerre essa Audiência Pública e eu gostaria também, até Dr. Modesto Lopes, em função até do horário, eu facultaria, pelo menos um período curto para algumas observações, uma vez que o senhor chegou só teve oportunidade de chegar agora, eu vou fazer na sequência todos os oradores e depois passo a palavra para o senhor finalizando e aí nós vamos concluir essa Audiência Pública.

Então, eu passo a palavra para o Major Brigadeiro-do-Ar, Ramon Borges Cardoso.

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Excelência, Sr. Senador Delcídio Amaral, vou falar também rapidamente sobre todas essas coisas que aconteceram.

Em relação ao acidente, nós podemos dizer que ele foi um catalisador de tudo que estava acontecendo. E que essa necessidade de haver um acréscimo tanto de infra-estrutura quanto de controladores, ela iria ocorrer de qualquer maneira. O acidente apenas adiantou o problema. E juntamente com esse caso dos controladores, houve aí um outro problema da área militar que foi o motim, e também a tentativa de

se conseguir um recurso a mais e salarial, passou a ser uma briga salarial e não apenas uma tentativa de fazer uma melhoria no controle do tráfego aéreo.

Em relação ao inglês, a ICAL(F), ela dizia que todos os controladores e pilotos deveriam conhecer o nível técnico, inglês técnico. Apenas para poder fazer a informação daquelas mensagens normais de posição da aeronave e de meteorologia. Mas ela viu que não é suficiente. É necessário que tanto controladores quanto pilotos atinjam um grau nível 4 que é dentro dos níveis dele o nível médio para permitir que haja um diálogo entre pilotos e controladores. Porque no dia-a-dia, quando tudo está normal, aquelas mensagens são padronizadas são muito fáceis de entendimento. Na hora que tem a emergência é que foge desse diálogo e passa para o diálogo coloquial e nem sempre os controladores e os pilotos que não são de língua inglesa tem dificuldade para fazer esse entendimento. E foi estabelecido prazo de março de 2008 para que isso acontecesse. Mais de 30 países já disseram que não terão capacidade de atingir, o Brasil entre eles. Nós não teremos capacidade de formar todos os nossos pilotos e controladores para o nível 4 até 2008. Então vai haver uma reunião em setembro na ICAL(F) e já existe a expectativa de que a ICAL(F) modifique essa regra passando para 2011, colocando apenas o seguinte: dentro de cada setor, cada turno de trabalho deverá haver um controlador que saiba inglês no nível 4 para permitir que em casos de emergência ele possa dialogar com o piloto. No caso de Cachimbo, não. Porque em Cachimbo, uma base militar, os controladores que nós temos lá não falam nada de inglês. Eles só falam português mesmo porque não é exigido. Esse inglês só é exigido nos locais onde nós trabalhamos com tráfego aéreo internacional. Então realmente uma aeronave fez o que nós chamamos ponte de comunicação entre o Legacy e Cachimbo para permitir que houvesse o entendimento porque o controlador que estava lá não estava treinado para receber aeronaves estrangeiras. Então não é que ele não soubesse, é que ele não tinha que saber. Aquela organização não tinha que saber.

Em relação a movimentos que nós temos no País. Nós não tínhamos um software que permitisse uma análise mais adequada de qual é a real capacidade do aeroporto, da pista, do espaço aéreo. Esse centro de gerenciamento de navegação aérea, CGNA, ele começou a operar em novembro do ano passado já por causa da crise que havia se instalado mesmo antes do software estar totalmente desenvolvido. E a partir daí é que nós começamos a ter conhecimento de quais são as nossas reais capacidades. E hoje isso é feito com um aprimoramento porque não é de uma

peessoa executando os cálculos, e sim de um software que leva vários parâmetros para poder dizer qual é a capacidade de um aeroporto ou do próprio espaço aéreo. Então isso já está mais aprimorado e hoje é mais fácil nós darmos para a ANAC quando ela nos pergunta se uma HOTRAN pode ou não ser autorizada, se aquilo é possível dentro daqueles horários.

Em relação a comunicações do Projeto SIVAM. Tudo que estava previsto no Projeto SIVAM foi implantado e a parte que é da Aeronáutica está em funcionamento. São 25 radares, 19 estações de comunicação com as aeronaves. O que existe é que em alguns locais que eu não tenho superposição de comunicações. O ideal é que tivéssemos duas ou mais estações que permitisse uma posição que por qualquer anomalia atmosférica ou qualquer que seja o problema, uma outra estação pudesse suprir. Isso não acontece pela própria dificuldade de colocarmos estações na Amazônia. O senhor bem conhece a área, algumas estações estão colocadas em pelotões de fronteira do exército que é o único local onde eu possa ter, que eu tenho capacidade de ter, por exemplo, energia elétrica. Porque senão teríamos que estar implantando estações no meio da Amazônia e levando tudo para lá. Praticamente teríamos que construir uma pista de pouso para poder levar o óleo combustível, para poder fazer a manutenção da energia para isso. Então precisa ser um pouco mais adensada essa comunicação em alguns pontos específicos e nós estamos fazendo isso, não colocando mais estações. Mas colocando equipamentos que permitam o alcance maior e com isso nós atenderemos a área como um todo. E isso dentro de um conceito um pouco mutável no dias de hoje. Porque a concepção do CNS/ATM é de que não vai haver mais diálogo piloto-controlador de voz. Porque eles vão transferir dados por satélite. Então a comunicação do piloto com o controlador ocorrerá apenas quando houver emergência. Então nós temos que reestruturar muito bem esse sistema de comunicações porque ele vai funcionar apenas durante as emergências. Obviamente estou falando em coisas de dez anos. Mas o equipamento que eu instalo hoje dura 12, 13 anos. Então eu preciso fazer uma análise bem feita para não estar instalando um equipamento que vou jogar fora daqui a pouco. E isso existe um planejamento e nós estamos cumprindo esse planejamento. Inclusive com uma novidade muito grande. Qual será a formação do controlador daqui para frente? Não somos só nós aqui no Brasil que não sabemos. Nós temos muito contato com a FAA e com a ICAL(F). Trabalhamos em conjunto em vários trabalhos. Eles não sabem como vai ser o controlador daqui para frente. É uma coisa que está sendo avaliada porque se ele vai tratar com

dados, quais serão as necessidades que eu preciso de formação? Hoje nós temos a parte de segurança do controle, a separação de aeronaves sob a responsabilidade do controlador. Em mais de dez anos essa responsabilidade será do piloto. E o controlador será muito mais um gerente do espaço aéreo do que um separador, do que um controlador nos moldes atuais. Então nós estamos também numa fase de mudança conceitual. Além de tudo que aconteceu que o senhor colocou bem, a sua análise está perfeitamente de acordo com os fatos, ela é correta, e, além disso, nós temos uma mudança conceitual que nós temos que trabalhar com ela.

Em relação à imagem do Brasil, os dois órgãos mais importantes em termos de trabalho para nós são a ICAL(F) e a FAA. E nós temos vários grupos de trabalho e painéis que são feitos em conjunto. Alguns desenvolvimentos, provas de conceito estão sendo realizadas aqui no Brasil. Nós temos algumas coisas feitas na Austrália, no Japão, nos Estados Unidos e no Brasil. E os dados aqui coletados são enviados para o mundo para que eles possam colher as informações trabalhadas aqui. Então esses dois órgãos conhecem o nosso sistema de controle de tráfego aéreo. E participam no dia-a-dia das nossas atividades. Não houve perda de imagem do controle do tráfego aéreo para eles porque como estavam trabalhando com o nosso sistema muitos anos, eles sabiam que o sistema não passa de bom a mal de um dia para o outro. Então eles continuam trabalhando, nós temos mantido os nossos contatos, mantidos os nossos grupos de trabalho, e em outubro desse ano teremos uma grande reunião no Rio de Janeiro que vai tratar de todos os provedores e todos os usuários do novo sistema CNS/ATM nas Américas. E vai acontecer no Rio de Janeiro em parceria do DECEA com o FAA. Isso mostra ao senhor que estamos realmente trabalhando em conjunto, estão vindo as companhias americanas, todas as companhias grandes americanas já disseram que irão participar, os grandes fabricantes de equipamentos e de aeronaves irão participar. Então nós teremos aqui Boeing, Bombardier, Ration(F) e nós teremos Delta Airlines, United e nós tivemos até que restringir o número de companhias e como nos Estados Unidos são várias companhias, nós tivemos que falar: Bom, companhias com menos de cem aeronaves não podem vir para cá porque não há espaço. Porque senão nós tiraríamos os lugares das nossas companhias. Então vai ser um evento bastante importante para a aviação geral, como um todo, para que todos possam conhecer exatamente o que é CNS/ATM. E quais são os pontos focais que, por exemplo, os produtores aqui do Brasil poderão entrar nesse mercado. Porque aí nós

teremos exatamente o que precisa de equipamentos. E há uma grande mudança também da OACI em relação a essa ampliação do CNS/ATM. Começaram fazendo seu trabalho baseados em equipamentos. Nós vamos desenvolver tal ou qual equipamento. Depois de um tempo eles viram que isso era impossível porque a briga entre Europa e Estados Unidos era tão grande que era inviável fazer isso. Passou-se a trabalhar com requisitos. Eu quero um equipamento que tenha esses requisitos. Não importa onde eles sejam fabricados. Desde que ele atenda aqueles requisitos. E é isso que nós iremos passar para todos os participantes. E ela vai ocorrer em outubro justamente porque vai haver a conferência de navegação aérea, é o Plenário dessa conferência de 17 a 28 de setembro lá em Montreal. E nessa reunião serão aprovados todos os conceitos a serem utilizados daqui para frente. Mundialmente. Então nós poderemos dizer a todas as companhias e usuários, o equipamento que eu preciso é esse, a aviação o que você vai ter que colocar dentro do seu avião é esse equipamento. E nós também. Como é que nós vamos fazer esse gerenciamento.

Então, não houve perda de conceito ou perda de imagem em relação a essas duas organizações. E com a IATA, eu tive a oportunidade de ter algumas reuniões e o que eles nos questionam é: como vai ser daqui para frente? Eles não estão preocupados porque nós fizemos apresentações sobre segurança do tráfego aéreo. Mas eles estão preocupados com o Sistema de Transporte Aéreo. Como vai ser essa operação. O que é que vai crescer e o que é que não vai crescer. Essa me parece que é a imagem que precisa ser resgatada em primeiro lugar. Dar uma visão do que vai ser o sistema daqui para frente, como o próprio João Quirino falou. Para que as companhias aéreas, as agências de viagens, a própria IATA possa definir o seu planejamento de onde ela vai aplicar recursos e o que ela pode esperar do transporte aéreo no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu só queria, Brigadeiro, fazer uma pequena pergunta para o senhor. Em função desse relacionamento com a FAA, com a ICAL(F), como a ICAL(F) e a FAA e outros organismos analisaram essa interferência, se é que a gente... Essa é uma palavra adequada, nas investigações que no momento têm que ser levadas com muito sigilo quando existe um acidente aéreo. Qual é a leitura que eles fazem de numa Sessão do Congresso divulgarem a degravação de uma caixa-preta nem bem passados 15 ou 20 dias de um acidente que enlutou o Brasil? Qual é a opinião desses organismos internacionais principalmente com relação à investigação de acidentes aéreos que eu sei que a Aeronáutica tem o máximo cuidado, o máximo rigor

pelos especialistas que tem. Como isso foi visto pelas entidades internacionais e o que isso pode trazer para o País de consequências fruto dessas informações, no meu ponto de vista, colocada já no conhecimento, para o conhecimento público quase que imediatamente pós o acidente, o que isso pode representar?

SR. RAMON BORGES CARDOSO: Bom, Senador, eu não sou especialista na parte de investigação de acidentes. O que eu sei é o que nós conversamos, principalmente com o Brigadeiro Kersul, sobre essa divulgação. Há por parte do CENIPA o cuidado, como todas essas organizações que tratam de investigação, de não fazer a divulgação de informações enquanto não se tem o resultado final. E esse resultado às vezes é bastante demorado. E eu posso citar um caso para o senhor que foi uma aeronave que teoricamente era um Boeing 747 que estava decolando de Nova York e explodiu pouco tempo depois da decolagem e se dizia que havia sido um míssil disparado de um submarino que havia abatido aquela aeronave. E logo de imediato isso foi colocado na mídia. E nós já temos praticamente dez anos, foi feita uma análise, viu-se que havia sido apenas um outro problema, foi uma faísca no tanque de combustível, mas até hoje existem questionamentos: será que foi o míssil ou será que foi a explosão realmente. Porque a primeira versão que foi colocada permaneceu por muito tempo.

Então, esse me parece que é o maior problema. De se colocar uma versão que pode não ser a verdadeira e essa versão acabar sendo colocada daqui para frente como se fosse definitiva. Nesse ponto que eu acho que precisa realmente haver uma segurança muito grande no momento de se fazer a divulgação de qualquer fato relativo a um acidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Major Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, e eu passo a palavra agora para o Diretor-Geral da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI: Senador, primeiro dizer a importância do senhor ter revisado aqui o bom do histórico, o senhor teve papel bastante significativo, lembrar que nós passamos contingência da maior empresa aérea brasileira que foi a VARIG, nascedouro da ANAC, foram seis milhões de passageiros que nós tivemos que transportar em outras empresas. Isso não é pouco coisa. Mas a gente já fica contente quando não é criticado. Imagina elogiado. Mas realmente foi uma contingência brutal que o País passou e acho que nós conseguimos passar bem. Conseguimos sair de uma solução que era para ser muito mais drástica ainda do que foi.

E por último dizer quanto à imagem do Brasil, não sei a relação pública mundial. Aí só pesquisa. Pa-

rece que o Ministério do Turismo está fazendo esse levantamento. Mas em relação à comunidade aeronáutica realmente não foi bom. O que ocorreu, o que vem ocorrendo. A forma como estamos tratando publicamente o acidente. Não foi bom. Agora mesmo os nossos técnicos da área de certificação estavam em Praga, num seminário internacional, e voltaram bastante cabisbaixos com as críticas que o Brasil levou pela forma de divulgar dados apressadamente pela luta quase insana de quem apresenta... Qual é o organismo que tem a capacidade de apresentar na frente do outro dados parciais, longe ainda de um resultado de uma investigação. Não é isso que a Comunidade Aeronáutica busca em lugar nenhum do mundo. Que não é achar culpados. Ela busca encontrar os problemas que ocorreram para que não venham a ocorrer.

Então realmente nesse aspecto eu posso depor que não foi boa não, a forma como o Brasil está tratando essas duas tragédias.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Milton Zuanazzi. Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil. Eu passo a palavra agora para o Dr. Sérgio Gaudenzi para suas considerações finais.

SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI: Sr. Presidente, eu talvez tenha a tarefa mais fácil. Porque como cheguei à INFRAERO apenas há quatro dias, tenho muito menos coisas ainda a falar. Talvez também a minha tarefa seja mais fácil que a da agência e do controle do tráfego aéreo. A INFRAERO deve manter em condições de segurança pistas e pátios, ter equipamentos operantes, dar eficiência e conforto do embarque e desembarque de passageiros e operar com eficiência a logística de carga. Eu considero que deve ser uma tarefa menor do ponto de vista do trabalho que nós teremos e menos complexa do que as outras tarefas. Mas nós queremos trabalhar sempre integrados e eu não posso deixar de elogiar a Comissão por esta reunião que nos permitiu uma troca, eu acho, de informações muito boas sobre o conjunto das operações.

Então eu me congratulo com a Comissão por essa Sessão que fez aqui hoje e nós estamos à disposição sempre que convocados estaremos aqui e compareceremos para dar a contribuição. Eu espero em outras oportunidades já com mais algum tempo na INFRAERO poder dar uma contribuição maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Dr. Sérgio, só não querendo... Eu só gostaria, aproveitando a presença do senhor aqui, não sei se isso já foi colocado, a questão de São Paulo. Porque falaram em aeroportos novos, agora eu ouvi o Ministro Jobim falando da reforma de Guarulhos, a

questão de Viracopos... A estratégia efetivamente é atacar as instalações que existem hoje. E muito provavelmente instalar algum tipo de transporte rápido para atender esses aeroportos. É essa a linha que será adotada pela INFRAERO?

SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI: Nós fizemos no sábado uma visita aos quatro aeroportos. Aeroporto de Campinas tem plenas condições de receber um fluxo bem maior, com pequena alteração que se pode fazer em menos de uma semana no check-in, na área do check-in. A utilização do desembarque internacional junto com o desembarque nacional que amplia a área e a colocação provavelmente de mais alguns equipamentos de raio-x para a observação de bagagem. Então é um aeroporto que tem plenas condições de atender.

O aeroporto de Guarulhos vai precisar de uma interrupção. Nós tivemos uma reunião hoje com a ANAC e o DECEA. Nós vamos ter que interromper por algum tempo. É claro que é sempre um transtorno, mas é indispensável fazer isso agora para que não ocorra a interrupção em momento de tráfego muito mais intenso. Ou para que não se chegue em um período de chuvas como nós poderíamos ter um tempo maior para realizar as obras que precisamos. O aeroporto de Congonhas vai ter uma redução no número de pousos, e o aeroporto que nós visitamos também para a aviação geral em Jundiaí ele é um aeroporto que pode ser operado com uma pequena obra de uma torre e de alguns equipamentos e poderá ser imediatamente operado. Acho que assim nós vamos descongestionar um pouco São Paulo. Claro que se for necessário uma via expressa para São Paulo nós já começamos a analisar isso, nós teremos que entrar em contato com o Governo do Estado de São Paulo, mas há uma colaboração muito grande do Governo do Estado para a solução da crise. Nós poderemos ter talvez um canal exclusivo de rodovia interligando Campinas a Guarulhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Quer dizer, por enquanto Dr. Sérgio Gaudenzi, está afastada a condição de um trem rápido, algumas coisas? Não. O que se projeta é uma via rodoviária específica.

SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI: O que já existe é bloquear talvez uma faixa para fazer um transporte mais rápido naquela faixa cativa. É claro que a idéia do trem não passa por nós só da INFRAERO, ela teria que ser discutida em um foro muito mais amplo. Porque não se faz também rapidamente uma ferrovia de interligação de aeroportos. Mas essa pode ser para o futuro também uma idéia. Outros países adotam isso. Os aeroportos são normalmente distantes do centro da cidade, mas se pode atingir por ferrovia

ou por uma regional, como na França, por um metrô se pode atingir até uma estação que fica em ponto central da cidade. O que me parece para o passageiro muito mais interessante. Porque ele pode descer num ponto central da cidade. Ele não terá que fazer com tanta antecedência um deslocamento por uma rodovia que muitas vezes é congestionada e ele não sabe exatamente o tempo que ele vai gastar para chegar no aeroporto com a antecedência que ele precisa chegar para o embarque. Então o trem dá uma condição muito melhor de se prever tempo de percurso. Mas essas são soluções muito mais complexas e mais caras que tem ser resolvidas no bojo de ação de diversas áreas, não só do Governo Federal, mas também do Governo do Estadual.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Sérgio Gaudenzi. Passo a palavra ao Dr. João Quirino Júnior, para também as suas considerações finais.

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: Obrigado, Senador. Os meus comentários eles não serão técnicos. Até porque não é a nossa área. Mas comercial e consequências dessa grave crise aérea. Lembrando, Senador, que nós conversamos no início que as agências de viagem representam, fazem parte de um segmento de interface com o consumidor. E o principal meio de receita para as empresas aéreas, variando de 73 a 83%. Nosso entender é preciso que se readquirir a credibilidade, principalmente no mercado interno para o consumidor. O consumidor está preocupado, é preciso uma maior transparência nas gestões sejam quais forem, e é preciso que as empresas, algumas empresas e algumas instituições deixem a ganância de lado e passem a respeitar mais a segurança e o espaço do passageiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado Dr. João Quirino Júnior. Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABAV, e por último, mas não menos importante, como diz o inglês, o Presidente da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários, ABRASCA, Dr. Modesto Lopes para suas considerações iniciais e finais.

SR. MODESTO LOPES: Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, primeiro lugar gostaria de agradecer o convite em nome dos nossos associados, e em face do horário, primeiramente desculpar-me pelo atraso. Razões alheias à minha vontade fizeram com que eu não pudesse chegar antecipadamente.

Sr. Senador, no zelo do seu conhecimento eu fiz... “Modesto, afinal foi o atraso da companhia?” “não, Se-

nador, foi um pequeno atraso. A razão do meu atraso foi de outra ordem. Era para ter vindo em outro voo e acabei por não conseguir vir a tempo”. De qualquer sorte, Sr. Senador, através de sua pessoa gostaria de cumprimentar toda a Mesa, todos os Srs. Senadores e os que aqui estão, e dizer o seguinte: Primeiramente nós representamos o segundo setor de receitas, creio eu, da INFRAERO. E uma companhia dessa magnitude tão importante para a economia nacional que por todos nós a meu ver deve ser preservada, ao ter o seu segundo item de receita visto que primeiro parece que é carga, o segundo é receita da área comercial e terceiro, se não me falha também a memória seriam as tarifas”. Eu entendo que é um segmento importantíssimo, em boa hora e com muita alegria nós vimos o convite de V.Ex^a e dessa Comissão.

Assim sendo, nós nos proporíamos para além de agradecer a vinda de hoje, a ficar a disposição porque vejo que essa Comissão iniciou-se algum tempo atrás e vai até mais precisamente... Ela foi instalada em 17/04 e em princípio deverá terminar seus trabalhos no dia 29/09. Nós estaríamos a disposição no melhor contributo dos nossos esforços e o pouco que conseguimos aprender nesses mais de 30 anos de atividade dentro desse aspecto para colocar à disposição desta Comissão alguns subsídios que quiçá se forem levado a efeito e podem contribuir para o aperfeiçoamento de uma legislação mais adequada às atividades comerciais aeroportuárias. Nós hoje somos regidos praticamente a nível de licitações públicas, como nos parece a melhor forma mais correta e mais justa, pela Lei nº. 8.666. Todos conhecem. Entretanto essa lei, em nosso entender, ela se aplica mais aos contratos onde o Poder Público dispõe de recursos e não arrecada recursos. Nós na verdade somos geradores de recursos e pagadores desses recursos à União.

Assim sendo, entendemos que podemos contribuir devemos contribuir porque dentro do nosso enfoque nós temos como meta prioritária o passageiro e suas necessidades, e o transporte de bens e mercadorias. Entendemos que sem ele não há necessidade de avião, e sem avião cargueiro ou de passageiro não há necessidade de aeroporto. Então se entramos na nossa ação dentro disso e dentro desse enfoque gostaríamos de ter oportunidade de ser ouvidos e não me alongaria mais, primeiro em respeito ao horário, que eu não havendo cumprido, mas entendo que a disciplina e a hierarquia fazem parte da boa civilidade.

E assim colocar-me à disposição, em nome dos nossos concessionários, e tal como disse o Dr. João

Quirino, no universo dos nossos associados nós também temos uma grande gama de empresas de pequeno porte. Algumas micros, algumas médias e algumas grandes empresas. E na verdade nos parece que a legislação atual ela não é a forma mais justa e mais conveniente a servir aos interesses do País como um todo.

Portanto, aceito de V.Ex^a os nossos agradecimentos, em nome de todos os nossos funcionários, os seus colegas Senadores, e queria se o Sr. Presidente da INFRAERO me permite, endossar as palavras do nobre Presidente que desejo muito sucesso nesta função que acaba de abraçar. Queria solidarizar-me com esta Comissão, com esta Subcomissão, pois que embora ela pode prestar um trabalho de uma relevância e de uma importância sem fim. Aprendi nos meus velhos tempos de seminário que nada é tão bom que não possa ser aperfeiçoado. E aprendi também que hoje atualizadíssimo pode ser que daqui a algum tempo não seja. E, sobretudo, com conhecimento tecnológico que graça a cada segundo desde provavelmente começou essa Sessão até o final, quicá as pranchetas dos cientistas e etc, quantas coisas já não foram descobertas.

Então era isso que eu tinha a dizer, parabenizar, agradecer e desejar boa noite a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Modesto Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários. ABRASCA. Eu quero justificar que o Dr. José Márcio Molla não pôde comparecer, que é o Diretor Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, SNEA, porque ele foi convocado para o mesmo horário para uma reunião com o Ministro Nelson Jobim. Então, ele apresentou essa justificativa porque foi uma reunião de emergência.

E eu quero agradecer a todos os convidados, quero dizer que nós continuaremos, meu caro Senador Garibaldi a fazer a análise, as análises do setor de infra-estrutura que é no meu ponto de vista é o maior desafio para o crescimento e desenvolvimento do Brasil, mas sempre com equilíbrio. Não apontando pessoas, não fazendo juízo de valor, de A, B, C ou D, mas acima de tudo respeitando as instituições e buscando mecanismos para que a infra-estrutura realmente venha a ser a referência maior ou o motivo maior de preocupação em investimentos do Governo, dos empresários privados, eliminando incerteza jurídicas e mais do que numa contribuindo pelo desenvolvimento do Brasil. Quero agradecer a presença de todos, desejar uma boa semana de trabalho a todos, e uma boa noite. Muito obrigado. A Sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 20h41.

Ata da 12ª Reunião da Subcomissão Temporária Da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de agosto, de 2007, às 17:00 Horas, na Sala de Reuniões Nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezessete horas e cinqüenta minutos do dia vinte de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença do Senador Valter Pereira e, ainda, dos Senadores Cícero Lucena, Mão Santa e Expedito Júnior. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Saneamento Básico, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Abelardo de Oliveira Filho, Diretor-Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA; o Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; o Sr. Arnaldo Luiz Dutra, Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE; o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM; e o Sr. João Paulo Lima e Silva, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Srs. Abelardo de Oliveira Filho, Diretor-Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA; Newton de Lima Azevedo, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB (representando o Sr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB); e Jeconias Rosendo Júnior, Coordenador do Plano Diretor da Confederação Nacional de Municípios – CNM (representando o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da CNM); e, ainda, com a participação do Sr. Walder Suriani, Diretor-Executivo da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE, e do Dr. Carlos Alberto Leite Coutinho Filho, Assessor do Senado Federal. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Mão Santa, Valter Pereira e, ainda, o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente

ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente Eventual da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se neste 20 de agosto de 2007, na sala de reuniões nº. 19 da Ala Alexandre Costa.

Eu convidaria para compor a Mesa aqui ao lado da Presidência, o Dr. Abelardo de Oliveira Filho, Diretor Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, EMBASA, e convidaria o Dr. Newton de Lima Azevedo, Vice-Presidente da ABDIB. E convido também o Dr. Arnaldo... Desculpe, o Dr. Arnaldo justificou a sua ausência e pediu desculpas pelo seu não comparecimento. Então, convido o Dr. Jeconias Rosendo Júnior, coordenador do Plano Diretor da Confederação Nacional dos Municípios.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. No caso da concordância dos Srs. Senadores, a Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Registro a presença do Senador Expedito Júnior, do Estado de Rondônia, e concedo a palavra ao Dr. Abelardo de Oliveira Filho, Diretor Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A, EMBASA. Sua senhoria tem a palavra por 15 minutos.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Bem, boa tarde a todos. Queria agradecer aqui a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, na pessoa aqui do Senador Garibaldi, cumprimentar aqui meus colegas de Mesa, o Newton da ABDIB, o Jeconias da CNM, e cumprimentar a todos os presentes, Senadores, cumprimentar Walder, Superintendente da AESBE, e demais presentes.

Bom, eu não sabia o tempo, eu tinha preparado aqui uma exposição para uns 30 minutos, mas eu posso cortar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Sª fique à vontade.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Tudo bem então. Bem, na realidade eu queria dizer da nossa satisfação de estarmos aqui, hoje eu estou Presidente da EMBASA, que é uma empresa concessionária de serviço público de água e esgoto, empresa da Bahia, filiada a AESB e nos últimos quatro anos de janeiro de 2003 a janeiro de 2007 eu tive a oportunidade de

ser o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, portanto, coordenando esse processo de execução, elaboração e aprovação da própria lei.

Nós fizemos aqui, rapidamente uma... Um histórico. Não vou me deter a ele, Senador, mas somente para efeito de registro, como é que funcionava o setor de saneamento antes da Constituição de 1988 onde estava a criação do PLANASA e a sua extinção e o próprio projeto de reforma sanitária urbana que foi o anterior à Constituição de 1988, as diversas tentativas de instituir no País uma Política Nacional de saneamento que culminou com a aprovação do PLC 199, que foi aprovado pelas duas Casas, mas foi vetado em 1995 nos primeiros dias do primeiro mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. A lei de concessões, e citamos porque entendemos que o marco regulatório do saneamento é composto da lei de licitações, da lei das concessões, da lei das PPPs, da própria lei dos consórcios e a lei propriamente dita do marco regulatório do saneamento. Mas ali está registrado a lei das licitações de 93, a lei de concessões de 95, o PLS aqui do Senado, de 1996, mais uma tentativa aí de se instituir uma política de saneamento, o PL 4.147/2001, a questão da suspensão de financiamento para empresas públicas de 99 e 2002 e as primeiras concessões privadas de serviços de água e esgoto a partir de 1995, com o Limeira e Ribeirão Preto. Aí a gente está chamando de virada de página. É uma série de ações que eu gostaria de ressaltar a questão da lei das PPPs, aprovação da lei das PPPs, a lei dos consórcios públicos e a lei 11.445 que é a lei do saneamento além do Decreto 6.017 que regulamenta a lei de consórcios. O lançamento do PAC nós entendemos que é uma coisa extremamente importante, uma das coisas que o setor reivindicava muito, um planejamento de médio prazo para o setor, aqui tem uma discussão realmente muito forte sobre a necessidade ou não da regulamentação da Lei 11.445, tem gente que considera que é inconstitucional, eu pessoalmente acho que é importante ter a regulamentação. Agora, o Decreto não pode efetivamente extrapolar aquilo que está previsto na própria lei.

Aqui entrando mais na questão da lei do saneamento, também uma discussão muito forte se ela é uma política federal ou se era uma Política Nacional, mas ela terminou exatamente estabelecendo as diretrizes nacionais e a política federal para o saneamento básico.

Aqui do ponto de vista mais geral, alguns pontos importantes dessa lei. Ela define o conceito amplo de saneamento básico, muito discutido nessa Casa inclusive, estabelece o planejamento como ferramenta fundamental para o desenvolvimento das ações, define

princípios, regras e objetivos da regulação e fiscalização dos serviços, exige a elaboração de contrato quando a prestação se der de forma direta ou por gestão associada, estabelece critérios para a elaboração de novos contratos, estabelece o controle social de serviço, define os direitos e deveres dos usuários, define regras para reajuste e revisão tarifária, permite o corte desde que o usuário seja avisado, ela obriga a ligação quando houver rede, permite a cobrança de tarifa e outros preços públicos(F) que também é uma coisa realmente muito importante, existe transparência nas ações, define a relação com política de recursos hídricos.

Define critérios para acesso aos recursos do Governo Federal, incentiva à utilização de tecnologias apropriadas, institui nova forma de contabilidade patrimonial, estabelece prazos para o processo de transição, estabelece regras para indenização dos ativos do amortizado e depreciados quando da retomada dos serviços, a questão da titularidade, intenso debate pós Constituição Federal de 88, principalmente no que diz respeito às regiões metropolitanas e os sistemas integrados. A Constituição do Estado da Bahia tem também um dispositivo que está sub judice com as ADINs, não só da Bahia como do Rio de Janeiro, o assunto foi tirado da lei sabiamente da lei 11.445 e estamos aguardando aí a definição pelo Supremo Tribunal Federal sobre a questão da titularidade e das competências.

Eu elenquei alguns pontos importantes com relação aos princípios da regulação no art. 21, ele prevê a autonomia administrativa, orçamentária e financeira e a independência decisória, e aí obviamente entendendo como órgão de Estado, e não órgão de Governo. Transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões. Ainda dentro dos objetivos de estabelecer padrões e normas para adequada prestação de serviço e para satisfação dos usuários, garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvado a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência. Acho que é importante aí a própria característica de órgão de Estado de poder de polícia. Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, como a modicidade tarifária mediante mecanismos que reduza a eficiência e eficácia desse serviço e que permita apropriação social dos ganhos de produtividade, ainda da regulação do seu art. 23 regulação de serviço público de saneamento poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, isso é uma característica. Você não pode passar para uma agência reguladora de outro Estado nem para a União. Explicitando no

ato de delegação da regulação a forma de atuação e abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os titulares poderão adotar os mesmos critérios econômicos sociais técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

Então, na realidade a lei ela permite que sejam criadas as agências Municípios, as agências regionais através de consórcio público, e pode ser delegado para o Estado do qual faz parte o ente federado. Aqui ainda da regulação. A questão que diz respeito aos usuários, a questão da ampla informação, o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades que pode estar sujeito, o acesso ao manual de prestação de serviço e de atendimento ao usuário, e o acesso ao relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Aqui nós... A partir desse slide a gente vai procurar identificar o impacto na lei nos Estados, nos Municípios, nos prestadores e nos órgãos reguladores.

Então, os Estados vão formular as políticas estaduais ou regionais metropolitanas de saneamento, definir as funções públicas de interesse comum quando da instituição das regiões metropolitanas, aglomerações e microrregiões, elaborar os planos estaduais e/ou regionais e metropolitanos de saneamento, implantar o órgão regulador com independência decisória incluindo autonomia administrativa orçamentária e financeira, implantar os órgãos de controle social a nível estadual e/ou regional metropolitano.

Aí, implantar o sistema estadual de informações de saneamento, fomentar a implantação de consórcios ou convênio de cooperação, integrar as ações de saneamento, criar as condições para acessar os recursos do Governo Federal, apoiar e capacitar os Municípios para captação desses mesmos recursos.

Aqui dos Municípios capacitar-se para a implementação das leis, acho que tem uma questão importante e fundamental que isso impacta fundamentalmente um dos prestadores de serviços, porque se os titulares não implementarem os dispositivos do art. 11 que é a questão do plano que é a viabilidade econômica da própria concessão, a criação das normas de regulação e a definição do órgão regulador, além das Audiências Públicas, dos editais para a delegação dos serviços, isso vai impactar dos prestadores de serviço. Portanto, acho que é tarefa não só dos Estados, mas dos próprios prestadores de serviços contribuírem para que os municípios possam implementar esses instrumentos, principalmente a questão dos planos, a questão dos planos e os órgãos reguladores, os órgãos de controle social e criar as condições para que esses

Municípios possam acessar também os recursos do Governo Federal.

Ainda, cumprir os dispositivos da lei quanto ao planejamento e a regularização, fiscalização controle social e direito do consumidor quando prestar os serviços de forma direta. Isso quer dizer que os Municípios vão prestar diretamente, eles também têm obrigações de cumprir a lei com relação ao planejamento, a regulação e a fiscalização ao controle social e aos direitos do consumidor, estabelecer a sua relação com os prestadores, essa é uma coisa importante da lei. A exigência de contrato que se for uma relação com outro ente federado no caso com as empresas estaduais têm que ser o contrato de programa da lei de consórcios, se for uma relação com iniciativa privada através de licitação por concorrência pública, através da lei de concessões, fazer avaliação econômico-financeira do serviço antes da delegação, isso possivelmente é um problema, será um problema porque os novos contratos têm que fazer essa avaliação e obviamente se forem considerados apenas os recursos de tarifa vai ser difícil em algumas situações ter viabilidade. Na própria EMBASA hoje temos diversos Municípios pequenos e pobres que há muito tempo já estavam no processo de passagem para as companhias estaduais que teve que interromper por conta da lei, por conta de serem novos contratos. Então essa é uma questão importante, ou seja, que tipo de avaliação porque certamente se não houver um subsídio do Estado ou da própria União certamente em algumas situações nós vamos ter a inviabilidade dessa avaliação. E aqui uma coisa importante que foi colocada na lei, como impacto para os Municípios, indenizar o prestador de serviços os valores dos ativos não amortizados e apreciados em até quatro parcelas anuais e sucessivas quando da retomada dos serviços. (soa a campainha)

Impacto nos órgãos reguladores. Eu acho que tem uma questão importante que eu queria ressaltar, não vou colocar todas as questões, mas é a superação da cultura de ausência de regulação no setor de saneamento. Acho que esse vai ser exatamente um dos pontos importantes e chaves para a própria implementação da lei para que os novos contratos tenham realmente segurança jurídica, que tenham... Que possam atrair novos investimentos, instituir uma nova cultura da delegação dos serviços baseada no tripé básico que acontece em todo o País e por qualquer serviço público que é o prestador usuário e regulador dos serviços.

Então, na realidade me parece que esse é um grande desafio de instituir os órgãos reguladores no setor de saneamento por falta exatamente de uma cultura, por falta... Eu tenho dito sempre que a minha geração

que já estou há 30 anos no setor de saneamento não tem a cultura da regulação dos serviços que era feito até com mão de ferro pelo antigo BNH, pelo Governo Federal mas que depois disso a coisa ficou completamente solta. Ainda o impacto nos órgãos reguladores. Exigir dos prestadores de serviço o fornecimento de todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, estabelecer padrões e normas para adequada prestação de serviços e para satisfação dos usuários, garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, aí ressaltada as competências dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Sistema da Concorrência, definir as tarifas que assegure, tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Aqui nos prestadores de serviços. A obrigatoriedade de estabelecer sua relação com os Municípios através de contrato. Não sendo mais permitido para os novos contratos convênios ou outros atos de delegação de natureza precária. Os prestadores vão ter que submeter a regulação dos aspectos econômicos e financeiros dos serviços, principalmente as revisões e reajuste tarifário, esse é um outro desafio realmente muito grande. Os contratos hoje existentes, os Municípios delegam para o Estado essa questão das revisões tarifárias, é um outro desafio imenso, a própria ESIO(F) já está se debruçando sobre isso que é a questão da nova forma de contabilidade patrimonial e da nova forma que a lei exige na separação e segregação das concessões. Acho que isso é também uma novidade da própria lei que vai impactar e muito os prestadores de serviços que vão precisar se adaptar dentro dessa nova dinâmica para atender os requisitos da lei.

Dar publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação, fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários. Aí realmente a questão da transparência das ações. Aqui dos prestadores. Submeter-se ao controle social garantindo à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação. Isso é... Isso aí (ininteligível) o que está na lei. E garantir aos usuários o amplo acesso as informações sobre os serviços, também todos esses itens está exatamente conforme a lei. Prévio conhecimento dos seus direitos e deveres, das penalidades que pode estar sujeito, o acesso ao manual e o acesso ao Relatório periódico. Ainda impacto nos prestadores. Implantar os contratos e programas para os novos contratos com os Municípios e para os

contratos que estejam em fases de transição. Esse também é uma das grandes questões hoje que se discute inclusive com o previsto na lei no art. 58 da lei que modificou o art. 42 da lei de concessões que trata da questão de transição, mas que estabelece questões imediatas para os novos contratos e isso efetivamente está criando alguns problemas já citados lá atrás que é a existência de plano, a viabilidade, a implantação dos órgãos reguladores, etc.

Atender quando da elaboração dos contratos de programas a legislação de concessões e permissões de serviços públicos, especialmente no que se refere ao cálculo de tarifa e outros preços público. Isso também é uma modificação. Porque o contrato a lei de consórcios estabelece que o contrato de programa tem exatamente a mesma formatação do contrato de concessão. A única diferença é que o contrato de programa é feito com dispensa de licitação entre entes federados que através de convênio de cooperação consórcio público e o contrato de concessão através de licitação, obviamente que a própria companhia estadual pode participar se participar do processo de licitação.

Ainda nos prestadores. Garantir a qualidade e melhor eficiência e eficácia na prestação dos serviços, obviamente que isso estava implícito, mas agora está sendo exigido na própria lei. Cumprir as metas de investimento de universalização de acesso aos serviços também como exigência agora da própria regulação, estabelecer uma nova contabilidade patrimonial com relação aos valores investidos em bens reversíveis, isso é também uma coisa nova. Cumprir as regras definidas na lei para reversão e indenização dos ativos não amortizados e depreciados e fazer os levantamentos necessários para a renovação do contrato e para recebimento dos investimentos ainda não amortizados e depreciados no caso da devolução dos serviços ao Município.

Aqui o impacto da lei de consórcios nos gestores públicos, no caso da relação entre o Município e o Estado, a lei de consórcios exige que essa prestação de serviço por meio de cooperação federativa exige o contrato de programa e considera e tipifica como improbidade administrativa já que a lei modificou e acrescentou não o inciso XIV, está errado ali, o inciso XVI no art. 10 da lei da improbidade administrativa, Lei 8.429 de junho de 92. Aqui essa nova relação dos Municípios com o Estado têm que ser através de contrato de programa como condição de sua validade. Não pode mais as empresas estaduais contratarem os Municípios através do contrato de concessão, porque isso exige licitação. Aqui isso já é o Decreto da Lei de Consórcio. O (ininteligível) programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos no art. 24,

inciso XXVI da lei de licitações, o termo de dispensa de licitação e a minuta do contrato do programa deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da administração e é nula a cláusula de contrato de programa que atribuía a contratada e o exercício dos poderes de planejamento regulação e fiscalização dos serviços por eles próprios prestados. Isso aí eu acho que afasta inclusive a possibilidade dos conselhos serem órgãos reguladores já que dentro dos conselhos obrigatoriamente tem que ter os prestadores de serviços e os prestadores de serviços não podem se auto-regulamentar. Aí está bem, finalmente aí a questão da transição, está bem resumido, mas nós entendemos que a lei ela deu um corte importante com relação à lei de consórcios, exatamente garantindo que os convênios e outros atos de delegação celebrados antes de 6/4/2005 tivesse validade. Claro que as diversas situações que existem hoje os contratos com prazo determinado e os contratos precários e os contratos que não possuem instrumento obedecido uma série de condições, eles terão validade até 31/12/2010, desde que seja feita uma série de levantamentos e verificado inclusive a questão dos valores a ser indenizados.

Bom, então pode colocar o último aí. Aqui dizer hora eu sou ainda Vice-Presidente da AESBE, mas obviamente que isso aqui não representa necessariamente a posição da AESBE. Estamos fazendo uma discussão muito importante dentro da AESBE com relação a... para que as companhias estaduais possam se adaptar e possam implementar a lei, fazendo discussões sob o ponto de vista jurídico, sob o ponto de vista contábil exatamente para que a gente possa criar essas condições de implementação da lei.

Então agradecer aí inclusive pela... Pelo tempo e pela flexibilidade do tempo e me coloco à disposição para o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Dr. Abelardo, que fez uma exposição detalhada, um histórico do que aconteceu a partir da Constituição de 1988, quando o Congresso aprovou, quando o Congresso Nacional aprovou uma nova Constituição para o País.

Antes de passar a palavra ao próximo expositor, eu quero dizer aqui perante os expositores e os convidados e os Senadores, entre os quais eu destaco agora a presença do Senador Mão Santa, que o Senado deu uma contribuição de fundamental importância para o País que foi discutindo esse projeto que resultou na Lei 11.145 através de uma Comissão Mista criada pelos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados ainda no mês de maio de 2006, cujo Relatório foi votado e aprovado por unanimidade em julho de 2006.

Essa Comissão Mista de Saneamento, da qual faziam parte os Deputados Júlio Lopes do PP do Rio de Janeiro, que foi o seu Relator o Deputado Custódio Mattos do PSDB de Minas Gerais, Darcísio Perondi, do PMDB do Rio Grande do Sul, Eduardo Sciarra, do PFL do Paraná, e Maria do Carmo Lara, do PT de Minas Gerais. E ainda os Senadores César Borges, do PFL da Bahia, que foi o seu Presidente, e que deu uma contribuição ao lado do Relator Júlio Lopes, deu uma contribuição importante para os trabalhos dessa Comissão, da qual fizeram parte os Senadores César Borges, como eu já disse, Sr. Presidente, Tião Viana do PT do Acre, Fernando Bezerra do PTB do Rio Grande do Norte, Eduardo Azeredo do PSDB de Minas Gerais e Luiz Otávio do PMDB do Pará. A Comissão de Saneamento, como demonstrou o expositor, o Dr. Abelardo, Presidente da EMBASA, conseguiu um consenso realmente histórico entre governos da União, Estados e Municípios, oposição, trabalhadores e empresas ligadas ao setor do saneamento. Já que o tema vinha sendo discutido há 20 anos no Congresso Nacional. Pelo Governo Federal participaram ainda representantes dos Ministérios das cidades, Fazenda, meio ambiente, e da própria Casa Civil.

Queremos assinalar que a lei foi sancionada, mas foi sancionada com vetos. Diversos vetos sobre os quais falaremos ainda na tarde de hoje, nesta reunião.

Eu convido agora a usar da palavra nesse instante o Dr. Newton de Lima Azevedo, que é Vice-Presidente da ABDIB, e que representa a Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base, justamente a ABDIB, representando ainda o seu Presidente, o Sr. Paulo Godoy. Portanto, com a palavra o Dr. Newton de Lima Azevedo.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Bom, boa tarde a todos. Primeiro lugar eu queria agradecer em nome do Paulo Godoy, o nosso Presidente, o convite feito por essa Comissão, e na figura do Senador Garibaldi eu cumprimento a todos, cumprimento meus parceiros de Mesa, alguns deles já, como disse o Senador ao longo desses 20 anos somarmos as horas que tivemos de discussão construtiva dá quase para escrever um livro, mas estamos continuando e acreditando, o que eu posso dizer que o setor amadureceu muito nessa discussão.

Eu vou fazer, eu vou tentar fazer aqui uma abordagem complementar à abordagem do Abelardo. O Dr. Abelardo ele fez uma leitura da lei que nós depois de 20 anos conseguimos aprovar e sancionar em 5 de janeiro, 11.445. Mas eu queria apresentar um pouquinho a posição da ABDIB em relação a tudo isso. E eu vou tomar de vocês um tempinho rápido só para explicar o que é a ABDIB para que vocês possam entender a

nossa posição. Quer dizer, a ABDIB é uma associação 50 anos que tem 164 grupos empresariais das mais variadas matizes, citando algumas desde empresas como a PETROBRAS, como a própria CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, como Bancos, como construtoras, como agentes de fomento, caminhando para a área de saneamento nós temos operadores públicos, como SABESP, por exemplo, operadores privados como a empresa que sou presidente na qualidade de empresário, embora aqui representando a ABDIB. Ou seja, eu diria que a ABDIB hoje esses 154 grupos empresariais eles juntos representam algo como 17% do PIB brasileiro. Eu acho que sem falsa modéstia, a ABDIB por essa característica até um pouco ecumênica eu diria, ela teve um papel importante no sentido de tentar junto com outras associações fazer com que esses 20 anos realmente terminassem no momento de concretização de alguma coisa positiva para o País. E assim conseguimos. Todos nós do setor.

E então eu vou querer fazer uma abordagem aqui um pouquinho, primeiro da posição da ABDIB em relação à questão de agências reguladoras. Eu tenho uma coisa que é muito clara e faz parte inclusive de documentos nossos, nós criamos uma agenda chamada 2007/2010 que foi objeto de entrega ao próprio Presidente Lula, será em cima da qual nós vamos estar discutindo a partir de quarta e quinta-feira aqui em Brasília com a presença de Ministros e a própria presença do Presidente Lula no dia 23, a visão que nós temos hoje do atual momento da infra-estrutura brasileira.

Então, a posição da ABDIB ela acha fundamental a existência de agências reguladoras. Isso independente do setor de infra-estrutura que estejamos falando. Umas frasezinhas que podem parecer um pouco simples, mas acho que elas representam muito. Quer dizer, sem regra não há como haver jogo. E sem Juiz também não dá para jogar. Quer dizer, a agência reguladora é uma coisa fundamental e portanto nós estamos também acompanhando o Projeto de Lei que hoje está caminhando no Congresso Nacional, a gente tem tido uma atuação de acompanhamento e contribuição que eu acho importante.

A nossa posição, agora caindo o nosso saneamento, existem números que vocês... Primeiro, um pequeno parêntese interessante. Para quem não está muito ligado ao setor, muitas pessoas confundem a Agência Nacional de Águas, a ANA, como sendo agência reguladora do saneamento. Nós que somos do setor sabemos que isso, não é o caso, que uma agência federal de regulação no saneamento como uma ANATEL, uma ANEEL, ela é totalmente inviável. Isso foi discutido por todas as tendências, por todos

os setores envolvidos e acabou gerando essa lei que o Dr. Abelardo acabou de apresentar. Quer dizer, o caso do saneamento é um caso diferente. É um caso que é uma infra-estrutura que percola e vai até o nível do Prefeito, passando pelo Estado e, portanto, isso nós temos que ir respeitando a independência dos entes federativos, nós temos que ter o Governo Federal, como disse, uma Política Nacional e diretrizes a serem implementadas por Estados e por Municípios.

Então, uma agência federal de saneamento, não que se coloque dúvida aqui, mas é bom deixar claro que uma coisa que para quem é do setor nem passa pela cabeça e também o esclarecimento que a ANA não ocupa esse espaço é um outro escopo, também é bom deixar claro que um dos objetivos dessa Comissão é trazer subsídios de esclarecimento.

No nosso caso do saneamento, o País precisa desse número também o País precisa na leitura nossa da ABDIB de alguma coisa como 90 bilhões de reais por ano se nós... Em todos os setores de infra-estrutura, se nós quisermos crescer de uma forma sustentada a nível de 4 ou 5%. Esse valor de 90 bi representa alguma coisa como 4 a 4,5% do PIB brasileiro. E para que isso ocorra... E aí um detalhe, esse recurso na leitura da ABDIB pouco importa se é recurso público ou se é recurso privado. Ou seja, o País precisa disso para fazer face a esses gargalos da infra-estrutura. Para que isso aconteça, o que a gente precisa de forma geral? Precisa de eficiência na gestão, e precisa de consolidar esse arcabouço regulatório para atrair o capital privado. Aqui eu quero fazer uma ressalva, nós na ABDIB não advogamos que o capital privado é a solução para o problema da infra-estrutura. Nós advogamos que há uma alternativa que enquadrada em todo esse arcabouço legal que finalmente conseguimos desenhar, é sim uma alternativa que deve ser estudada. Nós temos a convicção que esse volume de investimentos que o País precisa, e essa convicção não é só nossa, ela é expressada por várias autoridades, ela não será possível de ser atendida somente com recursos públicos. Podemos dizer se atende 30, 40, 50%, aí uma questão de números. Mas a certeza de que recursos públicos desde que respeitadas as regras, desde que com marco regulatório que atraia o capital privado ele será fundamental se o País quiser realmente enfrentar essa questão.

Caminhando para o nosso saneamento, eu diria o seguinte, daqueles 90 bi que eu falei por ano, nós temos aqueles famosos 10 bi que é o que precisamos no saneamento. Esse é um número que já é consenso de todos e portanto essa analogia que eu fiz, essa necessidade que eu digo de recursos privados no se-

tor de infra-estrutura ela vale também para o setor de saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Me permite uma interrupção.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor afirmou inicialmente seriam necessários 90 bilhões...

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Por ano, em todos os setores de infra-estrutura do País. Independente da origem do recurso. É uma necessidade. Depois se o senhor quiser eu tenho aqui um documento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já para o saneamento são 10.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Exatamente. Depois se o senhor quiser eu vou deixar aqui, eu tenho os exemplares dessa agenda que nós fizemos 2007/2010 onde isso está muito bem definido. Inclusive as ações que nós julgamos necessárias para que isso ocorra. E dentro dessas ações, a questão das agências reguladoras é fundamental.

Então, muito me alegra estar aqui falando de um assunto que a gente imagina que é quase condição *sine qua non* pra gente enfrentar a necessidade do País.

Uma coisa que nos preocupa nesse momento atual, ou seja, agosto de 2007, é que nós não podemos no momento de comoção tendo em vista o caso da ANAC estabelecer uma regra geral por causa de uma exceção. Nos preocupa que essa questão que abala a todos nós não esteja fazendo com que alguns conceitos que para nós são claros, necessários e fundamentais sejam revistos. Quer dizer, nós não estamos discutindo o papel da agência reguladora. Nós podemos discutir formas, maneiras, minimizações de risco. Mas eu quero deixar aqui claro, não só em meu nome, mas em nome da ABDIB hoje discutirmos a necessidade ou não da agência reguladora colocarmos em risco a sua independência e capacidade decisória, o seu comprometimento e a partir daí o comprometimento com a qualidade da regulação, sem dúvida vai diminuir ou encarecer os investimentos em infra-estrutura. Eu não tenho dúvida disso. Portanto eu reitero aqui a questão das agências reguladoras é fundamental se o País quiser fazer frente a esse desafio que acho que todos aqui somos sabedores que é uma necessidade.

Na hora que eu vejo o País caminhando a nível macroeconômico muito bem estruturado e a um passo do Investment Grade, eu vejo com muita preocupação algumas colocações que são feitas colocando em dúvida a necessidade de agências reguladoras. Portanto, a gente acha que discussões como essa, são discus-

sões racionais, são discussões que vão realmente, vamos dizer assim, dar subsídios para que a gente retome ou não deixe de sair do trilho da necessidade de agências reguladoras.

Uma coisa importante também que eu queria caracterizar e já foi dita pelo Dr. Abelardo é que nessa lei federal, a 11.445 do saneamento, ela já estabelece em seus capítulos 2, 5 e 8 todas as regras ou todas as orientações ou todas as diretrizes que devem ser seguidas para que realmente o saneamento, todo esse dinheiro do saneamento que hoje está disponível no PAC, seja no Orçamento Geral da União, seja no PPI, ele realmente transforme, saia do papel e vire realidade. E dentre elas realmente a própria validade dos contratos de prestação de serviços públicos exige a necessidade de normas de regulação. Portanto, dentro do saneamento, isso é uma coisa que para nós que discutimos muito isso é fundamental.

Tem um capítulo específico que já foi dito aqui que é o capítulo 5 que fala da regulação de todos os princípios que devem ser atendidos e também no capítulo 8 fala dos órgãos colegiados no que diz respeito controle social com caráter consultivo. Então, eu acho que hoje o saneamento ele está, vamos dizer assim, o setor amadureceu, nós deixamos de lado algumas discussões ideológicas, acho que conseguimos caminhar. Só para finalizar me preocupam duas coisas, Senador, que acho que tem que ser entendidas no contexto do saneamento. E eu não gostaria de sair daqui sem pelo menos deixar essa minha reflexão e essa minha preocupação.

Primeiro, em relação à regulamentação da Lei 11.445. O Governo colocou, o Executivo colocou, acho que há uma semana atrás, um projeto de regulamentação da Lei 11.445. Nós da ABDIB, inclusive hoje é objeto de uma matéria nos jornais, nós achamos que essa regulamentação não é necessária. Temos dúvidas quanto a sua constitucionalidade, porque o Decreto vem com 82 artigos quando a lei... Não que esse número seja significativo, mas a lei tem 61. O Decreto ele reaviva discussões que foram devidamente conciliadas para poder chegar na 11.445, como o senhor bem lembrou, através de uma visão política extremamente aguçada do Senado e da Câmara criando uma Comissão Mista e eu como ABDIB, eu como alguém do setor, vou usar uma palavra forte, não posso admitir que questões ideológicas voltem à mesa e reacendem um discurso que pra mim está morto. Acho que o discurso que tem que nortear a cada um de nós do setor é o discurso de como fazer 100 milhões de brasileiros que não têm seu esgoto tratado terem acesso a isso. É o discurso de como fazer a redução da mortalidade infantil se tornar uma coisa efetiva. É o discurso que

tem que reduzir o custo da saúde a partir de investimento em saneamento.

Outra preocupação que eu tenho é a questão do PAC. Eu acho que a ABDIB aplaudiu, aplaude, acompanha o PAC, acho que é uma vitória de todos nós, é com muita alegria que nós do setor vemos o PAC sendo tratado de forma diferenciada pelo próprio Presidente da República, pelos seus Ministros. Mas ao mesmo tempo me preocupa também e quero deixar aqui a minha preocupação, que se isso não for conduzido de uma forma... Eu vou dizer elegante, nós podemos estar aqui criando uma nuvem de fumaça onde pode parecer à sociedade de uma hora para outra que recursos públicos somente são suficientes para enfrentar os 10 bi de reais que eu já citei há pouco. Acho que é fundamental o PAC, eu acho que ele vai ocupar uma parte importante nesse processo, mas a gente não gostaria que isso fosse usado como instrumento político ou ideológico que fizesse com que todo esse arcabouço, que foi muito bem dito pelo Dr. Abelardo que levou em conta a questão de operadores públicos, operadores privados, desde que regulados, normas claras, (soa a campainha) tarifas justas, serviços de qualidade que o País pense que somente com recursos públicos vai resolver a questão de saneamento.

E para finalizar ainda dentro do PAC eu gostaria de realmente alertar para que o PAC tivesse uma leitura correta. Ele é um grande avanço desde que bem usado e usado a favor da população e da sociedade brasileira, sem nenhuma conotação política ou viés ideológico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço a contribuição da ABDIB e prestada que foi através da palavra do Dr. Newton de Lima Azevedo, e em seguida passarei a palavra ao Dr. Jeconias Rosendo Júnior. Mas antes, eu gostaria de prestar um esclarecimento em função da ausência aqui do Presidente desta Subcomissão de Regulação sobre Marcos Regulatórios. É que o Senador Delcídio Amaral, ele no último... Na última sexta-feira ele teve que viajar para Mato Grosso e em função de compromissos de última hora no Estado do Mato Grosso, que é o seu Estado natal, S.Ex^a não pôde aqui comparecer. Ainda fez um esforço para pegar um último avião e chegar aqui às 18h30, mas isso não foi possível.

Então, o Senador Delcídio Amaral, através de mim, pede desculpas aos convidados pela sua ausência nesse momento. Ele que vem prestando também a sua contribuição à discussão desse importante tema através dessa Comissão.

Eu passo nesse instante a palavra ao representante da Confederação Nacional dos Municípios. O Dr.

Jeconias Rosendo Júnior, que é coordenador do Plano Diretor da Confederação Nacional dos Municípios. Portanto, com a palavra o Dr. Jeconias Rosendo Júnior.

SR. JECONIAS ROSENDO JÚNIOR: Bom, boa noite inicialmente Senador Garibaldi, gostaria de trazer os cumprimentos do Presidente Paulo Ziulkoski e também justificar a ausência do mesmo nessa Audiência Pública, tendo em vista outros compromissos agendados anteriormente no Rio Grande do Sul, mas me incumbiu de vir aqui representar a Confederação e trazer ao debate as questões que naturalmente atormentam os Municípios após a entrada em vigor da Lei Nacional de Saneamento Básico e apresentar as saudações municipalistas ao senhor. V.Ex^a é antigo companheiro do fronte municipalista de tantas batalhas de outrora e é com muito prazer que a CNM está dividindo essa Mesa de debate com V.Ex^a.

No mesmo sentido apresentar nossas cordiais saudações ao Presidente da EMBASA, Abelardo de Oliveira Filho e também ao Newton Lima Azevedo, Vice-Presidente da ABDIB. Eu vejo aqui figura de Abelardo os diversos eventos que fizemos país afora junto com o Ministério das Cidades, quando ele ocupava a cadeira de Secretário Nacional de Saneamento. E já desde aquela época em 2005 as calorosas discussões que tínhamos acerca da necessidade de regulação da questão de saneamento básico.

De modo geral, e fazendo um apanhado, aproveitando o mote sugerido pela fala e pela brilhante exposição do Dr. Abelardo, nós gostaríamos de ressaltar alguns pontos que nos parecem importantes para identificar o contexto em que a questão do saneamento está inserida, principalmente no que atinge os municípios brasileiros. Não se pode negar, apesar dessa questão ainda estar pendente de uma decisão do STF, que o espírito da Constituição de 88 foi de transferir para os municípios brasileiros a titularidade dos serviços de saneamento, entendendo este como um serviço local. Uma questão que a CNM está acompanhando do julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, já se encontra com quatro votos feitos na direção de reconhecer a titularidade dos Municípios, e esse nos parece um ponto chave para a discussão e o debate que antecederam a regulamentação de saneamento e que perdura até hoje causando ainda algumas questões de ordem prática quando a própria lei não estabelece, nem esclarece a questão de titularidade, deixando então para que a Corte Maior do País faça essa definição e juridicamente resolva essa questão.

Então, o primeiro ponto que eu acho importante marcar é que a CNM aguarda com ansiedade a definição do Supremo Tribunal Federal em relação à titularidade dos serviços.

Uma questão que também vem em decorrência, como já foi exposto aqui de todos esses anos de debate sobre a necessidade de regulação do saneamento, diz respeito, e aí a Confederação a posição dela é bastante clara nesse sentido, de que estamos vivendo um momento novo no que diz respeito ao pensar e ao consolidar o Pacto Federativo nesse País. Tivemos um grande avanço e um marco importante com a edição da lei dos consórcios públicos que tem, sem sombra de dúvidas uma repercussão grande na lei de saneamentos. Porque não é mais admissível diante da dura realidade que o nosso povo enfrenta nos dias de hoje que os entes federativos eles vivam num ambiente de conflito e nós podemos dizer, Senador Garibaldi, até às vezes de auto flagelação quando o nosso povo está precisando de serviço de qualidade e até a universalidade desses serviços que nós falamos de saneamento básico. A posição da Confederação Nacional dos Municípios nesse sentido é que é necessário fazer um debate sim, um debate qualificado sobre de que forma os agentes operadores existentes hoje sejam públicos ou privados na questão de saneamento possam se articular de maneira a garantir a excelência de qualidade dos serviços prestados à população. Respeitando, contudo, que nosso ponto de vista é uma questão constitucional, que a titularidade desse serviço pertence aos municípios. Cabe aos municípios escolher a melhor forma que esses serviços devem ser prestados. Seja através das concessionárias estaduais, das empresas estaduais, seja através de operadores particulares e seja através de soluções municipais ou regionais quando assim o caso indicar.

Por outro lado, em que pese a extenuante discussão sobre a Lei 11.445, a Confederação entende que existe a necessidade, inclusive por conta do texto final aprovado e dos vetos que foram apostos ao Projeto de Lei, a necessidade de uma regulamentação, sim. Uma regulamentação que vem esclarecer alguns pontos que não ficaram claros no texto do Projeto de Lei. Quando falamos regulamentação, claro que estamos falando da regulamentação adstrita à ordem, a ordem legal e ordem jurídica estabelecida no País. Não querendo que o Decreto que venha regulamentar a lei ultrapasse as barreiras e as fronteiras do que juridicamente é possível. Mas que venha no sentido de esclarecer alguns pontos que ficaram pendentes de esclarecimento do texto final que entrou em vigor. Citar, por exemplo, a questão do art. 8º da lei no que diz respeito o termo organização. É preciso deixar claro que apesar do art. 8º da lei falar na organização, não trata o espírito da lei de facultar a delegação completa da titularidade dos serviços. Isso não está dito na lei. Então nós entendemos que dentro dos limites que cabe ao poder

regulamentador, e claro, através de um processo que incluía um amplo debate com todos os envolvidos, com a sociedade civil, como aconteceu quando a discussão do anteprojeto da aliança nacional de saneamento básico, essa discussão pode ser feita e esses pontos possam ser esclarecidos. De modo a fazer com que a lei ela possa ser cumprida e que nós não entremos num ciclo de discussão jurídica acerca dos conceitos que não foram esclarecidos, sob pena de não dar a lei efetividade que tanto se deseja. Necessário então deixar esses pontos claros, discutirmos, concordo com o Dr. Newton, não se trata de reavivar questões ideológicas. Mas de esclarecer pontos que a nosso ver não ficaram suficientemente esclarecidos quando da edição e publicação do texto da Lei 11.445.

Outra questão que passa, às vezes, Senador Garibaldi, e ao largo das discussões centrais do tema, mas que para nós da Confederação é um ponto crucial, é a questão da capacitação e da qualificação dos autores desse sistema. É muito comum a gente falar em municipalização e descentralização e no momento seguinte se faz isso, falar da inviabilidade de se municipalizar ou se regionalizar serviços e políticas públicas quando a gente não trata com seriedade a qualificação das pessoas que estão lá na ponta. Se nós realmente queremos que o sistema funcione e que garanta ao cidadão uma prestação de serviço de qualidade, é necessário que a gente desenvolva um amplo programa de capacitação de qualificação e que possa levar aos Municípios, seja isoladamente, seja em agrupamentos regionais, por bacias hidrográficas, por consórcios públicos, enfim, mas que levem lá para a ponta onde o problema acontece à qualificação necessária para que o sistema possa ser gerido. Porque senão, Senador Garibaldi, a gente vai entrar num ciclo que é bastante conhecido, pois que comum de falência desse sistema e descentralização cada vez maior das políticas públicas. O que a nosso ver no enxergar da Confederação Nacional dos Municípios não diz respeito à ordem constitucional vigente, o que diz respeito ao pacto federativo instituído e mais grave ainda, esse sistema não tem se mostrado, pelo menos ao longo do tempo, eficaz.

Então, para que haja uma descentralização e que o Município possa operar dentro do que a Constituição e do que o marco regulatório estabeleceu as competências, seja prestando diretamente o serviço, seja delegando a prestação de serviço a um terceiro, mas que ele possa ter na ponta agentes qualificados para fazer a gestão e a discussão das questões ligadas à área de saneamento.

É interessante a gente pensar nessa perspectiva até mesmo porque quando falamos em saneamento, a primeira idéia que nos vem à cabeça é a questão

da água, do esgoto, mas a lei foi além disso e trouxe corretamente para o âmbito da discussão a questão do manejo das águas pluviais e também dos resíduos sólidos. Então é um ambiente de discussão e de temas importantíssimos, muito vasto e de complexidade muito grande. Basta a gente enxergar que não existe um Município nesse País que não tem uma discussão séria a respeito de resíduos sólidos para ser feita. Então é necessário que ao passo em que queremos que a lei ela aconteça, que ela saia do papel, a gente entende na Confederação que não vamos conseguir dar esse passo adiante sem que haja uma estratégia de qualificação de todos aqueles envolvidos sob esses aspectos da lei. Inclusive o Presidente Paulo Ziulkoski colocou isso com bastante clareza quando diz que é necessário sentar seriamente com o Governo Federal, sentar com as entidades que atuam no setor, representando, tanto a iniciativa privada quanto as agências... Desculpe, as empresas estaduais existentes. Enfim, para que a gente possa definir um esforço concentrado de qualificação desses agentes. De modo a garantir, repito, que o serviço seja prestado com eficiência.

De forma geral e sem querer tomar mais tempo, Senador Garibaldi, acho que são esses tópicos principais que a Confederação entende como sendo necessários discutir nesse momento. A questão da definição no STF sobre a titularidade, a necessidade de regulamentação da Lei 11.445 e sem sombra de dúvida a questão de se bolar uma estratégia pertinente e eficaz de qualificação dos agentes envolvidos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Dr. Jeconias, e queria esclarecer que por sugestão nossa nós vamos propor ainda que esse debate possa ser concluído com a presença de um representante do Ministério das Cidades, um representante do Ministério da Fazenda, um representante da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, a AESBE, e um representante do Fórum de Secretários de Saneamentos estaduais. Tendo em vista que o debate hoje vai ser muito positivo, mas não vai representar o pensamento de todas essas instituições, sejam elas públicas ou privadas.

Mas eu concedo a palavra ao Senador Mão Santa... Quando o Mão Santa não fala, alguma coisa está errado. Porque um Senado como o Mão Santa deixar de usar a palavra... Mas eu vou usá-la primeiro. V.Ex^a fala depois, então. V.Ex^a depois falará e eu vou iniciar aqui o debate.

Perguntando inicialmente ao Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, EMBASA, é uma pergunta que deve estar na cabeça de muita gente a essa altura, Dr. Abelardo. É porque V.Ex^a, no primeiro mandato do Presidente Lula, Luís Inácio Lula

da Silva, V.S^a exerceu o cargo de Secretário Nacional de Saneamento, quando as propostas do marco regulatório passaram por grandes debates nas conferências, inclusive, promovidas pelo Governo Federal. Nessas discussões, houve uma espécie de cabo de guerra sobre a titularidade dos serviços. De um lado a vertente municipalista que defendia a tese de que a prerrogativa para a prestação ou concessão dos serviços pertencia exclusivamente aos Municípios, do outro as companhias estaduais que advogavam o princípio de que como o serviço de captação de água e disposição de esgotos quase sempre ultrapassa a jurisdição municipal, o papel dos Estados deveria ser mais destacado nas propostas legislativas.

De certa maneira, a lei do saneamento sancionada em janeiro último contornou a questão da titularidade, o que permitiu o consenso que resultou em sua aprovação no Congresso Nacional. Hoje, na condição de dirigente de uma companhia estadual, qual é a opinião sobre esse aspecto do marco regulatório? Quais devem ser os limites da titularidade municipal? Essa é a primeira pergunta que eu faria ao Dr. Abelardo de Oliveira Filho, perguntando a ele também. Na qualidade de Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, o Secretário poderia nos dar um panorama do que está acontecendo lá no Estado da Bahia, como está se dando essa transição que foi prevista até na Lei 11.145 porque através do exemplo da Bahia, que me parece um Estado que avançou nesse processo, nós poderíamos ter uma visão a respeito dos demais Municípios. Eu também pergunto ao Dr. Abelardo: O problema da regulação, o problema específico da regulação que se defendeu tanto, inclusive nas exposições de hoje, como é que V.S^a situaria especificamente esse problema? E pergunto também como a essa altura V.Ex^a... Estou lhe chamando aqui ora de V.S^a, ora de V.Ex^a. Mas, o importante é que o senhor merece aqui a consideração de todos nós, e eu pergunto: O papel do capital privado, como integrar, como estimular o capital privado para que ele venha a ser atraído para esse investimento que é tão importante, mas ao mesmo tempo que é tão vultoso, de larga escala? Bem, essas são as minhas perguntas. Depois vem as de Mão Santa. Ele está só se preparando.

Então, eu perguntaria isso ao Dr. Abelardo. As mesmas perguntas, com exceção daquelas que dizem respeito a visão do setor público, eu faria também ao nosso outro convidado, o Dr. Newton de Lima Azevedo. Ele que prevê aqui um investimento de 10 bilhões por ano, durante 20 anos para que possamos chegar à universalização dessa prestação de serviços na área de saneamento, principalmente levando o esgoto tratado para todas as casas do País. Se V.Ex^a pudes-

se construir um modelo, qual seria o modelo ideal? O senhor já andou enveredando aí, mas eu queria agora uma visão mais detalhada, mas aprofundada. E esses vetos que foram opostos à lei, ao Projeto de Lei, ou então ao Projeto de Lei que se tornou a Lei 11.145, V.Ex^a como vê esses vetos? Eu também até queria que o Dr. Abelardo pudesse falar sobre isso, já que o Senador César Borges nos mandou aqui uma nota que ele distribuiu a respeito desses vetos, que ele considera inclusive que desrespeitaram um acordo feito do qual participaram diretamente a Casa Civil da Presidência da República e os Ministérios da Cidade e da Fazenda com envolvimento pessoal do Ministro Márcio Forte e da Ministra Dilma Rousseff. O texto foi discutido e aprovado e acordado tendo sido o seu teor finalizado em uma reunião ocorrida no próprio Palácio do Planalto no dia 10 de julho de 2006. Com exceção de três dispositivos vetados, dois que haviam sido segregados pelo Governo Federal na citada reunião para avaliação em fase posterior do processo legislativo e outro onde houve um acordo durante a votação, todos os demais vetos representam o descumprimento do pacto firmado.

Nós não temos aqui nenhum representante do Governo Federal, não se trata de chamar aqui para o debate o representante do Governo Federal, mas os senhores poderiam comentar de certa maneira esses vetos se eles desfiguraram. Porque a preocupação a essa altura é muito grande quando se fala que houve vetos dessa significação e que ao mesmo tempo há ações no Supremo Tribunal Federal contestando o que foi aprovado. Não sei se especificamente só na lei de saneamento.

Então, eu queria saber disso, como também a visão da Confederação, presidida pelo nosso amigo Paulo Ziulkoski, eu que presidi uma Comissão de apoio aos Municípios aqui no Senado e que tive a colaboração da confederação através do Dr. Paulo Ziulkoski. Eu queria saber se a equipe técnica da Confederação calcula anualmente o determinado Índice de Responsabilidade Fiscal de Gestão Social que é chamado IRFS dos municípios. A instituição desse índice tem o objetivo não apenas de estimular entre as Prefeituras a cultura da responsabilidade administrativa, mas também o de introduzir na avaliação da administração municipal outros aspectos além de puramente fiscal sem prejuízo desse. Ou seja, não basta cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso que a gestão pública resulta em desenvolvimento social.

Em sua opinião, na opinião da Confederação, Dr. Jeconias, na questão de saneamento, como as Prefeituras podem atender aos dois quesitos com a mesma ênfase. Alargar a cobertura social dos serviços e ao

mesmo tempo respeitar os limites da responsabilidade fiscal?

Essas são as minhas perguntas, eu registro a presença do Senador Valter Pereira que acaba de chegar e certamente vai dar a sua colaboração aos nossos trabalhos sempre com eficiência, brilhantismo e oportunidade.

Eu dou a palavra, pela ordem, para que se pronuncie a respeito dessas perguntas o Dr. Abelardo de Oliveira Filho, que neste debate é o Diretor Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A, EMBASA.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Obrigado, Senador Garibaldi. Dizer realmente as perguntas que o senhor fez são perguntas muito importantes. Estava brincando aqui com o Newton que daria mais umas três palestras pra gente entrar com detalhes nessas questões.

Com relação ao papel do Estado, e aqui cabe um parêntese, o Estado da Bahia é um dos poucos Estados que definiu essa questão da competência na Constituição do Estado. Exatamente essa definição através de uma Emenda Constitucional nº. 07, de dezembro de 1998, que aprovou uma série de mudanças na Constituição do Estado, e coloca praticamente o Estado como o titular dos serviços de saneamento. Obviamente que nós... Nem nós, nem a própria direção da EMBASA na época e o Governo do Estado consideraram essa questão da constituição de que a titularidade seria basicamente do Estado porque não sobra praticamente quase nenhuma situação em que seria o município. Porque ele trata dos recursos, trata dos limites específicos, do território do Município, trata dos recursos naturais e econômicos estritos ao território do município, obviamente que essas duas questões não existem rios municipais, os rios ou pertencem ao Estado ou pertencem à União, então coloca praticamente todas as situações. Mas nem a direção da EMBASA nem o Governo do Estado à época mesmo com esse dispositivo constitucional considerou que a titularidade fosse do Estado. Porque na época do processo de privatização da EMBASA o Governo do Estado foi pedir autorização ao município para todos, inclusive o Município de Salvador.

Então, nós estamos trabalhando dentro dessa mesma visão. Por exemplo, o contrato de Salvador que é o principal município, principal concessão da EMBASA, é um contrato por tempo indeterminado, de 1925, e nós já estamos conversando com o Prefeito, não apenas da necessidade de termos uma articulação objetiva para que possamos aplicar de forma qualificada os recursos do PAC, já que Salvador foi beneficiada, mas também como vamos trabalhar para implementarmos

a política de saneamento não só no Estado como na própria Prefeitura Municipal.

Então, eu tenho um entendimento de que efetivamente os Municípios eles são os titulares, por isso a EMBASA, não só de agora, mas desde a época da gestão passada também considerou dessa forma porque precisou da autorização realmente de todos os Municípios para o processo de privatização que terminou não dando certo na EMBASA.

Então, eu tenho esse entendimento muito embora entenda que existe um papel fundamental do Estado. Eu acho que as discussões terminaram se restringindo a figura das regiões metropolitanas, quando na realidade existe um papel importantíssimo para as microrregiões, as aglomerações urbanas e que cabe efetivamente ao Estado a instituir, e aqui vem instituir e não constituir. Então ele institui, mas não constitui, vamos dizer assim, o próprio ente, a própria figura das regiões metropolitanas. Então acho que é importantíssimo o papel do Estado. E eu entendo mais ainda, entendo que a questão do saneamento, do ponto de vista dos entes federados, não poderemos sair dessa situação em que se encontra hoje o setor se não houver efetivamente um processo de cooperação, colaboração e solidariedade entre a União, os Estados e os Municípios. Acredito que é preciso acabar de vez com esse processo... (telefone tocando) Deixa eu desligar aqui para evitar de novo, que depois eu ligo.

Então, entendo que é importantíssimo e acho que a lei de consórcios veio trazer esses elementos, que é um dispositivo da Constituição de 1998, o art. 241, mas que só foi regulamentado dez anos praticamente sete anos depois. Porque foi de 98, foi regulamentado em 2005.

Então, entendo que realmente a titularidade ela é do Município, e vamos trabalhar exatamente para renovar os contratos do Estado trabalhando com essa perspectiva...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Nós temos... Aqui já entrando na pergunta do panorama lá, nós temos hoje... A Bahia tem 417 Municípios. A EMBASA opera em 361, como eu disse no início nós temos cerca de 25 contratos que à luz dos dispositivos da lei eles precisariam ser renovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quantos?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: 25.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 25%?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Não. 25 contratos dos 361 que...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só 25 precisam ser renovados. Entre eles o de Salvador. Mas Salvador representa...

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Exatamente. Salvador representa em torno de 50% da arrecadação da empresa. Acredito inclusive que com os investimentos que vêm sendo feito em Salvador não agora só do PAC, mas os próprios investimentos feitos anteriormente, que não vamos ter nenhuma dificuldade de fazer essa... Na realidade é um novo contrato. Tem que ser baseado na lei de consórcios, até porque ficaria impraticável para o Município de Salvador pagar os investimentos ainda não amortizados e não depreciados porque foram feitos realmente muitos investimentos. O próprio programa Bahia Azul investiu 600 milhões de dólares. Agora tem mais 270 milhões do PAC, só para Salvador, fora urbanização de áreas precárias que tem ações de esgotamento sanitário também, então tem mais 400 milhões e ao longo do tempo a EMBASA e o Governo do Estado investiu muito no Município de Salvador. Então na realidade nós estamos trabalhando, muito embora a Constituição do Estado diga o contrário, nós estamos trabalhando com essa perspectiva de fazer um novo contrato com o município de Salvador, um contrato de programa...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas Dr. Abelardo, o senhor vai me permitir eu interrompê-lo, mas esse artigo da Constituição do Estado, ele chegou a ser questionado? No Supremo...

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Exatamente, Senador. É uma das ADINs hoje que tem no Supremo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas questionado por quem?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Na época foi questionado num processo... Pelo PT da Bahia. O Deputado Walter Pinheiro, o então Vereador hoje Deputado Zezéu Ribeiro, alguns Deputados da época. Então essa questão hoje é que está no Supremo, é essa ADIN que o Jeconias citou que tem hoje já quatro votos, considerando inconstitucional esse dispositivo. O que eu estou querendo dizer é que esse dispositivo ele não foi utilizado...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Governo do Estado não se utilizou...

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Não se utilizou porque inclusive em 2001...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas ao mesmo tempo não pode descumprir a Constituição.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: É verdade. Isso é verdade. A Constituição da Bahia tem algumas peculiaridades. Por exemplo, ela prevê um Conselho Estadual de Saneamento que tem prerrogativa de formular a política e o plano, então vamos ter que trabalhar com toda essa situação. Agora, de qualquer sorte, como se trata de uma cooperação federativa, através da lei de consórcios, eu acho que pode se resolver essa questão.

Então, me parece que a sugestão para essa questão das regiões metropolitanas, ou até mesmo das outras figuras, é baseado na lei de consórcios. É possível realmente se colocar um dispositivo exatamente ressaltando essa questão. Se o Supremo decidir pela constitucionalidade, então obviamente que o Estado assumiria a titularidade do serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas veja bem Dr. Abelardo, o caso da Bahia ele não é exemplar com relação ao País. Porque a Bahia avançou muito. Quanto por cento de esgotamento sanitário tem em Salvador hoje?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Salvador hoje tem 71%.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 71%. Nenhuma outra capital talvez tenha 71%.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: É verdade. Realmente avançou em Salvador, muito embora com relação ao interior teria uma defasagem muito grande. A situação do Estado como um todo atinge em torno de 30%.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a maioria das capitais brasileiras tem uma situação muito mais sofrível, muito inferior.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: É verdade. E vai avançar ainda mais agora com os recursos do PAC. Vamos avançar em muito em Salvador e...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o capital privado realmente ainda não participa desse esquema de abastecimento, de saneamento, desculpe, em Salvador.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Tem sim. Tem uma participação. A primeira PPP do País na área de saneamento está sendo trabalhada exatamente na Bahia que vai construir o segundo emissário submarino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas trabalhada não quer dizer que está sendo executada.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Não, não está sendo executada por uma questão... Esse contrato ele foi assinado no dia 27 de dezembro de 2006, no final do governo passado, e de comum acordo entre a EMBASA e a empresa que ganhou a licitação, a CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT que está constituindo uma SPE baseada na lei das PPPs, fizemos uma suspensão bilateral exatamente para que o Governo atual pudesse fazer uma análise mais precisa e objetiva. Mas a tendência é exatamente chegarmos a um termo e que isso possa acontecer. Ou seja, já tem um contrato assinado, obviamente que a própria ODEBRECHT poderia iniciar as obras no dia 28 de dezembro, se assim o quisesse, mas obviamente que até mesmo por esse fato criou-se uma saída justa e ela própria concordou com esse processo, o contrato está suspenso até o dia 31/10. Nós estamos fazendo toda essa avaliação, desde a avaliação dos editais, do contrato, dos valores, para que possamos exatamente dar segmento. Essa primeira PPP eu acho que é importante por ser a primeira do País no setor de saneamento, e certamente ela sendo bem feita ela vai exatamente colocar essa opção para os outros Estados. Claro também que tem a questão da implementação da lei. O senhor tem razão pelo fato de ter sido o Secretário Nacional de Saneamento, portanto coordenador da Política Nacional de Saneamento nesse País, todos estão querendo saber o que estamos fazendo para implementar a lei. Nós já estamos fazendo essa discussão com esses municípios, que...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – A curiosidade maior. Desculpe os Senadores. Eu não estou querendo monopolizar o debate. Na hora que quiserem interferir, o Senador Valter Pereira e o Senador Mão Santa podem fazê-lo. Agora, a curiosidade era por conta do senhor ser o Secretário Nacional do Saneamento e ter uma posição mais municipalista. Com essa vertente, com esse viés, como se diz agora. E agora está à frente do órgão estadual. Será que ele não entrou numa saída justa, numa contradição?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Acho que não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, eu não estou querendo que o senhor entre, não.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Eu acho que não, sabe por que? Porque nós entendemos e já estamos implementando essa nova visão do saneamento no Estado da Bahia. Nós atendemos que uma concessionária de serviço público ela tem que prestar conta. Prestar contas à sociedade, prestar conta ao poder, afinal existe um contrato em vigor e ela precisa

prestar conta. Então nós entendemos que isso é realmente importante, aquela questão da Constituição, a Constituição coloca realmente o Estado... Tanto isso é polêmico que nem o Governo anterior que introduziu as mudanças na Constituição não utilizaram. Porque certamente se utilizasse poderia criar uma dificuldade adicional para o próprio processo da época, processo de privatização da EMBASA na época se não fosse buscado autorização dos Municípios para...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas a Prefeitura de Salvador não fez nenhuma proposta até agora não?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: A Prefeitura de Salvador na época aprovou e depois desaprovou.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu digo agora, nessa negociação.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Agora estão abertos para discutir, inclusive temos reuniões agendadas com o próprio...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas está marchando para uma parceria?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Está sim para uma parceria...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E não para uma assunção do Estado. Não é isso?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Exatamente. Uma parcela entre Estado e Município. Então acho que essa questão é uma questão importante e fundamental. Acho que a Bahia realmente é peculiar, mas existem outros Estados onde essa convivência já é possível. Você tem a CAGECE no Ceará em que a empresa estadual presta serviço e existe uma agência de regulação municipal. Você tem em Natal que CAERN presta serviço e existe uma agência reguladora municipal. Eu acho que é possível conviver, sim. E eu sempre defendi o seguinte, sempre defendi de que realmente não deveria haver conflito. Eu acho que existe um papel importante do Estado nesse processo, na criação, na instituição das regiões metropolitanas, nas micro regiões e das aglomerações urbanas, assim como existe o papel do Município e o papel da União. O papel da União desse de fomentador, liberando recursos e estabelecendo uma política como foi feita aqui agora.

Então, acho que eu entendo que é realmente, eu acho que tem espaço para todos, eu acho que o setor privado ele pode e deve participar, desde que submetido às regras principalmente as regras de regulação que estão previstas na própria lei e que trabalha... Eu

acho que realmente esse estudo que é citado feito em 2003, onde se levantou na época que em 20 anos seriam necessários 178 bilhões, o Newton está correto porque quando nós estávamos preparando inclusive o próprio PAC, estabelecemos que seriam 10 bilhões por ano para universalizar o acesso aos serviços de saneamento. Então isso está realmente dentro de um estudo que foi feito pela Secretaria na época onde identificou as demandas, as necessidades de investimento em todo o País de modo que pudéssemos trabalhar numa perspectiva de universalização em 20 anos.

Acho que a questão da regulação ela é importante e fundamental. Independentemente de quem seja o prestador, mesmo sendo o titular do serviço eu entendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas na Bahia não existe agência de regulação?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Não, não existe um órgão regulador. O Estado está trabalhando pra criar uma agência reguladora estadual e oferecer para os Municípios a possibilidade de regular esses serviços. Então já tem hoje...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o Estado não vai regular o Estado, né?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Olha, dentro da concepção prevista no Projeto de Lei de autonomia decisória independência e tal... Aí era possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É possível inclusive porque os órgãos do Governo Federal são regulados por agências federais.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Exatamente. E aqui uma questão importante que eu acho que foi frisado que o senhor falou realmente em investimentos, tentando responder rapidamente. Acho que um dos grandes desafios do setor de saneamento é gastar e gastar bem os recursos do PAC. Acho que existe e nós também fizemos diagnósticos na época onde uma quantidade muito grande de recursos públicos foram desviados, não foram utilizados, ou até foram utilizados, mas depois transformados, por exemplo, aterros sanitários que foram construídos foram transformados em lixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – ... muito dinheiro saiu pelo esgoto que deveria ter saído.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Pois é. Literalmente saiu, foi para o esgoto e às vezes para o lixo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Exatamente. Então tem uma outra questão, rapidamente a questão dos vetos. Eu posso falar porque participei do processo de negociação que começou às quatro da tarde e terminou quase uma hora da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi aonde?

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Foi no Palácio do Planalto, com a participação da Fazenda, da Casa Civil... Teve realmente esse compromisso, inclusive o próprio Ministério das Cidades encaminhou documento para o Palácio sendo contra os vetos, entendendo de que deveria realmente honrar os compromissos. Agora, efetivamente tinha uma questão, por exemplo, que a Fazenda, por exemplo, colocou assim a questão do PIS/COFINS. Tudo bem. Vocês vão colocar, mas vamos avaliar na época. Na realidade a Fazenda colocou essa questão. Então estava na lei, mas ele deixou em aberto a possibilidade de vetar. Nesse caso de PIS/COFINS acho que efetivamente não houve um compromisso de todo o Governo. Houve um compromisso nosso do Ministério das Cidades, na época, da própria Casa Civil, mas não houve compromisso formal do Ministério da Fazenda em não vetar. Tinham outros dispositivos que diziam respeito a outros setores, no caso do Ministério dos Transportes, por exemplo, que não estava lá na reunião e que obviamente o compromisso do Governo foi relativo. Terminou sendo vetado um dispositivo sobre a questão da faixa de servidão. E outro dispositivo também que o compromisso foi relativo é a questão dos Correios. Que esse é um problema que também era o compromisso dos Ministérios que estavam ali, mas o Ministério das Comunicações não... Ao contrário, em todos os momentos dizia que poderia vetar aquele artigo. Outros artigos foram vetados em função exatamente do processo de negociação, que foi um processo de corte e cola, teve coisas repetidas, inclusive Coutinho se lembra que um dispositivo que não foi aprovado saiu aqui e nós retiramos aqui o gabinete do Senador César Borges disse, "olhe isso aqui saiu equivocadamente..."

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É bom esclarecer que o Dr. Coutinho participou da elaboração da Lei 11.145.

SR. COUTINHO: Foi um processo até uma hora da manhã, como colocou o Dr. Abelardo, e efetivamente alguns vetos não foram discutidos. E alguns realmente, ele tem razão, a Fazenda não se comprometeu com o PIS/COFINS. Mas houve outros onde não houve nenhuma palavra e de repente apareceu depois a justificativa do Governo, mas que imaginávamos estaria pautada

na palavra da Casa Civil junto com os outros de que ficaria dessa forma. Mas efetivamente foi um avanço, a gente foi até uma hora, e inclusive uma coisa difícil que muita gente duvidava quando depois da votação aqui era de que isso vai demorar mais 10 anos para passar no Senado e na Câmara. E demorou seis meses. Foi recorde de aprovação e apenas uma modificação se não me engano na Câmara foi retirado um dispositivo na última hora. Foi a única alteração.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Exatamente. Acho que o Coutinho tem razão. Exatamente em função desse corta e cola, teve alguns dispositivos que estavam duplicados e até conflituosos. Esses o argumento foi realmente de que estaria conflitando porque foi exatamente um corta e cola, tirou de um projeto bota no outro e tal. E nessa confusão veio aqui para o Senado uma questão que não tinha sido aprovada e discutida que na hora H fui consultado pelo gabinete do Senador César Borges, “não, isso não foi discutido e vamos retirar”. Senão daria um outro problema e não teria sido aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Acho que a uma hora da manhã serviram só cafezinho. O Governo venceu pelo cansaço.

SR. COUTINHO: E o texto foi votado no outro dia. Foi até uma hora da manhã no corta e cola e o texto foi votado na Comissão, no outro dia, pela manhã. Então ficamos até mais de uma hora fazendo esse corta e cola.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu agradeço ao Dr. Coutinho, mas vamos dar a palavra agora... Pois não, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É o seguinte, crença, sabe o que eu creio, Ruy Barbosa fez um negócio de creio. Esse negócio de regulador, quem regula é Prefeito honesto, é Governador honesto e é Presidente honesto. Ninguém regula mais nada. Vou lhe dizer exemplos vividos. Já fui Prefeito, Secretário de Saúde, governei o Piauí seis anos dez meses e seis dias e sou Senador. Lucídio Portela, eu estava vendo se estava ali, um dos homens mais honrados que eu conheci. Foi Senador, Governador, irmão do Petrônio Portela. Ele que sustentou o Petrônio Portela lá. A base o Petrônio subiu. Quase foi Presidente da República. Mas eu era Deputado novo dele. Aí sou médico, um dos médicos meu amigo fizeram um hospital na minha cidade natal. E o médico mais velho disse que aquilo só dava certo credenciado. Tiraram dinheirinho em Banco, não sei o que. Aí atrás desse Governador Lucídio Portela para pedir um credenciamento desse hospital privado. Ele era um sujeito muito autêntico.

Conheceu Lucídio Portela, irmão de Petrônio, austero. Foi Senador. Ele é que sustentava lá. Era a base do Petrônio. Aí, Governador, credenciamento, hospital. Ele muito franco, e eu era o vice líder dele. Era o Juarez (ininteligível). Aí ele se virou franco (ininteligível) não, mas tinha homem honesto. O que me atraiu a política era cheio de homens honestos. Essa sem-vergonhice é de agora. Eu fui convidado foi por Petrônio, Lucídio, João (ininteligível), Wall Ferraz, Chagas Rodrigues que foi. Se existia a sem-vergonhice foi de uns tempos para cá. Isso não era assim, não. Então fui criado nesse ambiente. Está ali um retrato do Petrônio e eu não vi ele me tentando. Então o Lucídio aí eu digo. Governador, o credenciamento... Aí ele muito franco disse: “rapaz, (ininteligível) não tem mais não”. Aí ele se virou, chegava até grosseiro, mas franco e honesto. Aí ele disse, “Mão Santa, quanto tu tem nesse hospital?” Aí você me conhece. “Governador, não tem nada não. Não tem nada nesse. Estou pedindo porque sou o mais velho, médico...” Mas ele é muito homem. Aí ele disse o seguinte. Digo, é agora. “Mão Santa, me desculpe”. Governador forte, foi o último eleito pelo... indireto. “Me desculpe, é porque só entra aqui caba ladrão. Sem vergonha. Todo mundo que vem...” Aí depois de Deputado eu fui Prefeito da minha cidade. Nunca me esqueço. Meio-dia, eu cansado, aí que eu digo essa que é a verdade. Se não for... Eu disse, lembro meio-dia, “será possível só tenho eu besta aqui e otário? Todo mundo que entra aqui é para tirar”. Eu disse a mesma frase dele. Todo mundo que entra... Quem tem compromisso mesmo, quem tem, acredito que o Luís Inácio tenha, foi ele que foi eleito, ele merece. Ele é que tem que prestar contas quando eu fui. E sou municipalista, mas tem que ter o bom senso. Não tem mais ninguém. Eu fui Prefeito, quando falo prefeitinho é porque é o elemento mais importante desse organograma. É o que está próximo, administrou a mulher, seu pai, sua mãe.

Então eu digo porque sou municipalista. Então um grande hospital, estava inacabado, acabamos, o Presidente Sarney acabou lá. (ininteligível) E ficou a briga quem vai tomar conta. O Prefeito? O Governador que de repente era contra mim? Era da ditadura (ininteligível) e conseguiu o apoio do Ministro Alceni Guerra. Terminamos, o Valdir Arcoverde, Ministro, mandou um, eu sei que era um médico militar, foi lá, tinha andado no Amazonas. E eu Prefeito defendendo a tese para tomar conta do hospital que estava lá. Mas é um médico, conhecido. Aí eu trouxe hospital privado. Secretário de Saúde para... Na hora eu sabia que ia dar naquilo. Aí o cara lá, com ordem, querendo dizer que o Município não podia. Aí nós estamos tendo que vir o Município. São 5.562 Municípios grandes que têm estruturas ad-

ministrativas. A minha cidade depois de Teresina é a maior. Então, tinha esse pessoal de nível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sua cidade é...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Parnaíba. Que nasceu Evandro Lins e Silva, João Paulo Reis Veloso que vocês sabem, e eu. Nós temos que diferenciar pequeninhas cidades que eu transformei em povoado e não tem estrutura. Aí o Estado tem que dar. Mas têm essas cidades grandes, grandiosas. Secretários são melhores do que muitos Ministros do Brasil. Nós conhecemos. Mas aí eu vou dizer como eu convenci. Aí o Coronel dos Amazonas, eu médico, prefeito, “mas por que você defende?” “Eu digo, porque funciona”. E eu era médico da Previdência. A Prefeitura era na praça. “Vem cá, está ali aquela ambulância. Está seis meses com o pneu furado. É do meu emprego. Eu como Prefeito sou lá da Previdência, conquistado, INPS. Estou aqui. Mas eu fico só olhando. A ambulância está quase... Mais de ano lá. Pneu furado. Daqui que esse Alcení Guerra venha trocar ou coisa, e eu tenho um pronto-socorro municipal, sim. Você quer, vamos lá. Bem pequeninho. Mas funciona. Por quê? Porque sete horas da noite o plantonista não chega, o povo vai lá em casa. Eu saio como Prefeito e vou ficar lá até esperar o outro”. Porque é o agente que está próximo. “Não, nós somos da (ininteligível) podemos ficar”. Eu digo: Não fique não. Porque eu conheço esse (ininteligível), isso é para saúde pública. Vocês não têm um anestesista, não tem um cirurgião. Eu monopolizo e encho lá. No outro dia sou médico, eles querem e tal.

Então, eu quero dizer o seguinte, da água. Olha, eu sou pelo Estado pelo seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não, o saneamento.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – A água e depois vem o saneamento. E você está diante do cara que fez mais saneamento no nordeste. 400 quilômetros em Teresina. São Luiz do Maranhão tem 40. Nós temos... Mas vou dizer, como essa água já tinha expansão. Mas é claro, isso não pode se dar para privado. Eu não tenho nada contra privado, não. O meu avô foi o maior empresário do Piauí. Tinha dois navios. Eu não tenho. Eu não tenho porque foi ser médico de Santa Casa. Mas não sou mais. Qual é o privado que vai querer o Morro do Chapéu para você colocar água? Agora, não pode deixar na mão. O empresário quer lucro. Meu avô quis e eu tomei a benção dele, gente muito boa, mas tu tem que levar a água para aquele... Morro do Cabeça do Chapéu. Guariba. Tem que levar água. Qual é o empresário que vai querer levar? Eu citaria só um fato. O sul do Piauí o semi-árido é “cristalante”. Aí eu fui lá como Governador, Garibaldi você sabe, levei

lá um posto médico e tal, e tinha um dos técnicos do Ceará para abrir a água, porque é difícil “cristalante”. Aí jorrou um pocinho. Mas ninguém deu valor as inaugurações, as escolas, ninguém tinha água nos postos de saúde. Aí fui ver a água que saiu, um poço, é difícil, o (ininteligível) Ceará. Aí eu fui ver aonde estava. Eu sou do litoral tem muita água. E o Parnaíba, o Delta 5. É água muita aonde eu moro. Mas lá não tinha. Aí eu fui. Eu nunca tinha visto uma cena daquela. Sacos e sacos de areia um corregoquinho, a lama. Eu nunca tinha visto aquela imagem. Eu nasci nas águas. Onde eu moro tem muita água, abraçado, é no Delta. Piauí tem cem lagoas... Então não tinha. Aí quando eu vi a lama, aí eu ali do lado. Aí é que eu digo. Aí apareceu uma adutora. Essas coisas existem. Leonardo da Vinci já fazia. (ininteligível) “E quanto é isso aí?” Aí ele disse: “Uns 50 mil”. Eu digo: “Faça”. Quer dizer, AGESPISA, eu tinha que tirar dinheiro dela. Um povo cidade que não tem como pagar.

Então, tem que se lembrar o privado não vai querer dar água para esse povo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mão Santa, eu quero dizer que suas observações são muito objetivas e que você está fazendo uma pergunta que eu quero saber quem vai responder, porque na verdade, por exemplo, a concessão de Salvador, a empresa privada pode querer participar.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Ele já respondeu. A renda... é a capital, é a cidade maior. Se ele perder, ele acabou a possibilidade dele levar água aos grotões, aos pobres e tudo. Ele não pode abdicar como eu não abdiquei. E o esgoto é depois. Eu consegui pela CAIXA ECONÔMICA o empréstimo de 30 milhões de dólares. Teresina tinha 30 quilômetros, errado, lançava direto do Rio Poti, 70 inacabado, juntei consegui 200. Tem 400 quilômetros de esgoto. Eu vou dizer a riqueza que hoje se transformou. Porque de repente, um bem nunca vem só. Eu era convidado para um prédio particular. Naquele tempo era 26 andares. Era o maior. Hoje já tem mais. Eu digo eu não vou. Aí o engenheiro que gravei até o nome, Elano(F), “enquanto o senhor não chegar...” governador num prédio particular... Aí ele disse as seguintes palavras: Só tem esse prédio que esse Governador fez o projeto de sanear. Ninguém ia construir 80 fossas no fundo de quintal.

Quer dizer, isso tem tudo e foi base da AGESPISA porque ela tava (ininteligível) e metade é da capital como a sua, Parnaíba. Então eu quero dizer que os privados estão aí, meus avós estão aí, eles que fazem a riqueza. Um Estado só vai ser rico se tiver muito rico. Eu acho que não pode abdicar esse fundamental como água. O negócio entregar para privado não

que eles é como meu avô, é para lucro. E o Governo tem essa missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Quem vai responder a V.Ex^a é o Dr. Newton de Lima Azevedo. O Senador Valter Pereira também quer fazer uma intervenção.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Em primeiro lugar eu gostaria... Eu cheguei atrasado. Então eu gostaria de saber se todos os convidados já fizeram a sua exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Já fizeram e já estão respondendo as perguntas feitas por mim e agora as observações de Mão Santa e vamos concluir com as suas observações e as suas perguntas. E depois o Dr. Newton vai respondê-las e também o Dr. Jeconias de Azevedo. E no fim teremos as considerações finais.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito bem. Essa Comissão trata basicamente dos marcos regulatórios. O que é que se busca? Busca conhecer e criar um ambiente favorável ao investimento privado já que o setor público não tem recursos suficientes para atender a todas as demandas de infra-estrutura que o País enfrenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Principalmente porque não temos mais o avô de Mão Santa. Que era um capitalista.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Era um grande capitalista e muito caridoso. Então esse é o papel que nós efetivamente cumprimos nesse momento. Conhecer e procurar dotar o ordenamento jurídico do País de condições que são indispensáveis para que o investidor tenha segurança necessária quando vai fazer as suas opções de investimento. Pois bem. Esse setor, como foi ponderado aqui pelo Senador Mão Santa e pelo Presidente Garibaldi, é o setor de grande importância. Eu acredito até que o saneamento básico deva ser o artigo de maior primeira necessidade de todos aqueles que estão inseridos nesse entendimento e nesse contexto. Por quê? Porque o saneamento básico é o que vai balizar a própria... O próprio investimento da saúde. Quando o País investe bastante em saneamento básico, ele deixa de gastar tanto na área de saúde. De sorte que é o investimento da mais alta envergadura. Porque acaba poupando os próprios recursos públicos em áreas que são mais delicadas, como a área da saúde, por exemplo.

Todavia, o que é que nós estamos observando? Nós estamos observando que há uma preocupação muito grande com os investimentos. Mas, sabemos também que o custeio do saneamento básico é muito alto. É muito grande. E esse custeio é que às vezes

cria uma certa dificuldade. Por quê? Eu tenho visitado Municípios que conseguiram recursos a fundo perdido para fazer investimentos importantes na expansão da rede de saneamento básico e conseguiu realizar obras para a universalização do atendimento dessa área, e de repente falta a adesão do consumidor. Porque o consumidor, antes de assinar a sua adesão, ele quer saber o que é que ele vai pagar pelos serviços e quando lhes apresentam a conta ele se assusta. Assusta porque percebe que efetivamente não terá como acrescentar no seu custo aquele ingrediente que é tão importante que é o saneamento básico, especialmente a rede de esgoto. Então a indagação que eu faço é nesse sentido. Como é que os empresários enxergam essa questão do investimento, como é que ele... O que é que ele sugere para que a universalização não seja prejudicada pelo alto custo operacional que enseja a prestação desse serviço. Essa é a primeira questão que eu gostaria que fosse respondida. Acho que o investimento privado é necessário, acho que o Congresso tem que dotar o ordenamento jurídico do País de condições do ambiente indispensável para que o investidor faça seus investimentos, mas é preciso olhar com muito cuidado essa questão do social. Até que ponto que as empresas vão enfrentar isso, até que ponto... O que é que o Governo precisa fazer para que haja essa parceria a fim de que a universalização não fique só no discurso ou para evitar que às vezes se faça o investimento e acabe não cumprindo mesmo fazendo os investimentos a destinação que se espera dessa expansão toda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra o Dr. Newton de Lima Azevedo, Vice-Presidente da ABDIB.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Senador, antes disso eu queria lhe entregar, só para... A agenda da infra-estrutura da ABDIB, onde baseei um pouco as minhas verdades. São tantas coisas que preciso ordenar as idéias. Deixa eu começar por algumas colocações pra gente poder...

Primeiro, eu concordo claramente que a questão do saneamento hoje é uma questão lá na ponta. É o Prefeito de uma cidade que já tem problemas suficientes e que de uma hora para outra ele ouve falar que tem uma nova lei de saneamento, tem a lei dos consórcios, que tem o Decreto da lei, ele está preocupado em trocar o pneu da ambulância porque a dona Maria tá na porta dele. Então nós temos uma coisa, como o Jeconias falou, que acho é fundamental que é a questão da capacitação e da qualificação das pessoas que estão na ponta para elas poderem entender tudo isso.

Eu estou colocando tudo isso não só de uma maneira teórica, e posso dizer que nós na ABDIB fizemos

um ensaio a questão de 22 de abril, nós convidamos, e olha que de um Estado como São Paulo nós convidamos 100 Prefeitos, cidades acima de 155 mil habitantes, fizemos uma cartilha, explicando a eles todo esse arcabouço legal jurídico novo alternativas de parceria no sentido de que ele possa começar a atender o que está acontecendo, se preparar para isso e poder decidir bem. E uma posição interessante, Senadores, é o seguinte, a ABDIB como eu disse ela não tem uma visão maniqueísta de que o público é ruim e de que o privado é bom. Eu cito algumas empresas públicas, tenho certeza que o Dr. Abelardo vai concordar comigo, sejam estaduais ou municipais, que têm uma gestão eficiente. Que tem o seu custo de operação contido, que são empresas que tem algumas delas capital aberto com ações na Bolsa de Nova York. Uma SABESP, uma própria COPASA, uma própria CAGECE em Fortaleza, no Ceará. Uma CAESB, que pela característica de uma companhia estadual, porém do Distrito Federal. Eu posso citar uma empresa municipal, dentre outras, não me vem à cabeça agora, a SANASA em Campinas, essas empresas adotaram uma política de gestão eficiente, Senadores. Eu acho que isso não é privilégio do privado nem do público. É privilégio de qualquer bom gestor. É privilégio de quem quer fazer uma coisa decente, de uma coisa boa. E vou citar alguns números para os senhores que talvez os deixem... comecem a explicar um pouquinho que não tem nenhum milagre do privado se ele entrar com uma boa gestão. A média de perdas de água que... Da água que é captada, tratada e jogada para a população, ela hoje, me corrija Abelardo se eu estiver errado, está entre 40, 50% hoje nas companhias brasileiras, tirando essas boas. Ou seja, como tivesse uma fábrica de sapato que ao final de cada dia, eu pegasse 40, 50% da produção dos meus sapatos e jogasse fora. Isso é insustentável. Agora, isso é um problema crônico que existe a não mais do que 20 anos. Aquelas empresas que se depa-raram com esse problema e agiram de forma correta, pontual e eficaz, elas se recuperaram. E hoje podem atender, ter superávit, e podem ter interesses até de atender, e vou citar um exemplo de Minas Gerais, não tenho nada com Minas Gerais, nós recebemos na ABDIB quarta-feira passada o Governador Aécio onde ele falou da COPASA citando inclusive que tem um projeto agora na região do Vale do Jequitinhonha, uma região dos IDHs mais baixos, aonde ele tá com o dinheiro que ele conseguiu dessa gestão eficiente na COPASA tentando resolver o problema.

Então, eu acho que a gestão eficiente não é privilégio do público ou do privado. Ela é uma obrigação de qualquer companhia de serviços públicos, seja operado por público, ou seja operado pelo privado.

Eu cito experiência pessoal minha, na cidade de Limeira, primeira concessão privada na bacia do Piracicaba a 180 quilômetros de São Paulo, uma cidade de 280 mil habitantes, 1995, primeira concessão. Hoje é uma cidade exemplo. É uma cidade que tem uma perda de menos que 19%, torno de 19, 18%, que abaixo desse nível já não compensa. O custo para baixar mais a relação benefício/custo já inverte. E cito empresas públicas competentes. Eu quero dizer o seguinte, o saneamento padecia durante todo esse tempo numa famosa discussão que eu gosto de brincar a falta do marco. O marco regulatório. Então, sempre se jogou em cima dele essa inércia, essa coisa meio auto flagelante de que nós não podemos ir para frente porque não temos marco, o Estado brigando com o Município, o Município com o Estado... Acabou. Quer dizer, hoje nós temos um arcabouço legal, nós temos alternativas as mais variadas possíveis, inclusive com acesso a mercado de capitais, Parcerias Público-Privadas, nós temos uma série de alternativas que nós na ABDIB estamos tentando, e aí já falamos com CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com o próprio BNDES, com o próprio Fundo de Infra-Estrutura do FGTS, no sentido que nos ajudem... O próprio Ministério das Cidades que sofreu um vácuo agora, tem um novo Secretário de Saneamento que está tomando posse amanhã, me parece, porque essas pessoas, nós todos nos juntamos para poder falar um pouco o que a Confederação acabou de dizer. Não adianta você jogar essa responsabilidade lá na ponta sem dar a ele qualificação, informação equilibrada. Eu quando falo informação equilibrada, é uma informação destituída de qualquer viés ou de qualquer maniqueísmo do tipo privado quer ficar com o filé, não quer comer o osso ou vice-versa. Eu acho que esse amadurecimento do setor, eu acho que ele ocorreu muito nesses últimos quatro, cinco anos. O Abelardo é testemunha disso. Tivemos posições claras, defendemos visões, mas no fundo 80% do que nós queríamos era comum a todos. Por isso que a lei saiu.

Então, pegando um gancho agora e falando dos vetos, eu não gostaria que a gente ficasse aqui vendo o mundo pelo retrovisor. Nós temos uma lei. Houve o acordo? Houve. O acordo foi cumprido? Não, não foi. Vamos virar essa página? Vamos trabalhar com que já temos? O que nós temos já é suficiente para fazer muito mais do que nós já fizemos. Aí eu volto numa coisa que infelizmente o senhor não estava, Senador, e eu insisto, essa regulamentação da lei que eu acho que existem alguns pontos que precisam ser esclarecidos, ela não pode ser entendida como uma nova lei. Foi lançado um Decreto de 81 artigos. Maior do que a lei original. Tem um projeto dessa regulamentação,

ela já foi distribuída para as associações, nós somos frontalmente contra, no seminário que iremos fazer depois de amanhã aqui estaremos entregando uma carta ao Ministro, dizendo que não é por aí, não é revendo velhas feridas...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu queria que V.S^a enviasse também esse dossiê aqui para a Subcomissão.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Será com o maior prazer e virei apresentá-lo. Fizemos uma reunião em São Paulo a semana passada onde discutimos isso. Então não é uma coisa ideológica. Nós consultamos dez escritórios de Advocacia sobre a questão da constitucionalidade desta lei. E que o eu gostaria e conto com vocês no sentido de que nós não voltemos a velhas feridas. Não voltemos a velhas discussões, que o Dr. Abelardo e eu, não só nós dois, mas temos aqui a AESBE presente e outras associações, nos desgastamos, mas na boa direção e no bom sentido. Então eu vejo com muito pessimismo e com uma certa tristeza a volta de uma coisa que não vai levar a nada o País. Eu acho que hoje enquanto o senhor bem disse nós estamos procurando aqui nessa Subcomissão e em outros movimentos esclarecer o que está acontecendo, sem nenhum viés ideológico, fazer com que o Prefeito na ponta decida o que é melhor para ele, você não pode levar uma informação já viciada, uma informação que seja estatizante ou privatista ou municipalista. Você tem que dar a ele informação para que ele possa decidir direito. Então acho que por de trás disso tem um apelo, que eu quase posso dizer, porque além de militar no setor como empresário a gente acaba se afeiçoando a isso e toma isso quase como uma coisa messiânica. Talvez por meu pai ter sido médico e saber o quanto custa isso na relação, e falei antes Senador que para cada real investido nós temos economia de quatro, cinco, seis reais em saúde pública, sem falar em mortalidade e coisas por aí. Então nós estamos tratando de um assunto extremamente preciosos que é a vida.

Então, eu gostaria que informações equilibradas, que o bom senso prevalecesse. Hoje nos jornais já começa a parecer uma declaração nossa contra essa regulamentação. O que não quer dizer que nós não precisamos esclarecer dúvidas que existem na lei. Mas não precisamos fazer uma nova lei e voltar uma conversa que acho que não leva o País a nada. Sobre a questão que foi dito sobre a questão da titularidade, Senador, eu concordo plenamente com o Abelardo. A posição da ABDIB ele conhece. O País é um País extremamente heterogêneo. O que é bom talvez para o Estado de Alagoas não seja tão bom pro Estado de Santa Catarina no que diz respeito ao papel do Esta-

do com os municípios. Eu cito alguns dados aqui, do mesmo jeito que o Dr. Abelardo citou a questão do alto índice de atendimento e tratamento de esgoto na Bahia, eu cito que, por exemplo, um Estado que todo mundo imagina como sendo talvez o Estado que gostaríamos de morar para os nossos últimos dias, Santa Catarina, ela tem em média não mais do que 9 a 10% do esgoto tratado. Pasmem, senhores. Ou seja, vamos deixar de lado essas questões ideológicas, essa coisa ruim, essa coisa que não leva a nada e vamos tentar realmente atrair investimentos privados, atrair investimentos públicos, desde que com gestão eficiente. Não se pode admitir mais nesse País que empresas hoje tenham crônicos e graves e praticamente irreversíveis problemas de gestão. Acho que isso é o foco que nós temos que dar, é o foco maior do que ficar vendo o que foi sancionado em janeiro, nós temos uma lei muito melhor do que era, porque não tínhamos nada, e vamos aperfeiçoá-la andando. Desde que a gente esteja junto.

Então, eu acho que esse é um apelo que eu faço e é em cima disso que nesse seminário que a ABDIB está fazendo aqui nesses próximos dois dias aqui no painel específico do saneamento que é no dia 22 à tarde que eu vou estar conduzindo, e conduzindo ao meu lado o Presidente da SABESP, que também é um associado da ABDIB.

Então eu queria que vocês entendessem que a nossa posição não é maniqueísta, que o privado é bom ou o privado é ruim. Qualquer companhia é boa ou é ruim desde que tenha uma gestão...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Existe o privado bom e ruim. E existe o público bom e ruim.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: É óbvio, é só pegar a falência de concordatas e ver a quantidade de privados que está falindo por dia.

Então, vamos quebrar essa ideologia. Vamos tentar juntar todos aqueles que a partir de regras claras, aonde a regulação é uma deles, através de alternativas de parceria. Eu vejo assim num futuro não muito distante, Abelardo, por exemplo, uma EMBASA estar fazendo uma parceria com uma empresa privada para resolver o problema de saneamento em Alagoas. Por que não? Por que não? Eu não vejo... Quer dizer, por que é que nós vamos deixar alguns Estados numa situação caótica há mais de 10, 15 anos e a gente sabendo com dificuldades de sair sem buscar soluções que não sejam tão ortodoxas? Acho que isso que o setor tem que pensar. Agora, na hora que eu vejo um Decreto voltando a levantar a questão dos conselhos sociais para substituir agências reguladoras? Eu acho que nós estamos dando um tiro no pé. Estamos jogando

fora esses últimos... Não vou dizer 20 anos para não ser tão piegas, esses últimos quatro anos do nosso esforço. Então eu alerto a todos que tem no saneamento alguma coisa com a dimensão que o senhor claramente tem, que nós temos que olhar para frente. Eu acho que nós temos uma lei, nós temos companhias públicas e privadas competentes, interessadas, a falta de regulação vai afastar investimentos ou vai encarecê-los.

Então, não sei se me alonguei, mas eu quis fazer aqui um resumo das coisas que foram ditas e na realidade dizer que a nossa posição é muito clara. Quer dizer, eu não sou nem municipalista nem estadualista nem privatista. Eu acho que tem espaço para todo mundo, desde que a gente tenha o arcabouço legal, jurídico, constitucional. Uma coisa importante. Eu até estou adiantando um pouco a fala da quarta-feira que eu vou fazer. Acho que tem uma pergunta clara a ser feita ao Governo Federal. Isso em todos os sentidos. Qual é o modelo de desenvolvimento que o País imagina para o saneamento? Nesse modelo...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Minha indagação é nessa direção.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Ele leva em conta a necessidade de recursos privados ou não? E não me venham com respostas que o privado já participa do saneamento vendendo equipamento ou fazendo projetos. Não é isso. A afirmação da ABDIB é que somente recursos públicos não são suficientes para fazer frente à necessidade que o País tem se quiser ter um crescimento sustentado e decente. Não adianta falar Investment Grade e ter, repetindo, ter 100 milhões de brasileiros sem esgoto tratado. Ou tendo 9% de esgoto tratado no Estado de Santa Catarina. Isso é uma vergonha. É uma vergonha que não pode ser coberta por questões ideológicas e por movimentos diversionistas que não vão no âmago da questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu agradeço ao Dr. Newton de Lima Azevedo. Eu realmente estou preocupado com o tempo. Porque nós estamos aqui desde 18h debatendo essa questão que é uma questão que levaria, se fosse alongar mesmo a discussão, nos levaria a altas horas da madrugada.

Mas, eu vou convidar agora, pedindo até desculpas, porque houve uma omissão da parte da Subcomissão que não convidou a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais na primeira hora. E na última hora convidou e o Sr. Walder Suriani, que é Diretor Executivo, ele resolveu deixar de lado essa questão de ter sido convidado de última hora e está chegando em boa hora aqui e quer fazer também uma intervenção. Depois teríamos o Dr. Abelardo de

Oliveira Filho e, para encerrar, teríamos o paciente Dr. Jeconias. Aliás, a paciência no caso não é de Jó, é de Jeconias.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, o que eu gostaria de ponderar é que a indagação que fiz é o desafio que vão enfrentar os investidores porque ele vai fazer o investimento, vai colocar o serviço a disposição e depois vai ter o problema da adesão. Que é o problema que já está tendo. Por exemplo, o Município de Dourados em Mato Grosso do Sul é um deles. É um Município que tem uma extraordinária rede e pouca adesão. Em Campo Grande está havendo um processo de expansão da rede de saneamento básico de forma rápida extraordinária e robusta e, no entanto, há uma hesitação muito grande daqueles segmentos mais localizados na periferia se devem ou não aderir. Não é questão se devem ou não, se tem ou não condições de aderir dado a tarifa que virá depois de feita a adesão. Esse aí é o grande desafio que eu vejo do ponto de vista social. Porque o investimento, por exemplo, o PAC está prevendo recursos para investimento na área de saneamento básico. Muitas empresas estão olhando, prestando atenção, como é que vai ser a resposta, nós achamos que é salutar a iniciativa privada fazer a parceria com o setor público, já que o setor público não tem efetivamente recursos para atender a demanda de saneamento básico com a rapidez que se faz necessário. Mas, eu gostaria que todos pudessem fazer a sua avaliação sobre esse impasse. E gostaria até de lembrar um fato aqui, é muito raro falar que tem um Município com problema de saneamento resolvido. E o senhor falou aí de um Município que é um ícone dos Municípios do Brasil, que é Florianópolis, e que efetivamente tem problemas sérios de saneamento. Mas eu gostaria de dar um outro exemplo contrário. O Município de Bonito, em Mato Grosso do Sul, primoroso por suas belezas naturais e pelo turismo ecológico que hoje incrementa de forma muito bem sucedida. 100% de saneamento básico. 100% de rede de esgoto. Então acho que é uma outra informação que realmente é relevante para todos que estão olhando para essa questão do saneamento básico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 100% de água tratada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – 100% de rede de esgoto e de água tratada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a palavra então o Dr. Walder Suriani, Diretor Executivo da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais. Aliás, o Dr. Abelardo de Oliveira Filho até então era o único representante das empresas estaduais na qualidade

de Presidente da EMBASA. Mas agora vamos ter a participação de V.S^a. E é Vice-Presidente da AESBE também?

SR. WALDER SURIANI: Queremos agradecer ao Senador Garibaldi, a nossa intenção não era participar da Mesa, mesmo porque nós viemos ouvir os apresentadores, os palestrantes, e com uma coincidência muito feliz todos eles esposaram as próprias idéias da associação. E na realidade o próprio Newton colocou muito bem, nesses últimos quatro anos houve avanços significativos, onde até que enfim os atores puderam sentar juntos e discutir os caminhos do setor de saneamento. E quando nós falamos do setor de saneamento não podemos esquecer que setor, como um serviço público ele está ancorado em três pernas bastante distintas: Que é a parte do marco legal, a parte do investimento e a parte do controle ou regulação. A parte da lei já está equacionada, a parte dos investimentos num primeiro momento sim, a médio e longo prazo teremos que resolver alguns impasses existentes ainda, limite de endividamento, fonte de financiamento, entre outros, mas a parte de regulação é exatamente essa questão que está em discussão no presente momento. E a primeira dificuldade no entendimento dos nossos associados, do qual a embasa é uma das grandes é exatamente um primeiro momento qual o posicionamento do Governo Central com relação a isso. Porque não tenha dúvida que a visão do Governo Central terá um abatimento muito grande dos Estados e Municípios. Mas a associação ela tem um entendimento de que independentemente da forma de controle, será por agência ou não, o serviço deve ser realmente controlados, devem ser regulados, para garantia da própria prestação de serviço. E num primeiro momento, as agências tem sido aquelas que têm respondido melhor esse anseio por uma qualidade de serviço. Talvez esse assunto tenha que evoluir um pouquinho mais, mas não tenha dúvida que esse modelo talvez seja o modelo que melhor atenderá o próprio avanço do setor de saneamento. Todas as questões colocadas foram questões muito pertinentes. Essa questão de Bonito é uma delas. Mas não tenha dúvida, Senador, que Bonito deve ter passado por um processo de investimento pesado. Sem recursos, infelizmente, não tem a menor condição disso. Da mesma forma que Salvador avançou bastante, o Distrito Federal estamos próximos de 100% de água e esgotamento sanitário, ou seja, tem várias cidades, vários Estados que avançaram muito, tem outros que inclusive terão que avançar muito mais, faixa norte e nordeste é um exemplo típico, mas eu posso informar a vocês que os caminhos estão dados. E em cima disso teremos que trabalhar ainda, avançar bastante nessa questão.

No mais, o nosso Presidente Paulo Ruy infelizmente não foi convidado, mas se oportunidade houver ele com certeza gostará de estar presente para discutir essas questões que foram colocadas e muito outras inclusive que foram pensados em colocar, mas no momento oportuno deverão ser explicitadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nós queremos dizer que vamos sugerir ao Presidente e à Comissão que se faça uma nova reunião inclusive com a presença do Presidente. Mas a participação de V.S^a já foi muito oportuna aqui para todos nós e para aqueles que estão assistindo essa transmissão da TV Senado desta reunião.

Eu agora, pedindo a paciência do nosso Presidente da EMBASA, Dr. Abelardo de Oliveira Filho, gostaríamos de ouvir a palavra do Dr. Jeconias Rosendo Júnior, e eu gostaria a pedir a ele que já fizesse as suas considerações finais, tendo em vista o problema do prolongamento já da reunião. Já teremos que terminá-la. Agradeço a V.S^a.

SR. JECONIAS ROSENDO JÚNIOR: Prometo, Senador Garibaldi, além de ser paciente, ser breve. Mas é muito bom a gente ter paciência num ambiente como esse em que relevantes questões estão sendo discutidas. Eu vou responder a questão que me foi encaminhada e como solicitado fazer as minhas considerações finais. A Confederação Nacional dos Municípios ela anualmente ela publica o Índice de Responsabilidade Fiscal e Social dos municípios brasileiros. Na verdade é um estudo feito pela Confederação, está disponível no site da entidade, WWW.CNM.ORG.BR. Que tem por objetivo fazer uma análise mais ampla da questão fiscal dos Municípios com respeito aos investimentos na área social. Na verdade, Senador Garibaldi, o que a CNM percebeu após a publicação da lei RLF, era que se por um lado ela era vista como um limitador das ações sociais uma vez que regras rígidas foram estabelecidas e V.Ex^a sabe bem os Municípios nesse País são muito bem fiscalizados. Os Prefeitos são sem sombra de dúvida os agentes políticos sujeitos a maior fiscalização por parte dos Tribunais de Contas, Ministérios Públicos, etc. E a confederação percebeu que esse ambiente de fiscalização proporcionou uma série de experiências exitosas no âmbito da administração municipal e de cunho, de relevante cunho social que precisavam ser estudadas e dimensionadas de modo que a gente pudesse ter uma estatística de ranquear os municípios de acordo com as alternativas encontradas, em face das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e o atendimento das questões sociais.

Sem sombra de dúvidas, a questão do saneamento tem um peso significativo e relevante na composição

desse índice. E até aproveitando aqui a colocação de Walder. A questão dos investimentos das formas de financiamento e as formas de fazer com que o Município acesse esses recursos, ela precisa ser discutida com mais seriedade. E precisa ser aprofundada. Não dá para que a gente tenha no contexto que nós temos hoje uma execução orçamentária que no papel represente um montante de dinheiro significativo, mas que na prática esse dinheiro não consiga ser gasto. Nós temos uma preocupação, apesar de boa parte da política, das políticas públicas de saneamento não fogem dessa realidade está voltada para as grandes cidades, a gente não pode esquecer que 60% da população desse País vive em Municípios com até 100 mil habitantes. E as políticas são diferenciadas para esses Municípios.

Então, a FUNASA é um órgão importante, e eu acho importante também de fazer o registro que esse Governo ele evoluiu com a criação do Ministério das Cidades, com a criação da Secretaria Nacional de Saneamento, mas nós precisamos dar outros passos na direção de fazer com que Orçamento Geral da União possa ser completamente executado como previsto fazendo com que os recursos cheguem efetivamente aos Municípios.

Por outro lado, é necessário, e aí eu vou fazer minhas, Newton, suas palavras. Já temos as regras, vamos definir o Juiz. Porque precisamos sim passar por um momento de “conservação” do setor. Porque não vai ter uma solução isolada no Município, no Estado ou na iniciativa privada. Porque isoladamente ninguém vai ser capaz de resolver isso sozinho. É necessário, sim, que o Governo Federal adote uma postura de fazer e editar o seu Plano Nacional para definir a política de saneamento. Que os Estados e Municípios possam se aliar a essas políticas e os investidores possam ter garantias para investir. A posição da Confederação, eu volto a dizer, ela é bastante clara no que diz respeito a isso. Nós não defendemos a tese de que tudo deve ser municipalizado e tudo deve acontecer isoladamente no Município. Existem casos em que isso é possível. Mas em outros casos a melhor alternativa talvez seja a prestação de serviço pela companhia estadual ou pela iniciativa privada. É necessário deixar um ambiente preparado para que o Município ele possa escolher dentre essas alternativas, a melhor que se adeque à sua realidade. Visando assim, seguramente, o atendimento e o pleno atendimento ao cidadão.

Então, eu acho que esse ambiente, Senador Garibaldi, é que essa discussão na Subcomissão no Senado é importantíssima para que a gente possa ter mais um espaço de articulação dos atores que atuam no setor, em busca de uma solução que seja factível

para todos e que venha beneficiar o cidadão que, sem sombra de dúvidas, é o norteador e o inspirador de todo esse esforço.

Então fazendo dessas palavras eu gostaria mais uma vez em nome do Presidente Paulo Ziulkoski agradecer pela oportunidade e dizer que a Confederação está hoje estruturando a sua área de desenvolvimento urbano, contamos com técnicos específicos para tratar a questão de saneamento, aprofundar esse debate e se colocar à disposição tanto do Governo Federal quanto do Senado e das outras entidades que atuam no setor para que a gente possa ampliar esse diálogo e efetivar a implementação do marco regulatório do saneamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Sr. Jeconias Rosendo Júnior, que representou a CNM, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, e passo a palavra ao Dr. Abelardo de Oliveira Filho para as suas considerações finais. Presidente da EMBASA.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Ok. Acho que realmente é importante e queria mais uma vez agradecer aqui a oportunidade de termos participado desse debate. Mas queria dizer o seguinte. Senador Mão Santa, eu tive a oportunidade de ir lá inaugurar o sistema de Guaribas, quando era Secretário levando água para aquela cidade lá que realmente é uma cidade muito pobre do interior do Piauí. Então acho que esse realmente é um dos grandes desafios. Leva água para os excluídos. Levar água para quem esse tempo inteiro não teve acesso a água potável de qualidade e aos serviços de saneamento. Nós estamos lá na Bahia agora, no dia 31, o Governador Wagner vai lançar o que ele chama de programa “Água para todos”. Que a idéia é exatamente trabalhar no semi-árido nordestino enquanto nós temos 94% na zona urbana, nas pequenas cidades do semi-árido baiano na zona rural nós temos apenas 30% de abastecimento de água.

Então, o grande desafio hoje da EMBASA é ela se manter enquanto empresa pública que gera recursos, inclusive para dar as contrapartidas necessárias aí do PAC, mas que possa também atender essa população de baixa renda. Isso o senhor colocou, Senador, uma questão muito importante. Essa questão da adesão. Hoje a lei ela já coloca isso como obrigatoriedade. Existindo rede, tem que ligar. Agora, também a lei teve a preocupação de considerar alguns aspectos que devem ser levado em conta na hora da definição da tarifa. Tem que ter as tarifas sociais, tem que ter as tarifas populares, temos que trabalhar dentro de uma perspectiva de, por exemplo, lá na Bahia nós temos em algumas outras empresas também têm, tem a tarifa social que pega todo o pessoal do Bolsa Família.

Mas nós queremos mais. Nós vamos fazer uma reestruturação tarifária que vai criar uma outra tarifa, uma tarifa popular para atender as pessoas que moram nas habitações do 460, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social que é população de baixa renda que não tem a mesma característica do pessoal do Bolsa Família. Então tem que trabalhar exatamente com essa perspectiva de que o Estado e a União, eu estou excluindo obviamente os pequenos Municípios, mas os grandes Municípios também têm que fazer esse subsídio para que a população possa ter acesso aos recursos. Então acho que um dos grandes realmente desafios do setor de saneamento é implementar a lei, levar água e demais ações de saneamento, para aquela população de baixa renda, aquela população que não tem condições de pagar. É qualificar o gasto público. As obras têm um histórico. Nós fizemos um levantamento que é realmente um tempo muito grande. Em média, as obras de saneamento, obviamente que nós estamos falando de obras maiores, não estamos falando de pequenas intervenções, elas levam quatro anos para serem executadas.

Então, precisamos realmente trabalhar e discutir ações que vise fundamentalmente gastar e gastar bem os recursos que são colocados à disposição do Orçamento Geral da União, os recursos financiados. Porque as empresas e os Estados vão ter que pagar esse financiamento. Mas fundamentalmente agora os recursos do PAC. Enfrentando inclusive uma situação, até por conta de um histórico de ausência de política, de ausência de financiamento e de ausência de investimentos, as empresas hoje não têm em carteira projetos confiáveis, vamos dizer assim. Bons projetos. E para gastar bem o dinheiro, para fazer boas obras, ela necessariamente tem que ter bons projetos para que efetivamente isso possa trazer benefícios para população brasileira.

Então, acho que, para concluir aqui, e também agradecendo aqui a flexibilidade e a paciência, principalmente do Presidente e dos demais, dizer essa questão da regulação. Eu tenho dito o seguinte, eu pessoalmente sou contra aqueles que se chame a Lei 11.445 de marco regulatório do setor de saneamento. Eu acho que é um marco regulatório do setor de saneamento é a lei de licitações, é a lei de concessões, é a lei das PPPs, é a lei dos consórcios públicos e agora complementada pela lei do saneamento.

Então, eu entendo que é efetivamente importante, estava dizendo aqui, e essa discussão que nós estamos tendo na AESBE, a AESBE ainda não se debruçou sobre o regulamento, mas eu tive oportunidade de dizer lá para o pessoal do Ministério das Cidades que

realmente houve uma extrapolação. Uma extrapolação na questão do Decreto...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Entendido meu raciocínio. Não é fato, é história. Eu vivi um momento que se criava Município, e Deus me permitiu criar 78 municípios. Esse foi o mais pobre, o que V.Ex^a citou. Quase todos eu consegui. Povoados é uma satisfação. A gente transformar povoado em cidade. Além do que você vê, praça para namorar, mercado para comerciar, hospital, delegacia para botar ordem... O pessoal participar. Novos líderes. Vereadores, Prefeito, melhorados. Guariba era o pior deles que ninguém nega. Então eu quero dizer o seguinte, daí eu ter tido uma discussão franca com o primeiro chefe do Fome Zero e eu disse que não daria certo. Porque tinha que aproveitar a roda. A roda é o Prefeito. E não criar outra estrutura. Eu não sei nem mais o nome dele. Como é o nome aí? Graziano. Esse mesmo. Discutimos aqui na CAE a roda é o Prefeito. E quiseram outro instituto. Mas eu quero dizer como foi possível. (ininteligível) V.Ex^a completou, Guariba. Governo do Estado, tinha dinheiro, de Teresina, de Parnaíba para esses pobres, vamos dizer, o agente privado não vai. Eu citei meu avô para dizer que ele não ia. E mais o PCPR, que V.Ex^a foi comigo no nosso tempo nós buscamos em Washington. Eu tinha 27 milhões de dólares, somava os três e levamos para quase três.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – PCPR. É o PAP. É o Programa de Combate à Pobreza Rural.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Então para levar para essas Guaribas que V.Ex^{as}. conheceu com dificuldade, era o dinheiro do Estado, da AGESPISA que eu determinei. Eu não vejo como. Tem que ter esse bom senso de ver que tem esses grotões. E eu acho que o grande regulador aí é o Governador do Estado, é o Prefeito correto. Esse é meu raciocínio. E foi possível. O dinheiro foi até internacional. Parte dele. A AGESPISA é do Governo do Estado.

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Ok. Só concluindo, Senador, com relação a essa questão da regulamentação. Eu sinceramente sou daqueles que defendo que tem que ter uma regulamentação. Aqui repito, não necessariamente isso é uma posição da AESBE. Até porque essa é uma história que nós vivenciamos. Vivenciamos aqui nesta Casa, Senador, um debate brilhante. Eu não sou tão velho aqui como o meu companheiro Newton... (risos) Mas nós precisamos aqui um debate histórico onde o ex-Senador Josaphat Marinho, brilhante, constitucionalista, jurista, baiano, com o Senador Fogaça sobre a lei de concessões.

Então, essa questão da regulamentação isso apareceu no SUS, apareceu na lei de concessões,

apareceu na lei das PPPs, até que ponto poderia ir à União, apareceu na lei de consórcio e está aparecendo na lei de saneamento. Acho que é uma discussão recorrente. Eu entendo que efetivamente é preciso regulamentar porque como nós temos diversos instrumentos que compõem o marco regulatório, juntar todos esses instrumentos da lei de concessões, da lei de PPPs, da lei de consórcios, da lei do saneamento num documento, sem extrapolar as leis, isso é um detalhe, sem extrapolar as leis, porque um Decreto não pode extrapolar as leis, mas acho que ele vai ser benéfico. Vai ser benéfico para o setor de saneamento porque efetivamente vai ficar mais fácil de entender para que não precisemos consultar as diversas leis que compõem o marco regulatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – O senhor está propondo uma consolidação de todas as normas pertinentes...

SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO: Exatamente. E tirando algumas dúvidas. Por exemplo, quer ver um detalhe? Eu estava discutindo isso e discutimos isso lá na AESBE, por exemplo, a EMBASA tem 361 contratos. A depender da interpretação que se dê, já que grande parte desses contratos eles foram renovados em 2001, portanto em vigor e a lei preserva no seu art. 10 os convênios e outros atos de delegação antes da lei consórcio, a depender da interpretação que for dado, todos esses contratos seriam precários e precisaríamos refazer esses contratos que foram assinados em 2001. No meu entendimento temos apenas 25 contratos para serem, vamos dizer assim, renovados ou estabelecidos em função não apenas da lei de consórcios, mas também da própria lei de saneamento. Então a minha posição, só concluindo é que essa regulamentação possa haver efetivamente e que se relacione... Acho que a própria lei ela trata da regulação em diversos dispositivos. Se a gente juntar todos os dispositivos da regulação no mesmo ponto, se a gente juntar todos os dispositivos que a lei trata da questão dos recursos hídricos no mesmo local, se a gente juntar todos os dispositivos da lei, não só dessa lei, como a lei de concessões, a lei de PPPs e as outras leis que trabalham dentro dessa perspectiva de saneamento, eu acho que vai ficar mais fácil de implementar. Vai ajudar. Agora, entendo que efetivamente a União não pode extrapolar, não pode regulamentar aquilo que não está dentro de todas essas leis que compõem o marco regulatório do saneamento.

Então eu queria agradecer, Senador Garibaldi, e dizer que foi realmente um prazer muito grande estarmos voltando aqui a essa Casa para discutir o saneamento, não mais na condição de Secretário Nacional, mas de Presidente da EMBASA e que temos hoje esse

novo desafio na nossa carreira de 30 anos do setor de saneamento no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E eu quero agradecer a todos e dizer que a próxima reunião do dia 27 vai abordar o meio ambiente e resíduos sólidos.

Com essas informações eu quero agradecer novamente a todos, inclusive ao nosso Consultor José Roberto Bassul pela sua contribuição e em nome do Presidente Delcídio Amaral convocá-los para... Convidá-los, aliás, para a próxima reunião.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 20h30

Ata da 13ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, e 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 27 de agosto, de 2007, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezessete horas e cinqüenta e seis minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúnem-se, em conjunto, a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios e a Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Valter Pereira. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. A Presidência registra a presença da Sra. Maria de Fátima Ribeiro Cór, Diretora-Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, com enfoque na área de Meio Ambiente e Resíduos Sólidos, em atendimento à deliberação das Subcomissões. A Audiência Pública é realizada com a presença do Dr. Sabetai Calderoni, Diretor-Presidente do Instituto Brasil Ambiente; do Sr. André Vilhena, Diretor-Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRES; e do Sr. Severino Lima Júnior, representante da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. A Presidência convida, ainda, o Sr. Alberto Bianchini, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de

Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE, para fazer parte da mesa. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios e 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto em 27 de agosto de 2007 às 17h, na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Eu gostaria só de registrar que essa Subcomissão ela está analisando os marcos regulatórios de todos os setores de infra-estrutura do Brasil. Nós já fizemos várias reuniões abordando desde energia, petróleo, gás, biocombustível, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento, e a agenda de hoje é sobre resíduos sólidos.

Eu queria também registrar que nós, conforme proposta, conforme Requerimento do Senador Garibaldi Alves, essa seria uma Sessão Conjunta com a Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Mas infelizmente o Presidente dessa Subcomissão, o Senador Cícero Lucena ele teve que permanecer em João Pessoa. Por isso ele não vai poder estar presente. Mas nós mesmo assim vamos... ele já nos avisou e vamos procurar fazer um trabalho muito... Um trabalho alinhado com tudo aquilo que essa Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos tem efetivamente executado.

Eu gostaria também, até para deixar muito claro para as pessoas que nos acompanham, e eu volto a insistir nisso porque é importante destacar essa especificidade dessa Subcomissão, essa Subcomissão é uma Subcomissão ligada à Comissão de Assuntos Econômicos. Há uma Resolução da Mesa Diretora do Senado dizendo que as Subcomissões só poderão funcionar as segundas e sextas-feiras. Sexta-feira aqui no Senado é praticamente impossível fazer com que uma Subcomissão funcione. Então nós separamos todas as segundas-feiras às 17h. E evidentemente é uma Subcomissão pequena. Ela tem sete Senadores

e ela se realiza às segundas-feiras. O que não é fácil também porque alguns Senadores ou vêm para Brasília na terça-feira pela manhã ou então chegam em Brasília na segunda-feira à noite. Então evidentemente que nós temos naturalmente dificuldades para alcançar para que todos os Senadores estejam presentes. Como as Sessões deliberativas nós já fizemos e com a presença de todos os Senadores que pertencem a essa Subcomissão, as Audiências Públicas não necessariamente precisam contar com todos os Senadores. Evidentemente que com a presença dos demais Senadores os debates se ampliam ainda mais até porque as perguntas não vão estar ligadas único e exclusivamente ao Relator Senador Garibaldi Alves, e nem ao Presidente, mas também aos demais Senadores. Então isso tem que ficar muito claro porque as pessoas às vezes quando olham sem saber como é que essa Subcomissão foi criada, qual é o objetivo e as dificuldades naturais de se fazer um debate numa segunda-feira à tarde, e uma dificuldade que não é só do Senado, é da Câmara também, isso não quer dizer que os trabalhos não estejam avançando e não tenham sustentabilidade suficiente. Quer dizer, não tenham a profundidade que esses temas exigem. Nós estamos... Nós já convocamos e trouxemos aqui técnicos de vários setores, não é uma Subcomissão para se fazer discurso político. Aqui não vai haver debate político, comparação com o Governo atual, com o Governo anterior. Não é esse o objeto. Por isso que às vezes ela não tem aquela emoção que talvez uma Comissão Permanente do Senado teria. É porque nós estamos fazendo uma abordagem técnica, uma abordagem totalmente despida de qualquer discurso político. Tanto é que os Senadores que fazem parte dessa Comissão são pessoas que não vêm aqui para fazer debate do Governo anterior com o Governo atual, Governo atual com Governo anteriores. Nada. Vem aqui para aprofundar matérias que são importantes, de tal maneira eliminar as incertezas jurídicas e facilitar principalmente os investimentos. Não só privados, mas também investimentos estatais. Se não há um arcabouço jurídico competente e compatível, nem as estatais investem, porque muitas delas têm capital externo, tem investidores que vão cobrar as decisões de suas respectivas diretorias em função de algum fracasso que venha a acontecer em áreas de infra-estrutura.

Então eu fiz esse preâmbulo só para registrar isso, e para adiantar para opinião pública e para as pessoas que estão nos acompanhando que nós já estamos com oito relatórios parciais prontos. E tenho absoluta certeza que esses relatórios parciais vão ser relatórios amplamente discutidos e eu não tenho dúvida nenhuma sobre o aspecto de marcos regulatórios serão

um divisor de águas no Senado Federal com relação a essa área de infra-estrutura. Boa parte dos Senadores que fazem parte dessa Comissão são voltados para a infra-estrutura, já ocuparam funções executivas importantes, e, portanto, eu não tenho dúvida nenhuma que junto com a experiência desses Senadores e com a Assessoria, a consultoria do Senado Federal e também nesse trabalho que está sendo feito conjuntamente com as principais lideranças de cada setor, eu não tenho nenhuma dúvida que esse trabalho será um trabalho exemplar. Quem quiser apostar contra que aguarde porque daqui a dois meses nós vamos apresentar o Relatório. E eu já estou acostumado a enfrentar essas coisas quando muita gente aposta contra, vide a CPI dos CORREIOS que o STF julga agora e deve concluir o seu veredicto até amanhã. O nosso desafio é efetivamente prestar um grande serviço ao Brasil. Prestar um grande serviço ao futuro do País que merece atenção mais do que nunca redobrada de todos nós Parlamentares.

Eu queria só antes de iniciarmos os nossos trabalhos propor a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Como é uma Audiência Pública não precisa do quorum deliberativo, então não havendo nenhuma... se os Senadores aqui presentes concordam eu considero as Atas aqui apresentadas, aprovadas. Quero registrar que a Audiência Pública da próxima semana, no dia 3/9 às 17h ela tratará de Parcerias Público-Privadas com a presença do doutor, nós estamos convidando, Dr. Luiz Antônio Ataíde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. A Ex^{ma} Sr^a. Elizabeth Sequim(F), Secretária Adjunta da Secretaria de Estado e Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, o Dr. Francisco Anuatti Neto, da FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas que é especialista em regulação de setores de infra-estrutura, e o Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Isso vai acontecer na próxima segunda-feira num debate sobre Parcerias Público-Privadas. E eu agora quero registrar que essa Audiência Pública ela vai debater, como eu disse no início, a questão dos marcos regulatórios com enfoque na área de meio ambiente e resíduos sólidos, em atendimento à deliberação das Subcomissões. Tanto essa Subcomissão, como também a Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos comandada pelo Senador Cícero Lucena, da Paraíba.

Eu gostaria de chamar aqui os convidados, queria convidar o Dr. Sabetai Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente, gostaria de convidar o Sr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Em-

presarial para Reciclagem, CEMPRE, o Sr. Severino Lima Júnior, representando a Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, MNCR. Agora já estão se identificando aqui o Senador Garibaldi com o nosso querido Severino, porque são lá de Natal, lá do nosso querido Estado, glorioso Estado do Rio Grande do Norte. E ao mesmo tempo também estamos contando com a presença do Dr. Alberto Bianchini, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Nós não havíamos, foi um equívoco da nossa Assessoria, equívoco esse corrigido para que V.S^a participe também desse debate em função até da associação que V.S^a representa com competência e mais do que nunca com espírito público. Eu só estou, só corrigir aqui, nós não temos oito relatórios, nós já temos dez relatórios prontos em cima das Audiências Públicas que nós realizamos nessa Subcomissão. Então eu vou propor para que cada um fale na ordem de chamada, na ordem que nós convidamos cada um a fazer parte aqui da Mesa Diretora, e eu daria em princípio 10 minutos para cada expositor. É suficiente ou vocês acham que é melhor 20 minutos? Então, nós daremos 20 minutos. Agora, quando faltar um minuto, toca uma campainha. Vocês não assustem. Porque aí falta um minuto para conclusão e depois aí nós faríamos os debates. As perguntas são de amplo espectro. Quer dizer, quem tiver interesse de responder, pode responder e eu chamo na sequência também e aí nós faríamos a conclusão dos trabalhos, o resumo de tudo. Então eu vou passar a palavra 20 minutos para o Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente.

SR. SABETAI CALDERONI: Boa tarde a todos e a todas presentes. Primeiro lugar meu agradecimento ao Senador Delcídio Amaral pelo convite que me formulou com o qual muito me distinguiu estar presente aqui. Meus cumprimentos ao Senador Garibaldi Alves Filho, aos demais companheiros, André, Severino, Dr. Alberto Bianchini. Escolhi dois temas centralmente para focalizar a respeito do marco regulatório relativo à gestão de resíduos sólidos. Na verdade, são dois ângulos. Um de natureza nacional e o outro ângulo focalizando questões de âmbito municipal. Vou passar brevemente as transparências no período de debates e depois me disponho a detalhá-los um pouco mais.

A questão, a problemática dos resíduos sólidos ela pode ser enfeixada em questões ligadas aos resíduos domiciliares, ao entulho, resíduos industriais, podas de árvores, resíduos de serviços de saúde. Muito ao contrário do que a maior parte das pessoas supõem, os resíduos da construção civil acabam por representar uma percentagem muito mais alta do que o resíduo domiciliar, aqui em Brasília isso é muito mais acentuado

ainda do que em âmbito nacional. E a poda de árvores também acaba sendo algo muito importante.

Então, nós temos que focalizar no marco regulatório também igualmente com grande importância essas questões. Resíduos domiciliares o que a gente nota a disposição inadequada em aterros e lixões. Ainda infelizmente no Brasil temos muitos lixões, ainda uma parte da coleta não é feita. O que mais nos choca e espanta e o que mais temos a lamentar é o pouco, escasso aproveitamento econômico dos resíduos sólidos. Haveria condições no Brasil de conseguirmos mais de dez milhões de dólares por ano todos os anos se nós o fizéssemos. Nós não estamos fazendo e estamos perdendo muito. Altos custos de coleta e disposição para os Municípios. Podemos ter ganho econômico e evitar isso tudo. Na questão do entulho, 60% do total gerado é despejado ilegalmente em terrenos baldios. O que predomina é a clandestinidade na disposição final. Aqui uma razão muito clara. Cabe não às Prefeituras, mas sim cabe ao particular, ao gerador fazer face com as despesas de disposição final. E infelizmente na calada da noite esses resíduos desaparecem e reaparecem depois em áreas públicas e às vezes submergem no leito dos rios e dos córregos. Essa necessidade tem que ser enfrentada. Temos algumas propostas nesse sentido. Insuficiência temos (ininteligível) também, muito pouco aproveitamento econômico de entulho, altos custos de coleta também e disposição para Municípios, embora a responsabilidade seja do gerador, mas o Município tem que enfrentar essa despesa.

Também clandestinidade na disposição final de resíduos industriais. Somente 22% do total geral é tratado. Muito pouco aproveitamento econômico, o mesmo quadro semelhante aos dos resíduos de construção civil acontece. O serviço de saúde também. Temos muitos casos de disposição inadequada, ausência de aproveitamento econômico. Esse é apenas um panorama rápido, coleta inadequada de podas de árvores também não se aproveita economicamente. Temos condições de fazer isso.

Agora a questão diretamente falando do marco regulatório atual. Pergunta-se: é necessário tendo em vista que nós temos aqui o marco regulatório atual já com a Constituição Federal, com o Sistema de Política Nacional de Meio Ambiente, com a Lei de Crimes Ambientais, centenas de resoluções do Conselho Nacional de Meio ambiente, legislações estaduais, legislação municipal, lei das parcerias público-privadas e também tramitando há quinze anos nós temos uma Política Nacional de resíduos sólidos. Diante de tudo isso, seria necessário fazer ainda alguma proposta? O que é que caberia fazer? Precisamos de mais alguma coisa? E eu procuro responder essa pergunta da

seguinte forma. Algum tempo atrás tivemos a proposta de uma lei de responsabilidade fiscal no Brasil. E essa lei também quando quiseram propô-la, foi questionada, “mas já temos tanta legislação em matéria fiscal no Brasil e (ininteligível)”, mas ela foi muito feliz essa lei. Ela dizia simplesmente duas frases. Não se pode gastar mais do que se arrecada. Nós temos que empenhar antes de gastar, e nós temos, não podemos gastar mais que 50% com funcionalismo. Então duas normas muito simples de aplicação muito fácil fizeram uma revolução nesse País. E nossa idéia foi pinçar nesse enorme emaranhado legal, nesse marco regulatório tão amplo que nós temos e mesmo aquilo que já existe de proposto na própria política de resíduos, alguma coisa muito simples, muito rápida, muito breve que pudesse também quem sabe fazer uma revolução como a Lei de Responsabilidade Fiscal fez. A idéia é da Lei de Responsabilidade Ambiental.

No marco regulatório atual e por isso é necessário fazer existir essa Lei de Responsabilidade Ambiental, informação e planejamento são inviáveis, há uma ausência de uniformidade normativa, ausência de planejamento integrado, inespecificidade de parâmetros. Essa falta de clareza, de parâmetros específicos dificulta a aferição da adequação das ações. Prejuízo concorrencial aos cumpridores. Quem cumprir a lei às vezes toma prejuízo. Toma custos a mais. Localização industrial induzida por déficits normativos. Ou seja, nos Estados em que a legislação ambiental é mais frouxa, existe atividade de procedimento de resíduos que às vezes triunfam sobre aquelas que existem em Estados que tem uma legislação mais rigorosa. Então uma guerra normativa na área ambiental que nós vivemos. E só o Congresso que pode legislar para resolver esse problema. Complexidade em procedimentos burocráticos por incongruências administrativa entre normas. Enfim, essa é a proposta que nós temos, a nossa proposta se encaminha para a solução dessas deficiências.

A idéia é uma Lei de Responsabilidade Ambiental com simplicidade na aplicação, verificabilidade da atuação das empresas do Governo na área ambiental, transparência e informações para o planejamento com resultados e instrumentos. A idéia básica é a da declaração anual de responsabilidade ambiental. É como uma declaração do Imposto de Renda. Todos os anos as indústrias, os hospitais, os seus portadores de resíduos, as empresas de tratamento e disposição final de resíduos. Os grandes geradores, como supermercados, centrais de abastecimento teriam que fazer uma declaração anual, uma autodeclaração. Não haveria ninguém que, como no Imposto de Renda movesse a mão de ninguém. É uma autodeclaração obrigatória, mas anual.

Primeiro a declaração dos geradores. Apenas com cinco breves itens. Como indústrias e hospitais, por exemplo. Quais são os tipos de resíduos e as quantidades que eu gerei? Qual é a relação, item 02, produto resíduo para qual estou licenciado? Todo mundo que está numa indústria teve que fazer o licenciamento. É só copiar da licença ambiental qual a relação produto resíduo. Para cada mil toneladas que eu produzo eu posso fazer vinte toneladas de enxofre? Qual o meu resíduo? É uma relação que está no licenciamento. Terceiro. Qual o total de produtos constantes nas notas fiscais emitidas ao longo do ano? Ou seja, é só copiar das notas fiscais que a empresa emitiu. Notem que só nos itens 2 e 3 pela primeira vez na história nós estaríamos permitindo um cruzamento absolutamente inédito de dados fazendários com dados de licenciamento ambiental. Ele está copiando dados. Mas está permitindo essa aferição. Depois, dados licenças os transportadores e destinos finais. Ao indicar isso nós já temos mais um elemento colocado para aferição. E qual a tecnologia empregada no processamento? Com cinco itens apenas, de uma declaração anual, nós temos condições de conseguir um grande avanço.

Vamos prosseguir um pouquinho. A declaração dos transportadores de resíduos. Também é simples. Quais foram os tipos de resíduos transportados, as quantidades, de quem que ele recebeu? Qual a origem? Qual a empresa geradora daquele resíduo transportado? Nesse momento já podemos fazer um cruzamento com a declaração nº. 01 daquele gerador que disse quanto ele gerou. Porque se ele gerou alguém transportou. Empresas processadoras dos destinos finais. Para onde ele levou esse resíduo? Qual o número da licença ambiental para transportar? São quatro itens apenas para os transportadores de resíduos.

Depois nós temos mais uma declaração especificamente para os responsáveis pelo processamento dos resíduos. Esse processamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. SABETAI CALDERONI: Travou? Ôpa, vamos falar um pouquinho *ad libitum*. Fica ruim não ter escrito, mas... Eu tenho outro pendrive, se precisar... Podemos retomar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu vou até em função do que nós perdemos, quando houve a paralisação, faltavam 11 minutos. Então eu vou começar dos 11.

SR. SABETAI CALDERONI: Ok? Declaração das empresas de tratamento e disposição de resíduos. Simplesmente dizer quais os tipos de resíduos e quantidades, o número da licença para o processamento, qual a empresa geradora de origem, os dados

do transportador e a tecnologia empregada no processamento. Aqui nós fechamos um circuito. Nós envolvemos as empresas que tratam os resíduos, as que geram os resíduos e as que transportam. Deve haver uma compatibilidade disso.

Então, são simples declarações. Se alguém mentir, se alguma empresa fizer isso, vai acabar criando um passivo ambiental e vai ter uma dificuldade depois de fazer o re-licenciamento do seu empreendimento e numa (ininteligível), numa venda, numa empresa, até numa operação regular numa exportação vai ter dificuldades.

Entulho, resíduos domiciliares e provenientes de poda de árvores. Controle realizado nas três esferas da federação. Os Municípios informam os respectivos Estados às quantidades também, espécie, número de domicílios atendido, enfim, aqueles dados fundamentais. Não há necessidade de a gente se alongar nisso. É análogo. Os Estados. Interessante essa responsabilidade dos Estados. Eles repassarão à União os dados compilados referentes aos Municípios. O mapeamento de áreas contaminadas e providências adotadas para a gestão dessas áreas. Deixa eu esclarecer isso bem. Hoje, por exemplo, em São Paulo a CETESB, que é o órgão ambiental nosso lá, ela tem uma lista de áreas contaminadas. No ano que vem, ela vai ter que nos dizer o que ela fez uma por uma, em prol dessas áreas. Se ela promoveu a bioremediação, se ela responsabilizou alguém, se ela não responsabilizou, se ela descobriu novas áreas contaminadas, aonde que elas estão localizadas, quem contaminou. Tem que ser dito o que andou em relação a isso. Isso é uma responsabilidade dos próprios órgãos ambientais. E vamos publicar os dados globais relativos aos Municípios do Estado prestando uma orientação individualizada de planejamento. Ou seja, aqueles dados que eu falei nas declarações anuais de responsabilidade ambiental vão constituir um inventário estadual, para saber todos os resíduos no nível estadual onde é que eles estão, quais são, e quem os gerou. Essa agregação faz com que a gente possa ter planejamento ambiental e uma coisa muito importante também que é novos negócios. Porque tudo aquilo que é resíduo acaba sendo matéria-prima para alguém. E sabendo qual a quantidade gerada e aonde se localiza, é possível planejar também o aproveitamento daquilo que a gente erroneamente chamaria de resíduo, mas que no fundo é matéria-prima. Receberão também em nível da União todas as declarações dos Estados. Então nós vamos ter um inventário nacional de resíduos a partir dessas declarações. Que serão muito confiáveis porque as empresas correm riscos se não fizerem uma declaração verdadeira.

Então aí também a mesma coisa acaba com... Os custos de fiscalização diminuem, desaparecem em grande parte. É muito bom quando não é necessário fiscalizar. Também diminui a fiscalização tributária, e isso pode induzir padrões de consumo ecologicamente mais conscientes. Vamos avante. Algumas políticas e ações complementares, responsabilidade pós-consumo do gerador de resíduos segundo a quantidade gerada. Deixa eu esclarecer um pouco essa questão. Fala-se muito em responsabilidade pós-consumo. Mas muitas das leis que são feitas não atrelam, não amarram essa responsabilidade à quantidade que foi gerada. Se ele gerou cem pneus, ele tem obrigação de reciclar 20. Em alguns casos, é só... Em alguns casos a reciclagem é feita apenas segundo aquilo que chega ao comércio. Mas é importante que se recicle, segundo a quantidade efetivamente gerada. Isso pode ser uma norma do Estado, pode ser norma municipal e federal. Estabelecimento de piso para a compra de materiais recicláveis pelos sucateiros. Muitas vezes o que a gente observa é a presença a prática do oligopsônio. Poucas empresas compradoras de resíduos estabelecem que o preço da latinha é X. Mas se formos comparar com a bolsa de metais de Londres, vamos ver que aquele preço podia ser muito maior.

Então, pode-se estabelecer um percentual da cotação internacional média de dois meses atrás para remuneração dos catadores e sucateiros. Pode ter um piso. Então, com isso nós teremos uma condição de menor exploração. Porque é uma mão-de-obra que acaba sendo super explorada, sem garantias trabalhistas, previdenciárias, e aí nós temos inclusive um aumento na quantidade obtida de materiais. Criação de fundos para a cobertura de dispêndios com catástrofes ambientais por parte quem contribuir aqueles que são os geradores dos resíduos perigosos. Política de compras e contratação de serviço pelo poder público, por exemplo, o Senado poderia dizer nós aqui só vamos usar pelo menos 10% de papel reciclado. É uma norma muito curta de uma linha só que tem um imenso impacto sobre a geração de mercado de produtos recicláveis. É muito simples. Uma moratória seletiva para quem tiver com áreas contaminadas e fizer a alto denúncia também é uma coisa interessante. Preço piso para compra de material de recicláveis pelas indústrias, falamos já um pouco disso, já esclarecemos isso, vamos passar um pouco adiante. Fundo para cobertura e dispêndio com catação e metais, está falado. Esses exemplos já foram dados... Pode passar um pouco adiante. Isso tudo pode se aplicar, *mutatis mutandis*, para efluentes líquidos emissões atmosféricas, isso são referências de resíduos. A consequência da adoção dessa Lei de Responsabilidade Ambiental

seria mais planejamento e informação, mais justiça e equilíbrio, especificidade, ou seja, clareza também na aplicação da norma, integração, autogestão, simplicidade de exploração, transparência e indução de condutas por políticas públicas. Agora no âmbito municipal vamos passar bastante rapidamente. O que se propõe é a implantação de centrais de reciclagem integral de resíduos. Programas de coleta seletiva, estações de triagem, de tratamento de resíduos orgânicos, unidade de reciclagens de resíduos da construção civil, beneficiamento de materiais, não é necessário só prensar e entregar, podemos beneficiar esses materiais também. Processamento de podas, e tratamento desses rejeitos. Vamos ver algumas dessas tecnologias. Aqui temos a idéia de menores custos para o município e para Prefeituras. Estação de triagem, todo mundo conhece, 400 Municípios no Brasil já fazem isso, perfeito. Aqui 200 postos de trabalho. Estou pegando como modelo Municípios de 200 mil habitantes. 200 postos de trabalho ganhando 600 reais cada um. Aqui os preços. A partição, 30% do lixo pode ser reciclado, a fração seca. Tem essa partição. Os preços que estão colocados lá. A menina vai conferir para nós se o preço certo do CEMPRE. Fizemos as contas, quanto que isso poderia dar. Um total de seis milhões de reais é o total que poderia ser arrecadado, apenas pelos recicláveis do Município de 200 mil habitantes. Separação de plásticos com maior precisão. Podemos chegar a 99,5% de precisão na separação de plásticos. Isso equivale a praticamente revirginar a matéria-prima. Fazendo petróleo, praticamente. 99% é quase petróleo de novo. A separação mais precisa permite vender o plástico por um preço duas ou três vezes maior. Às vezes até sete vezes maior. Olha uma máquina que faz separação mais precisa por cor e por tipo de plástico. Também mais um pouquinho. Compostagem. Aqui nós temos possibilidade com alguns montinhos só aproveitamento como fertilizante, como adubo. Tiramos 50% disso que é água, estamos gastando muito dinheiro para inteirar(F) água, que vai virar putrefeita e contaminar os postos, os córregos e rios. Podemos fazer a compostagem com grande proveito.

Aqui uma receita anual de um milhão e quatrocentos mil aproximadamente num Município de 200 mil habitantes. Etanol celulósico. Aqui uma coisa que ainda não estamos praticando. É perfeitamente possível fazer uma coisa muito bonita que é encher o tanque do nosso carro com o lixo da nossa cozinha. A gente pode começar a pensar nisso. Podemos pensar em aproveitar os resíduos. Não aquela via do etanol que consome o milho, por exemplo. Mas sim aproveitar do milho a palha, aproveitar o sabugo e o cabelinho. Não precisa deixar nada. Fazer o etanol celulósico. Pode-

mos aproveitar o lixo orgânico domiciliar para etanol. Aproveitar resíduos industriais, como, por exemplo, da indústria de papel e celulose, indústria de alimentos. Eu vi, por exemplo, etanol celulósico, sendo feito por uma maquininha de sobra de queijos. As estações de tratamento de esgoto, as estações de tratamento de água, o lodo do nosso esgoto cotidiano vai virar etanol. A agricultura vai se beneficiar muito disso. A pecuária a partir dos dejetos suínos, dos dejetos bovinos e principalmente de aves vai permitir com que a cada tonelada de lixo seco geremos 300 litros de etanol. Essas são algumas possibilidades que estão colocadas. Créditos de carbono, o Brasil em algum momento foi líder mundial, temos aí os coeficientes técnicos para isso, 1200 reais a cada cem toneladas de material orgânico de crédito de carbono. E aí... Eu sou mais rápido do que a máquina. E agora vem o marco regulatório para que essas tecnologias possam ser aplicadas, se não tiver marco regulatório isso fica só uma boa idéia. Eu vou falar um pouquinho *ad libitum* também, que é a idéia da Parceria Público-Privada aplicável especificamente a resíduos sólidos. Na hora em que a gente fala dessas tecnologias todas, mostra isso tudo, algumas pessoas podem dizer: Mas que romantismo é esse? É um show de romantismo. Será que isso é uma coisa tão bonita? Mas é factível ou é mais um sonho? (soa a campanha)

Então, para mostrar que talvez não fosse necessariamente um sonho, é possível, a partir da Parceria Público-Privada nós desenvolvermos essa idéia da central de reciclagem integral sem que o Município ou o Governo faça os investimentos. Trazendo a iniciativa privada para fazer isso para correr os riscos tecnológicos, para correr os riscos econômicos, para correr os riscos administrativos, fiscais e trabalhistas envolvidos, e para fazer com que se torne realidade a implantação dessas centrais de reciclagem que existem abundantemente na Europa, nos Estados Unidos, Japão, muitos países, e um pouquinho no Brasil nós temos. Mas de uma forma ainda muito parcial, muito restrita, muito incipiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Como todos estão com...

SR. SABETAI CALDERONI: Então fazer um fechamento só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Então Dr. Calderoni, como nós estamos ainda com problema no sistema, nós faríamos o fechamento já com o material que foi distribuído a todos os convidados.

SR. SABETAI CALDERONI: Eu posso olhar as páginas finais?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Ok. Está à disposição. Não chegou material?

SR. SABETAI CALDERONI: Não chegou ali?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Então nós vamos distribuir também. Nós estamos tirando cópia. Nós vamos distribuir a vocês. Então com a palavra o Dr. Calderoni.

SR. SABETAI CALDERONI: Perfeito.

Bem, dois minutinhos nós resolvemos. Existe também a possibilidade de usar a tecnologia central de gaseificação, aquele lixo muito sujo que tem poder calorífico, pode fazer um pouco de energia elétrica também, não há necessidade de ter o destino de um aterro sanitário. Claro que sempre vai sobrar alguma coisa para aterro. Não existe jeito, ainda não descobrimos uma forma de aterro zero. Isso não chegamos ainda. Mas vamos diminuir bastante conseguindo fazer com que o valor econômico presente nesses materiais venha à tona.

Processamento de podas de árvores da mesma forma. Podemos fazer os briquetes e podemos usar o gaseificador para se aproveitar uma coisa que se perde sempre. Os engenheiros vão me entender mais facilmente, que é energia térmica. Dificilmente se consegue aproveitar energia térmica. Mas a poda de árvore ela vem com 70% de umidade. E se a gente reduzir para 12% e depois prensar, nós temos um substituto maravilhoso, não para fazer churrascos apenas e para lareira, como também para a indústria têxtil, para indústria cerâmica que aproveita isso muito bem. Paga-se hoje 340 reais por tonelada. Não precisa ferver água. É energia pura. Já foi reduzido com a energia térmica do gaseificador a água que estava presente lá, a umidade. Então temos esse processamento todo. Mas a idéia central é chegar... Eu estava listando as receitas, elas vão chegar a alguma coisa como... Não estou aqui com a transparência que não se abriu no total, mas ela chega a aproximadamente 15 milhões. Está aqui. 15 milhões de reais para um Município de 200 mil habitantes. Que na verdade estava gastando oito milhões para enterrar o lixo. É como diz: Está aqui o ouro, você quer? Vale 15 milhões esse ouro que você tem. Não, não, eu prefiro enterrar. Eu gasto 8 milhões para enterrar, mas eu faço questão de enterrar. Esses oito milhões não vamos gastar e ainda vamos fazer os 15 milhões virem à tona. Estamos com uma economia de 23 milhões que é uma coisa que uma PPP, uma Parceria Público-Privada se deliciaria em aproveitar. Aí nós temos grandes... Infelizmente não temos a transparência para mostrar, mas são vantagens para o empresário, tem uma lista de vantagens para os empresários, uma lista de vantagens para o Governo, e com isso

nós chegamos a uma situação de muito maior justiça com o equilíbrio melhor das finanças municipais a Municípios de 200 habitantes que tem sua capacidade de investimento inteiramente esgotada somente com o item lixo. Ou às vezes 80%, 70%. “O que o senhor fez no seu mandato, Sr. Prefeito?” “Eu apenas cuidei de limpeza urbana”. Às vezes não sobra mais. Então nós resolveríamos um problema muito grande na área das finanças municipais, estaríamos atuando também em prol da geração de empregos, da saúde pública e da sustentabilidade ambiental. Muito obrigado pela atenção de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente. Quero pedir desculpas porque nós tivemos problema no sistema do Senado, mas de qualquer maneira nós vamos, estamos já distribuindo as cópia da apresentação de V.S^a completa, completa, competente e destacando mais do que nunca o que é que pode ser feito com resíduos sólidos, principalmente em prol dos Municípios e gerando riqueza. Acho que esse é um... Talvez é o recado principal que foi dado e mais do que nunca, focando o meio ambiente que é o maior desafio nosso.

Eu quero passar a palavra para o Sr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para a Reciclagem, CEMPRES. Com a palavra o Dr. André Vilhena, 20 minutos.

SR. ANDRÉ VILHENA: Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Senador Garibaldi Alves, muito obrigado pelo convite mais uma vez para estar aqui no Senado participando de uma importante Audiência Pública sobre o tema resíduos sólidos. Nós vamos falar um pouco sobre as atividades do CEMPRES. O CEMPRES representa hoje um PIB de cerca de 50 bilhões de dólares, cerca de cem bilhões de reais por ano no setor empresarial. Então nós vamos falar pouquinho como o setor empresarial tem colaborado para o desenvolvimento da coleta seletiva e da reciclagem no Brasil. Para quem não conhece o CEMPRES é uma associação sem fins lucrativos, fundada e mantida por empresa do setor privado, esse ano estamos completando 15 anos de atividade no Brasil em prol do gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente resíduos sólidos urbanos. A missão do CEMPRES é promover o gerenciamento integrado do lixo sólido municipal. O CEMPRES não faz coleta e reciclagem. Nós trabalhamos com pesquisa e difusão de informações sobre este tema, de modo a colaborar como formador de opinião, como tomadores de decisão ligados a esse segmento. A promoção da reciclagem pós-consumo e a difusão da educação ambiental com base nos três Rs que foram concebi-

dos no Rio 92 e fazem parte da agenda 21. Redução, Reutilização e Reciclagem.

Eu falei da representatividade do setor empresarial através do CEMPRES, aqui está a lista das empresas que hoje compõe a entidade. Nós temos empresas dos mais diversos setores envolvidas com este tema e o que motiva essas empresas a trabalhar essa questão do resíduo pós-consumo há 15 anos é a sua proatividade. São empresas que não só cumprem o que preconiza a legislação do setor, mas estão preocupadas proativamente em fazer mais do que isso, em ter uma interatividade maior com diversos setores da sociedade trabalhando para que a gestão do resíduo no pós-consumo avance no Brasil.

Bom, a coleta seletiva hoje no Brasil ela acontece das formas que estão listadas aí, nossas temos a coleta porta a porta, a tradicional, divisão secos e úmidos, em muitas Prefeituras isso já ocorre, temos a coleta seletiva voluntária, aquela onde a população voluntariamente leva o material reciclável para posteriormente ser coletado, temos a atividade dos catadores autônomos ou em cooperativas, certamente o Severino vai entrar mais detalhes sobre a questão das cooperativas, mas hoje o Brasil tem altos índices de reciclagem graças ao trabalho dos catadores. Louva-se o trabalho que é feito por eles. E também atividades desenvolvidas por sucateiros, que são empresas do ramo de comércio de sucata. Então aí exemplos da coleta seletiva porta a porta, no plano municipal, o modelo brasileiro que tem inspirado, inclusive, outros Países é a divisão de secos e úmidos, em determinado dia da semana passa-se coletando o que é chamado material seco gerado nos domicílios nos estabelecimentos comerciais, plástico, vidro, metal, papel. E em outros dias da semana são coletados os demais resíduos.

A entrega voluntária, aqui temos o exemplos de uma Prefeitura que tem os PEVs, Ponto de Entrega Voluntária, em Minas Gerais o pessoal reconhece por LEVs, Locais de Entrega Voluntária. São locais onde a população leva espontaneamente os materiais recicláveis que depois são encaminhados para ou usinas de triagem ou cooperativas de catadores. Muitas Prefeituras hoje inclusive aceitam já os resíduos tecnológicos ou os resíduos perigosos. Ali é um sisteminha do tipo DRIVE-THRU de cadeias de lanchonetes. A pessoa passa no caminho do trabalho, do lazer e deixa o material reciclável. No canto direito nós temos um exemplo pró-ativo de entrega voluntária hoje do setor de varejo. As grandes redes de varejo comprometidas com a questão sócio-ambiental elas têm investido também no estabelecimento de pontos de entrega voluntária. Depois o material é encaminhado também para as cooperativas de catadores. Mas a base da coleta seleti-

va do Brasil está no catador e a forma de melhorar as condições do catador é através das cooperativas de catadores. Nós entendemos que o catador não deve trabalhar a vida toda naquela condição, muitas vezes é um trabalho penoso de tração humana, enfim, nós acreditamos na melhoria contínua desse trabalho e o primeiro passo é a formação da cooperativa quando se pode sair do processo de tração humana, por exemplo, para uma coleta mais automatizada e com isso mais eficiente também. Então ali nós estamos vendo um equipamento que é a base da formação da cooperativa que é a prensa hidráulica. Agora, não dá para conceber hoje uma política de resíduos no Brasil sem contemplar a colaboração a participação das cooperativas de catadores. Depois nós vamos ver mais adiante. Hoje nós temos 800 mil catadores no Brasil cerca de... e em cooperativas já são cerca de 20 mil catadores. O Severino deve falar depois, só ligado ao movimento de catadores são mais de dez mil. Então como eu falei alguns dados relacionados à importância dos catadores, a questão do número, hoje no CEMPRE nós temos cadastradas já mais de 500 cooperativas de catadores. Existem exemplos hoje de coleta seletiva no nível municipal de muito sucesso onde se estabelece a parceria com a cooperativa, o exemplo de Diadema em São Paulo, de Londrina no Paraná... A questão do investimento o Severino vai falar, não quero entrar na apresentação dele, versus posto de trabalho gerado. Hoje a renda média do catador na região sudeste e sul, está em torno de um salário mínimo e meio, e na região norte e nordeste e centro-oeste, um salário mínimo por mês. Mas há casos de catadores que nós temos registros de ganharem em torno de 1.500 até mais reais por mês. No caso de São Paulo nós temos algumas cooperativas que nós apoiamos que tem catadores que tiram até 1.800 reais por mês. Que é um valor bastante considerável para a realidade brasileira. Mas, as cooperativas precisam de apoios. Estamos vindo de uma reunião no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social hoje onde estava se tratando das necessidades que as cooperativas têm para melhorarem a sua produtividade, melhorar a questão da segurança do trabalho. E aqui nós elencamos alguns desses pontos que nós acreditamos que a política pública deve abordar. A questão do resgate social do catador, a questão da infra-estrutura para ele trabalhar, que vai desde a área do galpão, passando pelos equipamentos, até a questão da capacitação, hoje sabemos que existe algumas linhas de financiamento como por exemplo o BNDES, linhas importantes de financiamento que muitas vezes não podem ser aplicadas porque falta projeto. E falta projeto porque falta capacitação. Então nós também através do CEMPRE procuramos atuar nessas frentes

colaborando proativamente com o desenvolvimento da coleta seletiva no Brasil com a base social.

Então aqui alguns dos projetos que o CEMPRE apóia. Nós temos, por exemplo, dentro da questão da capacitação nós promovemos encontros entre as cooperativas de catadores para que haja uma espécie de *benchmarking* entre elas, aonde se troca experiência e isso é muito importante na auto-estima, elevação da auto-estima dos catadores e também na melhoria gerencial. Aqui um outro exemplo que nós fazemos, nós levamos também as cooperativas para o contato direto com a indústria de reciclagem para ver como é que através da melhoria do trabalho, da cooperativa elas podem agregar valor e com isso poder, por exemplo, atingir diretamente a venda para a indústria de reciclagem quando nós sabemos que isso se reverte em benefício da própria cooperativa, aumentando a receita que é gerada pela cooperativa. Nós doamos máquinas, equipamentos, os equipamentos de proteção individual que são muito importantes, materiais de campanha, enfim, tudo que possa de alguma forma ajudar a alavancar o trabalho das cooperativas. Uma questão muito importante é o reconhecimento. Nós promovemos campanhas e concursos para identificar as melhores práticas relacionadas ao cooperativismo e podemos assegurar que hoje existem cooperativas que realmente impressionam pela capacidade que têm de imobilização das pessoas e também capacidade gerencial. Aqui nós estamos vendo alguns representantes dessas cooperativas que foram pessoas que muitas vezes saíram de uma condição de mendicância, muitas vezes, estavam à margem da sociedade e através desse trabalho tiveram primeiro e mais importante o seu resgate social. Acredito que o Severino vai abordar isso também na apresentação dele.

Aqui temos algum exemplos, falei das cadeias de varejo, hoje as principais redes de varejo do Brasil, como WAL-MART, o CARREFOUR, o PÃO DE AÇÚCAR, promovem projetos de inclusão social através da entrega voluntária de materiais recicláveis. Esse é um projeto que hoje serve inclusive de exemplo para outros países em desenvolvimento, que vou falar um pouquinho mais na frente. Mas nós temos muito que avançar. Num plano municipal. Aqui nós temos o número de Municípios que nós identificamos com projeto de coleta seletiva no Brasil. Nós fazemos esse acompanhamento permanente junto aos Municípios, e nós sabemos que ainda o número de Prefeituras envolvidas com a coleta seletiva é pequeno perto do universo total de Municípios e precisa melhorar. E aqui uma sugestão do ponto de vista do marco regulatório. É a questão do consórcio. Para municípios de pequeno porte com menos de 30 mil habitantes é importante que seja trabalhada essa

questão de forma consorciada. Pela questão do volume de escala de material processado. Aqui está a estrutura do mercado hoje materiais recicláveis e é importante mencionar que é preciso criar na política nacional de resíduos sólidos, condições para que o segmento se formalize. Nós temos hoje infelizmente ainda muita informalidade nessa cadeia até chegar na indústria de reciclagem. Então esse aspecto a questão tributária, fiscal, é muito importante. Mas, nós temos avançado em muitas frentes na reciclagem de vários materiais. Aqui nós temos exemplo dos plásticos, o Brasil hoje é um País entre os países em desenvolvimento um dos mais recicla plástico no mundo. Nós não temos a incineração de plástico, mas apenas a reciclagem mecânica, e em termos de reciclagem mecânica nós temos índices altos. A reciclagem de PET avançou muito no Brasil. Hoje o PET deixou de ser um problema ambiental, apesar de que nós temos uma preocupação com relação a introdução do PET no setor de cerveja. Porque o volume mais do que dobraria e aí possivelmente nós teríamos um impacto ambiental indesejável no momento. Precisamos avançar mais na reciclagem de PET para poder absorver o que viria no caso da indústria cervejeira. Mas lata de alumínio, embalagem longa vida, o Brasil hoje é um dos países que mais recicla embalagens longa vida também no mundo. É exemplo. A tecnologia de plasma que foi desenvolvida aqui no País e parceria da universidade com o setor empresarial. O papelão, papel vidro, lata de aço, mas infelizmente o que é menos recuperado no Brasil hoje infelizmente é a matéria orgânica. Nós temos pouquíssima compostagem hoje no Brasil.

Estamos começando a ver também uma movimentação no setor de eletro-eletrônicos. Algumas cooperativas estão entrando também nesse ramo e algumas empresas se formando no Brasil já trabalhando a questão do desmonte dos produtos eletroeletrônicos. Nós sabemos que no Brasil é diferente de Japão, Estados Unidos e outros países onde o tempo de vida útil desses produtos é menor. No Brasil é um pouco maior, mas já começa a aparecer em quantidade significativa no resíduo sólido urbano.

Bom, esse é um acompanhamento que nós fazemos da reciclagem no Brasil. Nós contabilizamos o que entra na indústria formal de reciclagem no final da cadeia, jogamos em cima da geração de lixo urbano e aí chegamos a esses números. 11% de reciclagem mais compostagem no Brasil, mais a fração seco, reparam que no último dado que nós temos, estatístico 2005 já se reciclava 18% da fração seca do lixo urbano. Plástico, papel, metal, vidro, etc. Isso coloca o Brasil numa boa posição de destaque em relação a países em desenvolvimento. Mas ainda temos, é claro, um ca-

minho a avançar e com certeza a definição do marco da política de resíduos ajudaria muito nesse aspecto.

Só para registrar que nós temos um banco de dados no Brasil com quem é quem no segmento, onde está o sucateiro, onde está a indústria de reciclagem, onde está a cooperativa isso é importante para fomentar negócio. Vejam só aqui um dado importante. Oficial da lipup(F), a queda na coleta regular de lixo de 25% do ano de 2001 para 2004. Isso é devido ao trabalho que está sendo feito de despache na fonte, na calçada. É a influência do catador, é a influência do sucateiro que retirou 25% do que ia para o aterro sanitário a partir desses esforços que estão sendo feitos.

Aqui mais um dado oficial a Prefeitura de Santos que também mostra o declínio da coleta de lixo, portanto o que vai para o aterro sanitário em função do trabalho dos catadores. Temos outros dados como esses, não dá tempo de mostrar todas as Prefeituras aqui das quais nós recolhemos essas informações. Nós temos mais essas informações disponíveis no nosso site, inclusive. Pois bem, esse modelo brasileiro que incorpora o catador, a cooperativa, ele tem um foco uma base social muito forte. E é isso que nós gostaríamos de ver incluído na futura política nacional de resíduos. Esse componente social. O Brasil, nós entendemos que nós não devemos simplesmente copiar o que funciona muito bem no País como Alemanha, como Finlândia. Temos que aproveitar o que nós temos de bom e o que nós temos de bom aqui são as cooperativas de catadores trabalhando e gerando postos de trabalho e renda importante para uma parte da população que estava excluída da sociedade. Então hoje o modelo brasileiro de coleta seletiva com inclusão social ele atende o tripé da sustentabilidade preconizado pela ONU. O *triple bottom line*, o que significa trabalhar a questão econômica da reciclagem, a ambiental, mas também a social. Tem os três vértices preconizados na ONU. E atuando em três das metas do milênio. Três das oito metas do milênio. A redução da pobreza, a proteção ambiental e a questão do trabalho para o desenvolvimento. E com isso nós temos servido de exemplo para o mundo em desenvolvimento que tem o mesmo problema que nós temos. Exemplo, os Brick(F). Nós temos recebido delegações da Ásia, China, Rússia, Índia, outros países como Egito, África do Sul, Tailândia. Países que têm problema de distribuição de renda, de desigualdade social. Têm que gerar renda, gerar emprego para a população carente e viram que o Brasil descobriu uma dessas alternativas através da coleta seletiva. Então nós recebemos freqüentemente delegações de vários países que vêm conhecer esse modelo brasileiro que gera emprego e renda em grande quantidade. Vejam que nós formamos a partir dessa experiência brasileira

uma rede latino-americana de entidades empresariais como CEMPRES que apóiam o mesmo modelo e com o tripé da sustentabilidade em outros países da América Latina, mais recentemente países da Ásia, da África, e com isso nós estamos aumentando engajamento do setor empresarial na questão do pós-consumo através do apoio às cooperativas e é esse viés social da coleta seletiva. Vejam aí que nós estamos formando uma aliança global.

Bom, com relação à questão do marco regulatório, essa é uma mensagem que nós gostaríamos de deixar é que todo esse trabalho que tem sido feito ele precisa ter uma clara definição do ponto de vista regulatório para que possa trazer mais investimentos no setor empresarial, mais empresas que possam investir nesse modelo a partir do momento que se tem a segurança do ponto de vista da definição na lei. É importante que a política nacional de resíduos ela tenha, que ela respeite as peculiaridades que nós temos regionais no País. Então são diretrizes gerais, a questão da gestão compartilhada e integrada dos resíduos, é importantíssima a questão da inclusão dos catadores para que eles possam mais uma vez através da cooperativa possam evoluir, não ficar na condição de indigência, e a questão do incentivos econômicos e também eliminar a questão do desincentivo econômico. Para os senhores terem uma idéia, na última MP do Bem, houve um impacto no segmento de reciclagem para alguns setores na questão do PIS e do COFINS de até 9% a mais. Essa oneração na cadeia ela acaba refletindo lá na ponta que é a própria cooperativa de catadores. Toda a cadeia acaba sofrendo com isso. Então seria interessante e muito importante que algumas distorções fossem eliminadas desse processo da cadeia de reciclagem também.

Bom, os principais desafios que nós temos enfrentado (soa a campanha) em 2007, a questão da regularização e profissões das cooperativas, a introdução do tema resíduos no PAC do Saneamento, a capacitação técnica das Prefeituras, o combate ao trabalho infantil, não se pode conviver mais com o trabalho infantil na coleta seletiva, e finalmente a questão da definição do marco regulatório. Os senhores sabem que nós temos hoje aí uma política de resíduos pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, uma política que veio do Senado, e seria interessante ver de que forma esse processo poderia ser acelerado de maneira que fossem feitas as Emendas que faltam lá no Plenário da Câmara depois fizesse para o Senado o arremate final e a definição seria muito importante para o País. Sr. Presidente, foram 15 anos depois que o Senado mandou esse Projeto de Lei ele ficou parado 15 anos lá na Câmara dos Deputados.

Então, o Brasil precisa dessa política por tudo que está sendo dito aqui hoje. E nós temos uma oportunidade aí, Oxalá as energias fluam para que as coisas sejam aprovadas nesse ano de 2007 pelo menos lá na Câmara e possam vir para o Senado para encerrar o trâmite.

Todas essas informações estão disponíveis no nosso site e também para quem tiver dúvida e quiser contactar o CEMPRES via telefone nós ficamos à disposição da Comissão do Senado Federal para mais informações sobre esse tema e mais uma vez agradecemos o convite e a oportunidade de vir aqui falar sobre esse tema que já nos apaixonou há 15 anos, afinal de contas só lembrando CEMPRES, tem 15 anos aí de atividade nesse segmento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem, CEMPRES. Eu queria só registrar também a presença aqui da Dr^a. Fátima Có, Diretora de Limpeza Urbana do GDF. Uma honra muito grande recebê-la aqui no Senado Federal. Não posso deixar também aqui de fazer uma propaganda que eu recebi do Dr. Calderoni o livro: Os bilhões perdidos no lixo, que já está na sua quarta edição. É uma leitura imperdível, principalmente para um País que procura dar um tratamento diferenciado para o seu lixo. Que acima de tudo isso representa civilização, cidadania. Quero também registrar aqui que recebi do Dr. André Vilhena um informativo sobre o CEMPRES, o compromisso empresarial para a reciclagem, e também recebi do Dr. Alberto Bianchini: Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, válido aqui para 2006. Não poderia deixar de registrar isso aqui também. E passar a palavra para o nosso caro Sr. Severino Lima Júnior, representando a Comissão Nacional no Movimento Nacional dos catadores Materiais Recicláveis, MNCR.

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: Obrigado, Senador, no qual agradeço de antemão a convocação e o convite feito ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Quero externar também a minha alegria de estar na Mesa com o ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, gostaria de não deixar de passar em branco uma história de que alguns muitos anos atrás quando o Senador era Prefeito da cidade de Natal eu na minha pré-adolescência e infância catava lixo no lixão de Natal e acredito que foi... Acredito não, tenho certeza que foi a partir daí que iniciou-se esse trabalho. Porque o antigo Prefeito, hoje Senador foi ele quem construiu a usina de reciclagem que hoje beneficia 154 catadores, no qual está passando por uma reforma, e acredito eu que vai ser um case de sucesso muito grande no nordeste do Brasil. Por interdito do Senador

eu parabeno os demais representantes da Mesa e os demais convidados.

Eu vou me ater, Senador, o senhor falou de que essa Subcomissão ela não é política. Mas, quem me dera como movimento social não pudesse resgatar as vitórias e conquistas políticas de que o movimento social e urbano articulado por catadores, pessoas que se encontram marginalizadas em grotões desse Brasil afora em cidades que pouco sabem que existe catador aqui nessa ilustres Casa, convidados por ilustres e nobres pessoas que nos convidam para discutir em Sessão social ou políticas públicas um assunto que eu acho de extrema importância que é marco regulatório. Eu responderia ao Prof. Calderoni porque mais um marco, porque mais um documento. Porque um marco regulatório. A política como si só a gente não teve a oportunidade de participar como um todo de sua criação. A Lei de Saneamento Ambiental a gente conseguiu ainda pôr um pouco da nossa essência como catador no finalzinho dela quando ela estava saindo do forno. E eu acredito e vim com essa responsabilidade perante o Movimento Nacional de colocar a mão na massa, de fato, essa massa que é o marco regulatório. Que vai regular a lei, essa Lei de Saneamento Ambiental e acredito que será uma das portas que está se abrindo para que o movimento possa participar de outros encontros como esse que define marcos regulatórios. As ações de movimento nacional de catadores de material reciclável ela prevê desde do ano 2000. Eu falo, eu apresento primeiro como membro do movimento nacional de catadores um pouco do nosso organograma. A gente tem as pessoas me perguntaram, Severino, você é o Presidente do Movimento Nacional? Não, somos um colegiado. Nós devemos razões as nossas bases. Eu estou aqui em Brasília, mas eu sei do que se passa lá em Natal, Rio Grande do Norte, onde estão lá os catadores que de uma forma ou de outra essa discussão que vai ser feita aqui vai respaldar um pouco mais o trabalho que é desenvolvido lá e como eu existem outros catadores no Brasil. Somos representantes da Comissão Nacional onde se tem um por Estado e existe uma equipe de articulação que vem até o Governo Federal apresentar propostas coerentes de inserção em políticas públicas e cobramos e também participamos da construção de como adquirir esses investimentos para fortalecimento das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em todo o Brasil. Pôxa! Que tristeza. A foto, a cor do... A cor do... O fundo preto. Bom, eu vou lendo aqui no meu painel.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: Bom, vocês acompanham. Eu vou sem delongas. Bom, como eu vinha falando, Senador, a questão política, essa foto ela retrata justamente a alegria de catadores de várias partes do Brasil de ser recebido pela representação maior politicamente do nosso País que é o Presidente da República. Não personificado como a pessoa do Presidente Lula, mas como o chefe maior em que recebeu em São Paulo e recebe todos os dias 23 de dezembro os catadores de material reciclável para uma missa solene onde se comemora o Natal disso dos catadores da população de rua. E não deixaria passar em branco essa foto que marca justamente esse ato histórico que é a conquista, a gente não veio nesse primeiro momento na Casa do Presidente da República, ele que foi à nossa casa.

Bom, conquistas importantes. A composição da Comissão Nacional em 2001, a partir do primeiro Congresso Nacional realizado nessa cidade, o reconhecimento da ocupação catador de material reciclável conferida pela CBO, Classificação Brasileira de Ocupações, a instituição do Dia Nacional de Mobilização, nós não consideramos que é o dia do catador, e sim um dia de luta, um dia onde em todas as capitais, em todas as cidades do Brasil a gente se faz valer do trabalho do catador que é com ações direta, quer seja com ações de coleta seletiva. Em Natal a gente costuma fazer uma verdadeira campanha de coleta nas praias de Natal para poder valorizar os nossos visitantes que não deixam de vir e que geram seus resíduos, é normal todo cidadão gera resíduo e a gente aproveita para fazer a propaganda do trabalho do catador e da importância dele para o meio ambiente e a sociedade. O Decreto Federal de 11 de setembro de 2003 que cria um comitê interministerial de inclusão social de catadores, comitê o qual André Vilhena viemos agora há pouco de uma reunião que trata de investimentos na ordem de hoje aproximadamente 30, 40 milhões de reais aí até o final do ano. Que eu vou falar um palco mais a frente. O encontro da Comissão, como eu não deixei de falar, no dia 23 de dezembro que comemora o Natal com o Sr. Presidente da República. Conquistas importantes. Realização dos primeiros e segundos encontros de latinos americanos e o primeiro encontro de lideranças em Brasília, com mais de 1.200 delegados formados em todo o Brasil. Esse encontro que aconteceu aqui no mês de março do ano passado. Um convênio com o MDS da ordem, que não está aí o valor, mas da ordem de um milhão e duzentos mil reais para articulação e formação de lideranças no Movimento Nacional de Catadores. Quando eu digo formação de

lideranças, é tirar os catadores do pragmatismo de estar dentro de um lixão nas ruas achando que não existe uma categoria de luta, que não existe alguém que luta por seus direitos, trazer eles para dentro desse bojo de discussão de tentar inserir tudo isso numa política pública voltada para o segmento de catadores. O estudo do valor de um posto de trabalho no segmento e apresentação desse estudo com o Presidente após encontro de 1.300 lideranças em Brasília. Esse estudo vou passar um pouco, à frente e vou falar dele. Mobilização e participação na elaboração de propostas para a política pública nacional, estadual e municipal, hoje todas as lideranças do movimento, quer ela nível estadual, quer ela a nível municipal tentam ou fazem quando conseguem Audiências Públicas nas câmaras municipais nas Assembléias Legislativas para discutir alguma política que incida na inserção e na valorização do trabalho dos catadores. Um lançamento do edital BNDES com linha de crédito para cooperativas de catadores em todo o Brasil. É importante dizer que esse edital foi fruto de um trabalho árduo do movimento nacional, imagina o BNDES investir em algum segmento social como o Movimento Nacional de Catadores. Também tem dados aqui na frente. Conquistas importantes. Criação do selo amigo do catador, foi entregue ao Presidente por ter nos recebido, por ter nos visitado, nós o consideramos como amigo do catador. E tem esse selo em várias capitais do Brasil. A Lei 11.440 do saneamento ambiental em seu artigo que dispensa o processo de licitação, contratação e destituição de catadores para prestação de serviço de coleta seletiva. Isso aí foi um marco enorme. A primeira... Companheira aqui é das primeiras pessoas que eu recebi, que me acolheu aqui na... Ali dos gabinetes da Câmara. Então tinha vindo muito a Brasília, Senador, mas pouco ia visitar os nossos companheiros Deputados Federais lá do Estado. Porque a minha vinda a Brasília sempre para o coletivo nacional. Eu sempre pleiteie os trabalhos a nível de Nação. Eu esqueço um pouco a ofegante vontade de chegar aqui e visitar os correigionários do Estado.

O Decreto Federal de 5.940/2006 que institui a implantação da coleta seletiva solidária dos órgãos federais e sua destinação a instituições de catadores. Isso são documentos atuais que queira Deus que eles participem desse... Dessa instituição do marco regulatório que fortaleça esses instrumentos, que são dois instrumentos assim, que o Movimento Nacional dos Catadores tem como conquistas tão importantes que são instrumentos que podem hoje desencadear um processo de articulação, de organização, de investimento no segmento, de fazer com que a matemática do Prof. Calderoni realmente de fato seja levada em

consideração nas municipalidades, que é quem gera os resíduos sólidos do Brasil. E eu passo à próxima lâmina. Os passos seguintes do movimento nacional.

Nessa Audiência Pública com o Presidente da República nós garantimos que para criação de 39 mil postos de trabalho do segmento de catadores em todo o Brasil seria necessário investimentos da ordem de 167 milhões a 170 milhões de reais. E ele se comprometeu e comprometeu o Ministro, então o Ministro Marinho, Ministro do Trabalho, para que fizesse valer esse pleito do movimento nacional. E esses passos são passos importantes, garantir com que as esferas, os Ministérios cumpram aquilo que foi deliberado em audiência com o Presidente da República. E não é fácil. Eu confesso a vocês que não é fácil garantir as promessas que a própria burocracia ela dificulta muito o trabalho de ascendência de trabalhos como esse, trabalho social dos catadores. A garantir a renovação de um convênio que vai ser editado agora no domingo que esse convênio agora entre o MDS e a UNESCO, quer dizer, tomou uma envergadura de tamanho qual a UNESCO hoje vai participar desse convênio do qual os resultados do primeiro convênio vou apresentar nas laminas a seguir. Mobilização e participação no terceiro encontro latino-americano caribenho de catadores encontro mundial a se realizar durante o mês de março de 2008 na Colômbia. Isso é um preâmbulo de todas as conquistas e todos os passos que o movimento nacional de catadores ainda tem por diante. Do edital do BNDES, os principais resultados que foram nos apresentados hoje na Comissão no Comitê Interministerial foi a apresentação de 127 projetos escritos, 67 legíveis, 44 entregaram toda a documentação, 29 foram aprovados, imaginem aprovar do BNDES 29 projetos e 14 serão contratados em setembro. Os recursos são da ordem de 19 milhões de reais. As principais dificuldades que eu trago para apresentar a vocês que foi nos trazido do BNDES são: a licença ambiental, parceria estratégica para essas cooperativas de catadores e associações, regularizações de imóveis, nós temos uma dificuldade muito grande, aqui mesmo no DF a gente compartilha com a dificuldade que os companheiros tem aqui em adquirir lotes para construção de seus galpões, a gente se embate aqui com a seguinte situação, a fundação Banco do Brasil, a FUNASA tem recurso para investir em construção de imóveis ou melhoramento de imóveis, mas infelizmente não se tem lotes para poder construir esses galpões. Por isso que a maioria fica aí largada no cerrado, sendo perseguida pela política pública local. Problemas cadastrais e exigências legais e porte cooperativas. Essas últimas aqui eu até considero não tão grandes, porque imagine que na primeira reunião com o BNDES imagine que as dificuldades eram muito

maiores e a gente conseguiu convencer a Assessoria jurídica do BNDES que essa linha de crédito é uma linha de crédito para um segmento que há mais de 50 anos sobrevivia à margem da sociedade. E apenas com o advento do mecanismo de desenvolvimento limpo, com crédito de carbono, com a responsabilidade pós-consumo, com todo esses temas que são discutidos hoje no âmbito de resíduos sólidos em matérias locais e municipais, estaduais e a nível nacional, é que veio desencadear esse processo de articulação do movimento nacional de catadores para que se garantisse o direito ao trabalho. O crédito de carbono ele é muito importante, mas a gente a quatro, cinco anos atrás via Prefeitos e gestores públicos que se perguntava se tinha catadores em seus lixões e eles diziam que não. E hoje a gente conseguiu preconizar de que pra cada crédito de carbono adquirido em um lixão um catador deve ser recolocado no mercado formal ou que a Prefeitura adote o sistema de coleta seletiva e destine esse sistema de coleta à gestão dos catadores. Particularmente na cidade onde eu venho existe o sistema de coleta seletiva onde as associações de catadores fazem o programa de coleta seletiva e são apoiadas pela Prefeitura Municipal.

Principais resultados do projeto do MDS. Aqui foram metas que foram atingidas e superadas. Previsto capacitação de 700 lideranças. Nós capacitamos 1.350 e trouxemos lideranças todas para Brasília para esse ato de entrega do resultado do projeto ao Presidente da República. Realização de 14 congressos estaduais. Fizemos 16 congressos estaduais realizados com o alcance de 18 Estados brasileiros. Imagina a dificuldade nossa de articular um segmento tão pequenininho em termos econômicos de estrutura. Não em termos econômicos do que ele representa. Mas em termos econômicos de articulação trazer catadores do norte do Brasil, da Amazônia, de Manaus para um encontro aqui em Brasília. A dificuldade foi muito grande, mas a gente venceu.

Prevista a produção de kits didáticos para a capacitação dos catadores porque não adianta nada trazer uma massa de pessoas que estavam excluídas em suas cidades para um evento ontem nós vamos fazer uma caminhada se essas pessoas não tiveram o mínimo de consciência política do que se está se pleiteando. Nós não pleiteamos invasões de lixões, invasões de prédios públicos. Apenas nós gostaríamos de garantir o direito ao acesso ao trabalho. Se nos lixões é inadmissível o trabalho de catadores, como o próprio movimento concorda que lixão não é lugar de ninguém viver, nem muito menos de trabalhar, que se dê condições adequadas para que os catadores saiam dos lixões. Articulação de 26 centros de referência regionais de

catadores. Nós abrimos 32 centros onde em rede por intermédio de informática nós conseguimos aí articular as informações do movimento e do que a gente está discutindo aqui em Brasília nesses 32 centros. A nossa ferramenta mais importante, a pesquisa sobre custos de geração de posto de trabalho. A pesquisa resultou numa demanda nacional para gerar 35 mil postos de trabalho e beneficiar 175 mil catadores.

A análise do custo de geração do posto de trabalho. O objetivo é analisar o custo de geração do posto de trabalho na economia urbana, Senadores, e construir parâmetros técnicos para a orientação de políticas públicas de inclusão social e econômica desse segmento. A gente não tinha o parâmetro de vim pedir nada em Brasília. Só vim pedir para poder catar. A gente queria catar. Eu queria catar, somente. E a gente descobriu que a gente precisava de dados, de números, de informações técnicas para apresentar ao Presidente da República e aos Ministérios de que realmente validasse aqueles pleitos que os catadores estavam fazendo. Esse estudo foi realizado pela universidade da Bahia, foi realizado pelos técnicos da universidade da Bahia, foi apresentado no salão solene ao Presidente e mais cinco Ministros e ele prevê que a situação dos catadores ela vai desde a... A situação 1 como se encontra a cooperativa a qual eu represento em Natal, onde tem galpão e prensas de equipamentos e até situação de degradação humana no caso o que a gente mais vê que é o caso de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro.

Os resultados obtidos da atribuição espacial desse cadastro é esse que está no painel de vocês e o resultado obtido sobre o custo da implantação é que a situação 1, que é uma situação mais organizacional para gerar esse posto de trabalho seria algo em torno de 3094 reais para a geração de um posto de trabalho. A lâmina de que deveria constar aqui e não está, infelizmente, é uma lâmina de que a gente tirou, fizemos a verificação de outros postos de trabalho, e na indústria química um posto de trabalho desse chega a 400 a 300, 400 mil reais. Então a gente validou esse estudo justamente dizendo que não se precisa gastar muito porque a maior parte nós já fazemos que é o nosso trabalho.

Resultados obtidos também é um gráfico, seria legal de ver ali mas não está. E aí algumas fotos dos companheiros catadores aqui em Brasília na marcha nacional de lideranças. A audiência com o Presidente onde ele delibera de que o Ministro Marinho articule esses recursos junto aos outros Ministérios que compõem o Comitê Interministerial. (soa a campanha) Participaram os Ministros Dulce, Marinho, Patrus Ananias, Márcio Fortes, Marcio Thomaz Bastos, que nós tinha-

mos alguns problemas da ordem de direitos humanos, e inclusive demandou uma solicitação junto ao Secretário Vanucci, que nos recebeu graciosamente e nós estamos apresentando um projeto para poder acolher os casos de perseguição dos catadores por Prefeituras ou por atravessadores em todo o Brasil.

Bom, essa é a cadeia produtiva de hoje. Hoje atualmente em várias capitais do Brasil e principalmente nas cidades mais longe das capitais, o catador vende para um atravessador, que vende para um segundo atravessador que vende para o terceiro atravessador para poder chegar na indústria. Imagine que nesses três atravessadores aí uma garrafa, um aquilo de PET que custa hoje na indústria, a gente pode vender hoje a 92 centavos como a Bahia PET em Salvador compra, a gente está vendendo por 23, 25 centavos lá em Manaus. Isso é o absurdo que tem aí. E é o mesmo material. A única diferença é a prensagem do material. Quanto que o atravessador não está lucrando com esse mercado injusto que é o mercado dos atravessadores.

A cadeia produtiva que queremos. Nós queremos não eliminar todos os atravessadores, mas realmente os atravessadores que exploram o catador. A gente tem situações de trabalho semi-escravo, de catadores que trabalham nos grandes centros urbanos como Rio, São Paulo, de catadores que trabalham, Senador, pelo fato de que o atravessador ele cede uma carrocinha para ele catar o material reciclável. O que ele faz com que o catador compre sua venda e ele fica obrigado a pagar essa dívida que nunca se acaba. E em casos piores, os catadores que são alcoólatras que dependem da bebida e que ficam à mercê desses atravessadores, dando pinga para que eles possam trabalhar durante à noite coletando o material e possa pagar a pinga que esses atravessadores entregam. A gente enumera campos de intervenções para que essa cadeia que nós queremos ela seja realmente conquistadas. Seria parcerias com ONGs, igrejas e fóruns (ininteligível) de cidadanias, que são fóruns que foram criados em 2001 com a campanha “Criança no lixo nunca mais”, que foi também um estopim de onde desencadeou todo esse processo. Eu confesso a vocês que através da campanha “Criança no lixo nunca mais” eu fui totalmente retirado do lixão de Natal e fui imbuído, o melhor “câncer” que aconteceu na minha vida que é participar dessa luta das conquistas do movimento nacional que é o “câncer” que minha família me cobra muito, eu viajo muito, eu não fico parado e eu penso 24 horas no dia de como montar estratégias para poder estar participando de eventos como esse, ou de congressos que o CEMPRE faz, ou que a... Porque eu acho que o Movimento Nacional de Catadores, a figura do catador ela tem que estar onde se fala de resíduos sólidos, onde se fala de

lei de saneamento, onde fala de destinação adequada de resíduos os catadores têm que estar lá.

A organização dos catadores como um todo é interventora. Parceria com as indústrias, existem parcerias com a Suzano, e com outras indústrias no sudeste do Brasil. E fortalecimento das cooperativas. Hoje nós temos um case de sucesso que é a ASMARE em Belo Horizonte, que tem agora a CATAUNIDOS, que é um boom de oito cooperativas que faz a reciclagem do plástico. Hoje a gente já domina uma fatia pequena da industrialização da reciclagem que é a reciclagem do plástico. E como não era de ser, todo bom trabalho ele auferi frutos e também mais trabalho. O Movimento Nacional de Catadores do Brasil foi interagir com os movimentos de catadores em toda a América Latina. Existe uma instituição por nome de Fundação Avina, é uma instituição que ela participa ativamente de apoio a algumas lideranças do Movimento Nacional de Catadores, é uma instituição fundada por um cara que queria ver o mundo melhor, que se chama Stephen Shibiraine(F), que eu não sei se é esse mesmo o nome, a pronúncia, mas é um cara que pegou as empresas e fez com que elas auferissem lucro para resolver o problema da humanidade. E ele resolve da seguinte maneira. Ele encontra pessoas, lideranças que têm potencial e investe nessas pessoas fazendo com que elas possam rodar o mundo, o Brasil, e daí que saiu toda essa articulação do movimento até se chegar na América Latina. Nós já tivemos dois encontros latino-americanos no Brasil, estamos encaminhando para o terceiro, onde hoje o Brasil é referência para Argentina, Peru, Colômbia, pela atenção que o Governo Federal e os entes federais, Câmara e Senado dá aos catadores e instâncias como assembleias é Câmara de Vereadores, e nós somos muito bem citados nesses outros países pelo trabalho que é realizado aqui no Brasil. Hoje nós apresentamos a rede latino-americana, que irá ter um encontro latino americano na Colômbia, no mês de março, onde nós vamos estar levando aqui do Brasil 20 vagas para 20 delegados para sair daqui para Colômbia para representar o Brasil. E aí tem algumas fotos que aí era para constar no arquivo mesmo situação de catadores em outras partes do mundo. A primeira foi no México, aí é no Canadá, aí são os catadores de alumínio de Gâmbia, nós temos catadores do Egito, Camboja, Manila, nas Filipinas, tem um programa em Manila que recolhe dos rios de Manila. Isso é muito interessante, porque a gente já está discutindo com o pessoal da Amazônia, ali da região dos rios da Amazônia. A Manila e Filipinas que não deixa de ser diferente, os barqueiros que catam material reciclável em Manila. Região de água. Indonésia, Índia, que a maioria são mulheres. E tem um problema muito gran-

de na Índia e no Egito de caixas. O ano passado teve o Festival Lixo e Cidadania o qual eu convido vocês que vai se realizar agora em setembro, será em Belo Horizonte, um catador não pôde entrar dentro de do avião da Itália por conta do problema de caixas. Pessoas disseram que não iriam no avião se aquele catador embarcasse e o catador não embarcou e ele não veio para o encontro, para esse encontro o ano passado que foi convidado. Nós convocamos as autoridades internacionais, os movimentos de direitos humanos internacionais, fizemos com que mandassem e-mails para a Itália, ela fez uma retratação pública e doou duas passagens aéreas para qualquer lugar do Brasil para esse catador que pode ser que ele venha ainda para o Brasil para esse encontro agora em setembro.

China... Esse é um livro que eu também deixei para poder, caso interessasse aos senhores é uma publicação de um companheiro que está hoje articulando para a América Latina. Nós temos a graça de ter dois consultores muito importantes. Um se chama Bernardo Touro, que é um escritor latino-americano excepcional, e o Martin Medina que é um escritório do México que é o cara que está acompanhando as nossas articulações na América Latina. Esse livro está em inglês. Ainda não foi traduzido. E essa é nossa salinha em São Paulo, Movimento Nacional de Catadores, nós nos reunimos assim, em círculo, discutimos as dificuldades. Hoje estamos agora discutindo não só dificuldades, mas estamos discutindo as conquistas, como é que vamos fazer com que essas conquistas realmente elas de fato mudem o papel, a situação, o caráter, e a vida desses catadores que trabalham nas ruas e nos lixões do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, meu caro Severino Lima Júnior pela exposição, pela sinceridade, pela objetividade. Quero até registrar que o Relator aqui, o Senador Garibaldi destacou o Severino, homem nascido lá no Rio Grande do Norte e que fez referências muito positivas à gestão de V.Ex^a quando Prefeito de Natal. Mostrando que V.Ex^a já se preocupava há muito tempo com essa questão de coleta de lixo, que é um grande desafio para o Brasil.

E eu quero passar agora para o último orador, o Dr. Alberto Bianchini, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, ABRELPE.

SR. ALBERTO BIANCHINI: Antes de mais nada agradecer aos Senadores Delcídio Amaral pela nossa participação, e ao Senador Garibaldi, evidentemente, pela nossa participação neste encontro que se realiza agora. A ABRELPE é uma entidade, a primeira do Brasil a se integrar no processo de resíduos sólidos.

Ela tem exatamente 30 anos, fundada na cidade de Lages, em Santa Catarina, para que pudesse estudar já a partir daquele momento a problemática dos resíduos sólidos. Onde não havia nenhum tipo de preocupação absolutamente com nada, absolutamente nada. Vejam os casos que se pronunciam como caso de SHELL, em Paulínia, o problema da (ininteligível) em Santos, etc, e por aí fora. É uma entidade que imediatamente tentou e conseguiu se ligar a ISLA que é uma entidade internacional que congrega 72 países discutindo a problemática de resíduos sólidos no mundo inteiro e quando fala em resíduos sólidos estou falando tudo. Industrial, atômico, resíduo de saúde, orgânico, inorgânico, por aí fora. Todos eles. Essa entidade é uma entidade que congrega 72 países discutindo todos os problemas e esse ano passa a ser o órgão que estará dando apoio à ONU sobre o problema de resíduos sólidos no mundo.

Ocorre que na realidade vocês podem perceber claramente e com muita facilidade que o problema de resíduos sólidos é um negócio complicadíssimo. Mas será que ele é realmente complicadíssimo como nós estamos complicando? Nós estamos criando monstros, estamos criando coisas que na realidade o primeiro mundo não mostra. Pelo menos a ISA mostra claramente e peremptoriamente todos os anos que os problemas têm soluções muito mais fáceis que essas que nós estamos buscando. São soluções complicadíssimas. Será que está certo isso? Eu inclusive tive a oportunidade de dizer ao Severino, em primeiro lugar, se ele acha que está tudo errado? Principalmente porque não admito sob nenhum aspecto que eles trabalhem da forma como trabalham. Antes de mais nada, e antes de tudo, seria absolutamente necessário que se desse aos catadores, e eu não gosto desse nome, eu gosto de cidadãos, que eles tivessem exatamente todas as possibilidades que todo mundo tem. Salário digno, Fundo de Garantia, férias, trabalhar em condições salubres, porque nós temos uma comunidade, nós temos uma comunidade de catadores ou de cidadãos pra mim que daqui a 30 e poucos anos, 40 anos estarão se aposentando e criando um novo problema previdenciário, por quê? Por causa do problema de insalubridade que vai fatalmente acontecer no futuro.

De maneira que minha gente, eu acho que as coisas não são difíceis como elas se propugnam no Brasil inteiro. E nós temos a ABRELPE participado de Natal, de Belém, de Bahia, de todos os lugares tentando mostrar que as coisas... Agora pouco em vitória. Tendo mostrar que as coisas são pouco mais fáceis do que aquilo que a gente prognostica, como vem sendo prognosticado a todo tempo. E por quê? Porque existe uma coisa simples de ser resolvida, que eu vou deixar

como sugestão para o marco regulatório. Uma coisa que se chama auto-responsabilidade. E o problema da auto-responsabilidade elimina tudo isso. Proporcionando dentro da auto-responsabilidade os mesmos empregos, só que em condições decentes, em condições salubres, em condições dignas que as pessoas e os cidadãos devem ter. De maneira que essa é a minha mensagem porque antes de tudo eu queria até dizer ao Calderon que eu tenho... O Carlos Silva vai fazer uma palestra com vocês sobre a gestão de resíduos sólidos no Brasil dando uma visão geral do que acontece, inclusive respondendo algumas coisas que você Calderoni solicita na sua palestra. Porque nós tivemos, ABRELPE, a preocupação durante todo esse tempo e estamos continuando a fazer isso sempre através do panorama de resíduos sólidos que eu deixei aqui com o Senador Garibaldi e com o Delcídio Amaral, mostrando o que estamos fazendo em matéria de pesquisa. De maneira que eu gostaria que o Carlinhos fizesse uma exposição do problema do resíduos sólidos no Brasil dando uma visão geral de como a coisa está sendo colocada. Muito obrigado a todos vocês.

SR. CARLOS SILVA: Boa noite a todos. Srs. Senadores, senhores da Mesa, senhoras e senhores da platéia. Com grande prazer que então representando a ABRELPE eu venho trazer alguns dados e algumas informações que nós compilamos na ABRELPE acerca da gestão de resíduos sólidos no Brasil dando-lhes uma visão geral por acreditar que um setor só pode ser regulado a partir do momento em que se tem conhecimento do âmbito, da amplitude, dos dados e dos componentes desse setor. Porque nós entendemos que uma regulação sim é extremamente necessária, totalmente louvável a iniciativa desta Subcomissão, tratar de marcos regulatórios para os setores de infra-estrutura. É muito importante e é motivo de grande satisfação vermos que os resíduos sólidos foram incluídos nesta temática de marco regulatório como um dos segmentos de infra-estrutura do Brasil, e então por isso nós gostaríamos de apresentar alguns dados, algumas informações para podermos chegar a algumas conclusões e deixarmos algumas, como nós entendemos na ABRELPE, algumas demandas para os poderes públicos que aí poderiam ser incluídas nessa questão dos marcos regulatórios.

O primeiro dado que nós entendemos básico que se tem que saber é quanto se gera de resíduos no Brasil por dia. Dados de 2005 nos levam a uma totalidade de 164 mil 774 toneladas de resíduos sólidos urbanos coletados por dia. Sendo que no Brasil em 2005 nós tínhamos um índice de coleta de 95%. O que nos leva à afirmação de que 5% do lixo gerado no Brasil sequer tem coleta. Se nós temos esse índice de 95% na

coleta das 164 mil toneladas é na disposição final que nós encontramos o principal problema. Em que 65 mil toneladas apenas tem disposição adequada e 96 mil 302 toneladas não têm disposição adequada no Brasil. Sendo dispostas a céu aberto, nos rios, nos córregos, nos mangues, e este nós entendemos que é o principal problema a ser enfrentado por qualquer marco regulatório que venha a ser editado para disciplinar a questão dos resíduos sólidos.

Para agravar um pouco este problema, mas, também servindo como um alento por outro lado, nós temos que nos últimos dez anos não foram utilizados recursos públicos para implantação de aterros sanitários em larga escala. Sendo que duas importantes iniciativas, Salvador na Bahia e Nova Iguaçu no Rio de Janeiro foram implantadas através de concessão a iniciativa privada. Nesse período, entretanto, por isso que eu digo como alento, 18 aterros privados foram construídos, dos quais 15 estão na região sudeste, 2 no sul e 1 no nordeste, recebendo juntos um total de 23 mil 140 toneladas/dia. O que nos levam a percentagem de que 14% da disposição final no Brasil já é feita por meio de aterros privados. Isso mostra que a iniciativa privada não está parada. Está sensível ao problema e está tomando suas precauções. Porque também conta com a questão dos créditos de carbono propiciados pelo Protocolo de Kyoto.

Com relação à coleta seletiva, aí nós vemos também uma situação um pouco preocupante porque apenas 451 Municípios, ou seja, só 8% dos Municípios brasileiros têm algum programa de coleta seletiva formalmente implantado. Os demais sequer têm iniciativas formais contando sim com o trabalho extremamente louvável dos catadores.

Aí para dar um parâmetro de como está a participação da iniciativa privada nesses serviços, nos serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos, 66,5% dos serviços é feito por empresas privadas e 33,5 pela administração pública. Nessa participação privada nós temos 70% dos contratos firmados com base na Lei de Licitações, 8.666 são contratos de terceirização, e praticamente 30% já são contratos de concessão com prazo médio de 20 anos que trazem uma solução ampla e total e adequada para essa questão dos, gestão de resíduos sólidos urbanos.

Com relação aos aspectos financeiros, é um outro ponto que merece muita atenção em que uma pesquisa do IBGE aponta razão e revela porque a gestão pública dos resíduos sólidos urbanos está sendo realizada de forma apenas satisfatória. 80% dos municípios brasileiros aplica menos de 5% dos seus orçamentos na gestão de resíduos sólidos urbanos. É um percentual muito pequeno que não permite que se traga aprimoramen-

tos, que não permite que se traga gestão adequada, e novas tecnologias. E desses Municípios brasileiros apenas 46% cobram por uns serviços. Aqui abrindo um parêntese, nós defendemos que por se tratar de um serviço público, como qualquer outro serviço, como água, como esgoto, como energia elétrica, como telecomunicações, o serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos, de serviço de limpeza urbana tem que ser remunerados, tem que ser calçados, tem que ter sua sustentabilidade econômica num instrumento de cobrança. Seja uma taxa, seja através do IPTU, seja através de um veículo próprio, mas tem que ter algum tipo de cobrança.

Então, aí esse quadro como eu acabei de dizer, 4.338 municípios brasileiros aplicam menos de 5% dos seus orçamentos na gestão de resíduos. Outros dados setoriais para ter uma idéia, o setor gera em empregos diretos, 440 mil postos, tem 9.600 caminhões compactadores, o lucro anual de 2,5 bilhões de dólares, um recolhimento anual de contribuições sociais e trabalhistas de 750 milhões de dólares, um recolhimento anual de tributos federais de 200 milhões de dólares, investimentos anuais em frota de 150 milhões e despesa anual com a manutenção de 250 milhões de dólares.

Com relação aos resíduos de serviço de saúde é um ponto que merece um destaque, que no Brasil são gerados mil toneladas, praticamente um pouco mais de mil toneladas/dia de resíduos de serviço de saúde e apenas 292 toneladas são tratadas. De forma que a maior parcela de resíduos patogênicos infectantes com vírus, bactérias e outros organismos capazes de disseminar doenças e epidemias são dispostos inadequadamente em lixões, e aí tendo contato com os catadores, em aterros sanitários que não são apropriados para recebê-los ou diretamente sobre o solo em rios, mas aí com esse potencial de infectante que esses resíduos têm.

A reciclagem eu vou passar porque já foi amplamente dita pelo André com dados do CEMPRE. Então, em observações finais e conclusões, nós podemos chegar à conclusão de que o Brasil ainda está construindo um cenário apropriado para políticas públicas, há espaço para novos marcos regulatórios, desde 2005 a Lei das PPPs trouxe possibilidades e condições bastante interessantes para o incremento de investimentos privados por meio de concessões e serviços, e na mesma época a lei dos consórcios públicos possibilitou a implementação de soluções com a necessária economia e ganho de escala. Porém, o Brasil ainda sofre com a falta de uma política nacional de resíduos.

Alguns Estados já têm as suas próprias políticas, porém elas terão que ser adaptadas à lei nacional quando esta for editada, fora da esfera legislativa como eu já disse os mecanismos de desenvolvimento limpo criados pelo Protocolo de Kyoto poderão significar com as receitas provenientes da comercialização dos créditos de carbono uma interessante fonte de recursos adicionais a colaborar com a redução de custos de destinação final dos resíduos urbanos. A destinação final aí voltando àquele ponto é o principal problema e deve ser universalizada de maneira completa e ambientalmente correta. As soluções de longo prazo devem ser implementadas com a necessária sustentabilidade econômica e ambiental. Nós não podemos mais ficar pendentes de soluções provisórias, de soluções tampões, que vem dar um fôlego para uma determinada situação e depois não se sustentam com o passar dos anos.

Para as atividades de reciclagem a predominância de ações conduzidas por cadeia informais prejudicam o desenvolvimento dos índices por total falta de gestão do processo, nesse ponto o Severino já explicou muito bem a questão dos intermediários que oprimem e que lucram em cima da cadeia dos catadores e em cima disso é urgente que políticas públicas instituem programas formais de coleta seletiva e reciclagem nos municípios com o custeio através da adoção dos princípios do poluidor pagador e da auto responsabilidade. Princípios que já estão em voga há muito tempo em todos os demais locais do mundo, que ainda não chegaram no Brasil, mas na América Latina mesmo já tem a sua aplicação, já tem a sua efetividade, e tem que ser objeto de implementação através do marco regulatório.

No campo dos resíduos do serviço de saúde, legislações similares às disposições da política estadual de resíduos sólidos de São Paulo devem ser promulgadas em outros Estados, para disciplinar o tratamento efetivo desses resíduos. Só para vocês saberem a política estadual de resíduos sólidos de São Paulo tem um item que proíbe a disposição de resíduos de serviço de saúde sem o seu prévio tratamento que neutralize as suas características de periculosidade e infectividade e é necessário então em cima disso tudo que o processo seja coordenado pela administração pública que será responsável pelo planejamento, diretrizes, regramento e fiscalização. Aí muito apropriadamente através de agências reguladoras, claro, agências reguladoras com total eficiência, com total conhecimento técnico, com total imparcialidade, diferentemente um pouco do que vem sendo proposto aí em que há projetos de lei que trazem agências reguladoras dando privilégios a empresas estaduais a executarem os serviços como

preferência, agências reguladoras que misturam os setores não garantindo o conhecimento técnico e o aperfeiçoamento dessas agências, então agências reguladoras que misturam saneamento e energia e telecomunicações, isso é uma coisa que nós vemos com grande ressalvas que as agências têm que ser específicas para os setores que elas pretendem regular e em cima disso feitas essas considerações nós vemos algumas demandas que precisam então ser enfrentadas no marco regulatório. Nós necessitamos de diretrizes nacionais, uma Política Nacional de Resíduos, nós precisamos de legislação tributária específica para o setor, estímulo à gestão sustentável integrada de resíduos sólidos, desenvolvimento de pesquisas, novos processos, tecnologias e produtos, centralização e disseminação de informações em âmbito federal. Precisamos que seja assegurada a implementação da responsabilidade do produtor juntamente com os setores produtivos, a disponibilização de fundos, recursos financeiros e suporte técnico pelo Governo Federal para autoridades regionais e locais, e inclusão de temas de meio ambiente específicos de resíduos sólidos na educação primária, secundária e terciária.

Já com relação... no âmbito estadual precisamos de diretrizes regionais, legislação tributária regional, precisamos da implementação de planos e programas regionais em consonância com a política nacional, implementação de campanhas de educação e prevenção efetivas e de longo prazo. E por fim, no âmbito municipal, é necessário a implementação de programas (soa a campainha) formais, unidades e plantas para a adequada gestão de resíduos. Coordenação da execução das atividades tem que ser feita no âmbito municipal, é aí que se dá a geração de resíduos, é aí que se dá o foco da onde sai todo o esse problema. É necessário o estabelecimento de programas de educação ambiental continuada com ênfase na reciclagem e a implementação de instrumentos de custeio dos serviços como garantia da sua sustentabilidade econômica. Manutenção e incrementos. Essa mensagem que nós gostaríamos de deixar. Estão aí a disposição os nossos contatos e no site da ABRELPE é possível acessar o panorama dos resíduos sólidos no Brasil, essa obra que nós publicamos com dados do setor gerais, informação tratada e compilada desde 2003. Muito obrigado a todos, novamente agradeço a oportunidade dada pelo Senador Delcídio Amaral e pelo Senador Garibaldi Alves. Uma boa noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado Dr. Carlos Silva. Quero aproveitar também cumprimentar o Dr. Alberto Bianchini, o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, ABRELPE.

Quero registrar aqui também a presença do nosso caro Senador Valter Pereira, Senado da República pelo meu Estado, Mato Grosso do Sul, e que honra o nosso Estado com a sua presença aqui e pelo seu trabalho e pela sua história. Quero cumprimentar também o Dr. Jacó Jochelovit(F) que acompanha o Dr. Calderoni aqui presente também.

E eu quero passar agora a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves, e depois passarei a palavra ao ilustre Senador Valter Pereira, para depois... eu chamo cada um dos convidados para que cada um responda aquilo que entenda como pertinente em função da exposição que foi apresentada. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar toda a Mesa à frente de V.Ex^a e dizer que não vou mais nominar aqui os nossos convidados porque eles já foram bastante citados por V.Ex^a. Eu quero apenas cumprimentar o meu conterrâneo, Severino, que inclusive fez um registro que me deixou muito feliz, mas eu quero dizer a ele que a despeito das nossas divergências com relação ao BNDES e amanhã vai estar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos o Presidente do BNDES. O atual Presidente, Dr. Luciano Coutinho. E eu quero dizer que eu fui muito estimulado como Prefeito em 1986 pelo BNDES para fazer essa experiência de uma usina de reciclagem de lixo em Natal. Naquele tempo não havia nem o que nós temos hoje. E o Poder Público estava absolutamente despreparado para lidar com as usinas de reciclagem de lixo e houve dificuldades, Severino sabe disso, mas a experiência valeu a pena e o testemunho dele me deixou assim gratificadíssimo. Eu quero agradecer a você, Severino, eu não esperava nunca, eu não esperava nunca por isso. Eu quero dizer que Severino Lima Júnior é um daqueles Santos de casa que também fazem milagres. No caso ele é de Natal, da minha terra. Como quero cumprimentar todos os expositores, mas hoje eu já faço parte aqui dessa ala dos mais maduros, então eu hoje vou ficar ao lado dos mais jovens. Não que eu queira deixar de lado a experiência, mas eu quero cumprimentar também o Carlos Silva, que nos apontou aqui soluções muito objetivas como também fizeram o Dr. Sabetai Calderoni, o Dr. André Vilhena e agora o Dr. Alberto Bianchini. Mas você me desculpe o tratamento, o senhor, eu pensei que era até mais novo. Mas já me disseram a sua idade, você tem 32 anos. Mas, eu também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dente de leite. Então concordo com o Senador

Valter Pereira. Eu quero apenas, eu vou ser rápido porque afinal de contas nós estamos aqui numa hora bem avançada. Eu não sei se alguém está pensando em pegar avião a essa altura. Se tiver, eu lamento. Eu queria fazer perguntas bem rápidas. A conclusão que eu chego é que também nessa matéria, meu caro Presidente, Senador Delcídio Amaral, nós estamos vendo que a iniciativa privada ela está dando passos mais largos do que o setor público. Mas não é apenas nessa área, não. Em outras áreas nós também constatamos isso. E não apenas no aspecto econômico, mas, sobretudo, no aspecto social. Eu diria que amadureceu no meio do nosso empresariado uma consciência social que sinceramente às vezes me impressiona mesmo. E chega até a me emocionar. Porque eu também como todo jovem eu também já preguei muito com relação aos abusos do capital privado. Mas isso quando eu era muito mais novo do que sou hoje. Não é que eu seja velho. Mas, então eu quero dizer, fazer uma pergunta aqui ao nosso primeiro expositor, que se ouve tão bem, claro, o Dr. Calderoni. Ele propôs também uma legislação. Mas eu pude observar que não há, se eu estiver errado me corrija, não há punição. E eu, nesse aspecto se não houver a questão da punibilidade, não é assim Dr. Valter, sanção, porque ele que é o nosso jurista aqui, o nosso Senador Valter Pereira. Se não existir isso, se existir me perdoe, mas eu ao longo da sua exposição e lendo ali, eu não notei que isso pudesse... Se pudesse registrar isso aqui. E eu queria lhe perguntar também se os pontos apontados pelos dois últimos expositores, o Dr. Bianchini e o Dr. Carlos Silva, se eles coincidem muito, se há uma convergência, me parece que há, mas eu queria... Já que eu sou o Relator, até quando o Presidente quiser, eu queria ver se coincidiam esses pontos com relação às duas propostas. Porque eu não quero realmente fazer muitas perguntas, eu queria perguntar ao Dr. André que é da CEMPRES. Eu queria perguntar ao Dr. André, desculpe, André, eu não sou muito organizado, não. Em matéria de Relatoria, eu não sou muito organizado. Mas eu vou ver se eu acho aqui nessa pequena montanha de papéis... Está aqui. Eu queria fazer uma pergunta a V.S.^a. Essa CEMPRES é uma associação sem fins lucrativos criada e mantida por empresa do setor privado desde 92. E a lista das empresas que V.S.^a trouxe, mostra que as empresas são grandes empresas que pretendem também oferecer soluções para o problema, e aí há uma visão também da CEMPRES. Eu queria perguntar porque foram tantas propostas. Hoje nós tivemos uma fertilidade impressionante de propostas. Ninguém se lamentou, ninguém se culpou, ninguém se arrependeu de nada aqui. E as propostas surgiram.

Então, diante de tantos dados eu queria perguntar se há também da parte de V.S.^a esse consenso com relação às propostas apresentadas. Que no caso V.S.^a, me corrija se eu estiver errado, mas no seu caso os dados são realmente impressionantes também, sobre o atraso que o país ainda se defronta com ele, mas há também propostas e eu queria perguntar o que é que significa valorização dos modelos baseados em experiências regionais com sustentabilidade técnica econômica e social. No caso eu queria lhe perguntar se essas experiências já existem. E onde elas existem e como é que V.S.^a poderia apontá-las.

E no caso de Severino, eu queria que Severino fosse aqui não, claro, não o algoz, que ele não tem cara de algoz, mas que ele fosse o crítico, aquele homem que de repente veio de baixo, como ele veio, lutando como eu sei, porque o lixão de Natal não era diferente de nenhum outro lixão. Pode realmente encarar o lixão de Natal como aquele lixão terrível que nós conhecemos, e Severino, que está voltado hoje para uma visão mais nacional, por isso que eu peço a ele que ofereça esse depoimento. Dentro desse modelo que foi formulado aqui, você... Quais são as sugestões dos catadores, quais são os receios que os catadores têm ainda a despeito dessas conquistas? Tanto com relação ao setor público como com relação ao setor privado. Mesmo com esses avanços todos que são impressionantes, eu diria que o modelo dessa Associação dos Catadores deve ser seguido por todos. Porque veja bem, não se revelou aí com relação aos catadores, não se revelou uma pena. Quer dizer, ninguém recebeu os catadores, muito menos o Presidente da República com pena dos catadores. Não foi isso, não. Foi porque os catadores se organizaram, lutaram, se mobilizaram e conquistaram o seu lugar. Eu agora pergunto a você: Não pode haver retrocesso nisso tudo. Então vocês têm que continuar lutando e nada melhor que uma Mesa dessa você dizer qual é realmente o espaço dentro desse novo modelo que foi proposto aqui, ora por um, ora por outro, e até mesmo por você, o lugar que vocês pretendem ocupar. E Presidente, V.Ex.^a não marcou o tempo não, né? O meu tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – V.Ex.^a tem todo o tempo do mundo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ave Maria. (risos) Olha, não faça uma provocação dessa a Mão Santa, não.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Eu passo a palavra agora ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito bem. Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero

cumprimentar V.Ex^a. V.Ex^a está fazendo um trabalho nesta Subcomissão que no início não se divisava, não conseguiu, não era possível vislumbrar. V.Ex^a não está deixando um segmento sequer que diz respeito à infraestrutura sem examinar. Confesso que não imaginava que V.Ex^a ia chegar nos catadores de lixo. E chegou. E aqui hoje eu vi uma lição que sinceramente me impressiona profundamente. E antes de avaliar eu gostaria de fazer uma pergunta ao Severino. Severino, que formação você tem?

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: (pronunciamento fora do microfone) Concluir o segundo grau na Fundação Bradesco, escola de Natal, e por conta do trabalho que eu desenvolvo em Natal eu ganhei uma bolsa na UNP para fazer administração no qual só pude fazer um ano por conta do problema das viagens e articular o Movimento Nacional. Mas me considero uma etapa da minha vida que não foi concluída a parte educacional. Mas eu também complemento a minha resposta ao senhor de que na época que eu estudei na Fundação Bradesco eu tinha muita vergonha de ser catador. Mas essa vergonha foi transformada em honra que a coisa que meu pai me ensinou que a coisa mais importante é honra, dignidade e fazer o bem sem ver a quem. Acho que é isso que importa pra mim hoje.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pois bem. Nós estamos diante de um autodidata. Teve uma formação básica, e seguramente está virando doutor na área em que se dedicou e que se engajou. Efetivamente eu fiquei impressionado com o seu desembaraço. Desembaraço que é de fazer inveja a muitos Parlamentares que tem pelo Brasil afora. Mas hoje nós estamos aqui numa Sessão de gente que tem responsabilidade com a questão ambiental. Cada um aqui na sua atuação, um na atuação mais profissional, mais empresarial, outro na atividade mais social e mais amador, mas todos aqui estamos engajados com a questão da limpeza. Da limpeza do planeta. E essa questão da poluição ela não é uma questão restrita ao nosso planeta. Hoje é uma questão interplanetária. Pouco dias atrás foi noticiado que um artefato de várias toneladas foi despejado no espaço sideral causando risco a todos aqueles que navegam nessa faixa toda e o lixo que existe no espaço sideral é hoje uma ameaça aos que moram, aos que habitam o planeta. Quer dizer, nós estamos diante da ameaça do lixo terrestre e diante da ameaça do lixo sideral. Mas vamos nos limitar ao lixo da terra que é onde você navegou com bastante maestria.

Você comentou sobre a ação do atravessador. Que certamente é para todos os catadores que não se organizaram, que não têm cooperativa, uma ameaça que traz realmente muito prejuízo, deixa de dar a

liberdade que vocês têm, confisca a pouca renda que a atividade pode propiciar. Então eu gostaria de fazer já uma pergunta. Sobre a cooperativa. Como é que está o desenvolvimento do cooperativismo nesse segmento que você certamente tem atuado com bastante maestria? Há um bom desenvolvimento? Está ainda embrionário? Falta apoio do Poder Público? Como é que está essa questão do cooperativismo? Que eu acho que a grande alternativa que tem que buscar os catadores é exatamente a organização, a organização em entidade de classe e, sobretudo, na organização cooperada a fim de que recursos sejam viabilizados para que os problemas que vocês enfrentam certamente possam ser melhor administrados.

A outra questão que eu indago é a seguinte. Vocês têm avaliação mais aprofundada das seqüelas que podem advir com esses lixões na saúde de cada um? Qual a expectativa de vida de um catador hoje se isso já foi mensurado. Outra coisa que... Aí já não é para o Severino, mas para os demais expositores, que eu gostaria de ponderar o seguinte. As Prefeituras municipais, especialmente dos pequenos Municípios todas têm problemas com os lixões. E o mais grave é que o Ministério Público tem acochado os Prefeitos duramente. Por onde a gente anda os Prefeitos reclamam das dificuldades que o Ministério Público tem imposto a cada um dos administradores, sem levar em conta a falta de recursos com que essas municipalidades enfrentam o problema. Cobram o lixão, aliás, cobram a compostagem, cobram o tratamento dos lixões, mas, na verdade, não leva em conta as dificuldades que têm os Municípios com as suas receitas, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com todo o artesanal jurídico que dificulta hoje a ação do Prefeito e que os torna policiados dia e noite fiscalizados em todas as pequenas despesas que fazem e muito mais nessas despesas de grande monta que é o caso da administração dos lixões.

Então, como é que os senhores que têm prestado um relevante serviço em suas instituições têm lidado nessa relação com os Prefeitos municipais? Que nível de informação que tem encontrado nessas Prefeituras? Quais as dificuldades que têm mais preocupado a área privada, onde é que a área privada tem encontrado meios para socorrer os Prefeitos municipais, já que se mistura aí um pouco do social com um pouco do empresarial, essa atividade é uma atividade efetivamente que consegue misturar esses dois aspectos. E o que é que tem que ser feito no sentido de humanizar o trabalho? Eu vejo, por exemplo, o trabalho aqui também mais uma vez para o Severino. Eu vejo o seguinte, o trabalho dos catadores de lixo tem sido assim um trabalho muito desumano porque

a gente vê é que mesmo nas carroças que são utilizadas para o transporte dos lixos, são carroças muito pesadas, muito antiquadas, utilizando materiais que efetivamente tornam, exigem-se muita força física, às vezes sacrifício até dos próprios animais que puxam esses veículos a tração animal.

Então, o que é que pode ser feito para humanizar esse trabalho? Se é preciso desenvolver mais materiais, outros tipos de materiais, se os materiais disponíveis que tem maior leveza não têm sido colocado à disposição desse que foi que... Dos catadores que são, que se valeram dessas carroças pesadas. Então essas informações que eu gostaria que você prestasse. As perguntas estão abertas para todos então V.Ex^a, Presidente, coordene para que sejam respondidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Senador Valter Pereira. E eu gostaria só de... algumas perguntas já foram aqui respondidas que nós tínhamos preparado, principalmente com relação aos princípios da Agenda 21, que é o principal documento produzido pela Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento que foi a nossa famosa Rio 92, especialmente com relação à responsabilidade pós-consumo do produtor, acho que isso aqui ficou muito claro. Então eu vou evitar de perguntar. Eu queria fazer um pergunta ao nosso Severino se a atividade das cooperativas de catadores ela está mais vinculada à coleta seletiva domiciliar ou a triagem do material reciclável nas usinas de lixo.

E queria também perguntar a todos, foi dito pelo Secretário Luciano Zica, Secretário em Recursos Hídricos e do Ministério do Meio Ambiente, que no início de junho desse ano, que o Governo enviaria ao Congresso Nacional ainda em 2007, Projeto de Lei disciplinando a gestão dos resíduos sólidos. Eu gostaria de saber de V.Ex^a se alguém conhece esse projeto ou se alguém foi chamado para discutir esse projeto com o Governo Federal. E ao mesmo tempo quero fazer mais uma pergunta sobre esse projeto que está na Câmara dos Deputados. Qual é a visão de todos vocês do setor se esse projeto atende ou não a aquilo que os senhores com muita competência aqui apontaram. Se essa proposta é satisfatória.

A outra coisa é com relação à Lei 11.445 editada em 5 de janeiro de 2007. A minha pergunta é a seguinte, como ela apresenta as diretrizes para o saneamento básico, ela compreende, entre outros serviços, limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos. E aí eu faço a seguinte pergunta, esse marco legal ele atende efetivamente à implantação do sistema de tratamento e destino final ambientalmente correto dos resíduos sólidos urbanos? Qual é a leitura que os senhores têm

a respeito dessa lei de saneamento que foi aprovada agora recentemente, vis-à-vis com todo esse enfoque e esse tratamento que tem que ser dado ao lixo. Ou aos resíduos sólidos. É muito ligado na regulação mesmo. Ou seja, nós temos um projeto que o Governo vai enviar anunciado pelo Secretário Luciano Zica. Perguntando, se o setor foi consultado ou discutiu esse projeto. Outro é esse o projeto que está na Câmara e o terceiro se o saneamento é adequado ou não principalmente para manejo de resíduos sólidos.

E eu queria também mais duas perguntas muito rápidas, os principais obstáculos para o crescimento do setor de reciclagem no Brasil. E por último, os instrumentos econômicos e fiscais desejáveis para uma efetiva política nacional de gerenciamento dos resíduos sólidos. Então eu queria fazer essas perguntas rápidas, quer dizer, fiz essas perguntas rapidamente, gostaria de passar a palavra na ordem em que cada expositor se apresentou, e nós daríamos até para disciplinar um pouco, nós daríamos cinco minutos para cada expositor. Então eu passo a palavra...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Presidente, só pela ordem aqui. Esse projeto que está na Câmara é do Governo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Não. É um projeto que está... Saiu do Senado, foi para a Câmara dos Deputados e hiberna há quase 15 anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Foi votado na Comissão e depois parou.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Uma Comissão especial, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Ele já foi já discutido e aprovado aqui no Senado. Então nós estamos diante de três questões, Senador Garibaldi. Uma, é o projeto da Câmara que já saiu do Senado. A outra é o projeto que o Governo vai apresentar. E o terceiro é o enquadramento do manejo de resíduos sólidos com a lei do saneamento recentemente aprovada. Então essa que são as questões. Então eu passo a palavra agora para o Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente, cinco minutos.

SR. SABETAI CALDERONI: Muito obrigado. Primeiramente vou tentar responder as duas indagações do nobre Senador Garibaldi Alves. A primeira indagação dizia respeito à questão da punição. Ele perguntava se havia punição na proposta que nós apresentamos. E eu acho que é muito pertinente, gostaria de cumprimentá-lo pela indagação porque essa é uma Casa de Leis,

estamos na Câmara alta, e exatamente a coatividade faz parte da essência da norma jurídica. Não havendo uma punição pode eventualmente ficar como um mero convite à ação, uma norma quase que de cortesia. Daí é importante isso. A proposta que nós apresentamos de uma Lei de Responsabilidade Ambiental carrega pesadamente na punição, porque ela passa a exigir responsabilidade ambiental onde não havia do modo tão cabal, de modo tão claro. Passa a exigir declarações minuciosas anuais, por parte de todos aqueles que são envolvidos no sistema de gerenciamento de resíduos e passa a exigir, passa a permitir que um simples programa de computador possa avaliar se existe através do cruzamento das informações de geradores, transportadores e processadores de resíduos uma coerência entre as informações que todos prestaram. De forma que imediatamente viria à tona qualquer desconformidade em relação a verdade. Punições seriam várias. Para quem mentisse a punição seria imensa porque não poderia nem conseguir o re-licenciamento da sua atividade. A solução de continuidade sem o fechamento de toda a sua atividade. Sem o resultado. Então a punição é das mais fortes e o sistema de verificação do mais simples sem fiscalização muito econômico por um simples programa.

Com relação a sua segunda pergunta, Senador Garibaldi Alves, o senhor pergunta sobre a convergência entre as várias propostas que foram aqui apresentadas. Eu vejo aqui em grande medida muita convergência. Eu vejo que o trabalho desenvolvido pela Associação de Limpeza Pública é extremamente convergente com a minha proposta de reciclagem do lixo. Porque se não houver coleta fica mais difícil reciclar. E também a destinação final é importante ter algum aterro sempre que alguma coisa sobra. Por mais que se queira reciclar não se consegue ainda chegar aos 100%. É muito convergente com o trabalho que a CEMPRE faz sem dúvida nenhuma, trabalho de levantamento de informações, de pesquisas que é feito e também de articulação. Isso tudo é sempre muito convergente e, sobretudo, convergente com o trabalho que o Severino faz e apresenta temos muito orgulho em dizer, a nossa proposta foi de estabelecimento daquilo que é o calcanhar de Aquiles da relação com a sociedade do catador. Que é o preço. Uma palavrinha muito curta, mas a palavra preço. Nós propusemos um preço piso, com base, por exemplo, nós vamos ver a bolsa de metais de Londres quanto é que está avaliada alumínio, e vamos ver quanto é que o sucateiro tem que receber como uma percentagem do que está lá. Digamos, tem que pagar, estabelecer uma norma 60% para o sucateiro e para o catador. Então amarrar isso, garantir uma tabuletinha na porta de todos os sucateiros que

eles chamam de atravessadores às vezes com muita razão, vamos amarrar uma tabuletinha, indicando aquilo, está em jornal, quanto é que tem que ser pago. Vai estar na internet. Vai ser normativo aquele preço que o catador vai receber. Porque ele não tem garantias trabalhistas, não tem garantias previdenciárias. Está super explorado, então ele teria através de uma simples medida nós propusemos também um acesso à solução do que é mais importante que é a remuneração. (soa a campainha) Um minuto. Faltou a enorme resposta da sua pergunta. Tranqüilamente.

Bom, a questão do... É muita coisa aqui junto... Das políticas que o senhor pergunta eu fui convidado, por exemplo, a participar da... Do que o Dr. Luciano Zica ou por alguém nesses quinze anos. Eu estive duas vezes na Câmara dos Deputados fazendo palestras e fazendo algumas propostas. Realmente algumas foram acolhidas em parte, por exemplo, essa proposta que eu fui de lei de responsabilidade ambiental, foi parcialmente acolhida, algumas outras, desse preço piso, não foram sequer consideradas, que é essencial para a vida do catador, eu acho que isso deveria ser contemplado agora, parcialmente. Se me pergunta o nobre Senador Valter Pereira, pergunta sobre e também juntando um pouco com as suas perguntas nobre Senador Delcídio Amaral, com relação ao marco regulatório atual o que poderia a gente poderia achar que precisava ser modificado, que está faltando e também com relação ao que se pode fazer com os pequenos Municípios, eu diria o seguinte. Começando com os pequenos Municípios, pela ordem, em primeiro lugar uma sugestão muito tranqüila e muito simples para o pequeno Município é da compostagem do lixo. A fração orgânica do lixo domiciliar representa 60%. Se os pequenos Municípios praticarem um pouco de compostagem, metade disso é água. 20% vamos ter mais ou menos de gás carbônico. Nós vamos ter condições de aproveitamento disso como adubo. O pequeno Município mais ou menos por definição, ele é um Município dotado de um interlã(F) de agrícola. Ele tem um interlã(F), ele tem aonde aproveitar esse fertilizante. E resolver 60% da questão. Os 30% é a fração seca. Papel, plástico, vidro, lata de alumínio, lata de aço. Isso poderia ser separado automaticamente e essa separação, digamos como são Municípios pequenos poderiam ter um grande caminhão coletando consorciadamente depois de um certo tempo, quando se acumulasse esse material levando para o centro mais próximo a gente precisaria ver então a questão da logística relativa a isso, o consorciozinho sempre ajudaria nesse caso. Municípios maiores evidentemente podem implantar centrais de reciclagem integral de resíduos através do mecanismo da Parceria Público-Privada evitando os

investimentos as Prefeituras e livrando as Prefeituras também dos riscos econômicos, dos riscos trabalhistas, dos riscos fiscais, dos riscos tecnológicos e dos riscos de descontinuidade administrativa, sobretudo.

Nobre Senador Delcídio Amaral. O senhor pergunta sobre... A sua pergunta é imensa. Vou tentar pegar alguns aspectos. (risos) O que eu senti falta na legislação foi realmente uma ênfase às Parcerias Público-Privadas. Eu acho que é muito falha as propostas todas que nós temos, seja a lei de saneamento básico, seja a política de resíduos que está em exame há 15 anos parada. Eu vejo aí uma deficiência enorme, uma falta de regulação, uma falta de sensibilidade com a questão essencial. Tirar o encargo do bolso do Município, viabilizar empregos, melhorar a saúde pública, gerar oportunidades para os catadores através de uma parceria com o setor privado é algo que mereceria uma atenção especial e é totalmente lacunoso nesse ponto na legislação que o senhor mencionou. E outra coisa que está faltando muito, licitação de centrais... Os processos de licitação a gente vê todos os dias de aterro sanitários, são licitações que contemplam o pagamento de um preço por tonelada. Digamos, 50 reais por tonelada. 15 reais por tonelada. 30 reais por tonelada. É assim que são feitas as licitações para aterros sanitários.

Eu pergunto: Por que então não poderíamos fazer na mesma licitação, criar uma obrigatoriedade através de uma norma de que na licitação também houvesse a possibilidade de alguém oferecer o mesmo, um destino também para o lixo, mas recebendo a mesma quantia, os mesmos 30 reais, os mesmos 50 reais por tonelada, mas em vez de dar o destino de enterrar aquele material precioso que equivocadamente chamamos de lixo, porque não dar esses mesmos 30 reais ou 50 reais para viabilizar uma central de reciclagem? Ao licitarmos um aterro, devíamos ao mesmo tempo estar licitando também uma central de reciclagem. Com o mesmo valor. Viabilizaríamos alguma coisa que atenderia ao interesse da sociedade, ao interesse da saúde pública e estaríamos mantendo também o aterro, uma porcentagem. Mas menor porque estaríamos também dando o mesmo valor, o mesmo tratamento econômico para viabilizar aquilo que muitas vezes não é viável sem esse aporte. Muita gente pensa: "Ah, então implanta uma central de reciclagem e ganhar dinheiro com ele". Não. Precisa um pouquinho daquilo que é dado para o aterro. Se o aterro está ganhando 50, vamos dizer que 45 talvez fosse bom para dar uma central de reciclagem viabilizar isso. É necessário alavancar essa iniciativa. Eu acho que isso ainda é um ponto extremamente falho na legislação proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente. E eu quero passar agora a palavra ao Dr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial de Reciclagem, CEMPRES. Cinco minutos.

SR. ANDRÉ VILHENA: Bom, a primeira pergunta do Senador Garibaldi sobre a questão da valorização dos modelos baseados em experiências regionais com sustentabilidade técnica e econômica e social. Na verdade é que a política ela respeite peculiaridades de regiões do País, muitas vezes de cidades, por exemplo, algumas cidades elas têm um número maior de catadores. Então neste caso a gente entende que a política deveria incluir essas cooperativas, mas da mesma forma contemplar o serviço de empresas que prestam serviços de empresa pública. Em outras cidades que eventualmente não têm catadores, algumas cidades isso corre, então o serviço é feito exclusivamente no sistema porta a porta, por caminhões, enfim, pelas empresas de coleta. Mas seria importante estar atento a isso, o fato da existência dos catadores em algumas regiões e muitas regiões e muitas cidades, e essa sustentabilidade técnica econômica e social então seria no caso do social contemplar este aspecto. Quer dizer, não gerar impacto social na região na medida em que saia uma política, por exemplo, que exclua o catador do processo. Agora, em outras cidades não. Se não houver a presença do catador, que se encontre outras alternativas para seguir o caminho da coleta seletiva e da reciclagem.

Com relação à pergunta do Senador Delcídio sobre o Projeto de Lei encaminhado pelo Secretário Luciano Zica, nós estivemos com o Secretário, ele nos falou *en passant* sobre o texto, mas não tivemos acesso ao conteúdo do texto porque o Secretário comentou que ele antes de divulgar ele iria apresentar ao Presidente Lula. Essa semana agora. Então assim que tenhamos acesso ao projeto do Secretário Zica poderemos avaliar se ele converge ou não com o projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Como foi colocado é um projeto que levou 15 anos, saiu do Senado, passou 15 anos lá na... Na verdade eram cento e poucos Projetos de Lei, foi criada uma Comissão Especial que compilou todos esses projetos e converteu no projeto que foi originado pelo PL 203 aqui do Senado de 1991.

Então, foi amplamente debatido por diversos setores, foram várias Audiências Públicas e a nossa expectativa é de que alguma divergência que ainda houvesse, um ou outro artigo que pudesse ser digerida nas Emendas que pudesse vir no Plenário. Depois o Plenário da Câmara e depois dado o arremate final

aqui no Senado. Não sei se estou cometendo algum equívoco do ponto de vista de trâmite legislativo, mas a nossa expectativa é que o projeto pudesse ser aprovado ainda esse ano de 2007 lá na Câmara, feitas as últimas Emendas que por ventura ainda tivessem que ser feitas. Mas realmente o projeto foi amplamente divulgado. Oxalá possa a proposta do Secretário Zica convergir com a maior parte do texto que está lá na Câmara dos Deputados. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado Dr. André Vilhena. Passo a palavra ao Dr. Severino Lima Júnior, representante da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Já virou doutor.

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: (risos) Vamos por partes. Bom, primeiro respondendo ao nobre Senador contrerrâneo. A gente vê com ressalva, com um pouco de ressalva os modelos que eles vêm, porque uma fórmula mágica que se resolve tudo rapidamente principalmente na parte de legislação. Existe uma discussão muito grande (soa a campainha) Já? Ganhei dois minutos do André. (risos)

Bom, existe uma discussão muito grande do pacto federativo, se o Governo Federal pode criar uma lei obrigando a municipalidade a executar a lei, se quem gere o serviço de limpeza pública são os Municípios, a gente discute no âmbito nacional se quem manda no lixo é o prefeito ou é o catador que tá pegando na rua, ou se é a empresa terceirizada. Quer dizer, há um bojo discussão aí que é muito grande. E eu vejo com ressalva esses modelos que vêm para resolver o problema com rapidez ou que se considera que o problema não é tão grande assim. Não é tão grande no âmbito da prestação de serviço, do recolhimento do lixo. Mas quando você vai fazer a pergunta de quem é o resíduo. A partir do momento que o resíduo está dentro da minha casa, é meu, quando coloco na calçada é da Prefeitura, em algumas partes do Brasil o catador é preso porque está mexendo na sacola de lixo que está lá na lixeira do morador. No sul do Brasil a gente já enfrentou algumas ações de cavalo correndo atrás de catador na cidade.

Eu aposto muito numa visão brasileira, numa visão de discussão de como está acontecendo hoje na participação dos entes, quer seja do gerador, quer seja do consumidor em alguma instância, quer seja das empresas que recolhem, quer seja dos beneficiários finais como os catadores, as indústrias que vão fazer a reciclagem. Eu acredito muito no processo de discussão. O Senador Delcídio falou do projeto, aqui no foi nem mencionado um anteprojeto de Lei que foi

criado pelo Ministério do Meio Ambiente que tem 51 artigos no qual fui convidado dois anos atrás a participar de uma audiência do CONAMA. Existe também esse outro Anteprojeto de Lei que está lá no Ministério do Meio Ambiente em que a gente até que participou nesse outro projeto que tramita aqui na Câmara eu participei de uma Audiência Pública, fiquei um pouco estarefado(F) que eu posso assim dizer, que colocaram a discussão do pneu dentro do processo e o processo era deste tamanho e ficou deste tamanho. E parece que pela última informação que eu tenho é que retiraram essa discussão do pneu e dentro do processo e a gente é da seguinte idéia, a lei ela sendo clara pré-estabelecendo os marcos, pré-estabelecendo as diretrizes de quem é quem dentro da cadeia, de quem tem direito de fazer a coleta, de como essa coleta deve ser feita, o movimento está para apoiar o projeto, a lei que vier. Eu vou colocar aqui duas experiências. Uma de um País próximo ao nosso, vizinho, a Colômbia. A Colômbia dez anos atrás os catadores criaram uma cooperativa que eles estavam muito mais avançado em organização do que a gente, criou uma cooperativa para participar de um processo licitatório na cidade de Bogotá para fazer a prestação de serviço de limpeza. E o Governo não permitiu que eles participassem porque eles não tinham como comprovar capital. E eles encontraram uma Emenda na Constituição e lutaram durante três, quatro cinco anos aí e conseguiram que o Juiz Federal determinasse de que a obrigatoriedade da contratação do serviço seria dos catadores porque a Constituição prevê de que o Governo tem que criar, gerar emprego para esses catadores. E hoje é destinado um percentual de 3 a 5% para que essa Associação Nacional faça a coleta dos resíduos. Foi a partir daí que iniciou todo esse trâmite do Movimento Nacional de criar e participar dessas leis.

Quer dizer, a lei, a lei de saneamento, respondendo a pergunta do Senador Delcídio, tudo que vem no bojo, na essência coloca a participação desse segmento ora excluído de todo esse processo de discussão da política nacional, que atenda e que apoie como a gente busca o apoio de um lado e a lei nos permite o trabalho do outro (soa a campainha) pra gente é sempre bem-vinda. Agora, lógico, qualquer lei que seja imposta hoje, quer seja a lei de saneamento ambiental, a lei de resíduos sólidos, ela com o passar do tempo ela vai ter que ser aprimorada, porque alguém ou algum ente que vai se sentir ofendido ou prejudicado, e principalmente se ele sentiu prejudicado economicamente. Porque imagine a solução dos pequenos Municípios. Hoje o BNDES não pode oferecer, destinar recursos para uma Prefeitura para comprar caminhão, equipamento, construção de galpão ou alguma coisa

desse tipo. Os catadores conseguem, as cooperativas organizadas podem sim e o edital do BNDES vai abrir agora novamente até novembro e vai abrir para projetos dessa ordem.

Então, quer dizer, por que não aproveitar um marco que está aí a Política Nacional de Saneamento Ambiental onde tem o artigo que prevê a contratação dessas cooperativas e por que não aproveitar o incentivo que o Governo Federal está se dando para essas instituições. O que se precisa hoje a nível nacional, a nossa maior deficiência, é a capacitação que é o que a gente busca. A gente vai sim, vai se topa com o CO-OPERGATOS, normalmente, a CPI das ONGs está aí para provar de que tem ONG que trabalha séria. Mas tem ONG que não trabalha séria. Normal. Mas o que a gente tem que se preparar é para dar resposta na hora que vierem esses entes que estão querendo tirar proveito dessas brechas da lei ou desses projetos, a gente estar bem preparado para no momento certo colocar... Bota um obstáculo. É assim que a gente trabalha. É assim que a gente constrói política pública. Pelo menos a nível de apoio do segmento do Movimento Nacional de Catadores.

Eu considero, respondendo ao Senador, a questão de cooperativismo é o seguinte. O Movimento Nacional em sua maior quantidade são associações. Daí a dificuldade de apresentar projeto para o BNDES. Por quê? Por conta da carga tributária em cima das cooperativas e por conta da exigência das Ocerne(F) da vida de que a gente tem que estar, tem que contratar o serviço de... O curso, tem que estar pagando mensalmente para cooperativa, e outras coisas que se a gente for fazer por si só, as Ocerne(F) elas podem não aceitar e a gente vai ficar subordinado a uma estrutura. Eu discuti há pouco tempo em Natal, a associação de catadores em Natal ela foi fundada em 1999 justamente querendo quebrar esse paradigma. A então Prefeita de Natal que então apoiava a retirada dos catadores do lixão, a gente foi orientado pelo Juiz da Vara da Infância a fundar uma cooperativa e eu fui na Ocerne(F) do meu Estado em 99 e me exigiram que eu fosse pedir à Prefeitura 1.500 reais para fazer um curso de capacitação para fundar a cooperativa. Eu fiquei estarecido. Eu não tinha tanto conhecimento. Eu não falava bem, não tinha a dialética como se tem hoje e talvez não tenha dado a resposta certa àquele cidadão. E o que aconteceu que a gente foi associação durante nove anos. A gente fundou cooperativa em dezembro do ano passado por uma conjuntura do novo Código Civil que prevê que associações não podem auferir lucro e distribuir entre seus entes, entre seus associados. Simplesmente por isso. E nós fundamos a cooperativa. Mas é o melhor modelo? A gente

está em discussão. Nós temos a OSCIP e quiçá pode aparecer outro modelo que realmente beneficia essas classes menos favorecidas para que elas possam de igual para igual disputar o mercado. Porque a gente vai criar uma disputa de mercado. Se a lei permitir que o CEMPRE crie um mecanismo de que os geradores como a Coca-Cola e outros geradores de resíduo, que geram resíduo é quem gera produto. Ela tenha responsabilidade de fazer a coleta dela com mecanismo de quantificação, de monitoramento. Se ele não acreditar que as cooperativas possam fazer isso, eles vão ter que contratar empresas especializadas para fazer isso. Aí vai criar mais uma disputa interna dos materiais recicláveis que até então iam para o lixão, ficava nas ruas e que nós catadores aproveitávamos. Essa oportunidade para auferir o pão nosso de cada dia. A grande disputa nesse tudo é criar marcos que ela prevê a posição de cada uma no momento atual. Imagine que há 15 anos atrás no início dessa lei tem resíduos que hoje estão sendo colocados que não se discutia. No caso o pneu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Obrigado, nosso caro Severino Lima Júnior, pela objetividade, pela disciplina. E eu quero passar agora a palavra ao Dr. Alberto Bianchini, representando aqui a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Cinco minutos.

SR. ALBERTO BIANCHINI: Eu vou tentar em menos de 30 ou 40 segundos deixar a minha posição, a posição da minha associação, porque tem um assunto de grande interesse que é o que o Delcídio colocou agora há pouco com relação ao 11.445 onde a ABRALPE tem tido uma participação muito grande e questionando o problema o tempo todo. E o Carlos vai falar sobre isso porque ele está bem a par do problema porque ele é o questionador de todos os problemas com relação a 11.445. De maneira que eu só vou dar um pequeno detalhe, eventualmente respondendo ao Senador Valter. O seguinte. Vou dar um dado absolutamente curioso do qual nenhum de vocês tem a menor idéia do que seja. Eu perguntaria a todos vocês se sabem quanto custa per capita em São Paulo a coleta de lixo e destino final. Por mês. Ninguém sabe? Evidentemente que qualquer que fosse o número vocês não iriam acertar. Custa três reais per capita, três reais per capita em São Paulo a coleta de lixo e destino final do trabalho praticado na cidade de São Paulo. Quanto custa a luz? Quanto custa o gás? Quanto custa o esgoto ou quanto custa o telefone? Alguém? Então, é absolutamente impraticável e a partir daí, Senador Valter, e o Carlos colocou um problema em que há uma necessidade premente, urgente de que os nossos

cinco mil e tantos Municípios pratiquem isso através de uma taxa de tarifa, ou seja lá como for, através de IPTU, para que a coisa possa ser consignada e feita, porque do contrário é impraticável. Nós temos inclusive casos terríveis porque não só isso que acontece. É o fato dos Prefeitos deixarem de nos pagar também. Nós ficamos três, quatro cinco meses às vezes sem receber porque não tem dinheiro. E não tem dinheiro, por quê? Porque não tem dinheiro. Porque ele não tem um tipo de arrecadação em que possa fazer com que esse serviço seja praticado com decência e com as técnicas que a gente sabe quais são sem nenhum problema. As técnicas de operação, de realização, nós sabemos perfeitamente como tem que ser feitas. Só não são feitas porque não há dinheiro para pagar. Esse é o único problema.

Eu não vou me estender mais dentro desse assunto porque eu acho que o mais importante é com relação à 11.445, Carlinhos, que eu queria que você colocasse o nosso posicionamento inclusive no primeiro momento da lei do saneamento quando aconteceu aquela possibilidade de todas as Prefeituras não terem ou terem que parar imediatamente o seu trabalho.

SR. CARLOS SILVA: Só para continuar, complementar a resposta do Dr. Alberto Bianchini, respondendo as questões do nobre Senador Delcídio Amaral, o projeto que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional de Política Nacional de Resíduos Sólidos que foi mencionado pelo Secretário Luciano Zica, nós, da mesma forma que o CEMPRE, também não tivemos conhecimento do texto. Tivemos algumas noções através de seminários ou congressos em que representantes da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente fizeram apresentação de algumas linhas gerais do projeto, mas os seus termos não temos conhecimento. O projeto que está na Câmara aprovado pela Comissão especial oriundo do PL 203 que saiu do Senado e pronto para ser votado em Plenário depois de 15 anos de tramitação, nós tivemos também participação bastante intensiva e vemos que alguns interesses que vieram obstaculizar a votação e aprovação deste projeto que só lembrando chegou praticamente ao mesmo estágio, só não foi aprovado na Comissão, à época em que o Relator na Comissão Especial era o Deputado Emerson Kapaz, que também várias discussões foram travadas, um projeto um texto de substitutivo foi apresentado à época do Deputado Emerson Kapaz não foi aprovado na Comissão. Agora foi aprovado na Comissão e está pronto para ser votado em Plenário então após isso retornar ao Senado, mas por algum motivo não foi encaminhado.

E com relação à Política Nacional de Saneamento a Lei 11.445 de janeiro que incluiu os resíduos sólidos no bojo do saneamento básico, nós vemos como muito positiva a integração das áreas do saneamento. Porém, vemos com algumas preocupações a lei que condiciona a validade dos contratos de serviços de saneamento ao preenchimento de alguns requisitos. Dentre eles a existência de um plano de saneamento básico, a existência de normas de regulação, a existência de uma entidade de regulação e o porquê dessa nossa preocupação? Como a lei está em vigor desde 22 de fevereiro de 2007 e nós temos conhecimento que a grandíssima maioria, senão todos os municípios brasileiros não contemplam esses requisitos, não tem um plano de saneamento porque até então não era exigido um plano de saneamento, não tem agência reguladora porque até então não era exigida uma agência reguladora, e a vista dessa disposição legal da Lei 11.445 esses contratos que têm por objeto a prestação de serviços de saneamento não são válidos perante a lei. E isso poderia ensejar uma enxurrada de processos na justiça questionando a validade desses contratos porque não estão válidos perante a lei de saneamento. E isso nos causa preocupação porque como eu apresentei num dos nossos slides 66,5% dos serviços de coleta de resíduos no Brasil são feitos através de contratos com empresas privadas. Se amanhã esses contratos são declarados inválidos, nós não teremos serviços de coleta de resíduos. E aí nós ficamos, como se diz coloquialmente, num beco sem saída porque é um serviço essencial que não pode ser suspenso. Porém o contrato não é válido porque a lei assim o determina.

Então isso nós estamos participando junto ao Ministério das Cidades da elaboração de um Decreto de regulamentação a essa lei que esperamos saia com a maior brevidade possível para que este ponto nevrálgico seja solucionado. E uma outra questão que causa preocupação na lei de saneamento é da preferência que é dada às companhias estaduais de saneamento para prestarem os serviços também de resíduos sólidos. Nós vemos isso com grande preocupação porque essas companhias estaduais estão sim avançando nesse setor e absorvendo, retirando e acabando com os empregos, com as empresas e com os serviços e empregos das empresas privadas de limpeza urbana, com as empresas municipais de saneamento e com a própria questão dos trabalhos feitos pelas cooperativas de catadores porque eles absorvem a cadeia completa. Então é um outro ponto que nós vemos com alguma ressalva que esperamos que na Política Nacional de Resíduos venha ser de alguma forma dirimida essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Carlos. Eu quero perguntar aqui à Mesa se alguém pretende fazer mais... Quer fazer mais algum comentário.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Gostaria de fazer um comentário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Severino novamente. O Severino vai... Severino, você falou que a carga tributária que dificulta significativamente a formação das cooperativas, e a captação de recursos que poderia por sua vez modernizar o sistema de coleta com a aquisição de veículos mais leves, mais eficientes para humanizar esse serviço. E me chega até as mãos aqui uma literatura de um triciclo agrícola a diesel que seria um veículo interessante para fazer esse tipo de coleta. Certamente os representantes das empresas estão aqui esperando que faça o comercial delas. Mas não vou fazer o comercial da empresa, só falar sobre o veículo. Mas de qualquer forma, o que eu gostaria de sugerir é que fizesse uma planilha do que existe hoje de óbices tributários, naquilo que pode onerar e do que vocês imaginariam que fosse o ideal para que uma cooperativa pudesse ser a mais universal possível e mandasse para a Comissão. Talvez no Relatório pudesse até ser útil para aproveitar essa crítica que você fez que eu acho que é muito pertinente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Senador Valter. E eu passo a palavra à nossa diretora do GDF, Fátima.

SRA. FÁTIMA CÔ: Boa noite. Eu sou Fátima Cô, estou como Diretora Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, e eu também queria aproveitar realmente essa oportunidade já que estamos na Comissão de Econômica, é porque eu acho que a lei, tudo que tem hoje, o CONAMA, tudo que está regendo sobre a questão do resíduo sólidos ele é muito na base da obrigação, da punidade, e acho que a gente está precisando realmente de incentivos fiscais que não recaia aí a questão dos impostos como se fosse uma matéria-prima. Acho que isso é que a gente tem que buscar. Por exemplo, essa questão aí do triciclo nós estamos aplicando aqui a nível de DF, nós não somos da empresa, até a gente esconde essa marquinha quando apresentamos na televisão, na mídia, porque vamos dizer, isso tem um custo de 18 mil, se fosse no mercado comum, se houvesse um incentivo para os catadores, para as cooperativas, isso cairia bastante. Como tem para os taxistas, como tem para os deficientes físicos. E está tendo uma aceitação muito grande. Por exemplo, nós estamos conversando com a CENTCOOP, que é a central das 15 cooperati-

vas que nós temos aqui no Distrito Federal, e eles já têm uma verba da fundação do Banco do Brasil para comprar dois caminhões e eles estão optando para fazer a substituição das carroças a nível de DF que a gente tem a proibição de circular aqui no Plano Piloto de trocar isso por 12 triciclos.

Então eu acho que é isso, aquela coisa de estar dentro dos nossos planos, trazer um pólo de reciclagem para o Distrito Federal, porque a gente aqui não tem indústria e a indústria, eu acho que esse tipo de empreendimentos que viriam para esse pólo de reciclagem ajudaria, são empreendimentos que a gente tem que até facilitar o licenciamento disso que hoje é um entrave, nós estamos com um entrave imenso de conseguir o licenciamento do nosso centro de triagem. Então esses tipos de incentivos é que acho que tem que acontecer. Essas coisas assim, quer dizer, hoje a nossa reciclagem, todos nossos produtos, que é pouco, a gente não consegue reciclar nem 5% está tudo indo para Goiás. E quando paga, paga imposto como se fosse... A gente não quer. Vieram a mim falar: Fátima, facilita e vê se consegue para ver se não paga tanto imposto. Eu falei: Não, eu não vou partir por aí porque eu quero que não saia daqui do Distrito Federal. E para isso a gente tem que incentivar. Porque eu acho que é por aí, essa demanda, que a gente vai, viu Severino, facilitar a questão, eliminar o atravessador, o intermediário, quando a gente conseguir que... por que é que eles estão, na maioria dos catadores hoje estão da mão do intermediários? Porque não tem transporte para levar, para entregar aonde. Então começar uma demanda, um mercado, exigir que o lixo em vez de ser descartado seja procurado, se a gente colocar um grande pólo de reciclagem, é nossos planos estar colocando junto do nosso novo aterro sanitário, eu acho que o lixo em vez de ser descartado, rejeitado, sei lá como essa sensação ainda que muito acontece, e ele passa a ser procurado, aí sim nós vamos estar realmente fechando o ciclo da coisa.

Aqui no Distrito Federal nós temos uma situação atípica, como foi colocado pelo Prof. Sabetai, que a gente tem 50 mil toneladas/mês de lixo domiciliar, para 150 mil toneladas/mês de lixo de entulho da construção civil. Isso por quê? A cidade nova, que a única indústria que nós temos é realmente da construção civil, é o que movimenta aqui. Então prioridade 00 que nós estamos atacando: É trazer Parcerias Público-Privadas para que haja usinas de reciclagem da construção civil de modo que a construção civil a gente sabe desde a hora que ela limpa o terreno ela já está criando impacto no meio ambiente. Nada mais correto do que reintroduzir todo

esse material, todo esse entulho que sobra da obra para o ciclo produtivo da construção civil. Ele vai retornar, nós vamos deixar de usar cascalho, nós temos duas empresas a nível de Governo que é NOVACAP e DR(F) que hoje é quem faz todas as vias do Distrito Federal, nós estamos criando legislação que permita, que obrigue, aí nesse caso a gente vai até obrigar, e incentivar também que as empresas que utilizarem esse material reciclado eles terão um desconto ou até um custo mais barato. Mesmo que a gente cubra início esse custo. Então acho que a gente tem que pensar. Eu fico preocupada, Senador, de estar uma lei hibernada como de 15 anos e vem ainda dizer coisas a se fazer de coisas que já estão acontecendo. Então vamos ter o cuidado de avançar para não esperar mais 15 anos para estar aí. Acho que hoje a responsabilidade nossa a nível de Governo, a nível de cidadão, é reciclar. Limpar é uma obrigação. Isso é obrigação. Então nós temos que ver duas coisas a ser atacada em todos esses marcos regulatórios. É a questão de realmente haver uma educação para quem gera, tem uma linha aqui. Aqui tem que focar os geradores, e aqui, digamos, os operadores. Então, não pode mais enterrar lixo. Isso é fora de moda. Então acho que tem que estar muito focado nisso e eu só queria estar externando essa minha opinião em função disso. Que não se esqueça, que fortaleçam a questão da reciclagem. Severino, notícia boa, nós estamos seguindo caminho de Diadema, vamos estar fechando a nossa coleta seletiva, já tiramos, era terceirizado, aproveitamos que o contrato venceu e estamos fazendo a nossa terceirização já a parte enquanto moldamos o nosso modelo com as cooperativas de catadores que a gente já conta aqui no Distrito Federal com 15 cooperativas organizadas. Ainda não estão funcionando, digamos, como cooperativas, porque essa é uma dificuldade que a gente tem. Estão organizados, mas ainda têm o espírito ainda muito individual, tem aquela complicação: esse resíduo é meu, essa cata é minha, então isso que a gente está também fomentando mais esse espírito de cooperativismo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Obrigado, Dr^a. Fátima Có. Se ninguém mais tem nenhum comentário, que são 21h04 minutos. Quero agradecer a todos os expositores, quero dizer que semana que vem temos aqui uma agenda sobre Parcerias Público-Privadas e quero agradecer mais uma vez a atenção de todos, muito obrigado e uma boa noite.

Sessão encerrada às 21h05.

Ata da 14ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de setembro, de 2007, às 18:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezoito horas e quarenta e oito minutos do dia dez de setembro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Valdir Raupp e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Mesa registra a presença do Sr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Mineração, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Fernando Mendes Valverde, Diretor-Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil – ANEPAC; o Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; o Sr. Cláudio Scliar, Secretário da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; e o Exmo. Sr. Waldir Silva Salvador de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG (Prefeito de Itabirito). Após a exposição dos referidos convidados, usa da palavra, ainda, o Sr. Miguel Antonio Cedraz Nery. Usam da palavra para interpelar os convidados o Senador Garibaldi Alves Filho e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião da Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Le-

gislative Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 10 de setembro de 2007, às 18h30, na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. O Senador Garibaldi também já tomou conhecimento. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata já preparada pela nossa Assessoria. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria de só registrar que nós teremos no dia 17/09, portanto, segunda-feira que vem, uma Audiência Pública sobre vigilância sanitária. Estão convidados o Diretor-Presidente da ANVISA, Dirceu Raposo de Mello, o Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, CONAS, Dr. Luis Milton Veloso Costa, Secretário-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, CMED. O Dr. Edmundo Klotz, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, CNI, no Conselho Consultivo da ANVISA. Foi feito também um convite para o Presidente da CNC que indicará representante Antônio Oliveira Santos, Confederação Nacional do Comércio no Conselho Consultivo da ANVISA e Ana Lúcia Mendes Mello, Presidente da Ação Direta de Vigilância em Saúde no Brasil, VISBRASIL.

E no dia 24/09, a última reunião da Subcomissão o setor abordado será comunicação social, com a presença da Drª. Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Ara Apkarian Minasian, Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, o Dr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, Dr. Amílcar Dallevo Junior, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores, ABRA, Vinícius Artur de Lima, pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política, NEMP da Universidade de Brasília, e Dr. Celso Augusto Schroeder, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Informação, FNDC.

Quero registrar que nós entregaremos o Relatório dessa Subcomissão no dia 29. É o nosso prazo limite para que ele venha a ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Portanto, a pauta de hoje é Audiência Pública a fim de debater a questão dos marcos regulatórios com enfoque na área de mineração em atendimento à deliberação da Subcomissão. Os convidados, o Dr. Fernando Mendes Valverde, Diretor Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores e Agregados para a Construção Civil, ANEPAC, representando o Sr.

Eduardo Rodriguez Machado Luz, Presidente da ANEPAC. Eu gostaria, se o Dr. Fernando estiver presente, já viesse aqui fazer parte da nossa Mesa. Seja bem-vindo, Dr. Fernando. Quero passar a palavra também... Aliás, quero convidar para vir fazer parte da Mesa o Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM. Quero convidar também o Dr. Waldir Silva Salvador de Oliveira, Diretor Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, AMIG, Prefeito de Itabirito. Aqui presente também. E o Dr. Cláudio Scliar, Secretário da Secretaria de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. Eu vou passar a palavra na ordem...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, se V.Exª me permite, eu queria registrar a presença aqui do Dr. Miguel Nery, que é Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral. Na verdade, ele não consta da relação dos nossos convidados, talvez tenha sido até uma omissão minha, mas eu queria dizer, agradecer a presença dele porque ele se dispôs a colaborar com a nossa Audiência Pública na tarde de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado Senador Garibaldi. E eu vou passar a palavra para cada um dos expositores na sequência em que eu os convidei aqui para fazerem parte da Mesa Diretora dos trabalhos.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Fernando Mendes Valverde, Diretor Executivo da Associação Nacional das Entidades e Produtores de Agregados para a Construção Civil, ANEPAC, representando o Sr. Eduardo Rodriguez Machado Luz, Presidente da ANEPAC. Aqui normalmente nós vamos, Dr. Fernando, aqui nós temos um limite de tempo, normalmente 20 minutos. Mas também se for necessário um tempo maior ou se V.Sª entender que num tempo menor pode fazer a exposição com tranquilidade, nós temos liberdade absoluta aqui para trabalhar no tempo e cada um expositor ter as condições necessárias de colocar aquelas questões que julgue importante, especialmente para o setor mineral.

Eu passo a palavra para o Dr. Fernando Mendes Valverde, que dispõe de 20 minutos.

SR. FERNANDO MENDES VALVERDE: Exmº. Sr. Senador Delcídio Amaral, Senador Garibaldi Alves Filho, eu gostaria de inicialmente agradecer a gentileza do convite para participar dessa reunião e dizer da nossa satisfação em poder colocar em discussão a questão da produção mineral de agregados no Brasil.

Senador, eu preparei uma rápida apresentação em power point, eu gostaria de passar... apresentá-la.

Bom, a nossa apresentação eu dividi a apresentação em cinco itens. Um é introdução, as tendências do setor de agregado no Brasil, os desafios em face aos problemas que são políticos técnicos, os pontos fortes do setor, os pontos fracos, e um resumo do que se pretende fazer em termos de propostas para estabelecimento de marcos regulatórios para o setor. A definição de agregados, é agregados já foi dito o código de mineração chamou de substâncias minerais e aplicação imediata na construção civil, o IBRAM tentou colocar o nome de bens minerais de uso social, comumente eram chamados de materiais para construção, mas hoje já se definem agregado inclusive em nível mundial que são produtos que ou se misturam ou se misturam ao cimento para formar o concreto usinado ou se mistura ao asfalto para produzir o concreto asfálticos. Em termos de característica, são produtos que são utilizados pela sociedade em grandes volumes e possuem uma baixa relação para esse volume. Portanto a logística é um dos fatores mais importantes. Quer dizer, o transporte, cerca de dois terços do custo de areia e pedra britada a devido aos transportes. A importância dos agregados é bastante evidente, eles são vitais para a melhoria da qualidade de vida da população. Em termos de participação, por exemplo, no concreto que hoje é considerado o produto industrial, um dos produtos depois da água o produto industrial mais consumido no mundo, em termos de volume areia e brita participa com 80% e o cimento 10%. Água aditivo em torno de 8%. Já em valor brita e areia participa com mais ou menos 20% do valor e o cimento já passa para 50%.

A importância pode-se ver nos índices de consumo que nós temos. Alta construção, por exemplo, de 35 metros quadrados consome-se 21 toneladas de agregados. Numa habitação popular 50, 68 toneladas e nós vamos descendo para andar um pouco mais rápido, pavimentação urbana para cada quilômetro com largura de 10 metros consomem-se duas mil toneladas de agregados. Uma estrada pavimentada de um quilômetro 9 mil e 800 toneladas, para manter ruas 100 toneladas por quilômetro, estradas 3 mil toneladas por quilômetro e o metrô de São Paulo para cada quilômetro consome 50 mil toneladas de agregado incluindo aí obras de arte. A diferença de nível de vida entre os habitantes de países desenvolvidos e o Brasil e do Brasil é evidente. Uma medida dessa diferença é o consumo de agregados para a construção. A produção americana de agregados, areia e pedra britada somada está hoje na ordem de 2 bilhões e 700 milhões de toneladas. A União Européia com 3 bilhões e 100 milhões de toneladas e o Brasil torno de 400 milhões de toneladas. Isso dá um consumo per capita nos Estados Unidos

de 10 toneladas por habitante, a União Européia em torno de 8 e o Brasil 2. Eu diria que 2 toneladas por habitante de consumo de agregado no nosso caso não é nem um número pequeno, é um número que chega às raízes da indecência. Extremamente, basta ver a nossa carência de infra-estrutura de hospitais, de escolas, de habitação e tudo mais que utiliza areia e brita e que são cuja areia, cujos esses produtos são fundamentais para sanar essa deficiência. Em termos de consumo per capita no Brasil, São Paulo é muito voltado para o PIB estadual, São Paulo 3.5 toneladas por habitante, além disso é muito pouco em relação aos países desenvolvidos, a Bahia com 1,5, Minas Gerais, até Santa Catarina com 3,5. Varia muito de Estado para Estado. O próximo.

Em termos de estrutura da mineração de agregados a produção de agregados no Brasil foi em torno, segundo o DNPM de 327 milhões de tonelada, 2.1 é o consumo per capita. Nós temos 2 mil, 450 empresas sendo 2 mil produtoras de areia e 450 de brita. Vou pular a origem e tamanho desses... Em termos de emprego 65 mil pessoas diretamente, em termos de valor, 3 bilhões e 693 milhões de reais. Esse é o tamanho de negócio agregados no Brasil.

Para mostrar numa moderna sociedade industrial a importância desse produto nós temos esse gráfico nos Estados Unidos, mostra a produção atual e projeções para até 2020, as duas primeiras inflexões foram as duas primeiras guerras mundiais, em 1970 a outra inflexão foi à crise do petróleo, a crise nos Estados Unidos e passou depois um crescimento contínuo e estável em que nos últimos 25 anos do século passado no Estados Unidos consumiu-se areia e brita para todo o século. Em relação aos outros produtos minerais, no mesmo Estados Unidos, os metais em termos de volume representam 1.7%, os agregados 65%, minerais industriais 7,5% e o carvão 5%. A produção mundial de agregados hoje está em torno de 17,5 bilhões de toneladas. A China é o maior consumidor com 4,5 bilhões. Depois a União Européia com 3 bilhões e 100 milhões, os Estados Unidos com 2,5 bilhões, o Brasil com 400 milhões, o Canadá com 450 milhões, a Rússia 650 milhões, Japão 700 milhões e os demais países 5 bilhões e 375 milhões.

Principais mercados. No Brasil. São Paulo participa com 40%, Rio de Janeiro 9, Minas Gerais 11, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com mais ou menos 10%, 14%, os demais Estados com 25%. Em termos de produção de 1997 até 2004, há uma curva mais ou menos constante e mostra que nos últimos 10 anos não houve grandes obras no Brasil e a construção civil mesmo de infra-estrutura foi muito prejudicada a não ser em 2001 parece que foi, coincide quando o Brasil

atingiu 4% do PIB na saída do Governo Fernando Henrique, depois voltou a cair e agora há uma tendência de aumento. Essa produção de 2005 de 397 milhões foge um pouco dos padrões porque o DNPM adaptou a um estudo de interação junto com o consumo de cimento aos quais a gente precisa analisar melhor.

Em termos de tendência de cenário mundial há fortes estratégicos de concentração, aparecimento de novos materiais substitutos(F) de reciclagem, centros de distribuição nas principais regiões metropolitanas, locais onde os agregados chegam para serem depois comercializados, nos Estados Unidos já existe 150 centros, alto potencial de crescimento. No cenário nacional há também movimento estratégico de concentração, alto potencial de crescimento habitação e infra-estrutura, a nossa demanda reprimida está em torno de 8 toneladas por habitante que é a diferença comparativa com os países desenvolvidos, e há um grande aumento na competitividade entre as empresas.

Operações no cenário mundial, as operações de britagem entendendo a móvel para menor tempo e menor custo até de 4.500 toneladas a hora. Aumento no porte das operações, maior produção de brita em relação a areia e automação está bastante forte a adequação para automação. No cenário nacional uma crescente produção de brita em relação a areia, maiores mercados, arbitragens estão no limite de 70 mil toneladas mês, por exemplo, na região metropolitana, São Paulo ninguém produz menos que 70 mil toneladas mês o que seria antieconômico. Automação já tem três empresas totalmente automatizadas no Brasil e há uma exigência cada vez maior de qualidade. Para brita, por exemplo, não basta hoje produzir somente brita. Tem que se produzir brita com qualidade e nós tivemos, temos vários exemplos aí que essa questão é muito importante.

Meio ambiente. Regulamentações cada vez mais rígidas. Isso não é só para o nosso setor. Restrições locais, lei de zoneamento municipal, Plano Diretores Municipais restringindo as operações, expansão urbana com ocupação desordenada é um grande problema e aumento das restrições por pressões de comunidades. Em termos político, planejamento. Este é o maior problema do setor. A necessidade de se planejar atividade é fundamental para a sobrevivência da atividade. Não para a sobrevivência da atividade que areia e brita nunca vai faltar. Mas a que preço virá para a sociedade que é o grande problema.

Então, há necessidade de uma política contínua de avaliação de recursos. O Governo tem que implantar um Programa Nacional de avaliação, um programa que seja duradouro, que venha através de lei para que todas as regiões críticas do Brasil sejam avaliadas

em termos de potencial. Porque esses recursos estão dentro das cidades e para que isso o Governo articule a preservação dos recursos para as gerações futuras da forma que está hoje é uma coisa completamente, é um absurdo. O maior exemplo é de São Paulo que começou isso há muito tempo, nós estamos trazendo areia de 200 quilômetros por caminhão na Dutra. Areia que se produz, a areia produto industrial mais... é o menor custo do mundo. Não há produto industrial que custe oito ou nove reais uma tonelada. E está chegando a 45 em São Paulo. Então o transporte nós não podemos mais transportar areia, ficar passeando com caminhão de areias nas estradas brasileiras. São 400 milhões de toneladas que são produzidas e essas 400 milhões de toneladas têm que ser movimentadas. E só por caminhão. Daí a necessidade de o Governo entrar e intervir com leis bastante claras e objetivas visando fundamentalmente à preservação desses recursos para as gerações futuras.

Então, fazer uma política contínua de avaliação de recursos isso feito por lei. O zoneamento mineral e as diretrizes do zoneamento deve ser incorporado aos planos diretores de mineração, deve ser feito uma profunda articulação junto às Prefeituras para ver onde pode, onde não pode, situações intermediárias. Destinação de áreas para garantia, quer dizer, demarcar, criar distritos para exploração de areia e brita o mais próximo possível da comunidade, definição de uso futuro do espaço criado. Ver o que faz com isso, vou mostrar fotos mais na frente, e disciplinar a ocupação do entorno das áreas já em existência, principalmente as pedreiras. Uma legislação mineral, portanto, que seja adequada a isso e a ambiental também. Os desafios técnicos em termos de brita é a qualidade sob o ponto de vista do cliente para atender a produção de concreto pré-fabricado argamassa e pavimentação que são os setores de... Consumidores. Areia treinamento porque o pessoal tem baixo nível de escolaridade, utilização, treinamento para utilizar equipamento dimensionar equipamento, formar técnicos, tudo isso vai inclusive ajudar a preservação ambiental. E qualidade do produto. O pessoal não tem acesso a laboratórios. Para os agregados nós já temos dois trabalhos sendo desenvolvidos com o Ministério de Minas e Energia, por sinal foi refeito agora o nosso manual de agregados, recursos para o desenvolvimento do manual de agregados, nós vamos começar a desenvolver esse tema que é muito importante porque pedra 1 em São Paulo tem um tamanho, pedra 1 em Minas Gerais outro tamanho. Nós precisamos de um manual. Todo setor tem que ter o seu manual. Principalmente quando o setor é técnico. E criar também o núcleo de desenvolvimento tecnológico para ensaios, processos e aplicação. Esse

núcleo evidentemente tem que ser com a participação bastante do setor produtivo.

Pontos fortes do setor. Reservas são abundantes. Nós temos além do calcário 60% do arcabouço geológico do Brasil é granito. Distribuição uniforme das jazidas por quase todos os Municípios. Excelente qualidade desses produtos, as maiores empresas do setor trabalham com alta tecnologia, existe uma alta demanda reprimida, consome-se 10 toneladas nos Estados Unidos e não estamos chegando a dois. Existem oito toneladas que nós consideramos como potencial de crescimento. Mais dia, menos dia, nós vamos precisar dessas oito toneladas por habitante. E diversas possibilidades de utilização posteriores das alas que vou mostrar em fotos.

Pontos fracos. Aí vem o rosário. A inexistência de planejamento, como eu coloquei, há uma urbanização crescente que está esterilizando o depósito, existem grandes depósitos que nós fizemos trabalho com a CPRM na década de 80 na região metropolitana de São Paulo, cerca de seis bilhões de toneladas de areia que perdemos por falta de planejamento. Isso está provocando incerteza nos investimentos do setor, o minerador passa a ter visão de curto prazo, passa a perder outros tipos de cuidados ambientais, cuidados com a comunidade e a imagem pública do setor, a percepção da sociedade com atividade passa a não ser das melhores possíveis.

As restrições ambientais crescentes, cada vez mais difícil obter ou renovar licenças, excesso de carga tributária, não tributação como o Prefeito me corrigiu hoje. Isso leva a uma alta informalidade e com ações empresas organizada uma concorrência desleal. Baixo valor dos produtos, excesso de burocracia, os órgãos públicos nos três níveis enfatizam mais normas e processos em prejuízo de resultados, um emaranhado legislativo e normativo muito grande, multiplicidade de órgãos com pareceres e atitudes conflitantes. Normas técnicas ainda em execução nós temos diversas normas que precisam ser feitas para mineração de agregados, reduzir a qualificação de pessoal, alta suscetibilidade a injunções políticas, evidentemente porque é uma mineração que atua no ambiente mais drástico possível que é o ambiente urbano, fornecimento de insumos oligopolizados, grande parte dos insumos e logística. O sistema não é eficiente na distribuição nas regiões metropolitanas. E uma ausência de política estadual de agregados. Os Estados estão praticamente com uma ou outra exceção, ausentes da política de agregados que eu poderia até comentar sobre isso mais para frente.

Em termos de marcos regulatórios, as premissas. Produtos absolutamente indispensáveis e praticamente

insubstituíveis. A reciclagem nunca vai ter reciclagem para substituir a quantidade de areia e pedra britada natural. Porque é uma pequena porcentagem disso que vai ser atendido. A mesma coisa escória de alto forno, pneus e tudo mais. O consumo per capita mostra uma enorme demanda reprimida. O que se observa hoje é um paradoxo. Ou seja, a sociedade cada vez mais precisando de areia e pedra britada e ao mesmo tempo ela não criando condições para que isso seja feito. As áreas, portanto, se afastam dos centros de consumo com encarecimento do produto. As Prefeituras criam leis cerceadoras da atividade, um exemplo São José dos Campos que é proibido extrair areia no Município de São José dos Campos. A areia tem que vir de Jacareí, tem que vir de Tremembé, de algum lugar tem que vir. Não se produz areia, não se quer mineração de areia em São José dos Campos, mas fazem toda força possível para ter a EMBRAER, por exemplo. Isso tem que ser bastante pesado, a sociedade tem que entender a importância vital desses produtos. Que ações que poderiam ser feitas? Uma ação já está sendo desenvolvida, que é a Portaria... fruto da Portaria nº. 249 da Ministra Dilma de 28 de outubro de 2004 que ela estabeleceu... Ela determinou a elaboração do Plano Nacional de Agregados que o Cláudio Scliar poderá, ele como coordenador pode tecer maiores comentários sobre esse plano. Uma proposta, criação por lei de um Programa Nacional de Aproveitamento de Agregados. Com o objetivo de garantir para a sociedade o suprimento futuro, contínuo e homogêneo de agregados com a inclusão da atividade dentro de um ordenamento territorial com os demais tipos de uso do solo. Essa inclusão deve prever que deve ser dada prioridade à extração mineral com uso de solo predominante em áreas onde haja recursos importantes areia ou rochas para briga.

Há metas depois com o plano nacional, com o programa de investigação de se fazer inventário é chegar na lei nacional, uma lei nacional de agregados. Quer dizer, já obrigando os órgãos de planejamento e de gerenciamento de recursos a levar em conta a disponibilidade de recursos de agregados para atender as necessidades futuras locais ou regionais. Eu... os outros, as outras propostas giram em torno de identificar e proteger todas as casas, estabelecer política para permitir outros usos sobre as áreas dos recursos que estão sendo protegidos. Quer dizer, não colocar população, não colocar conjuntos habitacionais ao lado de uma pedreira, colocar terminais, outras coisas que são possíveis. Tudo isso tem que ser articulado junto com as Prefeituras. E obrigar a reabilitação da área para um uso posterior compatível com uso de solo de longo termo permitido pelos planos diretores municipais.

pais ou regionais. Quer dizer, o que a gente conchama aqui é que se organize essa atividade. Através de um planejamento. Isso é um resumo. O plano nacional que está sendo desenvolvido, o gol, o objetivo central está em vermelho que é garantir em condições seguras e estáveis a preços compatíveis, o abastecimento futuro de agregados para o País. Para isso nós precisamos fazer o ordenamento territorial, nós temos que fazer uma adequação tributária ambiental e mineral, melhorar a imagem... Isso vai melhorar a imagem pública do setor e ações também para melhorar a imagem pública e paralelamente fazer com que o setor também evolua em termos de tecnologia. Rapidamente vou fazer algumas fotos, mostrar os problemas do setor, e isso é uma pedreira normalmente quando aparece o nascimento de uma pedreira, vamos dizer. Não há nada em volta e tal. E essa é a morte dela. Ela foi colocada numa área normalmente onde não tem população, a população circunda, no caso aí essa pedreira foi instalada na região leste de São Paulo em 1896, uma das primeiras pedreiras, pedreira Itaquera, a urbanização segurou, fechou a pedreira, até 1900 e... Meados de... Final de 80 começo de 90 ela ainda funcionava. Foi feita uma proteção com a parte do lado direito da população ela diminuiu a produção, diminuiu o fogo, ela conseguiu abastecer toda essa área. Mas aí vem o Governo que devia proteger e colocou nessa parte de baixo aqui um conjunto habitacional, aí decretou a morte da pedreira. Essa parte do lado de cá. E a parte da de cima que é o terminal do metrô. (soa a campainha)

Essa área ela foi negociada com a Prefeitura, se transformou num depósito de resíduo inerte da construção, essa parte final do fechamento da cava, está sendo construído um shopping center em cima dela. Essa é uma outra pedreira também. Do lado direito um conjunto habitacional da Prefeitura e do lado esquerdo um conjunto habitacional do Governo do Estado. Situação muito simples, uma mineração dentro da grande São Paulo, uma mineração está sendo englobada pela urbanização. Essa pode pular.

Eu gostaria de fazer aqui um registro que a Prefeitura Marta Suplicy no Plano Diretor do Município ela reconheceu, isso é importante para nós porque foi a Prefeitura de São Paulo forma opinião nesse aspecto, ela reconheceu a importância da mineração. E no art. 169 ela definiu zonas onde a mineração em manter e promover atividades agrícolas e de extração mineral. Por sorte não foi proibido.

Isso é uma área totalmente devastada por produção de areia, mas que foi, ela foi recuperada. Hoje é uma área de lazer nas cercanias de Curitiba. Isso é bastante conhecido, uma pedreira que virou a ópera de arame no Parque das Pereiras em Curitiba. A raia olímpica na

Cidade Universitária eram antigos portos de areia que serviu para a Cidade Universitária, para o bairro ali de Jardim Bonfiglioli da Cidade Universitária.

Isso aí é a percepção que a sociedade tem da... Mais ou menos bastante comum isso. Um dos diretores de uma empresa da maior... Um dos maiores grupos de produção de brita de São Paulo recebeu daquele gordo da televisão um ofício pedindo para que ele desse uma entrevista que ele queria fazer uma reportagem numa explosão pedra caindo acima dele. Então ele queria conviver para ver como vivem as pessoas que vivem de destruir coisas. Quer dizer, a imagem que a percepção da sociedade é que os mineradores vivem de destruir coisas. E por último que é essa é um transporte de areia no Rio Sena, próximo e último, a mineração no Rio Sena para desassorear o rio e manter a cidade de Paris. Eu coloquei essa foto para mostrar que é perfeitamente possível a convivência entre a mineração de agregados e a cidade, e isso é feito na mais bela cidade do mundo. Era isso e muito obrigado, Senador. Delcídio Amaral.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dando continuidade à nossa Audiência Pública sobre a indústria da mineração, eu tenho a satisfação de convidar para usar a palavra na ausência temporária aqui do Presidente Delcídio Amaral, convidar o Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, que é Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM. Portanto, com a palavra o Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM, Dr. Paulo Camillo.

SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA: Boa noite a todos, eu gostaria de saudar o Relator dessa Comissão, Senador Garibaldi Alves, o Presidente da Comissão que está ausente, o Senador Delcídio Amaral, saudar os integrantes da Mesa, Fernando Valverde, Waldir Salvador, professor Sciliar, dizer que é uma alegria para o Instituto Brasileiro de Mineração poder estar aqui contribuindo para os trabalhos do Senado Federal em especial para essa Comissão. Saudar os presentes, amigos do DNPM, da Secretaria de Geologia e mineração.

O setor de mineração contribuiu em 2006 com cerca de 5% do PIB, 53 milhões de dólares, e é de um PIB de um bilhão e 70 trilhões(F) de dólares. Nossa projeção para 2007 é de um crescimento entre 6,5 e 7%. O setor mineral gera 131 mil empregos diretos e é um forte indutor de mão-de-obra para cada... ao longo da cadeia produtiva. Então para cada emprego gerado na mineração são gerados 13 outros ao longo da cadeia produtiva. Um para trás na infra-estrutura e duas

a seguir. Então são cerca de dois milhões de empregos indiretos que são gerados a partir da mineração. Isso resulta também o setor mineral é o protagonista hoje do comércio exterior brasileiro. 36% do saldo da balança comercial advém da mineração excluindo petróleo e gás. Com a inclusão do petróleo e gás nós caímos para 22%. E 11 bilhões de dólares. Com a exclusão nós temos 17 bilhões de dólares e 36% do saldo da balança comercial.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, a mineração onde há atividade mineral nos Municípios a média do IDH desses Municípios é sempre muito acima do IDH dos Estados, em função da geração de níveis de renda, de uma base tributável maior, de uma escolaridade também superior, saúde, entre outros. Um dos atributos da mineração é que ele é um elo articulador com setores chaves da economia que tem grande capacidade de geração de renda, de emprego, de tributos e excedentes exportáveis. Isso se dá na construção civil, na siderurgia, na metalurgia, na indústria automobilística, por exemplo. Esses são alguns exemplos dos efeitos multiplicadores para trás de um projeto de mineração. Então num projeto de mineração na região onde ele se localiza ele tem, a mineração contribui com materiais de construção, combustíveis e pneus, logísticas e transporte. Como efeitos indiretos nós temos os serviços de alimentação e segurança, serviços de abastecimento, serviços de manutenção entre outros. Num projeto de mineração, por exemplo, como minério de ferro ele gera para frente produtos laminados de ferro, produtos fundidos de ferro, metalurgia de produtos ferrosos, entre outros. Como efeitos indiretos para frente nós temos as peças mecânicas para máquinas, máquinas e equipamentos industriais, máquinas e equipamentos agrícolas.

Em suma, os projetos de mineração contribuem para o desenvolvimento sustentável gerando melhores condições de qualidade de vida, implantação de uma moderna infra-estrutura de logística, de transporte e de comunicação. Este é um quadro que mostra os investimentos um quadro de um estudo feito pelo instituto, dos investimentos entre 2007 e 2011 que são estimados em 28 bilhões de dólares. Esses são os principais investimentos nos minerais.

Então, o mineral com maior investimento será o ferro, seguido do níquel, alumínio, bauxita, alumínio, cobre, ouro, fosfato, zinco e nióbio.

Esse quadro mostra bem os acréscimos de produção. A produção atual, no quadro da produção de 2006 e os acréscimos que serão advindo com esses investimentos. Então da mesma maneira que a gente tem aí um crescimento brutal, chamo atenção não só o crescimento gigantesco de níquel, de ferro, de alumínio,

de bauxita, mas também chamo atenção os números menores do nióbio e do próprio alumínio. O nióbio é porque nós temos hoje 97% da produção mundial do nióbio é feita por uma única empresa CBMN. Então investimentos será menor para continuar controlando o mercado mundial. E no alumínio uma preocupação que é crescimento de apenas 4,36% na medida que a gente sofre, padece do problema da infra-estrutura. Então essa é a razão de termos números tão extremos em alguns minerais e em outros padecemos desse problema de infra-estrutura principalmente no que diz respeito à energia elétrica.

Esses são alguns *highlight*, alguns destaques do setor mineral. O Brasil segundo produtor de minério de ferro, o níquel o próximo metal que o Brasil vai atingir o quarto lugar, são projetos principalmente em Minas Gerais e no Pará. No alumínio os investimentos são grandes e vão consolidar a nossa posição em segundo lugar, poderíamos estar perseguindo já uma posição de primeiro lugar, com algum esforço no aspecto a mais longo prazo. Mas conforme eu já disse, em função do problema de infra-estrutura, nós não conseguimos verticalizar complementemente a nossa produção praticamente parando na alumina. Saímos da bauxita e vamos até alumina. E no cobre, a partir de 2010 com os projetos da Bahia, os projetos de Goiás e projetos do Pará, nós vamos atingir a auto-suficiência.

Bom, marcos legais, e os principais gargalos. Nós chamamos atenção que um dos principais gargalos hoje para o desenvolvimento da atividade mineral diz respeito à criação de unidades de conservação. O problema se detém na falta de comunicação hoje quando se cria unidade de conservação. Principalmente nas áreas de proteção integral. Na criação de unidades de conservação onde você tem a proteção integral, não há necessidade de Audiências Públicas e uma consulta à sociedade. Então efetivamente além de sofrermos um problema de comunicação na criação de unidades de conservação de maneira geral, nesse particular no que diz respeito à proteção integral essa comunicação é quase inexistente. E o que efetivamente ocorre é que não há, quando há criação dessas unidades de conservação uma comunicação ou não se leva em conta as vocações que a região onde está sendo criada unidades de conservação abriga. Então efetivamente o que temos são criações, por exemplo, de parques, de florestas nacionais, entre outros em áreas de grande vocação mineral. Prejudicando efetivamente o desenvolvimento da atividade. Nisso também a gente chama atenção da quase lamentável falta de comunicação que existe hoje entre o próprio Governo. Quer dizer, uma dificuldade que existe de comunicação entre Ministérios, por exemplo, que tem a competência de tra-

tar do tema mineral, Ministério de Minas e Energia, e o Ministério do Meio Ambiente, quer dizer, criação de unidades de conservação, por um lado, e zoneamento econômico com identificação de áreas de grande potencial mineral sem que haja um casamento, uma comunicação efetiva entre esses órgãos. A proposta do IBRAM é de que o Poder legislativo passe agora também na criação dessas unidades de conservação a ser consultado. Ou seja, para que haja a criação de unidades de conservação, seja feito um Projeto de Lei, Projetos de Lei sejam o Poder legislativo passa também a autorizar essa criação na medida em que hoje ele tem a competência de opinar quando há uma regularização, quando há uma modificação das áreas dessas unidades de conservação.

Para os senhores terem idéia de quanto é grave e drástica essa situação, o Parque Nacional do Itatiaia fez 70 anos esse ano e até hoje não há uma regularização fundiária desse parque. Passados 70 anos ainda não foi possível uma regularização efetiva dessas unidades de conservação. Então não há uma prioridade no sentido de uma regularização global, um trabalho de planejamento feito no que diz respeito a unidades de conservação e um efetivo casamento dos interesses da economia e da ecologia nesse País. Competências para o licenciamento ambiental. Passados 19 anos o Congresso Nacional agora está regulamentando o art. 23 da Constituição Federal e esse artigo é muito importante porque ele determina as competências de União, Estado e Município na condição dos processos de licenciamento ambiental. Quer dizer, nós acreditamos que com essa regulamentação o processo de judicialização do licenciamento ambiental pode-se reduzir sobremaneira. Então a proposta do instituto é no sentido de que façamos gestões no sentido de que esse PLP do Executivo que se encontra hoje na Câmara dos Deputados realmente avance e prossiga. Hoje existe uma indefinição nas opções entre impacto e territorialidade. Quer dizer, hoje etc PLP vai definir definitivamente qual vai ser a alternativa sobre o fator determinante, se será sobre o impacto da atividade, ou se é a região onde esse projeto vai atuar.

Essa é uma questão muito interessante que foi a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que criou a figura da compensação ambiental. Assim como a CPMF e a Jabuticaba só tem no Brasil. Não há em nenhum outro lugar no mundo nada parecido com isso. Um duplo ingresso sobre efeitos não mitigáveis em projetos diversos. No que diz respeito ao setor mineração, apenas levando-se em conta de que existe a possibilidade de um piso de 0,5% de um teto de 1%, o setor estaria fadado a uma contribuição de 140 milhões de dólares a 280 milhões de dólares

apenas para esta compensação ambiental. Não dispomos ainda de um teto dessa compensação. E essa é uma grande insegurança que é gerada hoje para os investidores. O Ministério do Meio Ambiente hoje busca um teto de 2%. O que efetivamente só no setor de infra-estrutura, eu fiz uma continha aqui, só no setor de infra-estrutura vai sangrar dos investimentos um bilhão, 360 milhões de reais.

Então, o setor produtivo ingressou com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, mas se formos vencidos, rogamos ao Executivo que ao menos estabeleça que esse teto não passe de 06 ou que chegue ao máximo de 1% desses investimentos.

Esse é um diagnóstico do licenciamento ambiental existente hoje no Brasil. Quer dizer, o modelo de licenciamento ele apresenta flagrantes problemas, os equívocos são muitos, se acumulam fazendo com que toda a população sofra com as consequências. A situação atual propicia um ambiente elevado em segurança jurídica, estimula recorrentemente a utilização de vias judiciais, é a judicialização no processo e o tema urge providências eficazes e imediatas. Na verdade nós temos um modelo de licenciamento ambiental já com 25 anos. Ele precisa ser atualizado e para isso o setor tem algumas propostas. A primeira proposta é de aceleração do processo de instituição de procedimentos mais ágeis, especialmente na consolidação das três licenças. Hoje para você conseguir uma licença ambiental você tem que ir três vezes ao órgão de licenciamento. Para conseguir a licença prévia, a licença de instalação, a licença de operação. É absolutamente possível que você monte um sistema onde você consiga uma única licença. É possível uma simplificação de procedimentos, quer dizer, hoje existem investimentos brutais das empresas no sentido de haver uma certificação das empresas com ISO 9000 que é pela qualidade, 14 mil que é de meio ambiente, e essas empresas hoje são tratadas da mesma maneira que uma empresa que não tem nenhum tipo de qualificação, então um tratamento diferenciado seria extremamente adequado e poderia dar celeridade ao processo de licenciamento.

A racionalização nas avaliações ambientais também é outra questão extremamente importante na medida em que você estabeleça uma região e essa região você determina a vocação dela. Se ela tem uma vocação mineral, se ela tem uma vocação ambiental e para isso o empreendedor já saberia as dificuldades ou qual a celeridade que ele teria no seu processo de licenciamento.

E em último lugar o zoneamento econômico ecológico e uma avaliação ambiental estratégica que são marcos importantes, mas muito pouco aplicados no

Brasil e que contribuiriam efetivamente para um licenciamento ambiental mais moderno em que pese mais pelo planejamento do que pelo comando e controle.

Essa aí é a chamada concorrência desleal, Senador. É o CONAMA legislando juntamente com Senadores, Deputados, eu acho que é uma questão recorrente, todos os senhores conhecem, e há um tremendo desequilíbrio hoje na representação do CONAMA, é um órgão já anacrônico, já sem razão de ser, um desenho antigo, ele se pauta pelo comando e controle. Só para os senhores terem idéia, a representação hoje no CONAMA é de 107 integrantes e o setor produtivo está presente com apenas oito representantes. Quer dizer, a atividade produtiva está presente com apenas oito representantes num sistema já absolutamente ultrapassado. Convivem hoje debaixo do mesmo Ministério um sistema moderno que é o Sistema Nacional de Recursos Hídricos onde há o planejamento participativo, a descentralização das atividades que poderia ser um exemplo para um novo CONAMA que poderia ser redesenhado. Efetivamente é um órgão que é realmente anacrônico e não tem razão de ser da maneira que se coloca hoje.

Setor de agregados, eu acho que o Fernando já falou bastante, nós temos ainda pendente uma questão muito importante, Fernando, eu acho que você não chegou a comentar, é a resolução do CONAMA, Resolução 369/2007 do CONAMA que deu ao setor mineral de forma geral o caráter de utilidade pública, mas alijou o setor de agregados a construção civil esse mesmo tratamento. Existe hoje uma ação no Supremo Tribunal Federal para dar um tratamento isonômico entre o setor mineral que foi, que teve um grande progresso com essa consideração, com esse rótulo de agora de utilidade pública, mas que os setores de agregados, saibro, brita, e mesmo de rochas ornamentais recebam o tratamento adequado como o setor de mineral ou outro setor majoritariamente representado está recebendo. A nossa proposta também é de zonas especiais de extração mineral que poderiam contemplar esse setor de agregados que é tão sensível pela proximidade que ele tem dos centros urbanos. Ele é muito sensível, mas por outro lado ele tem uma grande expertise em comunicar com as comunidades o setor mineral a fora o setor de agregados tem muito a aprender com essa atividade por essa competência que eles têm em conseguir estar se comunicando e estar se inter-relacionando com as comunidades circunvizinhas.

Isso é uma questão muito importante que o Ministério de Minas e Energia vem avançando nela que é o título mineral como garantia real. Quer dizer, por mais que hoje as taxas de juros venham caindo, as empresas têm uma grande dificuldade em obtenção de

crédito. Então ela tem que oferecer algo em garantia. E a proposta do setor é de que o direito minerário seja utilizado como garantia real. Quer dizer, permita as empresas oferecer esses direitos minerais como garantia para receber o financiamento. O que corre hoje é uma transferência pela impossibilidade de investimentos, uma transferência desse direito de direito minerário ou parte do controle desse direito minerário para conseguir recursos para tocar adiante o seu negócio.

Essa é uma nova questão que está se colocando hoje pelo mundo. A questão do reposicionamento da energia nuclear como fonte livre de CO₂ e que não contribui com o aquecimento global. No PDAC desse ano, que é o maior encontro mundial de mineração, a grande vedete desse ano era urânio. (soa a campainha) As demandas desse mineral tem crescido vertiginosamente. O preço do urânio saiu de 12 dólares a libra, bateu em julho 135 dólares a libra. Nós temos, hoje o Brasil se tivesse funcionando oito usinas atômicas, Senador, conforme era planejado, nós teríamos a utilização de apenas 1/3 do que a gente já sabe que a gente conhece que é apenas 30% do nosso território, e durante 60 anos a gente teria um efetivo excedente mineral 70% da nossa produção de hoje para poder ser comercializado e financiar um programa nuclear brasileiro. Isso aí poderia nos contribuir vivamente para formação de tecnologia nacional, o domínio da tecnologia do ciclo do urânio e a formação de nosso pessoal, de técnicos no setor nuclear. Para isso a exemplo do que ocorreu com o petróleo e gás, poderia haver uma flexibilização da legislação em que haja a identificação dos depósitos minerais e a mineração ficaria uma parte da iniciativa privada. Toda a parte de comercialização e enriquecimento poderia ser efetivado pelo Governo central.

De modo que eu acho que esse é um projeto em que todos ganham e que eu não conheço adversários para esse para essa atividade. Quer dizer, a academia hoje já se posicionou, os órgãos de Governo têm se posicionado através disso e a demanda mundial justifica que o Brasil não pode perder esse foguete da história, essa oportunidade então de estar comercializando esses excedentes no período em que você tem uma exuberância tão grande de preço como agora. Basicamente é isso, é a flexibilização do monopólio e esses recursos poderiam ser investidos no programa nuclear brasileiro para o domínio da tecnologia e formação do nosso pessoal.

São basicamente essas as nossas propostas no que diz respeito a marcos regulatórios. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, meu caro Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do IBRAM. E eu quero passar a palavra para o Dr. Cláudio Scliar, Secretária de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. Cláudio Scliar.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Bem, uma boa noite para os membros da Mesa, Senador Delcídio, Presidente. Os outros colegas presentes aqui na Mesa, a todos e todas presentes aqui nesse evento. Acho que tenho que falar mais alto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Cláudio, só um pouquinho mais alto que o pessoal está com dificuldade de ouvi-lo.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Tudo bem. Assim farei. Bem, eu fiz uma apresentação procurando contribuir nessa discussão, nessa questão tão importante para o Congresso Brasileiro, para o Legislativo e o Senado Federal quanto ao marco regulatório da mineração. Eu fiz uma apresentação mostrando, dividindo em sumário como introdução, especificidade da mineração, principais marcos, Constituição de 88, e ações relativas a organização marco legal e financiamento na atividade de geologia. Primeiro, como introdução. Os impactos da mineração. Pois não?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu queria perguntar ao senhor se isso que nós estamos vendo aqui no telão o senhor trouxe por escrito.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Trouxe. Me disseram que está sendo reproduzido.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Muito obrigado. Que é melhor de acompanhar.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Isso. Está vendo. Bem, a atividade minerária, como o colega Fernando Valverde ali falou, que é aquelas que destroem as coisas, muitas vezes não se tem um bom entendimento sobre essa atividade. Eu gostaria que retornasse só no início. No início da apresentação. Antes, por favor. Isso aí. É a charge que ali está. A charge ali ela de certa maneira ela expressa o que é essa atividade minerária. De uma forma brincando, mas onde se coloca o minério e se tem todos os produtos. Não tem absolutamente nenhum produto aqui nesta sala que não tenha, não provenha de uma mineração. Enquanto eu falo para os senhores aqui pode ter certeza que isso aqui é a tabela periódica inteirinha que está sendo utilizada com dezenas de Minas, nas cores, no alumínio e ferro e tudo mais. Por favor, seguinte.

Primeiro os impactos produtivos. A produção de meios minerais, a infra-estrutura básica que é criada, a geração de renda emprego e tributos para os Municípios, Estados e União, conhecimento geológico para

usos variados que acontecem naquela região em função dos estudos que são feitos, e as influências culturais externas. Mas não são só positivos, são negativos também. Nós não temos como querer tapar o sol com peneira. É a redução dos recursos minerais que existe um processo de exaustão, é muitas vezes não sempre, mas muitas das vezes a desvalorização dos terrenos, às vezes existe situação de enclave especialização econômica, às vezes existe a degradação e poluição na cadeia produtiva, e também há influências culturais e externas que está dos dois lados. Exatamente este quadro aí que mostra o papel e a importância de marco regulatório. É isso. E esses são alguns pontos. Com certeza existem outros. Mas é necessário, é fundamental um marco regulatório que consiga dar exatamente a condição para a sociedade bem aproveitar esses bens minerais.

Bem, especificidades da mineração. Aqui é só um pequeno quadro que nós lá na Secretaria produzimos que é uma sinopse que depois eu vou passar para os senhores... está na minha bolsa. Depois pega ali. É uma sinopse que nós fizemos e mostra um pouco de alguns dados que o Paulo Camillo do IBRAM aqui já mostrou. Não vou me estender nele. Gostaria só de destacar que a atividade extrativa mineral, seja dos metálicos como dos não metálicos ela é de grande importância para o Brasil. E algumas características geológicas, Senadores. Esse é um aspecto que eu gostaria de destacar porque ele não é o número. Ele é a importância, o papel desses minérios e aí em função disso que ocorrem os marcos regulatórios. O minério ele não ocorre a gente quer. Não existe muito ferro em Itabirito porque o nosso amigo Juninho Prefeito Waldir quer que lá tenha. Não. São fenômenos geológicos de centenas e às vezes bilhões de anos que geraram aquela condição ali. Tem diamantes em alguns lugares e não tem em outros. Então é a rigidez vocacional. Da mesma forma esse ambiente metalogênico ele não é encontrado de qualquer maneira. Para cada... existe um tipo de depósito que você chama para diamantes que são kimberlitos. Onde se tem ali em Rondônia kimberlitos com diamantes que já se sabe que infelizmente até através de uma estação ilegal, mas que são diamantes de alta qualidade. Mas aquele diamante ali você precisa pesquisar mil kimberlitos para ter um mineralizado. São os estudos que são necessários para a exploração e pesquisa. Da mesma forma a lavra ela acarreta a contínua redução da reserva. É um problema. É uma situação concreta para a sociedade. E existem condições geológicas e mineralógicas particulares para cada mina. A necessidade da inovação em tecnologia. A mineração é diferente de uma padaria. Você quer montar uma padaria? Vai

lá, compra, consegue uma tecnologia, alguém muito especializado em fazer pão e constrói a padaria. Mina, não. Cada mina tem uma história. Cada mina é diferente. É obrigatório se ter toda esta linha de inovação e tecnologia. O Fernando aqui falou, a areia parece tudo igual. Mas não é, não. Em Recife, não é Fernando, em Recife se tem problemas sérios de construção civil em função de areias de problemas com os tipos de areias que se tem lá.

Algumas características econômicas dos bens minerais. Esse também é um aspecto extremamente sério. São cadeias produtivas associadas a mercado interno e externo. E/ou externo. Nós temos cadeias produtivas que são grandes grupos e internacionais. Monopólios, ou oligopólios mundiais. Aqui foi falado. Seja o nióbio, por exemplo. Mais de 90% da produção de nióbio está no Brasil. Está em Araxá, está aqui em Catalão. São alguns. Agora, tem outros como areia que está aqui a NEPAC, se distribui por todo o território. Então o marco regulatório ele tem que dar conta dessas diferenças. Não dá para estar vendo só um tipo de minério sem pensar também as consequências que pode ter nas outras cadeias produtivas que são muito diferentes. São distintas. Então o marco regulatório ele tem que dar conta disso. Da mesma forma o aspecto de preço. O preço ele hoje é um preço muito bom. Mas isso é cíclico. Nós temos altos e baixos. Em função de uma série de razões. O efeito dos Rs que eu coloquei ali, que é a reciclagem, toda possibilidade de reaproveitamento, de reuso dos materiais, muitas vezes você não precisa extrair o minério bruto porque você pode reutilizar o quartzo que está aqui. Ou o alumínio ou o ferro. Tem uma série de procedimentos, de metodologias que interferem no preço. Temos que ter cuidado também nessas questões. Porque só o preço alto não significa que aquela indústria ela vai ter esse preço alto sempre. Ela tem um prazo. Pode ter um determinado prazo que entra um outro substituto. É uma atividade que tem desde setores muito pequeninhos que ali levantei de nano a giga empresas. Desde empresas familiares, até grandes multinacionais. É uma produção, a cadeia produtiva está altamente vinculada a investimentos em infra-estrutura. E meio ambiente. O que aumenta ou no mínimo os custos dessa implantação elas são diferentes de outros tipos de estudo, de indústria. É a estrada, é a ferrovia, é o porto, é a energia. No outro ponto a presença da mina pode servir como impulsionadora do desenvolvimento de outras atividades econômicas da região, que o Paulo Camillo aqui bem colocou, que são as anteriores, o que se soma ampliação dos tributos e preços públicos que serão recolhidos pela municipalidade.

Em 2006 o setor mineral representou 35,7 do saldo da balança comercial brasileira. Isso já um dado já dado.

Bem, principais marcos legais. Aqui eu fiz um pequeno vôo, Senador, eu peço desculpas, mas isso os senhores depois vão guardar, é só um pequeno vôo com dados históricos porque nós estamos no Congresso brasileiro, no Senado Federal, primeiro eu gostaria só de destacar esse aqui é um prédio na Urca, no Rio de Janeiro, nós queremos, esperamos agora no dia primeiro ter uma assinatura do Ministério de Minas e Energia, o DNPM, CPRM junto com a PETROBRAS, com a presença do Presidente Lula para a instalação desse museu da Ciência e da Terra que vai ser nesse local aí que é a atual sede da CPRM. É um ato, um ato fundado pela Afonso Penna, é um prédio lindíssimo.

E isso aqui vou passar muito rápido, não vou ler, mas somente para colocar o seguinte, nós só tivemos na história brasileira de 1891 a 1934 quando foi o direito foi fundiário ou de ascensão. Quem era dono da terra era dono do minério. O restante, desde que aqui chegaram os portugueses e depois de 34 até hoje, esses bens minerais são geridos pelo Governo, pelo Estado. Em diferentes formas. A Constituição de 1824 ela apresentou um pouco alguns aspectos de lei de proprietário, mas se manteve enquanto direito domínial. Isso é importante acho do ponto de vista de marco regulatório que essa questão de ser o Governo ser o Estado quem gere as políticas para o setor mineral, isto no nosso País vem desde a chegada aqui dos portugueses. Quer dizer, faz muito tempo. Faz muito tempo que é dessa forma.

Aqui Constituição de 88, legislações vigentes. Eu gosto de mostrar essa figura, não importa qual seja a empresa, mas todos sabem, a Serra dos Carajás, mas ela é importante o significado dela. A área onde está a seta é onde a Floresta Nacional de Carajás onde tem a mineração. Aquilo ali é uma imagem, é uma imagem de 1975, da esquerda. A parte mais amarelada é a atividade antrópica. Em 1999, dá perfeitamente para ver. O local da floresta nacional, onde tem a mineração, ela se mantém totalmente preservada. Claro que pontualmente onde tem a mina, a mina está aberta nessa escala não aparece, mas as atividades de pecuária, agricultura, urbanização que obviamente foram incentivadas também pela localização da mineração, ela realmente ela é extensiva na destruição do território. A mineração ela é localizada.

Bem, aqui eu não vou, aqui são as questões da Constituição Federal, de 88, são os artigos e o art. 20 que é o primeiro só que são bens da União. Deixou de ser o coisa de ninguém que veio de 34 até 88 para ser um bem da União.

Então, a responsabilidade do Congresso Nacional se tornou maior ainda. Maior ainda com esse... Com que a Constituição Federal trouxe para nós o povo brasileiro quanto a esse entendimento dos bens minerais.

Bem, são legislações vigentes hoje. Tem a Constituição, e se tem uma ação conjunta de legislações. Alvará de pesquisa, concessão de lavra, tem o código de mineração que é o Decreto-Lei 227 de 67, licenciamento mineral, permissão da (ininteligível), código de água mineral que traça toda uma especificidade sobre essa substância, e destaquei ali também o da compensação financeira pela estação mineral que a Constituição fala dessa compensação financeira e que está instituída também por leis aqui do Congresso.

Bem, aí nós entramos num aspecto, Senadores, que eu acho que é importante que é do nosso Governo e com toda a discussão política que fizemos o nosso Governo em relação a essas questões do setor mineral. Em 2003 foi publicado uma Lei 10.683 em que reafirma o MME como órgão de administração federal direta. E tendo como competência a geologia, recursos minerais e energéticos, mineração e metalurgia. E um Decreto de 2004 que regulamenta, que reestrutura o Ministério e cria, e redenomina a Secretarias do próprio Ministério. A nossa Secretaria ela era uma Secretaria de Minas e metalurgia. Ela se tornou Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. E a mudança de nome não foi gratuita. Porque não era só de minas nem de só metalurgia. Tinha a ver com geologia, mineração e com a transformação mineral. Esse nome ele deu esse combate. Então essa é a estrutura que nós ficamos onde nós temos então a Secretarias, temos como autarquia da nossa área o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral cujo Diretor-Geral é o Dr. Miguel Nery está aqui presente e vários outros colegas do DNPM e temos como empresa pública que é também é de fundamental importância para os estudos do território brasileiro que resultam no conhecimento dos nossos bens minerais, inclusive também ponto de vista dos ambientes a CPRM que é a companhia de pesquisas de recursos minerais que é o Dr. Agamenon Dantas, que não pode estar aqui presente pediu inclusive desculpas por não estar aqui nesse momento que é também ligado ao Ministério.

Bem, a Secretaria eu destaquei só uns pontos desse Decreto, desse entendimento e aí para o marco legal esse é o aspecto importante, que a Secretaria sendo o ente do Ministério de Minas e Energia de Assessoramento do Ministro para contribuir para desenvolver as formulação das políticas minerais de geologia, de mineração e transformação mineral do País. Quer dizer, esse é o entendimento do que seria essa Secretaria. Ela teria esse papel de fazer essa discussão mais

macro da mineração, da geologia e da transformação mineral para o desenvolvimento do País.

Aqui está a distribuição, na Secretaria tem vários colegas diretores da Secretaria estão aqui presentes, o Secretário adjunto que é o Dr. Carlos Nogueira também que está aqui e vários diretores dos departamentos estão aqui presentes. Essa é a estrutura que nós temos hoje na Secretaria.

O DNPM. Nós temos então ligados, vinculados ao Ministério, esses dois grandes órgãos nacionais. Um, é o órgão mais tradicional da mineração brasileira. Fundado em 1934, o DNPM em 94 foi integrado ao MME e posteriormente... em 60, desculpa, foi integrado ao MME e em 94 foi transformado em autarquia. O DNPM é um órgão que tem descritos em todo o território nacional, em todos os Estados menos no Acre e eu tenho certeza que todos os senhores aqui conhecem bem os excelentes bons serviços do DNPM para o Brasil. (soa a campainha)

O serviço geológico fundado em 1969 e depois transformado em 94 em empresa pública. Tendo esse papel de levantamento geológicos, aerogeofísicos, hidrogeológicos do País que são de fundamental importância para se conhecer o nosso território. Porque a mineração ela aparece após se conhecer o território. O período dos garimpeiros ou de se descobrir chutando o bem mineral esse já passou. Cada vez mais são necessários estudos e esses estudos básicos realizados pelo serviço geológico contribui para o setor privado, contribui para todos aqueles que tenham interesse em dar continuidade.

Ações relativas a organização marco legal e financiamento as atividades de geologia, mineração e transformação mineral. Eu coloquei ali, Senadores, um ponto que eu acho assim, eu aprendi aqui no Governo. Digo sinceramente. Eu não conhecia isso. Que tão importante como a área emersa do Brasil é a área imersa. Os nossos colegas militares da Marinha me confirmaram isso e gostaria de dizer, eu não coloquei aqui, eu até pensei em colocar, é uma questão que é do Senado que é a área, que é o mar internacional. O mar internacional. Porque esta região aqui não. Ela é juridicamente brasileira. Ela aí, ela se integra. O território brasileiro não é 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. É 13 milhões de quilômetros quadrados. Esse é o tamanho do território brasileiro.

Bem, aqui estão algumas questões que nós levantamos. Eu já estou terminando. Então a reestruturação da Secretaria de Minas e Metalurgia como já falei, um aspecto importante foi a definição de três programas do PPA. Nós tínhamos só um para todo o setor mineral. Hoje nós temos três programas. Um da Secretaria, um do NPM e um da CPRM. A promulgação

da Lei 10.848 viabilizando repassar 15% dos royalties do MME para os levantamentos geológicos. Hoje nós temos uma fonte de renda que não é diretamente da LOA, mas está nesses tributos que infelizmente ainda estão contingenciados em grande parte, mas pelo menos hoje nós temos. Temos desenvolvido um Programa Nacional de Formalização, arranjos produtivos locais e ações para a modernização do NPM, através de consultorias contratadas, contratamos consultoria para desenvolver uma série estudos para o DNPM, para essa modernização do DNPM para retomada dos levantamentos geológicos e aerogeofísicos da CPRM. Retomamos realmente esses levantamentos em todo o País. E tem bons aspectos aqui que eu gostaria então agora, são projetos de leis que estão em andamento, estamos discutindo, fechando essa discussão, a modernização da outorga de títulos minerários. Hoje está na Casa Civil, é uma revolução na questão da mineração. A mineração em faixa de fronteira permitindo que o capital internacional também possa participar da estação, que hoje é proibido, esse PL teve alguns problemas, foi e voltou, mas nesse momento nós estamos fechando ele para obviamente enviar para o Congresso, é uma proposta de PL e o PL de mineração de terras indígenas, nós estamos fazendo a discussão junto com o Ministério da Justiça. Estamos fazendo uma discussão de revisão do marco legal da CEFEM, estamos fechando essa proposta, já fizemos várias reuniões com os diferentes setores interessados. Minerais radioativos temos participado de várias discussões dentro de Governo, inclusive o Secretário adjunto Carlos Nogueira tem participado ativamente dessa discussão, temos o entendimento como foi dito aqui, também achamos uma excrescência que no mundo inteiro os minerais radioativos são vendidos como commodities. Bin Laden nada vai fazer com um minério de urânio. Ele não serve para terrorismo. Às vezes passa um pouco isso. É urânio, é (ininteligível). Não, não tem. É um minério. A fase de beneficiamento posteriormente aí realmente é mais complicado. Mas enquanto minério, ele não tem nenhum tipo de relação com questão de terrorismo ou que seja como infelizmente muitas vezes foi levantado. Um programa de inovação tecnológica pró-mineral que estamos desenvolvendo, um Projeto REMPLAC que é aquele que eu levantei sobre a questão da plataforma continental jurídica. Um programa nacional (ininteligível) mineral, plano nacional de agregados, espero, Fernando, não vou ter tempo agora de discutir as questões, fizemos várias reuniões, infelizmente não conseguimos fechar ainda, estamos agendado para dia 4 de outubro. Espero que a gente consiga. Não só fechar o plano nacional

como caminhando naquela perspectiva que você levantou na tua apresentação.

O DNPM, questões importantes que o DNPM desenvolveu. O DNPM mudou. Isto para todos nós, eu sou da área também. Para todos nós que somos da área pode-se fazer as críticas que for porque crítica sempre vai ter. Mas o DNPM mudou. Muito durante esses últimos anos. A estrutura regimental, Regimento Interno, normas de gestão operacional, aprovação e implantação do plano de cargos e de carreiras. Isso não é coisa que vamos fazer. Isso foi feito. A realização do concurso público para 300 novos servidores, há 28 anos não se fazia concurso público no DNPM. Se colocou mais 300. Vai entrar agora mais 150, né Miguel? Implantação da rede do DNPM interligando os distritos. E nesse momento estamos fazendo toda a discussão de estrutura interna e equiparação salarial. E essas duas questões se ligam com outro slide que vou mostrar para frente.

Companhias de pesquisas de recursos minerais. Aqui eu não falo do que foi feito. Mas em termos de atividades mais internas. Modernização de laboratório, todas as águas minerais, pena que aqui não tem, toda garrafinha de água mineral nós temos o NME nelas. É o DNPM que é o processo, que é o direito minerário, e a CPRM que é o LAMIN. O LAMIN faz análise de todas as águas minerais do Brasil. Qualquer garrafinha... Às vezes a letra é pequenininha, mas pode olhar lá que lá está escrita DNPM com o processo dele e o LAMIN com a análise d'água. Isso é COPOMIN(F) também, todo laboratório montado em São Paulo. Projetos FI-NEP, fundos setoriais, CNPq, foi criado uma divisão de análises industriais, a rede Joconos(F), criamos com várias universidades de todo o Brasil. Foi reativada a divisão de geologia Marinha, parcerias com Estados, levantamentos geológicos e aerogeofísicos, inovações tecnológicas, gratificação por titulação felizmente não faz um mês conseguimos mestres e doutores da CPRM hoje, tem uma gratificação diferenciada dos outros para exatamente incentivar a CPRM continue sendo um órgão mais tecnológico de inovação, de ciência, contratação de 110 novos profissionais superiores agora, discussão e implantação no (ininteligível), estamos em marcha para isso.

Bem, e aí são alguns slides só. Não vou me demorar nisso, reorganização do DNPM, isso aqui foi uma Portaria que eu assinei e discutindo com o Ministro Nelson Hubner, foi assinado, formamos um Grupo de Trabalho formado pela Secretaria Executiva, pela Secretaria nossa, a geologia e mineração e pelo DNPM para discutir o formato do DNPM. Discutir o formato que nós queremos do DNPM dentro dessa perspectiva de reorganização do setor nacional.

Temos hoje já isso já está contratado uma consultoria do PNUD, por coincidência a mesma consultoria que fez o estudo o ano passado do DNPM por coincidência, porque foi licitação pública, mas eles também ganharam e temos um grupo discutindo essa passagem definitiva da CPRM para serviço geológicos do Brasil. São mudanças necessárias internas para nós termos então realmente serviços geológicos no Brasil.

Bem, nós temos hoje já com todo um plano para os 20 anos de geologia, mineração e transformação mineral O último plano que se teve foi a partir de 94, foi um plano decenal. 94 a 2004... realizado em 94. Não era dez anos. E nós vamos exatamente ter esse planejamento agora para essas atividades que nós nos propomos.

Bem, eu não combinei com o Paulo Camillo, mas exatamente Paulo Camillo estamos fechando, espero que se feche, estamos fechando, já está com uma proposta já pronta exatamente para que o direito minerário sirva como garantia de empréstimo que tem uma demanda que tem sido discutida com o setor. Esse Projeto de Lei do estatuto do garimpeiro está na Câmara, já passou em vários níveis na Câmara, não é reiniciando o sistema de matrícula. Não é isso. É simplesmente dando a cidadania para essas pessoas que num determinado dia, em 1989 disseram que deixaram de existir. Só que aos milhares e milhares por esse País afora eles continuaram existindo. Eles continuaram existindo. Então todo um processo estão junto com eles, junto com o Ministério do Trabalho, nós estamos procurando dar uma condição de cidadania como trabalhadores para esses indivíduos que exercem essa atividade, mas obviamente diretamente ligado à permissão de lavra garimpeiro, ao direito minerário que é o institucional. Aquela foto não está bem na esquerda ali, é uma foto antiga de Serra Pelada, não é o que nós queremos. Aquela forma, milhares e milhares de pessoas se degradando e degradando o meio ambiente. Nós queremos atividades que sejam pequenos, que sejam garimpeiros, mas que seja bem feita. Muito obrigado, desculpa a rapidez, porque o tempo já tinha passado há muito tempo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado meu caro Secretário, Dr. Cláudio Scliar, e eu quero passar a palavra agora para o Dr. Waldir Salvador de Oliveira, Diretor Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, AMIG.

SR. WALDIR SILVA SALVADOR DE OLIVEIRA: Senador Delcídio Amaral, Presidente dessa Subcomissão, Senador Garibaldi Alves que é o seu Relator, Dr. Fernando Valverde, caro amigo Paulo Camillo, Prof. Cláudio Scliar, senhoras e senhores aqui presentes,

Dr. Miguel faço uma referência especial grande parceiro dos Municípios, Diretor Presidente do DNPM, funcionários do Ministério de Minas e Energia, do IBRAM, eu não vou apresentar nada digitalizado. Já deixei as pastas com o Senador Delcídio e com o Senador Garibaldi que mostram não só quantitativamente, mas qualitativamente qual é a visão dos Municípios mineiros em relação à mineração especificamente ou especialmente. Especificamente não, especialmente no Estado de Minas Gerais que tem uma característica diferente da maioria dos outros Estados por ser o maior Estado minerador do Brasil, não só na sua produção, mas na sua diversificação mineral é o que tem os maiores benefícios, naturalmente os que têm os maiores malefícios vindo da mineração.

Primeiro gostaria de dizer que os Municípios mineiros, nós acabamos de fazer um seminário em Belo Horizonte, o primeiro dos Municípios mineiros brasileiros onde nós tivemos 100 Municípios representados e 70 Prefeitos presentes, nós temos a plena convicção de que nós precisamos da atividade mineradora. Ela é essencial para a continuidade do desenvolvimento de nossos Municípios, especialmente no quesito econômico, gerador de emprego e renda, não só de tributos, mas de contribuição financeira porque royalty ou CEFEM como queiram chamar não é tributo, é preciso de todo momento a gente saber separar essas coisas. Principalmente quando vem alegações por parte de todas as empresas brasileiras que a carga tributária brasileira é excessivamente pesada aos empresários, CEFEM e royalty não é carga tributária. É uma compensação pelo que o País dá às empresas que ao seu subsolo para que elas o beneficiam e vendam. É como se fosse um pagamento por esse valor. Por sinal gostaria de endossar as palavras aqui do amigo Paulo Camillo Penna, só agregando mais uma coisa. Não é apenas jabuticaba e compensação ambiental que tem no Brasil. O Brasil também é o único que tem o CEFEM mais baixo do planeta. Eu vou agregar junto à jabuticaba e junto as compensações ambientais o menor royalty do mundo que é pago no Brasil, e royalty não é tributo.

Bom, nós em Minas Gerais vou primeiro falar de Minas porque posso trazer também uma síntese aqui do que aconteceu no seminário onde estiveram doze Estados diferentes agora dia 23 e 24 em Minas Gerais, porque nós estamos decididos não só ficar assistindo a mineração, mas queremos nos organizar para participar da atividade de mineração. Nós ficávamos de longe, são municípios na maioria deles pobres, vocês vão verificar pelos dados que eu deixei que royalty no Brasil a grande concentração é em pouquíssimos Municípios. Minas Gerais para que vocês tenham uma

idéia tem 449 municípios mineradores. Dos 853 que o Estado tem. Desses 449, 83 recebem menos de mil reais de CEFEM por mês. Outros 143 recebem de mil a 50 mil. E apenas 17 Municípios têm uma arrecadação mensal do CEFEM acima de 500 mil reais. Ou seja, há uma concentração especialmente naqueles Municípios que são co-produtores, se assim posso chamar, de minério de ferro. Nós temos em Minas Gerais aberrações absurdas de, por exemplo, um dos Prefeitos de Minas no ano atrasado, no ano de 2005 seria inquirido pelo Ministério Público da sua região que a cidade dele não tem comarca, Município muito pequeno chamado Inimutaba ao lado de Curvelo, que é o centro geográfico de Minas porque não sei se é preciso mais uma vez gravar porque quando a gente fala de aumento de alíquota, etc, do outro lado vem assim: Os Prefeitos tem que parar de chorar e gastar corretamente o CEFEM. A CEFEM é fiscalizada pela Câmara de Vereadores, pelo Tribunal de Contas e Ministério Público. É um dinheiro rotulado e carimbado que não pode ser gasto com festa, não pode ser gasto com pessoal, não pode ser gasto com dívida, ele foi essencialmente mentalizado, idealizado e realizado no Decreto 01/91 pelo Presidente Collor assim que foi regulamentado para custear a infra-estrutura dos Municípios e para ajudar no fomento, à diversificação econômica dessas cidades para o dia que vier a exaustão mineral não tenhamos mais centenas de Municípios na fila de Municípios pobres do País. Este foi o objetivo.

Então, os Municípios mineiros, como vou citar o caso, por exemplo, de Inimutaba fiscalizado pelo Ministério Público ao ser inquirido e perguntado pela promotora, pelo promotor como o Prefeito aplicava a CEFEM ele respondeu numa lauda só. “Não posso informar a senhora porque nós nunca recebemos”. E assim que acontece na maioria dos Municípios mineradores do Estado de Minas Gerais. Municípios produtores de quartzo, de granito, de quartzito, de pedra ardósia, de areia, de brita, manganês, água mineral, etc, etc, etc, os pequenos quase não vêem a cor da compensação ambiental. Nós encontramos através de um convênio que fizemos com a Secretaria de Fazenda do Estado no ano atrasado, um cruzamento de dados que nós hoje já fazemos graças a Deus com a companhia do DNPM, com a companhia da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, uma empresa de água mineral declarando para efeitos de CEFEM um garrafão de 20 litros de água mineral custando 10 centavos. Ou seja, não se paga. E o que está acontecendo em Minas é que nós assustamos nos últimos tempos porque a proposição da (ininteligível) em pouco tempo atrás não era nem aumentar a alíquota, era aumentar a base de pagamento, era aumentar a fiscalização porque nós

achávamos que as grandes pagavam corretamente e as pequenas não pagavam. Com fiscalizações, etc, nós fomos verificar que ninguém paga corretamente. As pequenas alegam para nós que o sistema de legislação da mineração brasileira seja para se conseguir um licenciamento ambiental, ou para inscrição de uma empresa com qualquer outra para se ter CGC, etc, os pequeninhos que estou falando, alegam que o sistema é tão organizado, tão burocrático que eles preferem ficar na clandestinidade e não pagam. E as grandes são mais organizadas que o sistema e também não pagam o que deviam.

Então os pequenos ficam nesse caminho. Os pequenos alegam que a organização é tão grande que eles não entram. As grandes são tão organizadas que o sistema que não pagam o que devem. Então nós em Minas Gerais resolvemos fazer uma pesquisa para verificar o que realmente acontece com a mineração no Estado. E ficamos assustados. Produtores de granito, por exemplo, achamos produtores de granito que para efeito de declaração de CEFEM em relação ao que se paga de ICMS, e em relação ao que se bota de preço no mercado, nós achamos uma diferença de 400% do que ele declara para efeito de CEFEM para o que ele declara de efeito do ICMS e de 800%, por exemplo, no Granito Azul Bahia realmente do valor que ele declara para o valor que ele vende no mercado. Ou seja, há uma sonegação absurda, enorme, há uma degradação ambiental por parte dos pequenos porque as grandes aplicam o que a legislação ambiental determina sem a menor sombra de dúvida, nós sabemos muito bem de que a legislação ambiental brasileira evoluiu muito nos últimos anos e a maioria absoluta das grandes mineradoras cumprem a legislação. Eu sou de uma região onde as mineradoras são quase todas urbanas no quadrilátero ferrífero. Nova Lima, por exemplo, que é uma cidade que convive perfeitamente com a mineração de ouro e ferro, ao lado do outro lado da montanha que divide Belo Horizonte com Nova Lima que é a Serra do Curral, se o senhor subir até o alto estão as antenas de televisão, do outro lado existe uma cava de mineração que tão bem usada pela MBR ao longo dos anos, que agora está sendo recomposta com água porque não há mais rebaixamento de lençol freático, foi feita toda uma revegetação no entorno e a mineração nesse local vai ser transformada no novo empreendimento que vão ser condomínios empresariais e residenciais aí sim fazendo uma geração de emprego e renda definitiva para as cidades provando que esse minério não dá duas safras, a economia dá tantas quantas quanto os seres humanos queiram, desde que ela seja organizada.

A mineração de ferro de grande porte não é desrespeitadora do meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Se nós tivéssemos fulano isso estaríamos mentindo. Se existem falhas, existem falhas também por parte do gestor público, em qualquer lugar. Mas as pequenas degradam, as pequenas não fazem legislação trabalhista funcionar como deve. Se vocês forem visitar as pequenas minerações vocês vão achar como falou aqui o Dr. Valverde, que São José dos Campos não quer mais a mineração de areia, existem Municípios de Minas já definindo que é preferível não ter minerações da qualidade que nós temos lá do que continuar como estão. Ou seja, o negócio está ficando tão pouco vantajoso para as cidades que tem algumas que já não querem mais. A exemplo, por exemplo, de quartzo, a exemplo de algumas pequenas cidades produtoras de pedra ardósia, onde a Prefeitura não vê nada da economia que é extraída e produzida. Nada. Vocês vão verificar pequenas minas com 80 ou 90% dos funcionários nem registrados em relação à legislação trabalhista. Então Minas tem esse paradoxo enorme. As pequenas mal inseridas no mercado de mineração, degradando o meio ambiente, não fazendo legislação como devem, não contribuindo para enriquecimento ou pelo menos para uma não falência dos Municípios a médio e longo prazo e as grandes cuidando do meio ambiente, tendo uma geração de emprego de qualidade, não tanto de quantidade, porque como todo mundo sabe automação e sistematização da mineração que está corretíssimo em fazê-la, porque precisa ser competitiva, diminuiu substancialmente o número de empregos comparando-se a outras empresas levando-se em conta o que se investe na mineração, o que se investe em outros setores. Não é um grande gerador de emprego comparados com outros, mas é um gerador de emprego de altíssima qualidade. São empregos bons de qualidade. Mas por outro lado se as pequenas nos trazem esses problemas todos que vemos como solução é a descentralização da legislação é que os Municípios passem a ter o direito de fiscalizá-las, que o Estado passe a ter o direito de fiscalizá-las porque o DNPM, como falou o Prof. Cláudio Scliar e eu estou aqui para endossar, porque falo isso há dois, três ou quatro anos não melhorou não. O DNPM explodiu de melhoria nos últimos quatro anos e meio.

Hoje temos acesso a transparência de tudo que acontece em relação a mineração no nosso Município. Quem pagou, por que é que pagou, qual o valor da alíquota, qual a empresa que deixou de pagar. Hoje não recebemos mais por receber. Nós recebemos sabendo por nós estamos recebendo. Melhorou muito em relação a especulação de lavra, não ficam mais na mão de poucos guardando lavra para vender com

estoque de lavra. Nós tínhamos uma atravessadora de mineração em Minas chamava-se Úrsula não sei o que lá que ela tinha 50, 65 lavras para fazer troca. Graças a Deus evoluiu ao ponto. Mas o DNPM ainda não tem estrutura para exercer uma boa fiscalização no tamanho da mineração brasileira. A solução seria ou investir muito no DNPM porque tem o know-how de mais de 70 anos de absoluta qualidade ou então descentralizar e fazer com que os Municípios também tenham direito de fiscalizar. Já que a maioria da CEFEM, 65% ficam para os Municípios e os Municípios não têm direito sequer de inscrever uma mineradora que está inadimplente na sua dívida ativa. Nós podemos caçar o Alvará de uma carrocinha de pipoca em qualquer cidade que não tem seus tributos pagos, mas não podemos cassar o Alvará de uma mineração que não paga CEFEM porque só a República só o DNPM tem direito de fiscalizar e cobrar. Nós não achamos isso correto. Há necessidade dessa descentralização. Se nós não podermos aproximar fiscalizar juntos, mas que pelo menos depois da fiscalização executada pelo DNPM e a dívida colocada às claras como estamos chegando agora de várias mineradoras em valores vultuosos, absurdos que nós não esperávamos nunca que nós tivéssemos o direito de depois da dívida auditada inscrevê-los na dívida ativa do município para que nós pudéssemos começar a suspender as certidões ou até as lavras com um único objetivo: Que se pague o que deve. Já que nós somos absolutamente a favor da atividade mineradora correta e séria. Não é necessário a gente ficar falando, Paulo já mostrou, o Dr. Cláudio já mostrou, eu deixei aí inúmeros, a evolução da mineração especialmente de ferro no Brasil nos últimos anos. Se tem a previsão de crescimento de 55% nos próximos quatro ou cinco anos, também cresceu 55% em volume nos últimos cinco anos. Cresceu 180% a mais de preço nos últimos sete ou oito anos. Evoluiu absurdamente, mas esses ganhos não chegaram proporcionalmente aos Municípios, ao Estado e a federação. Não chegaram. Por que a maioria absoluta, absoluta do minério de ferro e de outros minérios mais nobres são exportados, são desonerados de ICMS, ficamos com uma pequena parte como a minha cidade que tem mais ou menos 15% da sua venda para mercado interno e 85 para externo ficando só CEFEM, a CEFEM é sobre o faturamento líquido das empresas, outro erro grave da legislação porque a hora que faz-se o faturamento bruto aplica-se como qualquer outro tipo de tributo que se a gente pudesse comparar com tributo, estou falando na facilidade de fiscalização, aplica-se sobre o percentual de faturamento chega-se à conclusão se deve o não. Muito mais fácil de se fiscalizar. No caso da CEFEM, pega-se o faturamento, abate-se PIS,

COFINS, ICMS, frete, seguro sobre frete, exatamente nesse abatimento aonde estão as grandes manipulações e a gente nunca consegue chegar aos valores reais. É preciso que a alíquota seja aplicada sobre o faturamento bruto indiferente do tamanho da alíquota. Vai facilitar muito mais. É 1%, 2, 3, sobre o faturamento tal não há essa sonegação porque não há como ficar manipulando os abatimentos de PIS, de COFINS, de ICMS, etc e tal como acontece no Brasil há anos. Nós acabamos de ganhar em última instância, já que não é matéria inconstitucional e não vai ao Supremo e não pode ir, uma ação contra o SINFERBASE, uma das maiores mineradoras de ferro do Brasil, aonde as mineradoras abatiam também da CEFEM o custo interno de transporte das Minas que não é custo de transporte. Não é custo de frete. É custo de produção. Ganhamos e esperamos que as mineradoras quitem esses passivos, essas dívidas conosco em breve que isso vai sempre nos ajudar a entender que foi um equívoco da legislação brasileira e que nós podemos continuar caminhando juntos, mas há necessidade que a gente mude passando de faturamento líquido para percentual bruto e a AMIG fez um estudo, Srs. Senadores, vou deixá-los aqui numa pasta especial com as nossas proposições já entregues ao NME aonde nós calculando uma média, tem muitas pessoas que falam que nós queremos comparar CEFEM de mineração com royalty de petróleo e gás.

Nunca fizemos comparação nenhuma a não ser no nome e no conceito que é a mesma coisa. É um recurso para vir suprir a nossa falta de economia no futuro. Porque somos cidades, como o Paulo falou com toda razão de IDH muito melhor do que a maioria das cidades do País. Principalmente as que equivalem em população e extensão territorial. Mas somos cidades de economia de aviso prévio. Acaba. E acaba breve. 30 anos para vocês que foram gestores, Governadores, sabem o que 30 anos em área pública é nada. Daqui a 30 anos podemos ter a maioria das cidades do nosso Estado e, por exemplo, do Pará sem atividade de mineração. As empresas vão realizar lucro em outros lugares e nós vamos realizar falência na nossa própria cidade.

Então nós fizemos um estudo e estamos pedindo, entregando aos Deputados nos próximos dias e meses uma proposição para que a alíquota saia de 2% do faturamento líquido e passe para 4% do faturamento bruto igualando as alíquotas que nós não enxergamos se for falta de habilidade técnica ou de conhecimento, toda a legislação é plural, ela vai ter que ouvir todo mundo para chegar a um consenso. Se não for esse, mas pelo menos isso foi o que nós estudamos, não foi chute, nós temos certeza que uma alíquota única

de 4% não estraga qualquer segmento de mineração, nem pequeno, nem médio, nem grande. 4% sobre o faturamento de uma pedra ardósia não vai mexer quase nada ou nada no custo de construção. 4% no custo de granito basta que eles ganham um pouco menos ou então que ganhem mais alguma coisa que sonegue menos. 4% da mineração de ferro, especialmente na VALE DO RIO DOCE que virou uma jurisprudência de mineração de ferro no Brasil e no mundo não faz cócegas nos resultados da VALE DO RIO DOCE. Cócegas. A VALE DO RIO DOCE teve um lucro de 11 bilhões de reais nos seis primeiros meses desse ano. Mais de 60 milhões de lucro a cada 24 horas. Por mérito, competência, visão de mercado, inteligência, etc e tal. Único defeito é que não divide com o País como deveria dividir, na nossa opinião. Não divide com o País. E esse dinheiro é para geração de emprego e renda, diversificação econômica, fomento, qualificação profissional, construção de escola infra-estrutura para que nossos municípios sejam atraentes para outros negócios que não dependam da mineração para nós não sermos cidades dormitórios ou fantasmas daqui a 25, 30 ou 40 anos. Como outras já estão ficando em Minas Gerais. Como ficou Nova Era, quando fechou a Mina de Pissarão(F), com o baque absurdo que Ouro Preto teve com o fechamento da Minas de Serra Geral.

Então nós queremos que a legislação seja melhorada, que haja mais fiscalização, que os Municípios tenham direitos de participar da fiscalização, que o faturamento, que o cálculo da CEFEM seja sobre o faturamento bruto e não líquido e a nossa proposição é que haja uma alíquota única de 4%. Evidentemente que se nós conseguirmos sensibilizar o Congresso para que pelo menos estude vão ouvir o IBRAM, o Ministério de Minas e Energia e chegarão ao consenso. Inclusive a prova é de que os Municípios não querem esse dinheiro para fazer farra do boi de que nós estamos dispostos a pegar 1% desses quatro e dividirmos com Municípios vizinhos que comprovadamente sofram impacto na mineração. Exemplo no Pará, Parauapebas e Curionópolis, onde Parauapebas é o primo rico e Curionópolis sofre ainda o impacto muito grande da mineração é o primo pobre. Estamos dispostos a dividir desde que haja critérios para dividir. E de que a Secretaria de Estado e Meio Ambiente que já recebem os RIMAS, os EIA/RIMAS calculem qual é o impacto baseado nesses critérios e nós abrimos mão de parte para que os Municípios vizinhos não quebrem porque nós não temos essa intenção de termos ilhas de Municípios prósperos temporariamente e vizinhos quebrados. No Pará a situação é completamente diferente de Minas Gerais. Municípios de extensão territorial absurda, enormes, sem alternativas de economia

como nós temos, dependem quase exclusivamente da mineração e estão virando ilhas de prosperidade para um lado e ilhas de problemas para o outro. Parauapebas saiu de uma população de 50 ou 60 mil habitantes para 120 mil habitantes no espaço de dez anos. E prevê que vai crescer 50% da sua população nos próximos cinco anos. Eu falei com o Prefeito de lá que se ele não tem lugar no céu o evangelho é uma mentira. Deus me livre. Como que dá conta? (soa a campainha) Não tem dinheiro que é capaz de sustentar uma demanda social desse tamanho, contínua, de crescimento, de crescimento e de crescimento.

E vou encaminhando para encerrar para dizer aos senhores o seguinte: É preciso que o tempo inteiro quando a legislação venha a discutir a renovação da legislação da CEFEM porque ela é envelhecida em relação ao que aconteceu com mineração no mundo nos não participamos do crescimento econômico da mesma proporção que as empresas participam nem de longe. Nem de longe é preciso tempo inteiro dizer: qual é o propósito da CEFEM? O que é o conceito de CEFEM? Remunerar os Municípios especialmente aonde ficam os resultados da exaustão para que eles tenham dinheiro para se tornarem atraentes, para atrair novos empreendimentos a curto, médio e longo prazo para não serem quebrados. O ICMS que vai em pequena partes devido a sonegação ou então ao tipo de mineração na maioria absoluta exportado não tem sido capaz hoje para exportar as demandas sociais dos Municípios. A CEFEM que era para garantir novos investimentos, fomento, diversificação está tendo que ajudar a entrar no cofre para manter a vida diária dos municípios de saúde, educação, etc e tal, não tem sido bastante para garantir nada para futuro dos Municípios mineradores. Se algum dia os senhores quiserem fazer uma Comissão, nós temos o maior prazer de recebê-los no Estado de Minas Gerais, no Pará, para mostrar a realidade das cidades mineradoras. Sem magia, sem mentira, sem demagogia, com clareza, com respeito, porque nós não somos algoz da mineração, nós queremos e precisamos das empresas mineradoras ativas nos nossos Municípios. Mas precisamos de praticar a mineração de qualidade. E já evoluiu muito. Porque alguns anos atrás quando a gente chegava no MME e dizia que nós precisávamos modificar a legislação etc e tal escutávamos o seguinte: Vocês não podem fazer nada que venha prejudicar a mineração brasileira. E aí nós passamos a perguntar. O que vocês entendem por mineração brasileira? Vocês estão falando das empresas mineradoras brasileiras. Mineração é um conjunto dos entes todos. O subsolo, as cidades, quem trabalha nela, o meio ambiente e as empresas junto. Não são só as empresas que representam a mineração brasileira

em hipótese nenhuma. Não existe Município minero sem empresa mineradora e não existe empresa mineradora sem Município. Nós estamos no mesmo nível. Temos que ter uma legislação que praticadas seja boa para ambas as partes senão vão começar a decretar como decretaram em São José dos Campos, não queremos mineração mais. E isso vai acontecer a medida que os Municípios forem achando novas fontes de economia que sejam muito mais vantajosa e não dê o desgaste que a mineração dê. É preciso que sente no mesmo banco, na mesma cadeira, falando o mesmo linguajar, fazendo uma legislação moderna que divida melhor essa rentabilidade com o País, com as cidades, com o Estado e especialmente com o DNPM, porque a medida que pagar mais tributos, mais CEFEM, mais vem para o DNPM vício de tanto escutar, pagam mais CEFEM, remunera melhor a República, a República pode investir no DNPM, o DNPM ganha capacidade de fiscalização, nós saímos do círculo vicioso para passar para o círculo virtuoso da mineração. Eu tenho certeza absoluta que é possível. Mas é necessário uma mudança de conduta de quem faz a legislação, de quem fiscaliza o cumprimento dela, dos Municípios aplicando cada vez mais corretamente os valores e das empresas não serem tão gulosas e entenderem que nós é que fornecemos. Nós que eu falo é o País. É que fornece o subsolo que elas beneficiem e vendem. É atividade primária fornecida pela riqueza mineral do País. Os Municípios estão melhorando muito em relação a conhecimento. O Paulo falou aqui de compensações ambientais, nós estamos ficando menos bobos para negociar compensações sócio-ambientais, que são aquelas que nós temos o direito de se conhecendo o tamanho do empreendimento, porque primeiro nós temos que conhecê-lo, a maioria dos Prefeitos não estavam preparados ou não estão preparados, as mineradoras chegam com grandes empreendimentos, o Prefeito fica achando que está entrando, saindo do purgatório para pular para o muro do céu, não sabe diagnosticar ou dimensionar o tamanho do empreendimento, não consegue calcular os impactos negativos, só vê os positivos, e aí não tem condição e não tem capacidade para negociar compensações sócio-ambientais. Os mais evoluídos: Nova Lima, Itabirito, Congonhas, Ouro Preto já sentamos nas mesas e conversamos de igual para igual. Porque existe, Senadores, um outro impacto que é o impacto da implantação do empreendimento grande. Nós tivemos Municípios como Brucutu que recebeu a maior mineração de céu aberto que o Estado já teve, produzindo 30 milhões que deve produzir 30 milhões no seu primeiro ano, que a implantação foi um inferno vivo. Cinco mil pessoas numa cidade desse tamanho

zinho de Barão de Cocais a ponto de os piões, que assim chamam, colocarem fogo nos galpões da CAMARGO CORRÊA por insatisfação no ambiente de trabalho. Então se os Prefeitos conhecem o tamanho do empreendimento, conseguem dimensionar o impacto inicial da implantação e o que uma cidade vai demandar, nós conseguimos negociar com uma negociação com a MBR. Implantação de parque ecológico, de CEFET, de SENAI, para garantir qualidade para nós e para a própria empresa que vai demandar esse tipo de mão-de-obra.

Eu tenho certeza absoluta que o Senado pode, e eu não sei nem se eu tenho direito de falar isso, mas pode e deve, se for desrespeito me corrijam, aprofundar em relação à legislação da mineração brasileira que vocês vão achar muitas incoerências e a necessidade rápida de modernizá-la.

Vou terminar exemplificando de que o maior concorrente do Brasil em minério de ferro que é a Austrália que produz talvez 20%, 30% a menos do que nós tem um pagamento de CEFEM de 5 a 7,5% do seu faturamento bruto. E nós pagamos 2% do líquido. Aí vem as alegações do seguinte: Mas a carga tributária do Brasil é muito maior do que da Austrália. Carga tributária não é, não tem nada a ver com vida de Município. Se é vão brigar com a República. Nós estamos brigando por compensações do valor que é tirado do nosso subsolo para que a gente não quebre daqui uns anos. Carga tributária não é papel de Município discutir. E nós não estamos querendo que as empresas percam competitividade no mercado internacional, não. Que elas ganhem um pouquinho menos e possam... A PETROBRAS cresceu sendo competitiva com o mundo inteiro pagando de 5 a 10% de royalty de faturamento bruto, enquanto a VALE DO RIO DOCE pagou ano passado 250 milhões aproximado de royalty, a PETROBRAS pagou 7 bilhões, 35 vezes mais. E a carga tributária da VALE DO RIO DOCE não passou de 15% ano passado. É 32% para as pequenas. O balanço da VALE está aqui estudado pela nossa consultoria. Não passou de 15. Depois das deduções, 15. Então não é essa desculpa, não vai empobrecer as empresas, nós precisamos de ter maturidade para discutir mineração num bom nível sem deixar um lado sendo tão vantajoso para ele pela competência das empresas e um outro talvez tão ruim para nós talvez pela incompetência dos Prefeitos e dos Estados e não se unirem a mais tempo estudar a legislação, mobilizarmos o Congresso para conseguirmos uma legislação que seja, senão menos prejudicial, mas melhor a todos.

É importante para nós as atividades mineradoras, importantíssimo, querendo as empresas prósperas. Na capa do que a AMIG trabalho fala o seguinte,

Exm^{os} Srs. Senadores. A AMIG trabalha por subsolo valorizado, pagamento de royalties justos, trabalhadores satisfeitos, gestão ambiental e social responsável, Municípios mineradores desenvolvidos e empresas mineradoras bem sucedidas. Em nenhum momento nós excluímos das nossas metas as boas empresas rentáveis. Nós queremos que sejam cada dia mais rentáveis, mas que não sejam tão egoístas para não perceber que dentro de 30 ou 40 anos enquanto elas forem pegar os bilhões que estão faturando, ou então vamos falar das pequenas, das sonegações que vão ser transferidas para outros negócios e vão nos deixar talvez fantasmas ou dormitórios ou quebrados. Nós não podemos entrar nessa. E se o momento é esse, de mercado mundial valorizando nióbio, manganês, ouro, ferro, etc e tal, é hora de valorizar quem entrega o subsolo para que esse País seja realmente um país que saiba cuidar daquilo que tem. Lembro aqui que o Presidente Lula com sabedoria por época da valorização do gás da Bolívia, quando todo mundo achou que o Brasil deveria se curvar aos pedidos de aumento de gás, o Presidente Lula teve uma atitude, inteligente de dizer que a Bolívia tinha direito de aumentar o gás porque era uma questão de soberania nacional daquele País. E a nossa? Quem vai cuidar? Somos nós mesmos. Não podemos praticar soberania nacional só nos países vizinhos, não. Nos nossos também. Tenho certeza absoluta que vale a pena. O Brasil tem feito uma troca com a China. Temos levado commodities para lá, 32% da balança comercial, 5% do PIB, etc e tal. E temos perdido para lá calçado, têxtil, numa quebradeira do diabo. Qual é o equilíbrio a nosso ver da balança disso aí? Ter royalties melhores para nós quem sabe sustentarmos segmentos dando a eles concessões que não quebrem, que gerem muitos empregos, e aí nós vamos ter rentabilidade e geração de emprego. É essa troca que nós dos Municípios enxergamos que vale a pena. Nós estamos prontos para contribuirmos todas às vezes que forem possíveis, não somos tão organizados quanto as empresas de mineração, não temos recursos para estudos tão detalhados, mas temos a vivência das nossas cidades que na nossa opinião valem muito porque não estamos blefando, não estamos mentindo, não estamos fazendo discurso demagógico e não queremos o fracasso das empresas mineradoras e nem o fraco aço do Brasil como grande produtor mundial de minério. Queremos que haja equilíbrio entre aqueles que exploram e aqueles que são explorados. Por isso é que nós estamos fazendo esse pedido para mudar a legislação para nós termos de direito a fiscalizar, para concluir na dívida ativa dos Municípios, para mudarmos o faturamento de líquido para bruto, para melhorarmos o tamanho da alíquo-

ta para haver um equilíbrio entre quem é minerado e quem minera. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Dr. Waldir Salvador de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais.

E eu quero passar a palavra para o Relator, Senador Garibaldi Alves. Senador Garibaldi Alves com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente desta Subcomissão, Senador Delcídio Amaral, eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Ex^a que há pouco eu fiz secretamente. Falando com V.Ex^a. A questão aqui no Senado agora é secreto ou não secreto. (risos) E eu acabei de fazer uma sugestão a V.Ex^a secretamente, mas agora vou fazer publicamente, que era nós ouvirmos o Diretor-Geral, se é assim que se intitula, do DNPM, mas fazendo um apelo já que nós ouvimos tantas informações e ele também para que pudéssemos ter da parte dele a compreensão de que a exposição dele já seria mais objetiva até diante das... E, portanto, uma exposição mais curta diante do adiantado chamado adiantado da hora dos trabalhos dessa Subcomissão. Me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Claro. V.Ex^a manda e não, pede.

SR. MIGUEL NERY: Quero agradecer, Senador, Garibaldi Alves, Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, gostaria de parabenizar a todos que fizeram a exposição anteriores, na verdade eu tomei conhecimento dessa audiência na data de hoje, não havia sido comunicado, tempestivamente assim que tomei conhecimento procurei me programar, mas não necessariamente havia programado uma fala orçada, mas o tom da discussão permite colocar alguns elementos para que a nossa voz, da autarquia do DNPM não deixa de estar aqui representada.

Gostaria de dizer senhores que o DNPM é um órgão como já foi aqui dito foi criado em 1934 como órgão central de direção superior na ocasião ainda como uma instituição vinculada ao Ministério da Agricultura e na década de 60 se tornou instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Ocorre que aos 60 anos em 1994 ele foi transformado em autarquia e precisamente no último ano do Governo do Presidente Itamar Franco. A partir de janeiro de 95 todos estão bem lembrados que o Presidente Fernando Henrique tomou posse e com ele um novo paradigma de gestão governamental particularmente com a flexibilização dos monopólios de petróleo, gás e energia elétrica e comunicações e mais ainda com uma nova visão de regulação de mercados particularmente de regulação econômica. Por que é que estou me refe-

rindo, portanto, a essa ocasião? Exatamente porque aquela autarquia criada em 1994 aguardou durante oito anos a sua estruturação quando se discutia também se o setor mineral seria transformado em agência, se também o setor mineral teria um novo marco regulatório que determinasse como haveria a relação Poder Público com a sociedade, como haveria a relação Poder Público com o mercado. E entendeu na ocasião o Governo, por longos oito anos, de não fazer qualquer alteração e isso veio a implicar num efetivo sucateamento daquela instituição que não foi suficientemente implantada como a devida autarquia da época. E o setor mineral que vinha num processo de desgaste particularmente por conta da depressão do preço das commodities minerais e do combate exacerbado do movimentos ambientalistas que tinha consigo a peste de que a mineração era o patinho feio do desenvolvimento sustentável das nações, na verdade é por um aspecto ou por outro o DNPM se viu até o ano de 2002 no processo de sucateamento apesar de todos os esforços dos seus dirigentes de então de tentar segurar aquela autarquia criada em 1994.

O que nós fizemos ao longo desses últimos quatro anos foi a busca de tentar resgatar essa autarquia e implantar minimamente, creio que nós não fizemos mais do que 30, 40% do que é efetivamente necessário do ponto de vista da sua estruturação, mas eu diria que ainda falta muita coisa, não apenas do ponto de vista da sua estruturação, como instituição, seja ela gestora dos recursos minerais do País, seja ela como órgão de regulação propriamente dito. Gostaria antes de mais nada até dizer que há conceito de regulação. Aquele, por exemplo, que era preconizado pelo Governo do Presidente Fernando Henrique, eu diria que era tão somente pautada no aspecto da regulação econômica do mercado e particularmente quando você flexibiliza o monopólio fica a expectativa de que o Estado mínimo de então regularia as tarifas públicas, particularmente as tarifas elétricas de comunicações, de petróleo e gás, tarifas essas públicas que a regulação dar-se-ia apenas por instituições ditas agências que ocupariam um espaço de excelência no cenário de gestão governamental de tal sorte que instituições com essas características seriam suficientes para controlar ou regular o mercado. Ocorre que pelas diversas manifestações daqueles que me antecederam, fica claro que as relações do Poder Público com a sociedade e com o mercado não se reduz exclusivamente a regulações tarifárias ou mesmo a regulações estritamente econômicas. Existem as regulações ambientais, existem as regulações sociais, ou seja, qualquer instituição que se imagine atuar no cenário econômico particularmente na economia de mercado seguramente que deverá

ter os olhares atentos para cada um desses aspectos, seja o aspecto econômico, seja o aspecto ambiental, seja o aspecto social como aqui foi demonstrado pelos diversos oradores que me antecederam.

Gostaria de dizer de que diferentemente daqueles segmentos que foram monopólios outro dia, outrora e que agora tiveram esses monopólios flexibilizados tem agência de regulação que o fazem apenas sobre a ótica de uma única cadeia produtiva. Seja petróleo e gás, é petróleo e gás. Se é telecomunicações é telecomunicações. Se é energia elétrica é energia elétrica. No nosso caso, Srs. Senadores, o setor mineral ocorre em pelo menos 80 cadeias produtivas distintas e diferentemente de se tratar apenas de oligopólios como são essas cadeias produtivas me referi que tiveram seus oligopólios flexibilizados, são na verdade regime de mercados tipicamente regidos por oligopólios que são basicamente intensivos em tecnologia e capitais e que você não tem a participação de pequenos produtores. Já o setor mineral que tem 80 cadeias produtivas temos que atuar não apenas no aspecto da regulação econômica, da regulação do mercado, da regulação ambiental e da regulação social ainda temos que atuar em 80 cadeias e ainda temos que atuar nos oligopólios, nos monopólios, naquilo que ainda resta porque cobramos CEFEM do monopólio de bens minerais nucleares, atuamos na concorrência monopolista e atuamos na concorrência perfeita. Ou seja, no pequeno e no médio e no grande nós temos que atuar de forma diferenciada.

Então, essa é a característica da instituição que foi sucateada por longos 15, 20 anos e que agora a gente busca resgatar no contexto em que tem a sua legislação aprovada em 1967 que em 1995 teve uma atualização apenas para que houvesse a devida compatibilização com a Constituição de 1988, e que efetivamente essa legislação que denomina-se código de mineração que é o Decreto-Lei 227 a bem da verdade ele está defasado inclusive tecnologicamente. Olhe bem que para que façamos uma mera recepção de requerimento de outorga de direitos minerais nos nossos protocolos, ele tem que ser burocraticamente encaminhado em duas vias registrado mecanicamente e nós estamos num processo como o Prof. Scliar acabou de falar de buscar atualizar essa legislação no contexto da atualização dos paradigmas tecnológicos atualmente vigentes. Internet, e tal. E é o que chamamos de mudança de outorga. Esse é o primeiro projeto que eu poderia aqui citar. Vou citar outros só para fazer uma síntese do que foi levantado pelos diversos oradores que me antecederam, mudança de outorga é um deles, a faixa de fronteira é outro que necessita que nós redefinamos a participação dos investimentos para fins de

ocupação de e novos paradigma da faixa de fronteira. As terras indígenas são tesouros que estão até a atualidade praticamente inexplorados e que são bens da União porque refere-se ao subsolo desse País que é um bem da União, e no entanto as comunidades seriam superficiais dessas terras. O Governo tem projeto que está em fase de finalização para eventualmente ser encaminhado para esta Casa, a questão da flexibilização do monopólio do urânio é outro aspecto importante, o direito minerário como garantia real também está sendo (ininteligível) um Projeto de Lei para ser encaminhado para essa Casa, considero importante as indagações sobre a compensação financeira sobre a exploração mineral, entendo que existe aqui no Senado hoje, salvo engano três ou quatro Projetos de Lei que precisam ser talvez unificados em apenas um, com Relatoria que dê seguimento, me parece que é um projeto que está em fase de votação terminativa e que há um alerta que há um alerta que eu faria como dirigente do órgão regulador é de que precisamos ter uma lei que seja menos conflituosa. Clara na sua aplicabilidade porque isso permite a que o órgão gestor ele possa efetivamente cobrar o que é devido e administrado, seja a empresa de mineração ela possa pagar sem que haja dúvida sempre algum dia será taxada de inadimplente perante o erário. Então é importante que esse tipo de aspecto seja considerado.

Existe aí a questão do Plano Nacional de Agregados que também está sendo trabalhado no âmbito do Executivo, a questão do estatuto do garimpeiro que foi aqui referido pelo Prof. Scliar que é um Projeto de Lei que já passou na Câmara e, e eu diria que a questão do licenciamento ambiental ou dos conflitos ambientais da regulação ambiental é algo que hoje efetivamente tem atravancado o setor mineral. Eu diria que 80% das concessões de lavra que o DNPM tem analisado ficam sobrestadas das nossas prateleiras por conta de dois, três anos por conta da não emissão das licenças ambientais. Então é importante que essa Casa se debrauce sobre essa questão tão bem descrita aqui pelo representante do Instituto Brasileiro de Mineração. Existe e está sendo iniciado aí, retomada a discussão em paralelo ao processo de reestruturação do DNPM ainda na sua condição de autarquia a possibilidade de se ter como órgão regulador uma autarquia especial que é o formato de agência hoje criada, desculpe, hoje tendo um Grupo de Trabalho criado pelo Prof. Scliar na qualidade de Secretário que deverá nos próximos 20 dias apresentar alguma formulação que caminhe na perspectiva de também no setor mineral ter futuramente quem sabe um órgão de regulação e aí eu imagino que ele será como a necessidade de se aponta o órgão de regulação, quem sabe econômica, órgão

de regulação que tenha algum que fiscalize o monitoramento ambiental das empresas, que aprofunde as relações no aspecto arrecadatário, e que estabeleça condições e paradigmas do ponto de vista legal também no aspecto social como aqui já me referi.

Era o que eu tinha a dizer, desculpe se me prolonguei e muito obrigado pela palavra que me foi concedida.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a exposição do Diretor-Geral do DNPM e de agradecer todas as exposições que foram feitas aqui e que se constituíram em exposições abalizadas e contendo informações verdadeiramente preciosas. Eu diria que o desafio dessa Comissão ele vai alarme além do que nós imaginamos. Então numa noite como essa o Relator diante de tantos temas que foram levantados, o Relator teria que fazer um elenco de perguntas muito grande. O que me leva a um dilema, porque nós estamos a essa altura numa determinada hora de nós estamos às 9h03, e eu vou, portanto, resumir o que vai me deixar numa situação não muito satisfatória do meu ponto de vista, mas eu vou ter que resumir, Sr. Presidente, porque eu entendo ser do meu dever e nós não estamos falando aqui apenas para os que estão presentes nessa sala. Eu acredito que a TV Senado esteja cobrindo os nossos trabalhos, não sei se ao vivo. Ao vivo.

Então, nós temos telespectadores que estão a essa altura também preocupados com esse problema da duração da reunião. Essa é uma reunião que poderia, se não fosse também o problema do nosso tempo, ser desdobrada em duas reuniões ou três. Tal é a magnitude e os problemas que foram colocados aqui e que nos deixam numa preocupação muito grande porque o setor de mineração está crescendo, até mais rapidamente do que a média da economia, mas está claro que está crescendo aos trancos e barrancos, podemos dizer assim. É uma expressão meio grotesca, mas é a expressão mais adequada. Está faltando planejamento, está faltando regulação, está faltando marcos regulatórios adequados, está faltando, portanto, a real integração do Governo com a iniciativa privada pelo menos em termos mais satisfatórios, mais ideais, falta essa integração que eu chamaria de intergovernamental. E eu pergunto aos senhores que estão aqui que eles possam nos responder com brevidade, como poderia ser contornada essa dificuldade? Aqui e acolá se aponta, sim, exemplos, o Prefeito nos disse que há já um avanço em termos, por exemplo, do diálogo com a Secretaria, com o DNPM, isso tudo está avançando. Mas não é ainda o ideal. O papel dos centros de pesquisa no desenvolvimento tecnológico do setor, e como assegurar a utilização plena dos recursos do Fundo

Setorial de Mineração com vistas a essa a esse centro de pesquisa, foram abordados aqui os Projetos de Lei em tramitação no Congresso, e que propõe o aumento da compensação financeira pela exploração mineral, a CEFEM, será que esses projetos do ponto de vista dos senhores são projetos que atendem as expectativas do setor? Do setor deve atender, do ponto de vista governamental, porque... talvez não, porque talvez não sejam eles todos projetos do Governo. São projetos de iniciativa Parlamentar também. Tramitam como já foi referido aqui, três projetos de lei apenas para permitir a mineração em terras indígenas. O PL 2.057 do Deputado Aloizio Mercadante, ao qual estão apensados mais de uma dezena, Sr. Presidente, de outros projetos. Inclusive um do Senador Romero Jucá enquanto empresa de mineração aguardam a regulamentação. Como se explica que passado mais de 20 anos desde a inauguração do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, as tendências de degradação do meio ambiente e das relações sociais nas áreas de exploração mineral ainda continuem acentuadas. E uma pergunta mais específica ao IBRAM, já que esse instituto apresentou ao Presidente da Câmara dos Deputados, não é verdade Sr. Presidente, um pleito de flexibilização do monopólio da pesquisa e lavras de minérios nucleares, queríamos saber qual é a posição.

Sr. Presidente, com relação se nós formos comparar só para concluir, se nós formos comparar o que a atividade petrolífera tem hoje, desenvolve hoje e ela está fora aqui do âmbito da nossa apreciação, petrolífera e de gás, com relação ao restante do setor mineral, nós veremos que há efetivamente um descompasso. Evidentemente que ninguém pode comparar exatamente, mas, por exemplo, do ponto de vista dos Municípios e dos proprietários de terras detentoras de reservas de petróleo, há um tratamento como o senhor disse um diferencial aí de um para cem, podemos dizer assim. Do que a PETROBRAS paga para o que as mineradoras pagam. Depois o que fazer com essas empresas pequenas? O que fazer com os garimpeiros? O que fazer com empresas que provem do exterior, e que até mesmo no meu Estado nós temos esse exemplo. Eu não sei sinceramente Dr. Hélio, né? Miguel. Desculpe, Miguel. Dr. Miguel. Eu não sei sinceramente se isso está sendo devidamente acompanhado pelo DNPM. As histórias são fantásticas com relação ao que está sendo extraído no Seridó do Rio Grande do Norte e em outras regiões. Eu confesso que não tenho informações suficientes.

Então, Sr. Presidente, se o senhor quiser entrar pela madrugada, eu posso dar uma contribuição de umas duas horas. De observações, de perguntas, posso estar exagerando, mas daria uma contribuição

muito maior pelo que nós ouvimos, não é porque eu seja um Relator excepcional, não. É pelo que o debate provocou. Mas eu tenho que respeitar a esta altura os compromissos dos nossos convidados, a paciência dos nossos telespectadores, porque o tema não deixa de ser um tema de certa forma árido para alguns. Para nós não que estamos aqui debruçados é apaixonante. Mas essa história de números e de atividades econômicas às vezes elas realmente vão bem ao encontro daqueles que estão preparados para o debate.

Então, eu peço que compreendam a minha situação, e se quiserem inclusive mandar depois algum subsídio já que na noite de hoje vai ser impossível uma abordagem mais aprofundada a despeito do que nós já temos aqui que já é bem razoável fruto do que foi exposto.

Presidente, V.Ex^a cometeu um equívoco. Quem manda na reunião é o Presidente. O Relator pode mandar na última reunião quando ele apresenta o Relatório. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Quero agradecer ao Senador Garibaldi Alves, só fazer alguns registros até para depois abrir a palavra para cada um. Quer dizer, aquele que entender que é importante fazer algum comentário em cima das perguntas apresentadas pelo Senador Garibaldi Alves tem todo direito e toda liberdade e eu vou também fazer na sequência, mas eu queria só fazer alguns registros que no meu ponto de vista são importantes. Muito rapidamente.

Primeiro eu fico contente de ver aqui o DNPM que isso é da minha época quando estava na Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia Governo do Itamar Franco e depois como Ministro até o final do Governo Itamar. Não só depois da transformação do DNPM em autarquia como também a transformação em Secretaria de CPRM em empresa pública. E esses dois eventos aconteceram em 1994. Então fico muito feliz com estar... Sou uma pessoa que acompanha a questão dessa área de mineração com muito cuidado. Eu fui Presidente do Conselho de Administração da VALE DO RIO DOCE durante dois anos, e é um tema como disse o Senador Garibaldi, encantador. Ao mesmo tempo um tema difícil por tudo aquilo que foi dito aqui. Os marcos regulatórios, as inseguranças dos investidores, as questões de caráter ambiental, como disse muito bem o nosso querido Waldir aqui essa confusão de carga tributária com aquilo que é cobrado principalmente das mineradoras é o caso aqui do CEFEM, é o caso nós falamos aqui também sobre o nosso querido Paulo Camillo Penna falou sobre o SNUC que é outra questão também que traz muita insegurança aos investidores. E eu não poderia deixar

de destacar aqui a questão de áreas indígenas e região de fronteira. Meu Estado, por exemplo, nós temos mineração em região de fronteira e é simplesmente nós vendemos commodity. Pura e simples. Não agregamos um centavo a nada. Chegamos ao cúmulo de vender minério a 30 dólares... 32 dólares, 28 dólares. O minério desce o Rio Paraguai, entra na Argentina e aí fazem a redução do minério de ferro levando a 280 dólares a tonelada.

Então, eu sei que existe o próprio Prof. Cláudio Scliar aqui citou esse projeto de mineração em área de fronteira. Nós temos que cobrar das mineradoras área de fronteira também e agregar valor. E não mandar commodity embora pura e simplesmente. E ao mesmo tempo também áreas indígenas. Eu fui Relator de uma Comissão temporária que cuidava dessa questão indígena e fui na reserva do Roosevelt. Lá em Rondônia, onde praticamente o diamante...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas como Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Já como Senador. Era uma Comissão inclusive presidida pelo Senador Mozarildo. E é inacreditável, lá o diamante aparece quase que ele aflora. 30 de profundidade no máximo. Parece África do Sul e outros países que exploram também diamante. E é inacreditável o que eu vi lá. Eu fui logo depois da chacinha que ocorreu na reserva do Roosevelt. É uma coisa que merece urgentemente uma ação sob o ponto de vista de projeto legislativo, ou do Executivo, nós não podemos deixar que aquilo continue ocorrendo. É uma barbaridade. Não só sob o ponto de vista de exploração mineral, mas também sob o ponto de vista de evasão de divisas. Eu cheguei a ver lá, ouvi histórias de aviões que desciam, negociavam pedras, colocava essas pedras numa garrafa daquelas PET de refrigerante, o avião decolava, ia primeiro para Mato Grosso, se não me engano Juína, e de Juína ia embora e depois essas pedras eram lapidadas em Israel, na Holanda e assim por diante.

Então eu acho que alguns pontos que foram aqui citados são de fundamental importância. A questão dos marcos regulatórios como foram, quer dizer e que o setor ainda precisa, a questão do SNUC, a questão do CEFEM, que é muito importante dentro desse ponto e dentro dessa leitura de caráter conceitual, o ex-Senador Rodolpho Tourinho também debruçou intensamente sobre essas questões aqui até com o nosso querido Paulo Camillo Penna, infelizmente não tivemos condição de dar continuidade, mas o objetivo dessa Subcomissão é essa, e nós não podemos deixar de destacar também área indígena e área de fronteira. Isso é absolutamente fundamental para que

a gente encontre uma saída para problemas graves, sérios que o Brasil tem enfrentado pelo não equacionamento dessas questões.

Eu quero só para encerrar no Ministério de Minas e Energia a gente vê com alegria já esses resultados. Esses avanços que foram conseguidos até na mudança do nome, Prof. Cláudio Scliar da antiga Secretaria de Minas e Metalurgia quer dizer um tratamento diferenciado porque sempre a mineração ficou a reboque das outras áreas de petróleo, gás e energia. Em vários Ministérios que passaram vários Ministros também normalmente o foco era a energia ou então petróleo e gás. E sempre a mineração ficava para trás. E vê os resultados o que representa a mineração para o Brasil, especialmente para os Municípios. E eu quero agradecer muito a forma didática, sintética com que cada um aqui explicou os seus, o foco da sua... Apresentou as suas respectivas exposições muito bem focadas, quero dizer que a nossa Assessoria vai fazer contato com vossa Assessoria porque vamos apresentar uma série de sugestão para a reunião de Comissão de Assuntos Econômicos e nós vamos aprovar muito possivelmente o Relator Garibaldi, Senador Garibaldi Alves vai apresentar isso na CAE para aprovação e depois encaminhamento ao Plenário para aprovação, então vai haver uma interação muito forte, além dos materiais já distribuídos, nós vamos Waldir consultar os senhores ao longo dos próximos dias porque nós vamos entregar o Relatório no final do mês de setembro.

Portanto, eu quero agradecer a todos vocês e agora passar a palavra para os expositores, Dr. Fernando Mendes Valverde, Diretor Executivo da Associação Nacional de Entidades Produtores de Agregados para a Construção Civil, ANEPAC. Vou dar cinco minutos para cada um, evidentemente dentro da liberdade que sempre pautou essa Subcomissão.

SR. FERNANDO MENDES VALVERDE: Eu acredito que as colocações que nós fizemos com relação aos agregados para a indústria de construção civil foi de certa forma é uma questão que vem sendo tratada há muito tempo pelo setor que é a falta de planejamento, eu não tenho dúvida que isso tem que ficar na pauta, na agenda dos legisladores para que nós não possamos passar por alguma crise de abastecimento de agregados para a construção civil, mas eu gostaria de fazer uma colocação aqui que eu não fiz no momento oportuno, e o Paulo Camillo levantou a necessidade de regulamentação do art. 23 da Constituição onde diz que é competência comum da União, dos Estados e Municípios a gestão dos bens minerais. Eu acredito, e gostaria de antes disso informar que na semana passada foi aprovada na Assembléia Legislativa de São Paulo, na frente Parlamentar da Mineração

que foi criada recentemente a proposta de criação de um órgão, a coordenadoria de mineração no Estado de São Paulo, junto com essa coordenadoria de coordenação também foi aprovada a transformação da Secretaria de Energia e Saneamento em Secretaria de Energia Saneamento e Mineração, e também a criação de um Fundo Estadual de Mineração. Por que isso? Porque nós entendemos os nove sindicatos filiados à FIESP que participaram dessa frente entende que determinados Estados e determinados bens minerais possam passar por uma descentralização em termos de gestão. Essa descentralização evidentemente nós entendemos que não é uma descentralização política. Ou seja, você transferir para os Estados a propriedade do bem mineral. Mas uma descentralização orgânica através de convênios, através de outros mecanismos. Por quê? No Estado de São Paulo, por exemplo, tudo que é produzido no Estado em termos de mineração é produzido e consumido no Estado. Não é importado, nem exportado. Então é mais do que importante que o Governo do Estado de São Paulo tenha uma política de estratégia de abastecimento de agregados, de abastecimento de calcários para corretivo e assim por diante. E demais, em todos os países do mundo com extensões continentais, essa gestão de recursos como areia e brita que tem conotação eminentemente regional, não vou trazer areia e brita da Amazônia para vender em São Paulo, aliás, eu não pego areia e brita de São Paulo e levo para a baixada santista e nem Campinas e vice-versa porque é inviável. Então a gestão tem que ser local, tem que se criar uma cultura de serviços geológicos estaduais, de fazer com que o Estado, o Estado pense órgãos cujo assunto principal seja a mineração. São Paulo, por exemplo, nós temos o IPT que é extremamente capacitado, mas tensa tudo, o IG que é órgão que pensa diversos aspectos da mineração e outros assuntos de geologia, falta uma coordenação para se fazer políticas de estratégia para o Estado para trabalhar juntamente com o DNPM e tudo isso. Então essa é uma questão que eu acho de momento muito importante (soa a campainha) que seja apreciado também que é a questão da possibilidade de descentralização de determinados bens para os Estados em determinadas regiões do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado Dr. Fernando Mendes Valverde. Acho que é importante esse registro também a questão da descentralização e autoridade para os Municípios também e os Estados até para que haja um gerenciamento mais rápido, mais ágil através de convênios. Acho que é uma saída importante no meu ponto de vista, e eu quero passar a palavra agora para o Dr. Paulo Camillo Penna Diretor-Presidente do IBRAM.

SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA:

O IBRAM se sente honrado de participar dessa Mesa, nesse debate nessa noite com o Senado Federal. Mas antes de me despedir eu gostaria de em função de alguns elogios que nós fomos vítimas pelo Prefeito Waldir Salvador, eu gostaria de fazer alguns reparos. (risos) O Prefeito Waldir Salvador para quem não o conhece é um talento, é um tribuno. E efetivamente ele usa com toda a competência a argumentação da forma que leve alguma vantagem para a sua retórica brilhante. Em primeiro lugar ele considera a compensação tributo quando fala em fazer o pagamento espontâneo, que é uma figura típica do Código Tributário Nacional, mas ele não é tributário quando vai somar carga tributária. Não interessa, Prefeito. Para o setor produtivo, o nome, o apelido não é o que vale para o setor produtivo. O importante é na última linha, efetivamente qual é o tamanho do desconto que a empresa está sendo vítima hoje porque não temos o retorno efetivo do que pagamos como contraprestação do Estado Brasileiro. Então se compensação é tributo, se não é tributo, o nome que ela tem esse apelido não nos... Praticamente não nos interessa. Quer dizer, me desculpe a força da palavra, mas eu considero isso uma visão autista, quer dizer, isolar a palavra num conceito tributário ou não para o setor produtivo importa quanto que ele sangra da capacidade de investimento das empresas. Se dizer que passar de 2s para 4 % o tamanho da CEFEM de 2% líquido para 4% bruto significa quadruplicar o valor efetivo da CEFEM.

Eu tenho aqui em mãos uma notícia da Gazeta Mercantil publicada pela Blumberg(F), é uma tradução, a suspensão da compra de 30% do minério da Índia em um mês em função do aumento de 300 rúpias no preço da saída do minério. Sete dólares. Isso significou 30% na suspensão de venda do minério de ferro da Índia que é o segundo exportador de minério de ferro para a China. Então efetivamente o impacto disso tem que ser medido de maneira responsável, de maneira equilibrada, cientificamente provado. Concorro integralmente com a colocação do Ministro Delcídio quando ele disse com relação à venda do produto sem nenhum tipo de industrialização ou sem beneficiamento. Tanto concordamos que a proposta que nós entregamos à Secretaria de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia no sentido de melhorar a legislação hoje no que diz respeito a CEFEM, nós propusemos alteração do Decreto nº. 1 porque ele penaliza o extrator do minério que quer beneficiá-lo e cobrando dele a CEFEM. E exige do segundo que o comprou esse minério de qualquer pagamento dessa ordem. Então efetivamente nós temos sim que corrigir essas distorções.

Outra posição do setor é de que efetivamente a CEFEM ainda não é uma legislação que foi integralmente aplicada. O nível de sonegação que o Prefeito coloca é brutal. Nesse sentido eu gostaria de ler, todos nós temos consultores pessoas que são gurus que nos apontam em direção e eu gostaria então de citar aqui um depoimento de um desses meus gurus nessa área. “Tem de ser aumentada a base de quem recolhe a CEFEM e intensificar a fiscalização sobre a informalidade e sobre a sonegação. Acho que ao aumentar a alíquota simplesmente ocorre-se o risco de tirar a competitividade nacional do produto. O que não se pode é dizer, aspas, ‘vamos passar a CEFEM de 3 para 4%’. Tem gente pedindo para passar 5%. Espera aí. Baseado em quê? O mercado comporta? Isso tem que ser visto com muito cuidado e bom senso porque está se elevando a carga tributária. Todo brasileiro reclama do excesso de tributo e neste caso teremos mais sonegação. Nós queremos que haja, mas que todos paguem. Buscamos uma relação amadurecida que as empresas mineradoras”. Isso é um texto do nosso Presidente da AMIG, Waldir Salvador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Com a palavra o Secretário Cláudio Scliar.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Bem, primeiro gostaria de dizer que foi uma honra ter sido convidado eu agradeço muito e dizer que não só eu como todos os nossos colegas na Secretaria estamos a disposição realmente a disposição para vir aqui ou seus Assessores irem até lá no sentido de contribuir, passar material ou alguma dúvida que tenha ficado em relação a minha apresentação ou outras informações que sejam de interesse.

Eu gostaria, o Senador Garibaldi ele levantou alguns aspectos que eu realmente gostaria de colocar da seguinte forma. Quando o senhor disse que o... A situação está confusa e as pessoas não se entendem e tipo a situação não está boa. Eu não tenho dúvida nenhuma que é necessário muitas mudanças ainda. Muitas mudanças. Mas eu posso lhe afirmar, eu gostaria e essas coisas são delicadas quando a gente fala na presença das pessoas ou de tantos outros do setor mineral. Nós desde que assumimos em 2003, nós tivemos as nossas portas totalmente abertas. Para os muito pequenos, para os médios, para os grandes, para os Municípios, para todos. Nem sempre conseguimos resolver. Nem sempre. Isso é verdade. Tem muitas questões que ainda não estão resolvidas. Mas nós assumimos na prática a Resolução de questão que estão algumas a dezena de anos sem serem resolvidas. O senhor mesmo falou a questão da mineração terra indígena. É desde 88. O art. 231 da Constituição ele é muito claro ele diz lá que

pode haver mineração em terra indígena, conforme a lei regulamentadora. E desde 88 até hoje ainda não se tem. Mas olha, desde 2003, e aí Senador eu estive duas vezes no Roosevelt, o Miguel teve uma ou duas vezes no Roosevelt, já tivemos uma Medida Provisória para a compra dos diamantes, já tivemos através da Caixa Econômica, foram várias ações. São dezenas de reuniões que temos tido com o GSI, com FUNAI, com COIAB, com povos indígenas de todos os lados procurando caminhar exatamente para definir e conseguir aprovar. Estamos hoje com uma proposta já fechada com a coordenação do Ministério da Justiça, e espero que logo-logo se possa encaminhar aqui. Tendo bem claro para nós que o Projeto de Lei do Senador Romero Jucá sem dúvida ele avançou muito. E para nós é extremamente positivo temos conversado com ele também nesse sentido de aprovar essa legislação. Isso questão mineração terra indígena. A cada uma, faixa de fronteira, mesma coisa. Tivemos... foram muitas reuniões, o senhor acompanhou, o senhor... Toda a questão relacionada não só ao Mato Grosso, mas são 150 quilômetros a partir da linha de fronteira em 15 mil quilômetros de fronteira. Isso dá quase 13% do território nacional. Que está impedido a extração feita por quem tem capital mais de 51% capital internacional. Nós temos situações, por exemplo, temos a CIMENTELA portuguesa no Rio Grande do Sul, (soa a campanha) ela pode ter a refinaria de cimento. Ela não pode ter a pedreira de calcário. É proibido. Nós fizemos agora no nosso Governo através da CPRM praticamente mais de 80% do Estado do Amapá, foi feito um levantamento aerogeofísico. Em várias partes da Amazônia. Pelo Brasil inteiro. Nos fizemos o que há 30 anos não se fazia um levantamento aerogeofísico. O Estado do Amapá ele é quase toda faixa de fronteira, porque ele tem uns recortes grandes, e se imaginar 150 quilômetros a partir da fronteira, quase que fecha o Estado. E nós estamos num esforço enorme junto com outros Ministérios, exatamente espero que agora estamos numa reta final junto com alguns Ministérios que tinham levantado algumas questões, questões ligadas a soberania, algumas questões desse tipo, mas para os próprios militares hoje o entendimento que eles têm nos passado é que a soberania tem a ver com atividade legal. Então quanto mais atividade legal tiver na fronteira é positivo. E no nosso projeto, Senador, o senhor pode ter certeza, um dos pontos fundamentais para nós é a agregação de valor. Não é só a extração e venda como commodity. É a agregação de valor nessa faixa. Todas atividades que se tiver na faixa de fronteira.

Então, bem, a questão do estatuto garimpeiro que está aqui, isso foram muitas e muitas reuniões

com todas as lideranças garimpeiras. Não foi uma nem duas reuniões. Nós envolvermos, realmente tem algumas questões que não conseguimos avançar o Plano Nacional de Agregados por dar... realmente nós fizemos como o próprio Fernando Valverde diz. Mas não é o livro que vai, não é um livro que vai resolver o nosso problema. Mas resultou num livro 50 cursos que fizemos em todo o País. Dentro de uma política de capacitação. Também dos oleiros cerâmicos, e vai por aí. Eu não quero estender, mas só dizer o seguinte, Senador. Um aspecto que para nós foi muito claro, e isso eu lhe digo muito, muito claramente. Não só a Secretaria, mas como o DNPM e a CPRM nós abrimos as portas para todos aqueles que são usuários. Nem sempre conseguimos fazer. Nem sempre. Mas que nós caminhamos muito, fizemos muito, teria que ter mais tempo para expor tudo que nós fizemos. Não foi pouco. Mas falta muito ainda para fazer. E do ponto de vista de marco regulatório, todos esses aspectos legais nós estamos enfrentando eles. Concorro que a velocidade nós gostaríamos que fosse muito maior. Agora, com o apoio, a ajuda de vocês sem dúvida nós vamos poder caminhar mais rápido. Só isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado Secretário Cláudio Scliar, e eu passo a palavra agora para o último expositor, nosso caro Waldir Salvador de Oliveira.

SR. WALDIR SILVA SALVADOR DE OLIVEIRA: Ainda bem que o último, ainda bem que existe a democracia. Senão nós íamos sair daqui achando que o que o Paulo passou de informação é o correto ou verdadeiro. Ele só esqueceu de passar qual foi a data daquela declaração da AMIG. Aquela data foi antes de algumas coisas. Por exemplo, primeiro delas, nós considerávamos que não existia, se ele for recordar bem no tempo, e eu uso toda a minha eloquência principalmente porque eu não minto e quando a gente não mente, a gente tem direito de ser eloquente. A gente só não pode manipular. O que acontece? Antes daquela declaração feita por época dos 30 anos do IBRAM, a AMIG não tinha, por exemplo, esse estudo porque nós não sabíamos da verdade. O Brasil paga 2% do CEFEM sobre o faturamento líquido, a Austrália de 5 a 7,5 sobre o bruto. A África do Sul 2 sobre o bruto. O Canadá de 15 a 20 sobre a renda tributável, a China 2 sobre o bruto, a Indonésia 2,5 sobre o bruto, a Rússia 4,8 sobre o bruto e o bobo do Brasil 2 sobre o líquido. Então nós não tínhamos esses dados. Eu tinha todo o direito de por questão de bom senso e respeito dizer que antes de falar e aumentar para 3 ou 4 que nós deveríamos estudar. Está pronto o estudo. Nós não mentimos. Segundo, nós falamos ali muito claro que nós queríamos aumentar a base como nós queremos,

que eu acabei de dizer aqui quando iniciei minha palestra ou minha exposição. Os pequenos não pagam nada. Os grandes pagam menos do que deveriam pagar. Querem ver o resultado? Depois desta data onde a AMIG através da minha pessoa deu essa declaração e eu não minto e nem a AMIG, nós pedimos ao DNPM que fizesse uma fiscalização no Estado de Minas Gerais para que as empresas que sonegam passassem a ressentir a presença do Governo que não existia. É um dos maiores problemas da mineração brasileira é a falta do Governo pelo tamanho da mineração. É pequeno perto do tamanho da mineração. E nós não pedimos ao DNPM para iniciar pela mineração de ferro porque quem sonega absurdamente no Estado de Minas Gerais é especialmente o produtor de granito, de quartzito, de pedra ardósia, de água mineral etc e tal. Mas, para que ficasse de uma forma exemplar mostrado que a mineração de ferro é realmente a mais correta, fez-se quatro empresas do Estado de Minas Gerais. MBR, SAMARCO, VALE DO RIO DOCE que agora as três pertencem ao mesmo grupo e a CSN e foi auditado uma dívida de dois bilhões e duzentos milhões dos Municípios, 19 Municípios mineradores. Foi a maior das decepções. Então não adianta nós ficarmos achando que existe anjo em mineração que não existe anjo em Prefeitura. Não sei se nem existe mais anjo no céu nessa altura do mundo. Então a nossa proposição de passar para faturamento do líquido pro bruto é para que não haja manipulação em todo o segmento não só o de ferro, para que isso pare de acontecer. E os 4% não foi baseado numa declaração precipitada lá atrás, não. Foi depois dos estudos feitos então eu tenho o prazer enorme de dizer que aquela declaração foi sensata na hora correta para que nós não cometêssemos nenhum inequívoco, nenhuma coisa louca de dizer, passa, como existiam inclusive Senadores que queriam passar para 10% do faturamento bruto e que nós Municípios mineradores foram os primeiros a ser contra porque não queríamos fazer sangria em ninguém. Nós só queremos provocar um equilíbrio das rendas de quem explora e de quem é explorado. E gostaria de encaminhar por final, o Paulo confundiu autista com altivistas. Altivistas são aqueles que são altivos, que são honestos, que são patrióticos naquilo que fala. Não é quem sofisma, não. E eu disse aqui também para os Srs. Senadores e volto a repetir que é o pluralismo da discussão que vai chegar ao ponto final. Se não for quatro, for três, se não for três for dois e meio, se for comparar com outros países for verificar os senhores têm muito mais do que nós Assessorias, condições, como o próprio IBAM tem por ser uma entidade milhares de vezes mais bem Assessorada e rica do que a AMIG que é trabalho de loucura dos Prefei-

tos para ter pelo menos o reconhecimento do que é o subsolo de não podem ser passado a perna. Nós não temos menção desrespeito às empresas mineradoras. Nós só não vamos aceitar mais desequilíbrio entre o que se explora e o que é explorado. E a nossa intenção é provocar o debate, chamá-lo ao Governo, pedir ao Governo que interfira, que regulamente, esse é os papéis dos Prefeitos. Esses são os papéis de não mentir ao dizer: a carga tributária é grande, mas a VALE DO RIO DOCE não pagou 32 ano passado não, pagou menos de 15 por causa do tipo de atividade da VALE DO RIO DOCE. E é esse pluralismo é que vai chegar no resultado que nós queremos. AMIG não mente, o Prefeito não mente, ele fala em cima de dados e graças a Deus aquela declaração dada há um ano atrás foi daquela forma sensata dizendo o quê? Antes de se passar para três ou quatro devíamos aumentar a base. Foi o que defini aqui no começo e cobrei no começo. A medida que o Estado não que cumpre, não é porque é incompetente, não. É porque o tamanho da mineração como falou se não me engano o Senador Agripino, andou muito mais rápido do que o Governo, do que os órgãos que regulamentam Senador Garibaldi, perdão. Então o que aconteceu? Foi muito mais rápido e o que aconteceu nós não conseguimos de forma nenhuma acompanhar e os Municípios estão se oferecendo para cobrir parte dessa lacuna porque nós estamos lá no dia-a-dia. Com os fiscais do ISS, com o fiscal do Estado do ICMS, e eu tenho certeza que o Paulo não vai ficar chateado porque as boas não vão ser multadas. As honestas não vão ser multadas, as altivistas e não autistas não serão multadas e os Prefeitos não serão passados para trás. (soa a campainha) Essa é a nossa decisão de não assistir mais e de intervir. E aonde alguém falar por algum interesse assim: Os prefeitos querem prejudicar a atividade mineradora, os prefeitos são contra as cidades mineradoras... Estão perdendo o tempo falando asneira e não conhecendo o que nós queremos. Nós queremos atividade mineradora pujante, correta, para cima, progressista, competitiva, sem levar nenhuma vantagem sobre os Municípios e o País, mas também sem levar desvantagem em relação ao mercado internacional. Quantas vezes necessárias for a AMIG vai dar suas opiniões com bom senso, com respeito, com verdade e prudência. Agora, a nossa decisão é de ter não uma luta autista, é altivista. Faltou só esse pedacinho para mostrar bem claro o papel dos Municípios mineradores brasileiros. Não vamos entrar em conflito. Só não seremos mais omissos e eu tenho certeza que o Senado Federal e o Governo serão capazes de com essa pluralidade das discussões achar o bom senso, nos propor o melhor e quem sabe que os Municípios

e a empresas trabalharão juntos por uma coisa mais honesta, decente, boa para todo mundo, boa para eles e para o Brasil. É só o que nós queremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado meu caro Waldir Salvador de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, AMIG. E eu mais uma vez insisto que nós procuraremos os expositores para ajustar Cláudio o relatório que vai ser apresentado possivelmente em outubro na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, vai ser de muito grande valia essa colaboração de todos vocês para que a gente conclua esse Relatório do setor de mineração a contento.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês, aproveitar também e cumprimentar, Cláudio, toda a Diretoria, os diretores da Secretaria que estão aqui presentes, representando não só o Ministério de Minas e Energia, mas o Governo Federal, quero agradecer a todos que nos acompanharam até agora numa segunda-feira, 21h46, e quero aproveitar também para dizer que na semana que vem às 18h30 teremos audiência voltada para a área de vigilância sanitária e no dia 24/09, comunicação social, a questão de conteúdo dos programas.

Portanto, eu quero agradecer mais uma vez de-sejar um bom... Uma boa noite a todos, agradecer a presença, a maneira como vocês se portaram, colocaram suas posições aqui, olhando o País, olhando o futuro, olhando os Municípios, olhando acima de tudo os cidadãos e eu dou por encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 21h47.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro, de 2007, às 11:30 horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e sete, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Neuto de Conto e, ainda, dos Deputados Luiz Carlos Hauly e Luiz Paulo Vellozo Lucas. Deixam de

comparecer os Senadores Mão Santa, Raimundo Colombo e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo discutir os subsídios técnicos para avaliação do sistema tributário, tendo como Expositor o Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, Assessor Técnico da Subcomissão e Economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Após a exposição do Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Relator, Neuto de Conto, Eduardo Suplicy e, ainda, os Deputados Luiz Paulo Vellozo Lucas e Luiz Carlos Hauly. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Srs. Senadores, eu estava aguardando ver se vinha mais algum Senador, mas infelizmente não apareceu.

8ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em 20 de setembro de 2007, às 11h30 na sala de reunião nº. 15, para discutir os subsídios técnicos para avaliação do sistema tributário. Expositor José Roberto Rodrigues Afonso.

Aqui vale a pena nós fazermos um preâmbulo sobre esta apresentação do Economista Dr. José Roberto Afonso. O Governo tinha feito uma avaliação no início do ano dizendo que a CPMF seria votada e seria discutida dentro de um quadro de Reforma Tributária que ele apresentaria ao Congresso Nacional e esperava que as duas coisas acontecendo em conjunto daria as condições necessárias para discutirmos com melhor qualidade a questão da CPMF, para termos uma discussão mais abrangente sobre CPMF dentro de um quadro de Reforma Tributária que não só modernizaria, mas apontaria ou sinalizaria para uma carga tributária menor ao longo dos anos.

No início do ano, assim que nós abrimos essa Subcomissão, houve apresentação de um desenho, não propriamente de uma proposta, mas de um conjunto de idéias que seriam básicas para essa Reforma Tributária que seria apresentada posteriormente. No entanto, se não me engano foi a primeira reunião que nós fizemos dessa Subcomissão foi essa... Esse con-

junto de idéias apresentado pelo Sr. Bernard Appy. No entanto, até hoje nós não recebemos mais nenhuma sinalização do Governo sobre essa proposta de Reforma Tributária.

No meio das nossas discussões, o Senador Dornelles como Relator, propôs que nós fôssemos, não só avaliando, mas construindo uma idéia paralela para que nós pudéssemos discutir a proposta de uma maneira mais objetiva quando chegasse o momento. Como o momento não chegou, a CPMF está aí, já foi aprovada em primeiro turno na Câmara, deve vir nos próximos 15 dias aqui para esta Casa, o Governo não apresentou, nós então estamos tomando a iniciativa de discutirmos a idéia de uma proposta desta Subcomissão que evidentemente nós levaremos à CAE para a Reforma Tributária dentro do quadro de discussão da aprovação ou não da discussão da própria CPMF. Eu acho bastante oportuno, mais do que oportuno eu acho fundamental para a discussão da questão tributária no Brasil, e podemos nesse momento nos prepararmos para fazermos aqui no Senado uma discussão muito mais profunda do que tem sido feita até agora no âmbito da Câmara Federal. Então eu queria passar a palavra ao Dr. José Roberto.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO:

Obrigado, Senador. Eu trouxe aqui uma apresentação que é relativamente longa, mas para poder cobrir tudo que foi demandado. A apresentação está organizada nos seguintes blocos. Primeiro, um comentário rápido sobre as atribuições constitucionais do Senado em relação à matéria tributária. Depois os resultados observados, quer dizer, uma síntese um pouco dos trabalhos que nós tivemos até aqui, um diagnóstico da situação atual, essa parte vou passar mais rápido. O terceiro bloco é discutir algumas proposições de melhoria divididas em três etapas. Quer dizer, a idéia é que essa melhoria do sistema tributário deve ser um processo onde começaria com o aperfeiçoamento com as regras vigentes, o que é que se pode fazer para aperfeiçoar. A segunda etapa o redesenho do sistema, o que seria a mudança condicional propriamente dita e a terceira etapa o processo de implantação. E no final eu estou levantando algumas idéias de agenda mínima de trabalho daqui para frente. Eu estou falando em caráter pessoal e retratando um pouco as discussões que a gente teve na Assessoria trazendo subsídios aos Senadores. Acho que é importante frisar bem que isto aqui não é a conclusão dos trabalhos.

A competência do Senado ela... Acho que não custa lembrar por que é que o Senado também está tratando dessa matéria, além da Reforma Tributária que tem sido anunciada pelo Governo como o Presidente Senador Tasso colocou. O Senado tem uma atribuição

constitucional nova da Emenda de 2003 que compete exclusivamente ao Senado avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário e o desempenho das administrações tributárias. Esse que inclusive é o embasamento desta Subcomissão e o que a gente vai conversar aqui é sobre a avaliação. Funcionalidade do sistema, quer dizer, a Constituição fala em duas expressões. Primeiro, funcionalidade do sistema, não custa lembrar um pouco, estou recorrendo do ponto de partida ao dicionário, quer dizer, a idéia de funcionalidade, do que seja funcional, prático, utilitário. O sistema tributário brasileiro, como todos nós vimos já nas audiências aqui no Senado e em vários... Em vários estudos, é o sistema que é funcional para arrecadar, arrecada muito, mas tem uma série de problemas complexos regressivos, cumulativo, opaco e oneroso. Em seguida a gente comenta um pouquinho. O desempenho, a idéia de desempenho qual é? É uma atuação, avaliar... atuação observada na execução de uma tarefa, se avaliar os resultados posteriormente avaliar os resultados que foram obtidos e necessidades de... E se for o caso necessidade de sua modificação e melhoria. Acho que é por aqui que a gente caminharia neste trabalho. Quer dizer, as administrações tributárias brasileiras foram bastante eficientes em aumentar a arrecadação tributária, mas piorou a qualidade com efeitos danosos para competitividade para a justiça tributária. Quer dizer, o trabalho que a gente está trazendo aqui é nesse sentido. De primeiro comentar muito rápido os resultados observados, a síntese dos problemas, e depois passar a discutir uma primeira discussão, primeiras idéias de como melhorar esse sistema. Essa parte dos resultados eu me permitiria passar mais rápido porque acho que o problema são de todos conhecidos O Sistema Tributário Brasileiro tem distorções econômicas bastante conhecidas, tributo exportação, tributo a bens de capital, a tributação acaba alterando o local em que se deseja, por exemplo, colocar uma fábrica, produtos iguais têm uma carga tributária diferente ao longo do território nacional e quanto mais harmonização internacional mesmo em relação ao Mercosul não temos nenhuma. As principais distorções sociais, uma razão tributos PIB elevada, aliás eu me permitiria evitar a palavra carga tributária porque tem uma discussão enorme, que carga tem a ver ou não com aumento de alíquota. Eu quero dizer assim, o que se arrecada é dividido pelo PIB qual é o resultado? Essa razão tributos/PIB no Brasil foi crescente nos últimos anos é muito elevado em comparação com outros países. Tem uma injustiça tributária muito grande e vem provocando problemas federativos latentes. Estou passando mais rápido porque slides seguintes vamos colocar isso na forma de figuras. A carga tributária que em 95...

Perdão, a razão produtos PIB que em 95 estava na casa de 27% do PIB, numa metodologia abrangente que computa todos os tributos hoje já está na casa de 35.5% do PIB. Quem tiver inclusive interesse no detalhamento desse cálculo o IPEA está publicando hoje um trabalho nosso onde nós aplicamos como é que chegamos a esse número que era mais ou menos um ponto acima pela conta feita pela Receita Federal. E para 2007 a expectativa é por conta da arrecadação que já ocorreu até o mês passado a expectativa é que essa razão chegue a 36.6% do PIB. A projeção é que inclusive entre 2002 e 2010 tenhamos uma média de 0.4% ao ano de aumento dessa razão, enquanto que entre 94 e 2002 só tinha sido 0,28. Quer dizer, vai crescer também aqui.

No slide seguinte, sei que o slide está difícil para analisar, mas tem os dados. Quem lidera aumento da razão tributos/PIB é a arrecadação federal e aqui no caso os dados de 2008 a 2010 são os que estão no Plano Plurianual, LDO e mostra aumento crescente. O que nós já tínhamos mostrado, a principal problema, a principal preocupação que nós economistas temos com esse aumento da razão tributos/PIB tem a ver com o descolamento entre o PIB, o crescimento médio do PIB da economia brasileira e o crescimento médio da arrecadação. Quer dizer, desde 98 nós temos a arrecadação crescendo muito mais do que o PIB. Mesmo quando a economia decrescia você aumentava e mesmo em período recente... aqui até 2006 são dados realizados e até 2010 é a projeção que o próprio Governo Federal está fazendo com base no PPA. Tanto projeção de crescimento da economia, quanto projeção de arrecadação. Quer dizer, não é estimativa nossa. São dados oficiais. O resultado disso no slide seguinte aquilo que a gente já comentou que passa muito rápido, o Brasil tem uma razão tributo/PIB na casa pouco acima de 35% do PIB quando a média das economias emergentes é 28%. E os países ricos estão na casa de 37. Ou seja, temos uma carga tributária muito próxima dos países ricos. Não é na tributação da renda que nós nos aproximamos dele. Os impostos sobre a renda no Brasil são inferiores a dos países ricos, que é a primeira coluna, no salário também e na propriedade também. A diferença tem a ver com tributação de bens e serviços, ou seja tributação indireta. Enquanto a média dos emergentes é próxima dos países ricos na casa de 11%, no Brasil passa de 17%. E por isso que toda discussão daqui para frente está muito concentrada nos chamados tributos indiretos. São aqueles que alcançam a produção, a comercialização e as vendas em geral. Eles representam cerca de 43% da carga tributária brasileira. Na verdade, se a gente incluir a CPMF, as transações financeiras, nesse mesmo

bloco metade da arrecadação nacional vem de forma indireta. A COFINS está aqui dentro. COFINS, PIS, IPI, ICMS, IOF e CPMF estão neste outro bloco de transições financeiras. Por isso que 43 mais 7% deles acaba chegando a 50. A tributação de salários vem em seguida. Gera cerca de 24%. CPMF está aqui em transições financeiras. Esse bloquinho aqui. Salários representam 24% da arrecadação nacional e a tributação da renda cerca de 20%. Quer dizer, ou seja, as bases são bastante concentradas. Mas por tributar muito, por nós termos uma tributação muito forte indireta, isso gera problemas não só para a economia para os exportadores, para os investidores quanto gera problema na distribuição dessa tributação entre as famílias brasileiras. Aqui é o trabalho em poucas palavras que a gente teve aqui apresentado pela FIPE, pela Prof^a. Maria Helena Zockum. Só destacaria duas pontas. Quando se considera todos os tributos cobrados no Brasil, quem ganha até dois salários mínimos a FIPE calculou pro ano de 2004 teria uma carga na casa de 49% da sua renda e quem ganha mais de 30 salário mínimo na casa de 26%. Quanto mais de se ganha menos se paga de tributos. Isso é resultado de quê? De ter uma tributação indireta muito alta no Brasil.

O Senador Dornelles já inclusive expôs isso recentemente em artigo onde ele comenta que as resistências a um aumento de tributo sobre o que se vende é muito inferior porque ninguém sabe o que está pagando sobre o que é que está comprando do que, por exemplo, um aumento de Imposto de Renda que a discussão fica aberta, fica clara o que é que é isso. Quer dizer, a tributação brasileira indireta, além de injusta ela é pouco transparente. Quer dizer, não se consegue ver. Aqui tem um detalhamento que nós tivemos na apresentação da Prof^a. Maria Helena que a gente vê que na tributação direta, quer dizer, quando olho só Imposto de Renda e IPTU, a tributação é progressiva. Quem ganha mais paga mais. Só que os tributos diretos tem um peso pequeno na carga como um todo, prevalecem os tributos indiretos e aí entra a regressividade.

Além disso, um outro efeito que a gente tem importante que foi colocado aqui eu estou resumindo é um desbalanciamento entre as figuras tributárias entre impostos e contribuições. Na arrecadação total hoje no Brasil a arrecadação de contribuições já está superando arrecadação de impostos. E quando eu olho a arrecadação só federal se cobra 2/3 de tributação para 1/3 de impostos. Então eu tenho um capítulo constitucional que trata com grande detalhe dos impostos, há inclusive uma preocupação muito grande em restrições ao poder de tributar, proteger o contribuinte, mas esse capítulo só está tratando de uma parte do que é a tri-

butação nacional. A maior parte da tributação nacional está sujeito a contribuições, vem por contribuições e onde tem um mínimo disciplinamento constitucional. Isso tem a ver inclusive com a questão do princípio da anterioridade, da anualidade. E do ponto de vista federativo, o slide seguinte, o que nós verificamos eu só... é uma tabela grande, só me concentraria no último ponto que a descentralização feita pela Constituição de 88 foi em grande parte revertida. Quer dizer, neste bloco aqui na parte... em cima nós tivemos arrecadação indireta e aqui a receita disponível. Receita disponível inclui as transferências de FPE, FPM, ICMS, quer dizer, é o conceito mais relevante para a discussão da divisão federativa. À esquerda a gente olha a carga tributária, ela subiu, e no caso aqui a gente está vendo quase quatro décadas de tributação no Brasil. 1960 se arrecadava 17%, chega na Constituição de 88 com 22% e no ano passado já estávamos em 35.5. E o que importa aqui é como, neste bloco, como é que esta receita tributária é dividida entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais. Em 88 a União tinha 80% dessa pizza, vamos dizer assim, de tudo isso que se arrecadava no Brasil. Chegou a cair para 54% e foi aumentando e hoje está na casa de 57%. É curioso notar que muito da descentralização que tinha sido feita foi revertida, tem uma posição inferior ao que se tinha em 88, mas não houve uma perda assim tão grande em relação ao passado. Os Estados sim são os que vão sendo esvaziados na federação. Na Constituição de 88 eles tinha 27% da arrecadação nacional e hoje estão com 25%.

Aliás, os Estados, o que eles dispõem de poder de transferência é menos do que eles têm na arrecadação. O que eu quero dizer é que o que os Estados transferem para os Municípios hoje é um volume maior do que os Estados ganham do Governo Federal. E por isso que gera esse efeito. E são os grandes, digamos, perdedores na federação a longo prazo. Antes da reforma dos militares, em 1960, os Estados tinham 35% da receita tributária nacional e hoje estão com 25%. Quer dizer, tem uma perda de 10 pontos percentuais. Quem ganha a longo prazo são os Municípios que tinha 6% em 1960, sobem a 13 em 88 e desde final da década passada mantém o mesmo patamar de 17%. Os Municípios só não foram afetados pela recentralização feita nos últimos anos porque foram muito bem beneficiados com medidas como o FUNDEF que significou uma transferência de recursos no todo dos governos estaduais para governos municipais. Sem contar municipalização da saúde. É lógico que aqui estamos falando de uma divisão relativa de um bolo que subiu, cresceu muito. Se a carga tributária também não tivesse crescido tanto essa perda naturalmente dos Estados

teria sido maior. Mas o que a gente coloca aqui é que a situação federativa não é uma situação pacificada como nós vimos nas audiências, sobretudo com os Secretários de Fazenda estaduais e dos Municípios e das capitais.

Bom, eu estou passando muito rápido aqui o diagnóstico porque acho que o objetivo principal da reunião é a gente conversar sobre o que pode ser feito para mudar esse sistema. E nós temos, na minha opinião, as melhores oportunidades para fazer uma mudança do sistema. Comparando 2003 com 2007, quer dizer, em 2003 uma economia que estava crescendo 1.2, a previsão para esse ano oficial é 4.7, inflação de 9.3 cai para 3.7, o câmbio que já tinha chegado em 2003 a média estava em 3 reais nesse ano a média pode ser 2, é provável até que seja menos. A SELIC que era 23% está caminhando para média no ano de 12%, a dívida pública era 52 caiu para 43, o resultado aqui na verdade não é primário, é nominal. Que tinha um déficit de quatro está melhorando e a receita primária da União subiu. Quer dizer, o que a gente quer dizer aqui é o seguinte, do ponto de vista macroeconômico e do ponto de vista fiscal nós temos uma situação em 2007 melhor que a de 2003, na minha opinião, que permitiria se poder ousar mais para melhorar esse sistema tributário.

Aliás, na época para o Senador Tasso, já colocou aqui, foi discutido aqui nessa Casa em 2003 que seria possível rever a CPMF e está nos autos, nos anais da Casa, se a economia acelerasse o crescimento, se a inflação caísse, se o câmbio caísse, se a dívida pública caísse, o resultado primário subisse, a carga tributária subisse. Tudo isso aconteceu. Só não aconteceu mudanças na CPMF, pelo visto.

Bom, a idéia aqui então era como está não dá para ficar o que a gente pode fazer para melhorar. Aí sugestões que a gente vem colocar uma pauta preliminar, quer dizer sugestões lembrando que nós estamos falando na avaliação do Senado, quer dizer, pela Constituição cabe ao Senado avaliar o sistema e acho que o que nós colocamos aqui é uma avaliação construtiva. Quer dizer, não pode ficar só limitado ao diagnóstico, como a gente passou até aqui e se nós estamos verificando que o sistema não tá bom, quer dizer, que possíveis alternativas se tem para melhorar a qualidade do sistema tributário sem prejuízo do bom desempenho das administrações tributárias. Quer dizer, em si o que a gente coloca aqui não é necessariamente um projeto de Reforma Tributária, não concorre com o Ministério da Fazenda, até diria que em termos de diretrizes conclui, mas acima de tudo tenho a idéia que mudar o sistema tributário é um processo e não apenas um ato. Quer dizer, não se faz isso dando um tiro

só... Não basta uma Emenda Constitucional. A idéia é desses aperfeiçoamentos, dessa melhoria do sistema tributário que ela fosse feita em três etapas. Aliás, aqui não é segredo estamos aproveitando muito das idéias que em 2003 já tinha marcado uma Emenda que o Senador Tasso tinha apresentado Emenda da Reforma Tributária naquela época. A primeira etapa que é etapa preliminar é de aperfeiçoamento. Quer dizer, a idéia é o seguinte, dentro do arcabouço institucional vigente o que é possível fazer para melhorar este sistema, mas mudanças que já tenham em vista a mudança geral que vai se fazer na frente. A segunda etapa seria do redesenho desse sistema que aí, sim, envolveria, sobretudo, uma revisão constitucional e uma legislação complementar e a terceira etapa da implantação e que como nós todos sabemos a implantação de um novo sistema tem que ser, tem que ter grandes cuidados com a transição e em vários mecanismos tem que haver uma implantação gradual.

O que vou colocar em seguida seriam essas três etapas. A etapa preliminar, quer dizer, poderia até... de aperfeiçoamento, pode até acho que até ser feita em um ano e volto aqui que são idéias na pauta mínima. Pode tirar, pode... Acrescentar outros itens. A gente estava pensando em desdobrar medidas em duas esferas. Esfera administrativa e esfera legislativa. Eu só vou citar em seguida passar cada uma delas. A esfera administrativa acho que é hora de se pensar de poder se ter um Conselho Tributário Nacional, quer dizer, nós temos Conselho para tudo no País menos na matéria tributária. Outra questão chave, nota fiscal eletrônica que já se falou e isso está associado a cadastro também uniformização de cadastro, vamos conversar em seguida, a consolidação das leis entraria tanto nesse pacote quanto no debaixo. Na esfera legislativa acho que tem que se aproveitar e ver a possibilidade de ter alterações em CPMF e DRU. Questões das transparências tributárias, precisamos explicitar mais quanto que é os tributos, questão de custo Brasil, desoneração de exportação, investimentos são pontos que sobretudo o Senador Neuto de Couto já colocou bastante aqui, estava querendo também e uma novidade que a gente queria repensar a figura do Código Tributário Nacional e vou colocar em seguida porquê.

Bom, vamos passar cada um desses itens. Conselho Tributário Nacional. Quer dizer, qual é o objetivo dessa idéia... O que está por trás dessa idéia? O objetivo é fomentar uma maior integração entre todos os fiscos do País. Que isso é chave, sobretudo para se ter um sistema tributário aonde vá se ter compartilhamento de impostos. E a gente acredita que poderia ter um órgão nacional que seria superior ao CONFAZ. O CONFAZ é só integrado pelos Secretários de Fazenda

dos Estados. Quer dizer, o CONFAZ poderia ser até um braço dentro desse Conselho Tributário Nacional. Mas o Conselho teria que ter, aliás até passando ali embaixo, a idéia que tivesse representações paritárias do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Governos Municipais e dos contribuintes. Ele, obviamente estamos levantando idéias. O fundamental é que esse Conselho fosse na minha opinião que exercesse um papel de coordenação de integração. Ele tanto pode ter apenas atribuições, digamos assim, ser um fórum, espaço para debate nesse momento, mas na reforma que se pensa à frente ele teria um papel chave em aspectos de regulamentação como, por exemplo, a questão do IVA. Vou regulamentar o IVA, vou necessariamente ter integração entre Estados e Municípios em vários aspectos, a idéia desse Conselho. O colegiado era muito importante que fosse um colegiado superior com status bastante relevante, ou seja, na minha opinião o Ministério da Fazenda, o Ministro da Fazenda deveria dirigir esse colegiado como era o CONFAZ no passado. No passado o CONFAZ era o Ministro da Fazenda, passou para o Secretário Executivo e hoje acho que até o Secretário-Executivo adjunto. E a idéia inclusive os representantes de Estados e Municípios como do Governo Federal se não tivessem presentes fossem substituídos por suplentes. Mas que não mandassem Procurador. Qual é o objetivo no sentido de aumentar a importância desse órgão. Naturalmente não seria algo totalmente novo porque a gente teria inúmeras experiências aí para serem aproveitadas, sobretudo na área social. Nós temos Conselho nesse País para tudo. Conselho Educação, Conselho de Saúde, segurança pública, meio ambiente, só na área tributária que não se senta na mesma Mesa, os administradores federais, estaduais e municipais e muito importante os contribuintes juntos também com representação dentro desse Conselho.

Alguns órgãos que já existem poderiam ser a idéia subornados a esse Conselho maior, é o caso do CONFAZ recentemente se criou um Conselho para gerir o Super Simples ou o Simples Brasil e também no futuro, como a gente já colocou, um Conselho que fosse cuidar da questão do imposto sobre valor adicionado. O que se está colocando aqui a idéia do conselho é antevendo, antecipando e preparando o terreno para essa coordenação futura. E provavelmente seja, eu acredito que seja possível fazer isso ou com lei ordinária ou no máximo com uma Lei Complementar no caso uma eventual alteração do Código Tributário Nacional.

A segunda medida que é muito administrativa, pode ter algum aspecto legal, envolve a idéia de um cadastro único de contribuinte. Na verdade cadastro

único e nota fiscal eletrônica estão colados. Cadastro único, na verdade é única, nacional de contribuintes, a intenção é agilizar e baratear obrigações acessórias para os contribuintes. Acho que isso é fundamental, está aqui o Deputado Haully, sabe muito bem, no caso de microempresas quão relevante é a questão dos custos das obrigações acessórias. Tanto assim que mesmo com o Super Simples tendo um custo tributário alíquotas às vezes piores, em relação ao sistema atual, a maioria, maciçamente houve uma adesão das micro empresas brasileiras ao Super Simples porque sabe que ainda que pague mais tributo vai se gastar menos com essas obrigações acessórias.

Questão do cadastro único olhando para frente ela é chave para integrar impostos e fiscos. Estamos aqui sempre falando, pensando à frente num sistema tributário em particular na questão do IVA que vá estar integrando o mesmo imposto está compartilhado você tem que ter um cadastro único. Esse cadastro na verdade já foi dado uma partida na questão do Super Simples acho que a gente precisa avançar mais no sentido inclusive que passe também comece por um cadastro único de pessoas físicas e que aí extrapolasse o campo tributário. Que na verdade o ideal é que nascesse, vai registrar a criança ao invés de certidão de nascimento já sai com um número que você vai ter no resto da vida. Que nos Estados Unidos é o número do seguro social, em outros países são números diferentes, mas eu diria que me 2007 não tem mais cabimento você ter tantos números tão diferentes e que dá margem... Aliás, até o momento é propício. Discute muito CPMF combater a sonegação. Acho que se ter um cadastro único tem efeito até com certeza ter uma eficácia muito maior. Na pessoa física, na pessoa jurídica e acho que a gente poderia ir além inclusive na questão do patrimônio que você também tivesse um cadastro único e mobiliário para o País inteiro que não significa voto que o cadastro já está sendo administrado só pelo Governo Federal. Obviamente cabe ao Governo Federal ditar o número único, mas seria um cadastro compartilhado entre todos os governos. E de novo aqui entra a definição desse cadastro, a administração desse cadastro é algo que teria que estar associado a aquele Conselho Tributário Nacional que nós falamos antes, vai dar legitimidade para você definir o número como sobretudo vai ajudar na sua operacionalização e na adesão de Estados e Municípios que vão estar lá representados. Isso pode ser feito, na minha opinião, pessoal com Lei Ordinária ou com Lei Complementar. Agora, em particular eu acho que pode haver uma indução se for possível, no caso de Lei Complementar, na hora que se estabelecer um prazo para ter um cadastro nesse País eu tenho certeza que essa é uma discussão que já vem rolan-

do há muito tempo, os administradores tributários vão sentar, vão se entender e vão definir esse cadastro. E outras medidas como você colocar que os governos ou o Governo Federal só compra de quem... Usando o cadastro único.

Bom, a nota fiscal eletrônica vem em seguida. Depende na verdade do cadastro único. Porque na hora que tiver um cadastro único eu posso também implantar um procedimento fiscal único e moderno. Baratear custos enormemente. Isso não é novidade, o Governo Federal já está implantando, vários governos estaduais já estão em alguns casos inclusive de teste, outros entrando e algumas Prefeituras como cada Prefeitura de São Paulo já implantou. A nota fiscal eletrônica é importante, é uma pré-condição para integrar os fiscos e tem um papel fundamental para uma discussão particularmente importante que envolve a adoção de princípio e destino na tributação interestadual. Mas lá na frente eu volto nisso.

O que é que é a nota fiscal eletrônica? Se emitir a nota fiscal dentro na internet. Na verdade, poucas palavras, é o contribuinte que está emitindo a nota fiscal ele já está fazendo ela dentro do computador do fisco. E o fundamental é que não se tenha uma nota fiscal obviamente para o Governo Federal, outra para o Estado e outra para o Município. Porque este computador na qual está emitindo essa nota ele vai estar gerando informações para todos os fiscos que estão envolvidos naquela transação. Naturalmente se eu estou em Brasília fazendo uma compra em Brasília importa a Receita Federal e ao fisco do GDF. É relevante que os parâmetros sejam mais do que isso, quer dizer, o cadastro seja nacional, o formulário seja nacional. Isso significa uma simplificação radical. Quer dizer, os campos, o próprio desenho da nota propriamente dita e o ideal é que se tenha para agilizar isso exigência, por exemplo, na minha opinião em algum tempo que os governos só façam compras de quem esteja fornecendo dentro da nota fiscal eletrônica. Isso por si só vai estimular os contribuintes a aderirem a este sistema. Eu pessoalmente talvez nem precise porque é tão mais prático, tão mais fácil e mais barato e se fizer direito e universal nacional como a gente está colocando aqui com certeza vai haver um interesse de migrar para esse sistema.

As grandes empresas têm todo interesse possível. E em particular as transações interestaduais têm que estar na nota fiscal eletrônica quanto antes no âmbito de ICMS. Estou já me antecipando. Um dos grandes problemas que a gente tem para fazer uma mudança de ICMS é que não se sabe ao trocar de origem pra destino quem ganha e quem perde. Na hora das transações interestaduais estiverem sendo feitas

por uma nota fiscal eletrônica você sabe com precisão automaticamente qual é o resultado em cada Estado. Quer dizer, o que um Estado tem a ganhar e o que o Estado tem a perder.

Outro comentário aqui, na verdade nota fiscal eletrônica não é muito diferente de uma conta corrente bancária que você consegue acessar hoje em dia na internet de qualquer lugar do País. Medidas propostas, medidas que o Senado pode fazer para induzir esse programa, não sei, já existe um crédito para os governos estaduais, há uma exceção, e eu não sei se eventualmente esteja sendo necessário aumentar a excepcionalidade para que no caso o BNDES, eventualmente o BID, o Banco Mundial aumentem os financiamentos de Estados e Municípios para adotarem esse programa. E a outra questão a se avaliar pode até se colocar na lei que regula o ICMS uma exigência que num determinado tempo grandes contribuintes, todas as transações interestaduais estejam dentro da nota fiscal eletrônica. Isso não é um sonho, é uma possibilidade. Acho que só para ilustrar e ainda mais aqui a gente tem o Deputado Luiz Paulo que conhece muito bem a realidade das prefeituras. Quer dizer, até cinco, dez anos atrás, se fazia todo o controle, por exemplo, de IPTU, da maior parte das cidades brasileiras de cadastro imobiliários com papéis. Eram rolos e rolos de plantas enormes e hoje você tem provavelmente quase toda grande cidade brasileira você já está com o cadastro imóvel, o zoneamento urbano todo em sistema de geo processamento. Se a gente conseguiu fazer isso nas cidades, eu acho que... E é um movimento pulverizado e com custo inclusive, levantamento (ininteligível) maior do que uma migração da nota fiscal de papel para a nota fiscal eletrônica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO: Sim. Tudo que... Na verdade, a nota fiscal eletrônica... O Senador está perguntando se pode ter substituição tributária na nota fiscal tributária eletrônica. Eu entendo que sim. Na verdade só estamos mudando o instrumento, só o papel. Hoje inclusive na prática a substituição tributária no fundo é de certa forma uma nota fiscal eletrônica. Porque quando sai da refinaria, a refinaria já informa, por exemplo, ao fisco estadual o que é que foi vendido. O que ela vendeu para a distribuidora... Perdão, para distribuidora e depois o que foi para cada posto de gasolina. A nota fiscal eletrônica é um instrumento. Quer dizer, vamos também... E é um instrumento poderoso que permite fazer várias coisas. Agora, as mudanças propriamente ditas não vão estar na nota fiscal. Se quiser ter substituição tributária ou não. O importante a meu ver é que seja um

sistema nacional com todos, Governo Federal, Estados e Municípios o mais simples possível. E aqui é um desdobramento do que nós falamos antes. Um cadastro único ajuda, hoje que o está... O que os Estados estão fazendo? Cada Estado tem um cadastro e se desenvolveu um sistema para integrar os cadastros. Então o pessoal diz assim: Eu posso ter meu cadastro mais quando eu faço uma transação interestadual eu recorro a um sistema de integração. Eu acho que é um custo enorme para algo que é só para poder dizer que eu tenho meu número. O número não é sinal de autonomia, na minha opinião, para ninguém. E nos dias de hoje a autonomia a gente define é como se define alíquota, como se administra um imposto. E ter um número só é fundamental para a gente simplificar radicalmente o sistema tributário. Um número só na nota fiscal eletrônica e por isso tinha colocado antes do Conselho que estaria não só discutindo normatização como também faria um papel de legitimar e deliberar sobre esse processo de modernização que a gente está colocando aqui. Hoje, por exemplo, uma parte dos problemas que existem nos órgãos BNDES e BID que estão beneficiando os Estados em programas de modernização de nota fiscal eletrônica é que os Bancos não sabem se o projeto que o Estado está trazendo é compatível com o da Receita Federal. E a Receita Federal não quer dizer se aparentemente não quer... Acha que haveria... Seria uma intromissão ela pegar o projeto do Estado e dizer que ele é compatível ou não. A pior coisa que pode acontecer, na minha opinião, é cada um criar seu próprio programa de nota fiscal eletrônica. Aí nós não vamos... Quer dizer, não faz... Volto, não faz sentido. Acho que nós temos uma oportunidade única para ter um Sistema Nacional. Quer dizer, bases de informações nacionais um único cadastro. A outra questão é como que você... Como é que são os impostos e como é que administra. Que a etapa seguinte que eu iria passar agora. Um primeiro ponto que na verdade seria preparatório para a legislação e para o seguinte, eu acho que era se fazer um esforço a proposta aqui de consolidar a legislação tributária nacional e de cada Governo. Quer dizer, o que é que acontece... Isso é fundamental preparatório para tanto uma reforma constitucional como para uma reforma infraconstitucional. E indo direto ao ponto, quer dizer, Código Tributário Nacional é algo que ninguém fala mais. Porque nós aprovamos um código tributário em 1965 que é muito bem feito, muito bem estruturado, foi muito bem trabalhado, e a legislação todas as... O Código Tributário Nacional é uma Lei Complementar que não só dita os princípios como, em princípio, em tese estaria regulando cada imposto. As normas básicas de cada imposto. Só que você tem Leis Comple-

mentares ou... Para cada tributo. Então tem uma Lei Complementar para o ISS, tem uma Lei Complementar para o ICMS, quando foi preciso no caso da COFINS criar uma Lei Complementar criou-se uma outra Lei Complementar.

Então, na verdade o Código não é um código nacional. Só tem o nome de código tributário e ficou parado no tempo. Qual era a idéia? Ou por Lei Complementar no caso de código tributário ou até eventualmente por Decreto, era consolidar num único documento toda a legislação tributária vigente. Queria aqui ilustrar, o Deputado Hauly sabe muito bem, a dificuldade que foi no Super Simples de fazer as mudanças para as microempresas porque não se sabia mais ou não se sabe (ininteligível) o que é que está valendo. Quer dizer, muitas questões que ficaram na Lei Complementar e depois se descobriu que a lei anterior já estava se olhando uma lei que já tinha sido mudado. Principalmente com a edição sucessiva de Medida Provisória, especialmente no âmbito federal ninguém sabe mais. Acho que a própria mudança recente da COFINS quando você entra hoje no site da Receita Federal você não consegue clicar no item que diga: A legislação vigente com a COFINS é essa. Aliás, não sei nem se a receita sabe qual é a legislação vigente. Então um trabalho que é prévio e que era fundamental, isso tanto pode ser feito no âmbito de decreto de consolidação, obviamente, que no decreto você só consolida. Você não pode mudar o teor. Ou no âmbito de uma Lei Complementar, de uma lei ordinária era reunir toda a legislação tributária num só documento. Quando nós falamos no Código Tributário Nacional estamos falando nacional de valer para todas as esferas de Governo. A outra coisa era ter um Código Tributário Federal que estaria tratando só dos impostos federais e depois a idéia era que cada Estado e cada Município também fizesse esse mesmo processo no caso do ICMS, ISS, ou seja, tudo está reunido num só documento. Por incrível que pareça, muitas Prefeituras brasileiras até têm isso, que tem mais fácil nós encontrarmos Prefeituras com código tributário municipal do que os Estados mal conseguem consolidar o ICMS, quanto mais consolidar ICMS com outras regras. Esses espaços são importantes pra gente fazer essa mudança tributária em seguida.

Um outro aspecto é o que eu chamaria de transparência tributária. Ninguém... Que a gente já comentou aqui. Ninguém sabe direito quando se compra um bem, quando se compra um serviço, ninguém sabe quanto está pagando de tributo. Os tributos indiretos que estão embutidos ali dentro. Quer dizer, explicitar quanto que é essa carga tributária é importante não... além da questão da cidadania, da questão tributária, é um pas-

so fundamental para poder se adotar em seguida um IVA. Porque primeiro eu tenho que criar um ambiente social e político para as novas alíquotas, podemos discutir o que é isso, e especialmente desde já poder ter um mecanismo para fazer uma correta calibragem das alíquotas. O que é que isso quer dizer? Os Estados... é comum a gente ouvir de alguns fiscais dizer assim: Não pode consolidar os impostos porque quando a gente consolidar os impostos, o novo imposto – o imposto vai reunir vários – vai ter que... Para arrecadar a mesma coisa vai ter que ter uma alíquota muito grande. E isso não passa no Congresso, não passa nas assembleias e não passa na sociedade. Só tem um detalhe, a alíquota já é grande, só que ninguém sabe. Por quê? Porque você distribui por vários impostos, é um imposto sobre o outro imposto ninguém sabe quanto que é essa alíquota. Então o passo preliminar para conseguir fazer uma reforma para valer no sistema tributário, é exigir, como hoje já vale só para conta de luz e conta de telefone, que além do preço, está lá você está comprando aqui uma geladeira por mil reais. É mil reais, e desses mil reais trezentos são impostos. Acho que não tem que ter alíquota, não precisa discriminar quanto que é de COFINS, quanto que é de PIS. É algo simples. Simplesmente que o contribuinte ou quem está adquirindo o bem e serviço saiba quanto que tem de imposto ali dentro. É bem possível que nem se consiga fazer a conta exata, mas mesmo que seja uma proxi já serve. E isso também é fundamental para questão da calibragem da alíquota do novo imposto para não acontecer o que nós todos aqui sabemos que aconteceu na COFINS, na troca da COFINS do regime cumulativo por não cumulativo. Apesar de já se ter feito a mudança do PIS/PASEP antes, o que dava um balizamento para depois fazer uma mudança da COFINS, se trocou a base, trocou a arrecadação do PIS, se verificou que a arrecadação do PIS crescia mais que a arrecadação do COFINS mesmo assim o Governo foi repetiu a mesma alíquota e levou a mudança da COFINS, na verdade serviu para adotar não cumulatividade serviu como atalho para aumentar a arrecadação. Então se a gente consegue fazer essa consolidação das alíquotas antes fica muito mais fácil se fazer a calibragem da nova alíquota. E isso é uma legislação que tem que ser federal, tem que ser nacional, e abrangendo o máximo de tributos indiretos possíveis. Além de ICMS, IPI, COFINS, PIS, em cada produto você tem taxa. Em telecomunicação tem o FUST, tem FITEI, em energia elétrica até hoje tem várias alíneas que são tributos disfarçados. Quer dizer, o importante é que se contemple todos esses tributos e há inclusive um Projeto de Lei de iniciativa popular

em tramitação aqui nessa Casa. E é uma matéria que o Senador Dornelles até abordou recentemente.

O outro passo, outro caminho só pra gente... Ainda dentro desse processo preparatório, essa primeira etapa preparatória de um processo de reforma é a questão da redução de custo Brasil. Isso tem sido muito colocado aqui, Senador Neuto de Conto tem insistido muito, precisamos desonerar plena e efetivamente as exportações e, sobretudo, o investimento produtivo e eu acho que também bens de uso de consumo. Muito foi feito, tanto no âmbito do ICMS quanto no âmbito da COFINS, mas até hoje temos problemas. O problema mais claro, evidente, envolve a questão dos exportadores nos Estados. Há um pavimento enorme de ICMS acumulado, sobretudo pelos Estados que têm uma vocação maior exportadora que não devolvem esses créditos aos seus exportadores em grande parte porque esses créditos têm como contrapartida receita que foram geradas em outros Estados. Eles alegam que como não fui eu que recebi a receita do insumo que foi vendido para o exportador, eu não devolvo.

Na nossa opinião o Governo Federal tem que ter uma atuação mais firme, direta e eu acho que já é a hora de ter uma atuação direta junto aos exportadores para resolver esse passivo que se torna ainda mais grave com o problema da apreciação cambial.

Acho que poderia ir para o slide seguinte. Depois a gente voltava. Só para não ficar... Eu não resisto à tentação de a gente colocar um pouco de números. Não ficar só em texto. Acho que não está entrando. Estava querendo colocar aqui uma tabela... Para o outro lado. É a seguinte, uma tabela que mostra as transferências federais da chamada Lei Kandir, a arrecadação de ICMS... Está aqui. À esquerda as transferências da Lei Kandir, chamada Lei Kandir, a arrecadação de ICMS e as exportações brasileiras. Quer dizer, quando a gente olha as transferências em relação à arrecadação de ICMS, que é o relevante, a gente verifica que em 99 os repasses da Lei Kandir naquele círculo lá foi o melhor momento, chegaram a responder por 6% da arrecadação nacional de ICMS. No ano passado respondeu por apenas 1,3%. E esse ano não vai dar nem 1,3%. Ou seja, os repasses são decrescentes em relação à arrecadação de ICMS. E pior ainda porque nesse período o que aconteceu? Subiu muito as exportações. Não custa lembrar, só para se ter uma idéia, em 95, 96, quando saiu a Lei Kandir, a arrecadação de ICMS, colocando também em dólar, as exportações não chegava a superar arrecadação de ICMS no País. O que se exportava dava 85% da arrecadação de ICMS. E em 2006 na última coluna lá embaixo, a gente vê as exportações hoje representam 75% a mais do que a arrecadação de ICMS. Ou seja, aumentou,

as exportações cresceram muito mais do que o ICMS e os repasses caíram em relação ao ICMS e caíram em relação às exportações. Na penúltima coluna a gente vê que no melhor ano que nós temos em 99 os repasses correspondiam a 4,7% das exportações. No ano passado os repasses federais da Lei Kandir corresponderam apenas a 0,7% do que se exportava. E esse ano provavelmente vai ficar em 0,5. Quer dizer, o que a gente está colocando. De um lado os Estados vêm represando o pagamento, a devolução dos créditos de ICMS para os exportadores que é forma de melhorar a sua arrecadação, e do outro lado eles também assim, o Governo Federal parou de repassar. Quer dizer, diminuiu muito o seu repasse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO:

Tudo. Aqui está incluído... Está até em valores correntes, todos os repasses, seja os originais da Lei Complementar seja os da Medida Provisória. É o dado divulgado, aliás pelo Tesouro Nacional. Nem é nosso. Essa última tabela aqui é a relação entre a exportação e ICMS. Quer dizer, em 95 as exportações brasileiras eram 46 bilhões de dólares e isso correspondia, por exemplo, no ano de 95 a 90% do que se arrecadava de ICMS a 0.9. Ou 90% do que se arrecadava de ICMS. Porque esse semestre aqui está em valor corrente. Em 95, vamos falar invertido, em 95 se arrecadava mais ICMS do que se exportava. E hoje se arrecada... Aqui está em valor corrente, mas tem uma coluna que eu não coloquei aqui senão fica grande que converte o ICMS em dólar. Perdão aqui está em reais. Hoje as exportações brasileiras 138 bilhões de dólares correspondem a 1,7 vezes a arrecadação de ICMS. Aliás, é fácil, se a gente considerar um dólar de 2% a arrecadação de ICMS está na Casa de 80 bilhões de dólares. Antes da Lei Kandir, o que se arrecadava de ICMS era mais do que se exportava. Hoje nós exportamos mais do que arrecadamos de ICMS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO:

É. Em partes. Mas do outro lado caem os repasses federais fortemente. O que eu estava querendo destacar é que há espaço para que o Governo Federal fizesse, na minha opinião pessoal, uma atuação direta junto aos exportadores. Por que é que ele pode fazer isso, inclusive? Porque, desde a Medida Provisória que estava lembrando, perdão, desde a Emenda de 2003 depois da edição da Medida Provisória, os Estados estão obrigados a entregar todo mês para a Receita Federal um detalhamento das exportações realizadas por seus contribuintes. Ou seja, ele diz quanto que os

contribuintes exportaram e quanto que eles têm de crédito acumulado. E não só total de exportador de cada Estado como por exportador. Só não entendo porque a Receita Federal não divulga essa informação. Por certo não precisa divulgar informação por exportador que ninguém quer quebrar o sigilo fiscal, não precisa, mas ela sabe quanto que hoje tem, quanto que exporta e quanto tem de crédito acumulado pelos exportadores e poderia divulgar. Mas isso faz parte. Nós vamos concluir aqui nosso trabalho é um dos componentes do requerimento de informações que é divulgar uma posição atualizada dessa informação.

A idéia, voltando ao slide anterior, só rapidamente, se na Reforma Tributária eu vou ter um imposto, o IVA vai ser imposto sobre consumo, eu preciso desonerar efetivamente as exportações e os investimentos. E o ideal era que isso fosse feito gradativamente antes da chegada no IVA. Não só devolver o crédito para os exportadores como no caso de bens de capital hoje, no Brasil a gente já conversou aqui, deve ser o único País do mundo que cobra impostos sobre máquinas e equipamentos. Isso não existe em nenhum lugar do mundo. Porque a máquina e equipamento vai estar gerando produção e vai estar gerando emprego. Tirar o imposto que hoje existe sobre máquinas e equipamento é crucial. Era uma medida que o Deputado Haully relatou a Lei Kandir, tinha colocado a vista, infelizmente quando se mudou a Lei Kandir passou-se para dois anos. A devolução do crédito. O ideal era que a gente... 48 meses, perdão. Era que fizesse uma trajetória de redução desse crédito, como também no caso da COFINS. Ou seja, antes de se criar um novo IVA ou quando se chegasse na porta de criação do novo IVA, exportações, bens de capital e bens de insumo de uso e consumo tivesse efetivamente desonerados. Isso está neste bloco aqui que exige mudanças na legislação no caso de legislação ou Lei Complementar, porque no caso de ICMS, ou Lei Ordinária. Acho até que há possibilidades de fazer algumas melhorias no INSS.

Para encerrar esse bloco, slide 31, tem a questão mais polêmica pelo menos na Ordem do Dia dos instrumentos temporários. CPMF e DRU. Quer dizer, o ideal era que esses instrumentos temporários, da mesma maneira que nós tínhamos colocado antes, tivessem características, na minha opinião pessoal, tivessem características que fossem consistentes e adequadas com o novo sistema que vai se colocar lá na frente que aí inclusive dá para a gente entender que a CPMF está preparando o caminho, e não é uma medida isolada. Quer dizer, aqui estou colocando alternativas. No caso da CPMF, quer dizer, duas hipóteses que pode-se ter num caso a CPMF hipótese dela ter uma função fiscalizatória. Para ter uma função fiscalizatória, todo mundo

já sabe, já foi dito, não precisa insistindo muito, você pode reduzir gradativamente essa alíquota ou pré-fixar ou até tinha sido discutido lá atrás que essa alíquota poderia ser reduzida quando a arrecadação está subindo de forma que o mais importante, na verdade, não é a alíquota, não é o que arrecada, e sim a base de informações que está sendo gerada. Outra hipótese é que você ou transforme a CPMF num imposto mínimo. Que o que você paga de CPMF passa a se deduzir Imposto de Renda da pessoa física, da jurídica ou da Previdência Social ou dedução ou restituição.

Quer dizer, existem diferentes hipóteses à disposição. E no caso da DRU, e muito já foi falado, não vou aqui insistir muito. No caso da DRU, da desvinculação da receita, tem uma questão que é chave que não está sendo dita. A lógica da DRU de uma base ampla, que a DRU incide sobre todas as receitas tributárias, todas as receitas de impostos, taxas e contribuições da União. A DRU é o paradigma para a nova base do FPE, FPM, inclusive seguindo a própria proposta que a Receita Federal trouxe aqui nessa Casa. Que ela disse e com razão, não faz mais sentido ficar dependendo de Imposto de Renda porque depois você troca a arrecadação de Imposto de Renda por contribuição sobre o lucro líquido, perdem os Estados, sobretudo as regiões menos desenvolvidas, perdem as pequenas Prefeituras, e o ideal é se ter uma base ampla. E esse paradigma de uma base ampla já é a própria DRU que permite fazer esse cálculo com extrema facilidade. No final até vou colocar uma simulação. E se a gente trocasse, se fossem trocadas a base de FPE, FPM para uma base ampla poderia se começar antes mesmo de uma mudança constitucional a fazer uma fusão, a tão sonhada fusão de tributos e contribuições e impostos. Por exemplo, pode se fundir a contribuição sobre o lucro líquido ao Imposto de Renda. Que está claro que só se cobra contribuição sobre o lucro líquido para não se partilhar com Estados e Municípios. Não precisava fazer uma mudança constitucional para tanto.

Eu me detive um pouco mais nesse primeiro, na etapa preliminar porque ela é fundamental para o nosso passo seguinte. Tudo aqui a gente está falando tem várias alternativas, o importante é o conceito que está se trazendo aqui de um processo de melhoria, um processo de melhoria do sistema tributário, e essa segunda etapa do redesenho pode ter formas das mais diferentes. Eu vou aqui fazer um... De forma que não sai muito do que está se colocando aí na praça, inclusive pelo próprio Ministério da Fazenda.

Agora, o que eu queria trazer um pouco como novidade, como desdobramento do que nós conversamos antes, aqui, é que a Reforma Legislativa profunda envolvesse no caso da matéria tributária uma consolidação,

primeiro consolidar toda a matéria tributária num único capítulo. Quer dizer, que aconteceu na Constituição de 88 que se teve todos cuidados com impostos e taxas e você teve contribuições e várias outras formas correndo a parte. O que precisa num primeiro momento uma mudança constitucional é trazer tudo para dentro do mesmo capítulo e naturalmente deixar bem claro, como a gente na economia é assim, e na prática até no direito hoje é assim, que tributo envolve também contribuições e qualquer outra forma compulsória de extração de recursos. Acho que só a questão do royalty que na minha opinião pode ser um caso a parte que é uma indenização. Mas tudo que é, você está obrigado a pagar é um tributo.

A outra questão é se examinar a possibilidade não só de consolidar a legislação, aí é um segundo ponto de enxugar o texto constitucional. Enxugar o máximo. O texto constitucional hoje já é muito longo e preocupa muito que quando se for partir para um IVA esse texto venha a ficar maior ainda. Como é que se resolve isso? São dois passos que podem ser adotados. Um, é transferir para... Transferir regras hoje que não são fundamentais para o desenho do sistema tributário, que estão no corpo permanente se transferir para a disposição transitória e colocar que essas regras valem até o código tributário ou assegurar a sua vigência por dez, vinte, trinta, quarenta anos. E com isso a gente limparia o texto constitucional, e o segundo ponto que acho mais importante, na linha do que a gente conversou ontem é fortalecer o papel do Código Tributário Nacional. Na verdade eu diria transformar o Código Tributário Nacional, como diz o próprio nome num Código Tributário Nacional.

Toda matéria que envolvesse tributo ou sistema tributário inclusive as transferências constitucionais estivessem dentro do Código Tributário Nacional. Inclusive transferências. Quer dizer, detalhamento do IVA, do Imposto de Renda, está no Código Tributário Nacional. Critérios de rateio do FPE, do FPM, tudo estivesse dentro do Código Tributário Nacional que é uma Lei Complementar. E isso inclusive permitiria que ainda que seria um debate informal, primeiro, que o processo legislativo que na medida que se está discutindo Emenda Constitucional, já tivesse discutindo aqui, ainda que informalmente ao mesmo tempo, a minuta do Código Tributário Nacional. Porque se nós estamos falando em enxugar o texto constitucional, quem tem um interesse no texto constitucional só vai aceitar ir para o código tributário se ele já estiver vendo que o estaria no Código Tributário Nacional. Segundo aspecto que envolve, de consistência, envolve do desenho do sistema tributário como um todo é consistência, coerência a esse novo sistema tributário. Por quê? Quando se

coloca tudo dentro do mesmo documento, a gente vai tendo a preocupação de que quando se mexe uma regra ou a definição que está se adotando num tributo, seja consistente e compatível com outro. Quer dizer, você não vai estar criando Imposto de Renda para um lado e ter uma contribuição sobre o lucro líquido andando para outro lado. As mudanças também... Todas as disposições dos parâmetros dos fundos de participação também estivesse dentro de um mesmo documento. E isso simplificaria, na minha opinião, radicalmente não só... eu acho que esse código tributário vai ficar grande, mas simplificaria e agilizaria, na minha opinião também, permitiria um debate acordos políticos de uma forma mais firme, porque você estaria com todos eles expressos dentro de um mesmo documento.

Senador Dornelles, me lembro quando era constituinte sempre colocava: quando se fala em pacto federativo o verdadeiro pacto federativo brasileiro está no capítulo tributário da Constituição. E por isso que precisa, na minha opinião, código tributário que seja esse pacto, seja o detalhamento deste pacto federativo quando reunisse tudo num mesmo documento.

Bom, a questão aí tem os exercícios de vigência, obviamente a vigência desse... Teria que ter votado primeira a Emenda Constitucional, votado depois o Código Tributário Nacional e entraria em vigor o novo sistema. Acho até uma possibilidade desse novo sistema entrar em vigor até 2010.

Bom, passar mais rápido os slides seguintes. E que se repetem muito do que a gente conversou aqui. O conceito, em normas gerais seguindo um pouco a estrutura da Constituição, impostos e taxas, todos impostos e taxas são tributos, nós temos que converter as contribuições em impostos e taxas, na medida do possível a arrecadação global está balizando a repartição intergovernamental. Só folha salarial que ficaria, acho que seria a única contribuição pela característica, no caso da Previdência Social, que eu preciso ter uma contribuição sobre a folha do salário que vai balizar a aposentadoria. Eventualmente poderia se avaliar que algumas pessoas jurídicas que ficasse fora do IVA poderia estar sujeito a uma contribuição social especial. Eu digo isso só para adiantar porque hoje pelo lado do PASEP e mesmo, por exemplo, você tem igrejas, entidades sindicais, todo o terceiro setor contribui para o PASEP e não entraria dentro de um IVA. Governos contribuem também, não sei como é que ficaria e instituições financeiras e de seguro em geral pelo mundo não são incluídos no imposto sobre valor adicionado, tem um tratamento a parte, esse tratamento a parte poderia ser essa contribuição aí especial. Mas a idéia é evitar ao máximo a gente ter contribuições sociais só em último caso. Como já colocamos antes, o código

go tributário absorveria tudo que fosse secundário do que estaria dentro texto constitucional, num ponto, no segundo ponto toda a definição e regulamento de cada tributo se tivesse dentro do Código Tributário Nacional, aliás, as regras gerais do IVA, do imposto sobre valor adicionado também estaria dentro do Código Tributário Nacional e eventualmente ele poderia ter até uma iniciativa qualificada pela importância que está assumindo do Presidente, parte de Governadores, ter um quórum mínimo de Deputados e Senadores para mexer nesse Código Tributário Nacional que é uma Lei Complementar.

Bom, seguinte, o coração da reforma que foi colocado aqui pelos Senadores, era ter uma redução drástica do número de tributos. Na linha da renda, um imposto amplo sobre a renda fundindo Imposto de Renda, contribuição sobre o lucro líquido, PIN, PROTERRA que na verdade é Imposto de Renda, e acho que mesmo as próprias loterias que na verdade tem toneladas de contribuições. No fundo uma contribuição, o que se cobra hoje na loteria você pode estar cobrando na forma de um Imposto de Renda. A se avaliar pode se ter um imposto mínimo sobre transação financeira, faturamento ativo, a se ver por uma outra hipótese aí talvez precisem ter facultativamente um adicional e estadual de Imposto de Renda só de pessoa física para fechar a conta dos Estados que tenham problema com adoção de princípio e destino, mas se por ventura viesse adotado excepcional, portanto ter claro que não haveria, o Estado não poderia legislar, não poderia fazer qualquer exigência. Só... Mesmo complementar. Só caberia a ele fixar uma alíquota adicional para que quem mora dentro do Estado arrecade mais Imposto de Renda. Ou seja, máximo de simplificação. O tributo indireto, quer dizer, que reuniria quase todos os outros tributos indiretos existentes hoje, seria o tributo sobre valor adicional como a Fazenda já foi colocado, fundindo IPI, COFINS, PIS, CID, eu acrescentaria também tem FUSTE, FISTEL, tem uma enormidade de contribuições sociais econômicas que hoje incidem sobre faturamento, sobre vendas. Junta tudo num só imposto. O ICMS estadual, ISS municipal, óbvio que tem que discutir os complementos, e acho que eventualmente até salário educação, sistema S, CPMF, poderiam ir para dentro desses impostos sobre valor adicionado. Depois nós conversamos sobre alocação de recursos. No campo da propriedade a fusão de ITR com IPTU, e mesmo do imposto de herança e doação com o ITBI, é uma hipótese a se examinar.

Eu vou passar agora rapidamente cada um desses tributos só colocando pontos em geral. No âmbito... Algumas questões chaves na renda, no Imposto de Renda. Que não... A questão chave na verdade do

Imposto de Renda não tem nada a ver com Imposto de Renda. É mudar a base de cálculo do FPE para FPM. Na hora que essa base de cálculo for abrangente, e pode ser feita acho que antes de uma mudança constitucional é possível se fazer a fusão de todos... De todas as formas de tributação da renda que existem hoje no Brasil. E como eu coloquei por último, acho que o ponto é mais polêmico a se discutir é a eventual necessidade de um adicional estadual para fechar a conta dos Estados que venham a perder com ICMS a troca de ICMS para IVA no destino. Na Constituição de 88, nós tivemos uma experiência em torno já desse assunto, mas que não foi produtiva porque foi sobre a pessoa jurídica. E é difícil delimitar onde que a pessoa jurídica está gerando seu lucro pelo País.

Então, e nesse sentido, que a gente está sugerindo aqui, é que se fosse discutir uma compensação para os Estados que se trabalhe com o conceito da pessoa física não com o da pessoa jurídica, aliás seguindo o exemplo de outras federações, especialmente Estados Unidos que é muito comum os Estados tributarem Imposto de Renda sobre a pessoa física, e é facultativo. Ou seja, cada Estado cria se quiser. Agora, o importante é o seguinte, tem que criar e não pode fazer nenhuma mudança, ter um formulário diferente de Imposto de Renda, legislação, quer dizer, autonomia estadual é para criar uma alíquota porque essa alíquota teria, a única finalidade seria arrecadatória, quer dizer e quem contribuir para a Receita Federal dentro daquele Estado estaria contribuindo com uma alíquota mais para o Estado. E a Constituição pode-se colocar, por exemplo, no Código Tributário Nacional, na minha opinião isso é matéria que não precisa estar em Constituição colocar uma alíquota máxima. Por exemplo, em 88 se tinha colocado que esse adicional estadual da pessoa jurídica era 5%, 10, qual o percentual pode estar no Código Tributário Nacional.

Na questão da tributação do patrimônio. Aqui, quer dizer, o movimento, o princípio é municipalizar os impostos patrimoniais. Quer dizer, na prática ficaria só o IPVA fora da competência municipal. Embora não sei se tem alguém pensando passar, no Governo Federal, passar Estado para Município pelo que eu andei ouvindo aí.

Municipalização que é mais certo eu só inverteria ali fundir ITR com IPTU, e aqui o fundamental de novo não é nem medida legal, é prever a transferência do cadastro federal para os Municípios. Aliás, vale lembrar que em 2003 já tinha sido adotado uma medida nesse sentido. Se colocou na Constituição que por convênio a cobrança do ITR poderia passar da Receita Federal para os Municípios. Pelo menos até dois meses atrás não tinha sido firmado sequer um convênio no País.

E a arrecadação de ITR não precisa nem dizer aqui, provavelmente lá no Rio de Janeiro o bairro de Copacabana paga mais IPTU do que se arrecada de ITR no País inteiro. O fundamental é transferir o cadastro, inclusive porque há uma diferença muito grande entre o que se lança e o que se arrecada. Quer dizer, se as Prefeituras conseguirem arrecadar o que está sendo lançado já vão ter um grande ganho de receita. Obviamente esse ganho são para Municípios do interior, de base rural pouco adianta num debate sobre ISS que a gente tem que ter a frente que é preocupante.

Uma outra hipótese na linha, simplificar radicalmente é avaliar também fundir o imposto sobre herança e doação com o imposto de transmissão de bens imóveis. Na verdade, no caso de bens imóveis é fácil fazer a junção entre inter-vivos e causa mortis. O que gera um pouco mais de dúvida é a questão da... Como tributar a herança que é em bens móveis, sobretudo bens ativo financeiro. Quer dizer, a que Município pertence na qual está sendo gerada aquela herança. Agora, eu não acho que seja nenhum grande problema se quisesse simplificar radicalmente o sistema, fazer essa fusão e na Lei Complementar no Código Tributário Nacional atribuir, arbitrar a que Município deve ser atribuído essa base do herdeiro ou... Da sua origem. Um ponto que acho que ajudaria muito o País, e aí volta a questão nacional, era ter um cadastro único de imóveis. Na mesma linha de pessoa física. Por quê? Esse cadastro único de imóveis poderia nos permitir uma integração entre o imposto patrimonial local e o Imposto de Renda Federal. Porque na declaração de bens, ao invés de estar se... Inclusive quando você tivesse o processo todo eletrônico, não precisaria nem escrever, descrever o bem. Bastaria colocar o código daquela casa, daquele apartamento que você estaria tendo, a mesma informação estaria indo para dois lados. Obviamente que um cadastro único de imóveis ajuda na cobrança de ITBI. Isso hoje mesmo as Prefeituras já vem considerando a cobrança de ITBI valores diferentes da cobrança de IPTU. Quer dizer, nós teríamos ao mesmo tempo a gente conseguiria conciliar simplificação e eficiência.

Por último, um ponto importante, aqui estou mexendo numa discussão lá do fundo de participação que a gente discutiu a idéia de equalização. Senador Tasso, Senador... Fernando Rezende levantou muito que as transferências constitucionais passassem a levar em conta o potencial que tem cada Prefeitura e Estado de arrecadar. E não a arrecadação efetiva. Para se ter esse potencial, precisamos ter informações. Para ter informação, precisamos de um sistema único de informações, por exemplo, precisamos ter cadastro único. Isso tudo não é nada difícil, porque inclusive o IBGE

recentemente divulgou um perfil das administrações públicas municipais e eu fiquei impressionado com o grau de informatização das Prefeituras em cadastro de IPTU. Quase todo mundo já está informado. O que falta na verdade é você, ao meu ver, é construir um sistema de informação único.

Bom, a questão do IVA, eu confesso assim... eu até não queria falar muito porque até aqui a gente só falou em IVA. Da mesma forma que no passado nós não podemos transformar Reforma Tributária limitar o ICMS. Também não pode fazer... melhoria do sistema tributário não pode estar só limitado ao IVA. Ele é essencial, acho que há praticamente um consenso técnico nacional em torno das grandes medidas, questão do IVA, sobretudo é detalhe. Quer dizer, quando a gente passa dos princípios para os detalhes é que começam a surgir os problemas e o que precisa se discutir é isso.

Eu só colocaria aqui rapidamente alguns pontos. Pessoalmente acho que... e na linha do que a Fazenda se ter um IVA dual, ou seja, que está... um IVA que está sendo cobrado pelo Governo Federal, Estadual e eu vou além, acho até que há possibilidade de ter as próprias Prefeituras também participando na cobrança desse IVA. Quer dizer, seria imposto nacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO: É. Aqui o que estou levantando a hipótese é que é um imposto só com uma... Imposto só significa uma legislação única, nacional, que está lá no Código Tributário Nacional e isso ajuda para ter consistência com o que ficar fora do IVA quando eu estou... Quando eu estiver tratando dessa Legislação de uma forma conjunta eu consigo ter mais coerência lógica nesse desenho. Ou seja, é um único imposto com alíquotas diferentes, cada Governo é dono da sua alíquota. O que não é dono... o cadastro é nacional, o sistema de informação é nacional e a legislação é nacional. Agora, é importante que as alíquotas sejam iguais por bem em todo o território nacional. O que se pode prever, depois a gente conversa assim é que Estados e até alguns Municípios têm uma banda que possam aumentar as alíquotas dentro do seu território. Mas para fins arrecadatórios, não para fins regulatórios. Depois a gente coloca. Aqui são alternativas. Você pode ter uma única alíquota federal e alíquotas estaduais diferenciadas. Digamos assim, alíquota federal de 10%, única e os Estados terem uma alíquota de 6, 18 e 25. Como é hoje ICMS. Eu pessoalmente acho que até para a discussão de autonomia na verdade melhor ter não, melhor, perdão e justiça tributária, quando se trabalha com alíquota única eu acabo penalizando, o problema que a gente

já confessou, por exemplo, o caso de energia elétrica. Eu cobro do favelado o mesmo que eu cobro de um milionário. Acho que o ideal era que se definissem categorias de alíquotas e para essas categorias eu tivesse alíquota federal e alíquota estadual, ou seja, não tivesse uma alíquota única em nenhum ponto. Isso é um detalhe que depois a gente... Esses detalhes é que acho que envolvem um pouco essa discussão de autonomia, envolve a discussão de justiça, quer dizer, tem variações das mais diferentes possíveis. E nesse sentido que eu tinha colocado, autonomia federativa, a preocupação com autonomia federativa não tem que estar na questão da legislação apenas que é nacional alíquota, perdão, cadastro, sistema de informações, no fundo todo mundo está no mesmo barco. Quer dizer, está todo mundo atravessando o mesmo rio. As administrações federais, estaduais, municipais estariam concentradas. Estariam, perdão, estariam coligadas. A discussão de autonomia é relevante sobre a definição da alíquota que caberia ao Estado ou Município e em particular qual é a iniciativa para definir essa alíquota e em particular na minha opinião que é o chave, se tem ou não veto presidencial. Quer dizer, obviamente quando nós estamos falando de alíquota estatal e municipal, a preocupação com autonomia tem que ser que a alíquota estadual e municipal não pode estar sujeito ao veto presidencial para que o Presidente, vamos dizer, não derrube essa alíquota para favorecer a sua alíquota federal, o seu lado no imposto. E esse é uma discussão particularmente cara, importante a esta Casa porque é o Senado Federal que é a Casa da federação e que em várias matérias já delibera, por exemplo, a questão do endividamento estadual e municipal se delibera por Resolução, por quê? Para não se submeter ao veto presidencial porque aqui é uma deliberação da federação. Para que o Presidente não possa impedir uma dívida de um Estado ou Municípios pensando aí pelo lado, digamos de Governo Federal e não de Governo nacional. O ponto chave, como a gente falou aqui, as informações todas têm que estar compartilhados e a própria fiscalização. Outro ponto também importante e que deve ser necessário, quer dizer, alguns Estados e alguns Municípios, os mais desenvolvidos podem ter problema na migração para esse IVA ou com princípio de destino ou por trocar de ISS. A idéia era que se permitisse a eles ter uma banda de alíquotas, que é até o que já foi levantado aqui pelo Appy. Agora é importante o seguinte que essa banda seja... se nós tivermos três ou quatro alíquotas você suba todas elas ao mesmo tempo. Ou seja, não é para fazer política regulatória, é sim arrecadatória. No meu Estado o Estado é maior eu não consigo administrar o Estado com a receita, digamos, nacional

que eu tenho definida nacionalmente, eu preciso cobrar alíquotas maiores. Então você pode cobrar digamos alíquotas 5, 10% maiores.

Outros pontos do IVA, questão de isenções já um pouco nacionais, ou seja, no País inteiro pode ter em fomento a atrair empreendimentos para o seu território, fomento para desenvolvimento de determinadas atividades, produtos, sim, mas isso via subsídios, via orçamento, e não via tributos. Aí tem toda uma discussão a se travar com mais detalhe na transição envolvendo a guerra fiscal que nós sabemos disso. Segundo ponto, regime simplificado, na verdade diria que não é que o IVA vai levar o Super Simples. O Super Simples é o primeiro passo para o IVA. Até o passo preliminar que já foi dado. O IVA é super complexo enquanto para a microempresa você já tem o Super Simples. A grande hipótese... trabalha com cadastro único, integração... a grande hipótese a se examinar que foi levantado aqui é eventualmente se municipalizar plenamente a arrecadação do Super Simples. Quer dizer, a fiscalização, e mesmo a receita a parcela que seria do Governo Federal e do Governo Estadual ficasse com o Governo Municipal até para compensar a perda do ISS.

Questão do ISS é preocupante, nós todos aqui sabemos disso, tem que se fazer conta, nas grandes cidades, como no ICMS, porque hoje elas têm uma arrecadação muito forte e as hipóteses passa por ter um imposto sobre venda a varejo, sobre o consumo final, pode envolver além comércio varejista comunicação, energia elétrica residenciais, agora, tanto pode ser um novo imposto como numa solução mais ousada, a fazenda está discutindo um novo imposto. Eu acho que você pode até discutir um adicional sobre o IVA. Porque é só dizer assim, olha, estas bases aqui a Prefeitura... que são bases sobre o consumidor final, ou seja, não estão na cadeia produtiva, ao invés de se cobrar um imposto você coloca uma alíquota sei lá, 5% para a Prefeitura. Ou seja, por dentro do IVA eu posso fazer, posso ter um adicional municipal sobre a etapa final só sobre a venda final que seria equivalente. A coisa que é fundamental é que essa alíquota seja nacional que as isenções sejam nacionais para que não se tenha como a gente tem o ISS, guerra fiscal entre as Prefeituras. A finalidade é arrecadatória. Então todo mundo tem que estar obrigado a cobrar lá um determinado valor. E aqui de novo é importante na medida do possível no desenho dos fundos de participação a gente conseguir introduzir mecanismos de equalização que eu possa inclusive premiar ou punir pelo fundo de equalização quem não está aproveitando sua capacidade tributária plena. O caso dos Estados, o ponto que nós sabemos aí a discussão enorme é a questão da tributação interestadual. O ideal é se encaminhar

por princípio de destino, é o mais justo. Acho que uma alternativa possível que há um consenso entre os Estados, se não o disto impuro, ou seja, com alíquota zero que tem uma alíquota mínima na origem até para estimular o Estado de origem na produção a ser um bom fiscalizador, como se fosse uma taxa de administração e acho que o Estados mesmo estão falando na casa de 2%, 4%.

Agora, a chave é cobrança na origem, como é que eu faço para cobrar na origem e passar para o destino. O que o Bernard trouxe aqui, o Dr. Bernard Appy foi o chamado modelo barquinho, jogo de alíquotas que igual ao que estava na Emenda Mussa Demes. Hoje tem havido um pouco de debate técnico entre os técnicos, evoluíram inclusive os próprios técnicos envolvidos no próprio desenho modelo barquinho Ricardo (ininteligível), e se chegou à conclusão do seguinte, se for envolvida a nota fiscal eletrônica não precisa de barquinho para fazer o princípio de destino. Ou seja, pode-se fazer uma câmara de compensação e um fundo de compensação. Esse IVA funcionaria igualzinho funciona hoje cheque no sistema bancário. Quer dizer, o que é que... Eu tenho uma conta no BANCO DO BRASIL, passo um... Faço uma compra, passo um cheque do BANCO DO BRASIL, quem compra tem conta no BRADESCO, recebe essa conta, deposita no BRADESCO e o BRADESCO e o BANCO DO BRASIL se entendem. Nós podemos reproduzir isso dentro do IVA, dentro das transações interestaduais se tivermos todo mundo dentro do sistema de nota fiscal eletrônica e de cadastro único. Por isso que a chave aquele movimento inicial que a gente falou. Isso significa ter um sistema muito ágil, e a briga ou a discussão federativa poderia ser resolvida, vamos dizer assim, de uma forma muito simples que é você ter um bom sistema de informações. Lá atrás quando a gente falou no Conselho Tributário Nacional, é muito relevante para esse debate, para você ter o Conselho com representante União, Estado e Município deliberando e mais do que isso, administração dessa Câmara e desse fundo de compensação tem que estar atrelado a esse Conselho. Não pode estar atrelado só ao Governo Federal. A idéia inclusive de uma forma simplificada era que quando um contribuinte paga o IVA, um pedaço... Aliás até diria assim, é igual ao que hoje vai valer de certa forma ao FUNDEF ou mesmo ao Super Simples de um lado e ao FUNDEF. Quando se recolhe esse imposto no final do mês ou a cada guia de recolhimento o Banco aparta um pedaço para um fundo que seria um Fundo Nacional dos Estados. Digamos, 20%, 80% vai direto para o Estado, 20% vai para esse fundo dos Estados. Com esse sistema de informações on-line, quer dizer, diria a cada operação que isso não faz sentido, mas

você a cada dois ou três meses você tem informação de quem ganha e quem perde e pega-se a receita do fundo é redistribuída. Ou seja, mesma lógica, eu estou aqui tenho pouco tempo, estamos falando aqui a mesma lógica do que vale da compensação bancária. Agora, para isso é preciso ter uma compensação bancária boa, é preciso ter sistema de informações, precisa ter credibilidade, precisa construir esse sistema com todos os Estados juntos para ter confiança plena no sistema. Outra coisa que obviamente uma informação relevante dessa, até para dar segurança aos Estados estaria num computador que seria digamos nacional e não da Receita Federal.

Bom, a regra ideal já coloquei aí, é uma parcela prefixada. Quer dizer, ao contrário do que está sendo levantado aí, a parcela do IVA estadual ou vai direto para os Estados no que é origem, perdão, no que foi consumido dentro do seu Estado ou um pedaço vai para o Fundo Nacional dos Estados. Nenhuma receita dos Estados provenientes do IVA iria transitar pelas contas do Governo Federal. Quer dizer, além das alíquotas, a tesouraria seria completamente diferente. E experiência do Super Simples e a própria experiência do FUNDEF e FUNDEB do IPVA, já é um pouco essa. São experiências bem sucedidas.

No slide seguinte, quer dizer, só para situar um pouco o gráfico, acho que a gente já conversou, não precisa entrar em detalhes, esse IVA, quer dizer, muita gente está falando no Estado, mas se tudo que nós comentamos aqui do lado federal IPI, PIS, COFINS, CID, FUST, FISTEL, sistema S entrar dentro do IVA federal, o IVA federal inclusive é maior que o IVA estadual.

Então, a preocupação que se dizia no passado de acúmulo de créditos, depois a gente pode discutir com calma no ICMS que era uma preocupação que dominou na época do Mussa Demes, não se coloca e também a preocupação de que o Governo Federal vai sabotar o IVA que pertence aos Estados, não se coloca, até porque se fizer essa simplificação radical no sistema, o Governo Federal é mais sócio ainda do novo imposto do que os Estados. E quando eu defendi ter alíquotas paritárias, entre Estado e Município, também vai na mesma linha. Por quê? O Governo Federal não teria porque jogar para baixo a sua alíquota, a alíquota estadual porque a federal está indo junto. Estaria amarrada. Três, quatro alíquotas, quer dizer, ter uma alíquota zero para cesta-básica, alíquota reduzida para produtos mais populares, e uma alíquota média para produtos normais e uma alíquota maior para bens supérfluos. Quando a gente fala alíquota, o contribuinte está pagando uma só alíquota, mas na verdade a alíquota dele, digamos, a alíquota de 20%

ela é 12 federal e 8 estadual, mas que essas alíquotas tivessem atrelada.

Outro ponto importante, eu quero caminhar aqui para o final, estou falando demais, sistema de informações, que acho que a gente já tinha colocado. Do lado esquerdo é o ICMS. Sumiu ali, peço desculpas, a arrecadação de ICMS é extremamente concentrada. Petróleo, comunicações e energia elétrica 40% de ICMS. Deputado Haully conhece muito bem essa história. Quando a gente olha o PIS/PASEP ele tem uma base mais abrangente, ele alcança serviços e ele tem uma base mais diversificada. Petróleo ainda é o maior contribuinte com 11%, mas aparece comércio atacadista, instituições financeira, eletricidade só vai aparecer lá em quarto lugar. O que é 40% do lado de ICMS não chega a 25% do lado da COFINS. E além disso COFINS e PIS incidem sobre serviço. Por que é que eu estou apresentando isso? Para chegar e dizer assim, ao contrário do passado, que toda discussão de reforma tributária, estava olhando ICMS, ou a base de informações era ICMS para simulações e tudo mais, hoje a nossa base de informações e a base para legislação é COFINS e PIS. Não precisa ir pelo ICMS que tem aquela confusão de 27 Estados, 27 legislações. Nós temos condições melhores hoje para fazer um redesenho mais ousado do sistema tributário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO: É o... Desculpe, é a primeira... Percentual do PIB. Então, por exemplo, lá em COFINS e... No COFINS petróleo, 0,61 a arrecadação de COFINS e PIS é 0,61% do PIB. E representa 11% da arrecadação total. Eu peço desculpas, eu estou preocupado com o adiantado da hora e eu estou dando uma corrida, uma pincelada mais geral. Tudo isso aqui na verdade pode a gente voltar a discutir com bastante detalhes. Questão de salários. Bom, aí o óbvio é desoneração da folha salarial, de novo, volto, aqui estamos especulando e levantando alternativas. O ideal de fato era que salário pudesse ficar só como base para regime de previdência geral de servidores, e os tributos que hoje incidem sobre folha salarial com o sistema “S” salário e educação, fossem substituídos, na minha opinião, acho que pelo IVA pode ser substituído até ou por uma dotação aplicação lá dentro do Plano Plurianual. A CPMF pode fazer esse papel conforme a gente já colocou, pode fazer o papel de um tributo mínimo. Mas o fundamental, volto, acho que a idéia era limpar a folha salarial e deixar um só tributo sobre folha salarial, simplificar radicalmente esse sistema e depois na medida do possível tentar desonerar também reduzindo alíquota. Um debate que

o próprio Governo está levantando e se deve caminhar pela frente.

A questão de repartição de receitas, conforme a gente já conversou no próximo slide, a idéia é que a base fosse ampla, toda a arrecadação tributária e acho que exemplo da DRU só a contribuição previdenciária está fora do que seria a nova base do sistema da partilha. Eu inclusive volto a insistir, a DRU, na verdade, é a preliminar, o que se faz com a DRU é o que deveria estar fazendo com o fundo de participação. Ao mesmo tempo, tem um paradoxo, uma certa ironia. Na hora que eu aplicar o fundo de participação sobre toda a base tributária, sobre toda a receita tributária, eu não preciso ter a DRU. Por quê? Porque eu posso juntar as contribuições sociais com impostos. A DRU, na verdade hoje, é só um pretexto pra mim cobrar contribuição econômica, vinculada a combustíveis, CID. Ou contribuição social COFINS, PIS e depois ao desvincular, transformar isso em impostos. O ideal é tudo virar imposto o sistema fica mais simples. Essa nova sistemática, eu até iria além, eu acho que até no âmbito estadual a gente poderia até pensar em que a partilha que hoje é 25% do ICMS e 50% do IPVA também aplicasse a mesma lógica. Acho que simplificaria racionalizaria, daria maior transparência ao sistema. Ou seja, tudo que arrecada tem que partilhar. No âmbito federal ou no âmbito estadual com os Municípios. Os fundo teria, o ideal é que fosse na minha opinião enquanto Estados e a partilha, aliás até importante uma questão de conceito, e acho que isso inclusive... outro dia eu estava relendo a Comissão lá de Bulhões de Pedreira em 1965 e eles tinham isso bem claro. O ICMS é para fazer... no Estado eu faço partilha. Qual é a idéia de partilha? É que eu devolvo para o Município um pedaço do que eu Governo Estadual estou arrecadando dentro do território dele. Estou compartilhando, estou devolvendo a ele um pedaço que eu arrecadei. Isso é bem diferente do que tenho que fazer no âmbito federal. Enquanto no âmbito federal eu tenho que fazer o papel de equalização, de redistribuir receita. Eu tenho que cobrar mais dos mais ricos e dar para os governos das regiões mais pobres. E, além disso, eu tenho que redistribuir entre os Estados e Municípios em que sentido? De quem não tem base tributária nem suficiente para cobrar o imposto municipal ou imposto...Perdão, patrimonial ou imposto sobre consumo tem que estar sendo beneficiado por esse sistema.

Então, por isso que inclusive o fundo de equalização tem que estar levando em conta a receita potencial e não o que efetivamente ele está arrecadando. Quer dizer, se ele tem potencial para cobrar imposto e não cobra, não precisa receber. Com um sistema, com tudo que a gente conversou até aqui, um Sistema Único de

Informações, cadastro único, você vai ter informações para fazer esse fundo de equalização e não é a hipótese, quer dizer, não é o trabalho de economistas.

Um outro debate importante que tem que se ter, a questão da destinação de recursos. E aí envolve, sobretudo debates sobre as... Quer dizer, as contribuições por natureza são vinculadas. Se eu estou juntando contribuição com imposto, aquela receita deixou de estar na sua origem vinculada para a sua destinação e acho que tem que se pensar em... Eu acho que é possível você juntar contribuição com imposto e desenhar uma nova sistemática de aplicação mínima de recursos. Como a gente já colocou, acho que contribuição seria só folha salarial para Previdência. Aqui são hipóteses. Você pode ter definições de caráter nacional no próprio Código Tributário Nacional que seria... Ou na Constituição. Você chegar e dizer: Da arrecadação do IVA, "X%" tem que ir para a seguridade social, para a Previdência, para o FAT, e assim por diante. O ideal, na minha opinião do ponto de vista técnico, é que você tivesse uma aplicação mínima de recurso, mas com revisão periódica que, aliás é até o que está na Constituição no caso da saúde que agora está se resgatando esse debate. De tempos em tempos você pode estar precisando mais ou menos de recursos para determinada finalidade e também o ideal do ideal é que não tivesse caráter cíclico. Quando a gente fala vinculação que é uma percentagem da receita, especialmente na área, gastos na área social, eu aí opinião minha, colocação minha pessoal, José Roberto, você acaba gerando problemas que é justamente quando a economia vai mal, por exemplo, aumenta o desemprego, aumenta a demanda por educação e por saúde, a arrecadação vai mal e você acaba vinculando menos recursos para essas áreas. Enquanto que deveria estar fazendo o contrário. Quando a economia vai mal eu preciso fortalecer o social. Essas definições tanto podem ser de caráter nacional, ou seja, valem para todos os governos, na Constituição, no Código Tributário Nacional, quanto eu posso ter definição que cada Governo, que também seria o ideal, definisse periodicamente. Por exemplo, o plano plurianual que aliás está sendo examinado aqui nesta Casa, poderia ter esse papel de realizar as vinculações. E isso inclusive resolveria problemas que temos hoje. Por exemplo, em educação que tem Municípios precisando gastar mais, falta e gasta em educação em alguns e sobra obrigação de gastos com a educação em outros. Cada um poderia definir o seu gasto levando em conta o mínimo.

Outra alternativa importante é você ter uma disposição transação transitória que assegure aos setores que hoje são beneficiados por vinculação mínimo que o recurso que hoje é destinado vai ter por dez anos,

vinde, tributo, existem "n" alternativas aí pela frente. Aqui de novo estou passando de uma forma simplória, mas acho que é uma discussão que tem... essa discussão da alocação de recurso não é uma discussão que está descolada. Não pode se perder de vista da forma que os recursos são cobrados que é o que a gente conversou antes.

Aqui só para ilustrar, não custa lembrar rapidamente, esse quadro aqui é um quadro que o TCU tem feito sobre a seguridade social, onde ele mostra que a receita total da seguridade social e as despesas da seguridade social que tem um déficit de 1.37 na verdade vira um superávit 0.25 se eu não aplicar DRU em cima da seguridade social. Quer dizer, esta discussão toda que teria que se ter como alocar recursos. Você pode ter recursos alocados à seguridade social independente da forma, o apelido do tributo está sendo exigido é contribuição e imposto. O ideal é que a gente cobre imposto, simplifique esse sistema.

Por último, vou aqui agora em cinco minutos acabar, quer dizer, fase de implantação que tinha colocado que o ideal é que se tivesse examinando uma Emenda Constitucional e paralelo ao Código Tributário Nacional, toda a legislação complementar nesse Código Tributário Nacional e tem algumas regras transitórias que são importantes. Mais conhecido, no caso do IVA, a migração para o destino que tem seguir uma trajetória a longo prazo O fundo de participação, hoje, ele tem uma forma de distribuição que na verdade ele não segue, a minha opinião pessoal, não tem muita lógica. Quer dizer, é uma participação que está lá congelada. A gente tem que migrar gradualmente para um sistema que fosse mais inteligente equalização e sem impor perda, pelo menos nominal de arrecadação a Estados e Municípios de hoje. Acho que isso tudo é possível fazer. A discussão da guerra fiscal certamente passa por você ter um... Até me permitiria usar o nome de fundo estrutural que acho que no fundo a gente precisa discutir no Brasil ver a experiência européia de integração econômica. Quer dizer, a Europa ao trazer países que eram menos desenvolvidos para a União Européia primeira rodada Portugal, Grécia e agora todo o leste europeu, quer dizer, desenvolveu uma modalidade que eles chamam de fundo estrutural que na origem é tributária. Porque muita gente esquece. Mas o fundo estrutural europeu é formado por 1% da alíquota de IVA que é cobrado em toda a Europa e esse 1% do IVA é uma vinculação, aliás todo mundo fala conta vinculação, mas lá tem vinculação. Aliás está cheio. Então esse fundo estrutural faz investimento, o nome é estrutural por quê? A idéia é que ele esteja financiando investimentos que mudem a estrutura econômica e social e acho que esta discussão está intimamente

atrelada à discussão que a gente tem que ter de guerra fiscal. Certamente também numa mudança para IVA vai ser necessário você ter regras especiais para a zona de Manaus e o ponto essencial, no caso de União,... Perdão e no caso de Estados e Municípios, qualquer mudança vai partir, alguém atuar como o segurador. Oferecer uma garantia mínima de receita ainda bem que seja por um prazo decrescente acho que só a União pode fazer esse papel. Parte desse seguro pode na verdade, vamos dizer, estar sendo sacado quanto as prestações da rolagem da dívida.

Aqui um detalhe um pouco mais. No fundo essa discussão envolve a antiga discussão do seguro receita da Lei Kandir, que o Deputado Haully conhece muito bem, que depois foi abandonado ao longo do princípio da Lei Kandir. Qual é o princípio? Antes de você fazer a mudança, qual a receita disponível entre cada Estado e Município e depois você ter algum mecanismo que você garanta a ele que se o sistema novo não render o mesmo que ele rendeu, você vai ter uma... Você vai receber esse seguro, vai receber essa complementação só o Governo Federal pode na minha opinião exercer esse papel. A gente já tem experiência que era mecanismo original lá da Lei Kandir que na verdade só valeu por dois ou três meses. A questão de... Do IVA, desonerado num primeiro momento tirar bens capitais e exportação e num segundo momento adotar destino obviamente implica também em perdas de receitas no primeiro momento para os Estados e que você também tem que estar cobrindo. O que você não conseguir, por exemplo, no destino cobrir com banda de alíquota lá do novo IVA ou eventualmente para um adicional estadual de Imposto de Renda você vai ter que bater aqui nesse seguro e como há desconfiança muito grande entre Estado e Município, que os Estados e Municípios não confiam que a União pague a eles o que promete pagar e depois não paga, é muito simples, na verdade tem que lembrar que Estados e Municípios pagam hoje ao Governo Federal todo mês a prestação da rolagem da dívida. Bastaria que você tivesse uma fórmula automática de cálculo e ele pudesse abater dessa aplicação. E a questão da guerra fiscal a gente como colocou de início, em relação aos benefícios passados, tem que ter uma trajetória... Limitar temporariamente, ter uma trajetória decrescente e discutir como é que você paga o passado e inicia uma vida nova.

Só para ilustrar, na questão dos fundos de participação, voltando da base abrangente que a gente comentou, por exemplo, em 1996, a União pagou como transferências obrigatórias 107 bilhões aos Estados e Municípios. 54 bilhões aos Estados, 53 bilhões aos Municípios. De FPE, de salário educação, FUNDEF, eu

até coloquei aqui, está no meio da conta aqui o SUS. Os repasses do SUS. E a União arrecadou 485 bilhões. Ao invés de ser um percentual de cada imposto, ou no caso do SUS, dizem que a CPMF a gente não sabe que é CPMF, no fundo eu posso trocar cada um desses valores, se quiser não preciso nem acabar num primeiro momento com esses fundos, trocar isso por um percentual dessa arrecadação tributária. Por exemplo, o FPE ao invés de ser 22% de RPI ele é 5,81% da arrecadação tributária da União. Da mesma forma que a União aplica a DRU e de certa forma FPE basta você chegar a cada 10 dias, ao invés de você olhar o que arrecadou de RPI, olha, tudo que arrecadou de tributos e contribuições e transfere lá para o FPE os 5,8. Aqui só estou exemplificando as possibilidades de mudança.

E por conclusão de agenda de trabalho destacaria dois aspectos. Trabalho mais de análise técnica e econômica nossa, acho que muito do que... acho que tem que desdobrar, tem vários pontos a se desdobrar de audiência do que se conversou. Por exemplo, toda a questão de nota fiscal eletrônica que já está agendada, que a gente não teve trabalho pela frente, é crucial infelizmente ter que falar em requisição de dados, várias informações que hoje estão disponíveis nos fiscos ou em organismos federais e até estaduais e que permitiriam a gente embasar mais, não só diagnóstico quanto as mudanças, que a gente já citou algumas. Por exemplo, uma coisa que eu queria comentar, por exemplo, Município hoje nós temos no Brasil um cálculo de PIB municipal. Por Município. Quer dizer, algo que não existia há 5 anos atrás. Essa é uma informação muito importante para fundo de equalização, para migração de ISS. Quer dizer, existe dentro de organismos fazendários ou de outros organismos um sem número de informações fiscais econômicas e sociais que nos permitem trabalhar nessa mudança do sistema tributário com bastante segurança e caberia na verdade esses órgãos, eu acho até que o ideal era não só disponibilizar a informação quanto vir trabalhar junto. E aqui não sei se o Senador pode colocar a gente até trabalhou em vários requerimentos de informações a serem despachados, pedindo essas informações.

E por último, acho que atrelado à questão de informação, seria uma coisa que também é muito interessante, até para repetir ou para não incorrer no mesmo erro de ter informações e não divulgar a informação, que nós não queremos informações apenas para os técnicos da Comissão, para os membros da Comissão. Essas são informações que acho até que deveriam já estar pública e a proposta inclusive aqui é que tudo que se seja requisitado seja disponibilizado. Não só para Estados e Municípios contribuinte quanto para

qualquer um e a internet hoje tem esse papel fundamental. E por último, quando a gente colocou questões de mudanças legislativas acho que um trabalho grande também que a gente tem no âmbito da Assessoria Técnica e (ininteligível) é revisitar os projetos que já estão tramitando. Muito do que a gente está conversando aqui tem idéias que já estão aí, alguns já são projetos e outros que podem ser apresentados e como a gente colocou aqui, deixar bem claro, não é só uma questão de fazer uma PEC. Quer dizer, o que a gente está pensando é um processo que tem começo, meio e fim. Que envolve várias mudanças. Agora, o importante é que haja consistência, não só nas mudanças, quanto no processo ao longo do tempo e... Quer dizer, Reforma Tributária não é só fazer uma Emenda, manda Emenda e depois aprova, ou não aprova, o que é que aconteceu.

Bom, eu peço desculpas por me estender, mas espero ter podido colocar aqui... Insisto muito, o que a gente está trazendo aqui são alternativas. Mas pelo menos os princípios, espero ter colocados os princípios técnicos que os Senadores recomendaram para pensar e trazer aqui à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Eu queria agradecer ao José Roberto Afonso por esse trabalho magnífico, exaustivo, mas realmente de uma objetividade e com uma gama de informações muito grande, que acho eu que já dá condições a essa Subcomissão de iniciar um processo objetivo de construção de uma proposta para que quando na discussão do CPMF chegar nessa Casa nós tenhamos as condições necessárias para colocar a discussão no nível técnico, no nível de objetividade que precisa ter.

Mais uma vez eu queria... Tenho certeza que estou falando aqui em nome de todos os da Comissão e mais os que estão aqui presentes, os Deputados que nos honram com sua presença do excelente trabalho feito pelo Economista José Roberto Afonso.

Então, eu abro à discussão, com a palavra o Senador Dornelles. Antes de passar a palavra, só colocar Deputado Luís Paulo que dando prioridade aos Senadores, se os Parlamentares os Deputados quiserem se pronunciar acho que a contribuição seria bem-vinda.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)

– Sr. Presidente, eu queria cumprimentar ao José Roberto, eu há muito tempo não vejo uma exposição tão completa, tão ampla. Acho que não houve um problema de natureza tributária que não foi colocado aqui no seu trabalho. E dentro dessa linha estabelecida pelo Presidente, eu queria perguntar se não seria o caso de priorizar, atacar logo de imediato alguns pontos. E esses pontos primeiro seriam os que nos preocupa a

todos, o problema do ICMS, problema da unificação do ICMS, de alíquotas, o problema... Se fosse, se desse ainda o problema IVA, mas a unificação do ICMS hoje é a grande preocupação, o problema ICMS. E essa que você colocou de considerar como dentro do conceito de tributo todas as obrigações compulsórias. Porque aí evitaríamos logo, é uma preocupação dos Estados, de serem violentados na sua receita por margens da União. No momento que nós colocássemos e déssemos conceituação tributária a todas as obrigações compulsórias as contribuições entrariam na base de cálculo do fundo de participação dos Estados e Municípios. Você, aliás, já até calculou. Você poderia até transmitir à União que nesse primeiro momento nos procuraria reduzir a receita da União. Apenas protegeria de qualquer movimento posterior que tem sido feito não haveria novamente o agravamento dessas distorções.

Mas Sr. Presidente, eu queria submeter sua consideração o seguinte, nós tivemos aqui acho que há dois, três meses atrás, o ilustre representante da Fazenda Dr. Bernard Appy que diz claramente que antes de enviar para cá o projeto da CPMF que ele apresentaria o projeto ao Governo. Esse projeto não apareceu. Então eu pergunto que independentemente desse trabalho que o José Roberto entraria para fazer apresentar a nossa proposta, se não seria, o Presidente não poderia fazer novamente uma convocação do Secretário Bernard Appy para que ele pusesse aqui nos explicar porque a proposta não veio e quais são as dificuldades que está ocorrendo. Até para nós podermos ter elementos na discussão do CPMF não dar a impressão que só se pensava que o anúncio de uma Reforma Tributária era só um meio de adoçar um pouco a aprovação da DRU e da CPMF. No caso seria um convite para que ele viesse explicar quais são as dificuldades. Por que é que até agora, como foi prometido não veio aqui a proposta de Reforma Tributária do Governo, porque eles já tiverem avançado isso até nos pouparia algum trabalho mais profundo.

De modo que a minha proposta é se houvesse priorizar no quadro do José Roberto a parte relacionada com ICMS que é o que atinge, preocupa mais todo o sistema produtivo brasileiro, a parte do IVA, e a unificação das contribuições para que impedir que Estados e Municípios continuem sendo violentados por medida da União. Mas eu... me parece que seria importante a vinda aqui também do Bernard Appy e se dentro desse seu trabalho não se poderia também ter um reunião aqui que o Deputado Haully faça uma apresentação daquele avanço que ele fez no seu projeto de Reforma Tributária que tem muitos pontos comuns com a proposta apresentada principalmente na parte

do IVA, na parte dos impostos sobre... Os impostos seletivos que eu acho extremamente importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Obrigado, Senador Dornelles. Faremos um contato com o Sr. Bernard Appy da Fazenda sabendo da sua disposição de vir aqui e discutir conosco e saber quais são as dificuldades que existem para a apresentação de uma proposta para que nós possamos discutir.

As informações que nós solicitamos na Fazenda chegaram? Não? Nem respostas.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO: Eu não recebi, né. (risos) A gente encaminhou requerimentos de informações, estão na rua, mas não se... é que o Senador está colocando um pouco esse ponto no final a gente fez uma lista de... Na verdade não foi uma lista, fez um pedido de uma série de informações que vão, por exemplo, que o Senador Dornelles colocou pedir ao CONFAZ para levantar junto aos Estados efetivamente quais são as alíquotas vigentes de ICMS. No âmbito do ICMS já citou aqui o caso da Receita Federal que recebe dos Estados hoje uma informação sobre quais são os créditos acumulados pelos exportadores, essas informações não são públicas, até várias outras informações que podem balizar a Reforma Tributária. A gente tem que lembrar que comentou, por exemplo, o COFINS agora é não cumulativo. Tem débito e crédito. Você tem uma informação da movimentação de débito e crédito de valor adicionado por setor por sub setor muito detalhada na Receita Federal e a gente está pedindo para Receita Federal disponibilizar essa informação. Fora arrecadação e outros parâmetros.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Neuto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Presidente, Tasso Jereissati, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu acho que o profundo trabalho feito pelo Dr. José Roberto Rodrigues Afonso nos dá o avanço em que estamos alcançando nessa Subcomissão. Eu não vou me aprofundar na análise, o Senador Dornelles já colocou, eu só acho que nós temos que aprofundar alguns ensaios e principalmente do ICMS. Para que os Estados e Municípios que são as instâncias que vão nos trazer inúmeras preocupações que elas possam de imediato serem dirimidas aqui. E não sei se são verdadeiras as informações, mas nós temos alguns dados de que deverá chegar a esta Casa por conta da possível aprovação do CPMF de uma desoneração tributária da folha de pagamento. Informação que temos, não sei se ela já se confirma ou não, mas estamos trazendo, então a Reforma Tributária parece que ela vem em conta gotas. Não é uma

Reforma Tributária profunda aquela que a sociedade espera e almeja.

Por isso, Sr. Presidente, fico extremamente grato de estar aqui nesse dia, ouvir esse importante trabalho e estamos aí atentos para participar, ajudar e buscar a solução desse importante tema que a Pátria precisa e nós queremos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Presidente Tasso Jereissati, quero justificar que na primeira parte da exposição não pude assistir por ter tido um compromisso de realizar uma palestra hoje na FIAN, e gostaria de... Mas tendo examinado o documento da apresentação completa e a parte conclusiva quero muito cumprimentar o Prof. José Roberto Afonso pela colaboração inestimável que colocou para nós Senadores e Deputados. Acho que esta... Esse estudo que mostra a viabilidade de nós passarmos progressivamente do ICMS e outros tributos para dar maior importância ao imposto sobre o valor agregado ou valor adicionado constitui um passo importante numa direção de racionalidade, estou de acordo também que será melhor termos os impostos e taxas sobre os salários transferidos para o IVA, e é importante que tenha realizado estudos nesta direção.

Relacionado à questão de termos racionalidade sobre impostos e taxas sobre salários, eu avalio que seja muito importante que nós estejamos conscientes dos meios de transferências de renda que acontecem nos países desenvolvidos e de seus efeitos de competitividade relativa das economias e um aspecto que não foi tão considerado em seu trabalho. E gostaria inclusive de propor, eu sou o primeiro orador da tarde, Sr. Presidente, teria que ser muito breve, mas eu me disporia de ter um encontro com o Prof. José Roberto Afonso para dialogar um pouco sobre isso. Mas só para colocar aqui a questão.

Nós temos hoje nos Estados Unidos da América um processo de transferência de renda, existem diversos mecanismos. Existem o (pronunciamento em inglês), o Seguro Desemprego, o (pronunciamento em inglês) e um componente que se chama o (pronunciamento em inglês), que transfere para mais de 40 milhões de famílias, perdão, transfere a mais de 21,5 famílias mais de 40 bilhões de dólares. Este processo tem um efeito que para nós para nós dos Países em desenvolvimento precisar ser estudado. Se nós não avaliarmos os efeitos, não estaremos agindo adequadamente e estaremos em desvantagens. O que é que fez um dos países que mais compete diretamente com a economia norte-americana diante do EATC? Criou o (pronunciamento em inglês), um trabalhador nos Esta-

dos Unidos que recebe um salário mínimo tem 40% a mais do que ganha de crédito fiscal por remuneração recebida. O Reino Unido criou um sistema semelhante o trabalhador que recebe 800 pounds por mês tem o direito a um (pronunciamento em inglês) de um 50%, se ele ganha 800 libras esterlinas ele recebe 1.200 libras esterlinas.

Nós temos hoje um programa de transferência de renda importante significativo. Que é o Bolsa Família. Já atinge 1/4 da população brasileira. Mas, na reflexão a respeito, as autoridades brasileiras, o Congresso Nacional, não pensou tanto sobre isso. É isso que eu gostaria de sugerir. E inclusive está aí uma das razões para as quais eu tenho proposto que caminhemos na direção da transição do Bolsa Família para a renda básica de cidadania, que no meu entender é um sistema ainda melhor que o crédito fiscal por remuneração recebida. E a comprovação de que isto é verdade está nos Estados Unidos mesmo, com a experiência que lá existe há 30 anos de um sistema de dividendo igual pago a toda a população num dos seus Estados que justamente por ter introduzido isso se tornou o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

Vou ser breve aqui que eu tenho que caminhar já para o Plenário. Mas eu gostaria de ter a oportunidade de dialogar e pensar sobre qual a melhor forma de financiamento desta renda de cidadania quando ela for instituída de uma vez que já é lei aprovada consensualmente aqui nesta Casa. Muito obrigado.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO:

Senador, estou à disposição, naturalmente como de todos, eu só reforçaria que os dados que estamos pedindo à Receita Federal são importantes para responder as questões que o senhor está levantando. Acho que o senhor poderia nos ajudar a reforçar o pedido a eles particular...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Vou me empenhar nessa direção. Sr. Presidente, vou pedir licença senão eu perco minha hora lá. V.Ex^a sabe que se não estivermos lá na hora nosso... Perdemos o nosso...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISATI (PSDB-CE) – Obrigado, Senador Suplicy por sua contribuição. Eu vou nos próximos dois interpeladores, eu vou em função do tempo vou colocar os dois fazendo a pergunta ou a observação em seguida e o José Roberto responderia ao mesmo tempo. Deputado Luis Paulo Veloso Lucas e em seguida o Deputado Haully.

DEPUTADO LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS (PSDB-ES) – Srs. Senadores, Presidente Tasso Jereisati, José Roberto, parabéns pelo trabalho. Satisfação poder participar dessa Sessão e acho que é oportuno porque o Congresso está discutindo a prorrogação ou

o ressurgimento, renascimento da CPMF, e antes que o Governo tivesse mandado o seu projeto de Reforma Tributária aqui no Senado temos um trabalho básico para inserir o debate da CPMF numa discussão mais ampla do sistema tributário brasileiro e na verdade teríamos que avançar para a própria questão fiscal do lado do gasto também. Mas eu acho que está suprimindo esse trabalho do José Roberto, trabalho aqui da Comissão, dou os parabéns, porque está suprimindo uma coisa que nós não temos, que discutir isoladamente. Prorroga ou não prorroga a CPMF é uma discussão e perguntas erradas costumam não ter resposta certa. Então fica... E estou vindo da Câmara em que infelizmente o debate foi muito pobre porque o diagnóstico muito pobre e a proposta também muito pobre.

Eu queria observar, fazer duas ou três observações para o José Roberto, queria ver o comentário dele. O primeiro acho muito interessante todas as idéias, mas o que mais me encanta é justamente a harmonia federativa de conceitos de responsabilidades que o trabalho apresenta. Então, a questão do tripartite no IVA, e queria colocar para ele comentar, existem alguns países em que se a unidade federativa menor ou se o poder local menor ele tem capacidade administrativa, ele pode ser a figura administrativa tributária e ao invés de você ter a Receita Federal tributando, depois ela distribui para o Estado que depois distribui para o Município, se por acaso se isso for na cidade de São Paulo, por exemplo, no Rio de Janeiro ou em vários lugares o poder municipal está mais aparelhado, tem mais informações, tem mais capacidade de ser o representante nacional dos três níveis da federação para exercer a tributação, a fiscalização, etc. Quer dizer, me incomoda muito a gente chegar nos Estados a representação da União, depois você vai para o Município, tem a representação dos Estados e Municípios ao invés de haver uma... Um compartilhamento, inclusive administrativo para o exercício do trabalho de arrecadação.

Outras duas observações sobre Município que eu gostaria de ouvir a opinião do José Roberto, no caso da questão dos impostos sobre patrimônio, quer dizer, idéia corretíssima, mas se não seria o caso de uma revisão profunda da questão das terras públicas do Brasil, quer dizer, a questão do patrimônio da União e a cobrança baseado na legislação enfitêutica, extremamente atrasada, arcaica, pré-revolução francesa, cobrança de laudêmio, afloramento, mesmo a própria figura de autoridade fundiária por parte do... o monopólio da autoridade fundiária por parte da União, me parece ser uma coisa absolutamente superada e é impossível você municipalizar os impostos sobre patrimônio sem que os Municípios que tiverem capacidade de fazê-lo sejam também eles autoridade fundiária.

Os responsáveis pela gestão das terras públicas. E da administração do direito de propriedade no âmbito de seu território.

Acho essa uma questão muito relevante tendo em vista a enormidade, se você for ver os registros de terra no Brasil, o percentual de terras públicas sobre o total de terras totais que viram... o direito de propriedade da terra no Brasil ele é precário e pessimamente administrado. E na hora que está falando sobre a municipalização do imposto sobre propriedade vai ajudar a organizar uma coisa extremamente desorganizada no Brasil que é a gestão das terras públicas e do direito de propriedade. Acho que o IPVA, vamos ousar mais, tem que também passar para os Municípios. O sistema de trânsito, o trânsito está municipalizado, os Municípios se aparelharam, criaram guardas municipais, eu os automóveis e as vias públicas, a manutenção das vias públicas e automóveis são coisas dos Municípios. Tem Estado que tem o DETRAN estadual cuidando de emplacamento. Aí o DETRAN estadual faz o quê? Cria CIRETRANS municipais que vira moeda de barganha política de péssima qualidade, também municipalizar o IPVA também ajudará a organizar melhor.

E por último, José Roberto, um assunto que já nós conversamos muito eu queria ouvir sua observação aqui, os Municípios brasileiros, os 5.700 Municípios brasileiros se dividem sobre alguns critérios de várias maneiras. Mas a grande subdivisão são os 1.000, entre 1.000 e 1.200 Municípios que têm atividade econômica e tem arrecadação própria e os outros 4.500 Municípios que não tem atividade econômica, não tem arrecadação própria, não tem participação relevante atualmente no ICMS, e o sistema tributário também as obrigações deles como ente federativos são iguais. E são animais totalmente diferentes que tem o mesmo nome. Municípios. Não deviam se chamar da mesma maneira. Deveriam ter status diferente. Tratamento tributário diferente, liberdade arrecadatória e autonomias tributárias diferentes e também obrigações diferentes. Porque são bichos totalmente diferentes, Municípios que têm atividade econômica, que tem ISS, IPTU, ITBI, e tal. E os que não tem que são os centros de... Que o professor José Elias chama de cidades imaginárias. Gostaria de ouvir sua...

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR)

– Sr. Presidente, Tasso Jereissati, Srs. Senadores, Deputado, ilustre José Roberto Afonso, quero parabenizá-lo mais uma vez pela excelência do trabalho, pela profundidade, pelo detalhamento que enriquece o

debate nacional. Sem dúvida alguma dentre os principais problemas brasileiros, o maior nó é o do sistema tributário. É verdade que erramos na política cambial na excessiva taxa de juros, erramos no descontrole das contas públicas, principalmente com a folha, mas o nó é do sistema tributário. Não só pela má qualidade do produto, pela complexidade, mas pelo excesso de tributos na base do consumo que permite a perda de competitividade. O Brasil perde competitividade se analisado com a China que não tem quase tributo nenhum. O Brasil como os emergentes perde também pela carga tributária enorme e pela complexidade do seu sistema. Quando você compara com a União Europeia e Estados Unidos, você vê que o sistema clássico mundial, um País que está querendo ir para o segundo mundo e daqui uns 50 anos, 70 anos chegar ao primeiro mundo, você vê que a diferença é estrutural básica. Por que é que nós não temos mercado interno? Por que é que a pobreza fica acentuada? Porque a carga tributária nesse gráfico teu tributação muito regressiva ele dá a demonstração clara. Uma família de dois salários mínimos tem 49% de carga tributária. Uma família com mais de 30 salários, tem 26%. Se a família de baixa renda é mais tributada, sem dúvida alguma esse tributo diminui a capacidade de consumo dessa família.

Então, esse é o ponto central pra mim. Se eu olho para os Estados Unidos, a Meca do capitalismo mundial, metade da arrecadação dos impostos dos tributos americanos vem do Imposto de Renda. No Brasil, apenas 21%, 22%. Na União Europeia 33, 34%. Quer dizer, esta diferença ela é básica para desintermediar a concorrência. Quer dizer, no sistema caótico brasileiro quem pode mais tem incentivos fiscais. Quem não pode ou está no monopólio, no oligopólio ou cartelizado ou está naquela categoria de sonegadores. Então por que é que a economia não flui, por que é que não cresce a 10, 12% ao ano? Porque o sistema tributário impede. Não é o único, mas é mais da metade do problema.

Então, a simplificação do sistema nós coincidimos em 90% no diagnóstico e na proposição. Eu acredito que nós poderíamos ter um sistema ainda mais enxuto ainda. A partir de 2002 eu rompo como IVA, o Imposto de Valor Agregado e passo a trabalhar na linha do imposto seletivo. Principalmente o ICMS que acho que é o mais fácil de transformá-lo de imposto de valor agregado num imposto seletivo porque 42% da receita está na energia, combustível e comunicação. 25% da receita estão assentados em mais sete

itens, cigarros, bebida, veículos, eletroeletrônico, eletrodomésticos, pneus e autopeças. Quando você abre o ICM você vê que poderia ser mais fácil administrado em alguns Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, é muito mais fácil trabalhar. O único problema ainda é São Paulo que essa participação do energia combustível e comunicação um pouco menor do que os outros Estados. Então se resolvesse o ICMS na frente, nós resolveríamos metade do problema.

Então eu acho que a proposta que você faz ela tem começo, meio e fim. O Governo não conseguiu concluir ainda a sua proposta. O enunciado está aí, é mais ou menos o mesmo o diagnóstico, só que não se conclui. Quando ele aprova a CPMF, quer dizer, eu não quero fazer Reforma Tributária a curto prazo porque ele tem a CPMF e tem a DRU, ele está com suas bases completas para chegar até 2010. Aí que eu acho que o Senado e a Câmara têm que entrar. O Deputado Virgílio está se movimentando para instalar a Comissão Especial em cima da PEC dele e de minha autoria. Então o Senado com esta Subcomissão toma a dianteira da discussão nacional e puxa o debate para o Parlamento que é o lugar aqui. Então Presidente Tasso, nós podemos desdobrar, abrir, pegar dados é difícil arrumar dados. Na Lei Geral da Micro e Pequena empresa e levei oito meses para ter o detalhamento do faturamento das microempresas faixa por faixa. Parecia que era uma coisa doida para fornecer os dados. Mas conseguimos, simulamos, trabalhamos. Acertamos muito, erramos, estamos consertando os erros, agora novamente estamos fazendo mais uma edição da legislação da microempresa para poder avançar mais.

Então vamos tentar chegar no denominador comum, José, se a gente conseguisse afinar a viola. Eu quero dizer que o erro que nós cometemos atrás, o Ponte, eu, teimamos muito em posições e não conciliamos, o Dornelles é testemunha de todo esse processo que... ele sempre tentando conciliar. Se tivéssemos unido as forças teríamos chegado a um processo de um projeto mais próximo do modelo europeu e do americano. Porque não tem muito do que sair. Porque nós ficamos totalmente fora do modelo mundial clássico. Quanto mais clássico melhor para o País. Porque não dá. E a CPMF é uma ferramenta. Pra mim não é um tributo. Tem que ser usada para antecipar contribuição previdenciária patronal. Se puser uma alíquota de um ponto vai dar 110 bilhões, poderíamos tirar 110 bilhões de contribuição previdenciária da folha. Aí não haveria mais argumento para não ter empregado registrado.

Então, só para dar uma pincelada rápida do debate que nós podemos ter muito rico com muitos detalhes e quem vai ganhar com isso o País, quem vai ganhar realmente eu acho que... o próprio Governo se ele fizer a reforma necessária acaba ganhando muito com isso. Se continuar na idéia de CPMF, continua perdendo, porque aquilo que se deseja de distribuição de renda vai ser pífia. Vai ficar no programinha social. Vai ficar aí com 12 bilhões por ano de programa social. Contra bilhões, só na Reforma Tributária você pode transferir 80 bilhões para as famílias mais pobres realocando as bases. Só isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Muito obrigado, Deputado Hauly. Eu gostaria de pedir ao Dr. José Roberto Afonso a resposta, a mais breve possível, em função que vamos ter a oportunidade de desdobrar essa reunião e nós ficaríamos muito honrado com a presença e a contribuição dos Srs. Deputados que sem dúvida nenhuma tem muito a contribuir nessa discussão.

De qualquer maneira essa proposta nós vamos colocá-la inclusive com setores diferentes da sociedade para que nós possamos chegar um dia e apresentar e um dia, o mais rápido possível, na própria Comissão de Assuntos Econômicos como uma visão geral dessa Subcomissão. Nós vamos ouvir o Sr. Bernard Appy, eu acho que quando o Governo Federal manda a CPMF do jeito que está e diz quero aprovar como está, alguém diz, isso aqui significa dizer não vou fazer Reforma Tributária. Quem quer fazer Reforma Tributária não manda uma prorrogação do jeito que está e não quer conversa. Me parece que já foi uma sinalização bem clara do que é que eles estão pensando. Mas de qualquer maneira por desencargo de consciência vamos ouvi-lo. E pedir ao Dr. José Roberto que seja mais breve, o Senador Dornelles já disse que a mulher dele já ligou três vezes para ir almoçar em casa e ele pode se ver em apuros.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO: Rapidinho. Eu esqueci de comentar. O Senador Dornelles já tinha alertado e eu reforçaria, a mudança de base do FPE, FPM, exige Emenda Constitucional, mas o cálculo é simples de fazer. Só fez um exercício aqui para 2006 e acho que podia eventualmente se aproveitar a própria tramitação da emenda da DRU para fazer esse ajuste. O fundamental para os Estados é que a cada 10 dias, como no FPE, seja feito o pagamento com regularidade. Tanto pode se olhar 2006, quanto, por exemplo, o orçamento para... previsão 2007 quanto orçamento de 2008.

Os três questões do Deputado Luiz Paulo, a harmonia federativa acho que é crucial e, sobretudo,

que ele coloca bem, Município faz parte da federação brasileira. Acho que nós temos das esperanças mais avançadas, às vezes até exagera um pouco no papel dos Municípios. E nesse sentido que eu tinha colocado, por exemplo, acho que precisava de um código, um Conselho Tributário Nacional para não reduzir esse debate tributário ao CONFAZ, onde 60 só Estados e um representante do Governo Federal. E eu acho que os Municípios podem exercer. No Canadá tem essa figura de um Governo, do Governo estadual, de Governo Municipal cobrar imposto por outro governo, quer dizer, fazer um papel caso quase que de administrador tributário. O chave aí, que é o que a gente tentou mostrar aqui é fundamentar ter cadastro único, sistema único de informações. Que isso te permitiria, inclusive respondendo a sua terceira questão invertendo, diferenciar Municípios. Nos grandes Municípios, nas grandes cidades você poderia ter as Prefeituras cobrando mais impostos, fazendo um papel para o próprio Governo Federal do que na pequena cidade. Enquanto na pequena cidade o inverso. Você pode estar com o Estado exercendo esse papel. Agora, para isso o crucial é um sistema de informações único, moderno, simples, e acho que o Super Simples foi o caminho.

Na questão do imposto patrimonial o Deputado trouxe aqui novos ingredientes que a gente não tinha pensado. De fato você cobra foro e laudêmio e depois ainda tem ITBI e IPTU. Quer dizer, isso tudo na verdade é só uma forma de redistribuir recursos entre os governos. Acho que podia se simplificar, um cadastro único cobra tudo e municipaliza. E eu não acho que isso vai ser nenhuma grande perda de receita para o Governo Federal, a exemplo do ITR que a receita é muito pequena. Agora, significaria a meu ver grandes ganhos para os contribuintes. Não diria nem exatamente de carga tributária, mas de simplificação. Porque a própria Prefeitura, se fosse o caso, até a apropriada Prefeitura podia aumentar o IPTU para cobrir o que era o papel laudêmio foro. Mas a desburocratização é o chave. Acho que tudo que a gente procurou trazer aqui, e aí já fazendo único gancho com que o Deputado Haully colocou, acho que é mais do que urgente reavaliar esse sistema para ter uma simplificação radical do sistema. E eu reforçaria, quer dizer, o Deputado Haully tocou na questão de ICMS combustíveis energia elétrica, eu estou um pouco meio pasmo que tem um debate acontecendo entre os Estados que a gente vê nos jornais dizendo assim: o Governo Federal quer criar o IVA para tirar os combustíveis, energia elétrica e comunicações. Como se sobre combustíveis, energia elétrica e comunicação já não se diz COFINS, PIS, PASEP, FUST, CID. Só não incide IPI que na verdade o que está tirando sim é das pequenas Prefeituras FPM e dos Estados do nordeste,

norte, FPE. Quer dizer, esse sistema está todo torto. Virou um... Perdeu a funcionalidade.

O que a gente tentou trazer aqui e concluir na verdade não é um projeto, é uma proposta de um processo de aperfeiçoamento do sistema tributário, na sequência de que o Senado tem que avaliar a funcionalidade e esse sistema não é funcional. E como melhora esse sistema. E a gente só enfatizaria que se tivesse começo, meio e fim, quer dizer, as diferentes medidas tivessem uma lógica dentro de si que se buscasse uma lógica o que é difícil entender, sei que não é o debate aqui, mas voltam a CPMF isolada de qualquer coisa.

Então, eu acho que aí como o Deputado Luiz Paulo bem colocou, quer dizer, só complementar ser ou não ser, não é a questão. Quer dizer, a questão eu sou contra CPMF. Não, eu sou do Santos, o outro é do Corinthians. Isso não pode virar um Fla-Flu e se perder um excelente, e reforço por último, necessidade econômica para se fazer mudanças mais profundas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Mais uma vez obrigado ao José Roberto, a todos, pedir à nossa Assessoria já para fazer um contato com o Bernard Appy e com a Receita Federal sobre as informações que foram solicitadas e eu gostaria de fazer, inclusive pessoalmente esses dois contatos e...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)
– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Esse ponto levantado pelo José Roberto que no momento que chegaste ao Senado proposta da DRU e do CPMF, nós poderíamos imediatamente, ele já tem os cálculos prontos, entrar com uma proposta de Emenda Constitucional paralela, estabelecendo que a base de cálculo dos fundos de participação seriam todo da Receita Federal. Ele já poderia reduzir as alíquotas, já teria uma precaução, uma satisfação e um passo importante a ser tomado, se V.Exª pudesse... podíamos pensar em fazer essa proposta, está pronto, isso não é fácil, hoje já existem até proposta nesse sentido, seria adaptação e botar as alíquotas que já calculou. Seria correria paralelamente. Como a proposta da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Perfeito. Acho que poderia já a Assessoria para começar a elaborar uma idéia como essa, ok? Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h17.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 30ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 8 de agosto de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia oito de agosto de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, VALDIR RAUPP, DEMÓSTENES TORRES, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA E MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência o Senador Romeu Tuma. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Logo após a Presidente dá conhecimento à Comissão do recebimento de cópia do Aviso nº1083, do Tribunal de Contas sobre o processo nº. TC 017.168/2007-5, referente à representação, estudos interinstitucionais para fixação de critérios de aceitabilidade de preços para compra de medicamentos pelo setor público. Comunica também o recebimento da cópia do Aviso nº. 939 do Tribunal de Contas da União, sobre o Processo nº. TC 001.862/2006-0, referente ao monitoramento, avaliação de ações de atenção à saúde mental, o programa de atenção à saúde de populações estratégicas e em situações especiais de agravos. O Senador Flávio Arns sugere que esta Comissão busque entendimento e articulação com a Câmara dos Deputados, no sentido de que aquela Casa possa, com maior brevidade, aprovar o PL Nº 1300, de 1999 (PLC nº51, de 2004, já aprovado no SF) para que se transforme em realidade efetiva e se tenha maior eficácia, já que o texto final aprovado pelo Senado Federal é fruto de um amplo acordo dos partidos com o Governo Federal, sugestão que é acatada pela Presidência. Passa-se à apreciação das matérias:

ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2006 “Inclui as doações aos Fundos controlados pelos Conselhos de Assistência Social na permissão para dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:**

Favorável. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2005** “Dá nova redação ao caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso”. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relator:** Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** Favorável. **Resultado: Pedido de vista concedido ao Senador Paulo Paim.** **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2006** “Estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência”. **Autora:** Senadora Fátima Cleide. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame.** **ITEM 04 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 83, DE 2005** “Institui a Frente Parlamentar da Engenharia”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Parecer:** Favorável. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2003** “Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela Prejudicialidade.. **Resultado: Aprovada a prejudicialidade do Projeto.** **ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2003** “Altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Pedido de vista coletiva concedido.** Às doze horas e vinte e sete minutos o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às doze horas e trinta e seis minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. **ITEM 09 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2003** “Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de humanização do atendimento pelos hospitais do País”. **Autora:** Senadora Lúcia Vânia. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame.** Os itens 07 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Eduardo Azeredo, Leomar Quintanilha, Cícero Lucena, Marcelo Crivella, Lúcia Vânia, José Nery, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior e Kátia Abreu. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele**

Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.
– Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Bom dia a todas, bom dia a todos, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. e Sr^{as}. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico os Srs. Senadores o recebimento por essa Comissão da cópia do aviso nº 1083 do Tribunal de Contas da União sobre o processo de nº 017168/2007-5, referente à representação, estudos institucionais para a fixação de critérios de aceitabilidade de preços para compra de medicamentos pelo setor público. Comunico ainda o recebimento da cópia do aviso nº 939 do Tribunal de Contas da União sobre o processo 001.862/2006-0, referente ao monitoramento, avaliação de ações de atenção à saúde mental, programa de atenção à saúde de populações estratégicas em situações especiais de agravos. Os referidos documentos – gostaria de comunicar aos Senadores – estarão à disposição dos senhores pelos próximos 15 dias na Secretaria da Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Ex^a. poderia repetir só da saúde mental o que é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois, não, o recebimento do Tribunal de Contas, o documento do Tribunal de Contas da União sobre esse processo referente a monitoramento, avaliação de ações de atenção à saúde mental, programa de atenção à saúde de populações estratégicas e em situações especiais de agravos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ah, está certo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu posso encaminhar se V.Ex^a. desejar...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria de uma cópia desse material.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – A Gisele, eu acho que já encaminha a cópia imediatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Sr. Senador Inácio Arruda, nós iremos iniciar já com a votação. Como o 1º Item da Pauta, o relator é o Senador Eduardo Azeredo que está a caminho, eu pediria já para nós começarmos pelo Item nº 02 da Pauta. O Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2006, que inclui as doações aos fundos controlados pelos conselhos de assistência social na permissão para dedução do imposto de renda devido, pelas pessoas físicas e jurídicas. O autor é o Senador Paulo Paim, que está aqui presente, e o relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior que também está aqui presente. Eu concedo então a palavra, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para proferir o seu relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado, ilustre amiga Senadora Patrícia, pela oportunidade que tenho de relatar mais um projeto do Senador Paulo Paim, nosso queridíssimo companheiro e amigo nesse Plenário que, permita ele ou não, vou revelar uma aflição que ele passa nesse momento de muita dificuldade, muito sofrimento com o filho acometido de situação grave de saúde que já se encaminha para estabilizar, mas o Senador Paulo Paim passou maus momentos e eu lastimo ter sabido somente agora conversando com ele. E peço aqui, todas as nossas preces, para que o seu filho se recupere plenamente para que o Senador Paulo Paim possa estar novamente no nosso convívio com a frequência que é normal de parte dele.

Mas o projeto do Senador Paulo Paim...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, se me permite, só para continuar as palavras de V.Ex^a., tem o Senador Paulo Paim todo o apreço, a solidariedade de todos nós. Eu acompanhei desde o início a situação, graças a Deus agora as coisas já estão entrando na sua normalidade e a certeza absoluta que o Senador Paulo Paim com a sua fé, com a sua força, com a sua coragem e determinação e brilho que tem dado a esse país e a essa Casa, agora terá forças novamente, sabendo da normalidade da situação do seu filho possa, mais uma vez, voltar a brilhar aqui com todo o seu entusiasmo. Então, eu quero trazer aqui também a minha palavra, o meu apoio, a minha solidariedade, o meu carinho muito grande por V.Ex^a., por toda a família. Eu agradeço ao Senador Geraldo Mesquita Júnior por ter tocado nesse assunto e dado a oportunidade de falar como todos nós estivemos juntos em preces para que logo o Senador Paulo Paim pudesse ter a tranquilidade de poder, aqui, assumir os seus trabalhos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu também só quero, Senador Geraldo Mesquita Júnior, já conversei

ontem demoradamente com o Senador Paulo Paim e também quero dizer de que a gente está à disposição para todo o apoio, tudo o que for necessário não só em termos físicos, mas em termos também principalmente de oração, de coragem, de apoio moral, o que for necessário para que o filho se recupere logo, como está se recuperando, felizmente, porque às vezes as notícias, inclusive perguntei, de ontem para hoje, já são melhores também, e vai dar tudo certo também com a coragem e o pensamento positivo de todos nós, mas principalmente pela grande amizade que todos nós temos com o Senador mesmo, pode chamar de Paulo Paim, com o Senador Paulo Paim, há tantos anos e que vem se dedicando de maneira tão intensa para que todos tenham uma vida boa, uma vida melhor e que o filho também possa ter uma vida saudável, boa, e que dê tudo certo em termos da sua recuperação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Se Deus quiser. Senador Geraldo Mesquita Júnior, a palavra é com V.Ex^a. para proferir o relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu dizia Senadora Patrícia Saboya, que tenho o privilégio mais uma vez em relatar um projeto do Senador Paulo Paim e esse cuida de permitir que as doações feitas por pessoas físicas e jurídicas aos fundos controlados pelos Conselhos de Assistência Social sejam deduzidas dos respectivos impostos de renda devidos, pelos doadores.

O Senador Paulo Paim, na sua proposição, ele disse que não há fundamento técnico-jurídico plausível para a distinção de tratamento entre áreas da assistência específica à criança e ao adolescente e a de assistência em geral. E no que tange às deduções do imposto de renda devido, somente as doações a fundos da criança e do adolescente ensejam dedução do imposto de renda por pessoas físicas e jurídicas. Os diversos conselhos da área de assistência social são financiados por fundos próprios para os quais são destinados recursos dos particulares incentivados pela possibilidade de dedução de tributos devidos, em especial, o imposto de renda. A proposição se presta a corrigir a distorção de trato entre área de assistência específica à criança e ao adolescente e a de assistência em geral, permitindo que se fortaleça e concretize a descentralização das ações de assistência social como um todo, com a participação efetiva da população por meio de organizações representativas conforme preconiza a Constituição.

O art. 1º altera a redação do inciso I do art. 12 da Lei 9.250, ampliando o rol dos conselhos que podem receber doações dedutíveis do imposto de renda. O comando contido no art. 2º da proposição torna as dis-

posições do art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente aplicáveis às doações efetuadas por pessoas jurídicas tributadas com lucro, com base no lucro real ao Fundo Nacional de Assistência Social e aos Fundos de Assistência Social instituídas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios nos termos da Lei Orgânica da assistência social. O art. 260 da ECA, é bom que se diga, estabelece limites para as deduções do imposto de renda das doações feitas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

O art. 3º, enfim, do Projeto de Lei, contém a cláusula de vigência da lei que resulta da proposição. Cabe à União legislar concorrentemente sobre normas de direito tributários e a competência tributária relativa a impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza a ela pertence, consoante ao art. 24, inciso I, combinado com o art. 153, inciso III da Constituição. Cabe a essa Comissão estudar e opinar sobre o mérito das proposições que digam respeito à assistência social emitindo respectivo parecer nos termos do Regimento.

A proposição não amplia o valor total possível das deduções do imposto de renda, apenas o leque de doações que podem ser deduzidas do montante devido. Não há aumento da renúncia de receitas e, consequentemente, não há impacto orçamentário financeiro a ser estimado e inexistente obrigação de oferecer nova fonte de receita. Sob o aspecto material, o teor da proposição exame não está em conflito com normas constitucionais e tão pouco a inclusão de matéria extrema(F) ao tema tratado pelo projeto. No mérito, a proposição elimina inescusável distinção na medida em que as flagrantes carências sociais de nosso país reclamam toda dedicação do Poder Público e da sociedade civil em ações de assistência social sem deixar de ter em mente a inafastável obrigação do Estado de proteger a criança e o adolescente.

Consideramos a proposição legislativa meritória, regimental e constitucional. E a vista do exposto, Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e a sua adequação técnica legislativa. E no mérito, opinamos pela sua aprovação. É o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo excelente relatório que acaba de proferir. Coloco em discussão a matéria. Para discutir, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, abrindo o leque de possibilidades que a sociedade tem para doações dentro do que já prevê

a lei para várias áreas, eu diria, da assistência social, da promoção, social, criança e adolescente que já vinham sendo beneficiados, idoso, pessoa com deficiência e outras áreas.

Quero parabenizar também o Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo relatório. Eu faria só uma observação de redação, na área “da pessoa portadora de deficiência”, colocarmos, “da pessoa com deficiência”. Que é a terminologia utilizada pelo CONAD, que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência no art. 12, inciso I, Senador Geraldo Mesquita Júnior, só em vez de “pessoa portadora de deficiência”, “pessoa com deficiência”. Só que a terminologia que as próprias pessoas com deficiência em decisão oficial do CONAD, julgam ser a mais adequada para se referir a esses 25 milhões de brasileiros, da pessoa com deficiência. Então, é só uma redação, mas o mérito é importante.

Mas Sr^a. Presidente, para que isso se transforme em realidade efetiva de termos, esses 6% de doações de pessoas físicas e 1% de pessoas jurídicas, nós temos que ter aquele outro projeto de lei aprovado que permita que essas doações sejam feitas na hora, no momento da declaração do ajuste anual. E não no ano anterior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Essa tem sido uma luta muito grande.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora, só quero lembrar que o projeto que nós aprovamos aqui, no Senado, que tinha vindo da Câmara, foi aprovado no Senado com a participação de V.Ex^a., bastante intensa, houve uma negociação com o Governo Federal e todos os ajustes pedidos pelo líder então do Governo, do Executivo, que era, na época, o Senador Aloizio Mercadante, todos os ajustes pedidos, solicitados, foram inseridos no texto da lei. Então, o texto aprovado aqui no Senado e que retornou para a Câmara, (soa a campainha) está no sentido de um consenso, de uma convergência que se conseguiu obter aqui no Senado Federal.

Eu queria sugerir, se V.Ex^a. permitir, que esta Comissão, como iniciativa de Comissão, articulássemos com a Câmara para dizer: “O texto que está lá, já é fruto de um acordo”, o Governo vai concordar, porque vai honrar a palavra, certamente empenhada no processo de negociação, e nós teríamos a possibilidade, finalmente, de dizer para a população: “Você não precisa doar no ano anterior”, você está fazendo o imposto de renda e diz: “Não, eu tenho que pagar R\$ 100,00”. Na hora você diz: “Seis para o fundo que eu desejar”. Neste momento, nós vamos ter recursos suficientes para as iniciativas importantes de populações margi-

nalizadas e discriminadas à nossa sociedade. Eu diria que junto com o projeto do Senador Paulo Paim, que é importante, nós complementarmos isso com esse esforço, vamos dizer, institucional, para não ser um esforço individual, vamos como Comissão dizer: “Olha, vamos lá, vamos aprovar” e depois falarmos com o Governo, com o Executivo, lógico, para não vetar, porque o texto é fruto...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – De um acordo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – De um acordo que o Senador Aloizio Mercadante pode até confirmar e tudo o mais. Então, eu faço esse apelo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois, não. Senador Flávio Arns, eu quero aqui agradecer a sugestão de V.Ex^a., a Comissão vai, dessa forma, tentar buscar esse entendimento, para que a gente possa ter, para que a gente possa imediatamente poder fazer valer essa tese que foi uma discussão que mobilizou muitos de nós, aqui no Senado. Então, eu me comprometo, como Presidente da Comissão, e quero ao lado de V.Ex^a., claro, buscar esse entendimento o mais rápido possível. A Comissão fará isso com toda a certeza.

Para discutir o projeto, não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado 297, de 2006. Os Srs. e Sr^{as}. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto. Vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento de sua tramitação.

Agora nós passaremos ao Item nº 03...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr^a. Presidente, se me permitir, só agradecer ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e todos os Senadores e Senadoras e a V.Ex^a., pela aprovação desse projeto. É um projeto que nós vamos acalentando há muito tempo, que entendemos que toda a doação para fundos de caráter social ele acaba contribuindo muito para a cidadania e para todo o nosso povo e para toda a nossa gente. Então, é só um agradecimento porque eu não quis falar antes, a todas as Senadoras e Senadores, especialmente, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e a V.Ex^a. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Parabéns, Senador Paulo Paim, a Comissão toda mais uma vez lhe parabeniza por mais essa conquista importante com o apoio que teve de um relatório tão brilhante como o do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Item nº 03 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005, dá nova redação ao art. 34 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto

do Idoso. Autoria, Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa. Relator, Senador Leomar Quintanilha. Senador Leomar Quintanilha, com a palavra para que possa proferir o seu relatório que nos dá aqui a honra da sua presença na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Deixa-me ler primeiro o relatório?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pois, não.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, incumbiu-me esta Comissão de proferir um relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005 que dá nova redação ao dispositivo da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 para reduzir a idade da mulher para a percepção do benefício de prestação continuada.

Venho a esta Comissão para análise da deliberação o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005 da então Comissão de Legislação Participativa que dá nova redação ao dispositivo da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. A proposição em tela resulta da Sugestão nº 1 de 2004, apresentada nos termos do art. 102 E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal pela Associação Comunitária de Chonin de Cima. O art. 1º da proposição modifica o caput do art. 34 do aludido estatuto para reduzir, de 65 para 60 anos, a idade a partir da qual a mulher que atenda às exigências legais pode pleitear o benefício da prestação continuada (soa a campainha) instituído pela lei 8.742, de 7 de dezembro de 2003, a chamada Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Leomar Quintanilha, só pediria um pouco de silêncio para que nós pudéssemos escutar o relator. Obrigada.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Presidente. O art. 2º determina que a despesa decorrente da lei, em que se transformar a proposição em exame, será compensada pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e explicitado na Lei de Diretrizes Orçamentárias relativa ao exercício em que a lei entrar em vigor. O art. 3º determina a vigência da lei à data de sua publicação. Na justificação da proposição, seu autor menciona o fato de que as regras referentes à concessão da aposentadoria pelo regime geral da Previdência Social, já fazem a distinção da idade entre homens e mulheres assegurando para essas o direito a partir dos 60 anos. Emendas não foram apresentadas ao projeto.

A proposta sobre exame não padece de vício de iniciativa, pois de acordo com o art. 22, inciso XXIII da

Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre seguridade social. Ademais não fere competência privativa ou reservado de outros poderes ou entes.

Consideramos importante, além de destacar a relevância da iniciativa da Associação Comunitária de Chonin de Cima, ao valorizar os canais de participação no processo formal de elaboração legislativa, salientar a relevância do tema em exame. O benefício da prestação continuada instituída pela LOAS em 1993 e implantada em 1996, em cumprimento à determinação constante do inciso V do art. 203 da Constituição Federal é o primeiro benefício de caráter não contributivo assegurado a todos os brasileiros, independentemente da condição de trabalho anterior ou atual, mas vinculado à condição atual de renda. Trata-se de um dispositivo de proteção social que os especialistas na matéria chamam de “mínimo social” na forma de prestações mensais.

Nos termos do que dispõe o art. 20 da LOAS, o BPC é destinado a pessoas idosas ou com deficiências que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

A implantação do benefício da prestação continuada representou um marco na política da assistência social do Brasil. Entretanto, como salientam os estudiosos do assunto, o corte estabelecido pela legislação em vigor é excessivamente restritivo em termos de renda e de faixa etária. Portanto, meritória e muito bem-vinda, iniciativa destinada a ampliar o alcance desses instrumentos de redução da legislação de excluídos sociais existentes no Brasil. No caso em apreço, destaca-se mais uma vez, a virtude e a proposição ter sido formulada por entidade da sociedade civil. Manifestamos nossa plena concordância com as alterações aprovadas na então, Comissão de Legislação Participativa por entendermos que aperfeiçoam a proposta inicial e a compatibilizam com o ordenamento jurídico e constitucional vigente.

Em face do exposto, Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, votamos pela aprovação do PLS nº 15 de 2005. É este o voto, Sr^a. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr^a. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Primeiro cumprimentar o brilhante relatório feito pelo Senador Leomar Quintanilha. Esse projeto, ele é de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, do qual atualmente eu estou como Presidente, e que tem, com certeza, todo o nosso apoio. Eu, atendendo, Sr^a. Presidente, a um pedido do Ministério do Desenvolvimento Social de

combate à fome, MDS, que pediu que nós déssemos, no mínimo, mais um tempo para a votação definitiva desse projeto.

Eu queria lembrar que na aprovação do Estatuto do Idoso, quando nós diminuimos a idade para 65 anos, nós incluímos três milhões de pessoas que passaram a receber um salário mínimo que não recebiam. Foi um enorme avanço. Eu entendo que é justo porque existe, efetivamente, na legislação já uma diferença entre o homem e a mulher. Mas eu gostaria muito de podermos conversar com o MDS, convencê-los da importância desse projeto e do relatório do Senador Leomar Quintanilha. Por isso, eu já conversei com o Senador, ele também está disposto a conversar junto comigo e tenho certeza de que com outros Senadores, com o Ministério correspondente. Nós pediríamos vista esse, hoje, e vamos conversar com o Ministério porque entendemos que é mais do que justo a proposta apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e aqui brilhantemente defendida pelo Senador Leomar Quintanilha.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu agradeço Senador Paulo Paim, já que tem um pedido de vista, pedido de vista concedido então, pelo prazo regimental, cinco dias. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Eu queria apenas retirar de Pauta o Item nº 01, que é de minha relatoria, para uma reavaliação do relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pois, não. Retirado de Pauta então o Item nº 01. Nós passaremos ao Item nº 04. Projeto de Resolução do Senado nº 83, de 2005, institui a Frente Parlamentar da Engenharia. O autor é o Senador Marcelo Crivella, que está aqui presente, e o relator é o Senador Garibaldi Alves Filho que também está presente. Concedo a palavra, nesse momento, então, ao Senador Garibaldi Alves para proferir o seu relatório. Com a palavra, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr^a. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, senhores e senhoras Senadores e Senadoras. Vem à análise desta Comissão o projeto de Resolução nº 83, de 2005, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella, que pretende instituir a Frente Parlamentar da Engenharia com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional que evidencie o papel da engenharia brasileira como fator de propulsão do desenvolvimento social e econômico do país.

Após deliberação desta Comissão, a matéria segue à Comissão diretora.

A iniciativa é composta de quatro artigos e vem acompanhada de cópia do seu estatuto. Em sua justificção, o autor pondera que ter uma engenharia sólida, dinâmica, atuante, é uma condicionante básica, é um condicionante básico, diria melhor, para o desenvolvimento nacional, e que a engenharia nacional tem dado prova de sua enorme capacidade de criação e adaptação às novas tecnologias. Não foram oferecidas emendas a esta proposição.

Sr^a. Presidente, gostaríamos de registrar o nosso aplauso à proposição do Senador Marcelo Crivella. De fato, a engenharia brasileira foi e é responsável por obras que não só melhoram a vida dos nossos concidadãos como projeta a imagem nacional no exterior.

A lista de realizações de nossa engenharia é extensa e diversa. Itaipu, os jatos da Embraer, o pioneirismo na identificação de chamadas telefônicas, tecnologia popularmente conhecida por bina, a estação petrolífera em águas profundas, entre muitas outras que poderíamos aqui relembrar e que não citaremos por economia de tempo.

Diremos também que é a engenharia que cabe modificar fisicamente o espaço e os equipamentos vitais para o bem-estar humano e para o dinamismo da economia. É a engenharia que faz as coisas acontecerem, seja com obras de saneamento, seja permitindo estreitar distâncias com as estradas ou com os aparelhos de comunicação, seja inovando com os produtos que garantam espaço no comércio internacional, o que nos traz riqueza e empregos.

Proporemos, portanto, o voto favorável como estamos propondo, esperando que esta Comissão possa ajudar a recolocar a nossa engenharia na posição de destaque em que necessitam vê-la, ao mesmo tempo o Brasil e o povo brasileiro.

Por fim, cubre(F) ressaltar que, do ponto de vista regimental, nada há que possa obstaculizar a criação de frentes Parlamentares como ora proposto.

O nosso voto, ante o exposto, é pela aprovação do projeto de Resolução nº 83, de 2005. É o nosso voto favorável, Sr^a. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Com a palavra, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Para discutir, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Eu quero apenas dizer da importância dessa frente, a engenharia tem um papel extremamente relevante na construção de uma sociedade moderna e o Senador Marcelo Crivella é muito feliz nessa iniciativa. A frente informalmente já existe e seria exatamente dessa maneira que estamos formalizando com esse

projeto do Senador Marcelo Crivella. Eu sou também engenheiro mecânico e quero, então, dar o meu apoio a essa iniciativa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr^a. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Com a palavra, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu quero ressaltar a iniciativa do Senador Marcelo Crivella em criar a Frente Parlamentar da Engenharia em um momento muito auspicioso da vida econômica do Brasil, que é exatamente a retomada do crescimento. Nessa hora, a engenharia passa a ter um destaque muito especial, e considero que essa frente ela tem que ter este sentido. Claro que, quando se reúne toda a engenharia, vamos aos engenheiros eletrônicos, aos engenheiros mecânicos, à engenharia civil, todos os demais ramos da engenharia, nós temos muitas questões, digamos assim, da própria atividade dos engenheiros, do Conselho, tudo isso nós vamos também debater. Eu acho que o foco central que é o sentimento do Senador Marcelo Crivella é o momento que a gente vive e o papel destacado que a engenharia pode apresentar nessa oportunidade. Por isso, eu quero me congratular com a iniciativa de V.Ex^a., a sensibilidade do nosso relator Senador Garibaldi Alves Filho para que nós possamos aprovar e fazer com que essa Frente Parlamentar tenha um funcionamento bem adequado, um funcionamento, digamos assim, correspondendo à situação que nós estamos vivendo de retomada do crescimento em nosso país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda. Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr^a. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, eu me somo aos demais Senadores no reconhecimento da importância da instituição dessa frente, a sensibilidade do Senador Marcelo Crivella bem como do relator Senador Garibaldi Alves Filho, até porque ontem, em um debate que nós tivemos em relação à discussão da Lei de Licitações, ficou muito claro que um dos problemas mais sérios que nós temos hoje, em termos de obras públicas no país é a falta de planejamento, onde, se nós gastássemos mais tempo com o planejamento das ações, das obras a serem executadas, os seus projetos bem debatidos, bem discutidos, nós reduziríamos em muito os custos das realizações dessas obras, bem como aprimoraríamos a qualidade na execução, através da fiscalização, e conseqüentemente teríamos um custo-benefício bem maior. Além, obviamente, da necessidade que nós temos de cada vez mais valo-

rizar esta categoria profissional que durante muitos anos deu uma grande contribuição à construção civil e outros setores também de engenharia ao nosso país e que agora, até para nós retomarmos o crescimento que todos nós desejamos, precisamos estar atentos para estimular cada vez mais essas profissões de engenharia no sentido de que eles possam contribuir para um desenvolvimento mais justo, mais humano e mais solidário para o nosso país. Então, o meu reconhecimento e parabeno ao autor, bem como o relator mais uma vez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Cícero Lucena. Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu peço a palavra justamente para parabenizar o Senador Marcelo Crivella, porque ele está puxando para um lado de uma classe, de uma atividade que, segundo o professor da UFRJ, que os países se desenvolvem de acordo com o número de engenheiros, de tecnólogos que ele tem, tanto que na China, nos Tigres Asiáticos, eles fizeram trabalhos para ver quantos engenheiros eles tinham... Quando eram pobres, quantos engenheiros eles tinham em relação à população. Tinham oito ou dez vezes menos do que os países de desenvolvimento médio. Nos Estados Unidos eles estavam muito atrás, então, começaram a investir justamente na engenharia. E onde eles estão hoje? Mandaram pessoas estudar, a China chegou a ter 40 mil pessoas fazendo mestrado e doutorado, sendo que a maioria na área de tecnologia e de engenharia por ano, para poder chegar aonde ela está chegando.

Mas eu pedi a palavra mais para falar em uma área da engenharia que me interessa muito e que beneficia diretamente as pessoas que é a manipulação genética, a engenharia dos genes, que vai ser usada, a engenharia que vai ser usada nas células-tronco. Nós, por incrível que pareça, usamos conhecimento de engenharia para elaborar e para utilizar as células-tronco. Ela depende muito da evolução disso e da engenharia, de aparelhos que permitam detectar melhor.

Hoje, por exemplo, nesse caso do acidente da Gol as provas genéticas, os testes genéticos são feitos baseados em conhecimento médico, é claro, mas quem elabora, quem faz o trabalho para definir o padrão genético das pessoas é um aparelho feito por engenheiros genéticos, engenheiros que são engenheiros e são médicos, geralmente eles são as duas profissões, eu tenho que defender o meu lado dos médicos também. Mas são os engenheiros de genética são os que elaboram essas coisas. E a engenharia genética é uma das partes da engenharia que vai beneficiar muito a humanidade diretamente, principalmente em relação

às células-tronco que são discutidas do ponto de vista filosófico e moral, mas que são uma esperança para as pessoas que estão tetraplégicas, paraplégicas, das pessoas que nascem com uma falha genética.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Marcelo Crivella porque fazendo isso ele também está fazendo a parte dele, exaltando mais a parte humana dele nessa frente. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Muito obrigada, Senador Augusto Botelho. Não havendo mais quem queira... Senador Marcelo Crivella, o autor da proposição. Antes, Senador Marcelo Crivella, como V.Ex^a. é o autor, eu passaria a palavra ao Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sr^a. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. A verdade é que me inscrevi apenas para fazer uma saudação ao autor do projeto, Senador Marcelo Crivella, e ao relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para manifestar o nosso apoio a essa iniciativa que tem fundamento principal de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país em várias áreas do conhecimento, em várias áreas... Em vários aspectos sociais que têm a ver com a preocupação, com as condições de vida do nosso povo em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, seja na área da saúde, da educação, da habitação, do transporte, como muito bem menciona o projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Eu queria manifestar o meu apoio a esse projeto de resolução, e a certeza de que sua aprovação em muito contribuirá para a formulação de proposições, de propósitos, de idéias que adequem o nosso país a um nível de desenvolvimento social onde essas áreas sejam, possam obter, a contribuição de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento para fortalecer esse desenvolvimento social e econômico, onde possamos construir a perspectiva de um país mais justo, mais democrático, mais participativo.

Então, eu quero parabenizar tanto o autor, Senador Marcelo Crivella, quanto o ilustre relator, Senador Garibaldi Alves Filho. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Com a palavra, obrigado Senador. A palavra ao Senador Marcelo Crivella, autor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Presidenta, eu gostaria muito de agradecer a V.Ex^a., por ter conduzido essa votação e agradecer aos meus companheiros. Queria lembrar eles que engenharia vem de gênio, não é? De genialidade, isso está no Brasil desde os escravos. Capistrano de Abreu, com muita sabedoria, já disse, que os escravos trouxeram para o Brasil a tecnologia de cuidar do gado livre. O português

destabulava o gado. Foram os escravos que trouxeram essa tecnologia para nós. Como há também Governador da minha província do Rio de Janeiro, no século XVII, pedindo para trazerem escravos de Almina porque diziam que eles tinham a mão boa para encontrar ouro. Não é. Eles trouxeram da África como também os fornos para ferro, os escravos trouxeram.

E mais uma outra coisa. O Brasil é pioneiro no consórcio. Nós descobrimos a maneira de fazer consórcio. Juntamos um grupo de 60 pessoas, por sorteio, ou a dinheiro, nós podemos comprar qualquer coisa. Isso é inovação do Brasil, mas veio dos escravos, porque mesmo agora quando estive na África, verifiquei que eles também pagam o lobola, que é o prêmio que se paga para mulher, o preço que se paga constitucionalmente por uma mulher, dez vacas, e está certo, sujeito que pega de graça e já maltrata, tem que pagar mesmo. Eles pagam até hoje por consórcio. Lá na África, o lobola é uma tecnologia que veio desde a época dos escravos para cá. E a tradição é essa mesma. O sujeito quando recebe de graça e ainda maltrata, tem que pagar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E os escravos do norte ainda trouxeram a engenharia sanitária.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então, eu só queria dizer que desde esse tempo até o nosso engenheiro que recebeu prêmio agora em universidade americana porque conseguiu fazer com que a energia elétrica saísse da sua fonte para um receptor sem fios, sem fios, o que é algo extraordinário... Agora mesmo nós estamos vendo aquele computador, olha a quantidade de cabos que o ligam à energia. Pois bem, um brasileiro descobriu a maneira de podermos transportar energia da fonte para o receptor sem cabo. Então, a energia é tão fantástica, nós podíamos falar, muito mais, dela aqui.

Agora é importante, Senadora, que nós pudéssemos regulamentar as frentes. Na Câmara elas são regulamentadas. Aqui as frentes são criadas, vão para Câmara diretora e nunca tem um relatório do Presidente. No caso, do Renan, porque ainda não regulamentamos o funcionamento delas. Na Câmara é simples: Sem custo para o Parlamento e sem atrapalhar o expediente. Dessa maneira, funcionam 32 frentes na Câmara de Deputados, infelizmente, aqui no Senado, ainda não funciona oficialmente nenhuma. Esperamos que regulamentando as frentes, possamos colocá-la em vigor.

Presidente, muito obrigado pelo tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu que agradeço V.Ex^a. e parabenizo também por essa iniciativa, acho importante também, como V. Ex^a. disse, a regulamentação dessas frentes.

Eu também sou coordenadora aqui no Senado da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente e acho muito importante a iniciativa de V.Ex^a., ainda mais no momento em que vivemos do país de um segmento, de uma atividade que é tão importante para o desenvolvimento do nosso país.

Portanto, colocando em votação, todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto.

Nós passaremos agora aos Itens Terminativos e iniciando pelo Item nº 05. O Item nº 05 Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2003, dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências. O autor é o Senador Paulo Paim e a relatora é a Senadora Lúcia Vânia. Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr^a. Presidente, Srs. E Sr^{as}. Senadores.

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, o projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim que visa disciplinar o trabalho do menor aprendiz.

Senhora Presidente, eu vou apenas ler a análise final, porque esse projeto se encontra, é um projeto que está prejudicado em função de outros que já foram aprovados, semelhante a esse.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Mas V.Ex^a. pode talvez, já entrar então, com a concordância do Senador Paulo Paim.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria apenas de dizer que o projeto de lei é da mais alta importância, mas que perdeu a sua validade em função de aprovação de projetos anteriores relativos ao que se propõe o autor do projeto. Portanto, o meu voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2003.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Agradeço a Senadora Lúcia Vânia pelo seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Passo a palavra imediatamente ao Senador Paulo Paim, autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr^a. Presidente, eu peço pela ordem, primeiro cumprimentando a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório feito. Eu conversei com ela, nós conversamos, inclusive, com diversos setores do Governo e foi demonstrado a nós, como o meu projeto é de 2003, o decreto nº 5.598 de 2005 e tem uma emenda que o próprio Senado fez ao PL da Câmara já aprovado nº 2898 contempla quase na íntegra. Claro que a nossa proposta, e tinha todo o apoio

da Senadora Lúcia Vânia, ela é mais antiga. Mas se veio uma lei depois e um decreto e garantiu aquilo que nós queríamos, tanto eu como a Senadora Lúcia Vânia, nós entendemos que não teria sentido aprovar uma outra lei reafirmando uma que já existe, embora a outra fosse apresentada depois. O importante é o mérito. Então, eu me senti contemplado, a Senadora Lúcia Vânia também, e eu votarei com o relatório dela, então, pela prejudicialidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu agradeço mais uma vez o Senador Paulo Paim, até pelo desprendimento que tem, sabendo da preferência até do seu projeto por ter entrado antes, mas enfim, a sua compreensão. Nós que militamos nessa área, queremos mais uma vez parabenizar V.Ex^a. por essa iniciativa.

Nós vamos colocar então em votação. Nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, declaro prejudicado o PLS nº 93, de 2003. Em votação. A votação será nominal. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – De acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com o relator, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Paulo Paim, autor. Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Voto com a relatora, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Geraldo Mesquita Júnior?

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Garibaldi Alves Filho?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Com a relatora, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG)

– Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senadora Lúcia Vânia, que já tem... Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com a relatora, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Onze votos sim... Senador Leomar Quintanilha, me perdoe.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Leomar Quintanilha. Então, doze votos pela prejudicialidade do projeto.

Passamos ao item seguinte, o Item nº 06 da Pauta. Decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 523 de 2003, altera o Parágrafo Único do art. 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural. O autor é o Senador Marcelo Crivella, que está presente, e o relator é o Senador Inácio Arruda, para quem eu passo a palavra, com muito prazer, para que possa proferir o seu relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr^a. Presidente, eu tive a felicidade de poder relatar esse importante projeto de lei de iniciativa do Senador Marcelo Crivella. Senador Marcelo Crivella traz à baila no seu projeto uma questão muito objetiva, e que milhares e milhares de trabalhadores rurais não conseguiriam até hoje acessar o sistema de Previdência Social em função de não terem condições mínimas de apresentarem provas documentais para os processos de aposentadoria. São pessoas de idade que dedicaram a vida inteira à produção rural no Brasil, mas não dispõem dessas condições.

O principal argumento para impedir que esses trabalhadores, ao almejar, pudessem conseguir êxito na aprovação da sua solicitação foi exatamente os sucessivos escândalos no final da década de 80, início da década de 90, de fraudes na Previdência Social.

Com o intuito, então, de garantir sucesso ao projeto de lei do Senador Marcelo Crivella, eu apresentei um substitutivo que tem o sentido especialmente de garantir que a prova testemunhal seja incluída na legislação, na Lei 8.213, mas agravando as penalidades para o falso testemunho, aqueles que tentarem burlar a legislação para fraudar a Previdência Social. Então, acrescentamos um Parágrafo à Lei 10.268, que exata-

mente agrava a pena, as penas aumentam de um terço até o dobro se o crime praticado, com fim de obter prova destinada a fraudar o sistema geral de Previdência Social, acrescida de multa de mil até 100 mil reais para aqueles que tentarem fraudar a Previdência Social, usando exatamente essa legislação tão importante que é você poder, com prova testemunhal, alcançar a aposentadoria dos trabalhadores rurais e trabalhadoras, que é um outro benefício introduzido no projeto de lei de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Por isso, eu quero, Sr. Presidente, apresentar o meu parecer, a minha análise toda favorável ao projeto, com apresentação do substitutivo que tenho a impressão que pode garantir êxito a essa importante iniciativa do Senador Marcelo Crivella.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2003 nos termos do substitutivo que acabei de analisar e apresento a V.Ex^a. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR) – O projeto está em discussão. Por favor, Senador. Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita Júnior e depois Senador Cícero Lucena.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Senador Augusto Botelho, prezados colegas. Eu estava dizendo, há pouco aqui, ao Senador Marcelo Crivella que, com esse projeto, ele permite que o Congresso Nacional pratique um ato de extrema justiça.

Eu tomei conhecimento a poucos dias, Senador Marcelo Crivella, de uma matéria alusiva a uma pesquisadora, se eu não me engano, de Pernambuco. A tese de Doutorado dela, Senador Augusto Botelho, era sobre a pele dos pescadores. Ela apurou através de pesquisas, que os pescadores que durante longos anos se expõem ao sol causticante, eles são ou por outra, eles não adquirem, Senador Flávio Arns, câncer de pele, porque o sol cria como que, no couro, uma espécie de couraça que impede a incidência de câncer de pele, olha que coisa interessante?

Por que eu estou dizendo isso? Eu estou dizendo isso porque como eu disse, o Senador Marcelo Crivella acaba de nos oferecer oportunidade de praticar um ato de extrema justiça. Há pessoas, e elas são a grande maioria, se é que a gente não pode dizer todas, no campo, Senador Flávio Arns, que basta olharmos para essa pessoa, basta pegarmos e viramos a mão dessa pessoa, mulheres e homens que trabalharam a vida inteira no campo sem qualquer vínculo, sem qualquer documento, sem absolutamente nada, mas basta que a gente olhe o seu aspecto físico, olhe a mão dessa

peessoa, para verificar, Senador Paulo Paim, que se trata de uma pessoa que passou a vida inteira trabalhando. A rigor, não precisaria de mais nada, mas a legislação é essa coisa. A gente tem que cercar um fato como esse, de condições normativas e tal, tudo bem. Mas a prova testemunhal, basta que uma pessoa como essa se faça acompanhar de outra nas mesmas condições que participou com ela a vida inteira naquela lida pesada, como dizia o Senador Marcelo Crivella, do escuro ao escuro, não é? Do escuro ao escuro, porque a carga horária e o horário de trabalho na zona rural, Senador Augusto Botelho, o senhor sabe muito bem disso, e o Senador Marcelo Crivella estava lembrando agora, é do escuro ao escuro. A pessoa lembra... E na nossa região, os seringueiros, por exemplo, saíam para o corte de seringa três, quatro horas da manhã, Senador Paulo Paim, e acabavam, colhiam o látex e ainda colhem até hoje, e iam para defumação, acabavam aquilo ali já escurecendo o dia.

Eu cheguei a ver, há pouco tempo atrás, lá em Rio Branco, na capital do meu Estado, um seringalista, ou seja, aquele cidadão que foi dono de um grande seringal nativo, ele me mostrou, Senador Paulo Paim, uma sala com as prateleiras repletas daquele livro que eles escrituravam a produção do seringueiro, o fornecimento de mercadoria, que era um verdadeiro escambo o fornecimento da mercadoria, e muitos seringueiros ainda vivos estavam recorrendo a ele para tirar cópia daquelas páginas, livros enormes, alguns até as traças já roendo, eles tiram cópia daquele documento para tentar comprovar, de alguma forma, que naquele período eles tiveram uma atividade intensa. Portanto, para não me alongar, eu quero... Esse é um dos projetos mais felizes que já tramitam e já tramitaram no Senador Marcelo Crivella. Viu Senador Marcelo Crivella? Eu estou lhe dizendo isso com muita convicção, é um ato de justiça que o Senador Marcelo Crivella permite que nós possamos cometer aqui nessa Casa e vejam, a sensibilidade do relator foi tanta, Senador Inácio Arruda, cearense curtido também, Senador Inácio Arruda, a sua sensibilidade foi capaz de entender o espírito do projeto e acolhê-lo, e acolhê-lo na sua integridade para juntamente com o Senador Marcelo Crivella, colocar esse projeto em pauta e tenho certeza absoluta que a tendência dessa Comissão é aprová-lo. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com a palavra, Senador Cícero Lucena para discussão do projeto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente Senador Augusto Botelho, serei bastante breve, apenas para registrar o meu reconhecimento à iniciativa do Senador Marcelo Crivella, bem como

o aperfeiçoamento do projeto pelo relator Senador Inácio Arruda.

Eu acho nada mais justo do que você permitir alguém que no seu dia-a-dia luta pela sobrevivência, você tirar dele a preocupação com a burocracia documental. E mais ainda: No relatório do Senador Inácio Arruda, ele deixou bem claro que ao permitir, ao flexibilizar o testemunho, ele também irá penalizar quem eventualmente não proceda de forma honesta. Então, o meu posicionamento é dizer da minha alegria em estar presenciando a iniciativa dessa Casa, através do Senador Marcelo Crivella, no sentido de que nós possamos dar a oportunidade aqueles que mais precisam. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Com a palavra, o Senador do Estado do Pará do PSOL.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Como já consideraram alguns dos nossos Senadores que falaram anteriormente, essa iniciativa do Senador Marcelo Crivella tem um sentido fundamental para resgatar certas dívidas que o Estado brasileiro, que a nação brasileira, que o Parlamento e as instituições do nosso país têm para com uma parcela significativa do nosso povo, dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais, aqueles que estão na condição de segurado especial, que são obrigados, muitas vezes, a ficar prejudicado um direito líquido e certo, que é o direito à aposentadoria, à pensão, aos direitos previdenciários básicos por conta do próprio descaso com a vida, a sobrevivência, as condições dessas populações que, muitas vezes, não tiveram direito aos documentos básicos da cidadania. Situação que ainda representa, em várias regiões do país, especialmente nas duas regiões mais empobrecidas e mais castigadas pela exclusão, que é o Norte, a Amazônia e o Nordeste brasileiro. E em certa parte, até o Centro-Oeste, mas as regiões mais desenvolvidas, com um grau de desenvolvimento humano mais avançado, mesmo que apresente profundas desigualdades, mas você não tem um contingente tão grande de trabalhadores e da população mais pobre e excluída, pelo menos nos documentos básicos da cidadania essas pessoas têm. Mas hoje, no Estado do Pará, nós acompanhamos, Senador Inácio Arruda, o senhor tão brilhantemente produziu esses relatório para o projeto de iniciativa do Senador Marcelo Crivella.

Hoje, os órgãos de Estado, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os movimentos sociais, o sindicato de trabalhadores rurais, as colônias de pescadores, associações de pequenos produtores rurais e

agora iniciativa também do próprio Governo do Estado do Pará, nós estamos assistindo a realização de vários mutirões, mutirões da cidadania, onde a Defensoria Pública, o Juiz, o Promotor, promovem verdadeiras caravanas ao interior e, às vezes, vão diretamente às comunidades rurais para permitir que milhares de brasileiros e brasileiras tenham direito aos documentos básicos da cidadania. O registro civil, a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o CPF, enfim, são ações da cidadania que, às vezes, pode parecer para nós, como é que um país com o grau de desenvolvimento, de certa forma, de civilidade que conquistamos, como é possível ainda milhares de pessoas não ter acesso aos documentos básicos de cidadania? E isso implica, ao longo da sua vida, no transcurso da sua vida, especialmente na idade quando chega à idade da aposentadoria, se vê privado dela porque não tem esses documentos.

Então, esse projeto que permite a prova testemunhal como garantia ao acesso de direitos previdenciários, ele é fundamental, porque além de conceder o direito, também estabelece claramente uma punição para aqueles que se utilizam da própria situação de exclusão do nosso povo para, às vezes, promover e auferir benefício quando, às vezes, fornece uma declaração, faz um testemunho falso em relação à condição daquele que pretende à aposentadoria ou benefício da Previdência Social.

Então, esse projeto é de grande alcance, importante, e eu quero aqui não só parabenizar o autor, Senador Marcelo Crivella, e ao relator, Senador Inácio Arruda, mas parabenizar essa Comissão e o Senado por essa possibilidade de ajudarmos, de contribuir em uma questão fundamental para a cidadania por direitos do nosso povo. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigado, Senador José Nery. Passo a palavra ao Senador Flávio Arns e em seguida ao Senador Augusto Botelho. Senador Flávio Arns, em seguida, Senador Augusto Botelho.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr^a. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de me ater aos exemplos dados pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. De fato, quando falamos com alguém que seja de zona rural e que entra nessa situação também lembrada de falta de documentos, a gente está diante de um ser humano que a gente tem toda a convicção de dizer que passou a vida na zona rural, trabalhando, mãos calejadas, mãos de atividade rural, pele, corpo, cabeça, que a gente observa que a pessoa trabalhou na zona rural. A mesma coisa em relação aos seringueiros, le-

vantada, e outras situações que perfeitamente podem ser visualizadas como pessoas que eventualmente, até pela falta de documentos, não conseguem comprovar que exerceram atividade rural, mas que está tudo indicando que isso aconteceu. Então, eu diria que nessa situação, vamos dizer, o projeto, para mim, é extremamente justo. Agora, eu temo muito pela aprovação do projeto ao mesmo tempo também, porque não são em relação a essas pessoas que a minha preocupação existe. A minha preocupação existe em relação àqueles que foram para a atividade urbana e que, na verdade, querem comprovar cinco anos, dez anos, 15 anos de atividade rural. Estão trabalhando no banco, em algum banco, no Magistério, não sei aonde, e tal, então, a minha preocupação, é em relação a essas pessoas que você não vê que tem a mão calejada, que você vê que não tem a pele batida, curtida pelo sol ou a situação do seringueiro. E eu diria, eu não sou especialista em previdência, mas eu diria que a possibilidade de fraude é extraordinariamente grande. E o Poder Público não tem, infelizmente, e isso que a gente tem que aprimorar no Brasil, uma estrutura de acompanhamento e de fiscalização para se evitar a fraude.

E o patrimônio da Previdência Social não é um patrimônio do Governo, é um patrimônio nosso, da sociedade, do povo, que tem que ser muito bem cuidado para que não se dilapide, porque as fraudes, a gente sabe que as fraudes acontecem. Pode ter a multa, pode ter tudo, que a possibilidade de fraude vai acontecer.

Então, eu temo muito pelo projeto. Por um lado, deixando, por isso que eu até comecei o meu argumento dizendo que tem milhares de pessoas que a gente diz: “São de zona rural”, não tem dúvida, e não têm documentos e tal, essas coisas todas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador me permite um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E para aqueles milhões de pessoas – eu permito um aparte – e para aqueles milhões de pessoas e todos nós aqui sabemos que existem pessoas assim que disseram: “Não, eu me aposentei porque eu comprovei cinco anos, dez anos, não sei o quê de atividade rural”. E a Previdência vai para o espaço, em outras palavras também. Então, se nós conseguíssemos, em minha opinião, separar um pouco mais... Eu permito o aparte para o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– É só para abrilhantar o pronunciamento de V.Ex^a. O Governo se preocupava do mesmo jeito. Mas é bom lembrar que o projeto beneficia os trabalhadores que se aposentam na região rural, não na cidade. Não contempla...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso está assegurado?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Está assegurado e é por isso que o Governo tem o parecer favorável.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Onde está assegurado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A questão da aposentadoria rural.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por isso que eu queria...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Essa é apenas para contemplar aqueles nossos irmãos que vivem no campo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – No campo... Está. Então, a minha preocupação, nesse sentido, eu agradeço o esclarecimento e a minha preocupação era nesse sentido, se a gente pudesse separar aquela pessoa que está trabalhando, continua trabalhando, que é seringueiro, está lá no seringal, está na zona rural, está trabalhando adiante, e acrescido de possibilidades de falta de documento, que a gente sabe que é uma realidade, não tem nem os documentos pessoais, como é que vai ter os outros documentos. Então, o esclarecimento é muito oportuno e agradeço pelo esclarecimento feito. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho, e em seguida, o Senador Paulo Paim e a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senador, eu pediria só para observar realmente que essas pessoas que não têm nenhum documento, não têm nenhum papel, geralmente são as mais necessitadas, as mais pobres, as que sempre trabalharam na atividade rural e que nunca tiveram nem um terreno no nome delas. Na Amazônia é fácil a gente ter um terreno no nome da gente. É esse que geralmente dá segurança ao trabalhador rural é quando ele tem um lote esteve no nome dele, um cadastro, alguma coisa. Mas os mais necessitados, os mais pobres, esses não têm nada no nome deles. Os agricultores que vivem isolados, que vão a dez, 15 quilômetros além de onde chega a estrada, lá em Roraima o pessoal chama de “cutiã”, eles não gostam de ser chamados de “cutiã” não, mas é o termo que usam para eles. Eles não são casados, vivem sozinhos no meio do mato, e tudo, mas são trabalhadores rurais. E nunca se preocupam em regularizar, nem tirar, nem cadastrar em INCRA, nem coisa nenhuma porque para fazer um cadastro no INCRA o cara tem que ir à cidade, tem que gastar dinheiro, tem que ficar lá. Então, o INCRA ainda não chegou às pessoas, o INCRA deveria ir aos lotes das

pessoas, conversar com elas e verificar para fazer isso. O INCRA ainda não faz isso, infelizmente. No futuro, talvez, a gente consiga fazer isso.

Então, eu gostaria de parabenizar o Senador Marcelo Crivella e Senador Inácio Arruda pela iniciativa, porque eles estão pegando realmente a ponta mais baixa, os mais necessitados e mais pobres dos nossos trabalhadores rurais que agora passarão a ter direito pelos quais eles vêm lutando para conseguir. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Muito obrigada. Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia Saboya, Senador Marcelo Crivella, Senador Inácio Arruda, eu quero ser muito fiel ao meu ponto de vista, e eu conversava com o Senador Flávio Arns e eu dizia também isso: A Previdência é dos trabalhadores, não tem milagre. E eu confesso que eu também fiquei preocupado, porque somente a prova testemunhal, somente ela, ela abre efetivamente um espaço muito, muito, muito grande para fraude. Tanto é verdadeiro que o Senador Inácio Arruda botou aqui uma pena de uma indenização de até 100 mil reais. Se não fosse verdadeiro que a fraude pode efetivamente acontecer, o Senador Inácio Arruda não teria esse cuidado.

Eu lhe confesso que fiquei um pouco preocupado também. Eu quero assegurar a todo aquele que tem direito o benefício, mas não quero assegurar aquele que não tem o direito, aquele que banca o malandro e normalmente quem banca o malandro não é o trabalhador, aquele que efetivamente trabalha, porque aquele trabalha mesmo, ele nem sabe ser malandro, ele sabe trabalhar só. Eu não votarei contra o projeto, mas quero alertar também das minhas preocupações. E, pelo menos, o que diz aqui, para efeito de comprovação do exercício da atividade rural. Eu acho que tem que ficar muito, muito, muito clara as nossas preocupações. As minhas preocupações, eu confesso, que vão à mesma linha do Senador Flávio Arns.

Como eu cuidei muito desse campo da Previdência e aprovei no passado uma lei na Câmara dos Deputados e depois no Supremo Tribunal Federal, e o que percebemos? É exatamente o que o Senador Flávio Arns dizia: O cidadão está para se aposentar com 15, 20 mil reais por mês, e usa o tempo em que ele era filho do fazendeiro, inclusive, que ele nunca trabalhou efetivamente, ele ficava lá mandando até os trabalhadores, e esses é que usavam o tempo, principalmente, para ter direito à aposentadoria integral já no serviço público. Por isso que o Senador Flávio Arns levanta corretamente. Eu confesso que fiquei também preocupado, também preocupado. Acho que

o projeto, sinceramente, sinceramente, eu vou dizer aqui: Eu não pedirei vista, a não ser que seja um amplo entendimento. Se fosse um amplo entendimento, nós poderíamos deixar de votar hoje e votarmos a semana que vem, como foi no estatuto da mudança da questão do idoso, que eu sou totalmente favorável, chegamos nesse acordo, para convencer, inclusive, o Ministério da Ação Social que seria um direito da mulher, eu confesso que eu fiquei preocupado. Eu quero assegurar o direito para quem não tem, mas não gostaria muito que, não gostaria em hipótese nenhuma, de que o projeto possibilitasse a oportunidade da fraude. Então, se fosse entendimento, senão não pedirei vista, não pedirei vista, de a gente poder ficar, talvez, com esse projeto até a próxima sessão, darmos uma olhada detalhadamente, e quem sabe, fazermos uma outra emenda que efetivamente garanta que vá evitar a fraude. Só isso, mas não pedirei vista a não ser que haja acordo com o autor e com o relator.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr^a. Presidente, eu acho que eu se não está sanada a dúvida, nós devemos rediscutir. Mas ela trata só de aposentadoria rural, não tem a menor chance de beneficiar aposentados do setor urbano. Mas não sou contra nós discutirmos mais. Faço um apelo também para que a gente não penalize aquelas pessoas que passaram a vida inteira na roça e que por causa de maus fatores ou de dúvidas, percam o seu benefício. É só isso que eu gostaria de defender aqui. E reafirmar de que houve ampla discussão com o Governo para que isso fosse apenas no âmbito da aposentadoria rural, não tem a menor chance de se aposentar, de ter benefício para aposentado urbano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, a preocupação aqui levantada pelo Senador Flávio Arns e Senador Paulo Paim tem sentido até porque nós já verificamos e acompanhamos milhares de processos instaurados pelo Ministério Público em vários municípios brasileiros que dão conta de declarações falsas prestadas para garantir aposentadoria. Talvez nós precisássemos aqui fazer uma emenda ao projeto, garantindo que quando a prova for apenas testemunhal, há obrigatoriedade do técnico da Previdência visitar o trabalhador na sua área de moradia e de trabalho. Porque hoje, ao se instruir um processo de aposentadoria rural, no caso, eles fazem... Do conjunto de solicitações que são feitas, são sorteados alguns daqueles conjuntos de solicitações para que o técnico faça a visita no local de moradia e, inclusive, constatando no local que ele efetivamente é trabalhador rural. Talvez, quando se tratar, como é

o caso aqui, apenas da prova testemunhal, emendarmos o projeto dizendo que, nesta condição e somente nessa, seria obrigatório a constatação do exercício da atividade no local de moradia do trabalhador rural que solicita aposentadoria. Porque ao permitir a prova testemunhal, a única forma para aquele que não tem os outros documentos que a legislação exige, para que se tenha a possibilidade de instruir o processo de aposentadoria. Mas a comprovação e a confirmação, neste caso, a única prova é a prova testemunhal por ausência das outras provas documentais, etc., neste caso, seria obrigatório a visita do técnico da previdência ao trabalhador rural que solicita aposentadoria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E possivelmente, Sr^a. Presidente, gostaria até de acrescentar, que seja ouvido o Ministério Público do Trabalho. O importante é garantir que não haja fraude.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – E nesse sentido eu acho que é importante a gente adiar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Inácio Arruda gostaria de usar a palavra? Eu só pediria ao Senador Inácio Arruda, a Senadora Kátia Abreu que estava já inscrita, ela ainda não teve oportunidade de se pronunciar, e em seguida, como V.Ex^a. é o relator, eu passo para V.Ex^a. a palavra. Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Eu gostaria também de manifestar, em conjunto com o Senador Flávio Arns e Senador Paulo Paim, desta preocupação com relação a esse projeto de lei. Claro que benefícios sociais todos nós Senadores, não só nós Senadores, mas acho que todo o cidadão de bem gostaria de dar às pessoas que mais precisam, mas uma das funções, talvez, principais e primordiais do Senado Federal é defender o Estado brasileiro. E eu também me preocupo com esse precedente perigosíssimo dessa prova testemunhal. Ao mesmo tempo eu, que convivo no campo há muitos anos e defendo esse setor, entendo o Senador Marcelo Crivella e vejo a preocupação dele real. Nós já tentamos por muito tempo achar um meio de atender, principalmente, a mulher trabalhadora rural que realmente é extremamente prejudicada com relação à aposentadoria, é um fato real, ele tem razão.

Agora, o que nós poderíamos e eu gostaria de debater um pouco mais, não gostaria de pedir vista se não fosse de comum acordo, mas nós poderíamos, quem sabe, não esquecer, claro, que o INSS, a Previdência, ela tem um princípio contributivo. Nós já temos a LOAS, que é a Lei Orgânica de Assistência Social, que traz benefícios a vários tipos de pessoas injustiçadas e que não têm como comprovar. Mas nós podemos, nesse caso, Senador Marcelo Crivella, para

consideração dessa Comissão, que nós pudéssemos colocar um prazo para gerar prova em vida. Nós podemos colocar um tempo para que essa trabalhadora possa ser incluída, por exemplo, na comercialização dos seus produtos, que o nome dela possa ser incluído na nota de comercialização. Então, nós daríamos um prazo para que essas mulheres pudessem gerar provas, tipo um ano, por exemplo, para aí sim, ela ter o real direito de aposentadoria. Eu acho que nesse caso, poderia ser uma idéia para evitar exatamente a corrupção, evitar os desvios, que ela não perderia esse direito, que é real, realmente ela trabalha anos e anos e não tem como comprovar, mas também não seria só uma prova testemunhal para o resto da vida que geraria essas distorções. Mas gerar a prova em vida e por um período determinado. Muito obrigada, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Agradeço a Senadora Kátia Abreu pela sugestão e passo a palavra ao relator Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr^a. Presidente, eu queria considerar primeiro que o projeto é muito meritório. As preocupações do Senador Marcelo Crivella que nós buscamos ajustar já com o agravamento de pena, por essas razões, porque esse é um tema que nós debatemos já há muito tempo. Então, e agregar que o problema da fraude na Previdência Social, no meio rural tem sido mínima, tem sido mínima. O problema da fraude na Previdência Social é na área urbana, entre os que contribuem, não é entre os que não contribuem não. Entre os que não contribuem isso é muito, quase que um traço do ponto de vista de impacto na Previdência Social, é insignificante. Pode ser que você abra uma brecha que torne isso significativo. Exatamente por isso, buscamos agravar o máximo as penalidades e assegurar o máximo de proteção ao sistema previdenciário que é um sistema de todos nós brasileiros.

Eu compreendo bem as colocações do Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senadora Kátia Abreu, o próprio Senador José Nery que fez também ressalva na busca da proteção, para que a gente possa ajustar o máximo, porque eu acho que nós temos que ter essa preocupação, proteger o sistema de Previdência Social brasileiro, e garantir àqueles milhares de brasileiros que não tiveram até hoje acesso em função de uma medida rigorosíssima que impede a quem trabalhou a vida inteira de ter o direito, esse que é o problema central, e nós temos milhares nessa situação. Nós propomos aqui à Comissão que a gente estabeleça um prazo de mais uma semana para que a gente possa estudar. O autor está aqui acompanhando

sempre conosco e eu estou sempre dialogando com ele para gente poder fazer um trabalho em conjunto, eu acho que isso seria mais adequado para aprimorar o projeto de lei e não deixar nenhuma brecha, nenhuma falha que possibilite a fraude a esse sistema que é um sistema comum do povo brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Srs. Senadores, a idéia, pelo que eu percebi, todos os Senadores, inclusive, eu concordo com o projeto do Senador Marcelo Crivella que tem um mérito muito grande de buscar realmente recompensar aqueles que estão excluídos no nosso sistema. Mas há certa intranquilidade, e legítima, por parte de alguns Senadores para que isso seja assegurado única e exclusivamente ao trabalhador rural. Nós sugerimos então, já que vamos adiar essa discussão, ou um pedido de vista coletivo, que os Srs. Senadores podem pedir, não é isso? Alguém já pediu vista?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Vista coletiva é melhor, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Então, vista coletiva concedida. Semana que vem nós já teremos o prazo provavelmente para votarmos o projeto e quem puder acrescentar alguma emenda ou algo que possa assegurar realmente esse ponto de discussão, e a gente possa encontrar um acordo. Então, um pedido de vista foi concedido, passamos imediatamente ao Item nº 07 da Pauta.

O Item nº 07 da Pauta, o projeto é do Senador Paulo Paim e o relator é o Senador Cristovam Buarque que não está presente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia Saboya, eu confesso que a mudança que o substitutivo do Senador Cristovam Buarque faz retorna praticamente ao meu projeto original. Eu não tenho problema nenhum com o substitutivo, mas quem sabe a gente... Porque o projeto original foi alterado por duas emendas do relator, na outra Comissão foi o Senador Romeu Tuma. E essa, o substitutivo do Senador Cristovam Buarque, praticamente retorna. Eu não tenho problema nenhum, até porque acho que ficou bom o substitutivo, mas se nós quiséssemos deixar para semana que vem, com o próprio Senador Cristovam Buarque explicando porque ele alterou, eu acho que seria melhor. E eu não tenho problema nenhum, claro que eu votaria a favor do substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu agradeço a V.Ex^a., inclusive porque o Senador Cristovam Buarque fez realmente esse apelo para que pudesse estar presente e até explicar o seu relatório. Infelizmente, nós temos apenas mais... Ainda temos onze. Só mais um último projeto, é o último projeto, mas o Senador Inácio Arruda vai...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu vou pedir para adiar esse último projeto da pauta, Sr^a. Presidente, em função de que nós temos um item aí já é o contrário do anterior. Nós fazemos referência a um item de penalidades para quem não cumprir o novo ordenamento para humanização da rede hospitalar, que são penalidades severas e que são demasiadamente severas, é que nós precisamos examinar em conjunto com a autora e com também os nossos colegas porque senão a gente pode criar também um colapso na rede hospitalar não filiada ao SUS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Com a palavra, obrigada Senador, está retirado então, o projeto para reexame. Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, eu gostaria de solicitar à Comissão, em sua Presidência, para incluir na pauta de votação dois relatórios, um já bastante antigo, de minha autoria, no dia 02 de abril deste ano e outro do dia 22 de junho, que pudessem ser colocados, assim que fosse possível, na pauta de votação dessa Comissão. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Com certeza faremos isso. É só encaminhar à Secretaria, Senadora Kátia Abreu, que nós iremos colocar na pauta, provavelmente, da próxima reunião. Se tivermos condição, já na próxima quarta-feira, estará na pauta. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente sessão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 13h04.

Ata da 31ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 15 de agosto de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia quinze de agosto de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, IDELI SALVATTI, NEUTO DE CONTO, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, SÉRGIO GUERRA E MARISA SERRANO.** Compare-

ce também o Senhor Senador Arthur Virgílio. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação das seguintes proposições: Mensagem (SF) nº 109, de 2007 que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Mensagem (SF) nº 110, de 2007 que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar e o Requerimento nº 43, de 2007. A Senadora Patrícia Saboya convida os Senadores Flávio Arns e Jayme Campos para acompanharem os indicados à Mesa. A Presidência concede a palavra aos relatores e informa que logo após de proferidos os relatórios, cada indicado disporá de 15 minutos para as suas exposições. O Senador Valdir Raupp solicita que a Presidência inicie a votação, tendo em vista que os Senhores Senadores já conhecem o *curriculum* dos indicados e a Presidência informa que a votação abrir-se-á findas as exposições dos indicados. Terminadas as exposições e a votação, a Senadora Patrícia Saboya designa os Senadores Flávio Arns e Wellington Salgado de Oliveira para, como escrutinadores, procederem à apuração dos votos. **ITEM 01 – MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2007** “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Sérgio Guerra. **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor **Alfredo Luiz de Almeida Cardoso** ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** **Aprovado o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, com 20 votos favoráveis, nenhum voto não e nenhuma abstenção.** **MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2007** “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor HESIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor **Hésio de Albuquerque Cordeiro** ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** **Aprovado o nome do Senhor Hésio de Albuquerque Cordeiro, com 20 votos favoráveis, nenhum voto não e nenhuma abstenção.**

ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 43, DE 2007 – CAS

“Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta entre a Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência (CASDEF) e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para serem debatidos entre os Senhores Senadores o Turismo para Pessoas com Deficiência, propomos que sejam convidados representantes do Ministério do Turismo, Ministério dos Transportes, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), da Indústria Brasileira de Hotéis (ABIH), do CONADE e do Ministério das Cidades”. **Autores:** Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia e Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado.** Durante a discussão do Requerimento nº 43, de 2007, o Senador Flávio Arns sugere que o Ministério das Cidades seja incluído na lista de representantes da referida Audiência Pública. A sugestão é acatada pela Comissão. Às onze horas e cinquenta e dois minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência e às onze horas e cinquenta e sete minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. Às treze horas e dez minutos o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às treze horas e treze minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Jayme Campos, Flávio Arns, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Arthur Vígilio e Wellington Salgado de Oliveira. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Bom dia a todos, bom dia a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A reunião de hoje destina-se à apreciação dos nomes para a Diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Portanto, eu solicito ao Senador Flávio Arns, Senador Jayme Campos, que acompanhe os ilustres indicados à Mesa. O Sr. Hesio de Albuquerque Cordeiro e o Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso. O

item 1 da nossa pauta submete a apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, autoria Presidência da República e o relator aqui presente, já presente, é o Senador Sérgio Guerra. Portanto, eu passo imediatamente a palavra ao relator, Senador Sérgio Guerra, para que possa proferir o seu relatório.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senadora Patrícia, Presidente dessa Comissão, Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, Dr. Hesio Cordeiro, indicados hoje para diretores da Agência Nacional de Saúde, eu vou ler o meu relatório e depois fazer aqui alguns comentários, breves comentários sobre

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Sérgio Guerra, me permite só anunciar a presença do Dr. Fausto que é Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde e o Dr. José Leônicio Feitoza, meu conterrâneo, também como diretor, que está aqui presente. Muito prazer, é um prazer tê-los aqui.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Muito prazer de, primeiro quero agradecer a indicação da Senadora Patrícia para que eu relatasse essa matéria de agora. Sem dúvida é uma matéria relevante. Agências são importantes no plural, mas essa agência, de uma maneira especial, é muito importante. Senhor Presidente da República, por meio da mensagem de nº 109 de 2007, com base no art. 52, inciso 3º, alínea F da Constituição Federal e de conformidade com os termos do parágrafo único do art. 6º da lei 9961 e do parágrafo 1º, do art. 5º, do anexo 1º, do Decreto 3327, de 5 de janeiro de 2002, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS.

O *currículum Vitae* anexado à referida mensagem demonstra que o indicado é graduado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense. Especialista em clínica médica e terapia intensiva, realizou curso em nível de pós-graduação e administração NBA(F) Executivo da (ininteligível), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Especializou-se em regulação de mercados da George Washington University e em base do corporativismo, cooperativismo na Universidade Cooperativa de Mondragón, Espanha, em 2005. Consta ainda do *Curriculum Vitae* do indicado o relato, entre outras, das seguintes atividades profissionais: Médico da força de apoio a Marinha do Brasil, responsável pela aplicação da política de atenção à saúde, pelo controle epidemiológico e pelo Planejamento e Execução de Operações Navais, chefe do CTI do Hospital das Clínicas de

Niterói, Diretor do Hospital das Clínicas Mário Leoni, em Duque de Caxias, Diretor da rede de centros médicos da Empresa de Serviços Hospitalares do Grupo Amil, superintendente da ESO(F), Diretor-geral do Hospital Barra D'Or, Diretor-geral do Hospital Copa D'Or, Diretor Técnico da Empresa de Gestão Hospitalar HIS Gestão.

O indicado integrou o corpo docente do centro de instrução especializada da Aeronáutica onde ministrou instrução no curso de administração hospitalar, participou de inúmeras jornadas e cursos nas áreas de terapia intensiva e de gestão hospitalar. Participou de vários eventos internacionais, tais como o 7º Congresso Mundial de Terapia Intensiva, em Madri, o 9º Congresso Mundial de Medicina de Emergência e Desastre, em Estocolmo e do Hospital (ininteligível), em Miami. Do citado documento consta também que o indicado ocupou as funções de diretor da Fênix, empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de hospitais e operadoras de saúde. Finalmente, desde o ano de 2004 ocupa a função diretor de normas e habilitação das operadoras da ANS. Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor, esta Comissão, dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome de Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para executar o cargo diretor da Agência Nacional saúde, ANS.

Quero dizer que já fui relator da indicação do Dr. Alfredo para o seu primeiro mandato, assim como de vários diretores dessa agência, inclusive do seu Presidente. E eu tenho a certeza e a convicção de que não vai se repetir lá nada parecido com o que aconteceu a ANAC, porque senão eu próprio estaria severamente comprometido. Tenho acompanhado o trabalho do Dr. Alfredo, não apenas no geral, mas até no meu próprio Estado, na minha região, Nordeste do Brasil. Interagimos aqui muito nessa matéria, eu e o Senador Aloízio Mercadante, por que fui relator de matérias que tinham a ver com o assunto e nessa discussão sempre encontrei na ANS uma atitude de absoluta responsabilidade, de completo equilíbrio e de total e integral profissionalismo. E questões que, inclusive, envolviam interesses do Governo ou de setores ligados ao Governo e, de outro lado, da sociedade econômica no plural, foram arbitradas com equilíbrio, ponderação e competência pela ANS e a interlocução com a ANS, para nós, foi sempre uma interlocução que nos garantiu informações seguras que nos permitiram fazer, construir resultados também seguros e equilibrados, como deve ser a atuação do Congresso e do Senado de uma maneira especial. Sobre a ação do Dr. Alfredo, eu tenho um depoimento a dar no meu próprio Estado.

Esse sistema andava absolutamente desestruturado, havia prejuízos múltiplos para a população, instituições que iam e que vinham, que prestavam serviços e não prestavam, que atravessavam crises sazonais muito fortes com prejuízo para a população e a regulação sempre foi feita pela agência de maneira incisiva, forte, transparente e eu diria, exemplar.

Esse é o meu depoimento de pernambucano. Sem nunca ter demandado da agência absolutamente nada de concreto que movesse um interesse ou outro, mas apenas como representante do povo de Pernambuco que acompanhou algumas dessas situações que aparentemente não são importantes, mas para milhares de pessoas é muito importante, eram muito importantes, a agência, a atuação da agência e do Alfredo em particular foi muito segura, muito segura e falo aqui não como relator da matéria, mas como Senador por Pernambuco que sempre teve uma proximidade razoável com esse assunto. No mais, eu acho que do lado da oposição o que temos que fazer nesse caso e nesses casos é sempre, sem preconceito, de maneira absolutamente ampla, aprovar indicações que tenham capacidade profissional, não apenas capacidade profissional no geral, mas adequação profissional, quer dizer, competência explícita para as matérias que serão objeto da atuação de cada um deles. E me parece que tenha sido assim na ANS. Não diria que é uma agência modelo, etc., porque devo reconhecer que tanto a ANS, como outras instituições, demandam de investimento, custeio, orçamento, especialização, treinamento, algum ajuste institucional, mas de uma forma muito clara é uma agência que trabalha para o país. É uma agência que trabalha para a sociedade. E assim como na oposição somos obrigados, mesmo sem ter vontade, a muitas vezes questionar a ação de alguns responsáveis por agência ou de agência no plural, temos a obrigação do outro lado de reconhecer quando a atividade se dá de maneira isenta integralmente aprovável pela sociedade inteira. Acho que esse é o nosso papel, refletir sobre as indicações.

Nesse caso se num primeiro momento tive que pesquisar um pouco mais sobre o Dr. Alfredo, dessa vez não foi preciso porque eu via o trabalho dele. Eu tenho depoimentos de vários setores favoráveis ao trabalho dele e setores que não são exclusivos, setores múltiplos, com interesses aparentemente antagônicos ou mesmo antagônicos que encontraram sempre um arbítrio aí equilibrado e uma orientação segura da agência de uma maneira mais geral e da área específica em particular. Não tenho a menor dúvida, o menor problema de consciência de fazer esse relatório e de dizer essas palavras, faço isso para honrar a indicação que me fez a Senadora Patrícia que é uma Presidente

que tem meta partidária, mais que supra-partidária e ela paira sobre os partidos aqui no Senado e era bom que fosse assim também no Ceará. (risos). Mas o fato é que... o fato é que... o fato é que a gente hoje tem uma... uma visão disso aqui.

Eu tenho freqüentado gabinetes, Senadores, etc., nunca vi um questionamento à atuação da ANS. Há cerca de 5 anos atrás, seis anos atrás, ainda no Governo Fernando Henrique, certa vez fui com vários Deputados a uma reunião na ANS, na agência, vi lá uma relação de empresas que trabalhava no sistema de prestação de serviços privados no sistema de saúde, 50, 60, 80, das maiores empresas, instituições das quais 60 ou 70 tinham patrimônio líquido negativo. O Ministro disse na época e o Ministro era o José Serra, que era preciso um PROER para resolver o problema, tal era a gravidade do problema. Tal era a extensão do problema. Rigorosamente eu acho que no caso da ANS foi feita uma evolução, a cada momento uma situação, a cada situação uma resposta, a cada resposta uma evolução e nós estamos evoluindo bem, apesar do ambiente caótico que se produz no Brasil na área de saúde, o que exige da agência muita competência, muita firmeza e muito apoio. Acho que é uma atuação hoje que deve ser prioritária da oposição é apoiar esse esforço da agência para que ela tenha força como devem ser as agências. Conceito, capacidade de interferir, absoluta e total neutralidade no que diz respeito ao interesse coletivo com prioridade a esses interesses e ao que é importante fazer. Então, eu tenho muita satisfação de recomendar o voto favorável à indicação do Dr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso pela sua competência, pelo que fez, pelo que faz a Agência Nacional de Saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Muito obrigada ao Senador Sérgio Guerra em primeiro lugar pelas palavras e pelo estímulo. Tomara que o povo do Ceará esteja ouvindo V. Exa. (risos). Mas, quero, enfim, agradecer o relatório do Senador Sérgio Guerra, pessoa que se destaca, aqui no Senado, pelo seu trabalho, pela sua competência, pelo entusiasmo que tem naquilo que se dedica e, acima de tudo, pelo amor, o carinho que dedica ao seu Estado e o entusiasmo com que defende o Nordeste. Então, queria agradecer ao relatório e propor, Srs. Senadores, que, talvez, nós pudéssemos agora ouvir já o Senador Eduardo Azeredo com o seu relatório e, em seguida, nós abriríamos para que cada um pudesse fazer a sua explanação, os indicados fizessem a sua explanação e depois os questionamentos, aqueles que gostassem ou preferissem fazer suas perguntas. Se todos concordam, então, eu passarei a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. É a mensagem nº 110 de 2007 que submete a apreciação do Senado Federal

o nome do Sr. Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS. A autoria, Presidência da República, relator Senador Eduardo Azeredo, com a palavra para proferir seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sra. Presidente, Senadora Patrícia, Srs. Senadores, Senadoras, senhores indicados. O senhor Presidente da República, por meio da mensagem 110 de 2007, com base nos artigos da Constituição, ele submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar. O *Curriculum Vitae* anexado à referida mensagem demonstra que o indicado é brasileiro, natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, tem 65 anos, é graduado em medicina pela faculdade de ciências médicas da universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui Mestrado em saúde coletiva pela universidade também do Rio e Doutorado em medicina preventiva pela Universidade de São Paulo. Fez ainda curso de aperfeiçoamento da Kentucky University nos Estados Unidos, em filosofia da ciência da Pontifícia Universidade Católica do Rio. Do referido *currículo* consta ainda que o indicado foi professor, coordenador de Mestrado e diretor do instituto de medicina social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, entre 92 e 95, reitor da universidade. Foi professor visitante e colaborador de diversas instituições nacionais e estrangeiras, entre as quais Organização Pan-Americana da Saúde. Nos campos da organização dos serviços de saúde, política de saúde, de medicamentos e educação médica.

Sua atividade como pesquisador tem como campos temáticos a análise da organização da assistência médica com ênfase nas áreas seguintes: políticas de saúde da Previdência Social brasileira, estudo sobre política de medicamentos, avaliação dos serviços de saúde e estudos epidemiológicos relativos a determinação social da doença.

Dessa atividade resultaram inúmeros artigos publicados em revistas nacionais e internacionais. Entre os livros e capítulos de livros de autoria do indicado cumpre citar a reforma sanitária, a indústria da saúde no Brasil, as empresas médicas, o sistema de saúde único de saúde, a prática médica na América Latina, a escola médica, o novo modelo de cuidados de saúde do SUS, os programas de saúde da família e também uma publicação sobre política de medicamentos, com contribuição ao debate no Parlamento brasileiro da saúde. Consta ainda do mencionado *currículo* que o indicado foi Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, INAMPS, do período de maio de 85 a março de 88. Presidente do

Conselho Nacional de Educação de 66 a 67 e conselheiro também do conselho até 68. Foi diretor do curso de medicina da universidade Estácio de Sá de 2002 a 2006, atualmente é coordenador do Mestrado profissional dessa universidade e coordenador de saúde da Fundação CESGRANRIO.

Tem experiência na área de saúde coletiva, com ênfase em gestão e saúde coletiva, atuando principalmente nos temas de atenção básica, educação médica, saúde da família, atenção primária de saúde e Sistema Único de Saúde e em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor, essa Comissão, os elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Eu quero ainda, Sra. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, dizer que, sem dúvida alguma, o nome do professor Hesio Cordeiro é um nome conhecido e respeitado em todo o Brasil, tem uma vasta experiência na área de saúde, o *currículo* assim o demonstra, mas as informações todas recebidas avalizam essa indicação.

Como bem disse o meu colega de partido, Sérgio Guerra, a questão das agências está hoje um pouco hoje na berlinda em virtude das questões ligadas a ANAC. É necessário que nós tenhamos uma visão do fortalecimento das agências de saúde. Ainda nesse momento, agora simultaneamente na Comissão de Constituição e Justiça, está sendo discutido um projeto do Senador Tasso Jereissati em que busca dar, inclusive, um pouco mais de autonomia, inclusive autonomia financeira às agências para que elas não passem períodos de penúria como recentemente passaram algumas delas. No caso da ANS nós temos ainda, eu diria que a tranquilidade da presença do Dr. Fausto e que tem realmente se saído bem na agência, por coincidência também é de Minas Gerais e o fato é que a ANS, ela não está nas páginas, digamos assim, nas páginas negativas. E isso é muito importante porque o objetivo é muito necessário da existência de uma agência como a ANS.

Os Planos de Saúde são em número muito elevado hoje no Brasil, existe evidentemente uma série de queixas em relação ao atendimento, existem problemas ainda por serem solucionados, existe o problema da questão dos atendimentos em pronto-socorro, em especial, que são feitos pela área pública e que as vezes não são devidamente reembolsados pelas operadoras e há, portanto um vasto espectro de ações a serem abordadas ainda para o aprimoramento do sistema da agência nacional de saúde suplementar. Mas eu não tenho dúvida de nesse momento como relator ter a

certeza de que o professor Hesio Cordeiro tem todas as qualificações necessárias para exercer esse cargo e exercê-lo com competência e com prioridade técnica que é o objetivo primordial dessa agência. Esse é o voto Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada também Senador Eduardo Azeredo pelo relatório que faz com muita delicadeza e, certamente com muito entusiasmo, por ser mais um conterrâneo, não é, Senador Azeredo, esse povo de Minas... (risos). É forte. Quero também anunciar a presença da nossa Vice-Presidente, a Senadora Rosalba que também está aqui conosco e Senador Sérgio Guerra, gostaria de usar a palavra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente, como é do conhecimento de V. Exa., nesse instante há pelo menos quatro atuações concorrentes a essa sessão de hoje, inclusive, da CPI do Apagão Aéreo e eu proporia que ouvidos os dois relatórios dos dois relatores se desse início ao processo de votação para que se garantisse quórum nessa votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Com certeza.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Enquanto que os dois entrevistados se apresentarão com as suas exposições e as perguntas vão sendo feitas ao longo dessa sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Perfeito Senador Sérgio Guerra, a idéia é que realmente, a proposta do Senador Sérgio Guerra que... nós vamos passar a palavra agora ao Sr. Alfredo Luiz de Almeida...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente, pela ordem...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois não, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Eu queria solicitar a V. Exa., se possível, também a ordem de inscrição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – A inscrição. A lista de inscrição também já está aqui na Mesa. O primeiro inscrito, portanto, Senador Jayme Campos. Eu vou passar e depois em seguida Senador Flávio Arns. Eu vou passar agora a palavra em 15 minutos para que o Sr. Alfredo possa fazer também a sua exposição e logo em seguida nós já abriremos, Senador Sérgio Guerra, a urna de votação. Com a palavra V. Sa.

SR. ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO: Bom dia a todos. Queria inicialmente... inicialmente queria cumprimentar a Excelentíssima Senadora Patrícia Saboya, Presidente aqui da Comissão, cumprimentar e

agradecer as gentis palavras do Senador Sérgio Guerra e que ele tenha certeza que as palavras só aumentam a responsabilidade e todo o esforço que vá ser feito para que esse processo de regulação desse setor se aprimore. Cumprimentar e agradecer a presença dos demais Senadores, cumprimentar o Dr. Fausto Santos e Dr. Leônicio Feitoza, Diretores da Agência, cumprimentar os demais servidores da Agência Nacional de Saúde aqui presentes, Dr. José Carlos Abraão, Presidente da Confederação Nacional de Saúde e a todos os presentes. É com grande prazer que eu retorno a essa Casa, após 3 anos de trabalho, e a idéia aqui é que eu teça algumas considerações breves até pela concorrência do trabalho dos senhores para que nós sobre o conceito dessa regulação como essa regulação tem sido feita uma certa prestação de contas após 3 anos e alguns desafios que a agência enxerga como pertinentes para ser encarados nos próximos anos. Passe o próximo, por favor.

Bom, o que a gente vai discutir é saúde suplementar. A saúde suplementar é um setor que se organiza na sociedade brasileira no final da década de 60, começo da década... década de 50, começo da década de 60, em que um segmento da sociedade, insatisfeito com a qualidade assistencial e acesso da saúde pública se organiza através de contribuições espontâneas para ter, para organizar um setor que tivesse uma qualidade assistencial e um acesso melhores. Próximo. E se isso são, digamos, os pilares desse setor, esses pilares se alicerçam em dois... em alguns preceitos bastante claros, a qualidade assistencial numa existência de um produto controlado, entendam por produto a cobertura, o que se atende e a rede aonde se atende e do ponto de vista econômico numa lógica mutualista e do ponto de vista financeiro, num fluxo financeiro favorável. Tudo isso se mantém até hoje. Passa o próximo.

A questão do mutualismo é um sistema bastante simples em que um grupo de pessoas que aqui se chama de beneficiários se organiza numa associação que a gente chama de carteira e que todos contribuem, dão origem às receitas para que alguns utilizem, que dão origem às despesas. É importante frisar que a contribuição de todos financia hoje a utilização de alguns, na presunção de que, no futuro, quando os que pagam e não utilizam, tenham pessoas que apagarão para que eles utilizem. Passa o próximo.

A questão do fluxo financeiro esse setor trabalha em 97% das operadoras no sistema de pré-pagamento em que os beneficiários pagam antes e os eventos, quando ocorrem, eles são pagos em até 60 dias da sua ocorrência. Isso gera um resultado financeiro aqui no início de qualquer operadora, em torno de 160% das suas receitas e que dá origem, dá consistência a

tudo o pensamento da regulação econômica prudencial que é o que nós temos implantado nesse setor. Próximo, por favor.

E esse setor ele sofreu todas as... a ação de todos os eventos que aconteceram na sociedade brasileira, intrínsecos ou extrínsecos ao setor chegando aqui na regulação desse setor. Próximo.

Essa regulação ela começa efetivamente quando esse setor é reconhecido na Constituição de 88 que de uma forma ela estabelece o SUS e ao mesmo tempo define a saúde privada como setor a ser regulado. Esse processo evolui até que em 98 é promulgada a lei 9656 que regulamenta o setor e em 2000, a 9961 que cria a Agência Nacional de Saúde, passe o próximo, que a agência reguladora encarregada da regulação, de operacionalizar essa regulação. É uma agência composta por cinco diretorias que trabalha em regime de diretoria colegiada, passa o próximo, e essa regulação ela basicamente ela tirou uma livre atuação tanto do ponto de vista de como é que essas empresas se constituíam, a forma como elas prestaram assistência de saúde aos seus beneficiários e tornou isso, estabeleceu alguns critérios mínimos de funcionamento nesses dois por menores. Passa o próximo. E esse cenário de saúde, então, sofreu mudanças, tanto pela regulação, como pela própria evolução da sociedade que tornaram completamente diferente do cenário inicial da sua formação.

Ele foi regulamentado, a população ficou mais informada e exigente, envelheceu, a quantidade de tecnologia incorporada nesse setor foi vertiginosa, isso tornou os custos ascendentes, o financiamento teve pressão, faltaram recursos, o conflito entre os componentes aumentou e levou a interferência crescente do Judiciário. Passa o próximo. E esse é o cenário que tem hoje e que dá origem a um desenho do setor que com alguns dados que eu vou tentar brevemente mostrar aos senhores.

Hoje o setor tem cerca de 46 milhões de vínculos, a exceção daqueles beneficiários que têm mais de um vínculo que são exceção, a gente pode dizer que existe em torno de 46 milhões de beneficiários, a maior parte deles no segmento médico hospitalar e a gente vê um crescimento bastante significativo do segmento odontológico nos últimos anos. Passa o próximo, por favor. Esses beneficiários estão distribuídos geograficamente de uma forma bastante irregular, é natural, as regiões de maior desenvolvimento socioeconômico como o Sudeste, elas concentram uma grande parte dos beneficiários desse sistema, um sistema que é financiado com contribuições privadas, é esperado que aconteça isso. Passa o próximo, por favor. E esses beneficiários são agrupados em medicinas de grupo,

que constituem o maior contingente de empresas desse setor, odontologias de grupos depois, cooperativas médicas, autogestões, cooperativas odontológicas, filantropias e seguradoras de saúde. Próximo, por favor. E que abrigam os beneficiários da seguinte forma: Em primeiro as medicinas de grupo, depois as cooperativas, depois as autogestões e seguradoras, as cooperativas odontológicas, segmento odontológico aqui embaixo. Próximo, por favor. E ao setor que tem uma... que movimenta uma quantidade de recursos bastante significativo, o setor teve em 2006, 41 bilhões e meio de reais como receitas, gastou 32.6 bilhões em custos assistenciais, quer dizer, pagando a prestadores de assistência médico hospitalar e odontológica e uma coisa que é bastante interessante que é curva de ascensão das despesas administrativas ela é bem menor, sai aqui de 4,2 em 2002 e chega a 7.1 em 2006, mostrando que o setor tende a trabalhar com uma eficiência administrativa bastante interessante. Passa o próximo, por favor.

De qualquer forma a evolução ela... a regulação desse setor evolui basicamente em dois pilares, um pilar de qualidade assistencial e o outro de contribuições espontâneas da forma como elas são agrupadas econômica e financeiramente e uma fiscalização efetiva nessas duas áreas. Próximo, por favor.

Com relação a qualidade assistencial, a agência tem trabalhado fortemente para tentar aumentar a qualidade assistencial, objetivo e o acesso desse setor através da contratualização entre operadoras e prestadores, o estabelecimento de um padrão da troca de informações na saúde suplementar, autorização de funcionamento, uma maior integração com o SUS, um cadastramento da rede de prestadores e agora começa a introduzir o conceito da suficiência de rede e um programa de qualificação, tudo isso, buscando um novo modelo. Passa o próximo, por favor.

Na questão da segurança econômica, a agência trabalha nessa questão da autorização de funcionamento, um novo enfoque é esse acompanhamento econômico financeiro, uma maior agilidade, um redesenho dos regimes especiais que são as intervenções nas operadoras que têm problemas assistenciais e econômico financeiros e liquidações, um aprimoramento da regulação prudencial, o projeto de qualificação e na diminuição das simetrias de informações na área econômica que ainda permeia esse setor. Aqui eu vou me permitir estender um pouco mais, por que nos últimos 3 anos eu tenho tido a honra de responder pela diretoria de normas, habilitação de operadoras que é a responsável, tanto pela autorização de funcionamento, quanto pelas liquidações, quanto pelo acom-

panhamento econômico financeiro dessas operadoras. Próximo, por favor.

Isso tudo, todo esse pensamento visa o quê? Visa diminuir o risco de insolvência, de quebra no longo prazo dessas operadoras de Plano de Saúde, porque uma operadora de Plano de Saúde quando quebra ela não causa malefícios somente a aquela empresa, ela deixa beneficiários sem assistência, ela gera prejuízos à hospitais, laboratórios e médicos, ela sobrecarrega o sistema público e aumenta uma concentração de mercado. Passe ao próximo, por favor.

Em 2004 a agência editou a (ininteligível) 85 que nada mais foi do que regulamentar as exigências mínimas necessárias a que operadoras de Planos de Saúde atuassem de forma legal neste mercado que é uma revisão nos dados cadastrais, econômicos, financeiros e assistenciais das operadoras que já atuavam ou que se candidavam a atuar nesse mercado. Passa o próximo.

O resultado disso foram analisadas 1919 empresas, 1038 continuam em análise, cerca de 250 têm registro e 229 têm uma autorização de funcionamento. Passa o próximo. Os senhores vêem que 48% continuam em análise, cerca de 29% foram cancelados ou encontram-se em processo de cancelamento e cerca de 33 se encontram regulares para continuar operando nesse setor. Próximo, por favor. É importante dizer que cerca de 60% dos beneficiários se encontram nas operadoras que já têm registro de operadora, autorização de funcionamento.

A questão do acompanhamento econômico, foram tomada uma série de medidas, passe ao próximo, por favor, que podem ser resumidas num acompanhamento obsessivo da liquidez e liquidez é um conceito contábil que para cada real de despesa tem que existir pelo menos um real de receita, então, é um indicador que quanto maior melhor, das provisões regulamentadas que são aquelas reservas que as operadoras têm que deixa a mão para lançar mão em momentos de dificuldade e a proposição de novas provisões. A checagem das informações econômico financeiras que as agências recebem, a gente checa isso em loco, através de um evento das visitas técnicas e uma ação cada vez mais proativa naquelas operadoras que têm problemas através de planos de recuperações e direções fiscais. Próximo, por favor.

A evolução da liquidez no mercado, um é o limite mínimo, a gente vê que em 2001 a situação, como mencionou o Senador Sérgio Guerra, era realmente muito difícil e essa liquidez ela vem subindo a partir de 2004 ela tem uma, um crescimento bastante expressivo, fruto de um acompanhamento obsessivo, por isso um estímulo a liquidez desse mercado. Próximo, por

favor. E com relação as provisões hoje nós temos em 2006, 78% das operadoras enquadradas contabilmente na Constituição de provisões que correspondem a 91% numa situação bastante diferente aqui de 2002 e aqui a necessidade das provisões é ainda sofriam um escalonamento que hoje atualmente são 100% e na época eram cerca de 30% do montante necessário. Passa o próximo, por favor.

Foi realizado esse ano em fevereiro e março uma Câmara técnica com representantes de todos os setores em que foi feita uma proposição pela diretoria de normas e habilitação de operadoras para que as provisões necessárias fossem aprimoradas e as demais provisões necessárias para maior segurança no longo prazo desse mercado fossem constituídas, houve uma posição consensual quanto a necessidade, isso gerou duas RNs, a 159 e a 160 que foram editadas agora em julho e que nós acreditamos que nos próximos seis anos o resultado disso é um mercado cada vez mais seguro do ponto de vista econômico financeiro. E também a RN-137 modificada pela 144 que regulamentou o segmento das autogestões. Próximo, por favor.

Essa aqui é a questão dos regimes especiais quando nós assumimos existiam 27 regimes especiais em curso, foram acompanhados 136, resolvendo 95, 18 até maio encontravam-se ainda em resolução. Próximo, por favor. O tempo médio de resolução, os senhores observam que após um pico aqui em 2005 ele cai, quer dizer, o limite nosso é 12 meses como o máximo, a gente tenta trabalhar, chegar aqui aos 06 meses. Próximo, por favor.

Esse aqui as liquidações existentes foram executadas pela agência 101 liquidações, 76 foram decretadas nos últimos 3 anos e 16 falências, próximo, por favor. E foram canceladas 1351 operadoras, uma questão interessante que 70% por solicitação própria. Próximo, por favor.

A questão da assimetria de informação, a agência trabalhou fortemente na questão da divulgação de um maior número de informações ao mercado, informações objetivas, o programa de qualificação lançado em 2004 foi a primeira iniciativa de tornar mensurável, de tornar pública essa mensuração indicadores objetivos de Assistência Médico Hospitalar e Odontológica que paradoxalmente nunca tinham sido medidas num sistema de saúde e essas duas publicações que foram iniciadas em 2005 e se repetem esse ano é um anuário em que todas as demonstrações econômicas das operadoras estão disponíveis, estão agrupadas por região geográfica, por segmento e pelo país.

Isso foi distribuído aos senhores, ao Legislativo, ao judiciário, aos Procons como forma de tornar essas informações mais claras e mais inteligíveis por toda a

sociedade. Próximo, por favor. E isso aqui do ponto de vista de recursos humanos da diretoria a gente assumiu a diretoria com 102 servidores, hoje ela tem 88 servidores e dos servidores comissionados 88% são servidores temporários ou concursados da agência. Próximo, por favor.

Com relação aos novos desafios, passa o próximo, por favor, em tese eles são bastante simples, o desafio que se impõe à agência, não só a agência mas a toda a sociedade aí, operadoras de Planos de Saúde, médicos, profissionais de saúde, prestadores, consumidores judiciais, os senhores do Legislativo, a indústria, o órgão regulador, a imprensa. Próximo. Dentro, respeitando o marco legal, próximo, construir um modelo assistencial que tem estabilidade econômica financeira, ou seja, um modelo assistencial que satisfaça a todos e que tenha uma estabilidade econômica financeira.

Parece impossível ou, talvez, muito difícil do ponto de vista operacional, passa o próximo, por favor, mas nem tudo que é descrito é realmente, não é factível, não é impossível de ser feito. Passa o próximo, por favor. Então, a gente colocou aqui como desafios algumas questões, quer dizer, a questão da concorrência versus uma concentração de mercado, um foco nas operadoras dos planos coletivos, o envelhecimento da população versus a manutenção da lógica mutualista e do pacto intergeracional que o sistema mutualista imagina, avaliações quantitativas versus qualitativas, racionalização da incorporação tecnológica e o aumento da integração com o SUS. Próximo, por favor.

Com relação a concentração de operadoras, isso é um fato, é um mercado que já nasce concentrado e que a regulamentação só faz aumentar essa concentração, cerca de 154% das operadoras ou 10% delas, detém 68% dos... 68% dos beneficiários. Passa o próximo, por favor.

Aqui a concentração geográfica que existia em 2000 e os senhores podem observar que alguns Estados perderam um número razoável de operadoras. Passa o próximo, por favor. As propostas para isso é aprimorar a regulação de fusões e aquisições que a gente vem fazendo, estreitar o contato com o sistema brasileiro de defesa da concorrência, estabelecer a portabilidade de carências para planos individuais que, talvez, seja a melhor forma de implementar a concorrência nesse segmento de planos individuais, o aumento das informações objetivas sob performance assistencial e econômica e um aumento na rivalidade das operadoras. Passa o próximo, por favor.

A questão dos planos coletivos, isso aqui é o número de planos ofertados no mercado hoje, os senhores vêem que 54% dos produtos hoje ofertados

são coletivos, contra 45% individuais, o que faz com que 77% dos beneficiários sejam de planos coletivos e apenas 23% sejam individuais. Passa o próximo. E os planos coletivos são os que mais crescem numa análise temporal. Passa o próximo.

O que nós propomos é um aumento da concorrência entre operadoras, isso funciona, uma grande operadora que estava há mais de 10 anos afastada da venda do segmento individual voltou a vender essa semana. Um aumento das informações objetivas sob performance, a portabilidade de carência, o estímulo a fidelização e o desenvolvimento de produtos que facilitem a contratação pelos consumidores, menor preço, e o oferecimento pelas operadoras. Menor risco. Próximo, por favor. Próximo. E é uma questão muito interessante, essa questão da faixa etária.

Se a gente imaginar a faixa etária do país em 1990 nós tínhamos aqui uma pirâmide etária. Se os senhores acompanharem essa evolução nós vemos que o crescimento das faixas de maior, de mais idade no setor ela é crescente, o que vai nos... pelo menos fazer mudar nosso enfoque de um país de jovens para um país de adultos maduros, porém, produtivos. Ou sobrarão septuagenários ou octogenários no Brasil em 2050. Passa o próximo, por favor. E se isso é uma realidade dentro da população como um todo, aqui na (ininteligível), é a pirâmide dos beneficiários hoje que é bastante diferente, vocês podem notar que há uma concentração aqui no segmento de 20 a 34 anos e essa concentração vai pular aqui para de 40 a 59 anos. Passa o próximo. Isso vai fazer o quê? Nos obriga a desenhar um novo modelo assistencial e desenvolver produtos específicos e, talvez, misturar esse sistema capitalismo que implica numa lógica mutualista em que o jovem possa, paga um pouco mais para que o adulto, que o idoso não pague tanto, com alguma coisa, uma capitalização para que ele possa pagar menos quando envelhecer. Passa o próximo, por favor.

Isso aqui é uma... é um esquemazinho do que a gente pretende, quer dizer, com relação a operadoras de Plano de Saúde o que tenta ser uma creditação das operadoras, mudando a avaliação que é eminentemente quantitativa para uma avaliação qualitativa, em cima de indicadores objetivos, médicos e prestadores, uma creditação de prestadores, introdução de protocolos clínicos, protocolos de consenso baseado na medicina em evidências e aumentar a informação do consumidor e mensurar obsessivamente a satisfação do consumidor que é a melhor forma desse setor evoluir. Próximo.

Aqui é só um esquemazinho disso. Passa o próximo. E basicamente é onde o regulador quer chegar ele quer chegar, se a gente traçar aqui uma análise

numa dimensão econômico financeiro numa dimensão assistencial, passa o próximo, por favor, a gente quer que poucas empresas tenham uma alta performance econômico financeira e baixa performance assistencial. Passa o próximo. Poucas têm uma alta performance assistencial e uma baixa performance econômico financeira e que essas sejam estimuladas. Pode passar. A migrarem, pode passar, para essa alta performance nas duas questões analisadas, mas que, principalmente, especificamente não exista nenhuma operadora com baixa performance nas duas dimensões. Passa o próximo. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Agradeço a exposição do Sr. Alfredo Luiz e como nós combinamos Srs. Senadores, nós vamos passar a palavra já para o próximo expositor, próximo indicado, mas antes passar a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores indicados, eu queria fazer um pleito para que a senhora pudesse, se V. Exa. pudesse iniciar a votação, tendo em vista que todos os... as Sras. e Srs. Senadores já analisaram os *curriculums* dos indicados, com, inclusive, a recondução, os relatores são os Senadores também experientes, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, que também analisaram profundamente o currículo dos indicados, se a gente puder já iniciar a votação, porque tem outras reuniões acontecendo na Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Valdir Raupp, nós combinamos, a pedido, inclusive, do Senador Sérgio Guerra, que logo em seguida à exposição do segundo indicado, o Sr. Hesio, nós vamos abrir já a urna para a votação. Nós queremos esperar apenas para que os Srs. Senadores possam ouvir a segunda indicação que terá entre 10 e 15 minutos também para se expor e logo em seguida nós vamos abrir então as urnas de votação. Obrigada. Com a palavra, portanto, o Sr. Hesio de Albuquerque para fazer a sua exposição.

SR. HESIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO: Sra. Senadora Patrícia Saboya, Sra. Vice-presidente Rosalba Carlini, senhores relatores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Realmente é um momento muito interessante que é propiciado pela Comissão de Assuntos Sociais fazer o questionamento, a sabatina dos dois candidatos. Um já pleiteia, está sendo apontado para a recondução e eu estou sendo indicado pela primeira vez para participar da diretoria da agência. Realmente, na minha trajetória, na minha experiência pública, eu destacaria do currículo que foi comentado e relatado pelo Se-

nador Eduardo Azeredo, eu considero que, realmente, um momento capital, em termos de desafio foi o início da implantação do Sistema Único de Saúde.

Desde 85 a 88 foi possível realizar, a partir do apoio do Governo e dos três Ministros da Previdência, com os quais eu convivi, Valdir Pirez, Rafael de Almeida Magalhães e Renato Archer, foi extraordinária a experiência em termos da proposta da reforma que significou a implantação do Sistema Único de Saúde e da Reforma Sanitária.

Na realidade, eu me sou favorecido um pouco pela exposição do Dr. Alfredo e a Senadora Patrícia e os Srs. Senadores e as senhoras permitem que se exerça aqui um pouco a administração colegiada da ANS, com um debate colegiado. A exposição do Dr. Alfredo já me facilita muito porque ele... eu não vou repetir os dados que o Dr. Alfredo apresentou aqui, não há necessidade. Só gostaria de comentar que realmente a trajetória do Sistema Único de Saúde que culminou na Constituinte de 88, naquele momento, ou seja, na Constituinte não estava tanto em foco a questão do setor privado, exceto a autorização e a confirmação de que o setor privado é livre para se organizar e, como prestador de serviço, para aqueles que assim entenderem e dispuserem de recurso. Mas é por isso que eu... o trabalho da regulação se tornou tão relevante a partir de 90, de especialmente de 98 com a lei 9656 e depois com a lei em 2000 que criou a ANS, a lei 9661.

Com a criação da ANS, então, todo o conjunto de atividades regulatórias que começavam a ser exercidas a partir de 98, com a aprovação e a implementação de um plano de referência que todas as operadoras deveriam exercer um plano básico de referência que deveria ser comum a todos os beneficiários, poderiam acrescentar, mas não prover ou prestar menos serviços do que aqueles definidos no plano de referência, de maneira que essa ação da ANS foi se consolidando a partir da criação dela no ano 2000 com toda a pouca experiência no país que nós temos da... as ações regulatórias de agências tal como foi proposto a partir em torno do ano 2000. E realmente o funcionamento da Agência Nacional de Saúde, como o Dr. Alfredo indicou, ela está calcada na promoção da defesa da qualidade assistencial, na defesa da segurança do contribuinte, no sentido da saúde financeira das operadoras, está vinculada à questão do acompanhamento e da regulação da normatização dos preços praticados pelas operadoras e está relacionado à questão da proteção do beneficiário, enquanto consumidor, e está também envolvida com a articulação com o Sistema Único de Saúde. E aí entra, com um ponto central, mas não único e não exclusivo, o ressarcimento daqueles pacientes que são atendidos pelo Sistema Único de Saúde e que

a Agência Nacional de Saúde faz todo um trabalho de identificação e depois de cobrança desse beneficiário, que foi atendido no sistema público, para que as operadoras reembolsem e façam o ressarcimento daquele atendimento prestado, muitas vezes, em situações de emergência. De maneira que esse trabalho da agência vai consolidando um trabalho no mercado cuja cobertura aqui, como se mencionou, envolve cerca de 45 milhões de vínculos, não de pessoas, mas de vínculos, porque uma pessoa pode ter mais de um vínculo, como freqüentemente ocorre. E movimenta cerca de 41 milhões de reais e como conjunto de despesas estão em torno de 32 milhões e como o Dr. Alfredo mencionou com uma redução progressiva pelo aumento da efetividade das operadoras dos gastos de administração. Você representa todo um movimento de modernização da administração privada que está sendo acompanhada pela ANS e estimulada, induzida, de uma certa maneira pela ANS.

Em termos da... das funções regulatórias, sem voltar a repetir eu só quero identificar alguns pontos que são primordiais, o primeiro deles diz respeito as próprias autorizações para a implantação de operadoras, o registro de operadoras pela Agência Nacional de Saúde é absolutamente fundamental para se conhecer o setor e para se dispor de informações que permitam assegurar a qualidade econômica em termos da sanidade econômica desses agentes. Também um outro ponto importante é assegurar que a segmentação do mercado em termos de prestadores não seja excessiva, ou seja, a segmentação no sentido de assegurar assistência hospitalar, a sua assistência ambulatorial, hospitalar com ou sem práticas obstétricas e qualquer outra segmentação mais detalhada poderia, ou será perniciosa ao consumidor, então, um cuidado que a agência tem tido é de manter, e coisa que eu também me comprometo a exercer é não ampliar tanto a segmentação do setor, mas sim consolidar a segmentação e melhorar a qualidade das prestações que são realizadas pelos vários, pelas várias prestadores de serviço, por exemplo, com o processo de creditação que o Dr. Alfredo mencionou, a creditação de operadoras, a creditação de prestadores de serviço.

Os Estados Unidos já têm uma larga experiência na creditação de operadores de saúde e essa experiência não foi ainda implantada no Brasil, mas já é o momento de se iniciar a partir dos esforços que o próprio Ministério da Saúde tem exercido no sentido de desenvolver a creditação como uma prática no sistema de saúde brasileiro.

Eu menciono finalmente em termos de alguns pontos a necessidade não apenas da integração com o SUS e do ressarcimento, mas também da existência

de modalidades assistenciais baseadas na promoção e na prevenção.

A promoção e a prevenção cada vez são mais incentivados, estimulados que as operadoras e os Planos de Saúde incorporem ações de promoção e de prevenção. Essa é a tendência internacional, é a tendência nos Estados Unidos que tem o maior conjunto desse setor de saúde. Na realidade lá não é suplementar, lá praticamente é um setor primordial e a questão da prevenção e da promoção está sendo já desenvolvido pela ANS e, inclusive, com estímulos financeiros para que as operadoras incorporem essas ações de promoção e prevenção.

Um outro aspecto é a questão que o Dr. Alfredo também comentou do estímulo à concorrência e da sempre que possível tentar evitar a concentração em mãos de algumas poucas empresas. E isso lógico que tem todo um relacionamento com o modelo de desenvolvimento econômico do país, não é por outra razão que as regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de operadoras e isso é perfeitamente explicável, embora as capitais do país e as cidades maiores onde a atividade econômica se detectem também a ação de operadoras, elas estão majoritariamente concentradas nas áreas do Sul e nas regiões do Sul e do Sudeste. E também em termos da tendência à concentração isso, a ANS tem exercido todo um acompanhamento muito importante dado que 52 operadoras concentram cerca, 52 operadoras concentram 50% dos beneficiários e 482 operadoras concentram 90% dos beneficiários. Quer dizer, supostamente, pelo menos eu levanto isso como uma hipótese de trabalho é que o número próximo ao número ideal de operadoras do país deveria estar em torno de 500 operadoras, desde que distribuídas são 482, 482. Agora, dessas 482 prestam, tem vinculados 90% dos beneficiários e agora, apenas 52 que são as maiores têm 50% dos beneficiários do mercado. Então, isso é um acompanhamento que a ANS tem que exercer para evitar uma concentração maior desse mercado.

Também toda a questão do desenvolvimento das cooperativas médicas, médicas e odontológicas das medicinas de grupo e o papel importante dos seguros especializados, das seguradoras especializadas em saúde que embora seja apenas de 1% das instituições, eles agregam cerca de 11% dos beneficiários. Então, as seguradoras são, também importante, um segmento importante nesse setor.

Finalmente, eu queria só mencionar agora, junto com algumas propostas de ação junto a ANS caso os Srs. e Sras. Senadoras considerem que eu tenho competência para exercer a posição, dentro de uma visão de agências que a ANS vem exercendo e que,

eu creio que é possível melhorar, dado que a tradição em nosso meio ainda é pequena das agências reguladoras como eu mencionei.

O primeiro ponto que eu quero mencionar diz respeito a interação entre a Agência Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde que dita a política nacional de saúde e... envolve uma relação com a ANS que é definida pelo contrato de gestão. E o contrato de gestão tem metas bastante claras para cumprimento da Agência Nacional de Saúde. Eu antecipo já pelas informações e relatórios que eu já consultei em 2007 cerca de... em torno de 70 a 80% das metas estão sendo cumpridas.

Uma das metas que está ainda insatisfatória diz respeito à preparação do pessoal da Casa que está sendo crescentemente contratado e que isso envolve uma... um trabalho que eu me comprometo a exercer de reforço, de intensificação da capacitação dos funcionários da Casa. Os funcionários cresceram, tem um contingente novo de funcionários e esse trabalho de capacitação tem que envolver a capacitação daquelas pessoas mais experientes que hoje estão a frente da ANS e nos quadros técnicos da ANS e alguns deles estão aqui presentes, muito me honrando com a presença e compartilhar e repartir essa informação que já dispõe com os mais novos, aqueles que estão chegando, um pouco que estão se iniciando nesse trabalho desafiante de regulação dessa saúde suplementar.

Um outro, portanto, o contrato de gestão é um instrumento fundamental e o contrato de gestão envolve também as práticas de ressarcimento do SUS, embora não tenha tempo de entrar em detalhes, eu menciono que o ressarcimento ao SUS foi cumprido em termos de metas em cerca de quase 80% de AIH's que foram identificadas e cobradas das operadoras.

Lógico que há ainda uma resistência das operadoras em pagar, em ressarcir o SUS, até uma questão jurídica que ainda está em discussão. Mas de qualquer maneira, a ANS está propondo ou vai propor a revisão dos instrumentos de ressarcimento trabalhando *online*, portanto, utilizando os recursos de informática de uma forma mais intensa no sentido de trabalhar *online* e identificando e cobrando a AIH por AIH. *Online* é possível, são cerca de... 300 a 400 mil AIH's que são analisadas, identificadas e ressarcidas. Quando isso é enviado em bloco qualquer ação judicial de uma operadora contra uma AIH bloqueia as 400 ou 600 outras AIH's. Então, *online* cada um será tratado de uma vez. E mudará a sistemática, a sistemática que está se estudando é exatamente fazer algo como a Receita Federal desenvolve, quer dizer, o contribuinte no caso a operadora, não seria o contribuinte, seria a operadora, declara que aquele beneficiário é portador do direito

para ser ressarcido ou não é. E a ANS fiscaliza. Então, a operadora informa e a ANS fiscaliza e cada AIH é processada *online*.

Isso significa um trabalho central em termo de economia de trabalho, economia de pessoas dedicadas a essa tarefa grandiosa e envolverá certamente resultados ainda mais intensos. Eu simplesmente, já estamos muito adiante, eu só menciono alguns outros aspectos que envolvem o controle social, controle social pelo Congresso Nacional, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, o controle social pelo Governo, o controle social pela sociedade em termos das Câmaras de saúde suplementar e do Conselho Nacional de Saúde e a necessidade de uma cartilha ou de algo parecido que contribua para informar o beneficiário dos direitos dele para que ele se informe mais como o Dr. Alfredo mencionou aqui. E também um outro aspecto eu encerro nesse ponto o desenvolvimento do conhecimento sobre o setor da saúde suplementar, o desenvolvimento de pesquisas e o apoio aos centros colaboradores que são instituições públicas ou privadas relacionadas à produção do conhecimento espalhadas em todo o país e que deveriam ser estimulados a pesquisar mais sobre a saúde suplementar.

Isso certamente há um papel indutivo que a ANS pode executar, um papel que o CNPQ em conjunto com a DECIT(F) do Ministério da Saúde, já está desempenhando, junto as Organizações Internacionais como a OPAS e a UNESCO que já vem desenvolvendo e mediando, inclusive, recursos para apoio e pesquisa. Então, a questão da pesquisa é fundamental junto com a qualificação profissional e todo o trabalho vinculado a capacitação do pessoal da Casa. Senhores Senadores eu... e Sras. Senadoras, eu concluo aqui, acho que havia mais até, mas me disponho a também tentar responder as perguntas de V. Exas. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Agradeço ao Sr. Hesio de Albuquerque pela sua explanação e já em seguida... Pela ordem Senador Arthur Virgílio. Nós temos já uma lista...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Queria me inscrever, e eu nem sou da Comissão, Presidente. Pretendo me inscrever na hora própria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Está inscrito já. Vou lhe inscrever. O primeiro inscrito é o Senador Jayme Campos. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente, Senadora Patrícia, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Alfredo e Dr. Hesio, estamos aqui num importante evento que é a sabatina tendo em vista que a Presidência da República indicou V. Sas. para ocupar os cargos diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

E é um cargo muito importante, até porque como bem disse o Senador Eduardo, o próprio Senador Sérgio Guerra, as indicações das agências nós temo que ter uma preocupação muito grande, tendo em vista que são órgãos muito representativos junto à sociedade brasileira. E o Brasil hoje tem um grande número de pessoas que participam dos setores de saúde suplementar, são 44 milhões de brasileiros, investem 39 bilhões de reais nesta área.

Entretanto, para ser bem objetivo e pragmático na minha colocação, eu queria fazer duas perguntas a V. Exa. Dr. Alfredo, até porque o doutor está assumindo, está sendo indicado agora e V. Exa. tem uma vasta experiência, tendo em vista que já está há alguns anos no exercício dessa função.

As estatísticas divulgadas pelo PROCON de São Paulo informam que a quantidade de contratos coletivos, aqueles planos destinados as Pessoas Jurídicas que normalmente são contratados por empresas para cobertura de seus funcionários quase dobrou nos últimos sete anos. Subiu 184% desde 2002 e, já em 2006, representavam 63% do total de contratos do Plano de Saúde e, no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, IDEC INSS, não regularizava esses planos, o que faz com que a prática da rescisão unilateral, por parte das operadoras, seja cada vez mais freqüente prejudicando o segurando que não tem a ter quem reclamar para fazer cumprir os seus direitos.

O que a agência tem feito para enfrentar esta situação? Segundo. De acordo com o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, seu relatório publicado no último mês de junho, a ANS regulamenta a rescisão de contrato e o reajuste unilateral de apenas 11300 planos individuais num total de cerca de 42 milhões de pessoas atendidas por planos particulares em todo o país. Isto porque a grande maioria desses contratos são anteriores à vigência da lei nº 9565/98. Assim, cláusulas que exclui da cobertura de doenças graves e transplantes seguem vigentes condenando ao desamparo milhões de pessoas que pagam suas mensalidades como as demais que se vêem discriminadas em virtude dessa discriminação legal a tutela da agência. Como pode a ANS desenvolver ações do ponto de vista legal administrativo para acabar com essas injustiças? Essas minhas perguntas que me dirijo a V. Exa. Se possível responder para mim seria muito bom, tendo em vista que eu vou para a Comissão de Orçamento como membro titular daquela Comissão que está sendo realizada

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Jayme Campos eu ia sugerir que nós fizéssemos em bloco os questionamentos em função de que

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Ótimo, V. Exa. é que manda na Comissão, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Outros Senadores que desejam sair. Então faço esse apelo a V. Exa. que fique aqui conosco só mais um pouquinho. Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Da minha parte eu quero cumprimentar o Dr. Hesio, Dr. Alfredo, dizer da satisfação de tê-los aqui sendo sabatinados para serem diretores da ANVISA, uma recondução que noutro caso o Dr. Hesio, a condução e dizer, realmente, que da minha parte também como já enfatizou o Senador Sérgio Guerra, assim como o Senador Eduardo Azevedo que foram os relatores, eu concordo amplamente não só com os relatórios, mas também com o que foi externalizado, verbalizado aqui pelos Senadores, particularmente no sentido de se dizer da satisfação de ver a Agência Nacional trabalhando, se empenhando com profissionais qualificados nos últimos dias aí na mídia em função dos episódios do apagão, da crise aérea, quer dizer, se questionando muito quem vem sendo indicado para as agências, mas como o Senador Sérgio Guerra colocou eu diria que são pessoas qualificadas, competentes, com compromisso e a gente deseja que o trabalho seja também extraordinário numa área tão sensível para o Brasil como é a agência, todas são importantes e sensíveis, mas particularmente esta que é a Agência Nacional de Saúde Suplementar porque quando alguém vai para o plano em muitas ocasiões ou para a execução do plano está debilitado, fragilizado em função da própria necessidade, assim, de ter o atendimento de saúde. Então, a gente deseja, assim, um sucesso no trabalho e...

Mas ao mesmo tempo eu quero dizer, assim, da necessidade como acontece em qualquer área da nossa sociedade, de irmos pensando, refletindo, vendo o quê que pode ser feito, como é que as coisas podem ser melhoradas, como é que a concorrência, todos os aspectos levantados nas apresentações podem se transformar em realidade. E a sociedade vem, assim, fazendo várias ponderações que naturalmente tem que ser preocupações da ANS, também do Senado, dos órgãos de defesa do consumidor.

Entre as preocupações eu colocaria a primeira, né, que a gente sabe que é uma situação difícil, mas tem que... assim... todos nós temos que avaliar também que se refere ao reajuste dos Planos de Saúde, que apesar da ANS como o Senador Jayme Campos ter colocado que só atua em função dos planos individuais, em função da lei de 1999, 98, se a gente olhar os índices, por exemplo, 2005, 2004, 5% de inflação, 11 de reajuste, 2005, 8 de inflação, 11 de reajuste, 2006,

4 de inflação, 8 de reajuste, 2007, 2.4 de inflação, 5.7 de reajuste. Sempre a gente pode dizer, 100% acima da inflação. E o salário, naturalmente, não está acompanhando os índices de 100% acima do reajuste da inflação, inclusive, o Governo já estabeleceu que o reajuste será estabelecido para o funcionalismo público em função do PIB. Então, a gente pode imaginar o drama da população ao receber em cada ano um reajuste de 100% acima da inflação quando o salário aumentou, quer dizer, está na metade, porque se foi 100% ao mês, depois de uns dois, 3 anos e eu vejo o drama das pessoas. As pessoas dizem: Olha, como está difícil de pagar o Plano de Saúde. Está levando boa parte do meu salário, quer dizer, apesar da gente pensar que já estamos pagando uma carga tributária enorme as pessoas têm que pagar de novo para o Plano de Saúde. Então, o quê que está acontecendo? O quê que pode ser feito? Eu ouvi as entrevistas, inclusive, da ANS, dizendo que o índice foi baixo. Realmente acho, a gente pensando 5% é baixo, mas tem que pensar, foi 100% acima da inflação e o salário foi reajustado de acordo, quando foi reajustado, foi reajustado de acordo com a inflação. Então, como é que os senhores pensam, quer dizer, nesse sentido que eu mencionei antes, a gente tem que ir pensando, vendo.

Eu vejo a situação lá de Curitiba em relação a pequenas operadoras. As pequenas operadoras se sérias, se com os compromissos todos colocados aqui, que tem que ter a segurança, efetividade, concorrência, tudo aquilo que foi colocado, mas eu penso que as pequenas operadoras elas... elas de fato podem proporcionar um bom serviço em contextos, assim, bem delimitados para aquela população, uma relação muito próxima com a população. E as pequenas operadoras de Curitiba me trouxeram os resultados de Florianópolis, de um simpósio que ocorreu há quatro meses com a presença da ANS.

Eu queria saber se é verdade ou não, porque as pequenas operadoras disseram que foi dito textualmente, estou lendo aqui o quê que elas escreveram que as pequenas operadoras não teriam amparo, não servindo para o contexto atual imposto pela ANS, quer dizer, que há um interesse, vamos dizer, da ANS de não discutir, de não dialogar, de não dar amparo para pequenas operadoras. Isso queria saber só mais do Dr. Alfredo, porque o Dr. Hesio não estava em Florianópolis, naturalmente, mas o Dr. Alfredo certamente estava lá para saber qual... (risos). Para saber qual que foi o posicionamento da ANS. E eu até sugeri para as pequenas operadoras o seguinte. Eu disse para elas: Olha, eu conheço a ANS, conheço os diretores da ANS, não tenho reclamações, eu vejo, que eu iniciei minha fala, há um clima de diálogo, de entendimento,

e eu disse para as operadoras, Sra. Presidente, de que a gente poderia perfeitamente fazer uma audiência pública aqui na Comissão, nessa área de saúde para esclarecer esses fatos todos, aí viria a pequena operadora, a grande operadora, ANS, e esses fatos seriam naturalmente esclarecidos. Então, essa é a segunda dúvida.

A terceira dúvida. As operadoras vêm dizendo que as exigências da ANS são extraordinárias, que elas acabam gastando mais ou menos 20% a 30% do faturamento para... para atender as exigências da ANS. Eu achei exagerado. Digo: “Pô, 20, 30% do faturamento para burocracia?” Eu diria: Isso não pode acontecer. Mas aí eu fui pegar a minha requisição para uns exames que eu também sou cliente de um Plano de Saúde e eu fui lá com a minha fichinha e tal e eles disseram: Não, a fichinha não é mais essa. Agora a ficha é outra. E eles me pegaram uma ficha desse tamanho. Deste tamanho, sabe, quer dizer, o triplo, o quádruplo da ficha anterior. Eu dizia: Mas o quê que é isso? Isso aí é um livro, um boletim, um diagnóstico. Quer dizer, se a operadora tiver... eu estou falando minha operadora que nem vou dizer, nem é pequena, não vou ficar dizendo o nome porque senão o pessoal pode dizer que estou fazendo propaganda, fazendo comercial. Mas eu digo, isso aqui é um diagnóstico. Imagina você ter que preencher este volume para cada pessoa que vá fazer um exame de sangue. É uma coisa, assim... Não, mas assim, isso aqui nem estava assim porque eles tiraram do computador, uma folha. Eu digo: Rapaz, o quê que é isso? Isso é exigência da ANS. Eu digo, olha, realmente, aí deve gastar, aí eu digo deve 20, 30% na burocracia Brasil atender a necessidade do INSS, da ANS, desculpe.

Então, eu queria alguma explicação porque eu também trabalho muito na área de... eu não sou médico, eu sou professor, mas sempre trabalhei muito na área de diagnóstico psicológico, tal, para pessoas com deficiência. E a gente sabe que o diagnóstico é uma coisa, mas eu estou fazendo um exame de sangue lá, alguma coisa, eu preciso ter uma ficha assim? Então, eu pensei, assim, eu acho que alguma coisa teria que ser pensada, refletida. E a última questão entre outras porque eu acho que eu também não entendo da área. Então, eu disse para o pessoal da sociedade. Vamos lá, vamos discutir no Senado, tem que chegar a uma conclusão em relação a isso. E a ANS tem toda a disponibilidade para conversar e discutir. Mas a última coisa que me impressionou foi que as operadoras de saúde estão enquadradas na alíquota de 32% do Imposto de Renda. Eu digo: É muito dinheiro para área da saúde também. Na alíquota de 32% sobre o lucro presumido, se não me engano. 32%. Eu digo: Olha...

quer dizer, coitada da população de novo que já paga 40% de carga tributária, já deveria ter a saúde dentro desta carga tributária, tem que pagar o Plano de Saúde e o Plano de Saúde fica mais caro entre outras razões, lógico, por uma alíquota de 32% de Imposto de Renda.

Não sei se é verdade. Pelo menos, eu tenho um quadro aqui que mostra que é 32%. Então, só gostaria, assim, de alguma explicação. Mas eu quero dizer que apreciei sobremaneira a fala do Dr. Alfredo, quero parabenizá-lo pelo trabalho, tem a minha... a minha... o meu apoio, a concordância com os relatórios apresentados, quero parabenizar o Dr. Hesio com quem eu já tinha falado na semana passada, ontem, os dois tem toda a condição de se debruçarem sobre isto, sobre estas coisas e outras coisas que vão surgir certamente, não é, porque é um desafio permanente. Mas que a gente possa, sim, fazer um bom debate e ir pensando como os senhores colocaram de achar caminhos, porque afinal como o Senador Jayme Campos colocou e está no documento do Dr. Hesio quase 46 milhões de pessoas. A gente está falando de uma coisa que envolve 46 milhões num orçamento de 41 bilhões que é o mesmo orçamento do Ministério da Saúde e é o mesmo orçamento praticamente da CPMF. Então, nós estamos falando de algo e de um momento em que a família está se precisar de coisas mais sensíveis como foi colocado, a família está fragilizada e quer segurança, apoio... não estou de maneira alguma questionando o que foi colocado que eu achei que é perfeita, em ter segurança, tem que ter equilíbrio, tem que ter reserva, tem que ter tudo, mas achar, discutir é o que eu proponho senhora Presidenta, obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada Senador Flávio Arns, eu queria até aproveitar os questionamentos que V. Exa. faz porque nós estávamos pensando realmente em fazer nesta Comissão, na Comissão de Assuntos Sociais, não sei se uma audiência pública ou, talvez, um seminário que pudesse tratar do assunto específico de Planos de Saúde, porque eu percebo como V. Exa. que há uma demanda muito grande por parte da população no sentido de buscar uma orientação, buscar os seus direitos em relação aos Planos de Saúde. Então, acho que é muito importante V. Exa. tem levantado as questões que levantou, as suas preocupações localizadas no seu Estado, mas que evidentemente se refletem também nos outros Estados e principalmente também no Nordeste que eu aqui represento o Estado do Ceará. Então, eu quero parabenizar V. Exa. e dizer que essa Comissão irá, de qualquer forma, realizar ou em forma de audiências públicas ou de um seminário, eu já tive a oportunidade de falar, tanto com o Dr. Alf-

do, como com o Dr. Hesio, da necessidade de que nós pudéssemos, enfim, discutir com muita profundidade, ouvindo a todos e encontrando essas soluções ou as saídas para esse problemas porque nós não podemos de forma alguma desprezar a angústia que as pessoas passam, muitas vezes, pela falta de acesso, ou porque muitas vezes seus direitos não são assumidos pelas operadoras. Então, eu quero parabenizar V. Exa. e comunicar isso a toda a Comissão. Eu passo a palavra agora ao Senador Romeu Tuma e em seguida nós já faremos a primeira rodada em que os indicados irão responder e já anuncio os próximos oradores que é o Senador Arthur Virgílio, Senador Wellington, Senadora Rosalba e Senador Augusto Botelho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sra. Presidenta, pela ordem...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Arthur Virgílio...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Presidenta, só pela ordem, peço a V. Exa. que me inscreva também.

SRA. PRESIDENTA SEN. PATRÍCIA SABOYA GOMES PSB -CE) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu não vou fazer perguntas, eu vou tecer comentários sobre as duas personalidades que estão sendo uma reconduzida e a outra indicada, se pudesse me incluir nessa primeira leva, porque eu vou ser bastante breve, eu vou pura e simplesmente tecer comentários sobre como os vejo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois não, com certeza.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não terei perguntas a ouvir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Vou apenas só passar então a palavra ao Senador Romeu Tuma e em seguida a V. Exa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Obrigada, Presidente. Eu apenas também não vou procurar fazer questionamentos. Sabem V. Exas., V. Sas., que o problema das agências está sofrendo um tipo de pressão em busca de uma solução mais efetiva para o comportamento. O gerencialmente das agências quando foram criadas pelo Presidente Fernando Henrique elas tinham um objetivo, dar proteção ao cidadão naquilo que realmente fosse delegado a terceiros para cumprir missão que em tese eram do Estado. E nós aqui temos passado praticamente com a aprovação

rápida dos indicados para várias agências. A ANAC foi um exemplo um pouco conflitante com o que vem ocorrendo na agência de Aviação Civil e trazendo conflitos entre autoridades que, Senador Arns deve ter percebido que não há comando, há divergências, há choques entre autoridades e os membros das agências. E eu vejo aqui com uma satisfação especial, Dr. Hesio e Dr. Alfredo. Isso mesmo, não é? Pelo currículo de ambos.

São médicos, tiveram várias participações na saúde familiar e em outros órgãos que digam respeito ao conhecimento profundo sobre aquilo que vão exercer como missão, como gerentes na área da Agência Nacional de Saúde.

Eu... então é uma satisfação, Presidente, que nós podemos resolver com muita tranquilidade e lendo o currículo de cada um afora a exposição que fizeram. Eu apenas aqui pedi para falar uma palavrinha porque eu vi o Dr. Alfredo falar na AIH. A AIH era um processo assustador antes de criar a ANAC, a agência de saúde, antes de ser um procedimento mais claro sobre fiscalização do SUS, porque como diretor da Polícia Federal nós fizemos várias operações de falsificações AIH's e que envolveram vários médicos, vários segmentos de atendimento do SUS. Nós víamos, senhor Presidente, até peço desculpa, cesariana em mulher. Por quê? Porque nos hospitais que foram indicados à época buscavam um nome em... cesariana em homem e fimose em mulher. E fimose em mulher Desculpa aí... a fimose em mulher por quê? Colocavam o nome as vezes até pela lista telefônica e depois davam a classificação do tratamento que sofreu, da cirurgia que foi o código, sem olhar o sexo da pessoa. E esses processos correram, não sei qual foi o resultado porque depois vim para cá e ele falou em AIH e aquilo veio, assim, numa angústia profunda por tudo aquilo que nós vimos durante o procedimento investigatório a respeito.

Eu tenho um relatório Dr. Eduardo, Dr. Alfredo... Dr. Hesio e Dr. Alfredo de liberação do processo de medicamento de um ex-Senador, que há uma pressão das indústrias químicas e produtos farmacêuticos, de liberar, que teriam mais facilidade na concorrência. Então, aí eu deixo um questionamento porque a agência tem controlado preço de medicamento, pelo menos é uma das missões, se não estou errado nisto. Então, eu não sei se essa liberação seria satisfatória para a população porque nós temos hoje vários segmentos que precisam do medicamento de graça. Eu sou freqüentador assíduo, hoje por necessidade, mas anteriormente porque eu gosto e era e sou do conselho do INCOR e aonde tinha um restaurante hoje é uma sala de visita quase que a céu aberto de pessoas que vão buscar um ou dois comprimidos que precisam para controle

de pressão, para problema cardíaco e ficam horas a fio. As vezes chegam, recebem a senha e não tem o medicamento na hora. Então, esse controle eu acho que deve ser, continuar sendo conduzido pelo Estado que tem a data quase que exata para a aprovação de novas tabelas de preços.

Hoje tem a farmácia que o Estado põe, até tem redes que colocam um setor para atender a população mais carente com a farmácia do povo. E então, esse é um segmento que eu acho que é tão importante que eu acompanhei um pouquinho a evolução da agência nacional de saúde quando ela começou, porque o diretor veio com o Dr. Seiv(F), se não me engano, primeiro, no tempo do Presidente Sarney, trouxe um diretor da área de controle de medicamentos, Fazina(F), se não me engano, Frazina(F), que teve muita dificuldade em poder fazer o procedimento de controle de medicamentos. E depois nós tivemos grandes discussões da qual eu participei já como Senador sobre o controle das distribuidoras dos grandes atacadistas de medicamentos e fui Presidente da CPI do roubo de carga aonde o medicamento é um produto importante para as quadrilhas. E recentemente foi demonstrado na televisão como são vendidos os produtos roubados.

Nós temos uma coisa que não é muito correta, mas que estão acontecendo, vender em banca de feira medicamentos. Então, uma coisa profundamente amarga para a gente que sabe... um dia conversando com o Dr. Fúlvio Pilejo(F), um grande cardiologista e que aposentou, foi diretor do INCOR, ele via que deu um medicamento, Senador Augusto Botelho que é médico, deve saber melhor que eu, um diurético e o diurético não fazia o efeito que ele queria para o doente. Ele mandou para o instituto, acho que o senhor foi do instituto do Rio de Janeiro, não foi? Então. Para examinar, não tinha metade do sal necessário para o efeito desejado. Não é um medicamento falsificado, mas é um medicamento feito sem as condições previstas na bula completa. Eu fiz um projeto aqui, senhores, que talvez a própria agência poderia ajudar que ela tenha uma letra compatível com a capacidade de leitura das pessoas de maior idade, uma letra significativa e que traga para o cliente... o doente uma bula reduzida, sem aqueles gráficos, sem aquelas explicações que é até difícil para a gente ler. E só os alertas que são importantes para o doente e o efeito que poderá fazer, que são sugestões que eu faço pela própria necessidade pessoal, que eu fui ler uma bula que me deram o remédio, não consegui ler nem com lupa, nem com lupa, então, têm advertências que são sérias ali que tem que se acautelar, eu tomava um medicamento que hoje não acontece mais, desculpa Senadora, mas são coisas que

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador. Senador Romeu Tuma é só porque alguns Senadores estão pedindo para falar porque eles precisam também...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu vou terminar só isso aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pediria a V. Exa. só para concluir.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Porque tinha um medicamento que passado 15 a 30 minutos ficava tudo branco na minha frente. Eu não... praticamente não tinha mais uma visão completa, via a silhueta não via mais e na bula trazia que tinha que usar óculos escuro na admissão, na absorção desse medicamento durante uma hora porque o efeito era desse da luz cortar realmente uma visão mais clara, o sol interrompia.

Hoje eu já me adaptei ao medicamento, que é para cardiologia. Então, essa bula eu não enxergava direito que tinha essa advertência. O médico falou: Você tem que usar óculos escuros, está escrito aqui, mas eu não consegui ler. Então desculpa, Presidente, mas é

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Não. O que é isso, Senador, prazer e a sua voz aqui é muito importante para todos nós, eu apenas estou tentando organizar aqui para que todos possam se pronunciar.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Cumprimentar o Governo pela indicação. Por quê? Porque traz técnicos sem influência política para administrar um dos mais importantes setores da administração pública que é a saúde, e que é a mais necessário para aqueles que mais sofrem e não tem como chegar nem a farmácia, quanto mais ao médico.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Muito obrigado Senador Romeu Tuma.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Vou sugerir a V. Exa. que os outros também façam as perguntas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu ia fazer exatamente isso, eu ia comunicar exatamente a idéia de que nós pudéssemos fazer agora só um bloco. Senador Arthur Virgílio estava inscrito já agora, mas eu vou pedir licença a ele para que a Senadora Rosalba possa falar como Vice-Presidente aqui da Comissão e ela tem uma emergência. Então, pediria a V. Exa. para que ela pudesse falar. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Obrigado Presidente, obrigado Senador Arthur Virgílio, são poucas palavras, até porque eu quero aqui dizer da alegria de estar ao lado de dois colegas, o Dr.

Alfredo Luiz e o Dr. Hesio de Albuquerque, que todos com uma experiência, um currículo realmente que nos dá segurança, tranquilidade de saber que estamos, que teremos a frente da ANS e da ANS suplementar pessoas comprometidas, preparadas com as questões que serão tratadas através dessa agência. E como com relação aos Planos de Saúde, sejam eles empresas, sejam cooperativas, sejam pequenos ou grandes, eu acho que hoje para a vida do brasileiro é algo de extrema importância, nós estamos com praticamente 30% da população já tendo um Plano de Saúde. Infelizmente porque isso mostra uma falência na saúde pública porque a primeira preocupação do cidadão ao ter um emprego ou quando melhora um pouco a sua renda é de ter um Plano de Saúde.

Hoje, inclusive, muitas vezes sendo até mais importante do que pagar uma prestação para ter a casa própria, pela segurança. Mas são muitos problemas que surgem e eu tenho uma experiência de ter sido Presidente da Unimed três vezes e com isso vivenciei os problemas do prestador, da cooperativa, mas também sou usuária. E como... e tenho... minha família, os problemas também que enfrentamos no dia-a-dia e um deles que eu deixo aqui para que os senhores analisem, pensem, é exatamente com relação às questões que os usuários passam de quando chega principalmente na hora da urgência, na hora da urgência, ou quando chegam ao primeiro hospital que conseguem acessar, muitas vezes ficam, fica uma interrogação. Vai morrer ou vai ser tratado? Porque aquele hospital não tem convênio com esse ou com aquele Plano de Saúde que o usuário conduz. Então, isso é uma preocupação muito grande e eu acho que deveria se pensar numa Câmara de controle, de compensação para que essas questões pudessem ser resolvidas, porque é uma das coisas que aflige demais o cidadão, principalmente quando ele se desloca de um Estado para outro e que passa por verdadeiras humilhações de entrar num hospital, ter que sair do hospital, sair de porta em porta, como se fosse também, a mesma via sacra que sofre, muitas vezes, o paciente do SUS por falta de uma vaga, por falta de um leito. Então, essa é uma questão que realmente preocupa muito, dá muito desgaste e deixa as pessoas intranquílias.

Eu acho que nós temos é que conseguir como termos um equilíbrio entre, claro que as prestadoras não podem também trabalhar sem ter a cobertura necessária para oferecer um bom serviço, mas o usuário também não pode ser penalizado de forma nenhuma. Então, e como é uma grande contribuição hoje na saúde brasileira nós temos que encontrar, realmente, um equilíbrio e tenho certeza que com a competência, com o conhecimento, com a experiência que os

senhores detém, o Dr. Alfredo Luiz que tão bem vem conduzindo a ANS e o Dr. Hesio que chega aqui mostrando nos seus cabelos prateados com mais de 40 anos de experiência como médico, o quanto já viveceu, já sentiu na pele os problemas da saúde, porque como médico a gente sente no dia-a-dia e sabe das angústias da população. Então, nós queremos que os senhores façam o melhor trabalho possível protegendo a população brasileira. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Muito obrigada Senadora Rosalba, eu passo a palavra... Pois não, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu acho que nós estamos no caminho certo. Seminário, audiência, ou ciclo de audiência, mas nós precisamos discutir exaustivamente essa questão e acho que é do interesse de todos nós, Senadores, dos que fazem agência e dos usuários e dos que fazem também as empresas de Planos de Saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Com certeza. Muito obrigada Senadora Rosalba. Com a palavra Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, professor Hesio Cordeiro, eu devo dizer a todos aqui em reunião mais fechada o que ontem proclamei aos quatro ventos da tribuna do Senado. O PSDB fez uma autocrítica e percebeu que não estava dando o seu máximo e essa autocrítica deveria ser feita pelos partidos todos e pelo Senado, ele próprio no seu conjunto, o PSDB percebeu que não estava dando o seu máximo para obter resultados efetivamente criteriosos em relação às indicações de autoridades, seja para as agências e aí temos esse evento deplorável da ANAC com aquele baile da ilha fiscal, greve dos controladores e a charutada da Dra. Denise e o Dr. Zuanazzi que entende de avião tanto quanto eu entendo entrar com o ticket e descer, e não entende mais, pode ter sido até um razoável Secretário de Turismo no Rio Grande do Sul, mas está se vendo a alienação dele em relação ao tema e por aí afora e indicações políticas e depois não me venha o Governo dizer que a culpa é das agências, não me venha botar a culpa no sofá, troque de consorte político, não me venha botar a culpa no sofá porque não fica uma coisa boa. Então, se indicaram pessoas ruins para a ANAC, a culpa não é da ANAC, a culpa é do Governo ter entendido que era uma hora de aparelhar mais um órgão público.

Eu digo isso porque daqui para a gente a decisão do PSDB é de ser extremamente rigoroso e duro, seja na hora de inquirir Embaixadores, inclusive, indicados

para Tribunais superiores, inclusive, e sobretudo os indicados para as agências reguladoras. Isso me põe numa posição muito confortável para dizer numa hora em que nós temos aqui uma feliz coincidência em que os dois relatores são tucanos, o Senador Sérgio Guerra que pela segunda vez relata o Dr. Alfredo, o processo do Dr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e o Senador Eduardo Azeredo que relata a indicação do Dr. Hesio Cordeiro. Da outra vez, o Senador Sérgio Guerra se pautou na expectativa e na esperança, em relação ao Dr. Alfredo. Desta vez ele com muito critério e dentro dessas normas que o PSDB estabeleceu para seu comportamento, sua postura aqui dentro, o Senador Sérgio Guerra nos dá um aval muito claro e um aval que se estende por todo o PSDB na direção da indicação do Dr. Alfredo. Senador Sérgio Guerra avalia que se trata de uma boa recondução, nós não temos dúvida de que é uma boa recondução. O Dr. Alfredo é alguém aprovado que faz parte de uma... de uma equipe de Governo que eu vejo na saúde próxima de chegar ao êxito. Torço muito por isso.

Eu me acostumei a criticar erros inúmeros de um Governo que infelizmente erra muito e nunca deixei de ressaltar acertos de um Governo que infelizmente tem acertado menos do que eu gostaria ao contrário de algumas entidades que eu via no passado criticarem erros, acertos e propostas de erros, propostas de acertos, aquela mistura de tudo começa na relação do bem com o mal, eles se achavam o bem, então, o mal era quem se opunha ao projeto de poder deles. Eu não trabalho assim, não sou tão dual assim, não sou maniqueísta, não entendo que eu encarne o bem e não vejo que meus adversários encarnem o mal, procuro analisar no caso a caso. Portanto, quero dizer a V. Exas., Dr. Alfredo Luiz Cardoso, que V. Exa. está sendo referendado por um relator do meu partido em cima desses critérios que nós estabelecemos. Temos certeza de que V. Exa. irá ter um desempenho ainda mais brilhante, mais correto, mais justo depois de toda a experiência que adquiriu.

Quero dar uma palavra muito especial sobre o Dr. Hesio Cordeiro que eu o conheço pessoalmente, que tem por si só um currículo que impressiona. É um dos criadores do SUS, foi reitor da universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi por dois anos Presidente, Presidente da... do Conselho Nacional de Educação e foi uma figura extremamente eficaz quando presidiu o antigo INAMPS no... ao longo do Governo Sarney e passando como ele disse por três Ministros de características muito diferente entre eles, o Ministro Valdir Pirez, depois do Ministro Rafael de Almeida Magalhães e em seguida o Ministro do Maranhão Renato Archer,

figura extremamente correta que deixa muitas saudades a todos aqueles que apreciam a boa política, enfim.

O Dr. Hesio Cordeiro é uma figura que eu gostaria de ter relatado eu o seu processo. Mas ele ficou em muito boas mãos com o Senador Eduardo Azeredo que de logo percebeu que estava tratando com um verdadeiro homem público. Então, se nós tínhamos uma enorme esperança e foi essa a mensagem que o primeiro relatório do Senador Sérgio Guerra passou em relação ao Dr. Alfredo, nós não temos outra perspectiva a não ser de trabalhar com a certeza de que é uma indicação exitosa a priori a indicação que faz envolvendo o nome do Dr. Hesio Cordeiro. E aproveito a ocasião para dizer, enfim, se eu crítico o que julgo que é uma verdade, o Governo é inerte administrativamente, reúne para convocar, convoca para reunir, é impressionante, projeta e não realiza, não vai ao fundo e ao cabo das coisas. Então, eu não posso perder a ocasião de aqui manifestar o meu respeito pelo Ministro Temporão que tem algumas qualidades, está movimentando na direção correta o Ministério da Saúde e o Ministro Temporão tem uma qualidade que falta a muitos homens públicos, ele tem coragem, expõe suas posições, suas opiniões com coragem.

Eu sempre digo que se o homem público for sério, for honesto mas não for corajoso ele começa nesse momento a corromper a honestidade dele. Fica uma honestidade meio corrupta, meio safada, porque uma honestidade que não é acompanhada da coragem é uma honestidade pífia, e se ela é uma honestidade pífia e safada, deixa de ser honestidade no sentido absoluto. Então, eu considero que é essencial sim a honestidade e é essencial que ela se acompanhe da seriedade, da capacidade de tomar decisões, portanto, eu vejo que se compõe um belo... um belo momento no Ministério da Saúde e com a perspectiva de se mostrar que as agências não são ruins como até o Presidente diz: Ruim ficou a gestão da ANAC pelas pessoas que ele indicou, mas agora ele acerta de mão cheia. E eu até digo, assim, para o país que bom. Ele, naturalmente, se ele indicasse pessoas do calibre de vocês, ele ganharia do nosso partido eleição de novo, mas do ponto de vista eleitoral eles não estão tendo esse descortínio, insistem em repetir certos erros. Mas eu dou parabéns a ambos e desejo a mais profícua realização no campo de uma Agência Reguladora tão relevante como essa que tem tanto a ver com o que há de mais nevrálgico tocando na vida do povo brasileiro. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Agradeço também ao Senador Arthur Virgílio pelo comparecimento a essa Comissão e pela grandeza do seu pronunciamento, a preocupação

que V. Exa. tem com o funcionamento das agências. E passo a palavra imediatamente ao Senador Wellington. Peço só por um minuto para o Senador Augusto Botelho assumir a Presidência. Senador Wellington com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, Senadora Patrícia Saboya, Sr. Alfredo, Sr. Hesio, eu realmente depois do discurso, da fala do Senador Arthur Virgílio, eu não tenho muito a acrescentar porque eu estava um pouco preocupado, conheço os dois indicados e nessa posição do PSDB de ser mais criterioso eu estava um pouco receoso, não sobre o debate com os senhores, mas sim sobre o que poderia acontecer nesse momento político que nós estamos vivendo porque eu tenho total conhecimento do conteúdo do Sr. Alfredo, professor Hesio a quem eu chamo de professor, eu não vou nem falar muito porque conheço toda a sua história e eu acredito muito em formação de equipe, o Ministro Temporão ao convocá-lo está formando uma equipe com toda a sua base que ele tem de amigos, de pessoas ligadas, eu se estiver errado, é até conhecido como o grupo dos sanitaristas, não sei se é bem assim que falam, então, realmente eu estava receoso desse momento. Mas sabia que com essa posição colocada pelo PSDB, de ser mais criterioso, e, tendo dois relatores do PSDB aqui, depois da fala do Senador Arthur Virgílio, realmente eu não vou ter muito a acrescentar, porque se já foi criteriosa e já foi aprovado e bem passado, nesse primeiro momento, porque depois, talvez, na quarta, na quinta, baixa um pouco, mas nas duas primeiras indicações com essa posição do PSDB de ser criterioso na indicação das agências e sendo, os senhores, os dois primeiros, eu falei: Bom, vai pegar o momento máximo da criteriosidade, digamos assim. E foi muito bem colocado porque não tem o que debater. Eu não vou ser, não vou me alongar porque eu estou doido para ver o resultado, curioso para ver o resultado, espero que seja por unanimidade, se não for também isso não afeta a credibilidade dos senhores porque realmente nós estamos vivendo no Senado um momento de posicionamentos políticos chegando aí a eleição para Prefeito, essa questão de CPMF, todo um posicionamento político. Senador Botelho sabe muito bem do que eu estou falando, Senador também. Senador Arns, então, eu queria simplesmente parabenizá-los, espero que o Sr. Alfredo continue fazendo o trabalho que já vem fazendo e o professor Hesio Cordeiro que faça ou que tenha essa nova história que vai vir já acompanhando toda a história de V. As. do passado porque realmente em tudo que atuou como reitor, como membro do conselho, como Presidente do antigo INAMPS, sempre foi uma história de sucesso, tenho certeza que continuará

sendo e espero que possa ter notícias pelos jornais que gostam muito de colocar, coloquem o grande trabalho que os senhores vão realizar, isso aqui eu tenho certeza absoluta, não estou aqui tentando criar falsas expectativas não.

Os dois, mais o professor Hesio por todo o seu passado, o Sr. Alfredo porque tem um passado, mas ao mesmo tempo sempre que nós conversamos ele está sempre pensando no futuro, de idéias novas, de como deve proceder, quer dizer, nós temos que ter sempre aquele pensamento da ousadia, da inovação, isso que está faltando no país e a coragem como bem colocou o Senador Arthur Virgílio. Tem que ter coragem para fazer, tem que ter audácia, eu acho que é isso que o Brasil está precisando. Então, boa sorte para os senhores, pela dedicação, e que sejam além de sucesso que sejam felizes no trabalho que vão fazer. Parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada Senador Wellington. Eu antes de passar ao Senador Augusto Botelho, eu pediria ao Senador Flávio Arns e ao Senador Wellington que pudessem a começar colher os votos pelo adiantado da hora enquanto o Senador Augusto Botelho faz também o seu pronunciamento. Obrigada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Bom, Sra. Presidente, professor Hesio Cordeiro, Dr. Luiz Alfredo Cardoso, a ANS ganha com o seu retorno e vai ficar mais qualificada com a presença do professor Hesio Cordeiro lá dentro, tenho certeza disso, porque ele é um dos implantadores e idealizadores do SUS, do qual eu fiz parte também, ajudei, na minha modesta dá de Roraima, pequeninha, mas fiz a minha parte. E nós... mas a minha pergunta, sempre que eu faço, quando os senhores da ANS vêm para cá. Me preocupa muito é o reembolso das despesas dos segurados das empresas de prestação de saúde que é feito pelo SUS, essa pergunta eu já fiz, eu faço para todos que entram lá para dentro, eu quero saber se os senhores, o quê que foi, ao Alfredo, eu pergunto o quê que foi feito nesse sentido para tentar conseguir esse reembolso e se o senhor tem alguma idéia para conseguir agilizar isso porque nós já estamos com muitos anos e não estamos conseguindo. As despesas do SUS de emergência todas são atendidas pelo SUS. É difícil ver um acidente que o indivíduo não seja atendido pelo SUS. E nós sabemos que aquele atendimento inicial geralmente é um atendimento muito caro, muito pesado e que nós fazemos pelo SUS, que o segurado por ser cidadão brasileiro tem direito, mas como ele paga o seguro seria justo o que o seguro reembolsasse o Sistema Único de Saúde com as despesas feitas por ele. Então, essa é a pergunta que eu faço em relação

ao reembolso pelas despesas efetuadas pelo Sistema Único de Saúde aos usuários do sistema de saúde privada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada Senador Augusto Botelho. Antes de passar a palavra aos nossos indicados eu vou ler o resultado da votação. Possamos comemorar todo mundo juntos. Dr. Hesio, 20 sim, nenhum não, nenhuma abstenção. Parabéns, Dr. Hesio. Sr. Hesio de Albuquerque Cordeiro que teve 20 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção. Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, 20 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. Queria parabenizar também V. Sa. (Palmas). Eu, bom, eu vou agora passar a palavra aos nossos eleitos, já, indicados eleitos para que possam fazer os seus comentários finais, infelizmente pelo adiantado da hora eu pediria aos senhores que pudessem resumir, alguns Senadores já tiveram que se retirar, então, que pudessem resumir a sua exposição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Embora a pauta esteja trancada eu queria ver se poderia ter um requerimento de urgência nesse caso. É possível ou não? Cabe urgência? Como?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Wellington, a Secretaria me informa que poder pode, mas isso vai prejudicar a agilidade do processo porque teria que votar um requerimento com a pauta trancada. Então, isso

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ou seja, o regime de urgência iria atrasar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Iria postergar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então não coloco o regime de urgência para não atrasar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Tá certo. (risos). É incrível, mas é assim. A urgência nesse caso será mais demorada. Bom, agora com a palavra, então, o Sr. Alfredo.

SR. ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO: Bom, inicialmente eu gostaria de agradecer a todos os Senadores pela oportunidade e pelo resultado. Agradecer as inúmeras palavras gentis que novamente só aumentam a responsabilidade da nossa atuação como diretores da ANS.

Respondendo a algumas questões aqui, o Senador Jayme Campos, já teve que se retirar, o Senador

Jayme Campos inquiriu aí sobre a questão do crescimento dos planos coletivos em detrimento dos individuais. A questão dos planos coletivos eles cresceram, vêm crescendo mais que os individuais por uma questão até da... do crescimento macroeconômico que o país vem observando a partir de 2003.

O país, a partir de 2003, vem com crescimento do PIB bastante consistente que se ainda são insuficientes para suprir ou para atender a demanda social que o país tem, mas mostram que já há uma recuperação econômica em curso, diferentemente dos últimos, os 4 anos anteriores em que o país teve as consequências numa série de crises, na maior parte delas fora do país, mas com repercussões econômicas, aqui dentro, muito sérias. Então, se nós continuarmos a experimentar esse crescimento macroeconômico é natural que se cresça os planos coletivos porque a economia cresce e os trabalhadores valorizam esse benefício, esse benefício de Plano de Saúde e os inclui nas suas principais reivindicações e as empresas querem reter os melhores profissionais fornecem esse tipo de benefício.

Não há e aí é uma coisa importante de se dizer nenhum desabastecimento de planos individuais, alguns segmentos desistiram ou interrompem a comercialização de planos individuais por uma questão de decisão comercial, como eu comentei na minha explanação uma das grandes operadoras de Planos de Saúde do país, talvez, a maior no segmento de medicina de grupo que tinha interrompido a venda de planos individuais há mais de 10 anos voltou a comercializar essa semana, fez ontem um lançamento de planos individuais na cidade de São Paulo, isso mostra que começa a haver pelo setor e muito em face da concorrência estabelecida um retorno a esse, a esse... a esse segmento de planos individuais. Qual é o desafio da agência conforme também comentado? É tentar baratear isso para que o consumidor possa comprar que a diferença da precificação do plano individual para o plano coletivo não seja tão grande como é hoje e reduzir o risco das operadoras que vendem, porque tem risco, e é uma... é uma explicação bastante fácil, quer dizer, não se pode romper o contrato, esse contrato se perpetua na história, em caso de reajuste não adequado a manutenção da sinistralidade, aquilo gera um prejuízo que tem que ser contabilizado e uma vez contabilizado sujeita aquela empresa a uma interferência da própria agência. Então, a idéia é que nós trabalhemos nessa solução a princípio difícil, de reduzir o custo e reduzir o risco mas que nós entendemos que é possível e a agência está trabalhando isso, a diretoria está debruçada juntamente com as grandes operadoras, até junto com as (ininteligível) do Ministério da Fazenda e o

Ministério da Justiça, na tentativa de desenhar alguma coisa próxima a isso.

Com relação aos planos antigos é realmente uma situação muito desconfortável existirem dois mundos, o mundo de consumidores com certo grupo de direitos e outro grupo de consumidores com os direitos ampliados, (ininteligível).

A idéia do Legislador da lei 9656 que a agência abrangeria todos os contratos de Planos de Saúde a serem ofertados já existentes. Essa retroatividade na... legal, não foi aceita pelo Supremo Tribunal Federal que através de uma ADIN de 2003 suspendeu a atuação da agência do ponto de vista principalmente de reajustes a esses planos e julgou como razoáveis ou julgou como válidos os contratos resistentes a isso. A agência reagiu a isso tentando instituir... tentando não, instituindo um programa de incentivo e adaptação de contratos que era uma forma de adaptar todos os contratos existentes à Legislação vigente.

Esse projeto era um projeto de uma complexidade muito grande, eu acho que a forma que ele foi colocado para a sociedade, talvez, não tenha sido a melhor forma, fazer uma crítica hoje retrospectiva é fácil, mas na época foi se feita o melhor da agência. Mas de qualquer forma não funcionou muito bem. Mas a agência hoje, até hoje ela estimula as operadoras a oferecerem aos seus beneficiários produtos, adaptação dos contratos anteriores à lei.

Hoje a gente já tem uma realidade que a maior parte dos contratos existentes já são contratos novos, portanto, cobertos com todas as coberturas contratuais e com todos os direitos garantidos pela lei 9656 mas ainda temos alguma coisa em torno de 38, 40% de contratos para planos individuais ainda sob a égide de contratos antigos e ainda temos feito um esforço grande com as operadoras para que continuem fornecendo processos de adaptação desses contratos a Legislação e também esclarecendo aos consumidores das vantagens que eles têm em adaptar esses contratos. É bom frisar que a decisão de adaptar ou não o contrato ela é única, soberana de cada consumidor.

Com relação aos questionamentos do Senador Flávio Arns a questão do reajuste é sempre polêmico discutir reajuste, qualquer forma de reajuste preestabelecido ela é sempre polêmica. O senhor citou uma série histórica aí de 2005 para cá que realmente os reajustes da agência nacional de saúde em relação aos planos individuais, eles ficaram índices superiores, bastante superiores à inflação média do país. Mas se eu puxar um pouco anteriormente, anteriormente aconteceu o contrário, os reajustes fornecidos pela agência eles estavam aquém da inflação oficial, 2003

nós tivemos uma inflação de 25% se não me engano e o reajuste concedido da ordem de 8%.

Existe um certo descompasso entre a evolução dos custos específicos desse setor e os custos médios do país e em qualquer e sobre qualquer financiamento e sobre qualquer constituição sobre qualquer sistema de saúde, os custos assistenciais, os custos da inflação dita inflação médica, principalmente no que diz respeito à inflação da assistência médico hospitalar eles têm ficado acima dos indicadores de inflação geral, um exemplo bastante objetivo disso é a inflação americana que ronda aí 1,5, 2%, tem um modelo muito próximo a inflação, a medicina que se pratica no Brasil e a inflação médica lá esse ano foi em torno de 7.8%, foi a segunda vez em 10 anos, ano passado e esse que a inflação ficou abaixo de dois dígitos, então, há um descompasso, evidentemente há o estudo e os esforços para que se aprimore a forma desse reajuste e mais do que se aprimore, de que dê a população, dê a sociedade, principalmente dos beneficiários, quais são os critérios, para que ela tenha consciência de que os critérios são justos e para elas compreensíveis, acho que é um desafio que a agência não se furta de fazer e a gente se tem debruçado sobre isso de uma forma bastante intensa nos últimos tempos.

Eu acredito que nós teremos aí algumas novidades no próximo ano assim como tivemos algumas novidades nesse próprio... O que eu posso dizer também que o consenso nessa área é praticamente impossível. Eu participei de dois grupos técnicos que chamados pela Câmara de Saúde Suplementar para que se discutisse os critérios de reajuste onde foram reunidos representantes das operadoras, dos prestadores, dos consumidores, da agência, do Ministério da Saúde, do Ministério da Fazenda e não se chegou a nenhum consenso nem a nenhuma solução melhor do que atualmente praticada que é dar aos reajustes, dar aos planos individuais posteriores a lei o reajuste que seria a média dos reajustes concedidos para as empresas que contratam os benefícios de Planos de Saúde (Soa a campanha) para as operadoras.

A outra questão das pequenas operadoras. Realmente as pequenas operadoras têm problemas desde o lançamento da regulação em 1998, outro dia eu estava lendo um artigo do Presidente na época e continua atual Presidente da Abranhe(F), e dizer que com essa regulamentação a vida das pequenas operadoras ia ficar muito difícil, se não impossível. É verdade, escala nesse setor tornou-se muito importante para previsão do risco. A gente tem um estudo na agência que diz que a partir de 20 mil vidas o risco, o risco econômico financeiro das operadoras se torna mais

previsível e para quem administra previsibilidade de risco é quase tudo.

Não significa dizer que pequenas operadoras sejam inviáveis, ou que não tenham lugar nesse mercado. Elas têm. Nós temos tentado observar, respeitar as particularidades das pequenas operadoras e de forma nenhuma a agência se furta seja em qualquer diretoria discutir e ouvir e tentar resolver os problemas colocados por ela, mas pelo modelo assistencial colocado que é um modelo que contempla, que traz para a saúde suplementar a integralidade que é um conceito advindo da saúde pública, não tem jeito, o risco ele se torna tão grande quanto a cobertura que se dá e para quem não tem escala para diluir esse risco a existência realmente é muito difícil e exige uma gestão cada vez mais profissional, cada vez... e cada vez mais sensível as pequenas alterações de mercado e uma administração dessa monta, com esse nível de qualidade normalmente também custa caro. Então, é algo que nós temos que discutir e é uma das formas de tentar buscar alguns mecanismos que, talvez, facilitem a que pequenas operadoras tenham ganho de escala naquelas áreas que não são a função específica dessas operadoras e sim áreas de apoio como contabilidade, faturamento, que várias possam se reunir, diluir esses custos e sobreviver numa fusão não total. Mas nós temos discutido com isso com as operadoras e eu tenho uma tranquilidade muito grande de lhe dizer de que eu gostaria de ouvir alguma operadora que tenha procurado a agência e especialmente a diretoria de novas habilitações de operadoras e não tenha sido recebida ou que não tenha sido respondida de acordo e num tempo razoável, nós procuramos responder a todos e participamos de todos os chamamentos que o mercado não só das operadoras mas também de prestadores, médicos e dos Institutos de Defesa do Consumidor.

Com relação a audiência pública, regimentalmente eu não respondo pela agência, mas eu tomo emprestado aqui o Presidente, se falar alguma bobagem ele me corrige. Mas a agência terá um prazer enorme em voltar a essa Casa quantas vezes for solicitada para discutir os aspectos que essa Casa julgar relevante no aprimoramento da saúde suplementar. Eu pessoalmente ficarei muito satisfeito de discutir até com um pouco mais de tranquilidade essas questões.

Com relação às exigências da agência no que o senhor tocou, normalmente o que a agência faz do ponto de vista de exigências administrativas, são as exigências necessárias para que se administre bem uma empresa. Eu não... salvo alguma exigência que eventualmente possa ser e eu posso considerar essas como exceção, não se... não se exorbita, não se ex-

trapola com exigências descabidas em relação a vida das operadoras.

É importante ressaltar que esse mercado cresceu livre de qualquer tipo de regulamentação a não ser a regulamentação intrínseca dessas operadoras, cada um controlava o que queria e toda vez que há uma regulação extrínseca, baseada numa lógica diferente daquela que gere, gera-se algum tipo de reação, algum tipo de discussão. Eu acho que é isso que acontece, mas de novo, pode ser que haja alguma exceção, mas eu acredito que todas as exigências de informações e de controles solicitados pela Agência Nacional de Saúde, são aquelas que são pertinentes ao bom andamento da operação da empresa.

Com relação a mudança nos formulários, esses formulários eles fazem parte de um projeto, que é um projeto parece que absolutamente fundamental nesse momento da agência que é a padronização da troca de informações da saúde suplementar, esse na verdade era quase que um reclamo de todo o setor, cada operadora tinha um formulário diferente que solicitava aos prestadores e médicos praticamente as mesmas informações num layout totalmente diferenciado e o que a agência fez nada mais foi do que reunir todas as informações e padronizar um layout. Então, tudo o que está ali e que o senhor teve oportunidade de ver, normalmente era aquilo que as operadoras forneciam para a agência. Apenas o que houve agora foi uma padronização de layout, é óbvio que também é uma mudança que gera algum tipo de resistência, porque se antes eu organizava as informações necessárias da minha forma hoje eu estou organizando de uma forma determinada por outrem que sempre gera algum tipo de reação. Mas eu não... não dá para a gente olhar ali e ver nenhum acréscimo relevante no número de informações solicitadas das operadoras.

A questão da tributação a gente não legisla sobre isso, mas acho que muito mais relevante do que a tributação imposta pelo Imposto de Renda no lucro das operadoras é aquela tributação imposta pelo ISS, normalmente o que essa... essa vai de encontro ao faturamento, é uma tributação lá no faturamento das operadoras e não sobre o... não sobre o lucro. Mas esse número de 32 eu não tenho. O número médio da tributação das operadoras de Planos de Saúde é de 34% quando dão lucro, que tem a variação do lucro das operadoras e esse lucro tem uma tabela de escalonamento progressivo. Se é muito ou pouco essa tributação eu, quer dizer, eu não tenho nem competência para discutir com o senhor, acho que seria uma discussão com o Ministério da Fazenda com relação a tributação em cima do lucro e uma tentativa da unifor-

mização dos critérios do ISS que é uma prerrogativa de cada Prefeitura em legislar.

Bom, com relação ao Senador Romeu Tuma que também não está mais presente ele fez uma série de colocações absolutamente pertinentes com relação à questão de medicamentos, medicamentos é regimentalmente obrigação da ANVISA que são nossos colegas reguladores lá do Ministério da Saúde, tem de regular. Eu já conversei com ele, terei prazer em fazer chegar à ANVISA as preocupações que são absolutamente pertinentes com relação a essa questão de medicamentos. A questão de fraudes, seja no sistema público, seja no sistema privado, a fraude sempre existe e os mecanismos para controle embora sejam aperfeiçoados. Há também um perfeiçoamento dos mecanismos de fraudes, seja na apresentação de AIH que aí há um dolo no financiamento público, seja no sistema privado que aí no risco de cada operadora em diminuir essa forma de fraude. Mas de qualquer forma é também uma preocupação pertinente, algumas operadoras instituem mecanismos bastante interessantes em tentar diminuir esse tipo de fraude que depois a gente pode até abrir um pouco mais. Obrigado Senador

Com relação a Senadora Rosalba, a preocupação, a rede credenciada de atendimento, isso é uma preocupação da agência, a agência hoje ela... ela dentro desse critério do credenciamento da rede e dentro do critério de suficiência da rede ela faz com que cada operadora liste e deixe bastante claro para seus beneficiários qual é a rede credenciar tanto no local aonde é vendido e aonde ela se predispõe em atender aquele beneficiário seja em caráter Municipal, Estadual ou nacional e há uma... um trabalho bastante intenso, efetivo e diria até cansativo nessa checagem de rede e é uma discussão bastante interessante com as operadoras de Planos de Saúde, mas de novo a questão do produto ele envolve a cobertura porque está razoavelmente standartizada e a rede.

O Senador Arthur Virgílio, novamente eu agradeço as palavras elogiosas e de novo, só faz aumentar a responsabilidade de nós indicados, eu acho que eu falo aqui pelo Dr. Hesio também. Ao Senador Wellington também agradecer as considerações e com relação ao Senador Augusto Botelho ressarcimento ao SUS, a agência tem trabalhado bastante nessa questão tanto na cobrança, a agência cobrou alguma coisa em torno de 400 milhões de reais às operadoras de Planos de Saúde, mas recebeu efetivamente alguma coisa em torno de 80 milhões, 78 milhões de reais. Essa defasagem se diz respeito a um processo de contestação dessa cobrança seja em administrativo, seja judicial. O processo é um processo muito trabalhoso em que se confere os eventos ocorridos em cima do nome dos

beneficiários em relação ao que esses beneficiários realmente apresentaram de despesa do SUS. É um processo quase Kafkiano de trabalho e tem algumas falhas, homônimos, alguns contratos cancelados que a operadora não informa em tempo hábil e existe do lado da Diretoria de Desenvolvimento Setorial um trabalho muito intenso nessa área que está sendo como o Dr. Hesio mencionou e depois pode completar que está sendo imaginado uma forma de tornar esse mecanismo mais efetivo tanto no seu processamento quanto no seu resultado. Mas eu acho que mais importante que isso, e eu já propus isso ao Dr. Leôncio que é o diretor em desenvolvimento setorial que é responsável por essa questão, era nós discutirmos formas de fazer com que esse ressarcimento ao SUS chegasse próximo ao ideal do Legislador que é zero.

A idéia das operadoras de Planos de Saúde, quer dizer, a idéia de quem adquire o produto de Plano de Saúde, seja individualmente, seja coletivamente, é usar a rede que a operadora coloca a sua disposição. Como diz o Dr. Fausto com muita propriedade, a não ser que haja a rede de louco pelo SUS, que pagam por um serviço para utilizar o SUS, que talvez convenhamos, não é a maioria da população. E a consideração que o senhor faz de que a maior parte dos eventos são eventos de emergência, infelizmente não é verdade. O maior... o item que mais faz face a remuneração do SUS é parto que é um evento razoavelmente eletivo na região Metropolitana de São Paulo que eu diria que é uma quantidade razoável de hospitais credenciados. Então, realmente isso tem sido feito um trabalho bastante grande, a agência tem incluído essas dívidas evidentemente depois de todo o direito ao contraditório administrativamente dado no CADIN e que isso repercute de uma forma direta nas operadoras e o resultado tem sido que várias operadoras têm procurado lá para tentarem arrumar a sua vida com relação ao ressarcimento ao SUS.

É um trabalho de novo, muito intenso, muito grande, mas que a gente acredita que possa dar uma solução razoável para a sociedade. Muito obrigado.

Obrigado, o Presidente está dizendo aqui, eu gostaria, então, de agradecer a todos de novo a oportunidade e a presença, me colocar, após aprovado lá pelo plenário e nomeado pelo Presidente, a disposição dos senhores, novamente toda essa acolhida no Senado aumenta a nossa responsabilidade de tentar continuar discutindo e transformando esse setor num setor mais próximo daquilo que a sociedade deseja dele. E acho que essa interlocução com os senhores aqui do Senado que da sociedade representam e que nos... e são cúmplices na nossa indicação é importante para que nós entendamos cada vez mais o quê que a

sociedade quer e espera desse setor de saúde para que a regulação esteja muito afinada com esse desejo da sociedade e evidentemente respaldada por uma Legislação adequada que dê suporte a esse desejo. E aí a execução ficaríamos bastante satisfeitos com a cobrança que os senhores fizeram. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Muito obrigada Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso pela exposição, pelos questionamentos que respondeu de todos os Senadores. E eu passo agora a palavra ao Sr. Hesio de Albuquerque para que também possa responder as perguntas e já fazer o encerramento do seu pronunciamento.

SR. HESIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO: Obrigado Senadora Patrícia, eu vou de imediato comentar a pergunta do Senador Flávio Arns, mencionando que a questão dos custos. Realmente uma proposta que estamos levantando, com possibilidade para discutir na administração colegiada da agência é estabelecer um papel dos centros colaboradores, ou seja, de universidades ou de instituições públicas como o IBGE, ou de instituições privadas como a Fundação Getúlio Vargas, e outras universidades, como a FIPE, em São Paulo e o DIEESE, na área sindical, para apurar os custos da inflação.

Se tornou um altruísmo quase nós dizermos que a inflação no setor saúde é maior que a inflação em geral na sociedade, mas concretamente não se tem, no caso brasileiro medidas específicas em relação o quanto mais essa defasagem, esse valor superior dos custos em saúde. Então, creio que essa proposta de acompanhamento de instituições idôneas e com experiência públicas e privadas para cotejar e intercambiar com a ANS as experiências de apurações de custos seria um bom critério, um bom sistema de informações para estabelecer padrões de negociação em relação aos ajustes e aos preços das contraprestações.

Em relação as pequenas e médias operadoras realmente as pequenas e médias são estratégicas e centrais para o atendimento aos Municípios e aos Estados. Quer dizer, o interior do país depende muito certamente das pequenas e médias operadoras que tem uma abrangência, uma atuação geográfica mais localizada, ao contrário das grandes operadoras que eventualmente tem em âmbito regional e nacional e as vezes até internacional. Então, agora não caberia, não seria justo a ANS dar ajuda econômica por qualquer uma de suas fontes de recursos para essas operadoras. Até porque o sistema de saúde suplementar em geral já tem o chamado benefício tributário da ordem de 2,6, 2,9, segundo alguns mais até da chamada renúncia fiscal do benefício tributário que favorece as classes médias e altas e desfavorece o sistema... o povão que

se utiliza do SUS. Então, de qualquer maneira não creio que esse seria, não seria um aporte econômico, seria mais isso que o Dr. Alfredo comentou da possibilidade das pequenas operadoras se consorciarem e estabelecerem sistemas contábeis e administrativos mais consorciados e a partir disso existe uma espécie de multa, fertilização em termos de procedimentos e condições de administração dessas operadoras.

E em relação ao trabalho burocrático realmente a implantação do padrão TIS(F) da troca de informações de saúde suplementar, isso pode ter gerado uma... não uma sobrecarga em termos de volume de trabalho mas em termos de uma apresentação nova, uma exigência nova no sentido da unificação dos formulários que são utilizados pelas operadoras. Agora, eu creio que ao longo desse processo e a proposta de informatização que a própria ANS propôs que fosse estimulada para que os consultórios privados, os prestadores já desenvolvem isso com mais, da informatização dessas unidades, o padrão TIS(F) permitiria certamente uma uniformização da informação, uma troca mais ágil dessa informação e certamente embora encontre tudo que é novo, encontre alguma resistência quando quebra um certo padrão de preenchimento, ou de informação que era absolutamente desconhecida e desordenada.

Eu não tenho delegação do Presidente Fausto para defender a ANS, não é o caso até, porque estou chegando agora por decisão da Câmara... da Câmara da Comissão de Assuntos Sociais e também não pretendo fazer esse tipo de defesa mas certamente eu entendo dentro do meu vestibular para (Soa a campanha). Para a agência eu percebo que o TIS(F) é um instrumento importante e que embora gere alguma resistência inicial isso vai ser superado certamente.

Eu anotei também o comentário do Senador Romeu Tuma a respeito das AIH's. Isso mudou muito. A AIH hoje é um instrumento importante de informação, de gerencialmente das prestações e do controle dos pagamentos, dos procedimentos mas lógico que precisa ter uma vigilância permanente. A AIH's eu me lembro que na época do INAMPS nós conseguimos no primeiro ano reduzir em 600 mil as AIH's que eram apresentadas, isso deveria corresponder a AIH's falsas a pacientes que não existiam, ou procedimentos não realizados e a mesma coisa, verificamos depois na área ambulatorial com os baús em São Paulo, principalmente, os Boletins de Atendimento de Urgência, houve até um local(F) dos prestadores porque nós simplesmente informatizamos os Boletins de Atendimento de Urgência, isso foi considerado uma medida arbitrária do INAMPS na época, em 1965, 66, especificamente.

Então, a questão da... das AIH's, alguma coisa que melhorou bastante em termos do instrumento.

Agora, eu creio que em relação ao Senador Botelho a questão do ressarcimento ao SUS, Dr. Alfredo já mencionou bem, eu no meu vestibular para a ANS eu procurei me debruçar nessa questão do ressarcimento ao SUS e realmente o desempenho da ANS está muito bom, foi... dos impostos, das multas ou dos... juntando isso e também o ressarcimento o desempenho é da ordem de 22% comparando com os outros... multas e outros pagamentos devidos a ANS que envolve 1 a 2%. Então, esses 22% demonstram o esforço da equipe que trabalha com ressarcimento, agora, é um trabalho administrativo brutal, são 30 a 40 pessoas dedicadas a esse trabalho.

O que está sendo estudado é a informatização com a cobrança *online*, uma AIH de cada vez, isso embora sejam 600 mil ou 400 mil AIH's por mês isso tem possibilidade de ser agilizado pelo uso da informática e certamente outro procedimento de que a operadora informe, fica responsável ela por definir se aquele segurado, se aquele beneficiário tem ou não direito será responsabilidade, seria responsabilidade da operadora e ela seria fiscalizada por amostragem para que, então, se verifique a exemplo do que se faz com o Imposto de Renda identificar aquelas que eventualmente estejam fraudando ou não notificando, ou notificando erroneamente e intencionalmente de forma errônea aquele atendimento prestado pelo SUS. Então, eu creio que esse procedimento vai diminuir a burocracia, vai permitir que estes funcionários sejam aproveitados e deslocados para outro tipo de atividade e vai dar mais agilidade a ANS para promover o ressarcimento ao SUS. Então eu creio que essa é uma medida interessante que vamos poder estar discutindo e debatendo, e a Senadora Patrícia e Senadores, eu coloquei no meu documento que foi distribuído o compromisso de nós estarmos participando de uma forma colegiada em plena sintonia com o Ministério da Saúde e em plena sintonia com o Senado e com a Câmara dos Deputados, no sentido de prestarmos contas, de realizarmos encontros e reuniões periódicas e realmente estarmos submetidos ao acompanhamento e a avaliação do Senado e da Câmara dos Deputados e do Conselho Nacional de Saúde no desempenho e do cumprimento das metas traçadas pelo Ministério e pela agência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada também. Muito obrigada também ao Dr. Hesio, quero cumprimentar os dois, parabenizando, eu tive oportunidade de antes dessa nossa reunião de ter uma conversa com os dois, examinar também os *curriculuns* de... de duas pessoas,

de dois homens que têm prestado um grande serviço ao país. Portanto, tenho certeza que com a firmeza de propósitos, com a seriedade que os dois têm nós conseguiremos avançar ainda mais em tantos questionamentos protegendo sempre a população, aquelas pessoas que muitas vezes precisam daquilo que é o assunto que hoje está dominando a nossa reunião em relação a questão dos Planos de Saúde.

Essa Comissão também se compromete a uma audiência pública, ou a um seminário que possamos discutir detalhamento de forma minuciosa, sem nenhum tipo de pressa, assuntos que nos diz respeito a nossa função também aqui de representarmos os nossos Estados e a nossa população, tenho certeza que a seriedade dos dois é que vai dar a condição de, no momento certo, se for necessário, uma palavra dura se for necessária, a sua intervenção, dependendo da necessidade. Então, eu parablenizo pelos currículos desejando boa sorte aos dois, Dr. Alfredo que possa realmente continuar brilhando naquilo que vem realizando, na função que é tão importante que vem já debruçado, quero também parabenizar e desejar muito boa sorte ao Dr. Hesio, que ele possa fazer, assumir mais essa missão na sua vida. Aqui, hoje, nós tivemos uma Comissão repleta de Senadores e Senadoras, tivemos um quórum bastante alto, uma votação por unanimidade aqui levando os dois. Então, eu parablenizo, agradeço a todos os Senadores por terem permanecido até agora aqui, agradeço também a presença do Dr. Fausto, que também está aqui conosco, Dr. Leôncio, a todos os técnicos e funcionários também da Agência Nacional de Saúde e, por último, antes de encerrar eu gostaria apenas, Senador Augusto Botelho, do item três de votar um requerimento de autoria do Senador Flávio Arns, enfim, é só votação simbólica, vou só ler. Item 3, requerimento nº 43 de 2007, nos termos regimentais requeiro a V. Exa. audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para serem debatidos entre os Srs. Senadores o turismo para pessoas com deficiência. Propomos que sejam convidados representantes do Ministério do Turismo, Ministério dos Transportes, da Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR, da Indústria Brasileira de Hotéis e do CONADE. Em discussão a matéria, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Rapidamente, só gostaria de dizer que, na verdade, é um requerimento com muita propriedade do Senador Eduardo Azeredo e da Senadora Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como eles não estão presentes eu tive o máximo prazer em subscrever o requerimento também. Mas se V. Exa. permitir eu só acrescentaria aqui também Ministério das Cidades, porque o Ministério das Cidades tem um trabalho, eu diria, muito bom relacionado ao planejamento sem barreiras. Então, se V. Exa. concordar, só acrescentar. Mas é um requerimento que atende um desafio aí para a pessoa com deficiência que é participar do turismo acessível. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigado Senador Flávio Arns, já está aceita mais essa sugestão de V. Exa. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Não tendo mais nada a tratar, está encerrada a presente sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h54.

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 22 de agosto de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, FERNANDO COLLOR, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES, RAIMUNDO COLOMBO, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE**. Comparece também a Senhora Deputada Rita Camata. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica que foram recebidas, na Secretaria da Comissão, quatro emendas de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares ao Projeto de Lei do Senado nº 406 de 2005. O Projeto será retirado de pauta e encaminhado ao relator, Senador Cristovam Buarque, para que seja emitido parecer sobre as emendas. Comunica também que o Projeto de Lei do

Senado nº 523 de 2003, que “altera o parágrafo único do artigo 106 da lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural”, de autoria do Senador Marcelo Crivella foi encaminhado à Secretaria Geral da Mesa, atendendo ao Ofício SF nº 1099/2007 de leitura de requerimento de exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2005 “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Cristovam Buarque. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta e encaminhado ao relator para exame das emendas apresentadas. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 44, DE 2007** “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover debate sobre a situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor, com convidados ainda a serem definidos pela Comissão”. **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2004** “Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando ao art. 28A § 8º que institui penalidade ao produtor que não cumprir as normas de combate à febre aftosa, e dá outras providências”. **Autor:** Deputado Alex Canziani. **Relator:** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 11 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, DE 2007** “Institui a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator “ad hoc”:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2007** “Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (Garante às mulheres o acesso a informações sobre a doação de sangue placentário e do cordão umbilical)”. **Autora:** Deputada Rita Camata. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer e o Requerimento de Urgência de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 01 – PROJETO DE**

LEI DO SENADO Nº 15, DE 2005 “Dá nova redação ao caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso”. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relator:** Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** Favorável. **Resultado: Aprovado. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 03, DE 2007** “Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde bucal – ASB”. **Autor:** Deputado Rubens Otoni. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado. ITEM 09 – EMENDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2003** “Altera o § 5º do artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a eleição do presidente e do vice-presidente da CIPA pelos seus membros”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Flávio Arns. **OBS: Em 28/03/2007, o Projeto foi deliberado na CAS e retorna à pauta para apreciação da Emenda, de autoria do Senador Adelmir Santana, apresentada na reunião do dia 28/03/2007, com Parecer favorável. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAS, com Parecer favorável do Relator, com 09 votos sim.** Durante a discussão da Emenda nº 1 – CAS ao Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2003, o Senador Flávio Arns modificou o seu Parecer que era contrário à Emenda. **ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, DE 2005** “Obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame.** Os itens 06 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Lúcia Vânia, Jayme Campos, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha e Adelmir Santana. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Bom dia a todos, bom dia a todas. Srs. Senadores, havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico que foram recebidas ontem na Secretaria da Comissão quatro Emendas de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares ao PLS 406, de 2005. Sendo assim, eu estou retirando da pauta o referido projeto que será encaminhado ao Relator, Senador Cristovam Buarque, para que seja emitido parecer sobre as emendas. Comunico a todos que o PLS 523 de 2003, que altera o parágrafo único, do artigo 106, da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefício da previdência social e dá outras providências para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural, de autoria do Senador Marcelo Crivella, foi encaminhado à Secretaria Geral da Mesa, atendendo ao ofício nº 1099, de 2007, de leitura do requerimento, de autoria da Senadora Kátia Abreu, de exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Comunico que o Senador Leomar Quintanilha está se dirigindo à Comissão, ele é o Relator do nosso primeiro projeto. Enquanto isso eu queria colocar em votação um requerimento de minha autoria de acordo com a reunião passada que nós tivemos. Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover debate sobre a situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor. Os convidados ainda estão sendo definidos pela Comissão. Portanto, Srs. Senadores, se tiverem alguma sugestão nós estaremos aguardando. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Esse requerimento, Senador Paim, Senador Flávio Arns, tem a ver justamente com a reunião passada em que nós decidimos fazer uma ampla reunião para discutir a situação dos planos de saúde no nosso país, já que isso, na aprovação dos dois nomes da Agência Nacional de Saúde na semana passada, na quarta-feira passada, nós vimos a necessidade urgente de discutir a situação dos planos de saúde, tendo em vista também a situação de muitos consumidores que têm sido prejudicados em função de aumentos abusivos ou do mau atendimento dos planos de saúde. Eu acho que essa Comissão tem a responsabilidade e a obrigação de apurar de forma detalhada o que acontece e, em primeiro lugar, atender aos consumidores que têm sofrido muito em relação à questão dos planos de saúde. Eu passo a

palavra ao Senador Flávio Arns e, em seguida, ao Senador Paulo Paim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero destacar ainda que de fato esse debate surgiu na semana passada quando nós estávamos nesta Comissão sabatinando os dois novos diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e a gente, em primeiro lugar, tem que destacar assim o trabalho, no meu ponto de vista, eficiente, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar vem fazendo. Porém, ao mesmo tempo, a sociedade traz para o conhecimento e as providências de todos nós discussões, por exemplo, preço dos planos de saúde, quer dizer, sempre o reajuste do plano de saúde é vamos dizer o dobro do índice inflacionário. Vai chegar numa hora em que a coisa complica também para todo mundo, quer dizer, 100% a mais. Apesar de ser assim, hoje em dia com a inflação baixa, a gente tem a impressão: “não, só foi aumentado 7%”, mas a inflação foi 3,5%, então é 100% a mais, ou, por exemplo, a dificuldade que pequenas operadoras que estão, pelos relatos, sendo sufocadas também.

Em situações de Município, de microrregiões como os próprios diretores colocaram, a presença de operadoras pequenas é importante, não é? A outra coisa que foi levantada: os planos de saúde pagam 32% de Imposto de Renda. O que acontece? A gente tem uma carga tributária de 40%. Nós pagamos CPMF, ainda pagamos plano de saúde e, em cima do plano de saúde, existe uma carga tributária extraordinária, o que faz aumentar o preço do plano de saúde para todos nós, não é verdade? Então essas coisas todas têm que ficar mais claras, mesmo as despesas burocráticas. Existe uma reclamação dos operadores de que para se atender à burocracia, mas sempre fazendo a ressalva, a ANS tem toda a disposição de discutir, eu não quero que seja uma crítica, mas um debate que tem que ser feito, mas as operadoras dizem que para atender às exigências burocráticas eles têm que gastar 20% a 30% do faturamento. Então se isso for verdade eu diria que é demais. O problema é que com tudo isso o consumidor é que paga a mais, então o direito à saúde acaba sendo prejudicado. Então nada melhor do que discutir, ver, deixar claro, a sociedade participar, sugerir e tudo. Eu acho que vai ser muito bom, então eu enalteço, parabenizo V. Ex^a. pelo requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Flávio Arns, inclusive, só antes de passar a palavra, Senador Paulo Paim, já acordado inclusive com a Agência Nacional de Saúde que também acha importante que nós façamos essa Audiência Pública, já de acordo, até foi muito importante V. Ex^a. ressaltar que isso não é de forma alguma uma crítica, mas eu acho que é uma respon-

sabilidade que todos nós temos e essa Comissão tem. O Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Senadora Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Jayme Campos, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – *Data vênia*, ilustre Senador Paulo Paim, se possível, como tem aqui um projeto para eu relatar aqui, é o projeto do PL nº 3980 ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – É o item 3.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – ... Perfeitamente, mas eu queria pedir a V. Ex^a., Sra. Presidente, se possível fazer uma pequena inversão de pauta, tendo em vista o uso da palavra do Senador Paim, porque eu acabei de receber um pleito aqui do Ministro da Agricultura para que nós deixássemos essa matéria para a semana que vem tendo em vista que o Ministro da Agricultura quer fazer uma análise mais profunda com relação a esta matéria, até porque eu acho muito importante porque eles vão oferecer uma nova nota técnica e possa enriquecer naturalmente esse meu relatório, de forma, como eu acho que o único Relator da pauta de hoje é a minha pessoa, se não me falha a memória, eu queria pedir para a Senhora fazer a gentileza ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Retirar para reexame.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – ... Retirar de pauta para a semana que vem, aguardando naturalmente algumas novas informações do Ministro da Agricultura, se possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pois não, Senador Jayme, V. Ex^a. será atendido.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Obrigado a V. Ex^a., obrigado ao ilustre Senador Pálio Paim também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, primeiro cumprimentar a iniciativa de V. Ex^a. e, enfim, o Congresso todo ficou sabendo da situação que eu passei recentemente em relação ao meu filho ter ficado trinta e cinco dias numa UTI, e aí eu fui olhar com muito carinho a situação do SUS e também dos planos de saúde. O SUS é um desespero, é algo assim assustador, e não é crítica não a esse Governo, todo mundo sabe que eu sou da base do Governo, é uma realidade constatada de Governos e Governos o Sistema Público de Saúde. De fato que é muito preocupante.

Bom, a tendência é cada vez mais as pessoas irem optando, dentro do possível, pelos planos de saúde. Claro que temos que nos debruçar com muito carinho sobre a situação do SUS também, agora o que eu percebi? Conversando com muita gente por planos de saúde, no mesmo espaço físico que eu estava, nas UTIs que eu tive que participar, no Espírito Santo e também no Rio Grande do Sul, a questão dos planos de saúde é muito grave, é muito grave. Eu só vou dar um exemplo. Um plano de saúde de caráter nacional, simplesmente a entidade que tinha o convênio com uma prestadora do atendimento ao doente não estava pagando a dita entidade. E daí, como que fica na hora? A entidade diz: “não, eu não atendo mais nenhum cliente, nenhum doente encaminhado por vocês”. Daí eu fui perguntar para a dita entidade e disseram: “não, agora eles não atendem mais, e daí?” “Sim, mas a pessoa está aqui no hospital e entrou aqui pelo plano de vocês”. “Não, vai ter que pagar à parte e depois nós vamos brigar na justiça”. Questões como essa, só dei um exemplo. A questão dos planos de saúde é gravíssimo, muito grave, muito grave, e por isso que eu quero cumprimentar a V. Ex^a. Trarei mais exemplos, documentos, demonstrando o que está acontecendo.

Eu acho que a questão do SUS, como eu recebi muito e-mail da população brasileira dizendo o seguinte: “o Senhor ainda tem plano de saúde, Senador”, mostrando solidariedade ao meu caso, e calcule os que não têm plano de saúde como estão conseguindo sobreviver nesse momento, e vimos recentemente inúmeras pessoas que faleceram simplesmente porque não houve o atendimento no tempo devido. Por isso eu quero cumprimentar a V. Ex^a., não vamos aprofundar hoje, mas nesse dia de discutir o plano de saúde é o momento de discutir uma saúde no seu todo, desde o SUS, a forma como atuam inúmeros planos de saúde. Na hora de fazer o plano, pagar a prestação, todos estão certos, só que depois, na hora do atendimento, dizem: “olha: isso eu não entendo, isso não pode atender, esse hospital é considerado de alto custo”, daí não dá o atendimento também, e outros que decretam falência e deixam daí o usuário sem nenhuma assistência. Por isso os meus cumprimentos a V. Ex^a. e, com certeza, nessa Audiência Pública faremos um grande debate sobre a situação da saúde no país. Parabéns a V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Nós fizemos algumas sugestões aqui, inclusive dos convidados. O Dr. Fausto, que é Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e V. Ex^a. lembra e nós tivemos essa preocupação, estamos convidando também a Presidente da Associação da

Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde, porque é muito importante a participação dos usuários nessa Audiência Pública. Estamos também convidando o representante da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde e estamos convidando o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo e a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. A idéia é que nós possamos a princípio fazer essa primeira audiência, eu particularmente acho que nós vamos precisar de outros momentos para convidarmos outras pessoas e outras entidades também. Eu acho que uma audiência, ela não rende muito se nós convidarmos muitas pessoas. Aqui já tem uma sugestão de cinco, que eu inclusive já acho até muito, porque eu acho que esse debate deve ser bastante aprofundado, os Senadores devem participar bastante disso, nós temos que ter tempo, mas eu queria comunicar que nós poderemos fazer outras audiências, eu acho que o Senador Flávio Arns deve ter talvez alguma sugestão a fazer, eu não sei se nesse primeiro momento ou já num segundo momento e isso ... V. Ex^a. deseja usar a palavra?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu até traria, eu também não conheço assim muito da área, mas existe uma Associação Brasileira, ao que me consta, de pequenas operadoras, porque tem que haver uma distinção entre a grande operadora e a pequena operadora, mas eu traria o nome na sequência para V. Ex^a., Associação brasileira, creio, Federação, alguma coisa assim de pequenas operadoras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, eu agradeço a V. Ex^a. pela contribuição. O Senador Leomar Quintanilha continua vindo para a nossa Comissão, caminhando para a nossa Comissão, mas nós temos aqui a sugestão, para anteciparmos logo, de votarmos o projeto que inclusive é de autoria do Senador Paulo Paim que instituiu a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho. O Relator é o Senador Wellington Salgado e eu gostaria de pedir ao Senador Geraldo Mesquita, se possível, que pudesse ler o relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com prazer dobrado, Senadora Patrícia, primeiro que é um ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Geraldo Mesquita, antes de passar a palavra a V. Ex^a., só queria comunicar aqui também para a nossa grande felicidade a presença da Deputada Rita Camata, que está ali no fundo da sala, tem um projeto seu, que é o segundo item da pauta, já a convidei para sentar aqui na frente, mas ela também tem outro compromisso, mas ela está inteiramente a vontade, nós temos uma admiração muito grande pela

Deputada Rita Camata e eu já a parabeno pelo projeto que tem nessa Comissão, a Senadora Lúcia Vânia já está aqui também para relatar, e logo em seguida ao relato do Senador Geraldo Mesquita nós votaremos o projeto da Deputada Rita Camata.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Pois muito bem, Senadora Patrícia, eu estava dizendo que o prazer é dobrado primeiro porque se trata de um encargo que V. Ex^a. me atribuiu, segundo que é relatar um projeto do Senador Paulo Paim, querido companheiro. A proposição do Senador Paulo Paim visa criar a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho com o objetivo de promover um amplo debate no Congresso Nacional. Quero registrar que estou lendo aqui o relatório produzido pelo Senador Wellington Salgado, Relator do projeto. O objetivo, segundo dizia, era promover um amplo debate no Congresso Nacional com a participação de vários segmentos da sociedade visando o equacionamento do desemprego e subemprego em nosso país. A proposição prevê ainda que essa Frente reunir-se-á preferencialmente no Senado e será integrada inicialmente pelos membros dessa Casa que assinarem a Ata de sua instalação e de outros parlamentares que a ela aderirem. Ao justificar a iniciativa o autor da proposta alega que sendo o trabalho o fundamento e a razão do crescimento da economia, urge alinhar algumas propostas nessa direção.

A criação da Frente pela Valorização do Trabalho constitui, sem dúvida alguma, importante fórum para se traçar novos caminhos no combate ao desemprego e subemprego que tanto afligem nosso país. As mudanças na economia, aliada à rigidez de nossas instituições trabalhistas, trouxeram um aumento considerável não só na taxa de desemprego, mas fizeram crescer assustadoramente o trabalho informal e o precário. A oferta de emprego, principalmente de postos de trabalho decentes, não foi suficiente para acompanhar o crescimento da população economicamente ativa. Ademais disso, hoje as exigências para contratação são maiores, dificultando, desse modo, a inserção daqueles que não possuem escolaridade média e, mais ainda, daqueles que não completaram o ensino fundamental. O desemprego é consequência de uma série de fatores. Especial destaque deve ser atribuído ao baixo crescimento econômico, à recessão, aos altos juros, à automação, ao enxugamento das hierarquias e a rigidez do quadro institucional no campo trabalhista. O mercado de trabalho no Brasil tem apresentado uma fraca capacidade de absorver legalmente todas as pessoas que pretendem trabalhar. Evidentemente não podemos esquecer que o subemprego e o emprego informal atingem níveis alarmantes. Mais de 60% da

população economicamente ativa, sem carteira assinada, como empregados ou como autônomo.

Desde 1988 o trabalho ilegal, que atingia 45% da nossa população economicamente ativa, passou para 60% com tendência de crescimento. O desemprego, subemprego e o trabalho na informalidade impedem ao cidadão o acesso à licença remunerada para tratar da saúde, aposentadoria ou ao amparo aos descendentes depois da morte, entre outros benefícios. A falta de proteção de hoje é a causa da marginalização no futuro, uma vez que o desemprego e a informalidade são uns dos principais determinantes do déficit da previdência social, uma das essenciais causas do déficit público e que obriga o Governo a recorrer ao mercado financeiro ou a usar recursos do superávit primário para supri-lo. Infelizmente essa realidade também conspira contra a geração de emprego. Primeiramente porque os juros são pressionados para cima e os investimentos para baixo. Em segundo lugar porque os recursos retirados do superávit primário impedem os investimentos nas áreas sociais e na infra-estrutura que são geradoras de grande volume de trabalho. Nesse contexto a criação da Frente pela Valorização do Trabalho é bem-vinda e, seguramente, proporcionará à Nação soluções concretas capazes de minorar essa grande chaga de nossa sociedade representada pelo desemprego, pelo subemprego e pela informalidade que tanto aflige o trabalhador brasileiro. Pelas razões acima, Senadora Patrícia, opinamos pela aprovação do projeto de resolução do Senado nº 30, de 2007, e já antecipo aqui o meu propósito de ser um dos subscritores dessa Frente. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – O Senador Geraldo Mesquita ...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, sem querer discutir, porque eu tenho usado um termo que alguns Senadores até tem me ... “mas é isso mesmo, Paim, que você fala?” Eu digo que projeto bom é projeto aprovado e se o projeto bom e não há polêmica não tem porque o autor ficar duas horas falando. Só gostaria de dizer que mais de sessenta Senadores já assinaram a Frente do Trabalho, que é em defesa do emprego, é para fazer um belo debate sobre esse tema. É só isso e parabéns ao Wellington Salgado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Inclusive eu, Senador Paulo Paim, também –

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V. Ex^a. assinou?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – ...- Também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mesquita também já assinou, o Senador Adelmir assinou já a Frente em Defesa do Trabalho, o Senador Flávio Arns, Lúcia Vânia, todos já assinaram.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Que bom.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então não é um projeto polêmico, é tranqüilo, que visa valorizar o trabalho em nosso país, e valorizando o trabalho todos ganham, ganha o empregado e ganha o empregador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu quero apenas parabenizar a V. Ex^a. por essa iniciativa que eu acho que é fundamental, ainda mais no momento em que vivemos no país. Agradecer também ao Senador Geraldo Mesquita pela gentileza de ter feito ...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Geraldo Mesquita e o Wellington Salgado que fez um belo relatório em defesa do empregado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – ... O Wellington Salgado, exatamente, que fez o relatório. Bom, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao projeto de resolução do Senado nº 30, de 2007. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Esse projeto vai à Secretaria Geral da Mesa. Agora o item 2 da pauta, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007, “Altera a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997 (Garante às mulheres o acesso à informação sobre a doação de sangue placentário e do cordão umbilical)”. A autoria é da Deputada Rita Camata, como já anunciamos, e a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que está aqui já para ler o seu relatório. Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sra. Presidente, senhores e senhoras parlamentares. O Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007, de autoria da Deputada Rita Camata, altera a Lei de Transplantes para garantir a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto. Em sua justificativa a autora afirma que a proposta fora originalmente apresentada pela então Deputada Jandira Feghali, durante a 52ª Legislatura e arquivada ao seu final pela exiguidade de tempo hábil à apreciação em todas as Comissões temáticas daquela Casa. Por fim a nobre Deputada considera de fundamental importância o acesso das mulheres às informações sobre as benéficas da do-

ação voluntária do material, de forma a contribuir para elevar o ritmo de doações e, assim, o nível de estoque dos bancos públicos, especialmente integrantes da rede nacional de bancos de sangue do cordão umbilical e placentário para transplante de células-tronco hematopoéticas criadas pela portaria nº 2.381, do Ministério da Saúde.

A proposição deverá ser apreciada por essa Comissão e não recebeu nenhuma Emenda. Análise. Como é do conhecimento geral, a medula óssea é um tecido líquido que ocupa a cavidade dos ossos, sendo responsável pela produção de componentes de sangue, as hemácias ou glóbulos vermelhos, os leucócitos ou glóbulos brancos e as plaquetas. Essas células, especialmente, são formadas a partir da chamada células-tronco hematopoéticas localizada na medula óssea vermelha de um adulto. Algumas doenças malignas como a anemia plástica grave e outros tipos agudos de leucemia afetam diretamente as células sanguíneas, gerando a necessidade de substituição da medula óssea doente por células normais de medula óssea saudável com o propósito de reconstruí-la. Na maioria dos casos o transplante pode ser realizado pela substituição direta de células da medula óssea. No entanto, também tem se tornado muito comum o transplante a partir de células precursoras da medula óssea obtidas do sangue do cordão umbilical e placentário. O (ininteligível) tem uma característica especialíssima que o torna único. Durante a gravidez o oxigênio e os nutrientes essenciais passam do sangue materno para o bebê através da placenta e do cordão umbilical, ou seja, o sangue que circula no cordão umbilical é o mesmo do recém-nascido. A partir de diversos estudos pesquisadores identificaram no cordão umbilical um grande número de células-tronco hematopoéticas, conferindo importância singular a esse tipo de tecido para pessoas que necessitem do transplante, especialmente a partir da doação voluntária. Uma das vantagens desse tipo de doação é a sua disponibilidade imediata. Como a doação é feita assim que o bebê nasce, ainda na sala de parto, não há necessidade de localização do doador, nem tampouco de extrair sua medula óssea. A maior desvantagem, por assim dizer, é a pequena quantidade de material coletado, uma vez que a doação ocorre em uma única coleta, ou seja, não há possibilidade de nova coleta. Isso reduz a possibilidade de utilização a pacientes de maior peso, geralmente, mas atende bem quando utilizada em pacientes pediátricos, o que reforça a necessidade de facilitação desse tipo de doação. Além da simplicidade do procedimento de coleta, o armazenamento também não apresenta nível de complexidade. Logo após a doação o sangue é encaminhado a um laboratório de processamento que se-

para as células-tronco para posterior armazenamento em bancos criados para esse fim.

Por essa razão estão sendo criados no país bancos de sangue de cordão umbilical e placentário articuladas em uma rede nacional e internacional instituída e regulamentada por portarias do Ministério da Saúde e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nesses bancos as células são crio-preservedas e podem ser disponibilizadas para transplante. É o caso do Banco de Sangue do Cordão Umbilical Placentário, inaugurado pioneiramente em 2001 pelo Instituto Nacional do Câncer, visando aumentar as chances de localização de doadores para pacientes que necessitam de transplante de medula óssea. A ampliação do excesso e dos benefícios advindos da constituição desta rede depende do crescimento do número de doadores na medida em que a possibilidade de transplante depende da compatibilidade genética entre doador e receptor. Por conseguinte, informar os potenciais doadores sobre as possibilidades e os benefícios da técnica é a melhor estratégia para ampliar o número de doações. Vê-se, portanto, que a matéria apresenta negável mérito. Voto. Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47 de 2007. Eu gostaria, Sra. Presidente, de cumprimentar aqui a autora do projeto, Deputada Rita Camata, principalmente pela sua sensibilidade em resgatar um projeto da ex-Deputada Jandira Feghali que é médica pediátrica, e esse resgate, sem dúvida nenhuma, é de grande importância porque vai possibilitar a um grande número de crianças, principalmente crianças, se recuperarem de uma doença terrível que é a leucemia. Portanto, quero aqui parabenizá-la, bem como parabenizar V. Ex^a. por ter agilizado a votação desse projeto. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Parabenizo também a V. Ex^a. pelo brilhante relatório que fez e, mais uma vez, à Deputada Rita Camata pela preocupação que tem principalmente com a infância e juventude, o reconhecimento que tem de todo o nosso país por ter se dedicado durante a sua vida pública principalmente à causa da infância, criadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Bom, em discussão a matéria. Para discutir, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidente, eu quero também, como já foi feito, enaltecer a idéia da Deputada Rita Camata, que durante os anos todos de atividade parlamentar vem se preocupando com essa e outras questões importantes para a área de direitos e cidadania, bem como o relatório da Senadora Lúcia Vânia, que também tem uma história de vida dedicada a essas questões importantes de cida-

dania. Eu sei que existem preocupações do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde em relação a este Projeto de Lei, porque, de acordo com o Sistema Nacional de Transplantes, as coletas de sangue do cordão umbilical, naturalmente, tem que ser planejadas e isto exige um processo de implantação, como existe também uma preocupação da rede, que se chama BrasilCord, que é a Rede Pública Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário – UNICORD(F), que aliás já tem até duas mil unidades armazenadas nos bancos de sangue em funcionamento, onde existem assim restrições também em relação a alguns aspectos.

Mas eu diria o seguinte, que apesar do Sistema Nacional de Transplantes e apesar também da BrasilCord apresentar esses aspectos eu diria que o Projeto de Lei é fundamental, porque o Projeto de Lei inclusive está dizendo, e a Deputada Rita Camata tomou essa preocupação, de dizer “é garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades”, quer dizer, tem a possibilidade ou não tem a possibilidade. Quanto a gente fala sobre as possibilidades, quer dizer que de repente num determinado Município não exista essa possibilidade, mas ela, ser comunicada sobre as possibilidades e os benefícios da doação de sangue, eu considero isso fundamental, quer dizer, eu posso até não conseguir num determinado local, a mulher não conseguir num determinado local fazer essa coleta de sangue pela falta de infra-estrutura, mas eu acho que ela tem o direito de saber quais são as possibilidades, quais são os benefícios, porque aí até o Sistema Nacional de Transplantes vai ter uma sociedade muito mais conscientizada que pode até auxiliar o Sistema Nacional de Transplantes a melhorar, incrementar, expandir e consolidar uma infra-estrutura. Então eu colocaria assim que o projeto é importante, não é impositivo, que de repente você tenha que ter, e é um direito da família. Eu acho que esse é um direito da família. Isso é bom, não é, é possível, não é, é gratuito, não é, tem que pagar, não precisa e coisa semelhante, por isso que eu voto favoravelmente também e enaltecendo o projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria apenas de reforçar as palavras do Senador Arns quando ele diz da questão de ser um projeto apenas autorizativo. Eu acho que é uma questão aí de direitos, fazer com que a alta tecnologia, a tecnologia de ponta possa chegar a todas as pessoas e acredito que isso seja um avanço em relação aos direitos da mulher em função da importância dessa informação que ela pode

ter. Isso não quer dizer que em todos os lugares vai ser possível, mas ela tem que ter essa informação para que ela tenha o direito de procurar um centro onde ela possa se beneficiar e beneficiar o seu filho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Em discussão. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sra. Presidente, de forma muito rápida também, Sra. Presidente, Senadora Patrícia. Nós tivemos nessa semana aqui em Brasília dois grandes movimentos das mulheres, que eu sei que V. Ex^a. participou: a Segunda Conferência Nacional das Mulheres, que reuniu em torno de mil e quinhentos mulheres, fizeram manifestações aqui dentro do Congresso Nacional, e hoje, aqui em frente ao Congresso, nós temos a Marcha das Margaridas, em homenagem àquela líder sindical, de nome Margarida, que foi covardemente assassinada. Eu entendo que a demonstração que o Congresso tem que fazer, mais do que só subir lá no palanque e dar o pronunciamento, que também é importante, ou ter o nome registrado, é se posicionar sobre políticas que sejam de interesse das mulheres, e esse é um projeto, como disse muito bem em defesa o Senador Flávio Arns, a mulher vai poder optar, vai poder ter instrumentos para a sua decisão, é quase que uma linha de um projeto de informação. Eu não vejo o porquê que a gente não possa decidir na nossa Comissão, até porque, Senadora Serys, eu falava da Marcha das Margaridas e nós temos que nos posicionar também homenageando as mulheres aprovando projeto de interesse delas. Não é terminativo, ainda vai continuar o debate em outras Comissões, por isso que eu sou totalmente favorável à aprovação também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu agradeço também ao Senador Paulo Paim. Ainda em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. O parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai à Secretaria Geral da mesa e eu, mais uma vez, parabeno tanto a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia, como a autora do projeto, Deputada Rita Camata. Item 1 da pauta. Projeto de Lei...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de pedir regime de urgência para esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – O projeto da Deputada Rita Camata. Em votação o requerimento de urgência ao projeto. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência para o projeto. Item 1, decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado

nº 15, de 2005, “Dá nova redação ao *caput* do artigo 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso”. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa. Relator: Senador Leomar Quintanilha, que já está presente na nossa Comissão. Na reunião do dia 08 de agosto, após a leitura do relatório do Senador Leomar Quintanilha, foi concedida vista ao Senador Paulo Paim, que já devolveu a matéria, apenas para que tivesse mais uma semana de discussão, sem nenhuma manifestação. Portanto, eu concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)

– Sra. Presidente, Srs. Senadores, de fato este projeto já foi lido na sessão anterior e o Senador Paulo Paim pediu vista exatamente para, de seu interesse, apresentar quaisquer observações, quaisquer alterações que julgasse pertinente. Trata-se, Sra. Presidente, de uma proposta de reduzir a idade para a mulher para que ela possa continuar percebendo o benefício da prestação continuada, já que a legislação estabelece a idade de setenta anos e a propositura seria exatamente em reduzir essa idade para que as mulheres pudessem usufruir desse benefício com um tempo menor. Eu consultaria ao Senador Paulo Paim para saber se ele teria alguma sugestão, já que ele pediu vista e me parece que não apresentou nenhum voto em separado. Eu gostaria de ouvir a opinião do Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Quintanilha, primeiro eu quero cumprimentar o relatório de V. Ex^a. e dizer que esse projeto veio da Comissão de Direitos Humanos. Eu pedi vista porque como trabalhei muito em cima do Estatuto do Idoso e, naquela oportunidade, nós tínhamos fixado em sessenta e cinco anos. Em tempo, foi uma proposta vinda da sociedade brasileira, que apresentou à Comissão de Direitos Humanos e ela remeteu à relatoria de V. Ex^a. que é Presidente da SubComissão do Idoso. O meu ponto de vista vai na mesma linha do projeto anterior, é um projeto que beneficia as mulheres, já que no momento da aposentadoria a mulher tem o direito de se aposentar cinco anos antes que o homem. Eu entendo que é mais do que justo e por isso que a Comissão de Direitos Humanos aprovou, por unanimidade, que a mulher possa receber o benefício da prestação continuada que é de um salário mínimo, e como comentávamos aqui antes, com o Senador Flávio Arns, é naqueles casos em que a renda per capita da família não ultrapassa 1/4 do salário mínimo, ela possa receber esse um salário mínimo. Também não é terminativo, ele vai para uma outra Comissão. Entendemos que numa outra Comissão podemos continuar aprofundando o debate

como eu sei que está sendo proposto já mediante uma Audiência Pública. Por isso é que eu devolvi o meu parecer, concordando, na íntegra, com o relatório do Senador Leomar Quintanilha, ou seja, pela aprovação do projeto nessa Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ouvi com atenção as observações do Senador Paim, que vem só corroborar a propositura apresentada. Nós temos conhecimento de que há um requerimento em Plenário, que foi lido em Plenário, propondo que essa matéria seja ouvida pela Comissão de Assuntos Econômicos. Nada a opor. Ao contrário, se amplia a discussão a respeito da matéria, eu acho que é válido, mas como ela é uma matéria que não é terminativa nesta Comissão eu não vejo nenhuma razão para não ser submetida à apreciação dos membros da Comissão de Assuntos Sociais. Eu acho que pode ser deliberado aqui, Sra. Presidente, e, se isso for possível, nós renovamos a afirmação de voto favorável à aprovação da matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Leomar Quintanilha, eu agradeço a V. Ex^a., até porque nós temos realmente conhecimento que isso foi lido no Plenário, mas não chegou nenhuma comunicação ainda oficial à nossa Comissão, e eu acho que é um assunto que deve ser, como não é terminativo, ainda vai ao Plenário, se houver algum outro recurso pode ser encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos. Em discussão ainda a matéria. Senadora Lúcia Vânia para discutir.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sra. Presidente, esse projeto que trata da questão do benefício da ação continuada é um projeto extremamente importante, mas é preciso a gente ter em mente que nós não podemos aprovar nenhum projeto que venha a favorecer a não contribuição, que venha a se aproximar daqueles que já contribuem, porque isso seria um desestímulo à contribuição. Talvez seja essa uma das dificuldades que deve ser apontada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Mas eu acredito, pela diversidade do nosso país, pela sobrevida diferenciada entre Sul e Norte, Nordeste, eu acredito que a idade de sessenta e cinco anos, como nós vamos analisar aqui apenas o mérito, eu acredito seja extremamente importante, porque a mulher que recebe esse benefício é uma mulher que trabalhou a vida inteira e nunca foi levada, pelo menos ela deve ter trabalhado em casa, nunca contribuiu, então é mais do que justo que ela venha a receber esse benefício,

mas eu quero só alertar que aqueles que são especialistas em previdência vão chamar a atenção para o desestímulo que poderia ser na questão daqueles que já contribuem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei no Senado nº 15, de 2005. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai à Secretaria Geral da mesa. Item 4 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2007, que “Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB”. Autor: Deputado Rubens Otoni. Relator: Senador Augusto Botelho, que também já se encontra na nossa Comissão. Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o seu relatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sra. Presidente. O Projeto de Lei nº 03, de 2007, de autoria do Deputado Rubens Otoni, dispõe sobre a regulamentação das atividades de duas categorias profissionais da área de saúde, os Técnicos e os Auxiliares em Saúde Bucal. A proposição define os requisitos gerais para o exercício profissional, inclusive as regras para a inscrição, que é obrigatória, no Conselho Regional de Odontologia, e o pagamento de anuidades. Em seguida são estabelecidas as competências e os limites de atuação dos Técnicos e dos Auxiliares em Saúde Bucal, ressaltando-se que ambos devem atuar sob supervisão de um cirurgião dentista, sendo-lhes vedada a prática autônoma da profissão.

O art. 7º estabelece que o número desses profissionais em cada Estado será definido pelo Conselho Federal de Odontologia, ouvidos os respectivos Conselhos Regionais, que por sua vez deverá submeter as suas propostas à votação de todos os dentistas inscritos. Os cirurgiões dentistas que permitirem que os Auxiliares Técnicos supervisionados extrapolem seus limites de atuação deverão responder pela irregularidade perante os Conselhos Regionais de Odontologia. No Senado o projeto foi distribuído para apreciação apenas nesta Comissão e não recebeu emendas. Análise. O PLC nº 03, de 2007, mostra-se oportuno, pois define em lei as atribuições e competências de duas categorias já estabelecidas no país há várias décadas. O Técnico em Higiene Dental e o Auxiliar de Consultório Dentário, denominados Técnicos e Auxiliar de Saúde Bucal respectivamente por esta proposição, atuam em estreita colaboração com os cirurgiões dentistas há muitos anos. No início eram treinados de modo informal e não sistemático pelo próprio dentista que auxiliavam.

Com o passar do tempo a atividade foi se profissionalizando de fato e o mercado passou a exigir técnicos com sólida formação em saúde bucal, especialmente no que concerne à biossegurança e aos cuidados com materiais utilizados pela odontologia. Na atualidade os cursos de formação desses profissionais seguem diretrizes do parecer nº 460, de 06 de fevereiro de 1975, do extinto Conselho Federal de Educação. A importância do trabalho dos Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal é indiscutível. Já em 1958, na metade do século passado, os Comitês de Peritos em Pessoal Auxiliar em Odontologia da Organização Mundial de Saúde – OMS recomendavam a realização de estudos sobre a possível utilização de pessoal auxiliar em procedimentos até então reservados aos cirurgiões dentistas. O Comitê reconhecia a necessidade de reorganização da assistência odontológica com o intuito de torná-la mais acessível ao público. Posteriormente experimentos foram realizados em diferentes países, com resultados favoráveis à incorporação dos auxiliares à prática odontológica. A formação de equipes com um ou mais auxiliares, juntamente com um dentista, mais do que dobrava a produtividade deste, sem prejuízo para a qualidade do atendimento. No entanto, a participação dos Técnicos e Auxiliares nas equipes de saúde bucal não deve ocorrer de maneira completamente livre, sob pena de gerar riscos à saúde da população e descrédito para as categorias. Da mesma forma, é fundamental delimitar seu campo de atuação, a fim de evitar possíveis conflitos com os dentistas. Daí decorre a necessidade de regulamentação legal dessas atividades. O projeto propõe delegar aos profissionais auxiliares os procedimentos clínicos de menor repercussão. Aquilo que exigir maior conhecimento científico e destreza, deverá permanecer privativo do cirurgião dentista. Por fim, a exigência de supervisão das atividades pelo profissional de nível superior confere segurança aos Técnicos e à população assistida. Em relação aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, o PLC 03, de 2007, não merece reparos, Sra. Presidente. O meu voto. Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2007. É esse o meu parecer, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador Augusto Botelho. Em discussão a matéria. Para discutir, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Essa é uma tarefa, um tipo de profissional que existe nas organizações do SESC, por exemplo, e convivo com essas categorias e sei o quanto elas representam para que haja um melhor desenvolvimento no número

de atendimentos. Então eu queria me regozijar com o autor do projeto, naturalmente com o Relator que tão bem retratou a importância dessas atividades, e dizer que já me posiciono, já de antemão, favoravelmente à aprovação do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada também, Senador. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei nº 03, de 2007. Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai à Secretaria Geral da mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sra. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Levando em conta que está aqui o autor do projeto, o Relator do projeto, o autor da Emenda e também existindo quorum regimental para a votação, eu queria fazer um pedido de inversão de pauta para o item 9, que trata da questão da CIPA.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Bom, se o Plenário concorda, em votação a proposta de inversão de pauta. Todos concordam?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ... Eu quero por um questão de justiça, eu tenho plena confiança no Senador Adelmir pela forma que nós temos trabalhado aqui na Casa, desde que felizmente ele chegou, porque avançamos muito, e nós fizemos um acordo que envolve o projeto 248, que já foi votado aqui nessa Comissão, que vai ser votado na Comissão de Economia. Então o movimento sindical está aqui, as Centrais, as Confederações, acham que a Emenda do Senador Adelmir é uma Emenda que é possível, porque a eleição do Presidente da CIPA seria mediante acordo ou convenção coletiva, abre esse espaço também, significaria um avanço, e nós, que já nos reunimos nessa mesma sala, num outro dia, com o representante de Centrais e Confederações, com os Empresários, fechamos um acordo na 248 desde que também essa Emenda fosse acatada. Por isso, somos totalmente favorável à Emenda, conversei aqui com o Relator Flávio Arns que se dispôs também a acatar a Emenda, desde que haja um amplo acordo entre todos os setores, que levou em consideração a aprovação do 248, mediante a uma Emenda que V. Ex^a. apresentará na Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu queria só ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ... De fato tudo que o Senador Paulo Paim relatou aconteceu, esse assunto foi objeto de muita conversa, de muito diálogo, entendimento, e optou-se realmente por atender, conforme o próprio Senador Adelmir Santana coloca, colocar-se de acordo com convenção ou acordo coletivo. Se houver isso previsto, o Presidente também será eleito entre as pessoas componentes da CIPA e, caso não haja, o empregador indicará o Presidente e o Vice-Presidente será eleito entre os membros da CIPA. Da minha parte não há qualquer dificuldade em função desse entendimento que se buscou. Eu só pergunto de V. Ex^a. o que eu deveria fazer para acatar o relatório, já que o meu voto aqui está, em face do exposto, votamos pela rejeição, mas depois, em função do diálogo e do entendimento, é pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – A Secretaria me avisa que V. Ex^a. pode fazer o novo parecer oralmente e depois encaminhar à Secretaria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem, está certo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Apenas o resultado do parecer à Emenda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo. Eu poderia fazer nesse momento?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Sim, pois não, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então o voto. Em face do entendimento, do acordo havido, votamos pela aprovação da Emenda substitutiva apresentada pelo Senador Adelmir Santana e pela aprovação, mantendo o nosso voto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2003, com a Emenda substitutiva apresentada pelo Senador Adelmir Santana. Esse é o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu só queria dizer, Presidente, Srs. Senadores, que ao se fazer isso nós evitamos a questão do risco jurídico nos casos em que não houvessem acordos coletivos. Ao mesmo tempo nós caminhamos na direção da modernidade, pois levamos as coisas para a negociação, para colocar isso nos acordos coletivos entre os Sindicatos Patronais e Sindicatos de Trabalhadores. E, também, eu queria apenas fazer uma referência, que foi dito isso no dia da nossa Emenda, que a MR-5, que regu-

lamenta a matéria, não teceu nenhuma consideração sobre essa questão da eleição. Portanto, eu queria dizer, olha, meu Senador Presidente ...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Dê o seu voto, hein Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu queria encerrar porque não queremos perder esse quorum, já que houve acordo quero encerrar a discussão da minha parte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu agradeço, Senador, eu agradeço e nós vamos colocar imediatamente em votação. Eu quero só parabenizar aos Srs. Senadores e à Comissão pelo entendimento, eu acho que isso foi amplamente discutido nessa Comissão e todos os Senadores tiveram muita boa vontade, muita preocupação de chegar a um acordo. Então eu parabeno, em nome da Comissão, a todos os Senhores por essa conquista. Bom, em votação a Emenda nº 1, de parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2003. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a Emenda substitutiva do Senador Adelmir Santana. Favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Favorável, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) –

Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Nove votos sim, aprovado o projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra da V. Ex^a. ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É que foi aprovado um requerimento para debater os planos de saúde, a saúde complementar aqui, e eu gostaria de acrescentar uma Associação nas que seriam convocadas para apreciação de V. Ex^a. É a PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, que ela tem uma ação muito ativa nesse campo, eu gostaria de acrescentar no seu requerimento essa pessoa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pois não. Senador Augusto Botelho, quando (*soa a campainha*) eu comecei, iniciei a sessão, eu li alguns nomes, eu acato o nome de V. Ex^a, agora eu só pediria que talvez a gente encontrasse uma saída para não termos muitos palestrantes. Então talvez a gente faça em dois momentos essa Audiência Pública, a primeira parte e a segunda parte, mas o nome que V. Ex^a. sugere será acatado ou no primeiro momento ou no segundo momento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu agradeço também. Não havendo mais o que discutir, declaro encerrada a sessão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 12h20.

Ata da 33ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a 39ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 29 de agosto de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**

reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOSÉ NERY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES, RAIMUNDO COLOMBO, ROMEU TUMA E CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência o Senador Fernando Collor. Compareceram ainda os Senadores Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles e Jonas Pinheiro. A Senadora Rosalba Ciarlini declara aberta a reunião conjunta das Comissões, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presidência submete inicialmente o **ITEM UM – REQUERIMENTO Nº 45, DE 2007 – CAS** “Nos termos do artigo 113, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Educação, para discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007” **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado.** A presente reunião destina-se à apreciação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003. A Presidência informa que a matéria tramita em regime de urgência nos termos do art. 64, parágrafo 1º da Constituição Federal combinado com art. 122, inciso II, alínea A, alínea B, combinado com art. 375, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal. Foram oferecidas 19 emendas; 9 emendas dos Srs. Senadores: Marisa Serrano, nºs 01, 03, 05 E 07, Cristovam Buarque, nºs 02, 08, 09, Expedito Júnior, nº 4, Marconi Perillo, nº 6 e dez emendas de autoria do relator na **Comissão de Educação** Senador Raimundo Colombo: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19. O prazo final, (45º dias) é o dia 2 de setembro de 2007, sobrestando a pauta a partir de três de setembro de 2007. Informa também que, na reunião do dia 28 de agosto de 2007, foi adiada a votação na Comissão de Educação, atendendo a solicitação da Senadora Ideli Salvatti, respeitando o disposto no art. 375, inciso VI do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM DOIS – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007** “Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de

dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”. **Autoria:** Presidência da República, **tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003** “Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências”. **Autor:** Senador Omar Dias. **Relatora:** Senadora Ideli Salvatti. **Parecer:** Pela prejudicialidade do PLS 473, de 2003; em relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, as emendas nºs 4 e 7 são rejeitadas; as emendas de nº 2 e 3 são acatadas parcialmente; as emendas nºs 1, 5, 6, 8 e 9 são acatadas, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003 e as emendas a ele apresentadas; e pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 na forma do Substitutivo apresentado na Reunião pela Senadora Ideli Salvatti. São aprovadas as Emendas nº 1, 8 e, parcialmente, nºs 3, 5 e 6, e rejeitadas as Emendas nº 2, 4, 7 e 9. Às doze horas e quarenta e sete minutos o Senador Sérgio Zambiasi assume a Presidência. Às doze horas e cinquenta e três minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Raimundo Colombo, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Adelmir Santana. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice-Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 39ª Reunião da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores de ambas as Comissões. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passo a ler o Requerimento nº. 45/2007 da Comissão de Assuntos Sociais. Nos termos do art. 113 do

Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Educação para discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 44/2007. As senhoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Os demais itens da Pauta da Comissão de Assuntos Sociais ficam adiados para a próxima Reunião.

A presente Reunião conjunta da Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais destina-se à apreciação do PLS 44/2007... PLC 44/2007 e do PLS 473/2003, que tratam de um assunto de extrema importância para todos os brasileiros, principalmente jovens estudantes, que tratam da regulamentação de estágios, sejam curriculares ou não e... Item 01. **Decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº. 044/2007, tramitando em conjunto com o PLS, Projeto de Lei do Senado, nº. 473/2003:** “Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as leis nº. 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da medida provisória nº. 2.164/41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

Observação 01: Matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, c/c art. 122, inciso II, alínea “a”, alínea “b”, c/c art. 375, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal. Observação 02: Foram oferecidas 19 Emendas, nove Emendas dos Srs. Senadores: Marisa Serrano, nº. 01, 02, 05 e 07; Cristóvam Buarque, nº. 02, 08 e 09; Expedito Júnior, nº. 04; Marconi Perillo, nº. 06, e 10 Emendas de autoria do Relator Senador Raimundo Colombo: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Observação 03: O prazo final, 45º dia, é o dia 02 de setembro de 2007, sobrestando a Pauta a partir de 03 de setembro de 2007. Observação 04: Na Reunião do dia 28 de agosto de 2007, foi adiada a votação na Comissão de Educação, atendendo à solicitação da Senadora Ideli Salvatti, respeitando o disposto no art. 375, inciso VI do Regimento Interno do Senado Federal. **Autoria:** Presidência da República. **Relatora:** Senadora Ideli Salvatti. **Parecer:** “Em razão do disposto no art. 260... Para ficar claro, esse parecer é o da Comissão de Assuntos Sociais. O parecer da Comissão de Educação vamos dar logo em seguida... O Senador Raimundo Colombo dará em seguida. **Autoria:** Presidência da República. **Relatora:** Senadora Ideli Salvatti. **Parecer:** “Em razão do disposto no art. 260, inciso II, “a”,

do Regimento Interno do Senado Federal, o parecer é pela prejudicialidade do PLS nº. 473/2003.

Em relação ao PLC nº. 44/2007, as Emendas a ele apresentadas sob os nº. 04 e 07 são rejeitadas. As Emendas nº. 01, 05, 06, 08 e 09 são acatadas. As Emendas 02 e 03 são acatadas parcialmente. Votamos pela aprovação do PLC nº. 44/2007, na forma do substitutivo que apresenta. Projeto de Lei do Senado nº. 473/2003, tramitando em conjunto com o PLC nº. 44 de 2007: “Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituição de educação superior, da educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial, e dá outras providências”. Observação 01: Matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c art. 122, inciso II, alínea “b”, c/c art. 375, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Foram oferecidas 19 Emendas, nove Emendas dos senhores Senadores Marisa Serrano, Cristóvam Buarque, três Emendas; Expedito Júnior, uma Emenda; Marconi Perillo, uma Emenda, e 10 Emendas de autoria do Relator Senador Raimundo Colombo. O prazo final de 45 dias é dia 02 de setembro de 2007, sobrestando a Pauta a partir de 03 de setembro. Na Reunião do dia 28, foi adiada a votação na Comissão de Educação, atendendo à solicitação da Senadora Ideli, respeitando o disposto no art. 375, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quero só aqui esclarecer, que pode até parecer repetitivo, que se tratavam de dois projetos, um de origem na Câmara e outro no Senado, daí porque, regimentalmente, nós tivemos que colocar todas essas observações. Autoria: Senador Osmar Dias; Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Parecer: “Em razão do disposto no art. 260, II, “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela prejudicialidade do PLC nº. 473/2003. Em relação ao PLC nº. 44/2007, as Emendas a ele apresentadas sob os nº. 04 e 07, são rejeitadas. As Emendas 01, 05, 06, 08 e 09 são acatadas; as Emendas 02 e 03 são acatadas parcialmente. Votamos pela aprovação do PLC nº. 44/2007, na forma do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, para proferir o seu relatório, que ele é o Relator da Comissão de Educação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Sra. Presidente Senadora Rosalba, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse é um Projeto extremamente importante e que atinge diretamente cerca, hoje, de um milhão de estagiários que existem no nosso país, e cerca de 10, que aguardam a oportunidade de ter uma chance de aperfeiçoamento profissional, de aprendizado. É um Projeto extremamente importante, e eu

apenas lamento que a gente tenha tido muito pouco tempo para poder contribuir mais, aperfeiçoar, porque realmente ele é essencial. Nós temos alguns princípios... Essa questão de vincular estágio como elemento de aprimoramento e de educação e não como uso no trabalho regular. É evidente que, num escritório, é muito difícil de você separar aquele que é estagiário daquele que é um trabalhador formal, porque, na prática, eles exercem as mesmas atividades. Se, por um lado, isto é ruim, por outro lado, isto é positivo porque a pessoa, ao se relacionar, aprende, inclusive, a cumprir ordens, a seguir regulamentos, é o início da aprendizagem trabalhista.

Então, o nosso entendimento é que nós devemos vincular totalmente esta relação com o Ministério da Educação porque ele se fundamenta exatamente neste princípio. Todos os excessos que forem cometidos devem ser punidos exemplarmente, e aí o Projeto prevê em relação à CLT. Os ganhos que este Projeto traz ao estagiário são expressivos como, por exemplo, a redução da jornada ou da hora de estágio de oito para seis horas. Isso é um ganho significativo. Outra conquista é o estabelecimento regular das férias. Muitas empresas já praticam isso de forma justa, mas muitas não. E, a partir daí, isso fica assegurado. Acho que isso é uma condição especial. Também por contribuição do Senador Flávio Arns, se estendem também à educação especial.

Então, evidentemente que terá que haver um exercício muito grande aqui, com a Senadora Ideli, que é a Relatora deste mesmo Projeto na Comissão Social, para que a gente consiga construir um relatório comum. E uma coisa que a gente conseguiu estabelecer, e acho muito positivo, é que aqui não é uma questão de Governo, de oposição; é uma questão de contribuir, de ajudar, de participar de uma ação que realmente melhore esta relação, aperfeiçoe e, inclusive, amplie o número de oportunidades. Eu tenho uma experiência prática, na minha cidade, como Prefeito, nós tivemos, por uma série de circunstâncias, o número de universitários subiu; de um ano, Senador Jayme, de três mil para 20 mil universitários. E aí existe muita carência financeira, muita dificuldade de oportunidade de aprendizado e nós estabelecemos um programa de estágio bastante ousado e o resultado foi extremamente positivo. Por isso me estimula a participar e a tentar dar a minha contribuição. Eu, como não poderia deixar de ser, este relatório, ele é amplo, e eu vou ser um pouco cansativo, peço desculpas aos Srs. Senadores e Senadoras, mas, como se trata de um assunto extremamente importante, eu gostaria de fazer essa leitura com a rapidez possível, mas sem descuidar do

conteúdo, porque ele realmente é essencial. É tanto papel aqui que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que não acaba mais.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Não acaba mais. (risos). A gente teve, na verdade, Senadora Rosalba, nossa Presidente, apenas sete dias para estudar esse Projeto, e com esse impacto. Pois não...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu já brinquei aqui com o Senador Colombo que nós estamos quase precisando de um estágio aqui para acertar os dois relatórios, viu?

(risos).

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Então, eu vou passar à leitura. *“As grandes transformações científicas e tecnológicas dos últimos anos e os efeitos da integração mais intensa dos mercados têm realçado a importância do estreitamento dos vínculos entre o setor educacional e o mundo do trabalho. Em diversos casos, a limitação da aprendizagem a esferas escolares significa a grande perda para a futura inserção profissional do estudante. Disso resulta a atenção que se deve conferir à experiência proporcionada pelos estágios, esteja ou não prevista nas exigências curriculares. Ao mesmo tempo, o ordenamento jurídico brasileiro tem se mostrado sensível à integração entre as escolas e a vida profissional.*

A Constituição Federal atribui à educação a finalidade de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, no art. 205. Estabeleceu, entre os objetivos fundamentais do Plano Nacional de Educação, a formação para o trabalho, no art. 214, § 4º. Assegurou às crianças e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização e incluiu, entre as finalidades da Assistência Social a promoção da integração ao mercado de trabalho. Já a LDB, por exemplo, consagrou o princípio básico de que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Ainda na LDB, a preparação para o trabalho recebeu destaque entre as finalidades dos níveis educacionais a partir do Ensino Fundamental. Foi consagrado também capítulo à educação profissional. Por fim, estipulados, no seu art. 85, princípios gerais do estágio. A importância do estágio se evidencia pela análise dos dados de desemprego entre os jovens do Brasil. De acordo com estudo, a situação dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, um balanço dos últimos 10 anos, do economista Mário Pochmann, da Universidade de Campinas, a UNICAMP, de cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho, nos

últimos 10 anos, 55 ficaram desempregados. E apenas 45 encontraram ocupação. No período de 95 a 2005, o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos aumentou 107%, índice bem mais alto do que os verificados nas demais faixas etárias que, em conjunto, tiveram crescimento de 90,5. A expansão do desemprego foi igualmente maior entre os jovens. O índice de desemprego entre eles elevou-se de 11,4, em 95, para 19,4, 10 anos depois, o que corresponde à variação de 70,2. Para o resto da população, o respectivo índice registrou crescimento de 4,3 para 6,2, aumento de 44%. Ainda segundo Pochmann, o país também não conseguiu manter os jovens empregados por longo tempo; a obtenção de bicos é logo seguida pelo retorno à situação de desemprego. Para o economista, essa situação se deve ao baixo crescimento da economia nacional. Toda vez que o Brasil cresce menos de 5%, ele não consegue gerar emprego para todos e quem termina sofrendo mais a situação do desemprego é o jovem brasileiro. No entanto, outros estudos revelam que o elevado desemprego entre os mais jovens também repousa na desqualificação profissional que, muitas vezes, não significa a falta de educação formal, mas, sim a ausência de preparo para suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Repetidas vezes, a imprensa divulga informações de que sobram vagas em empresas, particularmente aquelas que usam tecnologias de ponta, por falta exatamente de profissionais qualificados. Assim, por exemplo, pesquisa realizada pelo Instituto Data Corporation, encomendada pela SiCSYSTEM, empresa transnacional que atua na área de telecomunicações, e segundo a 7ª edição da pesquisa Best Global Brands 2007, foi considerada a 18ª marca mais valiosa do mundo. Apurou que, na América Latina, em 2004, de cada dez vagas na área de redes, seis não seriam preenchidas. No Brasil, para oferta de 400 mil vagas, 250 mil ficariam abertas. Essa falta de profissionais qualificados tem representado milhares de postos de trabalhos abertos em significativo número de empresas; assim, precisa ser enfatizado que a qualificação passa pela certificação e experiência anterior, em grande parte sob a responsabilidade do estágio. O instituto do estágio procura cumprir quatro objetivos básicos: o de contribuir para o aumento da qualificação dos cursos oferecidos, melhorando sua sintonia com as necessidades do mercado de trabalho. Também de oferecer aos estudantes a oportunidade de testar os conhecimentos adquiridos; o de aproximar os estudantes dos setores econômicos que demandam a sua atividade profissional, possibilitando a futura contratação. E o quarto, o de fornecer ao concluinte do estágio comprovante de desempenho de atividade profissional, o que facilita o

cumprimento de uma das exigências do mercado de trabalho para contratação, a de possuir a tão famosa 'experiência anterior'.

Com efeito, a Legislação que rege os estágios possui 30 anos, havendo sofrido poucas mudanças nesse período. Assim, parece ter chegado o tempo de atualizá-la, algo que os dois Projetos em análise buscam fazer, com diversos pontos de convergência e algumas discordâncias. Merecem ser ponderadas as disposições contidas, principalmente no Projeto de Lei da Câmara de Defesa dos Estudantes, contra a prática nada incomum de utilizar o estágio para disfarçar a relação de emprego e, por conseguinte, escapar do pagamento dos respectivos encargos sociais. Ora, quando isso ocorre, o caráter pedagógico do estágio desaparece, os tributos sociais não são recolhidos e os contratados, nessas circunstâncias, acabam por prejudicar os trabalhadores que se encontram à procura de emprego. Embora o estagiário deva ser protegido por medidas como o zelo pelo fim educativo de suas atividades, limite da jornada, seguro contra acidentes, recesso para descanso, não parece razoável exigir da parte concedente o pagamento de bolsas ou outra forma de contraprestação, como estipula o Projeto de Lei do Senado. Afinal, quando se trata de estágio, não há remuneração obrigatória, muito menos com piso de um salário mínimo, conforme também determina o Projeto de Lei do Senado. O que se pode estabelecer é a possibilidade do pagamento de bolsa, vantagem que decerto será levada em conta pelas instituições de ensino e pelos estudantes, no momento de decidir sobre as opções disponíveis do estágio.

Todavia, parece razoável prever concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como de auxílio-transporte, no caso de estágio não obrigatório, como estipula o Projeto de Lei da Câmara. De modo geral, a nova regulamentação proposta para os estágios, principalmente conforme as sugestões apresentadas pela iniciativa oriunda da Câmara dos Deputados, busca reforçar o caráter educativo do estágio, evitando ainda que ele seja utilizado como recurso mais barato de contratação de mão-de-obra pelas empresas. Ao mesmo tempo, é mantido o caráter de atividade sem vínculo empregatício do estágio, bem como seu direcionamento aos alunos de cursos regulares de educação superior, de educação profissional e também de Ensino Médio. A omissão do Projeto de Lei da Câmara quanto aos estudantes de escolas de educação especial é compensada pela fixação de proporção de 10% dos estagiários, aí com deficiência. A iniciativa do Senador Osmar Dias possui grandes méritos, o que novamente realça sua sensibilidade para os temas sociais. Com efeito, muitas disposições do seu Projeto podem ser

consideradas precursoras da iniciativa do Poder Executivo, contudo, decidimos pela preferência ao Projeto de Lei da Câmara, uma vez que as normas que propõe são mais abrangentes e completas.

Desse modo, a análise das Emendas apresentadas ao Projeto do Senado fica prejudicada. Cumpre, assim, apreciar as Emendas do Projeto de Lei da Câmara. A Emenda nº. 01 é acolhida por conferir ao caput do art. 3º, redação mais clara a respeito da ausência de vínculos empregatícios do estágio. A Emenda nº. 02, que especifica o valor mínimo para o seguro contra acidentes pessoais, tem aprovação parcial, na forma da Emenda adiante apresentada, na qual se prevê ainda utilização periódica da soma sugerida, na forma de regulamento. A Emenda nº. 03, que institui... Que tem o intuito expresso de zelar pelo rendimento escolar do estudante, ao reduzir a jornada máxima e semanal do estágio, teria o efeito de criar, em muitas situações, dificuldades para o seu bom desenvolvimento, em prejuízo da aprendizagem do próprio estudante. Além disso, os limites propostos poderiam criar obstáculos para a oferta de estágios em diversos segmentos da economia, o que não é recomendável.

A Emenda nº. 04, que equipara o estagiário ao empregado para fins previdenciários, aumentaria os custos de contratação, afetando negativamente a sua oferta. Já a Emenda nº. 05, merece ser acolhida parcialmente, na forma de Emenda que apresentamos a seguir, pois cria compromissos mais sólidos aos agentes de integração com a indicação de estagiários. A Emenda nº. 06, que procura amenizar as penalidades previstas no art. 13, vistas como fator de inibição para oferta de estágios, é parcialmente aprovada, conforme a redação da Emenda que apresentamos adiante, para a exposição dos artigos. A Emenda nº. 07 aperfeiçoa a redação do art. 13, com o propósito de evitar a interpretação de que a lei não é auto-aplicável. No entanto, uma vez que suprimimos a multa prevista no artigo, a Emenda deixa de ser acolhida. A Emenda nº. 08 é integralmente acolhida, e tem por fim corrigir a omissão quanto à possibilidade de aplicar a penalidade prevista no § 3º do art. 13 às instituições públicas que reincidirem em irregularidade em contratação de estagiários. A sugestão da Emenda nº. 09, que aumenta a proporção de estagiários de cursos de nível médio, no caso de entidades concedentes com um a 10 empregados, facilitaria a contratação com objetivo de baratear a mão-de-obra, o que vai contra o teor do Projeto.

Apresentamos também 10 Emendas que visam ao aperfeiçoamento ao Projeto de Lei da Câmara. As três primeiras Emendas relativas à ementa ao art. 1º e ao art. 3º, visam permitir que os educandos de escolas

de educação especial possam estagiar, como está escrito na Legislação vigente, constituiria um retrocesso para inserção social desses estudantes, a impossibilidade de iniciação no mundo do trabalho mediante a experiência proporcionada pelos estágios. Ainda no art. 1º, suprimimos o termo 'metódico', uma vez que a preparação para o trabalho, no âmbito dos estagiários, deve ser abrangente, sem significar necessariamente a adoção de procedimentos sistemáticos de qualificação e treinamento próprios para os programas desenvolvidos por meio da contratação de aprendizagem.

A 4ª Emenda suprime o parágrafo único do art. 4º, que teria efeito de burocratizar ainda mais as avaliações e processos de autorização, reconhecimento e credenciamento das instituições. Eu, no início, tinha aceitado esse artigo. Depois, eu fui observar que isso significa mandar para o Ministério da Educação sete milhões de folhas de papéis, a cada seis meses, totalmente impossível de administrar isso e de cumprir com a sua finalidade. Por essa razão, a gente está modificando. A Emenda 5ª... Na 5ª Emenda, promove duas alterações no artigo 6º: uma para adequar o inciso VIII, cuja redação estabelece que a parte concedente deve fazer exigência a si própria, e a outra determina que o seguro contra acidentes pessoais não deve simplesmente constituir uma oferta ao estagiário, mas ser obrigatoriamente contratada em seu favor. Além disso, o valor mínimo do seguro deve ser fixado na lei, como sugere a Emenda nº. 02, mas com previsão de atualização contra a desvalorização da moeda.

A 6ª Emenda suprime o detalhamento relativo aos cadastros previstos no § 3º do art. 12. Ademais, esses cadastrados são transferidos para o Ministério da Educação, que, embora não tenha estrutura de fiscalização, é o órgão competente. A 7ª Emenda de mudança no art. 13 visa, conforme sugestão da Emenda 06, evitar a inibição da oferta de estágios por conta da multa originalmente prevista. Além disso, contém a sugestão também com mudanças na Emenda nº. 05, a respeito da responsabilidade dos agentes de integração por eventuais irregularidades na educação dos estagiários.

A 8ª Emenda efetua correção terminológica. Parece-nos que a intenção disposta no § 6º do art. 15 é de assegurar proporção de vagas em estágios de pessoas com deficiência, expressão consagrada na Constituição Federal e na Legislação pertinente, e não aos portadores de necessidades especiais, terminologia utilizada na LDB, que não se restringe aos deficientes. A redação do art. 16, por sua vez, é alterada mediante a 9ª Emenda, a exigência de enquadramento na nova lei de contratos de estágios firmados antes do início da sua vigência, fere o direito adquirido e o

ato jurídico perfeito, assegurados pela Constituição Federal. Todavia, a prorrogação de contratos firmados na Legislação anterior deve observar as novas normas sobre a matéria, uma vez que essa situação caracteriza nova contratação. Ou seja, aqui propunha, no Projeto original, que, seis meses depois, todos os contratos fossem revistos, e aí fica inconstitucional. Então, quando vence o contrato, na renovação, aí sim passa a vigorar a nova lei.

Por fim, a 10ª Emenda evita a revogação do artigo 82 da Lei de Diretrizes Bases da Educação, cujo conteúdo não contradiz o estipulado nas normas do Projeto de Lei. O voto: Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 44/2007, das Emendas nº. 01 e 08 parcialmente; nº. 02, 05 e 06, bem como das Emendas a seguir apresentadas pela rejeição das Emendas e também pela rejeição das Emendas nº. 03, 04, 07 e 09, e ainda pela prejudicialidade do Projeto de Lei no Senado, nº. 473/2003, e das Emendas por ele recebidas". Sra. Presidente, é esse o relatório e o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Nós vamos passar a palavra a Senadora Ideli Salvatti, até porque, como o Senador Colombo tinha colocado, nós estamos com um problema de tempo. Então, é melhor também a Senadora apresentar o seu relatório e depois passaremos às discussões em conjunto, até porque muitos aspectos estão, com certeza, estão de acordo e outros conflitantes. E como esse é um... Como falei anteriormente, uma... Um Projeto que tem uma importância, podemos dizer assim, vital para a juventude, para os estudantes, para aqueles que estão se aperfeiçoando, se preparando para uma carreira, e que hoje, nesse Brasil de tantos desempregados, nós temos a oportunidade de criar espaços, criar condições para que os jovens possam se qualificar, os jovens possam aperfeiçoar...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sra. Presidenta, pela ordem...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – ... e com isso... Pois não, um momento, Senador Marcelo Crivella. Então, eu quero aqui, tenho certeza que, com a participação de todos os Senadores, com relatório que já foi, apesar do curto tempo, mas sei que o Senador Colombo colocou aí toda a sua experiência, toda a... Dedicou-se bastante, como a Senadora Ideli, eu acho que nós teremos a oportunidade de aperfeiçoar, de melhorar para que tenhamos realmente o melhor instrumento de promoção da nossa juventude. Então, por...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senadora, perdão, lhe pedir a palavra pela ordem, mas é que V. Exa. sabe, é testemunha disso, de que

nossa vida aqui, na parte da manhã, é um correr sem fim, por Comissões, por audiências, e em todo canto. Eu fiquei vivamente impressionado com o profundo trabalho, com toda a elaboração desse relatório providenciado agora pelo Senador Colombo, com... Com o qual concordo. Acho que são irrefutáveis as suas considerações. E queria saber de V. Exa. se poderíamos votar, porque sou premido pelos compromissos, a ter que me retirar. Eu queria que V. Exa. me orientasse porque sei que a nossa Senadora, hoje veio de rosinha, embora ela não seja a esposa do Governador Garotinho, ela é nossa Senadora do PT, líder, ainda não pronunciou o relatório dela.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – É exatamente isso, Senador. Estava explicando que nós vamos passar logo à leitura do relatório da Senadora, antes de abrimos as discussões, porque se abrimos as discussões agora, depois seriam duas. Logo após a leitura do relatório da Senadora, nós vamos à votação. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sra. Presidente, Srs. Senadores. Bom, em primeiro lugar, eu queria deixar aqui registrado que... A importância do que nós estamos fazendo neste momento e buscando acertar o máximo. Porque a Lei que nós estamos modificando, que nós estamos reconstituindo, reconstruindo, ela tem 30 anos. A Lei 6494, que trata do estágio, é de 1977, portanto, as modificações que nós estamos fazendo é nada mais, nada menos, do que a necessária atualização e adequação do instituto do estágio como ato educativo escolar para propiciar que os nossos jovens tenham acesso à sua profissionalização e à sua escolarização. E, como já disse o Senador Colombo, são milhões de jovens que vão ter esta oportunidade, se nós dermos conta de fazer muito bem feito. A outra coisa que eu acho importante aqui realçar também é de que este é um esforço de muitas mãos, de muitas mãos. Teve o Projeto, o nove... Já levaram aqui, quem veio aqui levou meu papelzinho, viu? A moça dos... Já levou meu papel aqui que estava anotado aqui. Mas...

(falas sobrepostas)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não é, querido, bom se fosse. É a tramitação... Não, é a tramitação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É este que eu te dei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, tudo bem, mas é o seguinte... É isto, meu amor, isso, obrigada. Então, é o seguinte, nós tivemos o Projeto do Executivo, de nº. 993, que, na Câmara, ele teve a Relatoria de Deputados Federais de vários partidos, na Comissão de Constituição e Justiça, foi o Deputado Pau-

lo Maluf; na Comissão de Trabalho, a Manuela D'Ávila, do PC do B; na Educação, Átila Lira. E, na Comissão de Trabalho, a Deputada Manuela Lira, D'Ávila, ela apresentou o substitutivo, que foi denominado, então, o PLC 44, que é o que veio para o Senado.

Aqui, nós anexamos uma outra iniciativa parlamentar, que trata da questão dos estágios, que é do Senador Osmar Dias. Inclusive, na Comissão de Educação, o Projeto do Senador Osmar Dias teve audiência pública, teve três Relatores, nós nunca conseguimos votar, lá na Comissão de Educação. Então, agora são todas estas mãos que estão se articulando para que a gente possa efetivamente ter uma Lei do estágio, adequada à realidade, à necessidade das empresas, das instituições de ensino e, principalmente, dos nossos jovens.

Eu queria dizer que nós fizemos ontem um apelo muito grande para tentarmos confluir os dois relatórios. E nós estamos correndo contra o tempo e contra a morosidade, que as máquinas ainda são morosas, nós não conseguimos imprimir aqui um trabalho que a nossa assessoria fez, que está muito claro de visualizar, para a gente poder fazer as votações. Nós fizemos o Projeto original do Governo, o 993, o substitutivo que veio da Câmara, depois, pegamos todas as modificações que o Senador Colombo apresentou no relatório dele, que já foi lido, e transformamos isso num substitutivo, com as contribuições que eu estou apresentando, as contribuições que o Senador Colombo está também apresentando, que boa parte delas nós pudemos absorver, e as alterações, inclusive, que nós entendemos que a Câmara fez corretamente.

Portanto, eu gostaria de apresentar algumas questões, que eu acho que valeria a pena a gente debater. E se tiver o ok do Senador Colombo nesse substitutivo que absorve a maior parte do que ele apresentou, com estas pequenas polêmicas que eu queria aqui listar, eu acho que nós poderíamos trabalhar com este substitutivo que incorpora a grande parte do que o Senador Colombo apresentou, já no seu relatório, coisas que eu apresentei, e coisas que vieram da Câmara.

Então, se nós pudéssemos trabalhar desta forma, fazendo o acordo que não foi possível, de ontem para hoje, até porque tivemos que correr aí atrás de muitas questões, aí se a Sra. Presidente concordasse, eu gostaria apenas de trazer algumas questões aqui para o debate. Pode ser, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Pode.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, é o seguinte, no art. 1º, tem uma solicitação que foi feita ao Senador Colombo e a mim, que nós gostaríamos de saber se é possível, que é tirar a questão

“preparação metódica”, ta? O Senador Colombo tem a concordância, então, eu estaria absorvendo, aqui no meu parecer, a retirada da palavra “metódica”. Estágio é um ato educativo, eu estou colocando a palavra “escolar” para dar exatamente... Eu me preocupei muito, a maior parte das minhas observações, das minhas alterações, foi para dar o caráter do estágio como um ato educativo vinculado à escola, à formação escolar. Então, “estágio é ato educativo escolar, supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação...” E nós tiramos o “metódica”. E nós incluímos, no art. 1º, algo que nós consideramos importante, que são os anos finais do Ensino Fundamental de jovens e adultos. Hoje, o nosso EJA, a educação de jovens e adultos, ela tem, em boa parte, esse caráter profissionalizante. Então, permitir também aos alunos do Ensino Fundamental do EJA poder estar... Abrir para eles a possibilidade aí do estágio. Então, esta é a principal modificação no art. 1º, depois...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Presidente. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois não.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Permita-me ingressar... A Relatora propôs o debate, e já está em suas mãos, está em minhas mãos também um estudo extremamente sensível e importante do Senador Flávio Arns, que sugere incluir na Emenda e no art. 1º, educação especial, que está fora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema com isso e espero que o Senador Colombo também não tenha.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Eu estou fazendo essa defesa. No relatório?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – No relatório do Senador Raimundo Colombo, já está incluso.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Desculpa, eu não vi. Bom, só para confirmar...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...Que é incluir a educação especial no artigo e na Emenda. Da minha parte, não tem também nenhum problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu acho que todos estão de acordo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Educação especial, perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está absorvido. Eu também já tinha conversado com o Senador Colombo da história da inclusão do EJA e ele também já tinha já sinalizado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– No meu entendimento, é positivo o EJA. Eu realmente

não tinha percebido, mas acho que a Senadora Ideli percebe bem, a idéia é universalizar o atendimento, o estudante do EJA, ele também é estudante, também precisa da oportunidade, eu acho que ele aperfeiçoa o Projeto, com certeza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu acho que com... Só colocar também a minha opinião, eu acho que o EJA já está com jovens, inclusive, já são jovens e adultos que estão ganhando... Recuperando um tempo perdido e que o estágio é importantíssimo para que eles possam desenvolver uma profissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, depois, nos diversos parágrafos, 1º, 2º, no *caput* do art. 2º, eu fiz adequações redacionais para não ter dúvida, só aquela ênfase para dar o caráter educativo e a vinculação com a formação profissional junto com a escolar. No art. 3º, eu absorvi a redação dada pelo Senador Colombo, *caput* do art. 3º, que nós entendemos bastante adequada. Aí, fizemos, lá no inciso I, a inclusão do EJA, conforme já estava no art. 1º e no § 1º, adequações para dar ênfase à questão do escolar, é questão bem de redação. Agora, o art. 4º é o art. 9º, que fala das instituições de ensino, que é, inclusive, uma solicitação do Ministério para que esta proposta de estágio também possa ser aplicada aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados nos cursos superiores no país. Então, foi este o pedido. Se o Senador Colombo não tiver...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Sem problemas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, estaríamos... Aí, inclusive, nesta questão, eu acatei o § 3º do Senador Colombo, que diz que os agentes de integração responderão solidariamente pelas irregularidades verificadas na realização dos estágios curriculares, especialmente no que se refere à indicação de estagiários para realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como pela indicação de estagiários matriculados em cursos ou instituições para os quais não há previsão de estágio curricular. E eu sei que o Senador Colombo fez uma alteração. Então, aqui nós vamos precisar acertar, ao vivo e a cores. Este aqui, eu vou deixar destacado para a gente poder depois aferir se tem acerto na redação. Eu tinha absorvido a redação original do Senador Colombo, mas ele, depois, modificou, ta?

Eu incluo um artigo 6º, que o local do estágio pode ser selecionado a partir de um cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino, ou pelos agentes de integração, para poder ter um cadastramento dos locais de estágio, que também

é importante a solicitação do Ministério. Depois... No art. 4º que, no meu substitutivo, passa a ser art. 7º, eu faço única e exclusivamente adequações também de caráter redacional para ficar bem caracterizado o aspecto “vínculo escolar”, a formação vinculada à escola. Esse daí é a página... Estamos na página 05, indo para a 06, Senador Colombo... Eu vou até, eu vou até exemplificar o que é que eu fiz, tá? Por exemplo, na questão do professor orientador, o que é que eu coloquei? “Indicar professor orientador da área a ser desenvolvida”. Ou seja, vincular sempre o estágio com a área que a pessoa está se formando, que ela está estudando. Sempre essa vinculação como...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E o debaixo, o que significa isso? É orientando o estagiário?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É porque o seguinte, olha, na... Isso aí são as obrigações das instituições de ensino, tá? Então, está entre as obrigações zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, que é aquele acordo entre a instituição de ensino, a empresa e o estagiário. Eu incluí “reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas”. Porque o seguinte, se há um monitoramento da instituição de ensino, do estágio, e se percebe, no meio do estágio, que não está adequado, a própria instituição que tem a obrigação de zelar pelo cumprimento do termo de compromisso e da adequação do estágio, se ela mesma perceber que não está adequado, ela pode, ela tem... Se está ruim, por que vai levar até o fim o estágio em algo que não está sendo bom?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)
– Sem prejudicar a qualidade...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isso. Sem prejudicar. Bom, aí... Aí, na página 07, eu incluí a história do plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das três partes a que se refere o inciso II do art. 3º, “será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos, à medida que for avaliado progressivamente o desempenho do estudante”. Isso é para a gente poder ter esse movimento vivo... Vai avaliando e vai... Eu acatei a exclusão do parágrafo único que o Senador Colombo tinha feito, achando... Que é a história das multas. Isso é muito importante para exatamente não desestimular as empresas a contratar porque, como estava originalmente, a incidência de multa poderia desestimular as empresas de acatar. Estava bastante correto o Senador Colombo, quando... Bom, aí, depois, da parte concedente, é que nós temos uma polêmica que nós precisamos discutir, que é a história da apólice de seguro. Hoje o estagiário, ele já tem, digamos, o direito a um seguro, inclusive, no original da lei estava, do Projeto de Lei, estava: “Ofere-

cer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais”. A Câmara, colocou: “Oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado”. O Senador Colombo colocou: “Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice será de, no mínimo, 38 mil reais, valor a ser, conforme regulamento, atualizado periodicamente”. E eu estou propondo não ter valor de apólice, tá?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O que eu estou propondo, Senador Wellington, e aqui eu já tive a concordância do Senador Colombo, não sei se todos concordam, “oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fica estabelecido no termo de compromisso”, ou seja, é uma microempresa, ela tem condições de fazer uma apólice de um determinado valor; é uma grande empresa? Tem condições de fazer uma apólice de um valor mais adequado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Às vezes, até faz em grupo. Então, fica garantida a obrigatoriedade da apólice, compatível com o mercado, mas, para cada situação, o termo de compromisso, que é fechado entre a instituição de ensino, a empresa e o estagiário estabelece no termo de compromisso.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)
– Só para contribuir, qual é a origem? Essa Emenda é do Senador Cristovam Buarque. Ele coloca isso como uma obrigatoriedade, no sentido da segurança ao estudante. Eu entendi, ao acatar, que a idéia que o Senador Wellington coloca, do grupo. Se a quem... Uma coisa é você contratar seguro para sete estudantes, da microempresa. Outra é para você contratar de 10 mil, como tem o CIEE em Santa Catarina. A apólice cai bastante. Agora, não tem, em nenhum momento, a função, tenho certeza de que o Senador Cristovam e nem a minha, de criar dificuldade. Eu também confesso que não sabia que, na lei, já estabelece a obrigatoriedade de uma apólice de seguros, eu não tinha observado, que não conhecia. Eu acho que não muda fundamentalmente, quer dizer, o importante é que o estudante tenha o seguro; nós temos, por incrível que pareça, são jovens, mas eu tenho o registro, volto aí aos dados de Santa Catarina, só no CIEE, nós temos em média quatro óbitos por ano, de jovens nesta idade, embora seja 10 mil, o número é muito inferior, mas são quatro que estariam protegidos. Então, a gente pode deixar para o final essa questão, mas ela não é para

mim uma questão fundamental, até porque, de outra forma, ele está atendido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, então, esta é uma questão que também nós deixaríamos para a conclusão. Ok? Então, vamos seguir aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só um minutinho, Presidente. Nós estamos em que fase? Apresentação da Senadora Ideli, depois teremos uma fase de tirar dúvidas?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Wellington, posso explicar qual é a fase? Nós estamos tentando construir o substitutivo conjunto das duas Relatorias, é isso que nós estamos...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Depois eu tirarei dúvidas, é isso? Ok.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se tiver alguma das questões que nós estamos relatando aqui, que V. Exa. entende que é algo que merece debater, já pode destacar, que a gente já deixa reservado. Bom...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Para ficar bem claro, é que realmente terminada toda a análise dos relatórios, nós possamos, esses pontos que são polêmicos ou que existam sugestões de modificação, de alteração, nós possamos discutir, assim ganhamos tempo, tenho certeza, Senador, que todos nós aqui estamos querendo construir o melhor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Posso continuar, então, Presidente? É uma pena que nossa máquina não conseguiu imprimir ainda o quadrinho colorido para todo mundo, porque ficaria muito fácil de todo mundo acompanhar. Já tem? Já pegou. Estão distribuindo aí. Nós estamos, então, agora entrando na página 10. Na página 10, eu absorvi a redação dada pelo Senador Colombo, naquela questão de enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Está muito boa a redação do Senador Colombo, inclusive, com esta obrigatoriedade do estagiário saber qual é a avaliação que a empresa está fazendo do trabalho dele. E eu excluí aqui, voltando lá na página 09, no Projeto que veio da Câmara, tinha uma exigência de o educando também apresentar, de seis em seis meses, um relatório de atividades. Esse é o capítulo da exigência que... Que estabelece as responsabilidades da parte concedente, portanto, não cabe, nas responsabilidades da parte concedente, colocar obrigatoriedade ao aluno. Então, eu retirei isto.

Depois, na questão do estagiário, aí eu vou pedir bastante atenção, porque eu fiz muitas modificações, e aí não... O Senador Colombo não tinha feito, e eu

vou até fazer a leitura para que não paire nenhuma dúvida. Art. 10º, no meu substitutivo: “A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente, o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: I. 20 horas semanais, no caso de estudante do ensino médio e fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Inciso II. 30 horas semanais, no caso de estudantes do Ensino Superior. § 1º: O estagiário relativo a cursos que alternam teoria e prática nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ser a jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto no Projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino. § 2º: Em qualquer hipótese, a soma das atividades escolares presenciais e as de estágio não poderá exceder a oito horas diárias. § 3º. Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo o estipulado no termo de compromisso para garantir o bom desempenho do estudante. Quando há períodos de provas, em que a instituição de ensino tem, às vezes, tem períodos de “provões” e tal, então, aí reduz o período do estágio para não sobrecarregar o aluno, isso tudo definido sempre no termo de compromisso. Então, aqui eu fiz modificações significativas, que o Senador Colombo não tinha feito...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– A minha preocupação aqui, Senadora Ideli e demais Senadores, é a seguinte: Quando você estabelece 20 horas no ensino do EJA, ele tem lógica porque, na realidade, eles estudam 20 horas, mas isso pode desestimular o contrato de alguém nessa área. Então, ele só terá 20 horas. E isso faz com que ele tenha menos oportunidade que os outros que irão até 30 horas. Então, eu acho que pode prejudicar o estudante do EJA. Essa é a minha preocupação, na questão de aprofundar isso. E em relação a “em qualquer hipótese, a soma das atividades escolares presenciais e a de estágio não poderá exceder a oito horas”, mas uma das grandes conquistas do Projeto é reduzir de oito para seis, então, o receio que eu tenho é que isso abra uma janela para permitir que o pessoal seja obrigado a trabalhar oito, quando, na verdade, a intenção é seis. Salvo melhor juízo, essas são as minhas dúvidas. Só para ver porque... Eu só vi agora, mas essas são as minhas duas preocupações.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, então, isso aqui são duas questões que nós ficaríamos ainda para...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nessa relação, existe uma empresa chamada CIEE, alguma coisa assim, qual é a remuneração dela, quem paga, é a empresa ou o aluno que consegue o estágio? Ela sobrevive de quê?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Alguém sabe dizer? Eu não sei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ela sobrevive...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – CIEE é uma ONG.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, não é o CIEE não. É uma que intermedia trabalho, mão-de-obra estagiário... CIEE mesmo, não é? A remuneração para eles vem de onde, da empresa ou do salário do estagiário?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É uma ONG.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É uma ONG? Sim, mas vem de onde essa remuneração dessa ONG?

(falas sobrepostas)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Todos os agentes de integração recebem um percentual...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Das empresas...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu acho que é a mesma coisa do IEL e de tantos outros. Acho não, é semelhante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Desculpa, é que o CIEE, ele é sustentado pelas indústrias, pelos empresários, e não cobra um tostão dos alunos, dos estagiários. É por isso que há vantagem, que nem o Governo intervém com ajuda financeira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Wellington, inclusive, nós temos aqui, no substitutivo, a proibição de cobrança.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por isso eu estou falando, Senadora, eu queria saber o seguinte: Tudo bem que o estagiário não paga, mas existe, no acordo, que a empresa tire um percentual do que seria para o estagiário e repassa para essa ONG? Não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Não, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Todo mundo tem, pelo que eu estou vendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Não é assim. Esse é um en-

tendimento da empresa com a instituição. Aí é outra coisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quem paga? De onde vem a remuneração da ONG?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O CIEE é uma organização, uma associação de educadores e empresários, que existe há 44 anos. Todos nossos dirigentes são remunerados—

(soa a campainha).

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Gostaria de, por questão regimental, pediria, Senador, o senhor poderá depois dar todos os esclarecimentos ao Senador. Eu gostaria de voltar a palavra à Senadora Ideli.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como é? Ele me explica e eu passo, é isso?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quando fala da duração do estágio não poder exceder a dois anos, tanto eu quanto o Senador Colombo acatamos a questão lá do “exceto quando tratar-se de estagiário com deficiência, desde que comprovada, para sua formação, precise ter um tempo maior”. Nós acatamos, é uma Emenda do Senador Arns. Aí ficou... Agora, tinha um capítulo chamado “dos agentes de integração” que nós propusemos, ao invés de ser um capítulo, fosse transformado num artigo. Então, ficou praticamente tudo como veio da Câmara, apenas nós não... Eu não acatei uma modificação que o Senador Colombo fez, para que estas entidades, estes agentes de integração tivessem registro lá no Ministério da Educação e tal, porque já... O agente, quando ele é contratado pela instituição de ensino, já há um instrumento jurídico da contratação, e se é público, se a instituição é pública, já tem que ser feita conforme a Legislação em vigor.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isto. Não. É que, na lei original, tinha um capítulo integral chamado “agentes de integração”. Eu eliminei no meu substitutivo isto como um capítulo porque senão significa você dar uma institucionalidade aos agentes de formação. Eles participam do processo da contratação dos estagiários, mas eles... Eles não precisam ter esse destaque, como é dado, aqui na lei, para as instituições de ensino, para as empresas e para o estagiário. Aí, nós teríamos, no corpo da lei, a constituição, a institucionalização de uma... De um outro pilar da construção do estágio no nosso país. Foi por isso que eu transformei em artigo, até para não dar essa institucionalização, e aí eu tenho apenas essa discus-

são com o Senador Colombo, no sentido de não ter o registro lá no Ministério.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – E o Senador Colombo, como fez?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)
– Eu, na... Fiz três Emendas, de ontem para hoje, nessa madrugada, que não estão aqui como referência nesse quadro que a Senadora Ideli fez, que está ajudando muito aqui, que torna bem mais eficiente. Eu percebi, depois, que o que eu estava pedindo que, aliás, estava no Projeto, ia burocratizar muito. O que eu estava pedindo era que as entidades mandassem para o Ministério da Educação um documento, a cada seis meses, estabelecendo o nome do estagiário, a carga horária do estagiário, o valor da remuneração, se houver, a vigência do contrato, o curso do estagiário e o resumo das funções desempenhadas. Qual é que era a idéia? É que houvesse um acompanhamento, uma supervisão, uma fiscalização por parte do Ministério da Educação. Mas, conversando com os técnicos do Ministério da Educação, eles me mostraram uma coisa que eu realmente não tinha enxergado. Isso aqui dá seis milhões de papel, de folha, a cada seis meses, o que torna impraticável a operacionalidade disso e o acompanhamento. Então, eu fiz uma mudança, que não é tão completa quanto da Senadora Ideli, apenas mantendo a idéia da fiscalização... Eu tinha colocado, e é uma questão que pode ser alterada, a seguinte redação: “As entidades que trata desse artigo deverão estar devidamente cadastradas no Ministério da Educação e, nos termos da regulamentação, enviar relatórios semestrais, informando o quantitativo de estagiários intermediados no período, no Município”. Qual é minha idéia? Que haja um acompanhamento do Ministério da Educação, mas eu concordo também que esse acompanhamento fica muito superficial porque isso e nada é a mesma coisa. Então, a tendência também é reconhecer isso, porque ele realmente cria dificuldade e eu confesso que não me ative ao número de papel que significa e a burocracia que ele causa.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador, mas não traz vantagem também.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)
– Não, não traz vantagem.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Assim, em termos de ordem legal...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)
– Seria só uma fiscalização, Senador Romeu Tuma...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas ela pode ser feita, a qualquer instante, sem a necessidade dessa burocracia.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Exatamente. Então, eu concordo com a Senadora Ideli, e acho que vai melhorar o Projeto se retirar isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, nisso, nós já concordamos e acho bastante positivo...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A Ideli ganhou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Nós ganhamos muito aqui, o que nós acertamos, Santa Catarina deve estar surpresa com essa confluência.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Esse Senador é um homem de bem, Senadora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem vai ganhar são os estagiários...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E eu sou do quê?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Do bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Todos os dois são pessoas de bem.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A senhora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu sou obrigada a perguntar, não é? (risos).

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A senhora já é conhecida pelo coração de todos. Ele como está meio virgem ainda aqui...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Ele está estagiário aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Meio virgem aqui. (risos).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Não é do inferno, pelo amor de Deus...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pelo amor de Deus, não é, Senador Tuma? Ainda na página 15, eu absorvi uma redação que o Senador Colombo tinha feito também, a respeito dos agentes de integração responderem solidariamente pelas irregularidades verificadas na realização dos estágios, mas o Senador Colombo também fez uma alteração nesse texto. Então, que não está... Eu não tinha acessado, foi só hoje, então, nós precisaríamos aqui acertar, eu vou deixar destacado, Senador Colombo, esse é algum que pode ter algum ruído. Depois, na fiscalização, página 15 ainda, eu absorvi o que o Senador Colombo modificou, lá da... Da... No *caput* do art. 15, no § 1º, e depois a retirada das multas, que ele retirou, e eu concordo plenamente, para a gente não ficar sobrecarregando.

Aí, no... Aí, na página 17, “das disposições gerais”, tem uma questão que o Senador Colombo não... Não fez nenhuma modificação, e eu estou apresentando a seguinte modificação: “O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio, relacionadas à sua atividade-fim, deverá atender à seguinte proporção: De um a cinco empregados, até três estagiários”. No Projeto que veio da Câmara era um, eu estou ampliando para três. “De seis a 10 empregados, até cinco estagiários”. Da Câmara eram apenas dois. E “acima de 10 empregados, até 20% ou seis estagiários”. Na Câmara, era até 20% de estagiários.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diga-me uma coisa, qual é a base dessa tabela, em função de empresas, de diferentes... Qual é a base lógica de uma tabela? Quando tem diferentes empresas, uma que só tem equipamento, outra que trabalha mais com gente, outra com mais tecnologia. Qual é a lógica para ter essa tabela? Entendeu, Senadora Ideli? Já veio do Ministério assim? Veio do Ministério a idéia, do Ministro?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Botelho vai me corrigir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi aumentar a oportunidade de estágio, foi essa a lógica dela.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E foi uma solicitação... Aliás, esta Emenda aqui, ampliando o que veio da Câmara, além de vir como pedido do Ministério, é a Emenda do Senador Cristovam Buarque.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sei, mas é que eu não consigo ver, eu fico assim um pouco irritado comigo mesmo, quando eu participo de uma votação e vou aprovar uma coisa que não tem uma lógica. Por exemplo, é a mesma coisa, dizer assim: “Todas as bibliotecas têm que ter 10 mil livros”. 10 livros? Mas quais são os livros? Será que esses livros são consultados? Essa lógica a gente vai perdendo, é só isso, Senadora. Eu tenho certeza que veio do Ministério essa idéia, e o Senador Cristovam também colocou, mas uma empresa está voltada para tecnologia, outra para mão-de-obra, entendeu?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Wellington, a grande aflição que existia, e espero que resolva, pela habilidade e pela visão dos dois Relatores, da Emenda e... Era que o Governo queria passar uma área de educação para o Ministério do Trabalho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Então, aí é que tem a lógica que tem de se discutir. Por que o estágio, que é de estudante, vai passar para o Ministério do Trabalho? O que pode é uma fiscalização, se houver exploração de mão-de-obra, porque a diferença de você estar lá no estágio para aprender aquilo que a escola está te ensinando, e você pôr na prática. Essa era a grande dificuldade.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– A essência do trabalho é exatamente essa visão que o Senador Romeu Tuma tem. Exatamente isso: estágio é educação, não uma coisa vinculada ao trabalho. Mas o que o Senador Wellington coloca, eu também compartilho, a função desse artigo é de limitar porque, na exposição de motivos do Projeto de Lei, o Governo coloca sua preocupação da exploração indevida do estagiário como substituição de mão-de-obra. Então, esse artigo limita; a função é limitar. Então, eu não aceitei a Emenda do Senador Cristóvam, e coloco aqui a divergência com a Senadora Ideli, exatamente no sentido de não ampliar muito, porque, se você tem de um a cinco empregados, você pode ter três estagiários. Então, eu acho que ampliar isso significa aumentar o risco do uso indevido, da utilização indevida do estagiário como mão-de-obra, substituindo o empregado formal. Então, aqui há, de fato, uma divergência, Senadora, porque, na exposição de motivos que o Governo mandou, ele estabelece a preocupação dele do uso indevido, da utilização indevida da mão-de-obra do estágio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Da substituição (ininteligível).

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Exato. Então, essa Emenda, ela amplia e eu acho que daí ela fere o objetivo do Projeto. Por esta razão, eu não aceitei. É claro que eu quero que, em vez de ter um milhão de estágios, tenha cinco, mas, se você ampliar demais, se você observar o Projeto de um a cinco empregados, você teria um estagiário. De seis a 10 empregados, você teria dois estagiários e acima de 10 empregados, até 20% dos estagiários, esse é o Projeto. Aqui, a senhora está encaminhando de um a cinco empregados, até três estagiários. Então, é uma questão, assim, de preocupação, de que fira, atinja o objetivo do Projeto, que é impedir esse tipo de utilização, uma questão para a gente aprofundar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, esse vai ficar aqui como uma das pendências. Eu quero dizer, Senador Colombo que, até em homenagem ao Senador Cristóvam, eu fiz questão de absorver a Emenda. Agora, eu tenho a mesma convicção de que se a gente ampliar demais, acaba tendo aquela tentação de substituir o empregado normal, contratado para trabalhar, pelo estagiário. Essa tentação é grande.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senadora Ideli, Senador Colombo, eu poderia fazer uma proposta, Presidente? Estou vendo que ainda há alguns pontos...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – É bem-vinda a proposta.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Tem alguns pontos de divergências e com seriedade. Não seria bom transferir a votação para a próxima semana?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, porque tranca a Pauta, Senador Romeu Tuma, nós temos que votar hoje...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Para amanhã, para dar 24 horas para vocês discutirem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Posso dizer, Senador Tuma?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador Tuma, esclarecer...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É o terceiro ponto apenas, de divergência. Eu acho que nós vamos fechar rápido...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Não dá porque, como ele já chegou um pouco atrasado, nós já perdemos, inclusive, o prazo das Comissões, tem que ser votado hoje, em regime de urgência senão—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Desculpe, então, eu já declaro voto para os dois. Eu já declaro voto para os dois.

(risos).

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Porque aí...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Até porque o senhor nunca viu tanta...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu tiro o desempate aí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Tanto acerto, tanta harmonia. Bom, continuando aqui, ainda na página 18, eu acato também a redação do Senador Colombo de: “fica assegurada às pessoas com deficiência o percentual de 10% das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, desde que essa tenha 10 ou mais estagiários”, que é a redação que o Senador Colombo fez; acato o *caput* do art. 16 que, no meu substitutivo fica 18, que é “a prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta lei apenas poderá ocorrer se ajustadas as suas disposições”, que está bem correta a redação. E, por último, eu faço uma observação, lá na página 20, porque o Projeto original e o que veio da Câmara revogava o art. da LDB que tratava do estágio, ou seja, tirava o estágio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Então, eu incluo aqui um artigo 20, exatamente para que o artigo 82 da LDB continue valendo para esta questão do estágio. Então, isto foi, Sra. Presidente, o que nós conseguimos produzir, e eu quero dizer o seguinte: Se houver concordância, nós poderíamos apenas tratar das três polêmicas que ficaram e, se houver acordo nas polêmicas, aí ficaria o substitutivo, com a incorporação de tudo o que o Senador Colombo apresentou, que eu apresentei. Então, se V. Exa. me permite, nós temos o problema lá do... Do... Lá do... Da apólice do seguro, que está na página 09 aqui do nosso relatório colorido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senadora Ideli, Senador Colombo, Senadora Rosalba, eu imagino, se tem apenas esses três pontos, quem sabe... Faz-se um pequeno intervalo... Os dois Relatores acertam esses três pontos e se fazem dois relatórios, terão de ser feito dois, iguais... Mas eu não sei...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Um só porque a Reunião é conjunta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Tem que votar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO Tem que votar um relatório só, mas em duas Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – São duas Comissões. Tem que votar os dois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem que votar o dois, iguais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – A votação é simbólica...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dois relatórios, um assinado pela Senadora Ideli, outro pelo Colombo e suas respectivas comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Por outro lado, podem ser, inclusive, semelhantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O mesmo relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu tenho uma dúvida, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vi, no do Senador Colombo, que diz que o... Não poderá ser mais de seis horas de estágio...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Essa é uma das polêmicas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E no da Senadora Ideli, diz o seguinte que, somando aula mais estágio, não poderá

passar de oito; se você colocar que o aluno funciona, estuda de oito às doze, outro horário noturno, aí são quatro, não poderá estagiar mais de quatro, que ele já vai estar estudando de manhã. Vocês têm que chegar a um acordo quanto a essa questão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Por isso mesmo que ficou aqui como polêmica, são as coisas que nós precisamos acertar. Eu estou resgatando o que é polêmico. O polêmico é aquela história da apólice de seguro...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senadora, antes de tratarmos das polêmicas, vamos por etapa, eu gostaria só de colocar algo que me deixa muito tranqüila em presidir essa Comissão, é de ver o quanto está sendo construído em união, todos com os melhores propósitos, aqui sem nenhuma outra questão que leve a que possamos divergir, a não ser o único objetivo. E a contribuição dos senhores que estão participando, que estão também analisando o relatório, é de uma importância inestimável, tanto que essa discussão, acho que é muito pertinente, a gente vai trazer, inclusive, com certeza, podemos fazer com que... Aprimorar ainda mais. Então, obrigada, passemos às polêmicas, agora. Senadora Ideli, é a primeira, que é a questão do...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu já identifiquei aqui, precisamos ver se é isto mesmo, eu identifiquei três polêmicas: a questão do seguro na apólice, a questão da jornada dessa soma, se vai ser oito, se não vai ser e tal, porque isso está claro. E a redação que o Senador Colombo modificou, eu já tinha acatado a redação original dele, dos agentes de integração responderem solidariamente pelas irregularidades, então...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu posso, com a licença da Senadora, só colocar o que é que modificou aqui? “*Os agentes de integração responderão solidariamente pelas irregularidades verificadas na realização dos estágios curriculares*”, e aí vem em frente. Qual foi a alteração? “*Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente, se indicarem estagiários para realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para os quais não há previsão de estágio curricular*”. Isto aqui é um ganho, agora, se nós mantivermos o Projeto original, fica uma pendência jurídica muito confusa e prejudica o agente intermediário, que é uma peça-chave.

No entanto, não dá para absorver totalmente eles de responsabilidade, porque eles têm, eles atuam. Então, com este novo texto, que foi resultado de uma assessoria do Senado, eu acho que a gente mantém

a responsabilidade, mas deixa mais claro, sob pena de eles responderem com muitas ações judiciais, o que desestimularia a sua atuação. Então, no meu entendimento, isso é um aperfeiçoamento e pontua, quer dizer, “vocês são responsáveis nisto”. Acho que há um avanço, por isso que eu modifiquei o Projeto original.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque do jeito que estava, Senador Colombo, Senadora Ideli, se a empresa para qual essa intermediária encaminhar o estagiário deixar de pagar um tributo qualquer, ele vai junto.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Exatamente, a gente modificou isso. É nesse tema, eu acho que não...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu quero dizer que eu já não tinha tido problema com a redação anterior do Senador Colombo, a redação nova também não tenho problema. Então, do meu ponto de vista, se nenhum outro Senador quiser levantar, eu já estou acatando a redação nova que o Senador... Aqui para incluir no substitutivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu estou sendo conduzido por V. Exa., viu, Senadora Ideli?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Também em relação à apólice, eu acho que a gente pode avançar, ela não é uma coisa essencial, quer dizer, o que eu queria, é uma Emenda do Senador... Senador, a questão da apólice, como ela não é essencial, é uma Emenda do Senador Cristóvam, mas eu concordo com V. Exa., e acho que isso dá para a gente tirar, porque o objetivo está atendido, há o seguro para o estagiário. E eles vão acertar no termo de compromisso, não precisa estabelecer de cima para baixo uma diretriz porque são realidades diferentes. Então, eu concordo com o texto de V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, das três pendências, Presidente, duas nós já acertamos. O texto lá da questão dos agentes de integração responderem civilmente, no caso de alguma irregularidade, e na questão lá do seguro, ficou: “*Oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso*”. Agora, nós temos que entrar na questão da jornada.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tem mais uma contribuição...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isso, isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – A próxima polêmica é a carga horária.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senadora Ideli, Senador Colombo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois não, Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tem acho que uma contribuição interessante do Senador Flávio Arns também, com relação ao percentual de pessoas com deficiência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Localiza a página para nós, Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – A página 18, azulzinho da página 18. §5º: “*Fica assegurado às pessoas com deficiência percentual de 10% das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, e aqui me parece que cria uma barreira, “desde que esta tenha 10 ou mais estagiários”*”. Eu acho que poderia ser suprimido “desde que esta tenha 10 ou mais estagiários”. Nós estamos criando uma discriminação, portanto, a deficiência só vai ter chance desde que a empresa tenha 10 ou mais estagiários. Isso é uma discriminação inconcebível, inaceitável.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu quero dizer para o Senador Colombo que, da minha parte, eu não tenho nenhum óbice, até porque o seguinte—

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – esse cidadão passa a ser cidadão a partir—
(risos).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – 10% de cinco é meio, então, vai ser uma decisão da empresa. Entendeu? Então, quer dizer, meio que o natural a obrigatoriedade é só a partir dos 10, agora, deixar na lei consignada esta barreira, eu realmente acho que é ruim. Então, da minha parte, ok. Então, resolvemos mais um, o “desde que” sumiu. Acho que nunca aconteceu isso aqui, viu? Essa negociação pública.

(risos).

Total. Agora nós temos a discussão da jornada, que eu acho que é mais complicada.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Seis horas/semana.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Ideli, acho que você já veio com esse espírito, veio de rosa, a minha cor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu sou assim, só não gosto daquela observação lá, da história de casar com Garotinho, não é? Não é o meu caso.
(risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Não. Esse “rosa” que eu estou falando não tem nada com Rosa de Garotinho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pára, né?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Aqui é rosa de Rosalba. Último ponto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Último ponto, então, é a questão da...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – A questão da jornada. Acho que isso é uma questão que eu posso também... Já ouvimos aqui da maioria que até seis horas seria o ideal.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu queria colocar exatamente nesse sentido, quer dizer, uma das grandes conquistas, é porque hoje o estágio é de oito horas; uma das grandes conquistas é reduzir para seis, fixa em seis, favorece bastante o aluno e cria regra clara...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Máximo de seis horas.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Máximo de seis, exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Máximo de seis, porque aí você tem alguns estágios de quatro horas, depende também da carga...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O que é bom para vocês, imprescindível nisso aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, a única preocupação é que o ECA diz que a jornada máxima de oito horas é para...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senadora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só um minutinho, aqui, por favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tenho uma dúvida, Senador Colombo, tenho uma dúvida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Está com a palavra, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Sra. Presidente. Senador Colombo, me dia uma coisa: O supervisor do estagiário fica dentro da empresa?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim. Na escola...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Na escola que cede o estagiário. Ele dali acompanha, ele entrega relatório, não é? Senão ia ficar muito caro, até para a própria escola.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Não ia ficar caro, fica até...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Essa é uma responsabilidade da escola contratada e está no termo de contrato, essa obrigação está estabelecida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Obrigado, obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente... Presidente, me deixa ver se eu possível, porque o pessoal está nos alertando, na questão das oito horas, é uma obrigatoriedade legal, no caso do Estatuto da Criança e Adolescente, que não pode exceder oito horas no caso de menor de idade. Oito horas. Oito horas. Então, eu queria ver se era possível nós mantermos a redação no total, fazendo a seguinte alteração no § 2º. Nós estamos na página 11, quem quiser acompanhar. Ao invés de ser, “em qualquer hipótese, não poderá ceder oito horas diárias”, colocar assim: “No caso de estagiário menor de idade” —

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Do ciclo básico —

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Menor de idade, não é? Por causa do ECA. Por causa, “no caso de estagiário menor de idade, a soma das atividades escolares presenciais e as de tarja não poderá exceder a oito horas diárias”. Então, nós faríamos uma exceção apenas para adequar ao ECA. Isso aqui nós corrigimos dessa forma. O pessoal está redigindo, quem está na redação? Aí, precisaríamos saber aquela história das 20 e das 30 horas. Isto, vamos votar...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senadora, um detalhe...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É que, no § 1º, “o estágio relativo a cursos que alteram teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto um Projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino”. Mas isso pode abrir muito e se perde uma conquista que é das seis horas, me preocupa isso. O pessoal pode usar isso como uma janela para botar todo mundo para trabalhar oito horas, e é isso que a gente não quer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem como colocar, Senador Colombo, quatro horas, no máximo, para esse pessoal de ensino de menor?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – A nossa preocupação é a seguinte: Isso deixa uma janela...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O aluno vai estagiar, e vão sobrar só três e nenhuma empresa vai contratá-lo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Você faz uma adequação do estágio, e você coloca todo mundo oito horas. Daí, uma das grandes conquistas dessa lei, que é “seis horas”, se perde, porque você está dando uma janela que poderá ter jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto no Projeto

pedagógico do curso, aí você vai fazer mudar o Projeto pedagógico do curso e bota todo mundo oito horas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Podemos colocar 30 horas aqui, Senador?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ah, sim, 30 horas —

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Nada impede que você reduza para seis.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Exatamente isso que eu estou pedindo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – ... mas reduzir para seis pode.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Claro, isso que eu estou pedindo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Porque o máximo é o teto que o ECA impõe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – 30 horas pode ser?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Se resolve, colocar 30 horas você fecha a janela. Aí você fecha a janela. Está perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já acatamos o “30 horas”. Mais algum problema nesta redação, Senador Colombo? Então, Presidente, tudo fechado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Nessa questão, vamos deixar bem claro, ficou como Senadora Ideli? 30 horas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vamos lá. Quando o estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 30 horas semanais, desde que previsto no Projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino”, para preservar aquela questão de estágio no máximo seis horas, que o Senador Colombo estava levantando bem, e, no § 2º, tiramos o “em qualquer hipótese” e colocamos “no caso de estagiário menor de idade, não podem somar, a aula e o estágio, mais do que oito horas diárias”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Significa quatro horas de estágio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quatro horas de estágio. Então, com esta redação. Ah, tem ainda aquela...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli, tenho uma dúvida. Senadora Ideli, eu tenho... Algumas empresas estão me falando o seguinte...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Com a palavra, o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, Presidente. Muito obrigado. Tem a discussão que normalmente o aluno

tem cinco horas de aula; só sobram três para o estágio e as empresas não contratam com três horas, só contratam com quatro horas. Eu não sei se nós estamos fazendo um bem ou um mal nesse sentido, quer dizer, tem que ser discutido e ver, a decisão vai ser tomada aqui, mas eu não sei se nós estamos jogando esses alunos, que poderiam ter quatro horas, para fora, por causa de uma hora, uma decisão difícil, que os Relatores têm que ver, e eu vou acompanhá-los.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E a gente faz o que aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone e interrupção no áudio).

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Entendi, agora eu fiquei em dúvida também. Senador Wellington, acho que o senhor colocou uma coisa pertinente porque eu acho que esse Projeto, um dos grandes benefícios dele é que nós possamos realmente regulamentar, de forma a que possamos aumentar o número de estagiários, porque, se hoje no Brasil nós temos em torno de um milhão, mas existe uma demanda reprimida de cerca de 10 milhões, temos que... Cria-se alguma dificuldade operacional para a empresa, de certa forma, a empresa vai... Não vai aderir ao programa do estágio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Rosalba, V. Exa. Que, com certeza, ficará no Senado mais sete anos e meio, eu tenho certeza disso, porque é importantíssimo para o Senado tê-la aqui, é importante para o país, eu queria dizer o seguinte: Eu estou preocupado porque... Preocupado, porém, é legal: nós vamos acabar com a figura do estagiário que não seja estudante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pois não, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O seu apelo e a sua observação extremamente pertinente, já construiu acordo aqui. Para não dar margem a esta situação, até porque o ECA está em vigor, portanto, se alguém fizer qualquer coisa contra a Legislação estabelecida no Estatuto da Criança e Adolescente, será punido, então, nós estamos propondo retirar o § 2º para não dar margem a essa questão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso foi fruto dos chamados “embargos auriculares”.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Auriculares. Aqui todo mundo está “auriculado” aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nesse momento, estão todos aqui nos nossos ouvidos, então, para não ficar que

foi só uma posição minha, os assessores estão aqui a todo o momento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas eu quero dizer que, se V. Exa. não tivesse levantado a questão, nós não teríamos feito aqui a conversa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador Wellington, uma detalhe que falou, que nós estávamos tirando a oportunidade de estágio daqueles que não são estudantes. Aí já é uma outra questão. Aí, são os programas de aprendiz, de trabalhador...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas estamos jogando todo mundo para o mercado informal. Nós temos que ter certeza de que isso vai acontecer, mas é fruto da decisão que nós temos que tomar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Mas, se nós queremos todos na escola, nós queremos valorizar cada vez mais o ensino, a oportunidade, o aprendizado, então, eu acho que é por aí que nós temos que realmente qualificar mais a nossa juventude, porque nós tínhamos aqui normas, regras que vinham de 30 anos, altamente defasadas nesse mundo globalizado, informatizado. Então, acho que nós estamos modernizando e abrindo, com certeza, mais espaços para os jovens, porque são muitos que estão nas escolas de 2º Grau, nos cursos profissionalizantes, e aqui, enquanto os senhores terminam aí de construir esse... Esse acordo, esse acordo positivo sobre o estágio, eu gostaria aqui de também dar um depoimento que eu, como Prefeita, tive a oportunidade de também instituir, como assim o Senador Colombo, programas de estágios. E foi muito gratificante o resultado, além de que vinha da experiência própria, que, quando estudante, eu fui estagiária.

Então, jamais o jovem esquece dessa oportunidade para o aprendizado. Eu tenho certeza, se eu não tivesse tido, como tive, a oportunidade, como universitária, de estagiar durante quase todo o período que fiz a Faculdade de Medicina, eu teria aprendido bem menos, porque unir a teoria e a prática, a experiência do dia-a-dia, isso é de uma importância fundamental para o estudante. Tomara que essa proposta que estamos construindo aqui, que deverá ser aprovada em breve, realmente dê a oportunidade a muitos jovens que sonham com a oportunidade, muitas vezes, auxiliando a que eles possam continuar os seus estudos, quando têm remuneração, outras vezes, só o fato de ter o espaço para o estágio cria para eles aquela con-

dição de apoio, de qualificação, de abrir o espaço às empresas porque, ao ir atrás do primeiro emprego, eles podem apresentar o estágio, que nós sabemos que as empresas, nesse ponto, exigem do jovem que tenha experiência e, quando eles não apresentam experiência, continuam desempregados, por mais que eles sejam capazes, inteligentes, que possam dar a sua contribuição.

Então, acho que realmente nós estamos... Eu torço que venha acontecer. Vamos agora à aprovação. Acho que... Podemos passar agora à votação?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Licença. Nós temos dois itens aqui que a gente está concluindo, um é número dos estagiários, que a proposta é diferente, que a gente precisava acertar isso. E tem uma mudança também na questão da forma de encaminhar a CLT, que eu estou me achando aqui nos meus papéis aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com relação ao número de estagiários, eu volto a dizer: Eu fiz até como forma de prestigiar a Emenda do Senador Cristóvam, mas, na minha opinião, eu acho que o que veio da Câmara está de bom tamanho, até para atender aquela questão de não abrir como possibilidade de ficar substituindo empregado por estagiário. Então, assim, a não ser que alguém queira manter a sugestão do Senador Cristóvam, eu, por mim, acho que também é a posição do Senador Colombo, nós voltaríamos ao texto da Câmara.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senadora, só para dar mais ordem aqui ao entendimento dos demais Senadores, essa questão está na página...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está na página 17. Ela começa na 17 e vai até a 18. Nós tiraríamos, então, este “de um a cinco, empregados até três”, ficaríamos com o que está na Câmara, “de um a cinco estagiários; de seis a 10, dois estagiários, e acima de 10, até 20% de estagiários”.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– No meu entendimento, essa posição fica melhor, exatamente pela origem do Projeto, quer dizer, ele tenta impedir, dificultar a substituição. Eu acho que fica melhor se a Senadora também entende assim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu estou de acordo, da minha parte já está acordado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 20% é uma boa faixa.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Então, Senadora, o último assunto, no meu Projeto, que V. Exa. aceitou, eu dei a seguinte... “Da fiscalização”, o seguinte texto, ontem... É o 13. Esse é o artigo de ontem, que a senhora aceitou...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Para todo mundo localizar, está na página... Na nossa tabelinha colorida, está na página 15. Na tabelinha colorida está na página 15.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Perfeito. Então, o texto que era iniciativa minha, “*sem prejuízo de outras cominações legais, a manutenção de estagiários, em desconformidade com esta lei, sujeita a parte concedente à infração aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Legislação pertinente. Toda a irregularidade identificada pela fiscalização do Trabalho e da Previdência Social na contratação de estagiários será comunicada ao Ministério do Trabalho, um órgão supervisor do sistema de ensino e ao Ministério da Educação.*”

Agora, depois de várias reuniões hoje de manhã, a preocupação aqui é uma abertura que se dá ao Ministério do Trabalho, ao fiscal do trabalho. Então, sem tirar a punição, o texto que se sugere é o seguinte: “*sem prejuízo de outras cominações legais, a manutenção de estagiários em desconformidade com esta lei sujeita a parte concedente à infração aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Legislação pertinente.*” Então, ela não muda a penalidade, ela apenas restringe a entrada. Então, é esse o objetivo desta mudança do meu relatório de ontem para o meu relatório de hoje; esse de hoje a senhora não tem. Onde é que está essa Emenda aqui?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli, essa fiscalização já não está em lei, não? Por que é que nós estamos abundando, digamos assim?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Deixa-me achar o de agora. Está aqui... Desculpe, Senadora. O que eu estou mudando, então? O art. 13: “*A manutenção do estagiário em desconformidade com esta lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da Legislação Trabalhista e Previdenciária.*” Então, é essa a nova, o novo texto. Eu acho que fica mais seguro, restringe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu quero dizer que, a parte aqui da assessoria, eu também entendo que tem Legislação Trabalhista; se não cumpriu a lei do estágio, ela é que vai... Então, da nossa parte não temos... Até porque não é relação de trabalho. Então, se caracterizou, aí vai responder no órgão. Eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema de acatar... Se nenhum outro Senador tiver objeção, eu fico com a redação nova, também do Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Nós só precisamos acertar em qual artigo ele fica, porque o... No § 13º, então, aqui a gente tem que só

ajustar na hora de fazer o substitutivo, para que ele seja no mesmo número. Só esse detalhe operacional. Então, a minha sugestão é de que a Comissão de Assuntos Sociais faça o seu substitutivo, a da Educação faça o seu, o mesmo, e aí pode ser em conjunto, como a Senadora... Não sei como é que é o sistema interno...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, se nós... Se nós eliminamos todas as pendências, como tudo aqui ficou público e está taquigrafado, não tem como fugir do que nós acordamos e lemos e acertamos aqui, eu queria propor que nós pudéssemos ter a aprovação do... Do mesmo substitutivo, que vai ser assinado por mim e pelo Senador Colombo, nas duas Comissões. E aí, depois, nós vamos pegar assessoria aqui porque vamos ter que montar o boneco, mas foi tudo público, não teve nada aqui que não foi acertado de forma explícita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não sei. Vocês conversaram alguma coisa aí no ouvido, vocês dois—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Explícita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tudo que eu ouvi está valendo, mas eu não sei o que vocês conversaram aí... Vamos à votação. Vamos, Presidente. Eu estou doido para comer, o picadinho está me esperando lá...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Os dois Relatores... Querem acrescentar? Senador Colombo, Senadora Ideli, querem ainda acrescentar alguma coisa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senadora Rosalba, eu e o Senador Garibaldi—

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – ...nós estávamos em outras Comissões, chegamos agora, pediríamos, com a sua inteligência, a senhora fizesse uma síntese do que vamos votar, rápido.

(risos).

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Eu não estou sabendo, cheguei agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador Mão Santa...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Nós vamos contratar um estágio de entendimento de todos os entendimentos que fizemos aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – É compreensível porque nós sabemos... Nós sabemos que todos os Senadores, são muitas Comissões, então, muitas vezes, você

está em uma Comissão, não consegue chegar a tempo de outra...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Se eu soubesse que era a senhora que estava presidindo, eu tinha chegado antes das 10.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Muito obrigado, Senador. O senhor, como sempre, muito elegante.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – E o Garibaldi...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu gostaria só de dar aqui um esclarecimento. Nós estamos tratando de um Projeto de Lei da Câmara, Projeto de Lei do Senado, que trata da regulamentação dos estágios para estudantes de nível médio, estudantes de nível superior, dos cursos dos últimos anos do EJA, e também dos que... De ensino especial. Então, essa é a regulamentação de um Projeto que é da mais alta importância, que vai dar aos estudantes... O senhor, quando foi estudante de medicina, com certeza, teve a oportunidade de um estágio, o que aprimorou muito os seus conhecimentos, lhe deu ainda mais a... Deu tanta... Ajudou-lhe tanto, que ficou conhecido por “Mão Santa”, por ser um grande cirurgião.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Estamos satisfeitos pelo esclarecimento. Eu só queria fazer uma indagação. A idade mínima que ele pode começar a estagiar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – 16 anos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É a idade mínima?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Isso aí tem que respeitar o Estatuto da Criança, as normas do Estatuto da Criança. Senadora Ideli, tem alguma coisa a acrescentar?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Nada mais a declarar, a não ser agradecer a participação efetiva de todos neste acerto conjunto aqui, que fizemos ao longo da Sessão.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu quero cumprimentar a todos, Senadora Rosalba, V. Exa. que preside, a Senadora Ideli, também a nossa consultoria do Senado, que foi extremamente ágil, ao pessoal do gabinete, especialmente ao Eduardo, mas a todos, e também cumprimentar a Senadora Ideli, seu gabinete, foi um trabalho rápido, difícil, mas que eu acho que a gente conseguiu ter êxito, e eu saio dessa Sessão com a consciência de que todos nós juntos estamos dando uma grande contribuição e estamos de parabéns porque, de fato, nós aperfeiçoamos o Projeto, inovamos, avançamos, melhoramos as

condições, e isso vai melhorar a vida de muita gente. A gente separa claramente a questão de estágio, como um elemento de educação, de aprendizado profissional, e não uma questão de trabalho. Portanto, eu acho que demos um passo importante, eu me sinto muito satisfeito e cumprimento a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Passamos agora... Encerrada a discussão, passamos agora à votação do substitutivo da Comissão... Na Comissão de Educação, apresentado pelo Relator Raimundo Colombo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora, passamos à CAS, Comissão de Assuntos Sociais, Relatora Senadora Ideli. Em votação o substitutivo. Se os Senadores concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, só resta agradecer a todos que aqui vieram dar a sua contribuição, participar dessa discussão, aos Relatores Raimundo Colombo e Ideli. Está... Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h28.

Ata da 34ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 5 de setembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e doze minutos do dia cinco de setembro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARRIBALDI ALVES FILHO, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTONIO CARLOS VALADARES E HERÁCLITO FORTES**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2004, fica retirado de pauta para reexame, a pedido do relator, Senador Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação dos projetos: **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2007** “Institui o Cartão de Seguridade Social (CSS), altera dispositivos a respeito do registro de empregados e dá outras providências” **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi.

Relator: “ad hoc” Senador Jayme Campos. **Resultado:** **Aprovado o parecer, a matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos para análise. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2006** “Estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência”. **Autora:** Senadora Fátima Cleide. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 46, DE 2007 – CAS** “Requer nos termos regimentais que seja enviado ofício aos Presidentes dos partidos políticos brasileiros recomendando que reservem vagas de candidaturas para pessoas com deficiência”. **Autor:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado:** **Retirado de pauta, a pedido do Autor, para reexame. ITEM 05 – Projeto de Lei do Senado nº177, de 2007** que “Dá nova redação ao § 3º, art. 543 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. (Veda a dispensa de empregado sindicalizado que seja membro ou candidato de Conselho Fiscal)”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador José Nery. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado, com 10 votos sim.** Às onze horas e cinquenta e três minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 47, DE 2007 – CAS** “Nos termos dos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios que norteiem a atuação do Senado Federal a respeito da regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: representante do Conselho Nacional de Saúde; representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; representante do Ministério da Fazenda e representante do Departamento de Economia da Saúde, do Ministério da Saúde” **Autores:** Senador Papaléo Paes e Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** **Aprovado. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2007** “Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** **Lido o relatório e iniciada a discussão, a votação fica adiada.** Os itens 02, 04 e 07 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim,

Jayme Campos, José Nery, Rosalba Ciarlini, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella, Antônio Carlos Valadares e Garibaldi Alves Filho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Bom dia a todas, bom dia a todos, Sr^{as}. e Srs. Senadores, senhores convidados para essa nossa Sessão.

Havendo número regimental declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada a Ata. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho... Ah, não. Desculpa.

Bom, Srs. Senadores, nós temos aqui vários projetos na pauta que estão na pauta para serem votados. Mas hoje, em função do Conselho de Ética, as Comissões não estão com o quórum ainda suficiente. E os projetos não terminativos que nós deveríamos votar hoje os Relatores infelizmente também não se encontram presentes apesar do nosso chamamento. Eu sei que hoje nós temos um projeto importante do Senador Paulo Paim e por isso a nossa Comissão, com muito prazer de tê-los aqui, está repleta de pessoas que esperam essa votação. Mas a votação é terminativa, não é isso Senador Paulo Paim? E por isso nós vamos precisar aguardar o quórum necessário para nós iniciarmos essa votação. Mesmo dos não terminativos, os Senadores não estão presentes os Relatores. E nós nos encontramos até numa situação muito delicada porque a Sessão está aberta, mas infelizmente por enquanto ainda não podemos votar. Então eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim, saber até se no Plenário nós possamos ter alguma sugestões dos Srs. Senadores para darmos continuidade à nossa reunião.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr^a. Presidente, Senadora Patrícia, de fato os dirigentes sindicais de todas centrais, de todas as confederações de trabalhadores do País estão aqui representados, estiveram também na semana passada, é um gasto que eles acabam tendo do deslocamento dos Estados de origem porque entendem que esse projeto 177 é que

vai manter a vida da política sindical. Porque Senadora, nem no tempo da ditadura os dirigentes sindicais eram demitidos como estão sendo demitidos agora. É lamentável que isso esteja acontecendo. Eu fui dirigente sindical em plena ditadura. Não tive esse problema. Ninguém da minha diretoria, nem do Conselho Fiscal ou suplente foi demitido. Nenhum. Acompanhei o Movimento Sindical depois que vim para o Congresso Nacional, eu diria que essa história de demitir dirigente sindical começou nos últimos dez anos. Porque eu estou aqui há 21 anos. Então todo o período que eu fui presidente sindical, e depois mais 10, 11 anos aqui no Congresso Nacional, nunca aconteceu. Agora virou moda. Simplesmente demitem o dirigente sindical e mandam ele procurar o direito nele na justiça. E todos nós sabemos da morosidade que isso acontece. Claro que isso acaba inibindo... Não é só inibindo, porque dirigente sindical não é assustado. Eles estão aí... E por isso eles estão aqui. Eles não são assustados. Mas o problema é que no momento que são postos para a rua eles ficam sem salário. E a família fica sem alimentação.

Então é da maior gravidade e por isso que eu faria um apelo, Senador José Nery já está avisado, ele pediu que no momento que iniciasse aqui o debate do projeto ele sai da Comissão e vem para cá, embora a importância do debate da questão que envolve o Senador Renan Calheiros, ele se dispõe a vir para cá.

Então eu proporia, Senadora, que a gente se possível até invertesse a pauta, esse foi o primeiro projeto de nós começarmos a discutir ele fosse lido o Relatório está aqui o Senador Mesquita, o Senador Flávio Arns sei que está vindo também, diversos Senadores procurados pelo Movimento Sindical se comprometeram de vir aqui, dar o voto e acompanhar o processo. Eu particularmente quero também dizer que eu não acredito, quero aqui duvidar, se estão aqui os representantes do Ministério do Trabalho, que é essa nota do Ministério do Trabalho uma nota que é uma reprodução daquilo que eu vi dentro das empresas, de algumas empresas, porque os empresários disserem que não tem problema nenhum com os sindicalistas. Tanto que nunca demitiram. Os irresponsáveis é que estão demitindo. Essa nota do Ministério do Trabalho duvido que o Ministro Lupi conheça ela. E quero falar com o Ministro Lupi e quero falar com o Secretário Executivo, o Medeiros e não o substituto. Fica aqui, e se eles ficarem sabendo liguem para eles. Eu duvido que o Ministro Lupi assina essa nota. E que o Medeiro também assina essa nota. Duvido. Duvido porque conheço eles. (palmas) É uma nota mal feita, mal elaborada que reproduz a posição de um dos Ministros mais conservador da justiça. E me mandam para cá uma nota dessa sendo

assinada. Eu no debate, se eu tiver tempo, eu vou até ler o que diz a nota. Diz o seguinte. Tem mais é que demitir dirigente sindical. No meu Governo, o Ministério do Trabalho que diz isso, eu não aceito. Não aceito e farei todo o protesto devido. Num Governo que eu ajudei a construir ter um Ministério do Trabalho que diz na sua nota que em outras palavras, eu posso ler aqui, que tem mais é que demitir dirigente sindical. O que é que é isso!? Nós que elegemos, Sr^a. Presidente, um sindicalista fruto dessa estrutura sindical como Presidente da República e não me arrependo, não. Agora, duvido por conhecer o Ministro Lupi e por conhecer o Medeiros filho também do Movimento Sindical e que é o Secretário-Executivo que ele assina essa nota e que está aqui assinada, vou dizer por Manuela Martins, Gerente administrativo, não sei quem é, Isabela Jacob também não sei quem é, e André de Oliveira. Também não sei quem é. Agora, o Medeiros eu conheço. Que é o titular. Ele disse que não assinaria essa nota, ele disse numa reunião lá na federação algo semelhante a isso. E também o Ministro Lupi. Então devido a isso eu quero fazer um apelo aqui para que a gente faça um debate sobre esse tema, com a maior tranquilidade, possa se votar, o projeto é um projeto simples, ele apenas inclui o seguinte na lei atual. O dirigente do Conselho Fiscal também não será demitido. No fundo é isso que diz no projeto. É só isso.

Então, por isso que eu faço um apelo um pouco da minha chateação com essa nota que eu recebi aqui, uma nota desculpe a expressão, sem vergonha, que essa que é o que essa nota merece essa expressão, de dizer que eu não concordo a vida política do dirigente sindical está atrelado a sua estabilidade. No momento que o dirigente sindical não tiver mais estabilidade no emprego, acabou. Acabou. Como é que alguém vai se apresentar como dirigente sindical, vai para dentro da empresa, vai defender os trabalhadores e no outro dia está demitido? E a sua família fica sem nenhum tipo de sustentação? Por isso que eu faria um apelo pra gente inverter a pauta, votar a matéria e tenho certeza que os Senadores entenderão, e é um tema que vai continuar o debate, eu sei. Depois que sair daqui é bom. Se quiserem fazer recurso, façam para o Plenário, vai para Câmara naturalmente. Vai continuar o debate. Mas eu defendo de forma apaixonada que fui dirigente sindical. E eu não sou daqueles que nega a história. Não sou daqueles que tem uma posição num dia e no outro dia tem outra posição. É inadmissível nós não aceitarmos um projetinho que quer garantir aquilo que nem a ditadura derrubou. Por isso é um apelo que eu faço a V.Ex^a que submeta a inversão de pauta e a gente começa a debater a matéria até ter o quórum para votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Agradeço Senador Paulo Paim. V.Ex^a sempre traz a luz aqui. Eu considero de muito mérito o projeto de V.Ex^a. Quero garantir que esse projeto será votado nessa Comissão enquanto tiver aqui na Presidência esse projeto vai ser votado e os senhores têm o nosso compromisso em relação a isso. Eu sugiro, acato a inversão de pauta de V.Ex^a, mas infelizmente como nós ainda não temos o quórum suficiente para votar, eu vou fazer um apelo com os senhores Senadores presentes para tentar a chegada do Senador Nery que nós falamos agora, mas ainda está infelizmente agora não está podendo sair do Conselho de Ética. Porque está tendo voto em separado e ele precisa estar atento lá. Porque foi o autor da representação do PSOL contra o Senador Presidente Renan Calheiros. Portanto, não pode nesse momento se deslocar. Então eu faço um apelo, Srs. Senadores, que nos projetos não-terminativos eu possa nomeá-los ad hoc para a gente ir ganhando tempo até a chegada do Senador Nery para nós podermos votar hoje ainda o projeto de V.Ex^a. Concordam assim? Então assim será. Eu vou pedir o primeiro Senador ad hoc, o Projeto de Lei do Senado... é o item 01, PLS 269 de 2007. Institui o cartão de seguridade social, altera dispositivos a respeito de registros de empregados e dá outras providências. Autoria é do Senador Sérgio Zambiasi, e a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. Eu pediria, Senador Jayme Campos, será que V.Ex^a poderia ler ad hoc a Relatoria da Senadora Lúcia Vânia até aguardarmos também a sua chegada. Com a palavra, por favor, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, eu vou ler inicialmente se apresentou Relatório deste projeto. Que é de caráter e decisão terminativa. Venho a exame terminativo desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 269/2007 de autoria do eminente Senador Sérgio Zambiasi que institui o cartão de seguridade social. Altera os dispositivos a respeito do registro dos empregados e dá outras providências. No mérito, a proposição pretende em síntese promover as seguintes medidas.

1. Instituir o cartão de seguridade social como documento de identificação do trabalhador. Do segurado da Previdência Social e dos beneficiários da Assistência Social. Cujas posse ou a apresentação é obrigatória, observadas as condições estabelecidas em lei e em sua regulamentação.

2. Tornar obrigatório a apresentação no cartão nas seguintes situações:

A) Para o exercício de qualquer trabalho remunerado ou voluntário;

B) Para os segurados obrigatórios e facultativos do regime geral de Previdência Social;

C) Para percepção de qualquer benefício da Assistência Social ao cargo da União Federal;

D) Para participação e recebimento de benefícios do Programa Seguro Desemprego e abono salarial de que tratam as leis 7.998 de 11 de janeiro de 90. Nº. 8.019 de 11 de abril de 1990;

E) Para o resgate dos saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS, nas hipóteses mencionadas em lei.

F) Para participação em qualquer programa ou recebimento de benefício social desenvolvido ou concedido pela União ou outros entes administrativos quando parte dos recursos foi repassado para o Governo Federal.

3. Não estarão abrangidos pelo dispositivo do PLS nº. 269 de 2007 os servidores públicos civis e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios que não estejam submetidos ao Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovado pelo Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943.

4. O cartão da seguridade social substituirá integralmente a carteira de identificação e contribuição previsto no § 3º do art. 12 da lei de nº. 8.212 de 24 de junho de 1991.

5. Cada pessoa, trabalhador segurado da Previdência Social ou beneficiário da Assistência Social será identidade pelo cadastro nacional de informações sociais criado pelo inciso VIII do art. 19 da Lei 8.490 de 19 de novembro de 1992. Com o único número de identificação denominado. Número de Identificação do Trabalhador, NIT que será elemento integrante do cartão da seguridade social.

6. O cartão da seguridade social será emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS, ou mediante convênio por órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta ou ainda pela rede bancária.

7. Estabelecer como crime de falsidade sujeitando o infrator à multa no valor de dois mil reais atualizado periodicamente pelos mesmos índices de atualização da multa trabalhista, bem como nas penalidades previstas no art. 299 do Código Penal a fabricação, aquisição ou uso de qualquer cartão da seguridade social falso ou adulterado.

8. O número de cartão de seguridade social será obrigatoriamente anotado em todos os documentos de registro na relação de emprego e em todos os documentos e contratos relativos ao trabalho.

9. O cartão da seguridade social será obrigatoriamente apresentado ao empregador por ocasião da

contratação junto com a carteira de trabalho e Previdência Social. E devolvido no prazo de 48 horas.

10. A retenção indevida do CSS por parte do empregador será penalizada na forma previsto do art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho.

11. A empresa que mantiver em seu quadro de empregados trabalhador que não seja detentor do cartão de seguridade social incorrerá no pagamento de multa no valor de 500 reais por empregado.

12. Competirá o Conselho, gestor do cadastro nacional de informações sociais a elaboração de proposta no prazo de 120 dias contados a data de publicação desta lei definindo:

A) As informações que constará no cartão de seguridade social e suas especificações técnicas;

B) As exigências e os procedimentos necessários para identificação do trabalhador beneficiário ou segurado que solicitar o cartão de seguridade social;

C) As normas errotidas(F) pela sua emissão entrega ao interessado;

D) O cronograma de implantação do sistema de identificação do trabalhador segurado da Previdência Social e do beneficiário da Assistência Social através do cartão de seguridade social,

13. O Poder Executivo baixará os atos necessários à implantação do sistema de identificação baseado no cartão da seguridade social observados os termos da proposta do Conselho gestor do cadastro nacional de informações sociais. O referido cartão da seguridade social pretende substituir a carteira de identificação de contribuição previsto no § 3º do art. 12 da Lei 8.202 de 24 de julho de 1991. Trata-se sem dúvida de matéria relevante e, portanto, merecedora de cuidadoso exame por parte dessa Comissão uma vez que se procure instituir novo mecanismo de registro de informação destinado à seguridade social. Na sua justificação o eminente autor argumenta que a carteira do trabalho de Previdência Social foi concebido como marco nas relações trabalhistas e contínuo tendo valor inegável. Hoje, entretanto, a seguridade social adquiriu considerável amplitude e autonomia, pois envolve a saúde, a Previdência e a Assistência Social. São inúmeros os programas e incentivos e subsídios para que possamos evoluir rumo a uma inclusão social maior como exercício de uma cidadania mais plena. Assim, a partir deste quadro é que proponho a criação de um cartão de seguridade social nos moldes de iniciativa louvável adotada pelos Srs. Deputados Paulo Rocha e João Paulo, consubstanciado no Projeto de Lei nº 2.352 A de 91 já arquivado. No prazo regimental, a proposição não foram apresentadas Emendas.

Análise. Nos termos no art. 90, inciso I combinado com o art. 100 inciso I do Regimento Interno do

Senado Federal, compete a Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente Projeto de Lei. A regulamentação do cartão da seguridade social insere-se no campo do direito social mais especificamente do direito previdenciário. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas iniciativas comum previsto no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema nos termos do art. 48 da mesma carta. Observado esse pressuposto, temos a proposição não apresenta vício de inconstitucionalidade nem de ilegalidade quanto a admissibilidade. Nos méritos, importante ressaltar que já vigora o cadastro nacional de informações sociais a partir de nova denominação dado o antigo conselho gestor do cadastro nacional do trabalhador conforme no disposto § 3º do art. 19 da Lei 8.490 de novembro de 92 com a emissão dos números de identificação do trabalhador. No âmbito da proposição em exame não está contemplado a área de saúde. Isso porque o Ministério da Saúde já vem implementando e emitindo o cartão SUS que a rigor nada mais é que o documento de identificação do Sistema Único de Saúde. O cartão nacional de saúde possibilita vincular procedimento ao executar do âmbito SUS ao profissional que os realizou no serviço de saúde. Para tanto, são necessários cadastros de usuários de profissionais de unidades de saúde que recebem o número de identificação nacional.

Assim, com a existência desse precedente nada mais adequado que a discussão sobre a implementação de um novo cartão da esfera de abrangência seguridade social, mas agora destinado à Previdência Social e Assistência Social. Todavia, cumpre-nos ressaltar que em relação ao cartão do SUS recentemente foi incorporado um código de barras que permite maior flexibilidade na leitura da informação. Por trás dessa aparente simplicidade esconde-se um dos mais amplos e ambiciosos projetos de informática em saúde do mundo, já que já acumula 15 anos de desenvolvimento. Fruto de centenas de profissionais e do investimento de outras tantas centenas de milhões de reais. O cartão SUS, portanto, armazena dados de identificação do seu portador seja usuário ou profissional e permite acesso aos bancos de dados clínicos, epidemiológicos e administrativos. Possibilita ainda vincular o procedimento executado no âmbito do SUS do usuário profissional que o realizou o serviço de saúde. Para tanto são necessários cadastros de usuários de profissionais da área de saúde que recebem o número de identificação nacional. E toda essa prática informatizada tem um custo aos cofres públicos. Apenas a título de ilustração, dos gastos da emissão com cartão SUS a sua administração está previsto no Plano Plurianual referente ao quadriênio

2004/2007 cerca de 581 milhões de reais, o que não significa gasto total, mas apenas parcela adoção da medida. Nesse sentido, cumpre-nos indagar quando custará aos cofres públicos a implementação do cartão de seguridade social que ora propõe possivelmente chegaremos à casa de um bilhão de reais.

Por isso, tendo em vista que a presente proposta poderá acarretar gastos volumosos aos cofres públicos e dentro da necessidade imperiosa de melhorar analisar essa questão sobre competência regimental de outra Comissão desta Casa cremos que o melhor poderíamos deliberar sobre a (ininteligível) após a análise preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos a quem compete nos termos do inciso 1º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa.

Não obstante, comungamos com o entendimento do autor de que o CSS será um verdadeiro cartão de cidadania, cujo número poderá até constar nos registros de atendimentos médicos para fins de controle de coibição de fraudes da saúde embora não tenhamos chegado a esse patamar. Mas não se trata de um processo fácil. Por certo, a sua doação demandará trabalho, aperfeiçoamento e correção de rumos. A Administração Pública não pode abrir mão de controle sob suas atividades e precisa de dados confiáveis para implementar, implantar políticas viáveis.

Terceiro, voto. Em visto o exposto e com base no que dispõe o inciso 1º do art. 99 do regimento interno do Senado Federal o voto é pela oitiva preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos quanto os aspectos econômicos e financeiros do Projeto de Lei nº. 269/2007 ante que essa Comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria. Este é o Relatório e voto, Srª. Presidente. Senadora Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Jayme Campos por ter lido o Relatório. Eu quero... Antes de passar a palavra a V.Exª, Senador Paulo Paim, só já colocar em votação o Relatório para que aproveitando a presença do Senador José Nery.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero dizer só uma frase, que eu concordo na íntegra com o relatório, e o Senador Zambiasi, que é autor também concorda com esse procedimento adotado pela Relatoria. Acho que simplifica que o próprio autor concorda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Em discussão o projeto. Alguém queira discutir? Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer que conclui pela oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos quanto os aspectos econômicos e financeiros do Projeto de Lei do Senado nº. 269/2007, antes que essa Comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria. Os Srs. Senadores e

Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado, o projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A pedido do Relator, Senador Eduardo Azeredo, o Item 08, PLS 303/2006 fica retirado da pauta para reexame.

Agora eu vou passar imediatamente a palavra ao Senador José Nery, e em função da sua atividade no Conselho de Ética ele precisa imediatamente se pronunciar. Eu fiz esse apelo que ele viesse apenas ler o seu Relatório de forma resumida e consolidada porque nós já conhecemos basicamente o teor do projeto para que ele pudesse ser dispensado e voltar ao Conselho de Ética. Eu quero agradecer mais uma vez ao Senador José Nery que está nessa luta hoje muito forte e todos nós estamos torcendo por V.Ex^a.

Item 05, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 177/2007, que dá nova redação ao § 3º do art. 543 Decreto-Lei nº. 5.452 de 1º de maio de 1943 e dá outras providências. Veda a dispensa de empregado sindicalizado que seja membro ou candidato de Conselho Fiscal. Autor, Senador Paulo Paim, Relator Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Caríssima Senadora Presidente Patrícia Saboya, Senador Paulo Paim, autor desse importante Projeto de Lei, Senador Jayme Campos e Senador João Durval da Bahia. Senhoras e senhores, é com grande satisfação que recebemos a tarefa da Relatoria desse Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim, entre nós com certeza um dos mais dedicados à causa, à defesa dos direitos, dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Então primeiro dizer aqui da honra de ter sido, Sr^a. Presidente, designado para essa tarefa. E aqui aproveitar para cumprimentar as representações sindicais das centrais sindicais do Movimento Sindical Brasileiro e diversas partes do País acompanham com enorme interesse a votação desse projeto. Passo a ler então, Sr^a. Presidente, o Relatório.

Em exame, sujeito à decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº. 177/2007 de autoria do Senador Paulo Paim. Trata-se da concessão da estabilidade prevista no § 3º do art. 546 da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 para os empregados sindicalizados ou associados, candidatos a membro do Conselho Fiscal de entidade sindical ou de associação profissional. Desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato. Caso seja eleito, inclusive como suplente. A demissão somente poderá ocorrer em caso de falta grave apurada nos termos da CLT. O autor nobre Senador Paulo Paim afirma ter recebido inúmeras manifestações de organizações

sindicais de todo o País com denúncia de demissão dos representantes do Conselho Fiscal dos sindicatos. Esse comportamento dos empregadores viola o direito de organização dos trabalhadores e os princípios democráticos inscritos no texto Constituição Federal. Na justificativa à iniciativa destaca-se também o interesse em fortalecer a negociação coletiva e as boas relações entre os trabalhadores e empregadores. Finalmente, registra-se que a estabilidade no emprego de todos os membros da entidade sindical é uma realidade em qualquer País do mundo, conforme preconiza a Organização Internacional do Trabalho. No prazo regimental não foram apresentadas Emendas.

Da análise. A estabilidade e a garantia de emprego dos dirigentes sindicais são matérias pertinentes ao ramo do direito do trabalho. Mudanças nessa área deve observar os pressupostos constitucionais relativos à competência para legislar e a iniciativa de leis fixado no inciso I do art. 22 do caput do art. 61 da Constituição Federal. Constata-se o respeito a essas diretrizes da Carta Magna e também as normas regimentais aplicáveis a espécie. Sendo assim, a norma constando o Projeto de Lei do Senado nº. 177/2007 está em condições de ingressar em nosso ordenamento jurídico observados os requisitos técnicos, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade técnica legislativa da proposição. Por sua vez a análise do mérito leva-nos a opinar pela aprovação da proposta nos termos em que está colocada. Em 3 de maio deste ano foi realizada Audiência Pública conjunta da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa destinado a analisar demissões arbitrárias de dirigentes sindicais, membros da CIPAs, Comissões Internas de Prevenção de Acidente do Trabalho. Neste evento ficou clara a necessidade de oferecer maior garantia aos dirigentes sindicais e outros representantes dos trabalhadores. Na ocasião o ordenamento atual da matéria foi criticado tanto por representante do Ministério do Trabalho e Emprego quanto do Ministério Público do Trabalho. Sendo os debatedores, o Supremo Tribunal Federal, STF, o Tribunal Superior do Trabalho, TST, ter entendido que cada sindicato pode ter apenas (ininteligível) estabilidade como previa a legislação anterior.

Além disso, na visão dos sindicalistas as decisões judiciais estariam apresentando dubiedades e variações causadoras de insegurança jurídica.

Em nosso entendimento a questão da estabilidade ou garantia de emprego deve ser vista em todo o seu contexto. Caso a proteção não seja estendida a todos dirigentes sindicais, é provável que as arbitrariedades atinjam os representantes destituídos de garantias

legais para o exercício da função. Sendo assim, consideramos necessária a justa concessão objeto desse Projeto de Lei de garantir aos membros do Conselho Fiscal dos sindicatos e das associações profissionais. Caso contrário, eles poderiam ser vítimas de represálias destinadas ao sindicato como um todo.

Portanto, Sr^a. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é imperativo que esta Comissão em voto terminativo seja conclusiva e aprove o presente Projeto de Lei. Do nosso voto.

Estando a matéria em consonância com as regras que regem a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade e adequadas as normas de técnica legislativa, além de dotá-la de relevantes razões de mérito opinamos pela aprovação no Projeto de Lei do Senado nº. 177/2007.

Portanto, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é o nosso voto e a certeza de que essa Casa precisa mais uma vez reafirmar os direitos básicos da organização sindical sem interferência do Estado de forma livre e principalmente garantindo aos nossos dirigentes sindicais de todo o País as condições mínimas para exercer a sua função como dirigente do Movimento Sindical. É o nosso parecer, é o nosso voto. Muito obrigado.

(palmas)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr^a. Presidente, eu queria fazer um apelo a todos os Senadores. Que se nós pudéssemos iniciar o processo de votação, e poderíamos aqueles que quiserem ir falando no longo desse período, já está vindo a Senadora Lúcia Vânia, confirmou que está vindo, o Senador Garibaldi está vindo, o Senador Flávio Arns está aqui ao lado também está vindo, nós vamos assegurar o quórum. O apelo que eu faço que a gente se possível discutir até porque dois, três Senadores vão ter de se retirar, que iniciasse já o processo de votação e vamos nesse período permitindo que a votação seja concluída.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Paulo Paim, eu consultei aqui já a Secretaria, eu estava pretendendo fazer que nós iniciarmos imediatamente a discussão enquanto eu tenho notícia que alguns Senadores já estão vindo. Então eu faria um apelo aos Srs. Senadores que permanecessem. É apenas para discutir esse projeto que é tão importante que está na pauta e nossos convidados já estão todos aqui. Acho que o Senador Nery, como Relator, não precisa votar... Já tem o voto. O voto já é conhecido então ele poderia se retirar. Mas quanto aos outros Senadores eu faço realmente um apelo que pudessem iniciar logo a discussão enquanto os outros Senadores que faltam para dar quórum pudessem chegar, pra gente não sair muito daquilo que

tem que ser feito. Então a gente tem que ter o quórum garantido. Mas eu inicio logo, abro a discussão...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A pergunta que eu faço para a Assessoria, se me permitir, Presidência. Porque eu também fiquei na dúvida. Confesso. A Senadora Serys já chegou. Qual é o problema de iniciar o processo de votação se há mais que o número no livro e nós naturalmente vamos votando; como se fez em diversas Comissões. O meu receio é que algum Senador tenha que sair. Esse é o apelo. Chegou o Senador Inácio Arruda. Eu acho que até da para iniciar a votação. Vamos iniciar a votação. Deu quórum. E a discussão a gente faz no segundo momento. Sem problema nenhum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir vamos iniciar a votação. (risos)

(palmas)

Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr^a. Presidente, apenas congratulando o nosso autor do projeto e o Relator, quero votar favoravelmente ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Voto, sim, do Senador Marcelo Crivella. (palmas) Senador Inácio Arruda, nosso Salvador da Pátria aqui. (risos)

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O nosso Presidente da Comissão de Justiça está exigindo minha presença lá, mas V.Ex^a tem muito mais charme.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada. (risos)

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ainda mais a causa é absolutamente justa, o nosso voto é favorável ao projeto.

(palmas)

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Eu queria fazer um apelo aos Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senadora Rosalba é Vice-Presidente da nossa Comissão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Desculpa aqui Presidente, eu já estava me apressando demais. Antes de declarar o meu voto eu gostaria de pedir aos colegas. Nós temos um assunto muito importante que fala sobre a doação de órgãos. Então eu gostaria que todos pudéssemos permanecer dar o quórum para que nós... Esse é um assunto tão importante, tem tanta gente precisando, casos que estão acontecendo, vidas que se vão por falta dessa lei.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador José Nery.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– O voto que eu não falei...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Voto já expressei publicamente, no Relatório, sim. E pedindo desculpas a todos por ter que retirar no momento para acompanhar importante reunião do Conselho de Ética do Senado que nesse momento discute um processo bastante complexo que exige a nossa presença lá. Agradeço e o voto favorável. Já declarei.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Muito obrigada ao Senador José Nery. Eu quero agradecer pela gentileza de ter vindo e atendido o nosso pedido tão rapidamente aqui na Comissão. Boa sorte. Para votar, o voto da Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Exatamente. Eu falei e não votei. Eu gostaria com relação a esse projeto, parabenizar o autor, ao Relator, e dizer que nós não podemos deixar os nossos trabalhadores desprotegidos. Porque se eles não tiverem a segurança da defesa dos seus direitos sem que para isso estejam sendo ameaçados, sendo de certa forma acuados, acuados porque daqui a pouco o sindicato não vai mais existir, ninguém vai ter mais coragem de participar porque onde falta tanto emprego nós não podemos chegar e... E o trabalhador sindicalizado vai ser prejudicado. Então o meu voto é com o Relator. É sim.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada Senadora Rosalba. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, senhores aqui presente, eu tive que sair às pressas na CCJ, eu tenho que voltar que está votando um projeto meu lá, mas o meu voto vim aqui dá-lo. É favorável.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Muito bem. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Voto favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu voto favorável também em defesa da liberdade do trabalhador, da liberdade de expressão.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada Senador. Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA) – Favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada Senador. Senador Valadares. Nosso ex-Presidente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Posso fazer uma declaração de um minuto, ou menos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pode. Com certeza.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O trabalhador sindicalizado ele deve ter o mínimo de proteção para continuar trabalhando com autonomia e independência em favor dos trabalhadores do Brasil. Por isso eu voto favorável.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr^a. Presidente, Sr^a. Vice-Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu quero falar também um minuto, com a devida vênia de V.Ex^a. Mas eu quero cumprimentar aqui o ilustre Senador Paulo Paim e o Relator da matéria Senador José Nery, pela louvável iniciativa. Até porque o mínimo que nós tínhamos que praticar aqui nesta Comissão e neste Congresso Nacional é a defesa dos interesses dos nossos trabalhadores. É inadmissível de que os trabalhadores não podem defender seus interesses de determinadas empresas, sobretudo aquele empresário não comprometido com seus trabalhadores, e acima de tudo nós vivemos num Estado Democrático de Direito, vivemos em um País em que toda a sociedade clama e quer ter a sua liberdade de expressão, quer ter seu direito de cidadania, e certamente nós que defendemos um País em que possamos viver com liberdade de expressão não poderíamos nesse momento que eu acho que o momento histórico na medida em que nós estamos votando aqui nesta Comissão um projeto que vai permitir que aqueles trabalhadores sindicalizados possam se expressar e defender seus interesses de forma coletiva de toda uma categoria. De maneira que eu quero cumprimentar o ilustre autor Senador Paulo Paim como Relator e dizer que sou favorável e voto sim na defesa do projeto do Senador Paulo Paim.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – E do evidentemente do autor, Senador Paulo Paim. Portanto, o projeto – PLS 177 de 2007 está aprovado com 10 votos sim e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

(palmas)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senadora Patrícia. Senadora Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pois não, Senador Geraldo Mesquita. Eu vou ceder agora o lugar à Senadora Rosalba que vai presidir o restante da Sessão em função de também um compromisso urgente que eu tenho. Mas o importante é que fizemos essa votação, eu volto para cá, volto sim porque eu quero votar no projeto de V.Ex^a. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

(troca de presidência)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado, Senadora Patrícia, que saiu. Eu queria oferecer apenas uma... Viu Paim, eu queria oferecer apenas uma sugestão... Eu queria oferecer apenas uma sugestão para os... Pessoal. Eu queria apenas oferecer uma pequena sugestão, Paim, aos técnicos que elaboraram essa nota técnica no sentido de que eles colocassem aqui no local da ementazinha, na nota, Senador Garibaldi chegando muito atencioso aí conosco. Uma expressão, Paim, tipo capital forte é dirigente sindical fraco. Eu vou repetir, a sugestão é para que os técnicos na segunda edição dessa nota técnica coloquem no local da ementazinha da nota uma expressão tipo “capital forte é dirigente sindical fraco”. Acho que casaria como uma luva dentro da nota, Paim, no País em que o *stabelechiment*(F) trabalha no sentido de garantir a estabilidade de dirigente, de agência reguladora, Senadora Rosalba. Dirigente de agência reguladora. Tem estabilidade nesse País. Não pode ser demitido. E depois do seu mantido tem uma série de prerrogativas e garantias. E dirigente sindical no nosso País vive sob a constante ameaça do seu enfraquecimento, da sua instabilidade. Isso tem uma razão, isso tem um porque. Todos nós sabemos. Então eu queria apenas mais uma vez louvar a iniciativa do Senador Paulo Paim que não é de hoje que em boa hora e a hora para ele é desde a sua... Do início da sua vida profissional e Parlamentar essa é a hora do Paim. Em boa hora, mais uma vez, reitera o compromisso com a classe trabalhadora brasileira, com o corpo sindical desse País. No sentido de garantir que por enquanto pelo menos em relação a eles, que vão para... Para o fronte, para a trincheira, lutar pelo conjunto de trabalhadores, pelo menos a ele, eu já diria, Paim, que a gente postulasse pelo menos a equiparação de tratamento. A equiparação de tratamento. Ora, se um dirigente de agência reguladora desse País tem estabilidade, vamos propor pelo menos a equiparação. Já que a insensibilidade de muita gente nesse País não permite que enxergue essa outra perspectiva, que pelo menos se

faça justiça no tocante à equiparação de tratamento. Portanto, justiça e o pleito do Senador Paim, as palmas aqui ouvidas refletem exatamente esse sentimento e mais uma vez a nossa solidariedade por proposições dessa natureza.

(palmas)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr^a. Presidente, como percebemos que o quórum não... Eu não falei para que pudéssemos votar outra matéria, mas percebo que não teremos mais os terminativos. Então se me permitir eu gostaria de ter dois minutos para falar sobre o projeto – PLS 177 de 2007- já aprovado, mas também entendo, se V.Ex^a entender eu falo no encerramento da Sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Vamos deixar para o encerramento porque nós precisamos aprovar esse Requerimento que não precisa de quórum qualificado.

Requerimento nº. 47/2007. Nos termos do inciso II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o inciso II do art. 58 da Constituição Federal requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de promoção, acompanhamento e defesa da saúde a fim de obter subsídios que norteiam a atuação do Senado Federal a respeito da regulamentação da Emenda à Constituição nº. 29/2000 que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde. Solicita-se a participação das seguintes autoridades. Representante do Conselho Nacional de Saúde, representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, representante do Ministério da Fazenda e representante do Departamento de Economia da Saúde do Ministério da Saúde. Autores, Rosalba Ciarlini e Senador Papaléo. Sei que é de extrema importância nesse momento, nós precisamos de mais subsídios, nós precisamos debater e encontrar uma solução. A saúde não pode continuar infelizmente como não está porque nós não queremos e não podemos ter apagão na saúde que é apagar a vida. Em discussão a matéria. Os Senadores...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Apenas com louvor quero dizer a V.Ex^a que a iniciativa... Se me der a palavra, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Em discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dizer a V.Ex^a de que o Requerimento é oportuno. Nós estamos preocupadíssimos inclusive em regulamentar a Emenda 29. Porque Estados e Municípios não estão aplicando aquilo que a Constituição prevê na saúde. Há filas enormes na porta dos hospitais, há deficiência de médicos, de remédios, as instalações são péssimas

e as pessoas estão morrendo. De tal maneira que é providencial e oportuna a iniciativa de V.Ex^a, quero congratular e dizer que voto favorável.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Obrigada, Senador. Eu sei que talvez o regimento não me permita porque estou presidindo. Nós entendemos exatamente essa questão. Sempre falamos que Estados e Municípios não estão cumprindo. Eu sei que tem Município que estão cumprindo até mais. Estados que talvez estejam cumprindo até mais. Então nós queremos saber até onde o Governo Federal também está cumprindo. Porque os Municípios reclamam que o Estado e o federal não estão cumprindo. Nós precisamos saber isso e realmente que a saúde tenha mais recursos. Porque hoje é muita questão de gestão e recursos. Somente isso. Tenho certeza para que a gente possa dar uma boa assistência.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Ex^a permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Pois não, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só uma intervenção rápida para dizer que o problema pode estar na prestação de contas. Que Estados e Municípios realizam e às vezes colocam despesas que não são propriamente despesas de saúde pública. Por exemplo, despesas... Eu vi uma observação de que despesas como merenda escolar. Não é que ninguém esteja contra merenda escolar. Mas a merenda escolar em última análise é uma despesa de educação e não de saúde. E por aí vai.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador, o senhor que também foi Governador e tem uma vasta experiência, sabe muito bem que o que nós estamos esses recursos quando a gente fala recursos para a saúde a gente está falando recursos para tratamento, para prevenção. Claro que uma boa alimentação é uma prevenção. Mas nós temos que ver a questão da assistência à saúde. É aí que está faltando. Aliás, falta no Brasil em muitos setores. Mas nesse é prioridade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não adianta cobrir um santo e deixar outro descoberto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Não adianta. Exatamente. Os Srs. Senadores que concordam com o Requerimento, estão de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

(palmas)

Não havendo... Ah, Senador, a palavra será sua com certeza. (risos) Eu gostaria apenas de dizer que o assunto da questão da doação de órgãos, como infelizmente está um dia bastante movimentado, Senadores precisando estar em outras Comissões, não foi possível faço a solicitação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr^a. Presidente, só pela ordem. V.Ex^a não gostaria de ler o Relatório e queimarmos uma etapa e deixarmos então a... Porque o Relator se encontra aqui. É você Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Não gostaria de ler o Relatório e a gente poder adiantar a aprovação da matéria?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas quem sabe encerra esse assunto do 177 de uma vez. Estou com o 177 para encerrar aqui e depois podemos desenvolver. Eu estou insistindo porque grande parte do Brasil assiste a TV Senado. E talvez nem todos entendam por que é que eu estava tão indignado quando iniciou o debate do 177. E eu não tenho como não ler, Senadora. O que eu recebi aqui na minha mão por parte do Ministério do Trabalho que eu quero deixar bem claro. Que não acredito que o Ministro Lupi concorde com esse material que chegou aqui. Não acredito que o Medeiros, que é o Secretário-Executivo também concorde. Olha só o que é que foi escrito aqui. No que concerne especificamente ao Conselho Fiscal das Entidades Sindicais frisa-se que seus membros não representam politicamente os interesses dos filiados ao sindicato. Ou atuam na defesa do direito da classe respectiva. Pelo que a função exercem não se contrapõem diretamente aos interesses patronais, logo não se justifica para os membros do Conselho Fiscal da entidade sindical gozem estabilidade no emprego. Ou seja, é inadmissível que o meu Ministério do Trabalho me mande um documento para o Senado da República, não é para um botequim qualquer, é o Senado da República do nosso País dizendo que dirigente sindical do Conselho Fiscal que eu fui. Se hoje eu sou Senador da República e fui dirigente sindical, eu fui do Conselho sindical da delegação. E digam pra mim que eu não fazia política. Só se eu fosse débil mental. Eu fazia política sindical 24 horas por dia. Fazia piquete, ia para a greve, organizava os trabalhadores e hoje sou Senador da República. Então quem escreveu isso aqui não sabe nada de Movimento Sindical. Por isso a minha indignação. Não pode ser diferente. (palmas) Como é que botam pessoas para escrever isso. E tem mais, eu sou obrigado a dizer isso. Senão dá a impressão de que eu estou bravo sem motivo. O que é que diz aqui mais. “Ademais, a proposição só vem reforçar o privilégio”

gio”. Como se dirigente sindical e estabilidade fossem provisória. Mas nem na OIT, nunca leu, não sabe que a OIT não foi lá. Ademais a proposição só vem reforçar o privilégio de uns poucos que goze de estabilidade em detrimento da grande maioria que não tem segurança quanto à manutenção do seu vínculo empregatício. Claro que nós sabemos que os trabalhadores não têm estabilidade. Por isso a Constituição, a OIT, enfim, garantiu estabilidade, pelo menos pro dirigente sindical. Agora dizer que o membro do Conselho Fiscal ou o suplente não tem estabilidade, isto demonstrou toda a minha indignação. Mas eu quero dizer para encerrar já porque me sinto contemplado com o resultado, porque eu sou daqueles que sempre disse para senhora outro dia aqui. Projeto bom é o projeto aprovado. Se não fica tudo no campo da intenção. Tem gente que tem milhares de projetos. Eu acho que o projeto bom, e não é pelo autor, é que todos nós estamos fazendo é aprovando eles quando tem de fato respaldo social como esse tem. Eu quero só concluir dizendo que pra mim foi muito bom que eu recebi aqui da Assessoria do Governo quero dar esse registro, a Assessoria do Governo disse: Paim, essa não é a posição da Assessoria do Governo. A Assessoria do Governo inclusive trabalhou para que Parlamentares viessem aqui aprovar o projeto. Eu fico muito feliz que não é uma posição do nosso Governo, não é do Ministro Lupi e nem do Secretário-Executivo. Por isso a minha satisfação, eu só espero que a aprovação desse, ajude também na aprovação do acordo que fizemos naquele projetinho da CIPA que é o 248 da contribuição assistencial que querem tirar todos os recursos das entidades se já aprovado lá na Comissão de Economia. Esperamos ver vocês na Comissão de Economia para aprovar também a 148. Muito obrigado.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Passamos agora a leitura do projeto... Do Item 03. PLS 98/2007 de autoria do Senador Marcelo Crivella e Relator Senador Paulo Paim. Eu gostaria de comunicar antes do Senador começar a Relatoria, de que o Item 02 que é o PLS 408/2005 fica como primeiro item da pauta da próxima reunião do Conselho, da Comissão de Assuntos Sociais. Até porque esse assunto é tão importante, nós queremos contar com o número máximo de Senadores para discutir e aprová-lo porque é terminativo. Passamos à leitura do Projeto de Lei 98/2007 do Senador Marcelo Crivella. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr^a. Presidente, para permitir inclusive que o autor possa fazer em seguida as suas considerações Senador Marcelo Crivella que tem tido sem sombra de dúvidas inúmeras

iniciativas na linha da responsabilidade social, e nesse sentido desse projeto em defesa da vida inclusive desses trabalhadores eu vou ler a análise deixando toda a exposição, primeiro para ganharmos tempo com relação ao Relatório.

Análise. A proposição em análise está em conformidade com os pressupostos constitucionais que regem a elaboração de leis, a matéria pertencente ao campo do direito do trabalho é de competência do Congresso Nacional no termos do art. 48 da Constituição Federal. Analisando-se a juridicidade, a regimentalidade e técnica legislativa também não se verificam aqui nenhuma impropriedade. Se aprovada, portanto, estará apta a fazer parte do ordenamento jurídico nacional. No mérito consideramos relevantes os argumentos expostos pelo autor Senador Marcelo Crivella e plenamente justificável a aprovação desta proposta. Efetivamente as empresas, infelizmente, não todas, para atrair os consumidores muitas vezes utilizam de práticas nem sempre adequadas para o trabalhador com o intuito de oferecer serviço diferenciado a seus clientes. É o caso de algumas empresas e tomadoras de serviços que empregam e se valem dos moto-boys. Para fazer entregas de produtos e produtos de terceiros. A esse trabalhador geralmente é imposto, aí que vem a responsabilidade social do nosso querido Marcelo Crivella. A esse trabalhador geralmente é imposto um ritmo de trabalho que os induz forçosamente ao abuso de velocidade pelas vias de cidades com as tristes consequências que todos nós já conhecemos. Acidentes que levam à morte inúmeros desses trabalhadores. É lamentável que um empregador e o tomador de serviços recorram a expediente que pode colocar em risco a vida de seus empregados e prestadores de serviços. Este e outras alternativas pressionados tanto pelo afã do empregador em cativar clientes quanto pela necessidade de satisfazê-lo obrigam-se a desempenhar seu trabalho sem prestar atenção à própria integridade física e psicológica. Pesquisas demonstram que a categoria dos moto-boys impedidas pelo prazo estabelecidas pelas suas entregas está se tornando rapidamente líder do ranking de imprevidência, ousadia e não poucas vezes da irresponsabilidade ao executarem manobras ousadas e perigosas que põem em risco não só a sua vida como também a de outros.

Não há dúvida, portanto, que o projeto é da maior relevância. Sua eficácia, todavia, requer que os infratores sejam punidos quando não cumprirem o que manda a lei. Assim estamos propondo ao final Emenda estabelecendo penalidade aos infratores.

O voto. Em visto do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 98/2007 do Senador Marcelo Crivella com a seguinte Emenda. Acrescen-

ta-se o seguinte art. 02 remunerando-se o atual como art. 3º. Art. 02. Pela infração de qualquer disposto essa lei ao empregador ou ao tomador de serviço será imposto a multa de 303 reais. Não é ao trabalhador. Deixar bem claro. A penalidade será sempre aplicada no grau máximo se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para foldar(F) o dispositivo desta lei. Eu quero apenas cumprimentar o autor, Senador Marcelo Crivella, que está aqui protegendo os moto-boys, que fique bem claro. São milhões, eu diria, de pessoas nesse País que já atuam nessa atividade de uma forma ou de outra e eu entendi como Relator o que é mais do que junto, Senador Marcelo Crivella, a sua preocupação. Que são centenas que estão morrendo eu diria... Não diria diariamente, mas eu diria centenas de mortes acontecem nesse País devido a esta situação que eles são forçados a dar produtividade no trânsito. O que é altamente perigoso. Ou seja, uma atividade de alto risco. Acho até que deveriam ganhar periculosidade. Nós deveríamos até quem sabe, aprofundando o debate, colocar que eles deveriam receber periculosidade. Mas eu acato o projeto de V.Exª, fiz uma pequena Emenda, claro que só botaria ela em votação se houver o acordo de V.Exª que é o autor do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Com a palavra o autor do projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senadora Rosalba, eu quero agradecer ao ilustre Senador e defensor dos trabalhadores nessa Casa, Paulo Paim, e dizer que fico muito feliz com a Emenda que ele acrescentou colocando multa de 300 a 3 mil reais para aquelas pessoas, aqueles empregadores, Senadora, que dizem o seguinte: “Peça a sua pizza porque se nós não entregarmos em 30 minutos você não paga”. Então sai o moto-boy em dia de chuva nas grandes cidades brasileiras para entregar uma pizza com um prazo premente. Isso é inadmissível. Segundo o IPEA em 2001, os acidentes nas regiões metropolitanas do Brasil foram de tal monta que chegaram a cinco bilhões de reais os prejuízos auferidos. E mais, eu consultei o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, Senadora, todos os dias na capital de São Paulo existem inúmeros acidentes envolvendo moto-boys. Mas, pelo menos, me disseram eles, cinco são com lesões corporais permanentes. Um ou dois óbitos. Diariamente em São Paulo naquelas avenidas movimentadas os moto-boys expõem suas vidas. Esse artifício de conquistar clientes e vender mais os produtos nasceu nos Estados Unidos. Mas lá é entregue com carros. Com automóveis. Como o Brasil emprega pessoas normal-

mente de baixa renda e eles não têm automóvel próprio, eles utilizam motocicleta e acabam se machucando muito. Muito. Então eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim pela deferência e pelas palavras generosa que teve com o nosso projeto e dizer que espero ver aprovado aqui nessa Comissão e no Senado Federal a extinção do que digo ser uma prática que perpetua a escravidão nesse País de negros, brancos, pobres, e mestiços, que vão, continuam indo à luta pela sobrevivência, expondo suas vidas para ganhar, Senadora, um salário na maioria das vezes irrelevante. Quando esses meninos se acidentam, e têm lesão da medula, V.Exª sabe que eles vão ficar permanentemente numa cadeira de rodas aí o empregador, aí a sociedade pouco poderá fazer para que essas pessoas tenham uma vida digna. E existem milhares e milhares de meninos hoje cadeirantes porque na motocicleta se acidentaram. Muito obrigado Senador Paulo Paim. Que Deus o abençoe e que nos ajude a fazer justiça e proteger nossos jovens no Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador Crivella, eu quero parabenizá-lo e também o Senador Paim porque realmente essa preocupação na proteção da nossa juventude e do trabalhador. Quando o senhor falava na questão de liberdade que nós continuamos, isso é uma forma de escravidão. Então nós temos que continuar a luta permanente por novas liberdades. E a liberdade para que você possa exercer com dignidade o seu trabalho, dar a sua contribuição sem na realidade ter que colocar sua vida em risco ou então ficar com a deficiência que é irreversível e o que é que vai ganhar esse trabalhador? Qual o prêmio? Quando muito uma aposentaria de um salário mínimo que mal vai dar para comprar um remédio e muito menos a cadeira de roda ficando o resto da sua vida dependente, escravizado, pedinte. Isso realmente nós temos que... é de alta relevância social, estão de parabéns e por falta de quórum no momento para a votação, nós colocamos já para a próxima reunião como item a votação desse tão importante projeto. Ao lado do projeto da Senadora Lúcia Vânia do qual sou Relatora que trata da questão da doação de órgãos que eu considero da mais alta importância e espero, assim como para esse, espero também contar com a presença dos Srs. Senadores para que a gente possa aprová-lo para ajudar a salvar vidas no nosso País.

Muito obrigada e sem ter nada mais a tratar, está encerrada essa Sessão.

(palmas)

Sessão encerrada às 12h16.

Ata da 35ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de setembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia onze de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, reúne-se a Comissão de Assuntos com a presença dos Senhores Senadores(as) – **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JUNIOR, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidente Senadora Patrícia Saboya observa ser esta Audiência Pública a primeira de uma série que deverão ser realizadas sobre a situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor. A presente reunião, convocada em forma de Audiência Pública, tem por finalidade atender ao Requerimento nº. 44 de 2007 – CAS, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, para debate sobre a situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulamentação do setor. A Presidente dá início a reunião, convidando os palestrantes para comporem a Mesa, que terão 15 minutos para suas exposições. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Dra. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MENDES** – Federação Nacional de Saúde Suplementar – Fenasaúde; **Dra. VANESSA ALVES VIEIRA** – Associação Brasileira do Consumidor – Pro Teste; **Dr. PEDRO PABLO CHACEL** – Conselho Federal de Medicina – CFM (representando a Associação Médica Brasileira); **Dr. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS** – Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Às onze horas e trinta e seis minutos o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às doze horas e cinco minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. Às doze horas e trinta e um minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. Usaram da palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Junior e Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de este-notipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Havendo número regimental declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, para a 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 44 de 2007, referente à discussão sobre a situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor. Nós convidamos representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE, da Associação Médica Brasileira – AMB e da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE, que abordarão o tema do aprimoramento da legislação do setor.

Antes de convidar os nossos palestrantes de hoje, eu gostaria de esclarecer a essa Comissão e a todos que participam dela hoje, que essa é a primeira audiência pública, lembrança do Senador Flávio Arns agora a pouco, de que essa é apenas a primeira Audiência Pública, Senador Papaléo, que nós faremos para discutir essa situação, mas a idéia da Comissão é que nós possamos ter talvez mais umas duas Audiências Públicas com outros segmentos para que a gente possa discutir com muito detalhadamente uma situação que tem vivido certamente aquelas pessoas que hoje estão ligadas a planos de saúde. Nós sabemos que é impossível, eu jamais seria leviana de fazer aqui uma generalização a respeito dos planos de saúde, mas nós temos a responsabilidade, essa Casa, o Senado da República, tem a responsabilidade, através da Comissão de Assuntos Sociais, de defender também os consumidores brasileiros, a população brasileira, que reiterada vezes, de diversas maneiras, de diversas formas, tem demonstrado a sua preocupação e muitas vezes a angústia em relação a certos procedimentos que têm tomado alguns planos de saúde privado. Eu inclusive, não eu pessoalmente, mas pessoas com quem eu convivo, pessoas com quem eu me relaciono, que já foram vítimas de algumas espertezas, e é muito importante que nesta Audiência Pública a sociedade brasileira possa conhecer com exatidão quais são as nossas dificuldades, quais são as nossas conquistas e quais são os nossos desafios, e nós pretendemos fazer isso através dessas Audiências Públicas que terão evidentemente a colaboração dos Srs. e Sras. Senadores na oportunidade para que possam sugerir, Senador Flávio Arns, outras entidades, inclusive a lembrança do Senador Flávio Arns dos representantes dos peque-

nos planos de saúde que também têm vivido situações muito difíceis. Portanto, eu gostaria já de agradecer de antemão a presença de todos os nossos convidados, chamando em primeiro lugar o nosso conhecido, que está sempre presente à nossa Comissão, que atende a todos os nossos chamamentos, que é o Dr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar; gostaria de chamar a Dra. Vanessa Alves Vieira, representando a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE; chamamos o Dr. Roberto Queiroz Gurgel, representando a Associação Médica Brasileira, só que como não pode comparecer porque teve problemas no seu voo, nós temos aqui a honra de convidar o Dr. Pedro Pablo Chacel, do Conselho Federal de Medicina, que fará a exposição; gostaria também de chamar a Sra. Solange Beatriz Palheiro Mendes, representando a Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE.

Bem, nós achamos por bem que cada expositor pudesse ter quinze minutos para fazer a sua exposição, até porque era importante que a gente pudesse ter uma certa objetividade para que os Senadores pudessem participar, fizessem as perguntas e esclarecer algumas dúvidas. Portanto, se for necessário, claro que essa Mesa irá permitir que todos possam falar um pouco mais, mas eu acho que o ideal seria que todos pudessem fazer em quinze minutos, até para que hoje nós teremos também uma Sessão Extraordinária em que vamos tratar da indicação do Sr. Agnelo Queiroz, portanto será uma sabatina provavelmente bastante demorada também. Então eu pediria aos nossos expositores, com toda delicadeza, que pudessem buscar concretizar as suas palavras. Comunico também que a lista de inscrição já está aqui à disposição dos Senadores e Senadoras. Portanto, com a palavra, em primeiro lugar, a Sra. Solange Beatriz Palheiro Mendes, representando aqui a Federação Nacional de Saúde Suplementar.

SRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MENDES:

Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Senadores, à Presidente da Mesa, Senadora Patrícia Saboya. É realmente uma oportunidade de mais uma vez se trazer para o debate a situação da saúde suplementar no Brasil num ambiente aonde se possa ter trocas e somar por esse processo. Eu fiz uma representação que não é tão enxuta quanto o necessário. Eu vou iniciar a apresentação, vou acelerar e vou tentar completar. Caso contrário eu pulo alguns slides, mas podemos começar, por favor.

Esse é o sumário, é o escopo da apresentação.

Estou representando a FENASAÚDE, a FENASAÚDE é uma nova entidade que está alcançando não só as seguradoras especializadas em saúde como as

demais operadoras do mercado, sucede a FENASEG, que era uma entidade que anteriormente representava somente as seguradoras especializadas. O objetivo então da FENASAÚDE é exatamente a troca de experiências entre as entidades desse mercado com vistas a otimizar e a ter melhores resultados, tanto do ponto de vista do negócio quanto da atenção à saúde a essa população. As operadoras associadas são essas daí indicadas.

Esse é o *marketing* *sher* da FENASAÚDE, quer dizer, hoje nós representamos 28% desses beneficiários atendidos pela saúde suplementar no país, que contempla quarenta e cinco milhões de vidas, nós representamos treze milhões, 40% da despesa assistencial, quer dizer, todo o serviço de assistência à saúde à população assistida pelas empresas associadas está na ordem de doze bilhões de reais, praticamente treze bilhões de reais é quanto se atende aos segurados, num total de trinta e dois bilhões que é a despesa médica assistencial de todo o mercado de saúde suplementar, e na receita, então, esse mercado movimenta, no total, quarenta e um bilhões de reais e a FENASAÚDE representa então praticamente 40% desse total.

A saúde, sem dúvida, é um bem meritório e, portanto, merece que as políticas públicas conduzam a assistência a essa população, o acesso da população à saúde. A saúde suplementar integra o sistema brasileiro de saúde, a Constituição Federal dispõe sobre a livre iniciativa do setor privado, a relevância das ações em saúde, cria o SUS e a saúde complementar, então, ela não é substitutiva à saúde pública, na verdade ela é o grande exemplo do sucesso de uma parceria público privado, porque o setor privado coexiste com o setor público.

O orçamento público, portanto, é insuficiente, quando da Constituição Federal de 1988 essa Casa, inclusive, previa que com a obrigatoriedade da condução do Estado da saúde pública certamente teria como orçamento o dobro do que hoje está disponibilizado para o setor público, então o orçamento público é insuficiente, e o financiamento privado, então, é fundamental e desonera o SUS, permitindo que este orçamento, que é reduzido, possa ser otimizado àquela população que a ele recorre. O setor privado, portanto, ele participa mais da metade da despesa total da assistência à saúde no país.

O sistema de saúde suplementar, então, é um sistema complexo, o mercado de saúde é um mercado diferenciado dos demais mercados da economia, ele tem características próprias. Aqui do ponto de vista estrutural do mercado se vê que tem mais de mil e seiscentas empresas operando nesse mercado hoje, várias modalidades de formação dessas empresas, cooperati-

vas médicas, autogestão, seguradoras, filantropia, que dá uma grande contribuição ao SUS, uma população de quarenta e cinco milhões de pessoas atendidas, com o fundamento que eu coloquei anteriormente já de quarenta e um bilhões. Quer dizer, se tem um universo de empresas, fora mais de sete mil hospitais, mais de vinte mil laboratórios, quer dizer, que é a rede que atende à saúde no país. É um sistema extremamente complexo. Fora isso, é um mercado imperfeito. A saúde é meritória, o mercado é imperfeito, portanto, não há regras perfeitas de concorrência e daí merecer a intervenção do Estado na sua regulação.

O Estado intervém, então, exatamente porque existe falha de mercado, porque as ações entre os vários autores, os vários agentes dessa relação são complexas, se têm as figuras da seleção de risco por parte da operadora, que quando é mal aplicado surge essas situações de opressão aos consumidores, de aviltamento a direitos desses consumidores, se tem a seleção adversa por parte não só dos consumidores, porque aquele indivíduo mais propenso ao risco é aquele que se movimenta mais em direção à aquisição desse produto. Se todos forem de alto risco, esse sistema deixa de poder proporcionar essa tensão. Por quê? Porque o financiamento fica muito caro, quer dizer, deixa de ser um mutualismo e passa a ser um financiamento, sendo que o custo da medicina é muito alto, certo? Então se tem a figura também da demanda induzida dos prestadores porque é ele quem detém o conhecimento, é ele quem diz o que o consumidor vai comprar, como comprar, é então um especialista no assunto. Portanto, prestadores e consumidores forçam a demanda por razões vamos dizer assim atípicas, mas é própria desse mercado. A seleção adversa também, aqueles que têm mais risco são aqueles que se movimentam na direção da contratação. O risco moral, ele tem se apresenta porque aquele que paga, ele quer fazer jus ao que está pagando, a ele não vem a idéia de que ele está pagando dentro de um mutualismo onde muitos pagam para poucos usarem, além da presença do terceiro pagador, quer dizer, a figura de um terceiro pagador aí faz com que não haja a dimensão do custo daquela utilização, então há uma utilização indiscriminada. Então as falhas de mercado diminuem a eficiência e a quantidade de bem-estar da sociedade. Podem até atingir tal desequilíbrio que a inviabilize o funcionamento desse mercado. Por isso se justifica então a regulação para corrigir tais falhas, quer dizer, se deve manter esse sistema de saúde suplementar com base no mutualismo para que mais pessoas possam se valer dessa assistência.

O marco regulatório portanto, a lei 9.656, não vou me desentender, mas ela veio depois de um lon-

go depois, depois de uma crise na sociedade, conseguiu minimizar alguma dessas falhas, então hoje as empresas já oferecem um grau de garantia a esses consumidores que anteriormente estava muito fragilizado, então elas têm condições de garantir aquilo que estão oferecendo, da mesma forma que essa seleção de risco também, a lei praticamente proibiu qualquer seleção de risco por parte das empresas, não admitindo as exclusões, admitindo inclusive a condição de pré-existência. A criação da lei 9.961 então cria a Agência, que é o órgão regulador e que tem a atribuição exatamente de resolver ou de tentar resolver essas distorções dentro da lei do mercado. A lei 10.185 é que obriga as sociedades seguradoras a se especializarem exclusivamente em saúde. Anteriormente era unicamente as empresas que eram reguladas, tinham regulação não só do ponto de vista do seu negócio e da sua empresa como também do próprio objeto: contratos, nota técnica atuarial do seu produto e etc. A lei 10.850 fixa as diretrizes para adaptação de contratos e que não teve sucesso por vários razões.

O escopo da regulação. Então a atividade regulatória, ela tem uma falha que não é por força da atividade da Agência e sim da lei. A lei, na verdade, ela dispõe somente quanto às operadoras e não quanto à cadeia produtiva como um todo. Então como controlar um mercado aonde toda a cadeia produtiva, nessa só um ente é o regulado, daí as dificuldades que ainda se vivenciam nesse processo de regulação. A meta então da Agência é de estabelecer uma correta locação de risco entre os agentes da oferta e da demanda de modo a garantir a sustentabilidade desse setor.

Esses são alguns condicionantes da saúde privada, quer dizer, o que é um plano de saúde? Várias pessoas para se protegerem da ocorrência de evento – que são os riscos – médico-hospitalares, que são possíveis, e de data incerta, contribuem com uma remuneração, que é o prêmio ou a mensalidade, calculada atuarialmente, quer dizer, com regras de probabilidade, tendo como garantia receber o que for contratado caso haja necessidade. Então o que é que move a sociedade na direção da busca do plano de saúde? É a incerteza, ninguém sabe se vai ou não ficar doente, se vai ou não apresar daquele serviço. A necessidade, porque não tem como deixar de cuidar da doença e tratar da saúde. E o alto custo, porque qualquer cidadão brasileiro hoje, de qualquer extrato social, com raríssimas exceções, não teria como financiar, como arcar com o custo do seu tratamento de saúde. Ele, individualmente, é impossível, qualquer que esteja no seu extrato social. Portanto, vai ao plano de saúde, que tem como princípio o mutualismo. E o mutualismo, ele precisa de equilíbrio, quer dizer, ele se vale das regras

de probabilidade, óbvio que tem o alto risco, óbvio que tem a incidência, é uma operação de alto custo, tudo isso está previamente calculado. Qualquer coisa que modifique este equilíbrio que foi calculado anteriormente coloca em risco o mutualismo, e esse é o desafio do órgão regulador ao compor esses interesses dentro dessa relação. Por quê? Porque no afã de dar assistência, de atender a demanda individual, pode comprometer todo o grupo, aquela massa segurada, todos ficarão sem assistência. Então alguns fatores que agredem o mutualismo é exatamente a seleção adversa, é exatamente o risco moral. Por quê? Porque eles crescem, distorcem aquela parcela de custo, quer dizer, aumentam muito a utilização e também aumenta muito, se houver uma desproporção do alto risco, aquela massa que está ali onde muitos pagam para poucos usarem, muitos estarão usando, então o preço fica muito alto e torna inviável aquele produto para aquela população, principalmente no nosso país aonde se sabe que a renda da população é escassa, então se tem baixos padrões de renda. Então esta é a dificuldade, esse é o desafio de se manter a integridade do princípio do mutualismo.

Bem, esse é o antes e o depois. Como a Senadora expôs, antes da lei 9.656 havia diversas distorções, diga-se de passagem que parte vamos dizer assim desses direitos que não eram garantidos vinham por força dessa prática, desse conceito de fazer a seleção de risco. Alguns se excediam nisso e realmente aviltavam o direito, agrediam o Código de Defesa do Consumidor, onde direitos mínimos não eram garantidos, como, por exemplo, limite de internação de três dias no ano. Agora, por exemplo, limite de internação de sessenta dias no ano, de noventa dias no ano, a OMS, por exemplo, tem estáticas que esse é o prazo médio de utilização. Então é importante que não haja limite? É importante, a lei conquistou isso. Mas um limite dentro de uma vamos dizer assim de uma programação, de uma previsão (soa a campainha) ele não é ... já acabou o meu tempo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Pode falar mais cinco minutos.

SRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MENDES: Bem, então o que era o antes e o depois com as garantias da lei.

No *slide* seguinte continua o elenco das garantias que a lei trouxe.

No seguinte, o grau de cobertura geográfica, ele se dá em função do PIB de cada Estado. Então o Distrito Federal, por exemplo, ocupa a terceira colocação, quando na verdade em número de vidas assistidas Minas Gerais passa para o terceiro, mas como é em

função da renda, uma parcela maior da população de cada Estado é atendida em função da sua renda.

O plano de saúde antes, os antigos, hoje é uma minoria, 33% contra 67%, e a forma de contratação basicamente está no coletivo: 72% desses contratos são no coletivo.

Os grandes financiadores então desse sistema privado são os empregadores. 100% das maiores empresas, das quinhentas maiores empresas no país, elas dão o benefício saúde ao seu trabalhador. Há um compartilhamento de custo em 81% das empresas. 28% oferecem o benefício a aposentado, e representa, na grande maioria das empresas, 7% da folha de pagamento. Hoje está chegando a 9%. Tivemos a experiência lá fora, a experiência americana nesse sentido, aonde a empresa perdeu competitividade e teve grandes problemas em função do alto custo desse benefício, hoje, inclusive, oferecendo mais de cem mil reais para que cada empregado abra mão do direito a esse benefício, tal é o impacto atuarial no movimento daquela empresa.

Por que os custos crescem tanto então? Pela regulação do Governo, seja através do Legislativo ao garantir mais direitos e mais coberturas, seja através do Judiciário quando contempla direitos individuais que não estão contemplados nos contratos, seja através do Executivo com o custo da regulação. A introdução de novas tecnologias, que graças a Deus se tem o desenvolvimento tecnológico a favor da saúde, cada vez se goza então de um benefício maior, mas isso tem um custo. Os novos materiais e medicamentos e os seus preços, porque só não vem a novidade dos materiais, como, na saúde, as novidades, elas não são substituem o preço antigo, elas crescem, elas se somam ao produto anterior, quer dizer, o Raio X continua existindo, a ultra-sonografia, a ressonância magnética, então só vai agregando custo. E o custo da novidade, o preço da novidade também é sempre infinitamente superior em função até da tecnologia utilizada. O aumento da expectativa de vida da população, se sabe que a população mais idosa é aquela que usa mais o serviço de saúde. A alteração de perfil de morbidade no Brasil está saindo das doenças infecto-contagiosas e passando para as outras doenças. A seleção adversa, como eu disse, que compra quem precisa, portanto, acelera a massa de utilização. O risco moral que é a sobreutilização, que é usar desnecessariamente. A remuneração dos prestadores de serviço aguça esse processo porque hoje o modelo de remuneração é por produção, então quem produz mais ganha mais, e isso na saúde é perverso. O custo médio por faixa etária, está demonstrado que as faixas acima de cinquenta anos tem um alto custo, está demonstrado estatística-

mente. A inflação médica que é bem superior e é isso que o cidadão comum não entende, ele quer parametrizar o seu gasto do seu plano de saúde com os demais índices da economia, sendo que os custos em saúde não são regidos pelos outros itens que medem essa bolsa de preços ao consumidor. Está aí demonstrado que nos planos coletivos, são os empregadores que fornecem, o custo médio anual está em praticamente 12%, quando os demais índice estão em 7%, dando uma diferença de quatro pontos percentuais.

Essa é a estrutura de custo das seguradoras especializadas, mas que as demais operadoras não fogem a essa estrutura, aonde se vê que os materiais evoluíram 122%, as diárias diminuíram 26%, os exames menos 3%, quer dizer, houve uma transposição da margem dos hospitais para materiais e medicamentos, houve uma alteração nessa estrutura de custo, e então também se verifica que os grandes agressores de custo dessa operação hoje está localizado em materiais e medicamentos.

Aqui também demonstrando a composição, onde mais da metade do custo está em internação.

Aqui não dá para ler, mas se vê, em termos quantitativos, que quantitativamente se pratica mais, se oferece mais exames clínicos. Em termos de custos a internação hospitalar é que domina o dado. Hoje se tem uma frequência de quatro consultas por segurado, três exames por segurado, e não chega a uma internação por segurado, em termos quantitativos.

Isso é só um exemplo da evolução dos custos, quer dizer, antes se tratava ... o protocolo previa, dava um custo de cento e vinte três reais, hoje se tem um medicamento, o Herceptin, de dez mil reais, quer dizer, um aumento de 8.547 %. Um tratamento desse hoje, de seis meses, custa cento e trinta, cento e quarenta mil reais. Então a ordem de grandeza dos gastos em saúde extrapola qualquer outra que se tenha na economia.

A cirurgia de obesidade mórbida saiu, em 2001, de nove mil reais, hoje para vinte e cinco mil reais.

Esses então são os fatores do aumento do custo assistencial. Pelo lado da demanda se tem o envelhecimento populacional, a transição epidemiológica, a seleção adversa, o risco moral, o aumento das coberturas seja pela revisão do rol, seja por demandas judiciais. A pressão de oferta se dá pelo lado das novas tecnologias e dos mecanismos de remuneração, e o preço do plano, então, ele é pressionado e determinado por quem? Pela renda disponível da população e pela restituição orçamentária das empresas.

O que se vê aqui é que quanto à seleção adversa, se pode trabalhar diluição de custos. Quanto ao risco moral, se trabalhar o consumo consciente. Quanto ao

aumento de cobertura, no caso da revisão do rol, é se privilegiar a efetiva incorporação do custo efetividade, quer dizer, fazendo um balanceamento. As demandas judiciais, temos tentado sensibilizar o Judiciário que o direito individual não deve prevalecer sobre o direito da coletividade em saúde. O direito de um prejudica o de outro. No caso das novas tecnologias, uma correta política de avaliação de tecnologia em saúde. Mecanismos de remuneração, estamos já trabalhando novos mecanismos de remuneração com os prestadores para evitar aquela sobreutilização. Se tem mudado o foco do produto, da operação, para gestão do custo assistencial, quer dizer, hoje investindo em programas de prevenção, em cuidado à saúde. Os preços dos planos têm que ter um rigor técnico, tem que observar as características da operação, a característica da empresa, a regionalização, a estrutura de custo, a contratualização com aqueles prestadores.

Aonde não se tem como mexer, e é aí também que se tem o grande desafio. O envelhecimento populacional e a transição epidemiológica foge ao controle de cada um de nós. A renda disponível da população e a restituição orçamentária das empresas estão dentro de um contexto econômico do nosso país que hoje tem dado vistas de estar melhorando, mas ainda se atingir o estágio necessário para uma boa atenção à saúde, temos um longo caminho a percorrer.

Temos perspectivas então para o crescimento, os indicadores mostram que o que se tem crescido permite um crescimento maior, porque senão (soa a campainha) vamos levar vinte anos para se ter pelo menos 25% da população atendida. Eu estou terminando.

O seguinte é um *slide* que mora a pirâmide etária do Brasil e a pirâmide etária então hoje da saúde complementar, onde a faixa de menor idade, que é aquela que atua positivamente nesse pacto intergeracional, hoje ela não está presente, ela tem recuado nesse processo, quer dizer, está havendo um esgarçamento do impacto intergeracional.

Então essas são as ações para o crescimento e terminei. As ações então do mercado, da saúde complementar, são ações educativas em saúde para consumidores, o aprimoramento dos instrumentos da gestão em saúde, promoção da saúde e prevenção da doença, a ampliação dos planos coletivos e dos planos odontológicos para as pequenas e médias empresas, do lado do Governo a necessidade da estabilidade regulatória, o incentivo para programas de promoção e prevenção, a acreditação dos prestadores, a qualificação das operadoras, um estabelecimento de protocolos clínicos para racionalidade da utilização, a política de incorporação tecnológica, que a Agência também está engajada nesse processo, e o último *slide*, dando

seqüência, produtos regionalizados, planos adequados à classe C e D, o estreitamento desse relacionamento operadora e prestador, e o Governo defender a concorrência, política tarifária baseada em critérios técnicos e a revisão do modelo de financiamento. Está se buscando um novo modelo para esse finalmente. Eu agradeço, muito obrigada, estou à disposição e desculpe pelo horário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Muito obrigada à Sra. Solange pela sua exposição, e nós, depois, teremos a oportunidade, no debate, para alguns esclarecimentos. Passo a palavra agora a Dra. Vanessa Alves Vieira, que vem aqui como representante da PRO TESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Com a palavra a Dra. Vanessa, que terá quinze minutos também para fazer a sua exposição.

DRA. VANESSA ALVES VIEIRA: Olá, bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer imensamente o convite para estar expondo essa ótica do consumidor nesse tema. Inicialmente eu gostaria de apresentar a PRO TESTE, a maior Associação de Consumidores da América latina, atualmente com duzentos mil associados, se tornou uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, em consonância com o papel vital das entidades de defesa do consumidor na nossa sociedade atualmente, em especial nesse setor de saúde.

Aqui nós temos um sumário. Inicialmente nós devemos destacar que a tutela da saúde e dos consumidores é de índole constitucional e assim deve ser interpretada toda a legislação. Nós temos que ter em conta que hoje em dia o contrato não deve ser mais interpretado, e o plano privado de saúde é um contrato, não deve ser mais interpretado somente como uma lei entre as partes. Há um relevo social dos contratos e é por isso que hoje se destaca a interpretação conforme a função social do contrato, a boa-fé objetiva, todos esses princípios previstos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.

Não há dúvida de que o plano privado de saúde é um contrato de consumo, porém, é um contrato de consumo com algumas peculiaridades. É um contrato de consumo no qual deve ser observado amplamente o princípio da dignidade da pessoa humana tendo em vista que está se lidando com os bens jurídicos saúde e vida. Desse modo temos que, como contrato de consumo, devem ser observados alguns princípios básicos na interpretação e nesse tipo de contratação. O CDC deve ser encarado como uma lei geral principiológica, ou seja, ele deve incidir sobre todas as relações jurídicas nas quais se vislumbram uma relação de consumo, mesmo que seja tratada por outra

legislação, como é o caso dos planos de saúde que tem uma legislação própria, o CDC também deve ser aplicado como lei geral principiológica. Desse modo, na interpretação e na contratação de planos de saúde, deve ser observado a vulnerabilidade do consumidor, os seus direitos básicos previstos no CDC, como a informação, a proteção da vida, saúde e segurança, prevenção e reparação de danos, a interpretação do contrato sempre pró-consumidor e a nulidade absoluta de cláusulas contratuais abusivas.

Agora eu passo a expor algumas incompatibilidades que se vislumbram na atual legislação e após na regulamentação, que são apontadas pela Dra. Maristela Gregori no seu livro “Planos de Saúde – A Ótica da Proteção do Consumidor”. São algumas alterações que deveriam ser feitas, procurarei ser bastante pontual. Inicialmente no artigo 12, da atual legislação, prevê-se a segmentação das coberturas assistenciais, essa possibilidade de que haja segmentação, mas teria evoluído muito mais a legislação se, em consonância com o artigo 10, que prevê a cobertura integral, não houvesse essa segmentação. Também no artigo 13, § único, a previsão da suspensão e rescisão unilateral do contrato em caso de inadimplência do consumidor. Nós entendemos que não é pertinente que haja essa previsão porque cria uma desvantagem exagerada ao consumidor e uma vantagem excessiva às empresas de plano de saúde, tendo em vista que para todas as outras empresas há outras formas de cobrança e também não é compatível com a boa-fé, com a equidade e com a previsão de que não haja o cancelamento unilateral do contrato previsto no artigo 51, XI, do CDC. Na mesma esteira o artigo 13, § único, III, prevê a vedação da suspensão ou rescisão unilateral do contrato durante internação do titular. Nós temos que deve ser estendida essa previsão também ao dependente, tendo em vista que não há justificativa para que haja uma diferenciação, tendo em vista que no conceito básico de consumidor também se incluiu o dependente, que é aquele que se utiliza do serviço. Seria uma cláusula contratual abusiva se houvesse essa previsão, tendo em vista que implicaria numa recusa de atendimento à demanda do consumidor, assim como numa obrigação iníqua, abusiva, numa desvantagem exagerada e lesão à boa-fé e à equidade. No artigo 16, por sua vez, há uma limitação da obrigatoriedade de entrega de cópia do contrato, do regulamento e das condições gerais do plano ao titular de plano individual ou familiar. Não há justificativa para que haja uma exclusão do consumidor do plano coletivo, tendo em vista que ele se submete às mesmas condições daquele do plano individual ou familiar, inclusive nós destacamos várias outras previsões da lei que avançam, no caso do plano

individual ou familiar, retrocedem um pouco quando aborda a questão do plano coletivo. Nós entendemos que também a pessoa jurídica deve ser encarada como consumidor e também deve se ter em vista que a pessoa física é o destinatário final desses serviços, que é consumidora. No artigo 17, por sua vez, a possibilidade de descredenciamento dos prestadores de serviço e apenas se impõe a obrigatoriedade de substituição por equivalente no caso de entidade hospitalar. Nós entendemos que não pode haver esse tipo de previsão, que essa previsão de obrigatoriedade de substituição deve ser também ser estendida aos médicos, clínicas, laboratórios, para que haja a manutenção do equilíbrio contratual e para que o consumidor, ao longo de todo o plano, de todo o contrato, ele possa ter as mesmas previsões como as que ele contratou, como foi oferecido no momento da publicidade. Algumas incompatibilidades são vislumbradas também na regulamentação.

A Resolução CONSU 2, ela estabelece em seu artigo 8º uma distinção do recém-nascido pela cobertura ou não do parto no que tange a não alegação de doença ou lesão pré-existente pela empresa de plano de saúde. Nós entendemos que contraria a igualdade que deve haver, não deveria haver essa previsão. Também na resolução CONSU 10, restringe-se ao alcance do artigo 10, que prevê a cobertura integral, ao impor obrigatoriedade apenas de transplantes de rim e córnea. Essa previsão deveria ser mais ampla para abranger outros tipos de transplantes, como de coração, fígado, medula, em consonância com a integralidade. Também a resolução CONSU 11 impõe a limitação em dias, semanas ou sessões, a duração de tratamentos relativos à cobertura de transtornos psiquiátricos. Também não se coaduna com a cobertura integral prevista no artigo 10. Do mesmo modo não se coaduna com a cobertura integral a Resolução CONSU 13, que estabelece restrições aos regimes de urgência e emergência que não prevê uma total garantia do consumidor nesses casos, casos esses que são totalmente imprevisíveis, que ele pode ter contratado o plano de saúde num dia e sofrer um acidente, sofrer um caso de urgência e emergência no dia seguinte. Nós entendemos que não deveria haver restrições nesses casos. Do mesmo modo na RDC 27, prevê-se a revisão técnica dos contratos anteriores à lei. Nós entendemos que deve haver um certo cuidado nessa revisão técnica para que não implique numa alteração unilateral do contrato por parte das empresas e tendo por consequência uma desvantagem exagerada para o consumidor, o aumento dos preços e consequentemente a desigualdade.

A RDC 41 prevê a restrição de cobertura para cirurgias de grau de miopia inferior a sete. Temos notícia hoje que o rol de procedimentos baixou para quatro esse grau, para três. Também entendemos que era uma alteração que devia ser feita. Assim como alterações genéricas, agora, não mais assim na análise pontual da legislação, entendemos que é imprescindível que haja portabilidade, que haja portabilidade de forma urgente, haja esta previsão, assim como uma maior liberdade de escolha de médico e hospital, com garantia de reembolso no seguro-saúde. Há essa previsão na legislação, mas por vezes na prática isso não é observado.

Como conclusão, sintetizando a exposição, para o aprimoramento da legislação do setor de planos de saúde cremos que deve haver alteração dos dispositivos legais e de sua regulamentação que trazem incompatibilidades com o Código de Defesa do Consumidor, entendemos que a lei 9.656 foi um avanço sim, porém há algumas incompatibilidades que devem ser revistas, como medida imediata a portabilidade e a garantia, o mais amplo possível, da liberdade de escolha pelo usuário, e que haja também, como medida imprescindível, a equiparação das previsões legais referentes aos planos individuais aos planos coletivos. Muitas vezes, como eu disse, observa-se um retrocesso no tratamento dos planos coletivos em relação às previsões dos planos individuais.

Bom, eu creio que é isso, essas medidas apontadas são somente o início de uma conversa, o início de um debate, há muito que ser discutido ainda, há muito que ser refletido, então nos colocamos a total disposição para esse debate.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPÁLEO PAES (PSDB-AP) – Agradeço a Dra. Vanessa e passo a palavra ao Dr. Pedro Chacel, do Conselho Federal de Medicina.

DR. PEDRO PABLO CHACEL: Muito obrigado, Sr. Senador, bom dia a todos. Eu estou aqui numa situação assim meio ao acaso, porque o Presidente da Associação Médica não pode vir e eu estou aqui, acabei me situando aqui, mas eu já tive algum relacionamento com a ANS, posso falar alguma coisa, e estou aqui falando assim com a visão do médico.

Bom, vamos falar de saúde suplementar. A primeira coisa que vem à cabeça é que a saúde suplementar, ela se caracteriza por quê? Por uma administração de um serviço de saúde, feita por um agente financeiro, que compra ou determina que um prestador de serviços preste serviços a uma determinada pessoa que, pelo

Código do Consumidor, deixou de ser um paciente e passou a ser um consumidor.

Bom, a primeira coisa aqui é o seguinte: eu tenho um agente financeiro que manda com que eu trabalhe e esse meu trabalho passou a se chamar um produto. Esse produto é comprado por um consumidor. A relação afetiva desapareceu completamente. Quando eu me formei, há cinquenta anos atrás, ela existia, hoje não existe não, existe uma relação comercial. Nesta relação comercial o agente financeiro, logicamente, visa lucro. O prestador do serviço visa uma boa remuneração e o usuário, que é o consumidor, quer ter o melhor serviço possível, se possível, pelo menor preço a ser pago. Vamos dar um exemplo. Eu tenho uma pessoa, eu não sou cardiologista não, mas uma pessoa que precisa de um marca-passo cardíaco. A saúde suplementar é a classe média, classe média tem computador. Ele abre a Internet e vê três tipos de marca-passo. Tem um marca-passo unicameral, um marca-passo bicameral e um marca-passo que corrige a arritmia. O primeiro custa “X”, o segundo custa “3X” e o terceiro custa “15X”. Eu quero o de “15X”. Não me interessa se eu tenho arritmia ou não tenho arritmia. Eu sou um consumidor, eu comprei por aquilo, eu quero um marca-passo de “15X”. Então isto é uma situação complicada. A saúde suplementar, ela visa lucro, ela visa remuneração e ela está relacionada a um pagamento. Ora, se eu tenho essas três condições, para que isto seja aceitável, tem que ser aceitável para todos os participantes. Não pode ter um setor privilegiado, e aí a Agência de Saúde Suplementar tem feito, sem dúvida nenhuma, eu reconheço isso, um grande esforço no sentido de tornar viável e aceitável o sistema. Mas o sistema, é um sistema comercial, e eu, pessoalmente, prefiro o outro. O sistema SUS é um sistema vamos dizer assim de reconhecimento do direito do cidadão, e é um sistema em que se falta alguma coisa ... (interrupção no áudio). Num setor comercial evidentemente os custos implicam nos serviços a serem prestados. E a Dra. Solange chamou a atenção que essa saúde suplementar tem um custo de mais ou menos quarenta bilhões e atende a 20% da população brasileira. Os outros 80% têm um custo também por volta dos quarenta bilhões, pode ser um pouquinho mais, mas não é muita coisa não. Então eu tenho que na medicina suplementar eu gasto quatro vezes mais do que no Sistema Único de Saúde. Significa que as pessoas teriam quatro vezes mais. Não é verdade. O Sistema Único de Saúde fica com toda a medicina preventiva, o Sistema Público de Saúde fica com a medicina de médio e de alto risco, porque a saúde suplementar faz e cuida – e cuida até razoavelmente bem – das coisas mais simples. Uma pessoa que seja atropelada na rua,

que esteja politraumatizado, ele vai para um hospital público que arca com tudo. Depois se há uma retribuição ao SUS ou não, isso daí é muito complicado, tem muito advogado aí para fazer isso. A verdade é que tudo que é muito caro fica por conta do público, mas a saúde suplementar está aí e nós temos que ... e ela realmente, apesar de tudo, ela é necessária, porque de alguma maneira ela diminui um pouco os custos do Estado que estão muito altos no setor saúde.

A Dra. Solange falou inclusive nos cálculos atuariais. Doutora, me desculpe, não tem cálculo atuarial nenhum. Uma pneumonia num bebê, num adulto jovem ou num velho, não são a mesma coisa, está certo? Isso surgiu de um seguro. O seguro vem em cima de bens materiais e objetivos, que quando aquela perda é muito grande eu dou perda total, mas eu não posso dar perda total numa pessoa, não é? A verdade é que eu não sei direito, as operadoras sabem, a Senhora mostrou, mas a saúde suplementar e os médicos não sabem direito quantas pneumonias eu vou ter em bebê, quantas pneumonias eu vou ter em adulto jovem e quantas pneumonias, dentro de um determinado plano de saúde, eu vou ter em pessoas idosas. Para isso eu tenho que avaliar a situação, e os hospitais têm como fazer isso, e hoje estão fazendo o famoso TISS, que é tão discutido em relação a isso, que está sendo exigido dos médicos inclusive a colocação dos Códigos Internacionais de Doença. Bom, isto aí me traz um problema, que me fere o princípio do sigilo, e me leva à possibilidade de eu avaliar se um determinado usuário, um determinado consumidor do plano de saúde, é um consumidor de risco ou não é um consumidor de risco, e eu tenho que fazer alguma coisa para ver como é que eu ponho ele para fora.

Eu tenho um plano de saúde e, é claro, que eu não mudo mais de faixa há muito tempo, apesar desse aspecto tão juvenil que eu tenho (risos), mas a verdade é que todo ano ele sobe de preço, e sobe muito de preço, eu não sei até quando eu vou agüentar. Eu, por mim, já não agüentava mais, mas o problema é que a minha mulher não me deixa sair e ficar só com o SUS. Por mim, eu ficava. Eu acho que em linhas gerais eu coloquei o que eu queria dizer. Obrigado.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Quero agradecer mais uma vez a sua exposição e passar a palavra agora ao Dr. Fausto Pereira dos Santos, que é Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Inicialmente eu gostaria de agradecer a Senadora Patrícia Saboya pela oportunidade de mais uma vez compare-

cer aqui à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, dessa vez não para uma sabatina, mas para uma discussão sobre a questão do setor de saúde suplementar no Brasil. Eu queria cumprimentar os componentes da Mesa, o Dr. Pablo, que foi membro da Câmara de Saúde Suplementar durante muito tempo, nós estamos sentindo a sua ausência agora, a Dra. Solange que já foi Diretora da ANS também, a Vanessa da PROTESTE, cumprimentar os Srs. Senadores que estão aqui presentes e os demais participantes aqui dessa Audiência Pública.

A Solange já na sua apresentação passou alguns dados do setor, eu vou passar muito rápido por essa questão. Nós temos dados agora já de junho, então um pouquinho mais recentes. 46,2 milhões de contratos no Brasil, não são 46,2 milhões de pessoas, algumas pessoas têm mais de um contrato na saúde suplementar.

Nós temos uma situação de que no Brasil cinquenta empresas detém mais de 50% do mercado, quer dizer, esses quarenta e seis milhões de contratos estão relativamente concentrados, apesar daquele número de empresas apresentados, que a própria Solange levantou, de mil e seiscentas empresas, mas nós temos um grupo de empresas, aí em torno de cinquenta empresas que têm mais de 50% do setor, então é um setor relativamente concentrado, disperso por um lado e concentrado pelo outro, tem uma forte concentração no Sudeste, os números também mostraram isso, e muito voltado à questão da industrialização, do emprego e da renda, naturalmente, depois seguido pelo Sul, mas a concentração no Sudeste é bastante significativa.

O setor girou no ano passado, em forma de arrecadação, em torno de quarenta e cinco bilhões de reais, durante o ano de 2006, porque além daqueles números que a Solange apresentou nós temos os números das autogestões, chamadas anteriormente de patrocinadas, que não eram obrigadas a informar as suas receitas como, por exemplo, a Petrobrás, Correios, a própria GEAP, CACI(F), e que agora estão operando, pela nova regulamentação das novas gestões, também são obrigadas a fornecer esses números, então estamos trabalhando, esse número de quarenta e cinco bilhões é uma estimativa. Nós temos cerca de 30% dos planos, que ainda são antigos, e cerca de 76% dos planos que são coletivos.

Quais são os principais problemas do setor? Eu vou procurar ser bastante objetivo, é claro que eu não vou abordar todos, mas os principais problemas do setor eu acho que estão hoje localizados na transição. Nós tivemos um setor que cresceu durante mais de quarenta anos com uma regulação mínima do Esta-

do, basicamente no setor segurador, enquanto todos os outros setores, medicina de grupos, cooperativas médicas, autogestões, as filantrópicas, cresceram sem nenhum tipo de regulação, e quando a regulação chegou, em 1998, encontrou um mundo já consolidado. Então essa transição do mundo não regulado para o mundo regulado eu acho que hoje é o principal, continua sendo o grande desafio e onde acarreta também a maior parte dos problemas. Isso significa que nesses 30% dos planos antigos, que é onde estão concentrados os maiores problemas, tanto do ponto de vista de reajuste como do ponto de vista de cobertura, é aí onde se dá o maior número de judicialização também, então essa questão dos planos antigos, que a lei previu em algum momento, nas Medidas Provisórias durante o ano de 1998 e 1999, que nós tínhamos um dia mágico que seria o 03 de dezembro de 1999, onde todos virariam planos novos, essa tese não foi acatada pelo Judiciário e nem pelas entidades de defesa do consumidor, que defenderam a existência do contrato, e isso então se obrigou a um processo de transição que tem sido mais lento do que a gente gostaria, mas é na medida do possível é que isso vem acontecendo. Nessa transição também nós temos empresas com baixa capacidade de operação, então empresas com problemas financeiros e problemas assistenciais, esse problema a ANS vem enfrentando ao longo do tempo, mas é um problema que também não pode ser atacado no seu conjunto, sob pena de causar soluções de continuidade na assistência, crises em mercados locais, mas empresas com uma baixa capacidade de operação, seja assistencial, sejam financeiras.

Uma outra questão que também está colocada nesse campo é a questão da baixa efetividade do ressarcimento. A questão do ressarcimento ao SUS que foi previsto pelo legislador naquele momento de uma forma bastante complexa, que envolveu um processo administrativo muito arrastado e que desenvolveu depois um processo de judicialização muito grande também. Então a baixa efetividade do ressarcimento não é porque a ANS não cobra, na verdade a gente emite faturas mensalmente contra as empresas, mas por todo o processo que foi, inclusive, previsto pelo legislador. Se vocês forem observar, o artigo 32 da 9.656 tem lá se não me engano oito parágrafos que transformam, na verdade, que prevêm na verdade todo um ritual de possibilidades de recurso que acabam tornando o processo muito moroso. E o processo da judicialização, a gente brinca que nas empresas, hoje eu acho que esse aspecto tem mudado gradativamente, mas nós tínhamos um número maior de advogados do que de profissionais da área da saúde, nada contra os advogados, mas mostrando na verdade uma cultura, uma

cultura de negativa e uma cultura de judicialização muito forte, que foi do outro lado incorporada tanto pelos órgãos de defesa do consumidor quanto pelos profissionais e pelos consumidores também. Então esse processo da judicialização é um processo bastante complicado.

Uma outra questão que eu queria abordar rapidamente era desfazer alguns mitos que vira e mexe voltam e que eu acho que acabam trazendo uma cortina de fumaça sobre a discussão dos reais problemas do setor. Primeiro é que nós estamos tendo um aumento do índice de reclamações na saúde suplementar. Não é verdade. Esse número não encontra guarida nem no sistema de defesa do consumidor, do sistema nacional de defesa do consumidor, que congrega os PROCONS do País, e nem encontra guarida no 0800 da Agência Nacional de Saúde Suplementar. É uma falsa questão do aumento do número de reclamações. Não significa que o setor não tenha problemas, mas se a gente for pensar que nós estamos discutindo o setor com os mesmos problemas que ele tinha antes do processo regulatório, nós vamos estar fazendo uma falsa discussão e não vamos estar fazendo na verdade a abordagem dos problemas concretos do setor. A outra questão que também me parece um certo mito é que a lei não regula os planos coletivos. Também não procede. Não regula na mesma forma que regula os planos individuais, mas os planos coletivos, os contratos de planos coletivos são aprovados pela Agência reguladora, os planos coletivos têm que seguir a mesma legislação, também tem rede credenciada, tem uma série de regras. O aspecto mais central, que é onde não se regula a questão dos planos coletivos, é a questão do reajuste, mas tem uma série de outras questões. No plano coletivo cabe ressarcimento, no plano coletivo cabe pagamento de taxa, cabe aprovação prévia de contratos, cabe o substituição de rede credenciada, então uma série de normas que se aplicam sobre os planos individuais também se aplicam sobre os planos coletivos. A questão do reajuste é uma questão que hoje não se pratica sobre os planos coletivos. E um outro mito que eu queria desfazer e que apareceu recorrente na imprensa no último período, é que a ANS empresta recursos para as operadoras. Isso também não é verdade, não procede, não tem dinheiro público sendo repassado para as empresas na forma de uma atuação da Agência reguladora. O que a Agência reguladora faz é, ao intervir numa empresa que já quebrou, que já não tem mais condições de continuar, que não tem como continuar o atendimento dos seus beneficiários, com recursos oriundos das próprias empresas, através da arrecadação das taxas e multas, a ANS faz um adiantamento para a massa para o pagamentos de

um eventual liquidante dessa massa, mas é no processo de liquidação. Então a ANS não põe dinheiro numa empresa para ela recuperar e voltar a atuar no setor. É quando uma empresa já, brincando na expressão, deu o que tinha que dar, e que a gente está no processo já de preservar o interesse do beneficiário e dos credores, dos credores, porque tem uma rede de prestadores, de médicos, de hospitais, que são credores daquela massa falida, que a ANS adianta recursos e ela se habilita a participar da massa, da massa de credores naquele processo. Então essa discussão precisa também ser clareada e clarificada para a gente também não fazer um falso debate e uma politização às vezes de um debate que não existe.

Que questões que eu gostaria de trazer como propostas, que podem ser trabalhadas para um aprimoramento do funcionamento do setor? Primeiro eu acho que nós temos que trabalhar fortemente na melhoria da competitividade do setor, quer dizer, o setor precisa quebrar algumas barreiras para onde essa competição possa se dar de uma forma mais efetiva. A principal delas, eu acho, eu defendo que é a questão da portabilidade, quer dizer, o consumidor individual, hoje o coletivo já tem essa portabilidade na medida em que ele tem um estipulante, um conjunto de pessoas podem mudar de empresa, de uma empresa para outra sem cumprir novos prazos de carência, mas esse direito tem que ser estendido ao indivíduo, para ele não se tornar ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Já tem no coletivo?

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: ... No coletivo hoje já tem, quer dizer, hoje quando uma empresa negocia com a empresa A e não chega a um tom termo, ela muda, com o conjunto dos seus beneficiários, para uma operadora B sem um cumprimento de novas carências. No caso dos individuais, não. O indivíduo que, por algum motivo, não esteja satisfeito com a sua operadora, não tenha capacidade de arcar com o seu reajuste ou outro motivo qualquer que ele queira trocar de operadora, ele tem que passar por todo um novo processo de cumprimento de carências, e a nossa proposta é que exista a portabilidade, é claro que é uma portabilidade regulada, não estamos propondo que uma pessoa cumpra a carência num plano que custa cinquenta reais e ao precisar fazer um procedimento ele mude para a operadora que custa quatrocentos, não é isso, é uma portabilidade regulada, dentro de faixa, mas que as pessoas tenham a alternativa de mudar de operadora sem cumprir um novo prazo de carência.

Uma segunda questão para mudar a questão da competitividade é o combate aos sócios coletivos, quer

dizer, a coletivização dos planos, que se de um lado ela é positiva porque ela diminui o risco das empresas, barateia o plano para um conjunto de consumidores, do outro lado ela tem levado ao surgimento de estipulantes que não se caracterizam muito claramente como tal. Então lojas de departamento, bancos com seus clientes, igrejas, que estão negociando em nome de um conjunto de beneficiários com as operadoras, e no momento, sem ficar claramente definido, que ele é na verdade o representante daquela massa, quer dizer, o pároco, por mais que ele tenha os fiéis da Igreja, mas ele não é um legítimo representante dos fiéis da Igreja no momento de uma negociação comercial. Essa é uma questão que precisa ficar clara. Assim como as lojas fulanas de tal não são representantes do conjunto daquelas pessoas que têm o seu cartão de fidelidade na negociação com uma operadora para negociar amplitude do plano, tipo de plano, reajuste anual. Então esse falso coletivo, ele precisa ser fortemente combatido, a ANS tem desenvolvido estratégias nesse sentido.

E uma terceira questão, é claro que não esgota essa questão da competição, é a constituição de um fundo garantidor que possa, nos casos de transição de insolvência de empresas, possa garantir esse momento da transição e da transferência de uma operadora para a outra sem solução de continuidade do atendimento.

Um outro bloco de questões para aprimorar o setor, nós estamos colocando como qualificar o processo de assistência à saúde, e aí nós achamos que algumas questões que já foram levantadas pela Solange, pela própria Vanessa e pelo próprio Dr. Pablo são importantes. Por exemplo: a ampliação da utilização de protocolos clínicos ou diretrizes ou boas práticas no setor da saúde suplementar e também no setor de saúde do Brasil como um todo. Hoje nós estamos formando um número de profissionais extremamente elevados, em escolas com qualidade duvidosa, e esses profissionais estão automaticamente habilitados a trabalhar no setor saúde no Brasil. É importante que a AMB, que o Governo, que o Ministério da Saúde, que a ANS, consiga dizer para a sociedade em geral o que é uma boa prática, o que no tratamento da hipertensão é aceitável (soa a campainha), o que na condução de um parto é um processo aceitável. É importante que a Associação Médica Brasileira e os órgãos do Governo digam isso para a sociedade, para o Judiciário inclusive, para o Juiz, na hora que ele tiver que decidir se ele dá a liminar ou não, ele tenha parâmetros técnicos para autorizar uma cirurgia bariátrica, sexta-feira, duas horas da manhã, para uma cirurgia ser realizada na manhã da segunda-feira, quer dizer, ele precisa ter um bom

parâmetro para poder falar se essa realmente é uma urgência ou se isso não é uma urgência.

Uma segunda questão é a qualificação das operadoras e prestadores de serviço. Um processo de acreditação, de medidas aceitas pela sociedade para que possa possibilitar ao consumidor individual ou coletivo parâmetros de qualidade no momento em que ele vai fazer a adesão a um plano de saúde. Isso significa ... o TISS também significa um processo de acreditação, e aprimorar o problema de qualificação da ANS, quer dizer, a ANS hoje, na semana que vem, na quinta-feira, lança, apresenta para a sociedade o terceiro ano seguido de avaliação das empresas através do programa de qualificação. Esse programa passa por um aprimoramento sequencial e ele pode e deve ser um parâmetro para que as pessoas, ao fazer a adesão a um plano de saúde, tenham um parâmetro de qualidade, não só o preço e não só o marketing. E a questão de ressarcimento ao SUS. Eu acho que essa questão da relação público privada, ela precisa passar por um processo de aprimoramento, e a discussão de como que se dá a relação no processo da assistência entre o setor público e o setor privado, e um dos instrumentos é o ressarcimento, não o único, mas é um instrumento importante, ele precisa ser revisto na sua forma de operação para que ele possa ser mais efetivo e que garanta um resultado mais eficiente para o conjunto da sociedade brasileira. Eu acho que a relação público privada vai sempre existir, agora o que ela precisa é ser clarificada, ser uma relação transparente e que a sociedade possa discutir, através dessa Casa, qual é o regramento, onde essa relação público privada vai se dar.

O meu tempo acabou, eu acho que eu falei extremamente rápido, mas eram questões gerais que eu gostaria de abordar e me coloco à disposição dos Senhores para participar do debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Quero agradecer também ao Dr. Fausto pela sua exposição e já imediatamente passar a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras que estão inscritos. O primeiro inscrito é o Senador Papaléo Paes, e eu gostaria de sugerir, se fosse possível, que nós temos o Senador Papaléo, o Senador Geraldo Mesquita e o Senador Flávio Arns inscritos. Então que nós pudéssemos fazer um primeiro bloco de perguntas, que os Senhores pudessem responder, e em seguida abríamos já para os próximos inscritos. Com a palavra o Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Gostaria de parabenizar a V. Ex^a., Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, pela iniciativa que teve, através de um requerimento, para proporcionar esse evento

aqui extremamente importante sobre este assunto que toma conta de todos nós, que são os planos de saúde, e trazendo aqui pessoas que realmente são donos da palavra, especialistas nas suas áreas, no sentido de esclarecer muitas questões, que nós precisamos desse esclarecimento, a população precisa, e nós aqui, como legisladores, precisamos muito para que nós possamos formar a nossa opinião de uma maneira bem embasada, bem consistente.

Eu quero ir direto para uma pergunta, eu vou fazer perguntas aos Senhores e às Senhoras que fizeram as suas exposições aqui. Para o Doutor Fausto eu quero fazer uma pergunta, ele já fez as referências aí, mas eu queria que mais especificamente que o Senhor responda a minha pergunta. A portabilidade, para deixar bem claro a todos, que é a possibilidade de mudar de plano de saúde sem submeter-se novamente ao pagamento de carências e franquias, tem sido apontada como um fator importante para aumentar a competitividade em um mercado muito concentrado. Então eu pergunto: qual é a posição da Agência Nacional de Saúde a respeito e quais as necessidades de alteração da lei, dos planos, para permitir a institucionalização da portabilidade? E a segunda pergunta: que outros benefícios traria para os beneficiários? Para a Dra. Vanessa eu pergunto: qual a opinião do PROTESTE quanto à instituição da portabilidade? Para a Dra. Solange: como a Federação Nacional de Saúde Suplementar opina sobre a portabilidade? Como a Federação avalia a atuação da Agência Nacional de Saúde nos últimos anos em relação ao saneamento econômico e financeiro do setor? E aqui eu peço permissão a todos os membros da Mesa para homenagear a Mesa, através do Dr. Pablo, que na sua exposição ele mostrou a didática da experiência de cinquenta anos de formado, a objetividade e, acima de tudo, a comunicação perfeita que tem. Eu acredito que todos nós conseguimos fixar, que ele falou pela experiência, e a simpatia também.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Apoiado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Eu lhe admiro muito, Doutor. Ao Senhor eu pergunto: o setor privado lucrativo de saúde, que o Senhor bem esclareceu aí, incluindo a medicina liberal, depende para a sua sobrevivência da lucratividade, da venda de serviços a operadoras de plano de saúde. Nesse contexto, qual a opinião do Conselho Federal de Medicina, que seria talvez a opinião da Associação Médica Brasileira, sobre a contratualização das relações entre operadoras e prestadoras de serviços? Então são essas as minhas perguntas que eu acredito que deverão logo

ser respondidas, não querendo sugerir a Senhora Presidente. Já fiz as minhas quatro perguntas.

(troca de presidência)

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Seria interessante se pudesse logo responder. Eu acho que fica melhor, depois o Senhor faria as suas perguntas, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidente, se V. Ex^a. me permite sugerir, é uma prática corriqueira nas Comissões nós fazermos em bloco porque alguma coisa da gente já se relaciona à pergunta feita pelo Senador Papaléo e certamente vai se relacionar com aquilo que o Senador Geraldo Mesquita vai ponderar e perguntar, e eu acho que aí, até por uma dinâmica, ficaria mais adequado se houvesse a resposta em grupo depois.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Concordo com o Senhor. Eu acho que assim, Senador Papaléo, o Senhor vai permitir, o Senhor estava querendo ouvir logo as respostas, mas vamos passar a palavra ao Senador ...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu quero primeiro cumprimentar os nossos convidados, parabenizar mais uma vez a Senadora Rosalba aí pela vitória alcançada ontem, ela sabe do que eu me refiro. Eu tenho aqui assunto que me levaria a falar uma hora, claro que não é o caso, vou reduzir isso para dois minutos.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador Geraldo Mesquita, aqui a gente tem que aprender a resumir mesmo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – É o jeito. Eu quero aqui resumir a minha fala pegando aqui o gancho do Dr. Pablo, quando ele fala da mercantilização da saúde. Dr. Pablo, olha, não é só na saúde. No nosso Brasil setores importantes do Governo entendem que a educação também é um produto hoje em dia, sendo que é triste, é lamentável um negócio desse, mas ...

DR. PEDRO PABLO CHACEL: Foi mercantilizado primeiro.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – ... Foi mercantilizado primeiro, pois é, a saúde veio de carona, a saúde veio de carona. Quais são os sintomas dessa mercantilização que estão próximos assim da gente? A minha mulher, por exemplo, essa semana, foi socorrer um tio já de idade avançada com um problema grave de saúde, foi no retorno da consulta com o médico dele. Ele recomendou que ele fosse internado, hospitalizado. O plano previa uma série de hospitais. Ela foi naquele que melhor convinha ao paciente. Ele chegou a ser colocado no apartamen-

to e, quando ela foi tratar da burocracia lá embaixo, disseram que há dois dias atrás o plano já não valia mais para aquele hospital. Está aí a mercantilização estampada, escancarada. Isso daqui não tem nada a ver com o Dr. Fausto não, que tem se mostrado uma pessoa muito diligente, mas eu ando preocupado com o que está ocorrendo com as nossas Agências de uma maneira geral no país, a começar da ANAC. Esse desastre, desastre e por aí afora. Agência nesse país, a formulação talvez seja algo interessante. Na prática a atuação das Agências tem se mostrado eu diria até desastrosa. Eu quero aqui mais uma vez ressaltar a atuação pessoal do Dr. Fausto, que talvez seja nesse principal(F) todo, a expressão da exceção, da exceção. Agência nesse país é um problema, nós vamos ter que uma hora sentar e rever.

Mercantilização. Eu não sei se trata disso, Dr. Fausto, mas eu fui há pouco tempo atrás a uma consulta com o meu médico, tratar da saúde, check-up e etc, e ele tomou a iniciativa e a liberdade, estarrecido por sinal, de me mostrar algo que me deixou ... um colega nosso aqui, essa semana, falando de uma outra Agência, a ANVISA, e a atuação da ANVISA em face das farmácias de manipulação. Para resumir: ele mostrou uma realidade terrível, ele lembrou o seguinte: o nosso Código Civil tem dois mil e tantos artigos, mas é um normativo que diz respeito a toda a população brasileira, ou seja, o Código Civil Brasileiro, e ele trouxe a informação de que um normativo da ANVISA, tratando da obrigatoriedade de farmácias de manipulação se adequem a um determinado procedimento, tem mais de mil e quinhentos artigos, um normativo da ANVISA que trata disso, micro e pequenas empresas. Olha só a situação em que nós estamos. Aí eu fui a essa consulta e o meu médico: “Geraldo, me permita aqui lhe mostrar uma situação que tem deixado os médicos aqui de consultórios numa saia justa danada”. Para resumir também, ele disse: “olha, antigamente o médico, para encaminhar um paciente para um exame ou uma internação, seja o que fosse, o procedimento era esse daqui!. Ele me deu inclusive o modelo da Amil, era um cheque exame ou cheque não sei o que, procedimento simples, e aí ele me mostrou esse formulário. Hoje, por Resolução da ANS, os consultórios médicos estão obrigados a preencher esse singelo formulário de mais de cinquenta campos. Diz ele que teve que submeter o seu pessoal a treinamento para fazer face à exigência. Dr. Fausto, a única pergunta que eu faço aqui, além de revelar o meu prazer de estar aqui com vocês hoje discutindo um assunto tão importante, parabenizando a Senadora Patrícia pela iniciativa inclusive de trazê-los aqui, é buscar uma explicação para isso. Eu queria que o Senhor me dissesse alguma coisa com relação

a isso, que eu devo inclusive uma satisfação, eu ia lhe procurar inclusive, eu estava tentando conciliar a minha agenda para ir lhe procurar para saber que bicho é esse daqui, a razão disso. Era a única coisa que eu queria sair daqui com esclarecimento hoje, além do prazer de ter ouvido a todos.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Com a palavra o Senador Flávio Arns. V. Ex^a. terá o tempo que for necessário para fazer as suas perguntas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, é bem rapidinho, Senadora Rosalba, só parabenizar também aos expositores da Audiência Pública. Dr. Fausto, é sempre uma satisfação tê-lo aqui, e é bom o Presidente de uma Agência Nacional de Saúde, estar como ele está sempre junto, à disposição, quer discutir, quer dialogar, para chegarmos aí a resultados que favoreçam a população. Gostei muito da apresentação da Dra. Vanessa também, apontou assim necessidades eu diria importantes a serem consideradas, inclusive estamos com o documento aqui para nos aprofundarmos depois, eu acho que esta ótica da defesa do consumidor é essencial. Também o documento da Dra. Solange, que vai ser sem dúvida analisado. Sempre a presença agradável, simpática, competente do Dr. Pedro, com quem eu tenho participado de muitas reuniões na área de projetos de lei, e parabenizar a Comissão pela realização desta Audiência Pública.

Na última sabatina que foi feita com o Diretor da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, esse assunto levantado pelo Senador Geraldo Mesquita também foi abordado, porque as operadoras, particularmente as pequenas operadoras, trouxeram problemas para a gente, elas disseram: “olha, nós gastamos mais ou menos – de acordo com eles – 30% do faturamento para atender à burocracia da ANS”. Eu não acreditei, eu disse: “olha, é impossível, 30% do faturamento para atender à burocracia da ANS”, mas eu fiz essa pergunta na sabatina, o Senhor até estava presente aqui, não é Dr. Fausto? Aí eu fui fazer os meus exames de sangue e tal, cheguei lá, o pessoal disse: “não, mas tem que ter essa outra ficha”. Eles estavam com um formulário diferente, o papel era desse tamanho, não, era o dobro, era esse papel, mas eu disse: “rapaz, o que é isso?” Eu digo: de fato eu acredito que estejam gastando 30%, se eu tinha alguma dúvida, não tenho mais, estão gastando 30%, além dos fatos levantados pelo Dr. Pedro, que é fundamental dentro da ética médica, profissional e tal, quer dizer, é um debate até, eu não sei, que tem que ser feito, que muitas pessoas que têm certas doenças certamente não vão querer, por razões das mais diversas, de ficar detalhando a doença que tem dentro do sigilo a que o Senhor se referiu.

Então eu gostaria só assim de alguma explicação, quer dizer, porque eu acho que junto com a ANS, o Senado e a ANS junto com a sociedade, nós podemos chegar a conclusões boas, que inclusive essa interação ajude mutuamente, e principalmente tendo o clima bom e positivo que a gente encontra dentro da ANS,, mas dentro de um quadro um pouquinho maior, porque o Senhor, Dr. Fausto, até mencionou que há uma concentração de mercado, cinquenta empresas detêm mais de 50% do plano, e a ponderação que as pequenas operadoras fazem é que ... e elas me disseram que até teria sido dito em Florianópolis, num encontro que houve lá, de que não há interesse da ANS nas pequenas operadoras, ou que o círculo assim, a pressão está se fechando de tal forma em cima das pequenas operadoras que elas estão assim vendendo as operadoras por causa da pressão da ANS, e eu digo isto porque lá em Curitiba havia uma operadora menor, mas muito boa, muito reconhecida pela comunidade, e os médicos foram taxativos: “vendemos porque não suportamos a pressão da ANS”. Então me preocupa com isso na verdade. Eu gostaria também de uma explicação sobre o Imposto de Renda, que me falaram que as operadoras pagam Imposto de Renda, cai numa faixa lá de 25%, 30%, eu não sei de quanto, 25% se não me engano, e aí eu fiquei pensando o seguinte, Senador Geraldo Mesquita: a gente paga o imposto, quer dizer, o imposto, carga tributária, todo mundo discute isso no Brasil, 35%, 36%, 34%, 38%, que já é exorbitante, onde o direito à saúde deveria estar assegurado. Muito bem. Pagamos a CPMF, que deveria estar indo para a saúde, mas não vai para a saúde, a gente sabe que não vai e tal, deveria ir muito mais e a coisa não acontece. Aí você tem que ir para um plano de saúde, você ainda paga 25%, que claro que a empresa, não está ela pagando o Imposto de Renda, ela está embutindo no custo do plano de saúde mais os 25% para o consumidor pagar mais 25%, quer dizer, aquilo que o Dr. Pedro levantou depois, “eu não consigo mais pagar o plano”. Como que eu posso baratear este plano? É claro que se a empresa tiver menos custos, com um sistema de controle, então eu gostaria de saber se essas empresas ... então nós estaríamos pagando três vezes pela saúde, não é verdade? Quer dizer, pelo menos a visão que eu vejo é nesse sentido, estou pagando três vezes. Então uma explicação nesse sentido. O que o Dr. Pedro colocou é verdade, a agonia das pessoas, o terceiro ponto, a terceira pergunta e a última, porque nós vamos nos debruçar sobre isso, vamos ler discutir, dialogar e chegar a conclusões para ver o que pode ser feito em termos de legislação, mas a agonia das pessoas em dizer: “eu não consigo mais pagar o plano de saúde”. E por que é que não conse-

gue? Porque nos últimos anos, eu até mencionei isso na sabatina, eu não tenho o dado aqui agora, mas nos últimos oito ou dez anos, por aí, a inflação, quer dizer, o reajuste do plano de saúde sempre foi o dobro da inflação, com exceção de um ano, o dobro da inflação. Então depois de dez anos a gente pode imaginar que o reajuste ... apesar da inflação ser 3% ou 4% e o plano ser reajustado em 8%, sempre em 100%, 100% acima da inflação. 8%, depois de dois anos, é 50% a mais. Quer dizer, a pessoa talvez fale: “não, é só 4%”, mas daí no outro ano mais 4%, depois mais 4%, e o salário é reajustado, se for reajustado, porque o funcionário público, por exemplo, muitas vezes nem tem o reajuste, quer dizer, é reajustado de acordo com a inflação, então nós vamos chegar num ponto em que vai ficar impossível de ... às vezes a pessoa pensa: “não, é só 3% acima da inflação”, mas se a inflação é 3% e mais 3% é 6%, é 100%, é o dobro da inflação, não é a verdade? Então são essas perguntas que eu gostaria de enfatizar, mas enaltecer a presença de todos vocês, dizer da satisfação e que a gente possa, aqui nesta Comissão, todos nós possamos nos debruçar sobre esta situação que aflige tantos brasileiros, que é tão importante, além de outros aspectos, como do SUS, da dupla entrada nos hospitais, com plano, sem plano, mas, enfim, essas eram as três perguntas que eu gostaria de fazer. Obrigado.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu gostaria de agora passar a palavra para os expositores para que possam responder as perguntas, mas antes eu queria agradecer, em nome da Comissão, desde já agradecer, mais uma vez, que eu tenho certeza que a Senadora Patrícia já assim o fez, a presença dos que aqui vieram para que nós, Senadores, possamos, com as informações, com o debate, contribuir para melhorar as questões da mais alta importância, como é o plano de saúde, a influência que tem na vida dos brasileiros, em cerca de 40% da população que hoje depende de um plano de saúde para ter uma melhor saúde, até porque eu sempre digo que se o SUS estivesse bem, com certeza essa não seria a primeira preocupação de uma pessoa quando vai ter um emprego ou quando melhora um pouco a sua renda, que é ter um plano de saúde. Mas os planos de saúde, na realidade, também é uma preocupação, deixam algumas inquietações. Eu tenho uma experiência, e é interessante que quando o Dr. Pedro Pablo falava sobre a questão da mercantilização, eu lembro, Dr. Pablo, que acerca de quase trinta anos atrás eu fui uma defensora e fui de porta em porta nos meus colegas para fundar a Unimed Mossoró, e naquele momento, aquela luta maior, para impedir que outros planos entrassem na cidade porque aqueles planos iriam, na

realidade, de certa forma iriam agredir os médicos, agredir no sentido de que iriam torná-lo aí a ser ... o médico não seria dono. A cooperativa era o sentido de que ele era participante, era dono, era a própria coisa dele, então esse era o ideal, estivemos lá, fundamos, presidi a Unimed três vezes, eu acho que é uma grande cooperativa. Eu estou falando aqui, não estou fazendo propaganda de ninguém, até porque eu estou contando um fato que é realidade, tem os planos todos, muitos contribuem, mas existe hoje, o tempo passou e muita coisa realmente aconteceu, e eu gostaria de dizer da nossa preocupação, porque é exatamente que através da Agência, para que possamos ter um controle, uma regulação com essa questão que o Senador Flávio Arns aqui colocou do reajuste, dessa superposição que acontece com relação à carga tributária que nós já temos. Também a outra preocupação é que eu vejo que na hora da urgência, são fatos que acontecem, a pessoa que tem um plano e que chega às vezes não tem, está chegando numa outra cidade, por exemplo, não conhece nem a rede hospitalar, e muitas vezes é rechaçado, sempre tem um entendimento, fica na dependência de um ressarcimento, é uma questão muito complexa essa, além de haver também muitas vezes uma duplicidade, como sabemos, de SUS e de planos, isso é uma coisa que preocupa. Então fica aqui essas minhas preocupações e passamos às respostas dos nossos colegas expositores.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Posso começar?

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Pode sim, Dr. Fausto.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Bom, primeiro sobre as questões levantadas pelo Senador Papaléo, a posição da ANS em relação à questão da portabilidade, que benefícios isso traria para os beneficiários. Primeiro é uma posição que a gente vem discutindo desde 2003 com o setor, já no Fórum de Saúde Suplementar em 2003 essa questão apareceu como uma questão importante. Eu acho que o setor hoje tem maturidade, tem estabilidade para incorporar uma medida como essa, e o fato da gente estar trabalhando hoje com praticamente 70% dos planos como planos novos, que permitem uma comparabilidade, porque todas as doenças são cobertas, uma coisa difícil era você discutir portabilidade num plano antigo, que um plano excluía marca-passos, outro plano limitava internação, o outro plano ... quer dizer, como que você discutia portabilidade de uma empresa para a outra com planos tão diferentes? Mas hoje num setor que tem já uma estabilidade, que já tem um número significativo de beneficiários em planos standardizados, é possível uma comparabilidade, é possível, e

a portabilidade tem condições de ser absorvida pelo setor como um fator importante de benefício para o consumidor, que vai poder no momento ... é claro que não pode ser, hoje eu estou na operadora A, amanhã eu vou para a operadora B, daqui três dias eu estou na operadora C, é claro na portabilidade nós vamos ter que estabelecer algumas regras para que ela possa funcionar, mas ela vai trazer um benefício importante da possibilidade da escolha, de que ele não fique refém de uma operadora por parte, mesmo insatisfeito, seja com a qualidade assistencial, seja com os preços que ele eventualmente está tendo que arcar. Então eu acho que a portabilidade, ela dá um passo adiante na competição do setor, na autonomia do beneficiário e na possibilidade de que ele transite dentro do setor de uma forma mais adequada e obrigando com que as empresas desenvolvam políticas de agregação desse cliente, quer dizer, hoje a empresa, a partir do momento que o cliente entra, ela não precisa desenvolver uma política de agregação desse cliente. Como ela tem a garantia de que ele precisa cumprir uma outra carência, fica numa situação relativamente confortável com essa carteira, e na medida que tiver a possibilidade da portabilidade, eu tenho certeza de que as empresas vão ter que desenvolver ações inclusive específicas para garantir que esse cliente, naquele momento de um ano, vamos dizer, que ele tenha a possibilidade de ano a ano trocar de empresa, que naquele momento da transição, que ela desenvolva políticas específicas para garantir a continuidade, que eu tenho certeza que vão ser políticas benéficas para o beneficiário para que ele possa continuar dentro da operadora.

Quanto à ocorrência do TISS que o Senador Geraldo levantou e o próprio Senador Flávio Arns, qual era a situação anterior ao TISS? Ao entrar em qualquer consultório nós víamos, e vemos ainda, porque é um momento de transição, dez, quinze blocos de autorização, um de cada operadora, de formatos diferentes, com informações diferentes, para que ele corresse, e qual era aquele que ela estava, daquele cliente, para ele poder fazer o preenchimento. Isso nós estamos falando de médicos. Quando a gente pensa num hospital, entrava em qualquer um dos hospitais do Brasil, tinham pelo menos oito casinhas, dez casinhas, de cada uma das operadoras, com formulários diferentes. Se você entra no hospital, vamos dar o exemplo de Brasília, aqui no Santa Lúcia tem uma casinha da CACI(F), uma casinha da Golden, uma casinha da Amil, para que o hospital preenchesse formulários diferentes. O que a Resolução da ANS traz e que se num primeiro momento ela pode ter dificuldades na implantação, ela aponta para um futuro muito melhor para todos os operadores desse setor, inclusive trazendo benefícios para

o cliente? Aponta uma padronização que vai caminhar rapidamente para um processo de informatização.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tinha que padronizar simplificando.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Não, mas o problema é que na verdade, no processo da informática, grande parte dessas informações, elas fazem parte da ficha inicial e que o médico não vai precisar preencher. Ele vai continuar, ele vai preencher no final um conjunto muito menor de informações. Agora nós estamos num problema de transição, é claro que começou em junho, nós estamos em setembro, várias empresas não se prepararam para esse momento e isso sobrecarregou de alguma forma, principalmente no momento que estamos em papel ainda, não conseguimos a totalidade da informatização, trouxe uma sobrecarga nesse momento de transição, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que o programa é um programa extremamente hesitoso em todos os lugares do mundo inclusive que ele foi implicado, quer dizer, a padronização da troca de informações é um conjunto do ponto de vista da operação e vai trazer para as empresas e para o Governo, para todos os que militam no setor, um conjunto de informações que hoje não estão disponíveis, que é a possibilidade de um acompanhamento da situação de saúde, do que as pessoas têm, para um processo de planejamento das próprias empresas. E aí entra uma discussão da questão do sigilo, que eu acho que é uma questão importante, que a gente precisa deixar claro também.

É que no processo de transação eletrônica, primeiro no processo de transação de papéis não é obrigatório e têm uma Resolução do CFM inclusive normatizando essa questão, e no processo da transação eletrônica todas essas informações são criptografadas, na transação então de informações ela não tem a possibilidade da quebra do sigilo, e elas vão estar sob a responsabilidade de um médico, que se por um acaso elas se transformarem em ações que vão ser desfavoráveis a algum cliente, vai ter um médico que vai ser o responsável por esse processo da informação. Então eu não tenho dúvida em dizer que o TISS vai ser rapidamente um grande avanço para todo o setor, principalmente para os médicos e para os beneficiários, eu não tenho dúvida disso. Isso que está acontecendo, por exemplo, em operadoras que se prepararam efetivamente para essa questão, e nós temos exemplo de grandes empresas que se prepararam, e que num processo de menos de dois meses hoje é um processo vamos chamar liso de troca de informações, e os profissionais vinculados a essas empresas, credenciados por essas empresas, têm tido uma facilidade muito grande para fazer toda essa transação de informações. Eu acho

que num primeiro momento teve, como em qualquer processo dessa grandiosidade tem problemas, a gente está atento a esses problemas, teve um seminário no Sindhrio anteontem sobre isso, teve reuniões com as entidades médicas sobre isso, para que possa ser minimizado o efeito desse processo de implantação.

Quanto às questões levantadas pelo Senador Flávio Arns, primeiro que se uma empresa gastar 30% do seu faturamento com a ANS eu acho que ela está numa situação ... não acho que esse número possa ser minimamente razoável, eu acho que não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Inclusive essas empresas vão ser convidadas para vir aqui para explicar.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Isso, e o Senhor tinha falado daquela vez, a oportunidade inclusive da gente estar recebendo essas empresas dentro da ANS para a gente discutir com elas inclusive, porque se isso eventualmente estiver acontecendo a ANS tem que rever radicalmente a forma como que essas questões estão se dando, porque definitivamente não pode ser uma situação como essa. A questão das pequenas empresas e da pressão da ANS, primeiro que nós temos no setor hoje grandes empresas com problemas, a ANS já liquidou grandes empresas, nós temos médias empresas com problemas e nós temos pequenas empresas com problemas. Do outro lado nós temos grandes empresas com boa performance, temos médias empresas com boas performances e temos pequenas empresas com boa performance. O que tem que estar claro é que todas as regras da ANS são proporcionais, quer dizer, a empresa que tem que constituir garantia financeira, é proporcional ao seu tamanho, ao número de beneficiários. Não existe a possibilidade da ANS definir uma garantia financeira igual para uma empresa de cem mil pessoas e uma empresa de vinte mil ou de dez mil. As regras são todas proporcionais, assim como as taxas são proporcionais, como todas as questões são proporcionais. Que a ANS está apertando o setor do ponto de vista de uma melhor performance é verdade, mas é cumprindo inclusive o seu papel para o qual ela foi criada, quer dizer, todo o setor tem que ter reserva financeira? Tem, tem que ter garantia para o consumidor e tem que ter garantia para o prestador de serviço, para o médico e para o hospital que está prestando serviço, para ele não ficar, no dia seguinte, pendurado numa empresa que entrou em insolvência. Então regras existem. Não existe uma intencionalidade da ANS de concentrar o setor. É claro que um setor regularizado, naturalmente ele passa por algum processo de concentração porque estabelece um patamar de regras mínimas a serem obedecidas, mas nós temos todo o interesse que essas pequenas

empresas sobrevivam. O que garante a capilaridade do setor de saúde suplementar no Brasil é a possibilidade dele estar no país como um todo, nas pequenas e grandes cidades, é a existência de diferentes tipos de empresas, de medicina de grupo, de autogestões, de cooperativas médicas, de seguradoras, que estão maiores ou menores e que conseguem, portanto, essa capilaridade que eu acho que é importante para o setor como um todo.

A questão da tributação, é verdade. As empresas do setor, salvo as filantrópicas que têm regras específicas, as cooperativas que têm algumas regras específicas, mas no geral elas estão submetidas ao conjunto da carga tributária brasileira: COFINS, PIS, PIS/COFINS, imposto sobre o lucro, sobre o lucro líquido, o conjunto da tributação brasileira, os impostos municipais, o ISS, então o conjunto está submetido a essa legislação. Têm vários projetos dentro do Congresso que especificam, singularizam, particularizam questões tributárias das empresas do setor, mas hoje elas estão submetidas ao conjunto da legislação, e não é uma questão que a ANS possa ... quer dizer, aí tem que ser por uma mudança específica aqui do Congresso Nacional.

A questão das pessoas não conseguirem pagar o plano, quer dizer, na verdade a política de reajuste da ANS, ela não é vinculada a um índice inflacionário, ou seja, ela não é indexada a um dos índices da inflação, seja ele qual for: IGPM, INPC, IPCA, nenhum deles. Ela tem uma política específica e ela vem trabalhando nos últimos seis anos com a mesma política, que é o conjunto nas negociações realizadas no âmbito dos planos coletivos servir de base para o reajuste do plano individual. Tem dado números não 100% acima da inflação, mas números acima do processo inflacionário nos últimos três ou quatro anos. No último ano que foi abaixo da inflação foi 2003, se não me engano.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer, pena que eu não tenha trazido, é 100% acima da inflação ou bem próximo desse índice.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: A ANS autorizou esse ano 5,75% para uma inflação de 3,2%. No ano passado a ANS autorizou 8,89% para uma inflação de 5% e alguma coisa. No outro ano tinha sido 11% e alguma coisa para uma inflação de 8,3%, alguma coisa assim, não chega a 100%. Eu sei que os números são grandes, eu acho que a diferença, principalmente se ela for cumulativa, ela é uma diferença que vai fazer uma diferença significativa do ponto de vista da capacidade de pagamento. Agora nós temos, do outro lado, a necessidade de equilibrar esse setor, quer dizer, de que esse setor seja auto-sustentável. Não existe forma nenhuma de que esse setor ... venha a ser de

alguma forma e não pode ser subsidiado pelo conjunto da sociedade, porque o conjunto da sociedade tem que bancar o sistema público. Então as pessoas que se agregam a esse plano, é claro que a participação, a intervenção do Governo tem que se dar justamente para que não aconteça o desequilíbrio a favor das empresas, por exemplo, mas tem que buscar algum tipo de desequilíbrio entre o que é pago pelo conjunto dos beneficiários com o que as empresas têm que depois disponibilizarem para pagarem os seus prestadores, claro que buscando melhorar a eficiência das empresas, trabalhando a publicização, inclusive, dos resultados que as empresas têm obtido.

E, por último, a questão que a Senadora Rosalba levanta da urgência, eu acho que é uma questão importante, quer dizer, sete anos depois nós podemos dizer que o ressarcimento não deu conta disso, o ressarcimento não deu conta dessa questão, quer dizer, as empresas, não adianta nós imaginarmos que as empresas vão construir mega sistemas de urgência por todo o país, isso não vai acontecer, a CACI(F) não vai ter um super pronto-socorro aqui em Brasília, um em Goiânia, um em Belo Horizonte, onde ela opera, como a Bradesco não vai fazer isso nos seus locais de operação, e os grandes sistemas de urgência no Brasil são públicos. É o Hospital de Base em Brasília, é o Hugo em Goiânia, é o João XXIII em BH, é o Hospital das Clínicas de São Paulo, é o Miguel Couto no Rio, o Souza Aguiar, quer dizer, esta é a rede de urgência. O que nós temos, eu acho que o Congresso brasileiro, o Governo brasileiro tem que trabalhar é: se essa relação vai continuar se dando, porque ela é inclusive otimizadora do ponto de vista da capacidade de atendimento, ela precisa ser equilibrada do ponto de vista do financiamento, ou seja, a relação público privado vai continuar existindo no Brasil na urgência, no atendimento, mas ela precisa então ser claramente colocada na mesa, e quem é que paga, qual é o pedaço da conta, e eu posso dizer para vocês com tranquilidade, para os Senhores, que o ressarcimento não resolve isso, ele não dá conta disso pela sistemática como que ele foi elaborado. A individualização de cada um dos atendimentos, transformado em uma conta a ser apresentada para a empresa, que pode recorrer três ou quatro vezes no âmbito administrativo e umas dez vezes no âmbito do Judiciário, sem dúvida nenhuma não vai resolver esse problema e a gente precisa necessariamente passar por uma reformulação de como é que vai se dar essa discussão da relação público privado no entendimento de que ela vai continuar acontecendo. Não é razoável nós imaginarmos que ela vai ... que essa questão, por exemplo, da urgência e

emergência, vai ser resolvida com megas estruturas construídas pelo setor privado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidente.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Pois não, Sr. Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É claro que alguns dos itens a gente vai ... naturalmente eu quero me dedicar também bastante a esta discussão dos planos de saúde, e nós vamos aprofundar como a questão que eu levantei dos custos, mas eu só queria fazer uma observação, Dr. Fausto, em relação à Agência, à ANS, porque a Agência, a idéia da Agência é ser algo independente. Entra Governo, sai Governo, quer dizer, são pessoas como o Senhor também é, um especialista nessa área, com uma formação acadêmica, profissional desta área, então, quer dizer, o que a população esperaria, pelo menos na minha ótica, que uma Agência dissesse: “olha, esses planos estão muito caros”. Estão muito caros, a população não vai agüentar, seja o Presidente Lula, o Fernando Henrique e tal, e por que é que não vai agüentar? A Dra. Solange colocou e eu acredito nisso, que a inflação hospitalar, tecnológica, é diferente da inflação, está certo, mas o povo não vai agüentar, quer dizer, tem que achar alguma solução aí no meio, que a Agência Nacional tenha que dizer: “olha, a coisa como vai aqui”, apesar do esforço que eu sei que o Senhor faz para só ser 5%, 6%, mas um percentual muito acima da inflação, e a Agência dizer: “olha, têm gorduras que tem que ser cortadas”. A Agência dizer. Essa carga tributária não pode ficar desse jeito novamente em cima da saúde do povo brasileiro, porque naturalmente, se há um decréscimo da carga tributária, há outras formas de reajuste aí. Então eu fico imaginando, sabe, Dr. Fausto, que assim pela independência que a Agência tem, a Agência dizer: “olha, o povo já paga 40% de tributos, paga CPMF e está pagando 40% de novo em cima do plano de saúde, então está pagando uma exorbitância em termos”. Eu só penso assim, sabe, assim nesse sentido da Agência virar a mesa a favor do povo.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Na verdade, Senador Flávio Arns, eu não pude aqui discorrer sobre uma série de ações que a Agência vem fazendo no sentido de que essas eventuais distorções que existem no funcionamento do setor e que encarecem o plano de saúde, seja a questão da carga tributária, mas sejam questões da operação cotidiana do setor, precisam ser enfrentadas, quer dizer, a Dra. Solange falou rapidamente, mas, por exemplo, o setor hoje, ele trabalha com o pagamento de procedimento. Então o pagamento, a forma de pagamento vinculada a um procedimento significa que quanto mais o prestador

faz, mais ele recebe. Quanto menos a operadora autoriza, mais ela ganha, e no meio disso fica o paciente, quer dizer, o exemplo do multisítio que o Dr. Pablo colocou, do marca-passo, não é só uma decisão do cliente. Também tem a decisão do médico que vai ganhar mais se ele colocar o multisítio do que se ele colocar o unicameral. Como é um setor que envolve interesses privados, interesses financeiros, contraditórios, essa lógica de pagamento por procedimento ela leva inexoravelmente a um aumento de custos, porque a lógica é: autorizo menos, gastos menos. A outra lógica é: faço mais, ganho mais, quer dizer, e o resultado? Bom para o cliente era o unicameral, não vamos entrar numa discussão aqui, mas era o unicameral ou o multisítio? O que ia trazer mais benefícios para o cliente dentro dessa forma de sistema? Isso nós estamos falando, desse marca-passo, mas tem vários outros exemplos que estamos dando aqui de onde que essa lógica do procedimento, ela leva ... hoje ninguém faz uma consulta, praticamente hoje mais, que não vire três ou quatro procedimentos sequenciais. É claro que é uma forma do médico se defender da forte restrição que ele teve do ponto de vista do valor da consulta, mas como ele ganha por procedimento, quer dizer, o Pediatra não ganha pela qualidade da puericultura que ele faz, ele ganha pelo número de vezes que ele atendeu a criança.

Essa que é a lógica do sistema, que o sistema funciona hoje. Então o Pediatra vai se defender, digamos, dessa lógica, procurando fazer de uma forma, e a operadora vai procurar se defender para gastar menos da outra forma. E a qualidade da puericultura que foi feita? É isso que ... um programa de qualificação tanto dos prestadores quanto das operadoras é uma questão importante que vai impactar, eu não tenho dúvida nenhuma, inclusive no preço, porque é óbvio que na hora que você tiver um funcionamento mais harmônico dessa questão, onde o resultado seja privilegiado, nós vamos ter uma diminuição do número de internações, nós vamos ter programas de promoção e prevenção espalhados por todo o setor, porque aí interessa, interessa ter uma boa qualidade. Enquanto for nessa lógica de quem está disputando o tamanho do naco, qual é o naco que eu levo para mim, arrematado o cliente fica muito imprensado nessa lógica e os custos do setor tendem a subir muito. Eu espero ter respondido minimamente as questões, apesar de não dar para a gente discorrer sobre tudo, mas eu acho que podemos em outros momentos inclusive aprofundar este tipo de debate, e mais uma vez muito obrigado pela oportunidade.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Obrigada, Dr. Fausto, realmente

esse é um assunto que a gente for o debate agora, como disse a Dra. Solange, agora que está começando a esquentar. São muitas questões. Eu estou aqui com a relação de perguntas, eu vou deixar para outro momento, senão vamos sair daqui à noite, viu Senadora Patrícia. Mas eu gostaria só de dizer um detalhe sobre a questão da urgência, vamos voltar à urgência. O Senhor alia à relação público privada, mas muitas vezes acontece de ser privado e ao chegar aquele paciente, depois da urgência, ele é atendido, lhe dizem: “olha, o seu plano não vale aqui”. E aí? Até que você transfira muitas vezes para um hospital público, mas e aí? Quer dizer, é o cidadão nessa hora fica indignado, passou a vida toda pagando o plano, na hora precisou para valer aconteceu isso. Por que ele vai adivinhar que não existia um hospital de grande urgência, daquele convênio, daquele plano, na cidade? Ele não vai adivinhar. Chegou, precisou, estava enfartando, agora ...

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Não, só para esclarecer, eu prometo não falar mais para deixar os outros colegas da Mesa poderem responder, mas na questão da urgência ela tem cobertura, quer dizer, qualquer tipo de plano, no caso da urgência, ela tem cobertura. O que existe no Brasil ...

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Mesmo que a pessoa chegue num hospital que não é credenciado por aquele plano?

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Exatamente, tem cobertura, e depois a operadora dela vai ser obrigada a ressarcir-la, tem essa cobertura. Agora o que tem no Brasil é uma característica de que você tem planos regionais ou planos locais, que é uma característica, e ele é mais barato por isso, muitas vezes. A pessoa pega, compra o plano de característica local, sem cobertura nacional, e não sendo um caso de urgência, mas num outro caso, aí realmente ela não tem cobertura, o que dá um grande problema, por exemplo, no ressarcimento. O ressarcimento ao SUS, esse é um dos grandes problemas do ressarcimento ao SUS. Eu tenho um plano da Unimed Mossoró, vamos dizer, que ...

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Esse é nacional, viu.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: ... Eu usei mal o exemplo, mas tudo bem, eu não vou usar o exemplo, vou mudar de operadora.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Se bem que..., não, estou dizendo Mossoró ou Natal já tem uma grande questão, porque (falas sobrepostas).

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Eu tenho um plano de saúde A da cidade que tem cober-

tura só local, então aí eu vou na capital, por exemplo, e eventualmente preciso de um atendimento. Nesse caso, que não seja urgência, não tem cobertura, isso porque ele contratou um plano local, e que por isso, inclusive, é mais barato. Essa é uma característica da possibilidade que tem, que é uma discussão que a colega da PRO TESTE até levantou da possibilidade da segmentação dos planos, mas a segmentação pode se dar tanto sendo hospitalar ou ambulatorial quanto pode ser pelo local ou nacional, regional. Então essa é uma característica do plano que eventualmente pode deixar a pessoa sem cobertura no momento que ela tiver numa outra cidade. O Sistema Unimed tem um sistema, tem uma característica de venda de alguns produtos que são nacionais, que a partir dali tem a questão do intercâmbio e que o sistema se acerta entre eles, às vezes com muitos problemas, muita briga, ou não, às vezes com muita briga quase querendo se matarem entre eles ...

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Às vezes tem que ir até para a justiça.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: ... Isso, mas aí é entre os médicos mesmo, eles se resolvem. Obrigado mais uma vez.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu estou falando aqui do usuário. Os médicos se resolvem, com brigas ou não, mas na realidade o usuário ... é que passa do usuário, a minha preocupação agora, eu estou vendo o outro lado, o usuário que chega no hospital, numa cidade estranha, muitas vezes está viajando, com um plano que na realidade tem cobertura nacional, mas que naquela cidade, aquele hospital não está credenciado. Aí ele vai ter direito de ser ressarcido. Se ele puder passar um cheque para tanto tempo, que muitas vezes essas coisas acontecem, o pobre do cidadão se sente já seguro com o plano, mas quando chega na hora e não é atendido, ele vai ter que ... é só isso que eu queria colocar, é essa a preocupação que realmente tem que se ... mas eu sei que o Senhor é muito competente, Dr. Fausto, e vai encontrar caminhos para que a gente possa ter ... foi atendido e entre eles façam, podemos dizer assim, um ressarcimento de um plano para outro.

Eu vou passar a palavra agora para as considerações finais. Passo primeiro ... eu acho que todas as perguntas ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Ah, o Dr. Pablo.

DR. PEDRO PABLO CHACEL: O Senador Papaléo falou sobre como fica a situação entre as operadoras

e as prestadoras. Prestadoras aí nós estamos entendendo como serviços que prestam serviços terceirizados do tipo laboratório, Raio X, hospital, por particular. Todos esses, a medicina, a assistência à saúde não tem preço, mas tem custo, e esse custo não é barato não. Bom, eu calculo perfeitamente quanto custa uma ressonância magnética e quanto eu preciso ganhar em cima desse custo. Eu calculo perfeitamente uma internação, contando desde a alimentação a todos os serviços que são prestados. A assistência do profissional em si, ela não tem preço e não tem custo, ela é o que sobra, infelizmente é isso que acontece, ela é o que sobra. Eu vou ganhar o que sobrar. Então esta é uma realidade e isto vale até para o SUS. Veja agora no Nordeste, vários hospitais que pararam de trabalhar, que os médicos entraram em greve. Os médicos nunca entraram em greve. Eles não eram contratados de ninguém. Eles só tinham o direito de ir lá, atender e ganhar dois reais e cinquenta e cinco centavos por uma consulta se fosse um médico geral, e sete reais e cinquenta se fosse um especialista. Eles simplesmente tomaram café mais tarde de manhã. Eles não tinham nada, não tinham nenhum contrato de coisa nenhuma. Bom, isto é uma coisa.

As outras coisas são as Agências de Saúde que estão aí, que são várias, e eu falou falar especificamente da Agência de Saúde Suplementar, alguma coisa dela, porque também não entendo tanto assim. Os planos de saúde existem há mais de trinta anos, vários planos de saúde, e funcionavam como? Igual ao jogo do bicho: vale o que está escrito. Fazia-se um contrato e esse contrato era obedecido. No jogo do bicho também é obedecido. Bom, surgiu a Agência de Saúde Suplementar em cima de que? Em cima de seguradoras, porque o plano de saúde não passa de um seguro, certo? Só que as pessoas sabiam lidar com o seguro de um farol de automóvel, sabiam lidar com uma casa que pegou fogo, mas não sabiam lidar com gente. E as primeiras pessoas a cuidarem dessa tentativa de fazer uma Agência vieram da SUSEP. Por quê? Porque tinham uma experiência com seguros, e fizeram até um trabalho razoavelmente bom. A mudança que houve veio introduzir, nesse sistema de seguro, um chefe que era médico, que está ali (risos). Então ele está fazendo o possível para entender de seguro, está certo?. Agora ele é médico 100%, isso eu tenho certeza, e eu me sinto seu colega. Eu acho que tem melhorado muito, acho que tem melhorado muito. Está muito longe de onde vai ter que chegar, mas eu acho que ela está aí, o caminho está aí, não tem como fugir dele, tem como melhorar e melhorar muito.

A última coisa que eu queria falar é da famosa TISS, mais uma vez. Como que eu vou colocar o pre-

ço, os custos de um plano de saúde? Eu tenho que ter uma avaliação epidemiológica do que acontece. O meu plano de saúde tem ... acontecem determinadas coisas e eu vou saber exatamente quantos stentes no meu plano de saúde vão ser colocados num ano. Para isso eu preciso de uma avaliação epidemiológica. Essa avaliação epidemiológica os planos de saúde têm. Eu não sei se eles têm interesse de passar para a Agência totalmente, e a Agência está querendo ter essas informações dos planos de saúde e dos médicos. Eu não vejo necessidade dos médicos, porque os planos de saúde já tem tudo isso, com uma diferença: os médicos mentem. Eu, por exemplo, minto todo dia (risos) porque eu sou ginecologista e as minhas pacientes já estão ficando mais velhinhas também, não é, e eu peço um exame, uma mamografia. Eu examinei clinicamente, eu acho que ela não tem nada. Se eu botar só rotina, o plano de saúde não vai aceitar que ela faça. Então eu ponho que ela tem uma displasia mamária, aí é feito o exame e o resultado, o radiologista me diz que eu me enganei porque ela não tinha uma displasia mamária, mas infelizmente eu não tenho outra saída porque eu não posso chegar e dizer para a pessoa que não vá fazer uma mamografia. Ela vai ter que fazer de qualquer jeito, certo? Então essas coisas, eu acho que, na parte hospitalar, o Senhor vai ter informações muito melhores. Eu sei que o problema todo pode ser resolvido através da informatização com relação à confidencialidade. Será que eu vou ter um computador em Floresta do Araguaia, no Pará? Pode ser que seja muito difícil. Na verdade eu acho que essas informações têm que ser tomadas através da fiscalização da ANS em cima das operadoras, porque ela vai querer saber e é natural que ela queira saber, pelo menos através do hospital ela vai saber, porque ninguém vai pagar uma conta sem saber o que está pagando. Isso nem eu faço. Para me dar uma conta eu quero saber o que eu estou pagando. Então eu acho que isto é uma realidade, não tem muita saída, só que essa informação vinda do médico fere a confidencialidade, nem sempre é verdadeira, enquanto que aquela tomada em cima dos procedimentos maiores, porque do médico ou é a consulta ou ele cai no hospital e ali no hospital tem todas as informações, então não há uma necessidade, a meu ver, de uma informação direta do profissional que atende, pode ser institucional através da prestadora de serviço. Era isso que eu queria falar.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Obrigada, Dr. Pedro. Eu gostaria de colocar à disposição para os expositores, se alguém quiser fazer as suas considerações finais. Pois não, Dra. Vanessa.

DRA. VANESSA ALVES VIEIRA: Eu quero me manifestar porque o Senador tinha me indagado sobre a portabilidade e nós entendemos, como entidade de defesa do consumidor, é uma medida altamente positiva para o consumidor a portabilidade, que deve ser implantada imediatamente, é super necessária para o incremento da concorrência, e com esse incremento da concorrência e da competitividade há benefícios reais para o consumidor, seja nos preços, na melhoria dos serviços, também na questão das doenças pré-existent e das carências nos entendemos que é bastante benéfica essa medida para o consumidor.

Já fazendo as minhas considerações finais, há muito que ser discutido, foi levantada várias questões pelos Senadores dos altos preços dos planos de saúde, são questões que têm que ser bastante debatidas, mas eu vou me ater também ao TISS, vou me manifestar sobre isso, nós entendemos que o TISS é uma medida positiva para que haja um controle epidemiológico e contribuiu sim para a melhoria da saúde do consumidor, No entanto, deve ser garantido o sigilo do paciente, devem ser implementadas medidas efetivas para que em nenhum momento seja quebrado esse sigilo, através de criptografia, vários meios aí.

Outra medida que deve ser melhor acompanhada é essa questão do ressarcimento do SUS. Nós entendemos que deveria haver um processo de ressarcimento melhor do que há atualmente, e a questão dos planos coletivos, eu reitero que deveria haver um incremento das garantias dos planos coletivos, à semelhança do que ocorre nos planos individuais. Então são mais essas questões que eu pontuo, muito teria que se debater ainda sobre isso, colocamos mais uma vez à disposição para futuros debates.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Passamos agora a palavra à Dra. Solange, da Federação Nacional de Saúde Suplementar.

DRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MENDES: O Senador Papaléo me indagou a respeito de duas questões: uma a opinião da Federação quanto à proposta da portabilidade e a outra quanto ao trabalho da Agência no que diz respeito à solvência do setor. Em primeiro lugar eu acho que nesse debate aqui estabelecido, iniciei a minha fala colocando do valor de reuniões como essa, acho que é extremamente importante que o debate se dê com frequência, sistematicamente inclusive, porque de novo: o setor é extremamente complexo, não se trata de um setor no mercado como os demais da economia. O Dr. Pedro fez várias referências ao seguro, ao automóvel. O seguro, a pessoa que compra um carro, ela sabe que comprou um carro, que tem um pára-choque, que quando aquele

pára-choques amassa, ela vê que está amassado, ela vai trocar por uma peça que tem um código naquela revendedora, há tanto uma previsibilidade por parte do fornecedor, como do próprio consumidor e como da própria seguradora. Saúde não é isso. Então comparar o seguro-saúde com um seguro de automóvel, nunca nem as seguradoras tiveram essa pretensão um dia. Seguro-saúde é um mundo absolutamente diferenciado. O seguro-saúde tem o nome de seguro-saúde, de plano de saúde, de contrato de saúde, seja o nome que for. É este produto que, através da reunião de várias pessoas, somando, dividem aquela despesa para pagar a alta despesa que vai acontecer um dia, que ninguém sabe, para ser utilizado. É esse mútuo que é o seguro-saúde, que é plano de saúde, que é o contrato de saúde, seja o nome que for, este benefício de saúde. Portanto, eu acho que um apelo grande que eu faço a todos, seja a esta Casa, ao Senado, seja à Câmara, seja ao órgão regulador, a nós consumidores, a nós empresários, é ter um extremo cuidado em tratar dessa matéria, porque ela não é simples, as soluções não são simples. O nosso desejo e a nossa necessidade é imensa e ela deve ser plenamente atendida na medida do possível, mas não é simples se tomar essas decisões. Por exemplo, a portabilidade. É óbvio que em matéria concorrencial, a disputa entre empresas do seu cliente é que estabelece o melhor negócio, o melhor preço, as melhores regras, as melhores práticas. É dando, é criando condições de fidelidade daquele consumidor que a empresa vai crescer, ela vai ter lucro, que o consumidor vai ficar melhor atendido, que a economia vai crescer e que a cultura dessa sociedade como um todo melhora. Esse é o desejo de todos nós, mas em saúde, em saúde quantos produtos nós temos, Presidente, registrados na Agência, quantos planos de saúde temos registrados, contratos, planos?

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Eu não sei.

DRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MENDES: Milhares.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Na casa dos milhares.

DRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MENDES: Milhares. A rede prestadora, quantos prestadores nós temos no Brasil? Como eu disse anteriormente ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Milhares ou mais de mil?

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: Milhares, é o tipo de plano, porque uma operadora ...

DRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MENDES: Tipo de plano.

DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS: ... porque uma operadora pode ter até duzentos tipos de plano.

DRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIRO MEN-

DES: Tipos de plano. Se ela pode ter vários tipos de plano (soa a campainha) é porque ela tem vários tipos de rede, vários tipos de prestador. Vários aqui dos Senhores são médicos. Quantos vários tipos de hospitais se têm? Quantos vários tipos de laboratório se têm? Laboratórios vamos sem desqualificar, mais caracterizando, primeira linha, segunda linha, terceira linha, várias linhas. Por isso que o consumidor, a alta complexidade, baixa complexidade. Então a portabilidade, ela é bem-vinda sim, ela tem o apoio eu acho que de todos nós do mercado, agora como disse também o Dr. Fausto, tem que ter critérios, tem que juntar os iguais para a troca se dar entre iguais, e esse é o desafio da Agência. E esse é o desafio de todos nós em ajudarmos a Agência a encontrar esses parâmetros de igualdade. Nesse setor, de novo, a Agência, ela é um órgão regulador, agora ela não pode ficar sozinha. A sociedade como participa reivindicando direitos, reivindicando espaços, também tem que ajudar a pensar. Não é simples essa tarefa. Por quê? Porque na hora que a gente ajusta de um lado, desajusta do outro. Na hora que eu permito que vários consumidores não tenham o reajuste porque o seu salário não permite, então eu dou um reajuste, um subreajuste, então eu faço que aquele grupo de consumidor consiga pagar o plano, ele consegue pagar o plano dele, mas aquela despesa daquele conjunto quem vai pagar? Porque a soma dessas mensalidades subreajustadas não pagam aquela despesa do grupo. Quem vai pagar? Subsídios do Governo? É uma questão de política. O Governo, quando discutiu a lei em 1998, ele disse, sempre, eu era do Governo nessa época, ele disse o seguinte: “o Governo não põe um tostão nesse negócio”. Por quê? Porque a saúde é pública no país. Então não houve financiamento, nem houve a intenção de ter financiamento e nem subsídio. Alguma coisa se conquistou, por exemplo, as despesas médico-assistenciais, elas são deduzidas da base de cálculo do PIS e do CO-FINS, há uma certa dedução que foi a Agência que pleiteou e encaminhou uma Medida Provisória aqui no Congresso e conseguiu isso. Então mais se tem que caminhar, mas é um trabalho de todos nós. Então a saúde, o mercado de saúde suplementar não é simples, não pode ter decisões simplistas, tem que ser objeto de amplo debate como esse. Então a portabilidade, como nós vamos conseguir tratar esses casos iguais, é um desafio, vamos trabalhar nisso, e o Fausto sabe que a FENASAÚDE é uma entidade que colabora e que está sempre presente com trabalhos técnicos e de responsabilidade.

A questão da solvência do setor. Isso é reconhecido por todos, pela Academia, por todos as pessoas

que estudam o mercado de saúde, que hoje houve um amadurecimento desse mercado, que até 1998 não havia um profissionalismo, não havia esse conhecimentos técnico de como lidar com essa questão da incerteza, do alto custo, da administração. Era o regime de caixa, entrava de um lado e saía do outro, não havia a previsão da obrigação futura. O que é a obrigação futura? O evento aconteceu hoje, mas o hospital só vai mandar a conta para a operadora, de repente, daqui há um mês. Ou, no caso de um ressarcimento, nós temos essa experiência, eu vou de livre escolha, paguei a consulta e vou, entrego dois meses depois à seguradora para o ressarcimento. Isso daí é despesa futura. Tem que ter provisão para essa despesa, passo que a seguradora sabe que daí há dois, três meses, ela vai receber essa conta lá na frente. E aí outras variáveis nesse negócio. A conta é feita no hospital, é entregue à seguradora, três meses depois é que isso é desembolsado. Se a seguradora, a operadora, não tiver responsabilidade, provisões, reservas, o acionista pode se apropriar daquele valor que está em caixa, não pode? Poderia. Por isso que o princípio do seguro, o princípio que rege o sistema financeiro nacional, que dá solidez a esse sistema e que dá garantia a esse consumidor e aos prestadores, porque toda a filosofia do sistema prudencial não é só porque ele trabalha com regras prudenciais, é porque não se pode permitir ter o luxo de ter um risco sistêmico dentro do setor, porque na hora que uma grande que uma grande seguradora quebrar, uma grande operadora quebrar, outros tantos hospitais quebrarão.

Os grandes hospitais hoje, 80% do recurso dele vem das entidades privadas, das seguradoras, das operadoras. Grande parte desse recurso vem das operadoras. Tem hospital de classe, de primeira classe, que 80% da sua arrecadação vem de uma única operadora. E se ela quebra? Esse hospital quebra. Então esse é um sistema altamente complexo, não se pode tratar com emoção, embora a saúde mexa com a emoção da gente, embora se queira dar tudo, o tempo todo, para todos. Isso é o desejo de todo mundo. Temos que ter tranquilidade. Bem, eu acho que eu respondi as duas perguntas, dou o meu apoio ao TISS por todas essas razões, principalmente não foi dito aqui, mas me permite o Fausto, eu acho que vai concordar comigo, ele vai ser o principal instrumento de se fazer uma das primeiras mudanças que está sendo induzida pela Agência, que é mudar o foco da doença para o foco em saúde. Como cuidar da saúde de uma população se eu não sei o estágio de saúde que aquele cidadão, que aquele meu contratado se encontra? Eu só posso fazer gestão de saúde se eu souber da saúde daquela pessoa, e eu só conheço saúde se eu tiver informa-

ção. E essa informação, ela tem que ser cuidada, ela tem que ser tratada, ela tem que ter todos os sigilos necessários, mas precisa ter, porque senão não dá para fazer gestão. E se esse consumidor optou em ter a saúde suplementar através de uma operadora, essa é a regra, ou então ele tem o desembolso próprio, ele faz uma poupança privada, que já foi dito aqui, eu tentei apresentar, é impossível, não há financiamento privado que resista aos custos da saúde.

Bem, finalizando, então, eu agradeço a todos, estou à disposição e deixo um pleito de que se faça mais audiências como essa para que o debate possa se aprofundar. Muito obrigado.

SRA. SENADORA PRESIDENTE ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Bem, eu quero, para finalizar, encerrando aqui essa audiência, agradecer mais uma vez e dizer que a nossa disposição é realmente de poder nos somar para contribuir para que a população brasileira, que necessita de um plano de saúde, até porque como eu disse anteriormente, necessita porque infelizmente a saúde, o SUS, não está sendo o SUS que nós sonhamos e lutamos para com a universalização da saúde. Existem realmente muitas deficiências realmente, e a população procura o plano para se sentir protegido, mas nós não queremos de forma nenhuma que esse plano também vá tirar dos pobres, do cidadão que paga muitas vezes com o maior sacrifício o seu plano, a tranquilidade à saúde em função dos custos que possam ser muitos altos. Então a nossa preocupação aqui e quero agradecer e deixar já o convite para outros encontros, porque muito ainda temos que discutir. Isso é apenas o começo. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h44.

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária) Da Comissão De Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 19 de setembro de 2007, quarta-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOÃO PEDRO, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, ANTÔNIO CARLOS**

VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO E CRISTOVAM BUARQUE. Comparecem também os Senhores Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy e os Deputados Renildo Calheiros, Jô Moraes, Chico Lopes, Manuela D'Ávila, Uldurico Pinto e a Diretoria colegiada da ANVISA: o Diretor Presidente Dirceu Raposo de Mello e os Diretores, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, José Agenor Álvares da Silva, Maria Cecília Martins Brito. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte proposição: Mensagem (SF) nº 131, de 2007 que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Senadora Patrícia Saboya convida os Senadores Flávio Arns e Romeu Tuma para acompanharem o indicado à Mesa. A Presidência concede a palavra ao relator e informa que logo após de proferido o relatório, o indicado fará a sua exposição. A Presidência informa que a votação abrir-se-á finda a exposição do indicado. Terminada a exposição e encerrada a votação, a Senadora Patrícia Saboya designa os Senadores Flávio Arns e Romeu Tuma para, como escrutinadores, procederem à apuração dos votos. **ITEM ÚNICO – MENSAGEM (SF) Nº 131, DE 2007** “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor **Agnelo Santos Queiroz Filho** ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Resultado: Aprovado o nome do Senhor Agnelo Santos Queiroz Filho, com 20 votos favoráveis, 01 voto não e nenhuma abstenção.** **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 50, DE 2007 – CAS** “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos sejam convidados os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Saúde, José Gomes Temporão, da Previdência Social, Luiz Marinho e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias para comparecer em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e Comissão de Assuntos Econômicos visando prestar informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valo-

res e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor”.

Autores: Senadores Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy e outros. **Resultado: Aprovado.** Durante a discussão do Requerimento nº 50, de 2007-CAS, o Senador Flávio Arns sugere a troca do termo de “convocados” para “convidados” no Requerimento. A sugestão é acatada pela Comissão. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Adelmir Santana, Marisa Serrano, Flávio Arns, Paulo Paim, Jayme Campos, Arthur Vigílio, Kátia Abreu, Cristovam Buarque, Wellington Salgado de Oliveira, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita, Marcelo Crivella, Valdir Raupp e Romeu Tuma. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Boa tarde a todos e a todas os Srs. e Sras. Senadoras, a todos os nossos convidados que participam da nossa audiência, da nossa sessão extraordinária. Havendo número regimental declarado aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação do nome do Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Mensagem do Senado Federal 131, de 2007. Eu solicito ao Senador Romero Jucá, líder do Governo, e o Senador Flávio Arns que acompanhem o Sr. Agnelo até à Mesa.

Eu queria em primeiro lugar dar as nossas boas vindas ao Sr. Agnelo Queiroz Filho e eu gostaria de convidar o Senador Antônio Carlos Valadares para sentar à Mesa e já dar início ao seu relatório, ao seu parecer. Com a palavra o nosso querido Senador Antônio Carlos Valadares, que já presidiu também a Comissão de Assuntos Sociais. É um prazer tê-lo aqui, Senador, com a palavra V. Exª.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sra. Presidenta, Dr. Agnelo Queiroz, Srs. Senadores, Deputados Federais aqui presentes, as minhas homenagens. o Sr. Presidente da República,

por meio da Mensagem 131, de 2007, de conformidade com o artigo 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, c.c. o artigo 10, da lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o artigo 6º, do Anexo 1, ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. O *Curriculum Vitae* anexado à referida Mensagem demonstra que o indicado é brasileiro, natural de Itapetinga e tem quarenta e oito anos. É graduado em medicina pela Universidade Federal da Bahia em 1984, especialista em cirurgia geral e cirurgia torácica pelo Hospital de base do Distrito Federal em 1987, e possui título de pós-graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2002. Do referido *Curriculum Vitae* consta ainda que o indicado é médico cirurgião da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Iniciou-se na vida política como Deputado Distrital, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, onde permaneceu de 1991 a 1994. Exerceu três mandatos de Deputado Federal entre 1995 e 2007. Além disso, foi Ministro do Estado de Esporte no atual Governo, no período de 2003 a 2006.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Srs. Senadores, Sra. Presidenta, se quisermos mais algumas informações sobre a vida de Agnelo Queiroz, é só irmos à Internet e lá nós iremos encontrar, na Wikipédia, dados relativos à sua vida profissional, política, o que demonstra sem dúvida alguma o acerto da sua indicação para cargo tão relevante na ANVISA. Ele foi Ministro, como anunciei, do Esporte, trabalhou intensamente pela valorização desse setor, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, prestigiando os esportes de um modo geral, notadamente à juventude, que para ganhar energias, em função do estudo e do trabalho que exercerão no futuro, tem o esporte como instrumento indispensável para a sua saúde e para o seu equilíbrio emocional. Por isso os meus parabéns ao nobre Deputado Federal Agnelo Queiroz, sempre Deputado Federal, grande Ministro, grande amigo desta Casa. É o nosso voto, Sra. Presidenta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E campeão de xadrez.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim, campeão de xadrez (risos) reconhecido internacionalmente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E de maratona também, viu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Só não pode fazer isso na ANVISA (risos). Bom, eu quero agradecer ao Senador Antônio Carlos Valadares pelo seu parecer, e já imediatamente conceder a palavra ao Sr. Agnelo Queiroz para que possa fazer também a sua exposição.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Sra. Presidente Patrícia Saboya, quero agradecer muito a acolhida, ao Senador Antônio Carlos Valadares agradecer também pelo seu relatório, aos nossos Senadores aqui presentes, cumprimentar também o Dirceu Raposo, Presidente da ANVISA, o Cláudio, Ministro Agenor, da Saúde, hoje diretor da ANVISA, todos os presentes, dizer que é uma honra muito grande esse convite e, conseqüentemente, também, estar nessa Casa para debater sobre esse tema que, como disse o nosso amigo, o Senador Antônio Carlos Valadares, por estar no Congresso aqui há muitos anos me envolvi muito durante esse período também com a Comissão de Seguridade Social da Câmara por muitos anos, tratando dos temas ligados à saúde. Então hoje é uma oportunidade, ao Paim, nosso Senador, é uma oportunidade também de retornar e, por isso, quero agradecer aqui a acolhida, de fato me sinto em casa justamente pelo carinho aqui, pela amizade dos nossos queridos Senadores e Senadoras.

Quero dizer que encaro esse convite como uma nova missão. Como servidor público que sou, um servidor como aqui bem relatou o nosso Senador Antônio Carlos Valadares, Médico aqui da Fundação Hospitalar, inclusive no exercício da atividade nesse momento, eu trabalho no Hospital de Base, na Unidade de Cirurgia Torácica, fui do Hospital do Gama aqui durante muitos anos, fui chefe da Cirurgia Geral do Hospital do Gama, e esse contato direto na ponta considero assim muito importante para essa nova tarefa, não só como profissional da área de saúde, mas também como servidor público, já que a Agência de Vigilância Sanitária tem uma grande importância para o nosso país, é um grande instrumento do nosso povo, instrumento de promoção e proteção da saúde da nossa população. Nesse momento que nós vivemos, com grande desenvolvimento tecnológico, com uma população gigantesca, como é o caso da população brasileira, uma desigualdade muito grande de regiões e também social, econômica do nosso país, faz-se necessário o Estado ter um instrumento de defesa e de proteção do cidadão. Quando nos dirigirmos a um mercado para comprar um alimento, quando vamos a uma farmácia adquirir um medicamento, quando chega ao nosso país as importações, os produtos de fora e as pessoas

também, é preciso obviamente ter um grau não só da regulação desses produtos, da fiscalização, mas também da promoção da saúde do cidadão que se utiliza de todos os produtos que tem a ver com a saúde. Por isso a grande importância da Agência, e na sua definição, da sua finalidade, que é de promover a proteção à saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos, tecnologias a eles relacionados, de tal maneira que a missão da Agência de proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção do seu acesso. É uma missão muito, digamos assim, adequada ao objetivo da Agência, que por ser jovem, foi criada em 1999, é um período muito curto para as grandes tarefas e grandes desafios de uma Agência de Vigilância Sanitária, com todas as dificuldades iniciais, faltas de pessoal, que foi criada a Agência sem ter ainda seu quadro de pessoal, que já avançou bastante com concursos públicos, a partir de 2005 já com o acesso de muitos servidores concursados, e os ajustes de procedimentos ao longo desse período já significa assim um grande avanço que o Brasil teve nesse período se comparar o que tinha antes na Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde para o que é hoje a Agência, a nossa Agência, que é uma referência hoje no mundo.

Tem um campo de atuação vastíssimo, cuida de medicamentos, alimentos, os produtos para a saúde, saneantes, toxicologia, cosméticos, derivados do tabaco, serviços de saúde, gigantesco em todo o Brasil, o sangue de laboratório, avaliação econômica de produtos, portos, aeroportos, fronteiras, relações internacionais, de tal maneira que é uma abrangência tão gigantesca que representa hoje, que passa pela Agência hoje, o que corresponde a 25% do PIB do Brasil, chega a ser uma dimensão extraordinária a responsabilidade da Agência para com a sociedade.

Para não cansar aos nossos Senadores, que tem conhecimento, mas alguns números chamam a atenção dessa importância. Hoje nós aproximadamente quarenta mil farmácias no Brasil, vinte e duas mil empresas de alimentos cadastradas, dez mil empresas de medicamentos, três mil e setecentas empresas de produtos para a saúde, quase três mil empresas de saneantes, doze mil laboratórios, onde mil serviços de rádio-diagnóstico, aproximadamente cinco mil hospitais, enfim, é uma dimensão dessa natureza que nós estamos com a responsabilidade, nós, quer dizer,

o Estado brasileiro através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Então eu estou situando essa questão para dizer que o grande objetivo da criação da Agência justamente é ter um instrumento ágil, um instrumento moderno, um instrumento com independência, que pudesse cuidar de um interesse que é a vida, é cuidar da saúde da nossa população. Se você vai numa farmácia e adquire um medicamento, o cidadão ali está confiando de que o que ele está comprando realmente é aquilo que está descrito. Como ele pode ter a certeza disso, a segurança, se não tem um instrumento que dê, que faça o registro, que acompanhe, que faça inspeção na produção, que adote as normas necessárias para que a indústria possa seguir essas normas para ter uma boa prática de produção? Então esse é o instrumento da sociedade, é a segurança que nós temos de uma pessoa com câncer, por exemplo, estar tomando a medicação e ter a certeza que a medicação é efetiva e que corresponde exatamente ao que está sendo descrito. Do contrário, você vai prolongar esse tratamento, os danos são irreversíveis, a intoxicação também de medicamento é muito grande, enfim, então eu estou assim de forma bastante resumida dizendo da responsabilidade gigantesca desse convite. Eu acho que a primeira questão que eu posso dizer é que nós queremos muito mais inclusive da nossa Agência. Ela cumpre esse papel extraordinário, eu tenho certeza que há um esforço grande por parte da ANVISA atualmente nesse desenvolvimento (soa a campainha) e eu posso dar uma colaboração muito grande nesse sentido também, porque além de regular, além de fiscalizar, dotar as normas, é preciso também a Agência ter um papel educativo gigantesco de humanização da sociedade, fundamental, é preciso incentivar de forma muito intensa a descentralização da Agência, dotando Estados e Municípios de instrumentos semelhantes e a Agência possa arrumar um papel condutor muito grande nesse sentido, e mobilizar, obviamente, a sociedade brasileira, porque através da educação nós temos um instrumento muito poderoso de defesa do cidadão.

Eu vou avançar mais em algumas questões como, por exemplo, a questão de aparelhar e ter instrumentos eficazes na Agência, ter condições de ter agilidade nos processos, responder rapidamente não só às demandas do setor regulado e da sociedade também, enfim, é um desafio gigantesco no sentido de aperfeiçoar a ação e a atividade da nossa Agência, sobretudo a priorização do risco à saúde, com referência ao planejamento e a gestão da vigilância sanitária, fortalecimento do cidadão nessas relações de consumo, a busca de um equilíbrio regulatório das relações entre Estado, consumidor, usuários e empreendedores

econômicos, que essa é uma avenida gigantesca, que ao incentivar a prática de boas normas num processo produtivo a Agência também passa a ser um grande indutor do desenvolvimento local, porque se um determinado arranjo econômico melhora a sua prática sanitária, ela aumenta a produtividade e, conseqüentemente, o lucro, podendo ter capacidade de exportação com referências e etc.

Então esse também é um papel maravilhoso e que a Agência pode jogar mais ainda esse papel. E a coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, a abrangência de todos os órgãos que mexem com produtos vinculados à saúde, o Estado, o Município, conversar também e dialogar com vários órgãos de Governo que a Agência precisa fazer para evitar a catalização, o monopólio na elaboração dos produtos, enfim, além de não abrir mão um milímetro da qualidade e da segurança, porque esse é o sentido que a população espera da gente, e é o grande instrumento e a garantia, a segurança que a população, mesmo não tendo consciência ou a divulgação hoje necessária desse instrumento poderoso, mas ao mesmo tempo ser um instrumento grande de incentivar, melhorar as práticas, incentivar a indústria nacional, incentivar o pequeno a ter padrões de qualidade que possam competir, enfim, uma série de atribuições que temos que ver e olhar a Agência de uma forma muito multilateral e não só do ponto de vista regulatório e da fiscalização. O papel é tão extraordinário que, para ajudar o nosso desenvolvimento econômico, preservando o caráter mais importante, que é justamente o ser humano, que é o desenvolvimento humano, que é o mais importante, e ao mesmo tempo ajudar o desenvolvimento também da nossa produção, de tal maneira que eu acredito que por essas digamos assim condições aqui relatadas pelo nosso Senador Valadares, sobretudo não só a questão da formação como Médico e atuar nessa área, mas também com relação a Políticas Públicas, mas sobretudo como servidor público, atuei muito no movimento de saúde, desde o movimento de médico residente, fui Presidente da Associação de Médicos Residentes, sendo Presidente da Associação Nacional eu fui membro da Comissão da SESU, da Secretária de Ensino Superior, que credenciava os hospitais para ter residência médica nesse país afora, e visitei para credenciar hospitais para poder ter residência, sendo que conheço a realidade desse Brasil bem desigual e diferente, visitando cada Estado do nosso Brasil, mas também atuei muito no movimento médico, no Sindicato dos Médicos, na Federação Nacional dos Médicos, Associação Médica Brasileira, Associação Médica de Brasília, e eu reputo aqui uma característica também muito importante, que é essa experiência no parla-

mento. O parlamento é essa grande escola com a representação popular e como membro da Comissão de Seguridade Social por vários anos na Câmara Federal, ali você debate os grandes temas ligados à saúde.

Então eu participei desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que deu base a todo o nosso sistema atual de saúde, a todos os temas polêmicos debatidos no Congresso brasileiro, e essa origem também do parlamento, eu acredito que ajuda bastante a minha contribuição na Agência, para ajudar também a receber esse sentimento do parlamento brasileiro, da representação popular, ter um diálogo permanente, porque a Agência, com a sua independência, mas ela não faz nada que possa extrapolar a lei, ela não pode fazer nada acima dos limites da lei, e as leis são elaboradas pelo Congresso Nacional. Então é muito importante esse diálogo permanente, ajuda na transparência que é um instrumento fortíssimo que tem que ter uma Agência de Vigilância, como tem sido, mas acredito que possa colaborar também muito nisso, e, sobretudo, como gestor público, nesse último período que fui Ministro de Estado dos Esportes, tive a oportunidade de implantar uma política pública numa área que não era considerada política pública, política de Estado, e tive a oportunidade num período de três anos e três meses de implantar uma política pública no nosso país e essa experiência foi muito importante, porque eu pratiquei no Ministério do Esporte uma área importante da medicina, que é a promoção da saúde, sem os instrumentos digamos assim curativos, que é a parte da promoção da saúde, e essa foi uma passagem muito importante. Eu acredito que agora possa também nesse mesmo sentido da promoção da saúde, mas de uma forma muito mais ampla, voltada ao instrumento da Agência, poder também dar essa colaboração.

Portanto, minha querida Presidente, eu encerro aqui as minhas palavras dizendo que me sinto assim preparado e, mais do que isso, motivado para dar essa contribuição ao meu país, porque esse instrumento, essa dimensão que muito rapidamente aqui de forma bastante sintética aqui relatei, é um instrumento do cidadão brasileiro, da sociedade, e que, portanto, precisa, ao meu ver, de um servidor público que possa cumprir esse papel, e eu me sinto assim bastante motivado para dar essa grande contribuição, eu acho que com isso eu tenho certeza que estará ajudando o desenvolvimento econômico do Brasil, tenho certeza que estará ajudando o desenvolvimento tecnológico do nosso país, com certeza estará ajudando sobretudo o desenvolvimento humano e preservando a saúde do nosso povo, porque sem isso seria impossível e não teria nenhum objetivo se não fosse para manter a saúde da nossa população. Portanto, quero agradecer e

me colocar muito à disposição, dizer que quero manter esse contato permanentemente. Nessa minha origem aí do parlamento, ser um canal também permanente, aberto, para também receber e dialogar com frequência e permanentemente com o parlamento brasileiro, com o Senado, com a Câmara, que eu acho que esse instrumento tem que passar necessariamente também por esse crivo que é o Congresso Nacional. Muito obrigado, Presidente (aplausos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Quero agradecer a exposição do Sr. Agnelo Queiroz Filho, conhecido realmente de todos nós pelo Congresso, pela sua atuação brilhante aqui no Congresso, desejando boa sorte e já parabenizando pelo seu pronunciamento, e já passando a palavra imediatamente à lista de oradores inscritos. Quero só mais uma vez alertar a todos que a lista já está aqui na mesa, nós temos até agora seis inscritos na ordem: o Senador Adelmir Santana, a Senadora Marisa Serrano, o Senador Flávio Arns, o Senador Arthur Virgílio, Senadora Kátia e o Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sra. Presidente, Deputado Agnelo, Ministro Agnelo, Sr. Relator. O Sr. Relator fez um relato extremamente sucinto, mas mostrou bem a formação do Agnelo, a sua atividade política como servidor público. Candidato Agnelo, que tem aqui hoje esta sabatina, mostra a dimensão da Agência, a importância da Agência, a independência da Agência e reafirma aqui para todos nós a sua experiência como homem público, como político, como Médico e como gestor da coisa pública. Eu mesmo tive algumas experiências quando o Agnelo foi Ministro do Esporte, celebrando com ele, em caráter regional, mas o primeiro convênio na área do esporte que foi o Segundo Tempo, um projeto extremamente bem sucedido, que até hoje continua, já está em nova gestão, mas continua o projeto na mesma dimensão e no mesmo arcabouço que foi traçado pelo Ministro Agnelo. Mas eu queria dizer, Ministro, dizer que o que nos preocupa, dada a dimensão, a importância, o tamanho, a independência da Agência, é que a gente já começa a ver alguns movimentos, inclusive aqui no Senado, ainda antes de ontem houve um pronunciamento nesta Casa fazendo reclamações e tecendo considerações sobre a atuação da ANVISA, extrapolando muitas vezes aquilo que está preceituado na lei. V. Exª. fez aqui uma referência que cabe naturalmente ao Congresso estipular como essas Agências devem se conduzir. Eu sou mesmo daqueles que defende o fortalecimento das Agências reguladoras, eu acho que são importantes para criar mecanismos de defesa do consumidor e fazer a parte de intermediação entre o consumidor e os

produtores. Mas começo a ficar preocupado quando vejo movimentos dentro do próprio Senado se posicionando contra essa capacidade da ANVISA em legislar. Tem sido freqüente, grandes resoluções, grandes decisões, e que tem preocupado ao setor produtivo essa interferência no processo legislativo. Então a pergunta que faço: V. Ex^a., com a experiência que tem de homem público, de parlamentar, como vê essas críticas que hoje estão sendo feitas à Agência ANVISA com relação a essa questão legislativa? Queria aproveitar, naturalmente como representante do Distrito Federal, e dizer da nossa alegria em ver aqui um componente da nossa unidade federativa sendo indicado para uma das direções da ANVISA. Parabéns a você, certamente já contando com a aprovação de todos nós.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador Adelmir. Passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Presidente, é um prazer, o nosso Relator Dr. Valadares, damos as boas vindas ao Dr. Agnelo Queiroz, trabalhamos juntos enquanto Deputados Federais, mas eu queria também, gostaria de fazer algumas colocações porque nós temos visto nesse últimos tempos aqui nessa Casa é às vezes a preocupação dos Senadores em não se preocupar tanto com o inteiro teor não só do conhecimento da pessoa que estava participando de uma diretoria, de uma Agência reguladora, porque achava até que a Agência reguladora, por si só, é um órgão colegiado, é um órgão que tem um contrato com o Ministério, então de qualquer forma ela está já sendo auto-regulada, mas nós sentimos aqui, nesses últimos tempos, que isso não é verdade. Então eu gostaria de fazer algumas considerações. Uma delas era a minha preocupação, a mesma do Senador Adelmir Santana, porque o Senador Francisco Dornelles fez severas críticas à ANVISA, não só colocando a sua ineficiência, mas colocando principalmente que ... ele colocou aqui que as receitas, uma norma, uma portaria, recém editada pela ANVISA sobre as farmácias de manipulação, o cumprimento de normas ao longo de mil, trezentos quarenta e cinco itens. Ele colocou isso, eu achei incrível, e dizendo que se a ANVISA se tornar um organismo que legisla, que faz normas e que todo mundo tem que cumprir, inclusive coloca os problemas entre a ANVISA legislando a favor das farmácias de manipulação e colocando inclusive que a preocupação que as fábricas, por exemplo, de luvas cirúrgicas no Brasil têm que seguir inúmeras normas e regras, mas ao mesmo tempo as importadoras de luvas cirúrgicas não precisam seguir essas regras, quer

dizer, como que fica a saúde do brasileiro nessa questão? Mas isso é algo que o Senador Adelmir Santana já colocou e como o Senador Francisco Dornelles foi muito incisivo nessa questão, nós todos aqui ficamos impactados com isso, mas a minha questão é outra, a minha questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: eu venho de um Estado, como V. Ex^a. sabe, que faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia, e é um Estado em que como é fronteira seca, principalmente com o Paraguai, que são grandes cidades com expressão do outro lado, compra-se todo tipo de medicamento a preços baixíssimos, que haja similar no Brasil, e outros que nem tem similar no Brasil, mas se compra do outro lado. Por exemplo, anabolizante é algo que passa direto das farmácias. O contrabando passa muito pelas nossas fronteiras e nós não vimos ainda nenhuma idéia de que a ANVISA esteja realmente podendo fazer essa regulação e, inclusive, utilizando-se dos outros organismos de vigilância na fronteira, não só dessa área de vigilância sanitária, mas também a área policial, por exemplo, que é da Polícia Federal, essa área toda de segurança que nós precisaríamos ter na fronteira. Eu gostaria de ouvir um pouquinho, já que o meu Estado todo sofre com essa história da fronteira e a vigilância sanitária ali fica às moscas. Portanto, para nós, é um problema sério, não só para Mato Grosso do Sul, mas para o país. Eu gostaria também de ouvi-lo a esse respeito.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Passo a palavra agora ao Senador Flávio Arns e considero que talvez fosse melhor que fizéssemos blocos então de perguntas, só atento para o nosso horário. São quinze horas e vinte minutos, portanto, eu peço só aos Senadores que possam ... enfim, mas que o debate aconteça. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero cumprimentar o amigo também, ex-Deputado Agnelo Queiroz, dizer que nós convivemos durante vários anos na Câmara dos Deputados e lá na Câmara dos Deputados eu realmente aprendi a respeitá-lo como uma pessoa competente, capaz, séria, socialmente muito dedicada, e que tem todas as credenciais assim para ser um excelente diretor da ANVISA, não só por este lado pessoal, mas também pelo lado da formação, de ter trabalhado como já foi enfatizado com a base no serviço público, de ter coordenado serviços de saúde, de ter visitado o Brasil todo na função de adequação inclusive na área de residências médicas, por ter uma visão política que eu acho importante, política como sinônimo de cidadania, não como política partidária, obviamente, mas na atribuição de Deputado, seja Dis-

trital, depois Federal e depois como Ministro, o Senhor tem toda a condição assim de continuar prestando um trabalho excelente para o Brasil. Raramente a gente tem a oportunidade de sabatinar alguém que a gente conheça tão de perto, e eu posso dizer que esses anos todos de convivência fizeram com que a gente o conhecesse de perto, inclusive como sendo autor de uma lei que é essencial justamente na área em que foi Ministro depois, que é a Lei Agnelo Piva. Eu até falei com o Relator, o Senador Valadares relatou de uma maneira muito adequada, a formação, a importância, mas acabou não mencionando a sua trajetória de esportista também e campeão de xadrez, entre outras habilidades, e importante, quer dizer, um campeão de xadrez é sempre uma pessoa que tem que ser muito respeitada (risos). Agora eu só queria dizer para o Senhor que há desafios também que eu considero importantes, quer dizer, eu gostaria só que V. Ex^a. rapidamente abordasse como que vê a situação da vigilância sanitária no país, na extensão da pergunta da Senadora Marisa Serrano, Municipal, Estadual, a valorização da carreira, os profissionais vêm fazendo greve de uma maneira bastante freqüente, exigindo melhores condições de trabalho, melhores salários, eu não sei se isto aí está sendo dialogado suficiente. Eu estou ao lado do Senador Paulo Paim, nós estamos discutindo a questão do fornecimento de medicamentos excepcionais de alto custo para os pacientes que precisem desse medicamento, e o que acontece é que o Ministério da Saúde, por exemplo, ainda não vem aceitando a autorização, o fato da ANVISA autorizar um medicamento de alto custo, registrar, o Ministério diz que isto não é suficiente para que aquele medicamento realmente possa atender aquela particularidade da doença. Então nós até dissemos para o Ministério: “olha, vocês precisam discutir isso com a ANVISA”, porque eu, como cidadão, se a ANVISA autoriza, para mim está autorizado. Agora se vem me dizer que não, que não é bem aquilo, então eu digo: “olha, então tem alguma coisa que está equivocada nesse processo”. Então é um desafio. Então eu gostaria de saber assim, claro, V. Ex^a. ainda vai assim se inteirar desses assuntos, mas faço também minhas as preocupações dos mil e quinhentos artigos da farmácia de manipulação, quando a gente tem uma riqueza extraordinária no Brasil. O Código Civil tem dois mil artigos, foi dito hoje cedo na audiência, e a farmácia de manipulação tem mil e quinhentos artigos. Então eu acho que alguma coisa também precisa ser repensada. Enfim, eu acho que é um desafio grande, há muitos pontos a serem pensados, mas tenho certeza que V. Ex^a. terá toda a condição de fazer um trabalho muito bom, interessante e competente a favor do Brasil.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador Flávio Arns. Eu peço à Comissão só uma tolerância aqui, pois o Senador Paulo Paim tem um compromisso.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu estou inscrito no Plenário, eu falo só um minutinho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Só um minutinho, então eu peço aos Senadores a compreensão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para cumprimentar o nosso Agnelo, eu posso dizer nosso, pois eu tive a alegria de trabalhar com você durante mais de uma década na Câmara dos Deputados, e você, além de Médico, tem um compromisso enorme com a questão social, com a solidariedade, e vosso papel como Médico, sem sombra de dúvida, será de grande valia para a ANVISA, até porque nós estamos lá relatando um processo de autoria do Senador Flávio Arns e Tião Viana que vai tratar da questão dos remédios de uso permanente que o Estado tem que conceder aos doentes. Então eu quero só cumprimentar a V. Ex^a., eu disse que era um minuto, já votei, e como eu sempre digo que o meu voto não é secreto, eu sei aqui de todos, eu não vou abrir, porque não precisa, serão de palmas a V. Ex^a. Então os meus cumprimentos, vai ser muito bom estar com V. Ex^a. também nessa nova trajetória da sua belíssima história de vida. Parabéns.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Presidenta, pela ordem, Presidenta, o pior é que foi um minuto mesmo (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador, por isso que eu passei a palavra, porque eu sabia que seria um minuto mesmo. Bom, eu agradeço a compreensão e passo a palavra então ao Sr. Agnelo para que possa ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – ... Não, ainda temos vários inscritos. O próximo inscrito é o Senador Arthur Virgílio, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu acho que dá para dar a palavra para os outros.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos fazer uma rodada só.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu estava só procurando atender ao Senador Adelmir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Adelmir, eu queria, inclusive fiz essa proposta, mas infelizmente o Plenário parece que nos derrotou (risos) .

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu vou me retirar, depois irei nas notas taquigráficas e verificarei a posição do Ministro Agnelo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu teria muito prazer de lhe atender, mas ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Pronunciamento fora do microfone)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Então agora com a palavra –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Pronunciamento fora do microfone)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – ... Pois não. Com a palavra agora o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Eu vim aqui porque eu fazia questão de votar, dar o meu voto ao Dr. Agnelo, todavia me parece que pelo DEM, representado aqui por outros Senadores que são suplentes, já votaram, e neste caso eu quero apenas me solidarizar e dizer que o meu voto seria seu prazerosamente, mas o Senhor é tão privilegiado, tem tanta força, que vieram os titulares e os suplentes. Parabéns para você e sucesso, obrigado.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Jayme. O que o Senador Jayme quis dizer é porque no bloco só tem mais uma oportunidade desse voto, então a Senador Kátia que chegou logo no começo da sessão. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, meu prezado Deputado e Ministro Agnelo Queiroz. Eu estava lembrando aqui com o Senador Inácio Arruda que eu retornava ao Congresso, em 1995, precisamente quando V. Ex^a. e ele aqui aportavam, portanto tivemos dois mandatos de fraterna convivência, e já no seu terceiro, no terceiro do Senador Inácio Arruda, eu já estava nesta outra Casa, Casa à qual chegou em seguida, na legislatura seguinte, o Senador Inácio. Mas eu devo dar um depoimento de que eu o conheci

quando, primeiro, eu era Secretário Geral do PSDB, e aí dava para sentir menos a sua capacidade de dialogar porque eu tinha que cuidar mesmo das questões partidárias do meu partido, das questões de crescimento e desenvolvimento do meu partido. Depois como Líder do Governo eu pude ver V. Ex^a. mais de perto e sempre o senti transigente em relação à questão do interesse nacional, sempre senti um adversário leal, firme, às vezes contundente, mas o tempo inteiro lhano(F) no trato, fino, respeitoso em relação aos seus colegas, e, portanto, desfrutando de um amplo trânsito na Casa. Ao mesmo tempo, eu que estou muito preocupado com o comportamento do Senado daqui para frente, sobretudo depois desse desastre da ANAC, eu vejo que V. Ex^a. tem o chamado *fisic de roll*(F) para desempenhar esta função, porque é um médico preparado, com curriculum adequado e vem de uma experiência administrativa hesitosa, foi um bom Ministro dos Esportes, transformou o Ministério dos Esportes em algo bastante hesitoso, amadurecido pelo exercício de mandatos e de lutas, a maioria delas vitoriosas, mas a vida se faz de derrotas momentâneas e de vitórias que também são momentâneas, a vida se faz dessa alternância de situações que vão humanizando quem vive esses momentos. Eu penso que V. Ex^a. vem com toda a maturidade para exercer esse papel. Eu tenho a visão de que as Agências devem ser independentes, elas devem prover os seus cargos, por indicação dos seus cargos principais por indicação do Presidente, com mandatos não coincidentes entre os cargos e des-coincidentes do Presidente da República, e tem uma PEC que propõe que a exoneração eventual se dê pelo Senado e não pelo Presidente, porque senão rebaixa a Agência a uma instância do Governo, ao passo que se coloca nas mãos do coletivo do Senado essa decisão, nós estamos percebendo a Agência como um instrumento de Estado e não como um instrumento de Governo, porque essa seria a compreensão que estaria faltando em alguns setores do Governo ao qual V. Ex^a. serviu com tanta dedicação, com tanta legalidade. Eu percebo as Agências assim, sinto que elas são... não são invenção brasileira, muito menos invenção do meu partido. Em Portugal estão na 12^o revisão, na Espanha estão na décima não sei o que revisão para aperfeiçoar esse instrumento, que é um instrumento que tem muito a ver com a economia dos mercados globalizados, enfim.

Portanto, eu tenho certeza que V. Ex^a. também saberá, com a sua altivez reconhecida, saberá ser o guardião dos interesses do Estado brasileiro diante de um Governo. Pode coincidir, quando coincidir ótimo. Quando não coincidir, ótimo também, porque V. Ex^a. estará agora imbuído da defesa do Estado e da defesa

dos consumidores, da defesa da população, da sociedade, que nem sempre os interesses coincidirão. Os Governos passam, hoje é fulano, amanhã foi beltrano, depois de amanhã será cicrano, mas o Estado fica, o Estado permanece com os seus interesses. Pode até os interesses de Estado mudar entre si, mas o Estado, ele não desaparece. Portanto, eu lhe muito sorte nessa nova empreitada, mas eu tenho aqui duas indagações a fazer a V. Ex^a., também vou depois, como o Senador Adelmir Santana, ver a sua resposta nas notas taquigráficas, e também não teria nenhuma hesitação se fosse da Comissão em sufragar o nome de V. Ex^a., mas eu tenho duas indagações a fazer. A primeira é a seguinte: como é que V. Ex^a., dirigindo a ANVISA, vê o incremento da produção de medicamentos na Amazônia a partir da biodiversidade que é a principal riqueza e o futuro da minha região? E, segundo, como vê as farmácias de manipulação, quer dizer, o que se poderia fazer por elas? Eu não tenho nada contra ... nós temos os grandes laboratórios, em economia grande tem que ter empresas grandes, de grande porte, e os grandes laboratórios têm sido responsáveis por medicamentos que têm trazido qualidade de vida e longevidade para todos aqueles que possam adquiri-los, mas eu sou neto, pelo lado materno, de um homem que era um farmacêutico e um manipulador de fórmulas, e eu percebo que esse seguimento do setor farmacêutico, ele tem uma utilidade que não é pequena, até porque certas soluções só saem deles, não saem de outros setores. Eu gostaria de depois consultar e saber isso, Ministro Agnelo, e no mais é lhe desejar muito sorte, percebo que a Comissão o recebeu muito bem e vejo que foi uma criteriosa indicação do Sr. Presidente da República, porque nós aqui estamos amargando a infelicidade da indicação da ANAC, é uma dor muito grande, confundiram meros turistas, pessoas que sabem comprar ticket de viagem, de viajar, com pessoas capazes de enfrentar algo parecido como essa crise que se avolumou no seguimento aéreo. Eu vejo que V. Ex^a. não, é um homem do ramo e que vem com experiência e tarimba para cumprir com o seu dever, e eu estarei aqui para torcer muito para que seja uma experiência vitoriosa, como de resto eu considero vitoriosa a sua passagem, tanto pelo Governo agora, quanto a sua passagem pela oposição. Eu, aliás, tive que amargar o seu talento na medida que eu tinha que defender o agora dos seus talentosos ataques (risos). Muito obrigado.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado, Senador (aplausos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador Arthur Virgílio. Eu queria apenas registrar as presenças aqui do Sr.

Dirceu Raposo de Mello, Diretor Presidente, o Senhor Agenor Álvares, a Sra. Maria Cecília, o Sr. Cláudio e dos Deputados Chico Lopes, do meu Estado, do Ceará, Deputada Jô Moraes, a Manuela D'Ávila e o Vice-Prefeito de Fortaleza, Carlos Veneranda, que também está aqui conosco. Com a palavra, agora, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Obrigada, Presidente. EU queria cumprimentar o Dr. Agnelo Santos, Senadores e Senadoras. Sra. Presidente, eu gostaria de fazer aqui um questionamento ao futuro Diretor a respeito de um assunto que se arrasta por muitos anos. Eu tive a oportunidade de falar com o Dr. Agnelo rapidamente a respeito do assunto e disse a ele que aqui na Comissão, na sua sabatina, nós iríamos conversar um pouco melhor. Nós sabemos que hoje um dos graves problemas da agricultura brasileira é o custo de produção, um alto custo de produção, principalmente no que diz respeito a adubos, fertilizantes e os defensivos da agricultura, os herbicidas, fungicidas, enfim, os agrotóxicos que nós aplicamos na agricultura. Apenas no algodão, para se dar um exemplo, 50% de todo o custo de plantio de algodão por hectare, 50% de tudo que se gasta para produzir algodão está nos defensivos. Então o Senhor imagina o quanto isso é importante e delicado para esse setor que está pedindo socorro com relação à diminuição de custos de produção. Eu não vou falar de estradas que não tem, eu não vou falar de hidrovia que não tem, de ferrovia que não tem, que encarece também enormemente o custo de produção, mas no caso aqui agora eu quero falar sobre os insumos da agricultura.

Tem mais ou menos seis anos, Dr. Agnelo, que nós lutamos para conseguir viabilizar os defensivos genéricos da agricultura. Felizmente os medicamentos genéricos humanos foram viabilizados e hoje não gasta mais do que noventa dias, Presidente, mais do que noventa dias para se registrar um medicamento genérico, e o que ocorreu no país depois do registro de medicamentos genéricos foi uma diminuição no preço dos remédios nas farmácias, de 25% a 30%. Uma empresa leva em torno de noventa dias e gasta algumas taxas para esse registro. Isso abriu a competitividade, ampliou o mercado e, portanto, é a regra da economia, qualquer adolescente hoje sabe, barateou os preços dos medicamentos. Com relação aos defensivos genéricos, lá na ANVISA têm duas gerências: uma gerência que cuida de medicamento humano e uma que cuida só de defensivos. Então essa diretoria de medicamentos humanos, ela funciona muito bem, mas a de defensivo genérico, ninguém consegue explicar porque não consegue evoluir e não consigo desenvolver nesta área. E às vezes eu fico me perguntando o que é que tem por

trás disso tudo, porque a questão científica não é, a questão tecnológica não é, então eu pergunto: qual é o tamanho deste negócio que pode estar provocando tamanho *frisson* e impedimento dentro da ANVISA? Então eu quero informar aqui aos colegas Senadores e Senadoras, muitos, claro, devem saber dessa informação, que o mercado de defensivos no país, por ano, são quatro bilhões e meio de dólares, mais de dez milhões de reais por ano os agricultores brasileiros compram para fazer as suas lavouras. Desses quatro bilhões e meio por ano de defensivos que são vendidos no país, apenas dez empresas multinacionais comandam esse mercado, e quando você procura quem é a dona de 70% desse mercado, você vai encontrar só meia dúzia de multinacional que toma conta deste mercado. Então diante do tamanho deste negócio nós começamos então a levantar questões, dúvidas, questionamentos a respeito do lobby dentro da ANVISA.

Eu gostaria aqui, Sr. Diretor, depois de tantos anos de luta, de conversa, de debate, eu quero aqui dar nome às pessoas com CPF, com endereço, porque não é mais possível que isso aconteça. Essas três pessoas estão na ANVISA há dez anos no mesmo cargo, e isso não é normal, principalmente diante do fato que nós sabemos, o Senhor me desculpe a sinceridade, da voracidade que o PT tem por cargos, de colocar os seus aliados e os seus companheiros nos cargos e na máquina do Governo. Pesquisa recente mostrou o percentual do partido que está ocupando esses cargos. Por que essas três pessoas continuaram? O Sr. Luiz Cláudio Meirelles, Coordenador do GGTOX, a dona Ana Maria Vequick(F) e Letícia Rodrigues. Essas três pessoas são, na realidade, Sr. Diretor, três figuras sinistras que há dez anos impedem dos defensivos genéricos serem registrados nesse país.

Quero aqui também fazer justiça porque tudo isso é regulamentado por um Decreto, um Decreto absurdo que nós conseguimos, em outubro ou novembro, depois do segundo turno do ano passado, nós conseguimos negociar na Casa Civil e eu quero fazer justiça e louvar a Ministra Dilma Rousseff que foi de muita coragem, especialmente a Dra. Tereza Campelo, que coordenou esse trabalho junto com a CNA, da qual faço parte, e conseguimos mudar este Decreto. O que é que significa esse Decreto? É dar tratamento diferenciado ao produto que se estabelece, protocola-se como genérico, pretendido a ser genérico, e um produto novo. Um produto novo, desconhecido na praça, é óbvio que tem que ter uma burocracia imensa, uma burocracia que vá garantir a sua veracidade, a competência desse produto, se vai fazer mal ao meio-ambiente, se vai fazer mal às pessoas. Agora o defensivo genérico, Sr. Diretor, o Senhor é Médico, é o mesmo princípio ati-

vo. Eu só preciso da oportunidade de provar que ele é um genérico, que vai ser idêntico ao que está no mercado, e eu vou colocar um nome diferente, e diga-se de passagem que todos esses produtos são com patentes aspiradas, todos com patente vencida. Nós jamais iremos permitir ou trabalhar num sentido diferente. Lá no IBAMA nós temos dificuldades também, os defensivos genéricos passam por três Ministérios: Agricultura, Meio-Ambiente e ANVISA. Lá no IBAMA eu confesso que eu observo muito mais uma questão ideológica do que uma corrupção, uma proteção, um lobby, uma reserva de mercado. Eu sinceramente enxergo lá muito ideologia. Mas com relação a esses três cidadãos, e eu aqui desafio aos três a virem aqui, com as empresas que tentam registrar produtos, para um debate firme aqui dentro. Esses três protegem a ANDEF. A ANDEF é a poderosa Associação Nacional das Multinacionais responsáveis por quatro bi e meio de comercialização anual neste país. Só para o Senhor ter uma idéia, Sr. Diretor, o glifosato da Monsanto, a Monsanto representa 90% em todo o país. Nesses quatro bi e meio apenas o glifosato da Monsanto significa um bi desses quatro bi e meio, e às vezes ainda nós tentamos aprovar os transgênicos e ainda somos taxados por poucos, não muito, de que nós protegemos as multinacionais. Nós protegemos é a engenharia genética, nós protegemos é o desenvolvimento da biotecnologia, porque nós acreditamos que dessa forma nós vamos poder continuar e fazer com que o custo de produção possa ser reduzido. Não estou aqui para proteger empresas e muitos menos para atacá-las, a não ser que elas mereçam e que precisem de correção por parte dessa Casa.

Ainda como se não bastasse, é apenas aqui uma denúncia, e nós estamos trabalhando contra isso, o Ministério da Indústria e Comércio ainda deu de brinde uma tarifa a mais antidumping de 35%, acima dos 12% da tarifa normal, são 45% da tarifa de importação de defensivos de outros países, por exemplo, a China. É uma proteção e uma reserva de mercado absurda. Os produtos na China hoje são produtos de altíssima qualidade, embora muitos, que querem proteger as multinacionais que estão no país, não queiram concordar com isso. Todos os produtos hoje, os defensivos na China e na Índia, todos são genéricos. A grande maioria são genéricos, quase que 100% são genéricos, e por que é que o Brasil ainda está na contramão da história e resistindo a isso? Eu ainda recebi um telefonema de uma pessoa, um técnico, um cientista, que é claro, um dos revoltados e indignados com essa situação, e ele ainda me pediu: “não vote não, Senadora, a não ser que ele admita a demissão dessas três pessoas nocivas à ANVISA que estão lá dentro”.

O acordo de Mercosul, esse esquema é tão forte, Sr. Diretor, que no acordo de Mercosul assinado há tantos anos atrás, nós já teríamos sido obrigados a internalizar a nossa legislação para poder receber esses produtos da Argentina, assim como o Brasil poder vender para a Argentina. Nós já fomos reclamados pela Argentina no Tribunal Arbitral do Mercosul sem direito a recorrer desde 2001, porque nós não conseguimos internalizar e permitir essa importação, não conseguimos porque o lobby das multinacionais, dos quatro bi e meio, não deixam, Sr. Diretor.

Eu gostaria muito que o senhor, chegando à ANVISA, esse compromisso eu gostaria que o senhor pudesse fazer aqui nesse momento, se puder fazer, com relação ao retorno dessa situação, à condição de nós podermos resolver definitivamente. A Ministra da Casa Civil enxergou o tamanho da aberração, as suas assessoras trabalharam à altura e reformularam o decreto, mas mesmo com o decreto reformulado as coisas não acontecem, as coisas não acontecem. Todo tipo de burocracia é imposto para protelar a classificação toxicológica dos produtos que ali são protocolados. É uma aberração nacional, e eu tenho certeza que com a sua experiência de parlamentar, de homem público, que o senhor possa ter piedade e misericórdia do setor agrícola brasileiro, que merece essa sua atenção, Representamos 1/3 do PIB, 1/3 do emprego e 1/3 da exportação. Esse setor não é mais da responsabilidade dos produtores, esse setor é da sociedade brasileira, porque são indicadores pesados na economia e que devem ser mantidos. Então eu te peço encarecidamente que possa com honestidade, dignidade, reverter esta situação ao bem do Brasil e não só dos produtores rurais. Muito obrigada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidente, pela ordem. O que a Senadora Kátia Abreu colocou aqui, eu diria que é uma denúncia muito séria em relação ao que vem acontecendo, de acordo com ela, na ANVISA, e mesmo as pessoas mencionadas terão que mostrar que isto não acontece ou, se estiver acontecendo, serem penalizadas nesse sentido. Então foi uma denúncia apresentada verbalmente e eu sugiro, requeiro à Comissão de Assuntos Sociais que as três pessoas sejam chamadas aqui nesta Comissão, onde aconteceu essa denúncia, para que as explicações sejam dadas em relação ao assunto levantado, porque foi uma denúncia apresentada e a providência tem que ser tomada, e a partir deste questionamento, desta apresentação dessas pessoas, aí esta Comissão deve tomar os encaminhamentos que forem julgados convenientes a partir do que for apresentado na presença das três pessoas. Então é uma denúncia séria, nomes foram mencionados, e essas pessoas certa-

mente, elas também terão todo o interesse em vir a esta Comissão para dar as explicações necessárias, que nós, aqui dentro de um processo de avaliação, julgaremos adequadas ou não. Então é um requerimento verbal, já feito, para que isto aconteça. Obrigado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Que se transforme isso por escrito para que se transforme em realidade, o requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Eu gostaria apenas de parabenizar ao Senador Arns, eu acho que é muito propício, nós precisamos disso, vamos fazer o requerimento, mas nós precisamos de estabelecer os nomes do contraditório, das pessoas que estão sofrendo com esta situação para que a gente possa fazer, em tese, uma acareação entre esses grupos para que possamos tirar as nossas dúvidas. Então eu gostaria de entregar por escrito todos os itens que aqui eu não vou ter tempo de falar para não atrasar os colegas, outros pontos importantes eu gostaria que V. Ex^a. pudesse considerar. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senadora, antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, eu estava ouvindo na outra sala, vi aqui a ação do Senador Valadares, que concordo plenamente, essa Comissão irá tomar providências em relação a isso, vamos apenas esperar o requerimento de V. Ex^a., mas é uma denúncia grave e essa Comissão tem a responsabilidade de ouvir essas pessoas e assim será. Nós votaremos o requerimento e essas pessoas serão ouvidas. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero em primeiro lugar dizer que o meu amigo e colaborador de muitas atividades políticas, Agnelo Queiroz, reúne três coisas que às vezes são menos frequentes e uma é realmente ausente hoje do Governo Lula. Eu acho que existem sim, mas é bom que venha mais uma, é uma pessoa com seriedade e competência. E aquilo que está ausente pra caramba é brasileiro no Governo do Presidente Lula. O Deputado, Ministro Agnelo, eu acho que traz essas três qualidades fundamentais para a política e eu parabenizo o Presidente Lula pela indicação.

Eu quero começar a minha fala voltando ao que falou a Senadora Kátia, por um lado que mostra como o processo ideológico no mundo está tão confuso. A gente vê a Kátia, que é uma figura que eu admiro muito e que muitos colocam, das partes conservadores, defendendo aqui o Brasil contra multinacionais. Isso daí eu acho interessante, porque de fato há interesses conflitantes ou eu estou enganado? (risos) No espectro ideológico de antigamente eram umas caixinhas bem

definidas, hoje não. Um dos homens mais conservadores desse mundo, Schwarzenegger, para mim hoje representa a esquerda no que se refere à ecologia, é um homem que defende um desenvolvimento sustentável. Nós entramos num processo de reescrever o que significa os modelos políticos ideológicos, e eu fico muito feliz com a clareza como a Senadora falou e realmente, Agnelo, é preciso ter uma resposta clara. Eu acho até que a proposta do Senador Flávio Arns é boa, mas eu espero que antes disso o Senhor já tome uma providência assim que tomar posse, porque a gente não pode deixar que um setor tão importante da economia brasileira seja prejudicado como parece estar sendo.

As minhas duas perguntas, uma indiretamente tem a ver com o que a Senadora Kátia colocou, é um problema do mundo atual. Nós vivemos num mundo interligado completamente e eu gostaria de saber: quais são as propostas do novo Diretor para proteger as fronteiras nacionais contra essa vulnerabilidade que caracteriza o mundo global? A vulnerabilidade financeira, a vulnerabilidade do recurso, a vulnerabilidade ecológica e uma vulnerabilidade muito grande sanitária. As doenças hoje se espalham com uma rapidez como não acontecia antes, dessa instantaneidade que a gente consegue estar em tantos lugares imediatamente um dia depois do outro. A crise aviária foi um exemplo, alguns acham que não foi parada, que deu-se um tempo. Então qual é a maneira da ANVISA de aumentar a garantia, a proteção do Brasil contra a vulnerabilidade epidemiológica no mundo global? A segunda é o que é que o Diretor Agnelo vai fazer, como exemplo do que ele fez como Ministro do Esporte, que foi capaz de colocar junto educação e esporte. Como é que vê o envolvimento do processo educacional brasileiro no trabalho da ANVISA, que não é apenas uma questão de química, não é uma questão de farmácia, não é uma questão apenas de biologia, é também uma questão de alerta da população inteira diante dos riscos que nós temos, e envolvimento populacional é uma questão educacional. São as duas perguntas, mas eu quero dizer que eu lamento que não possa votar, que eu sou suplente nessa Comissão, mas eu gostaria muito de ter o prazer de votar outra vez em Agnelo para a ANVISA como já votei para outros cargos.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador Cristovam Buarque. Eu gostaria de registrar também a presença do Deputado Odorico Pinto, Deputado Federal do PMN da Bahia, e do Deputado Renildo Calheiros do PC do

B de Pernambuco. Com a palavra, agora, o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Presidente, ilustres Senadores, eu vou ser rápido, porque na verdade eu quero ver a apuração, meu querido Ministro e amigo Agnelo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque quanto mais demorar em discurso, a gente fica ansioso para poder ver a apuração. Eu queria dizer só que o Agnelo, um baiano que estudou medicina, veio para Brasília e acabou indo para um hospital na periferia, digamos assim, e lá montou toda a sua base eleitoral, veio a ser Deputado Distrital, Deputado Federal, Ministro de Esportes, eu tive a oportunidade de conhecê-lo, eu também sou um homem ligado ao esporte, e uma das grandes criações do Ministro foi o Projeto Segundo Tempo, que demonstra toda a sua criatividade em procurar ocupar espaço e também beneficiar as crianças. Então diante disso eu tenho certeza que V. S^a, para não dizer Ex^a. também, voltando ao cargo de Ministro, fará um grande trabalho ao lado da ANVISA, mas o que é mais importante, eu tenho certeza que V. Ex^a. usará muito a criatividade, vai procurar soluções, resolver problemas como esse colocado pela ilustre Senadora Kátia Abreu, espero aguardar, e para o Senado é um momento de confiança total em V. S^a. E por quê? Porque o Senado tem sofrido muito os ataques com relação à indicação de membro para Agência. Então cada vez que nós indicamos alguém, agora é uma responsabilidade ... sempre foi uma responsabilidade muito grande, mas agora é mais do que nunca. Então se V. Ex^a. for aprovado aqui, com certeza foi aprovado porque os membros colocaram uma confiança muito grande em V. S^a ou Ex^a. Essa confusão, que é ex-Ministro, então vou chamar de Agnelo, meu grande amigo. Boa sorte, eu espero que seja aprovado, está sendo numa Comissão que tem a presidência da Senadora mais ilustre da América Latina (risos) .

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Tomara que o Ceará esteja ouvindo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu comecei aqui, por isso que eu já estou lançando. Então boa sorte, Ministro, boa sorte mesmo.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador Wellington. O último inscrito de hoje, de propósito, é o Senador

Inácio Arruda, meu conterrâneo do Ceará, do PC do B, aqui amigo e aliado do nosso querido Agnelo Queiroz. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Senadora, eu tenho certeza que o Ceará está ouvindo (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Tomara.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Agnelo, eu acho que o conjunto dos Senadores já levantaram assim uma série de questões que dizem respeito à atividade da ANVISA, são todas muito significativas. Você pega essa questão dos defensivos agrícolas, o espaço é enorme para poder se trabalhar, tanto do ponto de vista de importação como você poder realmente ter os defensivos genéricos no Brasil. É um espaço gigantesco de atividade que reúne você baratear custos com você ter um produto de qualidade, que é isso que nós temos que oferecer ao povo brasileiro. Nós temos a biodiversidade também sem precedentes para o mundo, que é a nossa biodiversidade da Amazônia, onde nós podemos tirar dali uma quantidade muito grande de medicamentos para beneficiar o povo brasileiro e a população mundial. Então nós temos assim as coisas, o trabalho é muito grande, tem muita coisa para fazer. Muitas das críticas que eu tenho ouvido a respeito da ANVISA, ontem mesmo o Senador Dornelles, muitas coisas são corretas, não são incorretas, e são corretas por quê? Porque essas Agências também são novas. Não é só o lobby, não é só a articulação, porque você tem isso espalhado em toda a sociedade brasileira, mas é pela natureza dessas Agências, elas são instrumentos novos de desenvolver políticas para uma determinada área. Eu acho que a gente tem que estar atento também para essa questão. Eu sei que V. Ex^a. vai responder a tudo isso de forma muito tranqüila na sua atividade, mas a característica que eu quero destacar aqui nesta sabatina, que eu sei que V. Ex^a. vai responder a todas essas questões, é quando V. Ex^a. assume uma responsabilidade, uma tarefa, seja de Ministro de Esportes, seja numa Comissão como muitas vezes assumiu na Câmara dos Deputados, de pegar aquilo como uma questão central, de examinar, de estudar e de ter muita abertura política para examinar todas as questões e decidir pelo que é melhor para o Brasil. Eu acho que essa que é uma virtude especialíssima de V. Ex^a., é V. Ex^a. ter essa condição de poder ouvir, examinar, estudar com afinco, ter grandes colaboradores, que V. Ex^a. sempre busca ter em torno da sua atividade, então essas qualidades para alguém que vai gerir uma área digamos assim melindrosa, porque mexe com a nossa vida, mexe com a vida do povo brasileiro, e se quisermos ser exportadores de medicamentos, mexe

com a vida do povo no mundo. Então eu acho que é muito importante essa tua característica de você pegar a coisa assim, nós dizemos assim numa expressão popular, pegar na unha. Isso nós vamos fazer bem feito, nós vamos fazer para que a ANVISA seja uma instituição muito respeitada no Brasil entre todos os setores, sem nenhum sectarismo com nenhum setor, nós vamos ter uma grande atividade na ANVISA. Eu acho que essa é uma qualidade excepcional, nós ficamos muito satisfeitos com a sua indicação, o PC do B fica satisfeito, mas essa satisfação eu percebi aqui na fala de todos, sabendo que está sendo indicada uma pessoa não só que tem competência, mas que tem um grande compromisso com a causa brasileira, por isso que nós estamos felizes em poder ter tido a oportunidade de votar nesta tarde de hoje aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador Inácio Arruda. Senador José Nery, mas ele pediu depois, viu Senador Inácio. Senador José Nery, com muito prazer, a palavra à V. Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Talvez para não deixar que o nosso ilustre amigo, conterrâneo, lutador, Senador Inácio Arruda fosse o último, então eu queria nesse momento, ao invés de fazer aqui uma pergunta ou fazer uma sabatina, na verdade dizer da nossa satisfação em poder estar apreciando no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a indicação de um dirigente, alguém comprometido com as causas e lutas sociais no nosso país, com a luta contra a desigualdade, e na verdade, em lugar de fazer qualquer pergunta, só queria enaltecer a decisão do Governo de indicá-lo para essa grandiosa tarefa, espinhosa, difícil, porém honrosa, principalmente por sabermos que ela pode ser cumprida com dignidade, com respeito aos direitos da cidadania brasileira, que tem no Ministro, no Deputado, no militante político, no quase Senador da República Agnelo Queiroz, Ministro de Estado, um bom exemplo de como a coisa pública pode ser conduzida com seriedade, com dignidade e com respeito à sociedade. Então eu diria que para nós é uma honra poder votar e apoiar a indicação do Dr. Agnelo Queiroz para diretor da ANVISA. Parabéns pela indicação, muito trabalho e êxito, muito êxito na sua nova missão.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada ao Senador José Nery.

Com a palavra, agora, o Sr. Agnelo Queiroz para responder as perguntas e fazer as suas considerações finais.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Eu quero agradecer, Presidente, todas as perguntas, que só comprovou o todo sentimento que eu já tinha da Comissão, desse caráter democrático e do alto nível dessa Comissão e da importância do parlamento que demonstra como um debate é indispensável para tratar de temas da maior relevância do interesse nacional e que eu tenho certeza que é do interesse do Brasil. Então eu quero agradecer muito as palavras elogiosas e também na fala aqui do Senador Inácio, do Senador José Nery, dizer que as minhas respostas desses outros temas vão estar pautados sempre nesse aspecto também, quer dizer, é esse compromisso com a nossa Pátria, com o nosso povo, a minha vinculação ela é pública, exclusiva, de tal maneira que uma área tão delicada e de tamanha importância tem que presidir a atuação com essa serenidade, equilíbrio, aprofundamento dos temas, exame de mérito. Eu acho que essa é uma questão essencial em qualquer atividade seguramente, mas eu digo numa atividade como essa da Agência, justamente pelo seu caráter de independência, uma função de Estado e que precisa ter essas características. Por isso quero agradecer no geral, entrando especificamente e rapidamente nas perguntas aqui, porque dá um panorama muito concreto.

Com relação ao que o nosso Senador Santana, Senador aqui do Distrito Federal colocou com relação a como que eu enxergo a crítica à ANVISA, ele situou sobretudo esse depoimento, um discurso do Senador Dornelles feito ontem aqui nesta Casa ou anteontem. Eu quero dizer que nessa posição a primeira coisa é você ouvir com muita acuidade e examinar essas críticas assim com muita abertura. Eu sei que a ANVISA tem tido avanços gigantescos, gigantescos porque inclusive depois da indicação, já têm algumas semanas, eu procurei digamos me dedicar bastante e pude comparar o desenvolvimento gigantesco de 1999 para hoje com relação à parte de regulação, fiscalização. Eu trouxe alguns dados que no fim não dá, mas são coisas gigantescas. A ANVISA fez cento e quatro registros definidos para medicamentos novos e biológicos, trezentos e noventa para genéricos, cento e quatro para similares, noventa e um para fitoterápicos, só em 2004. Quinze mil produtos novos para serem registrados entre 2002 e 2004. Quase cinco mil registros de cosméticos deferidos em 2004. Em 2003, dois mil e três registros para alimentos nacionais e importados, até 2004. São números gigantescos. Quase cinco mil inspeções de serviços de hemoterapias, quinhentas inspeções internacionais, mil e quinhentas inspeções

fiscais, cento e quinze inspeções em centros de bioequivalência. São coisas assim que é preciso às vezes pontuar como, a título de exemplo, cento e vinte laboratórios analíticos e cinco provedores de ensaios e de procedência habilitados, mil e quinhentas avaliações econômicas de medicamentos, setecentas e quarenta mil licenças de importação deferidas de 1999 a 2004, setecentas e quarenta mil, e cinco milhões de inspeções em meios de transporte, infra-estrutura, mercadorias, de portos, aeroportos e fronteiras. Eu poderia continuar. É um negócio gigantesco, por isso que eu quero colocar isso para mostrar da importância gigantesca que tem a Agência, que é indispensável. Uma simples Resolução da ANVISA com relação ao álcool gel, na venda do álcool gel nas farmácias, diminuiu 60% a 65% dos acidentes de crianças com queimaduras nos cinquenta e quatro centros de queimaduras no Brasil, quer dizer, uma simples ação como protege a vida das nossas crianças, sendo que eu poderia citar tantos outros exemplos aqui.

Entretanto, eu acho que a Agência ainda é muito nova, ela prossegue na sua capacitação inclusive com a parte de pessoal de forma célere, e tem que ter obviamente um maior equilíbrio e ter uma visão multilateral com relação a certas ações. Como o Senador citou especificamente, com relação à farmácia de manipulação, que é uma farmácia muito importante para o Brasil, tem uma quantidade enorme de pequenas farmácias espalhadas pelo país, então como que a Agência atua com esse equilíbrio de tal maneira que não abra mão da qualidade, da segurança, e ao mesmo tempo ajude o desenvolvimento dessa estrutura para poder responder e se habilitar a poder atuar plenamente. Esse vai ser o grande desafio, porque você pode, a título da segurança e da qualidade, matar o seguimento todo fazendo uma quantidade de exigências completamente impossíveis num prazo curto. E, por outro lado, você pode adotar práticas de processos que vai levar a esse objetivo sem abrir mão, porque essa é a função da Agência, a qualidade, a eficiência e a segurança, porque isso é que o cidadão na ponta quer ter. Então eu acho, eu vejo a crítica dessa forma, eu acho que ... só não concordo no discurso com relação à existência da Agência, pelo contrário, porque hoje com a globalização, o Senador Cristovam colocou isso, com a questão de portos, aeroportos, a entrada de produtos, a força do mercado, se não tiver um instrumento de Estado eficaz, dotado de capacidade técnica, equipado com equipamentos de ponta, fazendo pesquisas, se antecipando aos fatos, é evidente que a nossa população estará exposta a uma quantidade enormes de produtos que chegam fruto da tecnologia que é diária e em grande quantidade, a velocidade dos

novos produtos, de pequenas modificações, e isso tudo nós temos que ter um instrumento que defenda a sociedade, porque senão vai ser um mercado aberto, um mercado aberto sem ter um freio como esse, não no sentido de impedir o desenvolvimento, pelo contrário, de ter o desenvolvimento, mas com segurança e com qualidade, sobretudo para o usuário. Eu acho que essa é a função delicada que precisa ter. Nesse sentido eu respondo inclusive a algumas perguntas da Senadora Marisa Serrano, com relação à questão da eficiência que ela colocou, qualidade, a segurança dos produtos. Deu um exemplo muito concreto com relação ao Paraguai e a preocupando com contrabandos, quer dizer, nós precisamos dotar o nosso país de instrumentos como esse, e, pelo que eu sei, inclusive, dessas informações recentes, a quantidade de profissionais contratados agora para a ANVISA, grande parte desses profissionais foram espalhados por esse país afora, que vai fazer justamente esse papel junto com outros órgãos do Brasil, como a questão da Polícia Federal, para poder cumprir esse papel nas fronteiras, portos, aeroportos e em todas as áreas, regiões alfandegárias, quer dizer, tem que ter este instrumento de defesa da sociedade. Eu não tenho dúvida e ela citou a questão do anabolizante, que é gravíssimo, mortes no Brasil, eu me envolvi concretamente como Ministro de Esportes, fizemos uma campanha para enfrentar essa questão, porque os atletas utilizam isso de forma completamente errada, a importação de produtos contrabandeados, produtos para animais sendo utilizados aqui em Brasília, aqui em Brasília teve uma morte, vários lesados com muita gravidade, então a coisa é gravíssima. Então nós temos que ter instrumento ou não temos que ter instrumento para poder proteger a sociedade contra esse tipo de ação? Então eu estou de acordo com ela e acho que existe toda essa articulação no Mercosul, a ANVISA joga um papel fundamental nisso junto com os nossos parceiros do Mercosul na regulamentação desses produtos, enfim, isso tem avançado bastante e precisa aumentar muito mais, sobretudo nessa área de fronteira.

O nosso querido Senador Flávio Arns, meu colega aí de muitos anos lá na Comissão, tocou num aspecto fundamental que é a questão do Estado e dos Municípios, quer dizer, a ANVISA tem a responsabilidade de coordenar um Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, um Sistema Nacional que passa por todos esses órgãos vinculados e que lidam com todo tipo de produto que se referem à saúde, especialmente os Estados e Municípios. Então é evidente, e hoje a vigilância sanitária do Estado e do Município é exercida pela Secretaria de Saúde que tem um Departamento que cuida da parte de vigilância sanitária, muito desaparelhados e que

precisa ter uma mudança grande nessa coordenação desse sistema, e o papel da ANVISA, sobretudo na parte do conhecimento, menos em recursos, também com recursos, mas em parte de conhecimento, de treinar pessoal, de estruturar essa área de vigilância no Estado e no Município, existe inclusive proposta de transformação em Agências Estaduais para dotar de melhores condições a vigilância nos Estados e Municípios, então tem uma série de discussão sobre isso que precisa ser muito aprofundado, mas digamos assim a minha resposta objetiva à sua pergunta é que é imperioso a melhor articulação e desenvolvimento da vigilância no Estado e no Município. Essa é uma questão fundamental que vai se vincular com a outra que o Senador Cristovam colocou, que é a parte da mobilização da sociedade, da população, mecanismo de controle, parte da educação, a parte preventiva e etc. Então eu acho que essa é uma questão fundamental. Eu quero me aprofundar mais na questão do protejo, está anotado, eu vou estudar, sobre a questão do alto custo nesses projetos para os nossos pacientes excepcionais. Gostei muito da ...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na verdade é medicamentos excepcionais de alto custo. Só essa aproximação entre o que a saúde pensa e o que a ANVISA pensa, porque estão, me parece, salvo melhor juízo, pensando de maneira diferente.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Eu prometo me aprofundar nisso, mas uma coisa eu posso adiantar pelo que levantei, estudei, é que é muito criterioso. Quando a ANVISA chega e dá um posicionamento desse de aprovação e etc, ele passa por um processo muito criterioso de exame com laboratórios, especialistas e etc. Então eu acredito que vamos dar uma estudada nisso com toda a dedicação.

Quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio, ele tocou num aspecto fundamental aqui sobre essa questão da Amazônia e voltou também a tocar sobre a questão da farmácia de manipulação, e acho que essa é uma outra riqueza importantíssima, de interesse nacional, da Pátria, é o desenvolvimento da biodiversidade, nos apropriarmos da tecnologia, tem gente desenvolvendo isso e patenteando os nossos produtos, então isso é preciso obviamente fazer parte da política nacional do Ministério da Saúde e eu tenho certeza que a ANVISA pode dar uma grande contribuição nesse desenvolvimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Agnelo, só um segundo. O Senador Geraldo Mesquita queria só usar a palavra. Nós estamos na fase já das considerações, Senador, mas então V. Ex^a. faz a pergunta.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu agradeço, Senadora Patrícia, a consideração, saúdo o Deputado Agnelo. Olha, eu acabei de chegar, estava num evento externo ansioso e correndo para chegar aqui para poder ter a oportunidade de votar. Vou abrir o meu voto. Votei, está certo, quem quiser que tente anulá-lo (risos). Votei por um razão muito simples: eu lhe considero uma pessoa séria, competente, é um homem público reto, correto, e que sorte que você está indo para a ANVISA, que sorte. Hoje de manhã eu tive a oportunidade de numa Comissão presidida pela Senadora Patrícia, estava lá presidindo essa mesma Comissão, eu tive a oportunidade de resgatar uma fala do Senador Dornelles, agora há dois dias atrás, no Senado, a respeito de um assunto que é candente, é um assunto sério, eu tenho certeza e gostaria de lhe pedir como primeira missão ao chegar na ANVISA para se debruçar sobre essa questão. A ANVISA baixou uma Resolução, um normativo, e o Senador Dornelles impressionou essa Casa ao fazer uma comparação. Ele trouxe a informação de que o nosso Novo Código Civil tem dois mil e tantos artigos, o Código Civil brasileiro, e esse normativo da ANVISA, segundo ele, tem mais de mil e quinhentos artigos que versam e tratam sobre exigências que deverão cumprir as pequenas e microempresas, farmácias de manipulação de medicamentos no nosso país. São pequenas, médias e microempresas. Mais de mil e quinhentos artigos num normativo, algo assim que coloca essas empresas naquela condição de não ter como cumprir isso tudo. A minha interpretação pessoal, eu assumo a responsabilidade pelo que eu vou lhe dizer: eu ando cabreiro com essas Agências no nosso país, que o mais das vezes são instrumentos de manipulação daqueles que podem mais sobre aqueles que podem menos. Eu não preciso nem dar exemplo aqui. Começo com a ANAC, que devia ser Anarquia, ANAC, Anarquia. Que sorte que você está indo para a ANVISA, porque eu gostaria de pedir que você se debruçasse sobre essa questão. Assim que chegasse na ANVISA verificasse a injustiça que está sendo feita com essas pequenas e microempresas, farmácias de manipulação no país, que podem em razão de uma atitude dessa, canhestra, uma atitude viciada, dirigida, talvez mesmo para quebrar o espinhaço do ramo, podem causar um alvoroço nesse país. Então quero inclusive cumprimentar o Presidente Lula pela indicação do seu nome para a ANVISA, uma pessoa reta, correta, que eu tenho certeza absoluta que vai pegar um assunto como esse e vai traduzir da forma como o povo brasileiro quer que seja traduzido. Se for necessário, que se reveja essa norma, que se reveja essa norma, injusta, em grande parte cruel, é uma crueldade o que está se fazendo

com as pequenas e médias empresas do ramo de farmácia de manipulação nesse país, viu Deputado Agnelo. Saúdo, cumprimento V. Ex^a. pela sua ida para a ANVISA, que eu tenho certeza absoluta que o Plenário do Senado vai referendar.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Muito obrigado, Senador. Eu quero também cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita, dizer que vários Senadores tocaram nesse tema e eu tenho certeza que aqui inclusive se encontra os vários Presidentes, os vários Diretores, inclusive a Dra. Maria Cecília que eu não tinha citado no início, mas pela qualidade e capacitação e compromisso desses diretores, eu tenho certeza, faço até um compromisso público aqui que levo na primeira reunião do colegiado, assim que assumir, pela importância desse tema, independente da área que ficar responsável, também vou ter o maior interesse e assumo o compromisso de fazer uma análise também do meu juízo com profundidade com relação a essa questão. Eu vou fazer isso na primeira reunião e posso falar publicamente porque eles estão aqui e eu estou falando porque merecem de fato uma análise minuciosa (soa a campainha) sobre essa questão. Eu sei que aqui... vou tentar agilizar, porque a nossa Presidente, na reunião aqui no Plenário, mas eu quero dizer assim muito pontualmente, mas eu acredito que objetivo com relação ao que a Senadora Kátia Abreu colocou. Esse tema do agrotóxico é de grande relevância e os números, a importância, a magnitude que ela colocou já diz tudo. Então não precisa eu repetir da importância e do tamanho. Eu acho que nós temos que examinar, é evidente, eu quero separar a intervenção dela em duas partes, uma que a importância do tema, me comprometer também em estudar, me dedicar, porque essa questão do defensivo genérico, isso tem uma grande importância para o país, devemos dar uma atenção muito especial a isso, sobretudo a qualquer medida que leve à cartelização, inclusive têm órgãos do país que cuidam especificamente disso no Ministério da Fazenda, na Secretaria de Direito Econômico, no CAD, no Ministério da Justiça, que a ANVISA deve dialogar para evitar qualquer tipo de cartelização, porque nós sabemos das consequências do que representa isso, e ao mesmo tempo no papel da ANVISA de não abrir mão da qualidade e da segurança do que a Agência registra e do que a Agência autoriza. Então eu acho que isso é um aspecto de grande relevância e eu quero fazer esse compromisso aqui, mesmo ela não estando aqui neste momento, mas de examinar isso com o maior cuidado. A outra parte é sobre a denúncia, que eu acho que os Senadores, aqui a nossa Presidente, o Senador Flávio Arns, aqui deu assim um encaminhamento que eu estou de acordo, que é justamente

poder investigar isso, vou chegar na primeira reunião, também vou falar publicamente, porque isso daqui é uma coisa muito grave, e quando o Senado examina, eu tenho certeza que a Agência também fará e vamos colocar e também faço o compromisso aqui de colocar isso na primeira reunião para examinar uma denúncia da gravidade como ela colocou, e, obviamente, permitir que as pessoas possam se defender, apresentar, ter ampla defesa, argumentar, porque isso, dar qualquer opinião definitiva, se concordo ou não, seria absolutamente leviano da minha parte por não ter conhecimento desse fato e me aprofundar, mas o exame detido e muito cuidadoso, é evidente que nós temos que fazer, até mesmo porque as pessoas que foram acusadas vão querer ter esse direito de poder se defender, enfim, esclarecer. Então foi muito importante esse papel, essa área é uma área de grande dimensão, só quero dizer para a Senadora que com relação ... a minha opinião é que a Agência não pode tomar nenhuma medida contra a lei, ela deve fazer é o que a lei estabelece, essa é a minha opinião que eu posso adiantar imediatamente, porque rigorosamente as medidas da Agência se baseiam na lei, e isso, no dia que ela descumprir, ela não terá autoridade para poder exigir de ninguém o cumprimento da lei. Portanto, se tiver alguma extrapolação, isso tem que ser examinado de forma muito detida.

Eu quero falar para o Senador Cristovam também com relação ... ele falou da vulnerabilidade, e só isso já daria o argumento e a oportunidade para mostrar a importância da Agência com relação à vulnerabilidade sobre as doenças, os contrabandos e tantos outros produtos que num país de uma fronteira como nossa, gigantesca, tem. Então a Agência dialogar com os outros órgãos de Defesa, sejam as Forças Armadas, seja a Polícia Federal, enfim, tem que fazer isso em conjunto, e tem tido um papel de destaque a Agência com relação a esse papel, até porque todas as crises internacionais, esses episódios e epidemias não tem sentido no nosso país, o que é muito positivo, e nós temos que reforçar os instrumentos para que ela possa cumprir plenamente para defender o cidadão e o povo brasileiro justamente da vulnerabilidade gigantesca, ele colocou muito bem isso, e só isso já daria para demonstrar a grande importância de uma única área, que é essa área de portos, aeroportos e fronteira, que é uma área gigantesca, de interesse nacional, de soberania, de soberania nacional e que a Agência cumpre um papel indispensável. E ele falou na educação porque eu toquei isso também no início, que era justamente, eu quero, vou insistir muito nisso, vou tentar dar uma contribuição, que é a mobilização da sociedade, instrumentos de participação, anteci-

par os fatos, por isso que a Agência tem que estar aparelhada, tem que pesquisar, tem que se antecipar aos problemas para prevenir, ou seja, para promover saúde, não só a parte indispensável, que já é da sua função, da regulamentação, da fiscalização, mas eu só compreendo esse outro papel se tiver uma participação popular muito grande, um nível de consciência da sociedade, chegar nas escolas, debater esses temas que são temas ligados à cidadania, ao interesse à vida, à proteção do consumidor. Então esse papel é indispensável fazer em larga escala e trabalhar isso com educação. Eu não vejo como ter vigilância sanitária se não tiver digamos assim um maior entrosamento com a educação.

Portanto, eu gostaria de agradecer, sei que me prolonguei um pouco, mas quero dizer que foi extremamente rico e estou levando muitas coisas daqui e o compromisso de fazer essa interlocução também com o parlamento, eu acho que tem muito, esses grandes temas nacionais se debatem no parlamento brasileiro, aqui no Senado, e, portanto, esse diálogo aberto e permanente com o parlamento brasileiro é indispensável que a Agência faça. A Agência não é a dona da verdade, tem uma função importante, uma função indispensável, está provado isso com o pequeno período de existência da Agência, mas ela pode aprender muito, ter uma relação muito próxima fazendo esse trabalho junto com o parlamento brasileiro. Eu quero agradecer a todos vocês.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sra. Presidente, eu vejo que alguns Senadores ainda desejam falar, mas eu conferi aqui com os nossos assessores e me parece que todos já tiveram a oportunidade também de votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Isso, eu ia exatamente anunciar a conclusão da votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Que a gente pudesse apurar e, mesmo que alguns queiram falar, falariam em seguida, sem nenhum prejuízo para os nossos trabalhos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria dizer que eu vou acompanhar pela televisão, porque realmente eu fiquei sem almoço, eu queria presenciar aqui a votação de V. Ex^a., mas eu já vi que todos querem falar, e aí,

por mais que eu tenha um carinho especial, a fome é grande (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – V. Ex^a. é muito grandão, precisa se alimentar (risos).

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É, tem que alimentar essa massa inteira (risos).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, como o meu corpo é menor, eu vou deixar o almoço para mais tarde (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Está certo. Eu queria convidar o Senador Flávio Arns e o Senador Romeu Tuma para que pudessem proceder já a apuração dos votos enquanto passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella e depois ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senadora Patrícia Saboya, nossa Presidente. Eu não poderia deixar de estar aqui agora para prestar não só um voto, mas uma homenagem a um companheiro tão trabalhador, tão dinâmico, que luta tanto por esse país, e quando Ministro dos Esportes desenvolveu campanhas extraordinárias para a saúde, eu diria para a proteção dos nossos jovens, sobretudo guardando-os das drogas. Eu pediria apenas ao Ministro, ao companheiro, ao amigo, ao Deputado, a esse servidor do povo, amigo de todos, cuja a vida é tecida no trabalho, no estudo e nessa inflexível determinação dele de servir aos valores perenes à Pátria, que lá, Agnelo, conseguisse trazer para nós uma conquista do povo africano. Eu vivi dez anos na África, sabe, Agnelo, países pobres como Malau, Zâmbia, Quênia, Uganda, mas também países bons como a África do Sul, todo medicamento lá é vendido a granel, Agnelo, e aqui eu sei que o Presidente tentou fazer a venda do medicamento a granel e nós não conseguimos, Agnelo, nós não conseguimos porque somos reféns de poderosos interesses. Agora o sujeito que compra uma caixa de antibiótico com vinte e quatro comprimidos, o Senhor é Médico, vinte e quatro não, às vezes compra com trinta e dois, vinte e quatro é até bom, o sujeito toma antibiótico assim: três comprimidos de oito em oito horas durante oito dias, são vinte e quatro, tem que comprar com trinta e dois. O que nós vamos fazer com o resto daqueles comprimidos? Deixar para as crianças pegarem? Vamos pagar mais caro? Agnelo, por que é que no Brasil não se vende medicamento a granel? Ficava mais barato para nós todos. Eles vão inventar uma série de desculpas, dizem que não vai ter controle de qualidade, que o preço fica mais caro. Vamos testar, pelo menos com alguns deles, e eu acho que essa missão não poderia estar em melho-

res mãos do que nas mãos do nosso Ministro Agnelo, que agora será nosso Conselheiro na ANVISA. Que Deus lhe abençoe, Agnelo, conte sempre com a gente aqui, qualquer coisa basta ligar, estamos aqui para te apoiar. Deus te abençoe, Agnelo.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Valdir Raupp, eu queria, porque tem uma certa ansiedade, anunciar o resultado da votação e, em seguida, imediatamente, passarei a palavra a V. Ex^a. e ao Senador Romeu Tuma. Bom, de vinte e um votos que tivemos aqui, vinte votos favoráveis sim e um voto não. Portanto, aprovado com uma expressiva votação, parabéns a V. Ex^a. (aplausos). Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Melhor agora que eu já posso parabenizar o indicado na certeza que foi aprovado (risos). A minha fala, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é tão somente para parabenizar mesmo o Ministro Agnelo Queiroz, desejar sucesso a ele nessa missão, com todo o respeito à ANVISA, uma instituição importantíssima com um vasto elenco de atribuições aos diretores desta instituição, mas eu acho que é pouco para o Ministro Agnelo. Era melhor ser Ministro, dado a sua competência. É muito difícil uma pessoa passar por um Ministério e sair de bem com todo mundo. É apenas um voto, eu achava até que ia ser unanimidade, mas toda unanimidade é burra, então teve um para não fugir à regra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com todo respeito, em todo lugar existe espírito de porco (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Mas parabenizar mais uma vez o Ministro Agnelo e desejar todo o sucesso do mundo, nós precisamos muito de alguém com a competência do Agnelo nessa área para se juntar aos demais diretores, porque é uma instituição que mexe com vidas, mexendo com a autorização de produtos, de medicamentos, de alimentos e de tudo, isso mexe também com a vida da população brasileira. Sucesso, que Deus abençoe o vosso trabalho. Muito obrigado.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Obrigado, Senador, obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Tem a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ministro Agnelo, eu o chamo de Ministro porque eu o conheci assim, tivemos a oportunidade de trabalharmos juntos, principalmente quando V. Ex^a. era Ministro do Esporte e soube nos orientar numa luta importante em

benefício do esporte brasileiro. Acredito eu, Senador Valadares, que praticamente não seria um espírito de porco, é que sentiram que a concorrência era desleal pela competência do escolhido (risos), então provavelmente o ciúme faz um efeito superior ao espírito de porco. Mas eu acho que isso é natural, em toda e qualquer disputa a gente sabe que não há unanimidade por uma série de razões, ou por problema partidário, ou é problema de outro fórum ou contra a Agência, porque eu sei, Senadora Patrícia, V. Ex^a. é um mimo que anda por esta Casa pela sua dedicação profunda no aspecto da saúde e principalmente no sofrimento das crianças menos favorecidas. Não tem exemplo melhor do que o trabalho desenvolvido pela Senadora. Ainda hoje falei com ela, Ministro Agnelo, que eu tenho um filho que assumiu a Secretaria Nacional de Justiça e lá está o tráfico de seres humanos e de crianças, então ele estava me falando: “pai, eu preciso fazer um mapa, a gente tem que montar um esquema em todo lugar para nunca parabenizar. CPI faz isso, de repente volta tudo”, eu falei: “tem que falar com a nossa Presidente”, que ela conhece, sofreu e chorou, porque não teve apoio de ninguém quando descobriu todas as falcatruas que existiam nesse sistema. É claro que elogiar o Senhor é utopia pela sua qualidade e respeito, de clareza com que expõe a situação. Eu conheço um pouco a ANVISA.

Quando o Dr. Adib Jatene assumiu o Ministério da Saúde, ele é meu anjo da guarda, ele que me operou, mas ele trouxe o diretor da área de farmácia do Hospital das Clínicas para tentar organizar a parte da ANVISA, principalmente porque tinha atacadistas, fabricantes, sem contarmos com o contrabando, furto de ... que eu fiz a CPI do roubo de cargas, e o remédio, o medicamento, era uma coisa maluca, e as importações de produtos não aprovados pela ANVISA. Aí o Dr. Fúlvio Pileggi, eu não sei se o Senhor conhece, era médico do Hospital das Clínicas até a sua aposentadoria, um dia ele disse que estava dando para um doente diurético, que eu sou obrigado a tomar também, ele começou a dar, depois de quinze dias ele viu que não tinha efeito, os pés inchados, o pulmão tendo dificuldade, ele mandou fazer a perícia no remédio adquirido pelo Hospital das Clínicas, sendo que não tinha 20% do sal necessário. Então quando se coloca numa Agência dessa, a gente tem visto exemplos negativos de Agência, Senadora, coloca uma pessoa formada em medicina, fez vários cursos nessa área de administração médica, então a gente tem uma tranquilidade muito maior porque o fracasso é quase que impossível. Mesmo que ele queira, não consegue fracassar, porque a própria história mostra que se olhar, ele diz: “isso daqui não presta”. Eu tenho

um filho Médico, e eu sei como que é, quando eu vou tomar um remédio, ele fala assim: “já falou com o seu Médico? Se não falou, não põe na sua boca”. Por quê? Porque o conhecimento é um conhecimento profundamente importante. Então quando se fala aqui em discutir algumas profissões e o nosso querido é especialista, a gente tem que tomar cuidado com algumas atividades evasivas que podem trazer consequências, então se discute muito essa área, e eu acho que uma boa orientadora é a própria ANVISA. Quando se tem um problema sério, a gente procurar a ANVISA, dizer: “olha, estão querendo aprovar isso, o que o Senhor acha”. Vai fazer um estudo mais coerente para que a gente possa realmente chegar a uma conclusão correta em benefício da sociedade, principalmente aos que mais sofrem. E a política de medicamentos é uma política angustiosa, Ministro. Nós sabemos, toda semana eu vou ao Hospital das Clínicas, eu sou obrigado a tomar um medicamento para evitar uma anemia, eu estou falando de mim, desculpa, mas é um exemplo. Eu fui fazer o exame lá, Senador Valadares, eu fiquei assustado com o número de pessoas dentro do Hospital das Clínicas, quase que intransitável, e a fila para pegar dois ou três comprimidos é uma coisa horrorosa. Tem gente que pede, você dá dinheiro para comprar dois comprimidos para hipertensão, tem um problema de tensão exagerada, hipertensão, dois comprimidos que eles não tinham para fornecer, você fica com pena, porque na farmácia não vende picado, não vende miúdo, e um grande medo é que medicamentos proibidos ou que tenham a tarja preta, Ministro, mas tem farmácia, quando eu fui um dia fazer uma palestra no Hospital das Clínicas, o Senhor desculpa eu estar tomando o seu tempo, eu fui fazer uma palestra no Hospital das Clínicas sobre o uso de drogas, cocaína e outras coisas, então duas coisas ficaram evidentes: um dos médicos perguntou porque não autorizava a cocaína para cirurgia de nariz, que era analgésico, sei lá eu, ele deu a explicação técnica, aí alguns Médicos falaram: “mas existem outros produtos que não são tóxicos”. Então ficamos discutindo. E a outra é a venda fragmenta de medicamentos de tarja preta. O Médico fica com pena do doente, então dá duas caixas de medicamentos para ele não ter que voltar, não tem dinheiro às vezes para a condução. Então dá duas caixas. Ele chega na farmácia, o farmacêutico ... eu não estou criticando farmácia, eu estou dizendo que a gente tem que se cautelar, ele fala assim: “duas caixas custa cem reais”, ele fala: “mas eu tenho só cinco”. “Cinco dá para um comprimido”. “Então me dá um”. Ele fica com os outros liberados para vender para quem quiser. Então são coisas que angustiam a gente, principalmente na área. O Senhor falou em polícia, essa é uma angústia

profunda da polícia no controle de medicamentos que tenham efeitos graves sobre a saúde e principalmente como tóxicos. Então eu acho que a ANVISA tem esse papel importante e tenho certeza absoluta que o Senhor saberá controlar e dirigir, e a gente não deixar que o roubo de cargas com medicamentos seja vendido com a facilidade que está sendo hoje.

DR. AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO: Senador, é só mesmo para dizer que a ANVISA faz um esforço grande com essa questão agora do medicamento fracionado, eu tenho certeza que isso vai avançar muito no Brasil porque já tem um trabalho bastante avançado nesse sentido. Então eu concordo com o Senador Romeu Tuma, com o Senador Crivella, porque esse fato realmente tem grande relevância do ponto de vista da economia, do ponto de vista do interesse do consumidor, do uso do automedicamento, porque sobra, então é evidente que eles já argumentaram o suficiente para mostrar que é muito importante e esse trabalho está sendo desenvolvido já, e o outro é a questão do regulamento de preços, que a ANVISA também tem feito um trabalho espetacular com a regulamentação dos preços. Eu tinha que tocar aqui nesse tema que foi levantado também. No mais, quero agradecer muito aqui à Comissão, a nossa Presidente Patrícia pela sua acolhida, o carinho aqui, e dizer que só reforça a minha admiração pelo nosso parlamento, meu respeito, e, sobretudo, a obrigação da satisfação que todos os órgãos têm que dar à representação popular. Isso é insubstituível e isso é fruto da democracia. Muito obrigado a todos, ao Senador Valadares, o nosso Relator pela sua gentileza e generosidade aí ao fazer esse relato. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone) o que aconteceu depois eu não discuto, mas ele ...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Depois eu fui Relator da Emenda 29 que atribui aos Estados e Municípios a obrigatoriedade, como também à União, do financiamento público da saúde.

Senador, V. Ex^a. falou em roubo de cargas de medicamentos, era sobre isso que eu queria me referir. Na semana passada, na quinta-feira à noite, quando ia pegar o avião para Sergipe, resolvi passar na farmácia do aeroporto para comprar um medicamento. E lá, por curiosidade, visita da ANVISA, e um relatório do fiscal dizendo porque tinha lacrado a farmácia. Pois bem, eu li o relatório e dizia: “venda de medicamento falso – Viagra e Cialis” (risos). A farmácia do aeroporto foi

fechada, lacrada pela ANVISA, porque dois medicamentos falsificados estavam sendo vendidos com o nome de Viagra e Cialis.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sabe o que acontece, Senador, o grande contrabando que está vindo da Colômbia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Deve ser contrabando, roubo de carga, alguma coisa por aí.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Está vindo da Colômbia o produto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu queria, antes do Sr. Agnelo voltar, eu queria votar um requerimento, Srs. Senadores, um requerimento de nossa autoria, do Senador Eduardo Suplicy, Senador Mercadante, agora também assinado pelo Senador Inácio Arruda, pelo Senador Romeu Tuma, pelo Senador Valdir Raupp. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos sejam convocados Ministros da Fazenda Guido Mantega, da Saúde, o José Gomes Temporão, da Previdência Social, Luiz Marinho, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patruz Ananias, para comparecer em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e Comissão de Assuntos Econômicos visando prestar informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e de natureza financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor. Em discussão a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Considero o requerimento muito importante, mas só substituindo a expressão “requeremos sejam convocados” para “requeremos sejam convidados”, porque é o procedimento habitual que a gente toma nas Comissões, e certamente, eu acredito pela importância da matéria, não vão se recusar a vir aqui ao Senado Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Eu agradeço ao Senador Flávio Arns e peço então para que a Secretaria possa alterar para convite, o convite a todos os Srs. Senadores. O que me informaram é que regimentalmente, quando se trata de Ministros, nós temos que convocar, mas sempre alguém, como o Senador Flávio Arns acaba de fazer, pede para que a gente mude de convocação para convite e isso realmente é bem mais gentil, mais respeitoso e educado. Agradeço ao Senador Flávio Arns. Coloco em votação o requerimento. Os Srs. e

Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu queria, Srs. Senadores, apenas porque passei a palavra a todos os Senadores e não pude também trazer minhas palavras ao nosso querido Agnelo, me permita assim chamar. Eu quero lhe dizer que, como Presidente dessa Comissão, fico muito feliz de ver a aprovação assim por toda a Casa, a participação, as gentilezas de todos os Senadores, as palavras tão gentis de todos os Senadores com V. Ex^a., e eu tenho certeza que isso demonstra o seu carinho, a sua habilidade, o seu talento, a sua seriedade, e eu quero dizer que fico muito feliz com essa votação tão significativa, tão expressiva. Desejo que Deus lhe abençoe, que possa chegar à ANVISA cumprindo mais esse desafio, mais essa missão que V. Ex^a. tem feito com tanto carinho pelo Brasil em todos os lugares que passou. Eu quero dizer também do meu testemunho, eu que milito, como disse o Senador Romeu Tuma, nessa área da infância e da juventude, como a sua passagem pelo Ministério foi importante nesse combate, no enfrentamento, na prevenção à criminalidade e, mais do que isso, no acesso de milhões de crianças, de milhões de adolescentes e jovens desse país ao esporte. Parabéns a V. Ex^a., que Deus lhe ilumine e que possa ter mais essa missão como um desafio que certamente todos nós estaremos atentos e estaremos torcendo por você. Parabéns e muita sorte.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu posso pedir urgência da votação em Plenário, é possível, regimentalmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Já existe um acordo que autoridades, quando são ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ela pode ser votada sem a Medida Provisória, mas pode ficar a mercê. Se a gente pedir urgência, provavelmente ela possa correr mais rápido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – A Gisele está me explicando que ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O requerimento assegura ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Então não há necessidade. Senador, eu entendo a intenção de V. Ex^a., mas infelizmente ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Essas Agências sem chefe é fogo na cagibrina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE) – Mas mesmo com a pauta trancada

nós votaremos. Muito obrigada a todos, está encerrada essa sessão (aplausos).

Sessão encerrada às 16h52.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, Conjunta com a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007, terça-feira, às 14:00 horas.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às quatoze horas e quarenta e oito minutos, do dia vinte oito de agosto de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO** e com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, ROSALBA CIARLINI e GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Comparecem ainda os Senhores Senadores Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti e Flexa Ribeiro. O Senador Eduardo Azeredo, declara aberta a reunião, submetendo às Comissões a dispensa da leitura das Atas das respectivas reuniões anteriores, que são aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº43, de 2007-CAS e nº15, de 2007 – CDR, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Flávio Arns, destina-se à debater o Turismo para as Pessoas com Deficiência. O Senador Eduardo Azeredo dá início a Audiência Pública, convidando os palestrantes, que terão 10 minutos, com 1 minuto de tolerância, para suas exposições, para comporem a Mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Sra. Jurema Monteiro** – Coordenadora Geral de Segmentação do Turismo – Ministério do Turismo; **Sr. Carlos Morales** – Diretor de Regulação e Gestão da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – Ministério das Cidades; **Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira** – Ministério dos Transportes; **Sra. Maria Madalena Nobre** – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; **Sra. Isabel Loureiro Maior** – Coordenadora Nacional para a Integração das Pessoas Portadora de Deficiência – CORDE. Fizeram uso

da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. E também a 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovada. A presente reunião destina-se a Audiência Pública com objetivo de se discutir o turismo para as pessoas com deficiência, conforme os requerimentos 43 de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais e o requerimento 15 de 2007, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Esclareço que cada expositor terá 10 minutos para as suas explanações e, logo após, abriremos o debate. Eu quero chamar com muita honra à Mesa os nossos convidados, a Sra. Jurema Monteiro, coordenadora geral da segmentação do turismo representando o Ministério do Turismo. Sr. Carlos Morales, diretor de regulação e gestão da secretaria nacional de transportes e da mobilidade urbana do Ministério das cidades. Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, representando o Ministério dos Transportes e a Sra. Maria Madalena Nobre, conselheira do Conselho Nacional dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Aqui está conosco ainda na condição de ouvinte a senhora Patrícia Ferraz da Associação Brasileira de hotéis e eu quero também registrar a presença de Isabel Maior, da coordenação da diretoria da coordenação de pessoa com deficiência, da CORDE. A discussão deste tema e objetivo é que nós possamos ter mais informações sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência têm hoje para poder exercer o turismo, o turismo de lazer, o turismo de negócios, o turismo em todas as suas formas. É de conhecimento que algumas providências têm sido tomadas no país ao correr dos tempos, eu quero registrar que vejo com satisfação que, por exemplo, financiamento para a construção de hotéis, prevê que os hotéis, para terem

acesso a esses financiamentos sociais, tenham que ter instalações para as pessoas com deficiência, citando apenas esse exemplo, mas evidente que muitos outros sistemas pelo país.

O que nós pretendemos aqui, hoje, é exatamente discutir quais outras providências são necessárias para que possamos ter um tratamento de igualdade. Com esse objetivo eu dou início, portanto, já à nossa audiência passando a palavra a Sra. Jurema Monteiro coordenadora geral de segmentação do turismo que representa o Ministério do Turismo.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Pronto. Boa-tarde a todos, obrigado Senador, em nome da Ministra eu quero fazer um agradecimento a todos pela oportunidade de apresentar os resultados do trabalho do Ministério do Turismo com foco na questão de pessoas com deficiência, turismo com pessoas de deficiência. Para isso eu trouxe aqui uma apresentação rápida em que a gente possa fazer um resumo das atividades em andamento dentro de Ministério.

Eu gostaria aqui de mencionar e agradecer também a presença da senhora Isabel Loureiro, Presidente coordenadora do CORDE, um parceiro importante na execução das políticas determinadas pelo Ministério também. Então, eu posso passar por aqui? OK! O tema do turismo social, de uma maneira abrangente, tem sido prioridade na atuação do Ministério nos últimos 4 anos e com continuidade nessa gestão que se iniciou agora.

A gente entende por turismo social a forma de conduzir e praticar atividades turística promovendo igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão. Mais recentemente agora, em abril, a Ministra Marta Suplicy anunciou um novo plano nacional do turismo 2007/2010 que é intitulado uma viagem de inclusão. Porque o tema da inclusão social tem sido constante para debate dentro do Ministério. (A próxima, por favor). O que que a gente entende então nesse sentido por, qual é a visão estratégica do Ministério nesse sentido? Quando a gente está falando inclusão a gente está debatendo temas relacionados, a gênero, geração, raça, comunidades e grupos de base local, orientação sexual, trabalhador e acessibilidade.

Nesse sentido, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e aí eu gostaria de fazer menção ao projeto do Ministério do Turismo que está sendo lançado agora nessa semana, especificamente, um projeto intitulado: “Viaja mais, melhor idade”, que tem como enfoque pessoas da terceira idade, acima de 60 anos, e há, no entendimento do Ministério, a inclusão social também nesse sentido, porque nós estamos falando de um novo grupo e estamos falando de pessoas que

também podem ter mobilidade reduzida, então esse tema tem sido debatido e levado a ações finalísticas por conta, por parte do Ministério.

Como o tema tem sido abordado dentro do Ministério? Nós tivemos no, dentro da, do nosso Conselho Nacional de turismo a Constituição de câmaras temáticas relacionadas a segmentação. Uma delas é um grupo técnico temático relacionado ao turismo social que debateu de maneira bastante democrática e ampla, em todo o território nacional, o tema do turismo social. Resultado desse trabalho, nós temos aqui uma publicação que é aconteceu resultado desse seminário, uma publicação chamada “Turismo social, diálogos do turismo, uma viagem de inclusão”.

Na realidade nós tivemos um seminário em dezembro de 2005 aqui em Brasília, debatendo em diversos âmbitos a questão da inclusão e o resultado dele é essa publicação que foi distribuída no ano passado, eu trouxe aqui um exemplar posso deixar aqui com senhor, Senador, para consulta. Posso disponibilizar também esse material aos interessados através da coordenação.

Esse tema, então, quais foram os temas discutidos? A acessibilidade foi discutida, além desse seminário, especificamente, nós realizamos uma série de jornadas de segmentação em todo o país, o Ministério do Turismo tem uma política de territorialização do turismo, chamado programa nacional de regionalização do turismo. Esse programa, ele mapeou os destinos turísticos e organizou essa oferta em regiões turísticas e nessas 87 regiões que foram identificadas ao longo dos anos, em 2005, mais especificamente, no ano passado nós realizamos 87 jornadas técnicas de segmentação. Em cada uma delas nós levamos temas para serem debatidos com as regiões turísticas.

O Ministério tem entendimento de que cabe a ele uma política, uma discussão da política de inclusão relacionada ao tema de pessoas com deficiência, mas a produção do segmento se dá na iniciativa privada, então é necessário haver, por parte do Ministério, uma política de sensibilização dos empreendimentos para que a gente possa, dos empreendedores, de uma maneira bastante genérica, para que a gente possa ampliar a discussão e, mais do que isso, traduzir a política em ações concretas de inclusão de pessoas com deficiência. Então, esse trabalho foi feito através também das jornadas.

Além disso, nós elaboramos, editamos e divulgamos um outro material chamado, deixa eu buscar aqui a minha, a minha biblioteca. Manual de orientações, turismo de acessibilidade, esse documento ele teve um grande apoio da CORDE também para o seu desenvolvimento, além do Conselho Nacional que nos

apoiou nos debates dos temas abordados aqui dentro, ele está disponível para *download* no site do próprio Ministério e ele foi distribuído nas 87 regiões como ferramenta instrumento de trabalho para que empreendedores possam adaptar os seus empreendimentos e seus destinos à pessoas com deficiência. Além disso, os técnicos no Ministério, vou disponibilizá-lo aqui também, Senador. Além disso, os técnicos do Ministério tem participado em eventos voltados a essa área especificamente.

Quais são as perspectivas do Ministério, então, com relação a isso? Primeiro a implantação de política de turismo para pessoas com deficiência, nós reconhecemos que esse tema ainda precisa de um forte debate e, mais do que isso, de ações concretas para que se traduza em acesso garantido. Então nós iniciamos esse trabalho através do grupo técnico temático, mas temos um dever de casa ainda a cumprir, estamos usando como referência um Município no Estado de São Paulo, no município de Socorro, para desenvolver um destino referência no que diz respeito a turismo e acessibilidade e a criação de linhas de financiamento para oportunizar a viagem com pessoas de deficiência a exemplo do que o próprio Senador citou as linhas de crédito para o segmento de hotelaria. Eu trouxe um pouco de informação para vocês do projeto Socorro Acessível que é um dos, que tem um C a mais ali em cima, mas... um material, um Município que vem sendo desenvolvido esse projeto com o envolvimento de uma associação no Município de Socorro chamado Aventura Especial, o próprio Ministério do Turismo, a Prefeitura Municipal e a Vap.

Essa cidade vem, então, se beneficiando de uma ação específica do Ministério com foco em pessoas com deficiência. O objetivo desse processo é tornar a cidade o primeiro destino preparado para receber o turista especial, a exemplo desse segmento, outros também nós utilizamos da mesma metodologia, determinamos um único município para que a gente execute toda uma metodologia voltada à excelência dentro daquele segmento e a partir do momento que nós pudermos encontrar esse destino como referência a gente pretende multiplicar a experiência dessa, desse município em outros destinos turísticos no Brasil.

O objetivo específico é abranger a maior quantidade de produtos, ou seja, de hotéis até serviços gerais no município que tenham condições de trabalhar com fogo em pessoas com deficiência e o quê que está em andamento, então? Nós temos um projeto chamado aventureiros especiais com essa associação chamada Aventura Especial, o objetivo do projeto é desenvolver, primeiro mapear todas as atividades da turismo de aventura que possam ter a participação de

peessoas com deficiência, segundo identificar quais as necessidades de adaptação para que a gente possa, então, providenciar junto à iniciativa privada o apoio para a adaptação necessária.

Nesse sentido o Ministério, através desse convênio, já desenvolveu alguns protótipos de equipamentos do segmento de aventura que podem ser utilizados, por exemplo, cadeirinhas específicas para atividade de rapel e tirolesa, é um bote com assento especial para a prática de rafting entre outras coisas. Além disso, nós temos um trabalho com o município, com a Prefeitura Municipal, para adaptação das vias de acesso e equipamentos e um trabalho com a Vap no sentido da sensibilização para o turismo acessível. O quê que isso, o que é que está composto dentro desse projeto? O mapeamento, um diagnóstico, adaptação de edificações e vias públicas, o acompanhamento e supervisão dos empreendimentos públicos e privados e a promoção e comercialização que também há no entendimento do Ministério necessidade muito clara de se promover quais são os destinos e equipamentos adaptados já para a acessibilidade da pessoa com deficiência para que a gente possa ter a ampliação do número de pessoas viajando com esse foco.

No sentido da capacitação a gente está promovendo a sensibilização e a qualificação do atendimento autoria especial em serviços de turismo, serviços de apoio e operações de turismo de aventura mais especificamente. Próximo, por favor. E entendemos que a gente vai gerar com isso, primeiro, um pioneirismo e um projeto que pode ser um projeto de referência nacional, estamos trabalhando com nicho de mercado diferenciado e com público cativo e fiel e facilitar, dar facilidade à adequação das leis.

Muitas vezes a gente encontra por parte da iniciativa privada, desconhecimento no que diz respeito à legislação relacionada à acessibilidade e talvez esse projeto nos ajude a traduzir isso em práticas, práticas rápidas e que possa se transformar em realidade de cada um dos empreendimentos e destinos. Esse trabalho todo vem sendo desenvolvido no Ministério e divulgado através de alguns portais com apoio do Ministério como é o caso do Vai Brasil, o portal de hospedagem, o próprio site institucional do Ministério do Turismo, além do site da Prefeitura Municipal de Socorro.

Além de revistas especializadas, sites na internet, a gente tem feito um trabalho grande com a assessoria de comunicação, porque a gente entende também que dado o pioneirismo e ineditismo dessa saudação é fundamental para que a gente dê visibilidade para isso, para até motivar outros destinos turísticos a seguir esse exemplo do que vem sendo desenvolvido dentro desse município. Eu, mais uma vez, agradeço, Sena-

dor, pela oportunidade e fico à disposição de vocês dentro da coordenação no Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço a Sra. Jurema Monteiro que aqui representa o Ministério do Turismo e passo a palavra ao Sr. Carlos Morales diretor de regulação e gestão da secretaria nacional de transportes da mobilidade urbana do Ministério das cidades.

SR. CARLOS MORALES: Boa-tarde a todos, Senador Azeredo, agradeço em nome do Ministro e do secretário da mobilidade esse convite e a oportunidade de trazer à debate público as ações que estão sendo desenvolvidas dentro do Ministério das Cidades e que poderão contribuir com, de alguma maneira com uma melhora para o turismo acessível.

Desde 2003 a acessibilidade universal foi um eixo estruturante da política de mobilidade urbana do Ministério das Cidades. Essa política não existia, o Governo Federal teve uma política de transporte urbano muito consistente até a década de 80, inclusive com órgãos de implementação muito fortes e muito bem organizados como o GEIPOT e o IBTU. Entretanto, após a Constituição de 88 essa atribuição de organizar o transporte urbano passou a ser dos municípios e dos Estados e o Governo Federal afastou-se dessa, dessa incumbência. Com a eleição do Presidente Lula e com uma resposta a uma demanda da sociedade foi criado o Ministério das Cidades, e dentro do Ministério das cidades, criou-se uma secretaria de transporte da mobilidade urbana. Não mais para cuidar só de transporte público, mas para trazer uma abordagem de mobilidade urbana para a política federal. Para a política pública federal.

Muito bem, dentro desse conceito de mobilidade urbana é que se insere esse eixo importantíssimo da acessibilidade. Dentro, com essa, com essa forma de atuar a secretaria de mobilidade urbana, com essa perspectiva de atuação a secretaria de mobilidade urbana então desenvolveu um programa específico para cuidar de acessibilidade, que é o programa Brasil Acessível. Esse programa Brasil Acessível foi desenvolvido em estreita colaboração com a CORDE, inclusive os recursos do programa Brasil Acessível derivam de um programa do PPA e do AGU que está, que é o, nacional de acessibilidade, que é administrado diretamente pela secretaria de Direitos Humanos.

Nós temos ali uma ação dentro desse programa, então desenvolvemos vários projetos com recursos do nacional de acessibilidade. Agora, é importante dizer que a partir dessa parceria, ela, nós impregnamos todas as demais ações do programa de mobilidade que é o programa específico da secretaria de mobilidade com os requisitos da acessibilidade. Ou seja, hoje

todas as, desculpa Marcos eu estou de costas para você, e você lê o lábio, mas eu vou tentar me disciplinar aqui. Todas as ações que estão dentro do programa de mobilidade urbana tem que atender os requisitos de acessibilidade, ou seja, só recebe recurso do Governo Federal o município que atendeu os requisitos de acessibilidade.

As duas leis, o decreto e todas as exigências que estão na nossa sistemática. Bom, isso é importante que se saiba por que um material bastante rico foi desenvolvido dentro desse programa, esse material está à disposição, inclusive do Ministério do Turismo que poderá ajudar os municípios de vocação turística a ter um material de fácil uso e que pode trazer muitos benefícios para a melhoria da acessibilidade nessas localidades. Então, existem aqui vários volumes, eu quero destacar o volume construindo a cidade acessível, que é a idéia de você ter uma cidade que qualquer pessoa, com qualquer condição de mobilidade possa sair de casa e ir a qualquer outro lugar seguindo as normas de projeto que estão aqui.

Esse kit aqui que tem, além da Cidades Acessível, tem implementação do decreto 5296, como fazer isso nas cidades, ele já está sendo distribuído em 458 municípios que são as cidades com mais de 60 mil habitantes, alguns se eu tiver cometendo alguma impropriedade você me corrija, já foi distribuído. Além disso, 75 mil exemplares desse material está sendo distribuído ou está sendo encaminhado para os professores de engenharia e arquitetura e para os alunos de engenharia e arquitetura para todas as universidades brasileiras federais, públicas e privadas. Ou seja, a idéia é fazer com que as barreiras não nasçam, por que tirar barreira já é uma dificuldade enorme, esse é, talvez o maior desafio, o maior desafio que a gente vai ter, por exemplo, na área turística, os hotéis já estão feitos, já estão prontos, uma série de adaptações terão que ser feitas, é difícil fazer isso, então nós estamos também, além de corrigir as barreiras, estamos tentando prevenir a criação de novas barreiras com essas ações.

Eu entendo que, basicamente é isso em relação ao que a gente pode colaborar, mas eu gostaria de introduzir um outro assunto se o Senador me permite, que é muito relacionado com o que nós estamos tratando aqui, que é o que o Presidente Lula encaminhou ao Congresso no dia 2 de agosto um Projeto de Lei de diretrizes da política de mobilidade urbana. É o PL 1687 e esse PL, ele contém uma série de dispositivos que vem fortalecer a política de acessibilidade nas cidades. Eu gostaria de destacar principalmente no art. 5º, que é dos princípios, propugna pela acessibilidade universal, depois nas diretrizes dando prioridade aos meios não motorizados, adiante no art. 12º que trata

do direito dos usuários, ele especifica no inciso IV que os projetos devem ter um ambiente seguro e acessível para a utilização do sistema conforme as leis 10048, 10098 de dezembro de 2000.

Além disso, estabelece que recursos federais não poderão ser repassados para projetos que não, tenham dentro desse projeto, todas as normas de acessibilidade atendidas. O Projeto de Lei, eu vou aproveitar para pedir o apoio dos Senadores e Deputados para esse projeto que eu acho que ele vai trazer um avanço muito grande nesse sentido. Especificamente existe aqui no artigo 21 um item bastante interessante que é referente aos planos de mobilidade urbana, que terão que ser elaborados conforme as normas estabelecidas pelo Ministério das cidades, eu já termino, e tem especificamente um artigo aqui que diz que dentro do plano de mobilidade a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição da mobilidade deve ser atendida senão esse plano não é válido e os recursos não serão repassados.

Bom, eu acho que com isso eu concluo as informações que eu teria que passar e só mais uma coisinha, inclusive os repasses de recursos e empréstimos para a aquisição de frotas são serão feitos se essa frota já tiver atendendo aos requisitos de acessibilidade. Bom, o Projeto de Lei das diretrizes da política de mobilidade urbana e é o número 1687 de 07. Bom, eu me coloco à disposição, tanto aqui como no Ministério para quem quiser tirar dúvidas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Sr. Carlos Morales que aqui deu sua posição, suas informações em nome do Ministérios das Cidades. Em quero, então, agora passar a palavra ao Marcos Cordeiro de Souza Bandeira do Ministério dos Transportes.

SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA: Boa-tarde a todos, agradeço a oportunidade de estar presente aqui, ao Senador Eduardo Azeredo e à Senadora Lúcia Vânia, mas desculpe. Em princípio eu queria dizer que eu sou uma pessoa com deficiência auditiva e por conta o som oralizado, então eu espero que vocês me entendam falar aqui. Eu sou funcionário do Ministério dos transportes há 32 anos, eu sou economista e o Ministério dos transportes é um órgão setorial que cuida especificamente de infra-estrutura de transporte.

Agora, dentro do Ministério dos transportes nós temos programas específicos de passe livre interestaduais e que podem contribuir para facilitar o programa de turismo das pessoas com deficiência. Agora, outro assunto que é muito importante para as pessoas com deficiência, nós temos o decreto 5296, um decreto de acessibilidade e ele, entre outros artigos, estabelece a

adaptação dos meios de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário. Este tipo de equipamento, ele está em fase de estudo no tipo de adaptação de equipamento, está no momento em fase de estudo sendo elaborado pela ABNT, Inmetro em conjunto com o Ministério das cidades e a CORDE.

Enquanto não tivermos definitivo o modelo de equipamento de transporte nós não podemos fazer nada, temos que aguardar para contribuir no sentido de beneficiar as pessoas com deficiência. O que eu posso dizer é que o Ministério dos Transportes está acompanhando de perto e não poderia ter uma pessoa melhor como eu, como a minha pessoa com deficiência conselheiro do CONAD e tratando de programas (ininteligível), a minha deficiência é desde um ano de idade e eu sou amigo de todos aqueles que são deficientes, mas brigamos muito, lutamos muito e estamos aqui para isso mesmo, para acompanhar os nossos trabalhos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu agradeço ao Marcos Cordeiro de Souza Bandeira que traz aqui a palavra do Ministério dos Transportes e toda a disponibilidade para discutir essas questões. Ele próprio sendo exatamente um exemplo de inclusão das pessoas com deficiência. Antes de passar à última expositora dessa parte, eu quero registrar a presença aqui conosco da Senadora Rosalba Ciarlini do Rio Grande do Norte, do Senador Geraldo Mesquita do Acre, o Senador Augusto Botelho de Roraima, o Senador Valdir Raupp de Rondônia, os outros vão chegando aos poucos, nós temos aí a participação ampliada.

A Senadora Lúcia Vânia, por motivo particular, não pode estar presente hoje em Brasília, ela que é a presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Passo a palavra, portanto à Sra. Maria Madalena Nobre do Conselho Nacional dos Direitos Da Pessoa Portadora De Deficiência.

SRA. MARIA MADALENA NOBRE: Boa-tarde a todos, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Carlos Morales representante do Ministério das Cidades, meu colega Marcos Bandeira do CONAD, aqui nesse ato representando o Ministério dos transportes, a minha colega Jurema Monteiro, cumprimentar os senadores presentes à plenária, Augusto, Ministério das Cidades, a Dra. Isabel representando a CORDE, enfim, a todos que neste momento prestigiam este ato promovido pelo Senado Federal.

Em nome do Presidente Alexandre Baroni, Presidente do Conselho Nacional dos direitos da pessoa portadora de deficiência, eu gostaria de agradecer essa oportunidade, Senador Azeredo, do CONAD estar aqui presente a este importante evento, importante evento,

porque o tema do turismo, hoje, para a pessoa com deficiência é um tema emergente, é um tema que vem sendo debatido no mundo inteiro e especialmente no Brasil por meio do CONAD, por meio da CORDE, por meio do Ministério do Turismo estamos tentando encontrar as soluções para que a pessoa com deficiência possa viajar com dignidade neste país.

O CONAD, como todos sabem, é um órgão de deliberação colegiada que integra a secretaria especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e tem como finalidade precípua o acompanhamento, a avaliação e a participação na elaboração das políticas públicas setoriais. Quem coordena, na verdade, a gestão das políticas públicas é por meio da Dra. Isabel, a CORDE e o CONAD faz toda essa parte de monitoramento das políticas.

Para a consecussão do trabalho do conselho, ele utiliza-se de todas as instâncias de controle social do país e de todos os órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, toda a Administração Pública direta e indireta de modo geral. A sua base de atuação é, realmente, defender os direitos das pessoas com deficiência, traduzida aqui a questão da cidadania em termos da equiparação de oportunidades para esse público. Bom, eu gostaria de, só para tentar uma sequência melhor, acompanhar os slides, pode passar por gentileza. O que é o CONAD nós já colocamos, pode passar, nós temos 10 minutos, não é Senador?

Eu gostaria aqui de colocar algumas ações que o CONAD vem desenvolvendo exatamente para atender essa prerrogativa, tanto estatutária, como uma demanda da sociedade na questão dos direitos da pessoa com deficiência. Então, ações básicas como a realização de campanha de sensibilização da sociedade já lançou a primeira campanha que é acessibilidade, siga essa idéia, que foi a partir da primeira conferência, a partir do ano passado, a realização em si, da primeira conferência nacional do direito das pessoas com deficiência, o apoio a criação de conselhos estaduais e municipais, criação de conselhos aí, na verdade, essa criação é traduzida no sentido de capacitar esses conselheiros como pessoas que são mobilizadoras e que podem na verdade atuar no sentido de influir nas políticas públicas estaduais e municipais.

Criação e divulgação do boletim informativo do CONAD, infelizmente, a gente parece que tem que ler um pouco. Introdução da temática acessibilidade e Direitos Humanos das pessoas, desculpa, faltou um S, das pessoas com deficiências na sociedade, quer dizer, hoje na verdade a temática da acessibilidade é o grande instrumento, é o grande, vamos dizer, princípio da inclusão das pessoas com deficiência, sobretudo da temática que nós estamos tratando deste evento

no turismo. Ampliação da rede de proteção as pessoas com deficiência, a introdução da, aliás, a participação em eventos nacional e internacionais, a participação do CONAD em grupos de trabalho em comissões, como o comitê nacional de ajudas técnicas, aí pilotado pela CORDE, acompanhamento da elaboração e aprimoramento do PPA 2008, 2011 junto ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional e acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional, além do acompanhamento da elaboração e atualização de normas, isso aí junto com a CORDE.

O CONAD tem participado das discussões de documentos importantes, atuais, que vem sendo divulgados, debatidos, algum internacionalmente e outros nacionalmente. A década das pessoas com deficiência da OEA 2006, 2016, é um documento cuja ação a CORDE desencadeou no país, aqui, por meio da Dra. Isabel, através de uma, da realização de uma Câmara técnica, na qual integrou todos os profissionais do país, todos os conselhos do CONAD e pessoas direta e indiretamente ligadas à área para levantar subsídios como contribuição para o planejamento da década, o CONAD também teve uma atuação firme nesse evento.

Convenção internacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiência da ONU, que foi assinada a carta protocolo facultativo no 30 de março deste ano e agora, por meio da reunião que houve no Rio de Janeiro, da quinquagésima terceira Assembléia do CONAD, foi retirado o manifesto que foi já encaminhado ao Congresso Nacional solicitando ações no sentido de acelerar o processo de ratificação da convenção e do protocolo facultativo e o Estatuto da pessoa com deficiência que está em discussão no âmbito do conselho.

As principais reivindicações, eu acho que esse é o penúltimo, me parece, slide, as principais reivindicações das pessoas com deficiência que são colocadas, que são discutidas no CONAD, elas se referem a adequação dos equipamentos e serviços turísticos. Quais são os equipamentos turísticos que mais, vamos dizer, as pessoas com deficiência demandam um maior, uma maior adequação? A questão da rede hoteleira, inclusive a rede hoteleira tem dificultado um pouco até as próprias reuniões do CONAD, sobretudo quando faz também fora de Brasília, a questão dos restaurantes, o cardápio braile, a gente está colocando aqui, Senador, questões práticas, vamos dizer, da vida real das pessoas com deficiências que encontram barreiras nessa área do turismo à toda hora. Não só do turismo, mas focando aqui na nossa temática.

Importante também a capacitação do setor para prestar atendimento adequado. Então os guias de turismo são fundamentais que realmente se preparem,

sobretudo, nos destinos turísticos, ou seja, há uma necessidade desde quando a pessoa com deficiência pensa em fazer uma viagem, a primeira dificuldade que ela encontra é em obter informações. Quando ela vai na internet, primeiro ela não acha um site acessível. Enfim, vai nas agências, as agências também muitas vezes não tem o pessoal preparado para fazer esse atendimento mais adequado e por aí vai. Então essa capacitação do setor é primordial, eu acho que a Jurema colocou claramente assim as ações do Ministério do Turismo que engloba realmente todas essas preocupações do conselho, a previsão de inclusão das pessoas com deficiência em programas de qualificação profissional por meio do turismo.

Na verdade é a ampliação o Ministério pode, do turismo, estimular, porque também entram outros órgãos intervenientes no caso o Ministério do Trabalho, mas o turismo pode fazer essa, esse trabalho conjunto. A ampliação das oportunidades de trabalho, estou concluindo, via turismo até para o cumprimento das cotas da legislação, a viabilização de ações que visam incentivar as pessoas com deficiência uma viagem de qualidade. Não é porque pessoa com deficiência, não é porque é idoso, não é porque tem baixa renda, não é porque tem mobilidade reduzida que uma viagem não possa ser de qualidade, e aí a qualidade passa por N setores que não cabe aqui, N aspectos. Pode passar eu acho que é o último. Garantir a acessibilidade plena para que as pessoas com deficiência possam fazer turismo com dignidade, essa é a maior reivindicação do conselho nesse sentido. Pode passar, finalizando.

Algumas ações conjuntas foram desenvolvidas entre o CONAD e o mercado do turismo, a questão da primeira conferência, o Ministério participou com painel sobre turismo e acessibilidade, do seminário que a Jurema, do Ministério, já falou, seminário de turismo e uma viagem de inclusão, as deliberações da conferência, o CONAD mandou para todos os órgãos para poder se espelhar, para poder observar as deliberações e ver a sua implementação efetiva. Pode passar, finalizando, participação do CONAD nos debates sobre turismo e a acessibilidade no salão do turismo e apoio na elaboração do manual turismo e acessibilidade. Os avanços, é o último slide: Participação efetiva no debate nacional é o que o CONAD tem instigado juntamente com a CORDE sobre os direitos da pessoa com deficiência, inserção das questões referentes a pessoa com deficiência na política de direitos humanos, primeiro a pessoa com deficiência é uma pessoa com todas as suas necessidades, peculiaridades, enfim, os Direitos Humanos que está em jogo. Avanços na legislação, nós temos tido bastante, agora com a convenção internacional da ONU, sobretudo, e avanço no processo

de inclusão social com todo o trabalho conjunto das políticas e o papel do conselho como órgão de monitoramento dessas políticas.

Eu queria, em nome do CONAD, Senador, agradecer a oportunidade mais uma vez e o CONAD fica à disposição para o diálogo e a construção de uma agenda nessa temática. Muito obrigada. Boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado a Maria Madalena Nobre, agora nós já estamos aqui com a questão das pessoas com deficiência auditiva, o serviço pela televisão que, na verdade a TV Senado, isso já foi uma conquista aqui tivemos aqui no Senado, que as sessões tenham também as informações para as pessoas com deficiência com surdez. Eu quero ainda dizer da importância que tem, sem dúvida alguma, a discussão desses temas sem querer tirar a seriedade da discussão, mas se o Ministro da Defesa, pela altura tem dificuldade no avião, imagine as pessoas com deficiência quais são as dificuldades que tem no dia-a-dia poder viajar, não é? Então é uma questão que a gente vê a todo o momento, mas eu reitero que é muito importante estar sempre lembrando os bons exemplos.

Eu não me incomodo, o homem público às vezes não pode ficar dando exemplos de empresas, porque parece que está favorecendo empresas, mas eu acho que quando os exemplos são bons a gente tem que estar lembrando sempre e eu vejo com satisfação lá no aeroporto de Belo Horizonte tem funcionários da Gol que são pessoas com deficiência, então eu fico satisfeito de ver que são exemplos que estão frutificando e você vê já vários deles pelo país. Antes de a gente passar a palavra aos senadores eu queria ouvir a palavra da Isabel Maior, que pudesse falar conosco aqui pela CORDE quais são as metas específicas que a CORDE estaria com relação ao turismo para as pessoas com deficiência?

SRA. ISABEL MAIOR: Boa-tarde, muito obrigada, senhor Senador Eduardo Azeredo Presidente da subcomissão permanente de assuntos sociais da pessoa portadora de deficiência, demais senadores, também Senadora Rosalba, Senador Botelho, demais pessoas presentes, os senhores da Mesa, muito obrigado por essa oportunidade. A CORDE é parte da secretaria especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, é uma coordenadoria nacional de políticas para as pessoas com deficiência que na verdade já existe desde 1986, mudando de status, mudando de *locus* dentro da hierarquia de governo, mas atualmente com uma inserção muito forte dentro da área de Direitos Humanos.

Nós temos trabalhado em parceria, como é da nossa atribuição legal, com todos os ministérios, também com as esferas de Governo Estadual e municipal e dentro da área do turismo vemos essa iniciativa da Comissão, principalmente do Senador Azeredo e da Senadora Lúcia Vânia, como algo extremamente importante, inovador e que, com certeza, deveria ser a primeira das audiências, mas nós vamos precisar de muitas, Senador, porque é uma área, como disse a Sra. Jurema Monteiro, que está começando, ela está começando dentro da área do Ministério do Turismo.

Me referindo até a uma cena que eu tive a oportunidade de assistir ontem na TV brasileira, na novela mais conhecida, normalmente a novela das 8, foi mostrado ontem um programa do turismo para as pessoas idosas, inclusive com as pessoas que guiavam os idosos com as camisetas do Ministério do Turismo e mostrando uma fala de uma das pessoas do próprio hotel que é um personagem da novela falando sobre como tinha havido o treinamento para que as pessoas idosas pudessem ser bem atendidas e falava do lucro que a cadeia de hotéis da novela fictício, mas que inspire a realidade, vai ter com o período em que, sendo baixa do turismo mais habitual, as pessoas idosas também complementam como consumidores que são.

O mesmo se pode dizer das pessoas com deficiência, e na verdade, quando o Ministério do Turismo fala da acessibilidade para pessoas com deficiência e modalidade reduzida está englobando todo um público do decreto da acessibilidade que nós contabilizamos ao redor de 70 milhões de pessoas no Brasil. Incluindo todos aqueles que são pessoas com deficiência, 24,5 milhões, e a população de 19 milhões de pessoas da terceira idade e seus familiares diretos, então, na verdade, nós temos um número, um público muito grande.

Temos de todas as categorias sociais e econômicas, mas na verdade, nós temos hoje, o Brasil é um ponto turístico no mundo, deverá distribuir, desenvolver mais a indústria do turismo para chegarmos como a Espanha, por exemplo, hoje tem na indústria do turismo uma das suas maiores fontes de renda e nós podemos fazer isso e muito mais. Então nós temos, além dos próprios brasileiros, nós temos todo um conjunto de pessoas do mundo contabilizados em torno de, aqui nas Américas, 90 milhões de pessoas com deficiência e idosos, um número que eu não vou saber dizer agora, mas sem dúvida nenhuma são aqueles que já fazem o turismo internacional que vem Europa, da América do Norte, então nós temos a possibilidade de aumentar, inclusive, a lucratividade do setor, nos virando para a questão da acessibilidade no turismo. Eu faço toda essa colocação para justamente nós te-

nhamos a percepção de quanto isso é vantajoso para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido o Presidente Lula deverá anunciar agora no dia 21 que é o dia nacional de luta da pessoa portadora de deficiência, aqui estabelecido por lei do Senado Federal, de uma iniciativa do Senador Paulo Paim nós vamos anunciar a agenda social para a pessoa com deficiência. A agenda social ela traz iniciativas conjuntas do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério das cidades e a secretaria especial dos Direitos Humanos. Então, com essas ações, nós vamos poder fazer a concessão de órteses e próteses, são os equipamentos necessários das pessoas com deficiência como incremento orçamentário para que isso possa acontecer a contento e chegue a todos os brasileiros com deficiência, o aumento de capacidade de absorção do meio de transporte acessível, que tem tido um trabalho muito bem feito, como já foi colocado pelo doutor Morales no Ministério das cidades, mas que precisa de mais recursos e de incentivo a própria iniciativa privada. E através de desoneração fiscal essa é a nossa proposta, para que tenhamos, de fato, uma frota acessível, não apenas no meio urbano, mas essa é uma grande colocação, mas também transporte metroviário, aquaviário e os demais, e o transporte rodoviário, que é uma parte do turismo também importante, nós já temos regulação normativa da ABNT a respeito de todo o desenho dos transporte rodoviário terrestre.

O terrestre que faz percurso entre municípios e entre Estados do nosso país. Bem, além disso, temos, a agenda social vai trazer, todo, já chegou no orçamento, na proposta orçamentária do Ministério da Educação, o recurso para que nós tenhamos, a cada ano 5, vezes mais escolas acessíveis, adaptadas, aquelas que existem, porque as novas já são construídas dentro do desenho universal e vamos também colocar pelo menos 6 vezes mais o número de salas de recursos para que tenhamos de verdade a educação inclusiva que é uma das grandes batalhas que eu sei dessa subcomissão e nossa do Governo Federal da secretaria especial de Direitos Humanos.

A agenda se completa, com a capacitação profissional das pessoas com deficiência, também dentro da possibilidade que aqui colocado tanto pela Madalena Nobre, representante do CONAD, como pela Jurema, porque temos toda a área do turismo como um parque novo para as pessoas com deficiência. Então podemos ser os consumidores usuários e podemos ser, ao mesmo tempo, aqueles que trabalham nesse ambiente. Isso por quê? Porque nós temos que cumprir a legis-

lação. A lei 8213 de 1991, ela trata da cota inserção de pessoas no mercado de trabalho das empresas que tem 100 ou mais empregados, as grandes cadeias de hotéis no Brasil todas elas estão nessa categoria de cumprimento da cota de mercado e, por outro lado, a inserção através da área institucional, da área pública, também temos que cumprir nos editais, nos concursos o percentual de 5 a 20% das vagas. Então, na verdade, o Brasil tem um arcabouço legal absolutamente moderno que está em consonância com a convenção da ONU mostrado por Madalena que o Presidente Lula encaminha ao Congresso Nacional nos próximos dias e, como é uma convenção, chama-se convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, foi homologada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro do ano passado, é uma convenção de Direitos Humanos, então, o Congresso Nacional poderá, pela primeira vez, utilizar a emenda constitucional número 45 de 2004 que altera o art. 5º da Constituição Federal, e diz que as convenções internacionais de Direitos Humanos podem ser recepcionadas no Brasil no nível de emenda constitucional. Então, nós podemos trazer a convenção da ONU sobre as pessoas com deficiência para o marco da Constituição e aí teremos de forma perene, de forma modernizada, de forma adequada, toda a proteção legal.

O artigo 30 da convenção é dedicado ao esporte, ao alerta e ao turismo. E aí inscrevendo essa questão nós teremos toda essa questão resolvida.

Gostaríamos, Senador, finalizando dizer que a CORDE tem trabalhado em parceria, tanto com a iniciativa privada, como as organizações não-governamentais e os governos estaduais e municipais em projetos de acessibilidade no turismo. Nós temos, nesse momento, estamos trabalhando uma parceria com a Secretaria de Cultura, turismo e esporte do Estado de Santa Catarina para fazermos todo um projeto a partir da associação de integração de pessoas cegas, a ACIC, que é coordenada pelo nosso querido professor Adilson que foi o, Adilson Ventura que foi o anterior Presidente do CONAD então nós vamos fazer essa parceria e apoiar o turismo acessível na cidade de Florianópolis e em todo o Estado de Santa Catarina, mas inicialmente é um projeto ainda pequeno, porque os recursos ainda são pequenos para essa área e eu até aproveito essa oportunidade para convidar o Ministério do Turismo, que a Jurema Monteiro pudesse levar à nossa Ministra Marta Suplicy a idéia de apoiarmos esse projeto que é um projeto piloto, já fizemos outros seminários internacionais sobre a acessibilidade no turismo antes que o Ministério do Turismo já assumisse o seu papel que agora vemos que é forte e importante e também temos um outro projeto que, dentro do nosso orçamento não

coube, mas que poderia caber no momento em que nós socializarmos com o Ministério do Turismo, que é uma proposta de turismo que foi colocada para várias áreas do litoral, uma proposta que o CVI vem trazendo com o apoio, inclusive, de pessoas brasileiras que tenham a visão lá fora que a Rosângela Berman que trouxe esse projeto também, então eu queria também saudar o trabalho da Madalena nobre no Ministério do Turismo, durante já 4 anos, não é Madalena? Ou 5, 4 anos que você vem trabalhando e nós temos, dentro, na homicida que esse setor ainda não havia crescido dentro do Ministério, a CORDE, no seu papel de apoiar a área e vai continuar.

Concluindo mesmo, o que é que nós podemos fazer nesse momento? Trazermos ações do Ministério do Turismo para a agenda social para que possa, então, dentro desse pacote maior social, darmos o que se pretende que é a inclusão da pessoa com deficiência. Agradeço muitíssimo em nome da secretaria especial dos Direitos Humanos e da coordenadoria. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós é que agradecemos a participação da Isabel maior e desde já fazendo um convite para que possa vir em outra data a ser marcada para que faça uma explanação mais detalhada aos Senadores e Senadoras sobre o plano como um todo. Eu quero também pedir a Jurema Monteiro para que possa disponibilizar para os membros das duas Comissões, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e também da Comissão de assuntos sociais esse material de turismo e acessibilidade que possa distribuir para todos. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Primeiramente agradecer ao Diretor Geral da Casa Agaciel Maia que prontamente supriu uma falha que estava acontecendo nessa Comissão, que as intérpretes de Libras não estavam presente nessa Comissão. Esse é um assunto. O outro assunto é para justificar que o Senador Flávio Arns está querendo vir para cá, mas ele está numa reunião discutindo os medicamentos de alto custo do SUS. Então ele estava achando que iria dar para chegar aqui, então eu estou justificando por que ele não está aqui. Nós sabemos que ele, o Senador Flávio Arns, Senadora Rosalba estão sempre presentes nas reuniões das pessoas com deficiência e quando o assunto é esse, de acessibilidade, eles estão sempre presentes. Então, eu estou justificando a ausência do Senador Flávio Arns para não parecer que ele não está mais interessado no assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Em absoluto, o Senador Flávio Arns é o nosso guru. O Senador é exatamente pessoa

dedicada toda a sua vida, das pessoas com deficiência é porque ele, realmente, tem um outro compromisso e é muito importante essa questão, sim, dos medicamentos de alto custo, é uma questão que tem gerado muito, veja só que lá em Minas Gerais o nobre secretário da saúde, o Marcos Pestana, ele já tem uma coleção de 300 e tantas ações na justiça por causa de fornecimento de medicamentos especiais, está colecionando as ações. Então, nós precisamos ter uma legislação mais adequada que deixe claro qual é a responsabilidade do Poder Público no fornecimento desses remédios, dos medicamentos de alto custo.

Eu quero ainda aqui aproveitar essa oportunidade, é a primeira vez que essa subcomissão se reúne depois do PARAPAN para registrar mais uma vez, a satisfação que todos tivemos com a brilhante participação dos brasileiros e brasileiras no PARAPAN, enquanto nos jogos Panamericanos o Brasil foi o terceiro colocado, atrás de Estados Unidos e Cuba, já no caso do PARAPAN não, o Brasil foi o primeiro colocado a frente, portanto, de um país como é os Estados Unidos que é a maior potência do mundo.

Tem na linha também de informações positivas tem uma revista aqui, a National Geographic desta semana traz uma matéria muito interessante mostrando que os cuidados com as mães, os cuidados no nascimento o Brasil está também no top de países do mundo que tem esses cuidados. Nós estamos até tentando modificar aumentar um pouco mais, tem um projeto até meu que nós estamos ampliando a licença maternidade mais 2 meses para o caso de nascimento de crianças com deficiência, de prematuros e nascimentos múltiplos. É um projeto de alguma maneira paralelo ao da Senadora Patrícia, a Senadora Patrícia prevê também o aumento para 6 meses, mas no caso dela é para todos, todas as situações e é com incentivo fiscal. Nesse caso do meu projeto é realmente para custo do INSS para o nascimento múltiplo, prematuros e crianças com deficiência e eu vi com muita satisfação essa matéria da National Geographic mostrando que enquanto outros países tidos como de primeiro mundo, não tem a devida atenção à mãe, o Brasil tem uma gama de legislações que já são bem avançadas em relação aos outros. Senadora Rosalba com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador Azeredo, eu gostaria aqui de agradecer a presença também, todos nós aqui estamos, Senadores, dos que aqui vieram a convite do Senador Flávio, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Azeredo para que nós pudéssemos unir esforços numa questão que o que é da mais alta importância para o nosso país, e quando a gente fala em construir, nós não podemos deixar de lado aqueles que são eficientes e que por

uma casualidade da vida, de repente lhe falta alguma coisa, mas não falta mais o importante que é capacidade de contribuir com o nosso Brasil.

E falar sobre aqueles que são eficientes, você falava aí no PARAPAN, eu como sou do Rio Grande do Norte tenho muito orgulho de Clodoaldo Cruz, o nosso recordista. E dizer, minha gente, que isso eu acho importantíssimo que a gente realmente passe, doutor Carlos Morales, a termos uma legislação que realmente nos dê, faça essa lei que obrigue a que em todos os recantos do nosso país nós temos por onde sermos, nos orientarmos em termos da acessibilidade.

Eu vejo isso com uma questão prioritária, eu tenho uma experiência, porque fui administradora três vezes de uma cidade, uma cidade em torno de 300 mil habitantes e em 88, quando começou o meu primeiro mandato, nós tivemos, a nível do município, essa lei que está valendo e vai continuar só melhorando, uma lei onde qualquer empreendimento, fosse público ou privado, que obrigatoriamente tem que passar para ser licenciado, autorizado pela secretaria de obras do município, ela só poderia se tivesse, realmente, as condições de adaptação, de acessibilidade, fosse um empreendimento para todos. Então, eu acho que isso é uma coisa importantíssima quando isso se torna obrigatório para exatamente o que o senhor aqui falava, na prevenção de novas barreiras. Porque existem muitas barreiras e quero aproveitar aqui também a Isabel, dizer do trabalho da CORDE que eu conheço de perto, tive a oportunidade de fazermos parcerias, de fazermos projetos em conjunto, acho até que poderia se diminuir mais, vamos dizer assim as instâncias para que a gente pudesse resolver os projetos diretamente município com a CORDE nacional, porque isso agiliza, isso faz com que a gente possa fazer muito mais, mas nós fizemos o projeto cidade para todos, lá várias praças, vários recantos foram adequados, adaptados a essa visão de moderna, dessa visão solidária de que realmente nós temos que ter espaços para todos porque o turismo para o deficiente como espaço de trabalho ao deficiente nós temos que saber não são apenas os 70 milhões que temos de deficientes somados já somados com os idosos que na realidade também precisam de estruturas de apoio, de estruturas de acessibilidade nos hotéis, nos recantos culturais, enfim, por onde precisam caminhar, nos aeroportos, nas rodovias, temos também que pensar que, além disso, se acrescenta os que são deficientes temporários. Porque você tem os grandes obesos, você tem a questão da gestante a partir de um determinado momento que também precisa de mais acessibilidade, você tem aquele que fraturou uma perna que de repente está com um problema mais grave de coluna, enfim,

o número é muito grande, então eu acho que esse é um trabalho que realmente vai beneficiar e que, a lei beneficia a todos, não somente o que é que necessita, mas por quê? Por ter a solidariedade dos outros nós sabemos que é algo que vem trazer um benefício muito grande e o turismo que é o nosso país tem toda essa característica, no Nordeste, nós que somos nordestinos, sabemos que um dos grandes espaços para o crescimento geração de emprego e renda é exatamente o turismo, Natal, por exemplo, uma cidade belíssima que pode ter, receber muitos, eu sei que muitos desejam ir conhecer as nossas praças, praias, e de repente chega numa praia como Pipa que hoje já é um turismo inclusive internacional, belíssima, mas que aquele que tem deficiência não consegue chegar lá na praia, porque precisa descer o morro, um morro muito alto, difícil.

Eu não vou aqui fazer propaganda, não vou citar nenhum empreendimento, mas lá na praia de Pipa mesmo tem um, até um empreendedor que não é nacional, mas com a visão de acessibilidade criou inclusive o tipo, não é um trem, mas é uma estrutura simples relativamente barata que leva todos até a beira da praia, então são coisas assim também de criatividade e de boa vontade, eu acho que esse material que está sendo distribuído não seja distribuído apenas às cidades com mais de 60 mil habitantes. Vou dizer por que. Porque nós temos cidades como essa, como Pipa que pertence ao Município de Tibau do Sul(F) que não tem esse número de habitantes e é uma cidade altamente turística.

Nós temos a costa branca com várias cidades que também estão se desenvolvendo para o turismo e que precisam ter acesso a esse material, então fica um apelo, doutor Carlos, que localize quais são todas as cidades que tem potencial turístico, seja na Serra, seja na, no sertão, seja no mar, nas praias e mande para que os administradores; que eles têm boa vontade, muitas vezes nós não temos é informação nem os técnicos que vocês sabem, num país continental, principalmente nas cidades menores, muitas vezes o técnico não tomou conhecimento.

Hoje nós temos a facilidade da informática que nos dá muitas orientações, mas às vezes nós não temos em, tem cidades que nem um engenheiro já, ele tem um técnico em edificação, ou então um prático que se aos administradores for dado essa oportunidade, claro que iremos trabalhar melhor e com isso também a nossa luta é ter mais recursos, porque a CORDE, tenho certeza, o Conselho Nacional, o Ministério de turismo e transporte, todos estão com muita boa vontade, mas só boa vontade não vai resolver. É preciso sensibilizar para que no orçamento se dê prioridade de mais re-

cursos que leve o apoio aos deficientes. O apoio em todos os sentidos, na acessibilidade, na oportunidade ao seu lazer, ao esporte, ao turismo e também à sua saúde que nós sabemos que ele sofre muitas vezes dobrado para ter acesso à saúde que muitas, os que são, os que não tem deficiência encontram dificuldade, imagine aquele que tem que superar, além da barreira, das barreiras arquitetônicas, tem que muitas vezes contar com uma solidariedade ainda redobrada. Então fica aqui o nosso agradecimento, contribuiu bastante, e o nosso empenho enquanto participante da Comissão de Assuntos Sociais, ao lado do nosso Presidente aí da Subcomissão Eduardo Azeredo de estarmos trabalhando em conjunto em busca das melhorias sociais, porque isso sim é que torna o nosso país grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço a Senadora Rosalba Ciarlini, ela toca realmente num ponto muito importante que é esse de que na verdade as pessoas com deficiência tem e nós temos aquelas que são temporariamente tem algum problema, nós temos pessoas idosas que precisam de ter condições melhoradas, aí nós chegaremos perto dos números que foram colocados aqui pela Isabel que na verdade a gente tem um números que é de pessoas com deficiência, mas um números de pessoas que precisa de algum apoio é bem maior.

Daí a importância e eu quero também pedir ao Carlos Morales que o mesmo material, o mesmo que eu pedi aqui para os nossos membros das duas comissões para que a gente possa também receber esse material do Brasil Acessível para todos os membros das duas Comissões. E também a questão aqui do PL 1687, esse que diz respeito à mobilidade urbana, as informações que nós temos aqui é que ele foi realmente entregue em 2 de agosto lá na Câmara e ele ainda está aguardando a definição das comissões da Câmara para seu, para sua tramitação e depois vir para o Senado.

Bom, eu quero então aqui passar a palavra para os nossos membros aqui, os convidados ilustres que estiveram aqui conosco hoje para que possam dar as suas palavras finais nesta audiência pública. Com a palavra vamos começar pela Jurema Monteiro do Ministério do Turismo.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Bom. Mais uma vez, Senador, eu quero então agradecer essa oportunidade, eu acho que foi rico para o Ministério poder transmitir um pouco da informação do que nós estamos fazendo no que diz respeito às pessoas com deficiência, eu acho que a Isabel tocou num ponto muito importante, é sem dúvida um gesto bonito para o empreendedor trabalhar com a questão da pessoa com deficiência,

mas mais do que isso é um gesto lucrativo, a gente está falando de um segmento de consumo que cresce e que tem grande potencial, então é fundamental que a gente, no Ministério, trabalhe fortemente na política de construção de um turismo acessível, mas também trabalhe com muita força na sensibilização da iniciativa privada para as necessidades de adaptação, para que eles possam, então, transformar os seus empreendimentos e também destinos em destinos acessíveis.

Eu quero reforçar aqui, eu acho que a Isabel colocou duas questões, dois projetos diferentes que tramitam hoje dentro do Ministério, um deles especificamente Santa Catarina, eu estou voltando de lá hoje num evento que nós tivemos ontem com relação aos roteiros de migração que foram lançados lá em conjunto com o Ministério da Cultura e ao IFAN e tive a oportunidade de me encontrar com o secretário do Estado que comentou sobre a necessidade de um projeto específico de turismo e acessibilidade, não só com relação à pessoas cegas, que eu acha que foi esse específico que você mencionou, que já está tramitando no Ministério e nós estamos fazendo o empenho para que ele possa acontecer com o apoio do Ministério, mas ele comentou também sobre o tema de acessibilidade voltada ao turismo rural, um segmento muito forte no Estado de Santa Catarina e que para gente é uma referência. Então, eu espero que a gente consiga concluir isso, dar andamento para poder, mais uma vez, transformar isso como referência para multiplicação em outros destinos.

O outro projeto que você comentou, da CVI, relacionado a áreas litorâneas, esse eu não conheço, não tenho conhecimento, a gente pode trocar algumas informações para ver como encaminhar. Eu acho que outro ponto importante abordado é a questão da agenda social para as pessoas com deficiência, nós temos no Ministério um conjunto de atividades hoje já voltadas para esse tema e eu acho que seria fundamental contar então com a participação do Ministério do Turismo contribuindo nessa agenda.

No que diz respeito à informações já disponíveis, através do manual de orientações e a discussão do grupo técnico que segue andando dentro da Câmara de segmentação, mas mais especificamente com ações de qualificação que já estão em andamento, os projetos específicos que eu mencionei do Município de Socorro para que a gente possa transformar isso num conjunto de ações para a agenda e aí eu me coloco à disposição para discutir ainda o que é possível fazer, se for possível dentro do prazo, já que o lançamento está próximo, agora dia 21. De toda a forma eu queria mais uma vez deixar à disposição a coordenação de segmentação o Ministério do Turismo para o debate

contínuo sobre esse tema da acessibilidade e agradecer e parabenizar mais uma vez os trabalhos do Senado relacionado a esse tema. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Obrigado à Jurema Monteiro do Ministério do Turismo, obrigado pela sua presença eu passo a palavra então à Carlos Morales diretor de regulação de gestão de secretaria nacional de transporte e da mobilidade urbana do Ministério das Cidades.

SR. CARLOS MORALES: Obrigado, Senador, eu quero mais uma vez agradecer e dar os parabéns à Comissão sobre esse trabalho e colocar o Ministério à disposição para futuros encontros e audiências e gostaria de dizer também que a Senadora Rosalba que vou encaminhar o seu apelo, o seu pleito ao secretário, ao Ministro de maneira a ampliar o apoio e assistência técnica para as cidades mesmo com, com menores do que 60 mil habitantes, o que eu devo dizer que não é nenhuma forma de preconceito ou discriminação, apenas foi uma limitação orçamentária e de pessoal, mas tenho certeza que nós vamos avançar de qualquer forma, mas a sua palavra vai ser importante para que a gente também acelere esse processo e mais uma vez a gente se coloca à disposição e agradece o convite que foi feito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Obrigado, Carlos Morales, pela sua presença, Marcos bandeira as suas palavras finais pelo Ministério do transporte, eu quero ainda antes --

SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA: Marco Bandeira do Ministério dos Transportes. Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e pedindo desculpa à minha falha, Senadora Rosalba, porque como um carioca filho de nordestino eu acho que o nome é fundamental, a gente não pode esquecer nunca. Então nunca mais vou esquecer o nome.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Foi fácil, começa com a rosa, ninguém esquece, está presente na vida toda a rosa na nossa vida.

SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA: É uma coisa que nós que somos cariocas geralmente costumamos visitar as nossas cidades de interior. Mas eu tenho ficado, eu tenho Estado apaixonado pelas cidades do nordeste e as cidades que está faltando visitar é Natal, ainda vou chegar lá. Eu queria uma sugestão, se me permitir, uma contribuição para o pessoal do Ministério do Turismo, que na condição de pessoa com deficiência auditiva profunda, oralizando eu sou muito observador, observo muito os detalhes e observei no meu passeio que eu desenvolvi nos Estados é que os guias não estão preparados para lidar com as pessoas com deficiência.

Eles, eles costumam ser muito rápidos e eles não prestam atenção naquelas pessoas que são surdas. E aí eu queria sugerir que pode ser elaborado um documento, um formulário, um prospecto bastante elucidativo do lugar onde nós estamos visitando. Eu estive em Porto Seguro recentemente e eu não tive documento para que eu pudesse me sensibilizar onde eu estava. Então, eu acho que para um deficiente de todo tipo, não só deficiência auditiva, como outros tipos de deficiências é muito importante essa parte de comunicação feita com clareza para que eles possam sentir bem no lugar onde ele fala. É essa a minha sugestão e agradecer a oportunidade mais uma vez de poder estar aqui e contribuir, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Marcos, eu vou pegar a sua observação para mim próprio, porque eu falo muito depressa vou procurar falar mais devagar um pouco.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Ele também falou em algo que precisa de uma orientação a todas as empresas de turismo, talvez como no Brasil a orientação é as vezes a gente é aquela história dar conselho é difícil de ser aceito e às vezes a gente precisa dizer: Olha, isso agora vai ser, vai se transformar numa obrigação, numa lei ou criar algum tipo que tenha material impresso. Porque se, e que os guias da mesma forma que hoje nós temos uma lei que abre espaço nos concursos públicos, espaços nas empresas para o deficiente, que as empresas que vão tratar do turismo com deficientes, eles tenham que ter obrigatoriamente pessoas preparadas para isso.

Eu acho que o Ministério aí poderia dar uma boa condução, inclusive, criando o tipo de preparação, de aprimoramento, de curso, de capacitação, eu acho que é o novo mercado que se abre, pode ser também através de pessoas deficientes ou não, mas que estejam capacitadas a entender a deficiência dos outros.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Eu pedi a palavra mais uma vez ao Senador por que essa é uma contribuição muito importante e eu vinha conversando cantos o Marcos e ele já tinha comentado a necessidade de qualificação e aí eu queria retomar aqui um pouco da experiência que o Ministério está lançando essa semana com esse projeto Viaja Mais, Melhor Idade é um projeto focado no segmento de idosos e pensando nessa questão da necessidade num atendimento especial, o Ministério sensibilizou todos os destinos que serão atendidos nessa primeira fase do projeto com um treinamento voltado para o atendimento da melhor idade e aí nós levamos a conhecimento dos empresários a informação do manual de acessibilidade, estamos provocando nos parceiros e aí eu estou falando do SE-

NAC, SEBRAE, que são parceiros muito importantes na execução e qualificações dos destinos turísticos na base para que eles nos apoiem na execução de treinamentos específicos para esse grupo.

Entendendo que esse grupo também compõe pessoas com mobilidade reduzida e aí talvez a gente esteja dando um primeiro passo. Eu comento isso, porque esse é um exemplo real de uma ação que o Ministério está fazendo nesse momento visando a qualificação especializada em públicos com necessidades especiais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Parabéns, Jurema. Eu quero que você leve à nossa Ministra Marta Suplicy essa sensibilidade que eu acho que isso é o forte da mulher e a preocupação com esses detalhes e depois também eu quero dizer que vocês fizeram uma boa escolha. A parceria com o SEBRAE, com o SENAI realmente eu quero dizer que é gratificante. São instituições que ajudam, um trabalho muito sério e voltado, realmente, a empreender o desenvolvimento e trazer melhores opções para o nosso país.

SRA. JUREMA MONTEIRO: Pode deixar que eu levo a mensagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós vamos passar então a palavra para as suas últimas considerações a Maria Madalena Nobre do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

SRA. MARIA MADALENA NOBRE: Só me resta aqui, Senador, colocar o CONAD a disposição para uma agenda coletiva para um trabalho bem próximo como a Isabel falou, essa, talvez não será a única, virão outras, porque é necessário que haja para poder amadurecermos e realizarmos ações conjuntas para solução das dificuldades que a gente tem aí na área do turismo.

Eu acho que nunca se falou tanto da pessoa com deficiência como nos últimos tempos. Está se tornando cada vez mais visível a necessidade de se apoiar da sociedade, do governo, de todas as representações sociais e instâncias sociais se unirem para que realmente a pessoa com deficiência possa ter a sua cidadania plena assegurada neste país.

Eu quero dizer que o Senador tem dado um exemplo de cidadania, ele tem até instigado a questão do debate relativo à pessoa com deficiência, tem levado as pessoas à reflexão sobre a temática, a exemplo deste evento de hoje e nós esperamos, Senador, que continue muito próximo, sejamos todos chamados para estarmos aqui novamente para dar continuidade a este debate e à organização de ações futuras na área do turismo, nosso foco. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Madalena. Eu quero, portanto, não tem mais nada a tratar agradecer a presença de todos que vieram aqui hoje, a presença dos Senhores Senadores e Senadoras. Explicar também que o Senador Paulo Paim não está por questão de saúde na família e que essa Comissão está aberta às contribuições e novas discussões que possamos ter para buscarmos uma melhor inclusão das pessoas com deficiência na vida cotidiana. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 16h08.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada No dia 13 de setembro de 2007, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e um minutos, do dia treze de setembro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS e ROSALBA CIARLINI**. Comparecem também os Senadores (as) – Fátima Cleide, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo e Marcelo Crivella. A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 04, de 2007 – CASSAÚDE, de autoria do Senador Papaléo Paes, com vistas à “obtenção de subsídios que norteiem a atuação do Senado Federal a respeito do financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em relação à Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde”. O Senador Papaléo Paes dá início a reunião informando que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição e convida os palestrantes para tomarem seus lugares a Mesa. Fizeram uso da Palavra os seguintes Senhores (as) – **Florisval Meinão** – Vice-Presidente da Associação Paulista de Medicina, representando a AMB – Associação Médica Brasileira; **José Enio Servilha Duarte** – Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e **José Carvalho de Noronha** – Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. O Deputado Federal Darcísio Perondi – Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia e Entidades Filantrópicas não compareceu. Às onze horas e quarenta e nove minutos o Senador Augusto Botelho assume a

Presidência. Às doze horas e um minuto o senhor Senador Papaléo Paes reassume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores (as) Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho e Antônio Carlos Valadares. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Havendo número regimental declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº. 04/2007, Comissão de Assuntos Sociais e Saúde, com vistas ao debate a respeito do financiamento das ações e dos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, SUS, especialmente em relação à tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do sistema de saúde, tabela SUS.

Convido os ilustres convidados para tomarem seus lugares à Mesa. Para darmos início à nossa Sessão. Nossa reunião. Dr. José Carvalho de Noronha, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Agradeço com muita honra sua presença, doutor. Dr. Florisval Meinão, Vice-Presidente da Associação Paulista de Medicina, representando a associação médica brasileira. Muito obrigado pela sua presença. Dr. José Enio Servilha Duarte, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Muito obrigado, Dr. Duarte. Além dos relacionados, aguardamos a presença do Sr. Deputado Federal Darcísio Perondi, aguardamos, ele virá representando a Confederação das Santas Casas de Misericórdia e entidades filantrópicas.

Esclareço que cada convidado... Estava estabelecido um tempo de 10 minutos. Mas nós vamos dar um tempo de 15 minutos sem de forma alguma cercar o desenvolvimento do raciocínio e da apresentação de cada um. Podem ficar a vontade porque nós limitamos o tempo em 15 minutos, mas daremos o tempo necessário para que a palestra seja concluída sem qualquer tipo de interrupção de raciocínio. Com a palavra o Dr. Florisval Meinão, Vice-Presidente da

Associação Paulista de Medicina, aqui representando a Associação Médica Brasileira. Com muita honra nós vamos ouvir Dr. Florisval.

SR. FLORISVAL MEINÃO: Bom dia ao Senador Papaléo Paes, na sua pessoa gostaria de cumprimentar a todos os componentes da Mesa e aos presentes, agradecer a oportunidade da Associação Médica Brasileira representando, portanto, a classe médica poder se manifestar a respeito de um tema de tanta relevância para a nossa população como um todo.

Eu gostaria de iniciar dizendo que a classe médica defende de forma incisiva o Sistema Único de Saúde. Eu acho que é algo para deixar muito bem claro, até em função de alguns eventos e alguns movimentos que tem ocorrido no norte e nordeste e que tem sido muitas vezes explorado de forma errônea, a respeito da posição da classe médica com relação ao Sistema Único de Saúde. E nós defendemos o Sistema Único de Saúde por duas razões essenciais. A primeira porque ele foi concebido a partir da Constituição de 1988, e concebido para se moldar às necessidades da nossa população. Ele não é uma cópia de nenhum modelo que foi importado. Ele foi produzido aqui nesta Casa e no Congresso Nacional a partir das necessidades de atendimento à saúde da população. E ele consagra os princípios fundamentais que é o princípio da equidade no atendimento, da universalidade e da integralidade de atendimento. Nós consideramos isso importantíssimo.

E em segundo lugar porque ele faz justiça social. Eu acho que um País que é marcado ao longo dos séculos pelas grandes desigualdades sociais, um sistema que visa trazer a justiça social é um sistema que deve ser apoiado e a classe médica apóia integralmente. Mas isso não nos impede de ter uma visão crítica do Sistema Único de Saúde. E a pergunta básica é: Ele consegue atender as necessidades da população? E acho que é uma pergunta que não é muito difícil de ser respondida. Obviamente que ele não consegue atender as necessidades. Uma prova disto foi o crescimento gigantesco dos planos privados de saúde para atender a classe média, a classe média alta já que o SUS não atende as suas necessidades. Isso não quer dizer que o SUS não tenha conquistado avanços importantes nesses anos. Acho que durante os 20 anos da sua existência, 19 anos, ele conseguiu avanços extraordinários. O que pode ser observado em todos os indicadores de saúde que nós possamos analisar.

Portanto, o SUS avançou muito. Mas ele ainda está muito distante daquilo que a nossa sociedade, a nossa população necessita. E em especial a população de baixa renda. E por que o SUS não consegue atender a essas necessidades? Essa pergunta também tem

que ser respondida. Existem aí dois problemas básicos. O problema principal é o problema de financiamento do sistema. E o segundo problema é o problema da gestão dos recursos. Será que os recursos existentes, apesar de serem insuficientes, eles estão sendo bem utilizados? São duas questões que precisam ser analisadas de maneira mais pormenorizada.

A questão do financiamento, ela tem um histórico que vale a pena lembrar porque a nossa situação de hoje advém de algo que vem desde 1988. Naquela época quem dava a assistência à saúde era o INAMPS da Previdência Social. Com recursos da Previdência Social e assistência médica era feita exclusivamente aos empregados que tinham a sua carteira assinada. Os empregados CLT. Então uma parte dos recursos da Previdência Social era destinada ao atendimento daqueles que tinham a CLT e aquilo era suficiente. 20% da arrecadação da Previdência Social era destinado à assistência médica e garantia um atendimento de qualidade razoável.

A partir de 88 isso passou para Ministério da Saúde. Mas os recursos não vieram juntos. Os recursos permaneceram na Previdência Social e o Ministério da Saúde teve que buscar recursos para atender não só a partir daquele instante aqueles que tinham a carteira assinada ou o regime de CLT, mas a toda a população devido à universalidade de atendimento.

Então, houve uma redução significativa do per capita de investimento na saúde para aquelas... Para o Ministério da Saúde. Esta queda brutal do per capita ocasionou uma situação muito difícil de ser administrada. Então o Ministério da Saúde teve que começar a busca de recursos para dar o atendimento integral à saúde. E isso até hoje não se conseguiu chegar a um número razoável. Quando nós comparamos o investimento em saúde de nosso País, o per capita, com todos os países da América Latina, nós vemos que nós somos apesar de ter uma renda per capita maior que quase todos, o investimento em saúde é dos menores. Poucos países da América Latina investem menos que o Brasil em saúde. Em saúde pública. Então esses recursos eles são absolutamente insuficientes. Veio a CPMF, mas ela não conseguiu através de manobras do sistema financeiro, da área econômica, não conseguiu ser utilizada integralmente à saúde. E, portanto, esses recursos foram destinados parcialmente a outras áreas e essa é uma discussão que está muito presente nos dias de hoje porque a CPMF está novamente tramitando para ser prorrogada e esse é um dos questionamentos que tem sido feito por uma parcela considerável da sociedade. Um imposto que foi criado para a saúde, e que na prática não está sendo utilizado integralmente para a saúde.

Criou-se a PEC 29, a Emenda Constitucional 29. Ela vinculou algumas receitas. Isso representou um significativo avanço. Os Estados com 12%, os Municípios com 15 e a União reajustando de acordo com a variação do PIB. Mas também aí surgiram outros problemas. Primeiro, os vários Estados e Municípios, uma grande parte não cumpre com esta resolução, e não integraliza os valores que esta legislação determina. E em segundo lugar, são sub-rubrica de despesas de saúde e são alocados recursos que absolutamente não são recursos de saúde.

Então, a verdade é que com isso também aí de certa forma nós ficamos frustrados porque aquilo que representaria alguns recursos adicionais, na prática eles estão faltando. Não estão sendo aplicados integralmente.

Então, a verdade é que este é o grande problema do Sistema Único de Saúde hoje. É a falta de investimento adequado que possa permitir o cumprimento daquelas obrigações constitucionais, especialmente a integralidade da saúde. E o segundo ponto, será que esses recursos estão sendo bem administrados? Existem várias e várias questões, e eu acho que isso é algo muito complexo. A primeira afirmação que deve-se fazer quando o cobertor é curto, é difícil se fazer crítica. Porque se cobre de um lado e descobre do outro. Houve muitos raros no passado, houve muita corrupção, e isso com certeza reduziu-se de forma significativa. Acho que isso representa grande avanço. Nós não temos mais em larga escala aquelas denúncias de corrupção áreas saúde. Seja nos Municípios, Estados e seja na própria União. Então isso representou um grande avanço. Mas mesmo assim existem problemas. Problemas de como alocar, de como gerenciar esses recursos num País de dimensão tão grande como o Brasil. Então recentemente saiu uma reportagem de um hospital que foi construído em Alagoas, tudo pronto, mas aqueles equipamentos estão parados por falta de algum recurso adicional para colocar aquilo em movimento. Então são recursos que são alocados de maneira que não é a mais adequada, e que acaba gerando, portanto, desperdício. Além disso, é óbvio que existem as questões políticas porque muitas vezes um Governador é de um partido, o Presidente de outro, o Prefeito de outro ainda, e essas questões políticas acabam também interferindo.

Portanto, existem as questões do financiamento e existem também as questões relativas à boa utilização dos recursos.

Com relação ao tema específico, o tema que talvez fosse o mais importante, o mais objetivo dessa Audiência Pública que seria a questão da tabela do SUS, essa tabela ela sofreu uma modificação em 89,

quando se passou a pagar AIH e o SUS paga então por internação, por patologia, ele paga um valor e esse valor que é um valor absolutamente irrisório, ele não consegue cobrir os gastos, haja vista a situação caótica que vivem as santas casas, e talvez o Deputado Darcísio Perondi se vier ele vai poder falar com mais detalhes sobre este problema, a situação caótica das santas casas exatamente em função dessa modificação da forma de pagamento e da insuficiência dos recursos para cobrir aquelas despesas de internação.

Também com relação à integridade nos preocupa. Porque a medicina evolui. A medicina evolui progressivamente e a cada cinco anos modifica-se totalmente os procedimentos utilizados para tratamento da grande maioria das doenças. Portanto, é preciso que o Sistema Único de Saúde incorpore os novos procedimentos e possa afastar aqueles que já são obsoletos. E não existe dentro do Ministério da Saúde uma instância que possa atualizar periodicamente o rol de procedimentos a ser utilizados para tratamento das diversas patologias. Na área da medicina privada, na área dos planos de saúde nós estamos tendo uma experiência muito interessante com a participação dentro da Agência Nacional de Saúde, com a participação das empresas que atuam na área de medicina privada, atualizando o rol de procedimentos com base na classificação brasileira hierarquizada de procedimentos médicos. Que é um rol realizado e atualizado periodicamente pela Associação Médica Brasileira onde incorpora todos os novos procedimentos que entra na prática médica e são retirados aqueles que são obsoletos. Então essa experiência está sendo colocada em prática na medicina suplementar, e isso trará um ganho àqueles usuários da medicina suplementar porque eles poderão contar com um rol de procedimentos, um rol obrigatório que atende-os, digamos, na maneira mais adequada do exercício da medicina, incorporando todos os procedimentos modernos e recentes. Eu penso que isso também tem que ser colocado para o Sistema Único de Saúde. Não podemos ter duas medicinas distintas. (soa a campainha) A medicina para os planos de saúde privada com a modernidade, e a medicina do SUS com aqueles procedimentos que são ultrapassados. Então também existe a necessidade de que o Sistema Único de Saúde incorpore esses novos procedimentos e a Associação Médica Brasileira, da mesma maneira como ela colocou e está trabalhando dentro do sistema privado através da Agência Nacional de Saúde ela se propõe a trabalhar também dentro do Ministério da Saúde se houver interesse no sentido de discutir a possibilidade de se utilizar sistemas mais modernos de nomenclatura, de codificação e de introdução de novos procedimentos na área do Sistema Único de

Saúde. Acho que era isso que eu gostaria de falar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Dr. Florisval. Eu quero registrar aqui a presença dos Senadores, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Augusto Botelho, Senador... Eu não sei corretamente. Senador João Durval. Todos Senadores e Senadora com formação profissional na área da saúde. Registrar também a presença do Presidente do Conselho Diretor do Pacto do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, que muita honra se faz presente aqui, Sr. Willian Vinagre Filho, agradecer a nossa consultora Regina Brás Siqueira que é realmente parte muito importante da nossa reunião, visto que através da consultoria nós teremos uma base para elaborarmos um documento que é conclusivo da reunião e que será muito importante para as discussões dessa questão tabela SUS.

Registro a presença aqui também do Dr. Tite Borges, Assessor Especial do Ministério da Saúde para Assuntos Parlamentares. Uma honra muito grande tê-lo aqui também para acompanhar o desenvolvimento dessa discussão que levará muitos dados importantes. Eu digo assim, os técnicos eles são fundamentais, já fui Prefeito, e constituí minha equipe por técnicos. A política partidária pouco trabalhou junto comigo nas áreas técnicas. Mas o fundamental até ainda há pouco dizia, o técnico é importante, mas é fundamental que ele vá até a ponta do sistema. Porque muitas vezes aquilo que nós estamos trabalhando dentro do gabinete não é a verdadeira verdade da execução do sistema principalmente na área da saúde. Área da saúde é imprevisível. Eu passo a palavra ao Dr. José Enio Duarte do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde. O senhor terá 15 minutos e o tempo necessário para concluir a sua exposição.

SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE: Bom, bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer a todas, agradecer ao Senador Papaléo Paes pelo convite e os Senadores também aqui presentes. E para nós é muito importante estar presente nessa Casa. O nosso Presidente Helvécio estava muito interessado em participar, mas ele está com um evento hoje em Belo Horizonte que é da Subcomissão inclusive, que é de promoção do SUS. Ele está hoje numa... Pela saúde, ele está hoje num evento importante com a Fiocruz e com outras instituições nessa área de promoção à saúde. Então ele pede desculpas e pediu para que eu o representasse.

Acho que é um tema importantíssimo que está na pauta nossa da crise da saúde, está em todos os jornais, até que esses dias diminuiu um pouco, mas volta logo. Então é muito importante estar discutindo

esse assunto nessa Casa. Inclusive por coincidência na Câmara também com uma audiência sobre saúde, hoje estamos aqui no Senado.

Eu acho que o Florisval já colocou os fundamentos do SUS que acho que todos conhecem que é um capítulo importante da Constituição, ontem até o Ministro colocou (ininteligível) dois pontos que são marcantes da Constituição de 88, um deles é o SUS, o outro não lembro qual o assunto que ele fez. (ininteligível) população rural e o SUS são dois pontos marcantes na Constituição de 88. A gente considera o SUS uma grande política pública de inclusão social. Hoje atinge a maior parte da população brasileira, apesar dos recursos serem escassos como foi colocado. E tivemos grandes avanços, acho que o sistema de saúde provavelmente vocês não devem apresentar, mas os dados que nós temos hoje de atendimento à população na área de assistência são impressionantes de consultas, de atendimento em alta complexidade, cirurgia cardíaca, transplante, são coisas impressionantes quando a gente observa esses dados. E na área de promoção à saúde também, de prevenção, nós temos um programa de (ininteligível) que é modelo mundial, nós temos o programa de Aids que é modelo, nós temos a vigilância sanitária epidemiológica muito ativa, muito competente que atua de maneira muito rápida. Então é um...

Eu acho que nós estamos avançando bastante, vamos colocar as coisas positivas que está acontecendo. Mas nós temos crise nos sistemas públicos de saúde, não só no Brasil como em todo mundo. Área de tecnologia que cada vez mais cara que está incorporando os médicos mais antigos trabalhavam nas santas casas era mais tranquilo porque os medicamentos eram baratos, quase não tinha tecnologia quando apareceu o raio-x. Hoje qualquer Santa Casa tem que ter equipamentos de alta complexidade, de alto custo, e tem manutenção dos equipamentos, porque equipamentos que você adquire por preços altíssimos, em dólar e depois tem manutenção em dólar também. Então hoje tem uma pressão de tecnologia forte, a necessidade da população aumenta, a população está ficando com mais idade e isso traz as doenças crônicas. O que é positivo. A população está com sobrevida muito maior. E então acho que nós... Isso leva uma crise não só o sistema público brasileiro, mas em todo mundo. E na Constituição de 88 eu gostaria de ressaltar já que eu aqui estou representando os secretários municipais de saúde, acho que a grande novidade no SUS foi o Município passar a ser gestor do sistema de saúde. Sistema de saúde brasileiro. Porque até então o Município tinha um papel não relevante. O papel fundamental na saúde era o Governo Federal, em várias áreas do País e alguns Estados que tinham mais poder econômico era

muito forte o papel do Estado na área de saúde. Então era o papel do Estado e o papel federal. O Município entrou como realmente grande protagonista, o grande gestor na Constituição de 88. Até então na Constituição anterior se falava que o Município era responsável por pronto atendimento, na verdade eu acho legislador pensou muito mais em atenção básica e colocou na Constituição pronto atendimento, e se entendeu com isso era pronto-socorro, e os municípios pequenos compravam ambulância e os grandes montavam alguns postos de atendimento. Que não era nem resolutivo e também não era pronto-socorro porque pronto-socorro é coisa muito cara. Eu acho que a partir de 88 o município passou a ser realmente o gestor. E pela Constituição nossa é o gestor, é o responsável pela execução da atividade de saúde, está no capítulo se não me engano art. 35 ou 30 da Constituição. Esse é o grande responsável com o apoio técnico e financeiro dos Estados e dos municípios. Esse é o que está na Constituição, que era o papel do Município. Mas, evidentemente os municípios de 88 receberam essa atribuição fundamental, mas não houve, até acho que ontem o Ministro da Saúde colocou muito bom isso aí, não houve uma coisa planejada, uma estratégia clara de como se faria esse processo de descentralização para os municípios, novo, o município não tinha rede, não tinha pessoal para área de saúde, estava o (ininteligível) federais, como é que você fazia esse processo e também não se discutiu o financiamento. Como é que faz financiamento? Porque o financiamento está centralizado. Quer dizer, o recurso está no Governo Federal e nos estaduais. O município recebe transferências, algumas voluntárias e outras obrigatórias. Mas recebe transferências. Então esse processo eu acho que não foi. Então os municípios estão assumindo isso de uma maneira não muito planejada.

Então, a partir de 91 nós tivemos as chamadas nobres que começaram a passar atribuições para os municípios. E os municípios começaram a investir nessa área de saúde por uma obrigação constitucional. E não é por acaso que o município que a Constituição de 88 colocou isso para os municípios. Porque realmente já houve uma proposta (ininteligível) de saúde em 63 já tinha feito a proposta de descentralização para os municípios. Provavelmente se não tivesse interrompido o processo democráticos nesse País teria avançado esse processo de descentralização e municipalização. Nós estaríamos hoje muito mais avançados. Esse processo foi interrompido e retomado na terceira, na 8ª Conferência em 86 e incorporado na Constituição em 88. Então um terreno de 25 anos que a coisa centralizou mais do que descentralizou como era esperado e era o correto.

Então, nós tivemos na verdade o município novo nesse processo, (ininteligível) grande, e estamos tentando nesses 20 anos um processo gradativo de (ininteligível) Tivemos vários nobres operacionais técnicos que são chamados, que são articulações do Governo Federal, com os Estados com os municípios para ver como é que você faz esse processo de descentralização. Os municípios avançaram muito. Hoje municípios que tinham apenas ambulância, unidades geralmente era do Estado, mesmo municípios de grande porte tinha uma unidade do Estado, alguns hospitais, hoje todos os municípios brasileiros têm unidades próprias de atenção básica, tem redes extensas nos municípios médio e grande porte, tem redes extensas que foram construídas nesses anos todos, 20 anos, investiu muito na média complexidade. Hoje os municípios têm quase um milhão de trabalhadores, um milhão de trabalhadores, na área de saúde. Hoje o (ininteligível) estão muito mais nos municípios do que nos Estados e Governo Federal.

O Governo Federal está retraindo o seu pessoal na área de saúde porque é o correto, o papel do Estado, Governo Federal é outro, os Estados ainda estão um pouco nessa linha, um pouco de apoio, um pouco executando ainda, mas num processo também de saída que é o correto que está na Constituição e os municípios estão investindo com todos os problemas disso. Que é a precarização que estamos vivendo muito sério o problema, porque houve um avanço muito rápido na incorporação de pessoal de saúde nos municípios. E isso é verdade, está trazendo grandes desafios para o município. Não está fácil. Hoje não é fácil ser Prefeito, não. Os Prefeitos que foram na fase anterior, que não lidava muito com essa área social, de saúde, educação, quando eles voltaram na década de 90, eles ficaram assustados com o papel que eles tinham na área social de saúde e educação principalmente. Mais saúde do que educação. Porque educação também está controlada. Os recursos dos Prefeitos não se queixaram de educação, não. Até acho interessante os investimentos. Agora, de saúde eles estão muito inquietos, muito inseguros com esta área. E eu sempre coloco e está sobrando (ininteligível) saúde. (ininteligível) entre a demanda da população, gastando muito, o Prefeito achando que (ininteligível) Tesouro municipais e acaba trocando o Secretário Municipal de Saúde hoje que acaba sendo vítima desse processo, desse vício. E como o colocou, nós temos um problema sério hoje pontuado, nós temos o financiamento, é um problema realmente sério, e que também está pressionando mais os municípios. Nós temos hoje a Emenda Constitucional 29 que preconiza 12% para os Estados, 15 para os municípios e o Governo Federal

o PIB nominal (ininteligível). O Governo Federal acho que tem acompanhado os gastos. Alguns períodos não acompanha, mas depois corrige e tal. Os Estados não estão cumprindo a Emenda Constitucional de gastar os 12%. Alguns Estados até que eu acho tem um papel mais de ainda execução, por exemplo, no norte é interessante, você pega o norte que acho que os Estados têm papel mais de execução ainda, porque ainda não descentralizou de maneira (ininteligível), os Estados estão gastando. Amazonas está gastando, eu acho que o próprio Amapá está gastando, está gastando. Mas pega região nordeste, sudeste, está baixo o investimento. E os municípios estão gastando mais de 15%. E na verdade nem precisa ter a Emenda 29 para os municípios. Porque o Florisval colocou agora há pouco que os municípios não cumprem. Na verdade tem duzentos municípios que não estão concluindo (ininteligível). Até bom abrir um pouco isso aí para saber, eu acho que é dado errado. Acho que os municípios não estão sabendo lançar na planilha do SIOPS que é o sistema que acompanha. Porque é impossível hoje o Prefeito gastar menos de 15%. Porque se gastar menos de 15%, a não ser que esteja num processo ele não quer mais sair... Ele vai sair da política. Porque se ele continua na política (ininteligível) ele não tem jeito. Porque a pressão é quem, é no município, é para o Prefeito, o vereador. E não acho ruim isso não. Acho que isso é uma coisa positiva que aconteceu na Constituição. Só que os municípios precisam ter mais apoio financeiro.

Eu acho que precisa ter mais, acho que... Mais recursos do Governo Federal e os Estados cumprirem pelo menos os 12% que isso vai ajudar muito. E isso acho que é uma coisa fundamental. Então acho que o financiamento é importante, houve uma estabilidade do financiamento do nível federal e estadual, mas quem colocou dinheiro novo nesses 20 anos foram os municípios. Os municípios que ontem parece que vai gastar muito pouco, hoje em termos nacionais gasta 25%, o federal gasta 50, o Estado gasta 25 e o Estado 25. Tem regiões do País, eu acho o Governo Federal deve gastar mais que 50%. É evidente. E em São Paulo, por exemplo, até a do Florisval, hoje gasta em São Paulo 1/3, 1/3, 1/3. O município gasta 1/3, o federal gasta um pouco mais e o estadual um pouco menos que 1/3 os gastos em saúde no Estado de São Paulo e deve reproduzir isso em alguns Estados também da região sudeste. Então os municípios realmente foi quem colocou recurso novo nesses 20 anos. Então isso é um problema fundamental que nós temos é o financiamento, e outro problema que está sendo colocado muito pela mídia também, pelos críticos até do SUS, é a gestão. Nós reconhecemos que tem

problema na gestão, não é fácil você descentralizar, passar para 5.400 municípios em período curtíssimo de tempo, e achar que tudo está bem. Até nós precisamos apoio técnico hoje dos Estados e municípios pra gente qualificar mais o nosso... Controlar pessoal, apesar do pessoal falta o pessoal ainda, qualificar o pessoal que está trabalhando. Porque foi uma incorporação muito rápida de pessoal. Nós temos projetos importantíssimos no Saúde da Família, por exemplo, qualificar o agente comunitário de saúde. Então nós precisamos realmente qualificar. Então reconhecemos que tem problema, mas é problema da grande solução que foi a descentralização que é uma coisa importante. Agora acompanhar isso com capacitação muito mais. Precisamos melhorar o nosso sistema de gestão, também estamos muito preocupados com isso, estamos esperando apoio também dos demais níveis para fazer isso e também estamos com uma assessoria nesse sentido. E então esse é o problema que nós precisamos realmente estar trabalhando bastante. A incorporação de tecnologia não é fácil, nós precisamos saber trabalhar com tecnologia tamanho que é a judicialização que é uma consequência disso. A gente trata isso, a gente incorpora tecnologia, mas com controle porque senão realmente acaba de explodir nos nossos temas. É importante tecnologia, mas precisamos ter cuidado incorporar isso está inclusive pressionando também, está sobrando para os três, para as três esferas de Governo. E mais nesse sentido, eu acho que nós temos hoje uma proposta importante para isso, que é o pacto pela saúde, que é uma coisa que foi... Com dois anos que está nesse processo, nessa estratégia de descentralização, eu acho até o final dessa estratégia que nós estamos agora que é um... Há um pacto entre as três esferas de Governo, federal, estadual e municipal, numa linha de que é o pacto pela vida, foram elencados alguns problemas fundamentais do País que hoje são importantes, mortalidade materna na área de endemias, que a gente tem que ter um tratamento especial para isso nas três esferas, nós temos o pacto de defesa do SUS que é para você trazer para sociedade a importância do SUS, quer dizer, o cidadão não conhece bem o SUS, até tem pesquisa mostrando que quem usa o SUS avalia melhor do que é quem não usa. Quem não usa tem uma avaliação pior do que o SUS.

Então nós precisamos trazer um pouco isso à discussão e acho que essa Audiência Pública faz parte dessa proposta da defesa do SUS, e temos o pacto pela gestão, que é nessa linha que eu coloquei de melhorar a gestão do SUS. Nós temos muito problema, avançamos muito a atenção básica que é uma coisa muito no município, mas estamos com mais dificul-

dade na regionalização. A regionalização envolve os municípios e os Estados. Como é que você faz a regionalização sem perder o papel do município? Como é que você articula isso o conjunto de municípios com o Estado? Esse é um desafio que nós temos forte. (soa a campainha)

Então, terminando, Senador, eu acho que é um desafio forte. Então o pacto pela saúde eu acho que é uma coisa que nós precisamos trabalhar mais. Já estamos já com segundo ano do pacto, avançamos, vários Estados já estão aderindo, alguns municípios, mas nós precisamos trabalhar muito forte o pacto. Porque acho que o (ininteligível) é a grande saída para estar melhorando a gestão do SUS como está preconizado. Ela tem metas, há uma contratualização do Governo Federal, com os Estados, com os municípios, é uma contratualização de duas mãos. Nós vamos ter, assumir compromissos com os Estados e com o federal, mas também vamos ter compromisso do Governo Federal com os Estados. Quer dizer, pra gente diminuir mortalidade infantil no município, ele vai ter que ter apoio do Estado e do federal. E vai colocar isso num termo de compromisso. Então é um pacto interessante porque ele tem compromisso das três esferas nesse processo. Tem metas para a gente estar avançando nesse sentido que é preconizado hoje por propostas mais modernas, educação a gente está usando isso, nós temos proposta, ter metas de reduzir mortalidade, várias áreas que são fundamentais. E terminar o seguinte, acho que um dos assuntos fundamentais aqui é a tabela. A tabela ela teve peso maior já no sistema de saúde. Na época da Previdência era fundamental. Hoje a tabela está perdendo um pouco do espaço que ela tinha. Nós estamos com propostas mais modernas, que são as contratualizações. Já foram feitas contratualizações nos hospitais universitários, estamos fazendo agora em processo dos hospitais filantrópicos que teve um começo mais difícil, mas agora está avançando e inclusive era para estar aqui hoje o Dr. Brito, que era da federação, também dar um testemunho que a coisa está avançando a área das filantrópicas e perde muito o papel da tabela, fica mais uma contratualização que acho uma proposta mais avançada, mas ainda para tabela é importante ainda porque hoje é uma maneira de você financiar ainda. Perdendo. E ela é muito forte hoje para o setor privado, lucrativo, que ainda é através de contrato, ainda pesa, mas está perdendo seu espaço. Mas a curto prazo ainda é importante para nós, há uma proposta agora do Ministério de estar revendo a tabela, (ininteligível) Vai estar colocando isso aqui, até queremos ouvir também porque vamos estar participando de uma maneira desse processo, tem custo até previsto para isso, então é importante. Mas ela não

tem... Eu até sempre digo que eu estou muito tempo no sistema de saúde e espero ficar pouco mais ainda no sistema de saúde e espero ter um dia que não vai ter tabela mais, e que a tabela na verdade vai ser só para formação. Mas não mais para pagamento. Então a tabela é um processo que está...

E para terminar mesmo, eu gostaria de fazer um apelo aqui para o Senado que nós estamos... Espero que agora nesse semestre se aprove a regulamentação da Emenda 29 que está quatro anos lá na Câmara. Parece que agora o compromisso de todos, do Governo, da própria Câmara é de aprovar a Emenda 29, a regulamentação agora. E ela virá para esta Casa. E aqui não pode ficar mais... Não pode ficar muito tempo. Esperamos que aqui ela tenha um tratamento mais rápido. Porque a Emenda 29 para nós hoje é fundamental. Ela define o que são os gastos de saúde, ela de alguma maneira vai pressionar mais os Estados a gastar os 12%, nós esperamos que o Governo Federal além do PIB nominal tenha um pouco mais de... Aumente seus gastos na saúde. Então isso é fundamental, a gente sabe que a Emenda 29 não vai ser suficiente, o recurso ainda é insuficiente, mas dá um avanço, dá uma estabilidade, até mesmo poder discutir mais, aprofundar mais a discussão da gestão.

Então, eu acho que isso talvez seja o primeiro ato já de estar discutindo a regulamentação da Emenda 29 que eu espero que venha para cá nesse semestre ainda. E isso para nós é um ponto fundamental para o avanço do Sistema Único de Saúde nesse País e que atinge hoje não 100%, mas com certeza a população que precisa mais do SUS. A nossa idéia é atingir 100%, mas pelo menos na linha da equidade nós temos muito compromisso com a população que precisa mais do sistema de saúde público. Não só todos os Estados, e claro que alguns Estados que tem mais dependência do Sistema Único de Saúde. Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador, as perguntas ficaram para o final, é assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – É. As perguntas serão feitas após a exposição dos palestrantes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Certo. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – ...para nós começarmos o debate. Eu quero apenas responder o Dr. José Servilha Duarte, o seguinte. Essa questão da Emenda 29, essa proteção que se faz na Câmara, eu digo ao senhor pela experiência que tenho, não é única e exclusivamente iniciativa dos Deputados, não. É interesse do Governo mesmo ficar protelando. Mas tenho certeza absoluta porque eu estou em defesa da nossa Casa aqui.

Tenho certeza absoluta que logo que chegar aqui no Senado nós não vamos protelar de forma nenhuma. Nós temos, inclusive o Senador Tião Viana, Senador Augusto Botelho, Senadora Rosalba, Senador João Durval, eu, o Mozarildo, Mão Santa, nós todos temos o máximo de interesse em resolvermos a questão aqui. Então hoje nós ficamos, nós estamos até a Emenda não vai ser de forma alguma prejudicar o seu andamento, mas exatamente no momento em que o Governo quer a manutenção da CPMF, é que começou essa agitação da 29.

Então, tem que chegar aqui na Casa para que a Casa comece a abrir as portas para a possibilidade. Porque de repente pode ser uma outra proposta semelhante há quatro anos atrás quando o Governo queria a aprovação da CPMF e prometia fazer seus equilíbrios financeiros e quatro anos após não precisar mais de CPMF. Então se é mais uma forma do Governo tentar nos ludibriar, aí vai ser difícil. Porque aqui no Senado é diferente. Nós vamos julgar com isenção isso. Mas de forma alguma como fez vez passada nós cairemos na história do... não, se não se preocupe com a CPMF, porque nós ao regulamentar a Emenda 29 e vamos repassar mais dinheiro da União e tal. Mas nós não aceitaremos isso. Se é troca-troca ninguém aceita.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Presidente, só para complementar. Inclusive, foi motivo de nossos pronunciamentos a semana passada, fiz um pronunciamento, o senhor acompanhou, todos nós, com relação à Emenda 29. Nós tínhamos todo interesse e pedindo agilização à Presidência da Casa. Porque muita coisa precisa ser regulamentada, muitos projetos não saem da gaveta da Mesa. Isso precisa agilizar. É que nós estamos pedindo. Sei que está na Câmara, como Papaléo falou depende também do interesse maior do Governo Federal e dos governos estaduais que não tem interesse nenhum. Então existe aí essa... tem que ter essa vontade do Governo Federal de dizer: bem, tem que acontecer porque afinal de contas o federal é que tem poder maior sobre todos os entes da federação. Precisa, precisa. Vamos fazer. Eu tenho certeza não é má vontade nossa, muito pelo contrário, nós estamos interessados correndo atrás, cobrando porque é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Eu concedo a palavra ao Dr. José Carvalho de Noronha, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

SR. JOSÉ CARVALHO DE NORONHA: Muito bom dia, Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão Permanente da Promoção e Acompanhamento em Defesa da Saúde, Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão, Senadora Rosalba Ciarlini,

Senador João Durval, demais... Florisval Meirão, meu amigo Enio, senhoras e senhores aqui presentes, os técnicos, Borges, Luiz Fernando Gurgel. É muito... Pra mim é uma grande honra poder vir ao Senado Federal debater este tema do financiamento porque nós estamos num momento absolutamente essencial de um conjunto de definições sobre a viabilidade do Sistema Único de Saúde, sobre viabilidade do conjunto de ações e serviços de saúde que são prestados à nossa população brasileira. Talvez valesse a pena um pequeno... recordar, salientar que o SUS é um sistema de saúde relativamente jovem, Florisval. É um sistema que vai fazer 20 anos ano que vem. E aqueles que viveram, eu não sou tão velho assim, mas já estou bem adiantado no tempo, vivi esse tempo em que o Brasil era dividido não entre os que tem plano de saúde e os que não tem plano de saúde, porque esses que não tem também são cobertos de muitas maneiras, eu voltarei a esse tema, mas era dividido entre populações de indigentes e que não tinham cobertura nenhuma, viviam das migalhas das santas casas e quem sabe em meados dos anos 80 as santas casas estavam numa situação muito pior do que estão hoje. Estavam fechando. Hoje a situação é crítica. Naquela época estavam fechando e eram os únicos recursos que essa população indigente tinha além de alguns serviços de Prefeituras municipais, sobretudo daquelas mais potentes que podiam, como Rio de Janeiro, São Paulo, obter alguma ou assistência ou serviços estaduais que foram com muita dificuldade organizados no Estado de São Paulo, Estado da Bahia, Estado de Pernambuco, que... Mas não havia nenhum socorro naquela altura para essa população indigente.

Por outro lado nós tínhamos também a população do campo que era atendida, uma parte dela começou a ser atendida nos finais dos anos 70 pelo FUNRURAL, mas o FUNRURAL não dava tempo, o FUNRURAL acabava o dinheiro no dia 10. Dia 10 não tinha mais dinheiro no FUNRURAL para atender. Então essa extensão essa de cobertura que a Constituição de 88 fez à população rural e à população chamada indigente extinguindo a população de indigente foi um avanço gigantesco. Essa frase que o Ministro citou ontem das conquistas da Constituição de 88 foram ditas numa reunião com os Governadores do nordeste que o Ministro fez recentemente para examinar um pouco a crise, as dificuldades que estavam sendo enfrentadas com mais intensidade nos Estados do nordeste. E essa observação foi feita pelo Governador, o Governador de Pernambuco, Governador Eduardo Campos chamando atenção dessas duas grandes conquistas materializadas a partir da Constituição de 88. Evidentemente o Brasil é um País heterogêneo. O SUS não

poderia deixar de sê-lo. Nós convivemos com focos de grande riqueza e prosperidade em todos os Estados da federação, alguns Estados são muito mais prósperos, até a prosperidade é mais próximo no país e convivemos com situações de extrema pobreza e miséria em muitos Estados do País.

Então, da mesma maneira que há heterogeneidade na distribuição de renda e no acesso a bens e serviços essa heterogeneidade também se expressa na saúde. O sistema de saúde brasileiro o Sistema Único de Saúde brasileiro ele é um sistema que dá 11 milhões e 300 mil pessoas são internadas a cada ano. Nós realizamos anualmente, pagamos anualmente 2 bilhões e 400 milhões de procedimentos entre consultas, exames. Isso é um sistema gigantesco. Esse é um sistema gigantesco que faz ao mesmo tempo que dá essa cobertura, ao mesmo tempo que tem um programa de imunização absolutamente exitoso, universal, a gente não pode esquecer que erradicamos a poliomielite, nós podemos esquecer que nós erradicamos praticamente o sarampo, nós extinguimos a doença de Chagas é absolutamente residual no País, a mortalidade infantil decresce, decresce sistematicamente e ultimamente mais aceleradamente. Nós não podemos desconhecer que nesses 20 anos crescemos em muitas coisas, avançamos em muitos exemplos. Nós somos o segundo País, embora tenhamos uma fila de transplante imensa, talvez os Srs. Senadores e Sr^a. Senadora não sabe que nós somos o segundo País que mais transplanta no mundo. Estamos abaixo dos Estados Unidos e somos o primeiro transplantador público, financiados com recursos públicos, senhor representante da AMB. Então essa heterogeneidade do Brasil. Nós temos um programa de Aids modelar, exemplo para todo mundo. Ao mesmo tempo que temos isso, nós temos 90 mil brasileiros que não tem acesso à radioterapia do câncer. Nós temos 4,5 milhões de diabéticos que não tem capacidade de atender o SUS. Nós temos 47% das nossas mulheres não fazem 7 consultas pré-natal por ano. A população faz pré-natal. Já são muito poucas as mulheres que não fazer pré-natal, mas 7 consultas que é a nossa meta no momento nós temos 47% das mulheres brasileiras. E isso extremamente desigual. No nordeste essas diferenças são mais acentuadas. Nós já temos várias cidades brasileiras com mortalidade infantil abaixo de dois dígitos. Florianópolis, por exemplo, já está com oito. No Rio Grande do Sul nós temos vários municípios que estão com taxas européias de sete, seis mortos por mil nascidos vivos. E ao mesmo tempo tem municípios no Estado das Alagoas que tem mortalidade infantil ainda superior a 40 por mil nascido vivos. Este contraste do Brasil é o contraste que o SUS expressa. E esse sistema universal como salientou o

nosso representante da AMB que busca equidade, que busca universalidade procura garantir a todo cidadão brasileiro que nós temos que buscar a maneira concreta de financiá-lo. E não há outra maneira. Não há outra maneira de financiá-lo se não com o (ininteligível) do conjunto da sociedade. Não há possibilidade. Nenhum País do mundo, nem Estados Unidos que é o paraíso dos planos de saúde, financia sequer assistência a todos, há 35 a 40 milhões de pessoas sem seguro nos Estados Unidos, e a população acima de 65 anos tem o sistema como o nosso. O MEDCAR e o MEDCAVE(F) são programas mantidos pela União pela tributação geral, repartição geral. Porque senão o sistema de saúde era inviável. A maior parte do serviço de alta complexidade, se nós fizemos um recorte de renda, eles são utilizados prioritariamente, é preciso prestar atenção, são utilizados prioritariamente por aquelas pessoas que têm maior renda e maior capacidade de vocalização na sociedade. O Ministro Jatene, pessoa que eu tenho grande admiração e estima, e tive a oportunidade de trabalhar com ele, em dois momentos em que ele foi Ministro da Saúde, o Ministro Jatene dizia que o problema do pobre é menos de ser pobre e só ter amigo pobre. Quer dizer, a capacidade vocalização dos interesses dos procedimentos de alta complexidade que o representante da AMB vê, eles vêm buscar se a gente fizer uma estratificação social, a proporção de classe A e B nesses segmentos é muito maior do que nos segmentos pré-natal onde você vai ter mais C, D e E. Esse sistema de desigualdade é o sistema que nós temos que romper essa desigualdade. E para isso, é preciso que nós busquemos condições de financiamento. Vamos fazer um breve histórico sobre a situação de financiamento.

Quando o representante da AMB lembra aqui, nós chegamos no final, no começo dos anos 80, o INAMPS se apropriava de 16%... O INAMPS se apropriava no começo dos anos 80, 81, se apropriava de 16% da receita da Previdência Social. Na nova República, depois da Constituição de 88, o INAMPS começou, passou a se apropriar de 30% da receita da Previdência Social.

Então, houve de fato um aumento, saímos de uma situação de crise, solvência das santas casas e conseguimos então ampliar essa cobertura. Só que esse problema se voltou a se agravar com a crise fiscal dos anos 90. E todos haverão de se recordar no final do Governo Itamar Franco, quando o Ministro da Previdência Social, Antônio Brito, suprimiu todas as transferências da Previdência Social para o financiamento da saúde. E o Ministro Jatene assim no começo do Governo Cardoso foi buscar fontes adicionais de financiamento para suprir esse súbito golpe que havia

sido imposto ao sistema de saúde. E a partir daí nós temos tido muitas dificuldades de sustentação do sistema. Foi criada a CPMF, uma luta que levou inclusive ao afastamento do Ministro Jatene porque ele queria que esse imposto, essa contribuição fosse destinada integralmente à saúde. Houve um problema sério naquela altura e a saúde começou a partir dos anos 90, sobretudo a partir de 93, 94 a sofrer um processo de subfinanciamento crescente. Ao mesmo tempo que descentralizava para municípios e Estados um conjunto de ações. O que fez com que a participação da União que no final dos anos 80, no financiamento das ações de saúde fosse da ordem de 70% dos recursos federais, recurso da União, nos anos 80, e atualmente nós respondemos por 45% do total do financiamento das ações de saúde porque o crescimento houve o crescimento substantivo da participação de Estados e municípios e como o representante do CONASEMS falou aqui também com aporte maior dos municípios.

Na época do Ministro José Serra, no final do Governo Cardoso, o Ministro José Serra entendeu que havia aqui em curso no Congresso um projeto de regulamentação da Emenda... Não era o projeto regulamentação porque na Constituição de 88 as disposições transitórias fixavam que 25% das receitas das contribuições sociais seriam destinadas ao financiamento das ações de serviços de saúde. Então havia um Projeto de Lei de autoria do Deputado Eduardo Jorge e depois emendado pelo Deputado Waldir Pires que fixava uma proporção de 25% da receita de contribuições para financiamento das ações de serviços de saúde. Esse projeto estava com extrema inviabilidade durante aquele período, o Ministro então Senador e Ministro José Serra optou pela negociação com as autoridades econômicas da época por buscar a estabilização para que não houvesse mais comprometimento desses fundos. E daí surgiu a Emenda Constitucional 29 obrigando que a contribuição federal fosse fixada anualmente em função da variação nominal do PIB, do Produto Interno Bruto. Então essa é o esforço do Ministro José Serra foi de estabilizar a base de financiamento e garantir o mínimo de crescimento. Mas notem os Srs. Senadores e Sr^a. Senadora que nós já estávamos subfinanciados. Expandimos a oferta, fomos capaz de expandir a oferta, mas o financiamento global das ações era menor.

Então, quando foi promulgada a Emenda Constitucional 29 ela deu um tempo para que ela fosse regulamentada. Quais eram os problemas e quais são os problemas que temos hoje? Um, era a conceituação do que são ações em serviços de saúde. É a não incorporação de coisas de políticas governamentais que tem impacto. Não resta dúvida. Ninguém mais, eu sou

médico sanitarista, sei muito bem que a saúde, aliás, é principalmente determinada pelas condições de desenvolvimento econômico, crescimento, distribuição da riqueza. Isso que faz a saúde de um povo. Nós sabemos disso. Agora, para que esse sistema de atenção à saúde seja financiado, é preciso que essas ações obtenham receitas de outras fontes, das fontes fiscais tradicionais. Inclusive a contribuição, a Constituição de 88 estabeleceu isso, estabeleceu a idéia da seguridade social com saúde e assistência e Previdência Social que aliás ainda não foi revogada continua em vigor até hoje financiada pelas contribuições sociais a qual foi agregada a CPMF.

Portanto, ações de saneamento, ações de habitação, suplementação, programas de transferência de renda, auxílios alimentação que são importantes para a Constituição a conformação na população sadia, tem que fazer parte de políticas governamentais. Mas, na concepção do Conselho Nacional de Saúde e no conteúdo do projeto que está em curso um no Senado e outro na Câmara de regulamentação da Emenda Constitucional 29 não devem ser incorporados ao Conselho de ações e serviços de saúde. Que deve se dirigir a saneamento de pequenas cidades, sim, a promoção da saúde, sim. Atividades que evitem que as pessoas fiquem doentes, a medidas preventivas, vacinas, sim. Um conjunto de ações preventivas que se dão já no processo de assistência, sim. Assistência ambulatorial, sim. Assistência hospitalar, sim. Assistência de reabilitação, sim. Então esse conjunto de ação muito bem definido, o Conselho já discutiu isso, é uma parte. A outra parte é de onde qual será o aporte de recursos. A nossa convicção, pela análise que fizemos pelas simulações que fizemos, o Ministro Temporão e a sua equipe é se nós tomarmos a variação da ampliação da receita, da receita de contribuições ou da receita bruta da União nos últimos anos e compararmos com a participação das ações de saúde, elas se reduziu. Ela se reduziu. A variação nominal do PIB ela foi cumprida. Isso foi cumprido. Mas, não foi suficiente para repor o conjunto, a defasagem que sofremos nesse longo período de noventa e poucos até o ano... Até o ano que estamos vivendo.

Então, nós estamos trabalhando nessa questão. Nas simulações que fizemos, como diz o Enio, os Estados, alguns Estados cumprem rigorosamente o conceito de ações serviços de saúde estabelecido pelo Conselho Nacional de Saúde. Alguns Estados não cumprem. Esses Estados que não cumprem, aportariam a massa geral de recursos para financiamento do sistema cerca de 5,7 bilhões de reais por ano. É uma injeção importante de recursos. É uma injeção importante de recursos. Agora nós estamos acreditando que é preciso

incorporar uma massa maior de recursos. O Ministro Temporão já discutiu com o Presidente da República, já discutiu com a Ministra Dilma, o Ministro Mantega, Ministro Paulo Bernardo no sentido de desenvolver um plano de desenvolvimento para a saúde, um plano que não tem nome ainda está inominado, ele deve se reunir com a Ministra Dilma na semana que vem, onde ele vai fazer um plano de aplicação concreta de recursos adicionais que creio importante que sejam incorporados ao financiamento das ações de saúde por parte da União. Porque a parte da União. Estados e municípios ao longo dos últimos anos volto a insistir apesar de alguns Estados ainda não cumprirem a Emenda, esse conceito da (ininteligível) serviços de saúde é a União foi quem cresceu menos. Então é importante, nós temos uma possibilidade de crescimento e estamos querendo ver se conseguimos conquistar espaço para esse crescimento. O que é que... Para que é que serve esse financiamento adicional? Para repor valores defasados na retribuição dos serviços ambulatoriais e hospitalares. Nós estamos pagando 7,52 a consulta. Não é 2,50 Presidente, Senador Papaléo. É 7,55 centavos a consulta. É um valor irrisório. Só que são 300 milhões de consultas. Se aumentar um real a consulta, se aumentar um real a consulta passar de 7,55 para 8,55 a consulta médica, eu preciso de 300 bilhões de reais adicionais. Se aumentar 2 reais, eu preciso 600 milhões de reais adicionais. Se aumentar 3 reais, eu preciso 900 milhões, quase um bilhão de reais a mais no orçamento da saúde.

Então, não podemos nos iludir. Temos problema de gestão, o Ministro Temporão tem colocado essa questão, temos. Mas para que eu passe e estamos prevendo isso a consulta de 7,55 para 10 reais, se fizermos isso daria um salário entre 1.800 a 2.400 por mês para um médico em 20 horas. É justo? Não. Mas é mais do que estamos pagando em um conjunto de situações, mas enfim é a possibilidade que teríamos... Estou fazendo 12 consultas a 16 consultas por turno. 1.800 a 2.400. Esses desafios, por exemplo, nós estamos pensando já as primeiras estimativas de revisão de alguns procedimentos que estão fortemente em defasagem, a tabela não é mexida desde 2001. Houve algumas mexidas absolutamente pontuais. Então o Ministro sabendo da gravidade da crise conseguiu negociar agora um aporte adicional mensal de 300 milhões de reais para cobertura dessas graves defasagens. Isso possibilitará um reajuste em torno de 13% no conjunto de procedimentos, um equilíbrio regional no chamado tetos dos Estados, tetos estaduais de livre aplicação que são os valores que fixam a capacidade de dispêndio dos Estados, foi processo que nós já começamos, e nos dará algum fôlego para caminharmos

na regulamentação de Emenda Constitucional 29, não apenas na definição dos conselhos de ações de serviços de saúde, mas também na fixação da apropriação de receita para financiar essas ações de saúde, serviços de saúde. Nós temos na Câmara dos Deputados o projeto do Deputado Roberto Gouveia que já está, passou tramitou por todas as comissões, já está para votação no Plenário, e temos Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, o projeto do Senador Tião Viana que já passou na Comissão de Constituição e Justiça aqui no Senado, e está agora na Comissão de Assuntos Econômicos. Está agora na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, temos a oportunidade de fazer convergir e aí eu devo confessar porque encontrei conversando outro dia, ontem teve uma Audiência Pública do Ministro da Saúde na Câmara, aí disseram assim, o Senado vai chegar antes da gente. (risos) Então, eu espero que essa emulação nos ajude realmente a aprovar tanto o Conselho de ações do serviço de saúde, quanto a possibilidade de termos fontes adicionais de recursos.

Bem, eu paro por aqui, poderia falar mais, mas preferiria que nós debatêssemos e abríamos um tempo para conversa para Srs. Senadores a Sr^a. Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Agradeço ao Dr. José Carvalho de Noronha, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. E agora vamos passar às perguntas da Sr^a. Senadora e dos Srs. Senadores.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de inicialmente agradecer ao Dr. José Carvalho, Dr. Florisval Meinão, ao Dr. José Enio Sevilha, acho que é muito importante que a gente possa ouvir e trocar idéias e tirar dúvidas. Eu vi aqui que todos foram unânimes numa questão. Que o SUS é bom. Isso aí eu acho que todos nós temos essa consciência. Eu sou médica, talvez os senhores não saibam, trabalhei 12 anos, tenho 30 anos de formada, mas 12 anos especificamente indo a comunidades rurais num ônibus do FURURAL. Pediatra. Mas tendo que fazer intereologia(F). Conheci de perto essa realidade. Depois tive oportunidade de ser Prefeita três vezes na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte. Mas tive muita participação na política médica. Inclusive o SUS participei da associação médica, do Conselho Médico, em todas as oportunidades eu fazia parte do grupo a nível de Estado e discutia a importância, essa nova formulação, a filosofia, o quanto isso seria... A revolução para a saúde. Essa sempre foi a nossa, a minha visão, que o SUS seria uma revolução para dar exatamente oportunidade da saúde para todos, democratizar mesmo, acabar com a figura do indigente, chegar aos recantos mais difíceis.

Então quanto a dizer que o SUS tem uma filosofia, tem toda uma programação de implantação, de crescimento, de avanço, isso aqui acho que estamos todos concordando. Agora, o que acontece é o seguinte, é a questão realmente do financiamento. Chegamos aqui a essa questão. É o financiamento SUS. Eu gostaria de saber inicialmente do Dr. José Carvalho de Noronha se ele tem esse dado do percentual que a União, não é das contribuições da CPMF, nem... Mas que a União, o percentual do orçamento de toda a arrecadação que é investido em saúde. Se bem que aí tem um detalhe. A gente não sabe se esse, se o percentual que a União apresenta é saúde com ações que de uma certa forma tem interferência, tem, vamos dizer assim, como a questão de moradia, de nutrição ou a questão da Bolsa Família que entra na nutrição ou se é só ações de tratamento, de prevenção. Então eu queria saber esse percentual que é... Porque os municípios nós temos noção e foi muito bom ouvir do Dr. José Enio porque é uma coisa que eu venho defendendo. Os municípios é que estão fazendo aplicação. Os 15% ou mais. Porque lá na base, no município, que a dor a gente sente. Você não vai deixar um irmão seu passando, podendo resolver tira de um recanto, tira de outro e investe. Os Estados estão empurrando para os municípios. Essa é a verdade. A gente... a ação do Estado, procura o município. Está municipalizada.

Então, aqui fica uma sugestão. Analise bem, passar os recursos diretamente do fundo federal para o fundo municipal. Porque não se justifica que o Estado ainda tenha que fazer algumas ações quando é tudo municipalizado. Nas capitais, nas cidades de maiores portes já são plenas. Então, que chegue direto. Porque a dependência do município para algumas questões, dá um transtorno imenso quando nós precisamos fazer ações que está na independência de recursos que vêm para a saúde via Governo Estadual, nós passamos às vezes por situações às vezes muito difícil. Passam os municípios. Então fica aqui essa... como se estudar, analisar... outra coisa que eu gostaria de saber. É verdade que a mortalidade infantil caiu bastante. Isso aí eu venho acompanhando. Só que o que me preocupa é que a mortalidade materna que é de recém nascido, essa vem crescendo. Principalmente não sei se é a realidade nacional. Mas é no nosso Estado. Então nós temos que ver esse lado de assistência nessa área. Porque com o Programa Saúde da Família, é natural que tenha crescido o acompanhamento através de pré-natal. Mas é aí que eu acho que exatamente está faltando a resolutividade dos partos de alto risco, as UTIs neonatal que não estão acontecendo. Não existe. Então essa é uma questão que nos preocupa e é bom a gente verificar se realmente esse fato que es-

tou sendo informada, estão me passando dados, se é uma questão só localizada ou se tem uma repercussão maior principalmente nas nossas regiões.

Outra questão também, eu acho que o controle e a fiscalização de recursos, hoje, o Conselho Municipal atua muito bem. Eu sou defensora do Conselho, acho que é um sistema maravilhoso, conselho municipal, estadual, federal, isso leva a comunidade a participar, a se inteirar, a também estar fiscalizando. Mas, o que eu... A questão do SUS embora os financiamentos o senhor Dr. José Carvalho tinha colocado que houve um crescimento, mas também tem que se avaliar que nesses anos houve um crescimento populacional. A longevidade cresceu. E tudo isso não acompanhou. Então o que é que nós temos? Se criou a CPMF a ser implantada na saúde. Recursos para a saúde. E nos parece, pode ser que eu esteja enganada, que a partir daí outros recursos que eram da saúde deixaram de ser colocados para a saúde. Não cresceu, apenas ficou restrito a uma contribuição que no decorrer do tempo foi se subdividindo em outras ações e hoje não é 100% de saúde muito pelo contrário. Tivemos apenas 40%. Eu quero aqui me colocar à disposição. Essa questão de saúde é uma bandeira da médica, da cidadã, eu quero contribuir, me coloco à disposição para agora. Fico preocupada com essa questão. Acho que nós temos é que o Brasil para resolver só tem gerenciamento, a questão da gestão, ela melhora a partir exatamente dessa fiscalização popular, do interesse que tem os municípios que hoje vem crescendo cada vez mais de fazer uma boa saúde. Agora, o financiamento é que é um nó. Enquanto não tiver prioridade realmente, nós vamos continuar tendo crises e mais crises como essa que aconteceu agora do nordeste, como aconteceu já no Rio, como aconteceu no norte, e assim é uma série de crises que vai, que nos deixa realmente bastante preocupados. E nós queremos é estar aqui para contribuir que a saúde possa melhorar para o cidadão comum, mais simples, aquele que não tem acesso ao plano de saúde. Porque se fosse tão bom, apesar de nós sabermos que avançou, não teríamos hoje esse crescimento tão grande dos planos de saúde. Hoje são as pessoas mais simples que ganhando um pouquinho mais eles colocam prioridade ter um plano de saúde. Então isso fica o questionamento. SUS é bom, está trazendo bons serviços, tem avançado? Tem. Mas não é o suficiente. Está muito aquém ainda da necessidade do nosso povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Senadora. As perguntas, como devem ser respondidas logo?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Só uma questão. Queria só a resposta das perguntas

porque eu estou sendo aqui cobrada insistentemente por outra Comissão. Hoje colocaram várias questões no mesmo que sou titular lá da Comissão de Desenvolvimento Regional e aí estão me cobrando para poder dar quorum.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – O meu também é bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – O Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu realmente concordo com todos que nós temos que investir, sou também fã do SUS. Acho que tem que ser isso. Acho que município é o responsável pela saúde mesmo das pessoas. É na casa do Prefeito que as pessoas vão quando estão doente, na casa do Vereador. Então temos que achar um jeito que esse recurso chegue em maior quantidade e melhor para as Prefeituras. A gestão do SUS realmente os recursos são poucos, nós temos que investir nos conselheiros, nós temos que treinar os conselheiros de saúde. Cabe ao Ministério da Saúde essa responsabilidade. De levar o treinamento até os municípios para que os gestores e os conselheiros saibam qual é a sua função. Concordo com ela que realmente infelizmente nós estamos tendo, inclusive no meu Estado o aumento da mortalidade materna que eu atribuo um pouco a essa Saúde da Família que foi implantada e que muitos dos que estão exercendo o Saúde da Família não estão treinados para isso. Os Prefeitos também não estão sendo em algumas áreas muito corretos com o pagamento dos médicos e com as equipes de saúde. Que o Ministério repassa um valor, e esse valor não está sendo repassado todo para as equipes de saúde. E é uma queixa que nós temos das pessoas que trabalham nas equipes das famílias. Em alguns lugares. Não todos.

Reajuste do SUS que é uma coisa que estamos discutindo aqui. Realmente desde 94 até agora o SUS foi reajustado em 37%. E o IGPM foi 418 nesse período. Fica difícil realmente trabalhar. Como o José Carvalho falou, também sou do tempo do pessoal da carteirinha que eu ficava triste quando a pessoa não podia ser... Ainda mais lá em Roraima, lá não tinha tratamento oncológico. Não tinha nem oftalmologista quando eu cheguei lá. Para poder mandar a pessoa viajar só viajava se tivesse a carteirinha do INAMPS. Era difícil para ter a assistência. Então eu sofri muito naquele tempo. Acho que o SUS melhorou, nós temos as grandes qualidades do SUS são... todo brasileiro tem direito a transplante. Lógico que existe fila em todo mundo. Mas tem direito a ser transplantado. Nós somos o País que faz mais transplante nas pessoas das classes menos favorecidas. O nosso programa de imunização é louvável. Que realmente ele evoluiu

depois do SUS. Melhorou. E assistência HIV. A Aids é uma das respeitadas no mundo todo que é consequência desse trabalho do SUS. A pergunta que eu iria fazer ao Dr. José Carvalho porque o Ministro Temporão falou que vai haver um reajuste da tabela do SUS nesse ano. Então era isso que iria perguntar em que percentual ficaria mais ou menos esse reajuste já que ele é Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. E também outra coisa boa que aconteceu esse ano foi aquele problema desagradável do nordeste foi primeira vez que entrou um dinheirinho extra na saúde. Nunca tinha entrado dinheiro extra na saúde. Esses dois milhões que entraram estão fora daqueles que a gente fica brigando aqui no orçamento para conseguir chegar no percentual ideal. É lógico que esse percentual da Emenda 29 ele é bom. Mas ele não é o necessário como todos nós trabalhamos na saúde sabemos disso. Então temos que lutar para melhorar. Esses dois que entraram extra, são bons.

Quanto à CPMF, realmente o ideal é que ela tivesse toda. Mas toda vai para saúde porque a saúde recebe mais que 36 milhões. Não. O CPMF foi criado para ir uma verba extra para a saúde. Eu entendi que eu trabalhei e lutei para defender também é que seria um dinheiro que entraria diretamente na saúde. Sem passar pelo Tesouro. Infelizmente pior que a gente fala pior que eu acho no CPMF é a DRU na CPMF. A gente perde mais 20% do dinheiro da saúde. Da saúde, da Previdência Social e isso é uma forma que nós temos que discutir nessa DRU agora para ver se esse dinheiro da CPMF a DRU não entra isso. Mais todo mundo vai querer que a DRU saia daqui, saia de lá, desvinculação da receita da União. É uma parte dessa receita constitucional que tem que com a DRU, que é a desvinculação a gente dá direito do Governo fazer o que ele quiser. É claro que o Governo aplica realmente em áreas... Mas o dinheiro que a saúde conquistou e que a educação conquistou tem que ser desses órgãos. Senão o País não muda. A educação realmente o dinheiro que vai de educação para o município não é o ideal, mas já satisfaz os municípios mais. Agora, da saúde todo mundo reclama, todos têm problema. As filas nos ambulatórios continuam. Mas não é mais justo que a pessoa, por exemplo, que a fila de operação de próstata leva oito meses, seis meses... de hérnia. Eu gostaria que o Ministério da Saúde começasse também a fazer de novo aqueles mutirões que fazíamos e que resolveriam e resolviam. Nós tínhamos que ativar esses mutirões. Gostaria de saber do nosso Secretário de Atenção à Saúde se os mutirões vão ser incentivados e reestimulados. Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Eu gostaria só de complementar com duas ques-

tões que eu gostaria de perguntar ao Dr. Enio Sevilha, como vocês estão pensando o senhor falou em acabar com a tabela SUS. Isso que nós gostaríamos de saber isso porque ficou meio confuso aqui. E o Dr. José Carvalho de Noronha também complementar, os mutirões, cirurgião oftalmológico já está havendo uma demanda reprimida muito grande de cirurgias também, outra questão por que é que lá no nordeste, pelo menos uma maneira geral, eles não entendem cirurgias endoscópicas? As cirurgias endoscópicas não fazem pelo SUS. Se você vai fazer uma vesícula, o sistema convencional é feito. Se for endoscópica não faz. É uma coisa estranha.

Então é isso que eu gostaria quando é endoscópica sabemos como os benefícios bem maiores. Então, era isso que eu queria colocar. Me desculpe. E mais uma vez só para confirmar a questão do financiamento. O estudo que nos foi apresentado pela associação... confederação dos municípios diz que deixou de chegar para saúde entre... por falta da Emenda, da regulamentação da Emenda, tanto do nível federal que os senhores reconhecem foi quem menos repassou proporcionalmente. O estadual e municipal 21 bilhões. Esse foi um estudo que nós fomos informados realmente é preocupante. Precisa que chegue tudo para que a gente possa ter boa saúde.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes para fazer seus questionamentos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente, eu quero mais uma vez cumprimentar e agradecer os expositores que vieram aqui atendendo uma solicitação do Senado Federal para discutirmos o assunto extremamente importante da saúde pública brasileira, que é o SUS. Um sistema que quando era Secretário de Saúde em 1984, 85, o embriãozinho foi as ações integradas e descentralizadas da saúde. Aí depois passou a ser SUDES, e depois passou a ser SUS. Então eu tive a honra de assinar pelo Amapá o primeiro convênio das ações integradas de saúde que foi feito em Belém do Pará. Nós vimos toda essa evolução culminar com o sistema que realmente é um sistema que eu digo assim competente, e que precisa de muita atenção para ser mantido no nível que nós todos desejamos. Que é a elevação do nível de saúde do País. Sabemos que é uma sobrecarga muito grande para o Governo, o Governo que arca com isso, porém o Governo tem que achar alternativas para que esse sistema seja bem sustentado. E quando da gestão do Ministro Jatene, ele foi buscar alternativas compensatórias para a perda que tinha a saúde naquela época. E

fez uma proposta que foi simpática que eu digo devido ao trabalho intensivo que ele fez pelo Congresso Nacional, acabou gerando a CPMF. CPMF que foi, vamos dizer, exposta, a exposição foi feita para os Deputados e Senadores no sentido de que todo esse... Eu chamo até de confisco, esse confisco que é feito na movimentação financeira de qualquer cidadão brasileiro, seja ele pobre, rico, milionário ou não, esse confisco deveria ir diretamente para a saúde e daí então começou a ser gerada a grande polêmica quando o percentual não foi destinado para a saúde.

Então, hoje nós vemos inclusive esses... Eu tenho anotado aqui, que o percentual sobre o CPMF, 0,38%, apenas 0,20%, 42,1% do total é para saúde.

Então, isso aí nos decepciona muito. O povo aceitou esse confisco exatamente por quê? Porque vai diretamente para saúde. Mas o povo não aceita mais este confisco porque desvirtualizou a finalidade dele. Ele não é único e exclusivamente destinado à saúde. E eu como Parlamentar, como cidadão que ouve a opinião pública digo com certeza absoluta se hoje nós fizermos uma pesquisa de opinião pública nós vamos ter um percentual extremamente elevado contra a CPMF. Eu posso até arriscar naqueles que são atingidos por esse confisco, que 95% das pessoas são contra literalmente a esta cobrança de imposto. Por quê? Porque hoje nós não conseguimos justificar para essas pessoas, para nós, que esse imposto é da saúde. Se nós conseguíssemos justificar isso, nós iríamos com certeza absoluta aceitar o imposto.

Então, eu como Parlamentar e como representante do povo sou radicalmente contra CPMF da forma que está sendo hoje. E também nós começamos a ver, já a questão política da movimentação do Governo que corre um risco muito grande do Senado rejeitar a CPMF, e tenham certeza absoluta que a população não vai achar ruim, ela estará apoiando o Senado, visto que desvirtuou-se o sentido da CPMF, eu sou radicalmente contra. Então chega o momento da votação, nós temos que votar até final de setembro, então chega o momento da votação o Governo começa com as investidas que eu chamo de chantagem emocional, começa a mostrar para a população que CPMF vai para saúde, vai para o fundo de combate à pobreza, vai para Previdência Social, tudo é fundamental na área social. Muito bem. É fundamental, sim. Agora, essa questão da Bolsa Família. Bolsa Família, o Governo tem que ter outra fonte de recurso para financiar Bolsa Família. E não o CPMF que é diretamente para as ações de saúde, para os hospitais, para as clínicas, os postos e centros de saúde. Então isso aí não justifica, não. Hoje se diz que: então vá comprar voto com outra fonte de recurso. Não com o dinheiro da saúde. Porque hoje é uma

fonte de voto essa questão de Bolsa Família. Quando uma pessoa pobre, infeliz, miserável recebe 70 reais para comer o mês inteiro. Isso é só figuração, isso é só propaganda se nós formos levar para a realidade, isso até uma humilhação a essas pessoas. É humilhar uma pessoa, deixar na mão do Governo, a gente sente muito nas bases. Quando candidatura a Prefeito. Vai lá o cara. Olha, se não votar no Prefeito do Governador não vai mais ganhar Bolsa Família. Isso é compra de voto. Isso é chantagem que fazem. Candidatura a Governador. Olha, se não votar no governador vai acabar o Bolsa Família, vai acabar o Bolsa Escola, vai acabar não sei o que. É assim que acontece. Se os senhores estão aqui no centro do poder, vocês não vêem isso. Nós vemos lá.

Então, a miserabilidade, o povo miserável, ele se submete sim a dizer não, eu vou votar no fulano porque eu não quero perder meus 70 reais. 70 reais. Ninguém aqui gasta menos de 70 reais pagando um ônibus por mês. Então realmente isso aí é uma maneira da pessoa, do rico humilhar o pobre.

Então, eu na questão de CPMF, eu até poderia mudar ou mudaria minha opinião sobre essa CPMF se nós tivéssemos em vez de 0,38, eliminássemos todas esses penduricalhos aqui e deixássemos 0,20. Único e exclusivamente para a saúde. Que os 32 bilhões hoje que entra de CPMF, 13,511... 13 bilhões vai para saúde. Então que seja arrecadado 13 bilhões e que vá tudo para saúde. Aí eu voto a favor. Já fiz três pronunciamentos contra. E já em Plenário pedi e pedi... eu disse o seguinte assim, vamos lembrando o bom PT, o PT de antigamente, fotografar quem votou a favor da CPMF. Esse vota contra o povo. E vamos botar no outdoor como botavam. Não era assim que expunham os que votavam contra o PT. Então eu quero exatamente... Eu estou falando isso exatamente para que seja bem claro até para o Sr. Ministro da Saúde de que nós aceitamos a CPMF desde que venha direcionada único exclusivamente para a saúde. Tirando negócio de fundo de combate à pobreza do meio, tirando Previdência, tirando o DRU, tirando tudo. Isso é um assunto muito grave. Por quê? Porque nós que vivemos lá na ponta que sabemos que a maioria dos municípios não tem 5%, acho que até muito, dos municípios brasileiros que tem condições de arcar até com esses 15% da Emenda 29, que impõe isso. Não tem. É o Governo Federal que é o grande responsável pela manutenção da saúde nos municípios brasileiros. Estava mostrando ainda há pouco para o Dr. Florisval, as exigências que se quer que se tem para tornar o município adimplente. São 27 exigências. Dos 16 municípios do Amapá, só um está adimplente. Por quê? Porque são municípios pobres, que não tem estrutura

organizacional para fazer cumprimento de todas as suas obrigações. Imaginem o município que vive de 200 mil reais por mês. Como é que vai investir que em saúde? Isso é uma saúde pobre que não se alimenta direito, que não mora direito, que não tem condições sanitárias. Vai investir o quê? 15% de 200. 30 mil reais? Não tem condições. Então o Governo Federal tem que arcar. E para ele arcar com tudo isso ele precisa ter dinheiro. E para ele ter dinheiro, ele vai conseguir se manter a CPMF, mas se for com a proposta de ser tudo destinado para a saúde.

Mas eu quero fazer a pergunta ao Dr. José Carlos. Para o outro lado. Os serviços contratados alegam que a tabela do SUS cobre apenas 60% do custeio dos procedimentos. Em razão disso, a diferença entre o custo e de determinados procedimentos em especial os de média complexidade, e o pagamento feito pelo SUS tem sido apontado como a causa principal da crise financeira pela qual passam as instituições contratadas pelo SUS. Qual a posição da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde em relação ao estado falimentar dessas instituições?

Aí, outra pergunta, quando e como será feita a correção da tabela SUS e com que critérios e princípios o Ministério da Saúde pensa fazer a atualização? Então são essas duas perguntas direcionadas ao senhor. É o Dr. José Carvalho de Noronha, Secretaria de Atenção do Ministério da Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu passo a palavra ao Dr. José de Carvalho e chamo o Presidente para assumir aqui sua posição.

SR. JOSÉ CARVALHO DE NORONHA: Muito obrigado, Senadora Rosalba, pelas indagações, de fato eu começaria pela sua consideração final. A Constituição de 88 mostrou muito claramente na votação do capítulo da seguridade social e da saúde particular dentre os três componentes da seguridade social que esse assunto é um assunto pluripartidário, é um assunto de Estado. Juntaram-se todas as correntes partidárias, todas as tendências políticas, e a Frente Parlamentar da Saúde que existe aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, é exemplo absolutamente evidente porque é uma frente cujos interesses se voltam fundamentalmente para a problemática da saúde e eu fico muito contente com a combatividade da Senadora e a disposição da Senadora de nos ajudar, ajudar a saúde brasileira.

Agora, Senadora, eu também não... Senador Papaléo, Senadora, eu sou um pesquisador. Eu sou professor universitário, pesquisador, mas mantenho os vínculos na baixada Fluminense no Rio de Janeiro, periferia do Rio de Janeiro, então conheço bem desses

problemas. E tenho tido oportunidade, agora que voltei ao Ministério que eu trabalhei, sou contemporâneo da época do Senador Papaléo, eu era Secretário do Ministério Social do INAMPS na época do SUDES. Então provavelmente nos cruzamos em algum momento naquela época. E eu toda vez que eu tenho possibilidade de viajar, recentemente, por exemplo, eu estive no Rio de Janeiro, em Búzios numa comunidade pobre de pescadores, pescador não, de prestadores de serviços em Búzios, tive agora recentemente em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tive em Florianópolis inaugurando policlínicas de periferia ancoradas numa rede de assistência à Saúde da Família. E pude ver como é que o esforço municipal é extremamente importante. Isso me dá uma alegria muito grande quando eu vejo, eu sempre digo que eu prefiro inaugurar uma unidade de Saúde da Família, uma policlínica ou um núcleo de apoio à Saúde da Família do que um serviço de alta complexidade num hospital universitário ou hospital de grande ponta em São Paulo.

Respondendo diretamente a sua pergunta, de fato a senhora tem razão, Senadora tem razão, se nós aplicarmos à União o conceito de despesas e ações em serviço de saúde, a participação do Orçamento Geral da União é de 7% hoje. Dez anos atrás era 9%. Hoje é 7%, mas é preciso lembrar o conjunto de obrigações da União inclusive do total receitas. Quer dizer, eu não estou excluindo fundo de participação de Estados e municípios. Da Receita bruta da União. Só para... Da receita bruta da União então é esse percentual no nível de 7%. Não tenho estudo aqui os dados contados, FPE e FPM quanto é que vai isso. Os repasses diretos dos fundos municipais, Senadora, eu vou dar esses números aqui.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Se não estou enganada, é 3,2%. É menos do que Cuba. Cuba parece que já investe 4,2 do PIB.

SR. JOSÉ CARVALHO DE NORONHA: Esses dados eu também ia lhe passar em seguida. O Brasil está com 3,4%... O gasto público, incluindo a União, Estados e municípios, o gasto público está em 3,4% do PIB. A União responde um pouquinho menos da metade 1,6% do PIB é o gasto... Está claro? 1,6% do PIB. Agora, para senhora ter uma idéia, o gasto total brasileiro em poder de paridade de compra, dólar, poder de paridade de compra é 597 dólares por habitante/ano. Nós estamos um pouco empatados com o México, mais abaixo da Costa Rica, abaixo do Chile que é 707. Muito abaixo da Argentina que é 67, muito abaixo da Espanha. Então isso é importante e muito abaixo, por exemplo, não coloquei os Estados Unidos que Estados Unidos é um desviante. Gastam realmente uma fortuna. Mas qualquer sistema de saúde democrático que

dá cobertura universal, nós estamos entrando, quer dizer, a sociedade brasileira aporta com per capita que é metade desses países. Então isso também tem que ficar claro. Isso o Ministro Temporão tem enfatizado. O movimento em prol da saúde, em defesa do SUS, tem que ser o movimento do conjunto da sociedade. E nós temos sabido, eu como sanitarista. Eu acho que a luta pela saúde, como o Senador Papaléo recordou aqui, ela tem tido capacidade, e a Sr^a. Senadora também, de conseguir apoio, ser pluripartidária. Não é nem... Tem a adesão de vários parlamentares e movimentos políticos de todos os partidos políticos.

Em relação a transferência Estados e municípios, hoje em dia aproximadamente 70% do orçamento geral do Ministério da Saúde ele é transferido a Estados e municípios. Estados e municípios. Agora, seria de maneira desigual. Isso também foi uma construção nos últimos anos, sobretudo a partir da metade dos anos 90 com a aprovação da Lei 8.080 pelo Congresso e a estruturação de um conjunto de ferramentas de gestão e de pactos entre agentes, entes federados que fez com que uma parte desses recursos ele seja debatido na União, a nível da União pela Comissão que tem a participação do Ministério da Saúde, uma representação do secretários estaduais, portanto, dos governos estaduais e a representação de secretários municipais chamadas Comissão intergestores tripartite, União, Estados e municípios, onde são pactuadas essas transferências, e a nível dos Estados, as comissões que têm representação da Secretaria do Estado de saúde e dos municípios foi chamada Comissão Intergestores Bipartite.

Então essa solicitação, os municípios hoje gestão que a gente chamava gestão plena, isso está sendo mudado, um processo de mudança, a transferência é direta ao município. É direto ao município. Os municípios que cuja gestão não é plena, que tem uma cadeia de interações. Isso é desigual de unidade para federação... Por exemplo, Pernambuco é um Estado que tem uma rede estadual muito forte. Então esse equilíbrio tem que ser ajustado em Pernambuco. O Estado do Rio Grande do Sul é um Estado muito centralizado com santas casas, tendo um papel importante. Então, digamos, não é possível estabelecer uma regra geral. Mas esses municípios, seja no Rio Grande do Sul com a presença das santas casas, seja o norte e nordeste os municípios que estão em gestão plena, habilitados em gestão plena a transferência é feita direto da União a esses municípios. E sempre pactuados nessas comissões estaduais, comissões intergestores bipartite sempre com essa instância nacional.

Em relação à mortalidade materna, eu não sei especificamente a situação de cada Estado. O pro-

blema da mortalidade materna tem decrescido. Não no País como um todo. Não na velocidade do método milênio que assumimos. Já houve uma redução, nós estamos com cerca de três mil mortes maternas por ano, e deve ter reduzido, era para ter reduzido 500 ainda não reduziu. É um número ainda muito grave. Em Estados com quantidade pequena, de morte materna, às vezes o indicador uma morte faz diferença, dobra ou cai o indicador, podem ser variações desse tipo que estejam ocorrendo no Estado A ou B.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Pode ser também que agora se faz as notificações anteriormente. Mas tem esse detalhe. Mas a questão da mortalidade infantil eu acho que ela hoje se concentra muito mais no recém nascido e nos primeiros meses. O recém nascido que está muito alta enquanto as outras idades ela decresceu realmente. Com a vacina, com a nutrição, com o aleitamento materno. Mas aí que está a carência dessa assistência pré-natal e parto e emito pós-parto.

SR. JOSÉ CARVALHO DE NORONHA: Agora eu queria também anunciar. Por conta disso o Ministro Temporão já anunciou e agora já está implantado um sistema nós colocamos a morte materna como dentro do sistema de notificação compulsória. Tem que notificar um caso de sarampo... E requer é comandada numa investigação epidemiológica rigorosa sobre o que houve aquela morte materna. Dentro do conjunto de medidas aí que o Ministro Temporão adotou. Isso é uma coisa que eu acho que é importante registrar.

Bem, finalmente em relação à gestão, em relação a gestão, eu só queria concluir, em relação a gestão nós estamos enfrentando dois tipos de problema. O Ministro Temporão, aliás é um projeto que está tramitando aqui, foi mandado um Projeto de Lei Complementar, que regulamenta o inciso XXXVIII... O Projeto de Lei Complementar que regulamenta que autoriza... É que eu sabia de cor. Autoriza a União a criar fundações, as áreas em que poderá a União criar fundações, Direito Privado, fundações públicas de Direito Privado, esse projeto já foi enviado aqui para o Congresso e é uma tentativa de racionalizar o método da administração pública. Acho que a senhora está coberta de razão, que é de administrar, o Senador Botelho também tratou do tema, administrar nos métodos tradicionais de gestão pública nós não vamos a lugar nenhum. E estamos trabalhando também agora, estamos até com a missão do Banco Mundial agora reunida nessa semana tratando o que nós estamos chamamos de gestão de redes que era para treinar gestores de sistema.

Em relação as observações do Senador Augusto Botelho, de fato nós temos um programa de treinamento de conselheiros, já foram capacitados mais de 200 mil

conselheiros desde o início desse Governo ou do primeiro mandato do Presidente Lula, está havendo agora um processo de informatização dos conselhos municipais e estaduais de saúde, sendo desenvolvidos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Lá em Roraima os 15 municípios receberam agora o computador. Devo agradecer isso também ao Ministério da Saúde. Todos nós 15 municípios receberam. Treinamento ainda não chegou bem nos 15, mas o computador chegou.

SR. JOSÉ CARVALHO DE NORONHA: Mas o senhor também, o senhor sabe que chegar as distâncias são muito longas e certamente nós temos aqui a questão da Amazônia, realmente a gente... merece o tratamento particular e nós estamos tratando a Amazônia como... Nós estamos nessa concepção de redes, infelizmente isso é uma outra oportunidade poderemos conversar sobre isso, nós vamos dar, nós temos equipes técnicas debruçados sobre a Região Amazônica, Pará, Tocantins e Amapá, e Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia, examinando a rede, as articulações funcionais que mantém, quais são os pólos assistenciais que existem nessa região e como é que eles podem ser. Em relação aos mutirões, nós preferimos no governo passado, quando o Ministro Saraiva Felipe assumiu o Ministério, isso é uma questão que já estava muito viva. Então o que é que foi feito o Temporão o Ministro ocupava a posição que ocupo, o Ministério adotou a linha de ampliar o leque chamado programas de cirurgias eletivas que mantinha aquelas que já estavam incluídas, que era catarata e próstata, e incluiu hérnia, que também estava incluída e foram incluídos outros procedimentos... varizes entraram, então há uma cesta de trinta e poucos procedimentos. Isso estava congelado, teve início, foi congelado e o Ministro autorizou 15 dias atrás descongelar 15 dias atrás porque todas têm implicações orçamentárias. Porque quando você começa a rodar, tem que saber o dinheiro que tem, então isso foi autorizado em relação...

Senadora, a CPMF o problema da CPMF eu tenho que... A Constituição de 88, com a Emenda, com a introdução da CPMF, ela criou um capítulo, isso também é uma resposta ao Senador Papaléo, das contribuições sociais. Quer dizer, se agregou a receita da seguridade social, além da contribuição sobre a folha. Do COFINS, da contribuição sobre o lucro, o resultado dos prognósticos, concursos, loterias, etc. Se agregou à CPMF. Esse é o pacote de financiamento da seguridade social.

Então, quer dizer, então essa especificidade da fonte, da CPMF para a saúde ela foi, no termo da lei, ela foi incorporada ao financiamento da seguridade social. Portanto, era destinada à Previdência, assis-

tência social e saúde. Quer dizer, então ela é tratada neste contexto. Tanto que o orçamento do Ministério da Saúde, além da CPMF recebe uma receita de COFINS, recebe contribuição social sobre o lucro. Então é esse conjunto. O que tem que tomar um cuidado aí, eu não sou tributarista, mas acho que o Senado tem que tomar muito cuidado porque nós estamos, essa CPMF nós estamos em curso, já está em debate na sociedade e no Ministério da Fazenda, no Governo, o encaminhamento de uma Reforma Tributária, recorrente, mas isso está que é a simplificação tributária, simplificação tributária é o tema recorrente. Mas é preciso tomar conta, por que é que estou falando isso? Porque uma das preocupações que nós temos é porque se nós perdermos esse parentesco com a seguridade social, nós temos que ter cuidado não cairmos na disputa geral. Nós temos uma certa proteção pela Emenda Constitucional 29 por estarmos ainda constitucionalmente inseridos, temos receita de contribuições que se destinam a esse financiamento. Claro que eles são agravados pela DRU. Eles são agravados pela DRU. Mas ter sempre a esperança de degravá-los. (risos) Temos sempre a esperança de degravá-los. (risos) Mas temos a esperança de degravá-los. (risos)

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Esse parto é difícil, é complicadíssimo. É de alto... (risos) Não é que seja de alto risco, não. Ele é só difícil. Ele é relativamente se acontecer vai ser uma alegria geral. Mas infelizmente... Explicam demais.

SR. JOSÉ CARVALHO DE NORONHA: E finalmente... Não, porque tem que tomar um cuidado porque... a gente tem que tomar cuidado porque essa... Se nós... Por exemplo, quando a gente diz assim receita líquida ou se a gente colocar alguma coisa de contribuição da seguridade social, se houver uma simplificação tributária, por um imposto, tipo IVA, essa coisa toda, nós perdemos a idéia de contribuição. Então a gente tem que... Quando os Srs. Senadores forem apreciar, digamos, o financiamento da Emenda Constitucional, pelo amor de Deus, prestem muita atenção de vinculação específica com determinado tributo. Porque vai ser uma...

Então, está... Claro que tecnicamente, Senador, seria bom. Mas eu acho que tem que ficar atento se não for agora, daqui a um ano, dois três anos, eu tenho certeza porque já há um clamor da sociedade muito forte para essa reforma tributária e isso está estudos da área econômica do Governo muito adiantados nessa direção, então tem que tomar cuidado.

Finalmente, em relação ao reajuste da tabela do SUS, nós conseguimos agora, o Ministro Temporão adiantamento, como eu disse 300 milhões de reais por mês, desses 300 milhões, 200 milhões se destinarão

a revisão de valores da tabela. Eles estarão focados basicamente na média complexidade, no reajuste da consulta médica de 7,55 para 10 reais, as diárias de UTI que estão completamente defasadas, vão ter um aumento substantivo, e alguns procedimentos na cirurgia cardiovascular, neurocirurgia e medição nuclear. Hemodiálise eu não sei lhe responder. Posso lhe responder oportunamente. Eu tenho até aqui, mas no adiantado da hora eu posso depois lhe responder especificamente do TRS. Mas eu tenho o dado aqui. Mas está focado para essas ações. Medicina nuclear, cirurgia cardiovasculares, neurocirurgia, alguns procedimentos de média complexidade que foram extraídos da tabela das filantrópicas. Foi um conjunto de elenco de procedimentos que a confederação de misericórdia nos encaminhou e nós trabalhamos em cima dele. O grau de defasagem é muito grande. O grau de defasagem o 7,55 reais a consulta, os planos estão pagando 42, mas nem todo mundo dá plena, as santas casas nos pedem 22, eu tenho um raio-x simples, nós estamos pagando 4,91, um preço ainda pequeno, mas razoável em 27, portanto, uma diferença bastante volumosa, diária da UTI é 213 o valor SUS e o valor real é 720. Nós temos que fazer um esforço de recuperação numa nova modalidade de contratualização para dar capacidade de retribuir esses hospitais de uma maneira progressiva. Esse é um pequeno esforço, como eu disse na média dará um aumento em torno... Os reajustes feitos vão uma média em torno de 20%, e no conjunto dos procedimentos o aumento de 13%. Por que para quem não aumentava nada desde 2001, não é muita coisa, mas já é um primeiro passo que acho que nós estamos dando. Muito obrigado Senador eu agradeço muito a oportunidade desse debate as contribuições para a nossa reflexão.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado. Eu quero agradecer ao Dr. José Carlos... Aliás, desculpe, Carvalho de Noronha, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde pela sua presença aqui pela sua brilhante exposição, esclarecendo muita dúvidas nossas, e V.Ex^a que tem um compromisso nós agradecemos mais uma vez e ficam os dois outros palestrantes para atenderem as perguntas feitas. Muito obrigado. Eu passo a palavra ao Dr. José Enio Servilha Duarte.

SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE: A Senadora fez uma pergunta que eu acho que... A Senadora fez uma pergunta acho que é importante sobre a tabela, porque realmente a gente está tão acostumado com a tabela que quando fala aqui acabar a tabela realmente dá um impacto. Eu sou... o Senador falou

que é da época das (ininteligível), eu sou da época antes das (ininteligível), o CIAN(F). Que foi o primeiro contato da Previdência com a área pública. Acho que eu sou mais antigo ainda. O mais velho aqui, trabalho em CIAN(F). E realmente lembro quando foi introduzida as tabelas, o sistema IH foi um grande avanço. Mas ele paga ainda, induz o pagamento ainda por procedimento que é uma maneira que se algum momento foi um avanço porque a Previdência era grande comprador de serviço e o SUS herdou isso e continua com isso ainda, não conseguiu se livrar dessa maneira de pagamento ainda, mas agora começaram a aparecer novas maneiras que acho que é mais avançada. Porque a maioria dos procedimentos inclusive no passado diminuiu muito com a descentralização, com o controle dos conselhos municipais, estaduais, mas lembro que no passado tinha muito abuso de IH que não era feita, isso aqui era uma coisa... Felizmente essas coisas saíram das nossas manchetes. Foi um avanço do Sistema Único de Saúde isso. O Florisval colocou isso na área dele que eu achei interessante sinalizar isso. E a tabela é um resquício dessa fase. Certo. O que é o ideal hoje, já conversamos com os hospitais universitários, estamos agora com os hospitais filantrópicos fazendo a contratualização, você faz, o que é que o sistema de saúde, municipal principalmente, precisa de atendimentos para aquela população? Quer dizer, quanto precisa de consulta, quanto precisa de cirurgia, que tipo de cirurgia. Você faz um pacote daquilo. E aquilo você faz um contrato com a Santa Casa ou com o hospital universitário contratado para ela prestar aquele serviço. E eu não vou pagar mais pelo número de cirurgia que ela faz. Ela vai pegar por aquele atendimento. Claro, que precisa ser regulado, que é um papel importante que nós estamos, não pode ser porta aberta, quem vai atender vai ser o encaminhamento do sistema regulação, que eu acredito até que Mossoró deve ter ou se não tem vai ter que começar a implantar um sistema de regulação, porque quem tem que indicar não é o prestador que faz, é o sistema de saúde que vai dizer o que precisa. E aí você paga em função de ter uma variação. Ele pode fazer um pouco mais, um pouco menos. Tem que ter um acompanhamento disso, um acompanhamento inclusive com a participação da comunidade, do Conselho inclusive com isso. E você vai pagar até pelos custos dele. Porque ele não pode ter prejuízo. Porque hoje pela tabela todo mundo reclama de ter prejuízo. Então essa é a mudança. Eu até sempre coloco, nós precisamos estar encerrando essa fase de regulamentar a Emenda 29, passar essa fase, para começar a pensar no novo. Maneira novo de financiamento e alocação. Inclusive a própria (ininteligível) misericórdia também está hoje

apoando essa mudança de pagamento. E a tabela na verdade, os registros de procedimentos vai ser em termos de informação. Saber quanto que foi produzido, quanto que é. Então essa é a grande mudança, é uma coisa nova, vai ter que aprender a fazer isso, os gestor está muito assustado, até tem gestor que resistiu a essa maneira. Inclusive estão querendo fazer um misto. Parte é para o CONASEMS(F) e parte ainda para o procedimento. Porque tem medo da Santa Casa começar a não produzir e não tiver condições de tirar o recurso dela. Tanto que o recurso ainda não é suficiente. O próprio gestor ainda está começando. Mas é uma experiência que está começando, começou com o hospital universitário, precisamos avaliar como é que está o hospital universitário nesses três anos que começamos o hospital universitário, como é que foi. Eu acho até que tem que tem problemas o hospital universitário até que se acomodou porque o recurso entra mensalmente independentemente de representar a fatura, a tal da fatura que acabaria nesse sistema que então é uma coisa interessante que...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Agora tem uma informação dos 43 hospitais universitários eles estão com déficit de cerca de quase 500 milhões. O sistema está implantado e a gente...

SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE: Porque na verdade foi insuficiente o financiamento. Não a maneira que foi. Nós estamos gestores preocupados porque nos achamos que o hospital universitário também recuaram um pouco nesse processo. E eles estão reclamando porque isso que é passado automaticamente para eles é insuficiente ainda. Então temos que chegar o quanto que é mais para eles necessário para eles, e também o compromisso deles de prestar o serviço. Porque é o risco dessa contratualização é essa. É o prestador ficar mais acomodado com isso. Se não tiver um acompanhamento muito de perto e eu tive uma experiência dessa, eu comecei, o município que fui Secretário municipal fui dos primeiros a fazer contratualização no hospital universitário que existia lá que é (ininteligível) interior de São Paulo. E eu senti isso no começo que tem que ter um acompanhamento muito de perto. Porque a tendência do hospital universitário se receber um valor fixo, ele tenda a se acomodar um pouco. Mas acho que é um avanço como gestão. Isso que estou colocando e a tendência vai ser ampliar mais. Mas eu acho que melhorando o financiamento eles vão estar pagando também mais de acordo com a necessidade do hospital. Do custo que ele tem. Porque hoje a tabela não quer saber muito quanto é o custo. Agora, por outro lado nas tabelas é uma coisa interessante, a senhora fez uma pergunta eu acho que é interessante, por que é que endoscopia é complicado? E eu sinto dificuldade

de contratar endoscopia mesmo. Mas nunca tivemos dificuldade de contratar cirurgia, hemodiálise, muito pelo contrário. A procura de grupos pra querer entrar no sistema para fazer cirurgias cardíacas é importante. Precisamos até segurar porque sabe que serviços de cirurgia cardíaca tem que fazer o mínimo de procedimentos. De cirurgia. Então não podemos deixar pulverizar muito os serviços. E a pressão dos serviços para dar oferta do sistema é uma coisa interessante. Por que é que procura tanto se a tabela é defasada? A endoscopia achei interessante nunca houve realmente oferta. Porque eu acho que chegaram por último nas tabelas. Foram mais recentes. Então acho que é uma área inclusive que tem rever mesmo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Tem que rever porque parece...

SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE: É avanço e você não consegue oferta e o... Otorrino é outra área, Florisval é da área de otorrino e é outra área que você não consegue oferta, então tem que ser corrigido agora. Agora, cirurgia cardíaca, por exemplo, mesmo no Sudeste e tal, hemodiálise e tal, nunca tivemos problema de oferta. Problema até contrário. É tentar segurar os grupos que começa a entrar e começa a pulverizar muito e é complicado. Porque se não tiver uma economia de escala, criar um grupo de (ininteligível) procedimento, é mais difícil.

Então, uma cidade... eu vejo, por exemplo, nessa crise agora que estou vendo, eu acho que uma das (ininteligível) crise tem muito serviço. Pulveriza muito, fica mais... se a tabela está um pouco defasada, aumenta, agrava a situação. Mas acho que essa é uma discussão que vai ter que ser feita agora ainda na tabela. Eu acho que não vamos abrir mão da tabela rápido, não. Mas eu quero sinalizar nesse sentido que a tendência é essa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Eu queria para complementar dizer que realmente essa questão da tabela é algo muito preocupante porque os valores são irrisórios. Apesar de ter...

SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE: Para média complexidade. Para alta não é tanto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Cirurgias também. Cirurgias, por exemplo, cirurgias oncológicas, tem cirurgias que é um valor que não dá para o custo mínimo. Não chega nem a 300 reais cirurgias de retirada de tumor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Eu concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares, inclusive ressaltando que V.Exª é o Relator da PLS nº. 121 de autoria do Senador Tião Viana. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE) – Presidente, senhores convidados, a esta Audiência Pública, eu tive a honra e a alegria de ter o privilégio ao ser indicado como Relator da chamada Emenda 29, condições de discutir com a maior amplitude possível os problemas relacionados com a saúde pública no Brasil. E agora o Senador Marco Maciel coincidentemente, eu sou da Comissão de Justiça, me indicou como Relator da proposta do Senador Tião Viana que cuida da regulamentação da Emenda 29. E este projeto já se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos, depois de ter passado na Comissão de Justiça onde foi aprovado por unanimidade. Então meu parecer foi reconhecido unanimemente pelos membros da Comissão como válido. E, portanto, aceito por todos. E esta regulamentação já devia ter acontecido há muitos anos. Entretanto, devido a falta de consenso entre as propostas apresentadas e a falta de interesse também, a primeira proposta que foi apresentada em 2001, ainda pelo Senador Tião Viana, ficou engavetada lá na Comissão e só agora ele restaurou a proposta e eu fui indicado o Relator. Em menos de uma semana, eu não tinha sido Relator da primeira dele. Em menos de uma semana eu já estava com o parecer pronto. Que foi apreciado pela Comissão de Justiça. Ela procura criar comportas, bloqueios para evitar desvios e conseqüentemente o Poder Executivo principalmente nos Estados tem encontrado fórmulas mirabolantes para a prestação de contas e ocultando na realidade aquilo que deveria ser fruto de cuidados na aplicação correta dos recursos para o atingimento dos 12%. Tanto que pelo menos 14 Estados, se não me engano, não estão cumprindo religiosamente aquilo que é previsto na Constituição. E pelo menos 2.200 municípios dos cinco mil quinhentos e tantos também estão fora da obrigatoriedade da aplicação desses recursos.

Então eu acho que se cada unidade federada cumprisse com a sua parte, hoje a situação da saúde seria outra. Quando foi a Constituição previu a descentralização da saúde e a criação do SUS, logicamente se logo de imediato tivéssemos tido uma regulamentação adequada, não chegaríamos a criar inclusive a CPMF. Veio aqui o Ministro Jatene, provocou um debate, uma discussão na Comissão de Justiça, e mostrou que pelo menos 2.500 casas santas e hospitais públicos estavam prestes a fechar suas portas. Quer dizer, isso ia acontecer por volta do ano de 1994, 95. Quer dizer, já são 13 anos. Uma crise avassaladora que se abateu sobre a saúde naquela época. Então eu fui o encarregado de fazer a proposta que me rendeu muitos problemas, principalmente no meu Estado. Porque eu tive a coragem de assumir em defesa da saúde uma proposta antipática da criação àquela época da CPMF. E ela foi

aprovada não porque tivesse tanto prestígio, ela foi aprovada porque o Ministro Jatene tinha prestígio no Congresso Nacional, se movimentou aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, contra inclusive a equipe econômica do Governo. O Malan odiava a CPMF. E ela foi criada por um ano. E depois que ela foi criada, efetivamente alguns aspectos melhoraram. Mas depois o Governo começou a criar obstáculos para que a saúde tivesse a CPMF e os recursos orçamentários.

Quer dizer, na medida em que entrou a CPMF, o dinheiro foi sendo retirado, o dinheiro próprio do Governo, orçamentário foi sendo retirado, substituído, e aquilo ali motivou inclusive a renúncia do Ministro da Saúde. E a minha revolta aqui no Senado. Que eu passei a defender a queda da CPMF a partir daquele momento quando não houve sinceridade do Governo. Porque havia um desvio proposital de recursos.

Presidente, para completar essa história, não é que o Ministro Malan começou ao invés de ódio a ter amor pela CPMF? Apresentou uma proposta chamada de prorrogação. Mas, não era mais porque já tinha acabado a que nós havíamos apresentado. E apresentou uma proposta não mais só para saúde, mas também para tapar os rombos da Previdência. Uma proposta 0,38. Era 0,20, passou para 0,38. E de lá pra cá ela foi prorrogada várias e várias vezes, depois entrou o fundo da pobreza que se beneficiou também com a criação da CPMF.

Ora, eu acho que são quase 40 bilhões de reais que são jogados na Previdência, no Fundo Nacional de Saúde e também no fundo da pobreza. Isso é muito dinheiro. E eu acho que nós estaríamos livres de qualquer crise na saúde com o dinheiro da CPMF se houvesse a contrapartida adequada de todos os governos. Não só o da União, como dos Estados e dos municípios. Eu sei que os municípios são muito sacrificados. Porque eles enfrentam o problema diariamente. Os Estados ficam um pouco mais distantes, um tanto mais distantes, e eles conseguem nos Tribunais de Contas dos seus Estados demonstrarem por A mais B que os 12% estão sendo aplicados, colocando até cestas como uma área de combate às endemias, falta de saúde da população.

Mas para não me alongar muito, eu acho que com a regulamentação dessa proposta do Senador Tião Viana, a 121, certamente que nós vamos acabar com muitas distorções e os governos estaduais e municipais não terão como burlar a nossa Constituição. Porque todas as comportas estão sendo criadas nesse sentido. A Câmara também está com uma proposta, e o Senado e eu tenho certeza que as duas vão se encontrar. É melhor que seja aprovada. Espero que a melhor seja a do Senado. Mas nisso não existe nenhuma disputa.

O que é melhor para o Brasil tem que ser aprovado. E espero que dentre em pouco o Plenário receba das Comissões ainda para a Comissão de Assuntos Sociais depois de passar na Câmara, depois de passar na Comissão de Assuntos Econômicos. Na CAE.

Então, o que eu gostaria é que nesse momento para melhorar a situação dos hospitais, que houvesse uma remuneração condigna aos profissionais da área. Aos profissionais da medicina. Aos médicos, aos enfermeiros, ao pessoal paramédico. Porque eles se ressentem justamente da remuneração péssima que recebem e há dificuldades inclusive da contratação de médicos para o interior. Há Prefeitos que colocam editais nos grandes jornais de circulação nas capitais convocando médicos que não se dispõem a ir para o interior, porque eles são melhor remunerados na cidades, nos centros urbanos, mais adiantados, e onde estão áreas de lazer mais propícias e também de educação e saúde para seus próprios filhos, para sua própria família. Ora, mas se a remuneração melhorar haverá um melhor atrativo e certamente que os municípios do interior, a zona rural serão muito mais beneficiados do que na situação reinante. Quer dizer, eu acho que os Estados quando eles detêm o poder de transferência de verbas para os municípios, mesmo da saúde, há uma certa primazia quando se trata de um município que é ligado ao Governador. Infelizmente ainda há isso. Esse partidarismo na distribuição de verbas da saúde. Agora, como o município está mais perto da população, seria de todo conveniente que se acelerasse o processo de descentralização conferindo maiores verbas da saúde aos municípios e os Estados ficassem assim numa espécie de controle, de fiscalização, de acompanhamento das atividades de saúde no interior. Enquanto que a execução ficasse a cargo dos municípios. Se isso viesse a acontecer, certamente que nós teremos no futuro muito menos problemas que temos hoje. Quer dizer, os hospitais, os postos de saúde funcionariam melhor, os medicamentos seriam melhor distribuídos. Agora mesmo, eu tomei conhecimento através da imprensa que no meu Estado o Secretário da Saúde teve que tocar fogo, queimar 10 mil toneladas de remédio. Que o Estado colocou lá nos seus depósitos e esses remédios não foram distribuídos. Quer dizer, se eles tivessem sido colocados à disposição dos municípios, nós não teríamos esse prejuízo que nós tivemos lá no Estado de Sergipe. Se fizermos um levantamento no Brasil inteiro vamos encontrar situações semelhantes. Por quê? Porque não há uma descentralização no comando da saúde. E é essa descentralização que vai resolver, a meu ver, não só a descentralização de recursos, mas também de execução de atividades e o Estado, a União, ficariam

com este encargo do acompanhamento, da fiscalização, do controle, inclusive de melhorar de forma técnica o funcionamento das Secretarias Municipais, dando cursos, fazendo cursos de preparação, de atualização de Secretários e de Assessores da área municipal. A União transferindo recursos também controlando e os Estados também participando dessas atividades.

Então, eu gostaria de saber do Sr. Florisval, Vice-Presidente da Associação Paulista de Medicina e também o Dr. José Sevilha, que é Secretário-Executivo... O Conselho Nacional dos Municípios. Secretário de Saúde do Brasil. Eu queria saber dessas autoridades o que é que acham sobre essa proposta nossa, que já vem de longe. Não é nossa, é da própria Constituição, da descentralização e maior poder aos municípios para gerir os problemas e as questões de saúde. Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Presidente, só uma palavrinha que ele fez uma observação muito grave. Quer dizer, para jogar dez toneladas de medicamento fora, ou passou um Secretário muito incompetente ou corrupto. Uma dessas duas coisas com certeza era. Porque não se pode jogar remédio fora onde o pessoal está precisando de remédio todo lugar. Ou é corrupção ou é incompetência. Eu acredito mais em corrupção. (pronunciamento fora do microfone) município dele que isso aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Tem suas razões. Eu vou conceder a palavra ao Sr. Florisval Meinão, ele vai responder as perguntas e fazer suas considerações finais.

SR. FLORISVAL MEINÃO: Eu creio que esse debate foi um debate muito rico, pelo menos algumas premissas, eu vejo que o conjunto da sociedade, e eu represento uma entidade médica e no caso a Associação Médica Brasileira e participo da Associação Paulista de Medicina, mas vejo que os Srs. Senadores que representam o conjunto da sociedade têm um pensamento uniforme a respeito da questão que envolve o Sistema Único de Saúde. E acho que isso é muito importante.

No passado, o Sistema Único de Saúde era muito criticado logo que ele foi criado pela sua ineficácia em oferecer qualquer tipo de atendimento à saúde da população. Isso evoluiu muito e hoje com quase 20 anos é um consenso no seio da sociedade que o SUS é o modelo ideal de assistência à saúde a nossa população. Ele precisa ser aperfeiçoado, e precisa encontrar soluções para os inúmeros problemas que ele se defronta.

Eu creio também que a questão da gestão é extremamente complexa e gerir esse grande volume de recursos em um País com tantas diferenças sociais, culturais, etc, e até de infra-estrutura, cada Estado

tem uma peculiaridade que o distingue dos demais é algo muito complexo. Mas acho que o sistema de gestão ele evoluiu muito e foram aqui apresentados vários dados que mostram que a gestão dos recursos existentes embora ainda precisam ser aperfeiçoada e busca-se a cada momento estratégias que melhor atendam a necessidade de gerir esses recursos, mas eu acho que este é um problema que paulatinamente vai sendo vencido. Mas a grande questão que envolve o Sistema Único de Saúde é o seu financiamento. Isto ficou claro por todos os números que foram aqui apresentados. Ficou claro que a União já comprometia no passado, ela contribuía com 70% dos recursos aplicados em saúde pública. E hoje contribui apenas com 45%.

Então, ela transferiu para Estados e municípios um percentual muito grande dos recursos a serem aportados no Sistema Único de Saúde. E nós sabemos que a distribuição dos impostos arrecadados como um todo ele não tem este perfil. Ele tem um outro tipo de perfil.

Então, existem problemas muito sérios que em última instância fazem com que ocorram todos esses problemas de tabelas que não consigam cobrir os gastos. Nós acompanhamos da sociedade, nós acompanhamos este debate que envolve a regulamentação das verbas destinadas e o que é verba de saúde e o que não é, tanto este projeto que tramita no Senado como aquele que tramita na Câmara e acompanhamos o debate da CPMF. Porque nós da sociedade não aceitamos que o imposto que foi criado exclusivamente para a saúde e que teve o apoio de todas entidades médicas posteriormente ele pudesse ser desvirtuado e os seus recursos serem aplicados e alocados em outras áreas. Então eu penso que os Parlamentares como um todo terão um papel muito importante neste ano ainda na definição dessas questões que são cruciais para o destino do Sistema Único de Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado ao Dr. Meinão e passo a palavra ao Dr. José Enio Servilha Duarte.

SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE: A fala do Senador Valadares foi música para meus ouvidos, Senador. Eu até ajuda minha fala final. Essa defesa que o senhor coloca da descentralização, eu acho um ponto fundamental. Como eu coloquei anteriormente, o sistema de financiamento, foi colocado bastante aqui, e tem o problema da gestão e da descentralização é um pilar forte do sistema de saúde que caminhou devagar, por vários motivos, até por causa do financiamento inclusive. E tem algum setor que será que é importante a descentralização? Será que o Estado não está mais capacitado que os municípios, principalmente algumas

regiões que acho os municípios mais frágeis, eu sou um defensor fortíssimo da descentralização. Eu acho que o problema nosso, que eu coloquei antes aqui, houve propostas de descentralização na década de 63, na época do Ministro Fadul, o Mário Magalhães que conduziu esse processo, infelizmente veio a ditadura e houve um retrocesso. Se tivesse descentralizado naquela época em 63 nós já tínhamos muito avançado já.

Então esse processo é fundamental. O senhor colocou importante isso. Nós precisamos fortalecer esse processo. Mas não naquela linha que começamos um pouco. Toma que o filho é seu. Agora você é responsável, está na Constituição, então toca. Não é esse o espírito da Constituição. O município assume com o apoio técnico e financeiro do Estado e do Governo Federal. O Estado continua responsável, o Governo Federal continua responsável. Mas a execução é do município. Esse que é a essência do SUS, que nós precisamos aprofundar e avançar. Então acho que o senhor colocou ponto fundamental. Mas, por exemplo, precisamos vencer a fase da Emenda 29 e desse projeto. Agora é a minha pergunta que eu faço passo que eu estou preocupado. Como é que vai encontrar esses dois projetos? Porque a nossa idéia é que esse ano resolva esse problema. Já coloquei, faz três anos que estão nessa luta, coloquei aquele jaleco branco já, vim aqui no Congresso fazer, a última agora foi a procissão com vela que nós fizemos atrás para ir lá... Nós precisamos resolver isso esse ano. Pra gente começar a fase seguinte que é de consolidar a descentralização. Então a minha... pedido assim é esse de a gente resolver esse problema e fico muito contente, acho que todas as falas dos Senadores foram no sentido de fortalecer a descentralização. É entendimento disso que eu acho uma coisa importante. Nós somos um País que temos pouca experiência na descentralização. Sempre foi muito centralizado. E isso está ligado à democracia. Nós estamos num processo agora de democracia constante acho que esse processo vai levar a gente fortalecer o nível local que é fundamental para o País crescer de maneira fundamental e consolidada. Então acho que isso, fiquei muito satisfeito de saber a posição do Senado de estar trabalhando na descentralização e está tramitando rápido a Emenda de estar regulamentando a 29.

Só para o Senador informações que o senhor falou da capacitação de conselheiros, o Conselho Nacional está desencadeando agora uma nova capacitação baseada em (ininteligível) permanente. Foi aprovado agora, vai ser uma coisa importante. Talvez mais eficiente. Acho que o Conselho Nacional de Saúde está desencadeando esse processo com o Ministério inclusive acho muito importante. Com relação aos mutirões,

acho que o Ministério fez uma formulação melhor que o mutirão, foi um avanço em relação à proposta anterior. Só que operacionalizou mal. E agora acho que o Ministério, inclusive o Dr. Noronha está aqui, está retomando essa proposta de avançar nesse protesto que não é mais mutirão que é um tema (ininteligível). Muito bem formulada a proposta do Ministério. Só que na hora de operacionalizar ele perdeu um pouco. Ficou meio complicado. Deu a impressão que tinha acabado, e na verdade não acabou, (ininteligível) avança, mas espero que retome agora porque realmente foi na média complexidade dá um atendimento muito bom que é uma área que nós temos muita dificuldade, muitas filas nas cirurgias eletivas e realmente precisamos retomar esse processo de maneira mais eficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Só para dizer para ele que ele tem essa impressão, porque esses Senadores que vieram aqui, são os Senadores cuja bandeira da saúde é a bandeira que eles botam na frente da batalha o tempo todo. Por isso que todos pensam desse jeito. Queria que a Casa toda tivesse esse pensamento. Mas os daqui são os que se identificam mais com a saúde e que... Até pensei que ele era médico quando cheguei aqui porque ele defende a saúde sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É o seguinte, eu acho que a proposta do Senador Tião Viana ela tem um grande mérito de fazer uma discriminação extensiva das obrigações da União, dos Estados e dos municípios. Fechar os gargalos dos desvios, dos possíveis desvios. E dando responsabilidade a cada uma das unidades federadas, para que a saúde não viva eternamente em crise. Porque são crises cíclicas que aparecem quase que de dois em dois anos por falta de recursos.

Então, acho que fechando os gargalos através de uma proposta, seja a da Câmara, seja do Senado contanto que nós possamos atribuir responsabilidades a cada uma dessas unidades, aos Estados, aos municípios e fazer de uma vez por todas a descentralização. Como se referiu o Dr. José Enio, que é um entusiasta da descentralização como propõe a própria Constituição Federal e que não aconteceu até agora porque só nos momentos de grande crise como agora aconteceu este ano, é que infelizmente aparecem propostas saneadoras, propostas salvadoras. Mas que não se tornam permanentes porque com o tempo o pessoal vai se esquecendo, aparecem crises em outros setores, e a saúde fica sempre para um segundo plano.

O Senado Federal, com essa proposta do Senador Tião Viana, que foi recomposta, uma vez que na Legislatura passada ela foi praticamente inviabilizada porque não houve sequer parecer da Comissão de Justiça, mas agora logo que fui designado Relator na mesma semana apresentei um parecer. E não houve nenhuma Emenda na Comissão de Justiça. Ela foi aprovada na sua totalidade sem qualquer restrição. Logicamente que ela vai passar ainda em outras Comissões, como a Comissão de Assuntos Sociais hoje está na Comissão de Assuntos Econômicos pode sofrer alguma Emenda. Mas o objetivo é que ela venha a se encontrar com a proposta que está sendo objeto de apreciação pela Câmara dos Deputados. Eu acredito até que antes de terminar esse semestre, nós já tenhamos lá na Câmara a proposta do Senador Tião Viana onde ela vai se encontrar com o que já existe por lá. E acredito que esta é a solução para o Brasil resolver em definitivo os problemas da saúde, de vez que os Estados sempre encontram uma solução. Veja V.Ex^a, Presidente Papaléo, que pelo menos uns 14 Estados estão encontrando formas de contornar a obrigatoriedade que eles têm para com a saúde. Agora, com esta regulamentação que demorou tantos anos, vai ser mais fácil o cumprimento da legislação, a observância pelos Estados, pelos municípios e pela União. E os municípios que estão mais perto da população, estes sim é que ficariam com a execução. Ao lado das unidades de saúde até particulares que poderão, como já existem particulares ou filantrópicas, em convênio com o município, com os Estados. Com a própria União. Mas que a execução na sua grande parte dos problemas de saúde fique a cargo dos municípios que estão muito mais próximos da população.

Por isso que eu vejo com muito otimismo esta Audiência Pública que está sendo, que foi organizada pelo Senador Papaléo Paes na Subcomissão de Saúde, porque esse é um sintoma de que as crises elas existem e evoluem por falta de uma discussão mais pormenorizada do assunto. Na medida em que essa Subcomissão que pertence à Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão específica que cuida da saúde aqui no Senado Federal, nós vamos nos conscientizando da importância de que as crises aparecem, são cíclicas porque as soluções não são definitivas. E a solução definitiva é a regulamentação da Emenda 29. Mas uma regulamentação que não deixe gargalos, que não deixe alternativas para que a lei seja burlada em detrimento da saúde pública do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Valadares, inclusive pela sua consideração final aqui que é muito importante, dada a sua experiência nessa

área, nessa questão de Relatorias, e dizer que V.Ex^a contribui muito para a nossa Audiência Pública.

Quero agradecer a V.Ex^a, Senador Augusto Botelho, Senador João Durval que esteve aqui conosco, Senadora Rosalba Ciarlini, enfim, a todos os membros da Subcomissão de Saúde, agradecer o Dr. Florisval Meinão, Vice-Presidente da Associação Paulista de Medicina, e muito agradecido mesmo pela sua contribuição ao Dr. José Enio Servilha Duarte, que é do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, Dr. José Carvalho de Noronha que esteve aqui conosco também, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, toda a equipe que compõe o sistema de rádio e televisão do Senado Federal, a Dr^a. Gisele Camargo como Secretária da Comissão de Assuntos Sociais e sua equipe, brilhante equipe, que faz com que nós tenhamos sempre esta Subcomissão funcionando com muita eficiência. Agradecer a todos e dizer que teremos uma próxima reunião da Subcomissão, acredito que nos próximos 15 dias mais um assunto importante também na área da saúde. Muito obrigado e boa tarde a todos. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h59.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de setembro de 2007.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia quatro de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gilvan Borges, Vice-Presidente no exercício da presidência e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Wellington Salgado, Paulo Duque, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Valtter Pereira, Neuto De Conto, Jonas Pinheiro e Romeu Tuma, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano e Papaléo Paes. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi e Geraldo Mesquita Júnior. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvan Borges, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da

mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens em que os relatores se encontram presentes. **Item 09: Projeto de Resolução do Senado nº 031, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana que, “Institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável é aprovado. **Item 13: Requerimento nº 040, de 2007 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro que, requer “..., nos termos do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, destinadas a discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)”. O requerimento é aprovado. **Item 14: Aditamento nº 002 ao Requerimento nº 032, de 2007 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, requer “..., nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 032, de 2007 – CE, aprovado na sessão de 15 de agosto próximo passado, para que seja incluído na Audiência Pública a ser realizada o Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Senhor Vital Severiano Neto”. O requerimento é aprovado. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 099, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Mário Couto que, “Institui o Dia do Pescador Amador”. O relator é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é pela rejeição. Como é de praxe nesta Comissão, na ausência por três sessões do relator da matéria, a presidência designa novo relator. O senador Flexa Ribeiro é designado relator Ad hoc e solicita a retirada de pauta para reexame do parecer, que é aprovado. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ivan Valente que, “Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre educação integral ou parcial para as crianças de até seis anos de idade)”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação da relatora. **Item 15: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Diretor de Articulação e Apoio Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, informando que, com o intuito de cooperar com o bom andamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e ao mesmo tempo auxiliar os Estados no seu maior entendimento, coloca-se à disposição das

bancadas e assessorias parlamentares para, em momentos organizados pelas Lideranças ou Comissões, fornecer qualquer esclarecimento referente ao programa de expansão da educação profissional e tecnológica.

Comunicado 02: Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em resposta ao Requerimento de Informação nº 363/07 –CE, de autoria de sua Excelência o Senador Wellington Salgado, que solicita informações sobre a prestação de serviços ao MEC por organizações não-governamentais. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. Fica adiada por falta de quórum a seguinte matéria: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 002 de 2007.** Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 014, de 2007, Item 03: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Romeu Tuma ao **Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2007, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2007, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007, Item 08: Projeto de Resolução do Senado nº 020, de 2007, Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006 e Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 012, de 2007.** O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvam Borges, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Gilvam Borges,** Vice-Presidente, no exercício da presidência, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Havendo número regimental declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 01 da Pauta. Projeto de Lei do Senado de nº. 002/2007. Vamos a partir do item 12, não terminativo, porque não tem *quorum* qualificado. Item 12, a assessoria a postos. Item 09 da Pauta. Item 09 da Pauta. Projeto de Resolução do Senado de nº. 031/2007. "Institui o

Prêmio Senado Federal de História do Brasil". Autoria do Senador Tião Viana. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. V.Exa. com a palavra.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução nº. 31/2007, de autoria do Senador Tião Viana cria o Prêmio Senado Federal de História do Brasil, a ser conferido anualmente às obras que versem sobre aspectos políticos da História do Brasil. A proposição define as responsabilidades relativas à organização e ao assessoramento técnico da Comissão Julgadora, requeridas para a seleção e a premiação dos escritos, ao tempo em que franqueia aos concorrentes a possibilidade de utilização do arquivo histórico da casa como fonte de pesquisa.

O Projeto trata ainda da composição da Comissão Julgadora a ser constituída por ato da Mesa diretora do Senado Federal, que deverá contar com a presença e atuação de Senador e de historiadores de relevância acadêmica reconhecida, indicados por entidades representativas da produção historiográfica nacional. Uma das mais relevantes marcas do acelerado e abrangente processo de incorporação de informações observadas a partir das últimas décadas do Século XX é o distanciamento do cidadão em relação ao conhecimento historiográfico brasileiro. A convivência com a política, as idéias, enfim, com a conjuntura histórica nacional, não integra as práticas de parcela majoritária da sociedade brasileira.

O Projeto de Resolução em exame, ao premiar anualmente autores de obras que enfatizem aspectos políticos da História do Brasil, resgata a possibilidade de acesso do cidadão a essa reflexão e à conseqüente compreensão de nosso país, ao tempo em que referencia a modernização e a transparência como marcas dessa Casa Legislativa.

Ao favorecer o desenvolvimento da pesquisa histórica e a convivência do cidadão com as obras delas decorrentes, o Senado consolida o almejado comprometimento do Poder Legislativo com a Educação, a Cultura e a Ciência do país, como bem enfatiza a justificação do Projeto. Pelo exposto, senhor Presidente, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Resolução nº. 31/2007. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir... Para discutir, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senhor Presidente, não se trata bem... É muito mais para colocar aqui a forma acertada do Senado em promover esse prêmio, que visa a que os brasileiros possam, cada vez mais, ter acesso, conhecimento, à sua história, porque um povo que não trata da sua

história, um povo que não cultua o seu passado, com certeza, não terá um grande futuro. Para termos um grande futuro, o que nós precisamos? Valorizar, fortalecer e dar conhecimento aos fatos que fizeram a nossa história.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)
– Com a Relatora senhor Presidente. É nominal?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Não é preciso voto nominal. Pelo gesto e a expressão facial, a Mesa entende que é pela aprovação. Muito abrigado. Item 14. Não, vai no item 13 da Pauta. Requeiro, nos termos do art. 90, incisos II e IV do Regimento Interno. O Requerimento... Autoria: Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro. Observação: em 20/08 de 2007, o Requerimento foi aprovado na Subcomissão Permanente de Ciência, Teatro, Música, E Comunicação Social. Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senadores Gilvam Borges, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa Audiência Pública requerida pelos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e por mim, ela é da maior importância para que a Comissão de Educação, em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, possa discutir a questão dos direitos autorais, nas aéreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo ECAD, que é o escritório encarregado da arrecadação e da distribuição dos direitos autorais. Os direitos autorais, no Brasil, estão assegurados na Constituição Federal, segundo a qual aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras.

No tocante à representatividade, as associações que compõem o ECAD, 10 ao todo, são efetivamente representativas dos artistas? Qual o grau de controle social dos sócios e da sociedade? Deveria haver um controle do poder público? Se afirmativo, de quem? Então, são perguntas que precisam ser respondidas em conjunto com os autores, com a área da cultura, tanto da música, como do cinema.

Então, em função disso, é que é a propositura dessa Audiência Pública, que peço aos meus pares que seja aprovada, para que possamos marcar brevemente a sua data.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Item 14, também não terminativo. “Requeiro, nos temos regimentais,

aditamento ao Requerimento nº. 32/2007”. Aprovada na Sessão de 15 de agosto, para que seja incluído na Audiência Pública a ser realizada o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Sr. Vital Severino Neto”. De autoria... Severiano Neto. ...De autoria do Senador Flávio Arns. V.Exa., para orientar a votação e...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Nós aprovamos, na Comissão de Educação, com toda a justiça, um Requerimento de homenagem, de saudação, de incentivo a todos quantos participaram dos Jogos Panamericanos. E, aí, nós... Quer dizer, o objetivo desse Requerimento é acrescentar a esta homenagem o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Sr. Vital Severiano Neto, justamente pela realização dos Jogos Parapanamericanos, para que todos possam ser saudados e elogiados e enaltecidos, como merecem, com os mesmos critérios. Aliás, os brasileiros que participaram dos Jogos Parapanamericanos tiveram, assim, um sucesso extraordinário, particularmente no sentido de que muitas das provas realizadas no Brasil, nos Jogos Parapanamericanos, eram seletivas as provas para a participação na Paraolimpíada da China, de Pequim. Então, é uma coisa de justiça que se enfatiza, que eu acho que não há problema algum, assim, em relação ao mérito, porque é o que a sociedade brasileira, o Governo brasileiro e todos querem ver que aconteça, ou seja, Panamericanos e Parapanamericanos, sendo homenageados da mesma maneira. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Opa... Apresentou-se, então, para discutir...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não, só uma rápida consideração sobre a iniciativa do...

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sim, se for para uma rápida consideração, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ...Senador Flávio Arns, da importância de termos uma única homenagem, que inclua também os paraolímpicos, pela importância do evento. Nós conversamos com o Senador Flávio Arns, inclusive, assinei junto com ele um Requerimento para que a Sessão em Plenário seja de todos os atletas, paraolímpicos olímpicos ou não; por isso que eu quero enfatizar a importância dessa iniciativa, também do Senador Flávio Arns, até porque é um seguimento muito grande que entende que essa Olimpíada deveria ter sido uma só, mas é um debate que pode se fazer num outro momento, respeitando, naturalmente, a questão dos deficientes e os não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Considerações do Senador Paulo Paim

em discussão, recomendando a aprovação do Requerimento. Algum senhor ou senhora que queira discutir... Não havendo, em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordem permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao último item. É item 7º. Nós vamos encerrar em tempo recorde essa Reunião.

Projeto de Lei do Senado de nº. 099/2007, “institui o Dia do Pescador Amador”. De autoria do Senador Mário Couto. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. O mesmo não se encontrando no meio agora, imediatamente, o Senador *ad hoc* Flexa Ribeiro. E, como é praxe, a matéria constou da Pauta de Reunião de três dias, 15 e 08/07; 21 e 08/07 e hoje. *Ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Gilvam Borges, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. O Projeto que institui o Dia do Pescador Amador, de autoria do nobre Senador Mário Couto, do PSDB do Pará, tem como Relator o Senador João Vicente Claudino, do Piauí, do PMDB do Piauí. E o Parecer do nobre Senador João Vicente Claudino é pela rejeição. Eu, como Relator *ad hoc*, solicito à Presidência e aos meus pares, para que eu possa fazer um estudo mais aprofundado do relatório do nobre Senador João Vicente Claudino, e possa trazer, na próxima Sessão desta Comissão, o voto já estudado com relação à rejeição por parte do Relator do Projeto do Senador Mário Couto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Senador *ad hoc* requer vista e, assim, oportunamente prazo para reexaminar. E, aproveitando o ensejo, a Presidência concede vista também aos outros Srs. Senadores da Comissão. Chegando a tempo, a Senadora Fátima Cleide, nós iremos, então, garantir que a Senadora Fátima Cleide possa relatar o Projeto de Lei da Câmara, de nº. 023/2007, de autoria do Deputado Ivan Valente. A Relatora Senadora Fátima Cleide, com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Senhor Presidente, nós estamos encaminhando o pedido de retirada de Pauta deste Projeto para hoje porque precisamos ainda fazer alguns esclarecimentos em torno do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Pedido de retirada de Pauta concedido. Eu peço que os Senadores permaneçam por mais 10 segundos para que possamos fazer os comunicados.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da proposta do excelentíssimo senhor Ministro do Estado da Educação, Fernando Haddad, em resposta ao Requerimento de informação nº. 363/07 – CE, de autoria da sua Excelência, o Sr. Wellington Salgado, que solicita informações sobre a prestação de servi-

ços ao MEC por organizações não Governamentais. Os senhores que desejam a cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Comunicado. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Diretor de articulação e apoio institucional da Secretaria da Educação Profissional Tecnológica do Ministério da Educação, informando que, com o intuito de cooperar com o bom andamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, PDF, e, ao mesmo tempo, auxiliar os Estados no seu maior entendimento, coloca-se à disposição das bancadas e assessorias parlamentares para que, em momentos organizados pelas lideranças ou comissões, fornecer qualquer esclarecimento referente ao Programa de Expansão de Educação Profissional e Tecnológica.

O último comunicado. Comunico...
(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – O último comunicado... É para dar força...
(risos).

Comunico aos Srs. Senadores recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para solenidade de posse de membros da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CANAES, ocasião em que também será eleito e empossado seu novo Presidente, a realizar-se no dia 28 de agosto de 2007, às 16 horas, na Sala de Atos, 9º andar do Edifício Sede Do Ministério. Já ocorreu.

Não havendo mais o que tratar, declaro encerrada a Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h46.

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 11ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de setembro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo

e Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Wellington Salgado, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 039-CE de 2007 e nº 008-SCTMC de 2007, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Eduardo Azeredo e Demóstenes Torres, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2007, que “Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos”. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Ricardo Chantilly, Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhora Lúcia Kluck Stumpf, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhor Ricardo Difini Leite, Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENEEC; Senhor João Batista de Medeiros, Assessor da Subcomissão Permanente do Idoso do Senado Federal e Ex Subsecretário para assuntos do Idoso do Governo do Distrito Federal (1987-1999) e a Senhora Bianca de Felippes, Membro do Colegiado da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR. A Senhora Lúcia Kluck Stumpf, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, após sua exposição, pede licença para ausentar-se devido a audiência com o Exmo. Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sendo substituída na Mesa pela Senhora Márvia Scardua, Diretora da União Nacional dos Estudantes – UNE. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Duque. O Senhor Senador Flávio Arns, requer, oralmente, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte oficie a Polícia Federal solicitando providências quanto as denúncias apresentadas durante a Audiência referentes as falsificações de carteiras estudantis no território Nacional. O Requerimento é aprovado. Neste momento o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, sugere que esta Comissão solicite informações ao Ministério da Cultura – MinC, sobre o Projeto, que tramita no âmbito

daquele órgão, do “vale cultura” o que é aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 11ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Tudo isso é para ficar registrado nas gravações. Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Como sabem os senhores e senhoras, a presente reunião atende a Requerimento nº 039/2007 da Comissão de Educação e 08/2007, também, aditamento nº 01 da Comissão de Educação, da Subcomissão de Teatro e Cinema, aprovado, de autoria do Senador Demóstenes Torres, Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Arns, para instruir do Projeto de Lei do Senado nº 188/2007, que dispõe sobre o benefício de pagamento de meia-entrada para estudante e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos.

Dando início à Audiência, solicito ao nosso Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomar lugar à Mesa.

Quero, inicialmente, agradecer a presença de cada um dos que encontraram tempo de vir a essa Audiência, explicar que a Audiência tem por objetivo debater o assunto, fazer a transcrição, divulgar pela televisão, às vezes ao vivo, às vezes não, mas depois, passando outras vezes na televisão, que o *quorum* reduzido da presença de Senadores, se deve, aqui neste, momento, a Comissão de Ética está julgando este assunto de máxima importância, e de tanta divulgação no cenário nacional. Então, Senadores, todos confluíram para a Comissão, as outras Comissões, inclusive, preferiram cancelar suas Audiências e sessões. Nós preferimos manter, que a fala de vocês é muito importante para

nós, e a divulgação que a gente fará, permitirá tomar decisões corretas sobre o assunto.

Eu vou, portanto, passar a palavra a cada um, pedindo dez minutos, embora eu não goste de cortar o tempo, tem uma campainha automática que avisa, se precisar passar um pouquinho, a gente não vai brigar, apesar de que os Senadores que vão ficar chegando, como Senador Heráclito Fortes, que acaba de chegar também, ainda antes do início, todos vão ter outras atividades. Então, eu vou pedir dez minutos, e passar a palavra inicialmente ao Dr. Ricardo Chantilly, Presidente da Associação Brasileira de Empresários Artísticos.

SR. RICARDO CHANTILLY: Bom dia, Presidente. Bom dia a todos aqui na sala.

Eu vou começar esse meu tempo lendo uma nota oficial que resume bem os que nós vamos conversar hoje aqui, ao Senado Federal, Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. “Nota oficial – meia-entrada: “As entidades abaixo, representando grande parte da produção cultural e do entretenimento brasileiro, vêm se manifestar junto ao Senado Federal, por ocasião da discussão da nova lei da meia-entrada no Brasil. Não há como falar em financiamento da produção cultural no Brasil sem considerar o nosso principal lastro: as bilheterias dos espetáculos. Diversas leis regionais, estaduais e municipais, obrigam a concessão de descontos de 50% para estudantes, idosos e outras categorias nos eventos sem, contudo, apontar a fonte pagadora do subsídio numa afronta à Constituição Brasileira e a livre iniciativa.

Num passo histórico, as entidades representativas de estudantes, artistas, produtores e exibidores, entre outros, estão unidas em busca de uma solução que contemple a todos, apesar da complexidade da questão. Da forma como está, perdemos todos, artistas, estudantes, casas, produtores e principalmente o público. Ao sabor dos demagogos de plantão, foi se institucionalizando no País uma série de benesses à custa dos artistas, produtores culturais, e de entretenimento como diz o ditado: ‘Fizeram graça com o chapéu alheio’.

Apenas para exemplificar, vale citar os taxistas que comprem seu carro de trabalho mais barato, subsidiado, ou seja, o Estado em contrapartida abre mão de impostos, não gerando, portanto, ônus à indústria. Essa prática está presente em todos os setores, inclusive, nas concessões públicas, como transporte coletivo, que tem uma Câmara de compensação tarifária para ressarcir as empresas às gratuidades, e os livros escolares são comprados e pagos pelo Estado, para a distribuição dos estudantes. Na reforma agrária, o

Estado paga pela terra, mesmo as improdutivas. O que se discute aqui, é a forma compulsória e irracional que nos obriga a assumir um ônus que, de acordo com a Constituição, deveria ser do Estado. Essa discussão é necessária, urgente e atual. A desordem e a falta de regulamentação, propiciaram o surgimento de uma indústria de carteirinhas no Brasil, com a criação de entidades de fachada sem nenhuma representatividade, cuja única finalidade é vender o documento que oferece descontos em nossos ingressos, inclusive via Internet. Até emissoras de rádio”, e posso acrescentar ao nosso texto uma companhia de cerveja, a AMBEV, “entraram no promissor negócio, onde nós investimos e assumimos todos os riscos.

Outra grave preocupação é o Estatuto do Idoso, que também prevê desconto de 50%, o que vem representando uma enorme queda de receita nos teatros, e que deve ser incluída nesta regulamentação. Não discutimos o direito, reivindicamos apenas uma fonte de custeio. Nas discussões já realizadas, alcançamos os seguintes pontos essenciais: garantia do direito à meia-entrada dos estudantes e idosos, desde que devidamente regulamentada; regulamentação e moralização da emissão de carteira de estudantes em todo o Brasil, criando-se um Fórum, um Conselho representativo de estudantes, promotores culturais e artistas; e finalmente, a garantia do Direito Constitucional dos produtores culturais e artistas, a uma compensação financeira ou subsídio por parte dos governos, concernente ao desconto oferecido. Brasília, 5 de setembro de 2007. Assinando a ABEARTE, Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos, ABRAPE, Associação Brasileira de Promotores de Eventos, AGC, SINPARC, APTR, ABRAPLEX, ABRA-CINE, FENEC, FETAC, SEMESP, CONATED, SATED, vários SATEDs, aqui de quase todo o Brasil”. Este foi o meu início.

Agora, eu queria apresentar também, para a gente continuar essa discussão, um bate-papo com todos vocês, e a minha experiência de estar discutindo em nome da ABEART, da Associação que representa os empresários da música no Brasil, dos artistas, das bandas e dos cantores. A gente vem discutindo isso já em várias Audiências públicas, em e várias reuniões com a UNE, com a UBES, com o teatro, com o cinema, e sempre que a gente discute, a gente tem Audiência Pública, sempre uma pessoa questiona um ponto ou outro, e sempre existem verdades absolutas, Presidente que, na verdade, a gente não sabe de onde vêm.

As pessoas falam com uma certeza, e até já tivemos experiência aqui nessa Casa e também na Câmara, onde alguns Deputados e Senadores falam apenas: “Não, mas...”, e eu vou até falar aqui um dos

pontos: “Na França eu tive isso”. Aí a gente tem que explicar que não existe.

Eu preparei uma coisa mais didática sobre, não as verdades, mas as mentiras sobre a meia-entrada, porque, na verdade, essas mentiras viraram verdades, e a gente não sabe, aquele negócio da história, de que a mentira contada mil vezes vira verdade, e eu vou tentar impedir que cheguemos à milésima vez. Então, eu vou comentar sobre essas mentiras que normalmente são faladas nos nossos debates.

A primeira, que é a básica: “que os empresários e os artistas são contra meia-entrada para os estudantes e os idosos”. Isso é o primeiro ponto. Nós somos totalmente a favor da meia-entrada como parte da cultura, a concessão da meia-entrada para os estudante e idosos. Nós somos totalmente a favor, nós não somos contra a lei. O que nós estamos discutindo aqui é apenas para fazermos uma lei real, uma lei que exista, uma lei que dê esse desconto, essa gratuidade para os estudantes, e que fomenta a cultura no Brasil.

Eu brinco que nós temos hoje uma lei do “me engana que eu gosto”. O estudante e o idoso fingem que pagam meia, a gente finge que dá o desconto, a verdade é essa. Porque nós não temos como dar o desconto, porque infelizmente, quando eu era estudante, eu aprendi que um mais um é igual a dois, e até hoje eu acho que isso não mudou, e eu não tenho como quebrar os meus custos pela metade. E o Deputado e o Vereador, que nós só temos leis estaduais e municipais, eles fingem que estão fazendo uma lei boa para o povo. Então, eu acho que isso a gente tem que acabar. A gente tem que discutir, e a gente tem que chegar num ponto que seja bom para todos.

Hoje o estudante e o idoso pagam inteira, isso tem que ser falado mil vezes. Não existe essa história. O estudante e o idoso pagam inteira. O cidadão comum, que está naquela metade, ele não é está mais estudando, não é idoso ainda e não falsifica uma carteira, porque é o que é a verdade hoje, a grande maioria, infelizmente, tem que fazer, ele está pagando dobrado, e nós, que somos produtores, que trabalhamos finais de semana, à noite, dia de semana, tudo, nós estamos vendo o nosso público voar. Porque hoje você não tem mais o público normal que vai ao teatro, que vai ao cinema ele não tem mais como pagar, porque os ingressos estão dobrados. Então, esse é o primeiro ponto. É a primeira mentira. Nós não somos contra a meia-entrada, nós somos a favor de uma lei de verdade.

Segundo ponto. A meia-entrada viabiliza o acesso aos idosos e os estudantes aos espetáculos. Isso muita gente fala que: “Ah, se não tivesse a meia-entrada, eu não teria como pagar esse ingresso”. Não. Porque a

verdade a inteira não existe, a inteira não conta para a gente. Quando você vai fazer um espetáculo, você faz uma planilha, depois a Bianca vai passar, e também o Ricardo do cinema, eles vão passar mais números, porque eu vou estourar o tempo. Quando você faz uma planilha e você vem cobrar, eu vou chutar um número, 20 reais, você não pode cobrar 20 reais. Por quê? 90% do público vai pagar meia. 80% do público vai pagar meia. O que vai acontecer? Você vai vender um negócio, você vai encher a sua sala, o seu cinema, o seu show, e você vai ter metade da arrecadação. Então, você tem que dobrar o preço do ingresso porque você não conta com a inteira.

Então, a meia-entrada não está viabilizando nada para os idosos e nem para os estudantes. O terceiro ponto. Essa é a grande mentira que eu ouço nos debates, que é o seguinte: Na Europa tem sempre a história do Louvre. Todo mundo que já foi a Paris fala que no Louvre estudante paga meia. É verdade. Só que pessoas se esquecem de que Louvre é do Estado, ele não é da iniciativa privada. Não existe, eu desafio, qualquer pessoa trazer uma lei... (soa a campainha) Eu posso estender mais um pouquinho? Trazer uma lei em qualquer parte do mundo que obrigue a iniciativa privada a dar desconto para estudante ou para idoso sem a contrapartida. Não existe no mundo.

Eu trabalho com bandas internacionais, eu trago bandas da Austrália, dos Estados Unidos, da Europa ao Brasil, e toda vez que eu contrato uma banda nova para tocar no Brasil, eu tenho que explicar o que é a lei da meia-entrada. Eu tenho que explicar pra ele porque que o ingresso, o nome, o valor é final do ingresso, o valor da inteira é tão caro: “Mas você está cobrando o preço da Europa”. Eu falo: “Não. Só que ninguém paga esse ingresso aqui, todo mundo paga metade disso”. Então, é uma loucura.

O quarto ponto. Os empresários aumentam o preço, logo são beneficiados pela meia-entrada. Sim, aumentamos o preço, temos que aumentar, eu não consigo fazer mágica, eu não sou o David Copperfield, nem o teatro, nem o cinema. A gente tem que aumentar o preço, porque o preço médio, o preço que a gente fatura é o preço médio. É o final da bilheteria. Se tem mil pessoas, 800 pagaram metade e 200 pagaram inteira, você tem o preço médio, que não é nem perto do preço da inteira, ele é muito mais próximo do preço da meia. Então, nós não somos beneficiados pela meia-entrada. Se fôssemos beneficiados, já que nós dobramos o preço do ingresso, nós não estaríamos aqui reivindicando uma lei para todos nós. Se nós tivéssemos confortáveis em simplesmente dobrar o preço do ingresso, nós não teríamos porque estar aqui.

O quinto ponto, que também é uma coisa que a gente houve direito, é o que Supremo determinou a constitucionalidade da meia-entrada numa ação impletrada pela CNC, a Confederação Nacional de Comércio. Na verdade, eu até discute isso com um Promotor lá no Rio de Janeiro, na ALERJ, onde ele falou: “Para mim isso é um ponto pacífico, o STF já determinou a constitucionalidade da meia-entrada”. Não. Ele estava mal-informado. O Rodrigo Terra. O STF determinou a constitucionalidade, o direito dos estados e municípios legislarem sobre a meia-entrada, que são duas coisas totalmente diferentes. Ele não determinou a constitucionalidade de todas as leis que existem no Brasil. Ele disse o seguinte: “Enquanto não houver uma Lei Federal, enquanto a gente não tiver uma legislação federal sobre a meia-entrada, os estados e os municípios podem legislar”. Ponto. Foi isso que foi discutido.

Então, não existe o mérito se meia-entrada, a meia-entrada é legítima, sem a contrapartida se ela é constitucional ou não.

O sexto e último ponto. Se não fosse a meia-entrada, os estudantes e os idosos não teriam como pagar a inteira. Como eu falei antes, é isso. O preço da inteira é o preço para gringo ver, é o preço que não existe. Nós não contamos com esse dinheiro na bilheteria, e depois isso vai ficar mais claro quando nós tivermos a exposição da Bianca e do Ricardo. Basicamente é isso. Agradeço o tempo, e peço desculpas por ter estourado o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Esteve perfeitamente dentro eu acho que foi muito enfática e bem substanciada. Eu passo a palavra, então, com muita satisfação à Lúcia Stumpf.

SRA. LÚCIA KLUCK STUMPF: Bom dia a todos os presentes. Bom dia, Senador Cristovam Buarque.

Essa Audiência Pública, eu acho que sem dúvida é de extrema importância para todos nós, inclusive nós aqui dessa Mesa já somos velhos conhecidos, uma vez que essa batalha da regulamentação da meia-entrada não é exclusiva dos empresários, dos artistas ou dos estudantes. É de uma batalha coletiva de toda a sociedade brasileira que precisa unir esforços para que a gente alcance novamente esse direito conquistado por nós.

Inclusive, essa nossa unidade, essa nossa disposição de encontrar uma saída comum para esse problema que nós aflige já há algum tempo, nós fiz conseguir há um tempo atrás, escrever um manifesto assinado por todas nós que eu vou ler aqui, que eu acredito que sintetiza a opinião conjunta das entidades aqui presentes: “Em defesa da cultura e do entretenimento. A cultura e o entretenimento são funda-

mentais para formação de um povo e sua identidade, que no caso de Brasil é rica e diversa. A música e sua infinidade de ritmos que aqui se formou, o cinema, o teatro, o futebol, e as várias modalidades esportivas, são alguns exemplos dessa riqueza de culturas que é formada pelo povo brasileiro.

Paradoxalmente a esta vasta cultura, há o contraste com grande desigualdade social que existe em nosso País. A condição material da maioria da população, em especial os estudantes e idosos, impede o acesso à cultura ao entretenimento. Para os jovens existe a enorme dificuldade em ingressar no mercado de trabalho e a educação é muito aquém de suas expectativas. Já os idosos, sofrem com a falta de políticas públicas voltadas para a melhoria de suas condições na sociedade.

Por isso, o direito à meia-entrada para esses segmentos apresenta-se como um instrumento de estímulo e facilitação do acesso aos bens culturais. Aos estudantes, esse direito é garantido por meio da apresentação de sua identificação estudantil. Os idosos têm a garantia partir dos 65 anos, no entanto, já há alguns anos, esse direito tem sido deformado e desorganizado pela má interpretação e falta de regulamentação da meia-entrada.

Estabeleceu-se assim, uma indústria de carteiras estudantis no Brasil com entidades fantasmas sendo criadas com a única finalidade de vender o documento. Hoje, até empresas privadas não possuem nenhuma ligação com os estudantes, comercializam a tal carteira, induzindo uma enorme margem de fraude no processo de emissão do documento.

Pesquisas e constantes matérias em jornais e revistas indicam que pessoas que já terminaram os estudos conseguem o direito à meia-entrada através de carteiras emitidas por entidades fantasmas. Para se ter uma idéia da desregulamentação que ocorre nos dias do hoje, um levantamento mostra que, no caso de Ensino Superior, o número de carteiras emitidas é maior do que o número total de matrículas existentes em todas as Universidades Brasileiras. Apesar dos esforços das reconhecidas entidades estudantis, há um total descontrole do mecanismo.

No momento histórico no qual estão unidas as entidades nacionais, estaduais e municipais representativas dos estudantes, e as entidades dos produtores culturais, produtores de eventos e artistas, publicamos esse manifesto para dizer a toda sociedade que: 1. Acreditamos na meia-entrada como importante mecanismo de acesso à cultura e ao entretenimento por parte dos estudantes e idosos. 2. É necessária a imediata derrubada da MP 2208 de 2001, em votação em caráter de urgência, de uma Lei Federal ou a pro-

mulgação de decreto, ou medida provisória por parte do Executivo considerando interesse comum na regulamentação da questão em todo o País. 3. Cobrar das devidas instâncias governamentais uma posição em relação à contrapartida referente à perda da receita causada pelo benefício da meia-entrada aos agentes promotores da cultura e do entretenimento, pois como qualquer outra atividade da economia, necessita e tem o direito um à contrapartida do Estado de acordo com a Constituição. 4. A validação apenas das carteiras emitidas pelas entidades estruturadas e reconhecidas nacionalmente mediante a apresentação de documentos que comprovem sua atuação legal e legítima. 5. Criação de um Fórum formado por representantes das entidades representativas dos estudantes, do fazer cultural de entretenimento do país para gerenciar o controle do mecanismo.”

Esse manifesto foi escrito no ano passado e assinado por uma série de entidades estudantis e também de entidades da área do entretenimento e de artistas. Eu acredito que ele consiga deixar claro o interesse comum que todos nós temos, e uma nova regulamentação, uma vez que esse direito conquistado com muita batalha pelo movimento estudantil brasileiro, um direito que faz com que os jovens tenham o acesso a bens culturais como forma de complementar a educação formal oferecida pelo Estado é um direito que cotidianamente nos é negado, como o empresário Chantilly aqui colocou. É um direito que, por conta da desregulamentação acontecida depois da Medida Provisória 2208, que foi promulgada e assinada ainda pelo ex-Ministro da Educação, Paulo Renato, foi uma Medida Provisória que fez com que as falsificações de carteiras do país aumentassem enormemente.

Depois dessa Medida Provisória, que faz com que hoje ninguém tenha o acesso à meia-entrada, uma Medida Provisória que, além de contraditória, de falha, como já pontada por diversas entidades da área jurídica, de uma Medida Provisória que se sobrepõe às leis estaduais e municipais já existentes, Medida Provisória que foi promulgada sem debate com a sociedade, que foi feita como uma represália ao movimento estudantil no ano de 2001, em plena greve das universidades federais, quando o movimento estudantil combatia e ajudava na luta pelo fortalecimento da universidade federal, o Ministro Paulo Renato, então, promulgou essa Medida Provisória como forma de represália ao movimento estudantil, e é uma Medida Provisória que, na prática, desregulamenta e facilita as falsificações das carteiras hoje emitidas.

Para nós, da União nacional dos Estudantes, a gente precisa fazer uma nova lei, uma nova regulamentação nacional do processo de emissão de carteiras,

que faça com que essa emissão seja feita, exclusivamente, pelas entidades estudantis reconhecidas pela sociedade brasileira.

Essa meia-entrada precisa ser feita através da identificação dos estudantes fornecida pela rede do movimento estudantil, que pode ser criada também, e acredito que deva ser fiscalizada por um Conselho Nacional formado pela sociedade civil, por representantes do Ministério Público, por diversos segmentos ligados e interessados nesse assunto. Porque a meia-entrada, além de ser um instrumento dos estudantes, de apoio aos estudantes para a continuidade da sua formação, a meia-entrada é também, reconhecida, uma forma legítima de financiamento da rede do movimento estudantil brasileiro.

Movimento estudantil que, como todos os segmentos do movimento social, precisa ter autonomia e independência frente aos governos e ao poder público, e que, por isso, precisa, de forma legítima, encontrar uma forma de se autofinanciar como hoje é feito através do processo de emissão das carteiras. Então, para nós, o debate sobre esse Projeto de Lei aqui apresentado, ele é muito pertinente. Um Projeto de Lei que, ao botar de novo a meia-entrada no foco do debate no Senado, colocar de novo esse assunto aqui, para a Comissão de Educação, nos permite apontar alguns mecanismos que a gente acredita ser importante para a gente dar continuidade a esse debate. O primeiro deles, que eu colocaria, talvez, como apontamento de sugestão de ajuste ao Projeto, é que quando se falam é credenciar as entidades estudantis junto ao MEC, e somente as entidades credenciadas pelo Ministério da Educação poderão emitir a carteira de meia-entrada, a gente vai estar se sobrepondo ao direito DA auto-organização dos estudantes, que já têm as suas entidades nacionalmente reconhecidas por leis federais, e que, portanto, a gente acredita que essas entidades que possam emitir a carteira, deveriam ser reconhecidas e fiscalizadas por esse Conselho Nacional mais amplo, que eu coloco, sendo composto por empresários da área, pela sociedade civil, por representantes do Ministério Público e do próprio Governo Federal e das suas instâncias.

Acredito ainda que, com a derrubada da Medida Provisória 2208 a gente vai conseguir dar um grande passo em direção a essa nova regulamentação, uma vez que gente vai poder dar fim a essa desregulamentação e fechar esses grandes balcões de carteiras que foram criados a partir de 2001 (soa a campainha) e que hoje servem para dar lucro a uma série de empresários que vivem da venda de um direito que é nosso, um direito conquistado pelo movimento estudantil, um direito legitimamente reconhecido aos estudantes brasileiros que não pode ser retirado de nós dessa forma.

Eu acho muito positiva essa Audiência Pública. É muito positivo a gente poder debater novamente, mais uma vez, esse problema que assola a todos nós, e que hoje faz com que ninguém na nossa sociedade tenha o direito ao acesso à meia-entrada, e que a gerente precisa resolver de uma forma consensual entre todos aqui presentes e nós, dos movimentos, já temos demonstrado aí, diversas vezes, a disposição de resolver isso de forma consensual, uma vez que a situação não está boa para ninguém, e impede o direito à meia-entrada aos estudantes e aos idosos. Então, parabéns pela iniciativa da Audiência, e vamos ao debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a participação da estudante Lúcia Stumpf, e passo a palavra ao Ricardo Difini Leite, da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas.

SR. RICARDO DIFINI LEITE: Prezado Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senador Flávio Arns, e demais Senadores. Eu vou passar rápido alguns slides, até para me deter especificamente no Projeto. Já se falou algumas coisas em relação à Medida Provisória 2208, desde lá subiu para mais de 60%...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu posso só fazer uma observação se o senhor me permite? É que a TV Senado, ela está filmando, e eu acho que se V. S^a. pudesse ficar sentado, só para efeitos, assim, porque o importante dessa Audiência não é só o debate aqui, mas depois vai para o Brasil inteiro uma, duas vezes, e todo o País pode participar com sugestões e tudo, só para que os telespectadores depois, possam ver também.

SR. RICARDO DIFINI LEITE: Cidades como Salvador, chegou a atingir 90% dos ingressos, e Goiânia quase 80%. Já se falou aqui, os demais oradores, a respeito da faceta da comercialização das carteirinhas estudantis. Hoje virou um grande negócio, e isso está desvirtuando a real motivo da existência das entidades estudantis que, ao invés de, muitas vezes de terem o legítimo trabalho de defender os interesses dos estudantes, têm que ficar muito mais preocupados em buscar receitas para suas entidades e, com isso, na realidade, o ônus desse valor que é cobrado das carteiras estudantis ficam para os empresários.

No Rio de Janeiro, foi o grupo Severiano Ribeiro, que é um grupo conhecido, o maior exibidor nacional o País que tinha a há dez anos atrás, em 1997, 13, 8% de meias-entradas de ingressos vendidos. Em 2007, a média no Estado do Rio de Janeiro do Grupo Severiano, em de 61% de meias-entradas vendidas. E outra coisa que foi pesquisada por esse grupo no Rio de Janeiro, é que nas operações de cinemas com maior poder aquisitivo, como Leblon, Botafogo, Laranjeiras,

Tijuca, o número de meias-entradas, percentual de meias-entradas, é até 30% superior aos cinemas instalados em regiões mais populares.

A pesquisa feita pelo IBOPE, também indica o que público de cinema está concentrado em segmentos da população de doze a 29 anos, 73% do público de cinema no país está na faixa etária 12 a 29 anos, e são pertencentes à classe A e B. Ou seja, na maioria das vezes quem é beneficiado pela meia-entrada, são estudantes da classe A e B. É enganoso achar que os estudantes das classes C e D estão sendo beneficiados por essa lei.

Também já se falou, a gente está repetindo aqui, a questão da exclusividade brasileira da meia-entrada. Então, com isso nós estamos tendo problemas para conseguir conquistar esse público da classe C e D, como taxistas, autônomos, empresários liberais, que não têm mais condições de ir ao cinema, porque, na realidade, o cinema ficou quase que exclusivo para esses segmentos de estudantes da população.

Esses dois slides... Pode passar para dar mais tempo. Eu gostaria de falar sobre um exemplo de Porto Alegre, que é uma lei Municipal recente, de junho de 2006, ou seja, um pouquinho mais de um ano, de autoria, inclusive, da ex-Vereadora e atual Deputada Federal, Manuela D'Ávila do PC do B. Esse Projeto, ele permite que os descontos nos finais de semana, em Porto Alegre, seja de 10% em feriados, e 50%, ou seja, a meia-entrada é dada para os estudantes nos dias de semana, de segunda a quinta, onde existe maior ociosidade.

Isso é uma coisa. E outra coisa importante: num dia da semana é permitido, por essa lei, que o desconto seja, estendido para toda a população, não somente para os estudantes. Porque eu acho que esse é um grande paradigma. Eu gostaria de colocar aqui, porque que tem que ser 50% todos os dias.

A meia-entrada vem de uma cultura inflacionária de décadas atrás, no país, onde qualquer desconto mínimo para que fosse um compensador, teria que ser de 50% pela inflação que se tinha. Esses 50%, antigamente, se recuperava na aplicação do *overnight*. Hoje, o país mudou a inflação. É 3, 4% ao ano. O empresário, sem contrapartida do Estado, é obrigado a dar um desconto de 50%. Quer dizer, está fora da realidade atual.

Para ter uma idéia, eu peguei duas operações que têm cinemas em várias cidades, em grandes centros do país, que é a CINEMARK, e Unibanco ArtePlex. Para os senhores terem uma idéia, tanto o CINEMARK, quanto o Unibanco ArtePlex, na sexta-feira, sábado e domingo, o valor da inteira é de 13 reais. Esse é o valor de hoje nos cinemas de Porto Alegre, do Uniban-

co ArtePlex e CINEMARK, que são os mais caros de lá, a maioria dos cinemas lá está entre doze e treze reais, a inteira.

O valor da inteira no final de semana nessas mesmas redes, na maioria das cidades do país, está entre 16 e 17 reais. Têm operações que até o valor é mais caro, eu peguei, na realidade, um valor médio dessas operações. Não sei se Brasília está 16, 17, ou 18. Esse valor até está baixo. Essa é a real, a mais realista diferença de quem tem que pagar meia-entrada todos os dias, numa cidade como Brasília, Curitiba, São Paulo, e aqueles que são beneficiados com uma lei mais justa, em Porto Alegre, onde realmente, efetivamente o valor da inteira é reduzido.

Então, a CINEMARK fez um levantamento de janeiro a julho de 2007. 53,5% foi o índice de meia-entrada em São Paulo, na capital da São Paulo. Nesse período ter um índice de 53,5%. Em Porto Alegre foi de 20% o número de meias-entradas naquela operação.

A variação de público nesse mesmo período de janeiro a julho, onde mais de 50% era meia-entrada, o público da CINEMARK, em São Paulo, foi reduzido em 8,5%. O público da CINEMARK, em Porto Alegre, aumentou em 6,4%. Quando você reduz o ingresso, você aumenta o público. Por causa das leis atuais nos outros Estados e a meia-entrada generalizada, nós estamos perdendo público ano a ano no país. Aqui mostra porque Porto Alegre é considerada a capital do cinema. É a cidade que tem a maior média de salas por habitante. Nós temos, hoje, 60 salas de cinemas com 24 mil... Uma sala para cada 24 mil espectadores, depois, temos Curitiba, Belo Horizonte, Brasília. O ingresso *per capita*, ou seja, Porto Alegre é a cidade em que as pessoas, em média, vão mais ao cinema. A média nacional, para os senhores terem uma idéia, é de meio ingresso por ano por habitante, isso quer dizer que em média no Brasil, em todo o País, as pessoas vão uma vez a cada dois anos. A média na cidade de Porto Alegre é 1,7%, e é uma das maiores médias de índice de idas ao cinema. Claro que está relacionado aos valores dos ingressos e à nova lei que existe na Capital.

Algumas observações importantes em relação ao Projeto, mediante pagamento efetivamente cobrado do público em geral. A sugestão é que esse benefício seja estendido para toda a população em determinado dia da semana. Porque hoje, em alguns lugares, o estudante quer pagar a “meia da meia”. Se o empresário, na quarta-feira, quer fazer a meia para todos, pela lei, como é efetivamente cobrado, o estudante acha que tem que pagar meia da meia. Então, nós estamos sugerindo que haja possibilidade, não a obrigação,

mas a possibilidade que, em um dia da semana, na quarta, na terça, na segunda, nós possamos dar esse benefício não só para os estudantes, mas para toda a população.

A outra sugestão do Projeto é com relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que diz que só terão direito ao benefício os estudantes previstos nessa lei. Nós sugerimos excluir os estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado, e que acha um limite, um limitador de idade para esse benefício, senão, nós estamos desvirtuando. Num país onde o idoso a partir de 60 pode ter meia-entrada e estudante de qualquer idade. Quer dizer, na realidade, nós não estamos privilegiando maiorias, nós estamos privilegiando maioria, é uma minoria que está sendo prejudicada e não tem esse benefício, por isso, como o Chantilly falou, acaba, a maioria da população, pagando o valor utópico de meia-entrada.

É importante a limitação de idade, porque quem já trabalha, quem já está na atividade profissional, mesmo fazendo um mestrado e doutorado, nós não achamos justo que seja beneficiado por meia-entrada.

Outra coisa muito importante é o controle das carteiras, que hoje é um dos maiores problemas. Nós realmente imploramos que haja uma fiscalização rígida que, de preferência, a emissão da carteira estudantil seja feita pelo Órgão Público, que seja através da Casa da Moeda, como uma sugestão houve do próprio MEC, e que realmente seja um documento dotado de fé pública. Não pode, como hoje, qualquer entidade, qualquer empresa, qualquer um faz uma carteira de estudante, e não é, no caso, a função principal da uma entidade estudantil fabricar carteira de estudante, vender e comercializar carteiras. Eles têm sim, esse direito, de receber a verba dessas carteiras. Eu concordo com isso, é um direito legítimo para que se mantenham. Porém, essas carteiras têm que ser emitidas por um Órgão Público, competente, e tenha que ser dado fé pública para esse documento, como é a carteira de identidade, passaporte e carteira de motorista.

Essas seriam as nossas sugestões. Só essa observação, que isso é importante. É a última ou penúltima. Nós sugerimos para o cinema, nesse Projeto, de repente não precisa ser para todos. Isso. Na realidade, é o seguinte: poderia no Projeto constar especificamente para salas de cinema, se for o caso, ao invés de ter um limitador de número de lugares, que seja copiada essa idéia que está dando certo em Porto Alegre, ou seja, não tem limite, pode qualquer estudante, desde que nos finais de semana e feriados, o desconto não seja de 50%, e sim 20%, que é um grande desconto numa realidade do país atual.

Na pior das hipóteses, aí sim, nós teríamos que limitar o número de lugares para esse benefício, para que não aconteça o que está acontecendo hoje que, na realidade, você tem que cobrar a meia como valor do ingresso médio e ter um valor utópico exagerado da inteira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A Presidente da UNE tem uma Audiência com o Presidente da República. Eu quero chamar a Márvia Scardua, que é Diretora da UNE para vir substituí-la aqui, mas antes disso, eu gostaria de dar um presente à União Nacional dos Estudantes, aproveitando a Semana da Pátria, para que coloquem lá, se acharem conveniente, essa bandeira do Brasil.

(palmas)

SRA. MÁRVIA SCARDUA: Eu também gostaria de dar um presente ao Senador, incansável lutador em defesa da educação, aos 70 anos da UNE, uma homenagem nossa para o senhor.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Passo a palavra ao amigo João Batista de Medeiros que é Assessor da Subcomissão Permanente do Idoso do Senado Federal, ex-Secretário para Assunto do Idoso do Governo do Distrito Federal, entre 1997 e 1999.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Senhor Senador Cristovam Buarque, Sr^{as.} e Srs. Senadores, Sr^{as.} e Srs. expositores. Sr^{as.} e Srs., serei breve, não ocuparei os dez minutos. Em primeiro lugar, eu quero agradecer em nome dos idosos brasileiros, porque sempre quando se discutia questões com os estudantes, ou se fazia alguma coisa com os estudantes, era só para estudantes, jovens, porque o Brasil era um País de jovens. Já estamos conseguindo estar ao lado dessa juventude maravilhosa que busca os seus direitos, seus benefícios. Quero dizer que o Projeto de Lei que está sendo discutido nós, idosos, o apoiamos. Por quê?

Porque ele vem regulamentar em parte a Lei 10741 e a 8842, que criou a Política Nacional do Idoso, e o Estatuto do Idoso. A Lei 10741, que é o Estatuto do Idoso, determina em seu Art. 23: “A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer, será proporcionada mediante descontos de, pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos locais”.

Portanto, os idosos já estão contemplados na Lei Federal que concede o desconto de, no mínimo, 50% nos eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer. Discute-se a questão do financiamento dos artistas, enfim, dos eventos, o ressarcimento dessa concessão

feita pelo Estado aos idosos. Outra lei que pode ajudar a minimizar as oposições à concessão dos descontos aos idosos, é a Lei 8842 de quatro de janeiro de 1994, que determina que no Parágrafo Único do Art. 8º: “Os Ministérios das áreas da Saúde, Educação, Trabalho, Previdência Social, Cultura, Esporte e Lazer, devem elaborar proposta orçamentária no âmbito de suas competências visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a Política Nacional do Idoso”.

Aí está então, um caminho: as instituições promotoras de eventos buscarem junto a esses Ministérios o patrocínio, ou algo que seja legal para ressarcir esse desconto concedido. Eu entendo que o Poder Executivo tem todas as condições de participar da viabilização dos descontos para os idosos, usando o que determina essas duas leis para criar mecanismos que venham a ressarcir, efetivamente, de alguma forma, os empresários desses eventos, seja oferecendo patrocínios ou outros meios legais.

Agora, no que diz respeito aos descontos para os estudantes, muito pouco posso ajudar, a não ser desejando que sejam encontrados caminhos certos para viabilizar, pois eles precisam e merecem o benefício, o que é muito pouco, pelo muito que eles representam para o futuro da nossa pátria.

O Senador Leomar Quintanilha, que é Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso do Senado Federal, tem atuado nesse sentido, e eu vejo aqui, que Senadores membros da Subcomissão do Idoso, que me deixa muito feliz, porque eles batalham para que o idoso brasileiro consiga ser reintegrado na comunidade brasileira, e podem ter certeza que a Subcomissão do Idoso, na palavra do Senador Leomar Quintanilha, com quem estive hoje de manhã, meu chefe, e ele me autorizou a dizer que ele, como Presidente, e a certeza de que os membros da Comissão do Idoso estarão lutando pela aprovação desse Projeto nas condições de que venham regulamentar em parte a atuação.

Bem, antes, eu quero aproveitar a ocasião, para chamar a atenção da população brasileira com relação envelhecimento humano. Hoje, o Brasil já conta com mais de 18 milhões e 100 mil idosos. E desse total, 9 mil e 197, 9 milhões 197 aliás, perdão, 9 mil e 197 mulheres, e 7 mil e 199 homens. É milhões mesmo, desculpem, não é a idade não. São 9 milhões, 197 mil e 86 mulheres, para 7 milhões, 199 mil e 630 homens, portanto, os homens continuam morrendo mais que as mulheres, elas estão vivendo mais.

Em 2010 já teremos 19 milhões e 200 mil idosos; em 2020, 28 milhões. E então, o Brasil terá a 6ª população idosa do mundo. Agora, eu tenho umas informações bastante pesadas, mesmo. Em 2040, teremos

85 milhões, 798 mil 157, portanto, 25% da população brasileira será idosa. Isso, tendo em vista os índices de natalidade e mortalidade atualmente em nosso país. Se não mudar nada vai acontecer tudo isso.

E o que é importante dizer que esse número de idosos vem acarretar mais meia-entrada nos eventos. Portanto, está na discussão se conseguir um meio de ressarcir esses empresários, e outra coisa que eu gostaria de deixar registrado, e um pedido à população jovem do Brasil que pode estar nos assistindo. Nós temos, atualmente, geriatras, médicos geriatras que cuidam da saúde física do idoso, apenas, pouco mais de 550 médicos geriatras atendendo nas principais capitais. Portanto, as faculdades formam, por ano, 2500 médicos pediatras, enquanto formam 35 médicos geriatras.

Vejam a diferença. E quanto ao meu caso, que eu sou gerontólogo social, não temos mais de 400 gerontólogos sociais no Brasil. É preciso que as nossas autoridades, as nossas faculdades, as nossas universidades acordem para essa realidade, e criem cursos de médicos geriatras e de formem mais gerontólogos. Eu estou com 74 anos, ainda estou em atividade, pela ausência de técnicos jovens para a conseguirem nessa batalha. Não sei quanto vou conseguir.

Eu encerro, agradecendo a lembrança do meu nome para ser um dos expositores nessa Audiência, que atribuo a generosidade do Senador Cristovam Buarque, a quem tive a honra de assessorar durante quatro anos no seu brilhante Governo no Distrito Federal. Muito obrigado Senador. Obrigado. Eu estou às ordens.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O senhor vai conseguir por mais 20 anos para, depois, rediscutir depois o assunto.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu agradeço a apresentação do nosso amigo João Batista de Medeiros, e passo a palavra a Dr. Bianca de Felippes, que é membro do Colegiado da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

SRA. BIANCA DE FELIPPES: Agradeço a todos. Boa tarde. Senador Cristovam Buarque, Senadores. Senhoras e senhores. Eu vou voltar um pouquinho no histórico de meia-entrada, rápido, para poder chegar nos dias de hoje.

Na realidade, a meia-entrada, existiu uma Lei Federal até 1983, que concedia descontos aos estudantes em eventos culturais. Essa lei foi revogada, pelo então Presidente Figueiredo, pela alegação da falta de controle de emissão de carteiras de estudantes.

A partir da revogação dessa lei, começaram a ser promulgadas leis municipais e estaduais sem nenhum tipo de pensamento, em que muitas leis, umas se sobreponham a outras. Por exemplo, em São Paulo, a lei estadual que concedia desconto a estudante, tinha uma lei municipal que limitava em 30% o teto da concessão do desconto. Então, uma era incompatível com a outra. E essa de 30% não tem mais validade porque é uma lei Municipal.

A partir daí foram sendo criadas leis, Estados e municípios fazendo leis, cada um fazendo o que bem convinha. Essas leis... Nunca se preocuparam em dizer de onde era a fonte de custeio dos 50% que estavam sendo concedidos ao Estado. E isso, na nossa Constituição, que eu vou ler aqui, um parágrafo: “Nenhum benefício ou serviço de seguridade social, poderá ser criado, majorado, ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio.” Isso é o Item 5º da Constituição Brasileira. Todas as leis que criadas, inclusive o Estatuto do Idoso, não se preocuparam em dizer de onde viraria a fonte de custeio dessas leis.

Até os anos 90 com as escalada desses 50% de desconto, eram assumidos pela produção e pelos artistas, porque tinham um grande número de... A gente tinha 10% da Casa com meia-entrada. Isso no início dos anos 90. A partir de 2001, com a promulgação da Medida Provisória 2208, qualquer instituição poderia emitir carteira de estudante. Isso fez com que tivesse uma quantidade de empresas de fachada sendo abertas somente para vender carteira, e nós perdemos totalmente o controle. Hoje, nós temos na bilheteria dos teatros até 90% de meia-entrada no Rio de Janeiro. Isso se estende para o Brasil inteiro.

Isso é totalmente inviável para a produção assumir. O teatro é uma arte artesanal. Não é como o cinema que você não tem 200 salas. Você tem um teatro, uma peça, que tem uma sessão por dia. Essa sessão, você tem que pagar uma folha de pagamento. Você tem que pagar o operador de som, você tem de que apagar o artista, o bilheteiro, o dono do teatro, tem que pagar todos os impostos, e isso, hoje, é inviável. A economia teatral está totalmente desmoronada, em grande parte pela desregulamentação da meia-entrada.

A partir de 2003, com o Estatuto do Idoso, e agora, nos últimos quatro anos, com a proliferação de venda de carteiras de estudantes, assumiu um nível insuportável. Para vocês terem uma idéia, temos um teatro no Rio, que é o Teatro Leblon. Esse teatro é considerado a “Broadway carioca”. Esse teatro tem as mais importantes produções. Em dez anos nós tivemos uma inflação de 138%, e os ingressos não seguiram essa inflação. Hoje, o preço médio do nosso

ingresso no Rio de Janeiro é 37 reais, enquanto em 1998 era 51 reais.

Então, houve uma deflação no preço do ingresso. Então, dizer que nós majoramos os preços para compensar a meia-entrada, não é totalmente verdade. No caso do teatro, fica o ingresso realmente caro, porque o poder aquisitivo da população não está condizente com a inflação, que é galopante. O que acontece também? Nos últimos quatro anos foram firmados convênios com instituições, como rádios, cervejarias, para emissão de carteiras. Isso fez com que deflagra-se uma enorme máfia de emissão de carteiras a não-estudantes.

As pessoas tiram, hoje, carteira de estudante pela internet. Quando você não é estudante, você, inclusive, consegue um histórico escolar falsificado pela internet, com escola, com carimbo, e todos regulamentados, porque têm convênios com instituições de estudantes.

Isso chegou a um nível que, o Teatro Leblon, para vocês terem uma idéia, nos últimos três anos, teve um prejuízo de 500 mil reais. Uma Instituição, que foi a Rádio Jovem Pan, que vendeu no ano passado em torno de cem mil carteiras de estudantes, teve um lucro de três milhões de reais. Três milhões de reais em cima do nosso produto, do nosso trabalho. Ele não produz o espetáculo, ele não paga o artista, ele simplesmente faz a carteira de estudante, e vende a carteira de estudante que concede desconto no nosso trabalho. Isso é inaceitável. Isso tem que ser visto urgentemente. Porque a economia teatral está totalmente de desmobilizada nesse momento, por causa da questão da meia-entrada.

Nós temos hoje, uma incidência de até 90% de meia-entrada nas bilheterias, e grande parte pelo Estatuto do Idoso. E as carteiras de estudante, o estudante vai muito mais a cinema e a *show*, o percentual de estudante em teatro é muito pequeno, e a grande maioria de carteira de estudante são falsos estudantes ou pessoas que já se formaram, já poderiam estar pagando seu ingresso, ou estão fazendo um MBA e têm direito a uma carteira de estudante. Desembargadores ou pessoas que já poderiam, já estão no mercado de trabalho fazem um curso de especialização, um curso de inglês, um curso... Até curso de yoga está concedendo carteira de estudante.

Então, isso é inaceitável. Nós temos que rever isso rapidamente, porque a nossa economia não está sustentando essa situação. Eu só queria fazer aqui umas observações de umas soluções que nós pensamos para equacionar esse problema. Primeiro: a promulgação dessa lei seria muito importante, uma Lei Federal que regulamentasse. Porque, quando você tem uma peça de teatro, e você vai viajar, você vai sair do

Rio de Janeiro e você vai para Maceió, você não tem mais a sua lei regendo o seu produto, você tem a lei de Maceió. Temos, inclusive, uma lei em Cuiabá que dá gratuidade aos idosos, ou seja, impossibilita que peças de teatro vão para Cuiabá, porque os idosos não pagam e ninguém paga essa conta. Só tem uma lei dizendo: "Idoso tem acesso gratuito aos teatros e cinemas". Ou seja, impossibilita que produções cheguem a Cuiabá. (soa a campanha)

A regulamentação dessa Lei Federal é extremamente importante. Nós sugerimos uma limitação de um teto, um até 30% de políticas públicas, sendo elas Estatuto do Idoso, seja ela, estudante, seja ela, professor, porque são inúmeras leis. Não só são de estudantes, tem deficientes físicos, inclusive, teve uma lei que não passou, que foi proposta pelo Roberto Dinamite, que doador de sangue teria direito a 50% de desconto. Essa lei não foi à frente. Houve uma grita geral e ela acabou não sendo aprovada. Mas é uma rede, e hoje, o que deveria ser uma minoria, virou a maioria. O que acontece é que o público está afastado do teatro, está se afastando do cinema, ou quem não falsifica carteira de estudante, que é um crime, que hoje virou uma coisa tão comum, que você diz: "Eu não falsifico". Você é um otário. "Como você não falsifica? Não tem problema". Claro que não tem problema, não é do seu bolso! Isso é crime previsto na nossa Constituição. Claro que tem problema.

Eu estou aberta para debates e queria agradecer muito a possibilidade de estar aqui nessa discussão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nós que agradecemos. E eu passo imediatamente a palavra aos debatedores. Temos dois inscritos: o Professor Senador Flávio Arns, que é o autor do requerimento, tem primazia. Depois a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, a pedido da Senadora Rosalba Ciarlini, em função do compromisso dela na outra, Comissão de Assuntos Sociais, inclusive é Vice-Presidente, eu peço que, na sequência, eu já vou rapidamente na Comissão também, mas ela vai falar por primeiro, se V. Ex^a. permitir.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Presidente, eu quero, com a sua permissão, e agradecendo ao Senador Flávio Arns, até porque eu acho que os expositores é que devem ter visto, atendo ao celular de vez em quando, é a Comissão lá, me cobrando porque eu tenho que relatar um Projeto.

Mas eu não poderia deixar de estar aqui, porque eu acho que esse é um assunto de extrema importância. Não sei se, talvez pelo fato de ter jovens dentro de

casa e por ter idosos também ao meu lado, e de ser também muito ligada à juventude em função de ser pediatra. Então, eu vejo que nós estamos diante de um problema que aparentemente pode se dizer: Que problema é esse? Que influência tem na economia? Que influência tem no desenvolvimento do Brasil? Tem muito. Primeiro, porque eu acho que nós não podemos caminhar para um país desenvolvido, um país em que realmente todos possam ter seu espaço, se não valorizarmos a arte e a cultura.

Quando a Lei foi criada, era uma das formas da gente dar acesso à juventude de poder ter o direito de ir ao teatro, ao cinema, também à terceira idade, que tem todo o direito por tudo que eles já fizeram durante toda uma vida, contribuindo com seu trabalho, com sua inteligência, com a sua experiência, agora mais do que nenhuma do alto dos seus cabelos prateados, para nos ajudar, ajudar esse país.

Mas eu vejo que da forma como as coisas caminham, e pelo que vocês colocaram aqui, o que eu sinto é que, na realidade, um benefício de repente começou a se transformar num problema para os setores de artes e de teatro enfim, de *shows*, em função de uma mudança que houve no decorrer de todos esses anos, porque na realidade, mudou a questão de emissão de carteira.

Acho que a UNE... Eu quero, aqui, parabenizar a UNE pela apresentação brilhante da sua Presidente, e mais feliz ainda, por se tratar... Ver que a mulher, realmente, está mostrando competência, inteligência também, na sua juventude, como participando e dando a sua contribuição ao nosso país através dos movimentos estudantis. Então eu vejo que a UNE está preocupada e querendo, também, que a gente encontre aquele ponto em comum.

Nós não queremos afastar, de forma nenhuma o teatro, nem o cinema do convívio da oportunidade aos nossos jovens e idosos, mas também eu vejo que está precisando, realmente, que seja analisado. Nós temos Presidentes e Senadores, nos debruçarmos e ver como conseguirmos que os excessos que estão sendo relatados, realmente, venham a acontecer. Os excessos. É inaceitável que um espetáculo tenha 90% de meia-entrada, quando nós sabemos que não é esse o percentual normal da população; da população que possa chegar e ir ao teatro.

Realmente é preocupante, mas temos que ter o cuidado de não tirar do estudante esse direito, e nem também da terceira idade. Já é um direito adquirido, é uma questão que nós temos que fortalecer. De quê forma? Realmente, eu vi a preocupação e não sei que órgão fiscaliza, é isso que fica, aqui, a minha pergunta, por que... Que órgão fiscaliza a emissão das carteiras?

Se essa fiscalização é a nível de município, de estado, de nação. Não é quem faz ou quem deixou de fazer, porque se há um órgão fiscalizador, como tudo que é feito nesse Brasil sempre tem a quem prestar contas, quem fiscalizar. Eu acho que aí, também, é parte desse problema: ter o percentual, que também é outro dado, aqui eu não ninguém colocou, qual o universo realmente, de estudantes que nós temos, o percentual da população, que não foi colocado.

Acho que isso é um estudo que devemos fazer. Qual o percentual de estudantes, inclusive daqueles que (soa a campainha) freqüentam, já estão em idade da freqüentar lazer e cultura?

Aliás, a idade são todas, mas tem aquela idade onde você está mais presente em *shows*, em teatros, enfim, esse é um dado. E se existe mais do que isso, temos que descobrir onde e como fazer para inibir, para evitar, realmente, esse ato que não é correto. Porque se você é estudante, você tem direito, mas você não ser estudante, e receber... E também, de certo ponto eu concordo com aqueles que já estão formados, que já tem o seu trabalho, já tem condições... De ter uma carteira de estudante, mesmo que faça algum curso. Tudo bem, mas aí é um estudante diferente, não é aquele estudante que está lutando por um estágio para poder comprar seu livro, não é aquele estudante que está na escola pública, muitas vezes, contando as moedinhas para poder pagar o ônibus.

Então, é esse estudante que a gente quer proteger, que quer valorizar e, como a Lei tem que ser para todos, se for estudante tudo bem. Agora, dentro disso tem a questões a serem analisadas. Realmente existe essa questão, de Médicos, de Advogados, Engenheiros já formados com seu trabalho, com sua vida, podendo pagar uma entrada inteira e por estar fazendo algum curso de inglês, de espanhol – eu já vi isso – eles estão tendo direito à carteira e passam a pagar meia-entrada, de certa forma, prejudicando um setor tão importante para nosso país que é cultura.

Era isso que eu tinha a colocar. Ficam aqui as minhas indagações. Infelizmente, eu não vou poder continuar com vocês porque o assunto que eu vou relatar agora, é da mais alta importância, é sobre questão de transplante, de doação de órgãos, então, eu não posso estar ausente. Vocês me dão permissão, e muito obrigada. Foi muito elucidativo, ajudou bastante, eu acho que nós temos que continuar esse debate para encontrar a melhor forma para os nossos estudantes e nossos idosos, todos que têm direito, e que nós não queremos tirar, queremos regulamentar e ter a fiscalização devida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Senador

Flávio Arns, lembrando que ainda vamos ter uma Audiência mais de discussão do Projeto de Lei. Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exato. Eu quero, em primeiro lugar, saudar a todos os expositores. Dizer que as falas foram extremamente claras, fazem todos nós refletir sobre este processo todo de descontos, ou de pagamentos, ou de meia-entrada. Para mim, pelo menos, foi muito esclarecedor também. Eu sou junto com o Senador Eduardo Azeredo, autor do Projeto de Lei nº 188/2007, que trata desse assunto.

Eu quero dizer que este Projeto de Lei é fruto de uma Audiência Pública que já aconteceu no Senado Federal no ano passado, e fruto também, de um debate que vem ocorrendo na Câmara dos Deputados, e que lá também, de alguma forma, o assunto acabou se interrompendo, parando, e por isso nós retomamos aqui nesta Comissão, que é, como já foi dito, Comissão de Educação Cultura e Esporte, mas nós temos uma Subcomissão, que é de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, então, esta Audiência está sendo feita em conjunto por essas duas Comissões.

Eu acredito e estou convencido depois das falas também, de que este assunto é urgentíssimo. Seja do ponto de vista dos estudantes, seja do ponto de vista dos empresários, dos idosos. Eu considero assim urgentíssimo.

Inclusive, eu solicitei à Secretaria da Comissão, que a segunda Audiência Pública estava, está pré-agendada para 25 de outubro. Eu disse para ele, para o Júlio, nosso Secretário, de que nós gostaríamos que esta segunda Audiência fosse feita no mês de setembro ainda. Neste mês, e entre uma Audiência e outra, o Senador Eduardo Azeredo e eu, como autores, entraríamos em contato com as entidades aqui representadas, para vermos como que esses pontos de vista podem, através de um grupo de trabalho, entre uma Audiência e outra, já fazer parte de um estudo que possa conduzir a um Projeto de Lei, a uma lei que reflita as preocupações aqui externadas, seja do ponto de vista do empresário, do ponto de vista da UNE, a UBES, virá na próxima Audiência pública, do ponto de vista dos idosos, porque eu acho que a gente tem que chegar a denominador comum. E me parece não está distante. Pelas falas, me parece que nós temos possibilidades de chegar a um denominador comum, que favoreça a parte empresarial, a parte dos artistas e o acesso da população a esta riqueza extraordinária, como a própria UNE levantou.

A gente passa, notei vários pontos aqui, passa pelo processo de moralização. Eu quero sugerir, Sr. Presidente, faço nesse momento requerimento verbal, eu posso fazer por escrito, depois, mas já verbal, para que a Comissão de Educação, em função das

exposições aqui apresentadas, oficie para a Polícia Federal. Como Comissão de Educação para a Polícia Federal, para que a Polícia Federal informe em função das denúncias apresentadas de desvios, desmandos, enriquecimento ilícito. É uma quadrilha que se formou no Brasil. Quer dizer, um crime, não deixa de ser organizado, porque está espalhado por todo o Brasil, as pessoas se enriquecendo em detrimento de atividades lícitas de artistas, de estudantes, de idosos, e as pessoas enriquecendo ilegalmente (soa a campainha) em função das denúncias, porque foram apresentadas denúncias nessa Audiência Pública, e a Comissão de Educação oficializar isto para a Polícia Federal, porque é um crime interestadual, e a Polícia Federal tem que cuidar dessas quadrilhas organizadas pelo Brasil, que atuam em detrimento, em prejuízo da população, para que a gente possa ver o que fazer.

Mas já quero convidar os expositores, a gente, ficar muito sintonizado no sentido de... As consultorias do Senado vão nos ajudar, lógico, para nós enviarmos o texto, já vem de volta, vai e volta, para que, eu quero sugerir que a gente termine esse processo nesse mês com os avanços e sugestões que foram feitas.

Se eu tinha se eu tinha alguma dúvida em relação ao Conselho, ao Fórum, não tenho mais dúvida alguma. Então, pensei: "Poxa, o Conselho, porque isso, e tal". Mas acho que as falas foram tão esclarecedoras, que não mais dúvida alguma. A valorização das entidades, historicamente representativas dos estudantes no Brasil, o Projeto da atual Deputada Federal Manuela D'Ávila, ver o que já deu certo, o que não deu para o Brasil, eu acho que foi bastante interessante, a ênfase para o Título 5º da LDB, que os graus e modalidades do ensino, que alguém mencionou a pessoa com deficiência.

Eu quero dizer que eu atuo muito na área da pessoa de deficiência, e a pessoa de deficiência também tem que estar inserida, ou na Educação Infantil, ou no ensino médio, ou no ensino superior, ou na modalidade, assim, de Educação Especial, que é uma modalidade de um desses níveis também.

A gente cuida muito disso. Para que a pessoa com deficiência tenha acesso a tudo aquilo que a sociedade possa oferecer. A questão da falsificação, considere bastante pertinente ter um sistema de credenciamento de carteiras por um órgão que possa fazer um documento oficial mesmo, se for o caso, ver o custo disso, a gente pode já, no meio tempo, estudar, mas, sem de prestigiar as representações de estudantes que precisam também, quer dizer, participando desse Conselho, fica tudo mais fácil. Porque as pessoas, quando estão nos Conselhos, vão discutindo e resolvendo essas situações. Se fosse possível só aprofundar um pouco a

idéia do que os senhores e a UNE também pensam a respeito do Srs. e Sras., pensam a respeito da questão do ressarcimento. O que é isto, como é que se visualiza essa situação, só para ficar um pouco mais claro.

Mas eu quero parabenizar, dizer da importância. Estou convencido da urgência do Senador Eduardo Azeredo, sem dúvida alguma é um grande batalhador nesta área. Não está aqui hoje, porque hoje, realmente, há uma confusão, aí, no Senado, com muitas coisas acontecendo, mas eu quero dizer que a TV Senado também vai mostrar a essa Audiência para todo o Brasil. E nós fazemos até apelo para quem acompanha esta Audiência Pública, que escreva, entre em contato com a Comissão de Educação para sugerir, também ver, para nós chegarmos no final, a uma legislação assim, bastante adequada, boa, tranqüila, segura, que atenda as necessidades a respeito dessa questão da meia-entrada. Está bem? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar a palavra para cada um dos apresentadores, eu queria fazer uma consideração que foge um pouco, mas mais uma vez nós estamos trabalhando, e é claro que temos que fazer, sem a aprofundar o problema no Brasil. A gente trabalha para resolver, Senador Flávio Arns, os problemas da superfície, não profunda na engrenagem vi-ciada do Brasil.

É claro que eu sou favorável, mas eu sou favorável constrangido. Porque o que está por trás disso é, em primeiro lugar, o fato de que a demanda por cultura no Brasil é muito pequena, Senador Duque, se todos os 180 milhões de brasileiros gostassem de ir ao cinema, cairia tanto o valor do ingresso que não precisava de meia-entrada.

Cairia tanto o custo, a possibilidade de lucro das empresas produtoras de filmes, que não ia precisar disso, e nem elas saíam precisar desse subsídio todo que a gente esteve dando. Como a gente não tem público para cinema, aí a gente tem a ANCINE que dá dinheiro para fazer cinema, que outros países não têm isso. Botaram as meninas na escola e em 15 anos fizeram uma geração que vai ao cinema. Colocaram cinema na escola, criaram gosto pelo cinema na escola, e aí não precisa de financiamento. Cineastas brasileiros parecem mais banqueiros em busca de dinheiro, porque se não, eles não conseguem fazer, porque não terão lucro realmente.

Então, a gente discute o subsídio para compensar a baixa demanda. Mas, segundo, não deixa de ser um direito privilegiado, porque os 16 milhões de analfabetos brasileiros não têm carteira de estudante. Os 5 milhões de jovens brasileiros que não estão na escola e não estão trabalhando, não têm direito à

meia-entrada. Termina sendo um direito privilegiado para aqueles que fazem parte dessa minoria. Eu não tenho informações detalhadas, mas é bem possível que na África do Sul houvesse meia-entrada para os estudantes brancos, mas os negros não podiam entrar no cinema e nem no teatro, porque era proibido que eles estivessem juntos.

No caso do Brasil, são os pobres. A gente não consegue dar esse salto para resolver problema de maneira mais profundamente que seria uma revolução na educação brasileira. Todo menino na escola, em horário integral, tendo no horário integral cinema e teatro, cria-se uma demanda, cria o hábito, e aí, os preços podem baixar.

As pessoas estrangeiras que eu falo, ficam surpresas com o valor que a gente paga aqui, não vou dizer quem, para assistir a um *show*, um dia desses aqui. Em dólar. É muito mais caro do que o *show* desse artista brasileiro em *New York*. O Cristiano me chamou a atenção. Por quê? Primeiro, porque são poucos. Fica dois dias e pronto, não pode ter um *show* de dias. Segundo, por causa da meia-entrada. Subiram o valor, e quem paga meia-entrada, como você disse, está pagando a entrada inteira, quem não paga é meia-entrada, esta pagando o dobro, na verdade, a meia-entrada provocou a dupla entrada, que muito estão pagando.

Eu queria dizer que eu gostaria de ver essa discussão continuar, porque ela é emergencial, mas eu gostaria de ver vocês envolvidos numa revolução brasileira pela educação. Quem quer ter mais gente assistindo cinema, a primeira coisa, era fazer com que no Brasil as escolas fossem em horário integral para todo mundo, e tivesse um cineminha em cada escola, ou os estudantes, de tarde, fossem levados para assistir cinema.

A outra coisa emergencial, a gente fez aqui no Distrito Federal, aqui nós tivemos um programa chamado Temporadas Populares que custava um real você assistir o *show* de qualquer ator, de qualquer artista. O Governo pagava o valor, e o povo pagava um real. Porque senão vocês vão quebrar também. Se começar a dar meia-entrada para todo mundo, vai haver a quebra do sistema produtivo. Falta uma política de cultura e falta vincular essa política de cultura à política de revolução educacional, e esperar 15 anos. Nesses 15 anos, a gente vai ter que fazer os diversos ajustes que a gente está tentando aqui.

Eu gostei, porque aqui a gente viu os dois lados da questão. A gente viu o lado dos produtores que vão ter dificuldades, eu gostei muito da sua apresentação do Projeto que nossa Deputada. Porque se a gente põe dias mais baratos, todo mundo pode se beneficiar, inclusive analfabeto, inclusive quem não é estudante. A

Manuela foi muito feliz nisso. A empregada doméstica faz parte, ou vai ter que comprar uma carteira pela internet falsificando. A gente tem que procurar solução mais definitiva, mais radical, mais permanente, e mais positiva para todo mundo.

Para isso eu preciso dou apoio a vocês, saindo de diversas caixinhas corporativas, que a própria UNE, em geral, fica, que é seu papel em defesa de seu estudante, e começar a defendendo a área sociedade brasileira inteira. Especialmente aqueles que são hoje, excluídos da cultura que não se beneficia nem de meia, e nem de zero, se a gente disser zero, eles não vão, porque eles não viram teatro quando eram crianças. Eles não vão se beneficiar, Senador Flávio. Porque não faz parte do universo ir ao cinema, até porque, às vezes, têm dinheiro para tomar uma cervejinha, e não tem dinheiro para pagar um cinema, mas o cinema é secundário para eles, porque nós não criamos o hábito do cinema, o hábito da música clássica, o hábito do teatro.

A gente precisa quebrar essas corporações, que a gente vê aqui nessa Comissão, e todo mundo, junto, entrar num Projeto, que eu vou até, aproveitando a semana da pátria, o que eu dei para a Presidente, claro, dei muito especial, que foi um mapa que, mas eu vou dar um pequenininho para cada um de vocês, só que a vantagem é que atrás tem um texto explicando que eu não quero mudar a bandeira, mas o espírito da bandeira, para pôr educação como mais importante do que progresso, e eu vou distribuir para vocês também.

Fica aqui essa minha convocação, para que se nos envolvamos todos num processo mais amplo de transformação social, sem o que, não adianta meia-entrada, zero entrada. Emergencialmente, eu acho que deve haver sim meia-entrada, com a definição de quem dá o valor, que dá a carteira. Acabar com esse caos, e programas tipo da Manoela, de ampliar o benefício para quem não é estudante também, respeitando a lucratividade. A maneira, talvez, seja de fato, encher os cinemas nos dias que não vai público, as empresas de aviações aprenderam isso. Você compra, hoje, a passagem de avião quase de graça, não é nem meia-entrada, é 10% às vezes, mas num horário inconveniente, num voo inconveniente. Eles estão ganhando dinheiro porque o voo iria vazio...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A gente não pode fazer isso, porque se a gente quiser fazer essa promoção, a gente vai ter que dar... Desculpa. A gente, nós somos proibidos por esse tipo de lei, dessas leis estaduais e municipais, porque se nós quisermos fazer uma promoção na matinê, no caso do cinema, na quarta-feira à noite, que é o dia o que cinema fica ocioso, se quiser fazer a promoção para a empregada

doméstica, o estudante que for naquela quarta-feira de noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Vai querer metade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O idoso vai pagar metade da metade, e ele quebra. Quer dizer, nem promover a cultura espontaneamente, a gente não pode. Ou então, pegar uma sessão de cinema às três horas da manhã, como fazem as companhias aéreas, se eu quiser promover um espetáculo teatral a esse horário, também nós não podemos fazer. É muito louca essa lei, porque ela quer promover a cultura sem nos deixar promover a cultura. É um absurdo. Só um aparte, só para complementar o que o Senador está falando. E uma coisa para a gente pensar também, Senador, seguinte, cultura, eu entendo que cultura seja, o livro, a cultura, faz parte da cultura.

Mas não existe meio livro. Não existe meio livro, nunca no Brasil ninguém nunca falou em meio livro, e a gente sabe que a produção do livro ela é incentivada desde a hora que corta a árvore até a hora que a editora vende o livro na livraria. As editoras, elas têm isenção de impostos. E olha que louco: eu vendo ingresso a dez reais, ou vendo ingresso a cinco reais a meia, e eu pago, eu acho que aqui é a média, 18%. Eu não pago 9% quando eu vendo a meia. Eu não ganho meio desconto, eu não ganho meio imposto quando eu vendo meia-entrada, eu pago imposto inteiro.

Então, nós não queremos subsídios. Nós somos empresas privadas, trabalhamos, mas temos que falar o seguinte, já que estão tirando da nossa parte, que é o seguinte, nós não queremos nada de graça, nós não queremos nada de graça, a gente não quer estar pedindo esmola, a gente não quer nada, a gente só quer trabalhar. Só isso.

Qual a diferença de uma pessoa que trabalha no teatro, de uma camareira, para de um produtor teatro, de um bilheteiro, de um segurança, para um motorista de táxi? E porque o motorista de táxi tem os 30% desconto dele e a Volkswagen não dá nada do bolso, quem dá é o Governo? Como eu já falei ali. Então, são coisas que nós temos que pensar. E porque o livro na editora, eles têm isenção, eu acho isso justíssimo, porque isso está fomentando, e por isso que os livros são mais baratos do Brasil, tem um acesso, e até talvez não seja tão barato assim, mas seriam muito mais caros se pagássemos impostos, mas nós temos que pagar todos os impostos.

Não estamos nem pedindo nada, nós estamos só levantando esse ponto. Nós pagamos impostos exatamente igual a padaria, exatamente igual ao restaurante, exatamente igual a qualquer outro setor do economia. Igualzinho. Uma agência de publicidade, Senador. São

coisas que nós temos que pensar como alternativos. Uma agência de publicidade, os publicitários porque eram organizados, eu não sei à época da lei deles que diferencia na fazenda, eles pagam impostos diferenciados. Como? Ele recebe o valor do anunciante e ele não paga o imposto. Vamos dizer, ele recebe um milhão da Coca-Cola e ele paga 800 mil, paga pessoas, trabalhadores, a mídia, e tudo ele não recolhe imposto sobre aquilo não existe tributação, só paga o imposto do que fica para ele.

Nós que trabalhamos com cultura e não com publicidade, nós pagamos imposto inteiro. Nós somos bitributados. Por quê? Eu recebo o preço do ingresso, nos dez reais eu que eu recebo daquele ingresso, ou de cada um real que eu recebo daquele ingresso, ali eu tenho 20% que vai para a artista, 15% que vai para o bilheteiro, para a segurança. Eu vou pagando todas as pessoas, o som, a luz, o aluguel, e tudo aquilo que, na verdade, não é lucro. Eu estou sendo tributado naquilo. São maneiras que nós podemos discutir e pensar, até com exemplos que já existem, como do taxista, das agências de publicidade, que têm uma diferenciação, e que nós podemos trazer para a cultura. É só isso. Nós queremos discutir. Nós não temos a fórmula mágica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Porque se não fizer isso, vai ficar sem cinema no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exatamente. Os cinemas estão virando igrejas. Os teatros estão virando garagens. Tem uma matéria no Globo de segunda-feira, eu acho, que o teatro em Belo Horizonte está virando garagem. O teatro virou garagem. É pior até que igreja, porque igreja é igreja, agora virando garagem! Quer dizer, é isso que nós estamos indo, nós temos artistas do calibre de Fernanda Montenegro, desse calibre...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agora, se acabasse meia-entrada, daria para abaixar quanto por cento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu mostro para o senhor hoje, que se nós limitarmos em 30%, sem nenhum subsídio, não vou nem discutir, vamos botar uma ação emergencial, vamos limitar em 30%, amanhã e vamos trabalhar em um grupo de trabalho para que daqui um ano, um ano e meio a gente consiga fazer uma política real. Só limitarmos em 30% da capacidade, a gente já cai, automaticamente 30% no preço final. Se o ingresso da inteira custa cem reais, ela custa amanhã, a inteira 70, e a meia ao invés de custar 50 vai, custar 35.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas a gente poderia dizer mais ou menos se reduzisse você colocou reduzindo a 30%.

SR. RICARDO CHANTILLY: E o limitador a 30%.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Se reduzisse a vinte cairia a metade então?

SR. RICARDO CHANTILLY: Exatamente. É isso. Nós íamos chegar aos 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então 20% pagaria a metade da metade.

SR. RICARDO CHANTILLY: Exatamente. É isso aí. 20%. Nós teríamos que fazer, eu acho que as ações são, primeiro, moralizar a UNE e a UBES. Nós sabemos quem são a UNE trabalha, todo mundo sabe, eles não precisam se apresentar, eles não precisam mostrar cartão de apresentação, a gente sabe o trabalho que eles fazem no Brasil, nós reconhecemos isso, então, existem outras entidades? Existem, mas existem outras poucas entidades, não existem milhares de entidades, como eu tenho aqui na Internet, a gente conecta aqui, eu mostro para o senhor. Eu posso deixar aqui com o Júlio. Eu acho que a gente já deu. Não vou falar o nome aqui, mas ela vende carteirinha a cinco reais pela internet. Pelo amor de Deus.

Uma entidade, que eu não vou quero falar o nome, depois eu passo, até na formação do título dessa entidade, ela faz um erro, porque ela fala: “brasileiro” e “nacional” no próprio título dela. Ela usa brasileiro e nacional, o mesmo termo, quer dizer, para estrangeiro não pode. É muito louco.

Então, ela, essa entidade, ela vende carteiras por cinco reais, e tinha uma outra entidade, que eu não estou lembrando agora aqui, que ela também vendia pela internet, a carteira e no final do ano ela sorteava uma scooter, uma motinho. Quer dizer, a promoção total em cima do nosso trabalho, em cima do trabalho de pessoas, e quando a gente fala em teatro, música, a cabeça vem primeiro, nós estamos falando de trabalhadores, primeiro vem o pessoal da Globo, vem Ivete Sangalo, vem J. Quest, o Skank, não. Mas nós estamos falando da produção cultural brasileira, são formados por teatros amadores, são formados por artistas novos iniciantes, bandas novas de garagens, garotos que estão começando a trabalhar. Pessoas que estão começando do zero, que representa 90% dessa massa artística nacional. É uma coisa muito séria, muito séria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Resumindo. Eu, antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, eu dizer o se-

guinte, se continuarmos dessa maneira, o Brasil está querendo entrar no futuro pagando meia-entrada. O Brasil inteiro que está querendo pagar meia-entrada para entrar no futuro que só vai valer meia-entrada. Só vai valer metade do futuro. Tem que encontrar uma alguma coisa mais radical. Mais definitivo, mais estrutural do que esse simples ajuste. Isso passa pela política orçamentária do Governo em relação à cultura, isso passa, sobretudo pela mudança no quadro educacional brasileiro. Mesmo que saibamos que isso vai levar 15 anos para mudar a realidade. Portanto, vai ter que ter medidas emergenciais, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu, lamentavelmente não pude assistir toda a exposição, que estava na Comissão de Constituição e Justiça, mas o Senador Flávio Arns já me dá aqui, rapidamente um resumo, e nós somos, aí, não só nessa matéria, mas em outras matérias, que temos trabalhado juntos, evidente que o que nós precisamos fazer, é buscar, eu diria, que um consenso, para votarmos logo. Eu fico um pouco preocupado que a discussão vá se estendendo em demasia. É evidente que alguns pontos são realmente passíveis de mudança no Projeto.

Essa questão, mesmo, do percentual que se poderia ter de meia-entrada, podemos buscar uma alternativa que atenda ao interesse maior de todos dos estudantes, que são os principais beneficiados, mas também dos idosos, e sempre levantando a importância que têm, nós também estarmos atentos aos interesses dos produtores, dos artistas, e na verdade, às vezes, se discute esse Projeto como se fosse do interesse apenas de empresários. Ele é de interesse, na verdade, de todos os artistas, ele é de interesse dos estudantes que evidentemente querem e precisam ter um sistema moralizado.

Eu não me esqueço, Senador, a primeira função assim, mais comunitária que eu tive na minha vida, foi de Secretário do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da PUC de Belo Horizonte. E a minha primeira briga foi exatamente em cima disso. Porque alguns alunos queriam que a gente já fizesse a carteira da namorada, “mas ela não é estudante aqui” foi a primeira briga, mas talvez vejam o que problema é antigo, já vem na época, isso lá no fim dos anos 60.

Essa questão me parece unânime. Que há necessidade de moralizar, não há nenhuma dúvida com relação a isso. Hoje é um bagunça. Mesmo a questão da emissão de carteira de estudante do Brasil. Então, eu quero apenas manifestar, Senador, que nós podemos ter uma nova discussão, como falava o Senador Flávio Arns, que propõe uma nova Audiência Pública, mas que logo em seguida nós coloquemos em votação

o Projeto para que ele vire norma legal rapidamente do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu agora passo a palavra, a partir do Dr. João Batista, para comentar as falas dos Senadores.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Eu fico muito feliz. Em nome dos idosos que eu represento aqui, não são muitos, mas são 18 milhões e 100 mil já contados, e que lutam para serem reconhecidos como componentes e participantes da sociedade brasileira. Durante muitos anos, o cidadão se aposentava e caía num buraco negro, só ia ser reconhecido quando entrava no asilo ou no hospital. Não existia o idoso na família. Hoje, graças a Deus, existe o trabalho de valorização dele é muito importante.

Eu deixo aqui a mensagem que eu costumo dizer àqueles que me perguntam: “com que idade a gente fica velho, com que idade se chega à terceira idade?”. Eu digo só tem dois caminhos para o ser humano: ou morre como um dos jovens, ou fica velho. Não tem jeito. E para explicar melhor eu criei uma trova que diz assim: “A vida é muito distinta, não é como se apresenta. Alguns são velhos aos trinta, outros, jovens aos 70. Porque não é a idade cronológica que torna uma pessoa velha, e sim, a forma de viver”. No momento em que a gente vive como cidadão brasileiro, não importa a idade, o importante é continuar lutando.

Muito obrigado, e que possamos, em outras ocasiões, discutir mais profundamente esse assunto, e que tenha um representante dos idosos nesses debates. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Dr. Ricardo.

SR. RICARDO DIFINI LEITE: Me detendo ao próprio Projeto, o Senador Flávio Arns falou da questão do ressarcimento, a classe exibidora, cinematográfica, vê com dificuldade a possibilidade do ressarcimento por parte do Governo, provavelmente isso poderia até ser evitado, e na realidade, até o Chantilly falou, existe até a disposição do empresário de bancar como está bancando, na realidade não é empresário que está bancando, é a sociedade como um todo, e o empresário estar perdendo público por causa disso. No momento em que se disciplina essa questão, nós vamos conseguir colocar em prática rapidamente esse Projeto, sem que haja o risco do veto do governo, por causa de onde vão sair os recursos do ressarcimento.

Então, na realidade para nós é muito importante, que aqui fala no Art. 5º, aliás, no Art. 5º, que fica criada a carteira de estudante, que será convencionada em modelo padronizado, a padronização é muito importante, pelo Conselho Nacional de Fiscalização Controle e

Regulamentação, mas, além disso, nos preocupa de quem vai ser o emissor. Nós temos muita preocupação de que ainda as entidades sejam as emissoras. Porque vai ser muito difícil controlar isso, eu acho que nós temos condições de que as entidades, elas encaminhem em para um Conselho, ou para a Casa da Moeda as requisições de emissão, elas vão ser reembolsadas por esse valor. A gente sabe, essa é a única divergente, pelo que está visto aqui, talvez nunca vai ser tão fácil se criar um consenso.

A única questão é preservar, eu acho que a preocupação legítima das entidades, as entidades legítimas também, é a remuneração, é ter o provento do seu sustento, mas isso também, não pode ser feito de uma forma que generalize a carteira sem os controles rígidos que tem que ser ter. Ou seja, uma carteira de estudante tem que ser dotada de fé pública, tem que ser emitida como é emitida hoje, uma carteira de identidade.

Outra questão que é muito importante para nós. A questão da cota. O § 5º, do Art. que fala sobre a limitação de lugares. Poderíamos inclusive, para as salas de cinemas, ao invés de ter a limitação de lugares, ou seja, não precisa se restritiva a quantidade de pessoas beneficiadas, mas sim, uma redução do valor como excepcionalidade. Ou seja, não estamos acabando a meia-entrada. A lei é da meia-entrada, exceto finais de semanas, sextas, sábados, domingos e feriados, que os descontos nas salas de cinemas, seriam de 20%. É muito melhor. A UNE vai continuar recebendo o valor da emissão de carteira, porque reduzindo o desconto, ela não vai deixar emitir carteira, vai receber mesmo valor. E para o estudante o que é melhor, receber 20% de desconto de um valor absoluto menor, ou 50% de desconto de um valor absoluto maior?

Não estamos falando de utopia, nós estamos falando de algo que já existe na realidade do país, é só ir em Porto Alegre. É só descobrir porque os preços em Porto Alegre são menores do que os preços das demais cidades do país. Por que, se em Porto Alegre tem mais salas de cinema em proporção à população? Porque que Porto Alegre tem a maior incidência de pessoas indo ao cinema?

Então, eu acho que são paradigmas que devem ser, de repente, (soa a campanha) retirados, criados. Porque nós vivemos em um país num outro momento. Não é o momento de uma inflação que permite 50% de desconto. Então, essas realmente, seriam as nossas sugestões, para que realmente esse Projeto pudesse ser colocado em votação, em prática, mais rápido possível, e nós estamos à disposição para continuar sugerindo essas pequenas alternativas para o Projeto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Cristovam Buarque, posso fazer uma intervenção rapidíssima?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Por favor, Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Agradeço a gentileza. Primeiro, justificar o meu vai-e-vem nessa Comissão. Nós estávamos ali, numa operação de socorros a um Projeto do Senador Paulo Paim, que a assegura estabilidade ao dirigente sindical. E pasmos por tomarmos conhecimento de uma nota técnica do Ministério do Trabalho, Senador Cristovam Buarque, dizendo que aquilo se tratava de um privilégio. Então, foi um reboliço mobilizamos Senadores, porque estávamos sem *quorum*, e felizmente, aprovamos o Projeto na Comissão de Assuntos Sociais. Mas antes de sair daqui, uma das vezes, eu cochichei aqui, no ouvido do Senador Cristovam Buarque, a minha contínua surpresa em relação a essa matéria, a esse assunto.

Eu creio que, no conjunto do que se trata, de assegurar as parcelas da população brasileira o acesso à produção cultural do país. Eu acho na verdade é isso. E nesse sentido, eu fico sempre surpreso, porque com a contínua exclusão dos professores desse país numa iniciativa dessas. Eu, realmente eu fico sem conseguir entender. A lógica da coisa. Aos estudantes, aos idosos, e aos professores? Que em regra ganham uma titica de salário, Senador Cristovam Buarque, nesse país. Creio que, assegurar o acesso de forma diferenciada aos professores desse país, à produção cultural do nosso país, seria um *plus* a mais no processo de educação. Eu creio que... Eu não consigo imaginar a exclusão deles numa proposição dessas.

Se eu não sei se ainda há possibilidade de emenda a esse Projeto, ainda há. Se houver, eu vou apresentar uma emenda nesse sentido, Senador Buarque, criando isso. Porque considero inadmissível isso. Pode ser que muita gente não pense assim, mas eu considero inadmissível. Se o objetivo é esse, ofertar a segmentos da população brasileira, acesso à produção cultural nesse país de forma diferenciada, e o conjunto de professores desse país, que têm a condução do processo de educacional e cultural também, digamos assim, estejam excluídos desse benefício. Portanto, é só no sentido de afirmar aqui, o meu propósito de apresentar uma emenda nesse sentido, para que os professores desse país, de forma expressa, possam estar também no conjunto de beneficiários de uma proposição como essa.

SR. RICARDO DIFINI LEITE: Se me permite o Senador, eu gostaria de responder. Eu acho que o menos falta nesse país são categorias hipossuficientes.

Existe em todo o país, em vários estados e municípios, inúmeros Projetos, não só para professor, para funcionário público. Recentemente, em um estado pareceu um Projeto para policiais, categoria de policiais para receber meia-entrada, bombeiros, doadores de órgãos. Então, colocando dessa forma, para mim, realmente o mais justo seria que houvesse um preço único, um preço único bem menor do que hoje se cobra, onde a grande maioria da população, que tem dificuldade econômica, financeira, de acesso à cultura, ao lazer, pudessem ser beneficiadas. Porque o que já está acontecendo, somente em duas categorias o estudante e os idosos. Essas categorias já estão preenchendo o maior número de ingressos das salas de espetáculo. Quer dizer, quanto maior for o número de categorias abrangidas, nós vamos chegar quase à totalidade. E pela própria pesquisa que foi mostrada anteriormente, o que é, é que muitas dessas categorias beneficiadas, são de poder aquisitivo alto.

Nós não estamos favorecendo. Uma coisa é uma lei que proteja o estudante de escola pública, agora, tem muito estudante de poder aquisitivo alto que são os maiores frequentadores de salas de espetáculo, de cinemas, de teatro, de *shows*, assim como também têm idosos, também com poder aquisitivo alto, que poderiam pagar um valor mais justo para que outros idosos, que realmente não tem essa condição, pudessem ser beneficiados. Esse é o grande problema que nós estamos encontrando, Senador.

Porque nós estamos vivendo num país que a quantidade das pessoas de categoria que mereceriam e deveriam ter um acesso melhor, é muito maior, nesse caso, não deveria se beneficiar minorias.

Nós teremos que beneficiar uma maioria, e acaba a população como um todo, tendo que ter o direito ao acesso a essas casas de espetáculos, mas quando se têm leis que determinam segmentos específicos, cada vez fica mais difícil para a restante da população ter acesso a essas casas de espetáculo.

SR. RICARDO CHANTILLY: Só para completar, por favor. Com licença, Senador. Eu acho até, eu vou até um pouco mais além. Eu acho, já que nós estamos discutindo uma política de meia-entrada. Uma política de inclusão social. Esse nosso Projeto de Lei tem que ser restritivo. Porque senão, com todo apoio, à sua... Porque também, eu acho que os professores têm que ser beneficiados de uma maneira, eu só espero que não seja com o meu trabalho, porque eu acho que não é justo eu ter que pagar por uma coisa que o Governo não faz, que seria pagar um salário digno para os professores. Não sou eu que tenho, com o meu trabalho, pagar os professores.

Eu acho que nós temos que ter um jeito de restringir com essa Lei Federal. Senão amanhã, as costureiras vão se unir e vão pedir também, porque as costureiras fazem um trabalho muito bonito, e os pedreiros que constroem as faculdades também têm o direito a isso, e daqui a pouco, nós vamos ter, nós vamos discutir hoje, lei da meia-entrada para estudante e idoso, que nós temos um problema, e daqui há um ano, nós teremos o problema das outras leis que vão proliferar pelo Brasil, pegando essa nossa Lei Federal, toda esse nossa discussão, todo esse nosso debate, e ampliando isso, e daqui a pouco nós vamos ter um outro problema, daqui há dois anos ou três anos, onde todas as categorias vão ter esse direito, e esse direito não vai ser para ninguém, porque quando é para todo mundo, não é para ninguém.

Concordo com o senhor, acho perfeita a sua colocação. Só queria levantar esse ponto. Como vamos fazer isso? Temos que pensar como isso vai ser financiado, porque, se nós apenas incluirmos mais uma categoria, nós estamos resolvendo o problema, nós estamos aumentando o problema. Mais um detalhe, que depois eu não preciso mais falar. Um detalhe, que eu peguei o senhor João Silveira, Medeiros. Desculpa. Representando os idosos. Ele falou um número que eu gostaria de corrigir, de 16 milhões de idosos no Brasil? 18 milhões? Então, nós estamos falando em 10% da população, 9%...

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Já está em 9,8%.

SR. RICARDO CHANTILLY: Eu perguntei para Márvia, o número de estudantes. Nós temos, acho que quatro milhões, cinco milhões de estudantes universitários. Vamos dizer, dez milhões ou 15. Nós estamos falando de 20% da população brasileira, representando 90% das bilheterias no Brasil. Nós estamos falando de duas minorias, que realmente são minoria, e que devem ser tratados especialmente, e que são minorias até especiais, mas que estão tendo um tratamento onde 80% da população está sendo excluída. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar ao Senador Duque, eu queria dizer o seguinte. Mais uma vez, o Senador Geraldo não estava aqui. A gente está errando na lógica como vê a coisa. A gente está vendo como um privilégio. Na verdade, o acesso à cultura deveria ser público, a produção privada. Então, é como combinar os dois? É um problema de financiamento.

Eu queria lembrar. O professor, quando ele vai ao teatro, ele não está recebendo um privilégio. Ele é um promotor do teatro. Cada professor que vai, e gosta de um espetáculo, ele consegue mandar mais vinte, trinta, assistir àquele espetáculo. A gente não

está vendo isso. Quanto se gasta para botar um anúncio de um filme no jornal? Sai muito mais barato dar um ingresso a um estudante. Eu não estou falando de substituir um pelo outro.

Quando a gente analisa no geral, a solução vai vir de uma outra forma. E não apenas a solução de meia-entrada. Eu queria desafiar a gente pensasse numa solução mais radical, mais profunda, na qual o professor pode ser o instrumento de promoção da consciência da cultura.

Se o professor recebe duas vezes por mês, não todo dia, porque aí, ele termina não dando aula, indo só a cinema. Mas duas vezes por mês ir grátis ao cinema, e duas vezes por mês ir grátis ao teatro, e duas vezes por mês ir grátis a um *show* especial, não até qualquer, músicas eruditas, a gente teria um aumento no número dos beneficiados dos que procuram... O aumento da demanda. Todo o problema é como aumentar a demanda, e não baratear o custo dos poucos que demandam. Senador, Duque.

SRA. BIANCA DE FELIPPES: Senador, eu gostaria de fazer uma colocação. Eu concordo que a seria muito importante uma atitude radical, mas isso leva tempo ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Leva tempo, precisa de uma emergência ...

SRA. BIANCA DE FELIPPES: E nós não temos tempo ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não, não. Nós temos tempo, agora ...

SRA. BIANCA DE FELIPPES: De uma emergência ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nós temos tempo, agora, precisamos pensar também na emergência.

SRA. BIANCA DE FELIPPES: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tempo tem, esse país vai durar pelo menos 500 anos ...

SRA. BIANCA DE FELIPPES: O doente está na UTI nas últimas ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agora não pode é ficar dependendo tudo do longo. Eu não tenho dúvida que diminui a violência com escola, mas tem que ter cadeia para os bandidos de hoje. Não adianta botar os bandidos de hoje na escola, temos que pensar as duas coisas: como dar um salto para que não se precise disso, e como resolver hoje, o problema emergencial que precisa desses jeitos.

SRA. BIANCA DE FELIPPES: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Estou um pouco rouco hoje, um pouquinho rouco. Mas queria dizer que essa discussão hoje foi muito salutar. Eu, embora membro de Subcomissão, ainda não tinha participado. Gostei de ter vindo, gostei de ter ouvido, mas eu... Essa última proposta do nosso Senador Geraldo Mesquita, me surpreendeu, e eu acho o contrário. Eu acho que o professor bem empregado deveria sortear, do bolso dele, alguns ingressos para os melhores da turma. Essa é a minha opinião. Porque se for dar, se for adotar, – o Senador Osmar Dias vai me perdoar a franqueza – a sugestão dada de dar ao professor também, isso vai desmoronar, vai ser igual a televisão, vai destruir, destrói completamente.

Pode fechar a sala, todo mundo fecha. Não tenho dúvida nenhuma. Ele conhece a minha franqueza. Mas o professor, idealista mesmo, ele tem que arranjar um jeitinho de sortear do bolso dele, alguns ingressos para uma peça ou outra, para os melhores. Essa é a minha sugestão, e dando essa sugestão, peço licença para me retirar, porque eu estou atrasado na outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu só faria uma pergunta, o senhor sugere também, que jornalistas esportivos peguem dinheiro do bolso deles, em vez de entrarem de graça, porque eles entram de graça no futebol, para os amigos deles irem assistir joga jogo? Não. Só jornalista esportivo entra de graça, são eles que levam.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – O jornalista esportivo, não, não entra de graça, não, eles recebem. Recebem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Recebem, então.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Recebem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Mas o professor também recebe. A não ser que fosse só o professor desempregado, porque ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não, não, o jornalista.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Não vamos complicar. Se nós complicarmos, esse Projeto não vai sair nunca.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas o Senador, é o seguinte, a diferença, a gente está perguntando se é privilégio ou não?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Claro que é privilégio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não. Eu acho que o jornalista esportivo ir ao jogo, não é privilégio, é ele quem divulga os espetáculos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Não é ele que vai, é a rádio que vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Crítico de teatro recebe, recebe ingresso grátis, crítico de teatro, porque ele promove.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Recebe por fora também, se ele der uma crítica favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito bem, isso é outra coisa. Agora, se a gente quer promover uma cultura educação, professor, termina sendo uma vantagem se ele entrar de graça no cinema e no teatro, agora não é a solução. A solução é uma boa educação, que todo mundo vai querer para a escola, pagar bem ao professor que ele vai poder ir ao cinema, hoje eles não podem, não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Hoje ele vai à televisão.

SR. RICARDO CHANTILLY: Eu vou dar uma idéia, professor, que levar dez alunos, ele tem a entrada dele grátis.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu diria mais ainda, eu diria mais, vocês já imaginaram o professor passar como tarefa de classe, “olha, o filme tal, o trabalho vai ser sobre o filme tal” ou “a peça de teatro tal”.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É isso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Entende?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – É pedagogia.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Por isso que e falei, se é esse acesso à produção cultural do país, na minha cabeça não cabe a exclusão do professor. Eu não estou aqui advogando privilégio para ninguém, não se trata disso. Entendeu, Senador Cristovam Buarque? Como é que pode excluir aquele que opera a produção cultural do país? Entendeu?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas eu só quer dizer que, no fundo, Senador, é um questão de dignidade de salário. Que um professor não pode pedir para um aluno, assim, eu gostaria até de pedir, o professor até tenha talvez (soa a campainha) essa idéia, mas é que para o aluno ir ao teatro ou ao cinema, ele vai ter que pagar dez reais, 15. E dez reais,

para quem ganha 400 reais por mês, 450, 500, ou 20 reais, quer dizer, infelizmente é um drama.

É uma parte substancial do salário. Então, no fundo, na verdade, quando nós temos assim coisas itinerantes, teatro itinerante, cinema itinerante, circo itinerante, a platéia que possa... As pessoas que têm o desejo de ver pelo exterior do Brasil, quer dizer, a platéia é intensa. Existe esse desejo natural do público, a gente observa isso nas coisas que são apresentadas gratuitamente, as pessoas vão, gostam.

No fundo, é um debate, como foi colocado, assim, de melhoria salarial, de mais condições. Porque uma família que tem um determinado salário, a gente pode imaginar que tem que priorizar. Eu vou priorizar a comida, a luz, a água, ou eu vou priorizar o teatro, a música? Infelizmente, a gente sabe, não há condição de participar. Por isso que nós temos que fazer, o Senador Cristovam Buarque também tem razão, e como a Bianca também colocou, nós temos que ir achando soluções, sem perder de vista o médio e longo prazo, mas ter soluções para as coisas imediatas também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Lamentando que o senhor saia, porque trouxe uma dimensão boa para o debate, mas está permitido porque tem outra Comissão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Mas é que a diferença é o seguinte, se nós todos aqui, os Senadores ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu pensei que o senhor estava perguntando se poderia se retirar. Não? Está querendo participar mais? Ótimo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Os dois ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Por nós, ficaríamos todos ...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Se nós complicarmos esse Projeto que já é polêmico, muito polêmico, nós temos que simplificá-lo ao máximo. Colocar, como diz a costureira, o alfaiate, esse negócio vai longe, sabe como é que é. Eu já tenho Projetos aqui há mais de um ano que jamais saíram do lugar, sequer do lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É verdade.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Simplificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nós temos duas coisas. Uma é simplificar esse Projeto que é emergencial. Agora, não deixar de discutir a mudança mais substancial, sem a qual vai ficar sempre isso. De alfaiate, e depois vem

outro, e depois vem outro, depois vem outro... Eu estou de acordo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, eu quero só aproveitar, já que nós estamos caminhando para o fim. Eu quero insistir nessa questão ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ainda faltam três.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu quero aproveitar a presença aqui, de representantes das empresas e também dos produtores, para questão que se refere às pessoas com deficiência. Porque a acessibilidade das casas de teatro e de cinema é lamentável. A quantidade casas novas que são criadas que não têm elevador, não tem o mínimo de condição de informação, seja para os idosos, seja para pessoas de deficiência, é muito grande. É uma lei que já existe, a Lei de Acessibilidade, então eles vão dizer assim: “ah, mas nós não temos dinheiro para fazer, para poder enfrentar a lei da meia-entrada, como é que nós vamos fazer?”.

Eu acho que é uma questão de padronização não é tão caro assim, e a gente possa ter uma melhor situação para as pessoas com deficiência frequentarem melhor as casas de espetáculos do Brasil. Mas eu reitero o que disse antes, eu quero votar esse Projeto o mais rápido possível, e mais simples. Também concordo que a gente fique aumentando demais não, senão, não vamos chegar a lugar nenhum. Só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está bem. Eu passo a palavra à estudante Márvia Scardua.

SRA. MÁRVIA SCARDUA: Eu vou tentar ser breve aqui, embora eu tenha muita coisa para falar, mas eu acho que a Lúcia falou muito bem quando ela fez a explanação inicial. Eu queria seguir a lógica do Senador. Eu acho que esse negócio da meia-entrada só surgiu no debate porque existe muita demanda por cultura, e a gente tem que fazer um Projeto maior de inclusão cultural para toda a população brasileira, e não para pequenos grupos como estudantes, ou idosos, ou professores. Eu acho que esse é o foco principal que a gente poderia levar.

Agora, como estudante de serviço social, eu sei também, que a gente não consegue fazer assistência se não tiver um programa de assistencialismo antes. A gente vai ter que ter medidas paliativas para que esse problema seja resolvido aos poucos, e isso vem com a meia-entrada. Eu acho que quando a gente defende aqui, a meia-entrada para os estudantes brasileiros, a gente não está defendendo só a manutenção da UNE e da UBES. Para nós, a questão financeira, apesar de

ser importante, porque dá autonomia às entidades para poder levar suas bandeiras, inclusive quanto... São bandeiras que venham contradizer com o Governo, ou pela criação da Petrobrás, ou contra a luta ao nazi-fascismo, o que vem de mais importante para a gente, é mais do que isso. É a complementação do estudo. Para nós, a educação, ela não resume apenas ao estudante ir para a escola, para nós, a educação vai muito mais além, ela vai ao acesso à cultura e vai ao acesso ao esporte. É nesse sentido que a gente defende a meia-entrada para os estudantes brasileiros.

Eu acho que, o Senador colocou a questão dos professores, eu acho que a questão do professor, ela não tem que ser reduzida à meia-entrada. Eu acho que tem que ser de valorização enquanto profissional. Para nós da UNE, o professor deveria ser o profissional que mais ganhasse nesse país, porque é ela quem forma os outros profissionais, é ele quem forma o caráter, é ele quem forma a educação de todos nós que vamos ser formados.

Só para poder complementar um pouco mais, é o seguinte, eu li o Projeto de Lei, gosto muito da maior parte dele, agora, a gente é contra qualquer tipo de cota, Senador. Porque para nós, direito é direito e ele tem que ser universal. Se for direito para os estudantes, não vai ter como a gente limitar qual o tipo de estudante que vai ter o direito à meia-entrada.

Para nós, também é muito difícil colocar limite de idade, porque esse é um problema de fundo educacional excludente. Como é que você vai limitar um estudante que, para nós é complementação da formação dele o direito à meia-entrada enquanto acesso à cultura e ao esporte, se ele tiver 30 anos, porque ele só teve oportunidade de entrar numa universidade com 30 anos, que são poucos hoje que entram na universidade, como é que você vai impedir também, que ele tenha direito à meia-entrada enquanto formação? E para nós, também é muito complicado você delimitar a questão de 40%, 30% ou 50%, seja em qualquer dia da semana, seja em final de semana. Primeiro, que eu não sei qual o mecanismo de regulamentação que a gente vai ter de controle para saber se foi vendido 30% e 40%.

Segundo. Se você limitar por dias da semana, um estudante que fica o dia inteiro na universidade às vezes estudando, fazendo seu trabalho de pesquisa, ou um cara que trabalha o dia inteiro vai para a aula à noite. Num final de semana, quando ele tem oportunidade de ter um período de lazer, como é que ele vai ser desconto de só 10%, e durante os dias da semana, quando ele não tem tempo de fazer lazer nenhum, só o trabalho ou estudo, ele tem direito a 50%? Então, fica um negócio contraditório.

Eu li o Projeto. Eu acho que para nós, a gente tem que discutir direito esse negócio da cota, porque nós não concordamos de forma alguma, seja ela por idade, seja ela por quantidade de ingressos vendidos, seja ela por dia da semana que ela vai ser aplicada, por causa desses fatores que eu estou colocando. E dizer inclusive, que essa questão dos ingressos, eu acho que tem um problema muito mais a fundo disso daí, que é o seguinte, antes da Medida Provisória 2208 que foi feita para nós pelo ex-Ministro da Educação Paulo Renato, que na avaliação da UNE, não foi nada mais do que tentar (soa a campainha) atingir as entidades estudantis e tentar desestabilizar as entidades estudantis, nada mais do que isso, aliás, a Medida Provisória só fez causar uma grande confusão no país. Antes da Medida Provisória 2208, não existia esse problema de preço de ingresso muito alto, ou que a maior parte, 90% dos ingressos eram de estudantes.

Eu acho que se a se a gente regulamentar a meia-entrada do país, acabar com a falsificação das carteirinhas estudantis e, sobretudo, considerar como máfia mesmo, como crime essas entidades cartoriais que fazem carteirinhas para poder ganhar dinheiro, eu acho o que número de ingressos vendidos, para meia-entrada, vai reduzir muito. Eu acho que grande parte, grande parte não, eu acho que realmente todo mundo que vai realmente apresentar uma carteirinha de estudante, vai ser realmente estudante, se a gente conseguir regulamentar e fiscalizar isso com maior rigor.

Eu acho o que problema não parte de, se você colocar uma cota, eu acho o que problema parte, fundamentalmente da gente regulamentar, derrubar essa Medida Provisória 2208, e estabelecer uma lei que realmente atenda aos estudantes, aos empresários, e aos artistas brasileiros.

Eu queria, só para poder finalizar aqui. A gente fez um dossiê que diz respeito a uma ADIN da OAB quando foi feita a Medida Provisória 2208, falando da inconstitucionalidade da Medida Provisória e, diversos depoimentos, diversas leis estaduais, municipais de meia-entrada do país e, inclusive, um parecer do MEC, na época do Paulo Renato, falando da inconstitucionalidade. O próprio MEC admitiu que era inconstitucional a Medida Provisória 2208. Tem uma declaração do então, ex-Ministro Paulo Renato, dizendo que a Medida Provisória ela era falha, e que dava brecha para falsificação, e a gente conseguiu juntar tudo isso nesse documento.

Eu queria entregar ao Senador Flávio Arns, para ele poder levar em consideração a opinião dos estudantes, e poder levar em consideração toda essa documentação aqui, que a gente teve o cuidado de juntar. Ao Senador Eduardo Azeredo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Passamos à palavra ao senhor Ricardo.

SR. RICARDO CHANTILLY: Só para terminar, que já falei muito.

Eu acho realmente, que nós progredimos bastante hoje, principalmente no ponto em que nós temos que ser ágeis, porque nós temos um doente no estado terminal, e esse doente é a cultura brasileira.

Eu concordo em tudo, e acho que a UNE e a UBES tem que ser privilegiadas, porque são entidades de verdade, conheço o trabalho deles, fazemos um trabalho juntos inclusive, desde a outra Diretoria, com Gustavo Petta, e com a nova Diretoria também. E acho que historicamente a UNE e a UBES são, realmente, os representantes morais dos estudantes brasileiros.

Eu acho que eles têm todo o direito de reivindicar tudo que eles estão reivindicando. Só não concordo na parte da limitação. Por quê? Eu também não queria limitação, só que eu sou um cara realista e sei o que Governo não tem dinheiro para pagar o hospital. A gente está vendo, aí, a crise dos hospitais, a crise da segurança, a própria crise da educação, o Governo não tem dinheiro para pagar o professor, nós acabamos de falar isso aqui.

Como é o que Governo vai pagar para um show do *Iron Maiden*? Para um estudante ir a um show de *Iron Maiden*, eu acho complicado. Eu não vou nem dizer da produção cultural brasileira, porque se a lei é para tudo, a lei hoje, é para tudo. Então, um show do *Iron Maiden*, que toca heavy metal... É muito legal, eu até gosto. Mas o que isso significa para a cultura brasileira? E isso está inserido, isso é entretenimento. Isso está inserido nisso aí.

Se nós tiramos os shows internacionais, os estudantes vão gritar: “Espera aí, mas eu também quero ir ao show do *Iron Maiden*, eu também quero ir ao *Cirque du Soleil*. Eu também quero ter esse direito”.

Então, eu não discuto a posição de ninguém, eu só queria colocar mais uma coisa. Nós estamos falando se nós não limitarmos, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Se nós limitarmos, como nós vamos policiar isso? Com o Procon, com a polícia, como hoje deveria ser policiado, também, a emissão das carteiras. E não é? Como hoje, se eu quiser fazer uma coisa, eu posso explicar para vocês, porque eu trabalho isso todo dia, é o meu trabalho. Se eu transformar uma palavra, eu acabo a meia-entrada, sabe como? Se eu transformo o nome bilheteiro, que é o cara que vende legalmente, em cambista. O cara que é meu funcionário, que é meu bilheteiro no teatro ou no *show*, os ingressos são meus. Eu vou vender os ingressos, eu falo assim: “Os

ingressos estão esgotados”. Aí, eu falo para o meu bilheteiro: “Fica ali do lado de fora, e vende esses ingressos”. A mesma coisa.

Eu só tiro o cara de dentro da minha sala, daquele guichê, e transformo o nome dele de bilheteiro para cambista. Cambista não vende meia. Vocês já pensaram nisso? Olha que loucura. No Brasil, nós estamos ensinando o estudante a ser ladrão. Porque ele tem que falsificar a carteira, e nós estamos ensinando, nós não fazemos isso, mas nós temos que pensar até em como burlar a lei, e eu sou trabalhador. Olha, que loucura!

Então, eu só discordo da Márvia e da UNE nesse ponto. Não é briga, é apenas ponto de vista. Onde, quando a gente fala em 30, 40%, é porque nós temos que ter um limitador sim, porque senão nós não vamos conseguir, inclusive com os empresários picaretas que nós temos no Brasil – que eu não os represento aqui – mas que nós temos, é lógico. Nós temos médicos picaretas, senadores, deputados, estudantes. Nós temos todo mundo, nós temos picaretas no Brasil, é lógico. No mundo inteiro.

Então, porque nós não vamos ter empresário picaretas? Nós vamos ter. Então, vamos botar esses caras na cadeia. Se esses caras estiverem burlando a lei, nós vamos botar esses caras na cadeia. Agora, a gente não pode fazer uma lei pensando que as pessoas vão burlar. Lógico que se eles burlarem, têm que ser preso. Se eu burlar, se eu transformar o meu bilheteiro em cambista, tem que ser preso também. (soa a campanha) Eu concordo muito com o Senador Cristovam Buarque quando ele fala que o problema é muito maior. Concordo, em gênero, número, e grau, que a educação é a solução desse país. Concordo. Pena o que senhor não é Presidente da República, infelizmente. Mas seria ótimo, mas... Porque isso ter que ser colocado. Agora, quando a gente fala em 30%, só voltando esse ponto de 30%. Porque a gente defende esse ponto? Não é que seja bom só para a gente, vai ser bom para todo mundo, por quê? Porque antigamente, vocês tinham, quando vocês – Só usar um contra argumento na sua argumentação – quando a Márvia fala assim: “Antes da Medida Provisória, nós não tínhamos esse problema de falsificação de carteira, e nós tínhamos em média dez a 15% de estudantes em *shows*, e aí nós não tínhamos que majorar os preços”. Se nós estamos limitando em trinta, está bom. Se antes da Medida Provisória tinha 10, 15%, nós vamos ter um limitador de 30%.

Hoje, já existe um limitador natural, que é o limitador físico de cada espetáculo. Por quê? Se todas as pessoas que entrarem na fila primeiro for pessoas que não são compradores, não forem estudantes, não

tiverem carteira de meia-entrada, eles vão comprar as inteiras, e não vai sobrar meia para os estudantes.

Então, existe já um limitador físico existente. Existem limitadores. Nós estamos falando de duas coisas. Quando a gente fala do limitador, eu não sou a favor, eu só queria que alguém apresentasse uma outra solução para isso. Se o Governo for pagar tudo que nós botamos da meia-entrada, pode ter 100%, pode ter 200% de estudantes. Já existe política, e eu vou lembrar para vocês que é a mesma coisa, porque a gente trabalha nesse dia-a-dia.

Quando uma Prefeitura compra um espetáculo de teatro e bota em praça pública, ou quando compra um *show* de um artista e bota em praça pública, ela está fazendo política cultural. O artista não está fazendo política, quem está fazendo política é o Estado, é o Governo e não a iniciativa privada. Quando ele pega um cinema e bota cinema itinerante, e bota em praça pública, e nós já vimos vários exemplos desse aí, ele está fazendo política. Lembrando para os idosos uma outra coisa, que a gente tem tanta coisa para falar, e eu tenho que falar rápido. Os idosos têm que ter o mesmo direito à saúde. E eu nunca vi um idoso, eu nunca vi uma lei dando 50% de desconto em hospital particular. Por que isso, gente! É só a gente parar e pensar porque o idoso não tem 50% do remédio, não tem desconto no hospital particular, não tem desconto em nada, porque ele tem na cultura? Por quê? Porque isso é a política do “me engana que eu gosto”. Desculpa. É mais fácil. Perdão, desculpa até por me exaltar, porque todo dia metem a mão no meu trabalho, e isso já há 15 anos. É muito triste isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E para não enfrentar os grupos mais fortes, enfrentam os mais fracos. Agora eu vou sugerir, lamento que o Paulo Duque não esteja, ao Senador Geraldo Mesquita, uma alternativa que talvez vocês gostariam. Vou sugerir uma alternativa para os professores fora dessa lei, para não mexer. A gente não dá ticket alimentação? Porque o Governo não dá ticket cultura? Com a condição que vocês exijam a carteira de identidade, porque senão, vai surgir um mercado de ticket cultura, como já tem de vale-transporte. Professora, a senhora.

SRA. BIANCA DE FELIPPES: O vale cultura é uma coisa que já existe, e muito fácil de ser colocado em prática. Já existe essa lei, já existe, seria realmente uma solução ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Já existe para todo trabalhador?

SRA. BIANCA DE FELIPPES: De cultura. Não. Já existe. Não foi colocado ainda em prática, mas já existe o Projeto pronto no Ministério da Cultura total-

mente aprovado, e incensado(F) pela classe, e nós não sabemos ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E é para dar a todos os trabalhadores?

SRA. BIANCA DE FELIPPES: A todos os trabalhadores. Quando uma empresa compra um vale-refeição, e dá para o trabalhador, ele pode comprar o vale cultura e dar para o seu trabalhador, e ter os mesmos incentivos que o transporte ou a alimentação.

Eu só queria me ater rapidamente ao Projeto, que eu acho importantíssimo ser votado em caráter de urgência, porque nós estamos num período realmente crítico, com teatros fechando, com pessoas sendo desempregadas. Nós temos uma classe trabalhadora na cultura de camareiras e costureiras, e operadores, que estão desempregados. Enquanto uma produção poderia contratar 50 profissionais, hoje contrata vinte. As pessoas fazem duas, três funções, porque nós não temos recursos para cobrir toda a folha de pagamento. Então, essa medida seria muito importante de ter esse limitador. Porque os 30%? É uma minoria, é uma lei para uma minoria que são os idosos e os estudantes, e essa minoria tem ocupado 90% da nossa bilheteria. Em muitos casos eu fiz uma peça de teatro no Rio de Janeiro, um musical, e eu tinha 98% de ingressos meia-entrada.

Quase a totalidade de idosos. Idoso não falsifica carteira. Nós temos que temos que ter um limitador, e não só para estudante e idoso, políticas públicas. Amanhã vem uma outra Lei Federal para o bombeiro, ou o professor. Então, temos que ter sim um limitador para políticas públicas, para que, a partir de 30%, nós tenhamos resguardado o nosso direito, como iniciativa privada.

Então, a iniciativa privada hoje, está pagando por uma política pública. Isso é errado. Isso não acontece em nenhum lugar do mundo. Hoje, no Rio de Janeiro, nós temos teatros realmente enfrentando dificuldades, e virando, querendo virar supermercado. As casas são fechando. Ele não tem como colocar equipamentos novos, não tem como pagar seu pessoal. Então, a crise é muito grave. Temos que, imediatamente trabalhar nessa lei que é, vai ser muito boa, mas que eu acho que tem que ter ajustes. Eu acho importantíssimo o limitador de 30% para políticas públicas. Eu acho que nós não temos que discutir com o estudante ou com o idoso, ou com quem quer que seja. Nós temos que ter o mínimo para poder ser dono da nossa economia, para fazer as nossas contas e pagar no final do mês. Então, é isso. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de encerrar a sessão, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, Senhor Presidente. Eu só gostaria também de sugerir aos expositores que, em função dos debates, dos argumentos, contra-argumentos, que cada um pudesse reler o Projeto de Lei, e função da experiência também, de outros municípios, estados, e ...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Por exemplo, ele está colocando aqui 40%, a cota não está em 30, está em 40.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se pudesse sugerir: “concordo com esses pontos, não concordo com esses outros”, alguma razão, assim, não precisa ser um tratado a esse respeito. Sugiro também, a inclusão de tais e tais aspectos, e que possa ser mandado, isso aqui, para a Comissão de Educação. No Senado nós sistematizamos esses aspectos, e ficaríamos em contato para convergirmos para um texto tão consensual quanto possível, como sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu espero que assim que o Projeto chegar aqui, vindo da CCJ, tenhamos um relator, e esse relator possa sentar, até individualmente, para tentar combinar uma saída. E que na justificativa vamos além desse Projeto, e pensemos como mudar a realidade brasileira.

Cultura, Senador Eduardo Azeredo, é uma coisa interessante de estudar em relação às dificuldades do mundo de hoje. Não há cultura sem liberdade, não há cultura só com o mercado. É um dos pontos em que mercado e liberdade não batem. Só mercado não faz cultura. E com o controle estatal também não se faz cultura, porque a gente já viu que as experiências não funcionam bem. Ninguém conhece, eu tenho pesquisado – aliás, se alguém quiser me dar – ninguém conhece um grande escritor alemão durante o período nazista, que ficou morando lá. Os que estavam lá foram embora.

Então, é um ponto importante de ver. Como combinar a liberdade com o financiamento por parte do Estado? Não só com essas medidas que nós temos que tomar, mas numa visão mais ampla. E, sobretudo, com a fábrica de cultura, que é lá embaixo, na educação. A fábrica de cultura não está nos agentes culturais, está lá na ponta da educação de todos. Na escola. Está encerrada a sessão essa Audiência.

SR. RICARDO DIFINI LEITE: Somente agradecer aos Senadores, autores desse Projeto que está ajudando muito, e eu gostaria de registrar aqui, em público, o agradecimento ao Senador Flávio Arns e

Senador Eduardo Azeredo por essa iniciativa que vai ajudar muito a cultura do país.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigados a vocês.

Sessão encerrada às 12h45

Ata da 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de setembro de 2007.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia onze de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raup, Paulo Duque, Edison Lobão, Raimundo Colombo e Rosalba Ciarlin. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as **“Idéias e Propostas para a Educação Brasileira” e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**, de autoria do Governo Federal. O Senhor Senador Cristovam Buarque, abre a reunião informando ao Plenário, que recebeu neste momento, ofício do Ministério da Educação, comunicando a impossibilidade da presença do Exmo. Senhor Ministro devido a problemas na sua agenda de trabalho. Lamentando o ocorrido e a ausência do Ministro da Educação, a presidência cancela a 10ª Audiência, encerrando o “Ciclo de Audiências Públicas” e abre Sessão Extraordinária para submeter a discussão, o prazo para que os senhores relatores setoriais designados no “Ciclo” apresentem seus relatórios. A Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores, Flávio Arns, Marisa

Serrano, Augusto Botelho e Geraldo Mesquita. Após amplo debate, fica decidido em vinte (20) dias o prazo para envio das conclusões e o mês de outubro para a votação dos relatórios setoriais. A presidência faz a leitura dos relatores setoriais designados: Senadora Rosalba Ciarlini (PFL/RN) – Educação Infantil; Senador Marconi Perillo (PSDB/GO) – Ensino Fundamental; Senadora Marisa Serrano (PSDB/MS) – Ensino Médio; Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) – Ensino / Extensão; Senador Marco Maciel (PFL/PE) – Pesquisa e Formação; Senador Flávio Arns (PT/PR) – Educação Especial; Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG) – Educação. à Distância e Senador Paulo Paim (PT/RS) – Ensino Técnico e Profissionalizante. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica, que o relatório referente as cinco (5) primeiras Audiências do Ciclo, foi encaminhado aos relatores setoriais no dia quatorze de agosto próximo passado, e que esta Comissão estará aberta a receber sugestões da sociedade para a conclusão final dos trabalhos, através do endereço eletrônico: **SCOMCE@senado.gov.br**. A presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tenham um bom dia. Bom dia a cada uma, a cada um de vocês. Havendo número regimental declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento de nº 03 da Comissão de Educação de 2007, de autoria de toda a Comissão de Educação, para a realização do ciclo de Audiências Públicas com objetivo de debater idéias e propósitos para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da Educação.

Eu quero lembrar que essa é a 10ª Audiência. Fizemos ao longo desses três ou quatro meses muitos debates com diversas autoridades e com muitos especialistas. Lamentavelmente, tivemos a ausência de

três Governadores, que não puderam vir e hoje, dos três Ministros que estavam previstos. Dois Ministros e uma Ministra. Tivemos também a falta de outros Ministros, salvo o Ministro da Saúde que ele quis vir, mas como ele viria só, sem ou outros Ministros, eu achei que não valia a pena constrangê-lo, colocando para debater ao lado de assessores dos outros Ministros. Então, no caso do Ministro Temporão, não foi ele que não quis vir, fui eu que, na conversa com ele, que disse que ele ficava dispensado, se preferisse. Os outros não vieram. O Ministro Mantega me disse que quer vir aqui no momento que a gente quiser, mas não poderá vir. O Ministro da Educação tinha confirmado, mas hoje mandou uma nota que surgiu um imprevisto de última hora, não pode vir também. O que eu acho lamentável, até porque o tema é Educação. De qualquer maneira nada impede que eles venham outras vezes aqui. Mas o ciclo, como tal, a gente tem que terminar hoje.

Eu queria então, antes de concluir essa Sessão, abrir a palavra e discutir um pouco a conclusão do ciclo que vai implicar em relatórios, que eu lembro aqui que no começo nós fizemos a Senadora Rosalba como Relatora da Educação Infantil, junto com a nossa assessoria, é claro. O Senador Marconi Perillo, do Ensino Fundamental, a Senadora Marisa Serrano, Ensino Médio, o Senador Antônio Carlos Valadares, Ensino Superior (ininteligível) Ensino Extensão, Senador Marco Maciel a parte de Pesquisa e Informação. E em outras áreas, o Senador Flávio Arns, Educação Especial, o Senador Wellington Salgado, Educação à distância e o Senador Paulo Paim, Ensino Técnico e Profissionalizante.

Eu vou abrir a palavra, mas gostaria de saber que prazo nós temos que dar para no mais curto tempo possível fecharmos um documento, cuja idéia é entregar ao Presidente do Senado, e a partir dele ao Presidente da República, essa é idéia, que está ainda valendo.

Eu abro a palavra e passo para a Senadora Marisa Serrano, a quem parabeno por ser a Presidenta da Comissão de Educação do Parlamento do Mercosul.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Obrigado, Senador Buarque. Quero agradecer as suas palavras e dizer que espero poder, além de representar bem essa Casa e povo brasileiro, a educação brasileira, e representar como V.Exª tem feito aqui, é um mestre para todos nós. Quero pelo menos me espelhar nas suas ações.

Mas Senador Buarque, eu queria fazer algumas considerações. Primeira, que realmente fizemos três meses e eu me penitencio de não poder ter estado aqui durante todo esse tempo, mas dizer que foi muito importante porque a Comissão de Educação, Cultura,

Esporte, deu uma linha positiva de ação de debate para essa Casa. Dizendo a todos os brasileiros, que realmente nós queríamos apresentar um trabalho que desse à nação a exata dimensão do que é ser Senado, de uma Casa Federativa, que pudesse refletir aqui aquilo que nós pensamos para a educação e que podemos discutir para a educação, para todo o país. E sentir muito a não vinda do Ministro, eu fiz questão hoje, fui umas das primeiras a chegar aqui, porque eu achei que era muito importante nós ouvirmos o Ministro da Educação, os outros Ministros também, mas principalmente o Ministro da Educação, que é da nossa área. E que ele pudesse fazer o fechamento desses meses todos de árduo trabalho da Comissão de Educação.

Fica aqui então, a minha tristeza, e a minha decepção, por não ter aqui o nosso Ministro da Educação, que ele pudesse fazer o fechamento de um trabalho tão profícuo, tão sério, que essa Comissão fez durante todo esse tempo.

Mas também dizer a V.Exª, que nada isso vai empanar o brilho do trabalho realizado, não só pelos Senadores, na condução da V.Exª, mas dos nossos servidores, do Júlio, que tem dado uma atenção especial a esse ciclo de debates, e dizer que eu concordo com a V.Exª. Eu acho que devíamos terminar o mês de setembro com uma agenda positiva. Esse mês, que foi um mês tão desgastante para nós, está sendo um mês tão desgastante, quem sabe a gente pudesse dar ao povo brasileiro a satisfação de no final desse mês nós pudermos oferecer aqui propostas exequíveis, sérias, abertas, porque eu não acredito que nós vamos oferecer questões fechadas. Nós vamos deixar o povo brasileiro também poder, não é isso, Júlio? Que o povo brasileiro possa, a partir do nosso relatório, dar outras sugestões, aprofundar, nós estamos aqui para isso mesmo, para ouvir a população colocar as suas propostas dentro do relatório que nós vamos apresentar.

Portanto, eu quero aqui parabenizar V.Exª, parabenizar a todos os Senadores que participaram tão arduamente desse esforço e dizer que se nós pudéssemos terminar esse nosso relatório e oferecer no final desse mês, seria como oferecer um presente à nação. E propor, dizer que o Senado não pode acabar não, que o Senado é e deverá continuar sendo aqui um parâmetro federativo, a representação dos Estados, e não, como alguns querem, acabar com o Senado. Eu acho que a resposta nossa vai ser com trabalho, e com trabalho sério. Portanto, a minha proposta fica que no final desse mês nós possamos apresentar nosso relatório. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Fico muito feliz com o prazo que

a senhora deu, que é vinte dias, que é o que eu imaginava, não há necessidade talvez de mais, temos a consultoria nossa, temos um consultor aqui contratado na Comissão praticamente só para isso. Eu quero me envolver ao máximo. Então temos um requisitado da consultoria e temos mais um, que eu tenho o direito como Presidente de escolher, e que coloquei para isso. Uma pessoa da maior qualificação. E em vinte dias eu creio que a gente pode. Como a senhora é uma das relatorias, e está assumindo esse prazo, significa que dá tempo.

Senador Flávio Arns, que também é um dos Relatores. Senador, quer falar, Senador?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A Senadora Marisa Serrano estava perguntando, falando se seria possível até o final do mês, eu digo, “basta a gente querer”. E não adianta ficar alongando demais também, procrastinando, e depois... Eu acho que nós temos que fazer o relatório e, como V.Ex^a colocou, eu acho que está é uma grande contribuição que se pode dar para o debate dessa tema, que é o mais fundamental no Brasil, que é a Educação. V.Ex^a também, Senador Cristovam, tem sempre colocado dessa maneira. E eu me lembro, inclusive, de um período aí também que na televisão sempre aparecia o pensamento que Educação é tudo. Esse era o pensamento, Educação é tudo. E é tudo mesmo. Com o apoio das outras áreas, assistência, saúde, trabalho, mas mesmo para o trabalho, a gente discute até em relação à pessoa com deficiência, que nós temos um legislação, eu diria boa, na área do trabalho, particularmente com a questão de reserva de cotas nas empresas privadas, de acordo com o tamanho da empresa, ou outras leis que dizem respeito à reserva de percentual em concursos públicos também, municipais, estaduais, federais. E o grande desafio da pessoa com deficiência hoje é ela terminar o estudo, terminar o Ensino Fundamental, terminar o Ensino Médio, terminar o Curso Superior, para que ela possa se habilitar de uma maneira mais efetiva, mais adequada, ao mundo do trabalho.

Há lacunas também, eu quero dizer, porque V.Ex^a conhece muito bem a situação de muitas pessoas com deficiências, que estão nas APAEs, nas PESTALOZZIs, em escolas especiais, que têm o direito de irem para o mundo do trabalho, mas que tem que ter um trabalho supervisionado, orientado, porque de fato não têm condições de fazer um trabalho independente, mas têm direito de terem acesso ao trabalho. Mas mesmo para essas pessoas que têm mais dificuldades, ela chega ao trabalho supervisionado, graças ao esforço da educação. Quer dizer, a educação que faz, cria hábitos de trabalho, atitudes de trabalho, enfim, prepara a pessoa com uma deficiência, com uma ne-

cessidade mais acentuada, para exercer o seu direito ao trabalho também.

E eu só quero destacar para os colegas da Comissão e para V.Ex^a, Senador Cristovam Buarque, que eu diria que, eu acho que esta foi a iniciativa da Comissão de Educação, certamente, assim, a mais... quer dizer, a mais envolvente, com mais trabalho, com mais Audiências, que se pensarmos na programação, apesar de ter tido alguma dificuldade, nós estamos falando de 12 Audiências Públicas, 12 Audiências, vieram, assim, a gente pode se arriscar a dizer que vieram dezenas de pessoas, lideranças sob ponto de vista estudantil, do empresariado, da Ciência, da Tecnologia, do Executivo, Prefeituras que estiveram aqui.. Quer dizer, vieram empresários, quer dizer, setores todos da sociedade que tenham interesse em debater esse assunto. Então foi algo sólido, consistente, de fôlego, de bastante fôlego e que na verdade, isso aqui, inclusive, que seja um esforço nessa direção, mas que possa continuar na sequência também, desdobramentos, debates, detalhamentos.

Esses dias ainda eu falava, quando nós discutimos a questão da carteira estudantil, que às vezes, pagamento de meia-entrada, confecção da carteira estudantil, que tivemos Audiência Pública e vamos ter outra no final desse mês. Eu discutia particularmente com a representação da UNE, União Nacional dos Estudantes. Porque a segunda representante da UNE que participou da Mesa era, é, está se formando, é aluna do curso de Serviço Social. E eu dizia para ela, “olha, para mim depois da professora, do professor, eu acho que toda a escola tinha que ter o assistente social”. Quer dizer, tinha que ter o Assistente Social, por quê? Para uma escola pública, inclusive, conseguir articular esses programas do Governo Federal que estão à disposição do aluno. Quer dizer, as pessoas estão tendo acesso, aqueles alunos daquela escola, estão tendo acesso à construção de casa, estão tendo acesso, se for ao caso, ao BPC, Benefício da Prestação Continuada. Quantos casos que a gente sabe que a pessoa tem direito a ter o benefício da previdência, mas vai lá no posto, não é bem atendido, “não, você não pode”, “não, não é o teu caso” e tal. Quer dizer tem que ter o apoio. Eu diria que o Assistente Social poderia contribuir para que os alunos e famílias de uma determinada escola tivessem, assim, mais respaldo, mais condições e se essas pessoas participarem do processo educacional, quer dizer, de construção de uma vida orientada, boa, o aluno vai ter mais condições de participar. Quer dizer, de participar da escola, de ter sucesso na escola. E eu às vezes fico pensando, a gente fala de inclusão da pessoa com deficiência na classe comum. E a gente quer que todo mundo que tenha condição

realmente esteja na classe comum. Mas a gente fica pensando, por exemplo, uma criança com paralisia cerebral, a família carente, paralisia cerebral é uma dificuldade motora muito intensa, uma inteligência, assim, normal, acima do normal, habitualmente, mas uma dificuldade motora séria. Essa criança sai da escola e vai para casa, quer dizer, a gente tem que se perguntar, como é que está o banheiro em casa? Onde é que ela vai fazer a tarefa em casa? Como é que estão os materiais em casa? Quer dizer, para ela fazer a tarefa. Que a família às vezes não tem condição. E para tudo isso existem programas federais, aos quais a família pode ter acesso. Quer dizer, que não foram construídos agora, vem sendo construídos no decorrer do tempo e aprimorados no decorrer do ano.

Então, isto tudo fez parte dessas Audiências, que aqui estavam também Ministro da Saúde, Ministro da Assistência, a gente tem perguntado, esses programas tem ficar acessíveis para a escola, e eu discutia isso com a representante da UNE, e a até colocando “olha, o Assistente Social para mim é fundamental”. Quer dizer, o professor qualificado, com competência, bem remunerado e tudo, mas assim, me preocupa às vezes que a gente vê situações em que o pessoal poderia fazer muito mais para melhorar a condição global da família e que a pessoa vai se perdendo nesse emaranhado burocrático, muitas vezes.

Mas eu quero, enfim, me alonguei um pouco a mais do que seria necessário também, mas parabenizar a V.Ex^a, Senadora Marisa Serrano, o Senador Geraldo Mesquita, que sempre está batalhando aí também, o Senador Augusto Botelho, Senadora Maria do Carmo Alves, enfim, pessoas que, assim, muitas pessoas nesta Comissão que querem achar solução na Educação e nesse contexto, para que a criança, o jovem o adulto tenha mais condições de ter sucesso se tiver do apoio, desse contexto todo aí nas outras áreas também que se relacionam a esta construção de cidadania.

Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns, eu vou trabalhar também, para que o relatório junto com os demais Senadores possa ser apresentado até o final do mês. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A idéia é que tenhamos uma Sessão só para debater o relatório. Obviamente no começo de outubro. Então, algum Senador quer fazer uso da palavra?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Só uma observação. Que esse nosso relatório não é uma coisa assim que esgote o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É um relatório para ser discutido, para trazer a discussão dessa educação brasileira para dentro da nossa Comissão. Para dizer para as pessoas que tenham idéias quando tomarem conhecimento do relatório, que queiram apresentar idéias e modificações, elas serão acatadas e discutidas aqui nessa Comissão, não é meu Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É isso mesmo, muito boa a sugestão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Isso, para deixar bem claro às pessoas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E também podemos, aqui, a Comissão, transformar os relatórios em Projetos de Lei.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Isso, exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguns, inclusive, eu deixei de apresentar, porque surgiram aqui muito boas idéias, exatamente para não atropelar a esse debate a Comissão. Podemos no final apresentar em bloco, os Projetos de Lei.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito bem, Senador, é isso mesmo, então esse relatório é justamente para isso, para gente poder ter um...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E o documento que enviarmos ao Presidente do Congresso, que envia ao Presidente da República, devemos transformar como um livro da Comissão de Educação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente, Senador Cristovam Buarque, caros colegas, chegamos na fase final dessa, digamos, maratona pela reflexão sobre a Educação. Ontem, Senador Buarque, V.Ex^a, mais uma vez, provocou essa Casa, no sentido de fazermos um esforço concentrado durante um mês, V.Ex^a usa sempre essa expressão, que nós nos concentremos no Senado durante um mês para tratarmos de assuntos importantes, liberarmos a nossa pauta.

Infelizmente na hora em que eu falei, V.Ex^a não se encontrava nas do Plenário, mas eu me filiei imediatamente à sua proposição, com uma pequena ressalva. Eu tenho uma preocupação muito grande, Senador Buarque, disse lá no Plenário que não me filiava à tese da extinção do Senado. Senado é uma instituição republicana, creio que de interesse e útil ao povo bra-

sileiro. Agora, eu enxergo com a minha pequeníssima experiência nessa Casa, mas enxergo que precisamos dar uma sacudida no Senado. Sacudida, no sentido de nos liberarmos do anacronismo que ainda reina nessa Casa. Nós trabalhamos em grande parte, Senador Buarque, nos moldes em que se fazia no Senado há cem anos atrás. É puro anacronismo, está certo? Então, nesse sentido, ansiosamente me perfilando em relação à sua tese de esforço concentrado aqui no Senado... Mas me preocupa esse esforço concentrado com a forma de atuar que nós temos no Senado. Entende? Por que eu estou trazendo esse assunto à baila? Porque olha, veja, o quê que eu chamo de a gente mudar procedimentos, inovar nessa Casa? O que V.Ex^a propõe nessa Comissão Senador: um fórum de debates. O Senador Arns, a fala dele, da Senadora Marisa, sinaliza para essa constatação. Isso é inovar, isso é inovar, entende? Isso é concentração máxima, no sentido de a gente se entregar, no esforço de buscarmos alternativas, saídas, opções. A idéia do Senador Arns agora, dizendo que cada escola, além do corpo diretor, tenha que ter uma Assistente Social, que coisa interesse um negócio desse. Para quê? Para que o Assistente Social faça a ponte entre aquela clientela que está ali, confinada, inclusive, coisa fácil de se trabalhar; com programas sociais, que a educação tem que ser vista como uma coisa complexa, ampla, não é assim só o dia-a-dia ali da escola, não. Idéias como essa então, veja, precisamos sacudir o Senado, nos liberarmos do anacronismo que ainda reina nessa Casa em proporções cavaleares, entende? Se a gente se concentrar para fazer nos moldes em que a gente está vinculado a fazer aqui, talvez a gente aprofunde os nossos vícios e os nossos defeitos, Senador Buarque, entende? Mas se a gente der uma sacudida, como V.Ex^a fez aqui nessa Comissão, com a interveniência dos seus pares aqui, de nos concertarmos num fórum de debates, onde ouvimos expressões da Educação, do empresariado ligado à Educação, do representante do corpo discente, do corpo docente. Que coisa interessante que a gente viveu aqui! Foi uma das coisas mais interessantes que eu já vivi no Senado, pode ter certeza. Foi uma das coisas mais interessantes que eu vivi aqui, Senador Arns, Senadora Marisa. Esse fórum idealizado por V.Ex^a, que recebeu a adesão dos seus pares aqui de forma entusiasmada, e que tenho certeza absoluta que vai produzir. Quais serão os resultados desse fórum? Os resultados é a gente entregar para a própria Casa, entregar para a sociedade brasileira, o conjunto de reflexão, nossas, dos nossos convidados, de autoridades na área de Educação, que possam significar uma mínima oportunidade, de a gente mudar o quadro da educação brasileira, de introduzirmos me-

canismos e sugestões, como essa há pouco aportada aqui pelo Senador Arns, coisa fantástica.

Eu queria dizer apenas isso, Senador Buarque, foi uma das coisas mais interessantes que eu já vivi no Senado, esse fórum, entende? Doze Audiências Públicas, como lembrou bem o Senador Arns, doze Audiências Públicas! Com um quorum sempre interessante, com debates sempre, por vezes até acalorados. Nós vamos ter resultados disso, nós temos que ter resultados disso, senão não terá validado a pena, não é?

E que isso sirva, o primeiro resultado e um dos mais significativos é o exemplo que a Comissão de Educação deu ao Senado Federal, inovar, Senador Buarque, nós precisamos inovar no Senado Federal. Eu vou repetir uma coisa que não me deixa sossegado, a gente funciona em grande parte do Senado Federal como funcionávamos há quase cem anos atrás. As coisas aqui emperram, as coisas não funcionam, as coisas... Porque nós estamos vinculados a práticas superadas, a procedimentos superados, entendeu, Senadora Marisa? É um negócio que me deixa angustiado aqui, certo? E o primeiro resultado desse grande fórum, que nós realizamos aqui nessa Comissão, é mostrar para a Casa, que a gente precisa inovar, que a gente precisa mudar as práticas, os procedimentos, para que o Senado continue sendo a instituição séria, útil ao povo brasileiro. Do contrário, do contrário, nós temos o encontro marcado com um destino que talvez não seja muito interessante, para o Senado e para o povo brasileiro. Se nós tomarmos intento e não mudarmos as práticas às quais nós estamos vinculados nessa Casa.

Parabéns a V.Ex^a, parabéns aos Parlamentares que participaram desse fórum, eu digo isso do fundo do coração, foi uma das coisas mais interessantes que eu vivi e presenciei nesse Casa, enquanto estou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço Senador, quero dizer que para mim uma das coisas mais gratificantes foi ver quorum alto, como tivemos em algumas Audiências que parecia impossível trazer Senador aqui, e no final tinha uma boa audiência para a Audiência.

Então, fica acertado que nós vamos trabalhar para ter o relatório até o final do mês de setembro, e marcarmos uma Sessão no começo do outubro para debatermos.

Eu quero dizer que o primeiro relatório com as cinco Audiências Públicas já foi encaminhada aos relatores setoriais, em 14 de agosto de 2007. E todos aqueles que quiserem ter acesso à transcrição, basta entrar no site scomce@senado.gov.br, aonde a gente está pronto para receber sugestões e dar. Eu repito: scomce@senado.gov.br.

Está encerrada essa Sessão

Sessão encerrada às 11h04

Ata da 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 12ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia treze de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salagado, Mão Santa, Valdir Raup, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 030-CE de 2007 e 010-SCTMC de 2007, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Raimundo Colombo e Ideli Salvatti, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 059 de 2003 que, “Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV”. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABERT, Senhor Fernando de Sousa Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI/TV, Senhor Paulo Tonet Camargo, Diretor-Geral da RBS/Brasília e o Senhor Wolney Oliveira, Vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste – APCNN. Ao fim da fala do segundo expositor, Senhor Fernando de Sousa Dias, o Senhor Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, comunica a Comissão, que necessita ausentar-se em virtude de viagem a ser empreendida em outro Estado passando a presidência ao Senhor Senador, Sérgio Zambiasi. Finda a exposição, o Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, passa a presidência a Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da

Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. A presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Inácio Arruda, autor do Requerimento, Sérgio Zambiasi e Paulo Duque. O Senhor Senador, Paulo Duque, sugere que a Senhora Adriana Rates, Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, seja convidada para participar das próximas Audiências Públicas, para instrução da presente matéria. A senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 12ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

A presente reunião atende a Requerimento nº 030 da Comissão de Educação e 010 da Subcomissão de Teatro, Música, Comunicação Social aprovado, de autoria do Senador Inácio Arruda, Raimundo Colombo e Senadora Ideli Salvatti para a realização desta Audiência Pública que se destina a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 059/2003 que regulamenta o disposto no inciso III, do art. 221 da Constituição Federal referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV e que dá outras providências.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados expositores para tomar assento à mesa. Bem, como sabem os senhores, existe um projeto que eu considero extremamente positivo e criativo que é de autoria

da Deputada Jandira Fegali e que visa regulamentar um disposto que já existe na Constituição Federal referente à regionalização da produção cultural, artística e jornalística e a produção independente das emissoras de rádio e TV e dá outras providências. É um passo democratizante do ponto de vista cultural, sem dúvida alguma, e também democratizante do ponto de vista até mesmo político. Mas, o que mais nos interessa discutir hoje é a democratização do ponto de vista cultural que isso implica.

Obviamente, essa audiência se justifica, em vez de um projeto desses ir diretamente à votação, pelo fato das implicações de eficiência, de qualidade, de integração nacional também, que fica em jogo. Por todas essas razões é que nós achamos, por reivindicação do Senador Inácio Rangel, Ideli Salvatti e Senador Raimundo Colombo, Inácio Arruda, Inácio Rangel foi um grande mestre meu. (Risos). Do Senador Inácio Arruda, Senadora Ideli Salvatti e Raimundo Colombo, que discutamos o assunto. A audiência é para isso.

Não se preocupem, senhores expositores, com o número de Senadores presentes. Em primeiro lugar porque muitas outras sessões estão ocorrendo, eu mesmo estou faltando a uma, então, não posso reclamar que estejam faltando aqui. Segundo, é um momento de muitas conversas a partir da decisão de ontem do Senado, está havendo muitas conversas das lideranças dos Senadores e também porque há outras audiências paralelas. Mas, o importante dessa audiência e dessas audiências é que a gente tenha o encontro dos executores com os legisladores e com o povo. E aí que entra a importância da audiência.

Essas audiências são transmitidas pela TV, em alguns momentos ao vivo, em outros momentos elas são gravadas e passadas na TV Senado depois gerando aquilo que a gente espera, um debate nacional para que aprovemos um projeto que seja o mais positivo possível. Eu disse positivo para combinar a palavra eficiência e democratizante que às vezes podem se chocar. Para combinar a palavra integrativa do país, que a gente tem que procurar a integração nacional, com o prestígio e a importância do apoio local.

Um assessor meu trouxe para dizer que eu cometi um erro. Estou faltando a duas reuniões, tanto a de Relações Exteriores quanto a de Direitos Humanos. Esse é o preço que a gente paga num Senado que é tão hiperativo que os seus membros têm que estar em mais de um lugar ao mesmo tempo.

Eu vou, então, passar a palavra na ordem em que nós fizemos dando quinze minutos a cada um. Eu evito cortar o tempo, apesar de que toca uma sirene automaticamente, não sou eu, mas, quinze minutos cada um falando. Nós teremos uma hora de fala para,

depois, termos uma hora de debates e terminarmos duas e trinta.

Eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT, o Evandro Guimarães.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Bom dia a todos! Obrigado Presidente, Senador Cristovam. Bom dia, Senador Inácio! Eu preparei aqui uma apresentação, algumas informações mais ou menos sistematizadas. Vou passar por elas muito rapidamente, mas vou encaminhar aos Senadores e a Comissão terá cópia do material que eu vou apresentar. Portanto, em algum momento eu vou passar acelerado por algumas planilhas.

De qualquer maneira, só para nos posicionarmos, já que nós, a radiodifusão, acompanhamos esse assunto há muito tempo, desde 1991 existe um esforço aí, uma tentativa, com bom-senso, de se regulamentar um dispositivo constitucional.

Dispositivo constitucional não se discute. Nós temos que cumpri-lo e ele pode fazer falta, mas, de novo, com bom-senso, ele deve existir. Então, nós, a radiodifusão não tem nada contra o projeto que determina fomento e valorização da produção com temática regional da diversidade brasileira, da produção independente e também de um mínimo de produção local e exibição local pelas emissoras de rádio e televisão. Nós não temos nada contrariamente a isso.

Durante esses últimos anos tornou-se difícil aprovar um texto em termos finais porque houveram várias tentativas de se incluir isso numa lei geral de comunicação social, coisa que todos sabem que não aconteceu, e também porque alguns textos não levaram em conta o aspecto heterogêneo do Brasil. Quer dizer, uma obrigação legal para uma emissora de São Paulo não pode ser a mesma que a obrigação legal para uma emissora de um mercado menor no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Alagoas, em Sergipe, no Espírito Santo e é... então, eu quero tentar situar de novo em que ponto estamos dessa questão da regulamentação deste dispositivo constitucional.

Na Câmara foi apresentado esse projeto da Senadora, da então Deputada Jandira Fegali que tornou-se um substitutivo do Deputado Marcelo Barbieri. Hoje o que está no Senado, o que veio para o Senado é um substitutivo do Deputado Marcelo Barbieri que foi, na verdade, amplamente discutida que estabelece uma carga horária semanal levando em consideração os diversos tamanhos de emissoras e importância econômica. Portanto, nos diversos estados brasileiros.

Esse substitutivo, do Deputado Marcelo Barbieri, já foi aperfeiçoado no Senado em 2003 e tornou-se hoje um substitutivo do Senador César Borges, já aprovado

em duas comissões, que se encontra em tramitação no Senado, que é um substitutivo que aperfeiçoa, ou seja, trata de maneira mais adequada o aspecto heterogêneo dos diversos estados e regiões brasileiras e esse dispositivo está à sua disposição. Então, eu diria que no Senado, o que é o estado da arte, o “*up to date*”, ou seja, o momento é se avaliar o substitutivo do Senador César Borges. Por favor, em frente!

Por outro lado de maneira cruzada o Senado não ficou atrás. O Senador Antero Paes de Barros aprovou, em 2002, um projeto no Senado, quer dizer, aprovou nas comissões e no plenário do Senado um projeto que foi então encaminhado, desde 2002, para a Câmara dos Deputados, que produziu, na Câmara, um substitutivo do Deputado Nelson Proença que adequou o projeto do Senador Antero Paes de Barros e que de novo, com a saída do Deputado Nelson Proença para uma função do Executivo, passou a ser, será brevemente relatado pelo Deputado Bruno Rodrigues. Ou seja, o Senado tem um projeto que já aprovou, estabelece uma cota de programação local em que nós, que nós também consideramos que pode servir ao objetivo de regulamentar a Constituição, só que talvez deva haver um cuidado na Câmara em relação a esse projeto de olhar para o Brasil de uma forma, olhar para o Brasil como ele é, um país heterogêneo, com diversidade de população e de poder econômico nos diversos estados. Bom, então, passo à frente agora. Essa é a situação atual.

Passo à frente só para falar um pouquinho principalmente da televisão aberta, porque a associação brasileira de emissoras de rádio e televisão considera que as rádios brasileiras são eminentemente empresas que fazem programação local. Muitas rádios fazem parte de cadeias nacionais, mas elas juntam então a programação que tem o interesse nacional com a programação local e eu acho que estarei falando das rádios que já têm essa vocação como veículo, se passar rapidamente pela realidade da televisão nesse momento. Por favor!

No Brasil nós temos hoje 458, são dados do Ministério das Comunicações, 458 exibidoras de televisão, praticamente todas instaladas. Tem ainda 59 editais que ainda não foram resolvidos, alguns deles estão sendo discutidos há dez anos. Infelizmente houve uma paralisia na expansão, na quantidade de geradoras de televisão aberta no Brasil. Acho que desde 1997 não se faz um novo edital para televisão no Brasil.

Essas televisões estão distribuídas da seguinte maneira, Senador Cristovam: Nós temos, na Globo, 99 geradoras, no SBT, 48, na Bandeirantes 27, na Record 39. Esse número pode ter se modificado ligeiramente

porque houve um crescimento da Record. Na Rede TV, 13 geradoras. Enfim, essas são as redes brasileiras.

O Brasil tem pelo menos sete redes importantes, tem mais cinco redes de programação genérica e tem ali um conjunto que tem abrangência nacional de sete redes religiosas. Sete, talvez hoje com o crescimento da chamada Século da TV Aparecida, talvez oito televisões que estão no satélite e, portanto, cobrem nacionalmente.

É um quadro bastante rico, mas, todo o Brasil assiste, seja por sinais terrestres, seja por sinais via satélite, um conjunto de quase, em torno de dezoito a vinte diferentes programações com essas características.

E por fim, nós temos aí uma coisa que ainda é uma, certamente uma distorção, é um certo desperdício, 193 televisões educativas que outro dia numa audiência aqui no Senado o Senador chamou de pseudo-educativas, que derivam de uma certa inflação de televisões educativas. Na verdade, nós sabemos que poucas fazem educação, mas, deveriam ser televisões iminentemente educativas sem comercialização etc., e tal. Nós temos 193, das 458 geradoras, educativas. Muitas delas pertencem a fundações Educativas e não fazem programação, com raríssimas exceções que não se contam nas mãos, nos dedos de uma única mão. E tem outras programações que nós chamamos, consideramos, devemos considerar programações que não cumprem ou que não se caracterizam como aquele tipo de radiodifusão que está destinada a prestar informação, entretenimento e cultura, de acordo com os contratos de concessão que cada concessionário tem com a união. Em frente, por favor!

Em resumo, então, eu coloquei ali os estados brasileiros e nós estamos, ali eu já incluo os editais porque imagino que esses editais uma hora vão sair da toca, né? Vão se completar. Vocês vejam o seguinte, todos os estados brasileiros têm geradoras. Alguns estados com maior vitalidade econômica como São Paulo, a minha Minas Gerais, o Paraná, etc., e tal têm um número maior de geradoras porque tem um número maior de regiões socioeconômicas que sugerem e que sustentam, via publicidade, a existência de geradoras.

Essas televisões, essas 517 têm hoje operando, só de retransmissoras primárias, que é aquele serviço que expande o sinal de geradora, pelo menos cinco mil retransmissoras privadas. Esse dado está permanentemente desatualizado, nós estimamos que esse número hoje seja em torno, na faixa de oito mil retransmissoras. Nós estamos falando, portanto, da infra-estrutura da televisão aberta, televisão que é recebida livre e gratuitamente pela população brasileira. Por favor, em frente!

Bom, eu vou passar rapidamente. A cobertura nacional e as operações regionais daquele conjunto rico de programas, de redes que nós apresentamos anteriormente oferece jornalismo, esportes, música, talentos de várias ordens e outros. Em frente, por favor!

Fala-se muito, quando existe especialmente quando se quer criticar, sobre o modelo da televisão brasileira, que é um modelo em que existe este... sanduíche fantástico da programação nacional e do conjunto de programações locais. Em cada estado isso tem uma característica ou, digamos assim, um retrato próprio.

Nós, sempre que falamos no Senado, nós estamos preocupados em lembrar que o nome correto da radiodifusão no Brasil devia ser o nome de modelo federativo. O que é isso? É a soma das partes que faz o sucesso da televisão brasileira. É a existência de televisões no Rio Grande do Sul, no Ceará, no Paraná, em Manaus transmitindo programação de interesse nacional, difundindo o senso comum de ser brasileiro. Mas, também, no local oferecendo ao consumidor, no seu distrito, informações de natureza partidária, informações de natureza eleitoral, informações para o consumo adequado de bens e serviços permitindo alavancar e lubrificar o crescimento de empresas pequenas e médias na área de comércio e indústria. Em frente, por favor!

Portanto, não há televisão no Brasil de maneira singular, o que existe são muitas televisões. Cada uma delas fazem um conjunto que opera com dinamismo e cooperam com integração nacional. Acho que isso ninguém discorda. Por favor!

O sistema atual de radiodifusão, só para dar um caso, exatamente por isso, porque nós não estamos falando de sete ou oito grandes redes comerciais, nós estamos falando de redes comerciais que detêm cerca de 450 geradoras, ou seja, geram emprego em todos os estados e, estima-se, em torno de duzentos mil empregos indiretos, diretos e indiretos só ligados à televisão aberta. Por favor! E uma coisa importante que precisa ser sempre lembrada é que a existência do modelo federativo, ou seja, de que em todos os estados existem televisões que retransmitem programação nacional e fazem programação local, eles, hoje, atendem só televisão, rádio, várias vezes mais. Mas televisão atende cinquenta mil anunciantes diversos, por exemplo, pelo menos, em que 90% deles anunciam menos de 50 mil reais por ano. 70% deles anunciam menos de 70 mil reais por ano, de 10 mil reais por ano. Só para vocês mostrarem, entenderem a capilaridade e a vitalidade que precisa ser preservada dessa malha da televisão aberta brasileira. Por fim. Então, vamos aos conteúdos. Quer dizer, qual é a situação atual? O que é... em frente, por favor!

O parlamentar vai agir sobre a seguinte realidade de que já existe: Hoje, todas as televisões locais que retransmitem programas, programações nacionais e programas que podem ser produzidos nacionalmente ou internacionalmente. Felizmente no Brasil, 90% do horário nobre é produzido no Brasil. O Brasil é o único país Continental que tem uma experiência que o famoso Prime time, o horário nobre, é nacional. Mesmo em países como a França, por exemplo, se orgulha da sua identidade etc., e tal, boa parte do horário nobre é produzido nos Estados Unidos da América. São séries ou filmes americanos.

Mas, uma televisão produz, já produz hoje, no mínimo, o seguinte, vinhetas e chamadas. Produz a produção comercial que viabiliza o intervalo comercial e, portanto, a dinamização do comércio e da indústria de cada praça, a propaganda partidária eleitoral que é produzida nas praças, tendo em vista o âmbito municipal ou estadual ou nacional, programas partidários e políticos com produção do local. Novelas e minisséries, essas são de produção centralizada no Brasil e em qualquer lugar do mundo. Não esperem que fora de Los Angeles ou Nova Iorque você tenha produções que atinjam o Brasil inteiro que não tenham o objetivo de economia de escala com centros de produção centralizado mesmo. O que também não impede que nesses centros de produção estejam talentos da música, da dramaturgia baianos, mineiros, cearenses etc. e tal. Isso é uma questão de organização da indústria é assim em qualquer lugar do mundo.

O jornalismo é produzido nacionalmente e localmente. O nacionalmente é sempre produzido a partir de produções locais, por quê? Porque tudo o que acontece acaba acontecendo em algum município do Brasil. O Brasil não é virtual. Qualquer coisa que aconteça, está acontecendo em algum município ou no Distrito Federal.

Esportes, onde há uma sólida produção nacional de interesse nacional, mas há, principalmente, uma sólida produção local e regional.

Eu sempre que falo regional estou me referindo muito mais à questão do estado, eu só ultrapasso a fronteira do estado quando falo da Amazônia que tem população distribuída de maneira bastante heterogênea e que tem, na verdade, a Amazônia tem hoje quatro ou cinco grandes centros, apenas quatro ou cinco grandes centros urbanos. Em frente, por favor! É muito comum no Brasil inteiro, nem todos viajam pelos estados. (soa a campainha). Todas as televisões existem praticamente. Eu vou terminar em dois minutos. Fazem programas rurais, fazem programas educativos, embora programa educativo é uma absoluta falta de regulamentação.

Eu sei que programas como o Telecurso, que é produzido por empresa privada, como o Canal Futura que é produzido são programas educativos, mas tem alguns programas que são, entre aspas, considerados educativos, se vê pouca programação da famosa educação à distância que se aponta como... essa é uma área que está absolutamente mal resolvida, é uma área que está, é primitiva a questão da televisão e da educação.

Há uma enorme quantidade de programas de interesse civil e comunitário, quer dizer, uma programação de mobilização contra a dengue em Uberlândia nunca será a mesma que é feita na televisão de Juazeiro ou na televisão de Petrolina, em Pernambuco etc. e tal. Existem shows musicais é muito mais freqüente do que se imagina a existência de talentos e shows musicais que são feitos nos locais das emissoras. Há a produção do cinema nacional que, infelizmente, o cinema nacional demanda uma outra grande empreitada de valorização nacional mesmo, não estou falando do cinema no Brasil, estou falando do cinema feito por brasileiros. O cinema nacional e há uma enorme presença em todas as praças, muita gente conhece, isso varia de emissora para emissora, de programas de auditórios que além dos comentários, do fediverd(F) ele valoriza também o talento nacional. Por favor, em frente!

No entanto, senhores, eu disse, não se discute a questão federal. Os parlamentares certamente votarão e as emissoras cumprirão alguma cota obrigatória de exibição de programas feitos localmente, ou produzidos localmente.

A questão da produção independente é diferente, o que falta aí é fomento, é estímulo, é a garantia de que empresários independentes das operadoras de rede possam realmente sobreviver e tentar com o seu produto, porque os produtos audiovisuais são de altíssimo *rip*(F), tentar a sua sobrevivência e também o seu sucesso. Mas, isso está no campo do fomento, está no campo da promoção, não está no campo da obrigação da exibição.

De qualquer maneira, é o seguinte, não se discute a Constituição, há a necessidade eventual de se regulamentar, de se discutir um dispositivo que garanta um mínimo, embora a gente considere que, tendo em vista o poder econômico de cada região, quase tudo já se faz. Mas, seria falso não lembrar aos parlamentares que criar obrigações novas para os radiodifusores locais, para essa beleza de modelo que é a televisão no Brasil, que é a soma da contribuição dos estados, que é o modelo federativo, não lembrar que isto pode ser absolutamente inócuo se nós não olharmos para o que está acontecendo com relação à homogeneização do Brasil. No Brasil, por favor, em

frente! No Brasil existem serviços de satélite que, de fato, se tornaram serviços de radiodifusão em que há dezenas de serviços, muitos deles religiosos, a maior parte são comerciais, que chegam como radiodifusão de fato, portanto, concorrendo com o mercado local via parabólicas analógicas e digitais e a esses serviços, vejam só, não será imputado ou não será estabelecida nenhuma obrigação, o que concorrencialmente pode parecer uma coisa totalmente descabida.

Por fim. Vamos em frente! Por fim, eu só queria dizer que há no Brasil, concorrendo com o modelo federativo, concorrendo com a federação brasileira que é a soma dos estados, 119 canais brasileiros nacionais abertos e 36 canais estrangeiros abertos. Ou seja, a televisão do Ceará que se esforça para sobreviver com aquele mercado, a televisão do Rio Grande do Norte, a televisão de Rio Branco, a televisão de Maringá, no Paraná, essas televisões têm essa concorrência aberta. Com a aquisição de um sistema parabólico, analógico ou digital existe acesso não controlado, ou seja, sem diplomas legais conhecidos de 119 canais brasileiros e 36 canais estrangeiros.

Só para vocês imaginarem que não é tão simples, simplesmente obrigar as televisões brasileiras a produzirem programação local dando a elas um novo ônus sem olhar, sem ter uma visão de conjunto. Por favor, em frente! E, além disso, há uma distorção total no serviço de telecomunicações, a famosa convergência digital. Todo mundo sabe que tem havido um avanço, uma criação de fatos consumados no sistema com fio e sem fio pelo protocolo IP, pelo *internet protocol*, em que as empresas de comunicações estão fazendo vídeos sem diplomas legais que as autorizem para isso.

Nós estamos enfrentando o seguinte, as empresas de radiodifusão faturam no Brasil em torno de sete bilhões de reais líquidos por ano, as empresas de telefonia faturam cento e dez bilhões preponderantemente empresas internacionais. Já verificamos aí que há uma desorganização de peso. As empresas de telecomunicações, está dito, está dito isso em cada balanço que sai publicado vão fazer mídia. Portanto, vão entrar de maneira avassaladora sobre o campo reservado a empresas nacionais, de novo, como prevê a Constituição (soa a campainha), art. 222, vão entrar, de novo, combatendo com o capital, que é o fator mais importante nesse setor, concorrendo com as empresas de mídia. E concorrendo, principalmente, com as empresas de mídia locais, estaduais, por quê? Porque não há um movimento que seja para que essas empresas sejam obrigadas a fazer a programação local. Seja a TV paga por MMDS, por satélite, por cabo, ou seja, vocês devem imaginar que quando você está assistindo a TV paga, um canal da Fox é como se fosse a televisão, é como

se fosse em Fortaleza, ou a Bandeirantes, ou o SBT, ou a Globo, ou a Jangadeiros, ou a TV o Povo, enfim, é uma televisão. Um canal é uma programação.

Mas, por que para a televisão que dá emprego em Fortaleza, que dá serviço gratuito partidário e eleitoral em Fortaleza, que gera e que faz investimentos de geração e retransmissão em Fortaleza se impõe o rigor de uma obrigação e para uma empresa que manda a programação pronta, amortizada, da Fox, da Disney, da Warner, que vem gerada de Miami ou gerada de Nova Iorque, a esta empresa que, na verdade, é uma concorrente direta de televisão no sistema pago ou no sistema, ou no sistema de *internet protocol*, feita pelas empresas de telecomunicações preponderantemente estrangeiras, por que é que neste canal nada de obrigação de qualquer sorte, seja ela cívica, seja ela de operação local, existirá?

Então, eu só queria chamar a atenção dos Srs. Senadores, dos parlamentares em geral de que o quadro é um pouco mais complexo. O quadro é de agravarmos uma concorrência que hoje já é desleal. Que já é uma questão de que se estabelecem fatos consumados em detrimento de um conceito único que esta Casa deve zelar, que é o conceito de que a federação importa, de que a nação existe porque existe a federação e de que a radiodifusão que existe de forma descentralizada é uma garantia de manutenção da federação, da diversidade federativa e da característica federativa na comunicação social. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço ao amigo Dr. Evandro e passo a palavra ao Presidente da associação brasileira de produtores independentes de televisão, Fernando De Sousa Dias.

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Bom dia a todos! Eu tenho um *power point*. Ah, já está! Tá, obrigado! Eu vou fazer uma apresentação inicial depois eu vou dar uma finalizada. Mas, eu acho que a primeira questão, você pode passar, por favor! É vocês entenderem um pouco quem somos nós e porque é que nós fomos criados e estamos aqui.

Nós somos uma associação de empresários, pessoas jurídicas que nasceu em 99. Infelizmente, o mercado brasileiro de televisão é um mercado totalmente verticalizado. As televisões, elas são grandes televisões, grandes produtoras, grandes distribuidoras e, nesse sentido você nunca teve uma oportunidade para a produção independente para ela poder trabalhar com a televisão brasileira. A partir de 95, mais ou menos, quando começou a TV a cabo no Brasil, esse serviço começou a operar de uma maneira mais consistente e foi quando a gente criou a associação. Pode passar!

Eu acho muito importante a gente, a gente definir o que é que é produção independente. No Brasil existe uma grande confusão quando você fala de produção independente, quando você fala de televisão, quando você fala de distribuição porque existe uma idéia já preconcebida que a televisão é produtora. A televisão não é produtora, a televisão é difusora e ela tem uma produtora interna que presta serviços para a sua difusora. Então, a gente colocou essa... essa determinação aqui de acordo com a Lei 10454 para definir o que é que é a empresa produtora. Isso depois vocês vão ser acesso. Pode passar, por favor.

Essa é uma sede de afiliação da associação. Para entrar na associação hoje as empresas têm que ter no mínimo dez horas de conteúdo exibido em televisão, na verdade ou exibido na TV a cabo, pode ser exibido internacionalmente. Pode passar. É uma associação nacional. A gente tenta ter uma representatividade nacional. Hoje a gente tem um pouquinho mais do que isso, a gente está acho que com 107 associados no Brasil inteiro. Isso reflete um pouco como é a distribuição das empresas do setor hoje no Brasil. Está mais polarizado em São Paulo e Rio.

Os números de funcionários da associação. A gente fez um... perfil pelo faturamento dessas empresas produtoras. É importante salientar que essas empresas não necessariamente são produtoras única e exclusivamente de conteúdo para a televisão, muitas empresas são empresas também de publicidade e fazem também conteúdo para a televisão ou de cinema. Isso daqui é um gênero que a gente fez um recorte do que as empresas têm produzido hoje no Brasil, todos os gêneros e aqui a gente vai entrar um pouquinho na nossa leitura do mercado brasileiro. Pode passar! Isso, na verdade, o Evandro já passou mais ou menos aqui para a gente, o número de retransmissoras, emissoras, domicílios com TV. Isso mostra o tamanho da penetração da televisão brasileira hoje no território nacional. Isso são as dificuldades que a gente tem encontrado. Não existe, não existiu no Brasil uma regulamentação da produção de conteúdo para a televisão e na verdade não existiu uma regulamentação para a transmissão de conteúdo para nenhum sistema de difusão.

Como eu já acabei de falar, hoje as televisões brasileiras, elas são, elas trabalham totalmente verticalizadas, elas têm suas próprias estruturas de produção. Como o próprio Evandro já falou aqui existe realmente uma falta de financiamento para a produção de conteúdo para a televisão. Todo o sistema de financiamento que existe até hoje no Brasil ele era voltado para o cinema, ele não é voltado para a televisão e uma outra questão que a gente considera bastante importante é que ao inverso do que ocorreu nos outros países, por

exemplo, na Europa, a TV privada nasceu no Brasil antes da TV pública. As grandes televisões mundiais foram TVs públicas, se iniciaram como TVs públicas e depois veio a TV privada e no Brasil a gente teve uma inversão na ordem das televisões brasileiras.

Aqui é quais são os nossos paradigmas aqui no Brasil. Como as emissoras de TV se comportam, que a gente já falou. Tem a questão da concessão, que é uma concessão pública e a gente entende que essa concessão, ela deveria dar para a televisão, na verdade, a licença de difusão e não necessariamente a licença também da produção e a questão da pluralidade de olhares, pela enorme quantidade de produtoras de conteúdo aqui no Brasil que a gente uma, como o próprio Evandro falou, uma concorrência desleal com a radiodifusão no Brasil.

Igual eles reclamam da concorrência desleal que eles têm com a empresa de telecomunicação, nós temos essa concorrência desleal com as empresas de radiodifusão a partir do momento que a gente não consegue, não tem nem oportunidade de poder estar concorrendo para estar produzindo para essas televisões. Acho que é importante salientar uma questão, sempre se fala que o Brasil não teria capacidade de ter uma produção de qualidade para a televisão brasileira.

É um tanto quanto esquisito, se a gente pegar, por exemplo, na questão da publicidade brasileira, que é uma das únicas coisas que a televisão brasileira abriu mão de fazer, a publicidade brasileira talvez hoje seja uma das mais premiadas do mundo. O mercado de publicidade brasileiro é um dos mais fortes do mundo. A gente produz hoje para o mundo inteiro, publicidade.

O Brasil é o segundo país, se não me engano, ou terceiro, está entre lá os cinco países mais premiados no festival de Cannes de publicidade, tudo feito pela produção independente. Quando a gente vai falar na área de conteúdo: Não, o conteúdo não dá, não tem competência, ou seja, isso só mostra que não tem competência? Não a gente não tem oportunidade. A competência ela existe, ela está aqui, ela está com os brasileiros e daqui a pouco vocês vão até entender como a gente está conseguindo provar isso. Pode passar!

A gente tem o interesse de ter uma definição muito clara da cadeia produtiva do nosso setor. De não existir esta confusão generalizada que a gente, que existe no Brasil, ou seja, definir realmente nas leis o que é que a televisão, ou seja, o que é que é o difusor, o que é produtor e o que é distribuidor. Esses três elos da cadeia produtiva, eles são elos que eles têm que ser independentes, eles não podem ser um elo completamente promíscuo. Hoje o que acontece? A Globo hoje, o Evandro até pode falar, a Globo tem que se definir se ela é uma televisão ou se ela é uma

produtora. A Globo, hoje, está fazendo e está oferecendo serviços de produção para canais internacionais. O Evandro depois me corrija, mas pelo menos a Globo já anunciou que está--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Então a Globo hoje já se posicionou como uma produtora. É legítimo, eles são uma produtora. Mas sendo uma produtora eles têm que abrir a questão da televisão, eles têm que abrir a possibilidade dessa televisão receber e colocar uma concorrência junto com as outras produtoras para estarem oferecendo os seus produtos.

Eu quero que fique claro aqui que não existe uma intenção nossa, da ABPI, de tentar fazer a programação de nenhuma televisão. A gente quer se adequar à necessidade da televisão. A gente quer trabalhar como o mundo inteiro trabalha. Pode passar, por favor!

Aqui eu fiz um pequeno estudo dos modelos de negócios da TV no mundo. Hoje, no mundo, você tem basicamente quatro tipos de serviço que acontecem no mundo. Então, a primeira questão que é muito importante colocar é o seguinte, a regulamentação da televisão, ela acontece no mundo inteiro. Ela já aconteceu nos Estados Unidos. Ela acontece na Europa inteira. Ela acontece na França. Ela acontece no Canadá. Ela acontece na Espanha. Ela acontece no Japão. Ela acontece em qualquer país que a gente considera que é um modelo de democracia, ela acontece. E ela acontece desde os primórdios. E o que é que essa regulamentação ela faz, ela criou nesses mercados?

Ela criou dispositivos que garantam, primeiro, que você tenha uma pluralidade de participação de produção. Então, você tem desde casos extremos onde a televisão é proibida de produzir qualquer conteúdo, só conteúdo editorial, que é jornalismo e futebol, até casos onde você tem percentuais que essa televisão tem que fazer e em alguns casos você tem também, falando na questão de regionalização, especificado qual é o percentual de programação local que tem que ser exibido naquela região e qual é o tempo máximo de difusão em rede que a região pode ter.

Então, a gente, eu coloquei aqui para vocês os modelos que a gente tem hoje da televisão. Uma... no mundo, não no Brasil, infelizmente. Um é a prestação de serviços, a televisão vai lá, ela quer fazer a Pedra do Reino igual a... não vou falar da Globo, mas igual a alguma televisão, quer fazer especificamente um programa, ela faz uma chamada na... no mercado e escolhe uma produtora pela competência, quem ela julga que é bom, o diretor, e realiza aquele serviço.

Tem um serviço de co-produção, que é um dos serviços que mais acontece no mundo, onde a televi-

são, onde o produtor apresenta para a televisão uma idéia original de um projeto dentro das premissas que aquela televisão desenvolveu, ou seja, a televisão, ela *brifa* o produtor: “Estamos procurando telefilmes de seis capítulos para crianças, adolescentes”. Então, ela faz uma concorrência no mercado. Mas, a televisão, ela não paga necessariamente 100% do recurso para se desenvolver aquele projeto. E, nesse sentido, o produtor, ele vai buscar recursos em outras fontes que podem ser desde subsídios estatais e, muitas vezes, buscar co-produções internacionais.

A pré-compra e na co-produção a televisão fica com uma parte dos direitos patrimoniais, mas não com todos os direitos patrimoniais do projeto. Ou seja, o produtor, ele detém uma parte dos direitos patrimoniais dessa obra que ele vai poder vender para outros territórios. A pré-compra, que é onde a televisão, ela também faz uma opção por um projeto, mas ela não fica com o direito patrimonial, geralmente ela paga um valor menor sobre esse projeto, mas ela garante o *prime time*, a primeira exibição desse conteúdo na sua grade. E o licenciamento, que é quando o produtor já tem aquele conteúdo pronto, a televisão, ela só vai pagar, na verdade, ela faz um aluguel, para ficar mais claro, daquele conteúdo por um período, um período de tempo. Então, chega uma televisão qualquer uma *National Geographic*, e fala assim: “Eu vou licenciar esse seu conteúdo durante três anos para dez exibições e por isso eu vou te pagar x”. Então, esses são os modelos de negócios que existem hoje no mundo inteiro.

Aqui eu coloquei algumas televisões, só para a gente fazer um exercício que eu acho que é interessante, algumas televisões que a gente considera modelo de televisões de qualidade no mundo. Então, a gente pôs aqui a BBC, NHK, as televisões francesas, a *Discovery*, a *National Geographic*, a *Nickelodeon*, o Canal Plus, o *Channel Four*, HBO e todas as televisões, elas têm uma questão... Não, eu estou pondo no modelo mundial, estou pondo no modelo mundial porque ele é muito diferente do modelo brasileiro. Na verdade, o modelo brasileiro, infelizmente, ele não segue os padrões dos modelos internacionais. Pode passar, por favor! Todas essas televisões produzem conteúdo com a produção independente.

Eu pus alguns programas aqui que eu tenho certeza que todos conhecem, os seriados como “*Lost*”, “*Friends*”, “*Seinfeld*”, programa de auditório como da *Oprah*, desenho animado como “*Bachyardigans*”, “Bob, o construtor”, programas semanais, esses, “Minha casa, sua casa”, “sub(F) de Olivier”, uma série de documentários. Todos esses projetos foram criados por produtores independentes e co-produzidos por televisões internacionais. Isso é muito importante. A gente

pega um canal, um programa como a *Oprah*, a *Oprah* não necessariamente ela passa no mesmo canal no mesmo estado. Ela, o sistema americano, ele permite que ela venda o programa dela dentro dos Estados Unidos, para canais diferentes em estados diferentes. Aqui no Brasil isso, infelizmente, isso é... isso é impossível. Pode passar!

Com a nossa dificuldade aqui no Brasil a gente desenvolveu, há quatro anos atrás, eu vou passar rapidamente isso, um projeto de exportação audiovisual brasileiro. O mercado brasileiro, ele era muito fechado, a gente não tinha oportunidade de trabalhar com as emissoras brasileiras e a gente foi para o mercado internacional. O Brasil, os produtores independentes foram para o mercado internacional, foi um projeto que a gente teve um apoio da PEX(F), do Ministério da Cultura, do SEBRAE e a gente teve uma surpresa muito grande nos resultados. Pode passar, por favor!

Esses aqui são os eventos, a gente esteve aí em mais de oito países, a gente fez várias rodadas de negócio, a gente criou um sistema muito interessante de capacitação em todos os estados brasileiros ajudando na capacitação das pequenas produtoras e isso foi muito interessante porque a gente teve surpresas assim maravilhosas, mesmo aqui se a gente pegar aqui em Goiás, a gente foi fazer esse evento aqui em Goiás e todo mundo acreditava que em Goiás não tinham produtores independentes, a gente tinha 60 produtores independentes participando de um evento de capacitação querendo trabalhar com a televisão. Ou seja, existe um mercado. Esse mercado, ele está estrangulado, é só isso que está acontecendo. Se ele, se for aberto uma nova oportunidade esse mercado ele vai florescer igual ele floresceu no mundo inteiro. Pode passar!

Isso daqui é um resumo do que a gente fez nos últimos quatro anos. A gente teve um quase, praticamente 35 milhões de dólares de negócios realizados com o mundo inteiro, infelizmente, isso é muito, muito maior do que foi feito com as TVs brasileiras, infelizmente, por um lado, porque a gente vê que o Brasil foi reconhecido pela sua competência, pela sua qualidade, pela questão dos seus programas, infelizmente, porque a gente teve que sair do Brasil para conseguir assegurar o nosso, o nosso direito de continuar trabalhando. (soa a campainha). Pode passar.

Isso daqui é só alguns... pode ir passando, passando isso daqui. São alguns países que a gente tem trabalhado. Pode passar, por favor! Pode passar! Isso daqui é um... um comparativo do Brasil e do mundo, né? No mundo a gente está falando hoje em torno de 450 bilhões de dólares sendo movimentado, aqui no Brasil o Evandro falou aqui em sete bilhões, a gente

fala aqui em cinco bilhões de dólares, um pouquinho... e falar, e no mundo inteiro a questão do audiovisual ela é reconhecida como um setor estratégico dentro das políticas nacionais. E setor estratégico em dois sentidos, um no sentido da difusão da cultura, da regionalização e no sentido internacional da venda da imagem do país. O Brasil, infelizmente, nunca pensou na questão audiovisual olhando esse foco. Isso daqui, aqui sempre foi indo, foi indo, mas a gente nunca teve uma estratégia realmente de colocação audiovisual.

Eu coloquei aqui um exemplo, por exemplo, na Europa foi feito um acordo na comunidade européia através dessa organização que pega, eu acho que são 1200 empresas de conteúdo de televisão, de difusão na comunidade européia que se estipulou que o mínimo de 10% do... de conteúdo independente vai ser exibido... deve ser exibido em todas as difusões independente de se é a cabo, se é TV aberta o que quer que seja. Pode passar!

Eu peguei alguns exemplos, daqui depois eu vou deixar para vocês, para vocês verem, mas, alguns exemplos de mercados. Por exemplo, na França hoje o canal, os canais na França, eles não podem produzir. Eles têm que produzir através da produção independente. A gente está falando... pode passar, por favor!

O Canadá, ele tem esse mesmo sistema. É uma coisa que é importante falar e que o Evandro falou e eu concordo com o Evandro é o seguinte, esses países, eles têm uma dinâmica de promoção à produção audiovisual muito forte. E promoção no sentido que é você ter muitos fundos voltados para a produção. Então, a dinâmica nesses países, como é que funciona? Eu vou chegar num canal, vou chegar na Rede TV, em qualquer canal, a TV, ela vai entrar no meu projeto, não necessariamente ela vai me pagar 100% do orçamento desse projeto, mas, a partir desse momento, eu tenho acesso a vários fundos para conseguir viabilizar. Então, tem uma inversão, um sistema muito interessante para estimular, mas que subsidia a produção, a produção do setor. Pode passar! Pode passar também!

Aqui é o mercado alemão. É muito parecido. Passa mais um, por favor! O mercado inglês. Volta um, por favor! O mercado inglês, ele é interessante. O mercado inglês, esses são os dados do estudo que eu tinha, que é de 2004, movimenta aí quase nove bilhões de libras, eu não sei quanto está a libra, mas acho que é vezes quatro, mais ou menos, vezes cinco. E lá foram criadas várias regras com a produção independente. Tem um histórico desde 88 de negociação com a produção independente e hoje se determinou no mercado inglês que no mínimo 25% da produção da televisão aberta é feita pela produção independente. Que, pelo menos 20% da produção da televisão aberta é feita

pela produção independente como serviço de produção e não como produção. Esses 25% são projetos apresentados, os outros são projetos realizados. Eles têm regras muito específicas da produção regional, que eu acho que são bastante interessantes e também têm um foco muito grande na produção original do país. Pode passar, por favor!

O mercado americano, eu também acho que é bastante interessante. Ele teve uma regulamentação que ela só não foi renovada porque não tinha mais necessidade, mas, o mercado americano, quando eu vi aqueles programas que eu apresentei anteriormente, grande parte deles eram americanos, ele criou, ele criou um sistema onde, por exemplo, o *prime time*, ele só podia, até hoje ele continua sendo assim, ser preenchido por produção não realizada pela televisão, ou seja, ele tinha que comprar aquele conteúdo de uma produção independente. A televisão, ela só podia exibir em rede cinco horas de conteúdo por dia, ou seja, o resto tinha que ser, tinha que ser, tinha que ser regional. E até hoje, praticamente aí 70% dessa produção realizada nos Estados Unidos é feita pela produção independente. É feita em Los Angeles mesmo, ali naquela região onde eles se colocaram, mas é feita pela produção independente. Pode passar.

Aqui são os principais exportadores. A gente infelizmente está junto com os outros ali, né? A gente ainda é muito pequeno em termos de percentual. Pode passar!

Bem, a idéia dessa apresentação era mostrar para vocês que o que a gente está propondo é uma diversificação, uma oportunidade no setor, um setor que ele está, ele está adormecido e a gente percebe que ele está adormecido a partir do momento que a gente cria algumas oportunidades. O cabo criou algumas oportunidades, quando a gente criou esses projetos de exportação a gente criou algumas oportunidades, mas a oportunidades, elas não são maiores porque não foram criadas regras específicas no sentido de dar essas oportunidades. A gente, assim, a gente insiste muito que a televisão, ela é uma concessão pública, ela é minha, ela é sua, ela é de todo o cidadão e tem que existir uma distinção entre o difusor e o produtor. Não pode existir essa questão de miscigenação.

A gente entende que existem aí as grandes televisões, que são grandes produtoras, que têm os seus PAX(F), mas a gente não pode pensar num país do tamanho do Brasil onde a gente vai imaginar que o Brasil, ele vai ter aí cinco, seis produtoras que fazem todo o conteúdo brasileiro em detrimento aí de quase duzentos milhões de pessoas que não conseguem ter essa... essa oportunidade.

Bem, era isso que eu tinha que falar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço o senhor Fernando. E passo a palavra ao Volnei Oliveira que é Vice-Presidente da associação. O desculpe, quer falar primeiro? Prefere? Então, eu passo a palavra ao Sr. Paulo Camargo.

SR. PAULO CAMARGO: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão. Eu tenho um pequeno vídeo que eu gostaria de apresentar e como nós estamos falando de televisão, eu acho que a imagem vale mais do que as palavras. Depois desse vídeo eu vou fazer um pequeno comentário do que é que nós, como uma rede regional de televisão, como um operador regional de televisão, está fazendo do ponto de vista da geração de conteúdo. Podemos passar o DVD?

(Apresentação de vídeo)

>> *Há 44 anos a RBS TV vem atuando de forma decisiva junto à comunidade gaúcha investindo na programação local.*

>> *Criada em 1962, a RBS TV foi a primeira emissora a acreditar na produção de TV no interior do Brasil.*

>> *O time segue na zona de rebaixamento.*

>> *Houve princípio de tumulto.*

>> *Aqui, por exemplo, dá para ver que os arames foram cortados.*

>> *A TV Caxias deu início à rede regional de televisão do Brasil. Compromisso fortalecido em todos esses anos.*

>> *Hoje a RBS TV produz três telejornais diários exibidos nas emissoras de dezoito diferentes cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Isso representa quase duas horas diárias de jornalismo.*

>> *Complicou ainda mais a situação da jovem.*

>> *O tempo não deve atrapalhar.*

>> *Alexandre Pato estreou no Milan com a camisa 7 e o pé direito.*

>> *Nossos programas são o reflexo das comunidades onde atuamos. Todas as emissoras possuem uma estrutura própria de jornalismo, com apresentadores, repórteres e editores.*

>> *Bom dia gaúchos e gaúchas de todas as querências!*

(aplausos).

>> *Nos finais de semana entra no ar o melhor das culturas gaúcha e catarinense. A produção de programas especiais é o retrato de nossa crença nos talentos locais.*

>> *Somente nos últimos cinco anos foram mais de 700 episódios de documentários, de dramaturgia, produzidos por talentos locais.*

>> *Não chora!*

>> *(choro) ...*

>> *A RBS TV tem como projeto estabelecer uma forte relação com as produtoras independentes e com os talentos locais. A cada ano pelo menos três mil profissionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina são envolvidos nesses projetos. São técnicos, atores, diretores, produtores e roteiristas que integram um modelo que mudou o mercado local e novas vantagens são descobertas a cada iniciativa.*

>> *A Casa de Cinema fez diversos trabalhos com a RBS já. Eu acho que isso é fundamental para que o cinema e para que o mercado audiovisual, de um modo geral, seja forte.*

>> *A RBS começou devagarzinho, foi ampliando e está percebendo, cada vez mais, que se o produto é bom e se tem um gosto local, se tem o nosso sotaque, se tem os nossos cenários, naturalmente o público vai preferir até ver esse tipo de produto, de boa qualidade regional, do que uma programação nacional que não dá conta das diferenças culturais entre os diversos estados.*

>> *Para sustentar esse modelo de produção investimos fortemente no teatro e no cinema. Cada peça de teatro produzida por atores e diretores gaúchos recebe mídia gratuita no horário nobre da RBS TV.*

>> *Estás insultando a minha inteligência. Conseguiste um lugar seguro?*

>> *Quando o assunto é a sétima arte não poderia ser diferente. Cada filme gaúcho tem a certeza da parceria com a RBS TV. Além do forte apoio cultural durante o lançamento, há ainda a doação de 250 mil reais em mídia.*

>> *Não gostava do doce que a minha mãe fazia.*

>> *Outro grande projeto de incentivo ao mercado é o Histórias Curtas.*

>> *A cada ano a RBS TV seleciona, através de um concurso público, oito projetos de produtoras gaúchas que, além de equipamento de finalização e captação, recebem 35 mil reais para a produção. Esses curtas são exibidos na RBS TV aos sábados, meio-dia e vinte, entre outubro e novembro. No final, uma academia reunindo cem personalidades da cultura de Porto Alegre julga os melhores episódios. Os vencedores são revelados numa grande festa de premiação no final do ano reunindo mais de mil profissionais no teatro São Pedro, em Porto Alegre. É o verdadeiro Oscar gaúcho.*

>> *João, ninguém pode ficar vendo Santo assim.*

>> *E tem também a TVCom, outra expressão do projeto de televisão da RBS. A TVCom produz diariamente quase onze horas de programação inédita exi-*

bida através do canal 36 da NET e do sistema UHF da TV aberta.

>> O lema do canal é: Tá acontecendo, tá na TVCom. O que revela a idéia do imediatismo em relação aos fatos que são notícia no sul do país. Um sucesso de público que a cada novidade de destaque interrompe a programação para acompanhar de perto tudo o que é importante para gaúchos e catarinenses.

>> São vinte e quatro filmes na competição nacional.

>> Ficarão hospedados.

>> Essa grande tragédia.

>> Assim é a RBS, um compromisso permanente com a cultura das comunidades onde atua.

SR. PAULO CAMARGO: Ok! Eu quis iniciar com esta apresentação desse vídeo para mostrar um pouquinho o que é que a RBS tem feito do ponto de vista de produção de programação regional e de parceria com a produção independente. Todavia, alguns conceitos, Srs. Senadores, precisam ficar claros. Tudo isso é possível, tudo isto é viável porque há um modelo econômico e um modelo de mercado que viabilizam esta produção independente.

Nós não conseguiríamos realizar o tanto que realizamos de produção independente não estivéssemos nós inseridos em um modelo que traz a produção nacional, regional e local. Nós somos afiliados da Rede Globo de Televisão que traz a produção nacional e que viabiliza que nós façamos esta produção regional e esta produção local em cada uma das emissoras do interior.

Concordando com o que o Evandro colocava, nós acreditamos, e a prova está aí, num modelo federativo de televisão, num modelo em que prioriza o telespectador, o telespectador tem que ter a programação nacional porque é a programação nacional que fez um fenômeno incrível nesse país, um país das dimensões do Brasil que fala a mesma língua e que tem o mesmo jeito de ser, mas, guardando as características regionais e guardando as características locais. Um sem o outro não funciona e este é o modelo federativo que nós pregamos. Mas é muito difícil dizer, Senador Inácio Arruda, se este modelo que nós estamos praticando no Rio Grande do Sul, se esta produção que nós estamos fazendo no Rio Grande do Sul se aplicaria ao seu estado, ao Ceará. Se se aplicaria a Pernambuco. Se se aplicaria ao Acre, se se aplicaria ao Amazonas?

Então, o modelo federativo, quando nós falamos em modelo federativo nós temos que levar em consideração a potencialidade do mercado de cada praça. Não há dúvida nenhuma que essa produção que eu acabei de mostrar, ela se viabiliza no mercado local. Ela realmente é feita com a produção independente e com

a televisão se viabilizando no mercado local. Todavia, é muito claro para nós que este modelo acompanha uma lógica econômica e acho que foi muito bem colocado aqui pelo Evandro. Hoje, esse trabalho que está sendo feito tem uma ameaça, tem uma ameaça porque nós colocamos no ar toda esta programação cumprindo as leis do país, nós colocamos no ar o horário político, nós cumprimos todas as obrigações quanto ao capital nacional, somos uma empresa genuinamente nacional e começamos a sofrer uma concorrência de plataformas que estão possibilitando a entrega de comunicação social sem estas obrigações e, pior, com outras fontes de custeio.

A internet e a televisão paga cobra assinatura. Nós só temos uma fonte de custeio que é o mercado publicitário. Mercado publicitário onde estas plataformas que têm outras fontes de custeio estão também participando e, conseqüentemente, nos tiram fonte de custeio e não temos outra para oferecer programação de qualidade, livre e gratuita para todos os setores da sociedade e para todas as regiões do país.

Nós estamos discutindo aqui precipuamente os projetos que tratam da programação regional e que chegaram aqui e que o Evandro expôs no início, vamos dizer, toda a planta do que existe aqui e do que existe na Câmara dos Deputados.

Este assunto, este assunto sempre foi muito, desculpem a franqueza, ideologizado. Este assunto sempre foi muito colocado num maniqueísmo clássico que nós temos na discussão dos temas no Brasil de que ou não a produção independente ou sim total a produção independente. Ou não há solução secundando o que disse o orador que me antecedeu, ou a televisão não pode produzir nada ou a televisão tem que produzir tudo. Eu acho que por estas razões nós não conseguimos produzir, talvez, um texto sobre programação local e regional nesta Casa que seja uma média de tudo isso. Que preserve sim a boa produção que nós estamos fazendo. Que faça, sim, o que com a produção independente tenha a sua participação, cumprindo as normas constitucionais e aqui eu já começo a entrar um pouquinho nos projetos que estão em discussão aqui. E que talvez seja um risco que ninguém tenha atentado. O projeto aprovado na Câmara e que hoje está em discussão aqui no Senado e que foi de autoria da nobre Deputada Jandira Fegali, ela estabelece obrigatoriedade de 40% de produção independente, ponto.

Em nenhum momento, no projeto, diz que essa produção independente é brasileira.

Esta produção independente pode ser a Fox, pode ser a Sony, ou pode ser qualquer outra produção estrangeira que venha e tenha um Cartório, obrigado

pela lei, de 40% ser comprado dessas produtoras independentes, que não diz, no texto legal, que devem ser brasileiras.

Segundo, a obrigatoriedade acaba atentando contra o texto constitucional que fala em incentivo, não em obrigatoriedade. Então, não adianta nós chegarmos aqui com ar de vitória e dizer o seguinte: Conseguimos emplacar 40% da produção independente e amanhã uma liminar do Supremo Tribunal Federal acaba com essa obrigatoriedade e nós não conseguimos produzir algo que seja bom para o país, bom para os telespectadores, bom para a produção independente, bom para a televisão, enfim, bom para os brasileiros. Então, eu acho que nós precisamos estar num momento de nós tratarmos deste assunto.

Mais, a Constituição estabelece claramente, mas claramente, que existem nesse particular duas questões. Primeiro, primeiro promoção da cultura regional e nacional, estímulo à produção independente que objetive a sua programação, isso nós estamos falando do conteúdo a ser veiculado. Num outro dispositivo diz o seguinte, logo em seguida, regionalização da produção cultural artística e jornalística. Aqui nós não estamos falando mais de conteúdo, nós estamos falando de onde a produção deve ser feita. Um não exclui o outro. Um, uma regra não é excludente da outra. É, sim, necessário ter o fomento à produção cultural e à regionalização da cultura.

De outra parte, também o mandamento constitucional determina a regionalização da produção, não é uma coisa só, são as duas coisas que devem ser cumpridas e que devem ser verificadas na legislação. Nós não podemos imaginar, nós não podemos imaginar que é possível se criar um modelo de televisão brasileira que, diga-se de passagem, é exitoso sem levarmos em consideração o que é razoável-- (soa a campainha) e já encerro em seguida, Sr. Presidente, do que é razoável economicamente para manter esta produção, manter o entretenimento livre e gratuito para a população brasileira.

Nós temos que levar em consideração os mercados que vão sustentar isso. Porque não é o dinheiro público e não é um incentivo público que sustenta a produção da televisão brasileira. E nós achamos que a produção do entretenimento é um negócio que nós podemos e devemos exportar, que é um ativo brasileiro, mas que tem que ter uma lógica comercial, tem que ter uma lógica econômica, senão, nós corremos o grande risco de produzir algo que seja inexecutável.

Para finalizar, Sr. Presidente, meu caríssimo Senador Sérgio Zambiasi, nós temos plena crença, plena crença de que o modelo federativo que traz o conteúdo nacional, que traz o conteúdo regional e que traz o con-

teúdo local é o modelo que pode consagrar a exitosa televisão brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo que ela oferece ao telespectador, tanto do ponto de vista da sua lógica econômico comercial.

Mais, outro dia assistindo um grande estudioso da área de jornalismo e de produção de conteúdo, o espanhol Juan Reuner(F), o Reuner(F) dizia o seguinte a propósito das novas tecnologias e das novas plataformas que está aí em internet e talvez plataformas que até de todos nós seja desconhecido, nós que vivemos num mundo tecnologicamente do possível: Todas essas plataformas, todos esses canais, todas essas redes vão continuar fazendo o que motivou a primeira película de cinema, o primeiro jornal e o primeiro livro.

Nós contamos histórias. Nós contamos boas histórias. Nós contamos histórias que o público quer e gosta de ouvir. Nós queremos continuar contando as histórias do mundo, do nosso país, do nosso estado e da nossa paróquia, porque a nossa paróquia quer conhecer as suas próprias histórias. Se nós não contarmos boas histórias, se as histórias não forem verossímeis, não adianta a mais sofisticada plataforma tecnológica do mundo, não faremos comunicação social.

Temos que continuar contando boas histórias do mundo, do país e da paróquia, este é o modelo de televisão que é viável economicamente, que é bom para o telespectador, que é bom para a cultura brasileira e que mais, que cria emprego, que fomenta a produção independente e que não precisa de regra para dizer o quanto, mas o mercado diz o que é possível.

Eu não tenho uma solução pronta, Srs. Senadores, para dizer qual é o percentual que é razoável para o Rio Grande do Sul e qual é o percentual que é razoável para o Acre, do ponto de vista de produção local e regional. Agora, uma coisa eu sei, nós corremos um grande risco de criar uma norma que seja uma norma modesta para os padrões do sul e sudeste e inexecutável para o Norte e Nordeste. Eu acho que as regras de mercado, do tamanho do mercado é que devem gerar esta solução. Obrigado, Sr. Presidente.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS) – Obrigado Doutor Paulo Tonet Camargo, Diretor Geral da Rede Brasil Sul de Comunicações, a RBS Brasília e agora nós passamos a palavra ao Sr. Wolney Oliveira, vice-presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste.

SR. WOLNEY OLIVEIRA: Bom dia, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, da minha terra. Eu vou aqui pegar a deixa do Fernando e vou falar um pouco como é que surgiu a nossa entidade, a APCNN, que dentro da, digamos,

da reestruturação política do cinema brasileiro, das classes dos cineastas brasileiros, essa reestruturação, ela começa em 99, 2000 com a criação do Congresso Brasileiro de Cinema que até quatro, cinco anos atrás era a entidade que congregava a maior parte das entidades do Brasil, como a APACI, e a ABRACI, no caso a APACI, a Associação Paulista de Cineasta e a ABRA-CI que é a do Rio e a gente começou a notar que era fundamental para essa descentralização da produção, essa regionalização da produção, que nós tivéssemos uma entidade e no encerramento do quarto congresso brasileiro de cinema, que aconteceu em Fortaleza no final de 2003, foi criada a APCNN que é a associação de produtores de cinema do Norte e Nordeste.

O Norte e o Nordeste, ou seja, muito mais a região Nordeste tem hoje alguns pólos de produção que são consideráveis e que são importantes no contexto da produção de cinema no Brasil, temos o caso do Ceará, que já foi, já, durante um período chegou a ser um dos principais pólos de produção do Nordeste, temos o caso do cinema pernambucano, que é o cinema de... um dos cinemas que têm mais êxito hoje no Brasil e no exterior. Nós tivemos aí recentemente o cinema Aspirinas e Urubus do Marcelo Gomes que é pernambucano, que representou, foi indicado para representar o Brasil no Oscar, tem um filme aí do Cláudio Assis, do Karim Ainus, ou seja, existe uma produção muito importante na região Nordeste e também essa produção começa a ressurgir na região Norte. Nós tivemos a criação da ANCINE também, eu acho que foi fundamental a criação da ANCINE, infelizmente, quando o ex-presidente Fernand Collor acabou a Embrafilme, que era a Empresa Brasileira de Cinema, foi um período que o cinema brasileiro chegou a produzir até cem longas por ano.

Com a eliminação da Embrafilme e a não criação de nenhuma perspectiva para a produção de cinema no país, nós caímos, nós chegamos a produzir quatro, cinco longas por ano em 90, 91 e 92 e depois, com a criação das leis de incentivo à cultura, no caso a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, existe uma retomada dessa produção.

Só que até o final do governo Fernando Henrique, ou seja, não existia uma política de governo que defendesse, digamos, a descentralização dos recursos e também não existia a reestruturação política ainda do cinema brasileiro. Foi criada a APCNN, foi criada a AMC, a Associação Mineira de Cineastas, foi criada a PROCINE de Brasília e um conjunto de entidades que estão surgindo por aí.

Só para vocês terem uma idéia, eu trouxe aqui, entrei no site do BNDES, que hoje, ao lado da Petrobras, são os dois maiores patrocinadores do cinema

brasileiro, de 95 a 99 foram, o BNDES patrocinou mais de 60 longas e nenhum deles era da região Norte e Nordeste.

A partir do ano 2000 é que começa uma... nós tivemos 25 filmes no Brasil todo e tivemos “Uma onda no ar”, do Helvécio Ratton de Minas Gerais, “Viva o povo brasileiro”, do Distrito Federal, “Concerto campestre” e “Neto perde sua alma”, do Rio Grande do Sul. 2001 foram 46 filmes. Aí nós tivemos “Woodstock”, do Rio Grande do Sul, “Cinema aspirinas e urubus” e “Amarilo manga”, de Pernambuco.

No ano 2000 foram 22 filmes, tivemos “terra vermelha”, no Paraná e “D. Helder Câmara”, da Érica Bauer aqui do Distrito Federal.

2003 nós tivemos 41 longas patrocinados pelo BNDES, entre eles está o meu primeiro longa de ficção, “A ilha da morte”, do Ceará, “O batismo de sangue”, do Helvécio Ratton, “Esses moços”, do Zé Araripe da Bahia e “o Sal de prata”, do Carlos Gerbase do Rio Grande do Sul. 2004 foram 51 longas. Nós tivemos o “Siriará”, do Rosenberg Cariri, do Ceará também, “Eu me lembro da Bahia”, e “o Árido movie”, de Pernambuco.

2005 foram dezoito filmes, nós tivemos “Saneamento básico”, do Rio Grande do Sul, “Brichos”, do Paraná e “Jardim das flores sagradas”, da Bahia e no ano passado foram vinte filmes e tivemos apenas um filme do Rio Grande do Sul, “Fuga em ré menor” do Oto Guerra. Então, o que é que eu quero falar com isso? Que apesar dos esforços do governo Lula, do Ministro da cultura, Gilberto Gil, do Secretário Nacional do Audiovisual, Orlando Senna não tem como a gente negar que existiu e que existe o interesse de apoiar essa descentralização dessa produção, inclusive como um interesse de governo foram criados programas fundamentais como o DOC TV, que vai para o quarto ano que são vários prêmios no Brasil todo para a produção de documentários e veiculação na TV Cultura, foi criado o DOC TV ibero-americano e o Revelando os Brasis. E, também, existiu uma retomada, digamos assim, dessa preocupação de que as grandes estatais que passaram a trabalhar com editais, BNDES, Petrobras, recentemente a Petrobras anunciou o edital dela porque antes as comissões que julgavam esses projetos eram formados por pessoas só de São Paulo e Rio.

Eu acho que é normal que exista uma concentração de projetos em São Paulo e no Rio, até porque são os dois maiores centros de produção do país, mas me parece que essa produção poderia ser menos cruel. E eu acho que o Projeto de Lei da Deputada Jandira Fegali, da regionalização da produção, vai nesse sentido.

O governo do estado do Ceará recentemente realizou um edital em cima da lei estadual de incentivo

à cultura, que é a lei estadual, e deu dois prêmios de longa-metragem no valor de 600 mil reais cada um e prêmios no valor de 100 mil reais para curta de ficção, que é hoje... é um dos maiores prêmios do Brasil. Então, existe uma preocupação do governo do estado do Ceará, que todo mundo sabe que apesar da... é um estado pobre, mas que incentiva a produção cultural, mas é fundamental que você tenha também uma parte desse bolo da Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual.

Há uns dois meses atrás saiu uma matéria no “Globo”, que é essa aqui, que saiu na capa: “Os dois Brasis da Lei Rouanet”. É um levantamento do Tribunal de Contas da União, do TCU, por sinal conduzido pelo Ministro Ubiratan Aguiar, que também é do Ceará e nesse levantamento foi visto que apesar dos esforços, 80% desses recursos ainda se concentram no Rio de Janeiro e São Paulo.

E aqui para não me alongar mais, eu vou falar do Projeto de Lei da Deputada Jandira Fegali lendo, me permitam ler aqui, um e-mail que a cineasta Tizuka Yamazaki me mandou, que eu acho que a preocupação dela também é a nossa preocupação e a preocupação de grande parte dos cineastas e realizadores de televisão do... fora do eixo, digamos assim.

“Acompanhei bastante a luta pela regionalização das TVs na época da Deputada Jandira Fegali e como não estarei em Brasília na audiência citada abaixo, gostaria de chamar atenção para dois assuntos que incomodam muito aos representantes das emissoras e que são fundamentais para estimular a nossa produção. Esta lei corre há anos entre a Câmara e o Senado. Testemunhamos, na Câmara, o lobby poderoso e, infelizmente, competente das emissoras querendo derrubar o espaço da produção independente. A custos conseguimos colocar no Projeto de Lei que as produções regionais de TV tivessem uma porcentagem para a produção independente, isto é, que as emissoras fossem obrigadas a pagar para ter a parte da produção independente. Também conseguimos colocar a exibição de um longa brasileiro por semana. Se abrirmos mão disso, o cinema não terá espaço nas TVs regionais como merecia ter. Contamos com a sua representação e defesa da nossa profissão”.

Eu, logicamente, isso aqui continua ainda no Projeto de Lei, mas eu acho que é fundamental que ele permaneça e que, eu espero que essa lei, um dia ela comece a funcionar e eu acredito que ela vai colaborar muito com essa desconcentração geográfica da produção e dos recursos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Nós vamos abrir espaço para a discussão e o Senador Inácio Arruda, que é autor do requerimento é para quem eu passo a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Na qualidade de um dos autores, nós tínhamos ainda a Senadora Ideli Salvatti que trabalhou conosco no sentido de realizar essa audiência, mas o Presidente Cristovam e o Presidente Zambiasi que está ocupando o espaço nesse momento, conduzindo os trabalhos, têm conhecimento da realidade política do Senado e sabe que há um conjunto de conversações no dia de hoje além das reuniões paralelas.

Nós estamos tendo agora mesmo uma reunião secreta da Comissão de relações exteriores para entender de que aqui nós temos muitas audiências secretas. Essa reunião está discutindo exatamente o orçamento de uma das forças das Forças Armadas, no caso a FAB. E por razões de segurança do Estado Brasileiro essa sessão é secreta.

Muitos poderiam dizer: Bom, por que é que não é pública? Por que não se abre a discussão dessa sessão? Porque essa é uma questão de interesse muito restrito e que deve estabelecer-se uma norma de segurança para que ela possa se realizar.

Mas, na matéria que nós estamos discutindo, o projeto da Deputada Jandira Fegali, que já recebeu um substitutivo lá e outro aqui no Senado e nós estamos discutindo à luz dessa realidade. O Senador Sérgio Zambiasi é o Relator aqui na Comissão de Educação. Acho que é uma oportunidade grande para que a gente possa contribuir com as pessoas e as instituições que estão lidando com essa questão nos estados, nas regiões e no Brasil porque aqui nós temos uma representação da ABERT que é uma representação nacional e nós temos representações regionais e de pessoas que estão ligadas diretamente à produção de audiovisual que não diretamente à televisão. Então, eu acho que é muito importante que vocês possam nos ajudar, quer dizer, a audiência pública, ela tem esse caráter, quer dizer, como é que nós vamos produzir uma legislação que regulamenta a constituição brasileira e que seja adequada ao interesse nacional, que reforce a representação regional e local, seguindo a máxima de Tolstoi, quer dizer, ninguém vai conseguir uma produção espetacular para exportar para nenhuma outra região Continental se ela não tiver uma forte ligação local, quer dizer, esse que é o peso da novidade de um projeto como esse. É ele ter a capacidade de mostrar que lá em Caxias nós temos uma produção cultural tão forte que merece ser lançada para o Brasil inteiro e para o mundo.

E assim acontece com o cerrado brasileiro que é totalmente distinto da região sul do país, da região Norte e da região Nordeste. Então, ali você tem um bioma especialíssimo do pantanal, que tem toda uma riqueza, tem toda uma formação cultural e produção

econômica que é cultura vem exatamente da produção econômica do nosso do nosso país.

Se chegarmos ao Nordeste brasileiro nós vamos experimentar também uma outra situação distinta. Nós temos no Nordeste brasileiro uma situação peculiar, você tem na flora, você tem o bioma caatinga, na flora e na fauna, você tem o bioma caatinga que é único no mundo, não tem outro bioma igual aquele. São particularidades da região Nordeste do Brasil. E ali se desenvolve. Você imagina que numa região que tem é uma região árida e semi-árida nós temos quase 30 milhões de habitantes, na realidade temos hoje 36 milhões de habitantes. É a região semi-desértica do mundo que tem a maior população é a região Nordeste brasileiro. Então, aquilo ali é uma particularidade, e tem uma riqueza, porque, ao mesmo tempo, você tem a região semi-árida e tem os litorais do Nordeste com suas águas quentes, boa para receber a população do Brasil inteiro e do mundo. Então, como que eu vou apresentar essa região? A partir de onde nós vamos apresentar? (soa a campainha) Uma Bahia tem condições de ser apresentada para o Brasil e para o mundo? Você vende a Bahia para todos os lugares do mundo. Recife você vende para todos os lugares. As grandes capitais do Nordeste você pode vender para todos os eles lugares. Então elas têm um peso muito forte. Acho que nós deveríamos estar atentos para essa realidade brasileira que não é novidade, ela já existia, mas ela se acentua nos dias de hoje. E abre espaço para que nós possamos regionalizar mais a produção audiovisual e a programação de televisão. São as duas coisas, de fato. É a produção audiovisual e é a programação da televisão, além de buscarmos alcançar os incentivos para a região, para que se produza mais na região.

É certo que o mercado, desde Cristo, não é, pelo tempo lá, os mercadores nos templos, desde Cristo que o mercado funciona e que ele mexe com as economias mundiais e temos que estar atentos. Mas o mercado, ele, ao longo dos séculos, tem tido a presença de uma mão que não é invisível que é a mão dos estados nacionais. Em todos eles.

Se você pega desde o Egito ao Império romano, à idade média, aos grandes navegadores, as grandes descobertas, quer dizer, a presença forte dos estados induzindo a expansão dos mercados, quer dizer, os mercadores espanhóis, holandeses é... portugueses, ingleses, para expandir os seus mercados tiveram uma presença fortíssima da mão do estado e na área da produção cultural me parece que não é diferente. Basta ver os dados do BNDES. Eu acho que nós poderíamos associar os dados da BNDES também os dados da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica,

das grandes instituições estatais e das grandes, das maiores empresas privadas brasileiras, nós poderíamos enumerar aí as 20 ou 30 maiores empresas privadas do Brasil que captam muito nos estados das outras regiões fora do sudeste. Você pega os Bancos, os maiores Bancos estatais e privados, eles não captam só no sul e no sudeste, eles fazem a captação no Brasil inteiro. Mas não tem nenhuma obrigação local, nenhuma, com nenhum estado, com nenhum município. Então, por que é que não tem uma obrigação de ali você ser obrigado também a investir parte dessa captação que você realiza?

Hoje não tem. Não tem regra, não tem regulamentação. Você concentra tudo numa única praça. Quer dizer, se a praça dele for a Av. Paulista, então a concentração vai ser brutal na Av. Paulista. Se for em Brasília, então, toda a captação vem a ajudar e vem reforçar os cofres do Distrito Federal. Então, acho que nós temos essa preocupação, quer dizer, o objetivo da audiência pública é esse sentido, como nós aprimorarmos essa legislação ao regulamentarmos a Constituição brasileira sem fugir dela, sem quebrar, porque ninguém, ninguém e especialmente até eu tenho assim a idéia de que a Deputada Jandira Fegali jamais teria o interesse de quebrar o caráter federativo e nacional, quer dizer, nós queremos é vender para o mundo, quer dizer, o estado nosso tem que fortalecer as nossas raízes para vender mais para o mundo e não o contrário, quer dizer, como criar as condições que na rede, principalmente porque o principal instrumento de veiculação audiovisual no Brasil são as redes de televisão, tanto nos canais abertos como nos canais fechados, como criar as condições?

Não é fácil, porque há um entrelaçamento muito grande. As emissoras de veiculação aberta, elas são muito entrelaçadas com as emissoras que produzem no mundo, quer dizer, o principal centro de produção são os Estados Unidos da América e as principais redes de TV do Brasil e do mundo vendem ou compram produtos dessas matrizes, tanto para o canal aberto como para o canal fechado.

Então, a Fox está no canal fechado transmitindo diretamente com o seu único canal a sua produção audiovisual, então, ela produz e vende para o mundo inteiro e ainda vende para os canais abertos, ainda tem uma forte ligação com os canais abertos vendendo os seus produtos e nenhum canal aberto também, por conta de interesses econômicos, vai querer se desfazer dessa relação facilmente. Então, eu acho que nós temos que ter aqui a capacidade de examinar e mediar o interesse local e regional, o fortalecimento do caráter federativo, portanto nacional, a questão do mercado

para que a gente possa produzir um texto compatível com as nossas necessidades.

Nós não vamos querer produzir um texto que permita ou obrigue a região sudeste, que não tem mercado, a fazer um produto que lá vai ser inviável e vai ser insustentável, ou o Nordeste, porque tem capacidade e tem um mercado muito forte, aqui entre aspas, evidentemente, o mercado muito forte estaria no nordeste, então nós vamos fazer o seguinte: Tudo é produzido no Nordeste e os outros, e os outros que... se agüentem lá nas suas regiões. Eu acho que nós temos que encontrar a mediação, quer dizer, como fazer uma lei compatível com as nossas necessidades do Brasil e das nossas regiões que são muito, muito ricas. Mas, muito, muito ricas.

Os senhores, quer dizer, quase todos que estão lidando com a televisão sabem disso, conhecem essa realidade brasileira. Basta ver, eu achei muito interessante o audiovisual da... apresentado pelo Paulo Camargo, por quê? Porque ele mostra, primeiro, nós temos uma empresa afiliada a uma grande cadeia de televisão brasileira que é a Globo, mas nós temos uma TV local. Constituímos uma TV local que tem um potencial enorme. Talvez, hoje, seja a de mais audiência no... no estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, talvez ou não. A de maior audiência, a que está mais próxima da que tem maior audiência na região.

No Ceará também nós vivemos a mesma situação, nós temos uma TV, a TV Diário que hoje é uma TV de grande audiência na região metropolitana, no estado e transmite por satélite, está transmitindo para os nordestinos de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Brasil inteiro que estão espalhados por esse país continental, eles constituíram uma TV local e que vai no começo com muita dificuldade para puxar os patrocinadores, mas hoje de grande sucesso mostrando, então, que há um potencial

Outro aspecto importante, ainda no audiovisual da RBS. A produção audiovisual de pequenos curtas, de 20, 30 minutos, local, aberto ali no espaço. Então quer dizer que nesses 30 minutos nós vamos dar garantias de que a produção audiovisual tenha aqui um espaço. Ele vai entrar para o povo assistir, as pequenas histórias do povo da minha região, do meu local vão ser conhecidas pelo povo da minha região. Isso que é a riqueza. Acho que essa é a grande riqueza que nós temos que aproveitar no projeto da Deputada Jandira Fegali com a capacidade que o nosso Relator, com certeza, tem de compreender essa realidade e transformar esse projeto num grande instrumento de aumento em escala da produção audiovisual. Eu estou louco para a gente fazer uma escala a partir do Ceará de produção audiovisual. Já aproveito aqui o Presidente--

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu estou muito preocupada com o Ceará porque, pelas suas palavras, está ganhando o Brasil, está ganhando o mundo, Zambiasi, se cuida que o Rio Grande do Sul vai ficar aí à deriva.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Estou esperando o apoio dos gaúchos e de toda a região pantaneira brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Bom, isso, nós, sul matogrossenses, vamos ver, mas é um prazer ouvi-lo e queria cumprimentar a Mesa, desculpar-me pelo atraso, mas estava em outras comissões também, mas, antes de passar a palavra ao Senador Zambiasi, eu queria dizer da importância de nós discutirmos uma regionalização numa época de extrema globalização, quando o mundo todo aponta justamente para a globalização e nós pensarmos, Senador Duque, em regionalizarmos, mas é importante porque o Senador Zambiasi, o Senador Inácio estão conosco no Parlamento do Mercosul e na Comissão de Educação, que eu passo a presidir agora, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes é necessário também que se discuta isso. Se discuta como é que nós queremos uma integração “mercosulina” se nós não apostarmos também e trabalharmos em cima dos meios de comunicação? Portanto, com a palavra, o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidenta, Senadora Marisa Serrano e eu quero dizer que o Ceará chegou muito cedo ao Rio Grande do Sul. As nossas charqueadas, em Pelotas, na zona sul do estado, iniciaram por um Coronel cearense que foi produzir carne seca lá e a muita umidade acabou produzindo um charque que é uma das... foi uma das razões, uma das razões que levou à Revolução Farroupilha depois. (Risos) Veja só esta comunhão nacional que se estabelece através desses, dessa... integração, desta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Depois me conte melhor como é que foi essa... essa transfusão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Essa história. Essa transfusão de culturas. Aliás, o nosso, não há carreteiro, o arroz com a carne salgada que não tenha esse charque, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Fica aqui já uma idéia para as TVs aqui começarem uma história da culinária regional começando pela, pelo charque lá do Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pelo charque gaúcho e a carne seca do Ceará.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E a carne seca do Ceará, a simbiose formada.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – As diferenças, né?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Já lhe levo lá para a cidade que mandou os primeiros charqueados.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois é. Mas eu acho que eu tive o privilégio de ter sido designado Relator e, finalmente, começam estas audiências públicas por iniciativa do Senador Inácio Arruda, da Senadora Ideli e do Senador Neuto de Conto, se não me engano, e que vem em boa hora. Acho que é interessante iniciar essa discussão sobre esse projeto, é um projeto interessante sob todos os aspectos e que também suscitam, do Colombo, do Colombo.

Pois é, e que nos despertam atenção para essas questões, eu, em termos de programação de televisão, obviamente, conheço bastante a televisão do sul do país que me parece que já vem cumprindo, inclusive algumas das exigências do projeto. Vem já atendendo nestas parcerias e pode ampliar. E outro aspecto que me chamou a atenção, eu li várias vezes o projeto e não havia me dado conta de um detalhe que chamou a atenção aqui o Dr. Paulo Tonet Camargo que é a questão da interpretação do quê que é a produção independente. É a produção independente nacional, regional, “mercosulina”, sul americana, internacional? Como é que nós vamos caracterizar essa produção independente no projeto? Isso é um aspecto que me parece de altíssima relevância. Que interpretação nós vamos dar a essa questão da produção independente?

Eu fiquei realmente muito preocupado. Parei aqui, não fui adiante. Parei aqui por que são detalhes, eu li. Hoje de manhã eu li duas vezes o projeto. Eu disse: “Vou ler bem para tentar estar com ele na minha memória” e, de repente, um dos nossos convidados chama a atenção para esse aspecto que me parece que tem que ser discutido. Ele é muito importante. Como pensa a associação brasileira de produtores independentes a respeito deste ponto aqui que, possivelmente, tenha sido proposto pela ABP e TV? São... aspectos que a gente tem que observar e trabalhar e, enfim, quer dizer, não há necessidade, a produção independente, ela é nacional, é regional?

Agora, o ponto que a Senadora Marisa Serrano colocou, “mercosulina”, porque nós estamos trabalhando o processo de integração sul americana. Eu já não penso em Uruguai, Argentina, Paraguai, Brasil e Venezuela, estou pensando num Mercosul ampliado, Senadora Marisa Serrano, com o Chile, com Bolívia, com Equador, com Colômbia, com, enfim, que nós se-

jamos um bloco, um bloco único e não dividido, pacto andino, Mercosul, países independentes, países associados. Nós (soa a campainha) possamos seguir o modelo europeu, que me parece deveria ser assim, o mais adequado. E outras curiosidades que vêm despertando. Então, eu deixo já esta dúvida no ar para ser, eu não digo solucionada aqui, mas que se comece a ser interpretada.

Eu fico imaginando, Evandro, um ponto interessante. Como é que nós poderíamos interpretar? A Globo é uma das emissoras de programação nacional, que eu acho extremamente importante, eu conheço um pouco do Ceará graças às redes. Eu vi um filme do Almodovar esses dias que eu achei muito interessante porque estava um senhor lá numa casa para idosos e foi uma cena, foi a cena que me marcou no filme. E então chega, me parece que a filha, alguém da família procurando-o, se encontram ali finalmente e ele diz que ele havia, acabava de chegar da África. E ela, como da África? Não, estava vendo um documentário, estava assistindo um documentário. Quer dizer, a TV, naquele momento, oportunizou a ele ali, doente, numa casa de repouso, viajar para a África através daquele documentário que ele estava assistindo. Então, me chamou muito a atenção da capacidade da comunicação do que faz a comunicação hoje. Ela nos globaliza, mas no bom sentido.

Ela nos permite estar no Afeganistão, no Azerbaijão, quer dizer, nomes que a gente via numa geografia tão longe que era quase impossível se imaginar de repente estar dentro no Cazaquistão dessas culturas, onde até os nomes para nós soam de forma extremamente estranha. Então, há um aspecto da globalização da comunicação que é extremamente positivo, das grandes redes que nos permitem que estas culturas entrem em nossas casas democraticamente com a nossa opção: Eu quero assistir. Quer dizer, é o toquezinho ali do botão é que me dá a oportunidade absolutamente democrática de querer ou não querer. Porque se eu não quisesse, eu vou ali para a TV educativa do meu estado que, aliás, vou fazer, vou oficializar para saber qual é o grau de programação local que ela tem. Eu não sei. E as demais também porque elas também transmitem muitas programações em rede nacional, as TVs educativas e a produção da TV de São Paulo, a Cultura, da é uma dos padrões em nível nacional das TVs educativas e em alguns estados educativas e outros de cultura.

Mas há uma curiosidade, Evandro, que me desperta que a Globo, do Rio, ela é nacional, mas ela é local. A de São Paulo, a Bandeirantes a mesma coisa, então, digamos que o... como é que a gente poderia ver aqui no projeto o programa do Faustão, quando

ele é transmitido do Rio na programação local? É da grade local ou é nacional? Quando é produzido de São Paulo, como é que ele pode ser visto? É uma programação local de São Paulo, é para o Brasil? Como é que a gente pode? Porque é um programa de auditório e, portanto, é uma produção local, nacional, regional. Um jogo de futebol no vídeo da RBS TV só botou o distintivo do Inter e do Juventude. Eu não vi o Grêmio aí não, Paulo.

SR. PAULO CAMARGO: Isso foi de propósito para não parecer que o vídeo foi feito endereçado por mim que sou gremista roxo.

(Risos).

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Gremista roxo é bom. Então, digamos que joguem Grêmio e Flamengo lá no Rio de Janeiro. São duas horas e meia, digamos, de programação local. A programação local é no Rio de Janeiro ou é em Porto Alegre, ou é no Rio Grande do Sul? Ou é em Caxias do Sul na retransmissora de Caxias? Como é que pode ser visto dentro da grade? Me despertou. Como é que a grade vai colocar? É um clube gaúcho que joga no Rio. A grade gaúcha vai colocar como programação local, já que o clube é gaúcho?

Então, uma dúvida, uma curiosidade que assim entre tantas outras que começam a despertar neste debate. Eu falo unicamente sobre a programação, acho que eu praticamente não abordei as produções a não ser essa dúvida suscitada pelo Paulo Otone. Eu vou deixar essas duas questões aqui assim como proposta para debate, para discussão. Uma visão em nível de programação do Evandro e uma resposta desta dúvida que o Fernando pode nos oferecer, ou todos podem entrar também nesse debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Duque com a palavra.

SEN. PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Senhores que estão na mesa, senhora Deputada. Eu sou de uma fase de juventude universitária em que o cinema era uma glória no Rio de Janeiro. Uma glória para todo o mundo. Glória de “O vento levou”, glória dos primeiros filmes do Mesquitinha, do Oscarito e, desde que a minha ex-colega, Deputada Jandira Fegali, apresentou um projeto, pelo que eu estou vendo aqui, pelos conhecedores da Mesa, pelos Deputados também ligados ao assunto, altamente complexo. E conheço muito a Deputada Jandira Fegali, sei que é uma pessoa séria, de maneira que eu vou levar isso para estudar.

É a primeira vez que eu estou vendo esse projeto que já está rodando por aqui pelo Congresso há quatro anos, o que é lamentável. Quatro anos é muita coisa para um projeto dessa natureza em que hoje tudo acontece com rapidez. E vejo com satisfação que

a Jandira, a Deputada já está sendo convidada para vir aqui. Ainda não existe data marcada, não é isso? E vou deixar para me pronunciar, amante que sou do cinema, quando a Jandira estiver aqui. Peço até ao Secretário que me lembre disso.

Eu também faço parte de uma Comissão das Forças Armadas, Força Aérea que está sendo, no momento, secreta, por isso que eu me desculpo com todos os presentes, especialmente com a mesa Diretora dos nossos trabalhos e prometo que estarei proximamente aqui.

Lembro que temos uma nova Secretária de Cultura no Rio de Janeiro, muito ligada ao problema de cinema, de áudio, empresária até daquelas salas de, como é que chama a sala? Estação... exatamente, dona, professora Adriana Rats. E até quero sugerir ao Presidente que convide a ela que é muito interessada pelo assunto. Ela conseguiu implantar no Rio de Janeiro tantas salas de cinema, com tantos filmes regionais que seria uma grande contribuição para esse assunto que é sério, sem dúvida nenhuma, que o Congresso tem que agilizar esse projeto. Mesmo sendo complexo como é e sendo obrigatório como é ficam as emissoras obrigadas e tudo o que é obrigatório traz muitas complicações. Fica aqui apenas a minha sugestão e agradeço terem me convidado para comparecer aqui hoje. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador Duque. Eu queria aqui, já que o Senador Duque lembrou, nós temos em outubro a segunda audiência pública. Estão convidados o senhor Cícero Aragon, Presidente da FUNDACINE, a ex-deputada Jandira Fegali, que é autora do projeto, Alexandre Raposo, Presidente da Rádio Record, Alberto Dines, que é jornalista e diretor do programa de imprensa da TVE e o Paulo Markun que é Presidente da TV Cultura da Fundação Padre Anchieta. Tenho certeza que vai ser tão brilhante quanto esta mesa. Obrigado, Senador Duque. E queria passar agora à mesa para suas considerações a respeito das intervenções feitas pelos Senadores e também para alguma, algum item que tenha ficado despercebido na abertura e para as suas considerações finais. Senhor Evandro Guimarães, é um prazer recebê-lo mais uma vez.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Obrigado, Senadora Marisa. Bom, eu entendo que esse é o início de um processo em que vão ser ouvidas pessoas do setor audiovisual para, como disse o Senador Inácio, para que o texto seja capaz de trazer uma efetiva contribuição a essa questão da regionalização.

Eu vou usar esse minuto só para responder ao Senador Zambiasi que realmente o senhor levantou

essa questão de programas que se destinam a público regional, que eventualmente são produzidos e gerados alhures, quer dizer, fora daquele mundo.

Um dos projetos define que programação regional é apenas aquela que é produzida e gerada localmente. O que mostra a complexidade do tema. Porque não tenha dúvida, um jogo do glorioso Grêmio é um jogo destinado para o Rio Grande.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Para o Rio Grande.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: É. E deveria, portanto, ser considerado na cota do interesse regional. Mas, eu só queria lembrar, eu não tenho... não tenho resposta para isso porque todas essas situações precisam ser examinadas, além do que, acho que precisa ser particularmente examinada um comentário que fez de passagem o Senador Inácio que é o seguinte: Um canal, o canal da rede Bandeirantes que capte as imagens, produza as imagens no Rio de Janeiro de um jogo do Grêmio 5, Flamengo 0 poderá ser, poderá ser entendido como regional, mas ele estará, naquele momento, competindo, se o sistema estiver num sistema do protocolo internet, nas companhias internacionais de telecomunicações, ou se tiver no sistema, num dos três sistemas de TV paga, estará competindo com dezenas de programas que são gerados do exterior e que não terão uma gota de programação local, nem mesmo um intervalo comercial local.

Porque até quando você dirige ao público do Rio Grande do Sul um jogo de futebol os anunciantes, a indústria e comércio que precisam dar informações que são absolutamente necessárias para os consumidores de bens e serviços, esses anúncios, em grande parte serão locais porque orientarão a comunidade para o consumo no distrito, ou seja, onde está próxima verdadeiramente a oferta. Enquanto que nos canais de programação que com a tendência do IP, do *internet protocol*, do protocolo internet vão se, rapidamente se transformar em competidores brutais dos canais que oferecem o serviço dirigido aos públicos locais, esses canais não terão sequer o intervalo comercial com indicação, com endereçamento local.

O que renova a minha preocupação de que o assunto é ainda mais preocupante porque aquelas televisões que fazem o modelo federativo da televisão brasileira já estão recebendo maior carga de obrigação, além das que tem, que tornam a concorrência absolutamente difícil com a oferta de dezenas de canais que não têm nenhum tipo de obrigação para atender o público. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Gostaria de passar a palavra ao

Sr. Fernando De Sousa Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Obrigado, Senadora. Eu vou começar primeiro fazer uma resposta para o Senador Zambiasi na questão da produção independente.

A produção independente, a legislação que existe hoje, que está na ANCINE de produção independente no Brasil, ela rege da seguinte forma, que produção independente para ser realizada no Brasil ela tem que ser feita por produtora brasileira. Podemos deixar isso até mais claro, deixar produção independente brasileira aqui no corpo da lei e isso não tem problema.

Isso, aliás, é um ponto até bastante interessante que foi, que foi levantado porque nós defendemos e estamos de acordo com a ABERT que a gente tem que ter uma defesa do conteúdo brasileiro, tem que existir uma defesa. A gente não aceita que a produção seja realizada por empresas estrangeiras no Brasil. Da maneira que já acontece de uma maneira, assim, completamente avassaladora sem o conhecimento de muitas pessoas de empresas internacionais que entram no Brasil e realizam produções sem o conhecimento de ninguém, na verdade, e muitas vezes com muitos apoios dos governos estaduais. Isso eu posso falar porque eu já vi isso acontecendo muito na Amazônia, já vi isso acontecendo muito no Mato Grosso do Sul, já vi isso acontecendo em vários estados aonde equipes internacionais, elas vêm para o Brasil, fazem o que querem, vão embora e na, verdade, não pagam nenhum tributo, não têm nenhum tipo de acordo.

E essa questão é uma questão que ela também, ela é muito debatida e ela é muito controlada no mundo inteiro. Para eu fazer uma filmagem hoje na França, eu tenho que seguir uma série de procedimentos e preceitos legais daquele país de contratar uma produtora francesa, de contratar um percentual de equipe francesa. Então, existe uma série, no Brasil isso existe, mas é aquela famosa questão que existe, mas ninguém conhece. Em tese, isso existe dentro da... dentro da, numa regulamentação dentro da ANCINE, mas ela, na prática, não acontece. Então, isso eu acho que é um ponto que ele tem que ser levado em consideração realmente da gente conseguir preservar o conteúdo brasileiro, essas produções brasileiras, onde você tem um envolvimento de empresas brasileiras nessa realização.

Dentro da ANCINE existem algumas normas, algumas determinações falando o que é que é obra brasileira e o que é que é obra estrangeira. Isso, em tese, deveria ser seguido. Existem países que você tem tratados de co-produção onde isso é mais flexibilizado, países que você não tem, onde é menos. Então, você

tem que ter o número mínimo da equipe ser brasileira quando não é flexibilizado, se não me engano é 50% da equipe. Você tem que ter as principais figuras ali dentro daquela equipe também serem brasileiras. Então, e esses tratados ele existem no mundo inteiro. Na realidade isso que faz a dinâmica do mercado mundial hoje de televisão, esses tratados, eles existirem, eles serem respeitados. Infelizmente, no Brasil, isso não é muito respeitado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É que eu estava te ouvindo e a gente acaba despertando outras curiosidades. Porque eu percebi que vocês buscaram o mercado externo. Bom, se se coloca esta restrição aqui à produção brasileira, como é que fica o Brasil no mercado externo na medida em que tu restringes aqui?

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Não, mas porque o mercado externo, ele trabalha muito em cima da co-produção, e quando você tem a co-produção e quando você tem os acordos bilaterais entre os países, essa produção ela é reconhecida no Brasil como produção brasileira, e no país, por exemplo, vou dar um exemplo, como no Canadá, como produção canadense. Então, os acordos que existem, nos acordos de co-produção. Eles permitem esse tipo de acordo. E depois na parte de licenciamento, que é quando o produto já está realizado, aí, tudo bem, isso você, é uma outra, é um outro canal, aliás, é onde os canais, igual vocês mesmo mencionaram, aqui você vê muito filme sobre a África no Brasil. Aliás, você conhece muito mais os animais africanos do que os animais brasileiros, infelizmente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Exatamente, por quê? Porque você teve, (soa a campainha), porque isso faz parte da, isso faz parte de toda uma estratégia feita por todos esses países da disseminação da cultura e de realmente você ter essa cultura muito forte.

Eu acho que existe uma questão hoje que a globalização, ela pode ser muito prejudicial, por um lado ela é muito boa que a gente, porque permite que a gente demande, que a gente exponha e exporte os nossos conteúdos, mas realmente, a gente tem que ter uma garantia do conteúdo brasileiro, da gente ter uma garantia da nossa, da gente não perder as nossas questões aqui culturais, ambientais, educativas e tudo isso.

Volto a falar assim, eu acho que a RBS é um exemplo muito interessante que a gente tem na produção independente. Realmente a gente tem, dos nossos associados, os nossos associados do Rio Grande do Sul, aqui temos alguns, todos trabalham com a RBS,

até apareceu o pessoal da Casa do Cinema ali que trabalhou e é muito efetivo, isso mostra que é possível. Que essa parceria é possível, já existe, é um modelo que eu acho que poderia ser exportado. Assim, a gente não quer, não é a... a nossa associação, ela só existe com a televisão.

Nós não estamos aqui para brigar com nenhuma televisão. A gente quer, a gente respeita todas as televisões. Aliás, a gente admira as televisões, a gente admira o padrão de qualidade que o Brasil conseguiu ter nas televisões que é difícil realmente de ser atingido. Se você pegar outros países da América do Sul elas não chegam no pé do padrão que a gente chegou aqui no Brasil e o que a gente quer é continuar com esse padrão. A gente só está querendo mudar, não é a estrutura da difusão e da qualidade dos programas, a gente está querendo mudar a estrutura da produção. E igual eu já mencionei e mostrei alguns exemplos, existe no mundo e mostrando que isso é possível, o modelo existe no mundo ele é possível no mundo inteiro, por que não aqui? É só uma questão, realmente, de a gente chegar numa... num acordo, numa maneira da gente conseguir fazer isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A qualidade está ligada à produção.

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Sim, mas a questão é a seguinte, como você funciona hoje, vou te dar um exemplo. *National Geographic*, a gente trabalha muito com a *National Geographic Internacional*.

Eu chego, apresento um filme. Vou fazer um filme sobre o lobo guará, é exemplo fictício. Animal brasileiro, interessante, não tem. O que é que eles fazem? Eles vão lá, eles determinam alguém dentro do canal que vai acompanhar junto com o produtor brasileiro, que é uma figura que existe no mercado internacional que não tem no Brasil que chama-se "*commission editor*". O "*commission editor*" desse canal, ele vai sentar com o produtor da onde quer que seja, do Brasil, de qualquer lugar do mundo e ele vai estar junto com esse produtor garantindo, primeiro, a qualidade do projeto. Ele vai estar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O projeto padrão.

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: ... Exatamente, ele vai estar garantindo que esse projeto, ele esteja dentro das normas que o canal faz, do formato que ele faz, ou seja, nós estamos cumprindo exatamente o que o canal quer. A gente não tem intenção, nenhum produtor de sã consciência tem intenção de mudar a programação de nenhum canal. A gente quer é ter a oportunidade de trabalhar dentro daquele canal dentro da estrutura que ele montou, a linha editorial é do canal, isso não é uma questão nossa, mas a di-

nâmica internacional, ela funciona da seguinte forma: As produtoras são *brifadas*. Então, você chega, a *Fox* fala assim: “Olha, para o ano que vem nós estamos procurando séries de três episódios, 52 minutos para público jovem ou para adolescentes e a gente quer séries que...com musicais”. Não sei, ele *brifa* isso. O mercado, ele é brifado com antecedência.

Aí os produtores vão para essa televisão e todos os produtores chegam ali e apresentam para essa televisão as suas propostas. O canal tem, ele tem um leque de oportunidade e ele vai trabalhar com quem ele acha que é competente, com quem ele acha que tem um bom produto, quem apresentou a melhor proposta. É um modelo de negócio igual a um modelo de negócio para qualquer prestador de serviço no mundo.

Se eu fizer um modelo de negócio para pintar a minha casa, eu vou escolher o cara que eu acho que tem o melhor serviço, que tem o melhor... Então, é isso que nós estamos propondo. Nós não estamos propondo mudar o modelo de negócio, de maneira nenhuma, de fazer uma revolução. Não é nada disso. Não é essa a nossa intenção. É realmente mudar só a questão da produção.

E se espelhando, acho que no mundo, a gente, acho que a gente consegue entender e ficar claro que isso é possível. Se a gente pegar o nosso país mais capitalista do mundo que é os Estados Unidos que isso acontece, por que não aqui?

Não estou falando para a gente se espelhar no Canadá onde 100% é da produção independente. A televisão ela é obrigada por lei a investir 30% do seu faturamento na produção independente. Ela tem uma série de regras muito rígidas realmente ali.

Ótimo, seria ótimo se isso fosse feito aqui no Brasil, mas a gente sabe que talvez, isso não é possível. A gente quer é chegar num acordo. A gente não quer, realmente, não existe uma intenção hoje da associação dos produtores de chegar e de fazer uma questão a fórceps, vamos entrar na marra nos canais brasileiros. Não. A gente quer que o canal brasileiro olhe para o produtor e fale assim: “Olha, pô, está ótimo!”.

Eu vou dar um exemplo muito interessante que a gente fez. A gente fez um evento com o SBT chamado “Documenta Brasil”, onde a gente exibiu quatro documentários no SBT, fizemos desde o início. Fizemos um edital, chamamos, arrumamos um dinheiro, um patrocinador que patrocinou esses filmes, o SBT falou: “Tá bom, vamos enfiar numerário ali qualquer”. Puseram lá meia-noite e meia de segunda-feira. Ótimo, está bom! Ele falou: “Vamos fazer”. Dava um ponto de média no Ibope esse horário no SBT fazendo aí a... fazendo essa análise dos últimos meses.

Quando entrou a produção independente subiu para a média de quatro, cinco pontos. Pô, será que não é possível? As televisões não conhecem a gente. Elas não sabem o que a gente está fazendo. Elas não sabem... por que é que hoje a gente trabalha com a BBC, a gente trabalha com a *National Geographic*, a gente trabalha com a *Discovery*, a gente trabalha com a CBC, a gente está trabalhando com a *Channel Four*, a gente está trabalhando com a *France 2*, com *France 3*, com a NHK no mundo inteiro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Vocês são quantos associados?

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Hoje são 105.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Quantos desses trabalham com essas empresas?

SR. FERNANDO DE SOUSA DIAS: Mais ou menos 30 dos associados que têm hoje uma participação. Lógico, se a gente pegar desses trinta, você deve pegar, deve ter aí cinco, seis que são mais fortes, mas você tem trinta que a gente fala que hoje já tem uma participação internacional. Então, por que é que é uma frustração que a gente tem. A gente fala assim: Pô. Por que é que um canal que tem um padrão de qualidade como a BBC trabalha com o produtor brasileiro e a gente não consegue trabalho com a televisão brasileira?

A gente teve um caso que foi, chega a ser até irônico, onde a própria Globo comprou um pacote da *Fox* onde comprou um conteúdo de um documentário brasileiro que estava nesse pacote que comprou na *Fox* Internacional e passou aqui no Fantástico, no Fantástico não, no Globo Repórter. Olha que loucura, comprando de uma distribuidora internacional um conteúdo de um produtor brasileiro. Não foi ele que vendeu. E quando comprou de lá passou.

Por quê? Mas porque ela não teve a oportunidade, não teve essa estrutura, não foi... de conhecer esse conteúdo. Então, é só isso. A gente quer, a gente quer ter oportunidades. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Queríamos agradecer as suas considerações. Eu queria passar para o senhor Wolney Oliveira. É um prazer recebê-lo aqui.

SR. WOLNEY OLIVEIRA: A oportunidade-- obrigado pelo convite e a oportunidade de estar aqui na subcomissão de cinema e eu acho também que a gente não pode esquecer que essa discussão toda da regionalização da produção vai estar correndo paralelo também ao advento da TV digital. Hoje tudo é o mundo digital.

Para vocês terem uma idéia, essa digitalização, ela também democratizou essa produção independen-

te. Eu, o meu primeiro filme “O milagre em Juazeiro”, foi um longa-metragem documentário feito em 16 milímetros, depois ampliado para 35 milímetros, custou uma fortuna o negativo, todo esse trabalho.

O... “A ilha da morte” foi filmado em 35 milímetros, eu paguei quase 200 mil reais de compra de negativo e aluguel de equipamento e o trabalho que eu estou realizando agora, eu estou filmando em... com uma câmera digital que filma 24 quadros progressivos e que custa, hoje, 15, 20 mil reais.

Então, a gente não pode esquecer que essa digitalização da televisão vai também é... influenciar um surgimento de novos canais, aumento da quantidade dos canais que já existem e também de uma demanda de produção.

Pedi ao Senador Inácio Arruda, aproveitando a deixa aqui do jogo de bola, do futebol, que faça uma marcação corpo a corpo com esse projeto aí e que, logicamente, sejam ouvidas todas as áreas e que a gente trate de encaminhar da melhor maneira possível para todos. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Eu quero agradecer ao Sr. Wolney.

(Risos)

Mas ele está impossível hoje, né? Ressaca de ontem ainda. Como não? Como não? Passo a palavra ao Dr. Evandro até o Dr. Paulo retornar.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: O Fernando De Sousa Dias, eu aqui preciso falar em nome das televisões que incluem as televisões que retransmitem a programação regionalmente e as televisões que constituem as cabeças de rede assim chamadas. Então, as empresas, o SBT, a Record, a Bandeirantes, a TV Globo, elas têm uma estrutura de produção e distribuição de sinal, não é porque simplesmente por uma razão, porque elas querem ou porque, de alguma maneira, eles não querem que a produção independente seja uma realidade no Brasil. Só vou lembrar que a história é que fez assim.

Foi a necessidade de reduzir incertezas, de ter programação e grades de programação definidas ao longo do tempo, freqüentemente projetos publicitários se vendem com um ano de antecedência é que fez com que as televisões não pudessem contar com um parque que, de uns anos para cá tem crescido muito. Tenho certeza que será venturosa e será de desenvolvimento efetivo a indústria dos produtores independentes. Mas, no passado não era assim. Tanto não era assim que a própria indústria do cinema brasileiro que já teve importância nacional, ela teve baques importantíssimos.

Citou-se aqui, citou o nosso companheiro que representa os produtores cineastas do Nordeste citou aqui, por exemplo, o fato de que se produz, em alguns momentos se produziu quatro, cinco, longa metragens por ano. Em outros momentos se produziram quarenta, cinquenta. Só uma das redes produtoras no Brasil produz duas mil e quatrocentas horas de teledramaturgia por ano, o que corresponde a cerca de mil e duzentos longas-metragens. Mil e duzentos.

Eu queria renovar aqui um convite que já fiz, mas vou renovar um convite ao Senador Inácio Arruda e à Senadora Marisa para que conheça, por exemplo, pelo menos o centro de produção da Globo, assim como devem conhecer também os centros de produção da Record e do SBT, porque aí vocês entenderão a necessidade de aglutinação de recursos humanos, de capital investido em instalações e de recursos de equipamentos permanentemente renovados para mostrar que não há nenhuma, o sistema de produção independente do Brasil é bem-vindo.

Aliás, pode ser uma solução até para a economia da operação das televisões abertas, porque qualquer serviço terceirizado tende a custar mais barato e o risco tende a ser diluído e, aliás, quero dizer o seguinte, felizmente o Brasil tem uma multiplicidade de potenciais compradores produtores independente. Só para lembrar na principal praça brasileira que é em São Paulo, existem hoje no ar 21 canais abertos de televisão (soa a campainha).

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Isso é muito bom.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: 21. Então, não há a dificuldade e não há nada a complementar, quer dizer, só para não ficar com aquela idéia de que as redes de televisão principais têm uma certa posição de vilania contra o produtor independente.

Ao contrário, é bem-vindo, nós compramos filmes, desenhos animados, etc., etc., de produtores internacionais. Comprariamos de produtores brasileiros, caso houvesse segurança, estabilidade no fornecimento, qualidade, inclusão e acerto na grade de programação e que isso fosse, digamos assim, que isso fosse de dados complementares. Só queria registrar que as televisões não têm antinomia com a produção independente. Ao contrário, entendem que a produção independente é bem-vinda e deve crescer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu acho que já abrimos um canal aí! Coisa boa que já servimos para isso, já está bom demais! Eu queria passar a palavra ao Sr. Paulo Camargo é um prazer enorme recebê-lo aqui. Já sabemos agora que é gremista roxo!

SR. PAULO CAMARGO: É verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Roxo não, azul.

SR. PAULO CAMARGO: Azul. Azul, preto e branco.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Gremista vermelho.

SR. PAULO CAMARGO: Senadora Marisa Serano, eu propus aqui na minha exposição que o debate sobre esse tema fosse aqui desideologizado. É importante porque em determinados momentos esse tema foi ideologizado para que se pudesse ver o tema foi paixão. O que é que aconteceu? O Senador Zambiasi e o Evandro Guimarães vem a falar no quê? No Grêmio. Perdi totalmente a possibilidade de raciocínio lógico que é paixão. Não vale. Senador Inácio Arruda, só para lhe tranquilizar, o charque que é invenção dos cearenses no Rio Grande do Sul e que faz parte da culinária gaúcha hoje, muito inserido na culinária gaúcha, está num programa de televisão que vai ao ar, tanto na TVCom, como na RBS TV, chamado anônimos gourmet, que é um programa semanal que fala de receitas gaúchas, receitas locais. Então, a proposta de um programa nesse sentido já está, já está previamente atendida. Mas para encerrar, Senadora Marisa--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Cearense.

SR. PAULO CAMARGO: Auguro, auguro. Senadora, na verdade eu acho que a conclusão que nós tivemos aqui e eu fico muito satisfeito com o resultado dessa reunião, com a manifestação do Fernando e do Wolnei porque eu acho que nós temos, finalmente, a possibilidade de, serenamente, trabalhar num projeto que seja bom para o país. Desideologizadamente. É isso que eu senti das manifestações, tanto do Wolnei como do Fernando, quer dizer, encarando que a produção do audiovisual brasileiro é estrategicamente importante para o país. Encarando que a produção de audiovisual brasileiro é um ativo importantíssimo para a nossa economia que nós temos que ampliar. Nós não temos que subtrair, nós temos que somar. Então, qualquer regra que diga o seguinte: Olha, vamos desconstruir um modelo para construir outro. Não, vamos somar os modelos. E eu acho que é isso que eu entendi da manifestação do Fernando e do Wolnei que eu acho muito oportuno. Nós temos, sim, possibilidade de fazer.

Agora, se no Rio Grande do Sul nós fazemos o projeto curtas gaúchos, o projeto histórias extraordinárias em parceria com a Casa de Cinema de Porto Alegre e outros, e outros produtores independentes é porque os anunciantes locais nos dão essa possibilidade. Há uma lógica econômica que remunera a pro-

dução independente, que remunera a emissora e que, portanto, viabiliza essa cadeia produtiva.

Esta cadeia produtiva jamais vai ser viabilizada por imposição de lei. A lei tem que dar os caminhos, a regra tem que dar os caminhos para que os mercados, devidamente adaptados, possam viabilizar que o Brasil seja, efetivamente, um modelo exportador de audiovisual brasileiro.

Agora, isso está inserido num contexto maior e eu acho que a colocação do Evandro é muito importante para a reflexão. Não adianta nós estabelecermos aqui uma regra que diga o seguinte: Olha, a TV lá de Fortaleza, a TV Verdes Mares vai ter que produzir x por cento de produção local, x por cento de produção regional, x por cento de produção independente e, de repente, cobrindo a área de Fortaleza chega um sinal por protocolo de internet ou por outra tecnologia qualquer sem nenhuma dessas obrigações colocando pasteurizada 100% de produção estrangeira, por exemplo, que também não é o que nós queremos. Então, nós temos que analisar nesse contexto um pouco maior e essa preocupação que o Evandro traz é no sentido de viabilizar a produção independente, de continuar viabilizando uma televisão aberta, pública e gratuita para todos os receptores, crescendo num modelo em que o Brasil tenha esta federação em que o telespectador receba produção nacional, regional e local de qualidade, de qualidade., de qualidade, porque se obrigarem a fazer 50% de produção local numa TV do interior do Brasil, lá, por exemplo, numa TV do interior do Rio Grande do Sul, 50% da programação não dá para fazer, Senador Zambiasi, nós vamos botar um índio velho tocando gaita lá duas horas por dia. Isso não é programação de qualidade por melhor gaiteiro que ele seja. Nós não queremos isso. Nós queremos produção de qualidade e é isso que eu acho que esta discussão pode trazer e que o seu relatório, temos certeza, trará para a produção independente e para a televisão brasileira. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Obrigada, Paulo, nosso gremista. Eu quero dizer aqui da alegria desta Comissão e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música, comunicação social de recebê-los aqui nesta manhã. Em outubro teremos uma nova rodada de uma audiência pública a esse respeito e nós esperamos que essa Casa consiga fazer com que projetos como esse e tantos outros sejam amplos, depois de amplamente debatidos, possam ser votados desde que eles venham, não venham a engessar aqueles que trabalham nas diversas áreas, e especificamente nessa que estamos discutindo hoje, desde que a sociedade possa ser contemplada naquilo que ela tem e que ela

espera da mídia, da televisão e do audiovisual e que os empresários, a área empresarial esteja também coberta pelos seus interesses e que o mercado de trabalho possa oferecer a amplitude que a população brasileira precisa nesse momento.

Portanto, agradecendo a presença de todos, dou por encerrada essa sessão e a semana que vem estaremos aqui com a nova rodada de outras audiências públicas a respeito de várias questões nacionais. Obrigada.

Sessão encerrada às 12h43.

Ata da 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 18 de setembro de 2007.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Kátia Abreu, Romeu Tuma e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, João Ribeiro, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Maria do Carmos Alves, Marconi Perillo e Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senadores Marconi Perillo e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, registra a presença, para acompanhar a reunião, dos alunos de graduação do curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás – UFG; da Senhora Lara Teixeira, Musicoterapeuta da Associação de combate ao câncer e, Goiás; Senhor José Davison, Vice-Presidente da Sociedade Goiana de Musicoterapia; Senhora Moema Craveiro Campos e Senhora Mônica Zimpel, Musicoterapeutas de Brasília. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 15: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Pre-

sidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão 1892/2007 proferido nos autos do processo TC 014.834/2004-7, bem como do relatório e do voto que tratam da avaliação dos aspectos operacional e de legalidade nas ações de proteção e preservação do patrimônio histórico deliberado pelo Plenário desse tribunal na sessão ordinária de 12/09/2007. Os senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”.

Comunicado 02: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Excelentíssimo Senhor. Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, em resposta ao Requerimento de Informação nº 024/07 – CE (Requerimento nº538/07-PLEN) de autoria de Sua Excelência o Senador Flávio Arns, que solicita informações deste Ministério acerca dos entendimentos para a regulamentação da lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que “trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo”. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. **Comunicado 03:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em resposta ao Requerimento de Informação nº 010/07 –CE, (Requerimento nº 216/07 – PLEN) de autoria de Sua Excelência o Senador Wellington Salgado, que solicita informações relativas a autorização de cursos e vagas para instituições privadas de ensino superior no país . Os senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”.

Comunicado 04: “Comunico aos Senhores Senadores a realização da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações à realizar-se nos dias 17 e 18 de setembro de 2007, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, e no dia 19 de setembro de 2007, no auditório Petrônio Portela, do Senado Federal. O convite é extensivo a todos os Senhores Senadores membros desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”.

Item 14: Requerimento nº 041, de 2007 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que, requer “...nos termos dos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, a fim de obter esclarecimentos a respeito das propostas pedagógicas implementadas nos cursos de graduação em Medicina oferecidos no Brasil, bem como sobre os conteúdos curriculares dos cursos. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: 1.

Sr. Francisco Eduardo de Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde; 2. Sr. Milton de Arruda Martins, Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica; 3. Sr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina; 4. Sr. Sigisfredo Luís Brenelli, Professor de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e 5. Representante do Conselho Nacional de Educação”. O requerimento é aprovado. **Item 07: Projeto de Lei da Câmara nº 025, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota que “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”. A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, a presidência retoma a ordem da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 002, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, “Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 014, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação da relatora, para reexame do parecer. **Item 03: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Romeu Tuma ao **Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.” O substitutivo em turno suplementar, incorpora a emenda nº 01 – CE (aprovada por 14 votos), sendo aprovado igualmente por 14 votos. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 081, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Acrescenta inciso ao artigo 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente) que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou adolescente praticado nos meios de comunicação visual”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 116,**

de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Acrescenta parágrafo único ao art. 51 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 065, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado que, “Altera os arts. 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o parecer é favorável ao PLS 116, de 2006, com as emendas oferecidas, rejeitando o PLS 065/05 que tramita em conjunto. É concedida vista a Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos, rejeitando ainda, por treze (13) votos, a emenda de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Gomes que, “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte. (Determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação básica)”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Marisa Serrano e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de Pauta, atendendo a solicitação da relatora designada, para reexame do parecer. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande que, “Denomina “Rodovia Prefeito João Eutrópio” o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Adelmir Santana e o parecer é favorável. O projeto é retirado de Pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame do parecer. Neste momento, o Senhor Senador Augusto Botelho requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 042 – CE**, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho que, requer “... nos termos regimentais, a realização de duas Audiências Públicas, na Comissão de Educação, para que sejam debatidos os 10 anos da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação. Para a primeira Audiência, deverão ser convidados representantes da Sociedade Civil organizada e representantes do governo para se discutir o Ensino Básico; para a segunda, deverão ser convidados representantes da sociedade civil organizada e representantes do governo para se discutir o Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação”. O requerimento é aprovado. Fica adiada por falta de quórum a seguinte matéria: **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 252 de 2007**. Ficam adiadadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2007, Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007 e Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 012, de 2007**. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Havendo número regimental declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto em primeiro lugar à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de adentrarmos a pauta propriamente dita quero fazer três comunicados à Comissão. O primeiro deles, comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento da resposta do Exmº. Sr. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad em resposta ao Requerimento de Informação nº. 010/07 dessa Comissão, Requerimento nº. 216/07, de autoria de S.Exª, o Senador Wellington Salgado que solicita informações relativas à autorização de cursos e vagas para instituições privadas de ensino superior no País. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

O segundo comunicado. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão 1.892/2007, proferido nos autos do processo TC

014.834/2004-7, bem como do Relatório e do voto que tratam da avaliação dos aspectos operacional e de legalidade nas ações de proteção e preservação do patrimônio histórico deliberado pelo Plenário desse Tribunal na Sessão ordinária de 12/09/2007. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à secretaria dessa Comissão. Eu inclusive pessoalmente já peço uma cópia também. A matéria vai ao arquivo.

Terceiro comunicado. Comunico os Srs. Senadores o recebimento da resposta do Exmº. Sr. Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, em resposta ao Requerimento de informação 024/07 Requerimento nº. 538/07, de autoria de S.Exª, o Senador Flávio Arns, que solicita informações desse Ministério acerca dos entendimentos para regulamentação da Lei 11.438 de 29 de dezembro de 2006 que, entre aspas, “trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo”. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria também vai ao arquivo.

Antes de iniciarmos os itens não terminativos, gostaria só de aproveitar também a presença do Senador Papaléo Paes para ler o Item nº. 14 que é de caráter não terminativo e é um Requerimento, portanto, algo rápido. Nos termos nos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal combinados com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal requeiro a realização de Audiência Pública conjunta nas Comissão de Assuntos Sociais e de Educação a fim de obter esclarecimentos a respeito das propostas pedagógicas implementadas nos cursos de graduação em medicina oferecidos no Brasil, bem como sobre os conteúdos curriculares dos cursos. Solicita-se a participação das seguintes autoridades. Sr. Francisco Duarte de Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Sr. Milton de Arruda Martins, Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica, Sr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina, e Sr. Sigisfredo Luis Brenelli, professor de medicina da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, e também o representante do Conselho Nacional de Educação. Autoria, Senador Papaléo Paes. Está em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação... Aprovado.

Passamos à apreciação dos itens... Passamos aos itens não terminativos da nossa pauta. E, inclusive, enaltecendo aqui a presença das pessoas, dos profissionais, dos estudantes ligados à área da musicoterapia, sejam muito bem vindos aqui à Comissão de Educação Cultura e Esporte que estão justamente acompanhando a votação do projeto que diz respeito à área musicoterapia, que é o Item 7 da nossa pauta, de

natureza não terminativa que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 025/2005 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de musicoterapeuta. Autoria do Projeto de Lei é do Deputado Gonzaga Patriota, e a Relatora nesta Comissão é a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a quem com prazer passo a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) –

Obrigada Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, antes de mais nada eu quero cumprimentar a todos os profissionais de musicoterapia que estão aqui conosco, eu quero agradecer a presença de todos é muito importante que para a leitura de nosso Relatório...

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Só um minutinho, Senadora Patrícia. Só pediria a atenção e o silêncio necessários para que a Senadora Patrícia Saboya Gomes possa proferir e apresentar seu Relatório.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) –

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom, o Relatório. Chega o Projeto de Lei na Câmara nº. 25/2005, Projeto de Lei nº. 4.827/2001 na origem, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de musicoterapeuta. Relatório. Chega à Comissão de Educação em virtude do Requerimento nº 878/2006 o Projeto de Lei da Câmara nº. 25/2005 que tem por objetivo regulamentar a profissão de musicoterapeuta. Na versão final do projeto de origem 4.827/2001, depois de tramitação na Câmara, o PLC se apresenta com cinco artigos, dos quais destacamos os seguintes. O art. 2º descreve o musicoterapeuta como o profissional que utiliza a música e seus elementos, som, ritmo melodia e harmonia. Por meio de técnicas específicas com a finalidade de prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica das pessoas. O art. 3º contém em sete incisos as exigências relativas à formação profissional para o exercício da profissão de musicoterapeuta. Algumas de forma definitiva, outras de caráter transitório. O art. 4º relaciona as atividades e funções que poderão desempenhar os profissionais de musicoterapia. No prazo regimental não foram apresentadas Emendas à proposição.

Análise. Na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Papaléo Paes apresentou Relatório em que fez as considerações cabíveis quanto à constitucionalidade técnica legislativa e principalmente o mérito do projeto no contexto histórico do desenvolvimento do trabalho musicoterápico na sociedade brasileira, não omitindo também alguns aspectos da formação profissional nos sistemas de ensino. Na Comissão de Educação, cremos ser pertinente aprofundar a análise quanto ao mérito das relações entre a profissão a ser regulamentada e as propostas de formação profissio-

nal. De plano concordamos que a cláusula constitucional basilar do objetivo do projeto é o disposto no art. 5º e no Parágrafo único do art. 170, segundo os quais se assegura aos cidadãos o livre exercício de qualquer atividade econômica, trabalho, ofício ou profissão. Desde que se cumpram normas de qualificação profissional ou autorizações do Poder Público nos casos de exigência legal.

Em outras palavras, a regulamentação de determinadas profissões é uma situação excepcional diante da ampla e geral liberdade de exercícios das formas infinitamente variadas do trabalho humano. Historicamente as profissões tem sido reguladas ou por fiscalização corporativa ou mais recentemente pela instituição de diplomas de habilitação. Após rigorosa formação escolar que conduz as suas competências profissionais em nível médio ou superiores. Em muitos casos atualmente por ambos procedimentos. Os Advogados, por exemplo, se regulam pela ordem após obtenção de diploma em longa formação escolar. Os médicos da mesma forma se sujeitam ao crivo de seus conselhos depois de obtido diploma em cursos superiores. Já os professores se profissionalizam tão-somente pela aquisição de diplomas, alguns de nível médio e a maioria de nível superior. Raríssimo hoje são as profissões que não exige a formação acadêmica. No processo de regulamentação da profissão de jornalista, por exemplo, acabou prevalecendo a necessidade de habilitação escolar as competências tradicionalmente adquiridas pelos que brilhantemente trabalhavam na imprensa. No Brasil, o primeiro deles... desculpa. Os efeitos benéficos da música no comportamento de indivíduos e de grupos sociais são conhecidos desde a antiguidade. Mas somente em 1944 surgiu na universidade de Michigan nos Estados Unidos da América o primeiro curso de graduação de musicoterapia. No Brasil o primeiro deles foi criado em 1972 pelo Conservatório Brasileiro de Música. Atualmente existem pelo menos oito instituições de ensino superior que formam musicoterapeutas, instituições como a Universidade Federal de Goiás, e a Faculdade de Educação Musical do Paraná oferecem graduação na área ocorrendo também a formação de cursos em pós-graduação lato sensu, ou seja, de especialização. Os sete dispositivos do art. 3º do PLC que descrevem os que se beneficiaram do título profissional a partir das habilitações acadêmicas mostram inclusive em exercício ao mesmo tempo de extensão e de reserva de mercado que poderia antes limitar do que ampliar o acesso da população à proteção a saúde de suas vidas bem como a liberdade das pessoas.

Sr. Presidente, sem entrar no mérito de necessidade de regulamentação da profissão que considero

competência da Comissão de Assuntos Sociais, acreditamos que os cursos de nível superior existentes possibilitam a formação necessária a esse trabalho que conjuga a arte e a ciência na procura de melhor qualidade de vida da população.

Antes de declarar o voto, Sr. Presidente, eu queria apenas testemunhar, porque recebi em meu gabinete as pessoas que representam a profissão de musicoterapeuta, fiquei completamente encantada, ciente, convencida de que esta Comissão deveria aprovar a regulamentação dessa profissão que tem ajudado no tratamento de pessoas não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Portanto, através da música que todos nós somos apreciadores e admiradores, podemos sem dúvida alguma ajudar na reabilitação de um número gigantesco de pessoas que precisam. Eu quero, pelo exposto, e no âmbito das competências dessa Comissão eu quero dizer que o nosso voto é pela aprovação do PLC nº. 25/2005. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O parecer, portanto, da Senadora Patrícia Gomes é no sentido da aprovação do Projeto de Lei. Está em discussão a matéria. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, eu considero esse projeto realmente de grande relevância. Porque nós sabemos que a música ela bem aplicada de acordo com a ocasião, de acordo com a idade da pessoa, tudo isso tem uma influência muito grande. E falo assim de uma forma muito especial com relação a infância. O quanto é representativa e importante a terapia com acompanhamento da música que faz uma... Tem uma influência importantíssima no desenvolvimento e principalmente no equilíbrio psíquico dos indivíduos. Então acho esse projeto da mais alta relevância, e considero que o Relatório da Senadora Patrícia realmente vem de encontro aos benefícios que ela vai poder proporcionar à população.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Continua em discussão a matéria. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a exemplo do que fez a Senadora Rosalba, eu gostaria também aqui de cumprimentar a Senadora Patrícia pela atitude de regulamentar, de aprovar no mérito essa propositura, uma vez que todos nós sabemos que a música aguç a sensibilidade e ajuda também na recuperação de pessoas.

Portanto, aproveito para cumprimentar também os representantes da área, do meu Estado, Estado de

Goiás que estão aqui presentes, e dizer da nossa satisfação em votar pelo mérito desse projeto, votar sim pelo mérito desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero destacar que estão presentes acompanhando a votação dessa matéria, como a Senadora Lúcia Vânia já enfatizou, alunos de graduação do curso de musicoterapia da Universidade Federal de Goiás. Também Lara Teixeira, musicoterapeuta da Associação de Combate ao Câncer de Goiás, José Davidson, Vice-Presidente da Sociedade Goiânia de musicoterapia, Moema Craveiro Campos e Mônica Zinquel, musicoterapeutas de Brasília.

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação a matéria. Os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que estejam de acordo com o parecer da Senadora Patrícia Gomes permaneçam como estão. Aprovado.

Eu quero também da minha parte parabenizar a Senadora Patrícia Gomes pelo Relatório, o Deputado Luiz Gonzaga pela iniciativa do projeto e também da minha parte testemunhar a importância da área da musicoterapia no processo de prevenção, de habilitação, de reabilitação, uma área extremamente importante para o desenvolvimento, a saúde biopsicossocial das pessoas. Parabéns a todos os musicoterapeutas do Brasil.

(palmas)

Muito bem. E parabéns para todos vocês que estão aqui presentes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que enquanto os jornais dizem que o Senado é vaiado por toda a Nação Brasileira, aqui um momento diferente, quando essa Comissão recebe aplausos. Será que a imprensa brasileira vai estar atenta a essa manifestação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passamos ao Item 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 002/2007, que altera o art. 9º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 93 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais. Autoria, Senador Osmar Dias. Relator, Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Flávio Arns, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 02/2007, de iniciativa do Senador Osmar Dias, tem por objetivo mediante acréscimo do inciso X ao art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, propiciar o financiamento das instituições de educação superior estaduais com o objetivo de expandir a oferta de vagas

e a qualidade de seus cursos e programas. O PLS em tela foi distribuído apenas a esta Comissão que tem decisão terminativa sobre a matéria. Não foram oferecidas Emendas à proposição.

Análise. O PLS em análise visa propiciar o reforço pela União do financiamento das instituições públicas de educação superior mantidas pelos Estados Federativos com vistas a assegurar o aumento de vagas gratuitas para o conjunto dos estudantes brasileiros, muitos dos quais não tem como arcar com as mensalidades da rede privada de ensino superior. De acordo com a justificativa do projeto, o Plano Nacional de Educação, PNE, Lei nº. 10.172/2001 quis garantir até o ano de 2011 a matrícula de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos na universidade, muito embora só tenha atingido 10% desse total em 2007.

Por outro lado, há no Brasil cerca de 80 instituições estaduais de ensino superior que garante mais de 470 mil matrículas de graduação dos mais diversos cursos e que normalmente apresentam dificuldades para o custeio de sua expansão. Ainda segundo a justificativa do PLS, o Governo Federal reconhecendo a importância do ensino público superior nos Estados incluiu no projeto de reforma universitária que encaminhou ao Congresso Nacional a possibilidade da União participar por meio de convênios e consórcios públicos do financiamento das instituições estaduais públicas de educação superior, vê-se, portanto, que o Projeto de Lei oferecido ao Senado pelo Senador Osmar Dias é da mais alta relevância. E tão logo seja aprovado, terá o condão de contribuir para a multiplicação das vagas de ensino superior mediante apoio da União às instituições públicas estaduais. O importante, Presidente Senador Flávio Arns, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, é dizer que os Estados hoje enfrentam sérias dificuldades para custear suas redes de educação superior. Tendo em conta a sua vinculação de recursos para a educação básica recentemente ampliada por meio do instituto do FUNDEB. Então há uma dificuldade, os Estados passam por dificuldades financeiras para atender as suas necessidades primárias. Inclusive, no setor de educação com ampliação do FUNDEB. Sobram muito poucos recursos para o ensino superior.

Quero parabenizar o Senador Osmar Dias autor do projeto quando ele através desse PLS permite que a União possa vir ao encontro dos interesses das universidades estaduais, possibilitando através de convênios ou de consórcios a contribuição financeira para aumentar o número de vagas das universidades estaduais e mais do que isso, melhorar a qualidade de seus cursos e seu corpo de professores, seu corpo docente. Era o voto nosso, Sr. Presidente, Srs. Sena-

dores, Sr^{as}. Senadoras, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 02/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. Está em discussão a matéria. Passo em primeiro lugar a palavra à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Queria parabenizar não só o autor, mas o Relator Senador Flexa Ribeiro que fez agora o seu Parecer, dizendo da importância que é nós pensarmos justamente no novo pacto federativo. Garantindo aos Estados que eles possam ampliar a sua rede de atendimento. Nem sempre as universidades federais estão aonde deveriam estar. Não fazem com que a interiorização realmente aconteça no País. Quanto muito ficam nas capitais. Para nós é importante que as universidades estaduais que são públicas também possam ter recursos efetivos quando a gente fala que (ininteligível), amanhã parece que se assina o PAC do saneamento chegando às Prefeituras. Descentralizando. O dinheiro Federal chegando lá no Município. Não estamos nem pensando em chegar nos Municípios, nós estamos pensando em chegar nos estados, garantindo que os alunos tenham condições de crescer como pessoa e fazendo com que no nosso País não haja tantas divergências e tantas dificuldades regionais como nós vemos hoje.

Portanto, eu acredito muito que essa interiorização vai ser muito importante e vai dar o espaço que nós precisamos dar a todos os Estados de atender melhor os nossos jovens de todas as áreas sociais.

Portanto, eu quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pelo trabalho e pela justificativa do seu voto e dizer que eu fiquei muito feliz quando o Senador Osmar Dias coloca um projeto que vai fazer com que a educação seja efetivamente trabalhada em todos os lugares do País. Eram essas minhas considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço à Senadora Marisa Serrano. Passo em seguida a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, realmente o projeto é meritório e nós somos favoráveis ao projeto. Mas...

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Peço mais silêncio também na sala, porque o Senador Augusto Botelho está discutindo a matéria.

(soa a campainha)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas eu creio...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só por favor, aí... Ok, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Que nós deveríamos discutir, a Assessoria sugere que a gente faça uma Audiência Pública porque, por exemplo, do FUNDEB, dos 25% do Estado da contribuição do Estado para a educação, apenas 5% é destinado ao superior. 20% fica com o ensino básico. E também com essas vantagens fiscais que a gente oferece de IPI, cada vez o fundo vai diminuindo a renda do Estado. Então a gente deveria discutir mais para poder aceitar bem esse projeto para poder aprovar. Aprovar com bases. Para poder prestigiar. Nos últimos 15 anos, as universidades estaduais tinham 100 mil alunos. Hoje temos 500 mil alunos universitários nas universidades estaduais. E elas são mais carentes de recursos do que as federais. Nós sabemos disso. Nós somos favoráveis que aumente realmente a contribuição federal para as universidades, mas deveremos discutir melhor para ver como é que vai ser feito isso. Uma forma de discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Me permite um aparte, Senador?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sim, senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Eu gostaria só de... Falando da sua proposta e discutindo a sua proposta, que nós... A idéia do projeto, se eu entendi bem, o Senador Relator pode nos auxiliar, é participar do financiamento à União, o caput à União participaria do financiamento das instituições de educação superior mantidas pelo Estado visando a expansão da oferta e a qualidade dos cursos e programas nos termos do regulamento. Não tem percentual. Eu acho que de uma forma, o que está se autorizando a União a fazer aí uma proposta com os Estados de um percentual que a União possa apoiar os Estados. Acho que nós não devíamos cercear, se V.Ex^a me permite, cercear a possibilidade de os Estados poderem ter recursos da União para suas Universidades Estaduais. E a União vai discutir com os Estados o percentual que pode ser acordado nesse pacto federativo que pode advir dessa questão. Eu acho que essa Comissão podia auxiliar a que isso acontecesse. Não estamos aqui fechando, e o Senador Relator também não colocou o Senador Flexa, não colocou o percentual, mas acho que era importante a gente dar essa abertura para os Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Era o aparte da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senadora, exato. E nós somos favoráveis realmente a isso que aumente o aporte as universidades estaduais. Tenham aporte. Mas só, por exemplo, elas não foram ouvidas ainda. Ninguém das universidades estaduais entrou nessa discussão. Nós estamos fazendo a coisa toda sozinhos, aqui por nós. Então teríamos que dar oportunidade a que os Estados viessem dizer o que eles acham, o que é que eles querem. Ouvir também. Porque o Governo quando for decidir certamente ele não vai ouvir os Estados. Ele vai determinar uma quantidade e pronto. Então é um fórum onde a gente poderia ouvir as universidades estaduais aqui para melhorar mais a nossa proposição. É uma sugestão apenas que estou dando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Continua em discussão. Senadora Rosalba Ciarlini, com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, o projeto é meritório sim. Porque nós entendemos que as universidades estaduais têm uma importância imensa nesse processo de dar oportunidades à juventude para o ensino de terceiro grau. Existem regiões onde a universidade federal nunca chegou e não está chegando ainda. E são as universidades estaduais que suprem essa deficiência. Eu vou dar o exemplo que sempre a gente tem, o meu Estado que eu conheço que talvez os senhores não saibam, mas a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte começou na cidade de Mossoró, quando não tínhamos ainda uma Universidade Federal. Hoje temos a UFERSA, mas não tínhamos. E foi essa Universidade Estadual que começou inicialmente como uma fundação, ela só foi estadualizada muitos anos depois, que realmente deu a oportunidade de terceiro grau a milhares de jovens da região oeste do meu Estado. Hoje essa universidade está no Seridó, está na capital também, e chegando às mais diversas regiões, como o Vale do Aço, enfim.

Então, eu sei das dificuldades que essa universidade no decorrer de todos os anos enfrentou, sem que o aporte federal ficava na dependência de Emendas da boa vontade, da dedicação de Parlamentares que levavam Emendas para a universidade. Quando na realidade o que nós queremos é que seja definido que a União realmente vá participar com o percentual. Aqui, como é terminativo, acredito que seria interessante que nós aprovássemos que já seria um passo dado quando nós autorizamos, o Senado autoriza que o Governo Federal possa contribuir com os custos para aumentar, melhorar a qualidade, estruturar melhor e aumentar a oferta de vagas para os nossos jovens nos Estados. Mas na realidade, também o Senador Bote-

Iho levanta uma questão que eu acho, Sr. Presidente, que nós deveríamos, independente da aprovação que eu sou favorável à aprovação, nós deveríamos discutir essa questão, essa relação, como bem falou a Senadora Marisa de se formar um pacto federativo de apoio ao Governo às universidades que criasse uma forma de que todos pudessem ter acesso, ter um percentual independente de outros recursos que porventura venham a conseguir em outras instâncias. Fica aqui minha posição pela aprovação e também na defesa de que possamos discutir mais essa questão da relação universidades estaduais com o apoio federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para discutir.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de chamar atenção para esse projeto sob dois aspectos. O primeiro eu gostaria de dizer ao Senador Augusto Botelho a importância desse projeto. Por quê? Ele abre uma brecha para que a União possa financiar. Porque como nós sabemos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que a União é responsável pelo ensino superior. Se o ensino superior está sendo bancado pelo Estado, a União se vê impedida de financiar.

Então, o objetivo desse projeto é abrir a possibilidade da União financiar os Estados. E o segundo aspecto, as universidades estaduais, já foi colocado aqui, sob o ponto de vista de interiorização, é fundamental. Porque as universidades federais elas estão sempre concentradas nas capitais. E as estaduais elas partem para o interior.

Portanto, eu acho que o projeto precisa ser votado hoje, Senador Augusto, chamaria atenção de V.Ex^a para isso, porque o objetivo dele é abrir essa perspectiva na Lei de Diretrizes e Bases da Educação para que a União possa participar do financiamento das universidades estaduais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço. Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu aprendi uma coisa na minha vida, Senadora Rosalba, Senadora Marisa, Senadora Lúcia Vânia. Que determinados assuntos que são voltados para a sociedade, principalmente para o jovem, para as crianças, a gente tem que ouvir bem as mulheres. Não tem jeito de acertar se não seguir os bons conselhos das mulheres. Quando elas fazem, Augusto Botelho, estou com o senhor, acho que a gente tem que regulamentar, mas tem que aprovar isso. Eu vejo diretores de faculdades de São Paulo, da Universidade de São Paulo, nós temos cinco ou seis

universidades de primeira grandeza em São Paulo, vem aqui pedir verba orçamentária. Se não precisasse de dinheiro não vinha pedir para o Parlamentar dar uma verba orçamentária. Então as dificuldades que as universidades estaduais estão passando são difíceis e querem aumentar os campos e ir para o interior para levar cada vez mais o ensino e dando a sensibilidade àqueles que não teriam nunca o poder de ingressar numa escola particular. Então eu acho que estou com as três aqui. Estou bem. E com o Augusto Botelho para poder...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– O senhor me permite um aparte, Senador?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Pois não, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Eu agradeço esse reconhecimento e a sensibilidade feminina, e a competência já que nós podemos dar conselho ao senhor. A experiência. Mas também tem um detalhe que eu gostaria de acrescentar. Rapidamente. É que muitas das universidades estaduais, existem até projetos, idéia de federalizar. Muito mais simples do que federalizar seria ter recursos federais, auxiliava, ia garantir exatamente que a universidade pudesse expandir ainda mais para o interior, aumentar suas vagas e mais qualidade, eu quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte que foi primeira colocada no ensino de turismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Senador Romeu Tuma, para concluir.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Só para

terminar, eu sei que V.Ex^a também tem uma boa experiência lá no seu Estado, conhece profundamente as dificuldades que as faculdades estaduais têm, porque os Governadores têm que distribuir a verba de educação principalmente para o primeiro grau que é obrigação do Município e do Estado, e tem que se preocupar com o ensino superior. Então essa agregação de ajuda da União, acho que ela viria em boa hora, principalmente para ter os bons centros de pesquisa que estão faltando nas grandes universidades. Então eu estou com as mulheres aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presi-

dente, em primeiro lugar eu queria fazer a seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Se V.Ex^a me permite, eu quero dizer que depois de V.Ex^a está inscrito como último orador o Senador Raimundo Colombo para que a gente possa concluir a matéria e aproveitar inclusive o quorum alto para irmos para o segundo item da pauta. V.Ex^a está

com a palavra, Senadora Ideli Salvatti. Me desculpe pela interrupção.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, primeiro lugar eu queria fazer um registro porque eu acho que as... Aquilo que a gente propõe, aquilo que a gente fala tem que estar muito bem embasado no que existe de concreto e de real. Então eu queria falar em termos de Santa Catarina.

Santa Catarina é um dos Estados que tem uma das menores relações de vaga pública para jovens na faixa de idade de estar na universidade, que é de 18 a 25 anos. Santa Catarina nós temos apenas duas universidades públicas, por enquanto. Que é a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, a UDESC. A Universidade Federal de Santa Catarina ela tem na graduação atualmente não mais do que 20 mil alunos. Pois tem pós-graduação, mestrado, doutorado e tal, mas na graduação não deve ultrapassar 20 mil alunos. E a nossa universidade do Estado tem sete mil. Se chega a sete mil é muito. Eu não estou com os dados aqui de cabeça, de pronto, mas se tiver sete mil é muito. Ou seja, nós não chegamos a ter 30 mil alunos de vaga pública em Santa Catarina. O PROUNI já colocou quase 20% no nosso Estado nas universidades privadas. Então mesmo nós não temos tido ainda, não tendo sido ainda contemplados com mais uma universidade, coisa que outros Estados já o foram, mesmo alguns deles já tendo mais do que uma, o PROUNI acabou propiciando um número de vagas extremamente positivo e significativo porque distribuído em todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

Agora, tem uma coisa que aconteceu em Santa Catarina que eu não poderia deixar de registrar porque eu tenho certeza que isso não aconteceu só lá. A nossa universidade completa este ano 47 anos. 47 anos tem a Universidade Federal de Santa Catarina. E nesses 47 anos, 44, quase 45 a nossa universidade ficou absolutamente ilhada. Porque ela só funcionou na ilha de Santa Catarina. Ela nunca teve a oportunidade de ir para o interior do Estado. Nós estamos acompanhando agora dois processos extremamente significativos. O primeiro deles são os pólo da universidade, com cursos semipresenciais, já estão instalados em 15 Municípios, Municípios pólos no nosso Estado, aonde bem mais de 10% dos alunos do curso de graduação da universidade estão nestes pólos. Iniciamos a construção de um dos... Serão três Campi que vão interiorizar a universidade, um deles já está sendo construído no sul do Estado, tem um na região do meio do Estado e um na região norte do Estado.

Então, em 47 anos é a primeira vez que a Universidade Federal sai da ilha. E eu quero dizer que isto

se deve a uma determinação muito clara, muito clara, inclusive de compromisso público do Ministério da Educação e do Presidente Lula. Que é de interiorizar as universidades, de fazer com que elas estejam presentes nos principais pólos, as universidades federais. O ensino federal, aquele que ficou durante muito tempo estagnado sem aumento de matrícula, sem aumento de oferta de cursos, sem ampliação das vagas, sem inclusive a distribuição regional mais equitativa. Então eu queria apenas dizer o seguinte, eu acho relevante que o Governo Federal possa também ajudar as nossas universidades estaduais.

Agora, é interessante porque o seguinte, eu estou vindo lá da CAE que terminou de aprovar projetos de isenção de IPI. E todos nós sabemos que estas isenções de IPI mexem fundamentalmente no FPE. No Fundo de Participação dos Estados. Então tem um movimento, e tem vários que estão no movimento de que a gente deve reduzir a carga tributária, dar isenções e, ao mesmo tempo, trabalhar para que o Governo Federal, que os recursos federais supram necessidades legítimas dos Estados e dos Municípios.

Então eu quero colocar de forma muito clara, eu não tenho nenhum problema de podermos ter algum tipo de contemplação com recursos federais para as universidades estaduais. Agora, nós precisamos colocar de uma vez por todas uma discussão a respeito de como é que se financia isto. Porque se trabalha para a redução de carga tributária, se trabalha para a redução inclusive de impostos que poderiam subsidiar o Fundo de Participação dos Estados, através do IPI, e sequer colocar a responsabilidade ou a tarefa ou uma participação cada vez maior do Governo Federal nesta... E quero dizer, do Governo Federal num momento aonde está se expandindo o ensino público federal de terceiro grau.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só pediria que V.Ex^a concluísse o pensamento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu já vou concluir e vou dizer o seguinte: Eu não me sinto à vontade para fazer a votação no dia de hoje deste projeto. Eu quero ter clareza o que é que significa isso em termos... Porque é o seguinte. Se for para nós impedirmos a movimentação que é crescente de expansão do ensino de terceiro grau federal, que está acontecendo, eu não posso ser favorável. Se é possível... O dinheiro é um só.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Permite um aparte, Senadora Ideli?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só vou pedir que concluísse porque o tempo já extrapolou cinco minutos regimentais. E se

nós concedermos apartes... Só adotando o mesmo procedimento do Plenário porque senão fica complicado também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu vou facilitar muito isso. Eu não tenho a menor condição de votar este projeto sem ter clareza de por onde vão caminhar esses recursos. Como é que serão distribuídos e aplicados. Exatamente, não tem... Pois é. Então, eu quero ter a clareza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senadora Ideli, permite um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não vou permitir aparte porque eu vou pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não é possível o aparte. V.Ex^a está pedindo as vistas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a então peça vistas, porque é um direito regimental, não precisa ficar...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Flexa, o senhor há de convir que eu tenho o direito de falar e de pedir vista. Coisa que nunca neguei a V.Ex^a. Nenhuma das duas coisas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só estou pedindo um aparte, só. V.Ex^a me concede?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só um minutinho, Senador Flexa Ribeiro. É que a Senadora Ideli Salvatti estava com a palavra e nós tínhamos solicitado que não houvesse até aparte em função dela ter usado o tempo, e a gente inclusive tem que ir para os outros itens da pauta. Mas a Senadora Ideli Salvatti pediu vistas do Projeto de Lei, é uma iniciativa regimental, então as vistas estão concedidas para a Senadora Ideli Salvatti pelo prazo regimental de cinco dias e a matéria voltará à pauta então na próxima Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu só queria, meu intuito era só tentar esclarecer a Senadora Ideli antes do pedido de vistas. Já que ela o fez, ela tem o direito regimental, vamos discutir o projeto na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na próxima Sessão. Exatamente. É um projeto de maior relevância, sem dúvida alguma, o pedido de vistas está de acordo com o regimento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Concedida vista coletiva ao projeto pelo prazo regimental e voltará à pauta na próxima Sessão.

Passamos ao Item 2 da pauta Projeto de Lei do Senado nº. 014/2007, que altera a Lei 93, 94, 96 para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da LIBRAS,

Língua Brasileira de Sinais, inclusive nós temos aqui a pessoa tradutora intérprete de LIBRAS também trabalhando nesta Comissão, na educação infantil e no ensino fundamental. O autor do Projeto de Lei é o Senador Cristovam Buarque e a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. O parecer é favorável com as Emendas oferecidas. Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Pela ordem, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu queria solicitar, com a anuência do autor do projeto, da retirada de pauta do Item 12 e se possível a inclusão na próxima pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem. Está concedido então, está deferida a solicitação de retirada de pauta. Senadora Lúcia Vânia como Relatora do Item 02, de natureza terminativa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Projeto de Lei do Senado nº 14/2007 de iniciativa do Senador Cristovam Buarque altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, propondo que o ensino de Língua Brasileira de Sinais passe a fazer parte do cotidiano escolar. No art. 2º do PLS em comento dispõe que a LIBRAS continuará componente curricular da educação infantil e no ensino fundamental. Estipula igualmente um prazo de três anos para que o sistema de ensino introduza as libras no currículo. A lei que o projeto intenta criar entrará em vigor na data de sua publicação. Não foram apresentadas Emendas à proposição no prazo regimental.

Análise. A LIBRAS é definida pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 como sistema lingüístico de natureza visual motora com estrutura gramatical própria, e é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Esse reconhecimento possibilitou a exigência da LIBRAS nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério conforme o Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Como lembra a justificação do PLS, é importante que a sociedade possua um número maior de pessoas capazes de se comunicar por meio da LIBRAS. Não há dúvida alguma de que esse será um passo importante na direção da integração dos portadores de deficiência auditiva, seja na escola ou na sociedade.

Como passo inicial desse processo o autor do projeto sugere que nos currículos de educação infantil e do ensino fundamental seja implementado o ensino de LIBRAS como componente obrigatório da grade curricular do ensino público. Reconhecemos o mérito da proposição que entendemos é oportuno e necessário. No entanto, com vista ao aprimoramento do projeto sugerimos algumas modificações na forma de três Emendas que tão somente tornam mais cla-

ras as intenções do legislador e possibilitam sua ação regulamentadora em harmonia com o ordenamento jurídico e com a estrutura social atuais.

Primeiramente, a despeito das evidentes boas intenções do PLS, a parcela de estudantes da rede pública com algum grau de deficiência auditiva é indiscutivelmente muito inferior ao contingente dos demais alunos. Tomando-se por parâmetro o Distrito Federal havia, segundo dados divulgados em 2005 pela sua Secretaria de Educação, 811 alunos deficientes auditivos matriculados na rede pública de ensino. Dos quais 480 com surdez severa, e outros 382 sem essa deficiência.

Assim, o Projeto de Lei tal como vislumbrado obrigaria 99,91% estudantes da rede pública do Distrito Federal a assimilar um conteúdo complexo em razão das necessidades de 009% de seus colegas portadores de deficiência. O panorama estatístico tende a agravar-se se levarmos em consideração a totalidade da população brasileira com deficiência auditiva em face dos mais 180 milhões de habitantes. Tal constatação não pode ser desconsiderada pelo Poder Público no estabelecimento das futuras estratégias de inclusão dos deficientes auditivos no sistema educacional. A generalização impositiva do aprendizado da LIBRAS, se implementado de forma indubitavelmente legitimará outros grupos minoritários a reivindicar o ensino universal de suas culturas particulares como o tupi guarani ou a língua Trumai. Disciplinas desse gênero podem e devem ser ofertadas aos interessados conforme assim entender os gestores públicos do sistema educacional, porém não entendemos necessário que seja objeto obrigatório de estudo. Assim sendo, propomos sua inserção facultativa na rede pública de ensino.

A despeito disso, a LIBRAS como língua que é não encontra o mesmo respaldo normativo ao aprendizado que é o português. Este sim passivo de ser imposto como disciplina obrigatória a teor do art. 13 da Constituição que o define como idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Vale por último relembrar que os custos financeiros da imposição da LIBRAS ao conjunto da população estudantil brasileira pode revelar excessivo, sobretudo, no sistema de ensino como o brasileiro marcado por inúmeras carências e dificuldades estruturais.

No mais, com vista ao disposto na Lei Complementar nº. 95 de 1998 propomos modificação à Ementa do Projeto não somente para torná-la mais elucidativa como também para adequá-la com a modificação de mérito que ora propomos. Salvo esses pequenos reparos, pronunciamo-nos favoravelmente ao mérito do projeto, bem como a sua constitucionalidade com as alterações propostas.

Voto. Em vista das razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 14/2007, com as seguintes Emendas. Emenda ao Projeto de Lei nº. 14/2007 passa-se ter a seguinte redação. Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 96 para dispor sobre a inclusão facultativa do ensino da Língua Brasileira de Sinais na educação infantil e no ensino fundamental.

A segunda Emenda. O art. 1º do Projeto de Lei nº. 14/2007 passa a ter a seguinte redação. Aliás, é a primeira. O art. 1º do art. 26 da Lei 9.394 de dezembro de 1996 passa a vigorar com o seguinte: § 5º, na parte diversificada do currículo será incluída facultativamente a partir do ensino infantil o ensino de Línguas Brasileiras de Sinais e obrigatoriamente a partir da 5ª série pelo menos uma língua estrangeira moderna cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar dentro das possibilidades da instituição. Suprima-se... Segunda Emenda. Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº. 14/2007 renumerando-se o seguinte. Sala da Comissão, Relatora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, só um minutinho. É porque o seguinte, eu queria até passar às mãos da Senadora Lúcia Vânia, eu estou tentando aqui, rapidamente só me chegou agora, é porque a Comissão já aprovou terminativo, inclusive já está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara um projeto da minha autoria que trata dessa questão da LIBRAS. Que na primeira leitura que eu faço aqui me parece ser um pouco mais abrangente, talvez até a iniciativa do Senador Cristovam estaria abrangida desse projeto que nós já aprovamos. O que nós aprovamos, eu vou aqui fazer a leitura é o seguinte. Será garantida, aí é no art. 26 da LDB, será garantida as pessoas surdas em todos os níveis e modalidades da educação básica nas redes públicas e privadas de ensino, de acordo com normas dos respectivos sistemas a oferta da Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, como um, conteúdo curricular, dois, recursos para o acesso conteúdos curriculares.

Portanto isso que nós já aprovamos aqui na Comissão de Educação é do meu ponto de vista inclusive é mais amplo porque não pega apenas a educação infantil e ensino fundamental, pega toda a educação básica, garante não só o ensino da língua de sinais como obriga a que a pessoa surda tenha o conteúdo obrigatoriamente em LIBRAS.

Então, eu queria passar às mãos da Senadora Lúcia Vânia porque me parece que nós já aprovamos algo mais amplo do que está sendo apresentado. Eu

particularmente acho que não há contradição, mas eu queria até passar para V.Ex^a para poder...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu queria saber de V.Ex^a se o seu projeto trata também do ensino. Que esse projeto exclusivamente do ensino das crianças. Que vão se comunicar não só obrigatoriedade de ensinar na língua de sinais. Mas as crianças se comunicarem com a pessoa...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se V.Ex^a prestar atenção, na educação básica as pessoas portadoras, as crianças e adolescentes portadores elas têm o direito de aprender a língua de sinais, e todo o conteúdo ministrado quando houver criança, ou adolescente portador, também tem que ser... O conteúdo também tem que ser ministrado em línguas de sinais.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu acho que o objetivo, eu pediria ao Presidente para que eu retire esse projeto e faça um estudo com esse projeto da Senadora Ideli e possa aprimorá-lo, se for o caso, no sentido... Naquela proposta ou nos princípios que defendem aqui o autor do projeto, o Senador Cristovam Buarque. Eu não teria nenhuma objeção em fazer esse encontro entre os dois projetos. Portanto, eu peço a retirada do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A Relatora Senadora Lúcia Vânia está pedindo a retirada de pauta para estudo e eventualmente um reexame da matéria. A solicitação está deferida.

Passamos ao Item 3 da pauta de natureza terminativa também, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 145/2007, turno suplementar, que institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera o art. 70 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 96 e autoriza a criação pela União do Programa Nacional de Uniforme Escolar. Autora do substitutivo, Senador Romeu Tuma, autoria do PLS 145/07, Senador Cícero Lucena, Relatoria Senador Romeu Tuma. Parecer favorável. O Parecer ao PLS 145/2007 autoria do Senador Romeu Tuma favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido foi aprovado na reunião do dia 10 de julho de 2007 em turno suplementar o Senador Flávio Arns apresenta uma Emenda e que aguarda naturalmente o Parecer do Relator que será proferido no dia de hoje sobre a Emenda oferecida. A matéria já constou na pauta da reunião do dia 04/09/2007. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o projeto em si já foi aprovado. A Emenda de V.Ex^a vem completar algo que realmente não foi considerado durante o estudo da

matéria do projeto que recebeu unanimidade nessa Casa. V.Ex^a pede no § 2º o conjunto, descreve o conjunto completo do uniforme escolar que compreenderá obrigatoriamente calçado, meia, calças ou equivalente, camisa ou equivalente e boné. De forma que não há como rejeitar a Emenda de V.Ex^a com a qual eu concordo e peço que coloque em votação apenas a Emenda. Porque o restante já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está em discussão a matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É complementando o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a matéria em votação nominal. O substitutivo do Senador Romeu Tuma e a Emenda oferecida. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Isso já estava incluído antes, não é agora? Então tá bom. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sr. Presidente, aquela Emenda da Senadora Ideli, nós fizemos uma fusão e foi já aprovado no primeiro turno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero esclarecer, Senadora Ideli Salvatti, se bem que estamos no processo de votação, mas só que a Emenda oferecida já foi aprovada no relatório de V.Ex^a no primeiro turno. Senador Sérgio Zambiasi. Com o Relator. Senador Wellington Salgado. Senador Mão Santa. Senador Valdir Raupp. Senador Geraldo Mesquita. Senador Raimundo Colombo. Senadora Rosalba Ciarlini, Senadora Marisa Serrano. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Marcelo Crivella. Senador Adelmir Santana. Senador Romeu Tuma, voto conhecido. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Edison Lobão. Aprovado, então, o projeto por unanimidade. Quero parabenizar o Senador Romeu Tuma, o Senador Cícero Lucena e dizer da importância da aprovação desse projeto que estabelece o programa como enfatizado, o Programa

Nacional de Uniforme Escolar. Um projeto fundamental para a auto-estima, para a personalidade, para o bem-estar das nossas crianças e jovens que frequentam a escola. Com a palavra pela ordem o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Aproveitar a presença do Senador Paim que é o autor do projeto, eu gostaria da possibilidade de fazer a inversão da ordem do dia para incluir agora o Item 10 para a nossa análise.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Item 10, Senador Sérgio Zambiasi, tem a sua natureza também terminativa.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Item 4 também é terminativo, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Nós precisamos na verdade do quórum de 14 Senadores.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, pela ordem. O Item 4 também é terminativo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Item 4 é de natureza não terminativa.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então esse pode ser votado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas com a chegada de mais quatro Senadores temos quórum, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Já vamos então verificar, Senador Paim. Só um minuto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se puder, Senador Zambiasi está com o Relatório pronto, ele pode sintetizar. Senador Lobão disse que resistiu heroicamente do início ao fim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então está em votação a solicitação do Senador Sérgio Zambiasi para a inversão de pauta para a apreciação do Item 10. Se não houver objeção, aprovado.

Item 10 da pauta, de natureza terminativa, Projeto de Lei do Senado 251/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul. Autoria, Senador Paulo Paim. Relatoria, Senador Pedro Simon, que inclusive solicitou que fosse designado um Relator ad hoc, razão pela qual eu indico V.Exª para a Relatoria ad hoc e o parecer é favorável rejeitando a Emenda ele apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Passo a palavra a V.Exª para que de forma sintética possa apresentar o parecer.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Rapidamente apesar disser que estou muito honrado em receber essa designação do Senador Simon para a apresentar o seu Relatório e dizer da importância da proposta do Senador Paulo Paim que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul. E apenas duas frases sobre o significado histórico da Região das Missões para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Foi ali, Senador Tuma, ali onde estão hoje as ruínas jesuítas dos Guaranis que o índio Sepé do lombo do seu cavalo com uma lança em punho combateu as forças portuguesas e espanholas que tiveram que unir-se para derrotá-los. Somente com a união dos exércitos espanhol e português é que conseguiram derrotar a impetuosidade e a força guerreira do índio Sepé, que bradava que aquela terra tinha dono. Esta terra tem dono. É ali nesta região, na Região das Missões que o Senador Paim propõe a criação desta universidade para qual recebe do Relator Pedro Simon, parecer favorável que eu acompanho com muita honra e muito prazer. Este é o parecer, este é o Relatório, Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, Senador Zambiasi, parabéns pelo aspecto rápido, importante e competente da Relatoria. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir... Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, é rapidinho. Eu entrei com um projeto aqui na Comissão que foi aprovado no ano passado para criar a universidade rural no Estado de Rondônia. Exemplo de um projeto acho que de... (interrupção no áudio) A Comissão lá na Câmara arquivou, dizendo que é inconstitucional. O que nós estamos aprovando aqui está sendo inconstitucional lá na Câmara. Eu gostaria que V.Exª pudesse dar uma olhada nessa situação Senado e Câmara, ver o que está acontecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu estou sendo comunicado que eventualmente existe esse problema, mas este assunto eu acho que a Comissão de Educação, através do seu Presidente, Senador Cristovam Buarque, em função da solicitação de V.Exª vai... Nós vamos encaminhar de uma maneira a que tenhamos uma resposta sobre essa discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É rápido, Senador Flexa. Ele falou na Flexa ou na lança? Não me lembro. (pronunciamento fora do microfone) Então é só para homenagear o Rio Grande do Sul,

na pessoa do Zambiasi e do Paim, que trouxeram, que saíram das ruínas as missões uma Universidade Federal. Queria cumprimentá-los. Acho que faz uma simbiose muito bonita para a... volta à história e a pregação para o futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exato. Parabenizo V.Ex^a, Senador Romeu Tuma. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Flávio Arns, primeiro parabenizar o Senador Paulo Paim, como autor do projeto que autoriza a criação da Universidade Federal da Região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul, e o Senador Zambiasi como Relator. E quero também estar solidário com o Senador Valdir Raupp com relação a como é que a Comissão de Educação da Câmara está tratando os... De Constituição e Justiça, melhor, da Câmara, está conduzindo os projetos que daqui do Senado vão com o autorizativo de criação de novas universidades. Eles estão arquivando esses projetos. Então era importante que houvesse em entendimento com a Comissão de Constituição e Justiça para que houvesse a tramitação normal dos projetos oriundos do Senado que autorizam o Poder Executivo a criar novas universidades. O projeto é autorizativo. Então não há porque ser arquivado lá na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Eu pediria que o Presidente, Senador Cristovam Buarque, pudesse ter uma reunião com a Câmara dos Deputados no sentido de resolver esse impasse. Que como bem disse o Senador Valdir Raupp, os projetos são aqui aprovados, Senador Paulo Paim, o seu projeto será aprovado por unanimidade aqui no Senado e será arquivado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Uma questão de ordem, se nós pudéssemos votar sem prejuízo da discussão dessa questão. Porque é autorizativo. Nós iríamos ao voto e continuaríamos discutindo a questão da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Augusto Botelho concorda?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É no sentido de que a gente votasse logo o projeto enquanto tem o quórum suficiente. E parabenizar o Senador Paim e o Senador Zambiasi e o Simon, os três participaram da criação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Encerrada a discussão. O projeto é de natureza terminativa, a votação, portanto, será nominal. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Olha, nada contra nem o Senador Zambiasi, nem o Senador Paulo Paim nem o Senador Pedro Simon. Mas neste projeto eu quero votar pelo Sepete Araju.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Sérgio Zambiasi, voto conhecido. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Essa criação de universidade meu voto é sempre favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Mão Santa, Senador Valdir Raupp, Senador Geraldo Mesquita, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Estado do Rio Grande do Sul. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Senador Paulo Paim, Senador Zambiasi e Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Senador Antônio Carlos Valadares. Ah, sim. Está aqui. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Romeu Tuma. Senadora Lúcia Vânia e Senador Edison Lobão. Sim. O projeto está aprovado por unanimidade.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu faço apelo para o último item de natureza terminativa, que é o Item 9 da pauta. E que o Relator é o Senador Valdir Raupp. Para que o Senador Flexa Ribeiro e os outros Senadores permaneçam... Aliás, temos mais...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só dois projetos com os Relatores presentes que são os Itens 9 e o Item 6 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, inclua o cinco, Relator ad hoc, como foi feito aqui do Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi feito como Relator ad hoc, sim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então inclua o cinco, Sr. Presidente. É uma discussão importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É que o 5 é não terminativo. Na sequência nós iremos apreciar o não terminativo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Só para fazer o Relatório. Pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como é um projeto breve, sucinto, eu pergunto ao Senador Geraldo Mesquita se nós podemos fazer uma inversão de pauta.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Mas já foi feito, Sr. Presidente. O Item 10 é após o Item 09. E eu só aceitei em respeito ao Rio Grande do Sul que é Estado mais antigo do que Rondônia. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu faço apelo, Senador Valdir Raupp...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Flávio Arns, o Senador Valdir Raupp deve ter mais votos de gaúcho em Rondônia do que muitos Parlamentares do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu faço apelo para que os Senadores e Senadoras, realmente fazendo esforço para que nós possamos apreciar os dois itens, que é o Item 6 e o 10 da pauta. Então... Senador Valdir Raupp até porque antes houve um Requerimento em inversão, mas vamos apreciar como não houve o Requerimento, o Item 6 da pauta, para seguirmos a ordem da nossa pauta. O Projeto de Lei do Senado nº. 116 tramitando em conjunto com o PLS 065/2005. Acrescenta Parágrafo Único art. 51 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 96 que estabelece as diretrizes e base da educação nacional para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas. Autoria, Senador Cristovam Buarque, Relatoria, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer favorável com as emendas oferecidas e rejeitando ainda o PLS nº. 065/2005 que tramita em conjunto. No dia 16 de

maio de 2007 foi realizada Audiência Pública para instruir o presente projeto. Atendendo ao Requerimento dos Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque, com o apoio do Senador Sibá Machado. E o Projeto de Lei do Senado 65/2005 que está tramitando em conjunto com o PLS 116/2006 altera os artigos 44 e 51 da Lei 9394/96 para disciplinar o ingresso na educação superior extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação. Autoria Senador Sibá Machado, Relatoria porque está apensado Senador Geraldo Mesquita Júnior e o parecer é pela rejeição e favorável ao PLS 116/2006 que tramita em conjunto com as Emendas oferecidas. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, como V.Ex^a já esclareceu, Sr. Presidente, o Relatório já foi lido, realizamos Audiência Pública. Na realidade do que se trata? Rapidamente, sinteticamente para reavivar a memória dos Srs. Senadores. O Senador Sibá, propõe, como também o Senador Cristovam, os dois propõem introdução de mecanismos para o ingresso nas escolas de ensino superior. Senador Sibá propõe a modalidade do sorteio com variações. Examinando o projeto do Senador Sibá, infelizmente me inclinei pelo encaminhamento de rejeição. Porque na nossa avaliação, o sorteio afasta o critério do mérito e não consideramos por hora adequado que seja introduzido juntamente com outros mecanismos. O Senador Cristovam Buarque pretende tornar... Ele pretende dar o caráter de geral a um mecanismo já utilizado por algumas universidades do País que é o critério da avaliação seriada. Eu cheguei inclusive a mencionar aqui os benefícios da avaliação seriada como redução no nível de tensão imposto aos candidatos quando comparado ao vestibular, valorização do conhecido adquirido logo após a sua assimilação, redução da carga de conteúdo curricular se avaliado em cada exame, estímulo ao estudo mais sistemático por parte dos estudantes, etc.

Há argumentos contrários apresentados com relação ao projeto do Senador Cristovam. Um deles é o de que a seleção seriada fica refém dos alunos que cursam o ensino médio como também viabiliza o desvirtuamento da função social e cultural do ensino médio, mantendo toda uma metodologia de ensino voltada para a entrada no ensino superior e não na formação integral do estudante.

Com relação a esse argumento, eu quero contrapor outro. E lembrar a todos nós aqui, por exemplo, eu tenho... Estou beirando os 60 anos de idade. Quando eu ingressei no que era o ensino médio naquela oportunidade, quando eu o fiz, na época, Senador Arns,

existiam, por exemplo, o curso normal para aquelas pessoas, para aqueles jovens que, digamos, tinham vocação mais acentuada para os cursos de ciências humanas. E o científico na época foi o que eu fiz para aqueles jovens que tinham inclinação maior para os cursos de ciências exatas. Portanto desde aquela época, é um argumento que não se sustenta porque desde aquela época já se fazia inclusive com base em exames vocacionais. Já existiam naquela época exames vocacionais que direcionavam mais ou menos a intenção do jovem ao entrar no ensino médio. O clássico, o ensino normal e o científico. Então esse argumento não se sustenta. Não é o... Não é a metodologia da avaliação seriada que introduz essa questão e essa dificuldade. A história mostra que isso sempre existiu. Todo estudante na época que ingressava no ensino médio, em todos os momentos da história, sempre teve como preocupação já fazer uma pré-seleção ou uma pré-opção no seu futuro nas escolas superiores.

Um outro argumento, o Senador Paim inclusive pediu uma nota técnica à consultoria do Senado e eu tive a oportunidade de ter acesso a ela, em determinado trecho o Consultor diz aqui o seguinte. No entanto o trabalho sobre a Universidade de Brasília, de Borges e Carniele(F), é ilustrativo e parece revelar uma tendência comum as outras instituições que adotam o modelo seriado. Ele está querendo dizer o seguinte, que os autores concluíram que o programa seriado mantém a estratificação social de acesso à universidade. Ou seja, não alterou o perfil sócio-econômico de seus novos estudantes. Eu creio que é querer exigir demais do processo de avaliação seriada porque não é ele que vai diminuir a estratificação social ou aumentá-la. Acho que é uma questão socioeconômica do País e se formos enxergar a introdução da avaliação seriada como mecanismo de minimização da estratificação social eu acho que é ir muito além daquilo que a avaliação poderia estar se propondo a fazer. Creio que essa é uma questão que diz respeito à situação socioeconômica do País e não podemos atribuir ao método, ao processo de avaliação seriada interferir de uma forma ou de outra nessa questão. Portanto, o nosso Parecer foi no sentido da rejeição do PL 65 de autoria do Senador Sibá Machado, e acatando o PL 116 do Senador Cristovam com as alterações e modificações introduzidas, o projeto com as Emendas que apresentei, ele é recomendativo. As unidades de ensino superior de uma maneira geral que precisam, inclusive a Emenda que eu apresentei remete para a necessidade de as instituições de ensino superior se articularem com os órgãos do sistema de ensino médio, das suas regiões. E ele é vinculativo, no que diz respeito tão somente às universidades federais com

prazo de dois anos para que elas possam se conformar segundo a norma. Remetendo as próprias universidades em razão do princípio da autonomia das universidades, os critérios e... Ou seja, a explicitação ou a normatização de como isso poderia ocorrer. De como o processo seriado poderia ocorrer.

Portanto não vejo inconstitucionalidade, não vejo óbice à aprovação desse projeto que considero meritório no sentido de aprimorarmos os processos de ingresso dos estudantes brasileiros nas escolas de ensino superior do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está em discussão a matéria. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, não vou nem entrar na discussão, vou pedir vista deste projeto até porque o seguinte, esta matéria teve uma Audiência Pública, são dois projetos que do meu ponto de vista poderiam ser inclusive compatibilizados, nós poderíamos aproveitar questões importantes que estão no projeto do Senador Sibá que a partir do processo de avaliação dos alunos no ensino médio no universo dos que tiveram aproveitamento a partir de um determinado ponto possam ser sorteados e no caso do Senador Cristovam é um processo que vai fazendo uma seleção ano a ano do ensino médio. Acho que é possível compatibilizar. Mas o mais importante pra mim, é porque nós temos uma discussão da reforma do ensino superior que está tramitando na Câmara. E, portanto, nós precisaríamos minimamente estar com as coisas mais ou menos caminhando numa direção.

Então eu vou pedir vista para ver se a gente tem condição de aproveitar as duas iniciativas, aquilo que seja compatível e principalmente com o que está tramitando sobre reforma universitária na Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por solicitação da Senadora Ideli Salvatti, as vistas estão concedidas pelo prazo de cinco Sessões, e o Item voltará à pauta na próxima semana.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Valadares pela ordem.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Apenas para fazer um registro, dar uma explicação, sobre a rejeição da Emenda ao Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim pelo nobre Relator, o Senador Zambiasi. Ela tem sentido a rejeição desde quando a mesma Emenda a que estou me referindo já foi aprovada em outro projeto, o 195/2007 de autoria do Senador Eduardo Azeredo, autorizando ao Governo

Federal mais de perto ao Ministério da Educação, a instalar campi universitários em diversos Municípios do Estado de Sergipe. Como Lagarto, Instâncias, Propriá, Nossa Senhora da Glória, que são Municípios pólos de desenvolvimento do Estado de Sergipe, e que serão beneficiados sem dúvida alguma com a intenção, o desejo dos Sergipanos e notadamente da própria Universidade Federal de Sergipe expandindo o ensino de nível superior para esses Municípios a que me referi. Muito obrigado a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A explicação que V.Ex^a deu para a rejeição da Emenda é extremamente pertinente e lembro inclusive aos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que a rejeição da Emenda não havia sido votada. Então eu indago aos Senadores e Senadoras se acompanham o Parecer do Senador Sérgio Zambiasi no sentido da rejeição da Emenda, se mantém o mesmo voto do projeto para a rejeição da Emenda.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Significando dizer, Sr. Presidente, que a rejeição da Emenda não implica em prejuízo da pretensão da Universidade Federal do Sergipe em criar os campi universitários nos Municípios em que falei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Então está também reafirmando a aprovação do projeto com a rejeição da Emenda do Senador Antônio Carlos Valadares com as explicações já apresentadas pelo nobre Senador. Como o quórum, Senador Valdir Raupp, para projetos de natureza terminativa não é possível, mas em função do quórum nesses projetos serem apreciados, passamos aos projetos de natureza não terminativa.

O Item nº. 05, Projeto de Lei do Senado nº. 81/2005, de natureza não terminativa, que acrescenta inciso ao art. 240 da Lei 8.069 de 13 de julho de 90, Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou adolescente praticado nos meios de comunicação visual. A autoria, Senador Marcelo Crivella, Relatoria Senador João Ribeiro, que solicitou que fosse indicado Relator ad hoc que o faço na indicação do Senador Wellington Salgado para substituir o Senador João Ribeiro. O Parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. A matéria constou na pauta da reunião no dia 12 de junho de 2007 e a matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Nós estamos indicando o Senador Wellington Salgado em função de solicitação do Senador João Ribeiro, que não podendo estar presente a esta reunião da Comissão, também não queria de maneira muito saiba que se procrastinasse a aprovação ou o debate e a discussão desse

projeto. Então com a palavra o Senador Relator ad hoc, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº. 81, na verdade é um Projeto de Lei de autoria do Senador Marcelo Crivella em que corretamente ele fica muito preocupado com a exposição de crianças com programas televisivos, que dizem é o pai, não é o pai, o vizinho é o pai, são coisas realmente que têm que ser corrigidas pela legislação. Então para poder ser bem rápido, porque estamos já numa hora bem adiantada, com a alteração almejada passam a ser alcançados os produtores e/ou diretores de representação teatral televisiva ou película cinematográfica que ao auferirem vantagem patrimonial com a espetacular e não rara deprimente exibição de detalhes sobre a irresistida paternidade do gestado. E não poderia ser diferente, já que o mesmo exercício do direito personalíssimo e disponível e imprescindível de reconhecimento do estado de filiação, tem como requisito essencial observar-se o segredo de justiça, considerando o que dispõe no art. 27 do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Observa-se ao longo de todo o texto do projeto de emprego da expressão menor, a esse respeito merece registro que a terminologia adotada atualmente no campo dos direitos humanos rejeita o termo menor em geral e menor infrator em particular. Expressões essas que são associadas ao antigo código de menores que merece correção.

Dessa maneira por considerar desejável que se poupem criança e adolescente do mesmo modo os mais (ininteligível) da exposição nos meios de comunicação e detalhes sobre a concepção ou de processo de reconhecimento de paternidade que desenvolvem, avaliou oportuno oferecer contribuições ao texto legislativo apresentado para análise. Os termos do parecer é pela aprovação do PLS 81/2005 nos termos seguintes. Projeto de Lei do Senado nº. 81/2005. Acrescenta ao artigo Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente tipificar como crime a exibição ou revelação nos meios de comunicação visual de prova ou documento de investigação de paternidade. O Congresso Nacional decreta a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 240 A.

Art. 204 A: Divulgar em meio de comunicação visual prova ou documento válido para os procedimentos iniciais de investigação de paternidade ou protegido por segredo de justiça, submetendo a criança ou adolescente ou gestante em situações constrangedora ou vexatória em face do suposto pai. Pena, reclusão de três a oito anos e multa. Art. 2º, esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço, Senador Wellington Salgado. Está em discussão a matéria, o Relatório. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente, pela ordem. Só queria agradecer V.Exª pela bondade e generosidade de ter nomeado um Relator ad hoc e dizer a V.Exª que com essa lei nós acabamos, coibimos aqueles programas de televisão em que vai a senhora, vai o senhor, ela diz que ele é o pai, ele nega, ela está grávida ou traz pela mão um pequenino, menino ou menina, expondo essa criança ao ridículo e aí o apresentador do programa aparece e diz o seguinte: “Quer fazer o teste de DNA? Eu pago”. Aí faz-se o teste de DNA, cria-se um tremendo mistério, uma sensação, uma expectativa para na semana seguinte saber se aquele homem que negava é ou não o pai, se aquela mulher desamparada, e aquela criança envergonhada tem ou não direito a um registro.

Sr. Presidente, três milhões de crianças nascem em nosso País todos os anos, 750 mil não tem pai declarado. 1/4 delas. E muitas além de carregar essa dor para sempre ficam também marcadas por uma exposição hedionda, eu diria, da sua gênese por causa de um programa de auditório que tem o objetivo de vender produtos através da audiência que levanta. Eu quero agradecer muito a V.Exª, e agradecer a esse Plenário por termos coibido essas coisas. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação de V.Exª. E eu quero só destacar dois aspectos em relação a votação, discussão e votação das matérias nesta Comissão.

Quando o Relator não está presente, mas solicita que o projeto seja apreciado em função da urgência, da relevância, da necessidade de não se adiar o processo, então a pedido do Relator esta Comissão pode perfeitamente indicar um Relator ad hoc. E a segunda possibilidade que faz parte, vamos dizer, do histórico, da praxe dessa Comissão é quando um Projeto de Lei já constou da pauta duas vezes e por uma razão ou outra o Relator não pôde estar presente para apresentar seu Relatório, então nesta situação nós também indicamos um Relator ad hoc. Então são as duas possibilidades. Porque se não houver uma delas como há outros projetos não terminativos que não se encaixam nas duas possibilidades eles não vão ser apreciados no dia de hoje. Mas temos um projeto, o último da nossa pauta que é o Item 11 da pauta, de natureza não terminativa que já está há duas Sessões constando da pauta que altera... Aliás, devo dizer que o Senador Raimundo Colombo que é o Relator ele estava presente, mas como os Senadores também são demandados por vá-

rias Comissões aí desta Casa, então ele também teve que se retirar. Mas vamos... Orientou também inclusive para que fosse apreciado.

Então é o Projeto de Lei da Câmara nº. 075/2006 que altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no tocante ao ensino da arte. Determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação básica. Autoria, Deputado Eduardo Gomes, Relatoria, Senador Raimundo Colombo, já dei as explicações até pela ausência dele porque é uma pessoa extremamente ativa nesta Comissão de Educação, pediria à Senadora Marisa Serrano que fosse Relatora ad hoc, inclusive a Senadora é Vice-Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música, e Comunicação Social. O Parecer é pela rejeição. Sendo que na reunião no dia 15 de agosto de 2007 foi concedida a vista à Senadora Marisa Serrano que devolveu sem manifestação por escrito. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 21 de agosto e 4 de setembro. Então, com a palavra V.Exª.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)
– Sr. Presidente, eu gostaria de... encurtando um pouquinho nossa fala, pedir novamente, vieram me falar, discutir novamente o projeto e eu achei uma saída para sempre que for possível melhorar e discutir arte, cultura e não dá para dissociar a cultura e a arte da educação. Então eu queria pedir a V.Exª que me permitisse, se os companheiros assim acharem possível, que eu pudesse reexaminar porque eu acho que é uma saída que seria bom para todos. Não só o ensino da arte, mas como queria o Deputado na sua... No seu início, retirando a expressão e da cultura, mas deixar especialmente em suas expressões regionais. A arte em suas expressões regionais eu acho que nós tínhamos que fazer com que nossos alunos pudessem ter essa oportunidade. Que eles conhecessem um pouquinho no País a arte, por exemplo, de Mato Grosso do Sul. Conhecesse a arte do Amazonas, conhecesse a arte do Rio Grande do Sul. Quer dizer, eu acho que essa manifestação não a arte só como um todo, mas especialmente nas suas expressões regionais. Eu acho que essa frase toda, essa expressão daria os indicativos aos nossos professores a que cuidassem mais da arte regional. Acho que assim nós poderíamos acertar um pouco aquilo que o Deputado pensou e juntar com aquilo que nós gostaríamos que acontecesse que era manter viva as nossas expressões regionais.

Se V.Exª me permitir reexaminar, eu faço uma... Um adendo, aí será uma Emenda mesmo para a próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isto. Não há dúvida alguma. Inclusive V.Exª

é Relatora agora ad hoc, e como Relatora pode perfeitamente solicitar a retirada de pauta para reexame, apresentação de Emenda, um aprimoramento do processo, um próprio substitutivo também. E eu quero dizer que o projeto não poderia estar em melhores mãos, inclusive, com todo o trabalho do Senador Raimundo Colombo que contribuiu decisivamente também para a análise do mérito e V.Ex^a como Vice-Presidente aí da Comissão de Educação... De Educação, não. Teatro, Música, Cinema... Uma área bem relacionada ao objeto do presente Projeto de Lei.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Paulo Paim, antes de concluir, então só nós temos se V.Ex^a permite, um Requerimento também de autoria do Senador Augusto Botelho também subscrito por vários outros Senadores e Senadoras, professores e professoras, é importante que se diga, Senadores e Senadoras que são professores e professoras, e que não estão como Senadores e Senadoras. Quer dizer, unicamente.

Requeiro nos termos regimentais a realização de duas Audiências Públicas na Comissão de Educação para que sejam debatidos os 10 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Justificativa: A Lei de Diretriz e Base da Educação, LDB, completou 10 anos em 2006. Nesse período muitas ações nela previstas foram implementadas e outras ainda permanecem no papel. Para que a situação da educação no Brasil, LDB, possa ser analisada e avaliada com base na sua evolução e suas omissões, solicitamos um debate mais amplo e profundo por meio de duas Audiências Públicas. Para a primeira audiência deverão ser convidados representantes da sociedade civil organizada e representantes do Governo para se discutir o ensino básico. Para a segunda deverão ser convidados representantes da sociedade civil organizada e representantes do Governo para se discutir o ensino superior. Ciência, tecnologia e inovação. Sala das Comissões, Senador Augusto Botelho e vários outros Senadores e Senadoras.

Em discussão a matéria. Para o encaminhamento do Senador, encaminhamento e discussão do Senador Augusto Botelho, autor principal do Requerimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Um dos motivos que me levou a fazer esse Requerimento é que nós constatamos que temos ainda no Brasil 250 mil professores que não têm o curso de pedagogia, o curso superior.

Então, e que no projeto inicial era que em 2010 nós estaríamos com todos eles nesse nível. E nós sabemos, demos exemplos daquela escola lá de São

Paulo, não lembro o nome do Município, que uma das coisas que fizeram ser uma das primeiras nos testes em termos de Brasil, no SAEB foi porque todos seus professores são de nível superior. E outras coisas que têm na LDB que nós temos que discutir também e cobrar que sejam executadas aquelas coisas. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É para discutir? Não. Eu só quero também me associar ao Requerimento, assinei e subscrevi junto com V.Ex^a e dizer da importância que esse debate seja feito. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, completou 10 anos, já estamos no 11º ano de existência, o que V.Ex^a sugere é de fundamental importância. Vamos analisar, vamos pensar, vamos ver o que é que foi aplicado, o que não foi, porque não foi, para que isto dê realmente o ponto de partida aí para novas proposições, discussões, cobranças, enfim, para que nós possamos pela educação, por este debate em função da lei básica de nosso País que a gente possa, assim, construir um Brasil melhor também. V.Ex^a, Senador Augusto Botelho, sempre tem esta preocupação, tem uma atuação destacada nessa Casa na área social de uma maneira geral, e também de uma maneira muito particular nesta Comissão de Educação. Parabéns.

Está em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Está aprovado o Requerimento de V.Ex^a.

Passo a palavra ao colega e amigo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim. Antes de passar a palavra também só quero falar uma coisa, Direitos Humanos e Legislação Participativa. Acho que nós temos sempre que destacar isso. Porque a sociedade pode e deve participar do processo legislativo. E temos uma Comissão que é Direitos Humanos e Legislação Participativa. Como é que pode participar? Através de um Requerimento, através de uma proposta de lei, da apresentação do problema que na Comissão presidida pelo Senador Paulo Paim nós temos a condição de examinar a sugestão que vem da sociedade, dar os encaminhamentos para ver se de fato é a questão de se apresentar uma lei, de se mandar para um órgão próprio, mas a sociedade terá a resposta para esse seu pleito. Eu inclusive diria que é um processo muito mais fácil do que a coleta de um milhão de assinaturas.

Então, a sociedade tem que, assim, se lembrar que existe essa responsabilidade e vamos utilizar esse caminho para a elaboração de legislação. E esta Comissão é presidida pelo Senador Paulo Paim a quem tenho o prazer de passar a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns, primeiro cumprimentando V.Ex^a pela for-

ma tão diplomática de presidir essa Comissão, atendendo a todos, e efetivamente contribuindo para que os projetos possam ser aprovados. E V.Ex^a me dá um gancho pra mim aproveitar o momento para convidar todos os Senadores e Senadoras, nessa quinta-feira, Senador Flávio Arns, nós vamos discutir exatamente isso. O que é que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pode fazer também pela legislação. E vamos apresentar um calendário onde é a intenção fazer que a última quinta-feira de cada mês a sociedade civil seja convidada a debater projetos de interesse da sociedade e no fim da Audiência Pública nós receberíamos então o projeto que seria naturalmente construído com a Assessoria da consultoria aqui do Senado. Vem exatamente na linha que V.Ex^a está aqui adiantando. Vamos aprovar, digamos, quase que um calendário da última quinta-feira. Por exemplo, a primeira Audiência Pública com esse objetivo de Legislação Participativa será pegando o mês de outubro, 12 de outubro, dia das crianças, um projeto sobre as crianças. Depois teríamos, por exemplo, no mês de setembro, é dia da pessoa com deficiência. Quem sabe um debate sobre essa questão e aquele projeto que a sociedade entender que deva ser aprovado no fim da Audiência Pública seria protocolado na Comissão de Legislação Participativa. Essa é a intenção. Nós vamos discuti-lo e aprovar a idéia na próxima quinta-feira na Comissão.

Mas eu pedi, Senador Flávio Arns, quero ser muito rápido para dizer que se alguém pensa que um projeto autorizativo aprovado aqui na Comissão não tem peso na sociedade, no (ininteligível) Executivo, se engana. Vou dar um exemplo, essa Comissão aprovou uma proposta autorizativa que nós encaminhamos da universidade da campanha. Pois bem, se transformou na Universidade dos Pampas, só mudou o nome. E conseqüentemente já está aprovado lá na Câmara, já está aqui no Senado, virá para a Comissão de Educação e eu até solicitei à Relatoria porque ela repete praticamente na íntegra a Universidade da Campanha que essa Comissão discutiu e aprovou. Por que nós temos encaminhados alguns pedidos atrativos também de escolas técnicas como de universidade? Porque entendemos que é fundamental descentralizar. Nós temos que ter universidades no interior dos Estados. Temos que ter escolas técnicas no interior dos Estados para evitar aquela demanda permanente, as pessoas se deslocam para o interior para fazer a universidade na capital, que não vai nem de acordo com aquela região. Se tiver universidades regionais preocupadas com a realidade inclusive da situação geográfica daquela população, com certeza a universidade vai muito mais estar encaminhando com que pensa a população

daquela região do que aqueles que moram somente na capital.

Por isso que eu quero mais uma vez agradecer a V.Ex^a, a essa Comissão por termos aprovado aqui a possibilidade de criarmos a Universidade Federal da Região das Missões, dos missionários que pega ali principalmente Santo Ângelo, (ininteligível), São Luiz Gonzaga, lá no nosso Rio Grande do Sul.

Então a intenção, só resumindo, pode ser autorizativo, mas ela repica na comunidade autorizada dos Estados tem repercussão no Executivo, inúmeras vezes, eu pelo menos 99% dos casos que apresentamos propostas na linha autorizativa, acabaram se tornando realidade. Já discutimos aqui no outro momento, e não foi só eu, diversos Deputados e Senadores apresentaram propostas que foi na linha do PROUNI. E um dia surgiu o PROUNI. Mérito de quem? Do Executivo? É. Mas também do Congresso Nacional que tinha encaminhado diversas propostas nesse sentido. Então as escolas técnicas... também reflete o anseio. Senador, até me ajudar no debate. O Senador aqui me colocou para que eu lembrasse que isso vai refletir o anseio da população dessas regiões. Então é muito importante que as pessoas entendam que o gesto de uma escola técnica ou de uma universidade, sabemos que a iniciativa tem que ser do Executivo. É autorizativo, mas reflete uma demanda. Nós não apresentamos aqui um projeto porque inventamos da nossa cabeça. É porque a população das regiões solicitam, imploram, reúnem, debatem, traz abaixo-assinado, e a gente apresenta. Aquela região está solicitando uma universidade, uma escola técnica ou outro projeto que vá no mesmo sentido.

Por isso, Senador Flávio Arns, mais uma vez parabéns a V.Ex^a pela forma que presidiu e que permitiu que mais esse projeto e tantos outros fosse aprovado no dia de hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a V.Ex^a, quero dizer que concordo amplamente com a linha de argumentação apresentada. O Senador Augusto Botelho mencionou que isto reflete os anseios de uma região. Eu acho fundamental isso para haver essa sintonia entre o Congresso e a sociedade. Mas principalmente também, eu penso assim que com a autorização de um projeto autorizativo a própria sociedade tem um documento oficial para lutar, para trabalhar, para dialogar, discutir em função de um documento oficial.

Então, é autorizativo, não é obrigatório, mas é uma questão inclusive de respeito para com uma região em que as pessoas dizem: Não, vamos agora fazer mais articulações. Já temos um documento importante, aprovado no Congresso Nacional e transformado em lei

autorizativa para que a gente possa também na sequência buscar o que é necessário aqui que a região ou que as pessoas estejam pleiteando. Parabéns...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, se me permite, só por questão de justiça, quero também cumprimentar os dois Relatores que são do nosso Estado, que foi o Senador Simon e o Sérgio Zambiasi. Numa demonstração que nós queremos o melhor para o Estado, independente das divergências políticas partidárias que são legítimas. O Senador Simon fez um belíssimo Relatório, ele não pôde vir, pediu para o Senador Zambiasi que manteve e ainda ampliou na sua argumentação aqui que permitiu que ele fosse aprovado por unanimidade.

Então eu agradeço também aos outros dois Senadores como a todos os Senadores da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Augusto Botelho gostaria...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Ele falou nas escolas técnicas, eu gostaria só de aproveitar para dizer que as pessoas têm que se estruturar e organizar para reivindicar escolas técnicas. O Presidente Lula quer fazer, chegar a 400 até o final de seu mandato. Há muitos anos não tínhamos escolas técnicas. E no meu Estado já foi agraciado com uma escola técnica na região sul do Estado, novo paraíso, a 500 quilômetros de Manaus, mais ou menos, trezentos e pouco de Boa Vista e outra escola técnica na região de uma região do Amajari. Uma região onde nunca houve uma escola... a escola de segundo grau apareceu poucos anos agora. E é uma região que tem muitos grupos de agricultura familiar, fazendeiros antigos, há muita gente do Amajari que vai ser beneficiada com outra escola técnica também que vai ser construída no ano que vem. Eu peço às pessoas que mobilizem e cobrem seus Parlamentares para fazer escolas técnicas próximas de vocês. Com urgência, porque até o ano 2010 o Presidente quer fazer mais 250 escolas técnicas. O Presidente Lula quer instalar mais 250 escolas técnicas até o final de seu mandato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Bem lembrado, Senador Augusto Botelho. Quero destacar também que está acontecendo nos dias 17, 18 no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados a Conferência Nacional Preparatória de Comunicações. E no dia 19 de setembro, portanto, na quarta-feira, no auditório Petrônio Portela do Senado Federal, numa iniciativa conjunta do Ministério de Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Também das Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, tanto da Câmara dos Deputados

como do Senado Federal. É uma iniciativa das mais importantes. Quero destacar que a pauta...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns, se me permitir, só para ver como é importante esse debate que eu recebi agora um telefonema da Deputada Bernadete dizendo que ela aprovou também, autorizativo lá na Câmara para a escola técnica de Marabá e pediu inclusive que eu solicitasse a V.Ex^a a possibilidade de relatar. É de um outro Estado, mas vou relatar com maior satisfação, se assim for decisão da Presidência. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero destacar que a pauta foi extensa no dia de hoje, muitos projetos terminativos e outros de natureza não terminativa, o quórum da Comissão de Educação também foi muito bom. Nós temos que sempre... Nós temos que ter para aprovação dos projetos de natureza não terminativa um quórum mínimo de 14 Senadores e Senadoras. É o maior quórum necessário da Casa para aprovação de projetos, e isto foi feito em relação a vários projetos no dia de hoje, alguns... Para alguns deles houve pedido de vistas, o que é regimental também, e eles voltarão à pauta na próxima semana, mas foi um trabalho bastante proveitoso, bom, numa área, como todos insistem em enfatizar, essencial para o desenvolvimento econômico e social do nosso País, que é a educação.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h30.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 19ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, DELCÍCIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, ELISEU RESENDE, JOÃO TENÓRIO E SÉRGIO GUERRA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Expedito Júnior, João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Cícero Lucena, Marisa Serrano e Osmar Dias. Haven-

do número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **1ª PARTE: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2004. TERMINATIVO. EMENTA:** Altera o artigo 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Valdir Raupp. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela Rejeição. **OBS:** Em reunião realizada em 8.8.2007, foi lido o relatório e concedido vista ao Senador Osmar Dias. Devolvido sem manifestação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Jonas Pinheiro, Kátia Abreu, Sibá Machado e César Borges. Passa-se a fase de votação da matéria, ocasião em que foi rejeitada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Rejeitado. À SGM. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2006. TERMINATIVO. EMENTA:** Dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural. **AUTOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação. **OBS:** Em reunião realizada em 30.5.2007, foi realizada audiência pública com a finalidade de instruir o presente Projeto. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Jonas Pinheiro, Kátia Abreu, Antonio Carlos Valadares e Sibá Machado. **RESULTADO: Leitura do Relatório. Concedido vista coletiva. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2007. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Autoriza a criação de nova Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA), na Região Norte do Estado do Mato Grosso. **AUTOR:** Senador Jayme Campos. **RELATOR:** Senador Heráclito Fortes. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Heráclito Fortes, Jonas Pinheiro e Kátia Abreu. Passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovado o parecer pela rejeição, pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição. À CCJ. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 17- CRA, de 2007. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para sanar a falta de esclarecimentos e informações da audiência pública realizada por esta Douta Comissão em 15 de agosto de 2007 (Requerimento nº 15, de 2007), solicita seja realizada nova Audiência Pública a

fim de discutir a recuperação da lavoura cacaueteira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com participação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. **AUTOR:** Senador César Borges. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – César Borges, Sibá Machado e Kátia Abreu. Passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. 2ª PARTE:** Audiência Pública, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 – CRA, de AUTORIA** dos Senadores João Ribeiro e Expedito Júnior, com a finalidade de contribuir com debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Roberto Rodrigues Peres – Gerente-Geral de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Sr. Luiz Carlos Balbino – Gerência, Planejamento e Negócios – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CANCELADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovado. Aprovado.

Informo a Comissão que a Audiência Pública, objeto dessa segunda parte da reunião, foi cancelada e agendada para o dia 05 de setembro do corrente. A presente reunião destina-se a aprovação das matérias.

Nós vamos inverter a pauta e solicito ao Plenário para aproveitando o Item 3º que trata do Projeto de Lei do Senado nº. 116 de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que autoriza a criação de nova Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Região Norte do Estado do Mato Grosso. Com a palavra, o relator Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Relatores e Sras. e Srs. Senadores, nos termos que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal art. 91804B venho a esta Comissão para exame do Projeto de Lei do Senado 116 de 2007 de iniciativa do nobre Senador Jayme Campos, que autoriza a criação da nova Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na Região Norte do Estado do Mato Grosso.

O art. 1º do referido projeto autoriza o Poder Executivo a criar uma nova Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária com localização nessa região. Em seu art. 2º., a proposição em exame delineia a estrutura organizacional da nova Superintendência e, mais adiante, no art. 3º, equivocadamente nomeado de art. 2º, fixa o prazo de 90 dias para que o Poder Executivo regulamente a matéria a contar da publicação da Lei, resultante do PLS. Concluimos assim o relatório e passamos à análise da proposição apresentada.

Não se contesta o mérito da iniciativa, no entanto, a argumentação que a seguir esperamos demonstrará a fidelidade no cumprimento da disposição constitucional e impõe o arquivamento da proposição nos termos do estabelecido pelo art. 133 do Regimento Interno. Inicialmente faz-se necessário conhecer que a Constituição Federal elenca nos art. 21, 22, 23 e 24 as matérias de competência da União e, inclusive, quanto ao poder de legislar. Nesse aspecto o art. 48 da Carta Magna atribui ao Congresso Nacional, tornando o centro do debate sobre as grandes questões nacionais, as responsabilidades de dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Por outro lado, o trecho constitucional sem subtrair a prerrogativa do Congresso Nacional de apreciar as matérias previstas reserva ao Presidente da República a iniciativa de leis que dispõem entre outras matérias sobre organização administrativa e a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica nos termos do art. 61, § 2º.

Torna-se evidente, portanto, que dispensar qualquer anuência ou autorização Parlamentar a criação do Programa de Governo constitui matéria de competência privativa do Poder Executivo, o qual segundo o art. 76 da Constituição Federal é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Ainda nesse sentido o texto constitucional delimita com clareza as prerrogativas do Poder Executivo na matéria em exame ao preservar o art. 84, § 6º que compete, privativamente, ao Presidente da República dispor até mesmo por Decreto em casos particulares, sobre o funcionamento de organização da Administração Federal reforçando a interpretação de que

mesmo os programas governamentais que exigem a apreciação Legislativa devem ser propostos pelo Poder Executivo.

Além disso, o art. 165 da Constituição destina ao Poder Executivo a iniciativa das leis do Plano Plurianual das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, tornando organização administrativa e a criação de cargos, funções ou empregos públicos da Administração direta é autárquica objeto de iniciativa própria do Poder Executivo, afastando à atuação Parlamentar da incumbência de tal iniciativa.

Finalmente, entendemos que a proposição contém o vício formal decorrente de inconstitucionalidade revelando essa constatação em óbice intransponível ao procedimento da tramitação do projeto nessa Casa, do contrário, fere-se a lei maior que em essência cabe a todos preservar ou até lutar para que seja democraticamente alterada, porém, jamais descumprida. É o voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei 116 de 2007. Era esse o parecer Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – O relatório do relator Senador Heráclito Fortes conclui pela rejeição do projeto.

Em discussão. Ninguém quer discuti-lo, colocamos... Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram, com o relatório. Aprovado o relatório, portanto, rejeitada a matéria. Será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania decisão terminativa.

Item 2º da pauta, aproveitando a presença do senhor Senador Jonas Pinheiro, existe Sr. Senador Jonas Pinheiro, vários Senadores que pretendem aprofundar-se no projeto, apresentando, inclusive, emendas para esta proposta.

O Projeto de Lei do Senado, 325 de 2006, de autoria do Antônio Carlos Valadares, dispõe sobre o Estatuto do produtor rural.

Esclareço à Comissão que foi realizada audiência em trinta de maio do corrente para instruir o presente projeto. Em cumprimento ao requerimento nº 11 de 2007, CRA, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Antônio Carlos Valadares, com a presença da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, do Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento, o Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural, Sustentável, MMA, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, FETRA, Coordenação Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais da Secretaria de Acompanhamento Econômico, MF, e a Confederação

dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG e INCRA. Após a audiência o projeto foi encaminhado ao Senador Jonas Pinheiro, relator da matéria.

Lembro que o projeto é de natureza terminativa exigindo quorum de votação nominal. Com a palavra o senhor relator, Senador Jonas Pinheiro para proceder seu relatório.

Informando antes, vários Senadores se manifestaram em apresentar emenda, embora o relatório já esteja concluído. E solicitamos a observação do relator, que se vê a possibilidade da retirada do relatório para recompor com as novas emendas ou, se assim desejar, fazer a leitura e colocá-lo em votação. Com a palavra relator Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, como V.Ex^a. já bem descreveu, esse projeto é de autoria do eminente Senador Antônio Carlos Valadares. Esse projeto, a grande vantagem desse projeto, Sr. Presidente, é que ele unifica todos os assuntos referentes ao trabalhador rural, ao produtor rural, que hoje está esparsamente distribuído em vários Projetos de Lei, esse aqui unifica todos esse assuntos, de forma que aqui eu dou como favorável o meu parecer a esse projeto, em função disso, vamos ter um estatuto, como nós já temos Estatuto da Criança e do Adolescente, como nós temos outros tipos de estatuto, que estão dando certo, esse do produtor também poderá dar certo.

Simplesmente, Sr. Presidente, em função do interesse de alguns Parlamentares de reanalisar o projeto, não há dúvida nenhuma, esse projeto, como disse, é até uma Audiência Pública onde todos os órgãos envolvidos no processo foram convidados, participaram ativamente, deram as suas opiniões, portanto, eu acho que é um projeto extremamente estudado. Entretanto, tendo direito qualquer Senador de pedir vista no processo. Vamos analisar. Mais uma vez, o que está de mais ou de menos nesse Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senhor Presidente, eu gostaria, falando com o Senador Jonas Pinheiro da importância desse projeto, pelo fato dele realmente tratar de vários conceitos ao mesmo tempo, Lei de política agrícola, Estatuto da Terra, legislação ambiental seguro rural, trabalhista, entre outras, pela grandiosidade do tema eu gostaria sim, de pedir vista, para poder me aprofundar um pouco mais nessa matéria e poder contribuir com o Senador Antônio Carlos Valadares, na autoria do seu projeto e, também, no relatório do Senador Jonas Pinheiro, que é um grande conhecedor desses temas e tem essa tradição aqui na

Casa e o respeito de todos nós, no conhecimento das matérias do agronegócio, mas eu gostaria também, apesar de novata, poder contribuir no projeto de tamanha grandeza. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – A vista ela passa a ser concedida após a leitura do relatório. Nós temos que tomar conhecimento do relatório. Vamos ouvir a leitura.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, apresento o relatório de forma bem detalhada, para melhor compreensão deste projeto de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural.

O projeto foi inicialmente distribuído às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, também da CAE e dessa Comissão, da CRA. Tendo em vista a aprovação no Plenário do requerimento 80 à proposição foi redistribuída a esta Comissão, para decisão terminativa.

O Capítulo I traz as definições de produtor rural e agronegócio, isso aqui é importantíssimo, sobretudo, a definição do que é produtor rural, sem aqui aquela animosidade do pequeno produtor, de grande produtor, enfim, aqui define o que é produtor rural e define também o que é o agronegócio, que também é uma celeuma no Brasil inteiro, que acha que a pequena agricultura não é agronegócio. Aqui define isso com muita clareza.

O produtor rural é definido com a pessoa física ou uma jurídica que explora a terra com fins econômicos ou de subsistência. O agronegócio é definido como conjunto global das operações de produção de distribuição de suprimentos agrícolas, das operações da produção das unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de itens produzidos a partir deles, incluindo os serviços de apoio.

O Capítulo II do projeto, dispõe sobre a função social da terra. O art. 3º determina que o produtor rural exercerá sua atividade de forma a garantir o cumprimento da função social da terra.

Isso aqui não tem nenhuma novidade, Sr. Presidente, porque a definição social da terra já existe em outros diplomas legais, aqui é apenas consolida o que é o estatuto da terra para efeito de consolidar tudo que é de interesse do produtor rural. O art. 4º dispõe que os indicadores que informam a produtividade da terra serão alterados periodicamente, após a realização de estudos sobre a evolução tecnológica.

O Capítulo III disciplina o crédito rural por meio de medidas, tais como: proibir as instituições financeiras de condicionarem a concessão de crédito, a contratação de outros serviços bancários e estranhos às atividades

agropecuárias financiadas. Isto aqui, eu acho também que cabe em bom momento, porque o agricultor hoje, ele vai ao banco tomar um financiamento, o banco faz questão de empurrar para o produtor uma porção de negócios que o Banco do Brasil tem e o agricultor, ele sai sangrado dali, do seu dinheiro para investimento para custeio.

O art. 8º estabelece que os recursos de crédito rural devem ser disponibilizados com antecedência de, no mínimo, 30 dias do início do período do plantio. O art. 4º, Capítulo IV trata das regras sobre a assistência técnica e extensão rural e o Capítulo V, por sua vez, dispõe sobre o seguro agrícola, o Capítulo VI versa sobre o acesso aos mercados e o art. 16 dispõe sobre os preços mínimos agropecuários. O art. 17 trata do uso abusivo do poder de mercado por parte de fornecedores e compradores contra o produtor rural e o art. 18 equiparam o produtor rural ao consumidor para fim de aplicação no Código de Defesa do Consumidor.

O Capítulo VII estabelece diretrizes para os projetos de infra-estrutura rural, como identificação, irrigação, drenagem e mecanização agrícola e o Capítulo XVIII trata das ações de promoção de assistência social e a saúde do produtor rural. O Capítulo IX dispõe sobre a preservação do meio ambiente e, nesse Capítulo, o art. 24 determina que são dever do produtor rural a exploração sustentável da terra e a preservação do meio ambiente. Já o art. 25 desse Capítulo, estabelece que o produtor rural não pode ser responsabilizado pela degradação do meio ambiente, promovido no passado do qual não tenha participação dela.

O Parágrafo Único do mesmo artigo determina que essa regra não exime o produtor rural da obrigação de recuperar as áreas degradadas em sua propriedade, da forma progressiva, do prazo de até dez anos. O Capítulo X versa sobre o acesso a terra sobre o reforma agrária e crédito fundiária o Capítulo XI, trata da defesa agropecuária, com a ênfase na redução do impacto ambiental e o uso de agrotóxicos.

O Capítulo XII dispõe sobre as informações agrícolas, o art. 30, estabelece que as informações contidas nos rótulos dos insumos agropecuários devem empregar linguagem simples e acessível ao usuário leigo. Determina ainda, que a divulgação comercial dos agrotóxicos deve informar os riscos à saúde e ao meio ambiente.

Por fim, o Capítulo XII, trata da relação de trabalho rural. O art. 33 desse capítulo dispõe sobre a gratuidade de registro em cartório dos contratos de parceria e arrendamento rural. O art. 34 permite a contratação por empreitadas para execução de serviço de natureza eventual, que demande tempo inferior a um mês, sendo que na contratação por empreitada

configura vínculo empregatício. O art. 35 estabelece a carga de vigência.

Não foram apresentadas emendas a esse projeto na Comissão de Agricultura. Sr. Presidente, esta é a análise que nós fizemos do Projeto de Lei, do eminente Senador Antônio Carlos Valadares e, como repito, pela vista que nós já demos nesses capítulos, dá para ver que aqui não tem assunto novo. Só que ele resume num projeto só todo o assunto vinculado ao produtor rural do Brasil. Esse é o tema do meu relatório e como já está com pedido de vista, eu acho que já temos condições de V.Ex^a. optar pelo pedido de vista ou continuidade ao relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Peço a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – O autor do projeto, Senador Antônio Carlos Valadares e, em seguida, Senador Sibá Machado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer a velocidade e a rapidez com que o relator Senador Jonas Pinheiro apresentou o seu relatório a respeito de matéria tão importante, que diz respeito aos interesses da agricultura brasileira.

É verdade que alguns dispositivos constantes desse projeto já existem em outros diplomas legais, porém, de forma dispersa onde o produtor rural, para ter acesso a essa legislação, teria que ter o assessoramento de pessoas especializadas como advogados.

A compilação ou a junção, numa linguagem mais acessível de toda legislação a defesa do produtor rural é mais do que produtivo, democrático e objetivo, uma vez que vai dar ao produtor rural a oportunidade de, através de uma distribuição no Brasil inteiro, de uma Lei em síntese, e quantas existem no País, vai possibilitá-lo de ter acesso aos seus direitos e também aos seus deveres, porque esse estatuto não trata apenas de benefícios, de estímulos, de concessão de estímulos aos produtores rurais, também existem deveres.

Inclusive há uma matéria hoje na AgroFolha, digo melhor, de ontem, o dia 21, onde o Banco do Brasil é acusado de venda casada, onde o banco oferece um crédito ao produtor rural, inclusive, do PRONAF que é mais grave, mas em compensação ele terá que abrir uma poupança para garantir aquilo que sequer, não pagou ainda, vai pagar, e no mês, uma cláusula no contrato.

No nosso estatuto há previsão da proibição da venda casada, nenhuma Instituição pode fazer um fi-

nanciamento e exigir que aquele que obteve o financiamento venha a participar de uma poupança ou da compra de um título de capitalização para obter o seu financiamento.

Ademir Gomes Ferreira dono de 9,6 hectares é uma dos agricultores com o dinheiro bloqueado pelo Banco do Brasil. Na safra do verão passado ele fez empréstimo de R\$ 8 mil reais com vencimento em outubro, para ter o dinheiro ele teve que comprar um título de capitalização. Em abril deste ano, Ferreira vendeu 8.500 em soja para uma cooperativa, que teve o dinheiro retido pelo Banco do Brasil e abriu compulsoriamente uma poupança para garantir o pagamento do empréstimo. E o que disse o agricultor? Fizeram eu abrir uma poupança e o dinheiro está lá, bloqueado para quitar uma dívida que só vai vencer em outubro.

Então são coisas como essas que existem no estatuto, quer dizer, assim de forma breve, sintética, clara e objetiva. E não uma legislação dispersa como é a legislação que propõe deveres e obrigações e também interesses a serem defendidos pelo produtor rural, de sorte que eu continuo a programar pelo apoio dos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras a esta matéria, respeitando o pedido de vista, mas eu tenho certeza absoluta que a aprovação desse estatuto, assim como tantos outros já foram objetos de aprovação pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados que redundaram em benefício dos interessados, Estatuto do Idoso, Estatuto da Microempresa, Estatuto da Criança e do Adolescente e, tantos outros diplomas legais que vieram a atender, sem dúvida alguma, os mais variados segmentos sociais e econômicos do nosso País.

A Lei de Diretrizes, por exemplo, da educação, é na verdade um estatuto. Existiam Leis esparsas, centenas e centenas de Leis esparsas, mas foi através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que o estudante, o professor, a comunidade começaram a tomar conhecimento dos seus direitos e, também, dos seus deveres.

É por isso que eu estou propugnando a junção, em termos genéricos, de um estatuto que venha traduzir com uma linguagem acessível os direitos e os deveres do produtor rural. Agradeço a V.Ex^a. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, serei bem breve, que hoje nós estamos com alguns debates muito interessantes também nas outras Comissões e eu não queria cometer um pecado aqui de injustiça. Eu confesso que não tive oportunidade de me debruçar melhor sobre a idéia, ou seja, por menores, mas em tese, já quero saudar e parabenizar o Senador

Antônio Carlos Valadares porque tentar juntar em uma única, tentar unificar ao máximo com a complexidade da Legislação Brasileira, no que diz respeito a esse tema já tem que ser louvado. Eu confesso que algumas das entidades que trabalha sobre o tema, ainda têm algumas dúvidas sobre alguns pontos, não é nem sobre a minha pessoa, mas estas entidades gostariam, digamos assim, contribuir melhor.

Eu quero participar das vistas do projeto e estou com uma dificuldade porque para a semana que vem, Senador Antônio Carlos Valadares, eu não vou poder estar aqui. Na semana que vem eu vou estar fora, mas na semana seguinte, em setembro, se nós tivéssemos, digamos assim, um momento para conversar melhor, Senadora Kátia Abreu, Antônio Carlos Valadares, eu e mais algumas pessoas que gostariam de prestar opinião sobre o assunto, para que a gente pudesse fazer, se necessário for, não digo um voto em separado, não pretendo jamais isso, mas qualquer sugestão nova que possa ser absorvida pela relatoria bem feita pelo Senador Jonas Pinheiro e a gente ganhar um espaço de tempo muito bom e, digamos assim, contribuir com o Brasil e a legislação dessa natureza. Era essa a argumentação que eu faço para o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Concedo vista coletiva a pedido da Senadora Kátia, Senador Sibá Machado. O último Item da pauta, é o item I, Projeto de Lei no Senado nº 96 de 2004 de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Comunico a Comissão que em reunião realizada em 8 de agosto do corrente, o presente projeto constou da pauta, sendo lido o relatório do Senador Leomar Quintanilha e concedido vista ao Senador Osmar Dias, que o devolveu sem manifestação.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quorum e votação nominal. O Relator conclui pela rejeição do projeto. Como não há número, eu peço um minuto para nós buscarmos, convocar dois Senadores para fazer a eleição, enquanto colocamos em discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu creio que realmente o argumento do Senador Heráclito Fortes procede com relação a um vício de iniciativa, a criação de órgão do Poder Executivo, pelo Poder Legislativo. A minha experiência não é muito grande nessa área, mas eu acredito que aqui possa haver algum proble-

ma e algum vício nesse sentido. Eu gostaria de ouvir os outros colegas a esse respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Temos quorum, continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Farei a chamada nominal, uma vez que trata de projeto terminativo, quem votar não, vota pela rejeição do projeto, ou seja, com o relator. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Com o Relator Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Tivemos oito votos, não, portanto, com nove presenças, oito votos, não, o projeto foi rejeitado. O projeto será encaminhado à Secretária Geral da Mesa. Pela ordem, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de relatar aqui um acontecimento que eu acho que é da minha obrigação dar conhecimento a essa Comissão.

Eu fiz um requerimento Sr. Presidente, convocando algumas autoridades, em especial, o Ministro da Agricultura, o Ministro *Reinhold Stephanes* esteve para participar da Audiência Pública no dia 15 de agosto às 11h aqui nessa sala, no requerimento que levou

o número 15, que foi aprovado por esta Comissão. No dia 15 nós aqui estivemos e as pessoas que nós tínhamos convocados fizeram presentes, o Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia; o Diretor Executivo da CEPLAC, entretanto, o Ministro não esteve presente.

O Ministro não esteve presente e eu fiz uma reclamação pública da ausência do Ministro a esta Comissão. Eu achei uma desconsideração, até porque, a pessoa que veio representando o Ministro era uma pessoa de uma função hierárquica menor dentro do Ministério, era o Sr. Girabis Evangelista Ramos, Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária. Fiz essa reclamação achando que o Ministro desconsiderou esta Comissão e o Senado, apesar dele se tratar de uma Parlamentar, um Deputado Federal, a quem eu tenho todo o respeito e consideração, entretanto, no momento que ele não veio, ele não se fez presente e encaminhou aqui um terceiro escalão, Senador Sibá Machado, como homem do Governo, eu achei que o Ministro não teve a consideração devida por essa Comissão.

Essa reunião ocorreu na semana passada, na quinta-feira eu recebi um telefonema do Ministro *Reinhold Stephanes* protestando contra a minha intervenção, que foi muito dura, porque ele não esteve presente, que ele tinha encaminhado um representante. Eu passei para ele que achei que o Senado e essa Comissão mereciam um representante, pelo menos ao nível do Secretário Executivo, se não fosse possível ele estar presente.

Ele alegou que não houve uma comunicação desta Comissão a ele, que o Secretário não comunicou ao seu gabinete, que ele não teve um telefonema convidando, eu digo, eu acho que a Comissão deve ter convidado o Ministro, ele deve ter sido oficiado, convidado a estar presente, esse convite deve ter sido expedido, acho que V.Ex^a. deve consultar a sua Assessoria, porque não sei, inclusive, disse que V.Ex^a. é da região dele, Estado vizinho de Santa Catarina, ele é do Paraná, V.Ex^a. é ex-Secretário da Agricultura, não tinha porquê não ter essa deferência com ele, eu ouvi alguns equívocos, eu acho que ele queria um telefonema pessoal. Eu disse que eu não poderia dar, só se fosse da Comissão, da iniciativa da Presidência.

Procurei da minha Assessoria se houve o convite e, aqui eu tenho em mãos o convite que foi feito ao Ministro, assinado aqui pelo Marcelo Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e que de honra o Exmo. Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tendo em vista a aprovação do requerimento 15, de autoria do Senador César Borges com adendo o Senador Ex-

pedido Júnior, convida V. S^a a participar de audiência dessa Comissão a finalidade de discutir a recuperação da lavoura cacaueteira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor.

Está muito claro aqui. Eu acho que a Comissão cumpriu o papel, dessa forma, eu solicito a gentileza de agendar Audiência Pública, se possível, para o dia 15 de agosto corrente às 11h00. Houve uma resposta do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. A sua V.Sa. o Sr. Marcelo Varela Secretário da Comissão de Cargo Agricultura e Reforma Agrária, assunto Audiência Pública refiro-me ao ofício, por meio do qual, V.Exa. da ordem do Senador Neuto De Conto convida o Sr. Ministro *Reinhold Stephanes* para participar da Audiência Pública a ser realizada em 15 de agosto, às 11h00, na sala sete, houve o conhecimento.

Ponto dois. A propósito, informo que o Sr. Girabis Evangelista Ramos, Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa da Agropecuária irá representá-lo na referida audiência. Eu acho que V.Ex^a. cumpriu seu papel, comunicou inclusive no ofício diz qual é a assunto, discutir a recuperação de uma lavoura muito importante para o meu Estado e importante para o Brasil, que é a lavoura cacaueteira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal.

Então não é um Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária que esteve aqui e disse que desconhecia o programa e não podia se referir a esse programa porque não tinha números, ele não sabia por quanto andava esse plano de recuperação da lavoura, mais esse PAC da lavoura cacaueteira como se está chamando e anunciado na Bahia, que há um PAC da lavoura cacaueteira.

Primeiro eu queria, primeiro ressalvo a nossa posição e reafirmo que cobrarei do Ministro, com a maior consideração com ele, mas cobrarei no momento que ele não tiver consideração com esta Comissão e não aceitei a admoestação dele, porque procedemos corretamente, segundo porque V.Ex^a. cumpriu seu papel, a Secretaria da Mesa o oficiou, se ele acha que só com um telefonema é que resolve essa questão, eu acho que não é necessário porque houve um ofício e, terceiro, e mais importante porque não me interessa essas questões, eu acho que nós temos que ter aqui a presença do Ministro da Agricultura para falar sobre essa questão porque ficou um vazio, ele ficou em débito com essa Comissão e com a lavoura cacaueteira e com os produtores do cacau da Bahia.

Por isso, Sr. Presidente, que em resumo, o que eu estou encaminhando é um requerimento para o que Sr. Ministro se faça presente e possa cumprir o que ele não cumpriu na audiência passada, falar sobre a

recuperação da lavoura cacaueteira e sobre o recente falado plano para a recuperação dessa lavoura.

Eu quero encaminhar e pedir à aprovação aqui desse requerimento para que nós possamos concluir com êxito esse essa questão, porque lamentavelmente a reunião passada V.Ex^a. presidiu-a todo o tempo e sabe que não cumpriu seus objetivos, porque aqui nós não tivemos o Ministro da Agricultura.

Eu pediria ao Senador Sibá Machado, que estivesse presente, para que ele, como representante único aqui do Governo, pudesse ter essas explicações e não é nada de oposição, é simplesmente uma reclamação que eu fiz justa de um Senado que merece a consideração das autoridades do Governo Federal. Muito obrigado Sr. Presidente eu peço que o meu requerimento seja aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu, além da ter oficiado como V.Ex^a. bem esclareceu, realmente não telefonamos, mas ao terminarmos a nossa reunião no dia 15, nós o procuramos, o encontramos, e coloquei a ele a estranheza da Comissão de Agricultura pela sua ausência, ele nos falou, no mesmo momento, que ele tinha outras reuniões naquele mesmo horário e que dificultou a presença, e estou recebendo um expediente com data do dia 22 de agosto que diz o seguinte: “Aviso 474, assunto Audiência Pública sobre recuperação da lavoura cacaueteira. Sr. Senador reportamos a V.Ex^a. para tratar da audiência pública realizada na Comissão da Agricultura de Reforma Agrária dessa Casa legislativa, que discuti a recuperação da lavoura cacaueteira cujo convite para a participação atesto o recebimento. Dois: Manifesto minha constante disposição em discutir a questão do agronegócio com os Parlamentares dessa Casa, reconheço que em diversos momentos tivemos participação efetiva na resolução dos problemas afetos a agricultura. O interesse do Congresso Nacional pelo agronegócio é importante. As suas dificuldades estão evidentes nos trabalhos da Comissão da Agricultura da Câmara e do Senado, quando da realização das audiências públicas, ressalto que em três meses o Ministério participou de três audiências públicas das quais, em algumas participei pessoalmente, em outras, fui representado pelo Secretário e técnicos da pasta e comum a Assessoria desta Casa e do Congresso Nacional articularem as participações, de forma que os objetivos dos Parlamentares nas audiências públicas sejam plenamente atendidos, no entanto, não houve o entendimento nessa parte quanto à necessidade da minha participação. Pelo respeito que tenho a esta Casa, lamento a minha ausência e, ao tempo, em que me coloco à disposição para participar dos eventos que sejam importantes o meu conhecimento. Atencio-

samente o Ministro de Estado da agricultura pecuária e abastecimento, *Reinhold Stephanes*".

Portanto, ele acusa que tem conhecimento, acusa que lamentou a ausência e mais, esperamos que o seu requerimento seja aprovado e ele volte a está Casa para dar explicação. Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero também dizer que podemos aqui ter a confiança absoluta de que não há nenhum interesse de parte do Ministro em ter um relacionamento que possa induzir a algo, que possa parecer um desrespeito com esta Casa, com esta Comissão, com qualquer um dos Senadores. Acho que a carta dele já deixa muito clara sobre isso.

Confesso aqui também, que deve ter tido, talvez, um desentendimento da importância do assunto que estava sendo tratado por ter vindo uma outra pessoa, mas pelo que eu ouvi do Senador César Borges, o representante do Ministério deixou muita lacunas quanto às informações, que eram desejosas, de que houvesse maiores esclarecimentos. Eu tenho certeza que um novo requerimento, apoiado por todos nós, estamos prontos para apoiar, o Ministro se fará aqui presente e, certamente, nós podemos debater sobre um assunto tão importante da economia do País, que na nossa história se fez tão presente e tão importante.

E também até porque nós temos outros Estados que têm interesses da matéria também, que são produtores do cacau e tenho absoluta certeza que estarão aqui. Eu pediria que pudéssemos sim reiterar o requerimento e que acho que todos nós estaremos prontos para apoiá-lo e pediria a V.Ex^a. que pensássemos uma data, neste momento, para não haver mais nenhuma dúvida eu até poderia recomendar aqui se V.Ex^a. aceitar assim, que por telefone, além do requerimento e com uma data prevista, poder dizer com o Ministro se essa data realmente é possível para ele ou qual outra data que ele pode sugerir para que a gente possa tê-lo aqui nesse debate.

Quanto ao mais, dizer ao Senador César Borges, que este pequeno incidente, pode ter certeza, de que não é nenhum interesse de desrespeito à sua pessoa e ao seu trabalho aqui no Senado Federal e, principalmente, à causa que o fez levar a apresentação deste requerimento. De nossa parte estamos apoiando a sugestão de uma nova audiência Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sobre a Mesa o requerimento de autoria do Senador César Borges que nos termos do art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, para sanar a falta de esclarecimento e informações da Audiência Pública realizada nesta Comissão em 15 de

agosto do 2007, requerimento nº 15 de 2007, solicito que seja realizada nova Audiência Pública, a fim de discutir a recuperação da lavoura cacauzeira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com a participação do Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento *Reinhold Stephanes*. Colocamos em discussão. Em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Será cumprida a determinação.

Eu queria fazer mais um anúncio que temos e foi requerido pelo Senador Flexa Ribeiro, assinado também pela eminente Senadora Kátia Abreu, um requerimento para que dois membros desta Comissão fizessem presente no Estado do Pará para examinarem *in loco* os problemas que estão surgindo com algumas empresas com mão-de-obra escrava. E a Comissão tem que indicar dois Senadores que gostariam de participar. Eu colocaria que, quem quisesse ir que se inscreva, para que no dia anunciado, que ainda não temos a data, podemos participar aos Senadores.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente eu gostaria de participar, se fosse possível, com a concordância dos colegas, mesmo porque esse requerimento do Senador Flexa Ribeiro foi assinado também por mim em conjunto, eu gostaria muito de estar presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ótimo, será registrado e, no momento, que são oferecidos à data nós comunicamos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só tirar uma dúvida aqui Sr. Presidente. Porque o requerimento está no ambiente dessa Comissão com duas solicitações?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Não foi.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Dois Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – O requerimento de todas as Comissões, indicadas no requerimento CCJ, CDH, CRA, CAS, CDHT, dois Senadores de cada Comissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Serão convocados.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só tirar uma dúvida aqui. Deixa-me tirar esse essa dúvida formal e, depois, eu passo por escrito, mando a minha resposta para V.Ex^a. porque eu não sei se eu já estou indicado por outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Poderá ser indicado por outro.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Por isso eu vou tirar essa dúvida e, em seguida, eu mandarei por escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Não tem nada mais a ser tratado, encerramos a presente sessão, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores por mais uma sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h06.

Ata da 20ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as) – **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, DELCÍDIO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO E AUGUSTO BOTELHO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Sibá Machado, Expedito Júnior, João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta: Audiência pública, com a finalidade de discutir a recuperação da lavoura cacaueira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com a presença do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, em cumprimento ao **Requerimento nº 17, de 2007 – CRA**, de autoria do Senador César Borges. **EXTRA-PAUTA: Item nº 1- REQUERIMENTO Nº 18, DE 2007 – CRA – ASSUNTO:** Requer seja convidado o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e sobre o anúncio pela imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia Legal e no Pantanal. **AUTOR:** Senador Expedito Júnior. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será**

cumprida a deliberação da Comissão. A audiência pública será realizada com a participação efetiva da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, tendo em vista a aprovação, do Requerimento nº 13, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador Sibá Machado. Item nº 02 – REQUERIMENTO Nº 19, DE 2007 – CRA – ASSUNTO: Requer audiência pública com a presença do Ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca – SEAP, Sr. Altemir Gregolim, com a finalidade de tratar sobre as políticas da Secretaria, bem como orçamento e planejamento 2008/2011. **AUTOR:** Senador Neuto de Conto. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado, com adendo da Senadora Kátia Abreu e do Senador Flexa Ribeiro. Será cumprida a deliberação da Comissão. Item nº 03 – REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007 – CRA – ASSUNTO:** Requer seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de debater e analisar a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, tendo em vista a crescente preocupação mundial com segurança alimentar, reforçada pelo crescimento da demanda global por biocombustíveis. Para tanto, solicito o convite dos seguintes debatedores: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Representante do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; Representante do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas – SIACESP; Representante da Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA; Representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; 6. Representante da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP. **AUTOR:** Senador João Tenório. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Item nº 04 – REQUERIMENTO Nº 21, DE 2007 – CRA – ASSUNTO:** Requer audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o Dr. Odacir Klein, Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRA-BIO, com o objetivo de discutir e analisar, com uma visão geral, a produção dos biocombustíveis no país. **AUTOR:** Senador Neuto de Conto, com adendo do Senador João Tenório, para que seja convidado o Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto – Professor do Departamento de Economia da UFRN. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Apro-**

vado. Será cumprida a deliberação da Comissão. A audiência pública será realizada com a participação efetiva da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 16, de 2007-CRA-BIO, de autoria do Senador Neuto de Conto, com adendo do Senador João Tenório. Item nº 05 – REQUERIMENTO Nº 22, DE 2007 – CRA – ASSUNTO: Requer audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural SIBRATER, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Silva Soares** – Presidente da Associação Brasileira de extensão Rural – ASBRAER; **Sr. Adoniran Sanches Peraci** – Secretário Nacional da Agricultura Familiar – SAF/MDA; **Sr. Argileu Martins da Silva** – Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER/SAF/MDA; **Sr. Luis Cláudio Macedo** – Vice-Presidente da ASBRAER e Diretor-Geral da EMATER – RN. **AUTOR:** Senador Neuto de Conto. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental declarado aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes do início dos trabalhos, previsto para esta data, comunico à Comissão que fora apresentado requerimento, o qual esta Presidência irá submetê-lo à apreciação desta Comissão. O requerimento de autoria do Senador Expedito Júnior, que requer seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, para, em audiência pública, expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo da cana-de-açúcar do Brasil e sobre o anúncio pela imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia legal e no Pantanal.

O segundo requerimento, esclareço que, em Reunião da Comissão dos biocombustíveis, realizada em

11 de julho do corrente, foi aprovado o requerimento... Eu anuncio... Anuncio a presença do Eminentíssimo Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Eu o convido a compor a Mesa. Esclareço que, em Reunião da Subcomissão dos Biocombustíveis, realizada no dia 11 de junho corrente, foi aprovado o requerimento nº. 13/2007 CRIABIO, de autoria do Senador Sibá Machado, que trata do mesmo assunto, ou seja, zoneamento agrícola brasileiro.

Eu vou ler todos os requerimentos para colocar em votação em globo. Requerimento de autoria do Senador Neuto de Conto, que requer audiência pública para a presença do Exmo. Sr. Ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, Dr. Altemir Gregolin, com a finalidade de tratar sobre as políticas daquela Secretaria.

Requerimento de autoria do Senador João Tenório, que requer a realização de audiência pública para debate e analisar a produção e importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, tendo em vista crescente preocupação mundial com a segurança alimentar, reforçado pelo crescimento da demanda global dos biocombustíveis.

Requerimento de minha autoria, que convida o Dr. Odacir Klein, Presidente da União Brasileira do Biodiesel, UBRABIO, para, em audiência pública com a participação da Diretoria direta da nossa Subcomissão Permanente dos biocombustíveis, discutir e analisar a produção de biocombustíveis do país. Vale ressaltar que esse requerimento foi aprovado na Reunião da subcomissão, em 13 de setembro do corrente, com o adendo do Senador João Tenório, que participou... De participação do Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do Departamento de Economia da UFRN.

Requerimento de minha autoria, que requer audiência pública com o objetivo de discutir sobre o Sistema Nacional de Assistência Técnica, Extensão Rural, SIBRATER. Consulto a Comissão se podemos votar os requerimentos em globo, tendo em vista a presença do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura. Coloco, então, em discussão os requerimentos. Como ninguém quer discuti-los, em votação. Aprovados.

A presente Reunião destina-se à audiência pública com a presença do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a finalidade de discutir e analisar a recuperação da lavoura cacaueteira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, em cumprimento ao requerimento nº. 17/2007 – CRA, aprovado em 22 de agosto do corrente, de autoria do Senador César Borges.

Desta maneira, vamos passar a palavra ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abasteci-

mento, Deputado Reinhold Stephanes. Com a palavra, o senhor--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente. É que nós temos vários requerimentos aqui... Ele vai falar só sobre a indústria cacaujeira?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Só.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – O assunto hoje é esse?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Os requerimentos foram aprovados para outras reuniões, todos eles.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Ah, está bom. Está ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Senador César Barros, autor do requerimento. César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa. ter me concedido a palavra, e eu quero saudar a presença entre nós do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, um Parlamentar, o Deputado Reinhold Stephanes. E gostaria até, inicialmente, Sr. Presidente, para desfazer qualquer mal entendido, dizer aqui pessoalmente ao Ministro Reinhold, que nós temos a maior consideração por ele, como Parlamentar, como homem que já prestou relevantes serviços ao país e que temos um reconhecimento pela sua competência... Isso não há a menor dúvida. Porque, na primeira audiência que nós solicitamos aqui nessa Casa, com relação a esse problema que aflige a milhares de produtores e também muito importante para a economia do Estado da Bahia, eu lamentei o fato de não termos a presença do Ministro, que não esteve aqui entre nós. E foi encaminhado, para representá-lo, um funcionário do Ministério da Agricultura, que é uma pessoa de terceiro escalão ou quarto escalão. E houve um protesto meu, que eu fiz e reafirmo, naquela oportunidade, pela ausência do Ministro, que nós queríamos ouvir muito o Ministro.

Eu estou procurando aqui o nome do assessor que esteve aqui. Doutor... Eu tenho o nome dele. Dr. Girabis Costa e Moura, que é Diretor da área de defesa sanitária vegetal do Ministério. Quando, na verdade, o que nós queremos é uma política que seja esclarecida, porque não é um Diretor de área que conhece a política para o setor cacaujeiro. É um setor que precisa do apoio apenas... Não apenas do Ministério da Agricultura, mas de toda a estrutura governamental. E nós sabemos que o Ministério da Agricultura tem limitações. Se não houver, não houver apoio do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, da Casa Civil, ou seja, o Governo comprar um Projeto

que, na Bahia foi noticiado pelo Governo do Estado, que estava em elaboração, que seria o chamado PAC CACAU, mais uma vez, ficaria toda a região na expectativa, na esperança de que o Governo estivesse se mobilizando para resolver um problema sério, seja de endividamento, seja de baixa produtividade, seja de desmantelamento do órgão principal de apoio para a cacauicultura, que é a CEPLAC. Até, hoje, há uma notícia que está no "Correio Brasiliense", eu me permitiria ler aqui: "Só problema: o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, paranaense, conseguiu irritar o seu colega da integração nacional, Gedell Vieira Lima e o Governador da Bahia, Jacques Wagner, tudo porque propôs o fim da Comissão executiva de plano da lavoura cacaujeira, CEPLAC. Hoje Wagner deve trazer o assunto para o Presidente Lula. Pelo visto, vai sobrar para o Presidente arbitrar mais essa, antes mesmo de completar três dias da sua volta para casa".

E eu quero dizer, Sr. Ministro, que se a situação é ruim com a CEPLAC, muito pior sem a CEPLAC. Em lugar de transformar a CEPLAC no órgão da centralizada do Ministério da agricultura, nós queremos reforçar a CEPLAC para que ela volte a ser o que ela foi no passado, fazendo não só pesquisa, mas tendo a capacidade de fazer a extensão e apoiar efetivamente o produtor. Então, acabar com a CEPLAC é como um tiro de misericórdia para a região.

Então, eu falo logo essa introdução porque há uma preocupação generalizada, temos aqui produtores, temos Prefeitos da região, que estão em polvorosa com essas notícias de que se pretende fazer da CEPLAC simplesmente mais um departamento ou não sei bem como se encaixaria na hierarquia do Ministério da Agricultura, perdendo mais ainda a sua capacidade de auxiliar na recuperação dessa lavoura tão importante para a Bahia.

Então, Sr. Presidente, como houve, pela imprensa da Bahia, dizendo que há um PAC para o cacau, que foi formado um grupo de trabalho que estava com um Projeto já pronto, esse Projeto estaria na mesa do Presidente Lula, precisando apenas que o Governo Federal aprovasse e o apoiasse de forma decidida. Foi noticiado pelo Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, Dr. Geraldo Simões, que o PAC do cacau terá recursos novos de dois bilhões e que a dívida de 700 a 800 milhões dos cacauicultores, existente em programas que não tiveram sucesso no passado, mas não por conta dos produtores, mas porque foi encaminhado dessa forma, de uma maneira incorreta, uma tecnologia incorreta, que fez o endividamento, se nós não resolvermos esses problemas rapidamente, essa cultura tende... Tende a desaparecer.

Eu queria dar um dado ao Sr. Ministro, que a produção prevista para a safra 2007/2008 é de 105 mil toneladas. Nós já produzimos 380 mil toneladas. As indústrias moageiras, que estão instaladas na cidade de Ilhéus, já pensam em fechar as suas portas porque, de exportador pleno que nós éramos, em função da instalação da região das indústrias, que vieram aproveitar o cacau de qualidade, de alta qualidade que se produz na Bahia, essas empresas tiveram que importar hoje. Estão importando, estão esmagando atualmente em torno de 220 mil toneladas. E, como nós só vamos produzir 105 mil, nós vamos pegar 115 mil toneladas na Indonésia, na Costa do Marfim e em Gana. Mas, se nós não tivermos uma produção mínima no Brasil para fazer uma mistura, porque o nosso cacau é de excelente qualidade e que é proveniente da Indonésia, não é, essas fábricas já falam até em fechar. Entretanto, eu fui procurado pelas empresas que têm uma associação, a indústria de... Que fazem o processamento do cacau, se não me engano, IPC, essas indústrias estão querendo até participar do esforço de recuperação da lavoura porque senão inviabiliza também a presença dessas indústrias aqui na Bahia, no Brasil. E elas estão com fábricas na África, na Europa, elas têm fábrica, podem fazer a exportação em grãos e nós perderemos essa atividade econômica.

Então, são preocupações bastante consistentes, substantivas e nós queríamos esperar; esperar agora ouvir uma palavra do Governo Federal, através do Sr. Ministro, que tem competência para isso, nessa Sessão, que pudesse trazer um alento, uma esperança para a região. Não apenas promessas, não apenas programas, mas, realmente, metas, projetos que tivessem início, meio e fim.

Eu agradeço que V.Exa. me deu essa oportunidade de colocar, eu que fui o autor do requerimento, essas questões iniciais, que eu faço aqui para o Ministro Reinhold Stephanes e, até pedindo desculpas se por acaso eu fui duro e o Ministro se sentiu talvez atingido, porque me ligou. Teve um diálogo comigo. Eu não tive a intenção de atingi-lo. Mas apenas solicitar que o Ministério da Agricultura pudesse vir ao Senado Federal, que representa as unidades da Federação, prestar os esclarecimentos com relação à questão tão importante, como é a recuperação da lavoura cacaueira no Estado da Bahia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, eminente Senador César Borges. Passamos, então, a palavra ao Ministro e Deputado Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Caro Presidente, Senador Neuto, meus Senadores, e minhas primeiras palavras evidentemente serão dirigidas ao

nosso Senador César Borges, até porque eu sou um admirador seu, eu conheço um pouco a sua história, conheço a sua história como Governador da Bahia e sempre ressaltar as suas qualidades. E o fato de eu ter lhe ligado foi apenas exatamente por esta liberdade e por essa admiração. Foi no sentido de dizer: “Olhe, Senador, eu sou também um Parlamentar, sou um homem público e eu estarei à sua disposição e à disposição do Senado, quantas vezes for necessário”. E o que houve foi uma... Um erro meu de entendimento sobre a minha necessidade, naquele momento, até de assessoria, se eu deveria estar aqui ou não naquele momento. Eu acho que o fato de o Senador ter sido um pouco duro, eu acho que também é a função, tem que defender a sua... A sua terra. Tem que defender os seus produtores lá. Eu acho isso correto. Eu apenas queria colocar a minha posição em relação a isso. Mas, hoje é com prazer que eu estou aqui. E acredito que eu tenha algumas respostas já a dar.

Eu não vou entrar na história toda o que aconteceu porque isso é mais do que conhecido. Eu vou apenas entrar naquilo que está sendo decidido. Eu, logo que eu assumi, tínhamos um grupo de trabalho, já fazendo estudos sobre uma possível recuperação da produção cacaueira da Bahia, e esse grupo apresentou um trabalho, mas, para mim, faltava uma série de respostas a isso porque o trabalho era muito dentro daquela idéia: “vamos reunir pessoas, vamos ouvir pessoas, vamos ouvir produtores, vamos ouvir os Prefeitos da região, vamos ouvir...” Enfim, se ouviu muita gente nesse processo, mas faltavam algumas informações que fossem mais técnicas, mais científicas, aquelas que pudessem nos dar uma maior garantia de decisão, já que nós vivíamos um pouco sob o fantasma de duas decisões anteriores que tinham sido tomadas e não foram decisões necessariamente corretas.

E as perguntas básicas que nós precisávamos responder eram primeiro: cacau é um bom negócio ou não é um bom negócio? Então, seria uma análise sobre o cacau no Brasil, sobre o cacau no mundo, sobre o preço do cacau, sobre o consumo, sobre o mercado, enfim, é saber até onde o cacau é um bom negócio. Essas análises, esses estudos foram feitos e nos trouxeram uma resposta positiva: Efetivamente há uma demanda crescente no mundo, de cacau, o preço do cacau está melhorando, a tendência é a manutenção ou a melhora desse preço. Portanto... E o Brasil é um grande importador de cacau. E nós teríamos mercado, capacidade de competir com a importação e teríamos mercado e até, eventualmente, no futuro, capacidade de competir também no mercado externo, exportando.

Então, quer dizer, essas perguntas, essas respostas a essas perguntas, nós precisávamos, e as

análises aí foram feitas e nos deram uma resposta positiva. Então, nós já podemos...

Bom, a outra resposta era se nós tínhamos capacidade de manejo em relação às doenças e, principalmente, aí, à “vassoura de bruxa”. Se nós, efetivamente, tínhamos essa capacidade, quer através de variedades mais resistentes, ou quer através do manejo em si. Então, nós também precisávamos de respostas muito técnicas e muito científicas em relação a isso. Eu disse: “Não, efetivamente nós temos garantia de que podemos, dentro das técnicas de manejo hoje existentes e dentro das variedades existentes, ou mesmo com as variedades não resistentes, como é que nós podemos realizar esse manejo e atingirmos... Quer dizer, convivemos com a doença e atingirmos produtividade que tenha que ser, no mínimo, entre 35, 30, 35 a 40 arrobas por hectare e podendo, eventualmente, chegar a 80, desde que tivéssemos uma... Em algumas regiões, com uma tecnologia e um manejo bastante adequados. Mas, que, a partir de um determinado patamar de produtividade, nós já estaríamos tornando a atividade lucrativa. Então, era essa a outra resposta que nós precisávamos dos órgãos científicos que tratam desta questão.

E isso demorou um pouquinho, até que nós tivéssemos mais segurança em relação a essas respostas, e já obtivemos respostas também positivas. Quer dizer, isso, então, nos fez concluir por uma resposta muito simples, mas muito importante, que era o seguinte: Produzir cacau é um bom negócio? Produzir cacau, no futuro, será um bom negócio? Sim, será um bom negócio. Pronto, então, essa é a resposta, em síntese, que nós precisávamos. É claro que, embasada, aí, com todas as informações. E essa resposta, felizmente, foi positiva.

A outra resposta que nós precisávamos era em relação a outras atividades que podiam ser consorciadas com o cacau. E, aí, é uma planta em relação ao cacau propriamente dito, consórcio, ao cacau propriamente dito, seria a seringueira, desde que evidentemente não se precisasse desmatar nada. Quer dizer, como é que a seringueira podia entrar nisso? E aí era a análise da questão da borracha. Como é que está o mercado da borracha no mundo? Como é que esse mercado está crescendo? Como é que seus preços estão evoluindo? Até onde isto também será um bom negócio? E, aí, se concluiu também que será não só um bom, mas será um ótimo negócio, quer dizer, então, nós havíamos encontrado já, pelo menos, duas plantas que poderiam ter uma solução muito boa.

A terceira se analisou a questão do dendê. Aí, já o dendê com plantações industriais, mas aí já numa outra área, quer dizer, também dentro da área de ca-

cau, mas, mais especificamente, mais ao Norte ali, num micro clima, mas uma área relativamente grande, mas aí nós acabamos encontrando um problema de excesso de acidez no óleo do dendê. Então, essa é uma questão que a EMBRAPA tem que resolver, quer dizer, se aí não tem solução para isso. Mas, aí, a pesquisa evidentemente vai encontrar as razões e, possivelmente, vai encontrar a solução mais para frente.

E tínhamos uma terceira questão, que era quanto ao endividamento. Quer dizer, o endividamento é alto. Nós sabemos que as razões desse endividamento diminuem, em muito, a culpa dos endividados. Mas, de qualquer forma, teria que se encontrar uma solução para isso, como também temos que encontrar novos recursos para o financiamento, já que são culturas que precisam ser plantadas, levam determinado tempo até se obter o rendimento. Ou seja, vai precisar de um prazo de carência bastante grande.

E, aí, também se concluiu, quer dizer, numa primeira decisão, que tem que ser uma decisão em nível de Governo, eu disse: “Bom, o Governo vai adotar a atitude de recuperar, dentro destas linhas, o cacau na Bahia? Aí, o Governo decidiu: “Vai”. Então, no momento, nós estamos na fase, quer dizer, de se tomar essa decisão final, tornar essa decisão pública. Ela ainda não está tornada pública. Isso é o Governo que vai tornar público. E aí, o Senador falou claramente: “Isso tem que ser encampado pelo Presidente, pela Casa Civil, tem que ser uma coisa de Governo, não é uma coisa do Ministério da Agricultura. E é lá que, no momento, estão as decisões. Mas, a gente já sabe que a decisão já está caminhando para uma decisão final e favorável, possivelmente, eu vou dizer aí talvez 30, 60 dias, 90 dias, não mais do que isso. E, à medida que essa decisão seja tomada, aí, é claro que algumas coisas terão que ser ajustadas no decorrer da implantação do programa. Uma é essa questão do endividamento e as novas formas de financiamento. Tudo isso já está dimensionado, as condições já estão colocadas, só que isso precisa se tornar operacional. E, talvez, algumas decisões, ainda secundárias, terão que ser tomadas. Mas, tudo isso, vamos dizer, já, se se toma a decisão maior de que efetivamente é importante, precisa ser feito, vai ser feito, as outras decisões acabam sendo tomadas e algumas ainda precisam de algumas análises mais específicas. Mas serão sempre análises, vamos dizer, secundárias dentro deste processo.

Então, eu acho que, em síntese, é esta a questão geral. Nós... Eu, pessoalmente, acredito muito nas... No futuro deste programa. Acredito muito no futuro daquela região. E, aí, entra, paralelamente, a discussão da CEPLAC. Quer dizer, eu tenho evitado discutir o termo CEPLAC para que uma coisa não contamine a outra.

Eu acho que o que nós interessa, nesse momento, é encontrar um plano de desenvolvimento para a região em termos de cacau, para a recuperação do cacau, aliada a outros produtos consorciados. Quer dizer, é isso que nos interessa fundamentalmente. E isso, na minha visão, com todo o respeito, neste momento, independe da CEPLAC e talvez até seja bom que independa da CEPLAC, nesse momento. Mas, como eu disse, eu não gostaria de polemizar e nem de tentar que uma coisa contamine a outra. Porque a CEPLAC, enfim, tem um tipo de enfoque e o desenvolvimento da região, no caso, dentro desse programa, dentro dessas decisões, tem um outro enfoque. Eu digo isso até pelas notícias que os sindicatos e as corporações estão soltando. Está claro qual é o enfoque da defesa da CEPLAC, qual é o enfoque da defesa do programa. E a verdade, eu não sei da onde surgiu, e aí posso deixar muito claro, não há absolutamente nenhuma divergência nem entre mim e o Governador e muito menos entre mim e o Gedell, muito pelo contrário, não sei. Mas isso faz parte da... Das notícias, faz parte das colocações.

Mas, em síntese, era mais ou menos isso, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Colocamos, então, vamos ouvir a eminente Senadora Serrano, Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar o Ministro Reinhold, dizer que sempre é uma alegria recebê-lo aqui na nossa Casa. E dizer que talvez um pouco da angústia de todos é porque nós sabemos a importância do seu Ministério para o país. É ali que o país realmente tem todos os insumos, é a matéria-prima, tudo aquilo que nós trabalhamos aqui, nessa grande e vasta região brasileira, de alguma forma, o seu Ministério está dando as cartas e, pelo menos, discutindo e tentando resolver os problemas.

Na linha do que o Senador César Borges colocou, Ministro, eu quero dizer que, embora minha região não seja uma região que planta cacau, mas essa é uma Casa Federativa, e eu quis ouvi-lo para conhecer um pouquinho mais dos problemas, não só... Quero conhecer não só os da minha região específica, do Centro-Oeste, mas de todo o país.

Mas, além disso, o Senador César Borges colocou algo que eu tenho visto como necessário. Eu acho que, se nós pudermos auxiliar V.Exa., auxiliar o seu Ministério, em cima de políticas específicas, como nós gostaríamos de ter, no meu Estado e na região Centro-Oeste e, principalmente, na região de fronteira, uma política efetiva para a região de fronteira, Ministro. É necessário não só trabalharmos com a questão da sanidade animal, de resolver os problemas à hora que

surgem, mas de termos uma visão prospectiva e, principalmente, uma visão de futuro da região para que... Não ficarmos sempre apagando incêndio. Até nos dois sentidos, até o incêndio propriamente dito.

Mas aqui, falando mais da sanidade animal, Ministro, como é... Como fazer para desenvolver a fronteira, de tal forma que nós não tenhamos sempre que ficar com o coração apertado porque nós vamos ter um problema de aftosa, por exemplo?

Será que se V.Exa. pensar e o Ministério pensar num Projeto e um programa de desenvolvimento, através de uma barreira vegetal, talvez aí a... Desenvolvermos ali uma plantação de pinos, eucalipto e apoiarmos depois, em outros Ministérios, conjuntamente com o MAPA, a questão da industrialização, de indústria moveleira, por exemplo? O que nós poderíamos fazer, e eu estou falando aqui especificamente de Mato Grosso do Sul, mas nós poderíamos falar de Mato Grosso, o Senador Jonas Pinheiro está aqui, políticas específicas, eu acho, Senador César Borges, aquilo que V.Exa. disse, de termos conhecimento de qual é a política, qual é o pensamento, para onde nós estamos caminhando e de que forma vamos caminhar, eu acho que nós estamos precisando muito neste país.

Eram essas as minhas colocações, Ministro, V.Exa. conhece muito bem o meu Estado, conhece os problemas que estamos vivenciando. Quem sabe, além de resolver os problemas, como V.Exa. está resolvendo e dando apoio que nós estamos precisando nesse momento, mas, quem sabe nós pudéssemos ter perspectiva de futuro, que hoje nós não temos?

Eram essas as minhas considerações e seja sempre bem-vindo à nossa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senadora Marisa Serrano. Ouviremos, então, em seguida, o eminente Senador Antônio Carlos Valadares, Senador pelo Estado de Sergipe.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, Sr. Ministro, Dr. Reinhold Stephanes, é um prazer participar desse debate com um Ministro que vem conduzindo o trabalho do seu Ministério com muita eficiência, com muita lucidez e com uma descrição sempre apropriada e específica da sua personalidade.

Eu gostaria de me referir ao problema das condições de trabalho dos empregados nas usinas de produção de álcool e açúcar, ou seja, nas usinas do Nordeste e nas usinas de São Paulo. O Presidente da República, que está fazendo uma viagem de contatos, que eu considero importante, com as economias da Europa, foi indagado, interpelado na Espanha justamente sobre este assunto, as condições desumanas dos trabalhadores. Ele teve até uma resposta, assim, que

provocou alguma surpresa, principalmente de alguns cientistas sociais aqui no Brasil, já que ele lembrou também as condições desumanas dos trabalhadores das usinas de carvão na Europa. E, como todo mundo sabe, as condições eram as menos adequadas possíveis para a sobrevivência dos trabalhadores.

E, então, aqui em São Paulo, por exemplo, o Governo exigiu condições mínimas de saúde e de segurança para os trabalhadores nas usinas. O Ministério Público e o próprio Ministério do Trabalho fizeram, é... visitas *in loco* em mais de 80 usinas. E essas duas instituições constataram, pessoalmente, que quase a totalidade das usinas na estava cumprindo religiosamente a determinação do Ministério do Trabalho e as exigências legais.

Ora, em face da aceleração do programa de produção de etanol para que se torne uma *commodity* importante, visando ao desenvolvimento do país e à substituição paulatina da energia proveniente do petróleo por energia renovável.

E eu gostaria de saber, o Ministério da Agricultura, que é um Ministério que acompanha o desenvolvimento e o progresso da atividade agrícola e tem interesse pela produção do etanol, se participa dessa preocupação do próprio Presidente da República, da Espanha, de outros países, onde, nas usinas, o trabalho é duro, o trabalhador é mal pago, não existe uma proteção adequada trabalhista e mora em péssimas condições, quer dizer, habitações inadequadas. Se V.Exa. compartilha com essa preocupação de todos nós? E o que o Ministério da Agricultura pode fazer, em interação com outros Ministérios, inclusive com o Ministério do Trabalho, no sentido de reduzir substancialmente essas injustiças sociais ocorridas no campo.

Eu apresentei um Projeto, Sr. Ministro, que já está na Comissão de Agricultura, esta semana, referente ao incentivo que o Governo deve conceder aos produtos orgânicos. Como nós sabemos, eles são livres de agrotóxicos e têm um consumo saudável e, sem dúvida alguma, o... O consumo de produtos orgânicos vai colaborar, vai contribuir para a saúde pública. Aliás, em supermercados, existem até seções hoje dedicadas à venda de produtos orgânicos.

Então, nós estamos mudando a lei que cuida da política agrícola, inserindo um dispositivo através do qual o Governo será obrigado a incentivar, através do financiamento específico, todos... Todas as atividades agrícolas voltadas para a produção de orgânicos.

Gostaria de saber, dentro do Ministério, qual o departamento, qual o órgão que cuida especialmente da substituição de produtos agrotóxicos por produtos orgânicos. Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Passamos, então, agradecendo a deferência do eminente Senador Antônio Carlos Valadares e passamos, então, para o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, sem sombra de dúvidas, a questão da agricultura no país é uma questão que afeta a todos os Estados brasileiros e acho que todos os Senadores aqui têm uma preocupação com a agricultura. A agricultura vem dando muito ao país. A Pauta de exportação superavitária é em função exatamente da exportação de produtos agrícolas e ninguém melhor do que V.Exa., que sabe da importância da agricultura e o próprio Ministro Reinhold Stephanes. Então, a preocupação de todos os Srs. Senadores em comentar seus assuntos de outras culturas, de outros Estados.

Entretanto, eu não posso perder essa oportunidade porque estão tratando aqui basicamente é a questão do cacau. Eu ouvi com muita atenção o Sr. Ministro e vi as suas ponderações. Eu na, verdade, Sr. Ministro, e a região queremos ouvir talvez um pouco mais de... De números, não é? Nós precisávamos estar sabendo um pouco mais, estar um pouco mais informados desse projeto que está em andamento porque houve a formação de um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho é... Está, me parece, com o trabalho já concluído. E esse trabalho, pelo que V.Exa. falou, deve estar agora na mesa do Presidente ou da Chefe da Casa Civil.

Agora, eu queria saber se há uma expectativa, se há uma proposta. Por exemplo, com relação à renegociação da dívida, qual é a proposta? Há uma proposta, dentro do resultado desse grupo de trabalho, para renegociar essa dívida de 800 milhões? E em que condições efetivas? Há uma proposta? Mesmo que ela não tenha sido ainda aprovada pelo Ministério da Fazenda, pelo Conselho Monetário Nacional? Porque o que houve foi, na verdade, um adiamento para o pagamento, uma decisão do Conselho Monetário Nacional, que colocou para janeiro, mas terá que ser pago em janeiro. Então, qual é a proposta com relação à negociação da dívida?

Com relação a esse projeto de recuperação, que valores estarão envolvidos, o Ministério da Agricultura e o grupo de trabalho que fez esse estudo, estão pretendendo investir quanto? Foi anunciado dois bilhões, mas também já se falaram em cinco bilhões. Quer dizer, nós não temos é... Uma informação concreta e confiável dos valores que estarão envolvidos para que possa ser discutido com a região. Então, o que é que o Ministério tem de concreto para essas, essas perguntas que estão solicitadas?

Há uma preocupação muito grande com relação à dívida passada porque os produtores entendem que os recursos disponibilizados não surtiram o efeito esperado. A doença não foi controlada. A produtividade continuou caindo. Alguns estão recorrendo à Justiça para dizer que a responsabilidade é do Governo Federal. É esse o pensamento do Ministério da Agricultura, do Governo? Porque essas ações estão tendo, inclusive, já decisões em 1ª Instância, responsabilizando o Governo Federal.

Para V.Exa. ter uma idéia, a medida que foi anunciada, da prorrogação da dívida para janeiro, da resolução do Conselho Monetário Nacional, não chegou ao Banco do Brasil e o Banco do Brasil colocou muitos produtores no SERASA, porque simplesmente não houve comunicação Do Banco Central para o Banco do Brasil e os produtores foram colocados como inadimplentes.

Uma outra preocupação muito grande que há na região, inclusive a Confederação Nacional da Agricultura está também encampando essa luta para várias culturas, mas com o cacau também a coisa, a questão é dramática, é com relação à produtividade, à produtividade, porque o INCRA está propondo uma revisão dos índices de produtividade para diversas culturas, usando como parâmetro um grau de eficiência de exploração. Para a cultura do cacau, essa Instrução Normativa nº. 11, do INCRA, propõe um índice de rendimento na ordem de 0,7 toneladas por hectare.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Setecentos quilos.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Setecentos quilos por hectare. Para V.Exa. ter uma idéia, esse rendimento nunca foi atingido, mesmo nos tempos áureos da produtividade da produção, não é? Então, conforme quer o INCRA, toda essa região estará passível da desapropriação porque será considerada improdutivo. Para V.Exa. se abismar um pouco mais ainda, para 2005, a produtividade foi de 0,33; 0,33. Em 90, foi 0,54, quer dizer, foi uma produção, em 1990, produção elevada. Agora, está em 0,33. Se o INCRA colocar esse índice, esse grau de eficiência de exploração para 0,70 toneladas, toda a região estará considerada improdutivo e poderá ser desapropriada, para fins sociais, pelo Governo Federal.

Então, veja V.Exa. o grau de perplexidade que nós estamos vivendo na região. V.Exa. Falou que respostas já foram dadas com a capacidade do cacau responder economicamente como um bom negócio, então, deu uma resposta positiva. Há capacidade de manejo? Há. A rota tecnológica da enxertia das espécies resistentes está comprovada. Nós precisamos agora de recursos

para efetivar. A diversificação, há dúvida, eu também tenho muita dúvida, eu sou da região e desde criança eu vejo falar em diversificar. mas o sustentáculo da região é a monocultura e, no momento do cacau e no momento em que ela tem problemas econômicos, toda a região sofre. É desemprego, as cidades deixam de crescer o setor terciário da economia, não há o comércio e o desenvolvimento e a região toda sofre.

Nós já tentamos, através da ação do Governo do Estado, levar a outras atividades econômicas, turismo, o setor educacional, celulose, mas ainda o cacau tem uma importância fundamental dessa região cacaueira, que afeta de 93 municípios.

V.Exa. falou um prazo que eu gostaria, se possível, claro, ter um pouco mais de clareza. Falou em 30, 60 ou 90 dias. Então...Porque eu vou anotar esse prazo, Ministro, só quero lhe dizer, e vamos estar, porque é o nosso papel, é a nossa obrigação perante a população da região, para cobrar uma posição definida do Governo. E eu acho que todos estão prontos aqui a colaborar, sentar, conversar com o Governo. Agora, precisamos de uma resposta e, quanto mais rápida, evidentemente que melhor.

E dizer a V.Exa. que eu acho muito difícil você desassociar a questão da CEPLAC para uma solução. Pode ter uma questão corporativa dos funcionários da CEPLAC, mas a CEPLAC é aquela entidade que hoje tem ali um acervo do conhecimento tecnológico, técnico, da convivência com os produtores rurais, tem uma experiência, não só na pesquisa, mas também na extensão. E que, lamentavelmente, não pode atuar como deveria e como gostaria, como foi no passado, pela falta simplesmente de recursos, verbas. Falta absoluta de recursos.

Hoje, o extensionista da CEPLAC não tem gasolina para visitar uma fazenda, não tem viaturas. O extensionista da CEPLAC não tem capacidade, por exemplo, de se auto-custear para fazer a extensão, que é necessário. Então, fica limitado, aí se diz: "Bom, o órgão não está atendendo às expectativas da região".

Então, eu acho muito difícil desassociar. A CEPLAC é a atividade fim; quando o programa estiver delineado, os recursos alocados, quem vai dar o apoio tecnológico e de manejo, quem vai estar presente e, foi assim no passado, e quando nós tivemos êxito de elevar a produção para 380 mil toneladas, passamos a ser o segundo maior produtor de cacau do mundo, hoje estamos em quinta posição, foi através da participação da CEPLAC. Quando ela foi criada originalmente, era uma autarquia especial onde os produtores contribuíam com 10% de tudo o que era exportado e fazíamos com satisfação e alegria porque sabíamos do papel da CEPLAC.

Agora, se o Governo errou, o Governo passado, não estou falando desse Governo, de tentar institucionalizar equivocadamente, de levar a burocracia para dentro da CEPLAC, de torná-la dependente de verbas do Governo, que nunca chegam. Então, você está matando a CEPLAC por inanição. Ela precisa de recursos para ser revitalizada. Ela foi retirada de setores que ela participava, muito importantes na região, como educação. Até a manutenção de rodovias vicinais e outras participações, ela hoje está no extensionismo. Se não tiver extensão para divulgar a tecnologia e qualificar cada vez mais o nosso trabalhador, os nossos produtores, dificilmente nós vamos alcançar sucesso. A questão não é meramente financeira.

Então, por isso que eu digo que é essencial resolver os problemas institucionais da CEPLAC, dar segurança ao seu corpo técnico, aos seus trabalhadores para que ela possa fazer um belo trabalho que era feito no passado.

Então, recuperar, não simplesmente extinguir. Eu tenho visto essa política e não é desse Governo, a SUDENE, extinguiram, porque disseram: “Não, ela não cumpre mais o seu papel”. Quer dizer, em lugar de se procurar revitalizar o órgão, corrigir os desvios, colocar no caminho certo, prestigiar, se extingue. E aí ficamos sem nada na região.

Então, é essa situação que eu queria expor para os Ministros para esperar alguma resposta mais objetiva. Se V.Exa. Não as tem ainda, nós ficaremos no aguardo. Mas, eu gostaria de não perder essa oportunidade da sua presença aqui, não quero colocá-lo em condições difíceis. Sei que esses assuntos, muitas vezes, são de elaboração complexa. Mas, eu gostaria de saber se V.Exa. poderia dizer esses números, não é? Como é o processo da renegociação? Se já há um caminho. Quantos recursos estariam alocados para o refinanciamento? E comentar um pouco mais a questão da CEPLAC porque a inquietação hoje é muito grande, na região, com as notícias que lamentavelmente estão sendo veiculadas de que a CEPLAC caminha para a sua extinção ou institucionalização dentro do arcabouço do Ministério da Agricultura, como um Departamento ou coisa que o valha.

Eu agradeço, Sr. Presidente, são essas as minhas indagações. E eu ficaria extremamente satisfeito também se o Ministro pudesse esclarecê-las.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra... Nós vamos deixar o Ministro para responder o final. Então, vamos ouvir a eminente Senadora, pelo Estado de Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Muito obrigada, Presidente. Quero cumprimentar nosso Mi-

nistro Reinhold Stephanes. É sempre um prazer poder encontrá-lo. Quero aqui dar o meu testemunho do seu empenho, da sua boa vontade, do seu conhecimento, da sua determinação em colaborar e fazer o seu papel de Ministro de Estado, em defesa do agronegócio brasileiro.

Eu sinto, com toda a franqueza e sinceridade, que o senhor o faz com muita legitimidade e convicção, apesar das dificuldades, das grandes barreiras que tem encontrado no Governo Lula, mas, se servir de consolo, o senhor saiba que o senhor não foi... Não é o único Ministro a sofrer com essas barreiras. Roberto Rodrigues poderá lhe contar muitas grandes histórias.

Ministro, a questão do cacau, eu gostaria de começar por um ponto bastante interessante. Em 1990, o cacau no Brasil produzia 0,54 toneladas por hectare. No seu pico máximo de produção, quando nós exportávamos 120 mil toneladas/ano, quando nós produzíamos 380 toneladas/ano, quando nós importávamos apenas cinco mil toneladas/ano de cacau *in natura*.

Então, o Brasil conseguia, Senadores e Senadoras, produzir 0,54 toneladas por hectare. Hoje, depois das crises, depois de todo o abalo que o setor cacauero teve no Brasil, produzindo agora em torno de 100, 90 toneladas/ano, é... Exportando de 120 mil a mil toneladas/ano. E esse importador de cinco mil toneladas de cacau *in natura* em 95, hoje importa 85 mil toneladas/ano.

Esse setor que sofreu esse abalo tremendo por conta de recomendações, principalmente recomendações técnicas indevidas, pela CEPLAC. O Governo hoje propõe um índice de produtividade, uma mudança nos índices de produtividade de todo o setor rural brasileiro. E impõe um índice muito interessante para o cacau.

Então, se lá atrás nós produzíamos 0,54 toneladas/ano, por hectare, hoje, com essa crise toda, nós estamos produzindo 0,33 e isso é um dado do IBGE, que a Confederação Nacional da Agricultura não acredita, duvida. Acha que é menos do que isso. Acha que é menos do que 0,33. Mas, vamos considerar que seja 0,33 que nós estamos produzindo hoje, toneladas por hectare. Os índices propostos pelo Governo, Senador César Borges são de 0,70. É maior do que 1990, onde nós estávamos no pico do cacau. Então, é inacreditável a sensibilidade que determinados Ministérios e Ministros, como da Reforma Agrária, podem e tem a condição de apresentar, parece uma piada, a um setor tão sofrido como o setor do cacau.

Mas, fica difícil, Senador César Borges, nós falarmos do endividamento do cacau sem falar dos demais endividamentos no país. Nós sabemos que o endividamento do cacau está em torno de 700 a 800 milhões

de reais e existe uma proposta, a longo prazo, com um período de carência, para que os produtores possam, então, quitar as suas dívidas.

Nós sabemos, tenho informação da bancada ruralista na Câmara, que o Governo, Ministério da Fazenda, a Casa Civil, Planejamento, não se mostrou sensível à proposta dos Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara para uma solução de todo o endividamento rural brasileiro, esse estoque da dívida. E eu tenho muita preocupação em colocar isso verbalmente porque normalmente, às vezes, a imprensa, por falta de às vezes conhecimento e muita afinidade e convivência com o setor, às vezes erra sem querer. Às vezes, por uma má colocação de nós Senadores e Deputados que defendemos esse setor ou pelas próprias entidades de classe que, às vezes, verbalizam mal essa situação. Então, por vezes a sociedade lê nos jornais que o endividamento rural brasileiro é 130 bilhões de reais, que os produtores devem 130 bilhões de reais e isso, de certa forma, essa leitura a sociedade faz como se nós estivéssemos pedindo ao Governo que ele solucionasse e equalizasse 130 bilhões de reais. Isso não é verdade. Isso é o estoque da dívida. Tanto a dívida vencida como a dívida adimplente; a dívida total do Brasil, que as garantias reais dos produtores rurais, as suas propriedades, enfim, os seus imóveis rurais, o seu equipamento, máquinas, às vezes até gado, estão todos penhorados nessa dívida. São dívidas que, inclusive, têm uma garantia muito a mais do que deveriam ter. O senhor é um parceiro dessa idéia de que nós deveríamos reduzir as garantias do estoque da dívida porque parte, grande parte dela foi paga e as propriedades rurais, com o longo do tempo e a aplicação de tecnologia, elas também valorizaram. E o Governo sequer se interessa em discutir esse tema, em livrar as garantias dos produtores porque aumentaria a sua capacidade de endividamento e eles poderiam ter, então, acesso ao crédito dos Bancos Oficiais ou Bancos privados e até mesmo das *trades* e dos grandes fornecedores.

Então, quando nós falamos em 130 bilhões de reais, eu repito, e a imprensa para nós é muito importante na divulgação desses dados, tem sido muito importante para esclarecer a população a respeito desses assuntos e de outros, que essa dívida não é o que nós estamos solicitando de equalização do Governo. Esse é o montante dessa dívida. E desses 130 bilhões, nós estamos falando em torno de 50 a 60 bilhões, que é o pedido da renegociação, que diminui ainda mais, sobremaneira a equalização que o Governo tem que fazer.

Nós estamos falando de justiça. Quem é, neste país, que não sabe as consequências da questão do

dólar, da variação do dólar. Jonas Pinheiro, Senador Jonas Pinheiro, que é um craque nessa matéria, quem é que não sabe que ficou enormemente comprometida a capacidade de pagamento da securitização das parcelas, da securitização e do PESA de 2006 e 2007. É público, claro e notório. Tão público e notório que, graças à sua ajuda, Ministro, graças à sua luta, nós conseguimos prorrogar as parcelas de custeio e de investimento.

Então, se eu sou um produtor rural que tem uma margem de lucro bastante pequena, se eu não conseguir pagar o custeio do ano, se eu não conseguir pagar a parcela do investimento do ano, como é que eu vou conseguir pagar a parcela de PESA e securitização e demais dívidas do passado, que foram alongadas neste período? Então, se eu não consigo pagar o do ano, muito menos o do passado.

Então, essa visão é tão simplista. A gente sabe da dificuldade do Governo, a gente sabe que todo o Governo tem menos dinheiro do que a demanda exige. Não vamos aqui tampar os olhos com a peneira. Mas, quando se tem menos dinheiro diante de tantas demandas, nós temos que ter prioridade. Nós temos que ter prioridade.

Nós estamos falando de um setor aqui que não é mais patrimônio dos produtores rurais. Um setor que emprega 1/3 da população, um setor que exporta 1/3 do que é exportado e um setor que é responsável por 1/3 do que é produzido internamente no país, do PIB, não é o setor mais do que os produtores rurais. Eu acho que é um setor que é de toda a sociedade brasileira, que deve ser tratado como questões de Estado. Porque esses três indicadores são brutais, se eles estiverem uma queda para a economia nacional, com reflexo em todos os Municípios do interior deste país, que vivem em função de, que vivem em função do agronegócio brasileiro.

E o cacau é um dos mais injustiçados do país. A gente não quer aqui, como o Ministro falou, ficar achando culpados. Aconteceu, aconteceu. Vamos resolver para frente. Porque pode ter havido um erro na recomendação, mas a CEPLAC também contribuiu muito, em muitos momentos. E errou nessa recomendação, mas vamos andar para frente. Eu acho que esses produtores não podem pagar este preço, a lavoura cacauera.

Agora, Senador César Borges, que é autor do requerimento, o que a gente tem que perguntar ao Governo brasileiro: Qual o interesse que ele tem no cacau? Porque, no produtor rural, eu tenho certeza que ele não tem interesse nenhum. Ele não tem interesse nenhum, absolutamente. Ele quer que a agricultura vá bem, como ela vai, mas não quer saber se o agricultor

brasileiro está bem ou mal. Hoje nós estamos, infelizmente, com o produtor mal e, felizmente, com o agronegócio bem. As coisas não estão casadas. E, numa circunstância dessas, a gente não pode projetar um bom futuro para o país, aonde o grande instrumento desse bom agronegócio vai mal.

Ainda hoje, tem um artigo muito interessante no “Estadão”, e eu gostaria, Ministro, de recomendá-lo: A inflação nos alimentos. Dá para acreditar? Quer dizer, todo o discurso de todos os demais segmentos dizem que está havendo um aumento na demanda de alimentos, por isso que ele está encarecendo, que a questão do biocombustível, nos Estados Unidos, onde está substituindo o milho, levando o milho para o etanol e substituindo outras lavouras por milho para a produção de etanol pode ser o grande responsável, e não é verdade. Esse artigo aqui é muito próprio. O grande responsável pelo aumento dos alimentos na prateleira do supermercado, das mercearias do país é a questão do aumento do custo de produção e, especialmente, dos fertilizantes, que chegou a haver um aumento de 60%.

Como é que um cristão pode plantar uma safra com os mesmos preços do passado se ele tem que comprar o fertilizante com 60% a mais do que do passado? Do que da safra anterior? Então, os fertilizantes, eu não quero aqui ser leviana e fazer acusações infundadas, por isso, a Confederação Nacional da Agricultura está fazendo um estudo bastante aprofundado e vamos, proximamente, marcar audiência com V.Exa., Ministro, para discutirmos esse assunto, onde nós estamos indo fundo na questão da produção de fertilizantes, de todos os seus componentes químicos porque nós queremos entender esse aumento abusivo de preços. Antes de fazermos uma denúncia no CADE de formação de cartel.

Então, nós estamos preparando todo esse material para não sermos levianos, que não é o caso da CNA, que a CNA trabalha em cima de bastantes números e dados, para que a gente possa, então, encontrar um caminho e uma solução.

Então, eu quero aqui, Ministro, fazer coro com os meus colegas Senadores com relação a esse endividamento.

O senhor se lembra muito bem que quando, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi proposta a securitização e o PESA, 20 anos de pagamento, a safra aumentou enormemente, sem aumentar, inclusive, a área plantada, sem quase nenhum palmo de desmatamento. Apenas porque deu fôlego aos produtores, eles puderam recuperar os seus parques de máquinas, que estavam todos obsoletos e utilizar melhor a tecnologia.

Então, com uma ação dessa natureza, nós conseguimos elevar enormemente, não me lembro aqui os percentuais, desde a securitização, o senhor sabe muito melhor do que eu, da securitização até aqui, o resultado positivo que esse agronegócio respondeu quando foi socorrido pelo Governo. Que, na realidade, não foi um socorro para os produtores rurais, não foi um reconhecimento da dívida, foi muito mais por conto dos acordos de Basiléia, que os nossos bancos não estavam cumprindo, então, para solucionar a vida dos bancos, o produtor pegou uma carona e recebeu a securitização e o PESA.

Então, Ministro, eu quero aqui reiterar o apoio não só meu, como Senadora, mas da CNA, da Confederação Nacional da Agricultura, a proposta da bancada ruralista na Câmara com relação ao endividamento rural. Não é possível que o Governo não vá ouvir V.Exa. sobre essas questões. As questões pontuais, graves das crises desses dois anos, principalmente. A questão do FUNCAFÉ, que não é diferente, do cacau, que nós acabamos de falar neste momento.

E aqui fico muito entristecida com o rumo que está tomando o nosso Brasil, com relação ao enfraquecimento da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico, desimportância da engenharia genética, componentes ideológicos, que eu sei que o senhor está lutando como um leão lá no Conselho Nacional de Biossegurança, contra as ações de Ministérios. É um Brasil que tem dois Brasis, dois Brasis, dentro da mesma equipe de Governo: tem o Brasil do Reinhold Stephanes e tem um Brasil, que é da Marina Silva, que é lá da Reforma Agrária. Então, fica esses dois Brasis brigando dentro de um mesmo Governo.

Então, eu entendo as suas dificuldades e quero aqui, de público, agradecer a sua atuação no Conselho Nacional de Biossegurança com relação às investidas desses Ministérios, que são ideologicamente contra a engenharia genética, que são contra os transgênicos e o senhor tem vencido e venceu duas paradas muito importantes ultimamente nesse Conselho de Biossegurança, inclusive com o apoio da Dilma Rousseff, quero aqui reconhecer que ela foi bastante firme e corajosa ao lhe apoiar naquelas duas questões a que me refiro.

Então, Ministro, isso nos preocupa bastante. Pesquisa, desenvolvimento tecnológico cada dia menor, recursos parcos, a nossa EMBRAPA enfraquecida, os CEPLACs da vida, por esse Brasil afora, todos enfraquecidos. Não existe a disposição de firmar essa questão do desenvolvimento intelectual do país, de tecnologias novas que nós possamos estar usando. O que nós estamos usando hoje de transgênico é como se fosse um Fusca. O que nós usamos aqui, lá na Europa, já estamos na Mercedes e nós estamos comemorando

a aprovação de transgênico Fusca ainda. Quer dizer, isso é vergonhoso para nós todos, nós recusarmos de apoiar e de estarmos juntos com o desenvolvimento e o progresso do país.

E, para encerrar, Presidente, eu gostaria apenas de fazer um comentário a respeito do Senador Antônio Carlos Valadares, da sua manifestação. Ele, que é um Senador que tem atuado muito nas condições do trabalho, no Brasil como um todo, e eu acho que essa preocupação e essa bandeira são hoje de todos os partidos. Ninguém hoje mais, nenhum partido nesse país tem a prerrogativa de uma categoria ou outra. Hoje todos os partidos, no país, têm uma noção clara, uma visão ampla do Brasil, do que é importante para esse país, é o emprego, é a habitação, é o crescimento tecnológico, enfim, todas as bandeiras são muito parecidas e eu acho que isso é uma unanimidade importante que o Brasil está conquistando. Então, não há mais essa bandeira de um partido só.

Com relação a essa questão específica que ele falou sobre o trabalho nas usinas. Ainda hoje à noite um grupo de Senadores que eu faço parte como Relatora, nós vamos fazer uma Comissão externa na PAGRISA, no Pará. Vamos fazer esse trabalho amanhã o dia todo. É um requerimento do Senador Flexa Ribeiro e meu requerimento, em conjunto. Eu sou a Relatora, Senador Jarbas Vasconcelos é o Presidente dessa Comissão externa, onde estão indo vários Senadores como Romeu Tuma, Sibá Machado, já está confirmado. Enfim, Senadores de todos os partidos, de todos os segmentos. Uma Comissão muito plural e eu estou bastante ansiosa e entusiasmada com essa visita. Entusiasmada não porque eu queira chegar lá e ficar de um lado ou de outro; eu, a minha intenção quando fiz esse requerimento junto com o Senador Flexa Ribeiro foi justamente para que a gente possa normatizar essa situação no país. Não é mais possível que lá fora tenha esse tipo de comentários que foi feito agora há pouco pelo Presidente da República, com relação ao trabalho escravo e às condições ruins de trabalho no Brasil.

Eu quero só apenas lembrar ao Senador Antônio Carlos Valadares que nós temos uma das legislações mais rigorosas do mundo, recomendada pela OIT, que tem 186 países membros e que apenas nove aderiram à sua recomendação, tamanha, tamanho rigor que a nº. R31 impõe ao trabalho no Brasil.

Nós não somos responsáveis de que no Brasil não tenha uma fiscalização adequada. Nós não compactuamos com, eu acho que nenhum Senador da república, compactuou também qualquer cidadão brasileiro pode compactuar com a situação degradante no trabalho, em qualquer que seja, que seja no campo, que seja

nas fábricas, em qualquer lugar do mundo, eu acho que isso também é uma grande unanimidade.

O que nós não podemos confundir, Sr. Ministro, e é isso que nós queremos ver na PAGRISA, no Pará, amanhã, é o que ocorreu lá. Em princípio, um auditor fiscal que provocou a demissão de 1200 trabalhadores de carteira assinada, que tinham participação nos lucros da empresa, que, em tese, é o primeiro ponto de uma atuação incisiva, é a não tolerância com relação à carteira assinada, que eu concordo em gênero, número e grau. Não existe hoje ninguém nesse país que não saiba que a carteira do trabalhador tem que ser assinada e os seus direitos garantidos.

Mas, uma empresa que tinha praticamente 100% dos seus trabalhadores com carteira assinada e que dava participação nos lucros, nós queremos, de fato, ir ver o que aconteceu *in locu*. Se a empresa estava, fora essa questão da legislação, se ela estava dando condições ou não aos seus trabalhadores.

O que nós não podemos confundir são direitos trabalhistas com questões físicas e de alojamento, transferindo isso para o trabalho escravo. A falta de definição que nós temos no país do que é degradante e do que é escravo é que está causando essas dificuldades. Eu não conheço o dono da PAGRISA, nunca fui apresentada. Nunca falei com ele pelo telefone. Nós vamos usar a usina dele porque foi um caso recente e nós não estamos indo lá para defender esse específico empresário. Nós queremos é, como disse o Sibá Machado outro dia, o Senador, achei uma frase muito interessante, ele disse: “Não adianta libertar e desempregar”. Nós temos é que achar uma composição com o patrão e os trabalhadores de que sejam corrigidas distorções. Se o alojamento não está adequado, que haja a correção imediata. Se a alimentação não está certa, que ela seja corrigida imediatamente, com prazos rígidos, fortes. Mas não comemorar como uma vitória o desemprego de 1200 pais de família e mães de família.

Então, eu estou entusiasmada com essa visita e, assim que chegar, eu pretendo relatar a V.Exa., pessoalmente, no seu gabinete, junto com os demais Senadores, essa visita até lá.

Então, encerro as minhas palavras, Sr. Ministro, mais uma vez agradecendo pela sua participação e ao Presidente da Comissão pela paciência em me ouvir. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Como não tem mais oradores inscritos, gostaria, Sr. Ministro, de que, somando, nesse trabalho importante que o Senador César Borges faz em defesa do seu Estado e da cultura do seu Estado, que a Comissão,

ela está empenhada e junto para que o Brasil como um todo, tenha as respostas que os seus condutores, na vida pública principalmente, têm que dar para a sua sociedade e, principalmente, nas suas bases.

Esta Comissão que está programando, Sr. Ministro, um seminário, talvez de uma semana, para ouvirmos autoridades de todos os segmentos da atividade rural do país e, principalmente, também do agronegócio, da agroindústria, e que temos com a terra, um componente extraordinário, com o clima, com a água, com o sol, com a tecnologia e, sabendo também dos avanços das culturas, principalmente da fruticultura, que quer mais espaço; do algodão, que precisa de mais espaço; da cana-de-açúcar, que já debatemos com V.Exa. aqui nesta Casa sobre os espaços que ela precisa para abastecer até em 10% do álcool, para serem misturados com os combustíveis do mundo inteiro. E, certamente, mantendo as culturas e ampliando as tradicionais, como o arroz, o feijão, o trigo, o café, a soja. E nós sabemos quanta terra possuímos.

Hoje, temos talvez 90 milhões de hectares de terras no cerrado e no Nordeste, que poderão ser, de uma ou outra forma, aproveitados. Sabemos que a nossa pecuária tem muita terra degradada e muito mal utilizada, talvez uns 30 milhões de hectares. Sabemos que temos outros, outros espaços e sabemos que temos também que buscar uma solução para além do meio ambiente. Uma discussão mais profunda, principalmente, regionalizando, porque não é igual para todo o Brasil. Nós temos uma legislação. A pequena propriedade praticamente, com a legislação atual, ela não tem mais terra para trabalhar. E, quando a grande propriedade, ela tem condição de cumprir as suas exigências, por isso tudo, nós devemos trabalhar muito para buscar um mapeamento e uma legislação segura para que ela tenha realmente um meio ambiente que sirva ao homem como patrimônio maior da nossa Pátria. E a isso que nós atendemos.

Quero já prontamente agradecer, o senhor apresenta as informações, a disposição permanente a essa Secretaria, a esta Comissão. E dizer, Sr. Ministro, que estamos aqui como parceiros para encontrar caminhos e soluções para este tão importante segmento da economia do Brasil e da nossa sociedade. Por isso eu quero passar a palavra a V.Exa.--

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eminentíssimo Deputado Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, apesar do assunto ter praticamente esgotado, mas eu não poderia deixar de passar essa oportu-

nidade para agradecer o Ministro Reinhold Stephanes pelo que ele está fazendo pela agricultura, pelo agronegócio brasileiro. V.Exa. é conhecedor de alguma desconfiança, de alguma desconfiança que se tinha, quando V.Exa. foi escolhido Ministro da Agricultura. Entretanto, pacientemente, com a sua competência, V.Exa. conseguiu avançar nas negociações da agricultura brasileira. Eu acho que indo por esse passo, Sr. Ministro, nós vamos longe.

Agora, a Senadora Kátia Abreu, ela discorreu sobre os nossos problemas mais profundos. E só queremos que o senhor continue como parceiro, nessa área de negociação das nossas dívidas, que hoje é o grande impasse que nós temos: são 130 bilhões de reais que V.Exa. sabe que não é dívida que o agricultor contraiu, mas que ele leva na conta dele hoje. Portanto, temos que aliviar o produtor, que ele quer pagar a conta, ele quer continuar trabalhando para pagar essa conta. Por isso eu não poderia deixar essa oportunidade de, conhecendo a sua ação, o seu trabalho, o seu comportamento no Ministério da Agricultura, tem nos dado a certeza de que vamos avançar. Por outro lado, eu só tenho uma preocupação: é com essa instrução normativa nº. 11; essa, para nós, é muito preocupante porque ela é do Ministério, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra, e se ela for estabelecida, como faz três anos que há esta luta de se ela vai ser implantada ou não, ao ser implantada, com certeza, nós vamos ter problema muito sério de desapropriação, nas propriedades. Que essa instrução, ela não respeita intempéries, não respeita nada; ela não quer saber por que é que ocasionou o cacau da Bahia ter uma produtividade tão baixa; só quer saber que tem que ter 700 quilos de produtividade por hectare e não tem. E, não tendo, evidentemente, essas áreas dos cacauicultores estarão todas elas com disponibilidade de serem desapropriadas.

Então, um dos aborrecimentos do Ministro Roberto Rodrigues foi exatamente em função dessa exposição de motivos dessa instrução normativa, que queria que ele assinasse essa portaria para que fosse efetivada. A única pergunta que eu faço é essa: Como é que V.Exa., como Ministro da Agricultura, está vendo essa instrução normativa e em que passo que ela já avançou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado. Agradeço as palavras do Senador Jonas Pinheiro e passamos, então, a palavra para as respostas de todas as indagações dos senhores Senadores, aos... Ao Ministro da Agricultura e Pecuária do nosso Brasil.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Inicialmente, evidente tenho que agradecer tanto à Senadora

Marisa Serrano, à Kátia Abreu, Senador César Borges e também ao nosso querido amigo Jonas Pinheiro, o Senador Jonas Pinheiro, pelo carinho, pelo incentivo e pelas palavras. Mas eu gostaria de começar para poder ter a possibilidade de uma colocação mais genérica, respondendo à Senadora Kátia Abreu. E eu vou começar ressaltando, porque eu acho que é importante isso, sempre repeti isso, efetivamente, a agricultura brasileira, ela é extraordinária. É impressionante a resposta que ela vem dando através da história, é um setor que cresce, apesar de todos os problemas, 5% ao ano, historicamente. Hoje, um setor que é líder mundial na exportação de carnes, líder mundial na exportação de grãos, líder mundial na exportação de agroenergia. E se firma, cada vez mais, nessa posição. Este ano, já estamos crescendo mais 20% nas nossas exportações, sem criar nenhum desabastecimento interno. E, quando a Senadora Kátia falou que a agricultura exporta 1/3, mas, em compensação ela gera 94% do saldo de divisas brasileiro, o que é extraordinário, mesmo em momentos que havia problemas no Brasil, no balanço de pagamento, a agricultura continuava gerando saldos altamente positivos.

Então, a agricultura... E quando a gente sai por esse Brasil afora, eu fiz duas viagens agora para o Mato Grosso, faço... Fui Secretário de Agricultura do Paraná, fui Secretário de Planejamento, nos últimos anos, no Paraná, quer dizer, vim de um Estado produtor, quando a gente sai por esse Brasil, eu estive no Rio Grande agora também, é impressionante o que representa essa nova agricultura, a força, a pujança. E aquilo que a Kátia falou, e isso tem que ser sentido por todos, quando a agricultura vai bem, não há crise no interior do Brasil; todo mundo está empregado; falta gente; comércio está vendendo; os bares estão vendendo; restaurantes estão vendendo, enfim... A riqueza efetivamente gera no interior, então, a gente tem que primeiro ter um pouco melhor essa noção do que representa a agricultura no Brasil, a importância da agricultura, porque nem sempre nós que vivemos a nossa vida urbana temos capacidade de enxergar a capacidade de ver isso.

A questão básica que a Senadora Kátia levantou foi a questão do endividamento rural. Aí também, abrindo um parêntese, antes de tratar especificamente do assunto, se nós analisarmos toda a história do nosso agricultor, a sua forma de pagar, o seu comportamento, nós vamos observar claramente que a agricultura, quando pode, ela paga. Como ela teve uma boa safra, essa última boa safra, 95% dos agricultores estavam em dia com o pagamento do custeio. Eles pagam. O agricultor não gosta de ficar devendo; ele gosta, efetivamente, de pagar.

Quando houve as renegociações anteriores e tivemos duas safras boas, nós não tivemos problema de endividamento; eles estavam pagando. Agora, tivemos duas frustrações de safras, logo em seguida, aí, o problema surge. E como nós não temos nenhuma política anticíclica, porque o seguro rural atinge 3% a produção. Não existe seguro rural no Brasil, agora, esse ano vai partir para 10%, mas era a três, quer dizer, uma política anticíclica está se estruturando, mas, no momento, nós ainda não a temos e nem a tínhamos no passado.

Então, quando você analisa as razões do endividamento que existe, efetivamente é uma questão complexa, é uma questão difícil e o agricultor, depois que entra num endividamento, ele tem muita dificuldade de sair do endividamento. Mas, de qualquer forma, eu estou otimista, aí um pouco diferente do que a Senadora Kátia colocou, eu ainda estou otimista de que nós vamos avançar, nós procuramos estabelecer essa negociação em três momentos: o primeiro momento foi em dar uma melhor possibilidade, uma melhor tranquilidade para que se pudesse plantar, que eu acho que a gente atingiu esse objetivo, demorou um pouco, as decisões já tinham sido tomadas, em 11 de julho, até que as coisas chegassem na ponta, no banco, com instruções efetivamente, e se tornassem operacionais, está acontecendo praticamente de ontem para hoje, quer dizer, levou-se efetivamente muito tempo, tivemos muitos problemas nesse meio do caminho, embora tenhamos tomado as decisões em tempo adequado e agora nós partimos para uma segunda fase de negociação.

Eu inclusive, ontem, me dispus a mesmo que a Comissão da agricultura venha a provar o Projeto elaborado pela Comissão da Agricultura, nós vamos continuar mantendo o entendimento, vamos continuar, e eu não gosto de usar aqui, deixar muito claro, essa palavra negociação. Porque eu acho que, quando nós estamos tratando da dívida da agricultura, nós não estamos tratando de um negócio, nós não estamos negociando nada; nós estamos procurando analisar o perfil da dívida, estamos procurando analisar cada bloco de dívida que existe, e essa a dívida vem desde 90 e por várias razões; cada um deles ir ver qual é a melhor solução para estruturar essa dívida a longo prazo, de forma que ela seja efetivamente exequível.

Então, é isso que está se fazendo, é um assunto em cima de dados, é um assunto em cima de informações, é um assunto em cima de renda de produtor, de capacidade de pagamento, de perfil da dívida e não aquela idéia, “não, estamos negociando porque há pressão, não há pressão”, não, não é este o sentido. E não é esse, é a forma de que a Comissão que, da

qual eu participo, o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil, o Ministério da Agricultura, a Comissão de Agricultura do Senado e da Câmara e representantes de produtores, tem se comportado efetivamente dessa forma. Embora, eu concorde que, quanto à classe política, que convive mais o dia-a-dia junto, no interior, está com uma ansiedade muito grande para encontrar respostas mais rápidas, mas eu também sei que nós temos um processo a enfrentar e eu, ontem, fiz essa colocação, eu espero que, até o final do ano, nós tenhamos, efetivamente, essa estrutura, essa estruturação pronta.

Quer dizer, nós não podemos passar deste final de ano em relação a isso. Mas eu, eu tenho esperança de que nós vamos, efetivamente, caminhar. E claro, informando que sempre é um processo bastante complexo, é bastante difícil. Em relação à perspectiva em relação ao aumento dos preços dos produtos agrícolas, nesse momento, em relação às perspectivas futuras, eu discordo um pouco da colocação da Senadora Kátia, então, deixa eu colocar esse ponto de vista aqui. Eu, efetivamente, acredito que aquele período que nós tivemos, ao longo de praticamente dos últimos 30 anos, em que a agricultura puxava a inflação para baixo, em que a agricultura era a que sempre crescia em termos relativos, menos em termos de preço, aonde todos os ganhos de produtividade e melhoria de capacidade do agricultor eram transferidos para a Mesa do consumidor, este período, na minha visão, terminou. Essa curva, que sempre vinha descendo, em termos de queda do preço dos produtos agrícolas, em relação aos demais e, aí, quando a gente analisa, isso aí é muito simples, os dados estão disponíveis, a gente vai ver o que é que puxou sempre o preço para cima, foi transporte, foi saúde, foi educação, foi telecomunicações, foi, enfim, tem uma série de itens serviços públicos, uma série de itens; não era o produto agrícola que puxava os preços para cima, ao contrário, puxava os preços para baixo. Isso acontecia também por uma razão muito simples, há uma oferta muito grande de produtos.

Hoje, nós estamos invertendo um pouco essa curva, quer dizer, a procura está maior do que a oferta. E, na minha visão, das análises todas que nós temos, é um fenômeno que vai continuar ocorrendo nos próximos, cinco, 10, 15 anos. Nós estamos ter uma demanda mundial bastante aquecida, ela já está aquecida hoje, ela vai continuar bastante aquecida. Eu não vou entrar nos detalhes de todas as razões, a não ser que isso seja perguntado depois. Mas há, efetivamente, um aquecimento, o que, para os nossos agricultores, é bom. Eu vejo que ele vai ter perspectivas boas para os próximos anos, em termos de mercado e em termos de preços.

E... Eu vou até dar umas pinceladas nisso, eu não ia dar não, mas até vou dar umas pinceladas. Efetivamente, com o aumento de renda que está havendo, países como a Rússia, Ásia, países... África menos, mas o fenômeno também acontece, a Índia, a China e o próprio Brasil, outros países iguais ao Brasil estão comendo mais. Então, a demanda, efetivamente, está aumentando. Para a gente ter uma idéia, a China, há 15 anos atrás, não importava soja; hoje importa 30 milhões de toneladas de soja. O crescimento da China em importação de produtos agrícolas é 10% ao ano. É algo extraordinário, ninguém consegue dar resposta a isso.

Então, efetivamente, estão ocorrendo... Nós fizemos a análise de praticamente de todos os países que nós temos análises sobre essas perspectivas e também isso confere com outras análises, de outras Consultorias mundiais ou analistas mundiais que mostram esse fenômeno, o que, para a nossa agricultura, eu considero como um fenômeno positivo. Esse, eu não li, Senadora Kátia, esse artigo do “*Estadão*”, mas veja bem, de qualquer forma, dificilmente os preços de mercado têm algo a ver com custos; preços de mercado têm algo a ver com oferta e demanda de produtos. Isso não quer dizer que, uma das outras grandes preocupações nossas, dentre aqueles 10 itens da agenda nossa, em termos de agricultura, que começa ali com a defesa e vai, a questão do aumento dos custos dos adubos pela cartelização, pelo monopólio, pela dependência externa, não seja um problema gravíssimo e que isso não esteja ocorrendo na realidade; esses aumentos estão variando entre 20 a 30% nos custos de produção este ano, isso também é verdade. Mas não é isso que ainda está repercutindo no mercado, o está repercutindo no mercado é um problema, na minha visão, exatamente de oferta e demanda.

Uma outra questão que a Senadora Kátia levantou, que eu acho que é importante e é fundamental isso, o agricultor quando está capitalizado, quando está com recursos, ele investe e ele aumenta a produtividade imediatamente. Agricultor descapitalizado é queda de produtividade; isso não há nenhuma dúvida quanto a isso, não é Jonas? Perfeito. Se ele tem recursos, ele tem aumento de produtividade.

Respondendo bem objetivamente, item por item do que eu, evidentemente, possa responder, Senador César Borges, existe, quanto à renegociação da dívida, existe uma decisão que a dívida deve ser renegociada e devemos encontrar uma solução que seja adequada para que as pessoas continuem produzindo, continuem plantando. Ainda não sabemos como isto se dará. Mas a decisão de que isto vai ser feito está tomada. Concorde-se, em tese, inclusive, de que houve erros do

Governo em relação a esta questão. Como o senhor mesmo colocou, há um acordo, pelo menos em tese, de todos que têm participado das discussões, de que houve erro e de que o Governo vai ter que pagar um custo também por este erro.

Mas, então, nós ainda não temos critérios, mas esses critérios serão definidos, quer dizer, essa é a próxima etapa, como disse, as grandes decisões foram tomadas, agora, nós precisamos entrar nos detalhes dessas decisões.

Para o valor de financiamento estabelecido, e aí também agora temos que estabelecer os critérios, como eles se darão, serão 300 milhões ao ano, devendo chegar, no final do período, a mais ou menos dois bilhões o total do volume de recursos que deverão ser injetados neste programa, independentemente a dívida. Esse apenas quanto a financiamento, mais ou menos 300 milhões.

Quando eu falei 30, 60 ou 90, efetivamente a gente, no setor público, é muito difícil, porque se dependesse da minha decisão, eu diria que, com 30 dias, está pronto. Como nós temos sempre vários agentes envolvidos nessa discussão, vamos, então, tentar colocar, possivelmente, o anúncio público do Governo deverá ser feito, vamos dizer, 30, 60 dias, e aí, as medidas já começam, quer dizer, os grupos, na verdade, continuam trabalhando; o grupo que está tratando da dívida, o que está tratando do financiamento, enfim, as pessoas continuam trabalhando. Mas aí que efetivamente esses detalhes começam a entrar num processo de decisão mais acelerado. Mas, talvez, para a gente ser um pouco mais preciso, o horizonte seria este ano; este ano as coisas terão que estar decididas para que efetivamente comecem a ser aplicadas.

A questão levantada em relação aos índices de produtividade, eu já respondo a todos, eu tenho evitado, eu tenho evitado esse debate, essa discussão porque eu acho que não é hora de discutir isto; eu acho que a agricultura está indo bem, está com boas perspectivas, não é hora de discutir isso, mas, é claro que haverá um momento em que nós vamos ter que enfrentar essa discussão. E aí, a única coisa que eu posso dizer é que nós vamos tratar dessa questão com muita tranquilidade, com muito equilíbrio, com muito bom senso, dentro do que a técnica nos recomenda. Evidentemente, que os exemplos dados aqui são totalmente absurdos, fora de qualquer padrão de discussão, inclusive. Eu tenho... Eu não quero polemizar, mas eu já tenho muitos estudos, muitas análises, inclusive sobre os critérios, como isso vem sendo estabelecido que, efetivamente, não são corretos, quer dizer, não é dentro desses critérios que nós vamos encontrar o caminho. Os critérios atuais, as metodologias atuais

que estão acontecendo, eu acho que muita coisa tem que ser revista nessa área, muita coisa.

Os dados aqui colocados são mais ou menos corretos, nós levantamos isso já Município, por Município, região por região, microrregião por microrregião, qual é a produtividade, quais são os desvios de produtividade, os que estão tendo maiores são menores, mas ela acaba ficando sempre entre 15, 20, 25, 30 arrobas, raros aqueles que estão ultrapassando a 30 arrobas, são poucos que estão ultrapassando a isto. Sabemos que tecnologicamente podemos chegar a 70, 80, podemos chegar. Mas isso é um processo demorado, longo e não será um processo generalizado, quer dizer, isso aí a gente tem claramente essa noção.

Quanto à CEPLAC, uma questão tem que ficar muito clara, é evidente que a CEPLAC vai participar do processo de pesquisa e do processo de extensão rural na implantação do plano. Quanto a isso, não há dúvida; nós só não sabemos em que Estados, aonde será colocada a CEPLAC, apenas isto. Quer dizer, eu não queria entrar nessa polêmica, mas eu posso dar uma visão apenas técnica sobre o assunto. E, aí, eu me considero um pouco especialista, em termos de organização e estrutura, até pela minha história em organização e estrutura. Evidentemente, que as escolas que hoje estão na CEPLAC não fazem mais sentido se continuar na CEPLAC. Teria que limpar, colocar para o Ministério da Educação, até para dar a elas uma condição melhor, e até para começar a voltar a investir nessas escolas, isso o Ministério de educação quer, aceita e acha isso bom.

Então, eu acho que nós daríamos um destino melhor às escolas. A questão da pesquisa e extensão rural, aí, na minha visão técnica, mesmo continuando com as unidades e até com o nome CEPLAC, mas isso teria que ficar ligado à EMBRAPA na minha visão, que é uma instituição que tem muito mais massa crítica científica, mais capacidade de participar deste processo. Eu só tenho ainda uma dúvida, se a extensão rural e pesquisa poderiam ser uma experiência, como existe em muitos países, estar junto ou se a extensão rural, a parte de extensão fosse separada. Só isso.

E a política do cacau em si, esta, eu acho que essa sim deveria virar um departamento, a política só. Como se tem no café, como se tem no açúcar e como se tem de outras áreas e que funcionam, aliás, muito bem como modelo. Mas, veja bem, isso é apenas um pensamento, e ele é técnico e, sob o ponto de vista técnico, dificilmente alguém poderá contestar isso. Dificilmente, mas eu já informei isso, eu não vou transformar isso numa questão fechada, não vou transformar isso numa polêmica porque o importante é nós encontrarmos a solução para o plano. E este eu acho que está

bem encaminhado; as linhas gerais do plano e depois as decisões que evidentemente será preciso ser tomadas. Quer dizer, se houver efetivamente uma política de recuperação, isso é que é o fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – A Senadora Marisa Serrano falou rapidamente sobre o problema que tem sido a questão fundamental no Mato Grosso do Sul e também tem sido em outros Estados, que é a questão da febre aftosa. Eu... Nós estamos recebendo, nesse momento, daqui até o final do ano, muitas missões estrangeiras. E, se o Brasil efetivamente é o líder mundial de exportações de carnes e se firma, cada vez mais, nesse mercado, é um dos poucos países que, no futuro, pode continuar dando respostas à demanda mundial, é evidente que ele tem que tratar bem da sua sanidade. Isso tem que ser o ponto estratégico, tem que ser quase que uma questão de segurança nacional. E os investimentos estão sendo feitos, a estruturação está sendo feita. Então, em relação, só como exemplo em relação ao Mato Grosso do Sul, eu acabo de chegar da terceira Reunião conjunta Brasil-Paraguai, em nível de Ministros e em nível de equipes técnicas, no sentido de criar a faixa de segurança na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, entre parte do Mato Grosso e o Paraguai, e isso mesmo nós voltamos agora, negociando com a Bolívia, e eu mesmo, Rondônia também com a Bolívia e o Rio Grande com a Argentina. Ou seja, efetivamente, criando toda essa faixa dentro das recomendações da Organização Internacional de Saúde Animal, que ela dá procedimentos que terão que ser seguidos.

E toda essa estruturação, claro que faz parte da nossa preocupação, com as missões estrangeiras que estão chegando aí; a missão russa já está aí há 15 dias, deverá ficar aí mais cinco ou 10 dias, são 20 pessoas; eu tenho a impressão de que as questões estão caminhando bem, uma missão chinesa está chegando e uma outra missão japonesa também está chegando, e a missão européia, que é o, é a grande discussão nossa, ela chega no dia seis de dezembro. E como ela tem cinco exigências, nós acreditamos que ela ficará satisfeita com que ela vai encontrar aqui em novembro. Enfim, quero dizer que nós estamos trabalhando muito nessa área da defesa.

Ficou, finalmente, uma questão levantada pela Senadora Kátia Abreu e também pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que é a questão do trabalho nas usinas. E, aí, eu vou colocar uma questão interessante: Nós temos nos reunido constantemente no sentido de discutir critérios para estabelecimento de um selo social e, mais tarde, esse selo se transformaria numa certificação para as indústrias que produzirem dentro de critérios considerados corretos sobre o ponto de

vista social, ambiental e de agricultura. E, nestas reuniões, a Ministra Marina Silva, inclusive, levantou um ponto que, com o qual todos concordamos, dizendo o seguinte: “Nós temos indústrias de açúcar e álcool, que trabalham de forma adequada, trabalham de forma correta, vão além daquilo que a legislação exige. Ou seja, realizam o que nós podemos chamar de boas práticas”. Então nós temos, efetivamente indústrias e muitas indústrias, que usam boas práticas. Isso foi reconhecido, inclusive, pela Ministra Marina. Então, o que é que está se tentando fazer? E esse trabalho já está bastante avançado, pegando as melhores indústrias, vendo quais são os critérios de boas práticas que são... Quais são as boas práticas que elas estão adotando, além daquilo que a legislação já obriga que elas façam, e transformar isso em critérios e tentar elevar todas para esse nível, através do chamado selo social, ambiental e agrícola, que será estabelecido. Isso está sendo feito com entendimento, com diálogo e, me parece, que nós também vamos chegar a bons resultados.

Eu concordo com o Presidente quando ele, evidentemente, ele diz: “Bom, vocês estão discutindo aí algum trabalho inadequado no Brasil e o trabalho nas minas?” Mas eu gostaria de, inclusive, fazer essa colocação, conforme eu fiz, tanto no México, quando uma jornalista da União Européia me fez uma pergunta e como agora um grupo de holandeses me fez essa mesma pergunta, lá no Mato Grosso, numa Reunião. E, aliás, ali, o primeiro passo uma ressalva, esse grupo holandês ficou impressionado, positivamente, com a forma ecológica que está se tratando a agricultura no Mato Grosso. E até eu, que venho do Paraná, que a gente sobrevoa o Paraná e não vê uma mata mais, nem uma nascente protegida, no Mato Grosso, as nascentes são todas protegidas. Então, mas mostrar primeiro esse enfoque; eles tinham uma visão, quando vieram aqui, saíram com outra visão. Mas aí, eu antes de responder, como o Brasil está tratando das suas questões de meio ambiente, disse: “Olhem, segundo análises, estudos da EMBRAPA, a Europa, há um tempo atrás, detinha 7% das matas do mundo. O Brasil detinha 11; a Europa hoje detém 0,1% das suas matas. O Brasil... 27% das matas nativas mundiais estão no Brasil hoje, ou seja, é o país que menos desmatou, é o país líder mundial. Isso não quer dizer que nós não devemos continuar investindo nesta preocupação. Isso apenas quer dizer o seguinte: “Não são os europeus que vão nos dizer o que nós devemos fazer porque o Brasil está fazendo a sua parte e sabe o que tem que fazer”. Foi mais ou menos dentro desse sentido essa resposta, porque nós recebemos muitas críticas lá de fora de quem não cuidou de que era seu e agora vem tentar dar palpite aqui naquilo que é nosso e que nós

estamos cuidando, tanto que o Brasil, além de ser o líder mundial de matas nativas, é também o líder mundial de acompanhamento e rastreamento do desmatamento no mundo. O melhor sistema que nós temos hoje, no mundo, é o brasileiro. Então, vamos respeitar um pouco essa condição do Brasil.

Eu acho que eram mais ou menos esses as perguntas que tinham sido...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ministro, a Comissão de Assuntos Econômicos, há 15 dias atrás, o Senador Aloizio Mercadante fez um requerimento, pedindo uma Audiência Pública entre o Ministro da Agricultura, Ministra Marina, a EMBRAPA e o IBAMA, para tratar deste problema de reserva legal, particularmente, o assunto chamado Amazônia legal. Que aqui esteve conosco, um cientista da EMBRAPA, lá de Campinas, colocando em dúvida se tem algum sentido estabelecer como Amazônia legal a grande parte do cerrado do Brasil. Ministro, só para o senhor ter uma idéia, para ver como a idéia é maluca, o Tocantins era território goiano, portanto, era centro-oeste, era SUDECO e, de repente, porque criou Tocantins, estabeleceu que lá era amazônico. E, por ser amazônico, o proprietário, lá no Tocantins, tem que ter uma reserva de 35% no seu cerrado, que é igualzinho ao cerrado do Estado de Goiás. Isso também, nós temos sinais evidentes em Mato Grosso. O que divide Mato Grosso com Goiás é o Rio Araguaia. Se está do Araguaia para cá, a terra é mais valorizada porque a reserva legal é 20%. Atravessou o Rio Araguaia, a reserva legal passa a ser 35%. O mais preocupante é entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que a linha, que a divisa é uma linha imaginária; se está da linha imaginária com o pé para o sul, é 20% a reserva, e colocou o pé da linha imaginária para o norte, é 35%. Imagina a insensatez que nós temos, até por desconhecimento da geografia do Brasil.

Portanto, Ministro, nós apresentamos um Projeto da Casa, que está tomando corpo, de retirar parte do Brasil da Amazônia legal, exatamente para que não seja prejudicado, principalmente, porque nós sabemos que já existe uma campanha no mundo para não comprar *commodities* produzido na Amazônia legal. E aí, o que é que nós vamos fazer com o nosso algodão, com a nossa soja, o nosso boi, a nossa madeira? Que tudo é *commodity*. E, no futuro, com o nosso álcool; tudo é *commodity*.

Então, Ministro, essa... Esse requerimento já deve ter chegado no seu gabinete, aí, nós vamos marcar, queremos marcar uma Reunião com o senhor e com sua assessoria para tratar desse assunto, em função desse Projeto, que já está andando nessa Casa. Obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Só, deixa eu reforçar um pouco a tua questão, veja bem, o que é a Amazônia legal? A Amazônia legal é uma ficção que se criou. Ou... É uma linguagem que está se usando, que não foi definida em lugar nenhum. Eu cheguei para os meus técnicos, todos, tanto os da EMBRAPA, que estudam a questão como de política agrícola, e perguntei o seguinte: “Por que é que vocês chamam isso de Amazônia legal?” Eu não consegui resposta. Agora, claro que se for procurar na legislação, o porquê que nos mapas já aparece toda a Amazônia legal sempre e ela aparecem elas em verde, em cima? Porque uma coisa é bioma amazônico, outra coisa é floresta amazônica, outra coisa é o que nós passamos a usar e chamar de Amazônia legal, cujo conceito não existe, o que existe é que, numa determinada lei alguém, um dia colocou, para efeito de financiamento da SUDAM, colocou, “para o planejamento econômico do desenvolvimento da Amazônia, inclua-se o Mato Grosso inteiro, inclua-se Tocantins, inclua-se parte do Maranhão”. Foi uma forma de participar, mas nem o planejamento existe; nunca foi realizado. O que foi apenas realizado foram os financiamentos. E alguém, por alguma razão, começou a chamar isso de Amazônia legal. Quando, na verdade, não... E os biomas, como foi aqui colocado, são totalmente diferentes.

Então, é muito interessante isso. Isso eu falei quando perguntam os técnicos, se pergunta a uma pessoa comum na sociedade, mesmo muito esclarecida, ela... Quer dizer, você falar no Tocantins, Tocantins é Amazônia e não é. E, sob esse aspecto...

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, muito rapidamente, eu gostaria de agradecer as respostas que o Ministro deu as minhas indagações que foram mais precisas agora, inclusive, a aplicação de 300 milhões. Então, isso seria um plano para oito anos, é esse o entendimento, avançaria outro período de Governo, ainda futuro, não é? Então, seriam dois bilhões e 400 milhões, se forem oito anos de aplicações.

Eu gostaria que o Ministro, se pudesse, continuasse envolvendo todos os setores, Federação da Agricultura, Confederação Nacional de Agricultura, os produtores de cacau da Bahia se aglutinam em diversas representações, entidades representativas, para continuar acompanhando. Eu não tenho um resumo do que é esse plano. Quer dizer, foi anunciado, de forma muito genérica, era necessário que nós pudéssemos, Sr. Presidente, acompanhar nessa Comissão. Se o Ministro pudesse disponibilizar, pelo menos esses estudos preliminares, as propostas iniciais para que houvesse uma participação do próprio Congresso Nacional, tanto do Senado como a Câmara dos Deputados, e toda a

sociedade da região, para que não fosse um pacote pronto, enrolado e apresentasse determinado dia, no Palácio do Planalto, seria muito importante porque a questão, por exemplo, da CEPLAC, sem sombra de dúvidas, ela é extremamente polêmica; eu entendi a proposição do Sr. Ministro, eu entendi que ele tem um raciocínio que seria colocar a EMBRAPA para fazer pesquisa, até extensionismo, a questão do cacau é muito específica, é muito própria. Então, essa é uma questão extremamente polêmica. V.Exa, eu quero já avisá-lo, vai receber uma resistência muito grande de toda a região, se for avançado por essa linha, que V. Exa diz apenas que tem uma convicção pessoal, mas que não é algo que esteja definido ainda e que eu espero que possa refletir e possa manter toda a sociedade e suas representações ouvidas no momento que se define, talvez, o futuro da região, onde emprega 16% da mão-de-obra que está, da agricultura da Bahia, está no cacau.

Então, é muito importante o destino dessa região, em função desse programa que eu espero que ele, realmente, venha a se transformar em realidade, o mais rapidamente possível, mas, de qualquer maneira, lhe agradeço as respostas, muito precisas, agora, nesse momento, às minhas indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Gostaria de anunciar a palavra também ao Senador Flexa Ribeiro, como último inscrito, até para...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Neuto de Conto, Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Senadora, Srs. Senadores, quero primeiro, Presidente, justificar não ter assistido à palestra do Ministro, estava participando, como moderador, da Conferência Nacional Preparatória para a Conferência Nacional de Comunicações, que trata da questão da convergência tecnológica, conteúdo audiovisual no tempo de Convergência Tecnológica, mas fiz questão de vir aqui porque a presença do Ministro Reinhold Stephanes, pela sua competência, já demonstrada nas ocasiões em que assumiu outros Ministérios, elas nos dá, com certeza, um certo alento com relação à questão das dificuldades porque passa o setor de agronegócio brasileiro.

Eu... A audiência de hoje era sobre a cultura do cacau, a lavoura de cacau. Mas, já vi, pelas respostas do Ministro, que houve a possibilidade de ser uma audiência mais abrangente. Então, eu vou me dirigir ao Ministro, primeiro com relação à dificuldade por que passa a indústria cacaueira brasileira, já que o Pará é o segundo maior produtor de cacau e, lamentavelmente, nos últimos 15 anos, nós não acrescentamos praticamente nada na nossa produção; ela praticamente

foi mantida, não houve incremento. E as dificuldades não só de origem fitossanitárias, elas vêm exatamente pela falta de apoio do Governo ao setor. Tanto que a Bahia, como maior produtora, ainda, nacional, ela teve a sua produção reduzida, nesses 15 anos, para mais da metade do que era no início da década de 90, mantida a mesma área. Isso nos preocupa, conversava há pouco com a Senadora Kátia Abreu, com relação aos parâmetros que o INCRA quer implementar com relação ao índice de produtividade da indústria cacaueira, tentando colocar uma produtividade de 0,70, quando, no auge da produção, era 0,54 e hoje, com a produção debilitada, é 0,33. Ou seja, é menos da metade do que o INCRA está querendo colocar, pela instrução normativa, como índice de produtividade. Isso nos leva a crer e eu espero que não seja esse o objetivo do INCRA, que ele queira identificar essas áreas como improdutivas e sujeitas à desapropriação. Só me leva o pensamento a isto, porque colocar índices desse tipo aí, é realmente inviável.

Eu... Vamos ter hoje, a bancada do Pará, uma audiência com V.Exa., às 15 horas, exatamente para tratar desse assunto, do setor cacaueiro do nosso Estado, não é? E defendemos, eu, pelo que eu pude entender do pronunciamento final do Senador César Borges, o Ministério e também, pelo que V.Exa. falou, o Ministério propõe uma reestruturação do setor, uma... Um fortalecimento da cultura e, para isso, ele procura fazer algumas transformações na CEPLAC. O que nós estamos discutindo, e eu acho que essa discussão V.Exa. nos dá a tranquilidade de dizer que ela não está fechada, se vai ser um departamento do Ministério da Agricultura, se vai ser um departamento da EMBRAPA ou se a CEPLAC seria transformada numa autarquia, mas o importante é que sejam ouvidos os setores produtores, para que eles possam também contribuir nessa decisão e que não seja uma decisão simplesmente política. V.Exa disse que a decisão é técnica, que tem fundamento técnico.

Então essa discussão tem que ser aberta transparente para os atores, de tal forma que a gente caminhe no sentido comum de fortalecer a cultura, de transformar o... Retomar o aumento da produção de cacau no Brasil. No Pará, lamentavelmente, a indústria, a cultura do cacau, ela se espalha pela Transamazônica, e o que nós temos lá, Senador César Borges, é, lamentavelmente, um abandono total por parte dos Governos, não só de agora, mas, inclusive o de agora, no sentido de terem... Os colonos não terem a menor condição de escoarem a sua produção; eles produzem e não têm como fazer o escoamento porque a estrada, ela passa grande parte do seu tempo intrafegável e, no restante, com trafegabilidade com grande dificuldade.

Mas eu quero estender essa oportunidade da vinda do Ministro aqui, já fui recebido e agradeço, numa audiência com V.Exa., para que pudéssemos tratar da questão exatamente de que foi mencionado aqui pelo Senador Jonas Pinheiro e pela Senadora Kátia Abreu, que buscam retirar os Estados de Mato Grosso e Tocantins da Amazônia legal, por quê? Ela me dizia há pouco que o que se prevê do futuro é que a Amazônia seja considerada, a nível internacional, como uma área intocável, que nada lá possa ser produzido e, para isso, haja um movimento internacional que impeça a compra de qualquer produto da Amazônia pelo resto do mundo, ou seja, para onde nós vamos caminhar com essa região onde tem, onde vivem 20 milhões de brasileiros?

Então, nos preocupa. Tive a oportunidade de dizer a V.Exa. que numa, numa declaração, V.Exa. disse que, na Amazônia, não se prestava para a cultura da cana, aí, depois, houve uma outra declaração de V.Exa., dizendo que não, que, nas áreas já alteradas, i que não seria derrubar árvore para plantar cana, somos todos de acordo, não temos que derrubar a floresta para plantar cana, derrubar floresta para plantar soja, derrubar floresta para plantar palma, qualquer tipo de cultura, mas é lamentável que o nosso Presidente Lula, na visita à Comunidade Européia, tenha dito que na Amazônia não tem nenhuma indústria de etanol, quando tem 15 indústrias produzindo na Amazônia; no Pará, temos duas, uma do Governo, lamentavelmente fechada, que é a Pacau, lá na Transamazônica, e uma outra, que a Senadora Kátia Abreu fez referência e eu já fiz referência a V.Exa., que sofreu uma fiscalização do Grupo de Combate ao Trabalho Escravo e, em lá chegando, numa empresa que está produzindo 50 milhões de litros de etanol, com mais de 10 mil hectares de plantio de cana, com 1800 funcionários, de carteira assinada, com plano de saúde, com refeitório, com alojamento, com instalações sanitárias, com clube, com escola, quer dizer, uma empresa que dá aos seus funcionários equipamentos de segurança, todas essas condições, foi considerada, por esse grupo de combate ao trabalho escravo, que todos nós combatemos, como colocando os seus trabalhadores em condição de trabalho degradante.

Nós estamos indo, hoje à noite, a Belém, uma Comissão Externa do Senado Federal, composta de 11 Senadores, para fazer uma visita *in loco* à empresa para que nós possamos constatar efetivamente as condições que lá são oferecidas para que, na volta, possamos, em audiência pública, discutir essas questões, definir, de uma vez por todas, o que é trabalho, o que se enquadra como trabalho degradante, e se lá há realmente há ou não a condição de trabalho degra-

dante. Mas a informação que também passei, já dei a V.Exa. e dizia agora à Senadora Kátia Abreu e gostaria de dizer ao Senador Jonas Pinheiro, é que eu, há dois anos e meio atrás, propus um Projeto aqui no Senado Federal para que a questão da reserva legal, que congela e engessa a Amazônia, ela pudesse ser revista, no sentido de se aproveitar, na sua totalidade as áreas já antropizadas, ou seja, aquilo que já foi alterado na Amazônia e que hoje está sem uso ou sem produção, então, que ela possa, através de uma, de uma flexibilização do Código Florestal, que ela possa vir a ser utilizada na sua plenitude e, com isso, nós não precisemos mais avançar sobre a floresta.

O meu projeto foi aprovado por unanimidade no Senado Federal e passou dois anos na Câmara, parado, porque o Governo, através do Ministério do Meio Ambiente não concordava com ele. Para a felicidade nossa, nós temos, ao longo desses últimos dois meses, avançado longamente na discussão com o Ministério de Meio Ambiente, a Ministra Marina Silva, o Secretário Executivo, o Dr. Capobianco, toda a área técnica do Ministério, nós estamos já nos termos finais de uma, de um substitutivo ao meu Projeto, que vai permitir utilizar essas áreas já alteradas e compensar, fazer a compensação da reserva legal em áreas ainda não atingidas, em reservas florestais privadas ou públicas, de tal forma que até aqueles que cumpriram a lei, eles possam ter um benefício para que, em forma de comodato, possam ceder essa área que foi mantida para aqueles que querem fazer o uso intensivo das áreas já alteradas.

Eu acredito, tenho certeza absoluta de que nós vamos chegar a um denominador comum, a discussão está agora só na questão da compensação e que tipo de bacias se hidrográficas, se no mesmo Estado, se na mesma bacia, mas estamos chegando já a um consenso e vamos, com isso, poder, eu diria, trazer um incremento do agronegócio para a Amazônia sem precisar derrubar uma única árvore. E, aí, nós vamos sim, Ministro, e queremos o seu apoio, eu fiz o convite a V.Exa. e V.Exa. ficou de marcar, agora em novembro, para que visitasse o Pará, para conhecer o Projeto de Palma; o Pará pode ser, a médio e longo prazo, o maior produtor de óleo de palma do mundo, suplantando a Malásia, porque nós temos áreas alteradas, propícias a esse cultivo, como também pode produzir etanol com a... Nas áreas já abertas.

E como foi dito pelo Senador Jonas Pinheiro, o plantio de palmáceas, exóticas ou nativas, e também da cultura do cacau, vão ser aceitas pelo Ministério do Meio Ambiente como reposição florestal e isso vai beneficiar e muito, Senadora Kátia Abreu, ou seja, o que não era aceito como recuperação de cobertura

vegetal, com essa alteração do Código, ele vai poder ser considerado regeneração da floresta e, com isso, vai abrir, sem sombra de dúvidas, um caminho enorme para que a Amazônia brasileira, a Amazônia legal brasileira, ela possa, sem exclusão de Mato Grosso e de Tocantins, eu até, pelas dificuldades que os Estados irmãos têm, digo que eles estão com razão de quererem se afastar da Amazônia porque a Amazônia, pelo que a gente tem visto, ela acaba sendo cobiçada, ela já é cobiçada internacionalmente e acaba, se o Brasil não tiver a responsabilidade de cuidar da soberania daquela região, ela acaba sendo considerada como uma região de interesse do planeta e não apenas do nosso país.

Então, eu quero parabenizar o Ministro, dizer que o apoio à cultura cacaueira é importante; nós vamos ter essa Reunião com V. Exa hoje à tarde para tratar especificamente da questão do Pará, mas tenho absoluta certeza, que não só essa, como todas as outras culturas que Amazônia tem como opção, elas poderão e serão implantadas sem que haja prejuízo à floresta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Por favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Agradecendo a manifestação do Senador Flexa Ribeiro, gostaria das palavras finais da Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente eu gostaria de parabenizar o Senador Flexa pelo seu Projeto de lei, mas quero apenas lhe fazer um alerta em relação ao seu Projeto para que o Sr. Capobianco, do Ministério do Meio Ambiente, não se utilize da sua boa-fé e vontade, e permita e obrigue que, na Amazônia, possa ser feita toda a recomposição de todas as bacias hidrográficas do resto do país, que já foram desmatadas e engessar o seu Estado e de todos da Amazônia. Então, hoje está na Amazônia; o que antes era um benefício, uma alegria, hoje é um castigo. Todo mundo quer sair da Amazônia porque realmente é um foco de todas as coisas negativas; tudo o que se produz está errado, a questão do trabalhador está errada, a questão do meio ambiente está errada. Então, é muito difícil nós ficarmos com essa pecha, permanecendo a região com essa pecha tão negativa que tem sido imposto na Amazônia.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer aqui duas propostas para a aprovação da nossa Comissão de Agricultura: Eu gostaria que nós pudéssemos aqui apoiar os Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara com relação ao pleito, que não é dos Deputados, que é de todo o Brasil, de todos os produtores rurais, as entidades de classe, pela solução do en-

dividamento do estoque da dívida do endividamento rural brasileiro; apoio ao Projeto da Comissão da agricultura, no sentido de encaminhar para resolução dos problemas de um endividamento rural, repito, e apoio ao nosso Ministro Reinhold Stephanes, como nosso interlocutor nessas renegociações de dívida.

A segunda proposta, Sr. Presidente, com apoio do Sr. Ministro, caso ela aqui seja aprovada, que nós pudéssemos, nós Senadores da Comissão de Agricultura, colaborar com o agronegócio, mas especialmente com o nosso Ministro, em alguns pontos que não dependem de recurso, que não dependem de Tesouro, que não dependem de Banco Central, mas que dependem de nós, Senadores, legisladores, dos Deputados. Que nós pudéssemos, se assim for o entendimento dos colegas, claro, que a gente pudesse se debruçar sobre alguns temas que eu aqui vou falar rapidamente, e que a gente pudesse dar solução a esses temas que eu acho que são, que eu acho que são consenso. Que não têm componente ideológico a ser discutido, que não têm problemas regionais de interesses estaduais e nem partidários. E eu gostaria aqui de mencionar, por exemplo, a legislação brasileira, no que diz respeito ao domínio e concessões das jazidas minerais do nosso país. Hoje, para vocês terem uma idéia, os senhores terem uma idéia, o domínio da concessão em rocha fosfática, que é a principal matéria-prima de fazer fertilizante, fertilizante que subiu 60%, fertilizante que está na mão de meia dúzia de multinacionais no país inteiro, 90% da concessão das rochas fosfáticas brasileiras estão na mão da FOSFERTIL, que é da BUNGE; a BUNGE está errada? A FOSFERTIL está errada? Não a legislação permite. Quem são os culpados somos nós, que permitimos uma concessão dessa natureza, aonde uma empresa pode pedir a concessão e sentar em cima dela por 10, 15, 20 anos, sem explorar. Então, cabe a nós e não à empresa; a empresa está fazendo o papel e o que a legislação permite. Agora, que está errado está errado. E nós temos que corrigir. Colocar prazo na utilização dessa concessão. Se, em dois ou três anos, não se utilizar da concessão, que seja tomada essa concessão.

Então, nós temos hoje uma fábrica de pedidos de concessão, de pessoas que não têm a menor intenção em desenvolver essas jazidas, que seja de cimento, que seja de minério, que seja de pedras e tudo, sentam-se em cima delas para negociar com empresas que vão chegando, que podem ser as multinacionais, que eu não tenho nada contra, empresas nacionais, multinacionais, que querem implantar essas empresas e que têm que negociar com esse intermediário que está sentado em cima da jazida.

Então, eu acho que esse era um ponto importantíssimo, Sr. Presidente Neuto de Conto, que nós pudéssemos elaborar uma coisa suprapartidária, sem nome, mas da Comissão de Agricultura do Senado, que a gente pudesse alterar, em regime de urgência, essa legislação com relação a essa concessão de rochas no Brasil, de um modo geral, as concessões de um modo geral.

Segundo ponto, e essa concessão, por que é que não tem problema partidário? Não é legislação do Lula, não é do Presidente Lula; é de coisa do passado. Segunda coisa, a Lei dos Portos. O Ministro Reinhold Stephanes sabe que essa lei tem mais de 10 anos; é uma lei obsoleta, que provoca cartel, oligopólio, é uma lei atrasada, que o mundo inteiro já se reformulou e nós não, e que não gasta um centavo. Só vai fazer benefícios ao setor produtivo brasileiro, que só depende de nós, Senadores e Deputados, mudar a legislação. O Ministro conhece bem o assunto. Nós tentamos aprovar emendas aqui técnicas, absolutamente técnicas, na MP dos Portos, não conseguimos emplacar. Então são coisas, por exemplo, um exemplo, um exemplo, um exemplo, Fundo da Marinha Mercante; Fundo da Marinha Mercante encarece em 5% os fertilizantes defensivos do país, porque nós podemos pagar 25% só no frete; se nós tirarmos isso, nós vamos economizar 5% nesse produto, por quê? Porque, se eu sou importador e tenho que pagar 5% do Fundo da Marinha Mercante, as empresas que estão aqui no Brasil, internas, elas encarecem também o produto em cinco, para compatibilizar com quem está importando e pagando cinco, estão ganhando mais esse produto. Então, toda a tributação em cima de importação, nós sabemos o malefício que isso causa ao mercado interno.

Então, para resumir esse exemplo, o Fundo da Marinha Mercante, como não é absurdo essa cobrança, que não existe em lugar nenhum do mundo, ela ainda permite que o cidadão brasileiro que queira comprar um navio financiado pelo Fundo da Marinha Mercante, eu sou obrigado a comprar navio brasileiro. Eu sou obrigado a comprar navio brasileiro, eu, tomando o financiamento, eu pagando o juro, a garantia sendo minha. Eu tenho que deixar de comprar um navio chinês, um navio indiano ou um navio em qualquer lugar do mundo 30, 40% mais barato que nos estaleiros brasileiros, isso é reserva de mercado.

Eu, enfim, proponho a gente se debruçar e não aprofundar nessa matéria agora, mas, se a Comissão de Agricultura pudesse montar um grupo de trabalho suprapartidário para tratar desses dois assuntos e com relação a defensivos genéricos. Nós já tivemos um grande avanço com relação a defensivos genéricos. Se o Brasil aceitou o remédio genérico humano, eu tenho

certeza absoluta que os partidos não vão criar nenhum problema com um defensivo genérico da agricultura. Se o humano é permitido, leva 90 dias para registrar, custa 30% mais barato do que o não genérico, qual a dificuldade de nós termos que aceitar isso? Então, a Casa Civil da Presidência da República, retorno à Dra. Dilma Rousseff, a Ministra, à Teresa Campelo, a Dra. Teresa Campelo, que tem negociado conosco, nós tivemos um grande avanço; o Decreto foi mudado pela Casa Civil em novembro do ano passado, com o nosso trabalho, esse Decreto foi modificado. Agora, o cartel, a influência, o *lobby* das empresas de defensivos, que outra vez repito, são meia dúzia responsáveis por 90% do mercado brasileiro, de quatro bi e meio, não deixam as coisas andarem.

Então, se nós, Senadores e Deputados, aprovarmos e transformados esse Decreto em Lei, é todo mundo obrigado a cumprir. Então, nós estamos atrasados com relação a defensivos genéricos, é uma coisa totalmente, não quero usar essa expressão, mas falta de inteligência total do Brasil, nós ainda insistimos em recusar os defensivos genéricos, a Casa Civil fez sua parte, agora, a ANVISA, nosso grande entrave, Ministério do Meio Ambiente, nosso grande entrave, porque esses defensivos, para serem registrados, têm que passar nos três Ministérios, ANVISA, Meio Ambiente e Agricultura, e esses dois não deixam passar, dificultam com burocracia e normas inventadas, algumas são ideológicas, a outra por interesses de *lobby* dessas empresas multinacionais, que têm essa reserva de mercado.

Então, eu acho que nós podemos acrescentar outros itens, claro, nossos problemas são imensos, mas eu acredito que esses três que aqui citei, rapidamente, pudessem ser o início de uma Pauta que dependesse apenas do Congresso, que fosse suprapartidária e que não tivesse uma necessidade nem um real do Governo Federal para que ele pudesse decidir sobre esses temas.

Então, encerro aqui as minhas palavras, mais uma vez agradecendo ao nosso Ministro e ao nosso Presidente e aos nossos colegas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eminente Senadora Kátia Abreu, já tem mais um Senador inscrito, o Senador Augusto Botelho, que o Ministro tem também horário, já estamos quase à uma hora da tarde, mas eu, dos três temas levantados pela Senadora, um deles aprovamos o requerimento hoje, vamos marcar uma data, provavelmente para a primeira quinzena de outubro, o requerimento do Senador João Tenório, aonde vamos debater adubos, fertilizantes, principalmente, com a produção, importação e comércio de exportação e importação,

com o Ministério da Agricultura, vamos convocá-los, Comércio Exterior e a gestão da Câmara de Comércio Exterior, o Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, para estar presente nessa Sessão para representar a Associação Nacional da Difusão de Adubos, a CNA, a FIESP e outros que esperamos serem necessários, que vão ter uma jornada para debater esse importante assunto. Os outros dois, eminente Senadora, a senhora podia nos fornecer um requerimento para marcarmos uma data de debate, essa aqui já temos, de um deles, os outros dois, talvez, vamos encontrar também um dia para eles.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Exatamente, eu já sabia do requerimento e vi aqui a aprovação, louvo essa iniciativa, acho ela extraordinária, do Senador João Tenório, mas, especificamente ao que eu estou dizendo, não é com relação ao mercado e à venda de fertilizantes, ao preço que subiu e desceu. É sobre a regulação, sobre a legislação das jazidas minerais, dos registros dessas jazidas, por parte da iniciativa privada. Essa... Não é só para a questão fosfática, mas de todo o minério no Brasil, aonde a regulação é a mesma, então, eu estou falando da legislação em si, para que a gente pudesse fazer essa mudança com a Comissão de Agricultura, para que a gente pudesse, alguns Senadores, trabalhar sobre esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero me solidarizar com a Senadora Kátia Abreu, ela tem toda a razão, nós precisamos, não é desse requerimento do Senador João Tenório, vamos fazer uma audiência pública, Senadora, para discutir exatamente isso, a reserva de mercado das jazidas, que, como ela bem disse, elas são solicitadas e guardadas para negociação futura, não é exploração futura, é negociação futura.

Então, no meu Estado, se você verificar o mapa do Estado do Pará, ele está todo comprometido, você não tem uma área de jazimento, que já não tenha sido solicitado o direito de lavra, agora, lamentavelmente essas empresas não usam desse direito de lavra para fazer a exploração; eles apenas estão fazendo reserva de mercado para uma negociação futura. Eu quero me solidarizar e, se a Senadora Kátia Abreu concordar, quero ter a honra de fazer, assinar com ela o requerimento de uma Audiência Pública para discutir o assunto. Dos outros pontos, ela tem, concordo com ela em todos, e gostaria muito de discutir a questão do Fundo Nacional da Marinha Mercante que, para a Amazônia, é de fundamental importância para a construção das embarcações, necessárias para a diminuição do cus-

to do frete. Então, isso é um assunto também, vamos colocar e me coloco à disposição da Senadora para que a gente possa abrir o debate sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu quero... Com a palavra, o Senador Augusto Botelho, solicitando tempo, em razão da fala do Ministro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Tive que me ausentar porque tinha uma audiência que eu não podia (ininteligível) muitos dias e fui participar dela. E o assunto que eu ia perguntar, o Flexa disse que já tocou no assunto, existe um requerimento a respeito dele, nós vamos aprofundar mais, em relação à cultura de cana-de-açúcar na Amazônia legal. Eu não vou fazer a pergunta novamente, vou esperar o Ministro responder, mas ele... Vai vir uma audiência para a gente discutir isso quando estiverem definidas já algumas coisas para frente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador Augusto Botelho. Para as considerações finais, o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: O Senador César Borges, ele tinha solicitado a documentação sobre o plano, eu já determinei que fossem entregue a eles todos os documentos que nós temos disponíveis até aqui, desde o plano básico até os documentos gerados posteriormente, para que ele tome conhecimento de todos os detalhes. Eu apenas abro um parêntese para dizer que o plano, ele é um pouco burocrático na forma que ele está colocado, quer dizer, algumas respostas, algumas decisões, ele não vai encontrar, mesmo que ele leia todo o plano, mas, de qualquer forma, toda a documentação deve ser disponibilizada, não só o plano original, feito pela Comissão, como todos os documentos gerados posteriormente. Isso é coisa pública, tem que ser transparente e deve ser entregue, então, ao Senador.

A Ministra Kátia acabou levantando três problemas que estão na nossa agenda como problemas importantes e fundamentais... Ministra Kátia não, desculpa, Senadora Kátia, é a promoção. Pronto, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Nem admito essa promoção, estou feliz e satisfeita com o meu Ministro; não estou com o Governo, mas o Ministro sim.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Senador, eu acabei de dizer que a senhora vai receber toda a documentação, embora a lei tenha que ter uma certa reserva porque a documentação pe um pouco... O plano um pouco burocrático, ele não tem algumas respostas que eu acabei obtendo depois reuniões, discussões etc. Mas, de qualquer forma, toda a do-

cumentação será disponibilizada, possivelmente hoje ainda, ao senhor.

Mas a Senadora levantou a questão da Marinha Mercante e o exemplo que eu sempre cito é mais fácil eu mandar os nossos produtos daqui para China do que eu mandar do Porto de Santos para o Nordeste. Então, tem alguma coisa errada. E tudo que está errado, algumas coisas ela levantou, estão claramente definidas, analisadas, estudadas, que tem que se entrar num processo de decisão. Efetivamente não é possível se imaginar, se imaginar que nós, com toda essa nossa costa, em vez de estarmos mobilizando oito milhões de toneladas de produtos agrícolas, nós estamos conseguindo mobilizar menos de dois milhões de toneladas. Segundo, que os navios tem decrescido, o número de navios tem decrescido, nos últimos 10 anos, não tem aumentado não, tem decrescido; a cabotagem tinha 330, hoje tem 190.

Terceiro, que se alguém quiser se estabelecer, ele é obrigado a comprar no nosso estaleiro pelo dobro do preço e sem prazo de entrega e não tem produção. Quer dizer, então, tudo isso é uma coisa totalmente incompreensível sob o ponto de vista prático das necessidades nossas, de efetivamente desenvolver a cabotagem. Então, isso tem que ser efetivamente enfrentado e tem estudos bem feitos, a própria CNA contratou um especialista nisso, que efetivamente fez um estudo muito bom, muito bom, independente dos estudos... Independente dos estudos que nós temos disponíveis no próprio Ministério.

Então, eu quero reforçar isso, porque eu acho que seria uma grande ajuda, uma grande colaboração que a Comissão estaria dando, no sentido de ajudar a enfrentar essa questão. Isso, para a agricultura, é extremamente importante e para o Nordeste, porque eu tenho que levar trigo do Rio Grande para o Nordeste. Tenho que levar milho para o Nordeste. Tenho que levar arroz para o Nordeste. Imagine o custo como é que isso chega lá. Inclusive, o milho, para a indústria de frango etc., criação de frango.

Bom, a questão que levantou das jazidas, também é uma questão da nossa Pauta, quer dizer, nós temos que melhorar as nossas alternativas para a matéria-prima para adubos. Primeiro, somos altamente dependentes externos e somos altamente dependentes de monopólios e cartéis. Então, isso aí a gente tem que achar uma forma de quebrar. Uma das maneiras de ajudar é essa questão que foi levantada aqui pela Senadora. Nós temos várias outras questões, mais essa.

E ela também falou rapidamente de defensivos, que é uma área que caminhou muito, e o interessante é verificar isso, enquanto nós tivemos aumento no preço dos adubos de 20, 30, até 40%, no caso dos

defensivos, à exceção daquele que é monopolizado por uma única empresa, todo o resto caiu de preço, ou seja, mostra que uma política de Governo pode ajudar. Pode ajudar. Então... Eu sei que vou ser ainda convocado, não é? Mas é... Ou convidado, mas, evidentemente, que essa expressão nossa, que é a idéia básica atrás de tudo isso, é dizer o seguinte: “Nós não vamos derrubar uma árvore mais na floresta amazônica, no bioma amazônico”. Esta é a idéia-força atrás de tudo isso, o que nós temos é que utilizar as áreas que nós já degradamos, temos que recuperar essas áreas e, se muitas delas pudermos recuperar dentro da idéia de poder plantar a nossa palma de dendê, seria ótimo. Porque nós estamos dando atividade a alguém, que aí não precisa derrubar árvore, porque ele já tem uma atividade.

Então, quer dizer, a idéia-força que está atrás disso é esta: “Gente, não vamos mais derrubar”. Nem para a soja, que já houve um acordo, nem para a pecuária e nem para cana, para nada. Essa é a idéia-força que está atrás dessa expressão. Sim. Até porque, dentro da Amazônia, você tem biomas diferentes, que não são biomas de floresta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Em Roraima, nós temos quatro milhões de hectares de campos. De lavrados, quatro milhões.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu sei. OK, eu agradeço mais essa oportunidade, evidentemente me coloco à disposição, aliás, esse é o meu papel e essa é a minha obrigação, tanto por ser Ministro e também por ser colega Parlamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Agradecer a interferência e os debates de todos os Srs. Senadores e Sra. Senadora, cumprimentar e agradecer ao Ministro, colega Deputado Reinhold Stephanes, que aqui trouxe todas as informações, trouxe... Já deixou à disposição para essa Comissão para todos os debates de futuro e, certamente, teremos muito trabalho para encontrar as soluções que precisamos. Muito obrigado, Sr. Ministro.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, o Ministro, eu sei que ele está com horário, mas era um outro assunto do requerimento de V.Exa., que a gente gostaria de fazer um complemento, se fosse possível e o Ministro poder ir para o horário dele. Muito obrigado, Ministro. Presidente, V.Exa. aprovou aqui... Aprovou aqui um requerimento de sua autoria (interrupção no áudio)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Em votação o adendo dos pedidos ao requerimento. Como ninguém quer se manifestar, colocamos em votação. Aprovado os nomes. Não haven-

do mais nada a ser tratar, está encerrada a presente Reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h00.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA-BIO

Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRA-BIO, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador JOÃO TENÓRIO, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRA-BIO, com a presença dos Senadores(as) – ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JONAS PINHEIRO, NEUTO DE CONTO, CÍCERO LUCENA E AUGUSTO BOTELHO. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as) – Sibá Machado, Marisa Serrano e Valter Pereira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente Senador JOÃO TENÓRIO, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública com a finalidade de discutir o real impacto da produção de etanol no meio ambiente, em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 11, DE 2007 – CRA-BIO, de AUTORIA do Senador João Tenório, aprovado em reunião de 11.7.2007, com a presença dos seguintes convidados: Deputado Fernando Gabeira; Sra. Laura Tetti – Ambientalista – Consultora da ÚNICA; Professor Luis Cortez – Professor de Engenharia Agrícola da UNICAMP; Professor Manoel Régis Lima Verde Leal – Doutor do Centro de Energia Alternativa. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1:** REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 – CRA-BIO. ASSUNTO: Nos termos do Requerimento nº 9, de 2007 – CRA-BIO, aprovado nesta Subcomissão, em 11/7/2007, com a finalidade de realização de audiência pública para discutir a produção nacional de biodiesel, requer a participação das seguintes autoridades: Sra. Maria da Graça Foster- Presidente da BR Distribuidora; Sr. Univaldo Vedana – Especialista em Biodiesel. AUTORES: Senador Neuto de Conto e Senador César Borges. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a fase de votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO. ITEM 2:** REQUERIMENTO Nº 15, DE

2007 – CRA-BIO: ASSUNTO: Requer seja realizada audiência pública na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater a respeito das condições da rescisão direta do contrato de trabalho de 1.180 empregados da empresa Pará Pastoral e Agrícola (Pagrisa), localizada no município de Ulianópolis, nordeste do Estado do Pará, com a presença dos seguintes convidados: Humberto Célio – Auditor do Ministério do Trabalho; Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Pará; Federação da Agricultura do Estado do Pará; Federação das Indústrias do Estado do Pará; Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Pará; Proprietário da Empresa Pagrisa. AUTORES: Senador João Tenório e Senadora Kátia Abreu. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se a fase de votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Kátia Abreu, Cícero Lucena, Neuto de Conto, César Borges, Jonas Pinheiro e Antônio Carlos Valadares. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Srs. e Sr^{as}. Senadoras, senhores convidados, senhores participantes desse encontro. Havendo número regimental declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário, se isso acontece é dada como aprovada.

Sobre a Mesa Requerimento de autoria do Senador César Borges, convida autoridades para participar de Audiência Pública para discutir a produção de biodiesel. A Sr^a Maria da Graça Foster, Presidente da BR DISTRIBUIDORA, e o Sr. Univaldo Vedana, especialista em biodiesel. Submeto à apreciação... Quem aprova permaneça como se encontra. Aprovado.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a finalidade de discutir o real impacto de produção de etanol no meio ambiente em cumprimento ao Requerimento nº. 11 de autoria do Senador João

Tenório, aprovada na reunião de 11 de julho corrente, com a presença dos seguintes convidados, que desde já convido para compor a Mesa. O Deputado Federal Fernando Gabeira, que está se encaminhando para a nossa Sessão, Dr^a. Laura Tetti, ambientalista, consultora da UNICA, União da Indústria de Cana-de-açúcar do Centro-sul de um modo geral. Prof. Luiz Cortês, professor da engenharia agrícola da UNICAMP, Prof. Manoel Regis Lima Verde Leal, doutor do Centro Nacional de Energia Alternativa.

Apenas uma pequena referência para nós darmos início às nossas discussões e as nossas exposições, um dos temas mais, digamos assim, recorrente dessa questão de biocombustível de um modo geral é a questão do conflito da produção de matéria-prima para os biocombustíveis e as questões ambientais. Uma série de fatores são levantados, alguns deles ficção, uma boa parte ficção, outras verdadeiras. Então nós estamos aqui iniciando essa Sessão exatamente com o objetivo de discutir esse ponto, talvez um dos pontos mais críticos de todos os pontos que são levantados nessa relação de biocombustível, de um modo geral, e particularmente do etanol no que diz respeito... um deles é a questão trabalhista que nós discutimos aqui com uma certa intensidade e qualificação e agora nós estamos nessa Sessão de hoje dispostos a discutir esse outro tema que é um tema muito comentado, discutido e muitas vezes muito criticado a essa idéia dos biocombustíveis em função da utilização de áreas e de agressão das questões ambientais.

Então para darmos início à nossa Sessão, passaria a palavra à Dr^a. Laura Tetti, como eu disse, ambientalista e consultora da UNICA.

SRA. LAURA TETTI: Bom dia, obrigada pela oportunidade. Eu tenho uma apresentaçãozinha pra gente... com alguns dados... Essa apresentação, até por curiosidade, ela vai ter uma série de slides que costumam ser usados em apresentações aonde se tem oportunidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Só uma... Normalmente a gente estabelece um tempo para que depois seja oportunizar a discussão. Então estabelecemos normalmente 10 minutos para cada expositor.

SRA. LAURA TETTI: Ok. Preciso correr. Alguns slides vão ser... Vocês vão perceber que é uma coisa bem voltada para as questões também que são levantadas em termos internacionais. A pauta internacional.

Bom, o mapa do Brasil. Esse é o mapa interessante. Principalmente na discussão do âmbito internacional porque a gente percebe muito que as pessoas não têm muita dimensão de falar, “não, se usar tanto território, tanto território”. Enfim, tem uma diferença de forma-

ção filosófica nessas discussões no que diz respeito à Europa, Estados Unidos, Canadá, e Brasil que são três países grandes, os três únicos colonizados, que pouca população, de pouca densidade populacional. Os outros dois grandes territórios China e Índia são intensamente povoados. Então a ocupação e uso do solo guarda proporções realmente muito marcantes.

Esse é mais ou menos o cenário da produção brasileira. Vamos para frente... De cana. Mais ou menos a distribuição dessa produção de cana no Brasil. Vamos para frente. A população, a distribuição populacional do Brasil que é uma informação que frequentemente nós desconsideramos nas nossas discussões, também a respeito de uso e ocupação do solo. Eu estou falando de uso e ocupação do solo pela seguinte consideração. Nós vamos partir aqui do princípio verdadeiro que toda atividade causa impacto ambiental. O que nós temos é um conjunto de alternativas que minimizam esses impactos ou que podem levar a situações de degradação irreversíveis, mas impacto ambiental a nossa simples existência é um sinônimo dele. Então as concentrações populacionais é um dado relevante. E aí começamos a entrar no filé mignon da questão propriamente dita. Esse mapa que apresenta uma localização por satélite nas áreas canavieiras no território brasileiro. Evidentemente o Brasil carece de um planejamento de uso do solo, de um zoneamento, quer dizer, é sempre muito perigoso entrar nessa discussão porque dá aquele efeito que eu costumo chamar de trenó de gato. Vamos planejar o uso do solo. Então cada um dá chicotada para um lado, os gatos vão sair feito loucos, entidades não governamentais, governamentais, entre agricultura, planejamento indústria e comércio, enfim, falta um pouco ainda de sensatez nessas discussões a respeito de recursos naturais e uso e ocupação do solo, mas de qualquer maneira nós temos aí evidentes áreas sensíveis de necessidade de prevenção que não têm a menor, o menor sentido nem a menor necessidade de serem utilizados como nós vamos ver, e em termos de cana o que está em vermelho é aonde existe cana no Brasil.

Como todo mundo pôde ver, a concentração é escandalosamente na região centro-sul e escandalosamente no Estado de São Paulo. Então, para discutir um pouco um dos aspectos que é bastante sensível nessa questão, a respeito de que vai tudo virar um grande canavial, a monocultura, enfim, o Brasil vai voltar a ser um grande canavial como era na época da colonização, é interessante a gente pegar o que acontece no uso do solo do Estado de São Paulo. Que é o Estado que concentra mais de 75% da produção canavieira.

Então, o uso do solo do Estado de São Paulo se apresenta assim hoje, como vocês podem ver, tem a

terra de infra-estrutura, terras de infra-estrutura é: cidades, estrada, bairro, loteamento para uso urbano, etc. Todos os equipamentos mais ligados à população. Tem um remanescente de vegetação nativa muito pequena. Basta olhar o mapa de população que nós vamos entender por que. Aliás, diga-se de passagem, que até tem uma razão histórica, a ocupação do Estado de São Paulo se fez grandemente pelo interior, ao contrário de outros Estados do Brasil. 31% do território é dedicado às culturas agrícolas, 41 de pastagens. Das culturas agrícolas a cana, sem dúvida, é grande, mas tem uma exuberante produção de laranja, é maior exportador de sucos como nós sabemos, e isso é um processo interessante. Porque quando a gente fala, mas se a gente realmente for na linha dos biocombustíveis, na linha do etanol, nós vamos transformar tudo num canal. Em São Paulo, mesmo com a enorme concentração de produção agrícola de cana se revelou que é o contrário. Porque a produção do etanol, isso não se aplica ao caso exatamente do açúcar, a produção do etanol ela dá um patamar de inserção econômica de atividade agrícola que atrai renda e que atrai desertificação. Então quando você tem mercado consumidor você estimula a diversificação da produção, é isso que se verifica. Nas áreas canavieiras, inclusive a diversificação do ponto de vista de atividades de serviço, universidade, um exemplo, por exemplo, que vai... é revolucionário. A matriz mundial da Nestlé Alimentação está se instalando no próximo ano, a matriz, o quartel general da administração da Nestlé vai se instalar em Ribeirão Preto. Porque é um centro de produção de açúcar que é uma matéria-prima importantíssima, etc. Agora isso vai atrair para região de Ribeirão Preto um conjunto de serviços, um patamar novo de atividades e que é isso que está se verificando com indústrias de equipamento, de equipamentos agrícolas que se diversificam para outros equipamentos, enfim, esses levantamentos existem e é bastante interessante. Como é a evolução. A expansão de área colhida em termos de cana no Brasil. É interessante notar que o nordeste fica estável. E que em São Paulo centro-sul e Brasil eles exatamente o mesmo movimento. Vamos para frente. E aqui nós entramos em algumas coisas que embora a cana seja extremamente conhecida, principalmente no nosso País, ela é ao mesmo tempo extremamente desconhecida. Ou ela é alvo de graves problemas históricos. Que não são... Isso não é uma acusação, isso é um problema meu, é um problema de todos nós. A cana foi o produto símbolo, foi o motivo da colonização do Brasil. E nós temos um problema sério com o que fizeram com o nosso País a partir de um determinado processo de colonização que gerou uma série de problemas nacionais e nós estamos aqui

cansados de saber disso. Então existe uma tendência de projetar na cana planta, no ser vegetal chamado cana-de-açúcar, os vícios, as mazelas, as más práticas, as desgraças, as injustiças do processo de colonização. Ora o Brasil é um País injusto, é um País que teve problemas gravíssimos, a sua herança de injustiça em função desse processo é muito acentuado, mas projetar isso na cana e achar que porque é cana tem que ser assim, faz tanto sentido quanto para a gente resolver a nossa dívida histórica com a colonização e dar soco no túmulo do Pedro Álvares Cabral. É uma coisa que não faz senso nenhum.

Então veja, alguns dados que são importantíssimos, que são completamente desconhecidos inclusive da opinião pública brasileira. A cana é uma atividade que apresenta dos mais baixos índices mundiais de erosão do solo. Ela é hoje o mais baixo índice de erosão do solo de todas as atividades agrícolas do hemisfério americano. De toda a beleza inclusive que acontece no norte maravilha entre Estados Unidos e Canadá. A cana é que perde menos solo. E não é preciso dizer qual é a importância estratégica da perda de solo. O solo é matéria-prima básica para... Até para o crescimento de vegetação nativa. Então o efeito de perda de solo realmente é dramático, é um bem não renovável, é único, e é importante. E aí algumas considerações que são importantes. Veja, nós costumamos ver, inclusive nos noticiários, (soa a campainha) Jornal Nacional, etc, que a soja, por exemplo, é apresentada como um símbolo de modernidade, de exportação. Brasil bate recorde na produção de grãos, etc. A soja tem um nível de erosão de solo, no Brasil, 62 vezes maior do que a de cana-de-açúcar. A mamona que é uma matéria-prima importante, por exemplo, e saudada como um aspecto importante para a desertificação, mesmo para a produção de biodiesel, tem um nível de erosão que isso é uma questão a ser enfrentada, 235% maior do que de cana-de-açúcar. Uma outra questão importante e ignorada é que é a atividade agrícola, a cana-de-açúcar é a atividade agrícola que apresenta os mais baixos índices mundiais de uso de defensivos e insumos químicos. Os agrotóxicos. Por quê? Porque a cana entre outras coisas é uma atividade muito antiga no Brasil. Além de existir um know-how de manejo da cana, se você consegue a entucar como se faz práticas agrícolas, mesmo as européias, tudo na base do controle químico, você degrada o solo de uma maneira que você não tem os níveis de produtividade que realmente apresenta. Então hoje é mais barato e mais competitivo você fazer controle biológico de pragas, se capitalizar o uso da linhaça como fertilizante do solo e isso acaba gerando um balanço muito positivo.

Isso é uma coisa interessante. Ganhos de produtividade. Aqui na linha tem os preços relativos do álcool com os índices já acertados, e com ganho de produtividade de 4% ao ano. E aí vem outra questão que é importante para a gente discutir. Esse ganho de produtividade de 4% ao ano, ou seja, cada ano o volume de rendimento da cana num hectare plantado aumenta em 4%. Isso é imenso em termos agrícolas. Tem uma ótima adaptação, Deus é brasileiro, enfim, o clima, o solo tem uma adaptação muito boa, mas aí também evidentemente tem know-how, tecnologia. E outra coisa que também a gente acaba não parando para pensar. Esse ganho de produtividade 4% ao ano é Estado da arte hoje. Ou seja, com a maneira de produzir de hoje, ou seja, com queima. Com queima de cana. Porque a gente tem essa mania de falar que a queima de cana cria um problema ambiental de desgaste da terra, que isso é uma coisa que se fala bastante. Não. A cana é o manejo... a queima é um manejo típico na cana. Queima-se cana no Hawaii, queima-se cana na Austrália, queima-se cana na Flórida, aonde se produz cana. Claro, é uma prática que não é mais aceitável, inclusive em função da densidade populacional. Assim como ninguém quer morar do lado de uma usina de tratamento de lixo, ninguém quer morar do lado de uma fazenda que queima cana. E tem práticas hoje mais elegantes de você fazer esses processos. E as práticas agrícolas são inexoráveis. O processo de mecanização vai acontecer, mas associar a queima como um desvio de caráter das práticas brasileiras, ou seja, um equívoco brasileiro da produção de cana é um erro conceitual que nos impede inclusive de fazer uma abordagem séria de encaminhamento ambiental desse problema. Já teve muitas, e o Regis e o professor nobre conhece isso, já teve muitas situações de desertificação desastrosa em países como Austrália, por exemplo, que resolveram mecanizar na galega. Quer dizer, não é assim que a natureza exatamente se comporta.

O Brasil tem um... Aí agora são dados mais exuberantes e é por isso que nós estamos aqui nessa Audiência Pública porque isso desperta um interesse, uma exuberância, esses números, a exuberância desses número causa toda uma celeuma internacional e evidentemente também nacional. O Brasil com os 17 bilhões de litro de álcool/ano mitiga mais de 40% do total das emissões de combustíveis fósseis usados no sistema de transporte. Isso é completamente absurdo. Esses dados não são só brasileiros, são dados consolidados internacionalmente. Cada tonelada de cana-de-açúcar direcionada para a produção de álcool, absolve em termos líquidos 0.18 toneladas de CO₂. Ou seja, não só a emissão é zero, de efeito estufa, como limpa

um bocadinho a emissão dos outros. Com todas... Isso é o estado da arte. Sem... Não é futuro.

Esse é um dado interessante porque é um dado da Agência Internacional de Energia. Para cada unidade de energia, quantas unidades de energia você retira? Ou raciocinando em outros termos. Para cada barril de petróleo, quantos barris de petróleo equivalente você tira em termos energéticos por produção de biocombustível baseado em trigo, milho, beterraba é da União Européia e a cana-de-açúcar do Brasil? Não dá... Quer dizer, os números... E tem só como referência a gasolina é 0.83. Ou seja, você injeta mais energia do que aquela que você obtém quando você refina petróleo e transforma em gasolina. Claro, é um subproduto. Então a gasolina é um balanço negativo. Os biocombustíveis têm muita polêmica, mas o fato é que a cana-de-açúcar do Brasil ela se destaca pelos dados da Agência Internacional de Energia enormemente.

Esse é um dado especificamente com relação ao efeito estufa, interessante também que é da Agência Internacional de Energia.

Então, a redução de efeito estufa, que é o grande problema do momento, ela varia em função da matéria-prima que você usa. Então, se você calcular reduções por quilômetro equivalente rodado com veículos movidos a biocombustíveis, você tem essa performance. Então o etanol de grão que é o modelo norte-americano ele tem uns 60% de performance, o etanol de beterraba européia ele tem aquela performance da segunda linha, aí vocês têm uma coluna enorme que é do etanol do Brasil. Essa coluna que passa na frente do etanol do Brasil ela não existe. Ela é como está lá o estágio experimental de experiências que estão se fazendo na famosa área de hidrólise celulótica, enfim de usar o material da celulose para produzir o combustível. Veja, se você aplicar a celulose na matéria-prima cana, esta performance da cana fica melhor ainda. E o biodiesel de grãos também, de colza.

Esse é um outro mapa também da Agência Internacional de Energia que é interessantíssimo. Que é o custo por tonelada de carbono reduzida em função de novas alternativas de combustíveis para transporte. O custo de etanol feito de grãos na União Européia, no melhor dos cenários, é a partezinha roxa, no cenário de alto custo vai para 800 dólares. Biodiesel de colza é última linha, etanol de milho dos Estados Unidos a segunda linha e o escândalo da primeira linha que é etanol de cana-de-açúcar do Brasil. Ou seja, é o menor custo de redução de emissões. É o menor custo de combate de efeito estufa objetivamente hoje colocado em cima da Mesa.

Vamos para frente. Esse é o mesmo cenário daqui a dez anos, considerando, inclusive, a entrada de

novas tecnologias. Então, veja, o custo de redução de CO2 estimado, projetado pela Agência Internacional de Energia daqui a dez anos. O etanol do Brasil, mesmo num cenário de alto custo, que é a partezinha bordeaux, ele tem uma vantagem absurda com relação às outras possibilidades que hoje se coloca e que daqui a dez anos estarão em uso, serão as alternativas que estarão em uso porque são as que se colocam hoje.

Vamos para frente. E aí também um outro dado, esse é mais conhecido que também explica muito da polêmica que de repente muito das dúvidas que também são motivadas, evidentemente, por uma tremenda diferença comparativa e de competitividade. Se a gente calcular custo de produção por litro de combustível. Cana-de-açúcar Brasil, milho americano, beterraba na União Européia e mais do que o custo, a questão da produtividade de litro por hectare. Ou seja, melhor aproveitamento de um recurso natural altamente precioso chamado solo, água, e tudo isso que é o verdadeiro recurso nacional, ou território nacional que está sendo consumido nessas produções.

Isso é um dado importante, porque isso vai sair despercebido. Isso não é computado por Comissão de Mudança Climática, isso não é computado por ninguém. Isso vai ser jogado aos cães.

No ano de 2010, o Brasil estará consumindo sete bilhões de litros de álcool a mais em função dos carros flex fuel que já acontece no mercado. O Brasil vai ter uma contribuição de redução de efeito estufa ao mundo de mais ou menos 49 milhões de toneladas de CO2. Isso é enorme. É das maiores contribuições mundiais de combate de efeito estufa. Que será ignorado e perdido, mas é importante que esse dado pelo menos seja conhecido aqui.

Um exemplo importante que é... porque esse dá uma ordem de grandeza. Imagine 500 milhões de litros de álcool ao ano. No universo de 16, 17 bilhões, 500 milhões de litros é quinze dias de chuva ou não chuva numa área de Ribeirão Preto. É um desvio estatístico. É uma flutuação insignificante na safra. Por que é que esses dados são importantes? Porque esses dados foram auditados pelo Governo alemão. Porque num determinado momento das negociações do Protocolo de Kyoto se pensou fazer um projeto conjunto de cem mil carros rodando a álcool no Brasil ou que seriam equivalentes a dois milhões de carros com 10% de álcool nos Estados Unidos, que é isso que se pratica lá, ou como vai ser o caso da União Européia, quatro milhões de carros rodando com 5% de etanol adicionado à gasolina. O ganho de reduções de emissões ao ano é de três milhões e 500 mil toneladas de CO2. Isso é também altamente significativo.

Vamos para frente. Um aumento de produção de 500 milhões de litros de álcool, que é isso que nós estamos chamando aqui de desvio estatístico, significa que são injetados na economia 150 milhões de dólares ao ano e só de arrecadação entre impostos federais, municipais e estaduais, 84 milhões de dólares ao ano. O que é uma mobilização de recursos também muito expressiva que não acontece em qualquer outra expansão de setores equivalente, nem da agricultura e nem outros setores da atividade econômica. É um input que você dá com uma produção muito pequena, um input econômico muito grande.

Vamos para frente. Isso é o levantamento que aí a UNICA tem em São Paulo do que está acontecendo com a expansão dos canaviais e das usinas, a tendência, os Estados que diminuem um bocadinho, os Estados que passam a assumir o segundo lugar no ranking, enfim, como fica a ampliação, acho que é um dado útil, é uma documentação importante para essa Comissão.

Vamos para frente. Potencial de expansão. E aqui também entra a questão polêmica. O território brasileiro, total de terra agricultável, isso são dados do Ministério da Agricultura e abastecimento, então evidentemente ele está considerando, ele está respeitando a legislação e as regras ambientais do País, não está considerando aí uso de nenhuma área protegida. Das terras agricultáveis, o que efetivamente hoje se consultiava são 60 milhões de hectares com cana, cinco milhões e meio de hectares, com etanol, menos de três milhões de hectares. E para se ter uma ordem de grandeza, se pensarmos em abastecer o Japão colocando álcool em toda a gasolina consumida no Japão, com 3%, que é uma alternativa que os japoneses discutem, colocar 3% de etanol na sua gasolina, o Brasil precisaria de 0.27 milhões de hectares e se fosse colocar aquela loucura que os Estados Unidos fazem, 10%, também não era nada de extraordinário. Mas nem é isso que interessa.

Aqui uma... que acho que é importante também ter no bojo dessa discussão, a questão dos ecossistemas brasileiros, as áreas protegidas, etc.

Aqui é a área potencial de expansão de agricultura brasileira como um todo. É a expansão em áreas de cerrado não protegidas que evidentemente precisam ser zoneadas, planejadas, é importante que esse processo seja feito com uma diretriz, mas de qualquer maneira as proporções são importantes. Dessa área que potencialmente é agricultável e utilizável, nós temos um total de 204 milhões de hectares, nós temos um total de 204 milhões de hectares, é agricultável efetivamente 137, é área de pecuária extensiva 35, é área cultivada com culturas agrícolas 12 e tem uma área de potencial de

expansão de 90. Veja, é possível contemplar várias atividades agrícolas e mesmo pecuárias. É importante, por exemplo, a gente lembrar nesse quadro que São Paulo, nós temos um exemplo concreto de um Estado que intensivamente expande produção canavieira há três décadas pelo menos. Em São Paulo a atividade de gado ocupa 41% do território. E atividade de plantation agrícola 36, pelo que apareceu aí. Então veja, nós não... Porque as pessoas: vai acabar o gado, aí o gado vai ser empurrado para a região amazônica e depois que o gado... Não. Se nós achamos que é razoável produzir menos de uma cabeça de gado em um hectare de um recurso natural preciosíssimo chamado terra, tudo bem, mas é impossível que a gente não concorde que isso tem que ser otimizado. Que isso só se sustenta, como estávamos dizendo. Porque é atividade pobre. Isso tem que agregar uma riqueza, uma valorização desse recurso que é precioso.

Isso é um mapa que acho que o Regis vai talvez apresentar a mesma coisa. Com base em levantamentos, monitoramento de satélite, isso é um levantamento extremamente acurado do que é área potencial de expansão, área viável de expansão, enfim, o termo que se quiser. E em dois cenários. Sem irrigação e com irrigação. O que muda muita coisa, Senador. No nordeste. E muda muita coisa na sustentabilidade da atividade. Porque uma das coisas que garante essa performance de sustentabilidade, é o fato da cultura canavieira não ser irrigada. Ela é extremamente austera no uso de recursos hídricos e ela não compromete a qualidade dos recursos hídricos. Eu tenho até um outro gráfico que eu tirei da apresentação que é interessante que mostra como nas áreas canavieiras se operou o crescimento das áreas de mata ciliar protegida no Estado. Porque a atividade canavieira ela como tem o manejo bastante intensivo, enfim, falando de uma maneira bem grosseira, o sujeito que estraga o seu recurso natural, que estraga a água que está passando perto da propriedade dele, como ele está plantando numa terra no caso de São Paulo, Ribeirão Preto, por exemplo, que está sendo plantada desde mil, oitocentos e pouco, com café, depois foi intensivamente cana, ele já sabe que se degradar aquele negócio ele vai ser erosão, vai ficar muito mais caro conservar, vai ter mais trabalho com rotação de cultura. Então esse know-how já foi adquirido. E o know-how tecnológico se sedimenta nas áreas agrícolas, nas universidades e tudo mais. Quer dizer, perde-se dinheiro. Não se fazendo essa conservação.

Vamos para frente. Perspectivas de suprimento. Ah, uma coisa importante também é e afinal está acabando, menos de um minuto agora, se toda a gasolina mundial consumir 5% de etanol, 58 bilhões de litros

hoje o Brasil utiliza 2,7 milhões de hectares para produzir 16 bilhões de litros, mais 10 bilhões de hectares seriam necessários. Tudo isso daí, aqui acho que é a discussão mais importante também para essa Comissão ter claro. A exportação de álcool do Brasil, hoje, ela é uma brincadeira. O quer dizer uma brincadeira? Se exporta álcool hidratado para fingir que ele vira anidro, para entrar no mercado americano que tá fingindo que está ajudando os países do Caribe. Quer dizer, é um jogo completamente não aberto de comércio internacional, é uma coisa clandestina praticamente e muito pequena. Quer dizer, isso é dois bilhões de litros num período exuberante. Esse ano já não será. A perspectiva de nos próximos cinco ou dez anos ter uma abertura efetiva de mercado internacional é zero. Tanto americana como a européia e a japonesa se revela também bastante complicado.

Então, esse temor que a gente ouve, a reverberação vai tudo virar um grande canavial para atender o mercado mundial, mentira. A Europa não vai deixar de proteger a sua atividade agrícola para por um produto competitivo como esse e arrebentar toda a produção de beterraba local. O Estados Unidos não vai deixar de proteger toda a sua atividade do meio oeste baseada milho. São políticas nacionais muito claras e nós temos outros fóruns de discussão disso.

Então, a expansão da cana já está feita. Porque é a expansão de abastecimento do mercado interno para 2010 que é aquele mapa que mostrou inclusive onde estão sendo montadas as novas usinas. Porque nós já estamos em 2007. Então vai demorar dois, três anos para essa carência. E toda essa coisa que o Brasil vai virar um grande canavial para abastecer o mundo, me parece que cai por terra se a gente observar a próxima e última transparência. Isso podia ser o mapa da pobreza mundial, ou o mapa da colonização mundial. Não. É o mapa da produção de cana mundial. É um pouco patético a gente imaginar que com todos esses países produzindo cana, com todos esses países se digladiando no mercado internacional de açúcar nas bases pré-revolução francesa, que é o que opera ainda no mercado convencional de açúcar, o Senador João Tenório deve saber bem disso, seria muita estupidez da nossa parte a gente achar que o Brasil que vai abastecer o mundo com toda essa produção canavieira já feita. Com toda essa região necessitando de desenvolvimento e agregar renda. O que mais temos que fazer é ser proativos no estabelecimento de um mercado saudável que não reproduza os erros das commodities agrícolas e nem as distorções do mercado internacional de combustíveis, do petróleo que é um dos mais insanos do mundo como se revela a própria questão de segurança. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, Prof^a. Laura Tetti pela exposição que V.S^a nos traz, e quantidade de dados e informações são absolutamente indispensáveis para que formemos uma opinião mais clara e objetiva do tema. E ao mesmo tempo que eu passo a palavra para o Sr. Luiz Cortês, ele é professor de engenharia agrícola da UNICAMP. Por favor.

SR. LUIZ CORTÊS: Muito obrigado, Senador. Nós também temos uma pequena apresentação. Inicialmente eu gostaria de agradecer a oportunidade que é dado ao nosso grupo, nosso grupo que é coordenado pelo Prof. Rogério César Siqueira Leite. É um Grupo de Trabalho NIPE, da UNICAMP, e do qual faz parte o Prof. Regis e eu. E é um grupo composto por mais ou menos umas 30 pessoas, e eu gostaria primeiramente de externar que vários dos slides que os senhores vão ver aqui concordam e confirmam muito do que a Dr^a. Laura já disse.

Eu não vou entrar nos detalhes em cada um desses slides, mas eu vou primeiramente tentar definir um pouco da situação atual do mercado do mundo. Esse é um breve histórico do Programa Nacional do Alcool no Brasil simplesmente para mostrar que o assunto não é novo para nós e que o Brasil detém amplo conhecimento tecnológico no setor.

É importante dizer que os elementos de motivação presentes no Proálcool há 32 anos atrás eram muito diferentes do que nós encontramos hoje no mundo. Os elementos de motivação naquele momento eram mais ligados a diminuição da dependência externa de petróleo, o estrangulamento na balança de pagamentos, então o Brasil vivia naquele momento em 75 uma realidade muito diferente o que levou inclusive a adoção de um programa de larga escala. Hoje a realidade, o que está levando o Brasil a considerar a expansão significativa da produção do etanol é, sobretudo, para atender um possível aumento do consumo mundial, reflexo, resultado de um problema ambiental. Então é muito importante aqui que se diga que o álcool brasileiro teria uma participação no mercado mundial com o objetivo de atenuar um problema ambiental. E não de criar um problema ambiental. Isso é muito importante que se coloque.

Também é muito importante que se coloque, isso que a Dr^a. Laura falou, que houve nesses últimos 30 anos um aumento significativo dos indicadores de desempenho de eficiência da produção brasileira. Quer dizer o Brasil não ficou dormindo nesses últimos 30 anos e se revelou hoje o maior produtor mundial de açúcar e etanol. Não só o maior, mas o mais competitivo. Motivo que torna todos os países, torna os olhos de todos os outros países direcionado para nós.

Olhando como nós podemos melhorar, participar dessa tendência mundial.

Aqui mostra também no campo essa melhoria da produtividade da cana, que inclusive quando entra em terras novas vai mantendo patamares de produtividade muito interessante. Note que a cana-de-açúcar no Brasil é a quarta atividade em uso de solo, em uso de terra, mas é a primeira em renda. Então é uma coisa também importante para nós esse número.

Aqui números de evolução de indicadores de fermentação, de tempo de fermentação, o Brasil é sempre referência mundial em todas essas áreas, mas esse número aqui mostra, resume tudo, vamos dizer, em termos de produtividade. Há 32 anos atrás nós fazíamos dois mil litros de álcool por hectare por ano. Hoje nós fazemos entre seis e sete mil. Se a gente comparar com o álcool americano, eles fazem três mil. Os americanos com toda a tecnologia deles. E nós estimamos que esse número aqui ele pode ir em 20 anos a 11, 12 mil. E nós não temos competidor nessa área. Isso é uma tecnologia nossa. É um número muito bom, inclusive para comparar, se os senhores me permitem, com o biodiesel. É um bom número. Procurem, por favor, o número do biodiesel. Mal chegam a 700, 800 litros de óleo vegetal por hectare. A cana, o álcool de cana chega a seis mil, sete mil.

Esse é um gráfico muito utilizado feito pelo Prof. Goldenberg que mostra como a gente vai produzindo mais e aprendendo a produzir com custo menor.

A situação hoje é uma situação muito confortável para o setor. O setor sucroalcooleiro vive um momento fantástico porque nós temos um setor que tem uma lenda elevada, é o setor agroindustrial mais organizado eu posso dizer mais organizado que existe no Brasil com toda segurança. Perto de 400 unidades de produção altamente tecnificadas. E gerando um PIB do setor da ordem de 14, quase 15 bilhões de reais/ano. É uma questão muito importante para nós.

Muito bem. Aqui nós começamos a ver então, essa segunda parte da apresentação, eu gostaria um pouco que os senhores analisassem, e nós vamos discutir um pouquinho o problema mundial a questão do efeito estufa e a questão do que nos apresenta em termos de opções. Porque como todos os senhores sabem, o que vai se colocar para nós é a situação de elevação de temperatura do planeta. E isso não é um fenômeno... é um problema, senhores, que vai permanecer nos próximos 50, 100 anos. Quer dizer, esse assunto que está se começando a discutir agora é um assunto que vai ser cada vez mais discutido. Não pensem os senhores que se o Brasil não fizer uma dessas opções, que o problema está resolvido e podemos dis-

cutir outras coisas. É um problema que vai continuar. Nós temos que discutir as opções.

Então, os biocombustíveis, como nós estamos tentando colocar, evidentemente que tem algo para melhorar, mas ele sinceramente representa uma opção interessante para o País. Então, existe essa motivação, existe espaço para melhorar a tecnologia, existe essa experiência brasileira de desenvolvimento de um combustível de primeira geração que é produção de etanol do açúcar, mas existe um avanço tecnológico importante na medida que 2/3 da cana-de-açúcar é fibra. E nós precisamos fazer bom uso dessa fibra.

Muito bem. Aqui estão colocadas as opções, algumas opções, se não usarmos os biocombustíveis o que nós podemos esperar. Aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, aumento progressivo do preço do petróleo, outras alternativas de energias renováveis vão ser usadas para a geração de energia elétrica, ou seja, o mundo vai se confrontar com uma agenda difícil. Isso é clássico entre os estudiosos hoje que o mundo de petróleo barato está terminando. Então é uma combinação de basicamente dois fatores. Petróleo caro, e redução dos efeitos de aumento de temperatura do planeta. Isso que norteia toda a discussão. Quer dizer, as escolhas difíceis vão acontecer.

Esse é um gráfico que resume um pouco em cenários. Se tudo for feito para diminuir o aumento da temperatura do planeta nós vamos ter um aumento de um grau e meio na temperatura do planeta em um século. Se nada for feito, em média quatro graus e meio a elevação da temperatura. É uma questão de discutirmos as opções, e como a Dr^a. Laura colocou o álcool brasileiro é entre os combustíveis líquidos a melhor opção do mundo.

Aqui um pouco simplesmente para mostrar como tem se comportado os preços do petróleo nos Estados Unidos nos últimos anos. As oportunidades para o Brasil. A gente diz sempre que isso representa uma grande oportunidade para o Brasil. Então, isso que eu gostaria de discutir. Evidentemente que como a Dr^a. Laura falou, não existe atividade que não tem impacto ambiental. O que nós vamos discutir aqui é como reduzir os impactos negativos e como maximizar (soa a campanha) os impactos positivos.

Aqui nós fizemos para nortear o nosso estudo, nós fizemos um exercício que foi o seguinte. Não estou dizendo que esse cenário vai se configurar. Estou dizendo que nós fizemos um exercício para fazer um trabalho de planejamento energético, um trabalho de planejamento da expansão do etanol no Brasil. Nós trabalhamos na universidade e nós precisamos de hipóteses. Então vimos qual era a produção, o consumo

mundial de gasolina e de diesel e projetamos em 20 anos o que é que seria um mercado de etanol ou de biodiesel para... Etanol para substituir 10% da gasolina e o de biodiesel para substituir 10% do mercado de diesel no mundo em 20 anos. Esses números nós vamos tratar no próximo slide.

O que é que seria a área necessária para substituir 10% da gasolina do mundo em 20 anos? Nós precisaríamos hoje. Um bilhão e duzentos, um trilhão e duzentos dividido por seis mil. Hoje, portanto. Precisaríamos de uma área de cana de 25 milhões de hectares. O número que foi mostrado há pouco, área de soja hoje no Brasil é dessa ordem de magnitude. 22, 23 milhões de hectares. Ou seja, com 25 milhões de hectares de cana, o Brasil poderia substituir hoje 10% da demanda mundial de gasolina. Se os Estados Unidos fosse fazer isso com o milho, precisaria de 43 milhões de hectares. Se nós fôssemos atender 10% da demanda de diesel no mundo com o óleo de soja, precisaríamos de 325 milhões de hectares. Com o óleo de mamona, 260 milhões de hectares. Ou seja, um quarto da área do Brasil. Com o óleo de dendê, 43 milhões de hectares. Esse é o quadro. Nós falamos sempre que o Brasil tem muita terra, mas também não pode jogar fora a terra que tem. Não é verdade? Então esse aqui é um quadro que usamos um recurso natural de forma racional.

Então, aqui eu tenho ocupação de solo no mundo para os senhores terem uma idéia, área total dos países, terras cultivadas, 1.4 bilhões de hectares, culturas permanentes 136 milhões de hectares, pastagem 3 bilhões e 400 milhões de hectares. Agora, é interessante olhar essa última cultura, essa última linha, para a gente ter uma idéia se tem muita cana no mundo. O Brasil, como já foi dito, tem algo em torno de 6 a 7 milhões de hectares. Olha, tem 20 milhões de hectares no mundo em cana-de-açúcar. Tem 208 milhões de hectares em trigo. 153 milhões de hectares em arroz. 145 milhões de hectares em milho e 92 em soja.

Então, não é verdade que o mundo tem muita cana e também não é verdade que o Brasil tem muita cana. O que acontece é que tem muita gente morando perto de onde a cana está, e as pessoas ficam com a sensação de quem tem muita cana, mas quem já viajou de avião por esse Brasil já deu uma olhada na janelinha do avião e já viu o que tem embaixo. Nós temos 1/4 da área do Brasil é pastagem. Sem boi, diga-se de passagem. Sem boi.

Então, aqui nós colocamos área plantada com culturas no Brasil. Olha, para os senhores terem uma idéia o que é cana no Brasil, o Estado de São Paulo que produz 75% da produção brasileira de cana, o Estado de São Paulo é 3% da área do Brasil. E um oitavo da

área do Estado, 15%, um oitavo da área do Estado é cana. Um sétimo da área do Estado é cana. Um sétimo de 3% é cana no... 75% da cana no Brasil. Um sétimo de 3%. E com isso nós somos o primeiro produtor mundial de açúcar e produtor mundial de álcool. Quer dizer, não dá para imaginar que a gente deve limitar isso. A gente deve imaginar como bom brasileiro que essa experiência deve ser reproduzida em outros lugares. Não digo em São Paulo, mas eu digo em outros lugares. A região de Ribeirão Preto, região de sertãozinho é um paraíso em termos de Brasil, em termos de progresso econômico e social no Brasil.

Aqui nós temos ocupação do solo já foi dito. Aqui nós apresentamos o nosso trabalho e eu vou apresentar uma série de cinco ou seis transparências que mostram basicamente quais são os que foram colocados como premissa. Evidentemente que não entrar com cana na Amazônia, no Pantanal e na Mata Atlântica, embora eu pessoalmente ache que a Amazônia precisa ter um desenvolvimento próprio. Não necessariamente com cana, mas um desenvolvimento próprio. Precisa ter alguma atividade para manter a população que mora lá. E precisa também planejar essa expansão da cana no Brasil, caso ela se concretize, porque se a gente não fizer nada, essa expansão vai acabar acontecendo de alguma maneira, e da maneira que nós não queremos. Esse que é o problema. Se não for feito um planejamento pelo Estado, pelos empresários, envolvendo a sociedade civil, essa expansão vai acontecer da pior maneira possível. Concentrando mais, reduzindo as oportunidades em outras regiões. Lembrem-se os senhores que no início do Proálcool pretendia-se que uma boa parte do impacto fosse de desconcentrar o desenvolvimento econômico. E isso acabou não acontecendo. Nesse nosso projeto nós planejamos que pelo menos 40% da expansão se dê nos Estados ou na região nordeste. Na região sul e sudeste nós reduzimos bastante essa expansão.

Então, há expansão espontânea, vou mostrar um pouco como ela está se dando, essa é a distribuição da expansão das novas unidades dos Estados brasileiros. Os senhores vejam que existe ainda 41 das 84 unidades sendo construídas em São Paulo. Isso não é o cenário mais favorável para o Brasil. Nós gostaríamos muito que isso acontecesse prioritariamente em novas regiões.

Vou mostrar aqui o... Esse é o mapa que foi feito pelo Centro de Tecnologia, Copersucar que compõe o nosso trabalho, eu gosto de conservar sempre a Amazônia e o Pantanal verde, porque isso já tem um efeito também positivo em termos de planejamento, mas esse mapa aqui mostra que as melhores áreas de produção em azul estão realmente no interior do

Estado de São Paulo, mas se nós pegarmos as áreas em laranja em amarelo, nós veremos que existe uma grande diagonal que segue do Mato Grosso do Sul ao sul do Maranhão, que poderia eventualmente com bom planejamento seguindo a risca os requerimentos de preservação de áreas protegidas nós poderíamos fazer um bom planejamento para essa região. É uma área imensa isso. Com um pouco de irrigação, irrigação que chamamos de salvamento, olha como melhorou muito o cenário na região nordeste. Volte um, por favor, para termos uma idéia. Olha um pouco a situação da região nordeste. Basicamente sofre essa região. Tem bons solos, mas não tem uma boa distribuição de precipitação. Com um pouco de irrigação, com um pouco de irrigação, 200 milímetros anuais nós podemos melhorar muito, ter áreas ali fortíssimas em termos de possibilidade, de produção e de exportação e de revitalização dessa região. Isso é uma coisa muito importante. Ou seja, nós não precisamos expandir em regiões de preservação ambiental. Nós podemos perfeitamente resolver um problema, atender uma demanda mundial e resolver um problema para nós aqui internamente é muito importante. Esse é um quadro que os senhores depois podem estudar, mas que realmente sumaria um pouco o que a Laura falou, tem 360 milhões de hectares no Brasil aptos para uma produção de cana-de-açúcar.

Esse gráfico já foi mostrado. 360 milhões de hectares. Próprios. 40% da área do País. Evidentemente que nós não vamos fazer isso. Podem ficar tranquilos. Essa é a idéia de criarmos clusters, agrupamentos de usinas que seriam tipicamente de 15 usinas. Em cada cluster nós teríamos a geração de 22 mil empregos diretos, 75 mil empregos diretos e indiretos e induzidos. Cada cluster seria um conjunto, uma população de 200 mil pessoas. Onde nós geraríamos também uma quantidade, um aproveitamento da palha e do bagaço uma grande quantidade de energia elétrica, equivalente a 15% da produção de energia elétrica brasileira. Isso teria um impacto social interiorizando o desenvolvimento brasileiro de forma significativa.

Nesse nosso trabalho nós selecionamos 17 áreas. Podem ser outras. Isso é uma mera sugestão. Nós não temos a pretensão de que o nosso trabalho seja um estudo de planejamento, é um estudo que mostra simplesmente que o Brasil se quiser tem possibilidades. E áreas que os senhores podem ver existem uma distribuição que vai do Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, olha o resto da Bahia, aquela área do resto da Bahia, tem só ela um potencial de 22 bilhões de litros. Uma vez e meia a produção brasileira de álcool hoje. 1.3 da produção brasileira de álcool hoje. A Bahia particularmente é um Estado fantástico em termos de

expansão e o sul do sul do Maranhão, áreas como o norte de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro, enfim, o Brasil tem amplas possibilidades nessa área.

Aqui nós fazemos um resumo de qual é a disponibilidade de terras no Brasil para a cana-de-açúcar. É um pouco aqui como o cenário da exportação de 200 bilhões de litros de álcool iria ser distribuído nas regiões brasileiras. Eu gostaria particularmente que o senhor notasse que nordeste 40% e centro-oeste 41%, nos dois juntos 80% da produção nesse nível de produção. Ou seja, isso aqui é um projeto para o Brasil. É um projeto realmente desenvolvimento para o Brasil. O dia que o Brasil olhar um pouco esses números vai transformar esse projeto num projeto de desenvolvimento nacional.

Aqui um pouco dos impactos econômicos. Nós medimos isso em termos de impacto de PIB, em termos de impacto de IDH, e em termos de geração de energia elétrica e nós teríamos o equivalente à criação de um outro Estado do Rio de Janeiro. Para os senhores terem uma idéia. O equivalente à geração de 5.3 milhões de empregos entre empregos diretos e indiretos e induzidos. E o equivalente à produção de energia elétrica excedente de 15%, geração de energia elétrica total 15% da produção energia elétrica brasileira.

Aqui eu vou passar a palavra ao Prof. Régis, o Prof. Régis Lima Verde Leal também é coordenador desse projeto junto com o Prof. Rogério Siqueira Leite da UNICAMP e ele trabalhou 20 anos no Centro de Tecnologia da então Copersucar, mas recentemente de alguns anos para cá ele é o vice-coordenador desse projeto e ele vai tratar a questão da sustentabilidade, os indicadores de sustentabilidade e o que a tecnologia. As novas tecnologias já estão fazendo e vão poder fazer para melhorar ainda mais esses indicadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – (pronunciamento fora do microfone) Régis. Professor... Manoel Régis Lima Verde Leal, doutor do Centro Nacional de Energia Alternativa.

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: Obrigado, Senador. O tempo é curto, vou tentar correr sobre isso, mas a sustentabilidade é o conceito que além do meio ambiente nós temos nos preocupar com os aspectos sociais e não podemos esquecer o aspecto econômico senão a solução é de pernas curtas, não chega longe.

Não existe um sistema de certificação mundial de biocombustíveis. Existem muitas discussões, alguns países estão mais avançados, pegando o caso da Holanda que está bem avançado nisso que já são importadores de biocombustíveis, os aspectos considerados principais pode ser resumido em seis áreas:

O primeiro é o balanço energético e o balanço de CO₂. Porque a missão dos biocombustíveis é reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Se eles não passarem por esse teste, não adianta ele ir bem nos outros porque não é uma solução adequada. A competição com alimento, energia, quer dizer, lenha, etc, e outros usos locais da área, é um item muito importante, todo mundo discute, mas essas discussões têm sido muito superficiais, tem sido muito emocionais. O Prof. Cortez já mostrou os impactos de área, a cana hoje no Brasil hoje ocupa 0.7% da área do País, e mesmo assim a gente ouve aqui e ali falar do escrito que o Brasil está se transformando num mar de cana. 0.7% da área é uma fração bem modesta e não podemos dizer que é isso aí. A soja que ocupa mais de três vezes essa área nunca ouvi falar que o País está se transformando num mar de soja.

Então existe um fator muito emocional nessa história toda e é preciso ser tratado com objetividade isso aí. Competição com alimento, qualquer uso de terra vai competir com alimento. Quem vai plantar cana, quem vai plantar soja, etc, vai procurar as terras mais férteis, terras que não precisam de irrigação, etc. E haverá uma tendência de elevar os preços agrícolas, mas isso é bom. O setor agrícola de todos os países é um setor desfavorecido na economia. Emprega muita gente e tem pouca renda. Essa questão da influência do uso da terra no preço dos alimentos é muito complicada. E ela é principalmente complicada pela super produção, excesso de produção nos países desenvolvidos e o protecionismo desses países com subsídios, com barreiras, importações e outras atitudes. Existe mais de dez milhões de hectares em Estados Unidos e Europa que o proprietário recebe para não plantar. Ele tem uma renda anual para não plantar, porque não tem mais onde enfiar alimentos. O problema de fome no mundo é falta de dinheiro, e não falta de alimentos.

A biodiversidade é um aspecto complexo. Desde que o homem começou a usar a agricultura para sua subsistência ou parte dela, que isso começou a se tornar um problema há 11 mil, 12 mil anos atrás. No século 11, William, O Conquistador, mandou fazer um estudo na Inglaterra porque ele estava preocupado com a destruição de florestas. E no ano 1086 esse estudo foi entregue com a conclusão que 90% das florestas das regiões baixas próximas dos rios tinham sido destruídas. Em 1086. A riqueza, a tendência da expansão agrícola é gerar riqueza no campo. Naquele estudo o Cortês cobriu rapidamente nisso, mas vocês podiam ver que havia um aumento do PIB e o aumento do PIB per capita, PIB por emprego indicando não só o aumento de renda, mas também uma melhoria do nível de emprego. A riqueza nós temos que achar ma-

neira de distribuir a riqueza. Ela vai existir. A atividade agrícola vai gerar riqueza. Como ela vai ser distribuída é um assunto mais complicado. O bem-estar é as condições de trabalho, direitos humanos, trabalho escravo, trabalho infantil, isso não pode ser tolerado. Isso não é a norma na agricultura, mas existem casos e têm que ser coibidos. No mundo existem mais de 25 milhões de escravos. Não só nos países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos. Estados Unidos usa mão-de-obra escrava nas plantações de laranja, de pêssegos e outras coisas.

Direito, propriedade e direito de uso dessa propriedade. É um aspecto sensível que tem que ser tratado. Condições sociais da população local também é aspecto importante, há uma tendência de melhoria, mas a mudança de atividade é uma coisa que é difícil avaliar, uma pessoa que consultava a sua terra e passa a ser um empregado de uma grande propriedade rural ele vai ter alguns problemas, nem todos vão encarar da mesma maneira.

O meio ambiente, que é o aspecto foco dessa nossa reunião, exige um gerenciamento dos rejeitos, uso de agroquímico, preservação do solo, preservação da água, remissões(F) atmosfera e uso de organismo geneticamente modificado que também é outro assunto muito mais emocional do que técnico.

Do ponto de vista energético, do ponto de vista de balanço de CO₂ já foi dito e repetido, estou apenas acrescentando aqui que o etanol de cana é ainda uma das melhores opções e vai continuar durante muito tempo como tal. Medidas mitigadoras que têm sido utilizadas e que... Continua acontecendo na produção de cana no Brasil. A vinhaça, que é uma coisa muito mencionada, muito citada como um problema, hoje ela é uma solução. Ela é um benefício porque ela substitui uma parte significativa dos adubos químicos. A queima de cana, que é outro... Aliás, existe uma lei em São Paulo que pode ser expandida para o resto do Brasil regulamentando a taxa de aplicação. Quantos metros cúbicos de vinhaça por hectare eu posso lançar? Isso é função da produtividade da cana, da análise do solo, da análise da vinhaça, que a vinhaça muda muito de produção dependendo do processo produtivo da qualidade da matéria-prima, e isso pode ser facilmente equacionado. Ela tem o benefício de elevar o PH do solo, o Brasil é um País que tem solos tipicamente ácidos, isso é um benefício, aumenta o teor de matéria orgânica, aumenta a troca de íons, ou seja, o aproveitamento dos micro nutrientes pela planta e a série de outros benefícios.

Uso da água. Felizmente o Brasil pouco, muito pouco da cana é irrigada. Aliás, dos 60 milhões de hectares, cerca de três milhões de hectares são irrigados

no Brasil. Existe uma tendência de aumentar isso aí. Naqueles gráficos vocês viram que o nordeste para se tornar um produtor agrícola ele vai precisar usar isso, uma irrigação que pode ser feita de forma racional. Na indústria, o valor há dez anos atrás era cinco metros cúbicos de água por tonelada de cana. Isso já reduziu para cerca de dois e a tendência é que fique abaixo de um com tecnologia simples. Já existe tecnologia, só querer utilizar.

Queima do canavial, existem leis federais e leis estaduais estabelecendo um fim. E essas leis estão sendo seguidas. No Estado de São Paulo as áreas mecanizáveis até 2021 tem que parar de queimar e as áreas não mecanizáveis até 2031. Isso está sendo negociado no momento uma antecipação razoável desse cronograma. No Brasil a lei federal prevê apenas para que as áreas mecanizáveis deixem de ser queimadas em 2018. A tendência da expansão da cana é ir para áreas mecanizáveis é que no futuro não vai ter mão-de-obra para a colheita manual.

O uso de pesticidas, ele de forma geral, mas não totalmente, ele é substituído por controle biológico. Usando insetos para controlar outros insetos. Os herbicidas vão ser reduzidos à medida que deixemos de queimar a cana e o colchão de palha no solo vai inibir o crescimento das ervas daninhas implicando menor uso de herbicida. Fertilizante, o uso correto da vinhaça reduz isso, e a agricultura de precisão que é uma tecnologia utilizada em várias outras culturas está lentamente entrando no canavial que vai ser a aplicação dos fertilizantes onde precisa e na taxa que é preciso e não num valor médio excessivo que vai provocar uma redução muito importante no uso de fertilizantes. Emissões atmosféricas com o final das queimadas isso vai reduzir praticamente a zero porque as emissões das caldeiras e bagaço já existe lei controlando as emissões de material particulado e óxido de nitrogênio que são os principais poluentes, já que os óxido de enxofre não existe no bagaço.

Preservação das matas, apenas aplicar os códigos florestais, as leis regulamentando área de proteção permanente, área de reserva legal. Isso tem que ser observado e tem que ser cumprido.

Os impactos na redução da colheita de cana. O impacto econômico. Primeira coisa ela exige um investimento elevado, uma colheitadeira custa cerca de 800 mil reais e exige uma quantidade equivalente em equipamentos auxiliares, oficina de manutenção e outros gastos correlatos, mas o custo de corte de cana mecanizados ele não é mais elevado que o corte manual. Isso pode elevar um pouco de uma região para outra, mas de modo geral eles se equilibram. Porque senão haveria uma tendência de ir para um ou para outro. Por

que é que se queima cana no corte mecanizado? Se eu estou colhendo a cana mecanicamente por que eu queimo? Porque aumenta a produtividade da colhedora de 20 a 30%. Eu colho mais cana por unidade de tempo com aquele mesmo equipamento.

Os efeitos sociais são muito importantes com o fim da queimada. Nós temos que ter cuidado que um grande número de empregos vão ser eliminados, são empregos de baixa qualificação, e empregos de baixa qualidade. Vai haver um aumento não proporcional, mas aumento dos empregos de mais qualificação. Como tratoristas, mecânicos, de manutenção e outros. O aumento da remuneração média por emprego e vai ter uma necessidade muito grande de treinamento. Isso já está ficando um gargalo hoje.

No ponto de vista ambiental, o colchão de palha que fica no solo, mesmo que se tire uma parte dessa palha para uso energético é conveniente que se deixe uma fração dela. 50%, 40, 30%. Porque ela protege o solo da erosão. É uma grande proteção a redução da perda de solo com o colchão de palha é muito significativa. Melhora a fertilidade do solo pela incorporação de matéria orgânica e um pequeno reciclo de nutrientes. Reduz a necessidade de água nas regiões que são irrigadas porque ela diminui a evaporação e reduz o uso de herbicida, como já falei. Do ponto de vista energético, a palha representa 1/3 da energia primária da cana. 1/3 é a palha, 1/3 é a fibra que está no (ininteligível) que vira bagaço e outro 1/3 são os açúcares. Então nós estamos desperdiçando um 1/3, estamos usando mal e porcamente o outro terço do bagaço e estamos aproveitando 1/3 da cana. A redução do consumo de diesel no preparo do solo porque o colchão de palha vai possibilitar a expansão da técnica de cultivo mínimo que reduz as atividades agrícolas de preparo de solo com o consumo de diesel e com menores impactos ambientais e sem dúvida vai ter um grande impacto na melhoria do balanço energético e no balanço de gás de efeito estufa. Aquele 8.3 vai para 11, 12 para 1, senão mais.

Bom, competição com alimento. O Brasil nós já vimos temos áreas suficiente para a expansão do canavial. Aqueles 200 bilhões de litros que o Cortês falou, considerando a expansão natural 200 bilhões para exportação. Considerando expansão do consumo interno de álcool e o consumo interno de açúcar e a expansão do mercado externo de açúcar, isso daria em 2025 a necessidade de pouco mais de 30 milhões de hectares. Nós vemos lá por aquele estudo do mapa que nós temos cerca de 90 milhões de hectares disponível para cultivo com baixo impacto. O País já produz alimentos suficientes e tem gente passando fome é por falta de recurso. Não de alimento. Nós somos grandes

exportadores de soja, carne, açúcar, e outros produtos agrícolas, e se tem gente passando fome não é por falta de alimento.

A demanda de terra pode ser reduzida com o uso de tecnologia. Aqueles 30 milhões de terra, usando os índices de hoje, eles iriam para 45. O que é que eu vou precisar? Melhorar a produtividade da cana com novas variedades, vou precisar melhorar as práticas agrícolas, vou precisar utilizar a palha para produzir energia e para produzir mais álcool com tecnologia de segunda geração, tudo isso vai amenizar essa demanda por terras adicionais, mas nós precisamos investir em desenvolvimento tecnológico.

Hoje, analisando todas as alternativas de bio-combustíveis no Brasil e no resto do mundo, o etanol de cana-de-açúcar é a melhor opção do ponto de vista de balanço energético, balanço de CO₂, e de demanda de terras.

A nível mundial, o problema, como eu já falei, é muito complexo, não temos tempo para entrar nessa discussão que não está muito clara ainda.

Os problemas sociais, o trabalho degradante, escravo infantil tem leis. A lei tem que ser aplicada e tem que ser coibido. Não pode ser tolerado isso. Tem que ser fiscalizado, tem que ser perseguido, porque isso uma pequena fração de produtores que usa essa conduta inadequada, ele denigre todo o setor, todo o País. Parece que todo mundo aqui usa trabalho escravo infantil.

Mão-de-obra migrante com a mecanização da cultura isso vai reduzir significativamente. Porque a parte... A maior parte da mão-de-obra sazonal é para o corte de cana. Posse e uso da terra. Existe leis, têm que ser fiscalizado. É um ponto sensível, mas que uma fiscalização e uma vontade política de resolver isso aí contorna esse problema.

Melhoria da população próxima, isso deve acontecer, vai haver uma mudança complicada na vida de uma parte da população que vai deixar de ser proprietário e pequeno produtor para ser empregado. Um aumento do preço da terra e dos alimentos produzidos localmente é de se esperar, não tenho como quantificar isso porque isso é muito específico do local. E espera-se uma melhoria dos índices sociais. O nosso estudo mostrou que existe uma melhoria razoável do IDH, do Índice Gini e outros indicadores sociais.

Tecnologia. Nós temos que desenvolver tecnologia, nós somos os melhores, mas não vamos ser os melhores para frente se nós dormimos de touca. Porque existem as tecnologias de segunda geração que estão vindo aí rapidamente. Talvez em 10 anos elas estejam comerciais e nós temos que nos inserir nesse contexto. Infelizmente, o álcool de cana devido a gran-

de disponibilidade de fibra da cana mal utilizada hoje ele se adapta muito bem a se integrar à tecnologia de primeira com a tecnologia de segunda geração. Isso é só um exemplo de quanto pode melhorar. Nós podemos produzir mais ou menos 40% mais de álcool com a mesma cana. Se nós utilizarmos adequadamente a palha e melhor o bagaço. (soa a campainha)

A integração da produção das várias formas de energia. Essa é uma planta de produção de álcool de bagaço. É uma planta de demonstração, cinco mil litros por dia está sendo comissionada. Essa é uma planta de gaseificação de bagaço e de biomassa que testou o bagaço e palha aqui do Brasil com muito sucesso, e era isso tudo que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem por favor. Eu gostaria de poder contar com a compreensão de colegas Senadores e V.Exª Presidente, eu tenho uma entrevista daqui a 20 minutos no Canal Rural exatamente sobre este tema dessa Audiência Pública. E contando com a paciência e compreensão dos colegas, eu gostaria de tirar algumas três, quatro dúvidas com os palestrantes que vou precisar, infelizmente não vou poder ouvir o Deputado Fernando Gabeira, mas eu gostaria de tirar algumas dúvidas a respeito do que ouvi a parte técnica dos senhores. Gostaria dessa oportunidade.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Senadora, seria importante. Eu vou ter que me retirar num momento porque eu convidei o Ministro Celso Amorim para uma audiência, eu sou autor do Relatório. Tem que agora fazer as perguntas a ele e volto daqui a pouco.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada. Se for possível, Sr. Presidente, eu gostaria...

Sr. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sim, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Muito obrigada. Agradecer os palestrantes, Drª. Laura, Prof. Luiz Cortês, Dr. Manoel. E parabenizar o nosso Presidente por essa Audiência Pública. Realmente estou surpreendida e imaginei que fosse ocorrer de forma diferente.

Primeira pergunta. É mais uma afirmação e pedindo para corrigir porque foi passado muito rápido quero só apenas a confirmação. O professor Manuel disse que hoje nós ocupamos 0,7% do solo brasileiro com cana. A Drª. Laura disse... Não, acho que o Dr. Luiz Carlos. Que se nós substituirmos apenas 10% de todo toda a gasolina e diesel do mundo, substituísse com 10% de álcool, nós ocuparíamos 25 milhões de hectares. Para isso tudo. Então isso significa que se nós supríssemos toda essa demanda de 10, nós ocuparíamos então 3% do território brasileiro. Haja vista

que temos 850 milhões de hectares. Se nós, que isso não vai acontecer, claro que outros países também poderiam suprir esses 10%, mas se tudo fosse feito no Brasil, ainda assim esses 10% significaria 3% de solo brasileiro. Ok. É isso?

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: Nós podemos fazer a conta, hoje, quanto o mundo usa de gasolina hoje e quanto eu preciso de álcool para substituir hoje e qual é a produtividade de álcool hoje. No estudo que fizemos na UNICAMP, nós projetamos o consumo e as produtividades para daqui 20 anos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Seriam esses 10%. De um bi e duzentos litros de um, de um bi e duzentos litros de outro, isso nos próximos quantos anos?

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: 20 anos. 2025. Isso foi...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Ah, ainda assim esses 25 milhões de hectares que seriam necessários seriam no prazo de 2025?

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: Esses 25 milhões de hectares, inclusive está numa das transparências que o Prof. Cortês passou rapidamente, significaria eu substituir 10% do consumo hoje com a tecnologia de hoje. Agora, se eu projetar o consumo de gasolina para 2025 em vez de 150 milhões lá eu ia precisar de 150 bilhões de litros.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Ah, tá. Isso baseado no consumo de hoje.

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: É. Agora no consumo de 2025, porque eu preciso de tempo para fazer essa expansão...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Está suficiente. Nós estamos hoje produzindo cinco milhões de hectares, no Brasil todo, 3 milhões irrigado e 16 bilhões de litros. Hoje.

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: Três milhões... Cana... Não, cana são seis milhões de hectares dividido por 851 milhões de hectares no País é que deu 0,7 da minha conta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – 20 bilhões de litros.

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: Quase 20 bilhões de litros. 17 bilhões de litros. Dos seis milhões de hectares de cana, três vão para açúcar e três vão para álcool. Eu mencionei que dos 60 milhões de hectares cultivados no Brasil, cerca... Todas as culturas, cerca de três milhões, ou seja, 5% da área irrigada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Ok. Existe algum estudo e alguma relação que a gente pudesse fazer entre a queima, que é ruim para o meio ambiente, mas o que isso poderia ser revertido em poluição urbana ao contrário porque substituiria com-

bustível fóssil. A questão também da termoeletrica pelo bagaço da cana que seria ponto positivo, ao favor do meio ambiente, se existe uma correlação entre esses três fatores. Um negativo e dois positivos. O que é que poderia significar isso em termos de absorção de gás carbônico? Com relação a essas três coisas. A termoeletrica com bagaço de cana também.

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: O estudo do aproveitamento do bagaço... Laura, por favor.

SRA. LAURA TETTI: Eu vou dar uma outra experiência minha. Antes de... Eu trabalho com meio ambiente há muito tempo, fui Presidente da CETESB, assim que foi instituída a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, uma das primeiras a ser instituídas, e talvez os mais idosos aqui se lembrem que eu lancei a questão da campanha da poluição veicular. Porque até então se falava que é chaminé de fábrica, e 90% da poluição urbana no Brasil e no mundo hoje é carro e veículos. A redução é maior do que 25% das emissões primárias de veículos a gasolina. Então tem alguns dados que são muito interessantes. O principal elemento poluidor e é muito fácil falar da cidade de São Paulo porque ela tem uma rede fixa de 20 estações medidoras medindo on-line todos os poluentes que são emitidos. Aliás, uma coisa meio única para os padrões brasileiros. A cidade de São Paulo todo dia na época de outono e inverno ela dá má qualidade do ar por concentração de monóxido de carbono que é emissão básica da gasolina. Com a entrada maciça do uso do álcool ainda sem as modernas tecnologias de injeção eletrônica do veículo, que isso foi tudo instituído naquele momento quando se fez essa campanha, instituiu o Programa de Controle de Poluição Veicular, o PROCONVE, a legislação que estabeleceu um padrão mínimo de aditivação de álcool na gasolina brasileira por razões de emissão de poluentes dos automóveis, então naquele momento já havia uma redução da ordem de 25% nas emissões de monóxido de carbono que eram o principal poluente, principal ameaça em termos de saúde pública na cidade de São Paulo.

Um outro dado importante. Essas emissões elas inverteram o poluente, elas passaram a indicar os poluentes que começam a ser medidos que eles são mais particulares hoje no caso da cidade de São Paulo na esfera do diesel, até porque com a entrada dos veículos flex fuel a gente sente nos padrões de concentração de poluentes que faz ainda mais uma curvinha interessante para baixo. Mas um outro dado que é importante daquela época. Evidentemente a questão da queima de cana é um transtorno, assim como queima-se cana na Flórida, na Louisiana, no Hawaii, na Austrália e no Brasil, queima-se problemas sociais, ambientais, etc.

Isso se mede loucamente. Não tem ano que não se passe dez estudos sobre questões de poluição da cana. Naquele momento foram instaladas estações medidoras nas áreas de colheita dos canaviais, nas regiões de grande produção para estabelecer o padrão comparativo. Não é o poluente tão complicado, não é a gama de poluentes tão complicado como os dos derivados de petróleo, mas no âmbito de particulados, não há nenhuma emissão de poluente da queima dos canaviais que empatava com o poluente urbano da cidade equivalente. Se você for medir hoje na cidade de Piracicaba, que a queima é ainda bastante queima, se colocar uma estação medidora no meio da safra e colocar uma estação medidora no centro da cidade, é o centro da cidade que vai assustar. Que é lá que está a poluição. A concentração do poluente da cana ela não se manifesta como uma ameaça porque ela não tem permanência na atmosfera. Ela é pesada. Enfim, são outros detalhes técnicos, mas têm esses estudos, relatórios da CETESB que estão sendo feito desde 1998.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria... essa pergunta, eu sei que ela é um pouco... eu gostaria até que me respondessem depois por escrito uma coisa mais concreta, com números e dados, se for possível, essa relação. Qual é a minha preocupação? Não é só a questão ambiental, claro que ela é importante, mas pra gente fazer, Senador Jonas Pinheiro, colegas Senadores, essa correlação com o trabalho. Com os empregos que isso pode dar. Acho que é interessante a gente tentar descobrir essa conta do positivo, do negativo, pra gente estudar a compensação trabalhista que me preocupa sobremaneira. E também se pudessem me informar posteriormente o que é que seria substituição de fertilizantes químicos com a vinhaça hoje no País pode ser respondida posteriormente.

E para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui posteriormente para ser aprovado um Requerimento de Audiência Pública pedindo apoio dos colegas Senadores para que nós pudéssemos trazer aqui o proprietário da empresa Pagrisa no Pará, uma empresa, usina de açúcar e álcool foi fechada pelo Ministério do Trabalho, Humberto Célio, Auditor do Ministério do Trabalho que chefiou o getrate(F) no dia, o Delegado Regional do Trabalho do Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará que lá esteve posteriormente a auditoria, a Federação das Indústrias do Estado do Pará que esteve lá posteriormente à vistoria, e a Ordem dos Advogados do Brasil do Pará, que esteve lá após a vistoria. Esse Requerimento assina eu e o Senador Flexa Ribeiro. Eu gostaria de deixar aqui para a gente tirar essas dúvidas a

respeito do que ocorreu na usina de açúcar e álcool no Pará, que segundo essas entidades nos pediram inclusive uma visita in loco sem o menor medo, sem a menor preocupação porque o que foi feito lá, segundo essas entidades, foi uma aberração demitindo 1.200 trabalhadores que trabalhavam nessa usina no Estado do Pará. Muito obrigada pela paciência e compreensão dos colegas, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Neuto de Conto e também do Senador João Tenório e obrigado aos nossos palestrantes. Eu gostaria depois de contactar pessoalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senadora Kátia Abreu eu gostaria de submeter logo a apreciação, Srs. Senadores de sua proposição, que eu acho absolutamente fundamental e oportuna porque isso teve uma repercussão muito grande, eu diria não só no Brasil como até no exterior houve esses constrangimentos de alguns produtores que se encontravam por coincidência no exterior, eu acho da maior... Muito oportuno. Apesar de que foi criado pelo Senado, V.Exª deve estar sabendo, mas nós submetemos à apreciação aqui, eu gostaria ...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – E que pudesse, Sr. Presidente, a recomendação pela Secretaria da nossa Comissão, caso seja aprovado pelos nossos colegas, que ambos, as pessoas, tanto o que fez a fiscalização que é o auditor e as empresas, as entidades que lá foram, pudessem trazer fotografias do que lá foi visto, para que pudesse ser apresentado aqui aos Senadores a realidade das instalações e de tudo que lá estava acontecendo. Acho que a gente visualizando seria muito interessante e fundamental a vinda dessas fotografias e filmagens para que a gente pudesse ver. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Em votação o Requerimento. Da Senadora Kátia Abreu. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Queria só sugerir que essa audiência sou pela aprovação, mas em função dessa criação dessa Comissão que foi criado pelo Senado, para fazer essa visita externa que essa audiência venha a correr após essa visita dessa Comissão do Senado. Que também trará subsídio pra gente discutir aqui na Audiência Pública.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu acho perfeitamente interessante e correta essa proposta, mas que não postergue caso essa visita não ocorra. Eu sou co-autora com o Senador Flexa dessa visita, mas o que está me preocupando é agendar a todos os Senadores para que possa ir até lá e o tempo está passando. E esse tempo às vezes pode trazer desconfiança com relação a essa análise com seria

tão fresca da hora após a vistoria. Então a minha preocupação é exatamente essa. Gostaria muitíssimo de ir até lá, estou listada, estou à disposição, mas tenho medo de isso demorar demais e tem outra configuração de abandono, porque ela foi fechada, os trabalhadores foram demitidos, 1.200 trabalhadores de carteira assinada e com direito a produtividade de empresa, então que isso possa distorcer a nossa visão aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senador Cícero, tem alguma informação sobre...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – A preocupação da Senadora é muito pertinente. A minha sugestão é que já que ela é co-autora e o Senador Flexa já está com isso aprovado, inclusive foi uma Sessão que a gente estava, vamos dizer assim, com dificuldades para votar a matéria e foi aberta essa exceção, acho melhor a gente tentar com o Senador Flexa que isso fosse agendado no máximo em 15 dias e aí sim atenderia a essa justa ansiedade da Senadora Kátia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Obrigado, Senadora. Está em votação o Requerimento da Senadora Kátia Abreu. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu passaria a palavra ao Senador Neuto de Conto, Presidente da nossa Comissão de Agricultura para fazer suas considerações.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sr. Senador João Tenório, Presidente dessa Subcomissão tão importante, Srs. Senadores, cumprimentá-los e cumprimentar os palestrantes que nos dão a alegria e a satisfação de nos trazer importante debate de uma matéria que está na moda no País, Drª. Laura Tetti, Dr. Luiz Cortês, Dr. Manoel Régis, eu cada vez me convenço mais que a agricultura está presente e será um grande desenvolvimento que o País precisa. Está na terra, no uso do solo, a matéria-prima e sempre foi até aqui na produção de alimento, do combustível para o ser humano, responsável pelo seu ciclo vital. Os números aqui foram colocados, e são muito pertinentes, porque 36% da exportação do Brasil além de alimentar todos seus habitantes, sai da agricultura, da agroindústria ou do agronegócio. Praticamente a totalidade dos volumes do superávit na balança comercial saiu desses segmentos. Estamos aqui debatendo que quem produz quem está no campo, está mal. E estão mal aqueles que estão sem dinheiro para comprar comida. São as nossas diferenças. Mas, por outro lado, nos traz o animo. Nós temos hoje no País e aqui foi colocado nos números em torno de 90 milhões de hectares de terras para serem ainda cultivados. Principalmente no centro-oeste e no nordeste. O País tem e certamente

poderá usar 20 milhões de hectares de terras que estão na agropecuária consorciando-a ou talvez substituindo alimentação da pecuária de corte com as tortas, com o bagaço da cana-de-açúcar e certamente com a torta de soja, sem diminuir a sua produção. E temos ainda em torno de mais 30 milhões de terras degradadas. Hectares de terras degradadas que estão nos pastos, praticamente sem população de animais, ou até na própria agricultura. Somando a isso, tudo aquilo se falou do clima, ótimo, propício, água abundante pela chuva ou pela irrigação que torna esse País podendo cultivar de duas a três safras por ano. E temos ainda raios solares abundantes, permanentes, que nos dão cada vez mais a certeza de que esse País foi abençoado por Deus, está ele coberto de todo esse segmento. E vemos por outro lado vários segmentos querendo buscar espaço.

Já conversamos com o pessoal da fruticultura que projetam mais três milhões de hectares de terra para fruticultura. O reflorestamento, principalmente com as ciências exóticas, o pinos e o eucalipto estão buscando espaço para que possam abastecer o País e participar cada vez mais no abastecimento do mundo. O algodão uma nova cultura que está em expansão extraordinária. E já exportamos para o mundo. Adaptada principalmente aqui nos nossos cerrados. E que também quer buscar espaço porque são culturas que economicamente estão estabelecendo e sem prejuízo. Sem prejuízo para o café, o cacau, o feijão, arroz, milho, trigo, que deverão ser ampliadas também porque elas também nos dá o alimento necessário para o frango, suíno, para que continuamos a crescer nessa área e principalmente no meu Estado, o sul do Brasil, que é Santa Catarina.

Eu vejo com muita satisfação e com muita alegria este quadro fantástico que se apresenta para o Brasil perante o mundo e sentimos isso nas últimas duas reuniões que tivemos, juntamente com o Senador João Tenório, com a Embaixada americana, aonde veio o Secretário para Assuntos Energéticos da Economia e da Agricultura para que aqui discutíssemos com nós a importância desse segmento, não só para o Brasil como para os Estados Unidos e praticamente para o mundo. E por isso eu não tenho muitas perguntas a fazer porque vamos analisar e aprofundar nos debates aqui de hoje que vão ficar, estão gravados e ficar nos seus quadros para que tenhamos um maior entendimento do valor, da importância que tem a terra e a água para o Brasil. Para buscar todas essas economias fundamentais. E sem dúvida nenhuma não debatemos muito pouco aqui sobre o diesel. De onde vamos buscar as variações que o diesel vai nos oferecer com novas culturas, com implemento das culturas, principalmente

da mamona, do... pinhão-manso, enfim, uma série de outras atividades que poderão estar aqui.

Por isso, Sr. Presidente Senador João Tenório, cumprimentá-lo pelo belo trabalho e especialmente aos debatedores, a proposta dos três palestrantes que aqui estiveram, fico muito satisfeito, vamos debater, vamos continuar a evoluir, e certamente desta evolução vamos tornar nesta Comissão, Comissão talvez a menor do Senado, que é com muito pouco tempo de vida, mas vamos procurar torná-la forte e a ressonância de todas essas matérias em defesa do nosso País e principalmente da nossa sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado Presidente Neuto de Conto e obrigado pelas referências. O próximo inscrito é o Senador César Borges para suas considerações.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, senhores convidados, o País experimenta um boom econômico com a expansão do etanol. A expansão da produção de cana-de-açúcar e a produção que temos hoje de etanol no nosso País. Aqui os três palestrantes coincidiram mais ou menos as posições, mostrando dos benefícios, da potencialidade de crescimento do setor, e mostrando de que não há, a princípio, pelo menos foi o que eu entendi das colocações, grandes preocupações do ponto de vista ambiental, trabalhista, que bastaria que o Governo cumprisse o seu papel fiscalizador daqueles que se colocam mal diante dessas relações, sejam trabalhistas ou com o meio ambiente. Nós temos apenas que cumprir a lei. E não simplesmente você querer matar a galinha de ovos de ouro porque você não consegue administrar variantes de maus partícipes nesse processo. Então eu também concordo plenamente com isso. Acho que o Governo tem que atuar ...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Uma pequena intervenção. Senador, isso é problema de polícia, não é de política. Essa questão que deve ser tratada dessa forma.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – De política pública para dar até segurança ao setor, que não seja acusado...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Essas distorções, digamos assim, é uma questão de polícia, e não de política, digamos assim.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Então como aqui eu assisti palestras que tem ponto de vistas coincidentes, colimando na mesma linha de que nós temos uma grande oportunidade econômica mundial hoje de se colocar como um líder nesse setor de energia, então eu fico a me perguntar e perguntar aos palestrantes, onde estão as dificuldades para a expansão e o aproveitamento dessas potencialidades?

Porque até agora me parece que houve, pelo menos nesse momento atual, não vamos voltar a 30 anos do primeiro programa do Proálcool, onde havia uma intervenção governamental forte, até num período que havia um planejamento centralizado, uma estatização de todas as ações.

Então, hoje é muito mais uma expansão que vem do dinamismo da economia e do setor privado brasileiro que atua, por informações, de 300 empresas eu ouvi aqui falar em 400 empresas. Então o setor privado respondeu a um chamamento da própria economia e das necessidades energéticas do País. Mas, nós temos um potencial muito maior ainda. E por que é que nós não estamos aproveitando esse potencial? Aí eu faço essa pergunta de modo geral. Eu anotei aqui. De onde vem a oposição, a expansão desse potencial econômico que nós temos todas as condições de sermos um líder mundial, que o Presidente da República se coloca como propagandista, garoto propaganda do setor e até já recuperou a imagem dos plantadores de cana-de-açúcar, que tinha aquelas imagem que vinha de século passado, que não era uma imagem boa, era uma imagem que tinha dificuldades, onde é que estão? Quem que está colocando dificuldades para a expansão desse setor? Eu vou deixar, apenas concluir minha fala. Quem está criando essa dificuldade? Eu fico a imaginar que falta política pública no sentido de apoiar, de dar apoio. Apoio para cobrir o que foi de equivocado ou errado a nível do meio ambiente. Quem estiver destruindo uma Mata Atlântica, ou uma reserva biológica natural para poder implantar a cana-de-açúcar ou quem esteja praticando trabalho escravo, ninguém admite isso. Nós estamos vivendo no século 21, mas algumas dificuldades existem. Senão nós já estaríamos avançando mais ainda. Eu sei que é setor que há uma dificuldade. Infra-estrutura. Setor de infraestrutura. Setor de infraestrutura lamentavelmente o País não tem avançado. Seja através das estradas, e investimentos, e quem faria esses investimentos com relação a dutos. Para ter um transporte mais eficiente que hoje é feito através de rodovias. E o que o mundo moderno sabe que esse transporte é duto. E quem vai fazer esses dutos? É o setor privado? É o Governo? Aí vem a pergunta. E vem um ponto que é quero avançar. A PETROBRAS? Muito bem. Então eu fico com essa indagação inicial. Que políticas públicas são necessárias ou desnecessárias, que podem ter políticas públicas desejadas e desnecessárias. E eu vou dizer quais são e qual é o meu receio.

Antes de entrar nesse assunto, desse tipo de política pública desnecessária, eu como pessoa do nordeste brasileiro, fico muito preocupado e mais uma vez sentindo que essa expansão, esse boom traduz muito

pouco para o nordeste brasileiro. Traduz e foi colocado aqui com muita clareza pelo Dr. Luiz Cortês, traduz muito pouco para combater as desigualdades regionais que estão na base da desigualdade social brasileira. Então eu tenho números aqui que são gritantes e foram colocados. A concentração se dá no Estado de São Paulo. Não tenho nada contra São Paulo, mas eu tenho que lutar pelas coisas do nordeste brasileiro e pela desconcentração. Então nós temos a produção hoje do etanol, toda a região norte e nordeste, 9% da produção de álcool do País. Só temos 79 unidades. Na região centro-sul são 288 unidades. 91 de produção de álcool. O jornal O Globo publicou no domingo uma matéria que dá mais ou menos o percentual de produção por Estados brasileiros. São Paulo 62%. Paraná 7,51%. Mato Grosso, 2,73, Goiás, 3,79. Mato Grosso, seu Estado, falei Mato Grosso do Sul, agora o Mato Grosso. 3,09. Mato Grosso verdadeiro. (risos) O outro é derivado do Mato Grosso verdadeiro. A Bahia, 0,51%. Sendo o maior... O quarto maior Estado do País. Colocado aqui toda a possibilidade do oeste da Bahia, do Vale do São Francisco que já produz temos a Agrovale, e pode-se produzir através da agricultura irrigada, mas aí há um diferencial de competitividade quando não precisa irrigar. Para isso era preciso que o Governo tivesse uma política pública para induzir que esse boom econômico pudesse beneficiar o nordeste e não a tem. Inclusive tem custos da energia elétrica que prejudica e que tira a competitividade de empresa produtoras no nordeste brasileiro. Eu vejo assim. Eu tenho aqui, já externei isso algumas vezes. E por aí vai. O Estado de V.Ex^a. Colocaram aqui, desculpe, mas O Globo botou assim. Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas. 10,9. Somou os quatro aí. Não sei aqui dizer Alagoas. 4,9. (risos) Ceará 0,01. Maranhão 0,39, Tocantins 0,04.

Então, falta uma política pública que possa incentivar a competitividade do norte e nordeste do Brasil. Senão vai ficar essa concentração toda dessas regiões. Lamentavelmente. Não sei se o Governo vai ter essa capacidade. E essa matéria aqui do O Globo, eu queria também deixar essa pergunta. O que é que vai faltando para que o nordeste possa utilizar sua potencialidade e fazer também do etanol uma alavanca ao desenvolvimento daquela região? E não fique essa concentração lamentável de todo esse boom se dê apenas em São Paulo e no sudeste e centro-oeste.

A outra questão que me preocupou e foi motivo do pronunciamento que fiz ontem, é que essa matéria diz exatamente, Sr. Presidente, à mão pesada do Estado chega ao setor de álcool. Acho que a Dr^a. Laura deve conhecer e todos que estão ligados. “A mão pesada do Estado chega ao setor do álcool. Governo decide

controlar a produção de biocombustíveis, equipará-lo ao petróleo e intervir até nas exportações”. Quer dizer, a coisa está dando certo, o Governo criou olho grande. A PETROBRAS não aceita que ela não comande esse setor. Já há um projeto concebido dentro do Governo que é previsto para setembro deste ano, para esta Casa, onde começa a criar cota de exportações. “Os critérios... art. 5º, os critérios utilizados na autorizações para importação e exportação de álcool etílico combustível seguirão as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Política energética. Art. 6º, na hipótese de efetivo risco em desabastecimento nacional de álcool etílico combustível, conforme definido em regulamento, o CNPE poderá propor a suspensão temporária total ou parcial de álcool etílico observados”. Aí vem.

Então, isso me parece uma ameaça. Notícias aqui, até vou fazer um Requerimento convocando que essas autoridades possam explicar se isso aqui procede ou não. O Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil da Presidência da República concluíram os textos novas regras, um Projeto de Lei referendado pela Fazenda e pela Agricultura. A previsão é que seja enviada ao Congresso em setembro. Essa intervenção governamental e segmento da economia onde atuam mais de 300 empresas privadas é entendida como objetivo político claro privilegiar a PETROBRAS e favorecer seu plano de se transformar o importante negociador mundial de álcool combustível no fim dessa década. E aí diz que o setor privado está todo temeroso de uma extensão no monopólio pela estatal que existe no petróleo e vai criar uma Alcoolbras. No passado era Canabras, mas parece que não pegou muito bem o nome Canabras. Pode ter segundas intenções, ou mal interpretado, vai ser Alcoolbras. E tem uma declaração aqui do Dr. Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. “Estender o monopólio da PETROBRAS ao setor do etanol constitui grave erro. Intervenção excessiva, camisa de força para uma estrutura industrial que é diferente do setor de petróleo. O que existe por trás disso é um grande projeto político em torno da PETROBRAS. É para entregar-lhe o controle e a propriedade de toda a infra-estrutura, a partir de transporte, os dutos – que eu me referi – que hoje o setor privado não tem condições de fazer sozinho. E eles são essenciais tanto para exportar quanto para abastecer o mercado interno”.

Então é uma preocupação que eu acho que essa Comissão, nós estamos falando de biocombustíveis, e eu vejo a PETROBRAS avançar. É uma re-estatização do setor petroquímico, onde a PETROBRAS produz, a NAFTA ela consome, é sócia das empresas, é concorrente das empresas, então as empresas estão vendendo seus ativos e a PETROBRAS está reestati-

zando todo o setor petroquímico brasileiro. Comprou a SUZANO, comprou a PETRÓLEO IPIRANGA, e agora a PETROBRAS está avançando também nesse setor onde o setor privado está atuando de forma eficiente. Se falta são políticas públicas necessárias. Acho que essa é uma política pública desnecessária. Que não vem para favorecer o avanço do setor.

Então, são essas questões que eu queria colocar inicialmente, Sr. Presidente, vou apenas resumir rapidamente, quais são as políticas públicas que precisam ser feitas para que o setor avance seu potencial no País como um todo, no nordeste em particular, que nós não podemos perder mais este bonde. Que todos os bondes de desenvolvimento terminam se concentrando. Todas as políticas públicas terminam sendo concentradores. Não há uma política efetiva para desconcentração. E quando nós no nordeste trabalhamos, como eu fui Governador da Bahia trabalhei pela FORD, somos chamados de criadores da guerra fiscal. Eu crie a guerra fiscal como Governador porque não tinha outra maneira de levar senão não levaria. Porque eu acho que a guerra fiscal o Governo é que tinha que criar políticas públicas diferenciadas para que o empresário tivesse interesse de atratividade para fazer seus investimentos no nordeste brasileiro, como é no caso da plantação de cana-de-açúcar. Que lá entrou em franca decadência. Nós sabemos. Todo o nordeste do Brasil, não temos as mesmas condições de competitividade, de solo, climáticas, etc. Na Bahia era no massapé que se plantava. Então plantava cana no massapé e colhia, você imagina a dificuldade. Que vocês têm hoje São Paulo. E em Pernambuco a declividade que não alcança menos do que 12%. Eu conheço as terras da zona da mata de Pernambuco. Lá em Alagoas pelo menos tem uma situação um pouco melhor do ponto de vista topográfico e até climático.

Então, por fim essa questão aqui, esse controle da PETROBRAS, da falta de infra-estrutura, da construção dos dutos. Eu queria colocar essas questões porque não há dúvida aqui de que o etanol é importante no País, que nós não podemos perder essa chance de desenvolvimento econômico, e eu queria saber dessas dificuldades e como vencê-las. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Antes de passar a palavra aos senhores conferencistas, eu gostaria de registrar, Senador César, a propriedade das suas preocupações. Acho que essa questão isso é um retrocesso muito grande. Mas já tivemos essa experiência no Brasil. Nós tivemos o Instituto do Açúcar e do Alcool que comandava no detalhe a produção, a comercialização, as exportações, a gestão do setor canavieiro, naquela época não era

muito alcooleiro, era mais açucareiro do Brasil. Então o que está se falando, o que se está se comentando aí no Governo e procede isso, tenho acompanhado de perto esse fato, está havendo inclusive uma audiência de todos os produtores do Brasil com o Presidente da República na próxima sexta-feira para denunciar, digamos assim, a preocupação que todos têm com esse retrocesso que seria a intervenção excessiva. Não é criação de políticas públicas, como V.Ex^a bem o disse. São absolutamente necessárias para resolver algumas questões, tais como a questão espacial de zoneamento de produção. Por que é que o nordeste estagnou e nos últimos 25 anos e houve uma explosão de produção de cana-de-açúcar, de açúcar e de álcool no resto do Brasil, sobretudo em São Paulo e um pouco em Minas Gerais?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, eu só queria agregar algumas outras considerações ao que disse o Senador César Borges, e encerraria minha participação no...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Queria só terminar esse ponto que me parece importante. Isso é um retrocesso, uma coisa que aconteceu, e o grande crescimento da produção de cana-de-açúcar, de açúcar e de álcool do Brasil nesse setor, aconteceu, sobretudo, depois da extinção do instituto do açúcar e do álcool. Parece que há uma preocupação de que isso não continue caminhando bem, digamos assim, como está. O interesse da PETROBRAS, o interesse do Governo de colocar... é como V.Ex^a bem o disse, algo que está dando certo atrai a atenção de todos aqueles que pode chegar perto. É o tal do poder. Ter o poder de comando sobre diversas coisas no País. Então eu concordo plenamente com V.Ex^a dessa preocupação que a procuração possa dizer de todos os produtores de açúcar, álcool, cana-de-açúcar do Brasil como um todo. E mais ainda, essa questão que V.Ex^a levanta muito bem aqui a falta de políticas públicas que estão levando a uma excessiva concentração de produção de cana-de-açúcar em regiões que tem uma facilidade natural de produzir. Cana-de-açúcar, por exemplo, no nosso nordeste seria algo extremamente, sob o ponto de vista social, adequado e oportuno. Nós temos excesso de mão-de-obra e infelizmente uma mão-de-obra ainda não qualificada que se adequa convenientemente a essa atividade. Qualquer atividade agrícola e muito particularmente a atividade de cana-de-açúcar.

Então, a falta de política agrícola tirou o nordeste completamente daquilo que se costuma dizer da festa do álcool. O nordeste está absolutamente fora e ficará fora porque o Governo não tem tido a consciência de estabelecer políticas públicas que viabiliza

a desconcentração de produção de cana no Brasil. E isso é profundamente estranho porque, por exemplo, e muito acertadamente é bom que se diga, o Governo tem uma política para a Zona Franca de Manaus. É uma coisa que desconcentrou um pouco a produção industrial no Brasil. Criou um pólo fora do centro de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Então isso é importantíssimo. O Governo tem... O Governo abre mão de cerca de 7 bilhões de reais por ano para manter a Zona Franca de Manaus e seus 100 mil empregos que é dado na região. Isso é importantíssimo. Não está errado, não. Agora, porque é que no nordeste que tem uma vocação natural e falta apenas uma certa capacidade de competitividade, por isso que V.Ex^a citou, uma região precisa de água, outra tem uma topografia inadequada, mas mesmo assim se comparado com o resto do mundo é absolutamente competitividade. Não é como São Paulo, com centro-oeste, com Paraná que tem condições muito mais favoráveis de produção de cana-de-açúcar. Então por que não estabelecer para essa região políticas públicas semelhante àquelas que foram estabelecidas? Todo ano. Apenas um exemplo, um exemplo bem sucedido, é bom que se diga, muito bem sucedido que é a questão da Zona Franca de Manaus. O Governo abriu mão no último ano de 6,5 bilhões de reais para viabilizar a Zona Franca de Manaus. Adequado e justo. Agora, isso precisa acontecer também viabilizar atividades importantes nas outras regiões como seria o caso do nordeste.

Eu passo antes a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para ele completar, como bem o disse, as considerações do Senador César Borges e depois então colocaremos os senhores à disposição para...

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores que hoje nos brindam com esta palestra, como disse o Senador César Borges, parece que vocês até combinaram para vir fazer essa palestra. Parece que combinaram conosco, porque é o que nós queríamos ouvir. Nós somos suspeitos, eu sou suspeito porque o que vocês falaram aqui é o que nós pensamos. Eu fui o coordenador da Comissão Parlamentar Sucroalcooleira no Congresso Nacional na crise do setor de 10 anos atrás. O meu gabinete era o gabinete do setor e o Dr. Eduardo da UNICA vivia no meu gabinete. Dali que nós detonávamos os assuntos para resolver o problema sucroalcooleiro. Então eu vi hoje feliz porque está o setor bem.

Muito bem. O Estado do Mato Grosso, nós sabemos a nossa dificuldade. É logística. Então nós estamos brigando hoje para construir através de quem não sei, como diz o Senador César Borges, mas construir um duto para transportar o nosso álcool do Mato Grosso para os centros consumidores ou para os portos. Para

a exportação. Porque dentro disso que foi levantado, eu não vejo nenhum Estado que tenha mais condições de produzir álcool do que o Estado do Mato Grosso. Pelas condições de solo, de clima, de topografia. E existe um combate em cima do Mato Grosso de que lá não se pode produzir álcool que vai produzir na Amazônia Legal. Que Amazônia Legal é isso? Amazônia Legal em Mato Grosso é uma ficção. Porque o Mato Grosso, o mesmo cerrado de Goiás e do Rio Grande do Sul é o cerrado do Mato Grosso. Que diferença tem esse bioma?

Segundo, o norte do Estado do Mato Grosso, que tem alguma parte que parece com a Amazônia, ele já está utilizado. Então nós precisamos de uma atividade que venha dar utilidade para essa região. E nada melhor do que a cana para produzir álcool no Estado. Não precisa derrubar uma árvore sequer. Porque a área já está utilizada. Às vezes mal utilizada. Que poderia ser muito bem utilizada com a utilização do plantio da cana.

E eu queria encerrar dizendo que eu estive, meu Presidente Neuto, eu estive representando essa Comissão na abertura do Congresso da ABAG, em São Paulo, no dia de antes de ontem. Segunda-feira, e lá o Presidente da ANFAVEA, estava dando informação de primeira mão. Eles já vão no ano 2010 eles vão produzir 10 milhões de carro flex no Brasil.

Então, eu acho que o nível de consumo de álcool vai ser tão violentamente crescente no Brasil que possivelmente o que vocês pensam para o ano de 2015, 2020, já vai ficar atrasado em relação a essa ação na produção de carro flex no Brasil e com exportação. Portanto, o mundo vai precisar do álcool brasileiro.

Portanto, eu quero congratular com os senhores e com a senhora, acho que o caminho é este, e eu pedi para complementar o que o Senador César disse porque eu também acho que na mão da iniciativa privada está indo muito bem o setor. Eu tenho medo que o Governo recrie um Instituto de Álcool e Açúcar e venha emaranhar essa atividade que está dando certo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Gostaria de registrar com satisfação a presença do Deputado Fernando Gabeira, agradecer a sua participação na nossa Sessão, e automaticamente passar a palavra (ininteligível). Temos uma regra aqui de 10 minutos de exposição, mas com a boa tolerância.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Eu peço até desculpas por ter saído e voltado, mas as circunstâncias aqui nas quartas-feiras, pelo menos os Senadores e os Deputados conhecem, são muito difíceis, mas eu não poderia... O tema foi colocado

agora lá a audiência com o Chanceler, o acordo Brasil-Estados Unidos, nós estávamos exatamente discutindo entre outras coisas o acordo Brasil-Estados Unidos na questão do etanol. Registrando ali o Ministro e com toda razão que nós temos realmente uma técnica mais avançada, mas eles têm muito mais recursos. (risos) Se nós não tomarmos muitos cuidados, nós poderemos ser superados muito rapidamente por uma tecnologia do etanol da celulose. Sem contar outras que já estão sendo desenvolvidas, como algas que ingerem o CO₂, coisas que já estão desenvolvendo lá.

Eu sempre fui um defensor do etanol como combustível. Inclusive tive a oportunidade de falar isso ainda na campanha de 2002. Que esse era um caminho, mas evidentemente que toda vez que a gente propõe para um remédio tão importante como esse para um mal tão delicado como o aquecimento, nós temos que pensar nas contra-indicações e nos efeitos colaterais. Então ultimamente eu tenho pensado muito nos efeitos colaterais que, aliás, foram abordados rapidamente, pelo menos a parte que eu vi foram abordados na sua intervenção.

Surgiu imediatamente após o anúncio do acordo Brasil-Estados Unidos uma resistência muito grande com base na Venezuela, mas com uma extensão em Cuba e outros países contra o acordo. Afirmando que esse acordo iria retirar o alimento das populações mundiais. Foi mencionado aqui muito também claramente que há alimentos no mundo, há apenas falta de recursos, mas eu quero dizer que no caso do etanol, da cana-de-açúcar, o problema é um pouco especial. É diferente do milho, onde nós tivemos já um reflexo muito problemático no México com o aumento do preço da tortilla, e que causou alguns incômodos ao Governo mexicano. É diferente do milho, primeiro porque nós já... Eu pelo menos quando comecei a examinar o assunto, pouco mais de uma década, tive a oportunidade de visitar em São Paulo as experiências feitas em Sertãozinho onde ficava bastante claro que é possível plantar cana e plantar outras coisas também. Que há uma inter-relação entre a plantação de cana e a plantação de feijão, por exemplo, e que ela deve ser explorada. Portanto, a cana-de-açúcar tal como ela é plantada nessas experiências, ela revela essa possibilidade. A possibilidade da combinação da plantação da cana-de-açúcar com a plantação de alimento. Então a gente não tem que necessariamente no futuro pensar na cana excluindo a plantação de alimentos, mas podemos pensar também da experiência de integração desses aspectos. Essa é uma das questões que foram colocadas e que eu acho que nós devemos aprofundar um pouco a nossa compreensão.

O Brasil é um País que tem, como o senhor disse, espaço para tudo. Nós temos espaço para cana, temos espaços para alimento, nós temos espaço para plantações tradicionais, nós temos espaço para plantações orgânicas e temos espaço para plantações genéticas. Geneticamente modificada. Na verdade, a única dificuldade nossa na questão de espaço, e quando nós falamos que o Brasil tem espaço, a impressão que tem é que podemos utilizá-lo racionalmente. E nem sempre a racionalidade do Estado se impõe com o uso desse espaço. Esse espaço às vezes o mercado tem suas razões que o Estado não consegue controlar.

Então, uma das questões espaciais que se colocam para nós, nós estamos com o cerrado hoje com apenas 16,5% do bioma mantido. Esses 16,5% nós gostaríamos de mantê-lo. E, no entanto, temos que cuidar para que a plantação de cana-de-açúcar não destrua essa parte do cerrado que, ao contrário do que parece, tem tanto ou mais riquezas que a cana-de-açúcar. Só que é uma questão mais do futuro. Então essa é uma questão.

A segunda questão é que mesmo nós definido como País que não é possível plantar na Amazônia, cana-de-açúcar na Amazônia, nós teremos ainda o problema da cana-de-açúcar ir empurrando a soja para o coração da floresta. Então também uma questão que nós teríamos que administrar. Como administrar a combinação do crescimento da cana-de-açúcar com a expansão também da plantação de soja. É outro problema.

Há um outro problema também que eu procuro examinar no caso que é a questão da água. Nós não temos ainda uma pesquisa, pelo menos eu não tenho ainda, uma pesquisa efetiva sobre a quantidade de água que se usa em cada litro produzido de etanol. Falei com o representante da FAU, que trabalha no assunto, ele chegou a um cálculo de quatro litros por litro. Quatro litros de água por litro de etanol produzido.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: (pronunciamento fora do microfone)

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Ele disse na cana-de-açúcar. Eu não sei. Nós temos que examinar. Por isso que eu acho que tem que examinar a quantidade exata. Eu digo porque no caso de soja, nós somos muito pressionados para exportar para os chineses porque os chineses praticamente super bombearam nas suas províncias no norte e eles hoje tem uma demanda muito grande de grãos porque a produção deles caiu brutalmente. E eles hoje têm uma demanda de grão muito grande que se expressa aqui no Brasil também. Ora, essa demanda é uma demanda não só de grãos. É uma demanda de água. Porque na verdade nós consumimos muita água nessa produção.

E eu queria lembrar que nós estamos aqui no Brasil em vias de começar a cobrar efetivamente pelo uso da água. Nós temos uma lei sobre isso, temos, determinamos a criação dos comitês de bacia, e na lei que determina também o pagamento pela água nós especificamos que 100%, ou pelo menos 94 porque sete é para custos de administração, 94% desses recursos têm que ser voltado para a bacia. Para se manter o rio vivo. Porque sem o rio vivo não vai acontecer nada. Então essa é a questão também é uma questão importante quando a gente calcula economicamente a competitividade do etanol brasileiro. Nós vamos ter que pensar também que daqui algum tempo, tanto soja como o etanol vão ter que ter no seu componente efetivamente o preço da água. É uma questão que nós... é mais uma questão que nós temos que trabalhar com ela. E dito isso, eu quero dizer que realmente trabalhando bem essas questões e trabalhando bem a questão internacional, porque recentemente eu vi uma experiência que o Lula inaugurou na Jamaica, mas que não me pareceu ainda uma experiência tão interessante para o Brasil. É uma fábrica brasileira, ou pelo menos com equipamentos brasileiros, instalada na Jamaica que exporta o etanol para os Estados Unidos sem imposto. Sem taxa. Eu acho que é uma experiência simbolicamente importante, mas não é esse o quadro que nós vamos encontrar. Aliás, não é esse o quadro que nós encontramos. Nós encontramos hoje um quadro de competitividade, de preocupação e até de dificuldades. Primeiro, em transformar o etanol numa commodity, dentro da Organização Mundial de Comércio, que é o objetivo dos Estados Unidos e do Brasil. O segundo é exatamente nos prepararmos para a competitividade, para a competição que vai existir mesmo.

Então, nós temos que pensar um pouco quando nós vamos, saímos com o projeto para a América Latina, quando saímos para a Nicarágua, quando saímos para Honduras, quando saímos para a Jamaica, enfim, todas as possibilidades que nós queremos preencher, nós temos que pensar muito bem nessa situação. Primeiro que nós estamos num processo de associação com os Estados Unidos, que tem uma tecnologia menos avançada, mas recursos superiores. Não sei, os mais velhos, como não tem ninguém mais velho aqui, eu cuido de lembrar, mas aquela situação que nós tivemos há muitos anos da borracha na Amazônia, foi uma situação muito delicada que nós temos que aprender um pouco com aquele processo. A necessidade da gente avançar tecnologicamente sempre e cada vez mais porque senão nós vamos ser superados aí no meio do caminho.

Então são essas as preocupações que eu tenho a respeito da situação no geral, mas considerando muito

boa para o Brasil. Agora mesmo na reunião que nós tivemos, alguns Deputados de origem japonesa mencionavam agora que nós estamos festejando os cem anos da migração japonesa para o Brasil a possibilidade de fazermos um acordo comercial com o Japão que tenha também o etanol, que tenha o etanol como um de seus componentes. E nós sabemos que hoje eles não utilizam o etanol ainda em grande escala na sua gasolina, mas podem misturar. Se misturar 10% já significará um mercado para o Brasil extraordinário. 10% que adicione a sua gasolina vai representar um mercado extraordinário para o Brasil.

E finalmente as questões que me preocupam muito também são questões ligadas ao respeito social, ao respeito da cláusula trabalhista. É necessário também que em todos os pontos haja essa preocupação. Eu me lembro que nós tivemos um caso com os Estados Unidos, antes da eleição do Lula na questão do aço, eles colocaram uma tarifa adicional no nosso aço. E nós fomos para a OMC. No momento o Lula era candidato, e nós decidimos ir para a OMC, ganhamos na OMC, como ganhamos no algodão, como temos ganho no OMC, mas a verdade é o seguinte, que o flanco continua aberto. Quem assiste aquela Bloomberg, aquela televisão vai sempre ver, tem volta e meia uma denúncia de trabalho escravo na área da siderurgia brasileira. Que é uma questão que nos preocupa muito. E no caso do etanol, se nós vamos também caminhar para isso, temos que pensar no meu entender em alguma coisa além do petróleo. Vai significar um caminho além do petróleo. Onde as cláusulas ambientais e as cláusulas trabalhistas serão muito mais respeitadas porque nós estamos realmente vivendo uma fase superior e não acredito que os países mais desenvolvidos consumidores dos países mais desenvolvidos aceitariam pura e simplesmente um outro combustível. Independente da capacidade de dano ambiental que ele tem ou da capacidade de dano humano que tem em desrespeito aos trabalhadores. Portanto, é uma questão muito séria e que temos que trabalhar todas as variáveis para poder obter os resultados que o Brasil espera e até necessita, uma vez que esse processo pode nos ajudar muito. Agora, acho também que não devemos e não podemos nos acomodar em relação a outras fontes de energia alternativa que estamos trabalhando nelas e que são fundamentais para o País. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – O Senador Antônio Carlos quer falar, vou apenas, Sr. Presidente, me desculpar porque eu tinha um compromisso também, tenho um compromisso às 13h. Vou ter que me ausentar. Gostaria muito de ouvir os comentários

dos palestrantes, mas tenho certeza que eles o farão e depois aqui a própria Secretaria da Comissão para eu ter conhecimento sobre o comentário das questões que foram, pelo menos por mim aqui levantadas. Desculpe aos palestrantes e V.Ex^a, mas tinha um compromisso marcado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Nós agradecemos a sua presença, e mais do que sua presença, essa contribuição importantíssima que V.Ex^a deu a essa Sessão.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Vou fazer um Requerimento à Comissão, que apresento na próxima semana, para discutir esse problema que o Governo quer agora monopolizar talvez o setor, através da PETROBRAS, numa questão que eu acho que é muito séria. E a infra-estrutura dos dutos para conduzir nosso etanol. Porque se a PETROBRAS fizer o duto, ela vai querer, vai ter todo o direito de passagem. E dominante no setor mais uma vez a PETROBRAS e isso me preocupa. Porque passa a ser uma política corporativista da PETROBRAS em direção aos lucros da empresa. E não os interesses que eu citei aqui. A petroquímica houve um retrocesso. Então é interesse da empresa, dos acionistas. Boa parte até são acionistas estrangeiros hoje. O Governo só tem 30%. E que a PETROBRAS está avançando na economia brasileira com a voracidade incrível e preocupante.

Eu peço desculpas aos palestrantes de não poder ouvir que eu estaria ansioso. Mas tenho esse compromisso, fui alertado agora que as pessoas estão aguardando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente João Tenório, Deputado Fernando Gabeira, demais convidados a essa Audiência Pública, Presidente, eu estava na Comissão de Justiça participando dos debates e da votação do indicado pelo Presidente da República para o Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Direito. E esta é a razão porque não estive a maior parte do tempo integrando esta Comissão, participando dos debates que eu considero muito importantes a respeito de um Requerimento apresentado, de Audiência Pública, para a discussão de tema tão relevante qual seja o impacto da produção de etanol no meio ambiente.

Nós temos consciência de que a intensificação da produção de petróleo e conseqüentemente dos combustíveis fósseis, vai acarretar, não só no Brasil, como no mundo inteiro o aumento do efeito estufa conseqüentemente o aquecimento global, e fazendo com que o nosso meio ambiente seja altamente prejudicado para a substituição do combustível fóssil não

é fácil porque as tecnologias foram criadas ao longo do tempo, a ciência conseguiu aparelhar a humanidade de instrumentos adequados para produzir petróleo até em águas profundas. O Brasil hoje é um dos campeões nesta área, mas o Brasil teve a iniciativa desde muitos anos de produzir como alternativa energética o álcool. E hoje domina inteiramente a produção desse combustível com a possibilidade do ingresso de divisas, geração de emprego e rendas aqui internamente, mas há preocupações que já foram aqui anunciadas e também pela imprensa, de que o recrudescimento, o aumento da produção agrícola do etanol poderia gerar substituição de outras culturas, culturas de subsistência, onde no próprio nordeste do Brasil, o feijão, o milho, tem uma consistência econômica muito grande, há Municípios que estão produzindo milho hoje em qualidade superior até o milho do Paraná, uma produtividade incrível, e quem sabe uma oferta de uma lucratividade de uma remuneração maior para a produção da cana seja possível desviar essa atividade econômica que eu considero não só lucrativa, como também de alta subsistência na mesa do trabalhador, o feijão, o milho, a farinha, são coisas importantes no nordeste e nós não podemos deixar ficar num segundo plano. Mas, como falou o Deputado Fernando Gabeira, infelizmente eu não vi a palestra dos demais, o Brasil precisa ser aparelhado do ponto de vista tecnológico, estudar cientificamente os avanços que podem ser efetuados na produção do etanol, porque do contrário, os Estados Unidos detêm volume de recursos financeiros capaz de enfrentar qualquer Nação. Hoje em termos comparativos é o império americano que dispõe de avanços tecnológicos em todas as áreas, não só na guerra. Que é também um instrumento de enriquecimento do capital americano. E eles estão travando essa questão da substituição dos combustíveis fósseis como uma verdadeira guerra. Uma guerra em favor, para defender a sua economia, os seus próprios interesses econômicos. E aí é onde o Brasil tem que ter o máximo de cuidado para não fazer o papel de bobo da Corte. De passar os nossos conhecimentos, que foram adquiridos ao longo de tantos e tantos anos para os americanos e daqui a pouco ele inventa uma nova tecnologia, até difícil da cana porque o terreno deles lá não é apropriado, mas como se falou aqui, o etanol a partir de outros insumos como é o caso da celulose, que poderá redundar numa coisa mais barata com custo menor e inclusive uma ocupação de área menor do que atribuída à produção da cana.

De forma que eu quero nesse instante reconhecer a qualidade dessas conferências que são realizadas em torno da produção do etanol, notadamente porque o Brasil tem no etanol um dos seus grandes

achados, um dos seus grandes instrumentos e para o fortalecimento da nossa economia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, Senador. Antes de passar a palavra aos senhores conferencistas...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, voltarei novamente à Comissão de Justiça que vou votar na questão da PEC dos Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Eu gostaria de fazer um registro ao Deputado Fernando Gabeira, e concordar com V.Ex^a alguns aspectos que foram aqui colocados. Primeiro um registro da qualidade da sua contribuição nessa Sessão, pela inteligência e pelo bom senso, pelo equilíbrio, que é normal no seu comportamento, nos seus pronunciamentos. E gostaria de dizer apenas um ponto que me parece importante, muitas das vezes a relação da produção de álcool brasileiro e a produção de álcool americana é meio tratada como uma coisa de competição. Eu não vejo... Eu sou pouco mais otimista. Eu acho que para álcool se transforme numa commodity, como V.Ex^a propõe e concordo plenamente, e para que se torne um combustível efetivamente importante no contexto internacional é preciso que tenha uma massa crítica. Tenha um tamanho. E esse tamanho só é possível com certas parcerias de gente grande, digamos assim.

Então, essa parceria Estados Unidos com o Brasil, esse acordo Estados Unidos com o Brasil me parece que vai proporcionar esse tamanho necessário para que nós sejamos de fato um combustível que possa competir, olhar para o petróleo, não no mesmo nível, mas sem nenhum complexo de grande inferioridade.

Então acho que essa sua colocação da importância desse acordo Brasil-Estados Unidos e da questão de transformar esse nosso produto numa commodity tem essa característica de fazer com que isso de fato venha se transformar num combustível, eu não diria não exatamente competitivo no mesmo nível, como disse a pouco, mas pelo menos ter uma massa crítica, ter um tamanho que possa chegar perto do petróleo. Então eu passo a palavra aos senhores conferencistas para as considerações finais, se...

SRA. LAURA TETTI: Bom, as minhas... Muito rapidamente eu vou... Muita coisa importante foi colocada, mas eu ao contrário do Senador, agora vou falar pessoa física e não jurídica, como especialista na área de meio ambiente que trabalha especificamente com energia renovável, centrei no trabalho desde o acadêmico na energia renovável, desde a década de 90, porque veja, coisas que acontecem que são inconcebíveis.

Esse ano inteiro está sendo vendido álcool abaixo do preço de custo. E isso não reflete no posto de gasolina. É de uma incompetência inclusive do setor privado completamente inacreditável uma coisa dessa.

Agora, mais um dado interessante. Esse País tem um mercado de produção e consumo de 17 bilhões de litros de álcool ao ano. Quanto disso é feito por um contrato entre uma distribuidora de petróleo e o produtor? Nada. É tudo especulação. E depois, não quer que o preço oscile loucamente entre safra e entressafra, então para não ter alteração de preço, aonde o petróleo especula na entressafra e depois... perdão, o contrário, o petróleo especula na safra e o produtor falar, “agora vou tirar a barriga da miséria”, alguém em sã consciência pode imaginar que o preço do álcool não vai dar um susto em todo mundo em janeiro? Quem tiver capacidade de fazer estoque vai fazer a festa em janeiro. Está vendendo desde que começou a safra abaixo do preço de custo. Está todo mundo sabendo disso nesse País. Então são coisas que eu falo, nós estamos um pouco esquizofrênicos. Então quando a gente fala é claro que vai ter especulação, vamos fazer uma lei do álcool que instale de novo o IAA na mão da MP. E também fala. Não, isso não pode... Não é nem poder do petróleo, acho que tem problemas essenciais aqui que nós nunca encaramos com certeza. Como, concordo plenamente com o Deputado Fernando Gabeira, nós não encaramos com seriedade, na verdade, um País que hoje só se posicionará decente ou indecentemente em termos internacionais porque um País que tem um recurso natural importante e significativo em termos planetários, nós estamos brincando de jardinagem até hoje. A verdade é essa. Veja, tem dados que vão passando despercebidos que a mim como profissional me assusta muito. Está definido que se a gente não desmatar mais árvore nenhuma da Amazônia, nós vamos perder pelo menos metade da cobertura florestal Amazônia do Estado do Pará por mudança do clima, porque vai secar. Porque está virando uma savana, está virando um cerrado. Esse é o processo natural. Isso está divulgado, a ONU já falou... Nós estamos distraídos. Nós estamos aqui brincando de como é que a gente controla desmatamento na Amazônia ou não. Enfim, nós estamos sendo muito pouco profissionais disso. Tem o nosso companheiro Al Gore fala em 30% de emissão por desmatamento. Tem um relatório externo a Inglaterra que fala em 17%, cientistas do IPCC falam em 10%. Meu Deus, o Brasil que é a maior concentração desse volume, de biodiversidade de floresta precisa sentar com que há de mais inteligente e profissional e falar: vamos brincar de ser sério nisso. Porque sem a gente saber sequer a dimensão da encrenca, nós não vamos fazer política

de preservação nunca. E ninguém vai fazer isso por nós. Porque somos nós que temos esse patrimônio. E ninguém em sã consciência pode pensar que nós nos qualificaremos como vendedores de um combustível renovável sendo o maior desmatador do mundo. Não dá. Ou a gente começa a encarar essa questão de frente, que a questão caminha junto.

Então a performance ambiental do etanol, e realmente o Ministro (ininteligível) esteve aqui, a menos de um mês atrás, e ele... Quando nós fizemos aquele Projeto Brasil Alemanha, o Vice-Ministro dele que veja, é Partido Verde Alemão, aquela coisa insuspeita. Além de alemão, Partido Verde Alemão. (risos) O Vice-Ministro dele quando fez uma visita nas áreas, ele já tinha falado: “Nós somos ridículos”. “Por quê?” “Porque eu vim ver trabalho escravo, eu vim ver...” Que isso? A instalação é profissional. Claro, deve ter distorção porque é um País pobre, mas pôxa, quer dizer, é uma atividade massuda, é uma atividade de músculo. O Ministro, ex-Ministro (ininteligível) falou assim, em debates públicos inclusive no qual participamos juntos, ele falou: “Não, não tem mais o que discutir. Já sabemos tudo. A cana não vai ser plantada na Amazônia, o problema na Amazônia é fundiário. A gente sabe tudo. A questão é que ninguém está sabendo como fazer e ninguém está tendo peito de dar o pontapé inicial”. É isso, sabe Senador, que está ao alcance dessa Casa induzir o processo. Não vamos mais ser irresponsáveis de fazer, por exemplo, determinadas regrinhas que é para inglês ver. Em São Paulo tem que ter 20% de cobertura de mata nativa. No seu Estado. No Rio de Janeiro. Não vai ter. Com essa população, não vai ter. Quer dizer, pelo contrário, se a gente não fizer algum outro processo, vai desmatar tudo que vai virar favela. Então ser um pouco... jogar menos para a plateia é incorporar a variável da qualidade de vida, da qualidade ambiental aonde nós temos uma vantagem comparativa enorme que foi aqui dito. É fácil. Quer dizer, nesse caso do etanol, nós não temos nenhuma questão estrutural. Não é, por exemplo, como o Brasil agora está licitando importar carvão para fazer energia elétrica. Isso gera questões estruturais graves. Ou energia nuclear que ninguém sabe até hoje o que fazer com o rejeito dela. Isso é uma questão estrutural grave. Vamos nos manter nesse nível de problemas que é tudo conjuntural. No fundo, os problemas que a gente levanta da cana, mesmo os indiretos, é falta de dinheiro. É País pobre. “Não, a questão do trabalho similar a escravo, não cumprir a legislação trabalhista...” Como é que alguém pode pensar que vai ser cumprida a legislação trabalhista num País que menos da metade da população economicamente ativa tem emprego formal? É como esperar isso da China. Todo

mundo querendo trabalhar, os mecanismos têm que ser serenamente encarados.

Então, e tem maneiras de formalizar. Você veja, o índice de trabalho formal no Estado de São Paulo, porque teve recurso, é de 93%. Porque isso não canalizou para o nordeste? Ora, se o nordeste não tem um contrato de fornecimento de álcool sequer para uma distribuidora local, ofereça da parte de uma vendedora de combustíveis no nordeste que ela vai fazer um contrato para fazer o abastecimento dela no próximo ano. Uma das distribuidoras. Não vai eu ter produtor do nordeste fazendo álcool? Tem que levar álcool do sudeste para o nordeste para abastecer? Isso é uma ofensa. Claro, mas a instabilidade é total. Então o cara do sudeste que acaba tendo mais recursos financeiros fazer estoque pode especular na entressafra, ele já guarda o álcool, já ganha vantagem. Esse processo que acho que é fácil da gente quebrar. Acho que essa é uma possibilidade objetiva que essa Casa tem de encarar a questão ambiental com essa maturidade e falar: Vamos mexer na parte que é mexível. Ou seja, dos contratos, dos compromissos e uma postura um pouco mais realista do que está ao alcance fazer no curto prazo. É isso que eu gostaria de fazer como consideração final.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, professora. Passo a palavra para considerações finais o Prof. Luiz Cortês e Prof. Manoel Régis Lima.

SR. LUIZ CORTÊS: Vou tentar simplesmente fazer um breve resumo do que nós falamos hoje. Primeiramente eu gostaria de dizer que...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Gostaria só de solicitar um pouco de, digamos assim, de celeridade em função do...

SR. LUIZ CORTÊS: Sim, senhor. Cinco minutos. Primeiramente eu gostaria de dizer que algumas das barreiras que o Senador Borges colocou como as dificuldades que estão enfrentando o álcool, com a expansão do álcool no Brasil, refere-se, trata-se do fato de que nós estamos entrando na maior indústria do mundo. A indústria do petróleo. Isso é natural. Eu entendo essa dificuldade como natural. Tanto internamente como externamente. É uma indústria que tem muitos interesses. Portanto, o que foi colocado aqui, nós tentamos colocar aqui é que existe uma grande oportunidade para o Brasil. E se o Brasil vai aproveitar essa oportunidade completamente ou parcialmente isso está em discussão. Quer dizer se vamos nos preparar e tentarmos tirar uma completa... Completamente, aproveitarmos essa situação, dizer, por exemplo, que a proteção do meio ambiente prejudica a nossa competitividade, é falso. Porque se o Brasil proteger a Amazônia, ou fizer

um uso adequado da Amazônia, isso é ótimo para o álcool. Se usarmos, aplicarmos a legislação de água de evitarmos as queimadas, protegermos os biomas, isso é ótimo para o álcool. Não existe conflito aí. Eu acho que existe a necessidade do Estado se organizar, da sociedade civil se organizar, e aplicar as regras do jogo bem feito e isso vai ser muito bom para todo mundo. Não existe conflito no nosso futuro.

E por último eu gostaria de dizer que uma coisa fundamental nesse processo todo é capacitação humana. Porque conhecimento é fundamental na discussão. Conhecimento no debate. O desenvolvimento de novas tecnologias. A competitividade via o uso melhor dos recursos escassos do que existe no mundo. Quer dizer, o conhecimento humano é o melhor investimento que nós podemos fazer para garantirmos nosso espaço no futuro. O Brasil tem um presente nas mãos, que é a sua natureza, uma oportunidade histórica que o mundo coloca ao nosso dispor, e nós temos que nos prepararmos para isso. É isso. Fundamentalmente. Obrigado.

SR. MANOEL RÉGIS LIMA VERDE LEAL: Bom, rapidamente, tocando no ponto levantado pelo Deputado Gabeira, do uso da água na produção de álcool, eu fiz uma conta aqui em cima da perna, dá alguma coisa na faixa de 20, 30 litros de água por litro de álcool. E isso levando em conta que o consumo médio hoje no centro-sul é dois metros cúbicos de água por tonelada de cana, 85 litros de álcool tonelada de cana, normalmente chega a esse número. Mas eu quero lembrar também que um quilo de carne de boi, na média mundial consome 20 mil litros. Mil vezes mais.

Então, o uso da água ele tem que ser racionalizado no mundo inteiro, talvez nós tenhamos que mudar de hábito, comer mais feijão e menos picanha. É lamentável, mas isso é um fato. E existe tecnologia, é só uma questão de vontade de usar essa tecnologia para chegar perto de zero esse consumo de água. É só fechar os circuitos e usar o fato de que a cana, cada tonelada de cana já leva 700 litros de água junto. A irrigação ela pode ser utilizada, mas com muito critério porque o Brasil é um País bem aquinhoado com água. Nós temos 12, 14% da água doce disponível no mundo, mas nem por isso nós devemos ser perdulários. Como foi mostrado, talvez algumas regiões do nordeste se justifique uma aplicação de irrigação de uma forma bem racional e controlada.

A situação do nordeste nós vimos lá a produção de cana, a área ocupada por cana do nordeste ela estagnou já um par de décadas. E as razões disso precisa ser estudada, mas eu vejo de um modo geral do lado tecnológico. O Brasil tem mais de 500 variedades de cana em estágio comercial. Os produtores de cana-

de-açúcar podem lançar mão dessas variedades, algumas delas tem que pagar royalty, a maioria não, mas acontece que essas 500 variedades de cana, mais de 500, foram desenvolvidas para São Paulo. Programas da Copersucar, programa do antigo Planalsucar, que virou hoje a Ridesa, do IAA e agora mais recentemente a Canaviale(F). São canas produzidas para São Paulo e não necessariamente adequadas para o solo e clima do nordeste e do cerrado.

Atualmente já estão sendo criadas estações experimentais em Alagoas, Pernambuco, e outras partes do cerrado para testar novas variedades, mais resistência ao estresse hídrico e tudo mais, mas é uma coisa que tem que ser olhada muito mais para atrás, essas variedades de hoje que estão sendo usadas nos cruzamentos para essas novas variedades, elas foram variedades que elas perderam aquelas características de rusticidade, de resistir ao estresse hídrico, resistir a solo mais pobre e tudo mais. Porque ela foi desenvolvida para outras condições. Talvez tenhamos que andar mais para trás, mas os melhoristas já estão preocupados com isso. Talvez tenhamos alguma esperança.

No estudo que participamos lá na UNICAMP, é apenas um ensaio e mostrando os benefícios que teriam se a expansão da produção de álcool e cana se desse de uma forma mais homogênea em torno de todo o País. Os benefícios que o nordeste teria em termos de aumento de PIB, de emprego e de renda, e melhoria da infra-estrutura, como foi lembrado aí pelo Senador do Mato Grosso, que tem problema de escoar. Hoje, no Bom Dia Brasil estava mostrando situações precaríssimas das estradas brasileiras e é um absurdo que a gente pense exportar cem bilhões de litro de álcool transportando num caminhão. Quem está tomando conta dos dutos hoje, quem está planejando a expansão dos dutos é a PETROBRAS. Por que isso? Porque eles têm recurso, tem tecnologia e tem cultura para fazer isso, mas se nós vamos produzir em grandes quantidades em regiões remotas, nós não podemos fugir de pensar de planejar a expansão de dutos. Menores impactos, menor gasto em investimento do que nas estradas, e é longe, mas disparado a forma mais barata de se transportar o álcool.

A reestatização é uma coisa preocupante. Eu espero que eu tenha entendido errado. O Brasil, no tempo do IAA, até o início da década de 90, ele exportava entre zero e um milhão de tonelada de açúcar. Quando foi extinto o IAA, essa exportação rapidamente cresceu para a faixa de oito, dez milhões, e hoje ela está em torno de 18, 20 milhões de toneladas. Porque saiu do controle. Muitas usinas quebraram, mas nunca a cana deixou de ser moída. Porque a usina que quebra imediatamente aparece outra que assume aquilo

com mais competência e os menos competentes foram eliminados porque hoje a concorrência é livre. Quem quer exportar, quem quer vender no mercado interno está competindo com as outras 360 unidades.

As barreiras, qual é o grande mercado para o álcool hoje? Os Estados Unidos consomem 45% da gasolina do mundo. São cerca de 550 bilhões de litros. 10% disso aí de álcool são 65 bilhões de litros por causa da diferença energética e é um mercado enorme que eles estão protegendo. O milho não vai conseguir suprir isso tudo. Porque ele, primeiro esquecendo até os problemas ambientais, ele para ser viável mesmo com subsídio ele precisa da venda dos subprodutos. E vai chegar o ponto onde não há mercado para subprodutos.

A segunda geração de biocombustíveis que o Deputado Gabeira falou referindo-se como álcool de celulose, é o álcool de celulose, é matéria-prima, é a biomassa, a celulose e a lignina que vai ser utilizada para produzir o álcool. A cana, como ela tem 2/3 da energia dela na forma de fibra, ela se adequa perfeitamente a combinar primeiro com a segunda geração, mas nós não podemos ficar aqui agarrados na primeira geração. Nós somos bons, somos melhores, etc, a segunda geração chega e nos desbanca, mas nós temos todas as condições de entrar com essa segunda geração associadas à primeira geração. Então era mais ou menos isso que eu queria falar.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Muito rapidamente, que essa hora costumo dizer que até filosofia na hora do almoço não... Só queria dizer o seguinte, passando já. O problema levantado pela... Precisamos saber a nossa situação. Eu tenho feito um esforço, tem até um projeto aqui que é, que obriga o Governo a apresentar um inventário. Já está previsto no Protocolo de Kyoto apresentar um inventário de nossas emissões. E uma definição bem clara de quais são essas emissões. Então eu acho que se a gente conseguir aprovar isso agora e o Governo realmente se responsabilizar por isso, ele vai ter que se responsabilizar porque é uma necessidade internacional, a gente vai ter um quadro bem claro do que significam as nossas emissões e qual o peso do desmatamento e das queimadas que hoje um pouco grosseiramente nós avaliamos em 70% das emissões do Brasil. Que é um peso muito grande. E quanto às nossas... Nós estamos de acordo em tudo. A única coisa que eu queria lembrar para Laura é que a tolerância com a China é diferente da tolerância com o Brasil. Por quê? Porque a China sempre foi vista como País extremamente castigado pela super população. E o Brasil é visto como uma potência ambiental. Como um recurso da

humanidade. Então a destruição no Brasil é sempre vista com mais severidade.

Então o nosso papel, no meu entender, não seria só vender cana. E nem vender álcool. Como não vendemos só sandálias Havaianas. Temos que vender uma concepção de vida. É isso que é importante no mercado internacional. Não se compra mercadoria física só. Se comprem símbolos também que estão associados com ela. Daí a minha preocupação de revestir todo esse processo no maior empenho em que o Brasil venda um combustível limpo e seja também o símbolo de um País limpo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – ...O nosso Senador Neuto de Conto que é Presidente da nossa Comissão de Agricultura para encerrar a nossa Sessão, mas antes agradecer, sensibilizado a presença de todos os senhores conferencistas que aqui vieram e defenderia a contribuição a essa Sessão, a essa Comissão como sendo simplesmente brilhante. Foi uma Sessão, talvez a melhor Sessão, uma das melhores Sessões que nós tivemos aqui e a contribuição que os senhores trouxeram para esclarecer, desmistificar e trazer a verdade no seu lado mais positivo, efetivamente conferirá a essa Subcomissão condições de realizar um relatório final competente e cheio de informações que de fato expressam a verdade sobre as coisas que afetam o setor.

Muito obrigado e passaria a palavra para o Senador Neuto de Conto para encerrar a nossa Sessão.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Vou ser bastante breve. Brilhante foi a reunião como brilhante foram os participantes. E certamente o ensinamento, armazenamento desses conhecimentos vão nos trazer grandes avanços.

Queria dizer à Dr^a. Laura, Luiz Cortês e o Prof. Régis e o nosso Deputado Gabeira de que realmente as pessoas que podem, as pessoas que têm condição, as pessoas que devem têm que puxar o processo. Um dos defeitos do nosso País é a centralização. As regiões discutem, centralizam para discutir. Quando o Brasil precisa ser descentralizado. E só com descentralização é que nós encontramos as qualidades, os benefícios da gente de cada área. Por isso a Comissão de Agricultura do Senado já está em contato com a Comissão da Agricultura, Reforma Agrária, da Câmara dos Deputados para que nós possamos produzir uma semana para a terra, a água, o meio ambiente. E lógico, conseqüentemente a agricultura ou agronegócio e seu desenvolvimento. E essa semana nós estamos negociando para encontrar um espaço exclusivo para que o Brasil possa discutir esse extraordinário tema que não é só de produção de negócio, é do ciclo vital do ser humano. E isto nós gostaríamos de contar

com os senhores nesta semana para que podemos enriquecer, trazendo professores, alunos, universitários, acadêmicos, e que possa ser um tema do Brasil. Vamos fazer uma Comissão.

Quero agradecer esta oportunidade, a presença de cada um e pelos ensinamentos.

Sessão encerrada às 13h26.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala dezoito, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antônio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns, Francisco Dornelles, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares não membro da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº. 010, de 2007-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o tema “Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica”. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Senador Hélio Costa, Ministro

das Comunicações; 2 – Senhor Gilberto Gil Moreira, Ministro da Cultura; 3 – Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); 4 – Leopoldo Nunes, Diretor da Agência Nacional de Cinema (ANCINE); 5 – Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); 6 – Amilcare Dallevo Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA); 7 – Antônio Alberto Valente Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (ABRANET); 8 – Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA); 9 – José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (ABRAPHIX); 10 – Ércio Alberto Zilli, Presidente-Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL); 11 – César Rômulo Silveira Neto, Superintendente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL); 12 – Fernando Dias, Presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV)”; e em atendimento aos aditamentos nº. 01, nº. 02 e nº. 03 ao Requerimento nº. 10, de 2007-CCT, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Wellington Salgado de Oliveira que requer “..., nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de nº 10 de minha autoria, os nomes abaixo designados: Ilmo. Senhor Luis Cuza – Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP), Ilmo. Senhor Ícaro C. Martins – Diretor da Associação Paulista de Cineastas (APACI), Ilmo. Senhor Paulo Rufino – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema (ABEPC); Ilmo. Senhor Gustavo Starling Leonardos – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), o Ilmo. Senhor Manoel Santana – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia (ABRAMULTI) e o Senhor Germán Von Hartenstein, Diretor Geral da emissora ESPN Brasil (Entertainment and Sports Programming Network (Rede de Programação de Esportes e Entretenimento).” Comparecem à Audiência Pública, Ronaldo Mota Sardenberg – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Luis Cuza – Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP); Ícaro Cataldi. Martins – Diretor da Associação Paulista de Cineastas (APACI); João Carlos Müller Chaves – 3º Vice-Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI); Manoel Santana Sobrinho – Presidente da Associação Brasi-

leira das Empresas Autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia (ABRAMULTI). Justifica a ausência o Senhor Germán Von Hartenstein, Diretor Geral da emissora ESPN Brasil (Entertainment and Sports Programming Network (Rede de Programação de Esportes e Entretenimento). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, autor do requerimento, Marcelo Crivella, Antônio Carlos Júnior, Augusto Botelho e Antônio Carlos Valadares, não membro da Comissão. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Haver havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nesta data, dia 29 de agosto de 2007. Submeto à apreciação deste Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nessa oportunidade eu informo às Sras. e Srs. Senadores que se encontra dentro das pastas um folder com a programação da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações, a realizar-se nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2007, da qual todos estão convidados a participar.

Sras. e Srs. Senadores, a redação desta quarta e última Audiência Pública atende ao requerimento nº 10, de 2007, da CCT, em aditamento de autoria do Senador Flexa Ribeiro e Wellington Salgado de Oliveira com o objetivo de debater o tema Conteúdo Audiovisual em Tempo de Convergência Tecnológica.

Eu queria anunciar os convidados. Primeiramente o convidado Germán Von Hartenstein, Diretor Geral da ESPN Brasil. Segundo convidado, Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nosso querido Embaixador. Sr. Luís Cuza, Presidente Execução da Associação

Brasileira de Prestadores de Serviço em Telecomunicações Competitivas – TELCOMP, ele ficou preso em São Paulo, não chegou. Sr. Ícaro Cataldi Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APACI. Sr. João Carlos Müller Chaves, Terceiro Vice-Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI. E o Sr. Manoel Santana Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Prestadores de Serviço de Comunicação Multimídia – ABRAMULTI.

Obedecendo à ordem da nossa lista de convidados, passaremos, primeiramente, a palavra ao ilustre Embaixador Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Sr. Ronaldo Mota Sardenberg. Com a palavra, Sr. Embaixador.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Muito obrigado Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado, Presidente desta Comissão, Exmas. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores. Parece-me oportuno e muito relevante o interesse da Comissão de Ciência e Tecnologia em debater com profundidade o tema do Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica. Eu sei que este é um processo que está em curso e eu felicito a Comissão pela sua iniciativa. Essa é uma questão portadora de futuro para os serviços brasileiros de comunicação de massa. A Comissão abre uma excelente oportunidade para debate com os agentes do seguimento e com o ente regulador, com vistas a nossos esforços conjuntos com relação às distintas facetas regulatórias da convergência tecnológica. Agradeço, pois, este convite e a honra de tomar parte nesta Audiência Pública.

Em decorrência de feliz iniciativa do Senador Fleixa Ribeiro, a Comissão coloca os debates no contexto dois enfoques co-relatos ao tema central dessa audiência: a abertura ou não para além das empresas de radiodifusão, também prestadoras de outros serviços de telecomunicações, para que além das empresas de radiodifusão também as prestadoras de outros serviços de rádio de telecomunicações possam produzir e prover conteúdo audiovisual, e as divergências acerca do aporte de capital estrangeiro no controle acionário das operadoras de TV a cabo.

Não caberia à ANATEL examinar em detalhe a temática da produção de conteúdo audiovisual distribuído por prestadoras de serviço de radiodifusão. A Lei Geral de Telecomunicações estatui, entre as atribuições da Agência, a definição das modalidades de serviço em função da finalidade, do âmbito de prestação, da forma, do meio de transmissão e da tecnologia empregada. Não obstante, é certo que o ambiente de convergência, uma palavra que tem múltiplos significados, é certo que o ambiente de convergência necessariamente estimula a reflexão acerca do fomento à produção do conteúdo

nacional, inclusive o papel e as salvaguardas relativas aos programadores independentes. É possível antever, por exemplo, que poderia ser aplicado a esses programadores o mesmo enfoque que se dá à radiodifusão, em particular no que tange às proporções de participação acionária do capital estrangeiro. Igualmente se vislumbraria a previsão de exclusividade a brasileiros na responsabilidade editorial dos conteúdos gerados. Além desses há outros caminhos legislativos a serem trilhados. Merecem especial atenção os preceitos legais que construam diretrizes e permitam à ANATEL gerenciar canais voltados para a distribuição de conteúdo nacional. Gerenciar aqui evidentemente é no sentido de regular. Entendo que as decisões da Agência sobre o uso da infra-estrutura de telecomunicações para distribuição do conteúdo podem afetar toda a cadeia produtiva do conteúdo.

Arranjos regulatórios – Felizmente o presente ambiente de convergência igualmente propicia articulações institucionais de regulação mais sofisticados do que os do passado, como o que pretendemos desenvolver entre a ANATEL e a ANCINE. Registro que com o CAD já mantemos interesse e útil articulação na prevenção e na repressão das infrações de ordem econômica. O mesmo poderá ser construído para o incentivo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e da produção de filmes e vídeos. As ações reguladoras da Agência devem contribuir para o crescimento da indústria do audiovisual nesta fase com preocupações com os riscos de abafamento do seguimento produtor de conteúdo pelos detentores da infra-estrutura.

Serviço dissociados – Na verdade a harmonia entre os fatores econômicos é promovida pela própria evolução tecnológica e pela aspiração da sociedade em compartilhar informações todo tempo e em qualquer lugar. Ao contrário do passado recente, a telefonia fixa não mais se limita à transmissão de voz. Do mesmo modo o serviço móvel transporta som, dados e imagens. Não se pode por isso mesmo pensar e adotar diretrizes regulatórias para o desenvolvimento desse setor apenas pela ótica da tecnologia, como no tempo dos serviços dissociados. Nesse quadro é razoável supor tendências no sentido de desagregar redes e acompanhá-las. A ANATEL tem desenvolvido estudos com o alvo de justamente identificar e remover barreiras a essa desagregação. São esforços em andamento, é um esforço que precisa prosseguir dentro da própria ANATEL. É certo que a efetivação desse avanço depende da segurança jurídica e da preservação da competição, entre outros fatores. A competição entre as redes de distribuição de conteúdo poderia estabelecer-se, por exemplo, em mercados geográficos específicos. Para

os demais mercados admite-se a criação de um sistema de regras claras e objetivas que facilitem entendimento entre provedores de conteúdo e distribuidores para o uso da mesma rede.

Segurança jurídica e regulação poderão permitir a entrada de distribuidores e, por consequência, acrescentar estímulos à produção e ao provimento de conteúdo.

O campo das adequações regulatórias e com vistas à expansão da oferta de serviços acrescentaria ainda que no primeiro semestre colocamos a discussão inicial entre os servidores da Agência, entre as diferentes superintendências da Agência, propostas de alterações dos regulamentos de MMDS e de DTH. Essas adequações, respaldadas pela LGT, visam promover condições regulatórias necessárias à ampliação da oferta de serviços sem descuidar da melhoria da qualidade.

O Conselho Diretor da ANATEL também determinou a constituição de grupos de trabalho incumbido de avaliar a criação dos serviços de comunicação eletrônica de massa, o chamado SCEMA, em conformidade com a LGT e regido por regulamento específico. O propósito é manter as conquistas do seguimento de TV por assinatura e constituir um serviço de telecomunicações destinado a distribuir, por quaisquer meios, programação de vídeo, de áudio ou de ambos a assinantes localizados em áreas de atuação da prestadora do serviço.

Sobre o aporte de capital estrangeiro nas operadoras de TV por assinatura, o segundo enfoque co-relato ao tema central que nos reúne hoje, parece insuficiente dizer que a legislação não faz restrições à participação do capital estrangeiro nas operações de TV por assinatura nas modalidades MMDS e DTH. Entretanto, o mesmo não ocorre no que respeita às empresas operadoras de TV a cabo. Alternativas a esse cenário têm sido debatidas no Congresso Nacional, que, ao meu juízo, é a instância natural para essas discussões, para todas as discussões que pressupõem mudança na legislação, eventual mudança na legislação.

A ANATEL, registro, coloca-se à disposição da Comissão para contribuir no plano técnico, no que seja demandada, para o avanço desses debates. Portanto, são dinâmicas e intrigantes as questões sobre as quais nos deveremos debruçar nos próximos meses. Com essa contribuição eu espero haver atendido, no que me coube, às expectativas quando quanto aos debates de hoje, que são de interesse desta Casa, da própria Agência reguladora e de todos os elos da cadeia de valor dos serviços de comunicação de massa no Brasil. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Essa Audiência Pública, a quarta Audiência Pública, é para debater o tema Conteúdo Audiovisual em Tempo de Convergência Tecnológica. A autoria do requerimento, em aditamento, é do Senador Flexa Ribeiro e Senador Wellington Salgado de Oliveira. Passaremos agora ao segundo convidado, o Sr. Ícaro Cataldi Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APACI, a quem eu passo a palavra nesse momento. Com a palavra o Sr. Ícaro.

SR. ÍCARO CATALDI MARTINS: Boa dia Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado, Presidente dessa Comissão, Senador Flexa Ribeiro, autor do Projeto de Lei do Senado 280/2007, demais Senadores, convidados aqui presentes. Antes de mais nada eu queria agradecer a esse convite e a oportunidade de vir a esse Plenário em nome da Associação Paulista de Cineastas – APACI, expor a nossa posição a respeito de um tema tão importante quanto esse, que é o Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica. Eu gostaria de começar citando, resumidamente, o Senador Flexa Ribeiro, na justificativa do seu Projeto de Lei 280, onde ele afirma: “Compartilho da convicção que a produção cultural é crítica para a soberania das Nações e que também se tornou importante elemento de desenvolvimento econômico, e sabemos que o planejamento das indústrias do entretenimento e da cultura vai além dos planos de negócios dos grandes grupos empresariais, sendo um componente relevante na estratégia dos países desenvolvidos, fato este que, entre outros aspectos, tende a conduzir a uma pasteurização das manifestações culturais no mundo, prevalecendo aquelas oriundas das economias mais fortes”. Ministro, esse tema, que é um tema cada vez mais premente, eu queria enfatizar que ainda nesse sentido, acerca de duas semanas atrás, houve em São Paulo, na BOVESPA, um seminário que contou com a presença, dentre outras pessoas, do produtor Luiz Carlos Barreto, que todos conhecem, do Presidente da ANCINE – Agência Nacional do Cinema, Manoel Rangel, do economista Paulo Rabello de Castro, e a proposta desse seminário era justamente colocando a indústria do audiovisual como a indústria do século XXI, justamente por ser a que atualmente mais cresce no mundo.

O fato que todos constatamos é que a convergência tecnológica veio a potencializar de tal forma a indústria cultural, e dentro dela o seu setor mais significativo, que é o do audiovisual, que sua importância tornou-se uma prioridade estratégica das Nações.

Nesse sentido, a diversidade cultural única do Brasil é uma riqueza incalculável que não pode deixar de ser valorizada e, muito menos, ser perdida por causa do interesse imediatista desse ou daquele grupo econômico ou desse ou daquele grupo de comunicação. Os interesses são muito grandes, existem vários grupos internacionais, tanto nacionais quanto internacionais envolvidos nessa luta por espaço. Por isso eu acredito que todos, nessa sala, compartilhamos da preocupação expressa pelo Senador Flexa Ribeiro e vemos com muitos bons olhos a disposição desta Casa em trabalhar nesse tema cada vez mais vital, tanto para a nossa identidade, como afirmação cultural, e também no nosso desenvolvimento econômico.

Entretanto, apesar da boa intenção desse PLs 280, que está tramitando aqui, nós consideramos que ele tem lacunas graves que precisam ser urgentemente corrigidas, sob pena de mais uma vez o Brasil ver aumentada a distância que nos separa das Nações desenvolvidas e outras em desenvolvimento acelerado que não por acaso são as principais produtoras de imagens e conteúdos audiovisuais. Eu me refiro, principalmente, à necessidade de vincularmos definitivamente o conteúdo audiovisual nacional à produção independente, tanto na TV quanto nos demais meios de comunicação de distribuição de conteúdos. Essa conclusão, ela não resulta só da interpretação da nossa Constituição, cujo artigo 221, que trata justamente da produção independente na TV, da sua regionalização, assim como das obrigações dos concessionários de rádio e televisão a respeito da qualidade e diversidade da programação, promovendo o nível educacional e cultural de uma população, e que há mais de quinze anos aguarda uma regulamentação apropriada no Congresso Nacional. Essa conclusão, ela é fruto, principalmente, da observação da indústria audiovisual em todo o mundo. Se olharmos sua evolução em todos os outros países, veremos que os que foram melhor sucedidos foram justamente os que trataram essa indústria como um todo, orgânico, e não da forma segmentada como nós temos feito até aqui no Brasil, tratando TV aberta de um lado, TV fechada de outro, canais por assinatura, cinema, cada coisa como um grupo estanque. Essa integração tem sido feita tanto no que se refere à inter-relação do cinema com a TV mas principalmente através da valorização e a exigência da produção independente nas grades das televisões e demais plataformas de meios de comunicação de massa. O fato é que absolutamente todos esses países, os outros países do mundo, a começar pelos Estados Unidos, que é o mais bem sucedido nessa área, separam as funções de transmissão da produção de conteúdos. Todos limitam severamente a verticalização desses

processos, limitando a produção própria dos transmissores de conteúdo ao jornalismo e a uma parcela que geralmente não ultrapassa cerca de 30% do conteúdo de sua grade. Aqui no Brasil essa limitação não existe nem para as TVS abertas, nem para as TVS fechadas e por assinatura, e a esse respeito o PLs 280 é omissivo e tende a agravar ainda mais a concentração no nosso mercado audiovisual.

Nós entendemos que fazer isso num momento em que as novas tecnologias favorecem a democratização e a expansão do conteúdo é andar na contramão da história, é nos tornar ainda mais vulneráveis, pois nessas condições não haverá grupo ou conglomerado nacional capaz de enfrentar a crescente avalanche de conteúdos produzidos internacionalmente, pois não basta que a empresa que atuam nesse mercado sejam de capital nacional, uma vez que este também pode se colocar a serviço da produção estrangeira, da divulgação de conteúdo estrangeiro. É fundamental que tanto o acesso quanto a disponibilização de conteúdo sejam democraticamente distribuídos, atendendo aos interesses da Nação como um todo, e não apenas de uns ou alguns grupos econômicos e de comunicação, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Nesse sentido, a observação do que aconteceu até agora no nosso mercado de TV por assinatura, que até o momento tem seguido mais ou menos esse caminho que o PLs 280 se propõe a solidificar, limitando o número de participantes nesse cenário sem a exigir qualquer contrapartida em termos de veiculação da produção independente, é bastante ilustrativo.

Note-se, ainda, que neste seguimento de mercado o único canal por assinatura que se propõe a uma veiculação sistemática da produção independente, que é o Canal Brasil, sofre discriminação, pois é oferecido em pacotes, somente em pacotes especiais, e não nos planos básicos de assinatura. Essa discriminação cria condições extremamente desiguais de competição, de conteúdo de produção nacional, confina esse conteúdo a um pequeno nicho do mercado e restringe a possibilidade de crescimento. É isso que tem acontecido até o momento.

Recorrendo apenas a uma das tabelas de acompanhamento feita pela ANCINE, que eu acredito que todos aqui no Senado já devem ter recebido essas tabelas de acompanhamento do mercado, eu vou pedir para projetar só uma delas, é fácil notar a acachapante desproporção entre títulos e obras nacionais e estrangeiras.

No que se refere, por exemplo, à rede de veiculação Tele Cine, que veicula produção cinematográfica tanto nacional quanto estrangeira, durante todo o ano de 2006 os canais Tele Cine exibiram apenas cinco

títulos nacionais ante dois mil, quatrocentos e cinco estrangeiros (soa a campainha), e isso significou uma porcentagem apenas de 0,2% de títulos nacionais ante 99,8% estrangeiros, ali na tabela está a totalização de porcentagens, ou seja, isso, em números de horas, foram cento e oitenta e oito horas e vinte e um minutos de exibição da produção nacional ante trinta e nove mil, sessenta e uma horas e cinquenta e seis minutos de estrangeiros, ou seja, 0,5% do tempo foi dedicado à veiculação de conteúdo de produção brasileira e 99,5% de conteúdo de produção estrangeira. Eu não consegui copiar para ser projetada aqui, mas nas outras redes de canais, como o Cinemax, Fox, Fox Life, HBO, Tele Cine e TNT, essa proporção está sempre em volta de no máximo 5% para a produção nacional e 95%, o que é uma exceção na HBO, para a produção estrangeira.

Essa é apenas uma amostra que se refere a um setor desse mercado, mas é suficiente, a nosso ver, para evidenciar que aprovado como está, o PLs 280 projetará para todos os demais segmentos esse tipo de desproporção, agravando ainda mais o quadro atual, pois num sistema de produção e distribuição de conteúdo verticalizado, seja ele nacional ou não, ele é altamente oneroso e incapaz de um aumento significativo e de diversificação de conteúdo na proporção do que nós necessitamos e o que o resto do mundo já pratica.

Portanto, urge que seja feita de fato uma regulamentação de fato do mercado de comunicação eletrônica e que se corrija esta falha na nossa legislação, seja através de Emendas a esse Projeto, o 280, ou, o que talvez seja mais indicado, ao nosso ver, através da elaboração de uma regulamentação e uma regulamentação da Lei Geral de Comunicações de Massas. Esse é o pleito que eu faço aos Srs. Senadores dessa Comissão, de se atentar para essa questão, cada vez mais vital, tanto em termos de indústria audiovisual brasileira, mas também em termos de Nação, do próprio desenvolvimento econômico e cultural do país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabamos de ouvir a explanação do Sr. Ícaro Cataldi Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas. Esta é a quarta Audiência Pública, cujo o assunto é debater o Conteúdo Audiovisual em Tempo de Convergência Tecnológica, autoria de requerimento em aditamento do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Passaremos agora a palavra ao terceiro expositor convidado, o Sr. João Carlos Müller Chaves, Terceiro Vice-Presidente da Associação Brasi-

leira de Propriedade Intelectual – ABPI. Com a palavra o Sr. João Carlos Müller.

SR. JOÃO CARLOS MÜLLER CHAVES: Bom dia a todos, muito obrigado ao Senador Wellington Salgado, obrigado aos Srs. Parlamentares pela eventual atenção que merecer essa conversa. A ABPI, sabidamente, é uma entidade que reúne interessados na proteção e defesa da propriedade intelectual, da qual os ramos mais notáveis são o direito industrial, que compreende marcas e patentes, basicamente, e o direito autoral. Essa matéria tem tudo a ver com o direito autoral e nada a ver com marcas e patentes e, talvez por isso, ou certamente por isso, a ABPI me pediu, como Terceiro Vice-Presidente, que a representasse, porque a minha área é efetivamente o direito autoral.

Sobre Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência eu poderia começar dizendo que em princípio e em qualquer circunstância somos pela liberdade de criação. A criação do conteúdo não deve ser regulada. Pode se definir, deve se definir o que é conteúdo nacional, o que não é e em que circunstâncias deverá existir uma quota, seja na TV, seja no cinema, mas a criação é livre, e minhas homenagens ao Senador Flexa Ribeiro, pois o Projeto de Lei 280/07 preserva absolutamente essa liberdade, de maneira até bastante enfática.

O ponto complicado, e aí estamos na convergência de mídia, é a distribuição. A radiodifusão sofre grandes marcos regulatórios ou recebe marcos regulatórios quanto à composição acionária inclusive, quanto à constituição da sua direção, dos órgãos de gestão, e se for permitido a outro tipo de empresa distribuir conteúdo, é justo que as restrições sejam iguais para todos. Acredito que esse é o primeiro ponto. Foi mencionado aqui, creio que pelo Embaixador Sardenberg, o fato de a comunicação MMDS dispensar problema de regularização de participação estrangeira, enquanto as empresas de TV a cabo têm. Aí sim é convergência de mídias. Se há convergência de mídias, por que o tratamento diferenciado? Ou todos têm ou ninguém tem. Isso é uma posição que posso assegurar aos senhores seria da ABPI em qualquer circunstância.

Passando um tanto rapidamente ao Projeto 280, insisto, ele limita-se, e o faz bem, a regulamentar o que é conteúdo nacional para todas as formas de mídia e a manter ou estender as restrições que valem para a radiodifusão, até minoradas para outros transportadores de sinais, com a sábia ressalva quanto à publicidade e comunicações sem fins lucrativos, preservando a liberdade na Internet, que é uma coisa fundamental, liberdade com responsabilidade.

É fundamental, Senhores, isso é a visão da ABPI, porque essa é a sua função precípua, que seja pre-

servada a defesa dos criadores de conteúdo. Autores, artistas, produtores, sem os quais não haveria nem essa discussão, porque não haveria conteúdo. Temos um certo receio, por exemplo, se for concedida uma licença única e certas empresas como, vou nominar, as TELCOS, Empresas de Telecomunicação, possam passar a veicular conteúdo por qualquer sistema, por qualquer mídia, porque é da cultura das TELCOS uma forma de remuneração que, vou tentar explicar, em geral o produtor de conteúdo ganha vendendo esse conteúdo de uma maneira ou de outra, como é o caso do Home Vídeo, do DVD e do CD. As TELCOS tem interesse, após criadas as chamadas autopistas da informação, que são aquelas, principalmente hoje a banda larga na Internet, em vender publicidade. Eles não cobram pedágio, até porque em geral o conteúdo não lhes pertence. Se passar a pertencer esse conteúdo possivelmente continuarão a agir da mesma forma e criarão o que? Placas de publicidade, são os *banners*, essa será a grande fonte de receita, e há um sério risco de que os criadores não participem disso. Portanto, para preservar a diversidade, considero, e a ABPI considera fundamental, que seja enfatizado sempre e em todos os tempos a necessidade de respeito absoluto à criação intelectual aos direitos dos que dela participam, dos que a fazem, basicamente autores e artistas. Essa é a posição da ABPI, que não defende nenhum grupo específico, mas simplesmente o respeito à propriedade intelectual, à igualdade de tratamento para todos e o melhor serviço possível aos usuários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ouvimos a palavra do Sr. João Carlos Müller Chaves, Terceiro Vice-Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual. Passaremos, agora, a palavra ao Sr. Manoel Santana Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia – ABRAMULTI, lembrando ainda que esta é a quarta e última Audiência Pública cujo o assunto é debater o tema de Conteúdo Audiovisual em Tempo de Convergência Tecnológica, autoria do requerimento do Sr. Flexa Ribeiro. Com a palavra o Sr. Manoel.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Bom dia Srs. Senadores, Sra. Senadora. Senador Wellington Salgado, muito obrigado pela oportunidade. A ABRAMULTI é uma Associação que congrega aproximadamente seiscentas pequenas e médias empresas no Brasil, sendo que dentre elas estão provedores de Internet e empresa que tem autorização do serviço de comunicação multimídia. Sobre Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica vamos fazer uma definição simplificada do que é isso. Na realidade

são vários tipos de mídia e serviços através do mesmo meio ou do mesmo aparelho. Nós vamos poder trafegar através desse mesmo meio, desse mesmo aparelho, a voz, voz sobre IP, teleconferência, videoconferência, vídeo sob demanda, TV por assinatura, Internet, todos os outros meios, todos esses meios também através da rede de telefones móveis e tal.

A legislação atual sobre conteúdo audiovisual praticamente atende a todos os requisitos necessários, como aqui foi amplamente citado, com alguns aplaudindo e outros reclamando, de acordo com os seus interesses próprios. Mas o que é que realmente muda no conteúdo audiovisual com a convergência das tecnologias ou a chamada divergência digital? O que é que realmente muda no conteúdo audiovisual com a convergência das tecnologias ou a convergência digital? Na opinião da ABRAMULTI nada muda, e o que se quer discutir a título de Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica nada mais é do que quem pode produzir ou quem pode distribuir esses conteúdos. Em termos tecnológicos não existe nenhuma diferença. A convergência digital simplesmente propicia que um mesmo canal e um mesmo equipamento possa receber todas as mídias e que o usuário possa comprar apenas essa, aquela ou todas elas ao mesmo tempo.

Existem enormes interesses econômicos nesta matéria e um risco enorme para a Nação ao meu ver, para a população e para as pequenas e médias empresas desse país.

O modelo adotado na privatização das telecomunicações no Brasil procurou enfatizar a concorrência no setor, mas isto não ocorreu, sendo que as redes de transmissão ficaram nas mãos das Concessionárias. A maioria de vocês sabem, em São Paulo é apenas a Telefônica, em outras regiões a Brasil Telecom e em outras a Telemar. Não sei se os Senhores, a maioria percebeu, mas umas não entram nas áreas das outras, quer dizer, aquele monopólio que deveria ter deixado de ocorrer em 2002 não ocorreu, o monopólio continua existindo.

Na legislação o que é que está escrito? Na legislação atual qualquer prestador de serviço pode solicitar o direito do uso dos meios de telecomunicações de forma onerosa para vender os seus serviços se adequando à tecnologia empregada, seja ela uma Aimex(F), seja ela um cabo, seja os pares metálicos das redes de telefonia. O assinante desses serviços poderia escolher, dentre os diversos prestadores de um tipo de serviço, aquele que mais o agradasse. É isso que consta da legislação atual. Não é isso que ocorre, mas é isso que está lá. Na prática o que ocorre? As proprietárias das redes de telecomunicações impedem

que outras empresas usem as suas redes, mesmo que ela própria não esteja prestando os serviços. O exemplo mais prático disto são as mais de três mil e quinhentas cidades que possuem cabeamento telefônico, mas não são atendidas com a banda larga via ADSL porque as concessionárias não permitem que as mais de quinhentas empresas autorizadas para o serviço de comunicação multimídia prestem o serviço.

Senhores, existem muitas tecnologias presentes aí, mas realmente a mais barata, a mais fácil e a mais confiável é através do ADSL, onde se coloca um equipamento na casa do usuário e, através do próprio cabo telefônico que já está passado lá, a uma distância de até três quilômetros da central, consegue-se chegar com vinte megas de banda. Com vinte megas de banda você coloca TV por assinatura, voz, TV sob demanda, você coloca qualquer tipo de mídia. A partir do momento que termina a prestação do serviço naqueles três quilômetros de distância, pode-se colocar um repetidor e isso ir a outros três quilômetros de distância. Esses meios já estão disponíveis, estão instalados e pertencem ao Estado, estão sob concessão das operadoras, mas eles pertencem ao Estado.

Como podemos permitir que estas empresas prestem serviços para os quais elas são atualmente vedadas, como a TV por assinatura, a produção e a distribuição de conteúdo, se elas já mostraram, durante todos esses anos, que, sendo donas das redes, transformarão mais este mercado em um monopólio? Nós temos que pensar muito sobre isso. Se elas não permitiram a desagregação das redes, se elas não permitiram o compartilhamento de infra-estrutura até hoje, esses novos serviços que estão querendo ser entregues a elas, essa TV por assinatura, a produção e distribuição de conteúdo, elas vão transformar no mesmo tipo de monopólio que já existe hoje nas telecomunicações, principalmente no setor de telefonia e no setor de Internet. O que é que vai significar mais este monopólio? 1) Menor opção para os assinantes; 2) Menor qualidade para os serviços; 3) Custo maior para o assinante; 4) Milhares de empresas fora do mercado.

A julgar pelo que já ocorre em países mais avançados, aonde a TV por assinatura já atende à quase totalidade da população, a prestação deste serviço, em tempos de convergência tecnológica, pode significar muito mais do que isto, pode vir a significar a essência do poder de influenciar pessoas. Nós já temos países como os Estados Unidos aonde mais de 90% da população é atendida por TVs por assinatura. Tem serviços banda larga de excelente qualidade. Existem países como o Japão, por exemplo, e a Coreia do Norte, as pessoas recebem uma fibra nas suas casas com cem megas de banda. A tendência é que isto ocorra em

todos os países e que isso venha a ocorrer também no Brasil. Se essas empresas efetivamente têm o monopólio dessas redes e vão poder prestar esses tipos de serviço dificultando a entrada de outros *players* no mercado, o poder que esse tipo de mídia terá é muito grande, é muito envolvente, quer dizer, realmente é o poder de se influenciar as pessoas. Eu acho que isso tem que ser dividido, porque a divisão é democrática. Quantas muitas empresas prestam um serviço, existe uma democracia nisso.

Distribuir o conteúdo possibilita o poder de influenciar a sua produção. Já foi dito aqui pelos nossos colegas. Realmente a empresa que distribuiu o conteúdo é que decide o que vai ser veiculado, e ela pode influenciar até na produção. Se ela quiser que uma determinada mensagem seja incluída naquela produção, ela vai conseguir fazer com que isso ocorra. Nós não somos xenófobos, eu estou falando pela ABRAMULTI, e não creio que estamos preparados para discutir aqui a conveniência de se permitir que empresas com capital estrangeiro possam produzir e distribuir este tipo de conteúdo, além de que a lei já permite, mas essas vedações que existem atualmente devem ter tido um bom motivo para serem colocadas.

Como membro da ABRAMULTI e como empresário do setor de telecomunicações e de provimento de acesso à Internet, eu sei que os avanços tecnológicos e a sede de progresso da população fazem com que as leis sempre fiquem defasadas em relação à realidade, mas isto não pode significar que (soa a campainha) esqueçamos a essência das coisas. A essência é que, sem concorrência no setor de telecomunicações, estaremos criando maiores monopólios para as concessionárias de telecomunicações. Mas o que é necessário para que ocorra a tão esperada concorrência no setor? Basta que as leis que foram feitas nesta Casa sejam postas em prática, que sejam realmente aplicadas.

Vou deixar no ar aqui uma questão para aqueles que se interessarem em procurar. Eu não achei resposta em nenhum lugar para essa questão. No processo de privatização, o que se privatizou foi o serviço de telefonia. Para isto, as operadoras precisavam ter a concessão das redes de telefonia. Por que as Concessionárias ficaram também com as redes de transmissão de dados? Aonde é que isso está escrito? Muito obrigado, Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Terminando, deixando essa pergunta no ar, acabou de fazer a exposição o Sr. Manoel Santana Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia. Antes de passar a palavra

aos Senadores, eu queria dizer que, como Presidente desta Comissão, eu estive presente na SET/2007, Congresso de Tecnologia e Televisão. Eu queria parabenizar o Presidente Roberto Dias Lima Franco, porque a feira foi um sucesso e talvez seja agora a feira mais importante da América do Sul. Passaremos, primeiramente, às perguntas do autor do requerimento, o Senador Flexa Ribeiro, e depois faremos em grupo de três ou ...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ... Para todo mundo, o Senador Flexa é que manda nessa Comissão. Senador Flexa com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Wellington Salgado, Senhores convidados, Sr. Germán Von Hartenstein, Diretor Geral da ESPN Brasil, Ministro Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL, Sr. Manoel Santana Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Prestadores de Serviços de Comunicação Multimídia, Sr. João Carlos Müller Chaves, Terceiro Vice-Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. O nosso Presidente, o Senador Wellington Salgado, competente na direção da Comissão de Ciência e Tecnologia, ele por diversas vezes se referiu que essa seria a quarta e última Audiência Pública para tratar da discussão do Projeto de nº 280 que trata da convergência tecnológica. O nosso Relator, o Senador Zambiasi, ele, tenho certeza absoluta, que ao acompanhar todas as Audiências Públicas, não só aqui, porque temos feito algumas outras audiências também na Comissão de Educação, deve, como eu, ter acumulado conhecimentos para que possamos, a partir de agora, entrar na discussão, e ele, na confecção do seu parecer, para trazer à discussão dos nossos pares. Mas uma coisa ficou clara, Senador Wellington Salgado: o assunto que foi levantado para discussão na Comissão de Ciência e Tecnologia é de maior importância para a sociedade brasileira. Em função do avanço da tecnologia ao longo dessas últimas décadas nós temos que readaptar a legislação existente hoje, sob pena de termos conflitos nos diversos segmentos comerciais que exploram o setor de comunicação, de mídia, de radiodifusão.

Eu disse desde o primeiro momento, Embaixador Sardenberg, de que o Projeto era um Projeto aberto, era um Projeto para saber melhorado, para ser aperfeiçoado, visando sempre, tendo como objetivo final dar um melhor atendimento possível, uma melhor segurança ao usuário, e, mais do que isso, buscar manter a identidade brasileira, buscar manter as nos-

sas raízes, não perder a nossa cultura, porque se nós formos para o mercado globalizado e começarmos a receber pacotes fechados que vão influenciar a nossa formação intelectual, da nossa juventude, eu diria até a formação política da nossa juventude, não sei que país nós vamos ter para frente, talvez um país que não tenha uma identidade própria, que não é isso que nós queremos para o Brasil. O Brasil tem um futuro promissor no contexto mundial, tenho absoluta certeza que o Brasil estará no rol dos países desenvolvidos e importantes do Planeta Terra.

Eu quero parabenizar a todos pela exposição e fazer aqui algumas provocações. Eu não tive a oportunidade de ouvir a exposição do Embaixador Sardenberg, mas fiz uma leitura rápida, uma leitura dinâmica no seu pronunciamento aqui, e alguns questionamentos que iria fazer V. S^a já fez referência no seu pronunciamento aqui, como com relação ao capital estrangeiro, com relação à questão da produção e conteúdo audiovisual distribuído por prestadoras de serviço de radiodifusão, que a ANATEL, a definição das modalidades (ininteligível) do âmbito da prestação, forma, meio de transmissão, tecnologia empregada, através da Lei Geral das Telecomunicações.

Nas Audiências Públicas anteriores realizadas nesta Comissão sobre o tema que discutimos hoje, verificamos haver absoluto consenso acerca da necessidade de que um novo marco legal para o setor de comunicação social preveja medidas específicas de proteção ao conteúdo audiovisual nacional. Isso é um ponto que em todos os nossos convidados que por aqui passaram há uma convergência, vamos dizer assim, da necessidade de se proteger o conteúdo audiovisual nacional. Isso significa também, evidentemente, proteção a todos os produtores de conteúdo nacional, aí incluídos produtores independentes, que tão pouco espaço tem hoje para divulgação dos seus trabalhos. Na avaliação dos Senhores, de que maneira assegurar que a rica diversidade cultural brasileira esteja presente na mídia? De que forma? Qual o processo na visão dos nossos convidados? Estabeleceremos cotas para que isso possa ser atendido? Que mecanismos podem garantir que o produtor independente tenha canais por onde transmitir o seu conteúdo? Também de que forma nós vamos garantir a participação na mídia dos produtores independentes?

Segundo, a convergência tecnológica pode ser definida como integração de dispositivo pertencentes ao consumidor, como o telefone, a televisão, o celular e o computador pessoal, com o objetivo de fornecer novos serviços. Assim, a convergência significa uma maior conveniência de escolha nos serviços tradicionais e o surgimento de serviços inovadores. Qualquer

inibição ao desenvolvimento pleno dessas possibilidades poderá, em tese, resultar em prejuízo ao consumidor, que não poderá desfrutar dos novos serviços. Se houver restrições com relação ao capital social das empresas que poderão participar desses desenvolvimentos, não corremos o risco de não priorizar a conveniência e o interesse do consumidor? Em outras palavras, qual a posição dos Senhores em relação à participação do capital estrangeiro neste processo? O Embaixador Sardenberg já disse que não cabe à ANATEL essa discussão, mas que ele está disposto, está se colocando aqui, ao final ele se coloca à disposição para contribuir na discussão.

Essas duas primeiras perguntas, Presidente Wellington, são para todos os nossos convidados. Uma pergunta especial ao Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL. É sabido que as diferentes modalidades, e ele faz referência na sua palestra sobre o assunto que eu pergunto agora, é sabido que as diferentes modalidades de TV por assinatura no Brasil, TV a cabo, MMDS, DTH, são regidas por instrumentos legais e regulatórios distintos que estabelecem regras diferentes para a operação dos serviços. Entre essas regras está a previsão de participação do capital estrangeiro integralmente liberado para o MMDS para o DTH, mas limitado a 49% no caso da TV a cabo. Outra diferença diz respeito à possibilidade de exploração desses serviços por concessionárias locais de telefonia fixa, que estão impedidas contratualmente, cláusula 14.1 do contrato de concessão, de controlarem em sua área de atuação operações de TV a cabo, restrição que não existente para o MMDS e para o DTH. Para superar essas assimetrias regulatórias, Embaixador Sardenberg, a ANATEL anunciou recentemente a formação de um grupo de trabalho responsável pela criação de um novo serviço, chamado Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura – SCEMA, que unificaria os atuais serviços de TV por assinatura e responderia por regras homogêneas, independentemente da tecnologia empregada para a sua oferta. Aí eu pergunto, Embaixador Sardenberg: como estão os trabalhos na ANATEL para a criação do SCEMA? Qual a previsão de data para que o referido regulamento esteja finalizado? Como a ANATEL pretende superar, via regulamento, os dispositivos estabelecidos pela lei de TV a cabo? O grupo de trabalho considera a hipótese de revogar a cláusula 14.1 do contrato de concessão das teles fixas locais? Ou para nivelar as regras a restrição atual para a operação de TV a cabo estará estendida para os serviços de MMDS e DTH? Aí é no sentido inverso, pois se não expande para todos, reprime para todos. Então eu gostaria de ouvir essa resposta da ANATEL.

Para o Sr. João Carlos Muller Chaves, Terceiro Vice-Presidente da ABPI, na última Audiência Pública realizada nesta Comissão e que infelizmente eu não participei porque estava numa missão do Senado no Parlatino na Cidade do México, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, defendeu com veemência que o Brasil descarte a adoção de medidas tecnológicas que bloqueie a gravação de programas veiculadas pela TV digital. Isto é uma grande preocupação, Senador Wellington Salgado. Existe esta possibilidade de que no início da TV digital não seja permitida a gravação de programas, o que vai restringir o uso ao consumidor, ao usuário, e o Ministro Gil, pelo que eu li nas notas taquigráficas, ele se mostrou aqui veementemente contrário a isto. Segundo o Ministro a Lei de Direitos Autorais consiste em “Medida jurídica bastante suficiente para coibir uso irregulares de programação da televisão digital”, sendo dispensável a imposição de travas tecnológicas que impeçam o “usuário de abaixar arquivos, copiar e assistir para desejar o filme ou capítulo de novela”. Por sua vez, a introdução desse mecanismo de bloqueio é defendida pelas emissoras de televisão que entende que, com a transmissão em alta definição na TV digital, a possibilidade de gravação da sua programação estimulará a pirataria. Nesse contexto, os radiodifusores propõem que seja permitida apenas a gravação de uma primeira cópia, bloqueando-se a partir daí a reprodução. A decisão sobre a implementação ou não do bloqueio foi encaminhada ao Comitê de Desenvolvimento da TV Digital, formado por onze Ministros, Comitê bastante extenso, mas como não houve consenso, a palavra final deve ser dada pelo Presidente Lula. Quais os impactos, Sr. João Carlos Chaves, da adoção do mecanismo de bloqueio de gravação da programação da TV digital para os direitos autorais no Brasil? Qual o regime previsto na Lei de Direitos Autorais para a programação veiculada pelas emissoras de radiodifusão? Os dispositivos legais vigentes inibiriam a pirataria na programação da TV digital? Eles seriam suficientes ou o bloqueio de gravação deveria ser aplicado? Eram esses os questionamentos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria consultar a Comissão. O Sr. Luís Cuza, que atrasou em função do tráfego aéreo, inclusive eu sou membro da CPI, eu queria ver com a Comissão qual é o melhor momento. Eu acho que o momento é agora, para ele apresentar, porque já temos todas as dúvidas tiradas. O que o Senhor acha, Senador ACJ, Senador Antônio Carlos Júnior, porque ele não chegou a tempo e ...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sem dúvida nenhuma, nós temos que prestigiar o nosso convidado, nós sabemos que o setor aéreo no Brasil tem um problema horrível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O momento é agora.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Por favor, queremos ouvi-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vamos ouvir, com certeza, o nosso convidado Luís Cuza. Lamentavelmente já melhorou o apagão aéreo, não foi totalmente resolvido, mas o Ministro Jobim está encaminhando a solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu gostei da posição de V. Ex^a., tendo em vista que o Ministro Jobim é do meu partido, então eu achei que se V. Ex^a. não o elogiasse, eu ficaria numa situação muito difícil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu sou Senador pelo Brasil, eu quero o melhor para o país, porque eu tenho certeza absoluta que o Governo do PSDB próximo será melhor do que esse que está sendo agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim, próximo deixa infinito o tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, bem (risos). Com a palavra o Sr. Luís Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TELCOMP. Com a palavra, por favor.

SR. LUÍS CUZA: Muito obrigado e me desculpem, o avião saiu com mais de uma hora atrasado, as coisas estão melhorando muito nos aeroportos, mas ainda precisa um pouco mais de aperfeiçoamento.

Em nome da TELCOMP eu gostaria de agradecer aos membros da Comissão do Senado por esta oportunidade de expressar nossas opiniões sobre os importantes temas a serem discutidos. A TELCOMP é uma Associação com mais de sete anos de existência e que representa uma grande variedade de operadoras

de telecomunicações, mais de quarenta, com o objetivo de promover a competição. Esse é o foco de nossa Associação, que definimos como as condições onde o consumidor tenha a opção de escolher os serviços que procura entre três ou mais operadoras.

Os temas principais que estão sendo debatidos nesta Comissão hoje são abertura ou não para qualquer prestadora de serviço de comunicações, além das empresas de radiodifusão, que possa produzir e prover conteúdo audiovisual, como também aspectos de controle acionário e capital estrangeiro.

Dentro da cadeia de valores envolvidos, e aqui eu fiz um pouco do resumo delas, a minha apresentação se focará nos temas relacionados à distribuição de conteúdo eletrônico, porque achamos que parte das respostas, das soluções para aumentar o conteúdo nacional e para assegurar os direitos dos consumidores terem acesso ao máximo de conteúdo que eles gostariam é determinada pela pulverização de acessos, tem que haver um número de acessos.

Com relação à distribuição de conteúdo eletrônico, vocês sabem que hoje a tecnologia aumenta significativamente o controle pelo consumidor e abre novos modelos de negócios. O consumidor de hoje e do futuro, mais e mais, quer ter o controle em si próprio, no próprio consumidor. As tendências são muito mais (ininteligível) muito mais consumidores vão escolher entre muitos para ele e vai programar esse conteúdo para ele poder ter acesso a ela. E, é claro, nessa questão de distribuição é importante, e nós respeitamos muito, muitos direitos de consumidores, direitos de adolescentes, crianças, publicidades, etc e etc, mas a nossa posição foca muito na importância do Congresso assegurar a fomentação da pulverização de acesso, eliminar restrições à capital estrangeiro e a distribuição nós achamos como algo essencial.

O que está em jogo hoje em todas essas funções, aquisições bilionárias que estão na mídia constantemente, é o controle de acesso ao cliente, é o que se chama lá na última linha.

Os níveis de conhecimento e informação por parte da sociedade assumem proporções impensáveis no passado, o que proporciona condições de participação social e política sem precedentes de amplos segmentos da população. A dinâmica da indústria de telecomunicações é hoje marcada por uma sofisticada estratégia que não se limita mais às infra-estruturas essenciais, mas volta a ser de forma mais ampla ao controle da última milha por parte das operadoras de ... (1:03:06) local. A dinâmica tecnológica da indústria poderia contribuir para a criação de concorrência, mas, eu gostaria de enfatizar isso, paradoxalmente tende a agir no sentido contrário. O movimento que se conven-

cionou chamar de convergência tecnológica, fonte de importantes economias de escopo, se transformou em poderoso argumento contra a adequada regulação de atos de concentração e de condutas anticoncorrencial em nosso setor. A estratégia de controle da última milha poderá aprofundar as ineficiências hoje presentes. São reflexos destas, por exemplo, os elevados preços dos serviços de banda larga no país, e eu vou falar um pouco mais de como isso afeta o país. Como eu falei lá, esta convergência pode ser uma solução para trazer mais concorrência, mas, por outro lado, é algo que se não se tem a adequada regulamentação pode ter um efeito demais, pode ter um aumento de monopólio e o controle da primeira milha.

Aqui é um desenho e, para explicar, imagine uma cidade qualquer, e hoje, por questões de avanços tecnológicos, existem oportunidades que diferentes plataformas de redes podem trazer ao consumidor final acesso à TV, acesso à voz, acesso à Internet. As tecnologias, na parte esquerda abaixo, fixas, a telefonia normal, tradicional. MMDS, isso é uma tecnologia que até curto prazo era principalmente TV por assinatura, mas agora pode trazer (ininteligível), dados e outras coisas, tudo que está sobre o IP. DTH, mas à direita, abaixo, é satélite, que também pode trazer diferentes serviços, TV à cabo também, e radiodifusão, que antes era um para (ininteligível), para muitos, com a digitalização e um retorno também pode ter novos modelos de negócio. O desafio eu acho que do Congresso e das Agências reguladoras, sem dúvida, é assegurar que os controles dos diferentes meios não fiquem na mesma mão, que fiquem em diferentes donos, lutando, concorrendo um contra o outro.

Este é um *slide* que explica um pouco como os serviços e a população hoje do Brasil, que usa a Internet ou trata de usar a Internet, vamos falar muito de banda larga, porque hoje banda larga é algo essencial para pessoa física, para estudantes, para pequenas empresas. O brasileiro hoje paga de dez a mais de vinte vezes mais do que pagam a população em muitos outros países. Aqui, na parte esquerda, fizemos uma pesquisa em julho, usando os preços de julho, os preços normais de acesso à Internet, custeando esses serviços por custo em reais por megabytes por segundo. Então tudo aí está custo real por megabytes por segundo. Se você verem as pessoas no Japão, abaixo, eles podem pagar dois reais, três reais por megabytes, e lá, normalmente, o consumidor compra cinquenta megabytes por segundo, banda desse tipo. No Reino Unido é de três, a cinco, a seis. Na Europa é mais ou menos de quatro a sete, por aí, e nos Estados Unidos é mais perto de doze, porque lá tiveram certos... mas ainda é dez, quinze reais. No Brasil o custo

para o brasileiro, para comprar um mega, no que está no (ininteligível) destas empresas, pode ser de cento e quarenta, cento e cinquenta, duzentos e cinquenta, e se você mora em Manaus, você vai pagar mais de setecentos reais. Isto é um comparativo. Temos as fontes para todos esses dados, mas o que demonstra aqui que existe um problema sério do ponto de vista econômico e social que se precisa resolver em Brasil. Esses preços de banda larga precisam abaixar, precisam abaixar para os preços que hoje se praticam na Europa, nos Estados Unidos, em Hong-Kong, no Japão, etc. Tem que reduzir-se muito, e as razões é que existem ainda muitos... é significativo e lembra muito os serviços do Brasil, tem garantia de 10% da capacidade e etc, é por falta de concorrência. Se você é um Presidente de uma Companhia, você tem que maximizar, mas não tem concorrência, você vai elevar nos custos (soa a campanha).

Como estimular a diversificação de conteúdo e promover benefício econômico ao país? Sem dúvida é a questão da pulverização. Hoje, pela tecnologia que existe, é possível, como eu disse em várias folhas anteriores, ter diferentes operadoras provendo o mesmo serviço em todas as cidades do Brasil. Já existem certas regras que se podem implementar, existem a Lei Geral de 1997 e existe a regra de desagregação de redes, e o meu entendimento é que a ANATEL está estudando seriamente a implementação dessa regra, porque isso ajuda a trazer concorrência dentro da rede principal, pois existe hoje três concessionárias grandes. Estava na Lei de 1997, estava no Decreto Presidencial de 2003, não precisa de novas negociações, só precisa implementar, Audiências Públicas e ir em frente.

Também existem outros artigos, já na lei de hoje, como os artigos 70 e 71 da Lei de LGT, que fala que a Agência sim tem o poder, e no nosso opinião tem o dever, de também de fazer decisões sobre esses atos de concentração. Também pode encaminhar para o CAD, mas em nossa opinião eles têm esse poder e eles podem assegurar que esses diferentes meios fiquem em diferentes mãos, em diferentes investidores. Também existe uma resolução de serviço de comunicação multimídia que foi formulada em 2001, em 09 de gosto de 2001, há seis anos atrás, que daria números para as empresas que são representadas em parte por Santana, que está aqui na mesa, e também por nossa Associação, que daria também direito à interconexão a mais de quinhentos investidores que hoje estão dando operações aqui de telecomunicações no Brasil. (ininteligível) é outra oportunidade e precisa o Governo resolver esses problemas de TCU, e a questão da separação funcional, estrutural, isso se deixa,

em nossa opinião, para as renovações de contratos em 2010.

Como conclusão, a estratégia de controle da última milha pelos concessionários de (ininteligível) local tende a produzir efeitos anticoncorrenciais importantes. Essa estratégia vem se beneficiando de onde as fusões e aquisições da indústria nos últimos anos. Entretanto, a mesma onda de atos e concentração constituem a oportunidade para a promoção da concorrência no país. As autoridades de regulação e antitruste da defesa da concorrência dispõe de instrumentos adequados e suficientes para a análise sistemática dos movimentos estruturais da indústria. É importante, em qualquer mudança da lei de conteúdo e também de comunicações, que se lembre dos direitos do consumidor, do novo consumidor, que tem que ter muito acesso a diferentes conteúdos, da importância e da distribuição de capital estrangeiro sem restrição, achamos que é muito importante, porque estamos falando só de distribuição, não estamos falando de desenvolvimento e conteúdo, e o terceiro ponto é a questão da pulverização de controle dos acessos para que o consumidor possa escolher e negociar. Muito obrigado, Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Luís Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço de Telecomunicações Competitivas – TELCOMP. Eu não vou perguntar em qual a empresa de aviação que V. S^a. veio porque pegaria muito mal (risos).

Passaremos as perguntas aos Senadores inscritos e, pela ordem, é o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente dessa Comissão, a quem eu passo a palavra. Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu acho que hoje tivemos aqui uma das Audiências Públicas mais convergentes em termos de exposição. Acho que todos eles, e eu quero saudá-los um a um em nome do nosso querido e ilustre Embaixador Ronaldo Sardenberg, em nome de quem saúdo a todos os ilustres palestrantes, eu acho que a preocupação maior nossa, e que deve ser preocupação dos Senadores dessa Comissão, já foi do autor do Projeto, mas deve ser também do Relator, é nós garantirmos com uma legislação inteligente e com segurança jurídica que haja concorrência nesse mercado. Eu acho que nós todos no Parlamento brasileiro já concluímos que na raiz, que na matriz de todas as iniquidades que atormentam o cotidiano dos brasileiros, seja a poluição, seja racismo, seja mistificação, seja pobreza, seja analfabetismo, desemprego ou mesmo essa riqueza anômica, perdulária, conspícua de uma extraordinária minoria do povo brasileiro, na raiz de tudo isso se

encontra a concentração de poder e renda no nosso país. Imagine que nós temos um sistema financeiro com cento e cinquenta e seis bancos, mas quatro bancos são grandes para eles. Temos sete mil televisões, quatro mil emissoras de rádio, mas duas ou três são grandes para eles. E o mesmo se repete no capital industrial e também na propriedade rural. Somos assim desde a época das nossas capitânias hereditárias. É preciso, agora, com o advento da transmissão digital, ir aumentando o espectro brasileiro, que nós possamos dar um passo seguro, concreto e acrescentar vigorosas e definitivas medidas que acrescentem, eu diria, desconcentração de poder e renda no patrimônio da nossa civilização. É isso que nós devemos ao nosso povo. Não é possível o Brasil continuar enriquecendo os ricos e os pobres cada vez mais desempregados, ou informando cada vez mais os ricos e os pobres sujeitos, desculpem, a caleidoscópios de besteiro porque não têm recursos para ir a peças de teatro, às exposições de arte ou a navegar em banda larga em conteúdos mais sofisticados. Ficamos sempre no rasteiro, no comercial, nas coisas mais fúteis.

Sr. Presidente, acho que, dentro dessas considerações, nós estamos também preocupados com... queria já transmitir ao nosso Presidente Sardenberg, que será motivo de uma próxima audiência nossa o caso de controle acionário. Nós temos no Brasil uma legislação que prevê que redes abertas de televisão e de rádio possuam 30% de capital estrangeiro. A uns cabem 49%, os demais meios não tem limitação. Mas, recentemente, a negociação entre o Grupo Abril, possuidor da TV a cabo TVA e a empresa espanhola Telefônica, nos causa aqui uma certa perplexidade eu diria, porque embora a letra da lei tenha sido atendida, o espírito da lei me parece que deixa alguma controvérsia no ar, por acordo paralelos de acionistas que não garantem, embora que as ações tenham se mantido em 49%, as ações ordinárias, as preferenciais foram 100%, mas as ordinárias se mantiveram em 49%, não garantem que a lei seja cumprida. Mas isso será assunto de uma próxima audiência, queria apenas deixar essa idéia com o nosso Embaixador. O que hoje acho, Sr. Presidente, é que realmente é uma coisa que precisa ficar na alma de todos nós e que também o Manoel expressou aqui com muita, vamos dizer assim, determinação e clareza, é de que nós não podemos mais, como sociedade brasileira, nos submeter a tamanha concentração de poder e renda e, entre esses poderes, sem dúvida nenhuma, um dos maiores é o poder de informação.

Então estão de parabéns todos os Senhores, nós aqui nos propomos a trabalhar profundamente com o nosso Senador Flexa Ribeiro e com o nosso Relator

Zambiasi para garantir isso na lei, e esperamos que a ANATEL consiga nos ajudar com essa segurança jurídica para nós podermos abrir essas redes para termos maior concorrência nesse setor, o que fará, seguramente, que os preços acabem abaixando pelo menos para próximo do que é a média do mercado mundial. Sr. Presidente, o Senhor está de parabéns, estamos todos de parabéns, agora o que precisamos, já sabemos o rumo, o nosso azimute é trabalharmos com firmeza, caminharmos de maneira resoluta para garantirmos que haja desconcentração nesse setor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente dessa Comissão. Senador Marcelo Crivella, realmente quem presenciou a primeira reunião dessa Comissão e presencia hoje essa Audiência Pública com todos os Senadores dominando o conteúdo e com todo esse avanço tecnológico, eu acho que todos nós estamos de parabéns, porque realmente, além de estarmos presenciando essa Audiência Pública, estamos estudando também o assunto. O Senador Flexa hoje também domina bastante o conteúdo, tem discutido bastante, então eu acho que esse Projeto vai ser muito bem recebido pela sociedade, Senador Flexa. Passaremos agora ao próximo inscrito, Senador Antônio Carlos Júnior, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, vou saudar a mesa aqui, saudando em nome de todos o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, e eu queria fazer comentários, que são reflexões.

Hoje nós caminhamos, na linha da convergência tecnológica, nós caminhamos para, embora temos convergência tecnológica, nós caminhamos para negócios distintos que são: produção de conteúdo, programação, empacotamento e distribuição, e é preciso que ... inclusive esse Projeto do Flexa Ribeiro é o começo de uma discussão que o Congresso vai ter que fazer por muito tempo, que é exatamente a definição clara dos papéis, dos *players* que atuam nesse mercado e a proteção de cada um deles. Nós vamos ter muito trabalho nesses próximos anos, exatamente para que... por exemplo, na área de conteúdo, o conteúdo nacional tem que ser preservado de qualquer maneira. Então é preciso que esse Projeto do Senador Flexa comece esse processo e nós vamos ter que consolidar essa legislação. Proteção do conteúdo nacional, isso é fundamental, senão nós vamos descaracterizar completamente a nossa cultura, isso é muito importante. E depois as fronteiras que embora sejam tênues, existem, entre conteúdo, empacotamento e distribuição. Então é preciso que a

legislação que venha, ao longo desse tempo, e depois se consolide talvez numa lei única, é preciso que ela contemple as relações entre esses distintos negócios que até um tempo atrás pareciam ser um só. Então isso é muito importante, que nós fiquemos atentos ao longo dos próximos anos à necessidade de nós regulamentarmos de forma bastante clara essas relações. Então isso é só um comentário para gerar a discussão que vai ser feita aqui na Audiência Pública, mas, de qualquer maneira, aqui é um começo, o Projeto do Senador Flexa é um começo, nós vamos ter muito trabalho ainda pela frente para que nós consolidemos uma relação saudável entre todos os *players* do mercado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito bem colocado pelo Senador Antônio Carlos Júnior, nós hoje temos incoerência total na lei. Como que pode você ter satélite cobrindo toda a área do Brasil e de repente a TV a cabo é 100% com o capital estrangeiro, que é o sistema DTH, e no entanto você tem a TV a cabo, você só pode ter 49% numa determinada região limitada, quer dizer, essas questões relativas à lei teremos que corrigi-las no Projeto de V. Ex^a., Senador Flexa. Passaremos agora ao terceiro Senador inscrito, o meu ilustre amigo Dr. Exmo. Senador Augusto Botelho, a quem eu passo a palavra neste momento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Comissão pela audiência espetacular, principalmente porque aqui estou vendo que estamos pensando na desconcentração, a não permitir que mais outro monopólio seja feito nesse país e a gente continue sofrendo – os pequenos, principalmente. Eu sou de Roraima, aonde nós não temos também ... a nossa banda é muito cara lá também, não sei se chega a setecentos e pouco, eu nunca fiz um cálculo para saber.

O Manoel Santana alertou bem que as concessionárias se apossaram da transmissão e que elas não estão permitindo as outras empresas, as nossas pequenas empresas, que geram mais empregos do que as grandes empresas aqui no Brasil, tenham acesso.

Segundo o representante da TELCOMP, a ANATEL pode por simples resolução resolver isso, não precisava nem uma lei complexa, ela tem competência para isso. Então eu gostaria de perguntar ao nosso ilustre Embaixador se já tem alguma ação da ANATEL no sentido de permitir o acesso das pequenas empresas à nossa rede de transmissão de dados. Qual foi a que foi tomada ou se tem alguma planejada para fazer isso? Apenas isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito bem colocado pelo Senador Augusto Botelho. Senador Va-

ladares, deseja fazer uso da palavra? Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de manifestar, em primeiro lugar, o meu apoio às preocupações do Senador Flexa Ribeiro em torno de um assunto que nós consideramos novo, que exige uma legislação nova, que venha a proteger, através dos conteúdos que são divulgados, a nossa cultura, os nossos interesses econômicos e sociais.

Há poucos anos atrás, antes do advento do computador, do telefone digital, nós tínhamos acesso à radiodifusão, à televisão, ao telefone fixo, à produção musical e a possibilidade de, através de meios tecnológicos que surgiram depois, a realização de palestras, de videoconferência. Enfim, eu acho que nós evoluímos bastante e numa rapidez enorme. Daqui uns dias nós estaremos adotando aqui no Brasil a televisão de alta-definição. Desconheço os motivos da demora no Ministério das Comunicações em introduzir logo em nosso meio a TV de alta-definição. Ora, então eu acho que o desenvolvimento tecnológico nessa área avançou enormemente, mas a nossa legislação não acompanhou na mesma velocidade. É preciso que nós tenhamos uma grande preocupação, não apenas com o conteúdo, mas também com os monopólios, com os preços absurdos que são impostos aos consumidores, naqueles consumidores que se utilizam da banda larga, da TV a cabo, que são instrumentos, sem dúvida alguma, de atualização das pessoas que dispõem de algum recurso e algum interesse para se atualizarem do ponto de vista intelectual e poderem concorrer no mercado de trabalho. Quanto mais facilidade se tem em obter informações, porque informações representam um poder, mas a cidadania está pronta para enfrentar os desafios do mercado, que não são fáceis, a concorrência é grande e só os melhores é que conseguem chegar ao topo. Por esta razão eu considero, da mais alta magnitude, uma proposição que venha focar estes assuntos que modernizaram o conhecimento, que estão contribuindo, sem dúvida alguma, às vezes com um controle muito difuso, para o avanço e o desenvolvimento da nossa sociedade. Então a minha palavra é tão somente de estímulo e de solidariedade ao nosso Flexa Ribeiro, que ele consiga, ao lado do Relator, que é o Senador Zambiasi, consigam os dois elaborar uma proposta que venha a atender aos reclamos da sociedade, às necessidades do Brasil e à intelectualidade do nosso país, e também às empresas que vivem desse setor e que merecem o nosso respeito. É verdade que se de um lado há uma preocupação com o lucro das empresas desse setor, eu acho que o lucro é legítimo, é natural num regime de mercado

livre como é o nosso, um regime capitalista, mas com uma preocupação com o social a fim de que haja uma distribuição equitativa dos benefícios dos avanços tecnológicos. Obrigado a V. Ex^a., Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado a V. Ex^a., Senador Valadares, pelas colocações muito bem focadas aqui nesse momento. Com a palavra o autor do requerimento, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Wellington Salgado. A exposição do Dr. Manoel Sobrinho, ela terminou com um questionamento, e eu gostaria que esse questionamento pudesse ser esclarecido pelo Presidente da ANATEL, se for possível. Eu, de qualquer maneira, vou fazer uma solicitação ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Poderia repetir o questionamento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ... à consultoria do Senado para que ela possa aprofundar os estudos em relação a esse questionamento: “por que as concessionárias ficaram também com as redes de transmissão de dados? Aonde está escrito isto na privatização?” Então eu já vou solicitar à consultoria do Senado que aprofunde o estudo com relação a isso, eu acho que isso daqui é de uma importância, principalmente depois que o Doutor, o nosso expositor, o Luís Cuza, ele deu uma demonstração de um quadro de custos da banda larga que realmente penaliza, e, pior do que penalizar, ele impede o acesso e, com isso, impede o avanço tecnológico da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito bem colocado pelo autor do requerimento, o Senador Flexa Ribeiro. Passaremos a palavra, agora, pela ordem dos expositores, para as suas respostas e considerações finais. Eu acho que daremos dez minutos, claro que mandaram muita pergunta para o Ministro, Senador ... Senador não, mas para o Presidente.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Ainda não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ainda não, ainda não, Embaixador, quer dizer, é uma série de títulos que todo mundo se confunde aqui. É bom porque não erra nunca, não é (risos).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É uma das boas indicações do Presidente Lula, como todas as outras que vieram do Governo do PSDB (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não vou comentar porque eu sou da base de apoio, então eu só chego para apagar incêndio e eu não vejo nisso um grande incêndio. Eu queria pedir aos Senhores membros da mesa, que nós temos um problema, porque hoje nós temos na CCJ a indicação do Ministro do Supremo, e os membros aqui, quase todos também são titulares lá. Então eu pediria dez minutos para cada um para considerações, eu até acho que o Embaixador Ronaldo vai sair um pouco prejudicado, mas como a ANATEL sempre tem, nesse momento com relação a telecomunicações sempre é muito questionada, eu acho que poderia inclusive responder às perguntas que por ventura não venham a ser tiradas as dúvidas numa outra situação. V. Ex^a., inclusive, está convidado para comparecer aqui naquele caso que foi levantado do Senador Crivella da Telefônica com a Abril, com a Editora Abril. Então passaremos agora a palavra para as considerações finais, exposições, do Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Sr. Presidente, eu vou procurar ser até telegráfico, mas de qualquer maneira eu quero reiterar o oferecimento da ANATEL a cooperar com a Comissão, não necessariamente pela minha voz nas sessões formais, mas também, nesse caso, no sentido de emprestar a assistência técnica, a cooperação técnica que seja necessária. Evidentemente a ANATEL também sai lucrando com isso, porque tem a melhor percepção da realidade política, do momento político em que o Brasil está vivendo e das necessidades correntes.

Passando brevemente aos questionamentos ou às questões, eu queria, em primeiro lugar, dizer que talvez eu não tenha sido suficientemente explícito, eu não fui explícito mesmo com relação ao Projeto 280, pela importância que o projeto tem, por incorporar as inovações formais e jurídicas que estão ocorrendo nesse debate, de maneira que se possa ter realmente uma visão moderna dos problemas que aqui se dirige. Também a ênfase na identidade brasileira, que é uma ênfase que é muito importante, e no esforço, muito importante eu digo que é uma experiência de vida minha, profissional inclusive, quer dizer, a necessidade de nós brasileiros todos trabalharmos no sentido de preservar a identidade brasileira, que efetivamente exis-

te. Eu me lembro quando eu era mais moço sempre questionava se a identidade brasileira existia ou não, mas agora isso já não é mais matéria de discussão, de maneira que esse é um progresso do país nas últimas décadas, e a sua tradução na questão específica do conteúdo audiovisual. Como tratar a questão, como tratar a situação dos chamados independentes? Esse foi um ponto também que foi levantado, cotas. Isso é um assunto, esses canais devem ser reservados aos independentes? Se reservar canais é suficiente como política? É verdade, e eu creio, que sempre seria uma contribuição, sempre seria algo importante, mas eu não sei se seria suficiente como tal. Esse é um ponto. Eu acho que o caso é que essas questões são questões típicas do Legislativo, quer dizer, o Legislativo é que vai ter que se pronunciar. A ANATEL, até por ser uma entidade reguladora, tem que tomar um certo cuidado para não agitar o mercado, não só pela minha voz, mas pela voz de todos os membros da ANATEL, no setor técnico, no setor jurídico, no Conselho, tendo em vista que muitas vezes um ativismo da ANATEL cria situações imprevistas, o que não poderiam ser previsíveis mesmo.

Eu quero mencionar que, na questão do conteúdo específico, o que nós estamos procurando fazer é criar um entendimento, um enlace entre a ANATEL e a ANCINE no sentido de aproveitar o modelo que já foi desenvolvido na relação entre a ANATEL e o CAD para que a gente possa, claro, preservadas as atribuições de cada um, a ANATEL não sonha de tratar de conteúdo, mas preservada essas atribuições de ambos os lados, que nós procuremos ter uma interação mais moderna, mais sofisticada.

Um ponto que foi levantado, os pontos que foram levantados sobre a Lei do Cabo. A Lei do Cabo tem uma incidência na questão dos serviços de comunicação de massa, SCEMA, e esse grupo, é um grupo na ANATEL que está estudando, não tem um prazo claro para terminar esse estudo, até porque há certas questões de natureza fundamental e algumas delas foram levantadas aqui. O caso da Lei do Cabo é a seguinte: é que a Lei do Cabo, ela é a lei do país, ela é a lei em vigor no Brasil, e, portanto, não cabe nenhum tipo de artifício para contornar a Lei do Cabo, qualquer medida que não seja a própria reconsideração da Lei do Cabo pelo Legislativo, pelo Poder Legislativo, porque de outra forma nós nos abriríamos a uma acusação de não estarmos cumprindo uma lei do país. Esta que é a dificuldade prática. E essa questão, é uma questão que têm uma incidência quando se quer buscar um tratamento mais unificado, digamos assim, com relação ao Cabo, ao DTH e MMDS. Aliás, eu quero dizer duas coisas específicas, talvez respondam até as in-

dagações que foram feitas. Uma delas é esclarecer que as concessionárias possuíam autorização para prestação de SRTT, ou seja, Rede de Transmissão de Dados, que depois foi transformado em SCM, Comunicação Multimídia, quer dizer, não foi a privatização propriamente que deu essa oportunidade às teles, essa oportunidade pré-existiu ao processo de privatização. E um ponto específico sobre MMDS é que na ANATEL não há notícia de pedidos de empresas para entrarem em sistemas de transmissão de dados correntemente, nesse momento, e que não tenham conseguido no passado. Agora é sabido que, em última análise, o número de empresas que entram nesse setor é crescente. Na realidade o MMDS transigiu a grande velocidade da situação de patinho feio para situação de galinha de ovos de ouro (risos), então hoje em dia realmente há um interesse extraordinário e imenso sobre isso.

Deixa eu passar às outras indagações.

Eu queria mencionar, ainda brevemente, a questão da desagregação de redes. Existe um trabalho, um esforço feito pela ANATEL em termos de estudar a questão da desagregação de redes. O interesse pela desagregação é muito bem-vindo porque isso levará a ANATEL a acelerar seus esforços, a buscar tratar desse assunto num viés mais dissuasório, regulatório, e não simplesmente estudar a questão. Dará maior materialidade aos trabalhos que estão sendo feitos pela ANATEL. Não há um prazo definido ainda, mas não se pode excluir que esse prazo seja adotado, pelo contrário, é muito possível que seja.

E, finalmente, eu queria mencionar, como uma questão crucial, a questão do barateamento do acesso à banda larga, até como uma vítima da situação atual eu quero, quer dizer, eu quero que esse tema, eu penso que esse tema deve ser realmente tratado em profundidade, não só pelo lado Legislativo, mas pelo lado regulatório no que couber. Há certas dificuldades regulatórias, mas no que couber eu acho que a ANATEL pode ter um efeito positivo com relação a essas questões.

Era isso que eu queria dizer por hora e, evidentemente, nós estamos prontos a ... é o que eu posso dizer, até em termos de tempo, estamos prontos a procurar formas de cooperação, de maneira que a gente possa prestar o papel que se espera da ANATEL também aqui no Legislativo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ouvimos as considerações finais do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg.

Passaremos agora às considerações finais do segundo expositor desta mesa, o Sr. Ícaro Cataldi Martins, a quem eu passo a palavra.

SR. ÍCARO CATALDI MARTINS: Obrigado. Eu queria reiterar os meus cumprimentos ao Senador Flexa Ribeiro por essa oportunidade e de trazer esse tema tão importante para o desenvolvimento nacional e para a cultura brasileira.

Respondendo às perguntas que o Senhor colocou, a questão, por exemplo, da veiculação do conteúdo nacional ou de produção independente, como isso é feito? No resto do mundo ele é feito de duas maneiras: uma através da reserva de canais e da maneira também mais antiga, paralela, que é a de cotas, um sistema de cotas. Isso é feito não absolutamente por xenofobismo ou por coisa, é uma questão até de uma própria legislação antimonopólio. Na medida em que a distribuição do conteúdo dá um controle muito grande ao distribuidor, um controle inclusive de influenciar a produção, permitir também o acúmulo, acima de uma determinada porcentagem, o acúmulo da produção, isso vira realmente um monopólio, é aquela situação clássica que se falava antigamente do fazendeiro que tinha também a venda onde o funcionário era obrigado a comprar naquela venda por falta de acesso a outro. Então isso é uma questão de se ter ... de garantir a liberdade à democracia dos meios de comunicação, da informação e da cultura. Isso é uma garantia contra ... o controle é uma garantia contra a pasteurização e isso defende também a diversidade. Por outro lado, descobriu-se também que a valorização e a exigência da digamos separação das tarefas de distribuição e produção, economicamente ela é muito mais fértil na medida em que ela dá muito mais agilidade à máquina, na medida em que vários produtores podem servir a vários distribuidores. Isso dá uma agilidade, dá digamos uma mobilidade muito maior tanto à produção quanto à distribuição e foi isso, por exemplo, que levou ao desenvolvimento da indústria do audiovisual nos países mais desenvolvidos, isso é uma... Agora, ou seja, tudo é uma questão de regulamentação, e aí é nesse sentido que eu acho que o Projeto 280 deve ser aperfeiçoado e aprofundado. Ele tem uma boa intenção, ele vai numa boa direção, mas ele pode ir além.

A concessão é sempre bom lembrar que a distribuição de conteúdos audiovisuais, seja em rede aberta ou fechada, é uma concessão que o Estado faz, então o Estado pode e deve exigir contrapartidas justamente visando a democracia e o interesse da população do país como um todo e não favorecendo um ou outro grupo que pode se aproveitar disso.

Quanto à questão do capital estrangeiro a nossa posição é mais ou menos assim, também tudo é uma

questão de regulamentação. O Brasil convive com total liberdade para capital estrangeiro em diversas outras áreas, inclusive no sistema econômico, quer dizer, e nós achamos que o capital estrangeiro, e eu acho que a história prova aí, o capital nacional, ele não é necessariamente uma garantia de patriotismo, isso é uma ... o capital nacional sai para fora do país com a mesma velocidade que o estrangeiro, a gente... existe evasão de renda, existe evasão de divisas, ela é feita tanto por nacionais quanto por estrangeiros. Então é uma questão, é uma questão de regulamentação. Nós não somos contra, digamos, que grupos nacionais tenham alguns privilégios, desde que eles não sejam excessivos. É uma questão realmente de norma, porque se se atende ao interesse da população, não é, isso pode... isso vira um fator de desenvolvimento também. Um caso que é freqüentemente citado, claro que há problemas, nenhum processo foi perfeito, mas, por exemplo, o caso da telefonia, há tempos atrás o telefone era uma coisa raríssima no Brasil, era privilégio de classe média para cima. Com a permissão de entrada de outros capitais possibilitou-se que esse serviço se democratizasse, claro que houve excessos, provavelmente devem haver, mas assim, tudo são questões de normatizar, e nesse sentido nós achamos que o trabalho dessa Comissão é tremendamente importante, ouvindo todos os setores e fazendo com que eles ... que se chegue a uma conclusão que seja democrática para todos.

Eu vou aproveitar também o fato de eu ser representante dos cineastas, ou seja, nós somos também autores de cinema, os diretores são os principais autores, e vou também colocar a minha colher na pergunta que foi feita para o colega da ABPI quanto à questão da não gravação de programas na televisão digital, ou seja, a utilização de mecanismos tecnológicos que impeçam a cópia de conteúdo. Em primeiro lugar nós entendemos assim que a cópia de conteúdo sempre houve, o VHS gera isso, a fita cassete gera isso. A questão não é a cópia, é o uso que se faz da cópia, a questão é essa. Então, por outro lado, parece absurdo num momento em que qualquer computador que se compre hoje em dia, qualquer instrumento, até telefone celular, permite a cópia e o download de conteúdos, tentar se dificultar a cópia de conteúdos, isso é uma... é claro, e o direito à cópia privada, é um direito que deve vir com a compra de aparelho, quer dizer, em primeiro lugar nós consideramos que tecnologicamente isso vai ser impossível, existem *hackers* e tão logo se encontre um mecanismo, provavelmente ele vai ser furado. Existe um ditado italiano, talvez calcado na sabedoria, onde se diz que *farta la legis trovato in brolio*(F), ou seja, feita a lei, quem pensa na lei são quinhentas pessoas, quem pensa como burlar

a lei você se tem milhares, milhões de pessoas, é uma questão de progressão geométrica. Então o controle deve ser feito na utilização do conteúdo, na utilização da cópia. Todos nós, por exemplo, eu sou de São Paulo, todos nós sabemos onde comprar um DVD pirata, qualquer pessoa sabe onde compra, é vendido ali na 25 de Março. Agora nós achamos que é um mito a história do sujeito que entra numa sala de cinema com uma camerazinha e grava o filme que está passando. Isso não existe. Quando se vê a qualidade das cópias piratas, se percebe que o que existe é muito mais talvez uma prataria branca ou um Caixa II do que... do que digamos a pirataria efetiva do sujeito que baixou um filme em casa e passou a distribuir ele com finalidade econômica, quer dizer, eu acho que deve existir outras maneiras de se controlar. Se deve controlar a comercialização de cópia pirata e não o ato de cópia, de copiar em si. Isso é uma questão que além de ineficiente nós achamos que há um desvio da coisa, e isso talvez se preste muito mais à exclusão de acesso do que à questão da pirataria em si.

Nós precisamos atentar, eu queria por último chamar a atenção (soa a campainha) dessa Comissão, que cada vez mais existe uma tendência de alguns autores de associar a plataforma tecnológica à fidelização dos clientes. Então assim, se você tem um sistema da Sony, ou se você tem um sistema da Nintendo, o conteúdo fica associado a isso. Nós achamos que isso é uma coisa antidemocrática, a plataforma deve ser livre e deve, quando mais permeável, melhor, desde que seja controlado. Existem formas de controlar que não através dos bloqueios tecnológicos. É isso que eu tinha para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas respostas e considerações finais do Sr. Ícaro Cataldi Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APACI. Relembrando que esta é a quarta e última Audiência Pública cujo assunto é debater o tema Conteúdo Audiovisual em Tempo de Convergência Tecnológica. Autoria do requerimento, Senador Flexa Ribeiro.

Passaremos agora para as respostas e considerações finais do Sr. João Carlos Muller Chaves, Terceiro Vice-Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI. Com a palavra o Sr. João Carlos.

SR. JOÃO CARLOS MÜLLER CHAVES: Muito obrigado, Senador. Eu vou me limitar a responder à pergunta diretamente feita a mim e que me agradou sobremaneira, porque eu vim preparado para conversar sobre esse tema. Peço desculpas ao Sr. Ícaro para discordar dele ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só uma colocação, uma apartezinha. Eu queria dizer que o Sr. Senador Flexa Ribeiro teve que se retirar porque está sendo indicado o Carlos Direito para o Ministro do Supremo e nasceu no Pará. Então o Senador Flexa, que é titular, teve que dar um pulo na outra Comissão. Por favor, com a palavra.

SR. JOÃO CARLOS MÜLLER CHAVES: ... Tive a chance de rapidissimamente conversar com ele e receber essa explicação, e espero que ele vote apoiando o Carlos Alberto, porque pela primeira vez na vida, e já nessa idade, vamos ter um Ministro do Supremo que foi meu calouro na PUC do Rio. É alguma coisa (risos).

Voltando ao tema, me surpreende que o Sr. Ícaro não esteja assim tão favorável à faculdade do titular de defender a sua criação contra a reprodução ou a divulgação não autorizadas. Não é compulsório, mas isso é uma faculdade, e mais, quero deixar bem claro, me surpreende também, pode ser falta de informação, afinal por mais genial que seja o Ministro Gilberto Gil é basicamente um compositor, intérprete de mão cheia, fantástico, mas não conhece muito bem o direito. O artigo 107 da Lei Autoral vigente diz: “Independentemente da perda dos equipamentos utilizados, responderá por perdas e danos nunca inferiores ao valor que resultaria na aplicação do disposto no artigo 103, em seu § único, quem: “I: alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia; II – alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia”, ou seja, a faculdade para o titular de inserir dispositivos de proteção é legal, é contemplada em lei e é uma violação inutilizar ou suprimir esses dispositivos. O que pretende a radiodifusão com o advento da era digital? Eu, ao longo de vários, muitíssimos anos e algumas conferências e palestras, eu tenho dito que a tecnologia é o maior aliado e o maior inimigo do direito autoral. Por que o maior aliado? Porque cria caminhos outros. As novas tecnologias permitiram o *long player* com uma qualidade de som extremamente superior, permitiram o duplo canal, o som estéreo, veio depois a fita cassete, o CD, e começou o problema do digital. Por quê? Com o CD, com o DVD, cada exemplar é uma matriz. Praticamente se eu dispuser de um equipamento razoável, não há perda de qualidade na cópia. Vou lhes dar uma idéia do porque há tanta preocupação das indústrias. O último dado de que eu disponho, há seis anos, num único mês, num único mês, foram trocados arquivos pela Internet, pelo sistema *pir tu pir*(F),

em quantidade igual à venda de suportes físicos no mundo em todo aquele ano, ou seja, em todo aquele ano, teoricamente, a troca de arquivos na Internet foi doze vezes superior à aquisição de suportes legítimos, e isso há seis anos, antes da banda larga estar disseminada. Isso está cada vez maior. É um sistema de proteção que buscam, e mais, não é verdade que a adoção do sistema que a radiodifusão brasileira quer, que é o chamado *broadcasting flag*, não é um bloqueio no código fonte, é um metadado, seja lá que diabo for isso (risos), que se insere na programação e que impede a cópia em qualidade digital. Mas a cópia que se vá fazer de uma transmissão digital será superior à cópia que hoje se faz numa transmissão analógica, porque vai ser de qualidade DVD. Não é verdade que não vai ser possível copiar. Vai ser impossível copiar. O que a lei veda, ou seja, as violações que hoje se cometem, continuarão a existir. O que os titulares querem é preservar a qualidade digital para não transformar aquela cópia numa nova matriz. E lhes digo mais: a globalização é um fato, não se tem que gostar ou não gostar da globalização, ela é, ela existe. Então hoje os grandes eventos desportivos, olimpíadas, copas de futebol, automobilismo, dependendo do país, em primeiro lugar os direitos são detidos pela organização, seja lá a FIA, seja a FIFA, que dá a concessão aos diversos países, e nas próximas a transmissão será digital e o país que não tiver sistema de proteção não será autorizado a receber essa imagem. Poderá pirateá-la, mas não creio que seja esse o nosso objetivo.

Então, Senador, a radiodifusão brasileira tem absoluta convicção de que o que ela pede é absolutamente factível, não prejudica o usuário na medida em que ele poderá fazer cópia sim, não é o que nós queremos, a radiodifusão, mas poderá fazer cópias em qualidade superior à atual, mas não poderá obter uma cópia de qualidade digital. Esta é a idéia. E mais: a lei brasileira prevê os sistemas de proteção – V. Ex^a. retornou, eu estava lendo o artigo 107, da lei 9.610, que já autoriza esse procedimento, seguindo, aliás, as convenções da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI de 1996, o tratado OMPI Sobre Direito de Autor e o Tratado OMPI Sobre Direitos Conexos. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ouvimos a palavra do Sr. João Carlos Muller Chaves, Terceiro Vice-Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI.

Passaremos ao penúltimo expositor, o Sr. Manoel Santana Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia para as respostas formuladas pelos Srs. Senadores

e as suas considerações finais. Com a palavra o Sr. Manoel Santana Sobrinho.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de cumprimentar novamente esta Casa, em especial ao Senador Flexa Ribeiro e ao Presidente Wellington Salgado. Tentarei ser rápido. Como assegurar conteúdo nacional? Eu não sou a favor de cotas, de nenhuma espécie. Eu acho que cotas não são democráticas. Eu acho que deve ser criar mecanismos para concorrência igual, mecanismos que permitam ao conteúdo nacional expor o seu conteúdo e decidir se a população quer ver ou não. Então abrir canais, permitir que as programadoras ou até obrigar que as programadoras permitam a inclusão de conteúdo nacional. Eu acho que a coisa deve ser por aí.

Com relação à questão de capital estrangeiro na produção e distribuição de conteúdo. Como eu disse antes, a distribuição pode regular a produção. A distribuição pode regular a produção. Então voltamos aquilo que nós falamos aqui em cima, manter o controle da programação no capital nacional e criar regras para a participação democrática dos canais na distribuição. Eu acho que esse deve ser o melhor mecanismo. A partir do momento que você cria condições para que a produção nacional concorra de igual para igual com os estrangeiros, a coisa fica mais fácil. Agora se a produção nacional, para que uma distribuidora consiga colocar, custa cem mil dólares e o estrangeiro custa cinco mil dólares, fica complicado, não é? O distribuidor vai querer comprar o de cinco e encher o canal dele com isso. Tem que criar condições para que elas concorram de maneira igual.

O Senador Marcelo Crivella falou da desconcentração de capital e renda, que é uma coisa que o nosso país tenta resolver há muito tempo e que realmente é uma coisa muito difícil de se obter. Mas no caso em discussão aqui, nessa audiência, esses meios estão nas mãos do Estado. O Estado é que é o dono das redes de transporte de telecomunicações, o Estado é que dá a concessão ou não às empresas para poderem prestar esses serviços. Então não se trata de intervir na iniciativa privada, trata-se de usar as prerrogativas que o Estado já tem, já é dele esse meio. Fazer com que ele seja usado da maneira democrática depende apenas do Estado, porque as empresas que têm a concessão dessas redes, elas têm apenas o direito de uso, sob determinadas regras. As regras existem para serem cumpridas e o que está acontecendo é que não estão sendo cumpridas, apenas isso. Então nessa questão, em particular, é muito fácil para os senhores resolver esta questão: basta exigir que a lei, que os senhores mesmo criaram, seja cumprida.

Quanto ao Senador Augusto Botelho, lá de Roraima, o preço por mega que os nossos colegas provedores pagam em Roraima está acima de sete mil reais por mega para que eles possam revender isso para os seus usuários, e esse link que eles passam acima de sete mil reais o mega já vem com compartilhamento altíssimo, então ele consegue atender muito poucas pessoas. A nossa Associação está neste momento fazer uma compra, em *colders*, para distribuir entre eles, para conseguir baixar esse custo, e estamos conseguindo que a Eletronet, a Eletronet chega no seu Estado, nós estamos conseguindo que ela faça uma interligação com a rede da Eletronorte, que já está lá, para que a gente consiga chegar com a banda que nós compramos em São Paulo a um custo em torno de R\$ 600,00 o mega, um *clear channel*, sem compartilhamento para os colegas provedores de lá.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É aquela volta pela Venezuela?

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Não, a volta pela Venezuela não funcionou, não teve jeito porque o cabo submarino Américas II, ele está completamente entupido, não tem nada nele. Nós não conseguimos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – A esperança deles era entrar pela Venezuela ...

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Mas não conseguimos. O que nós estamos tentando conseguir é que existe uma fibra apagada que interliga a Eletronorte à Eletronet. Nós estamos querendo iluminar essa fibra. Se a Eletronorte não quiser iluminar, nós nos propomos a iluminar por meios próprios para atender os colegas de lá.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas essa fibra tem que ir por onde?

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Já existe uma rede da Eletronorte lá em cima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas não chega em Roraima não.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Ela chega.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Chega pela Venezuela.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Não, não, não, ela chega.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Por cabo?

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Ela só está apagada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Por cabo?

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: A fibra existe, ela só não está iluminada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Não existe transmissão de energia daqui do Brasil para Roraima. Está havendo confusão, em Roraima nós recebemos energia da Venezuela, nós não temos rede de alta tensão para cá. Existe um plano de chegar até Manaus, inclusive a rede não vai chegar a Roraima, por isso que eu acho que bom a gente rever isso daí. Não chega a Roraima. A rede de alta tensão, a nossa energia elétrica vem de Guri, da Venezuela, por isso que nós temos essa ligação pela Venezuela, que tinha um GAP(F) ainda entre Ortodás(F) e Caracas.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: O Senhor me desculpe, eu estou fazendo confusão com Macapá. Macapá é que nós vamos conseguir interligar através da Eletronorte e Roraima vai vir através da Venezuela, só que não é o Américas II, vem através da rede da Globo Crossing(F).

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É, nós temos que achar um caminho, porque a nossa só sai pela Venezuela.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: É exatamente isso. Então nós temos que realmente abaixar isso porque é um absurdo, é um absurdo, inclusive o colega vai lá e pede mais dois megas para a operadora, a operadora coloca mais dois megas, cobra mais catorze mil reais por mês e ele não vê diferença nenhuma porque a rede já está tão compartilhada que não entra mais nada ali.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É, a gente paga, mas não funciona, a nossa não funciona, a nossa manda larga não funciona em Roraima.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: É exatamente isso. Quanto à fala do Presidente Ronaldo Sardenberg a respeito daquela questão da rede de transmissão estar em poder das concessionárias, eu queria dizer o seguinte: a licitação foi feita para a telefonia, não foi feita para redes, as redes de transmissão. O fato de a operadora ter a licença SRTT, que é uma licença de transporte de dados, ela é apenas uma licença, como nós também temos, eu mesmo tenho uma licença SCM, que aliás a SRTT inclusive acabou, ela se transformou em SCM, no entanto eu não tenho a rede. Então quer dizer que a partir do momento que ela adquiriu a licença SRTT ela ganhou o direito automático de usar a rede? Por que é que quando eu adquiri a minha licença eu não adquiri esse mesmo direito?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem carta de motorista, mas não tem o carro.

SR. MANOEL SANTANA SOBRINHO: Pois é, você está entendendo? Então o fato da operadora ter a licença SRTT não significa que ela tinha acesso a essa rede de dados não, não está escrito em lugar

nenhum que essa rede de dados... inclusive vejam os Senadores o seguinte: a Constituição brasileira divide esses serviços em telefonia, transporte de dados, TV, TV por assinatura, quer dizer, essa divisão está na Constituição. A privatização que foi feita, foi para a telefonia. O contrato assinado é para a telefonia, não se falou em rede de dados, no entanto a rede de dados foi herdada assim como a rede de telefonia.

A questão que o nosso colega acabou de discutir aqui, ela é uma questão muito complicada, essa questão da não gravação de programas. Eu acho que se existe a regra, se existe a lei, eu acho que ela pode até ser aplicada, só que o que vai acontecer é que ela vai ser burlada. Nós acabamos de ver aí o AIFONE, que foi lançado pela APPLE, pela APPLE lá nos Estados Unidos, durou duas semanas para o pessoal quebrar o negócio. Ele só podia ser usado com a rede e em duas semanas eles quebraram e já todo mundo pode usar. Vocês viram, recentemente também CDs e DVDs vinham com proteção. Você baixa o crack na Internet, quebra aquilo ali e grava o quanto quiser, não é? O próprio conteúdo que está sendo transmitido pela TV digital, ele já está disponível na Internet na qualidade digital. Não adianta a TV digital não disponibilizar nessa ou naquela qualidade que ele vai ser disponibilizado e as pessoas vão fazer cópia mesmo. Eu acho que o problema está em outro lugar. Primeiro, a educação, não é? Nós precisamos educar a nossa população para saber que o que é dela é dela, e o que não é dela, ela não pode pegar de qualquer maneira (soa a campainha). Então uma questão é da educação, e a outra questão, Senhores, é o seguinte: é baixar o custo dessas coisas. O camarada, ele até pode querer comprar um DVD que está à venda ali no camelô por três reais, ele pode estar querendo comprar o original, mas o original custa cinquenta reais, a diferença é muito grande, essa diferença precisa baixar um pouco para que possa a coisa ficar um pouco menos atrativa. É só isso, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabamos de ouvir o Sr. Manoel Santana Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TELCOMP. Ouviremos agora, para as suas considerações finais e respostas aos questionadores dos Senadores, o Sr. Luís Cuza, a última vítima do atraso aéreo. Com a palavra o Senhor Luís Cuza.

SR. LUÍS CUZA: Primeiro eu gostaria de agradecer ao Senado, à Comissão do Senado e aos Senadores por esta oportunidade em nome da TELCOMP, e nossa Associação está disponível para ajudar a Comissão e aos Senadores individuais de qualquer maneira possí-

vel. A Associação não tem posição sobre a questão de cotas ou conteúdo, mas reconhecemos muito bem que o Brasil tem muitas pessoas que são muito criativas em arte, música, em audiovisual, na educação, na ciência, e temos que reconhecer que essa criatividade pode crescer ainda mais e ter mais benefício para o país e também para o mundo inteiro através dessas novas tecnologias que estão surgindo. O Brasil já tem uma infra-estrutura de telecomunicações bastante avançada, precisa de novas oportunidades para novos investimentos, mas já tem uma boa infra-estrutura. Agora o que se precisa é esse o desafio, e eu acho que dos Senadores, do Legislativo e também da ANATEL, é encontrar uma maneira de aumentar essas maneiras em que esse conteúdo se pode distribuir. Eu acho que uma das maneiras mais importantes para avançar o conteúdo nacional é dar oportunidades às pessoas que fazem conteúdo nacional, não só as empresas grandes, mas também as pessoas que hoje usam YouTube e outras coisas para distribuir esse conteúdo, e eu acho que essa oportunidade existe se se assegurar que não se mantenha um controle nessa distribuição, que não se mantenha uma limitação de quem são os donos dessa distribuição. O mundo está mudando, o mercado, o consumidor do futuro está mudando e eu acho que existem muitas oportunidades em o que Brasil pode beneficiar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado pelas considerações, Luís Cuza. Obrigado duas vezes, porque inclusive tinha mais sete minutos (risos). Eu queria saber se algum dos Senadores querem fazer alguma consideração final. O Senador Flexa, autor do requerimento, com a palavra para encerrarmos a Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, só para parabenizá-lo pela condução da audiência, parabenizar os nossos convidados, lamentar de nós não podermos aprofundar aqui a discussão em função do compromisso na CCJ, pois todos nós temos que estar lá para cumprir com a nossa obrigação. Mas eu gostaria muito de ter a oportunidade da gente poder continuar discutindo isso e me coloco à disposição dos Senhores para que, através do gabinete ou de audiências que possam ser marcadas, a gente continue avançando nessa questão.

Eu tenho ainda algumas dúvidas, o Ministro Gilberto Gil defende a quota, a quota por si só, eu também sou contrário a qualquer tipo de quota, eu acho que isso é discriminatório, mas como fazer com que o conteúdo brasileiro possa ter acesso se dar um canal não garante que você tenha a audiência? Em São Paulo existem vinte e tantos canais de televisão, apenas quatro têm

audiência, um com o domínio, dois querendo disputar o segundo lugar e daí para baixo é quase nada. Então o canal de conteúdo brasileiro pode não vir a atender aquilo que nós queremos, que a sociedade seja abastecida culturalmente pela mídia. Então é uma discussão que a gente vai aprofundar. Eu quero parabenizar ao Presidente, parabenizar a todos e vamos continuar a discussão, porque esse é um processo que realmente tem que ser aprofundado e tem que tentar chegar ao objetivo dele, que é atender a sociedade brasileira. É isso que nós pretendemos aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Antes de encerrar eu queria ler aqui um comunicado do representante da ESPN, quando ele diz: “Acusamos o recebimento do ofício nº 014, de 2007, da CCT. É um honra sermos convidados pelo ilustíssimo Presidente dessa Comissão para colaborar com os seus trabalhos. Infelizmente, em vista de compromissos inadiáveis, anteriormente assumidos, não poderemos comparecer à audiência em questão”. Então, é uma explicação.

Nada mais tendo a acrescentar, declaro encerrada essa Audiência Pública. Obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h40.

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2007.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência, do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, João Tenório e Cícero Lucena. O Senhor Vice-Presidente no exercício da presidência Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Requerimento nº 021, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Requer, nos ter-

mos constitucionais e regimentais, sejam formulados convites à Senhora Marilena Lazzarini, Coordenadora Institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, ao Senhor Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, ao Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações e ao Senhor Topázio Silveira Neto, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Teleserviços, a comparecerem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em data a ser marcada, para debaterem as propostas de regulamentação das atividades de telemarketing, expressas nos PLS 243/2004 e PLS 123/2007. O requerimento é aprovado. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 245, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 177, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro de Ipanema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 193, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Miriam Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 232, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cassino de Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 208, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Arca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo

Crivella e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 231, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Costa do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 172, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Vila Rica para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 209, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 210, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rorainópolis – ASCRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 166, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Independência Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 167, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Guimarães, Agostinho & Cia. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 173, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Safira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na

cidade de Pinhão, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 184, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Marechal Cândido Rondon – Radiomar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 185, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 186, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapa, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 175, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária “Flor do Panema” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 176, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à VIP Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Itanhaém, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 230, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural “Romeu Marsico” para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 146, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Co-

municação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Graça, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 145, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Colméia de Porto União Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 154, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Diplomata de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 158, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sombrio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 140, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 159, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 190, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística, Turística e do Meio Ambiente de Caldas Novas – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Caldas Novas, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 249, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Tururu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tururu, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 238, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária a Voz da Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 207, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária 13 de Junho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quebrangulo, Estado de Alagoas.” O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, o Senador Marcelo Crivella requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 022, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Marcelo Crivella que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater alternativas de flexibilização do Programa *A Voz do Brasil*. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Franklin Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; 2 – Roberto Costa Guimarães, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; 3 – José Roberto Garcez, Presidente da Radiobrás; 4 – Marcelo Bechara de Souza Hobaike, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; 5 – Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); 6 – Milton de Lucca, Presidente da Associação Mineira de Emissoras de Rádio e Televisão (AMIRT); 7 – Paulo

Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul (RBS); 8 – Weiller Diniz, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal; 9 – William França, Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.” O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 023, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “..., com amparo no art. 93, II, do RISF, a realização de audiência pública, a se realizar no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de discutir sobre a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, se requer que sejam convidados: a) o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO; b) o presidente da Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro; c) o Ministro de Estado das Comunicações; d) o Presidente da ANATEL; e) Professor Lúcio Martins da Silva – Departamento de Engenharia Elétrica da UnB.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às nove horas e cinquenta e cinco minutos minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental declarado aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, Comissão que tem o maior nome, o nome mais comprido aqui do Senado Federal, Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 05 de setembro de 2007.

Antes de iniciarmos a Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da Leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os senhores Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos, então, já que não temos *quorum* para deliberar nossas matérias, votar os Requerimentos. Item 01 da nossa pauta, não terminativo. Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, sejam formulados convites à Sra. Marilena Lazarini, Coordenadora Institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumi-

dor; ao Sr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; ao Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da ANATEL; ao Sr. Topázio Silveira Neto, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Telesserviços, a comparecerem a essa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em data a ser marcada para debaterem as propostas de regulamentação das atividades de *telemarketing* em empresas, conforme consta nos PLS 243/2004 e PLS 123/2007. Autoria: Senador Renato Casagrande. Coloco em discussão.

Srs. Senadores que querem... Senador Casagrande, com a palavra V.Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Não, só dizer, Sr. Presidente, esses dois Projetos originais da Senadora Roseana Sarney e do Senador Expedito Júnior são dois Projetos muito importantes. Eu apresentei um substitutivo, mas tem ainda a polêmica com relação a uma atividade, atividade hoje importante no Brasil, emprega muita gente, mas tem um questionamento com relação ao horário de funcionamento, à forma como a pessoa deve abordar, ter cadastro dessas pessoas. Então, tem uma série de dúvidas e de questionamentos que se chocam, está certo? Que eu acho que a melhor maneira da gente caminhar para ter um bom substitutivo seria a gente ouvir coletivamente aqui as pessoas representantes dessa atividade, seja a atividade empresarial, os representantes empresariais, seja os consumidores, quem recebe a ligação em casa ou no celular, que precisa ser ouvido para que a gente possa regulamentar, de forma bastante clara, para não prejudicarmos a atividade e, ao mesmo tempo, nós darmos uma certa tranquilidade para que as pessoas não sejam abordadas a qualquer hora por essa atividade.

Então, por isso que eu peço aí o apoio para que nós possamos fazer essa audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. O requerimento está aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente, eu queria agradecer e...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V.Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– ...E eu preciso concluir uma análise porque nós vamos ter uma Reunião do Conselho de Ética agora. Eu queria deixar, se possível, o meu voto consignado para os Projetos terminativos aqui na Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sem problemas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– ...de outorga de rádios, está certo? Para que eu pudesse me ausentar e cumprir o meu papel na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E quais são os itens que V.Exa. deixaria o voto consignado?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Os itens referentes à outorga de rádios.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Todos? Pois não. Está consignado o voto de V.Exa., que deve ir agora para a Comissão de

Ética do Senado, expor o seu voto no caso do Renan. Requerimento extra Pauta. Nos termos do inciso I, do art. 2º, desculpe, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, c/c inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas no âmbito dessa Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater alternativas de flexibilização do programa “A voz do Brasil”. Deverão ser convidadas a expor os seus pontos de vista as autoridades representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: Franklin Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Roberto Costa Guimarães, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; José Roberto Garcez, Presidente da Radiobrás; Marcelo Bechara de Souza, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; Milton de Lucca, Presidente da Associação Mineira de Emissoras de Rádio e Televisão; Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul; Weiler Diniz, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal; William França, Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.

O programa “A voz do Brasil” tem sua origem legal com a edição, pelo Presidente Getúlio Vargas, Decreto 21.111, 1º de março de 32, que previu a veiculação, pelas emissoras de rádio, de um programa nacional destinado a ser ouvido, ao mesmo tempo, em todo o território do país, em horas determinadas. Sua vinculação foi iniciada em 22 de julho de 35 e até 1962, o noticiário era denominado “A hora do Brasil”, transmitido apenas... Transmitindo apenas atos do Poder Executivo. O senhor Senador Wellington Salgado faz aqui uma justificção, mas eu vou resumir: o que ele quer é discutir com essas autoridades nominadas

anteriormente sobre uma flexibilização no programa “A voz do Brasil”. Em discussão. Srs. Senadores que querem discutir... Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão ou... Conversando no celular. Está aprovado o requerimento.

Requerimento. Requeiro, com o amparo no art. 93, item 02, do RISF, Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a se realizar no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir sobre a adaptação de uma nova tecnologia para o rádio digital. Sem prejuízo da expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, se requer que sejam convidados: o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO; o Presidente da Federação das Associações dos Rádios Comunitários do Rio de Janeiro; o Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa; o Presidente da ANATEL; professor Lúcio Martins da Silva, Departamento de Engenharia Elétrica da UNB. Colocamos o requerimento em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Requerimento aprovado.

Srs. Senadores, proponho passarmos à Pauta e o item 01, perdão, o item 02 é um Projeto de Decreto Legislativo nº. 245/2007, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, no estado do Pará. Com a palavra, o Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro, para emitir o seu relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vamos direto ao voto, Sr. Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 245/2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº. 39/1992 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Tucuruí, no Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós vamos colocar em discussão, mas deixando para votar em bloco no final da sessão. Não havendo quem queira discutir, passemos, então, para o item nº. 03.

Os itens 03, 04 e 05 são de mesma natureza, outorga para autorização de funcionamento de rádio, de radiodifusão comunitária, nas cidades de Porto Alegre, Serafina Corrêa e também na cidade de Rio Grande. E eu passo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi para emitir seus relatórios.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Marcelo Crivella. Vamos direto aos votos. Item 03. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro Ipanema, em Porto Alegre, para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. E o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O item 04 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Miriam Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul. E o parecer também é favorável.

E o item 05 aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cassino de Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. E o parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Vamos ao item 07, desculpe, ao item 08... Itens 08 e 09, que tratam de renovação de concessões para o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Monte Belo e na cidade, a belíssima cidade de Juiz de Fora. Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, o item nº. 08 se refere à Associação dos Moradores do Bairro Vila Rica para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Monte Belo, em Minas Gerais. Segundo a avaliação feita pelo Ministério das Comunicações e os dados pertinentes, nós temos todo o processo de acordo e, portanto, o voto é favorável.

Já o item 09 se refere à Rádio Sociedade Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora, que lhe dá o nome, para radiodifusão sonora em onda média, não é comunitária nesse caso. E toda a documentação também examinada pelo Ministério das Comunicações está correta, segundo a... O processo apresentado. De maneira que o voto é também favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito agradecido, Senador Azeredo. E nós passamos, então, aos itens 11, 12, 13, 14, 15 e 16, que são todas concessões para serviços de radiodifusão sonora, lá no glorioso Estado do Paraná. E eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O item 11, Sr. Presidente, aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Independência Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. O parecer é favorável.

O item 12 aprova o ato que renova a permissão outorgada a Guimarães Agostinho e Companhia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná. O parecer também é favorável porque todos os processos obedecem ao que determina a legislação a esse respeito.

O item 13 aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Safira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pinhão, Estado do Paraná. O parecer também é favorável.

O item 14 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Marechal Cândido Rondon, Radiomar, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. Com parecer também favorável.

O item 15 aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná. Parecer favorável.

E o item 16 aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lapa, da Lapa, Estado do Paraná. O parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Vamos, então, aos itens 17, 18 e 19, que são do Estado de São Paulo, e passo a palavra ao Senador Romeu Tuma. O 17 é em Capão Bonito, 18 é na cidade de Itanhaém, e o 19 é em Jaboticabal. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, no item 17--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Se V.Exa. pudesse falar no microfone...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É que eu estava aqui, o pessoal não larga a gente em entrevista e...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Não dá para ser indelicado. Eu peço desculpa a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós compreendemos, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas eu prefiro falar com V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, a recíproca é verdadeira.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu vou poder... Se V.Exa. permitir, eu leria a Ementa que dá a... O resultado do... Da apreciação. Está aqui... Desculpa, que eu, na hora que eu não tinha aberto... Aqui está. O 17 está aqui. É... Como disse, é o Projeto Legislativo nº. 175. Da análise dos documentos, foi comprovado que estavam todos de acordo com a legislação vigente, nenhuma violação. Portanto, favorável à Rádio Comunitária de Capão Bonito, no Estado de São Paulo, no meu querido Estado.

O 18... Eu vou ler pelo... Por aqui é melhor. O 18 é o que outorga serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. É a Vip Rádio e Televisão, preenchendo todos os pré-requisitos legais, é pela aprovação.

O 19 é concessão à "Fundação Cultural Romeu Marsico", para executar o serviço na cidade de Jaboticabal, também do meu Estado de São Paulo. Todos os documentos apresentados... E o relatório é favorável. Portanto, são os três Projetos que V.Exa. me designou, ao qual agradeço a gentileza por serem do meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu que agradeço V.Exa. ter emitido os pareceres. Eu gostaria de perguntar, consultar o Senador Flexa Ribeiro se poderia relatar *ad hoc* o item 20 do Senador Cícero Lucena, que é a outorga de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Graça, no Estado do Ceará. Com a palavra V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, para mim é uma honra relatar o parecer do Senador Cícero Lucena, como Relator *ad hoc*, ainda mais por ser a... Autorização para outorga, a permissão, a outorga à permissão para Alagoas Comunicação Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Graça do Estado do Ceará, do nosso Presidente, Senador Tasso Jereissati. O parecer é favorável para a concessão, para a aprovação do ato de outorga, a permissão da Alagoas Comunicação Ltda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu consulto o Senador Flávio Arns, se pode-

ria relatar *ad hoc* os itens 21, 22 e 23, do Estado de Santa Catarina, da Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não, Sr. Presidente. O item 21 aprova o ato que renova a concessão outorgada à Radiodifusora Colméia de Porto União Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina. O parecer da Senadora Ideli Salvatti é favorável. E eu, como Relator *ad hoc*, o encampo também.

O item 22 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Diplomata de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, com parecer também favorável.

E o item 23 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sombrio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina, também com parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Eu consulto o Senador Eduardo Azeredo se poderia fazer o relatório do item 24, do Senador Eliseu Resende.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeito, Senador, Presidente Marcelo Crivella. Trata-se do ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas, para executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em FM, na cidade de São Sebastião do Paraíso, no Sudoeste mineiro. O Ministério das Comunicações informa que a documentação está toda correta e a análise feita pela assessoria do Senado também, de maneira que o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Eu gostaria de consultar a Senadora Maria do Carmo Alves se poderia assumir a Presidência da nossa Comissão para que eu possa fazer o relatório dos itens que me estão propostos. Muito agradecido.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Item 06. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Arca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nilópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Relator: Senador Marcelo Crivella.

Item 06... O item 07 e Relator *ad hoc* do item 25.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado, Sra. Presidente.

O item 06, conforme consta aqui na nossa Pauta e também de acordo com a documentação apresentada, é... Aprova a permissão de outorga à Rádio Arca para explorar serviço de radiodifusão, na cidade de Nilópolis, uma das cidades mais importantes da região metropolitana do Rio de Janeiro e campeã de carnaval. É lá que se encontra a escola Beija-flor.

Segundo o exame da consultoria, todos os documentos estão em ordem e, portanto, é aprovado. É por aprovação o relatório para a renovação desta rádio em Nilópolis.

A segunda rádio é a Rádio Costa do Sol, que fica na cidade de Araruama, balneário, Região dos Lagos, também conhecida como a praia dos mineiros. É... De acordo aqui com a documentação apresentada, nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, o relatório é pela aprovação. E o item... Sra. Presidente, que vou relatar com muita honra *ad hoc* é um ato de outorga A permissão à Alagoas Comunicação para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ubá, também lá no meu Estado do Rio de Janeiro. E o parecer é favorável, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Em discussão. Votação ao final.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Passemos, então, ao item 26. Eu pediria ao Senador Eduardo Azeredo que, por gentileza, faça o relatório do Senador Demóstenes Torres para o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, em homenagem a Juscelino Kubitschek, que também era mineiro, de Diamantina, mas foi Senador pelo Estado de Goiás, bravo Estado de Goiás.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Bem lembrado, foi logo após a sua Presidência. Juscelino foi eleito Senador por Goiás, dois anos depois.

O ato aqui, cujo relatório é do Senador Demóstenes Torres, aprova autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística, Turística e do Meio Ambiente de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade que lhe dá o nome. O parecer é favorável, conforme toda a documentação examinada pelo Ministério das Comunicações e pela consultoria do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador. Passemos, então, rapidamente, ao item 27, que é Projeto de

Lei do Legislativo 249, no Estado do Ceará. Eu pergunto ao Sr. Gilvam Borges, Senador Gilvam Borges, se poderia relatar *ad hoc*. Item 27.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Respondendo ao questionamento da Presidência, informo a V.Exa. que há disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito agradecido.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Dependendo da autorização de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Está autorizado.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, eu vou diretamente ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que empenha o PDS nº. 249/2007, não evidenciou violação da legislação pertinente. E, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do auto que autoriza a Associação Cultural de Tururu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tururu, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Portanto, como Relator *ad hoc*, nós nos associamos ao voto do Relator, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Gilvam Borges, eu gostaria de aproveitar a eloquência de V.Exa. para fazer uma solicitação adicional. É que V.Exa. também fizesse o relatório *ad hoc* do item 29, que é no Estado de Alagoas. V.Exa. é do Amapá, já deu um pulinho no Ceará, e agora voa para Alagoas. Se V.Exa. puder, ficaríamos todos muito gratos.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, com um elogio tão grande, agora eu irei relatar, na íntegra, todos os procedimentos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só o resumo.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Não, sem resumo. Realmente eu fui convocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Comissão agradece.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Chega a essa Comissão para exame, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo PDS nº. 207/2007, nº. 2439/2006, na Câmara dos Deputados, destinado a aprovar o ato que outorga autorização comunitária à cidade de Quebrangulo, Estado do Alagoas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, c/c art. 233, inciso III, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicada, o que o levou ao seu deferimento.

Atendendo, Sr. Presidente, à ansiedade e ao desejo de nobres colegas de se dirigirem à Comissão de Ética, que inicia às 10 horas, eu vou diretamente ao voto, deixando em outra oportunidade para relatar completamente, como V.Exa. me inquiriu.

Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 27/2007 não evidenciou violação da legislação, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Cidade de Quebrangulo, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Agradeço a V.Exa. por ter, de maneira tão bonita, formal e competente, relatado esses dois Projetos. Quero dizer a V.Exa. que cada vez que o vejo me lembro do nosso, talvez mais conspícuo dos brasileiros, D. Pedro II.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Muito obrigado, Excelência. Obrigado, isso me comove e me emociona.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Que foi, nos quatro decênios do seu império, permitiu que a espada conciliadora de Caxias fundisse a nossa unidade territorial. V.Exa. nos traz esse espírito do brasileiro órfão que, Imperador, e que morreu no exílio, com o coração destroçado de mãgoas. Mas, V.Exa....

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – --Mas V.Exa. nos traz esse... Essa atmosfera.

Eu passaria ao item 28 e pediria à nossa simpática Senadora Maria do Carmo Alves, se puder, relatar esse Projeto de autorização para serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, histórica cidade de Pernambuco.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Com prazer, Presidente. Vamos ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha a referida matéria não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Rádio Comunitária “A Voz da Liberdade” a

executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senadora. Eu gostaria de perguntar à nossa Comissão se poderíamos fazer, então, agora, após o item 10, que é da lavra do Senador Augusto Botelho, e que eu pediria ao Senador Sérgio Zambiasi que fizesse o relatório, se depois poderíamos, então, aproveitando o *quorum* da nossa Comissão, fazermos a votação em bloco. Aprovado.

Passamos, então, ao Senador Sérgio Zambiasi, com a palavra V.Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Marcelo Crivella. Item 10 da Pauta, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 210/2007, aprova o ato que outorga a Associação Cultural de Rorainópolis, ASCRO, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima. E o parecer do Senador Augusto Botelho, que eu acompanho, é favorável, Presidente Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado.

Lidos todos os relatórios dos 29 itens da nossa Pauta, e lembrando que o Senador Renato Casagrande deixou consignados os seus votos favoravelmente à renovação das outorgas constantes nesses relatórios, eu passo, então, para a votação nominal.

Senador Sérgio Zambiasi, como é que vota o Rio Grande do Sul?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com os Relatores... Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Obrigado. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – De acordo com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Como vota o Senador do Pará, Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Como vota nosso Senador Governador de Goiás, do Estado de Goiás, Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado. Portanto, eu quero comunicar à Comissão que os 29 itens da Pauta, lidos os relatórios, foram todos aprovados. Aprovados também os relatórios apresentados nessa Sessão.

Eu pergunto aos Srs. Senadores se há mais alguma coisa a discutir.

Com a palavra, V.Exa., Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Não, cumprimentar V.Exa. pela rapidez com que conseguiu limpar a Pauta. Mas nós vamos ter a... A Reunião do Conselho de Ética, que é um dia gravíssimo para o Senado Federal, e está marcado para às 10 horas, e eu pediria que, se V.Exa. pudesse encerrar, para que todos que pertençam ao Conselho de Ética não o deixassem aqui sozinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente. Sem antes agradecer a presença de todos e à nossa Secretária Geral, que tem feito um esforço enorme. Aliás, ela, eu diria, inestra todas as virtudes da mulher brasileira, sobretudo aquelas que tão bem, aqui no Senado Federal, nos auxiliam.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ganhou de 10 a zero.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com essa homenagem, eu gostaria, então, de decretar, declarar que está encerrada a nossa Sessão. Muito obrigado.

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia treze de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senhor Senador Edison Lobão, não membro da Comissão. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 019, de 2007-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “..., nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar das possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos aeroportos de pista curta. Para tanto, indica-se como convidados as seguintes pessoas: Ten.-Brig.-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Dr. Milton Zuanazzi, Diretor-Presidente da ANAC; Dr. Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da GOL; Dr. Marco Antonio Bologna, Presidente da TAM; Presidente do CONFEA; e Engenheiros especializados.” Comparecem à Audiência Pública, os Senhores Ten. Cel.-Av. Geraldo Curcio Neto, Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial; Jaques Sherique, Vice-Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Comte. Geraldo Costa de Meneses, Área de Segurança de Voo da TAM; Alexandre Duarte Santos, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Comte. Ronaldo Jenkins, Diretor Técnico do Sindicato das Empresas Aeroviárias – SNEA. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão.

Usam da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, autor do requerimento, e Eduardo Azeredo. O Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidência, no exercício da Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental declarado aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informação que se realiza nessa data de 13 de setembro de 2007.

Submeto à apreciação desse Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, a realização dessa primeira Audiência Pública atende a Requerimento nº 19/2007 de autoria do Senador Marcelo Crivella com o objetivo de debater o assunto: Possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidente nos aeroportos de pista curta. Para darmos início à presente Audiência Pública solicito ao Senador Zambiasi para que acompanhe os convidados a tomar assento à Mesa. O Conselheiro Jaques Sherique, do CONFEA, está vindo de São Paulo e daqui a pouco estará conosco.

Vamos começar então a nossa audiência, Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Zambiasi, ouvindo o Tenente-Coronel aviador Geraldo Curcio Neto. Com a palavra V.S^a. por dez minutos.

SR. GERALDO CURCIO NETO: Senador Crivella, bom dia. Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, sou o Tenente-Coronel Curcio do Comando da Aeronáutica, Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial. Preparei uma pequena apresentação, vou pedir para iniciar essa apresentação.

Bom, nosso objetivo aqui vai ser conhecer alguns aspectos importantes sobre pousos, decolagens e possíveis tecnologias que possam ser usadas para deter aeronaves em risco de acidente em pista de pouso. Eu queria esclarecer que eu não sou um especialis-

ta em aeroportos e infra-estrutura aeroportuária. Eu sou um especialista em aeronaves, desempenho de aeronaves.

Dessa forma eu dividi essa apresentação em três pequenos tópicos ou procurar ser bastante breve. Falar sobre alguns conceitos e definições até para que todos possam ter a oportunidade de ver alguns termos que serão usados aí durante essa audiência. Falar um pouco sobre pousos e decolagens do ponto de vista operacional. E ao final eu vou praticamente listar três dispositivos que existem que hoje estão em uso pelo mundo afora de parada de aeronaves em pistas curtas.

Iniciando então com algumas conceituações, selecionei seis conceituações, seis definições para que a gente possa ter alguma idéia de alguns termos que serão utilizados. Primeira definição, a faixa de pista. Essa definição a gente vai encontrar no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica, parte 139, que trata de certificação operacional de aeroportos. Faixa de pista então é uma faixa definida no aeroporto que inclui a pista de pouso e também algumas áreas de parada. Ou seja, não só a pista onde a aeronave pousa e decola, mas também algumas áreas em volta. Que são destinadas a proteger a aeronave durante operações de pouso e decolagem e reduzir o risco de danos à aeronave em caso dessa sair dos limites da pista. Isso aqui é exatamente o que está escrito no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica, nº 139.

Outra definição interessante é a definição de stopway. Stopway essa definição foi retirada do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº. 01, subparte B, e stopway é uma área além do final da pista de decolagem centrada em relação à linha central, da referida pista, capaz de suportar um avião durante a abortagem de uma decolagem sem causar danos estruturais ao mesmo e destinada pela autoridade aeroportuária a desaceleração de aviões durante uma abortiva de decolagem. Queria só frisar isso, stopway é destinado à abortiva de decolagem.

Outra definição incluía Clearway. Também encontrada no mesmo Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica. É uma área além do final da pista de decolagem com pelo menos 150 metros de largura, localizada centralmente em relação ao prolongamento da linha central. O que é importante aqui? No final das contas ele é um plano que se estende a partir do final da pista de decolagem, subindo com uma inclinação igual ou inferior a 1,25%, acima do qual não existe nenhuma obstrução fixa. Não é uma área de pista, é só uma área livre de obstáculos além do limite da pista.

Tem duas notas aqui. Uma relacionada a luzes em fim de pista e outro que existe uma definição ligei-

ramente diferente, aplicável a aviões com motores a turbina homologados antes de 30 de agosto de 59.

Esses são termos bastante corriqueiros para todo piloto que opera certamente em pistas homologadas. São quatro definições que estão associadas a uma pista então são definições associadas a pista. E elas precisam ser comparadas a desempenho de aeronaves. A gente tem esse binômio pista/aeronave. Primeira definição TORA do inglês *Take Off Run Available*, é uma distância disponível e adequada para corrida de decolagem incluindo a cabeceira deslocada inicial e não incluindo a stopway. A TODA é uma *Take Off Distance Available* é a TORA mais uma Clearway que a gente já viu a definição. A Clearway não pode exceder 300 metros. Uma ASDA, *Accelerate-stop Distance Available* é uma TORA mais a stopway. E uma, LDA *Landing Distance Available*, distância disponível e adequada para o pouso.

São definições muito técnicas, mas a idéia de mostrá-las é que são associadas às pistas, diferentes tipos de pistas e precisam ser comparadas a desempenho de aeronave para ver se a aeronave é capaz ou não de operar naquela pista.

Então essas distâncias se referem a cada pista e devem ser comparadas ao desempenho de decolagem publicada no manual de aeronaves que operam nelas consideradas as condições de operação. Peso, temperatura, altitude, comparando o desempenho possível de ser obtido naquela aeronave em relação àquela pista a gente descobre se aquela aeronave pode ou não operar naquela pista.

Só alguns exemplos desses termos, em cinco tipos de pistas diferentes. É uma pista comum que não tem nem stopway, nem clearway, nem cabeceira deslocada. Todas aquelas distâncias são idênticas. Minha distância disponível de decolagem é a mesma disponível para o pouso, de aceleração e parada é a mesma de decolagem porque a pista é só aquilo. Na medida que eu vou apresentando aqueles outros segmentos que eu apresentei, clearway, stopway, a gente vai tendo diferença dentro daqueles termos.

Novamente todas essas distâncias aqui eu consigo obter analisando-se o desempenho, a performance da minha aeronave e a partir daí eu consigo descobrir se aquela pista é adequada ou não para o pouso da minha aeronave naquela condição.

Só mais um exemplo, aqui daqui é uma pista, por exemplo, ela tem um stopway de um lado e uma clearway e do outro lado ela só tem stopway, não tem clearway e ela tem uma cabeceira deslocada. Essa cabeceira deslocada ela pode acontecer por diversos motivos. Um obstáculo na pista, um determinado serviço que esteja sendo feito na cabeceira, um obs-

táculo na aproximação que não permite que eu use o início da pista. Eu tenho que projetar o meu pouso um pouco mais para frente que tem um obstáculo na aproximação.

Mais um conceito interessante, *Runway Safety Area*, esse é um conceito muito encontrado nas publicações norte-americanas que falam de pista. É basicamente uma superfície em torno na pista de pouso preparada ou adequada para reduzir risco de danos a aeronaves em caso de saída de pista. Ela é encontrada numa *Advisory Circular* do órgão, do regulador americano. Isso é um exemplo do que é que é uma *Runway Safety Area*, a gente tem a pista no meio e tem uma área em torno dela. Atualmente a RSA é recomendada pelo FAA é uma distância de mil pés. Após o limite da faixa de pouso. Então isso é o que está atualmente recomendado pelo FA. Mil pés aproximadamente 300 metros.

Um último conceito, esse talvez o mais interessante para o nosso objetivo hoje. É o conceito de *Runway End Safety Area* é uma área simétrica (soa a campanha) em relação à extensão da linha central, e esse conceito a gente vai encontrar no anexo 14 da ICAL, que trata sobre aeroportos, e o que é interessante é que existe no anexo 14 a recomendação de que essa área, essa RESA, *Runway End Safety Area* seja de no mínimo 90 metros. E se praticável como recomendação essa área deve ser 240 metros ou 120 metros dependendo do tipo de aeroporto e de aeronave que opera nele.

Esse é o conceito de RESA, após a pista, uma área de segurança. Aqui a gente encontra uma RESA, uma RESA bastante pequena provavelmente dentro dos 90 metros previstos.

Rapidamente sobre pousos e decolagens. Lembrar que aeronaves são certificadas de acordo com uma regulamentação e aeroportos também são certificados de acordo com uma outra regulamentação. Aeronaves no Brasil são certificadas de acordo com dois regulamentos brasileiros, o RBH-23, aeronaves até 5.600 quilos e o RBH-25, aeronaves acima de 5.600 quilos. E os aeroportos também são certificados com normas da ICAL e normas brasileiras de homologação Aeronáutica.

Foco do nosso assunto são esses dois riscos. Por quê? Porque até agora a gente viu que se operar uma aeronave com determinado desempenho, homologada para aquele desempenho em uma pista também homologada para receber uma aeronave daquele tipo em condições normais nós não temos problema. Nós vamos ter problema na hora que a gente tem condições de emergências. Então os dois riscos são esses aqui. Uma abortiva de decolagem em condição crítica

ou em emergência, por exemplo, uma falha no sistema de frenagem e um pouso em situação crítica ou em emergência. Também provavelmente uma falha no sistema de frenagem. Eu diria que comparando os dois, a minha experiência de piloto e de ensaio em voo, a abortiva de decolagem ela é muito mais crítica do que um pouso. Mesmo em situação crítica. E abortiva de decolagem podem acontecer por diversos motivos. Existe toda uma sequência, uma regulamentação com relação a isso. Até uma determinada velocidade chamada de velocidade de decisão eu consigo abortar a aeronave e parar na pista acima daquela velocidade eu prossigo na decolagem também com segurança e consigo fazer uma decolagem sem problema.

Essa é só uma apresentação rápida sobre a estrutura legal. A gente começa com as convenções de aviação civil internacional, tem vários anexos, acordos bilaterais, temos o nosso Código Brasileiro de Aeronáutica e uma série de normas de sistema entre eles os RBHs que eu citei alguns nessa apresentação inicial.

Focar o problema de abortiva de decolagem em condição crítica ou emergência. Essa quantidade enorme de velocidades elas são associadas a decolagem, como eu falei uma delas é a V1, velocidade de decisão, ela me define se eu consigo abortar, parar na pista até aquela velocidade ou se eu consigo prosseguir na decolagem a partir do momento que eu tive uma determinada pane. Eu não vou me aprofundar, é um slide um pouco mais técnico, só queria dizer que existe uma série de determinações de velocidades que são feitas durante uma campanha de ensaio em uma aeronave e são essas velocidades definidas do ponto de vista técnico com algumas margens de segurança, tudo previsto em regulamentos e a partir dessas definições é que são publicados os dados dos manuais de voo das aeronaves. Essas velocidades como eu falei, algumas são de projeto, algumas são determinadas em ensaios em voo, essas não são velocidades corriqueiras com piloto operacional, são apenas velocidades determinadas em ensaio que trazem consequências às outras que eu citei.

É importante dizer que para a aceleração e parada, por requisitos o fabricante da aeronave deve demonstrar essa distância. *Accelerate Stop Distance*. Para cada condição de decolagem publicando no manual de voo. Definição dela. Ela pode ser no caso de uma pane a velocidade que o avião, a distância que o avião precisa para acelerar até um determinado ponto onde ele vai ter uma falha de motor, iniciar uma desaceleração e ainda se dar uma distância de segurança correspondente a dois segundos na V1, na velocidade de decisão. Ou seja, já existem algumas margens de segurança embutidas dessa determinação. Outra

maneira de se definir uma ASD sem a falha de motor é a minha distância até uma determinada velocidade a partir daí uma desaceleração com ambos os motores funcionando até... Acrescentando-se ainda dois segundos de distância considerada a velocidade de abortiva.

Tem vários parâmetros influentes na distância de aceleração e parada. Por exemplo, quanto maior altitude de determina pista maior vai ser essa distância. Quanto maior o peso da aeronave logicamente maior vai ser essa distancia. Quanto maior a temperatura maior vai ser essa distância. Quanto maior o gradiente de pista subindo, se a pista tiver, digamos em ladeira, acima, é menor a distância. Quanto maior o coeficiente de atrito da pista, menor a distância. Quanto maior o vento de proa, menor a distância. Então são parâmetros influentes e todos esses parâmetros eles têm que ser determinados e tem que constar no manual de voo da aeronave.

Passar o problema do pouso. Pouso em situação crítica ou emergência. Também falha no sistema de frenagem. A distância de pouso ela é definida como um segmento em voo e um segmento no chão. A soma da distância no ar mais a distância no solo determinada em ensaios em voo define o que é que é uma distância de pouso. Nessa determinação a norma pede que todas as ativações de dispositivos de frenagens eles demorem um determinado tempo exatamente para prover uma margem de segurança. Eu quero frisar que os dispositivos de frenagem disponíveis e considerados do ponto de vista de distância de pouso são apenas aqueles que demonstram um determinado grau de confiabilidade. Um exemplo para os senhores e senhoras, um spoiler de uma aeronave se tem uma taxa de falha baixa ele pode ser considerado como um dispositivo de frenagem e reduzir a distância de pouso. Um reverso normalmente não é considerado como dispositivo de frenagem.

Mesmo slide de parâmetros influentes, praticamente os mesmos da decolagem são aplicáveis a distância de pouso. Com relação ao pouso, é importante frisar o seguinte, como a determinação dessas distâncias exige uma metodologia não necessariamente determinística a margem de segurança é de 60%. Ou seja, no manual de voo na hora que é publicado uma determinada distância de pouso ela já considera uma margem de segurança de 60%. E isso é por quê? Porque o piloto pode passar cabeceira numa altura diferente daquela prevista, em vez de ter um ponto de impacto a 300 pés ele pode ter um ponto de impacto da aeronave um pouco mais à frente, velocidade ao tocar o solo, pode estar um pouco acima da velocidade de aproximação, enfim, aderência e característica

de pista, técnica de utilização dos freios, utilização de recursos aerodinâmicos de arrasto. Essas margens de segurança visam cobrir essas características que podem variar de um pouso para o outro.

Distância no ar. Requer uma rampa estabilizada, uma velocidade determinada, enfim, uma série de parâmetros para a determinação dessa distância. Isso é feito numa campanha de ensaio em voo.

Distância no solo. Existe uma determinação por estatística. O reverso não é utilizado, como eu falei, é um dispositivo de frenagem que não é levado em conta na publicação no manual em voo. Utilização de freios, utilização de spoiler e outros sistemas com confiabilidade acima de determinado nível. Existe um requisito operacional que aumenta essa distância de pouso em 15% no caso de pista molhada. E é obrigatório também ensaios com motor inoperante.

Para encerrar eu vou só listar três dispositivos que hoje existem no mundo. Barreira de retenção, cabos de arrasto e uma novidade que é o EMAS, *Engineered Material Arresting System*.

Barreira de retenção, são barreiras colocadas ao final da pista, ou no início da pista, mas já fora da área de pouso, ela fica camuflada e ela é, digamos, içada ou levantada a comando do operador da torre por solicitação do tripulante. Ela tem logicamente um limite, eu não consigo utilizar um dispositivo desse para uma aeronave muito pesada, e também não consigo utilizar esse dispositivo com aeronaves com uma energia muito grande. Ou seja, se ela tiver com uma velocidade muito grande. Aqui um exemplo de uma aeronave militar, um F-16 após o engajamento dessa rede de retenção. Essa rede apesar de ser muito utilizada nos Estados Unidos, principalmente em aeroportos compartilhados da aviação civil e aviação militar, ela é logicamente mais destinada a aviação militar do que a Aviação Civil por uma série de motivos.

Um outro dispositivo é o cabo de retenção. Em vez de uma rede é colocado apenas um cabo. Esse cabo tem um diâmetro de aproximadamente três a quatro centímetros e ele fica acima do solo, colocado acima do solo de quatro a oito centímetros. Ele só é utilizado por aeronaves que possuem um gancho de arrasto. Não é o caso da Aviação Civil. Aqui um exemplo de aeronave com gancho de arrasto o piloto comanda esse gancho, esse gancho ele baixa da aeronave e aí ele engaja nesse cabo que retém a aeronave ao final da pista.

A última tecnologia, pra gente encerrar é a chamada *Engineered Material Arresting System*. Basicamente é um sistema de concreto frágil colocado também sempre na área de *overrun*, quer dizer, após a pista, e a medida que a aeronave com determinado

peso ela entra nessa região aquele concreto ele se desfazela e ele começa a reter aquela aeronave pelo aumento de arrasto. Detalhe, existe uma AC, *Advisory Circular* do FA que serve como base para a homologação desse sistema e ele coloca ali um design entre o *speed*, ou seja, uma velocidade de design para esse tipo de material não superior a 70 nós, ou seja em torno de 100 quilômetros por hora. Esse dispositivo ele permite que se diminua a área de escape ao final da pista já que ele vai aumentar o arrasto da aeronave, vai segurar a aeronave. Funciona em outras palavras muito similarmente aquela área de brita que a gente vê na Fórmula 1 que retém os carros na hora que eles não conseguem fazer a curva e acabando saindo do trajeto normal.

Vou passar um filmete sobre essa área só pra gente visualizar o que é que ela significa.

(apresentação em vídeo)

Mas um recém criado sistema de contenção promete acabar com acidentes do tipo. A técnica consiste em uma faixa construída no final da pista com pequenos blocos de concreto poroso, formando uma espécie de tanque de areia. Como demonstrado neste teste realizado em 1996, o avião passa sobre a faixa, afunda e desliza até parar.

(final da apresentação em vídeo)

SR. GERALDO CURCIO NETO: Essa tecnologia está sendo utilizada em alguns aeroportos nos Estados Unidos, vinte e poucos aeroportos já possuem essa tecnologia. É importante dizer o seguinte, ela permite reduzir a área de escape. Ela não resolve todos os problemas. Uma estatística do FA eles... a partir dos dados de vários *overruns* de pista, vários incidentes onde a aeronave ultrapassou o limite final da pista eles fizeram uma projeção do que aconteceria se essa área tivesse instalada. E 86% dos acidentes não aconteceriam. Ou seja, ela melhora bastante, mas ela não resolve completamente o problema exatamente porque existe um limite. A partir de uma determinada velocidade, um determinado nível de energia essa tecnologia não consegue segurar qualquer que seja a aeronave, independente do tamanho dessa área. A partir de determinado nível de energia o avião vai continuar passando e vai acabar ultrapassando essa área de segurança ao final da pista. Era o que eu tinha para dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós agradecemos ao senhor pela excelente palestra. Eu passo imediatamente a palavra ao Prof. Alexandre Duarte que é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro que hoje nos brinda com a sua presença aqui. É um professor brilhante, tem obras consagradas no Brasil e com certeza vai

trazer grandes novidades para nós, também com obras para os aeroportos.

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Eu fui avisado ontem que tinha que encurtar para 12, 15 minutos. Então tive que importar um técnico do Rio de Janeiro às pressas e parece que ele está enrolado ali. Mas como ele foi meu aluno, acho que vou rever notas dele no passado.

Bom, um termo de apresentação, nós vimos estudando o assunto há algum tempo, eu digo nós porque eu pertencço a uma equipe da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do IME, que já vem estudando inclusive a possibilidade de nacionalização do produto. Eu vou me ater à parte final da apresentação do Coronel, muito mais ampla, no que diz respeito a exatamente ao EMAS, que é esse produto colocado no final da pista e que ajuda e muito, o dado é dele, 86% dos acidentes não iriam acontecer, e pressuponho um trabalho em cima, isso é um interesse nosso, de alguns aeroportos que dentro do nosso esquema do País estão pedindo alguma solução que são, por exemplo, Congonhas e aeroporto Santos Dumont.

Bom, um dos problemas principais dos aeroportos é justamente a situação em que eles não dispõem de grandes áreas e os custos dessas áreas são muito grandes. Quer dizer, Congonhas, o problema de expansão de Congonhas é incrivelmente alto tendo em vista as desapropriações necessárias. Sua nota vai ser revista realmente... (risos)

Bom, a maioria dos acidentes nós vamos colocar rapidamente a maioria acontece em dias de chuva, de tempestade, enfim...

Bom, pista molhada e que agora virou assunto de entendimento nacional, o *grooving*. Bom, vou mostrar alguns acidentes, saiu fora de ordem. E alguns no fim da pista que evidentemente poderiam ser evitados como uma situação como essa.

Bom, na verdade são aeroportos que por qualquer motivo têm problemas sérios no seu entorno. Estradas, estradas de ferro, rios, canais, rodovias. Esse tem um determinado aeronave aí que está com o carro, e o cara deve ter chegado em casa tarde depois de um acidente ter batido num 747.

Bom, isso aconteceu mais de uma vez no aeroporto Santos Dumont aqui com vítimas. São todos aeroportos com determinadas limitações que poderiam ser resolvidas com... Esse foi algum tempo atrás também em São Paulo.

Esse avião aí tinha um colega aqui da Câmara dos Deputados dentro dele. Também naquela pista de São Paulo.

Bom, nós temos aí um caso em que em Pernambuco se descobriu esse EMAS numa abordagem de

uma aeronave, o concreto cedeu e funcionou exatamente como funciona o produto. Essa é a mesma foto, foi cedida pela FAA, pela autoridade de Nova York e esse é um 747, também foi no John Fitzgerald Kennedy.

Bom, agora em rápidas palavras o que o Coronel dizia, normalmente a área de escape é de mil pés. E esse... São 300 e pouquinhos metros. E com o advento desse produto a gente pode reduzir isso para 600 pés. O que dá uma área de 200 metros. Se já existe esse espaço no aeroporto a gente desloca e ganha 400 pés em cada lado da pista. Mais 800 pés de pista fora a zona de escape.

Na verdade, falar um pouquinho do bloco. É um bloco de concreto celular de resistência menor do que o concreto da pista que é esmagado na medida em que a aeronave joga o peso no seu trem de aterrissagem. Eu fiz até um gráfico, que deve estar na frente, que mostra. Esse é a fábrica dos blocos, a fábrica é americana que nós estamos estudando toda a situação desse concreto, para ver a possibilidade de numa sequência poder ou junto com os americanos ou não desenvolver isso no Brasil porque isso não é um material simples de ser executado e menos ainda não é um material barato.

Esse é um gráfico que depois vai aparecer. O concreto tem aquela espessura do material, do concreto celular e que a roda do avião vem esmagando e criando uma zona de concreto de celular compactado, e dá um tipo de reação contrária ao andamento do avião. Quer dizer, freando a aeronave. Ali em cima aparecendo ele o detalhe daquele funcionamento. Isso aí são... Nós pegamos os dados para quatro aeronaves, o DC-9, o 727, DC-10 e o 747. Ou seja, esse gráfico mostra que para cada velocidade daquela a área de escape tem que ter um determinado valor, e que se enquadra dentro desses 600 pés. O primeiro foi instalado em 96, e no final de 85 havia 18. Agora 26 áreas de escape e 22 aeroportos do mundo. Fiz até uma relaçãozinha dele se alguém tiver interesse, são os aeroportos que em 96 tinham já instalado o sistema, e mais o sistema de frenagem.

O Coronel levantou que para determinado tipo de aeronave são 70 pés, o que dá aí... 70 nós, desculpa. 70 nós. O que dá uma velocidade multiplicando por 1.8 dá 130 poucos quilômetros por hora.

O berço típico tem degraus no seu entorno porque deve ser horrível o sujeito sair de um acidente e no susto da retirada cair no buraco. Tem até um degrauzinho ali para sair. Funciona exatamente assim, elevação típica de uma rampa de transição e a partir daquele momento ele começa a esmagar o concreto. Esses dados foram passados muito bem, ainda bem que eu

não trouxe isso senão passaria vergonha. O Coronel elencou de uma forma que esgotou o assunto.

Isso é uma fotografia exatamente de uma área de escape como essa. Independe, quer dizer, na verdade a base do aeroporto tem que ter a resistência para segurar inclusive o esmagamento. Essas são as peças sendo colocadas. Elas são coladas, rejuntadas e impermeabilizadas em função da ação das intempéries sobre elas. O que acabei de dizer, são juntas, são seladas, elas podem inclusive mantendo a parte de iluminação e enfim as demais necessidades da pista. Aí tem um detalhezinho, que os reparos no aeroporto John Fitzgerald Kennedy em função daquele acidente foram feitos em 12 dias. Realmente não entendo porque 12 dias para uma obra dessa que basta uma serra cliper para fazer a remontagem, com certeza lá o problema funciona mais ou menos como aqui. Deve ter sido um seguro que segurou um determinado tempo para gastar menos dinheiro rapidamente.

Esse é o filme que o Coronel passou e que vou chamar atenção para uns pequenos detalhes interessantes. Primeiro é a situação dos pilotos dentro, durante o acidente dentro do... Não é muito confortável a situação. Mas pior do que a situação dos pilotos é a situação dos cobaias que estão dentro. Devem ter sido escolhidos a dedo. Agora repararem a falta de organização. Passe de novo, desse filme. Tem umas garrafas de PET que vem deslocada lá de trás, deixando tudo solto. Passa de novo. Quando aparecem os cobaias vejam que vêm uma garrafa de PET, vem o material, sanduíche, vem tudo junto. O que mostra que para mesmo uma desaceleração muito rápida.

Bom, isso é um teste feito. Outra coisa a chamar atenção é que as ambulâncias, carros de Bombeiro, podem transitar porque o peso deles em cada roda não equivale a do avião, então o material resiste. Nós chamamos atenção também para a variação da altura. Quer dizer, na medida em que ele vai caminhando no berço, esse berço vai aumentando de altura para aumentar a área de atrito. Vejam atrás das cobaias. (soa a campainha) Vem lá de trás a garrafa. Você veja, ele afundou. Se aquele funcionário lá tiver a minha altura, a roda do avião afundou de 60 a 70 centímetros. Esse já foi um acidente específico. Veja que nem afundou tanto. O aeroporto de São Paulo, com todas as deficiências. Sendo que... Vou falar um pouquinho sobre isso. Um dos lados do aeroporto tem área suficiente para fazer essa zona de escape. E do outro um simples quarteirão, um quarteirão não chega a ser um quarteirão completo. Isso é o tal grooving. É a nova palavra nacional. Repara que eu posso tirar um pedaço daquela área de escape, normalmente se tivesse que fazer os mil pés, ela viria lá na avenida. O que não

seria nenhum absurdo se nós fizéssemos um elevado, fizesse um viaduto que levasse a pista até lá. Quer dizer, não teria nem o problema de desapropriação. Mas caberia dentro da área do aeroporto. Por um lado, e para o outro. De mil vai até lá embaixo. 600 pés ficaria dentro. Evidentemente tem que mudar a geometria do aeroporto porque eu não posso manobrar o avião por cima dessa zona. Então aquela curva teria que ser refeita. E por outro lado se faria um viaduto que se fosse de mil pés iria lá no terceiro quarteirão. Nessa nova situação ele pára antes da primeira rua.

Bom, aí já jogamos aí o viaduto complementar para fechar essa zona de escape. Que eu espero que... Esse é o caso diferente do Santos Dumont. Que convenhamos sem nenhum bairrismo, é ligeiramente mais bonito que o de Congonhas. Tá fraca. Mas se tivesse que fazer uns mil pés, a pista avançaria muito dentro da baía. A nova situação diminui bastante. E para contentar evidentemente com justa razão os ecologistas, nós não fizemos um aterro. Nós projeto estamos um pier por onde o avião iria... Aí há que se chamar atenção para uma coisa. Na cabeceira da pista que nós vamos ver na seqüência, já alguns acidentes aconteceram, passa uma estrada que é a estrada de acesso à escola naval. E tem uma cancela. Cancela essa porque já diversas vezes alguns acidentes aconteceram. Inclusive com mortes. Olha a cancela. Em dia de solenidade da Escola Naval isso vai até o Museu de Arte Moderna. Vem um carro em direção à Escola Naval passando exatamente na cabeceira da pista. Aqui foi um primeiro acidente e depois tem um segundo acidente com táxi, com mortes, etc. Isso em função da pressão da turbina do avião, jogou ele em cima das pedras.

Aqui já aparece a... E foi isso que não deu aí. Nós fizemos um túnel, vai aparecer evidentemente, isso é a Escola Naval, vai aparecer evidentemente, mas vai funcionar em separado. Isso aconteceu com o YS-11, o samurai da VASP alguns anos atrás. Pô, chega de desgraça. Pára com isso. Aí já está melhor. O nosso viaduto feito, contentando os ecologistas e sobre esse viaduto foi feita essa área de escape. Ali do lado aparece a pista. Queria que passasse ela direto. Ele descendo, passa um túnel e vai para Escola Naval, e acaba com o problema de perigo na... Foi uma pena, porque no filme, que não está aparecendo ali, eu já tomei a liberdade de dar o nome desse túnel, Almirante Bonoso, que foi um dos mais brilhantes oficiais dessa marinha e meu amigo. Não sei se vão oficializar o nome, mas estou tentando já fazer um lobby. Que foi Diretor da *escola naval* também. Isso é obra feita já, não é verdadeiro, não há animação, mas é dentro do projeto de... E não ficaria com mais de cem metros.

Chamamos atenção de um outro detalhe, é que a pista de Congonhas é uma pista que está acima na classificação do tipo de aeronave que hoje está utilizando, e que pode mudar de classe, tirando um pedaço da pista e fazendo uma zona de escape. Não mudaria praticamente nada e nem haveria necessidade de desapropriações. O que não é conveniente, é sempre melhor ter mais pista. E com uma... As indenizações são muito baixas para o aeroporto de Congonhas, eu acho que a solução seria realmente levar a pista até um pouco mais fora. Eu agradeço e... Mas acho até que não passei muito do prazo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado professor pela brilhante explanação que o senhor fez. Eu gostaria de passar imediatamente a palavra ao Comandante Gerado Costa de Meneses, que é da área de segurança de voo da TAM. V.S^a tem 10 minutos para proferir sua palestra.

SR. GERALDO COSTA DE MENESES: Bom, senhoras e senhores bom dia. Meu nome é Geraldo Meneses, eu sou o Comandante da aeronave 319 e 320 na TAM, também sou instrutor de voo e examinador credenciado dessas aeronaves em simulador em rota. Também faço parte da área de segurança de voo.

Bom, eu vou procurar ser o mais breve possível e apenas confirmar o que os colegas já falaram aqui sobre o Sistema EMAS.

Bom, eu tomei como base para essa apresentação a legislação americana, seria essa Advisory Circular que o Coronel já havia mencionado, onde ela trata de design de aeroporto. E ela fala essa circular ela diz que todo aeroporto deverá ter uma *Runway Safety Area* que seria a famosa área de escape. Essa área de escape ela deve ser livre de objetos, tem que ser pavimentada com uma drenagem adequada onde possa os caminhões de Bombeiro, ambulância, tráfegar sobre ela sem nenhum problema. Ali embaixo tem uma tabelinha aonde mostra o comprimento e a largura ideal para essa área de escape. Lá na primeira linha nós vemos que a largura ideal seria em torno de 150 metros e o comprimento em torno de 300 metros. Embora a norma americana exija que todo aeroporto tenha que ter uma área de escape de aproximadamente mil pés ou 300 metros, existem alguns aeroportos mais antigos, com áreas residenciais, seria o caso inclusive de Congonhas, onde eles não têm esse espaço para essa solução. Então essa mesma circular, esse mesmo órgão o FAA ele recomenda que nesses aeroportos seja construído a EMAS. A camada de concreto poroso, que seria o *Engineered Material Arresting*. Aí seria um layout de como ficaria a camada do EMAS. Ali a esquerda aquelas faixas pretas seria o fim da pista.

Existe uma área entre o fim da pista e o início da camada de aproximadamente 25 metros ou 75 pés onde eles chamam de set back e embaixo um corte vertical, um perfil vertical da camada do EMAS.

Bom, o que é que é o Sistema EMAS? Como os colegas já falaram, o Sistema EMAS é um conjunto de blocos de concreto leve, poroso, que caso o avião não consiga parar dentro do limite da pista que ele passa por cima desse sistema, ele vai afundando e perdendo energia. Esse sistema ele já provou ser eficiente em três casos no Estados Unidos. Em 99 um avião comercial no aeroporto de Kennedy em Nova York ultrapassou o limite da pista e parou em cima dessa camada de concreto poroso, EMAS. Em dezembro de 2002 um avião executivo aeroporto de Burbank na Califórnia, em 2003 um MD-11 que é um jato de grande porte também desacelerou com segurança. Em todos os casos não houve vítimas nem danos maiores as aeronaves. Aí são alguns exemplos, o que acontece realmente quando o avião não consegue parar dentro do limite da pista e atinge a camada de concreto poroso. Aquela foto nº. 03, o professor já havia comentado. Ali a direita um gráfico onde mostra a desaceleração e porque os 70 nós. Por que os cem, cento e dez quilômetros por hora. Foi feito um estudo, a maioria dos acidentes onde o avião não conseguiu parar dentro dos limites da pista ele saiu da pista por volta de 70 nós. Então essa camada de concreto ela é feita para essa velocidade. De 70 nós.

Falar um pouquinho do custo dessa camada de concreto poroso. Eu tenho uma tabela que mostra que aproximadamente uma camada de EMAS de aproximadamente 100 a 150 metros o material custaria em torno de 12 mil e 500 dólares. Quer dizer, não é um valor muito alto.

Bom, aqui eu procurei mostrar alguns aeroportos no Estados Unidos.

Bom, aqui tabela fala o seguinte, é um gráfico, onde ele mostra a camada, comprimento, e o valor total. Então em torno de 12 mil e 500 dólares. Isso só a camada de concreto, não a preparação, não a instalação. Só o material.

Bom, aqui são alguns exemplos de aeroportos nos Estados Unidos onde já estão instaladas essa camada de concreto poroso. Aqui na esquerda o diagrama do aeroporto, o círculo onde estão instalados a camada de EMAS. Aí seria a foto da pista. Camada de EMAS... Aqui no aeroporto de Fort Lauderdale na Flórida. Mostra aí na foto mais abaixo como é essa camada. São blocos realmente de concreto, como se fosse uma câmara de concreto, um colchão de concreto onde o avião se ultrapassar o limite da pista pararia aí em cima. O aeroporto de Baton Rouge, Louisiana. Vale

só ressaltar que todos esses aeroportos existe geralmente uma estrada ou um relevo próximo à pista. E aí o aeroporto de Nova York, o JFK, o internacional.

Essa foi uma solução que os portugueses conseguiram, é um aeroporto na Ilha das Madeiras, em Funchal, eles tinham problemas de espaço então eles construíram pilares, aí eles conseguiram aumentar a pista e criar uma área de escape. Seria mais ou menos parecido com a solução para Congonhas. Esse seria o vídeo que a gente já teve a oportunidade de ver anteriormente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado Comandante pela explanação. E nós passamos em seguida para o companheiro Jaques Sherique, que é Vice-Presidente do CONFEA. V.S^a tem 10 minutos para proferir sua palestra.

SR. JACQUES SHERIQUE: Enquanto instala ali a apresentação, eu queria agradecer ao Senador que tem permanentemente convidado o Conselho para estar junto nessas questões que envolvem engenharia e principalmente nessa questão que trata aí da área de escape, que o nosso colega Alexandre Duarte que foi Presidente do CREA do Rio de Janeiro vem defendendo já com bastante veemência. Nós fizemos realizar no dia 15 de agosto no Rio de Janeiro uma Audiência Pública onde nós discutimos a questão do caos aéreo como um todo e nesta oportunidade uma das apresentações foi a possibilidade de se construir essa área de segurança no complemento das pistas.

Por que o CONFEA precisa estar envolvido nessa discussão? Porque o Conselho que envolve os engenheiros, arquitetos precisa participar dessa discussão com mais, vamos dizer, presença. Nós representamos 900 mil profissionais, 200 mil empresas, somos 27 conselhos, um em cada Estado, incluindo aqui o Distrito Federal, 27 entidades nacionais, 198 instituições de ensino que são agregadas ao nosso sistema, 1.200 entidades regionais e 466 inspetorias, quer dizer, mostrando a capilaridade que o nosso sistema tem para a fiscalização não só de aeroportos, mas principalmente de pistas de pouso que estão espalhadas em toda a nossa região. E registramos hoje aproximadamente 300 títulos profissionais, 298 para ser mais preciso.

Bom, como é que nosso sistema funciona? Ele funciona através da Lei 5.194 que no seu art. 1º, vamos dizer que é o artigo principal, define que as profissões de engenheiros, arquiteto, engenheiro agrônomo são caracterizadas pelas realizações. E ali eu destaquei que o principal objetivo nosso são as atividades, as realizações de interesse social e humano. Quer dizer, nenhuma questão que envolve a tecnologia, principalmente no que diz respeito à proteção no caso da vida

que é o que nós estamos discutindo aqui, a engenharia pode ficar de fora. Por questão legal nós temos obrigação de estar envolvidos nessas e principalmente nessa questão que trata da segurança.

Bom, aí é uma relação resumida de quais são as atividades legais com base no art. 7º dessa lei que dá competência ao Conselho Federal de realizar essas atividades. Eu destaco ali principalmente a primeira, que é supervisão, coordenação e orientação técnica. Nenhum projeto, nenhuma atividade será feita ou deve ser feita ou deveria ser feita de obras de engenharia nos nossos aeroportos, em qualquer pista ou mesmo esses complementos que venham a ser feitos, operações dos aeroportos, sistema de controle aéreo, sem que existisse um responsável técnico. Sem que existisse um profissional legalmente habilitado para realizar essas atividades. E não é a realidade que nós encontramos. Por esse motivo é que a gente agradece mais uma vez o envolvimento do CONFEA e já anuncio aqui, Senador, que nós estamos já após a nossa Audiência Pública nós desenvolvemos uma campanha de fiscalização em diversos aeroportos, nós vamos começar, eu não tenho autorização de dizer a data, mas já temos uma data marcada já para Brasília e São Paulo. Nós já estamos com essa fiscalização preventiva que vai estar envolvendo a Defesa Civil, Bombeiro, companhia de limpeza urbana, companhias de água e esgoto, Prefeituras, universidade, ANVISA, vigilância sanitária, delegacia regional do trabalho e demais entidades envolvidas. Porque se o Conselho Federal através de seus CREAs não realizar esse trabalho de fiscalização pode acontecer o que vem acontecendo. Quer dizer, nós verificamos uma série de irregularidades que levaram somadas ao acidente que nós... A esses acidentes que nós estamos encontrando. Porque o controle de tráfego aéreo também, dependendo do tipo de atividade ele é sujeito a fiscalização do Conselho. Porque é uma atividade de engenharia também. E como é que nós funcionamos? Funcionamos através de uma notação de responsabilidade técnica. Todo contrato escrito, verbal para execução de obras ou prestação de qualquer serviço profissional referente a engenharia, arquitetura, ou seja, aquelas atividades que mostrei anteriormente, ficam sujeitos à noção de responsabilidade técnica. O que é isso? É um documento que vale como contrato entre as partes para definir para fins legais quem são os responsáveis técnicos. Então ocorrendo qualquer sinistro, ocorrendo qualquer anormalidade, nós temos ali quem são os responsáveis pelo tipo de obra que foi realizada ou pelo tipo de obra que foi mal realizada. E aí o nosso Conselho, que tem uma Comissão de Ética, estará apto a fazer a punição. Por que é que é difícil acontecer isso? Porque muitas das vezes as

empresas não têm esses profissionais. As empresas não sabem que tem que ter esses profissionais. Eu tenho feito algumas palestras pelo Brasil, as pessoas desconhecem até que o Conselho funciona por uma definição, por uma determinação legal para fiscalizar. E nós temos além da lei que cria o Conselho, temos a lei que cria a obrigatoriedade desse contrato mediante a notação de responsabilidade técnica.

Bom, nós fizemos Audiência Pública lá no evento que ocorreu no Rio de Janeiro, na 64ª Semana de Engenharia, e tiramos de lá, vamos dizer assim, duas atividades bem resumidas que eu gostaria de passar para vocês. A primeira que foi alertar os profissionais, a sociedade sobre as ações concernentes à concepção, elaboração e execução de projetos que objetivem a construção, manutenção de aeronaves e aeroportos modernos com qualidade e segurança. Fatores necessários à reestruturação organizacional e operacional do setor aeroportuário brasileiro. Ou seja, o Conselho ele está apto a fiscalizar e é ele que concede o título para todos os engenheiros aeronáuticos. Então quando a gente trata de manutenção de aeronave isso requer uma noção de responsabilidade técnica. Requer que as empresas de aviação tenham sobre seu contrato esses profissionais e obviamente poderão estar sujeitos à fiscalização e não havendo esses profissionais poderão estar sendo penalizados. E também no que diz respeito à construção dos aeroportos. Também as autoridades responsáveis pela construção de aeroportos deverão estar sujeito à fiscalização do sistema senão tiver o profissional legalmente habilitado. E ainda a segunda grande definição que nós tiramos lá foi a busca de subsídios para que o sistema efetue a fiscalização das atividades profissionais exercidas nos aeroportos. Empresas aéreas e na manutenção de aeronaves, utilizando o instrumento de fiscalização preventiva e integrada que é que nós estamos resumindo nessa sigla de FPI.

Bom, obviamente que eu não vou fazer uma leitura de todos os textos. Eu só vou rapidamente fazer um resumo. Quais eram as principais preocupações que nós tivemos? A dificuldade do exercício do planejamento necessário para o funcionamento do nosso sistema. Tendo em vista que os diversos componentes operam sobre a égide de diversos campos de direito. Ou seja, nós temos aqui a INFRAERO, nós temos a ANAC, nós temos as companhias de Aviação Civil, ou seja, nós temos três entes em esferas diferenciadas que nós temos que fazer a fiscalização. Essa é uma grande dificuldade. Porque nós não tínhamos ainda desenvolvido esse tipo de fiscalização voltado especialmente para o setor aeroportuário.

Bom, quais são os nossos compromissos? O que é que o sistema pretende fazer, o que o sistema está fazendo, já estou anunciando aqui, eu estou aqui em mãos já com o planejamento da fiscalização preventiva, nós desenvolvemos um sistema de checklist aonde todos os conselhos que forem fazer a fiscalização vão usar um modelo de avaliação, não só da questão da pista, mas questão da manutenção das aeronaves e da questão também da parte de operação dessas aeronaves no pátio. O que é que nós estamos querendo desenvolver e precisamos de apoio dos poderes públicos? Uma articulação no sentido de aprimorar a legislação e as competências no que concerne ao controle do espaço aéreo. A defesa aérea, ao planejamento e principalmente a execução de obras e serviços voltados para a fiscalização do setor. Duas semanas atrás nós tivemos aqui numa sala parecida com essa aqui nesse mesmo corredor o apoio dos Senadores, no apoio quase que unânime em que os conselhos regionais pudessem indicar cada Estado um Conselheiro Federal para que nós pudéssemos ampliar a nossa ação de fiscalização no Estado. Então mais uma vez eu agradeço aqui ao Senado que fez todo o esforço, principalmente ao nosso Senador Marcelo Crivella na aprovação do PL 123 que com certeza em breve estará possibilitando a federalização do sistema de engenharia para todo o País.

Bom, nós estamos aqui propondo e estamos implementando, eu tenho aqui já desenvolvido todo o plano de fiscalização. Então ali no plano verde nós elaboramos como resultado dessa Audiência Pública nós elaboramos um plano de fiscalização preventiva integrada para o setor aeroportuário. Envolvendo todos os segmentos que atuam na defesa da sociedade.

Então, eu já alerto aqui os representantes da Aeronáutica, da INFRAERO, da ANAC e também das companhias de Aviação Civil que nós estaremos iniciando agora a partir dessa semana esse tipo de fiscalização. Isso não é uma fiscalização, vamos dizer assim, punitiva. Quando nós fazemos a fiscalização preventiva integrada nós nos envolvemos com todos esses outros órgãos públicos para que a gente possa fiscalizar e visualizar como um todo essas dificuldades encontradas. E depois eu me coloco à disposição para dar mais esclarecimentos como o nosso sistema funciona. Muito obrigado, por enquanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós agradecemos a V.S^a e passamos imediatamente ao último expositor, Comandante Ronaldo Jenkins, que é Diretor Técnico do Sindicato das Empresas Aeroaviárias. Com a palavra V.S^a.

SR. RONALDO JENKINS: Obrigado, Senador. Bom dia a todos, senhoras e senhores, é bom ser o

último a falar porque eu posso dizer tudo que já foi falado, não tenho nada a dizer. Dizem que nós aviadores gostaríamos que as pistas envolvessem o mundo para que a gente não tivesse problema de abortar uma decolagem ou de um pouso qualquer com problemas. Logicamente seria muito bom, mas nós sabemos que é impossível. O que foi colocado aqui por todos os expositores exatamente uma medida preventiva, uma medida proativa, inclusive, para que você possa evitar algum dano maior no caso de ultrapassar os limites da pista. Numa CPE que está acontecendo na Câmara Municipal de São Paulo, uma Comissão Parlamentar de Estudos, o Comandante representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas colocou inclusive para Congonhas a possibilidade de ter EMAS laterais, não somente no final da pista, que também é uma colocação interessante e que acho que ela tem que ser estudada. É importante que nesse momento todos os setores estão voltados para o transporte aéreo como já foi falado aqui. Todo mundo se familiarizando até com o linguajar aeronáutico. Isso pra nós é muito importante.

Nós temos um trabalho muito grande dentro de um País que se desenvolve e que está crescendo. Ainda mais num País em que nós temos problemas de modais. Nós temos um sistema ferroviário que não é um sistema ferroviário nacional, nós temos problema com a nossa navegação, seja ela marítima, seja ela fluvial, nós temos problemas com estradas de rodagem e logicamente o modal aéreo ele vem complementando, em alguns lugares ele é até primordial. Nós tivemos um problema com uma empresa na Amazônia alguns tempos atrás e depois de quatro dias algumas cidades entraram em estado de emergência porque não tinham nem meio circulante. Porque foi na época que houve a seca nos rios na Amazônia e não chegava nem barco lá. Quer dizer, é uma coisa importante que a gente tem que notar que atividade aérea num País como o nosso, das nossas dimensões e com os nossos problemas ela é fundamental para o desenvolvimento do País.

Tudo que foi falado aqui exatamente é que são coisas, assuntos de segurança e que vão melhorar logicamente a operação, e principalmente tranquilizar os usuários, que hoje tem muita gente assustada e nós podemos ver que depois do último acidente até agora a taxa de ocupação das aeronaves diminuiu sensivelmente. A estatística da ANAC publicou isso e dá essa demonstração. Mas nós temos que aproveitar todas essas inteligências, todos esses projetos, todas essas colocações e implementá-las. Que eu acho que é o mais importante. Então nós, as empresas aéreas estamos solidários com todo esse trabalho que está sendo feito, nos colocamos à disposição para ajudar naquilo que foi necessário e principalmente para que

isso tudo que está aqui falado seja realmente implementado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós é que agradecemos. Eu gostaria, já que o Senador Eduardo Azeredo que é engenheiro e membro também da nossa Frente Parlamentar de Engenharia, se fosse possível a gente passar dois pontos na nossa palestra para depois fazer as perguntas. Gilvam também acho que não assistiu. Um é o nosso Coronel da Aeronáutica que mostrou os três sistemas de frenagem. No caso de uma aeronave passar da pista ou perder as suas condições mecânicas de parar no pouso. E depois o projeto do Prof. Alexandre Duarte específico para Congonhas e Santos Dumont. Dá para baixar a tela para gente ver? E faríamos rapidamente umas perguntas no momento do debate. Inclusive na hora que passar ali a gente pode segurar a imagem e vamos fazer as perguntas. Nossas dúvidas desses sistemas de frenagem de aeronaves que estão em pane como o vôo da TAM que vitimou centenas de pessoas ou quase duas centenas de pessoas lá em São Paulo. A velocidade de 70 nós. Ou de 128 quilômetros por hora. Que é a ideal. O que aconteceria se a velocidade fosse maior que essa? A energia do avião fosse maior do que essa, naquelas áreas de frenagem? Qual seria o impacto? Como é que nós íamos conseguir parar aquela aeronave num espaço de 200 metros, de 300 metros, sem que houvesse vítimas e danos para a aeronave?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, o problema sempre vai ser questão de preço. Foi colocado aqui anteriormente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O preço foi colocado, mas até desconfiamos da informação do Comandante que estava muito baixo. Estava muito baixo. O preço de 12 mil e 500 dólares, estamos achando que é por metro quadrado, mas o Comandante disse que não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– 12 mil e 500 para fazer um...?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Um concreto celular.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Mas que área?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Em torno de 200 metros, 300 metros.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Uai, então tá barato demais. Por que então que os aeroportos nossos, os mais novos tipo Confins, lá de Minas Gerais, um aeroporto mais novo, tem espaço. Por que é que não se fez isso até hoje? Você tem explicação?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós colocamos aqui que em 28 aeroportos do mundo já foram colocados. Aeroportos com característica de pista curta. E também se projetou ali uma dezena de acidentes em que esse equipamento foi utilizado com...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Deve ser uma relação que estava na internet. Que mostrava vários acidentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É. Com a palavra... Pode falar, Coronel.

SR. RONADO JENKINS: (pronunciamento fora do microfone) Nós levantamos dentro dos nossos estudos, o preço, procuramos a empresa americana e levantamos o preço, jogamos um determinado... Na verdade, não os mil pés, mas 600 pés, que são 200 metros, e pedimos para largura da pista sem acréscimo lateral. Ou seja, com os mesmos 50 metros. E deu alguma coisa como quatro milhões de dólares o material. Agora, a acrescentar que esse material sendo feito no estrangeiro, possivelmente o transporte desse material vai custar tanto quanto o material.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O Brasil tem tecnologia de concreto celular.

SR. RONADO JENKINS: Eu tenho a impressão que um próximo passo é o que nós estamos tentando uma ligação com a empresa americana, já estamos estudando junto com a UFRJ e o IME análise de materiais de concreto celular feitos no Brasil e de repente junto numa *join venture* com a empresa americana já não reinventando a roda, trazer toda essa tecnologia e fazermos isso no Brasil. Eu acho que... Quer dizer, incorporando mão-de-obra, enfim, tudo que é do interesse nacional e principalmente barateando o preço.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– E o sistema mais usado é realmente esse de concreto, não é aquela questão que a Aeronáutica tem nos porta-aviões, aquilo não...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Você fala o cabo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– A rede. Aquilo é mais complicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É um gancho. É para aeronave com gancho.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Aquilo é mais complicado para avião grande.

SR. GERALDO CURCIO NETO: É verdade, Senador. Eu apresentei três sistemas que existe hoje em alguns aeroportos. Dois são principalmente utilizados para aeronave militar. Um deles é exclusivo para ae-

ronave militar porque ele depende que a aeronave possua um gancho. A aeronave ela baixa esse gancho ao final da pista para engajar ao cabo. O outro é uma rede. Essa rede nada impede de uma aeronave não militar engajar essa rede. Mas muitas vezes os danos à aeronave e às vezes até os ocupantes pode não compensar esse tipo de engajamento. E ela tem uma restrição bastante grande em termos de energia. A aeronave ela precisa engajar ali com uma energia já baixa. Se ela engajar com energia muito grande não adianta de nada. E podendo até haver algum dano adicional por conta disso.

Então, dos três sistemas, existe apenas um sistema que seria aplicável de uma maneira mais genérica para aeronaves civis e de grande porte. Respondendo a questão do senhor, por que é que a gente não usa esse equipamento em todas as pistas? É um Trade Off. Eu posso ter uma área de escape de mil pés, de 300 metros, onde não há necessidade de eu ter esse material. Porque a própria área de escape me seria suficiente para eu parar com os recursos da própria aeronave. Ou posso, como disse o professor, reduzir essa área de escape em aproximadamente 40%, e aí utilizar esse tipo de material. Então isso tem sido utilizado nos Estados Unidos em mais de 20 aeroportos, naqueles aeroportos que não dispõem de área sobrando para construção de uma área de escape.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Na verdade exerce até um, vamos dizer assim, um fator também psicológico. Hoje as pessoas têm dificuldade de tomar avião em dia de chuva para descer em Santos Dumont e em Congonhas. Esses blocos de concreto celular eles permitem a passagem de um carro de Bombeiros, se for o caso do avião entrar em incêndio, ou de emergências de ambulância para socorrer pessoas feridas, ele rompe exatamente com o peso da aeronave e com a velocidade dela, com a energia dela. Agora, em alguns desses acidentes, Coronel, já houve, vamos dizer assim, o caso de se entrar com mais de 120 quilômetros por hora uma aeronave? Ou qual seria o benefício disso no caso daquele acidente que nós tivemos da TAM? Que a aeronave parece que passou ali no final da pista a 200 por hora, uma coisa assim.

SR. GERALDO CURCIO NETO: Eu não tenho esse dado de qual velocidade a aeronave passou na cabeceira. E não há registro de nenhum acidente que tenha ocorrido numa pista com esse tipo de dispositivo. O estudo que eu pude ter acesso é aquele de uma prospecção. Foram analisados incidentes e acidentes de *overrun* de pista nos Estados Unidos e foi feita uma especulação. E se eu tivesse uma área dessa, o que aconteceria? E chegou-se à conclusão

que não em 100%, mas 86% dos casos a aeronave conseguiria ser retida por esse tipo de tecnologia ou por uma área de escape de mil pés. O interessante é que o estudo foi feito projetando-se nos dois casos. Eu tenho uma área de escape de mil pés. O que aconteceria? Eu conseguiria em oitenta e poucos por cento, 85, 86% dos casos parar a aeronave. Não tenho essa área, mas em compensação eu tenho uma área de 600 pés com EMAS. O resultado é praticamente o mesmo. A diferença é alguma coisa na casa de 1%. Então o estudo que eu tive acesso foi esse. Até onde eu sei, eu não sei se alguns dos colegas pode contribuir, até onde eu sei não existe nenhum registro de um acidente que tenha efetivamente acontecido em que esse tipo de material não tenha segurado a aeronave. Mas eu quero lembrar que até pouco tempo atrás apenas 14 aeroportos nos Estados Unidos estavam com essa tecnologia. Atualmente alguma coisa na casa de 20. 26 aeroportos possuem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu só queria, Senador, avisar que nós estamos ao vivo na TV Senado e dizer aos nossos telespectadores que essa é uma audiência que trata sobre métodos de engenharia que possa auxiliar o Comandante da aeronave a parar a aeronave em pistas curtas quando há problema mecânico na aeronave. E estão presentes aqui conosco representantes do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, engenheiros de universidade, das empresas de aviação, da Aeronáutica e da empresa também dos funcionários da aviação. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Apenas, Presidente, na questão mais objetiva, no caso do Brasil, claro que nós estamos falando um pouco de porteira arrombada, depois que arrebenta a porteira que vai se tomar a providências. Mas no caso de Santos Dumont e Congonhas, quais outros aeroportos mais conhecidos no Brasil necessitariam de um sistema como esse? Essa, é a colocação que eu queria fazer. E quem... Aonde tem que vir a decisão? Para que nós possamos eventualmente acionar o órgão que tem que tomar essa decisão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Antes de responder explicitamente o Senador, eu gostaria de lembrar na seqüência que os custos de um trabalho como esse podem advir também das empresas de seguros. Porque não preciso dizer quanto é o problema, qual o tamanho do problema de uma companhia de seguros quando acontece um acidente como esse. E esse que aparece muitíssimo bem foi coisa de 1.800 dólares porque se referiu aos pneus da aeronave. Não causou nenhum dano. E apesar dos cobaias terem tremido bastante dentro do avião, saíram ilesos, saíram

andando. Aliás, diz o FAA que todos esses acidentes que aconteceram e que foram travados pelo EMAS, as pessoas saíram andando sem nenhuma lesão maior. Está explicitado isso.

Agora, quanto à pergunta específica do Senador, muitos aeroportos, talvez não com o mesmo movimento e a vitrine que representa um Congonhas e um Santos Dumont, necessitariam desse tipo de trabalho. Em Minas, na Pampulha, que em determinada época para ser direto em relação ao Senador, que determinada época foi de grande importância para o transporte São Paulo/Minas, Rio/Minas, seria um aeroporto que com certeza necessitaria para manter a classe desses aviões operando. Se nós vamos a Santa Catarina, Chapecó, por exemplo, termina a pista num barranco. Aquilo realmente é um negócio... Para os pilotos que passam, que estão lá todo dia, isso é da maior importância. E os recursos, eu acho que adviriam de um amplo espectro e que entrassem, as companhias de seguro entrassem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– E essa definição seria da ANAC?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu creio que sim. A definição da ANAC e a consecução com toda certeza da INFRAERO e da administração aeroportuária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Fernando de Noronha também deve estar nessa lista.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se for, eu faço questão de fazer parte da equipe que vai trabalhar na obra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu gostaria que o pessoal da técnica colocasse aqui, se fosse possível, o projeto, a idéia de projeto para Congonhas e para o Santos Dumont. Foi trazido pelo Prof. Alexandre Duarte. Se pudéssemos nós projetarmos ali. São interessantes. A idéia que se tem que São Paulo é um elevado, como é na Ilha da Madeira, na Ilha da Madeira o aeroporto é assim também, a pista dele é estendida através de um elevado, aí. Esse seria...

Bom, isso se nós precisássemos construir uma pista de 300 metros. E se fôssemos diminuí-la, aí praticamente ficaríamos dentro do contorno do terreno do aeroporto. Usando o concreto celular. E do outro lado, na outra cabeceira, essa seria a pista recomendada nos manuais e usando o concreto celular a gente reduz ela para antes da primeira rua, o que causaria apenas a indenização de poucos imóveis. Esse aí. Vamos só fixar. Por favor, pára o slide passado. Seria esse... Quer dizer, antes da rua nós teríamos esse elevado com o concreto celular para segurar o avião nessa área es-

tendida da pista. E professor, qual é o orçamento para essa obra?

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Essa obra tem um plus que além da obra específica do EMAS, quer dizer, da construção da área de contenção com concreto celular teria a construção dos viadutos e possivelmente no lado oposto da pista nós teríamos a desapropriação de oito casas, se não me engano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Quer dizer, aí o avião parado sairia por reboque, não há como ele manobrar, e seria rebocado para fora da área. Podia projetar a obra prevista para Santos Dumont. O aeroporto de Santos Dumont. Esse é o aeroporto de Santos Dumont. Tem a ilha de (ininteligível) aonde hoje tem a Escola Naval, e esse aeroporto... Está aí mostrada... Não sei se na televisão vai dar para ver, mas é uma linhazinha vermelha. Está muito leve. Teria uma área muito grande dentro do mar. Da Baía de Guanabara. Reduziria com o concreto celular. Seria uma área menor. Seria essa área que também sobre estacas. Do lado da cá tem o acesso a Escola Naval que passaria a ser feita através de um túnel. Ali já diversos acidentes ocorreram por causa do impulso das turbinas que já jogaram carros ali dentro da água. E com acidente fatal. Um motorista desavisado. Então aí seria a obra... Esse seria o carro. A situação do carro passando atrás da pista, no momento que o avião está decolando, esses são fotografias dos acidentes já ocorridos naquela região e mata o motorista. Faz o táxi capotar e matou o motorista que ficou na área que chama jackblast(F). Aí é a Escola Naval que seria também a proposta que houvesse um túnel. No lado esquerdo ali o avião decolando e o carro passando pelo túnel, seria uma coisa muito mais inteligente. Aliás, esse também mostra aí um acidente que já ocorreu. Qual foi o avião, professor?

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: O samurai da VASP, em tempos idos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O avião da VASP caiu e não cairia se tivesse tido... Esse avião da VASP teve fatalidades? Morreu alguém?

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Eu creio que houve sim um problema. Isso deve ter alguns anos. Foi um YS-11 da VASP. Aí com túnel aparecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O túnel aparecendo ali do lado. O avião da VASP seria contido por essa área de concreto celular. Qual o valor dessa obra? Tem levantado?

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Não. Essa obra tem a parte de estrutura que nós não levantamos ainda. Mas o que não seria muito difícil tendo em vista os metros quadrados e a experiência que existe hoje na

construção de viadutos. Os viadutos podiam ser pré-fabricados e ainda tem uma vantagem em relação à ecologia. É que um aterro, quer dizer, um enrocamento modificaria muito mais o regime da baía, e esse pier com estaqueamentos não complicaria tanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então são esses degraus formados com blocos. Esses blocos parece que tem um metro por um metro.

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Um metro e meio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Um metro e meio por um metro e meio. Feito com concreto celular, em termos agregados específicos, é muito leve, e rompe sobre o impacto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – E quais são os aeroportos internacionais que têm...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Se puder projetar a relação dos aeroportos internacionais e também dos acidentes que aconteceu.

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Aquela relação, Senador, está superada. Ela é de 2005. Onde havia 18 aeroportos com esse tipo de material.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Tem o La Guardia, tem o Boston, tem o Fort Lauderdale, tem o...

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Tem o John Fitzgerald Kennedy.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Tem o JFK. Minneapolis, Little Rock.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É só Estados Unidos?

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Tem o London City em Londres. E depois tem uns outros aí já na nova relação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Esses que estão aí são todos Estados Unidos. Flórida, Nova York...

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Depois tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – 18 berços em 14 aeroportos.

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: A lista atual, Senador, são 22 aeroportos internacionais com 26 cabeceiras com o sistema. E este ano agora planejado são mais seis aeroportos com 10 cabeceiras. Para esse ano de 2007, 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pelo custo, quase irrisório, quatro milhões de dólares para você ter uma garantia dessa em aeroportos de pista curta, acho que é uma obra que

deveríamos, se for esse o pensamento dos Senadores, já levamos, fazemos uma proposta da Comissão para que seja analisada na ANAC. Ou com o Ministro da Defesa para que eles pudessem nos informar da viabilidade disso e do emprego.

Eu gostaria de agradecer muito a presença dos nossos debatedores que hoje abrilhantaram essa nossa audiência. Vamos terminar. Você podia colocar os acidentes que aconteceram nos outros países que foi uma sequência de aeronaves que... Pois é, essas daí. Se puder começar a passar... São acidentes exatamente com aquelas situações. O sujeito não consegue parar o avião no pouso, pistas molhadas, neve, pistas curtas, aí o avião da Escandinávia, Noruega, Finlândia, Suécia, Dinamarca, algum canto da Escandinávia. Esse parece que foi no Brasil. Não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Hong Kong.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Kae tac(F)?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Hong Kong.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Hong Kong. Olha esse avião, essa aeronave caiu numa pista na rua. No trânsito. Aí a Saudi Arabia. Esse é um aeroporto parecido com o do Rio de Janeiro. A aeronave terminou no mar. North West. Esse aqui já é o avião da TAM no aeroporto de São Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse não foi no pouso. Esse aí o avião estava sendo rebocado, quebrou o garfo e ele saiu na lateral da pista. Não foi durante o pouso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Esse é um avião da Lufthansa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Lufthansa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi. Esse foi salvo, esse foi salvo pelo erro. Não, não. É o outro que foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Da BRA também problema de derapagem. Esse foi o avião que estava o Presidente do PL, na época. Valdemar da Costa Neto. Pequeno avião, mas caiu na rua. Aí o sistema de drenagem também mostrando... Em Natal. Esse já é um acidente que foi contido pelo concreto, né?

SR. ALEXANDRE DUARTE SANTOS: Isso foi em Pernambuco, e foi uma abortagem de decolagem. O asfalto cedeu e segurou o avião. Quer dizer, poderia ter sido o princípio da descoberta do EMAS.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, eu quero aproveitar o Comandante da Aeronáutica está na sala ao lado aí na sala de Comissão de Relações Exteriores, nós já aproveitamos e levamos para ele já.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Já levamos para ele. Comandante Saito. Esse já foi contido pelo concreto. Avião de porte grande, a roda dele ficou... Ficou presa. Esse também foi um outro avião contido já pelo concreto? Parece que sim. Sistema de parada emergencial.

Muito bem. Então eu agradeço a todos os palestrantes, agradeço aos presentes, e damos por encerrada a nossa Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2007

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala nove sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, João Ribeiro, Eliseu Resende e Rosalba Ciarlini, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Antônio Carlos Júnior, João Tenório e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 014, de 2007-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos dos arts. 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de instruir a discussão de avaliação do desenvolvimento e implantação do Rádio Digital no Brasil. Sem prejuízo à expedição de outros convites, requeiro sejam convidados: a) André Barbosa Filho – Casa Civil; b) Marcelo Bechara – Ministério das Comunicações; c) Ara Apkarian Minassian – Anatel; d) Ronald Barbosa – Abert; e) Professor Humberto – Professor de Engenharia Elétrica – UnB; f) Roberto Franco – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão – SET; g) Celso Schroeder – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC; h) Jakson Alexandre Sosa – Grupo RF/Telavó (Indústria de Transmissão); i) Sérgio Souza Dias – Presidente CEITEC (Semi Condutores); j) Laércio Consentino – TOTVS (Indústria de Software);

k) Morris Arditti – Gradiente (Indústria de Recepção).” Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Marcelo Bechara – Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Alan Adolfo Fischler – Chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Roberto Barbieri – Diretor Técnico da SEMP TOSHIBA; João Eduardo Ferreira da Silva – Diretor Industrial da MTA Eletrônica Industrial e David Britto – Presidente da Qualit Software S.A. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Renato Casagrande, Flávio Arns e Augusto Botelho. Nesse momento, o Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 024, de 2007-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho que requerem “Nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública no dia 03 de outubro de 2007, para debater políticas e programas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, por ocasião da “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2007”. Sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, requeiro sejam convidados: Joe Carlo Viana Valle – Secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS; Lúcia Carvalho Pinto de Melo – Presidenta do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Nelson Simões da Silva – Diretor da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa”. O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinco minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senhoras e senhores, a realização desta terceira Audiência Pública atende ao requerimento nº 14, de 2007, da CCT, de minha autoria, com o objetivo de debater a Implantação da Rádio Digital no Brasil.

Para darmos início à presente Audiência Pública pedimos que os convidados ocupem seus lugares à mesa, por favor. Então essa é a terceira Audiência Pública, cujo o assunto é a Implantação da Rádio Digital no Brasil. Autoria do requerimento: do Senador Wellington Salgado. Convidados: Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Sr. Alan Adolfo Fischler, Chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Sr. Roberto Barbieri, Diretor Técnico da Semp Toshiba, Sr. João Eduardo Ferreira da Silva, Diretor Industrial da MTA Eletrônica Industrial e o Sr. David Britto, Presidente da Quality Software S.A.. Obedecendo à ordem aqui presente, pediremos ao primeiro convidado, o Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, a quem eu passo a palavra nesse momento. Com a palavra o Sr. Marcelo Bechara.

SR. MARCELO BECHARA: Obrigado, Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, obrigado mais uma vez pelo convite e pela confiança que tem depositado no nosso trabalho, demais companheiros de mesa, Senadores. Eu vou talvez nem usar todo o tempo ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – São dez minutos, eu pediria para marcar.

SR. MARCELO BECHARA: Eu provavelmente talvez nem vá usar todo o tempo, porque a situação que nós estamos vivenciando nas decisões que envolvem o rádio digital, elas ainda estão sendo tratadas num ambiente muito técnico, afinal de contas estão sendo testados os padrões internacionais, a ANATEL já há dois anos vem promovendo autorizações para experiências em algumas empresas de radiodifusão, essas empresas vem fazendo os testes, apresentando seus relatórios, alguns satisfatórios, outros talvez nem tanto, e de mais ou menos dois anos, um ano para cá, as discussões têm se acalorado bastante. Só essa Casa, essa Comissão Especial, já deve ter feito pelo menos três ou quatro audiências... especificamente três audiências especificamente só para tratar da questão do rádio digital, e evidentemente a questão jurídica, que é a minha área de atuação, ela começa a ganhar força a partir do processo decisório, ela ganha força ali, mas algumas questões já surgem, até um pouco antes disso, haja vista alguns impactos que isso possa trazer dentro do setor.

Eu queria fazer algumas considerações a respeito da radiodifusão sonora brasileira, porque é sempre bom a gente estar lembrando a importância do rádio no Brasil. O rádio, ele é um meio de comunicação unilateral, secular e que tem, ainda tem, muito sucesso no nosso país. Em algumas localidades ele ainda é

a forma mais importante de comunicação, é a forma mais importante de levar a informação em tempo real às pessoas, às localidades mais remotas do Brasil. Eu gosto sempre de falar um pouco da Voz do Brasil nesse aspecto porque as pessoas, nas capitais, têm uma crítica muito forte à questão da Voz do Brasil, mas quem conhece um pouco o interior do Brasil sabe que a Voz do Brasil é imprescindível para muitas regiões, muitas pessoas têm na Voz do Brasil inclusive aquele momento de informação, ainda representa um papel importante. Então, quer dizer, a Voz do Brasil começou em 1938, com a chamada Hora do Brasil. Então a rádio, ele realmente, em todos os níveis de segmentação, seja ele jornalístico, seja musical, esportivo, ele tem uma penetração muito forte em nosso país e agrada muito o povo brasileiro. É praticamente um serviço universal, praticamente um serviço universal.

Bom, e é engraçado que com o surgimento de novas tecnologias, por exemplo, quando surgiu a televisão, algumas pessoas questionaram o fim do rádio. Quando surgiram os CDs, algumas pessoas, principalmente os CDs dentro do ambiente automotivo, algumas pessoas começaram também a questionar a longevidade do rádio, e atualmente essa longevidade vem sendo questionada pela introdução dos equipamentos de MP-3, que alguns chamam de iPods, mas iPods é apenas a marca de um deles, de um player, mas você tem vários players hoje no mercado e muita gente tem questionado a utilização desses equipamentos como um sinal de que o rádio vai morrer. Eu não acredito nisso, eu definitivamente não acredito nisso, mas eu acho que um pouco de razoabilidade tem nesse discurso na medida em que o rádio é a última fronteira da digitalização, ficou atrás inclusive da televisão. A televisão, oficialmente, ela não está implantada, isso vai começar no dia 02 de dezembro, mas ela já está no ar em São Paulo. Então a última fronteira da digitalização na comunicação é o rádio e em razão disso eu entendo que nós estamos efetivamente num momento já de tomar uma decisão para que os rádios difusores brasileiros possam ingressar imediatamente, o mais rápido possível, na era da digitalização. Em que pese eu não ache que os iPods, os MP-3 são uma ameaça, mas certamente eles são, por serem música eletrônica, já um diferencial, e o rádio não pode ficar para trás.

As questões técnicas, eu vou me reservar ao direito de não entrar, porque eu não sou engenheiro e eu estaria cometendo aqui o crime de exercício irregular da profissão, mas eu gostaria de colocar algumas questões que eu entendo serem jurídicas e que podem também ser elementos norteadores dessa decisão. Uma delas é a questão do espectro. Nós temos um princípio que na verdade é um princípio que não é brasileiro, é um

princípio quase que internacional, dos países que são signatários das recomendações e dos tratados internacionais, sobretudo as recomendações da OIT, de que o espectro rádio elétrico, sendo um bem escasso, limitado e de interesse público, ele deve ser, necessariamente, utilizado, além de observar o interesse público, de forma eficiente e de forma racional. Esse é o princípio do uso racional do espectro. No Brasil, em 1997, com a LGT, a Lei Geral de Comunicações, a Lei 9.472, coube à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, salvo engano no artigo 153 ou 154, talvez 157, enfim, a competência para fazer a gestão desse espectro. É a ANATEL quem tem competência para gerir o espectro, inclusive na área da competência da radiodifusão. Em que o pese o Ministério das Comunicações seja competente para atuar na radiodifusão, no que tange ao aspecto de organização das faixas de frequências do uso do espectro é a ANATEL o órgão competente. Bom, colocando essa questão, nós sabemos e eu acho que isso não é segredo para nenhum dos presentes, que principalmente nas capitais brasileiras, sobretudo na cidade de São Paulo, mas não apenas em São Paulo, a gente costuma ficar usando São Paulo como exemplo, São Paulo não é um único exemplo de situação em que nós temos um congestionamento, se é que a gente pode usar essa expressão, mas de uma situação um pouco delicada em relação ao espectro. Existe um uso excessivo, existe um número excessivo de rádios, some-se a isso infelizmente algumas rádios ilegais que insistem em burlar a lei e estar colocando o sinal no ar, hoje em dia para você botar uma rádio no ar não é uma coisa tão difícil, a tecnologia, por um lado, ajuda, facilita muita coisa, mas acaba trazendo alguns constrangimentos, então não dá para falar em qualquer decisão, independente de padrão, origem, tecnologia, que não leve em consideração essa situação brasileira, o modelo da radiodifusão brasileira. Para vocês terem uma idéia, em que pese a gente ter adotado o padrão japonês ou parte do padrão japonês no sistema de televisão, talvez, eu tenho quase certeza, que o modelo do rádio japonês, o padrão japonês do rádio, o ISDB, não nos antena, porque no Japão o rádio digital é transmitido através dos canais de televisão, porque a concepção do modelo da rádio japonesa é que a cada uma das estações de televisão japonesa tem uma rádio, é diferente. Aqui não é assim, o nosso modelo de radiodifusão, se é que a gente pode comparar com algum país, ele é muito mais próximo do modelo americano, da forma com que o modelo americano de radiodifusão sonora é concebido. E por que eu estou falando isso? Eu estou falando isso porque a grande preocupação que nós temos é que qualquer decisão técnica que seja adotada, ela

tem que levar necessariamente em consideração que nós não temos faixas de frequência adicional. Lidar com essa realidade de que nós teríamos (soa a campanha)... assim como temos na televisão, pois a televisão, até porque não tem nenhuma outra forma, em nenhum dos padrões de televisão era possível você fazer a transmissão dentro do próprio canal. No rádio existe essa possibilidade, um dos padrões faz isso. Não é exatamente na mesma banda, é nas bandas laterais, mas, enfim, é dentro vamos chamar assim do mesmo canal, e talvez esse seja um fator importante a ser considerado na nossa decisão. Nós não temos como, em várias localidades, trabalhar com faixa de frequência adicional, e eu não acho que a transição da radiodifusão sonora vá ser mais rápida do que a da televisão, porque nós tivemos que colocar um prazo de dez anos porque estão sendo usados dois canais. Eu acho que se puder usar um canal, dentro do próprio canal, aí o mercado e os próprios usuários vão ter o tempo que for necessário para que haja essa migração, até porque os receptores são híbridos e permitem isso. Então é só essa a observação que eu teria para fazer, a questão do uso racional do espectro, que não pode ser deixado de ser considerado em qualquer decisão que leve à questão do rádio.

Só para finalizar, para qualquer decisão dessa natureza não é preciso mudar a legislação brasileira. Nós não estamos falando de um novo serviço, nós estamos falando do mesmo serviço que está sendo utilizado, transmitido dentro de uma nova tecnologia, os sinais antes eram de onda eletromagnéticas e agora são sinais digitais, enfim, está trocando, são os zeros e uns, são dados que passamos ali. O serviço é o mesmo, é radiodifusão sonora. Então não há que mudar a lei para tomar essa decisão. Agora evidentemente que a lei, ela precisa ser atualizada, e isso nós estamos discutindo, inclusive essa Comissão vem fazendo um trabalho importante nesse sentido, nesse debate, de que com a digitalização do rádio, assim como da televisão, não dá mais para trabalhar com uma lei que não esteja mirada pelo menos no futuro e no futuro de convergência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Estamos na terceira Audiência Pública, cujo o assunto é a Implantação do Rádio Digital no Brasil. Acabamos de ouvir o Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. O próximo expositor será o Sr. Roberto Barbieri, Diretor Técnico da Semp Toshiba, a quem no momento passo a palavra. Com a palavra o Sr. Roberto Barbieri.

SR. ROBERTO BARBIERI: Bom, grato pelo convite, eu sou o Roberto Barbieri, eu estou aqui, eu en-

tendo que o objetivo da minha presença hoje aqui é passar uma perspectiva das empresas que fabricam hoje equipamentos de eletrônica de consumo, de eletrônica de massa, sobre o assunto rádio digital.

Nos últimos tempos muita atenção tem sido dada à evolução da TV, a TV digital. Nós entendemos que há espaço também e o interesse de se tratar dessa renovação do áudio. É uma renovação natural, tecnológica, já começou em alguns lugares, e nós pensamos de que o mercado áudio já está há muito tempo sem novidades significativas, então nós entendemos que seria algo bom e interessante para agitar o mercado também, essa entrada do áudio digital.

Das oportunidades identificadas, o rádio digital que vem sendo proposto nos parece a direção certa. Nós entendemos que existe um sistema aí que está meio que tomando a preferência de muita gente, com algumas ressalvas importantes, mas é um sistema que permitiria colocar, como o Dr. Bechara explicou, essa informação de canal digital dentro do mesmo canal analógico. Nós achamos que esse é um ponto de partida muito importante, muito interessante e que tornaria a entrada desse serviço mais fácil.

Benefícios da digitalização. Primeiro a gente vê uma melhoria importante da qualidade de áudio, quer dizer, a qualidade do áudio que vai se ouvir é bem melhor do que a anterior. Permite também trafegar informações de texto ou de dados, de qualquer forma, para utilizações várias, isso é algo que com o analógico não era possível. Também permite o uso de mais canais dentro de uma mesma banda. Então isso são vantagens importantes sob o ponto de vista de consumidor, de benefício, de serviço. Do lado mercadológico, a gente vê que o potencial de introdução, ao menos num primeiro momento que pode ser até um pouco grande, deveria ser mais nos grandes centros, devidos à necessidade de investimentos na parte de transmissão, investimentos esses que não são nada desprezíveis, está certo? Todo o parque de transmissores que existe no Brasil deveria ser revisto, e é apenas natural que naqueles lugares onde o mercado é maior haja mais dinheiro e mais vontade de se promover. Então nós entendemos que esse serviço entraria primeiro nos grandes centros. Por outro lado, nós temos que pensar também no custo do receptor. Esse custo é elevado, vocês têm acompanhado a discussão da TV digital, também se discute lá o preço do terminal. Essa digitalização, como qualquer produto digital novo, ela começa sempre com um preço mais caro, componentes novos, etc e etc, mas com o tempo ela abaixa. Então o preço de entrada de um receptor de áudio digital, ele acaba sendo onerado por essa decodificação do sistema digital que implica em um aumento que eu

estimo da ordem de R\$ 300,00 acima do que seria um analógico, quer dizer, a parte digital é um contribuidor no custo, no preço final, na ordem de R\$ 300,00. Então isso tudo, quer dizer, o aumento, a necessidade de investimentos e o fato de que o receptor vai ser mais caro, nos leva a crer que a penetração seria primeiro nos grandes centros. E de que forma? Nós vemos dois seguimentos em que isso poderia acontecer. Um seria no seguimento de auto-rádio, que é um seguimento que muita gente hoje só houve rádio no carro e boa parte da vida urbana brasileira hoje é passada dentro dos carros, nos engarrafamentos e etc. Então há necessidade, há um interesse grande, você vê que há muita gente que investe para ter um som bom no carro porque sabe que passa duas ou mais horas do seu dia sentado dentro de um carro. Então isso é um serviço que é um canal natural, a colocação do áudio digital dentro dos auto-rádios. A outra seria no áudio doméstico, quer dizer, nós temos em nossas casas sistemas de som que tem DVD, recebem rádio, etc e etc, mas você acaba se acostumando tanto com o som, a qualidade de CD, que talvez você nem se dê tanto ao trabalho de escutar música no rádio, etc e etc. Nós entendemos que essa melhoria do áudio digital também deve contribuir para aumentar o repertório disponível em casa quando você liga um rádio para escutar com a melhor qualidade a oferta que as estações estariam promovendo. Então é isso aí.

A implementação em receptores de um sistema conhecido pode ser bem mais rápido, talvez até bem mais rápida do que os transmissores. As nossas análises são de que rapidamente é decidido um sistema, em coisa de seis meses, por aí, produtos já poderiam estar no mercado, se a gente escolhesse um sistema existente hoje, claro.

Um outro ponto importante que eu gostaria de levantar é que esse sistema proposto, que coloca o áudio digital no mesmo canal do analógico, ele tem suas limitações e seus benefícios. Dos benefícios nós já falamos, são a qualidade, as informações a mais e maior variedade de oferta. Agora do lado das limitações nós entendemos, em testes muito incipientes que nós fizemos, mostra que ele tem um alcance menor do que o analógico, quer dizer, a rádio, quando coloca um sinal digital na mesma banda, o canal analógico vai além daquele alcance que ele consegue com o canal digital, e isso é um ponto para ser considerado. Um outro é que o processamento da informação digital, que vem desse canal, ela provoca um retardo natural entre a informação que estaria no analógico e a informação que está no digital. Nada muito diferente daquilo que a gente já vê em quem têm receptores digitais em casa, de TV paga, tipo Net, tipo Sky, etc, conhece

o fenômeno, quer dizer, a informação chega mais tarde num receptor digital. Esse é um outro ponto que a gente conhece como uma limitação. E o outro seria a possibilidade de interferências noturnas em ondas médias. O maior benefício desse sistema seria nas ondas médias, poderia realmente tornar as ondas médias, que tem uma qualidade notoriamente fraca, se tornar bem mais aceitável, e isso tem atraído radiodifusores para o conceito, mas a gente sabe que a transmissão noturna, com a propagação mais forte, ela pode provocar situações de interferências que devem ser consideradas bem quando da implantação dos sistemas. Então são alguns pontos de atenção que a gente tem eu acho que examinar mais antes da adoção.

Bom, os pontos que nós consideraríamos interessantes para a atenção do Governo seriam, primeiro, o suporte ao investimento em transmissores, especialmente em radiodifusores de tamanho médios. Os grandes, de uma forma ou de outra, tendem a se acertar, sempre encontram algum jeito, mas os radiodifusores médios teriam dificuldades de disponibilizar o dinheiro para fazer essa transformação para poder transmitir bem o áudio digital. E a outra seriam as negociações de royalties com o detentor da patente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual o valor, Dr. Roberto, que valor que uma empresa média, uma empresa pequena hoje, que em rádio tem diversas empresas pequenas, tem que fazer o investimento para poder transformar?

SR. ROBERTO BARBIERI: Nós não somos muito da área, mas nós entendemos que ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aproximado?

SR. ROBERTO BARBIERI: ... É algo assim de duzentos, trezentos mil reais, alguma coisa deste tipo, talvez ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É muito caro.

SR. ROBERTO BARBIERI: ... Tem um colega da mesa que pode talvez até nos oferecer uma informação mais precisa sobre isso (soa a campainha), mas é muito dinheiro.

Por fim, mas eu acho que é essencial, é que o Governo, antes de qualquer decisão, deve analisar e dirimir essas preocupações de caráter técnico quanto à implantação do sistema. Eu acho que o sistema, antes de ser colocado em funcionamento, ele tem que ser bem analisado quanto ao que ele traz e as suas limitações, porque limitações todo o sistema tem, a questão é saber se esses benefícios podem conviver com as limitações inerentes ao sistema. Então eu acho que isso é um ponto importante a ser considerado, mas a mensagem final é de que nós estamos muito inte-

ressados no assunto e gostaríamos de vê-lo avançar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nós estamos ao vivo agora na TV Senado, essa é a Terceira Audiência Pública cujo o assunto é a Implantação da Rádio Digital no Brasil. Acabamos de ouvir o Sr. Roberto Barbieri, Diretor Técnico da Semp Toshiba. Passaremos agora a palavra ao Sr. João Eduardo Ferreira da Silva, Diretor Industrial da MTA Eletrônica Industrial. Com a palavra o Sr. João Eduardo.

SR. JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA: Muito obrigado, agradeço ao Sr. Presidente a gentileza do convite. Eu sou fabricante de equipamentos para as emissoras de rádio. A nossa empresa produz transmissores desde os menores até transmissores para as grandes emissoras, E hoje nós desfrutamos da confiança de mais de mil e quinhentas emissoras que utilizam os nossos equipamentos, e a minha intenção nesse momento é relatar aos Senhores as decisões que eu tomei no que concerne ao rádio digital em relação à minha empresa, e esclarecer os motivos que me levaram a tomar essas decisões. Em razão de todas as informações que a gente tem recebido sobre as vantagens do rádio digital, o mais lógico, pareceria mais lógico que nós adquiríssemos imediatamente as licenças da EBICOT(f) e passássemos a produzir os geradores digitais, fazendo assim parte do processo de digitalização da radiodifusão brasileira. Mas como também já presenciamos em outras ocasiões situações como o fracasso do AM Stereo, que na época era uma tecnologia muito promissora, como foi também no caso do FM Quadrafônico e mais recentemente a Antena CFA, cujo inventor conseguiu iludir por um longo período de tempo os principais nomes da radiodifusão brasileira, eu entendi que para qualquer tomada de decisão era necessário conhecer o real desempenho do rádio digital e assim poder tomar uma decisão consciente. Para tanto fomos verificar como está o seu desempenho no único país em que foi implantado, os Estados Unidos, e que como disse o Dr. Bechara, guarda uma relação muito íntima com o Brasil no que concerne à radiodifusão, as coisas lá são muito parecidas com as coisas aqui.

Para facilitar o entendimento eu simplifiquei os resultados da minha pesquisa na forma de indagações como segue:

Como encontra-se nos Estados Unidos a adesão das emissoras ao sistema digital? Eu entendo que o número de adesões pode significar para a gente uma diretriz. Após cinco anos da homologação pela FCC do rádio digital, o próprio banco de dados da FCC mostra que até o momento, das quatro mil e oitocentas emis-

soras de AM americanas, apenas duzentos e vinte pediram a licença para transmitir o rádio digital, ou seja, 4,5% das emissoras de AM mostraram interesse até agora no digital. Das nove mil e duzentas de FM, mil e oitenta e sete fizeram o mesmo pedido, ou seja, 12% das emissoras. Esses números referem-se apenas aos pedidos, não significando necessariamente que essas emissoras estejam transmitindo sinal digital. Também é significativo o fato de que nos últimos nove meses houve um incremento dos pedidos para novas autorizações nos Estados Unidos de apenas 1% para as emissoras de AM e 3% para as emissoras de FM.

A próxima pergunta então é: qual o motivo desse baixo nível de adesões? Eu vou entrar numa área técnica para explicar isso. O AM e o FM são sistemas diferentes e dessa forma nós devemos analisá-los de forma diferentes. No caso do AM, eu acredito que os motivos são, primeiro, a adoção do sistema rádio digital prejudica a transmissão analógica, diminuindo a cobertura da rádio em razão das restrições aos níveis de modulação, piora a qualidade de som analógico devido à redução da faixa de áudio que hoje é de dez quilohertz para cinco quilohertz, e ainda introduz ruídos e receptores de menor qualidade. O segundo ponto é que o som digital, na verdade, para AM, não é exatamente som de FM. Em virtude do alto nível de compressão digital, é um som que determinadas pessoas consideram desagradável e fatigante, porém, é um som de melhor qualidade em relação ao analógico atual. Outro ponto negativo, já citado, é que o rádio digital atinge aproximadamente apenas 60% da cobertura analógica da emissora, e o também já citado *deleí(F)* ou retardo pelo rádio digital é de oito segundos. O retardo do cabo é de trezentos e sessenta milissegundos, ou seja, uma terça parte do segundo. No rádio digital é de oito segundos. Essa característica é inerente ao sistema, você não pode modificá-la, ela dificulta ou mesmo impede a realização de certos programas ao vivo, como esportes, entrevistas, etc. Outro ponto que complica é o alto custo dos receptores, que inviabiliza o digital para as camadas mais pobres da população, e que no Brasil é exatamente quem mais houve AM. A inexistência de portáteis em relação ao alto consumo das pilhas retira do rádio a sua grande vantagem que é a portabilidade. A operação noturna cria um grau de interferência entre as emissoras que ainda não é totalmente conhecido, podendo até inviabilizar esse funcionamento noturno. Já para o FM, o nível de adesão é bem maior, mas não pelo som de CD prometido, mas sim pelo fato de que o sistema permite a transmissão adicional de mais dois canais, tornando a emissora mais competitiva em relação à difusão por satélite, que nos Estados Unidos dispõe de centenas

de canais de áudio. Em razão da diversidade de formatos da programação típica americana, a possibilidade de se acrescentar mais opções de programação numa mesma região pode trazer um real incremento na visibilidade e no faturamento daquelas emissoras. No Brasil, onde não há radiodifusão por satélite, a maioria das emissoras transmite programações semelhantes, eu não vejo como aumento de canais pode ser de fato benéfico para as emissoras ou para o ouvinte. O que eu vejo é um aumento acirrado da competição entre as emissoras, com o aumento de seus custos, para no final rebater a mesma verba publicitária. As outras vantagens, como mensagens escritas e etc, hoje o RDS já faz e já está em quase todos os carros brasileiros de origem européia. Provavelmente nas grandes cidades, as grandes emissoras poderão desfrutar de alguma forma dessa multiplicação de canais. Outro aspecto negativo é que também como no AM o digital tem a cobertura de cerca de apenas 60% do canal principal analógico, e outro fato preocupante é que devido ao nível de potência empregados as rádios comunitárias ficarão fora da digitalização.

Como estão atualmente nos Estados Unidos emissoras que aderiram ao digital? Existem indícios de que muitas delas já desistiram da transmissão digital. Isso pode ser verificado pela ausência nas suas transmissões do sinal digital e essa constatação eu fiz na Flórida, por amostragem. Também é bastante comum não haver nenhuma referência ao digital no site das emissoras que estariam transmitindo com essa tecnologia. Também considero emblemático ou importante o fabricante americano de transmissores ter colocado à venda, na sua página da Internet, geradores para rádio AM seminovos, já que para o FM ele só comercializa geradores novos. A pergunta é: de onde vieram esses seminovos? Em Las Vegas, no último Congresso da ANAB, que reúne milhares visitantes de todo mundo, portanto, uma esplêndida vitrine para o rádio digital, das doze emissoras de AM da cidade apenas uma transmitiu o sistema digital.

Os relatórios da *Brid Whineys(F)*, que é uma Agência americana de projeção e evolução, ela mostra que a evolução, ela tem uma tabela, ela fez um estudo que mostra a evolução de todas as mídias, onde você permite compará-las uma às outras, inclusive o rádio digital até o ano de 2020 (soa a campanha). Esses relatórios são atualizados semestralmente e mostram que o rádio analógico, como conhecemos, só começará a apresentar declínio a partir de 2020. A última atualização da *Brid Whineys(F)*, mostra, com relação à pesquisa desse janeiro, um recuo na presença do rádio digital até 2020, demonstrando um gradativo interesse no rádio digital nos Estados Unidos, apesar

do aporte de duzentos e cinquenta milhões de dólares que a EBICOT(F) usou para a sua divulgação. A mídia que de fato vem se destacando e apresenta uma evolução constante é a do rádio via Internet, via Aimax(F) e Física(F). Esses estudos mostram que o rádio digital, em 2020, terá cerca de oito milhões de ouvintes nos Estados Unidos, enquanto o rádio convencional analógico, como nós conhecemos hoje, terá duzentos e cinquenta milhões de ouvintes, e o rádio de via Internet, nas duas modalidades, cento e oitenta milhões. O número, a somatória desses número dá maior que a população dos Estados Unidos porque a mesma pessoa pode ouvir várias mídias ao mesmo tempo, ou seja, ele houve uma hora o digital, houve uma hora a Internet e pode ouvir o rádio convencional. Portanto, o rádio digital, como competidor, representará uma força de apenas 1,7% do total, e o rádio convencional analógico, como nós conhecemos hoje, ele continuará robusto e representando 53% do total.

Eu encerro dizendo o seguinte: que em razão do exposto, eu concluo que não é o momento, pelo menos para a minha empresa, investir um alto valor em royalties, que chegam a ser quatrocentos mil dólares para o meu caso, numa tecnologia que ao meu ver precisa ser efetivamente testada no Brasil. Eu não estou fazendo nenhuma afirmação contra o rádio digital, o que eu estou querendo dizer é o seguinte: nós temos que testar o rádio digital no Brasil, por grupos de profissionais independentes, que utilizem-se de meios e metodologias adequadas e padronizadas. Se esses resultados forem positivos e adequados aos reais interesses da radiodifusão brasileira, eu participarei com entusiasmo do esforço para implantação do rádio digital no Brasil. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. João Eduardo Ferreira da Silva por realmente este grande contraponto da rádio digital no Brasil, o Sr. João Eduardo Ferreira da Silva, Diretor Industrial da MTA Eletrônica Industrial. É a Terceira Audiência Pública, Implantação da Rádio Digital no Brasil. Passaremos agora a ouvir o Sr. David Britto, Presidente da Quality Software S.A., a quem eu passo a palavra. Sr. David.

SR. DAVID BRITTO: Prezado Senador, obrigado pelo convite, agradeço em nome do setor de software brasileiro que está presente nesse debate aqui sobre a Implantação da Rádio Digital. Nossa empresa é uma empresa que, entre outras atividades, desenvolve software para eletrônica de consumos, são softwares que são embarcados em equipamentos.

Quando falamos em digitalização de qualquer meio analógico, nós temos que entender que não es-

tamos só digitalizando o veículo principal, no caso o rádio áudio. Nós estamos abrindo oportunidades também para fazer transmissão de outras informações como dados ou aplicações, e isso acaba ampliando ou até modificando o modelo de negócios no caso de um radiodifusor, abrindo oportunidade para não só transmitir áudio, como serviços.

Quando se fala em eletrônica, o que se percebe hoje em dia é que o software se faz presente em praticamente qualquer tipo de dispositivo. Vamos pegar um exemplo, como em telefonia móvel, quando não se imaginava que haveria nenhuma outra inovação na área de telefonia móvel como celulares, a EPOL(F) lançou um produto revolucionário e que essa revolução está toda ela orientada ao software, então toda essa excitação que houve, fila de três dias para comprar um aparelho, não era baseado na eletrônica, ele é um celular, ele é um tocador de MP-3, mas a grande inovação dele era software. Então quando se fala em implantar uma nova tecnologia digital, tem que se observar como aquela tecnologia evolui no tocante a software, se essa tecnologia pode ser ampliada, pode ser tropicalizada para fins de devolução do sistema.

Eu gostaria de chamar a atenção a uma questão, que o modelo que está sendo analisado e testado, eu não vou entrar na discussão técnica como foi debatido aqui pelos outros convidados, mas simplesmente pela questão no tocante a serviços, dentro da informação que está sendo transmitida pelo radiodifusor, você eventualmente pode estar transmitindo, por exemplo, mensagens que podem conter legendas, álbum, artista, nome da música, informações de trânsito, informações de clima e, eventualmente, se você pensar na possibilidade de um canal de retorno, como foi dito aqui, tecnologias como a Aimax(F) viabilizam isso, você poderia estar pensando também em rastreamento, envio de mapas para serviços, como hoje é utilizado em GPS. Então toda essa tecnologia, ela pode vir comprada como foi feita, realizada, ou ela pode ser negociada de uma forma em que você tenha acesso a modificar ou até fazer parte da discussão do padrão. Então eu chamo a atenção aqui que o setor de software gostaria de ter a oportunidade no Brasil de discutir um pouco mais a respeito do pacote que está sendo eventualmente homologado aqui no tocante a parte de software. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria dizer que estamos na Terceira Audiência Pública sobre a Implantação da Rádio Digital no Brasil, transmitido pela TV Senado, e que procura esclarecer as questões com relação à implantação do rádio digital no Brasil, prós e contras e tirar algumas dúvidas, são só dos

membros da mesa, para os Senadores, mas também para os telespectadores da TV Senado. Passaremos agora ao Sr. Alan Adolfo Fischler, chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para fazer uso da palavra e explanar os assuntos aqui para que convidado. Com a palavra o Sr. Alan.

SR. ALAN ADOLFO FISCHLER: Bom dia a todos, queria agradecer o convite. Essa discussão sobre rádio digital, como vocês já tiveram a oportunidade de ver, envolvem vários aspectos: aspectos técnicos, como escolha de padrão, questões sobre espectro e outras, aspectos jurídicos como o Marcelo já colocou, uma questão muito importante, modelo de negócios, novas aplicações, que acabou de ser colocada, e uma infinidade de outras questões que devem ser discutidas. Qualquer que seja o padrão adotado e qualquer que seja o modelo de negócios que venha a ser desenvolvido pelas radiodifusoras, enfim, que o mercado caminhar para esse sentido, o investimento vai ser uma questão bastante relevante. O investimento é alto, o Roberto já deu uma idéia aqui, é uma infinidade de emissoras pelo Brasil, e esse investimento se faz basicamente em duas frentes: você tem um investimento obviamente dos radiodifusores, mas você tem um investimento prévio da indústria, que foi colocado aqui, que é uma questão que não pode ser esquecida aqui nessa discussão da escolha do modelo, cronogramas e etc, quer dizer, a indústria tem que ter tempo para se capacitar, a gente tem que aproveitar o momento de uma transição tecnológica para que a indústria nacional consiga ocupar um espaço maior se possível do que ela ocupa hoje em dia, e dentro de indústria eu coloco a questão de software, quer dizer, a indústria do software, não só a indústria eletrônica. A questão dos receptores, ela tem que também ser desenvolvida, é uma experiência, é uma indústria que no Brasil ainda não está desenvolvida. Imagino que pesquisa e desenvolvimento se faça necessário para que essa indústria consiga colocar equipamentos condizentes com o mercado nacional a custo e aplicações condizentes, e na questão dos radiodifusores, existe a questão crítica que é a capacidade de investimento prévio, quer dizer, o modelo de negócios que vier a ser desenvolvido, ele vai trazer os retornos, mas o investimento prévio, ele é necessário, assim como da população na questão do receptor. E uma questão importante para financiabilidade desse modelo, é nesse ponto que eu acho que a gente deveria se fixar aqui agora, não só uma questão financeira, ou seja, a capacidade financeira dos radiodifusores de comprar equipamentos e etc, mas a financiabilidade exige uma certa dose de formalização e governança, quer dizer, a gente tem que ter em

mente que esse investimento grande que vai ter pela frente, ele é muito difundido, vai ser pelo Brasil todo, e as empresas têm que ter uma governança, enfim, acesso ao mercado financeiro, não só ao BNDES eu imagino, e para isso vai ter que haver uma formalização não só das grandes rádio transmissoras, eu acho que isso já existe, tá, mas das menores também de acordo com o ritmo.

Então esse é o recado que eu queria deixar, independente do modelo, do investimento, privilégio das indústrias nacionais, fazer com que as indústrias nacionais consigam ocupar um espaço maior do que hoje e isso traz financiabilidade ao modelo como um todo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Alan Adolfo Fischler. Estamos ao vivo pela TV Senado, então eu quero esclarecer que essa é a Terceira Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cujo assunto é a Implantação do Rádio Digital no Brasil. Autoria do requerimento do Senador Wellington Salgado, cujo os convidados presentes à mesa são o Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Alan Adolfo Fischler, chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Sr. Roberto Barbieri, Diretor Técnico da Semp Toshiba, João Eduardo Ferreira, Diretor Industrial da MTA Eletrônica Industrial, e o Sr. David Britto, Presidente da Quality Software S.A.

Passaremos agora, se houver alguma pergunta do Senador Flávio Arns, alguma pergunta com relação, depois eu farei as minhas perguntas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero me desculpar com os expositores, particularmente, e com V. Ex^a. como Presidente também, pelo fato de ter chegado ao final desta Audiência Pública, que sem dúvida é fundamental para a sugestão legislativa em termos das alternativas, dos caminhos a serem seguidos para a regulamentação da rádio digital no Brasil. Nós tivemos já hoje cedo também várias reuniões de Comissões, como foi o caso de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde eu sou membro titular e relatava também projeto naquela Comissão, discutíamos muito a questão de legislação participativa, então nesse sentido inclusive eu quero trazer aquela discussão, sugerir para V. Ex^a., porque está sendo transmitida pela TV Senado e a audiência em si vai ser repetida na seqüência, para que as pessoas, profissionais, entidades, particularmente entidades, porque tem que haver o CNPJ também, que queiram sugerir legislação aqui para o Senado Federal, poderão fazer

isto inclusive na questão da rádio digital, que é o objeto desta Audiência Pública, poderão fazer através desta Comissão, e certamente muitas pessoas pelo Brasil têm idéias assim pertinentes, interessantes, a esse respeito. Então eu acho que esta Comissão poderia, dentro desse espírito de legislação participativa, enviar a sugestão para a Comissão que receberá, analisar e entrará em contato com esta Comissão para que naturalmente o projeto virá para cá na sequência para a devida apreciação. Então legislação participativa, eu acho que também no debate de hoje, que é assim fundamental que haja essa participação da sociedade, mas eu quero realmente me desculpar com os expositores por não ter estado desde o início, eu acompanharei depois também pela própria gravação da TV Senado todas as idéias apresentadas, e a gente fica à disposição também para o que for necessário. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, Senhores expositores, também quero me desculpar porque rádio digital me interessa muito, porque a rádio digital vai aumentar a possibilidade de rádios no Brasil. Interessa e me entristece um pouco devido ao preço da instalação de uma rádio digital, mas eu acredito que, como essa rádio analógica também ela era muito cara inicialmente, hoje em dia está barata, eu acho que vai evoluir para isso, e eu gostaria de perguntar aos Senhores se a rádio digital tem alguma chance de democratizar a transmissão de rádio no Brasil, se existe alguma chance agora ou para frente. Eu não ouvi as exposições, por isso eu estou fazendo essa pergunta, Presidente, só para ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está perfeito, Senador Augusto Botelho. Quem vai fazer uso da palavra para dar uma explicação melhor ao Senador? Marcelo.

SR. MARCELO BECHARA: Toda decisão que norteia qualquer procedimento como esse, Senador, eu acho que esse é o principal fundamental, o princípio da democratização do acesso, eu costumo não só falar em comunicação, que a comunicação dá muito a atender que democratiza o direito daquele que quer passar informação, eu acho que o mais importante que isso é democratizar o acesso à própria informação, é aquele que vai receber a informação, eu gosto de falar acesso à informação, e eu costumo sempre dizer o seguinte: tecnologia traz solução. Nós, quando eu digo a sociedade, os Senhores são legisladores, o Gover-

no de um modo geral, o órgão regulador, enfim, que tem que busca as normas e correr atrás da solução. A tecnologia digital de um modo geral não só na rádio, mas na televisão também, permite uma coisa chamada compressão, e essa compressão faz com que dentro de um mesmo espaço, de uma mesma ocupação do espectro, para não ser muito técnico, você consiga passar um número substantivo de informações, inclusive fazer uma multiplicação dessas informações. Então evidentemente que como hoje nós estamos com espaço muito ocupado do espectro, dificilmente no processo de transição nós vamos ter um aumento tão significativo do número de emissoras, mas passado esse processo de transição, e daí a importância da gente começar o mais rápido possível, e investirmos esforços para que aconteça uma transição também rápida, quando tiver só o modelo digital funcionando vai ter mais espaço para estar ingressando novos players dentro desse mercado, até porque a tecnologia digital, certamente novas compressões surgirão, enfim, não vai sempre permanecer no MP-4, naturalmente isso evolui, tem evoluído, e com o próprio uso também da rádio via Internet, aí esse espaço multiplica-se em caráter exponencial. Então eu acho que o grande benefício da digitalização, eu acho que é justamente essa democratização, razão pela qual eu entendo que está mais do que na hora da gente fazer a implantação desse sistema no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria, complementando ainda a pergunta do Senador Botelho, eu queria fazer uma pergunta ao João Eduardo, no caso eu acho que é o melhor aqui que possa responder. Como foi colocado aqui para que você possa passar do sistema AM para o digital, vai custar mais ou menos duzentos e cinquenta mil reais, em média, ou talvez um pouco mais.

SR. JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA: É, isso vai variar em função do tamanho da emissora e o que ela já tem de transmissores, podendo variar para uma emissora pequena de um quilowatt do interior a alguma coisa em torno de cento e cinquenta mil reais até seiscentos mil reais para uma emissora maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho um custo excessivo. Se você tiver algumas rádios AM aonde você tem um locutor, música, e o faturamento aí de três mil, quatro mil reais ou cinco mil reais por mês para pagar alguma coisa nesse sentido, eu acho extremamente caro, até se não houver o financiamento do nosso amigo BNDES aqui, e o financiamento é ter condições de pagar, porque senão, não paga nunca.

SR. ROBERTO BARBIERI: Se o Senhor permite complementar, somado aos receptores que a própria Semp Toshiba considera aqui um preço adequado adicional digital seria de R\$ 300,00 por receptor, eu vejo que as classes menos privilegiadas da nossa população não terão acesso a esse receptor e acredito eu que há um grande compromisso aí não a favor do digital.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Botelho, eu acho que é justamente isso que V. Ex^a. está preocupado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu queria complementar com relação a esse receptor também, R\$ 300,00 um receptor, mas é tal coisa, o computador quando começou era caro, isso não tem muito tempo, e nós vemos que a tecnologia, o Senhor ali vai trabalhar para a gente reduzir esses custos também, com novos programas mais fáceis, menos complexos, para a gente usar nos aparelhos mais simples. Eu creio que, porque a qualidade, todo mundo quer a qualidade, não tenha dúvida, a qualidade vai melhorar e as pessoas vão ... agora R\$ 300,00 por um receptor, pode botar que não vai substituir o analógicozinho velhinho que a gente compra por R\$ 20,00, R\$ 30,00.

SR. ROBERTO BARBIERI: Até menos, R\$ 5,00. Se fizer uma somatória do que os empresários de radiodifusão vão ter que fazer para implantar os transmissores, os geradores, e se a gente quiser colocar o digital hoje na mesma condição do que é o analógico, fazendo uma vista de quantos receptores analógicos existem hoje na mão de brasileiros, nós estamos falando em quarenta e cinco bilhões de reais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sou da Amazônia, lá na Amazônia, o meu Ribeirinho lá não vai ter R\$ 300,00 para comprar um rádio, nem o meu índio que fica lá na Raposo, lá no ponto daquelas aldeias, R\$ 300,00 para comprar um rádio. Então nós vamos continuar com o analógicozinho por muitos e muitos anos, enquanto a ciência vai evoluindo, a Toshiba vai reduzindo os custos, todas as indústrias vão trabalhando para a gente poder todos terem, como o computador hoje, que com R\$ 900,00 você coloca um computador dentro da sua casa.

SR. ROBERTO BARBIERI: Do lado do fabricante, que é o meu caso, um dos empecilhos a isso é o nível de royalties exigido pelo detentor da patente. Eu, por exemplo, posso falar aqui, com toda a tranqüilidade, que eu conseguiria colocar no mercado para o radiodifusor um gerador digital por cerca de dez mil reais, e o equipamento que vem dos Estados Unidos, ele está custando hoje trinta e dois mil dólares. Se você adicionar a isso todos os encargos, nós estamos dobrando esse preço, trinta vezes dois, sessenta e mais alguma

coisa, isso chega a cem mil reais, contra dez mil reais. Então existe um problema muito sério que são os royalties a serem pagos ao detentor da patente. Eu acho que isso ocorre também com o receptor. Eu posso estar errado, mas ouvi falar alguma coisa em seis dólares por receptor para que se possa fabricá-lo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – A patente industrial tem prazo de validade?

SR. ROBERTO BARBIERI: Vinte anos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Vinte anos. É o tempo que a ciência evolui também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Parece que o Sr. Marcelo quer fazer algum questionamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, eu só gostaria que também nas respostas que estão sendo dadas, como é que ficaria a situação das rádios comunitárias, só para saber também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então vamos fazer o seguinte: parece que o Sr. Marcelo Bechara quer contestar alguma coisa do Sr. João Eduardo, que vão monopolizar, monopolizar não, porque são dois, então vão dualizar aqui o debate, e depois passaremos à pergunta das rádios comunitárias do Senador Flávio Arns. Com a palavra o Sr. Marcelo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E também um esclarecimento pelo que o Dr. João falou, ele mencionou sobre os royalties que devem ser pagos, para confirmar a informação.

SR. MARCELO BECHARA: É, na verdade não seria nem uma contestação, Sr. Presidente, seria só uma informação que eu gostaria de passar. Evidentemente que a partir do momento que nós já temos hoje no Brasil operando vinte e cinco, talvez vinte e duas ou vinte e cinco empresas já fazendo testes com o rádio digital e a grande maioria delas, quase a sua totalidade, optaram pelo mesmo padrão, que é o padrão americano, que é um padrão proprietário, ele é efetivamente um padrão proprietário, no último encontro da ANAB, que é uma organização Americana dos broadcasting, dos radiodifusores que acontece geralmente em abril em Las Vegas, as reuniões que foram estabelecidas entre os radiodifusores e essa empresa chegou inclusive a gerar um documento por parte dessa empresa de que não cobraria royalties dos radiodifusores, e que pulverizaria esses royalties nos receptores, o que daria algo em torno de três ou quatro dólares, alguma coisa assim, por receptor. Só para colocar a informação de que é claro que qualquer tecnologia, quando ela surge, o valor dela tende a ser efetivamente elevado. Uma televisão de plasma chegou a custar vinte mil reais, trinta mil reais no Brasil, e já teve promoção a

três mil. O DVD quando chegou, a dois mil, hoje você compra por cem reais. Então naturalmente os receptores, eles tendem a baratear, essa que é a expectativa. Para isso tem que ter escala e, para ter escala, tem que ter emissores efetivamente operando e usuários, demanda interessando nesse novo serviço. Só para colocar, eu acho que das grandes inovações do rádio digital, a gente fala muito da questão do áudio, o David colocou isso de uma forma muito boa, é a questão da possibilidade de transmissão de dados. Você, a partir dali, novos serviços são agregados à radiodifusão e você passa a ter informação no rádio. Eu acho que isso tem um valor agregado substantivo e que, em que pese inicialmente possa encarecer o produto, eu acho que a indústria resolve isso com demanda e escala. Eu acho que o mercado brasileiro é potencialmente atraente o suficiente para isso que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Sr. João Eduardo.

SR. JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA: Qual foi a pergunta que ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Das rádios comunitárias.

SR. JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA: O problema das rádios comunitárias é o seguinte: as rádios comunitárias, elas têm, pela própria norma, um baixo nível de potência, são pequenos transmissores. O nível do sinal digital agregado a essas emissoras é de 1% do nível nominal da rádio comunitária, como é no caso da rádio não comunitária, e esses níveis são insuficientes para armar os decodificadores digitais dos receptores. Então as rádios comunitárias teriam uma dificuldade praticamente insuperável de utilizarem o sistema digital. No meu ver a rádio comunitária não terá condições técnicas para operar no digital.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – O Dr. João Eduardo está falando nos nossos conhecimentos atuais, no nosso conhecimento hoje. Pode ser que daqui a um mês, dois meses, quatro meses, a gente possa conhecer uma coisa que permita isso, e, se não permitir, nós vamos continuar na analógica mesmo, que é mais barata, que a peça é barata, que a gente fabrica aqui, que os Senhores fabricam aqui mesmo.

SR. JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA: Sem dúvida, a tecnologia não é imutável, ela avança e avança exponencialmente. Realmente eu estou falando daquilo que está ocorrendo no momento, por isso a minha preocupação em insistir que testes feitos por organizações independentes, onde poderíamos agregar as universidades, engenheiros independentes, que se fizessem testes seguindo critérios padronizados para efetivamente se verificar qual é o comportamento do

rádio digital, para evitar que se crie um problema para o radiodifusor, que eventualmente o rádio digital não venha a se transformar num problema e não numa solução para determinados radiodifusores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria também fazer outra pergunta ao Sr. João Eduardo. Na sua explanação V. S^a. disse que o som da rádio digital é fatigante comparado com o analógico. O que é isso, fatigante, o que V. S^a quis dizer com isso?

SR. JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA: O caso é o seguinte: o som do rádio digital não é um som normal, não é exatamente aquilo que foi reproduzido. Para você poder encaixar dentro daquele canal uma quantidade de informação que possa caber, você é obrigado a processar o áudio, retirando informação, toda aquela informação que o ouvido humano de certa forma tende a desprezar, é retirada, e o grau de compressão, no caso do AM, é muito alto, compressão digital. Então não todo mundo, mas o som do rádio de AM digital não é efetivamente som de FM. É um som de ótima qualidade, porém, determinadas pessoas que tenham uma sensibilidade maior, principalmente mulheres, elas a partir de uma determinada quantidade de tempo ouvindo um áudio extremamente comprimido digitalmente, ela passa a entender aquilo como um som fatigante, cansa, é um som desagradável. É uma questão de sensibilidade, eu não estou dizendo que todos sentirão isso, mas eu, por exemplo, ao ouvir uma emissora AM digital com esse grau de compressão que não é a compressão do MP-3 e nem do MP-4, a compressão da EBICOT(F) é proprietária, é uma compressão completamente diferente dessas que nós estamos acostumados a ouvir no MP-3, no iPod, com esses equipamentos, é outro nível de compressão, tanto é que ela dura oito segundos para trazer a você a informação. É isso que eu quis dizer, algumas pessoas sentirão esse efeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Augusto Botelho que é Médico, essa questão do feminino e masculino, eu estou me sentindo um pouco surdo a partir de agora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Não, é a sensibilidade como as pessoas têm para a música, umas pessoas têm um ouvido mais apurado que as outras, é normal isso daí e vão perceber, quem tiver mais acuidade, ou talvez porque talvez com o tempo fique igual o som da gota d'água na torneira, toc, toc, toc, aquele som, talvez seja uma coisa parecida com isso, que vá cansar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas V. Ex^a.

acredita que geneticamente alguma coisa assim tem a ver realmente com o gen?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Não, as mulheres são mais sensíveis com o homem, disso eu não tenho dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V. Ex^a. que é Médico acha isso. O Sr. Alan queria fazer uma consideração, por favor, faça uso da palavra.

SR. ALAN ADOLFO FISCHLER: Eu só queria dar alguns exemplos que aconteceram no mundo e aqui no Brasil. Essa questão do custo é sem dúvida relevante, mas ela é muito difícil de se prever. Quem diria que alguns anos atrás, que no Brasil você teria uma penetração tal de telefone celular, não é? Quer dizer, telefonia celular no Brasil, quando começou, assim como em outros países, ela começou para uma camada de população mais abastada, sem dúvida, e a partir daí essa massa crítica foi aumentando, o custo vai baixando, a tecnologia vai avançando, o produto vai barateando e, principalmente, a sensação de custo-benefício vai melhorando, quer dizer, quando existe uma sensação de custo-benefício favorável, aquele produto, ele vai sendo difundido e, por consequência, o custo vai diminuindo. Então eu não acredito que na rádio digital seja diferente, quer dizer, vai começar sim como um produto mais caro, com as camadas mais abastadas da população, com as principais grandes redes de radiodifusão, e se, eu imagino que sim, a sensação de custo-benefício, quer dizer, se criar aí um novo parâmetro de qualidade, quer dizer, isso vai aumentando a quantidade de receptores, de transmissores vendidos, o custo vai caindo. É só ver o que aconteceu com o DVD, já foi citado aqui, no início falavam assim: DVD é coisa de rico, passa filme na televisão, a televisão é ótima, e hoje em dia você tem DVDs aí a preços muito baixos e totalmente difundidos em várias camadas da população, sendo que o computador seguiu o mesmo caminho. Então eu acredito que o nosso dever é proporcionar essa experiência para a população e naturalmente a tecnologia e a difusão da sensação de qualidade e da quantidade de pessoas que vão comprando vai providenciar a queda do preço ou não, mas eu acho que a nossa obrigação é oferecer essa possibilidade, e a partir daí eu acho que as coisas se arrumam, como já foi mostrado em vários exemplos aí que estão acontecendo ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para os telespectadores da TV Senado eu queria dizer que nós estamos na Terceira Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cujo assunto é a Implantação do Rádio Digital

no Brasil. Eu queria saber se os Sr.s Senadores têm mais alguma pergunta aos expositores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu queria fazer ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu queria fazer duas observações só. Em relação ao fatigante, em primeiro lugar, e que é interessante, eu estava discutindo com o Senador Augusto Botelho, que é Médico, e eu disse: eu acho que não deve ser a medicina que tem que responder isso, eu acho que é mais a neuro-lingüística, a psicolingüística, que é o processamento da informação, e esse processamento da informação, naturalmente nós nos estruturamos para processarmos a informação de uma determinada maneira, e o cérebro tem que se acostumar a processar de outra maneira. Isso leva um tempo, existe necessidade de adequação e tudo, mas é uma tendência que eu diria que vai acontecer. Então, quer dizer, é a mesma coisa que a gente dirigir para o lado esquerdo. Se alguém vai para a Inglaterra e pega o carro com volante na direita, e tendo que trocar as marchas com a mão esquerda, se for um carro mecânico, naturalmente que até o cérebro se acostumar com as novas exigências de um volante no lado direito vai levar algum tempo, mas acaba se acostumando também, e me dá a impressão, pelo menos, que esse processamento da informação, o cérebro tem que ser reestruturar para captar a informação de uma maneira diferente. Acho, que a minha área é lingüística, então ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu fiquei um pouco preocupado, eu achei que assim, quanto menos você escuta, mais desenvolvido o cromossomo Y, aliás, quando menos você escuta, e quanto mais você escuta, mais o seu lado feminino é desenvolvido (risos).

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O meu pai, eu queria falar uma outra coisa: o meu pai também, depois de uma certa idade, dizia com esse hein, hã e tal, ele dizia: olha, gente que tem uma certa idade, a gente tem o privilégio de ter surdez seletiva (risos), quer dizer, surdez seletiva, escuta o que convém escutar (risos). Mas eu achei muito interessante só o conceito do Dr. Alan sobre custo-benefício, eu acho que é exatamente isso, incorporação de uma idéia que vale a pena a pagar desde que o benefício seja adequado, e esse que é o problema da CPMF, na verdade a população não consegue ver o custo-benefício da CPMF, porque se a população dissesse: “não, esse dinheiro está indo para a saúde, realmente é importante, o orçamento não é suficiente, tem que ser pago”, mas esse custo-

benefício não se percebe. A população não consegue, porque além da carga tributária extraordinária, mas eu achei bem interessante o conceito que rege essas situações do custo-benefício.

Antes de V. Ex^a. terminar a sessão, eu gostaria só de dizer que depois tenho um requerimento também para ser aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Já se encontra sobre a mesa. Alguma pergunta a mais? Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns. Vou abrir considerações finais para cada um os Senhores da mesa para fazer a consideração final. Eu queria dizer que está sendo transmitidos ao vivo para todo Brasil, quer dizer, para que tem a TV Senado, e é importantíssimo, porque talvez aquele pequeno proprietário de rádio numa cidadezinha, está ligado na TV Senado, essas explicações de especialistas na área, talvez ele não tenha oportunidade de obter essas informações que nós estamos passando nesse momento. Eu acho que nesse ponto a TV Senado cumpre o seu papel de informar, inclusive através da própria rádio, também da Rádio Senado, informação sobre assuntos de alta tecnologia digamos assim que estão acontecendo nesse momento. Considerações finais então, Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

SR. MARCELO BECHARA: Obrigado, Sr. Presidente, eu queria agradecer mais uma vez ao convite formulado por essa Comissão, parabenizar mais uma vez pela iniciativa, é de extrema importância e relevância esse debate para todo a sociedade. Eu queria só colocar uma mensagem final de que é importante a implantação do rádio digital no Brasil. Os radiodifusores de um modo geral, inclusive os pequenos radiodifusores, inclusive até as próprias rádios comunitárias, já têm mostrado um interesse em estar ingressando na era digital, e eu acho que se tecnicamente é possível, e se nós, seja através do Governo, seja através do parlamento, temos condições de dar essa oportunidade aos empresários, aos pequenos radiodifusores e principalmente ao telespectador, ao ouvinte que vai ter acesso a essa informação, eu acho que nós temos que trabalhar nesse sentido. Algumas tecnologias existem, não só americana e europeia, então as possibilidades tecnológicas estão dadas, os estudos vem sendo feitas, há dois anos o Brasil já vem testando esses modelos, vamos chamar assim, no Brasil, a ANATEL tem feito um acompanhamento, o próprio Ministério das Comunicações tem feito um acompanhamento, nos debates que foram travados foram convidados representantes da sociedade, das rádios comunitárias, dos empresários, dos transmissores, receptores, enfim, eu acho que nós

estamos caminhando para um momento de uma decisão extremamente madura e importante para o país e que vai dar uma injeção de ânimo e, principalmente, uma injeção de oportunidade para esse mercado. Agradeço, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Com a palavra, para considerações finais, o Sr. Alan Adolfo Fischler, chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

SR. ALAN ADOLFO FISCHLER: Reforçando um pouco o que o Marcelo colocou, eu acho de suma importância, é nosso dever de colocar à disposição da população e à disposição do setor uma tecnologia emergente, uma nova tecnologia que cria várias oportunidades para vários setores, a gente já comentou, para a indústria, indústria de hardware, indústria eletrônica, indústria de software, radiodifusores, agora o sucesso ou não dessa iniciativa vai depender da nossa competência, quer dizer, na competência de desenvolver um modelo de negócios próprio que sustente esse investimento e que crie o desejo na população de ter acesso a essa nova tecnologia, a questão do custo-benefício. A partir do momento em que houver uma percepção de diferencial dessa tecnologia, rapidamente, conforme vários exemplos que já foram citados, o custo cai, o acesso aumenta e todo mundo passa a ter um acesso a uma nova tecnologia de acordo com o que é feito no mundo. Hoje em dia, só voltando ao exemplo da telefonia celular, todos os telefones são digitais, telefones analógicos de quatro, cinco anos atrás, seis anos, não precisa, o analógico fala muito bem, para que precisa de telefone digital, e aí acabou-se indo, hoje em dia ninguém cogita em ter um telefone celular analógico, virou padrão. Então eu acho que a gente tem o dever, como foi feito em outros setores, de oferecer as novas tecnologias e a competência de desenvolver modelos que criem essa necessidade, que criem essa sensação de custo-benefício favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Alan Adolfo Fischler, chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Para as suas considerações finais, o Sr. Roberto Barbieri, Diretor Técnico da Semp Toshiba, a quem eu passo a palavra.

SR. ROBERTO BARBIERI: Eu só posso concordar com o que eu ouvi agora dos representantes do Governo, nós também estamos muito convencidos

de que a rádio digital vai acontecer e de que ela deve acontecer. Evidente que se o sentido da palavra democratização significa que todo mundo vai ter ao mesmo tempo, certamente não seria o caso, mas como todas essas tecnologias, elas acontecem entrando pelas camadas com mais dinheiro e a coisa vai ficando mais popular. Então eu acho que esse ponto é natural, a gente tem vivido com esse tipo de coisa há muito tempo, entende como isso funciona. Os pontos de atenção seriam mais como implementar, e aí vale a atenção aos pontos técnicos levantados pelo Dr. João Eduardo, que merece uma resposta, merece uma análise por parte do Governo, e o outro ponto importante é a questão de royalties. Nós entendemos, em nossos contatos com o detentor da patente, que ele já vem flexibilizando bastante aquelas condições muito duras que falavam antes. Então eu acho que isso é um ponto que deve ser estimulado e a participação do Governo nesse tipo de discussão eu acho que é muito bem-vinda, está certo? Como para estimulá-los, eles sentem que ter um país como o Brasil usando esse sistema seria uma coisa boa para eles, então há que se aproveitar isso daí em algum tipo de negociação.

Bom, outro aspecto importante seria o que o Governo pode fazer em termos de proteger a indústria nacional. Eu acho que o exemplo do transmissor, do Dr. João Eduardo, e a comparação de preços que ele fez, mostra que realmente a indústria brasileira tem... essa diferença de preço que ele apresentou não é devido ao royalties só, tem muito mais do que isso, tem imposto, está certo, mas tem também alguma expectativa de lucro grande do fabricante estrangeiro. Então eu acho que de alguma forma isso tem que ser olhado, como em outros casos o Governo tem olhado com muita competência para isso daí, de como proteger a indústria nacional. Para que não só a indústria de transmissão, mas a indústria de recepção tenha um espaço grande para atuar nessa área. E, com tudo isso, eu tenho certeza de que daqui há uns poucos anos nós vamos achar o rádio digital uma coisa muito natural na nossa vida. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Roberto Barbieri, Diretor Técnico da Sem Toshiba. Para as suas considerações finais, o Sr. João Eduardo Ferreira da Silva, Diretor Industrial da MTA Eletrônica Industrial.

SR. JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA: Eu quero agradecer novamente ao convite e reforçar a importância que eu vejo na análise do desempenho desse sistema. No mais, eu estou absolutamente de acordo com o que ouvi até agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu quero confessar para o Sr. João que toda vez que eu estiver ouvindo um rádio digital e escutar pouco, eu vou lembrar de V. S^a, só para deixar colocado aqui (risos). São as considerações finais, e eu queria, antes de colocar o último expositor, que essa é a Terceira Audiência Pública, cujo o assunto é a Implantação da Rádio Digital no Brasil. Passaremos às considerações finais do último convidado, o Sr. David Britto, Presidente da Quality Software S.A.. Eu queria dizer aos dois Senadores, por favor, que antes tem um requerimento sobre a mesa que eu lerei ao final, após as considerações finais do Sr. David Britto. Com a palavra, por favor.

SR. DAVID BRITTO: Prezados Senador e membros participantes, agradeço o convite, e o ponto de atenção que eu gostaria de chamar a atenção é no tocante ao momento em que você está fazendo uma negociação com um consórcio ou com um fabricante de uma tecnologia de não somente observar a questão de liberalidade de royalties, mas também da predisposição desse consórcio ou fabricante em co-desenvolver a tecnologia, porque a tecnologia evoluiu, e isso abre oportunidades para todos os setores, setores de software, a indústria, fabricantes de uma maneira geral e a academia. Então seria interessante também observar esse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. David Britto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, só uma coisinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Nessa direção que ele está falando, eu acho que nós somos um país que somos uma potência econômica no mundo. Então qualquer coisa que a gente for adquirir, nós temos que ter no argumento de adquirir, de qualquer coisa, que o conhecimento passe também, não totalmente, por isso que os americanos, a gente tem dificuldade porque eles não gostam de passar conhecimento nenhum. Nós temos o caso dos nossos satélites aí que estamos desenvolvendo com a China, os dois satélites, já temos dois, lançamos o terceiro, não é, vamos lançar mais dois, porque foi uma parceria que foi desenvolvida porque ninguém passava conhecimento sobre satélites. Então nós temos que adquirir, eu sou a favor disso em relação aos nossos aviões, qualquer coisa que fosse adquirido no Brasil tem que vir junto a tecnologia, como ele falou de uma outra forma assim de parceria, de co-autor.

SR. DAVID BRITO: Co-desenvolvimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Co-desenvolvimento, exato. Então dentro dessa Casa é que temos que fazer a exigência. Se não quiser, a gente procura de outro que passe a tecnologia. Pode não ser o melhor, mas se passa a tecnologia, nós temos capacidade de melhorar a tecnologia aqui no Brasil.

SR. DAVID BRITO: Eu gostaria de dar um pequeno exemplo só para ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Sr. David Brito.

SR. DAVID BRITO: ... Para contextualizar. Imagine que o detentor da tecnologia resolve modificar um determinado serviço que já está consagrado aqui no Brasil. O que vai acontecer? O serviço vai ser simplesmente descontinuado, a gente não vai ter a possibilidade de discutir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Antes de declarar encerrada essa Terceira Audiência Pública, temos sobre a mesa requerimento do Senador Flávio Arns junto com o Senador Augusto Botelho. Requeiro nos termos regimentais que esta Comissão realize Audiência Pública, no dia 03 de outubro de 2007, para debater Política de Programas Relacionados à Área de Ciência e Tecnologia, por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2007. Sem prejuízo da expedição de outros convites a critério dos membros da

Comissão, indico que sejam convidados os seguintes Senhores: Joe Carlo Viana Valle, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, Lúcia Carvalho Pinto de Mello, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Nélson Simões da Silva, Diretor da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Justificação: Considerando a importância do tema para o desenvolvimento, bem-estar e progresso da humanidade, o Presidente da República instituiu a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia a ser comemorada anualmente no mês de outubro. Nesse mesmo sentido, a Senadora Serys Slhessarenko, por meio do Requerimento nº 1.302, de 2004, já aprovado nessa Comissão, requereu fosse instituída no âmbito do Senado Federal a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser igualmente celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para o desenvolvimento do País. Sala de sessões, Senador Flávio Arns e Senador Augusto Botelho.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento. Bom, sem nada mais ter a declarar, declaro encerrada a 3ª Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h05.

(OS:15557/2007)



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 780 PÁGINAS